SOB A DIREÇÃO DE

BORIS FAUSTO

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

TOMO III O BRASIL REPUBLICANO volume 10

Sociedade e política

(1930-1964)

A *História Geral da Civilização Brasileira* é uma coleção sem paralelo na nossa produção intelectual, abrangendo cronologicamente toda a História do Brasil, em um nível de tratamento elevado, mas não indecifrável. Constitui-se de uma coleção de 11 volumes, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (períodos colorial e monárquico) e Boris Fausto (período republicano). A obra analisa diferentes campos da formação histórica do país, desde a organização material da sociedade até as formas da cultura e do pensamento.

Os dois primeiros volumes foram dedicados à época colonial. Diferentes especialistas estudam o processo de constituição e consolidação do Brasil como colônia portuguesa, abrangendo desde os aspectos econômicos e sociopolíticos até temas como os da medicina colonial, a música barroca, as expedições científicas.

O período monárquico é tratado em cinco volumes. Abre-se com a análise das condições de emancipação do Brasil e se encerra com a crise do regime monárquico e a transição para a República, em um volume, hoje clássico, inteiramente escrito por Sérgio Buarque de Holanda.

O período republicano divide-se cronologicamente em duas épocas: uma anterior e outra posterior a 1930, ano de crise mundial e de revolução no Brasil. Nestes volumes, em número de quatro, diferentes autores analisam desde o processo de implantação da chamada República Velha até as complexas estruturas e relações sociais que caracterizam o Brasil de anos mais recentes. Ao mesmo

HISTÓRIA GERAL
DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

COLABORARAM PARA ESTE VOLUME

ÂNGELA MARIA DE CASTRO GOMES, *da Fundação Getúlio Vargas.*

ELI DINIZ, *do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro* (IUPERJ)

ASPÁSIA D. ALCÂNTARA CAMARGO, *da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)*

ANTÔNIO MENDES DE ALMEIDA Jr., *da Fundação Getúlio Vargas (São Paulo)*

RICARDO MARANHÃO, *da Universidade Estadual de Campinas*

HELGIO TRINDADE, *da Universidade Federal e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

ÍTALO TRONCA, *da Universidade Estadual de Campinas*

LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*

DÉCIO A. M. SAES, *da Universidade Estadual de Campinas*

LEÔNCIO MARTINS RODRIGUES, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*

SERGIO MICELI, *da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo*

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de *BORIS FAUSTO*, com relação ao período republicano

TOMO III

O BRASIL REPUBLICANO

Volume 10

SOCIEDADE E POLÍTICA (1930-1964)

POR

Ângela Maria de Castro Gomes, Eli Diniz, Aspásia de Alcântara Camargo,
Antônio Mendes de Almeida Jr., Ricardo Maranhão, Helgio Trindade,
Ítalo Tronca, Leôncio Martins Rodrigues, Décio Saes e Sergio Miceli

Introdução geral
Sérgio Buarque de Holanda

SUMÁRIO

LIVRO PRIMEIRO
PROCESSO POLÍTICO

LIVRO SEGUNDO

PARTIDOS POLÍTICOS E INSTITUIÇÕES

LIVRO TERCEIRO
CLASSES SOCIAIS E CLASSES DIRIGENTES

PROCESSO POLÍTICO

LIVRO PRIMEIRO

CAPÍTULO I

CONFRONTO E COMPROMISSO NO PROCESSO DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO (1930-1935)

1. A CONSTITUINTE

NA história política do Brasil, por diversas vezes, foram instaladas Assembléias Nacionais Constituintes de forma a que se estabelecesse a reorganização constitucional do país.

Este acontecimento máximo do Direito Constitucional é, entretanto, como lembrou recentemente Afonso Arinos de Mello Franco,[1] apenas um dos processos políticos cujo termo é o estabelecimento de uma nova ordem legal. Nos sistemas de Constituições escritas, como o nosso, o poder constituinte pode apresentar duas formas. O poder constituinte *originário* que aparece *"invariavelmente pela destruição do regime anterior"*, correspondendo, por conseguinte, a um momento de ruptura do processo político nacional, e o poder constituinte *derivado,* fruto de reformas legislativas nascidas do entendimento "pacífico" das diversas tendências políticas do país, sem a ocorrência de um corte mais profundo e radical na vida política nacional. Na primeira destas vias, ainda segundo Afonso Arinos, o momento da ruptura política pode ocorrer *"por meio* de *revoluções que, vindas de fora* do *poder existente, o suprimem; ou por meio de golpes de Estado que, nascidos dentro desse poder, o transformam* (...)*"*.[2]

A observação da experiência histórica de nosso país no campo da elaboração de Constituições informa-nos sobre um passado dos mais "ricos", ao menos quantitativamente, se comparado ao de outros países da Europa ou

---

[1] Afonso Arinos de Mello Franco, "Exclusivo: o recado de Arinos a Geisel", Revista *Isto É,* São Paulo, 03/05/78, pp. 16 e 17.

[2] *Idem,* p. 16.

da América. Até hoje, tivemos nada mais nada menos que seis Constituições, das quais três – as de 1824, 1937 e 1967 – resultaram de um processo político-jurídico de outorga do Poder Executivo, enquanto que as outras três – as de 1891, 1934 e 1946 – foram fruto de promulgações advindas dos trabalhos de Assembléias Constituintes, que efetivamente elaboraram e votaram uma nova Constituição. Portanto, todos os nossos exemplos de trabalhos constitucionais desenvolvidos pelo Poder Legislativo especialmente convocado para tal fim corresponderam a momentos cruciais de grande mobilização nacional, em que o regime anterior era questionado globalmente, partindo-se para a elaboração de um novo pacto num clima de abertura política.

O significado jurídico-político maior da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte é, então, a restauração da legalidade e da legitimidade do poder, fazendo-o passar de um poder de fato, de um regime de força, a um poder de direito, a um regime legal.

A Constituinte é um momento específico de transição da ordem política que deixa claro – pois este é o seu objetivo explícito – que o aparelho de Estado não se confunde com o político como um todo.[3] O Estado não se institui a si mesmo diretamente; seu estatuto é debatido e construído por um poder legitimado pela sociedade civil, especialmente constituído para tal fim. Suas bases são o corpo político da nação; ele é o poder constituinte.

A Constituinte é, por conseguinte, uma alternativa de reforma política na linha da liberal-democracia de estilo representativo. Desta forma, ela praticamente concretiza a fórmula clássica de que é a "vontade geral", ou seja, é a vontade do corpo político da nação, a raiz e a fonte de todo e qualquer poder do Estado, não só no que se refere à escolha dos governantes, como principalmente no que se refere à escolha do modelo de Estado que será implantado no país. Enfim, uma Constituinte é uma assembléia eleita para organizar, com poderes soberanos, toda a vida política de uma nação. Reflete, neste sentido, um dos momentos privilegiados do exercício da liberal-democracia.

A Constituinte é a fórmula por excelência de se organizar um novo regime democrático de estilo representativo e, justamente por isso, está intrinsecamente ligada à realização de eleições e à organização de canais legais de participação e expressão políticas da sociedade civil. A participação

[3] Marilena Chauí, "Nem justa, nem oportuna. Apenas um meio de debate"; Depoimento dado ao *Caderno Constituinte* de agosto de 1977, publicação da Ed. S/A, p. 32.

política numa Assembléia Nacional Constituinte depende fundamentalmente do nível de mobilização e organização em que se encontram os diversos setores sociais que compõem o corpo político. Em outras palavras, uma Constituinte pode expressar várias formas de representação política, que variam num contínuo em que os extremos são marcados por um forte conteúdo elitista e por um forte conteúdo popular. Tal variação está vinculada à participação das camadas populares, em maior ou menor grau, nas fases de eleição e trabalhos da Assembléia.

É dentro deste conjunto de reflexões que Marilena Chauí, informada, sem dúvida, pela experiência política de nosso país, reforça os limites estruturais de uma Constituinte em que vigora uma composição predominantemente elitista. Não se deve esperar dela, por conseguinte, transformações estruturais, nem em termos de infra-estrutura econômica, nem de superestrutura política, pois "*(...) uma Assembléia Constituinte não visa a dar nascimento à sociedade, instituí-la como nova, mas apenas institucionalizá-la segundo padrões mais aceitáveis*".[4]

Este tipo de observação ressalta uma dimensão essencial do domínio do direito ou da natureza do jurídico, tomado aqui no sentido específico do problema da elaboração de um texto constitucional. De fato, o direito constitucional escrito, como parte do universo mais extenso da vida política, não cria realidades políticas novas, dando nascimento a um distinto modelo de sociedade. Entretanto, tal limite estrutural não deve obscurecer a face altamente renovadora da aventura política da Constituinte. A "oportunidade" histórica de reorganização do Estado possibilita, se não a criação, ao menos a incorporação de conquistas políticas já realizadas ou desejadas pelo conjunto da sociedade civil. Os textos constitucionais em si de fato não transformam a vida política da nação; quase sempre não exprimem o equilíbrio de forças aí existente e, mais ainda, não traduzem muitas das questões cruciais vividas pelas camadas sociais política e economicamente menos favorecidas.[5]

No entanto, a grandeza do fato político, que é a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, deve ser reconhecida com e apesar destes limites. Assim, em primeiro lugar, é preciso distinguir e separar, na medida do possível e para fins de análise, o acontecimento político e dinâmico, que é a Constituinte, do seu "produto" jurídico, que é o texto

---

[4] Marilena Chauí, *op. cit.*, p. 32.

[5] Uma valiosa reflexão histórica a respeito deste problema está em B. Mirkine – Guetzévitch. *Les constitutions de l'Europe nouvelle*, Paris, Libraire Delagrave, 1930.

constitucional. Em segundo lugar, é necessário apontar que o debate e o reconhecimento constitucional de questões como, por exemplo, a da incorporação de novos contingentes populacionais ao exercício do direito de voto, embora não provoquem imediata e automaticamente transformações políticas, interferem definitivamente no curso da correlação de forças políticas num futuro próximo. Além disso, mesmo sendo sempre possível um recuo na marcha e no ritmo da instituição de uma série de práticas constitucionais, uma vez que uma conquista social chega a ser consagrada na Carta máxima de um país, é também sempre muito mais trabalhoso ignorá-la ou, simplesmente, suprimi-la.

É neste sentido e com estas fronteiras que consideramos extremamente relevante a experiência política de uma Constituinte, percebendo-a como uma possibilidade de aprender – através dos debates parlamentares então travados – o tipo de reflexão realizada sobre a vivência política anterior e os distintos projetos veiculados e defendidos, tendo em vista a renovação do Estado.

As várias Constituintes

No caso brasileiro, as três experiências de Constituintes (1891, 1934 e 1946) demonstraram que as Assembléias evitaram inovações muito radicais, ficando provavelmente aquém dos projetos de alguns dos setores que participaram dos movimentos revolucionários que lhes deram origem. Enquanto num segundo momento destes movimentos, elas representaram muito mais uma tentativa de formalizar um compromisso entre as principais forças políticas em jogo, chegando muitas vezes a resultados insatisfatórios para grande parte de seus integrantes.

Examinando esta questão, Paulo Sérgio Pinheiro aponta dois elementos que poderiam explicar, ao menos em parte, essa limitação da obra das Constituintes brasileiras: as dificuldades relacionadas ao enfrentamento da questão partidária em nosso país e o problema das relações entre estas Assembléias e o "príncipe", ou seja, o Chefe do Governo na ocasião do desenvolvimento de seus trabalhos.[6]

No entanto, mesmo se levando em conta estes problemas, o contexto político de um momento de constitucionalização implica, de um lado, um esforço de mobilização da sociedade e de organização político-partidária muito significativos, de outro, possibilita a abertura de amplo debate público sobre as mais importantes questões políticas, econômicas e sociais

[6] Paulo Sérgio Pinheiro, "Assembléias, partidos e o príncipe", Revista *Isto É*, São Paulo. 28/09/1977, p. 31.

da vida de uma nação. A Constituinte cria, assim, um momento de abertura e participação políticas, permitindo o aparecimento de um espaço de politização difícil de se bloquear ou controlar completamente, em função da intensidade e publicidade dos debates que suscita e alimenta.

A riqueza destes momentos pode ser verificada, inclusive, na medida em que, por força da revisão do regime anterior, a Constituinte recupera para o registro no presente uma série de acontecimentos e reflexões passados, desvendando-os e atualizando-os para o público. Além disso, propicia o surgimento de um verdadeiro leque de propostas política que dá bem a dimensão das principais alternativas formuladas numa certa oportunidade histórica.

Este trabalho tem como objetivo o estudo de uma dessas experiências, já que procura examinar o processo de constitucionalização desencadeado após a revolução de outubro de 1930 e que tem como clímax a convocação e instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte a 15 de novembro de 1933.

A Constituinte de 1934 – mesmo sendo enquadrada, juntamente com as de 1891 e 1946, como fruto de "transformações revolucionárias" – apresenta certas especificidades. Embora suas origens estejam no movimento revolucionário de 1930, não foi dele uma conseqüência imediata, como ocorre nos dois outros casos, em que a convocação da Constituinte é exigência cumprida no momento pós-revolucionário pelas forças que estão no poder.

Para a convocação da Constituinte de 1934 influíram decisivamente as pressões de setores que, mesmo tendo realizado a Revolução de 1930, encontravam-se marginalizados do aparelho de Estado. Transcorridos dois anos de governo de "arbítrio", diversas facções políticas radicalizaram suas demandas pela constitucionalização, levando o país a uma guerra civil. Desta forma, poderíamos caracterizar a Constituinte de 1934 não como um fruto da Revolução e sim como uma exigência da contra-revolução. Num primeiro momento, portanto, a luta pela Constituinte vai funcionar como pólo aglutinador, reunindo desde elementos explicitamente contrários à Revolução de 1930 até elementos nitidamente revolucionários, dentre os quais figuravam até mesmo partidários do Governo Vargas. Somente num segundo momento é que o Governo Provisório encampa esta proposta, esvaziando-a de seu conteúdo oposicionista e colocando-a como intenção legítima de toda a nação, defendida e encaminhada por aqueles que estão no poder, particularmente o próprio Vargas.

É este fato que permitirá uma certa ambigüidade no contexto de abertura política do período da constitucionalização. Se de um lado amplia-se o espaço de participação política, conquistado efetivamente no curso de uma luta radicalizada, este espaço sofre os limites da apropriação que é feita pelo Governo Provisório. Tal circunstância demonstra-nos claramente que as especificidades do processo de constitucionalização dos anos 1933/34 explicam-se, antes de tudo, pelas próprias características do processo político, marcado pela redefinição das alianças internas das classes dominantes e destas com as classes dominadas.

Os primeiros anos da década de 1930 são apontados, unanimemente, pela historiografia como de acentuada instabilidade política em face da incapacidade de qualquer dos grupos dominantes em assumir, *"como expressão* do *conjunto da classe dominante,* o *controle das funções políticas"* do Estado.[7] Por conseguinte, esta situação seria responsável pela configuração mais nítida de algumas das características da política brasileira, entre elas: *"a personalização* do *poder, a imagem (meio real* e *meio mítica) da soberania do Estado sobre* o *conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas populares urbanas".*[8]

Devido à natureza de nosso trabalho, que está centrado no campo político de ação das elites, apenas os dois primeiros pontos poderão ser mais bem qualificados, através do estudo de exemplos históricos concretos do período. Daí o nosso interesse particular em examinar a questão das relações do Chefe de Estado com a Constituinte, uma vez que, naquele momento, Vargas já assumia uma posição única no conjunto dos elementos que compunham o Governo Provisório. De um lado, descolava-se deste todo não-homogêneo; de outro, identificava-se pessoalmente com o próprio Estado. O momento analisado é, inclusive, fundamental para entender as múltiplas alterações que a estrutura de poder sofre ao longo dos anos pós-30.

Importa lembrar que a ditadura ofereceu condições para o exercício de um "poder arbitrário" que facilitava a consolidação de um "poder pessoal", compartilhado por um círculo restrito de influentes – basicamente o grupo tenentista que lidera o desenvolvimento militar da Revolução. Desta forma, o esgotamento da ditadura implicava, necessariamente, uma

[7] Francisco Weffort, "O populismo na política brasileira" em *Brasil: Tempos Modernos,* Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, p. 61.
8 *Idem,* p. 61.

ampliação deste círculo de participantes, colocando na ordem do dia a questão das bases sociais de poder do Estado no momento da constitucionalização.

Neste contexto, estamos nos dedicando ao exame das relações no interior da coalizão de elites que participam do jogo político. O essencial de nossa colocação é destacar a idéia de que, apesar de estas relações desembocarem numa possibilidade de composição e até certo ponto de "compromisso", não se deve subestimar o processo de luta, de confronto, que permeia o campo da política neste momento histórico. Nestes termos, o processo político que se desenvolve no primeiro quadriênio dos anos 30 só se define em 1937 – na emergência de um *"Estado de compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de Massas"*,[9] após um período de intensa disputa que se explicita tanto pelas formas de expressão independente das camadas populares quanto pelos choques entre setores dos grupos dominantes.

O que queremos ressaltar é que o Estado pós-37 é construído ao longo da experiência histórica da década de 30, sendo o resultado, não obrigatório, de enfrentamentos de amplitude e intensidade diversas. Portanto, é na prática da luta política que se avoluma e se define uma fórmula de regime, informada por concepções ideológicas que já se estruturavam no passado e que dão apoio e conformação final a esse mesmo regime.

2. A ORDEM POLÍTICA E A ORDEM LEGAL

O movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís a 24 de outubro de 1930 instalou no poder uma junta governativa provisória, que dias depois transmitiu o Governo ao candidato derrotado nas eleições presidenciais. Em 3 de novembro, Getúlio Vargas tomava posse da Chefia do Governo Provisório, e a 11 de novembro era promulgado o Decreto nº 19.398, que institucionalizava os poderes discricionários deste cargo. Pelo decreto, o Chefe do Governo Provisório reunia em suas mãos as funções e atribuições não só do Poder Executivo como também do Poder Legislativo, o que se expressava por sua prerrogativa de elaborar decretos-leis. Ficavam dissolvidos, portanto, o Congresso Nacional, as Câmaras estaduais e municipais e quaisquer órgãos legislativos ou deliberativos existentes no país. Esta situação excepcional deveria perdurar até que fosse

[9] Francisco Weffort, *op. cit.*, p. 63.

eleita uma Assembléia Constituinte, que estabeleceria uma nova organização constitucional, revendo e corrigindo os males da Constituição de 1891.

Desta forma, ao mesmo tempo que a Revolução instituía seus poderes discricionários, assumia um compromisso com a revisão da legislação vigorante e com a reintegração da nação num regime legal, através do processo político de convocação de uma Constituinte. O Governo Provisório se definia *a priori* como um período passageiro, um expediente revolucionário que deveria subsistir até que os legítimos representantes da nação – os Deputados constituintes eleitos – assumissem a tarefa da construção de uma nova ordem legal.

A junção destes dois pontos no texto do decreto sugere a legitimidade que se procurava assegurar ao Governo Provisório através do compromisso com a constitucionalização. A Chefia do Estado nas mãos do ex-candidato presidencial e a promessa da Constituinte faziam parte de um mesmo todo: o esforço de manutenção de linhas legais de procedimento dentro de um contexto revolucionário, que se caracteriza exatamente pela ruptura destas linhas. A questão da Constituinte, portanto, está colocada no centro do quadro político desde os primeiros instantes do Governo Provisório, cabendo a ele a condução de todo o processo para sua convocação e instalação.

Revisão da Lei Eleitoral

Assim é que, em 10 de fevereiro de 1931, um decreto governamental estabelece que deveria ser formada uma comissão para o estudo e revisão de toda a legislação eleitoral existente no Brasil, com vistas a apresentar um verdadeiro projeto de código eleitoral. Sem dúvida, essa era a primeira iniciativa formal do Governo Provisório no encaminhamento da questão. A inauguração oficial dos trabalhos desta comissão legislativa ocorre no dia 4 de maio, quando o Chefe do Governo Provisório pronuncia importante discurso fixando a oportunidade histórica da vasta reforma jurídica que se iria empreender, particularmente ressaltando a necessidade de uma ampla transformação e ampliação das margens de poder do Estado. Concluindo sua preleção, Vargas lembra a natureza e o objetivo primeiro de toda a obra a ser realizada: *"Se o Governo é provisório, a Revolução é definitiva"*.[10]

Todavia, os trabalhos da comissão legislativa – composta por J. F. de Assis Brasil, João Crisóstomo da Rocha Cabral e Mário Pinto Serva – não se iniciam imediatamente após sua instalação. Apesar de concluídos

[10] Getúlio Vargas, *A nova política do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1938, vol. 1, pp. 109 a 128.

vários estudos, uma aceleração mais franca e decisiva nestes trabalhos só vem a ocorrer quando, em janeiro de 1932, passa a ocupar o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em lugar de Oswaldo Aranha, o jurista gaúcho Maurício Cardoso, legítimo representante das forças engajadas na campanha pró-constitucionalização. O novo Ministro passa a dirigir pessoalmente a revisão final do projeto a ser apresentado ao Governo, impulsionando-o de forma conclusiva.[11] O anteprojeto elaborado ao termo de muitas reuniões foi discutido por uma comissão revisora composta por jurisconsultos, que o aprovou antes de seu envio a Vargas.[12]

Os avanços realizados pela Subcomissão na elaboração da reforma eleitoral desembocam no Decreto nº 20.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituindo um novo Código Eleitoral para o país. A "precipitação" destes acontecimentos desagrada, sem dúvida, os setores revolucionários do Tenentismo que, integrantes do poder, não apoiavam o retorno da ordem legal, considerando-a ameaçadora aos rumos políticos renovadores que então imprimiam à direção dos negócios públicos. É significativo, portanto, que, apenas um dia depois de sancionado o Código, um incidente de impacto simbolizasse a reação dos Tenentes ao curso que vinha sendo dado ao processo de constitucionalização: o empastelamento do prestigioso jornal pró-Constituinte de José Eduardo Macedo Soares – o *Diário Carioca*.[13] A impunidade desse atentado desencadeia uma grave crise política, conhecida como "crise dos demissionários gaúchos", aberta com a demissão conjunta dos representantes do Rio Grande do Sul do Ministério de Vargas. Entre eles estaria o próprio Maurício Cardoso, que, no entanto, deixa a pasta após a aprovação do novo Código Eleitoral.

---

[11] João C. da Rocha Cabral, *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, Liv. Ed. Freitas Bastos, 1934, 3ª ed., pp. 12 e seguintes. Este membro da Subcomissão explica que Mário Pinto Serva, por motivos de saúde e por seus "naturais escrúpulos", limita sua participação à troca de idéias com os outros elementos, por correspondência, não tendo participado pessoalmente das reuniões (p. 13).

[12] *Idem*, pp. 16 e 17. Compunham este grupo nomes representativos da cultura jurídica de alguns dos grandes Estados da Federação, como: Sampaio Doria, de São Paulo; Juscelino Barbosa, de Minas Gerais; Mário de Castro, de Pernambuco; Bruno de Mendonça Lima e Sérgio Ulrich de Oliveira, do Rio Grande do Sul; Adhemar de Faria e Octavio Kelly, do Rio de Janeiro.

[13] Sobre este episódio ver Hélio Silva, *1931, Os tenentes no poder* (O Ciclo de Vargas, vol. IV), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1972, 2ª ed., pp. 277 e seguintes, onde o autor reproduz valiosa entrevista de Batista Luzardo, o ex-Chefe de Polícia do Distrito Federal, ao *Diário Carioca* de 05/04/1932.

Inovações na reforma eleitoral

Este decreto, que regulamentava em todo o país o alistamento e as eleições federais, estaduais e municipais, trazia uma série de inovações. A maior delas, sem dúvida, era o estabelecimento do sufrágio universal direto e secreto. O voto secreto – uma das medidas consideradas básicas para a moralização da prática eleitoral no Brasil – constituíra um dos pontos-chave de toda a campanha da Aliança Liberal. Em torno deste expediente político reuniam-se, em críticas às eleições a bico-de-pena da República Velha, tanto setores das oligarquias dissidentes que participaram da Revolução de 1930 quanto setores revolucionários da corrente Tenentista. A conquista do voto secreto representava uma aspiração antiga de todos aqueles que, vendo-se excluídos do poder, lutavam para alcançá-lo ainda na década de 1920. Neste sentido, a consagração do voto secreto significava não só o cumprimento de uma primeira grande promessa da Revolução – o saneamento dos costumes políticos do país –, como também um passo essencial para a reintegração do Brasil ao futuro regime constitucional.

Além disso, o novo Código ampliava o corpo político da nação, concedendo o direito de voto a todos os brasileiros maiores de 21 anos, alfabetizados, sem distinção de sexo. Pela primeira vez, as mulheres conquistavam o exercício da cidadania, o que, além de ter um significado político muito importante, implicava um acréscimo numérico substancial ao corpo de votantes. Permaneciam, entretanto, excluídos do direito de voto, além dos mendigos e analfabetos, os praças-de-pré (cidadãos que estivessem servindo como praça em trabalhos militares e policiais) e os clérigos regulares (religiosos de ordens monásticas). Em relação às mulheres, cabe assinalar que o princípio que orientou sua admissão à cidadania política foi o evolutivo, ou seja, concedia-se o direito de voto à mulher *sui juris* (solteira, viúva, separada ou abandonada) e que tivesse economia própria (casada). Em relação à obrigatoriedade do alistamento e do voto, a Subcomissão preferiu não adotá-la pura e simplesmente, preferindo optar por meios que estimulassem e forçassem a prática do exercício do voto.[14]

O Código Eleitoral estabelecia também a representação proporcional para todos os órgãos coletivos de natureza política do país – questão que vinha sendo anteriormente debatida no âmbito do Direito Constitucional brasileiro – e criava, como grande inovação, a representação política das classes. O estabelecimento da representação classista, aliás, seria defendido, durante todo o período posterior de regulamentação e implementação da

[14] João C. da Rocha Cabral, *op. cit.*, pp. 21, 26, 27, 32 e 33.

medida, pelos elementos tenentistas ligados ao Clube 3 de Outubro. A introdução deste expediente no Código Eleitoral é considerada uma vitória e um fruto das pressões desta corrente política. Segundo depoimento de Augusto do Amaral Peixoto, a inclusão da representação de classes no Código Eleitoral de 1932 fora uma clara demonstração de força e prestígio do Clube 3 de Outubro, pois o texto original do decreto não a previa. Entretanto, já em mãos de Getúlio Vargas, a medida fora anexada por insistência de alguns Tenentes, o que, inclusive, chegara a contribuir para o afastamento do Ministro Maurício Cardoso da pasta da Justiça.[15]

Por fim, o novo Código instituía a Justiça Eleitoral, composta por um Tribunal Superior no Distrito Federal, por Tribunais Regionais em todas as capitais de Estado e por juízes eleitorais nas comarcas e distritos. Tal iniciativa eliminava um dos maiores problemas eleitorais do país, uma vez que retirava do Poder Legislativo a faculdade de fiscalizar as eleições e re-conhecer os candidatos eleitos. Esta havia sido a base formal sobre a qual se assentara o mecanismo da chamada política dos Governadores da República Velha, que perpetuava no poder os situacionismos locais, bloqueando, pelas "degolas", a ascensão de quaisquer elementos da oposição.

O estabelecimento da Justiça Eleitoral, ao lado do voto secreto, ganhava a dimensão de um ato de moralização da vida política no Brasil, possibilitando a livre expressão da vontade popular e a abertura do jogo político democrático com a participação efetiva das oposições. Através destas duas inovações, o Código estava, ao menos institucionalmente, realizando uma verdadeira reforma no que se referia às bases de legitimidade do Estado, respondendo, sem dúvida, às pressões políticas do movimento das camadas médias e do proletariado urbano, ocorrido na década passada. Ao atingir o mecanismo de reconhecimento de poderes instituído por Campos Salles, alterava-se toda uma fórmula política que vinha garantindo estabilidade e legitimidade ao Governo através da participação de um corpo restrito de cidadãos. Os novos procedimentos políticos criados pelo Código Eleitoral feriam certos fundamentos básicos do Estado oligárquico da República Velha e abriam, teoricamente, a possibilidade de a "nova" legitimidade do Estado depender de um conjunto mais abrangente de cidadãos. Assim, a ampliação da participação política – o exercício do direito de voto – estava sendo realizada tanto pelo puro e simples aumento quantitativo do corpo de votantes (como é o caso do eleitorado feminino) quanto pelos mecanismos políticos que possibilitavam a incorporação real

Depoimento de Augusto do Amaral Peixoto, História Oral, CPDOC, FGV.

de parcelas da população até então marginalizadas pelo "desvirtuamento" dos costumes eleitorais da nação.

O próprio Getúlio Vargas define o significado do novo Código Eleitoral e seu objetivo preparatório na marcha para a reconstitucionalização do país:

> "O Governo Revolucionário, responsável pelo saneamento dos costumes políticos contra os quais a nação se rebelou, não poderia cogitar de reorganizá-la constitucionalmente, antes de aparelhá-la para manifestar, de modo seguro e inequívoco, a sua vontade soberana. A reforma eleitoral que era, para mim, compromisso de candidato (...) tornou-se imposição inadiável ao assumir a Chefia do Governo Revolucionário".[16]

Pouco tempo depois de decretado o Código Eleitoral – embora já há um ano da instituição do Governo Provisório –, a 14 de maio de 1932, é expedido o Decreto n.º 21.402, que fixava para 3 de maio de 1933 a realização de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e previa a formação de uma comissão encarregada de elaborar um anteprojeto constitucional que deveria ser apresentado pelo Governo quando da instalação dos trabalhos da Constituinte.

Estas duas iniciativas governamentais, sem dúvida relevantes para a condução do processo de constitucionalização, foram tomadas num momento de grande tensão na política nacional. Na verdade, desde fins de 1931, a idéia da constitucionalização mobilizava intensamente expressivos setores das oligarquias dissidentes e vitoriosas em 1930, como a paulista (o Partido Democrático rompe com Vargas, abertamente, em janeiro de 1932), a mineira (o Partido Republicano Mineiro, representado basicamente pela facção de Artur Bernardes) e a gaúcha (tanto elementos do Partido Republicano Rio-Grandense quanto do Partido Libertador). As medidas concretas tomadas pelo Governo visando à constitucionalização não conseguiram arrefecer o ímpeto ofensivo destes setores, uma vez que a credibilidade na real aplicação das mesmas era pequena. De fato, havia razões suficientes para tal descrédito.

[16] Discurso de Getúlio Vargas na sessão solene de instalação da Assembléia Nacional Constituinte em 15/11/1933. Brasil, Assembléia Nacional Constituinte de 1934, *Anais*, Rio de Janeiro, Imp. Nac., 1935, vol. 1, p. 53.

O Governo Provisório adiara, durante mais de um ano, qualquer expediente visando à Constituinte e agora agia no sentido de reduzir as pressões que então se acumulavam. A promulgação do Código Eleitoral e a fixação da data das eleições para 3 de maio de 1933 representavam uma tentativa de acalmar o clima político. No entanto, não deram o resultado esperado. Fortes setores políticos, cuja expressão máxima ainda era o Clube 3 de Outubro, se articulavam e se pronunciavam claramente pela continuação da ditadura. Para eles, o adiamento das eleições para um futuro bastante indefinido vinha da necessidade de consolidar a obra revolucionária apenas iniciada. Precipitar a realização de eleições, segundo certos setores tenentistas, poria em risco todas as conquistas até então realizadas.

A Revolução Constitucionalista

É dentro deste quadro político de grande instabilidade que, em julho de 1932, eclode a Revolução Constitucionalista em São Paulo, convergindo para ela todos os esforços do Governo Provisório e as atenções do país. Sob múltiplos aspectos a Revolução de 1932 constitui um marco para o movimento revolucionário do pós-30. Simbolicamente, podemos situá-la como o acontecimento que inaugura o processo de reconstitucionalização do país e que pôs fim ao regime de força característico dos dois primeiros anos da década. Apesar de derrotada militarmente, essa revolução consegue impor o objetivo político a que se propunha: a imediata e completa reconstitucionalização através da convocação da Constituinte.

O Governo Provisório encontrava-se numa situação difícil e ambígua. Embora as cisões entre as forças oligárquicas, em 1932, tivessem permitido a vitória militar sobre a revolução paulista, esta vitória não constituía um elenco suficiente para que o Governo se recuperasse do abalo sofrido em sua legitimidade com a eclosão da guerra civil. Pressionado inclusive por elementos que lhe deram apoio na luta contra a Revolução de 1932, o Governo não podia protelar por mais tempo a tomada de medidas efetivas para o processo de recondução do país à ordem legal. Além disso, divididas por cisões internas que anunciavam um processo gradativo e ininterrupto de declínio do Tenentismo como movimento político autônomo, as bases políticas do Governo Provisório contrárias à constitucionalização perdiam progressivamente a solidez.

Na verdade, a corrente anticonstitucionalista já se dividia entre aqueles que aceitavam a inevitabilidade do processo de constitucionalização e começavam a se preparar para enfrentá-lo e tirar dele o melhor proveito possível e aqueles que permaneciam numa posição inamovível de defesa

da ditadura, recusando quaisquer iniciativas que visassem à articulação tenentista para o pleito de 3 de maio. Esta cisão permaneceu existindo mesmo depois da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sendo responsável tanto por tentativas de articulação política, dentro da Assembléia, contrárias ao predomínio dos grandes Estados (São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul), como por tentativas de conspirações militares para dar um golpe de Estado e implantar uma ditadura militar.

O importante a fixar nesta situação é que o Governo Provisório atravessa um momento de desarticulação em suas bases políticas, que o levou a ceder politicamente, embora tendo sido vitorioso do ponto de vista militar. Entretanto, a concessão que era feita resguardava para Governo uma condição essencial: o controle da direção e do encaminhamento do processo de constitucionalização que a Revolução de 1932 tornara irretroativo.

De fato, as Constituições não prevêem o procedimento para a formação do poder constituinte. Neste sentido, o controle deste processo representa um valioso recurso do poder para quem ocupa a Chefia do Governo, uma vez que assegura margens de interferência concreta, tanto na determinação das futuras regras de jogo político quanto pela possibilidade de atuar paralelamente ao desenrolar dos acontecimentos na Assembléia. Conforme Paulo Sérgio Pinheiro ressaltou, *"todas as Constituintes se defrontaram com esse problema crucial: o conflito entre representantes do povo e do Governante instalado no Poder Executivo, entre a Assembléia Constituinte e o Príncipe"*.[17]

No caso da Constituinte de 1933/34, a vitória militar sobre a Revolução de 1932 garantiu a Vargas uma ampla margem de poder e influência sobre a Assembléia que se instalava. O período que se inicia com o fim da guerra civil se caracteriza por um intenso movimento de mobilização e organização político-partidária, assegurado pela abertura do regime. E o próprio Chefe do Governo deseja e precisa participar deste movimento. Assim, de novembro de 1932 a abril de 1933, quando se encerram os prazos para o alistamento eleitoral e para a inscrição de candidatos, são criados ou reorganizados uma série de partidos no país.

Rearticulação da oligarquia

Em primeiro lugar, assiste-se à rearticulação das forças oligárquicas, quer em suas já tradicionais organizações partidárias – como o PRP, o PD e o PRM –, quer em novos partidos regionais,

[17] Paulo Sérgio Pinheiro. *op. cit.*, p. 32.

como o Partido Progressista mineiro (PP) e o Partido Republicano Liberal gaúcho (PRL). Neste último caso, os partidos, apesar de sua dimensão regionalista, apresentavam um princípio de formulação distinto, uma vez que disputavam exatamente com os antigos PRs, representando a força e o prestígio dos interventores federais, diretamente ligados e orientados pelo Chefe do Governo Provisório. Portanto, embora estas agremiações mantivessem com as antigas fórmulas partidárias da República Velha uma linha de continuidade, atestada por seu caráter regional, de fato significavam um enorme esforço de renovação política de cunho nitidamente pragmático. Isto porque, através destes partidos regionais de novo tipo, o príncipe conseguia fortalecer-se, reforçando a dimensão centralizadora do Governo Provisório, através de inúmeros e valiosos aliados, sem atingir de pronto e inutilmente as reservas eleitorais sempre sensíveis à defesa da autonomia estadual.

Este mecanismo duplo, que conseguia combinar um forte poder central com Executivos estaduais igualmente poderosos, encontra-se, neste momento da história política do Brasil, nitidamente ilustrado. O acompanhamento do processo político-partidário em alguns dos Estados mais importantes do país – como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco – mostra como a montagem da máquina partidária regional é capaz de refletir tanto o fortalecimento do interventor e de parcelas das forças políticas locais como a penetração da influência do Governo Central no Estado e o seu crescente poder de interferência.

Em segundo lugar, ainda no que se refere à questão partidária, verifica-se um significativo movimento, encabeçado por setores do Tenentismo, no sentido da criação de um Partido Nacional, que, rompendo com os regionalismos, atingisse o poder de algumas das mais fortes oligarquias do Centro-Sul. A tentativa de união das diversas correntes revolucionárias em torno de um programa mínimo que constituísse uma única bandeira partidária no país fracassa quase que completamente. Apenas a formação da União Cívica Nacional (UCN), que tem um relativo sucesso nos Estados do Norte e Nordeste, deixa entrever que algumas propostas chegam a passar da teoria à prática.[18]

Fora destas duas grandes linhas políticas, forma-se uma multiplicidade de partidos, mais ou menos significativos, para concorrer ao pleito, o

[18] Sobre a questão da formação de um Partido Nacional, nesta ocasião, ver os documentos sobre "O Acordo Revolucionário" no Arquivo Getúlio Vargas (GV, 1933. 02.15) CPDOC, FGV. Sobre a União Cívica Nacional ver Dulce Chaves Pandolfi, "A Trajetória do Norte: Uma Tentativa de Ascenso Político", mimeo, CPDOC, FGV, pp. 28-36.

que atesta a intensa mobilização ocorrida e o grau de independência de muitas dessas iniciativas.[19] Porém, ao mesmo tempo que tinha curso esse tipo de movimentação, o Governo Provisório continuava a patrocinar o encaminhamento de algumas medidas essenciais à instalação dos trabalhos da Constituinte.

Desta forma, em 1º de novembro de 1932, é assinado o Decreto nº 22.040, tendo em vista a necessidade de apressar e regular os trabalhos da Comissão Constitucional, especialmente encarregada da elaboração do Anteprojeto de Constituição a ser apresentado pelo Governo Provisório à Assembléia. Esta Comissão, criada em 14 de maio de 1932, portanto antes da Revolução Constitucionalista, seria composta de "*tantos membros quantos fossem necessários à elaboração do referido projeto e por forma a serem nelas representadas as correntes organizadas de opinião e de classe, a juízo do Chefe do Governo*".[20] O artigo 2° é, neste sentido, um bom exemplo do clima de abertura política da época, na medida em que se preocupa em assegurar uma pluralidade de pontos de vista nos debates que seriam travados, naturalmente a juízo de Vargas.

Dando seqüência ao encaminhamento do processo de constitucionalização, alguns dias depois de aprovado o decreto, quando Antunes Maciel (ex-membro do Secretariado do interventor gaúcho Flores da Cunha) assume o Ministério da Justiça, é criada uma Subcomissão para dar início aos trabalhos de elaboração do Anteprojeto. Esta seria conhecida como a "Subcomissão do Itamarati" e possuía a seguinte composição: Afrânio de Mello Franco, Presidente (a convite de Antunes Maciel); Temístocles Cavalcanti, Secretário-Geral; Assis Brasil, gaúcho, ex-membro da Comissão que elaborara o Código Eleitoral e Ministro da Agricultura; Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda; José Américo de Almeida, Ministro da Viação e Obras Públicas; Carlos Maximiliano, gaúcho e Relator-Geral da Subcomissão; Antônio Carlos de Andrada, ex-Presidente do Estado de Minas Gerais; Arthur Ribeiro, de Minas Gerais; Prudente de Moraes

[19] Vale ressaltar, no conjunto destas iniciativas, a organização da Liga Eleitoral Católica (LEC) que, definindo-se como uma força extrapartidária, atuou fortemente nas eleições de 1933, mobilizando o eleitorado católico e aí, particularmente, o feminino, que votava pela primeira vez. Devido à natureza deste texto, não nos dedicaremos a acompanhar os trabalhos da LEC, mas registramos a contribuição de M. Todaro, *Pastors, prophets and politicians: a study of Brazilian Catholic Church*, 1916-1945, Columbia University, Ph.D., 1971, especialmente o Cap. III.

[20] José Affonso Mendonça de Azevedo, *Elaborando a Constituição Nacional*, 1934, p. 257, transcreve os Decretos nºs 21.402 e 22.040, criando e regulando, respectivamente, os trabalhos da Comissão Constitucional.

Filho, de São Paulo; Agenor Roure; João Mangabeira; Oliveira Vianna e o General Góes Monteiro.

Os trabalhos da Subcomissão do Itamarati desenvolvem-se com numerosos debates e divergências, desde novembro de 1932 até maio de 1933, quando se encerram as reuniões, restando apenas a redação final para assinatura do anteprojeto constitucional, o que só ocorre em novembro de 1933. Durante todo este período, sucessivas questões são colocadas em pauta, desencadeando debates que a imprensa do país divulga e que já fazem antever alguns dos pontos de conflito da futura Assembléia. Como, por exemplo, podem ser citadas as divergências em torno da instituição da representação de classes (que não é aprovada no anteprojeto); da unidade ou dualidade da organização judiciária; da responsabilidade do Presidente da República e seus Ministros; das iniciativas no campo da legislação social etc.[21]

Mas o que realmente marca e recobre todos estes pontos é o grande debate em torno da centralização política, ou seja, do reforçamento das atribuições da União em face dos Estados. Esse debate coloca, de um lado, fervorosos defensores da autonomia estadual – como Arthur Ribeiro, Antônio Carlos e Prudente de Moraes – e, de outro, advogados da centralização, como Oliveira Vianna, João Mangabeira e Temístocles Cavalcanti. Este último, resumindo e definindo o caráter essencial do Anteprojeto de Constituição, situa a seguinte problemática:

> "A Federação, como existia entre nós, e o individualismo foram os dois processos de desassociação que nos trouxe a Constituição de 1891. A primeira ia nos desagregando politicamente; o segundo criou este espírito de dissolução social que nos priva, até hoje, de qualquer sentimento coletivo, tão necessário à própria existência da nação.
>
> Impõe-se, por isso mesmo, uma tendência para a unidade, mas de maneira que a subsistência da forma federativa não se torne incompatível com a organização de um Estado, integral em sua acepção mais genérica, que seja a expressão da unidade nacional".[22]

Expressando e representando dentro da Subcomissão "a mentalidade dos revolucionários independentes", segundo palavras de Juarez Távora,

---

[21] Antes da conclusão do Anteprojeto retiram-se da Subcomissão Arthur Ribeiro e Oliveira Vianna, sendo substituídos por Castro Nunes e Solano da Cunha.

[22] Temístocles B. Cavalcanti, *À margem do anteprojeto*, Rio de Janeiro, Ed. Irmãos Pongetti, 1933, p. 8.

Temístocles Cavalcanti localiza estas duas questões básicas em torno das quais muitas outras se agregariam.[23]

De uma forma muito esquemática, as principais conclusões do anteprojeto, composto de 129 artigos, foram as seguintes: supressão do Senado e criação do Conselho Supremo; instituição do Legislativo formado de uma Câmara única: a Assembléia Nacional; eleições diretas para o Legislativo; participação dos Ministros no Legislativo; rejeição da representação de classes, consagração da legislação trabalhista e da concernente à nacionalização e proteção da economia; legislação sobre educação, saúde, funcionalismo e família, e legislação sobre segurança nacional.

Além do decreto que criou a Subcomissão do Itamarati, dois outros assinalam a condução, pelo Governo Provisório, do processo de constitucionalização. Um é o Decreto nº 22.364, de 27/01/1933, que determina os casos de inelegibilidade. Por meio dele, são declarados inelegíveis para a Assembléia Constituinte: o Chefe do Governo Provisório, os interventores federais, os Ministros de Estado, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Supremo Tribunal Militar, do Superior Tribunal de Contas e do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, além dos Chefes e Subchefes dos Estados-Maiores do Exército e da Armada.

O outro é o Decreto nº 22.621, de 10/05/1933, que define a convocação e composição da Assembléia, ou seja, seu Regimento Interno – talvez o documento que mais explicitamente atestava a interferência do Príncipe nos assuntos pertinentes à Assembléia. O decreto determinava que cabia à Assembléia elaborar uma nova Constituição, julgar os atos do Governo Provisório e eleger o Presidente da República, dissolvendo-se logo em seguida. Estabelecia que a Constituinte seria integrada por 214 deputados eleitos na forma da lei e mais 40 representantes classistas, eleitos por sindicatos legalmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Previa, igualmente, a inviolabilidade dos Deputados eleitos e criava um controle da presença destes nas sessões legislativas.

Com a promulgação do Regimento Interno, o Governo Provisório encerrava também a discussão que até então se travava em torno da instituição da representação de classes na Constituinte. Prevista no Código Eleitoral, essa representação fora rejeitada pela Subcomissão do Itamarati, levantando uma série de polêmicas. Na medida em que o Governo confirmava a participação dos representantes classistas na Constituinte, a decisão

---

[23] Carta de Juarez Távora a Antunes Maciel. Arquivo Antunes Maciel (AM, 32.11.09/02), CPDOC, FGV.

final da questão ficava adiada para os trabalhos da Assembléia, quando se definiria a manutenção ou rejeição da medida do texto constitucional.

A esse respeito, são ainda promulgados dois decretos: o Decreto nº 22.653, de 20/04/1933, estabelecendo o número e o modo de escolha dos Deputados classistas, e o Decreto nº 22.696, de 11/05/1933, regulando as instruções para dar cumprimento ao pleito que se realizaria em julho de 1933. Desta forma, os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (até 20 de maio) poderiam eleger Delegados-Eleitores que, reunidos em Convenção Nacional no Distrito Federal, escolheriam os Deputados classistas.[24] Este pleito, portanto, seria realizado independentemente do de 3 de maio e até com o conhecimento de seus resultados.

As eleições transcorreram no dia previsto em todo o território nacional, sendo a proclamação dos candidatos eleitos realizada a 26 de junho, em sessão plenária do Superior Tribunal Eleitoral. Concorreram ao pleito nada menos que 802 candidatos, disputando ao todo 214 cadeiras, conforme se vê no quadro a seguir.

Número de Cadeiras e Candidatos à
Assembléia Nacional Constituinte
(por Estados da Federação)

ESTADOS	*CADEIRAS*	*CANDIDATOS*
Acre	2	3
Amazonas	4	5
Pará	7	22
Maranhão	6	22
Piauí	4	11
Ceará	10	31
Rio Grande do Norte	4	7
Paraíba	5	8
Pernambuco	17	26
Alagoas	6	6
Sergipe	4	14
Bahia	22	31
Espírito Santo	4	4

[24] Sobre o processo de implantação da representação de classes na Constituinte de 1934, ver Ângela Maria de Castro Gomes, "A representação de classes na Constituinte de 1934", *in Revista de Ciência Política,* Rio de Janeiro, vol. 21, nº 3, setembro de 1978, pp. 55-62.

Estado do Rio	17	180
Distrito Federal	10	150
São Paulo	22	95
Paraná	4	7
Santa Catarina	4	9
Rio Grande do Sul	17	28
Minas Gerais	37	135
Goiás	4	4
Mato Grosso	4	4
Total	214	802

Fonte: *A Gazeta*, São Paulo, 2 de maio de 1933. Lux do Arq. Waldomiro Lima, CPDOC, FGV.

De uma forma geral, apesar das acusações de fraudes e até mesmo da anulação das eleições em alguns Estados, como Espírito Santo, Mato Grosso e Santa Catarina, o processo eleitoral teve um encaminhamento seguro por parte do Governo Provisório. Os resultados eleitorais asseguraram ampla vitória aos situacionismos estaduais, configurando uma Assembléia Constituinte caracterizada pela dominância de tendências governistas.

Ultrapassada essa etapa, as atenções se voltaram para os preparativos visando à instalação dos trabalhos constitucionais, que ocorreria a 15 de novembro de 1933.

3. O CONFRONTO POLÍTICO

O período do Governo Provisório é caracterizado, basicamente, pela explicitação e agudização do confronto político entre as duas principais forças que realizaram a Revolução de 1930. Aproximando-se pela crítica às práticas políticas da República Velha e objetivando a tomada do poder, Tenentes e forças oligárquicas dissidentes unem-se taticamente, de início, sob a bandeira da Aliança Liberal e, posteriormente, na fase de conspirações militares, cabendo aos primeiros a incontestável liderança do movimento armado que levou ao poder Getúlio Vargas.

Instalado o Governo Provisório, iniciam-se as divergências e todo um processo de disputa pela direção política da nação, quer em nível federal, quer estadual. Num primeiro momento, verifica-se uma verdadeira ofensiva dos Tenentes que, articulando-se politicamente e constituindo o Clube

3 de Outubro, conseguem abalar o poder dos quadros políticos oligárquicos vitoriosos em 30.

A contra-ofensiva, porém, não tarda. Já no ano de 1931, algumas das mais importantes oligarquias reorganizam-se politicamente, passando a desenvolver contatos solidários que têm como alvo principal o controle e a influência que os Tenentes exerciam sobre o aparelho de Estado e também sobre o Chefe do Governo Provisório. Inúmeros acontecimentos ilustram este momento inicial de uma disputa política.

Cabe ressaltar, entretanto, que durante todo este período a questão da constitucionalização do país vai emergindo como o ponto de convergência e de expressão do conflito, capaz ao mesmo tempo de unificar facções oligárquicas e de contrapô-las aos setores "revolucionários" do Tenentismo. A constitucionalização transforma-se paulatinamente, nos anos que vão de 1930 a 1933, no cerne do confronto de duas propostas, de duas alternativas políticas básicas para o futuro do regime e até mesmo da Revolução.

Este sentido amplo e simbólico da campanha *pró* ou *contra* a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte pode ser mais bem esclarecido quando se percebe o significado que tal campanha adquire no contexto político dos primeiros anos da década de 30. Para certos setores oligárquicos, afastados do poder em seus Estados – como é o caso do Partido Democrático em São Paulo e de uma poderosa ala do Partido Republicano Mineiro (a de Artur Bernardes) – ou que se consideraram preteridos na composição do Governo Central – como aconteceu com o Partido Republicano Rio-Grandense –, a constitucionalização passa a significar a possibilidade de retomada das posições políticas a que julgavam ter direito. Desta forma, o objetivo mais imediato da constitucionalização era o desalojamento dos elementos tenentistas dos postos que então detinham através de um movimento de contestação do regime de força vigente. O instrumento para tal ação seria, sem dúvida, a reorganização e reativação das máquinas político-partidárias das oligarquias, cujo poder essencial continuava residindo no controle exercido sobre o eleitorado rural. Os currais eleitorais da Primeira República permaneciam intactos, já que a Revolução não atingira o poder político dos Chefes locais, fundado na grande propriedade da terra e nas condições semi-servis de trabalho no campo, que garantiam a submissão política desse vasto eleitorado.

Deste fato estavam perfeitamente cientes os setores "revolucionários" do Governo Provisório e, por esta razão, para o Tenentismo a questão se colocava de forma inversa. Tratava-se de manter as posições arduamente conquistadas às forças oligárquicas, sendo que a constitucionalização

poderia pôr em risco todo este esforço, permitindo a rearticulação de elementos que estavam muito longe de ver afetadas as bases de seu poder.

Evidentemente, este conflito não se esgotava numa simples luta do poder pelo poder. De uma forma muito esquemática, o que estava em jogo era toda uma diretriz de organização institucional do Estado do Brasil. Os Tenentes, por exemplo, procuravam emprestar ao Estado uma orientação claramente *centralizadora*, de reforço dos poderes intervencionistas da União, inclusive na área econômica e social. A execução desta proposta deveria estar pautada em padrões técnicos de administração, sendo sua eficácia garantida por um regime político forte, isto é, pela permanência da ditadura como meio de sanear costumes e redefinir os ideais da nação. Desta forma, os setores revolucionários do Tenentismo, ao mesmo tempo que despolitizavam o campo da política – transformando-a em atividade administrativa, particularmente nas esferas estaduais e municipais –, defendiam um modelo de Estado nitidamente antiliberal, na medida em que a crítica à oligarquia confundia-se com a crítica ao liberalismo utópico e desvirtuador da República Velha. Já os setores oligárquicos divergentes insistiam na manutenção das prerrogativas de autonomia estadual e na limitação dos poderes da União, enfim, na defesa do *federalismo* como ponto-chave da organização política do país. Lutavam, por conseguinte, pela defesa dos princípios políticos liberais que respaldaram e possibilitaram a hegemonia desse grupo ao tempo da Primeira República.[25]

Para uns e para outros, o binômio centralização *versus* federalismo representava a pedra-de-toque em torno da qual todas as outras questões confluíam, e a proposta da constitucionalização assumia, neste contexto, a dimensão do principal movimento capaz de alterar a situação vigente, colocando em debate público esta divergência primordial. É por esta razão que, até 1932, e mesmo depois, são inúmeras as manifestações de importantes figuras ligadas ao Tenentismo que firmam posição contrária à convocação da Constituinte, sempre frisando os riscos que tal acontecimento poderia trazer em termos do retorno ao passado. A formação das frentes únicas (FUG, FUP) e, por fim, a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932 explicitam o radicalismo a que os antagonismos haviam chegado e tornam o processo de constitucionalização um fato consumado, apesar da vitória militar do Governo sobre os paulistas.

---

[25] Sobre as relações liberalismo-oligarquias na República Velha ver Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978, cap. V, e também Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976, cap. III.

A situação política que se delineia a partir de fins de 1932 é marcada por um dos mais complexos momentos de divisão interna das principais forças políticas do país. Para a compreensão deste momento é preciso, antes de mais nada, fixar que nem as forças oligárquicas nem o Tenentismo eram um bloco coeso.

A vitória governamental sobre a Revolução Constitucionalista só pode ser entendida quando levamos em conta as divisões internas entre as principais facções regionais oligárquicas que dela deveriam participar. Nesse quadro, o Governo Provisório, utilizando todos os seus recursos do poder, estimula tais cisões, permitindo o isolamento dos paulistas e sua posterior derrota militar. A não-adesão do Rio Grande do Sul e a participação ativa de Minas Gerais nos combates aos constitucionalistas, deixando a facção bernardista do PRM impedida de agir, ilustram bem a alteração substancial ocorrida nas relações entre os poderes central e estadual (via interventores). O Tenentismo, que inegavelmente ainda dispunha dos principais cargos da Administração Pública, apresentava-se igualmente cindido, principalmente no que dizia respeito a suas relações com as oligarquias.

As divergências no interior do movimento já se vinham manifestando-se e tornando-se do conhecimento público através de significativos debates travados entre os componentes do Clube 3 de Outubro. Em abril/maio de 1932, essas questões chegam a assumir uma clara dimensão conflitual, representada pelos pedidos de demissão de personalidades como Oswaldo Aranha e o General Góes Monteiro. Na verdade, este incidente traduzia um esforço de aproximação de uma ala destes elementos com as forças oligárquicas, o que implicava uma linha mais conciliadora, de aceitação, por exemplo, da idéia da constitucionalização como um fato, se não desejável, ao menos inevitável e que deveria ser enfrentado. Por outro lado, permaneciam dominando o clube setores mais radicais, que não aceitavam tal tipo de aproximação e que continuavam firmes na proposta de manutenção da ditadura como fator essencial para a consecução dos objetivos revolucionários de 1930.

Este problema básico de orientação política em face das pressões oligárquicas seria, em grande parte, responsável pelo início de um processo de declínio do movimento tenentista e pelo crescente surgimento de uma outra força política que, a partir de então, começaria a marcar sua presença: o Exército. Em face deste contexto, torna-se mais compreensível o fato de ter o Governo Provisório "cedido" aos objetivos políticos da Revolução de 1932, apesar de tê-la derrotado completamente do ponto de vista

militar. O abalo sofrido pelo Governo Provisório tinha origem tanto nas pressões oligárquicas pela constitucionalização quanto nas crises que corroíam visivelmente a força política do Tenentismo.

Por tudo isto, a campanha pela Constituinte acaba por transformar-se na ponta-de-lança de contestação ao regime, tendo o efeito de feri-lo e obrigá-lo a toda uma reestruturação. O período da constitucionalização, que se inaugura a partir dos meses finais de 1932, vai estabelecer uma série de alterações nas alianças do poder e, principalmente, estimular esforços de mobilização e organização política, tendo em vista a instalação dos trabalhos de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Para o Tenentismo, para as oligarquias e para Vargas, a Constituinte resumia uma experiência crucial. Se de um lado ela forçava uma abertura do sistema político, caracterizando um momento privilegiado de experiência liberal-democrática, por outro possibilitava a canalização dos conflitos políticos para um espaço institucional delimitado e "permitido", o que poderia resultar num efetivo grau de controle sobre os mesmos. É dentro desta ambigüidade marcante – que o contexto político da Constituinte é capaz de criar – que assistimos a múltiplas tentativas de articulação política no país, onde é fundamental a observação do papel assumido por Vargas.

Sem dúvida, a Constituinte era uma imposição que o Governo Provisório procurava absorver, tentando tirar dela os maiores benefícios, com as menores perdas. O sucesso neste empreendimento estava, portanto, diretamente vinculado à capacidade de o Príncipe colocar sob seu controle os rumos do processo de organização política. Havia, de fato, até uma possibilidade de fortalecimento do poder de Vargas, já que o momento de abertura política poderia trazer um relativo compromisso entre as principais forças em confronto, eliminando as tendências mais radicais e passíveis de comprometer o equilíbrio e a ordem vigente. É claro que tal possibilidade implicava uma estreita participação do Príncipe em todos os arranjos políticos do período pré-eleitoral e também do período de funcionamento da Constituinte; em outras palavras, implicava uma verdadeira condução do processo constitucional por parte do Chefe do Governo Provisório.

No entanto, os momentos de liberalização de regimes políticos fortes oferecem sempre margens de risco, uma vez que é praticamente impossível controlar todo o espaço político que então se abre para debate e colocação de propostas. Neste sentido, a perda de controle do processo pelo Príncipe é uma ameaça real e permanente, sendo sua contrapartida o enfraquecimento e até a exclusão do cenário político deste personagem-chave. Neste

caso, pelo menos duas alternativas são possíveis. A primeira delas é a união das correntes políticas que, no campo institucional do debate, alinham-se contra a figura do Príncipe e contra aquilo que a sua permanência no poder pode significar. Cabe ao Príncipe, portanto, prevenir esse tipo de alianças, trabalhando continuadamente com o objetivo de atrair para o poder central os setores potencialmente ou explicitamente de oposição, oferecendo-lhes, por exemplo, benesses que o controle da administração pública permite. A segunda alternativa surge do fato de que é sempre possível que nem todas as correntes políticas sejam canalizadas para o espaço permitido, continuando a articular-se por caminhos que, por seus meios e fins, rompem o equilíbrio legal. A via conspiratória de ação política – particularmente nos meios militares que têm amplos recursos para tanto – permanece como possibilidade viável a certos grupos descontentes com os rumos da constitucionalização e da abertura política.

De fato, a Constituinte era uma necessidade, e o Governo a reconhecia, uma vez que o regime legal tornava-se uma demanda inadiável. Era preciso enfrentar este momento político que basicamente significava a passagem ao estado de direito.

Discurso de Raul Fernandes

Raul Fernandes, em seu discurso de saudação a Vargas no dia da instalação solene dos trabalhos da Assembléia, lembra, de forma bastante apropriada, o teste por que passavam o regime e a revolução e, principalmente, o significado político daquele momento:

> É o batismo da legalidade vindo cobrir com o manto da sua majestade a obra de força realizada em outubro de 1930, para reivindicar as liberdades públicas esmagadas pela corrupção do regime.
>
> Os Governos ditatoriais, meus senhores, além das vicissitudes próprias à sua natureza, têm, notoriamente, uma grande dificuldade na passagem para o regime legal.
>
> Os ditadores hesitam, alguns recuam definitivamente e organizam a autocracia, depois da qual é um enigma insolúvel apurar se a Nação aderiu ou não a essa organização do Estado. Outros tergiversam, adiam e, por fim, fraudam a manifestação da opinião pública e cobrem-se com o voto falsificado para obter a ratificação do movimento de força de que nasceram. Mas todos, por um ou por outro modo, procuram a sanção moral da legalidade, porque, a despeito das teorias, segundo as quais a força ainda é um Direito Político, a fonte mais abundante do Direito nunca, nem mesmo na Alemanha, pátria dos teoristas do Direito Público Moderno, nenhum deles abriu mão da sanção popular para os regimes criados revolucionariamente.

> Essa experiência, entre nós, está feita (...) e como a Nação, por esmagadora maioria e livremente, levou a esta Assembléia Deputados partidários do golpe de outubro de 1930, é lícito dizer, de hoje por diante, que o poder, começando de fato apoiado na força, passou a ser um poder sancionado pela Justiça – pois a Justiça, em Política, é a adesão do Povo Soberano".[26]

O trecho transcrito deixa claro que havia duas etapas neste processo de transição para a ordem legal. A primeira delas, *o momento eleitoral,* compreendendo todos os preparativos organizacionais para o pleito e a realização das eleições propriamente ditas. A segunda, o *momento posterior dos trabalhos da Assembléia,* desdobrado em duas outras etapas: a de sua instalação, marcada pelas articulações visando à formação do corpo de elementos que dirigiriam suas atividades, e a que correspondia à própria elaboração da nova Carta constitucional.

Para o Príncipe, era essencial a participação e a intervenção nestes dois momentos políticos. No primeiro deles, o problema central era o enfrentamento da questão partidária, processo em que as correntes de opinião se articulariam em termos partidários para, mais tarde, se expressarem no interior da Assembléia. No segundo, a questão-chave era a de articular alianças para a garantia da condução dos trabalhos da Assembléia.

Em relação ao problema partidário, no contexto político da década de 30, dois caminhos básicos poderiam ser assinalados, a partir das propostas organizacionais das oligarquias e dos setores tenentistas mais radicais.

Basicamente, o Tenentismo procurava responder aos avanços políticos oligárquicos com a proposta de formação de um Partido Nacional. Outras tentativas haviam sido feitas neste sentido, mesmo antes que a convocação da Constituinte recolocasse este objetivo em outros termos, digamos, mais práticos e urgentes. As experiências das Legiões Revolucionárias, e principalmente o esforço frustrado de transformação do Clube 3 de Outubro em partido político, ainda no início do ano de 1932, confirmam este fato.[27] Entretanto, diante das cisões ocorridas no interior do clube e da proximidade do pleito eleitoral, intensificam-se os esforços no sentido renovador da prática político-partidária do país. Tais esforços ficam atestados pelas bases de elaboração do chamado Acordo Revolucio-

---

[26] Brasil. *Anais da Assembléia Constituinte de 1934*, vol. 1, pp. 43 e 44.

[27] Sobre a tentativa de transformar o Clube 3 de Outubro em partido político e a derrota desta iniciativa ver o excelente relato de Augusto do Amaral Peixoto em sua entrevista ao CPDOC, já citada anteriormente.

nário, no qual tomam parte todos os Ministros civis do Governo Provisório, e mais: João Alberto, o General Góes Monteiro, Antônio Carlos de Andrada, e diversos interventores estaduais – Ari Parreiras (RJ), Pedro Ernesto (DF), Carneiro de Mendonça (CE) e Rogério Coimbra (AM). O sentido do acordo pode ser caracterizado por algumas de suas passagens:

> "Todos os adversários da Revolução acham-se unidos por um objetivo comum, que é a posse do poder, de que foram afastados, pela Revolução de 1930, ou posteriormente, por uma seleção necessária, dentro do próprio Governo Revolucionário. (...)"
>
> "As diversas correntes revolucionárias necessitam oferecer uma frente coesa ao adversário comum. (...)"
>
> "Todos os Estados deverão, por seus elementos de governo e correntes revolucionárias, deixar bem clara a união contra a desordem, independentemente de qualquer divergência de caráter ideológico que possa existir entre suas correntes políticas. (...)"
>
> "Esta coligação será o primeiro elo de união e o primeiro passo para a formação de um partido político nacional. (...)"
>
> "Os interventores podem e devem interessar-se pela arregimentação política dos elementos que fizeram a Revolução (...) pois só assim a obra de reconstrução revolucionária será amparada e protegida no próximo regime constitucional".[28]

A união das correntes "revolucionárias", sobrepondo-se às suas diverências, seria concretizada na formação de um partido nacional, cujo bjetivo deveria ser o enfrentamento do "adversário reacionário" comum, a luta pela manutenção, dentro do regime constitucional, da diretriz olítica que começara a ser implementada no Governo Provisório e que se ia agora ameaçada.

Os interventores surgem como o elemento central para a garantia da onsecução e do sucesso do projeto político. A esta nova figura da adminisação estadual era atribuída a tarefa de arregimentação e unificação das foris políticas estaduais, bem como a sua integração em nível federal. Portanto, mesmo o traçado de um partido político nacional não conseguia fugir, n suas bases de organização, do modelo regionalista de "fazer política".[29]

Arquivo Getúlio Vargas (GV, 33.02.15), CPDOC, FGV.

Pode-se observar que, em 1945/46, a formação dos primeiros partidos nacionais também ıscava suas bases organizacionais nas máquinas políticas dos Estados, e nas figuras dos

O interesse e a participação do Chefe do Governo neste tipo de proposta evidenciam sua intenção continuísta que a documentação sobre o período torna inquestionável. Apenas para ilustrar o tipo de aconselhamento característico de Vargas, citamos uma carta enviada ao interventor do Ceará, Carneiro de Mendonça:

> "Aproximando-se (...) a época das eleições para a Constituinte, parece-me natural que comecem a movimentar-se as correntes de opinião, organizando-se em partidos e grupando-se eleitoralmente na defesa de programas definidos (...). Com mais forte razão, não se podem alhear de semelhante movimento os que acompanhando e fortalecendo as aspirações nacionais se levantaram em armas, arriscando a vida pela vitória de suas idéias. Quando a luta (...) se transfere do prélio das armas para o das urnas é (...) lógico que o mesmo espírito de combatividade os mantenha como parte da contenda (...) pois não seria razoável que permanecessem meros espectadores, indiferentes pela sorte do país (...).
>
> Entre estas atitudes extremas, há evidentemente um meio-termo que consiste em não se desinteressar totalmente do pleito de 3 de maio (...)."

Após estas observações, Vargas conclui com uma advertência velada:

> "Aos Interventores deixo inteira liberdade na escolha da conduta a seguir, bem como a responsabilidade pelas conseqüências daí resultantes (...).
>
> Resumindo, penso (...) que ninguém deve desinteressar-se pela organização política do país, principal objetivo das próximas eleições. Não imponho, nem aconselho, entretanto, como penhor para a permanência nos cargos de Interventores, assumirem a chefia ostensiva de qualquer agremiação partidária. A esse respeito, dou-lhes inteira liberdade de ação".[30]

Este tipo de proposta, entretanto, acaba por falhar em seu grande objetivo – a formação do Partido Nacional –, só alcançando resultados parciais em uma região do país: o Norte-Nordeste. A União Cívica Nacional (UCN) é o produto mais palpável desta iniciativa de orientação

---

Interventores os seus principais líderes. O exemplo do Partido Social-Democrático (PSD) é a ilustração clássica. Sobre este processo ver Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos no Brasil (1930-1964)*, São Paulo, Alfa Ômega, 1976, cap. V.

[30] Arquivo Getúlio Vargas, carta de 15/02/1933 (GV,33.03.01), CPDOC, FGV.

tenentista, que, embora consiga reunir em torno de si as bases políticas do "Bloco Norte", não é capaz de atrair partidários nos grandes Estados do Centro-Sul.

A adesão dos setores mais substanciais das forças políticas do Norte-Nordeste a este tipo de proposta pode ser entendida a partir de sua situação de subordinação política e econômica às oligarquias dominantes do Sul durante toda a República Velha. O momento da constitucionalização pós-30, da mesma maneira que a Revolução de 1930, representava uma oportunidade de afirmação nacional destes interesses regionais, para o que a união das forças políticas era, reconhecidamente, essencial. Ademais, como a estratégia de fortalecimento político e econômico da região implicava afastar do poder os interesses do Sul, passava diretamente pelo reforçamento do Governo federal, o que convergia com as diretrizes intervencionistas e centralizadoras do Tenentismo, embora sem excluir a defesa de níveis substantivos de autonomia estadual.

Apenas com este exemplo fica clara a complexidade da divisão e das alianças políticas do período, que de modo algum opõem de forma simples e coesa Tenentismo e forças oligárquicas. Estes dois pólos conflituais cindem-se e interpenetram-se em contínuos rearranjos, que dão a tônica da instabilidade política vigorante.

Esta situação, entretanto, não nos impede de caracterizar como nitidamente estaduais as iniciativas de organização político-partidária da maior parte das oligarquias do país, em contraste com a orientação francamente nacional das forças políticas tenentistas. Evidentemente, trata-se, para algumas destas facções oligárquicas, de reativar um tradicional partido ainda existente. É o caso clássico de São Paulo, onde os mais importantes partidos da República Velha – o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP) – reorganizam-se e unem-se, ao lado de outras agremiações políticas, formando a Chapa Única por São Paulo Unido, que assume, inicialmente, uma clara posição de combate ao Governo central e de defesa do federalismo. Em Minas, o Partido Republicano Mineiro (PRM), embora duramente abalado em suas bases de poder, concorre ao pleito de 3 de maio.

Reestruturação partidária

Entretanto, como mencionamos anteriormente, uma série de novos partidos regionais surge, entre fins de 1932 e início de 1933, sob a liderança dos interventores e o beneplácito do Príncipe. Estes PRs da década de 30 mantinham também o caráter regionalista dos PRs da Primeira República, alterando, entretanto, as bases de suas relações com o poder central. Assim, alguns indicadores básicos atestavam

um processo de reformulação da estrutura político-partidária do país – e não a conservação pura e simples dessa estrutura. A figura do Interventor, com sua posição política oficial de delegado do Poder Executivo, dá, em grande medida, a linha das alterações sofridas.

Vale ressaltar, inclusive, que estes partidos representavam uma tentativa de suplantar experiências políticas anteriores, desgastadas durante os anos do imediato pós-30 e, especialmente, pela Revolução de 32. O Partido Progressista (PP), de Minas, e o Partido Republicano Liberal (PRL), do Rio Grande do Sul, ocupavam, objetivamente, o espaço político deixado pelo esgotamento das tradicionais organizações partidárias da República Velha; deviam, portanto, combatê-las, eliminando-as politicamente. Bem ou mal, eram uma alternativa que oferecia como principal vantagem as estreitas ligações com o poder central e todos os benefícios imediatos e concretos que daí poderiam advir.

Estes partidos, sem dúvida, também foram criados sob o estímulo e orientação de Getúlio Vargas, que sem abandonar a proposta de formação de um partido nacional patrocinava a emergência de novos núcleos estaduais liderados por "seus" Interventores do eixo Centro-Sul. Porém, não se deve pensar em contradição em face deste estilo de atuação política, inclusive porque, até um certo momento, os dois esforços poderiam ter caráter complementar. Na verdade, chega-se a desenvolver uma tentativa de atração tanto do PP quanto do PRL, quando da formação da União Cívica Nacional, tentativa, de resto, infrutífera.

Neste sentido, é importante assinalar que, de fato, a Assembléia Nacional Constituinte de 1934 apresentou-se organizada por bancadas estaduais onde muitas vezes dominava um só partido, a exemplo da República Velha. A persistência desta dimensão regionalista de organização partidária, bem como a falência das tentativas de formação de um Partido Nacional são, inclusive, para muitos analistas do período, o grande problema que a Constituinte vai enfrentar como reflexo das insuficiências do processo revolucionário inaugurado em 1930. Sobre o assunto, assim escreve um jornalista da época:

> "(...) Apesar de sua (da Revolução de 1930) organização aparentemente centralizadora que transformou os Governadores de Estados em delegados do Governo Central e apesar das declarações dos patriotas de que a Revolução não reconheceria bairrismos, os 21 Interventores nos quais se fracionaram os poderes discricionários do Chefe do Governo Provisório fizeram suas 21 políticas locais esquecidos da causa nacional

(...) A Assembléia Constituinte, como os velhos congressos, veio dividida em 'bancadas' e a política nacional parece obedecer à velha política dos Governadores (...)".[31]

Entretanto, é igualmente necessário fixar que, embora sob a aparência mais visível de continuidade, uma série de alterações havia ocorrido no cenário político do país de forma irreversível. Se o confronto básico a que se vai assistir na Constituinte é aquele entre federalismo e centralização, importa qualificar, por exemplo, que para muitos defensores da Federação tal proposta não mais se chocava com um crescente papel intervencionista do Estado em assuntos de política econômica e social, cuja necessidade a crise internacional se encarregara, fartamente, de demonstrar. Mesmo em termos do aspecto específico da organização partidária, haviam sido feitos alguns ensaios atestando a possibilidade concreta de um avanço do poder central sobre as bases da política estadual, por ele mesmo fortalecidas através da figura do Interventor. As eleições de 3 de maio de 1933 acabam por consagrar, de forma geral, a vitória destes novos partidos regionais, assegurando ao Chefe do Governo bases seguras na Constituinte. Além disso, o equacionamento de algumas importantes crises políticas, como a crise de sucessão mineira, demonstrava igualmente que, pelo menos no primeiro teste, o regime e Vargas tinham-se saído muito bem.

O segundo dos momentos cruciais do processo de constitucionalização é o da instalação e funcionamento da Constituinte. O exercício de influência neste *locus* político, entretanto, exige do Príncipe outros tipos de artifício e o desenvolvimento de cuidadosas articulações. Seu esforço, todavia, pode vir a ser amplamente recompensado, já que o objetivo último de toda a sua atuação é, inegavelmente, a eleição para o cargo de Presidente constitucional da República.

A formação da Mesa para dirigir os trabalhos da Assembléia e particularmente a escolha do político que irá presidi-la não podem escapar da interferência governamental. Estes postos, fundamentais ao decurso dos trabalhos parlamentares, constituíam os primeiros grandes recursos políticos no jogo de barganhas que se iria iniciar. Neste sentido, os meses que transcorrem das eleições, em maio, até a instalação da Assembléia, em novembro, são plenos de contatos e movimentações visando à montagem de uma solução que, garantindo a segurança futura do Príncipe, não

---

[31] Elias Chaves Neto, "São Paulo na Constituinte", *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 de março de 1934.

descontentasse, ao menos, a grande maioria das correntes políticas que participariam da Assembléia. Tais articulações mobilizam os Ministros do Governo e principalmente os Interventores.

Na liderança da condução desta questão encontrava-se o próprio Interventor do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, que era também o Presidente do PRL. Flores da Cunha, ao lado do Ministro da Justiça, o gaúcho e seu ex-Secretário Antunes Maciel, conduz as negociações em nome de Vargas. Na verdade, desde o mês de agosto, sabe-se que a Presidência da Assembléia deverá caber a Minas Gerais, mais precisamente a Antônio Carlos de Andrada, político do PP.[32] No entanto, é somente às vésperas da instalação da Assembléia, na primeira quinzena de novembro, que o assunto é definitiva e formalmente encerrado, após uma grande reunião de Interventores no Rio.[33]

Dois pontos principais merecem ser retidos no desenrolar destes acontecimentos. Em primeiro lugar, o alijamento da Assembléia do processo de definição de suas normas internas de funcionamento (o Regimento Interno) e da escolha da Mesa Diretora de seus trabalhos. Tudo se realiza através de contatos políticos entre as principais autoridades do Poder Executivo então estabelecido, das figuras dos Ministros e dos Interventores. Em segundo lugar, o papel-chave assumido por Vargas que, mesmo sem atuar diretamente, controla todo o desenrolar das negociações através de representantes pessoais. Já neste momento, antes mesmo do início dos trabalhos da Constituinte, um certo tipo de conduta política caracteriza as ações do Príncipe e anuncia seu posicionamento futuro. Sem se envolver pessoalmente no curso das questões políticas que seriam da competência do Poder Legislativo – mantendo, portanto, uma atitude de distanciamento formal e respeitoso – Vargas constrói e lança sua rede de informação, apoio e influência no próprio seio da Assembléia.[34]

---

[32] *Diário de Notícias*, Distrito Federal, 1º a 3 de agosto de 1933 e também de 22 de agosto do mesmo ano.

[33] Jornais *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, Distrito Federal, 10/11/1933. Sobre a presença do Rio Grande nas articulações políticas deste momento ver Maria Helena de Magalhães Castro, *O Rio Grande do Sul na Constituinte: de protagonista à coadjuvante* (mimeo), CPDOC, FGV.

[34] Vale a pena mencionar que tal fato é plenamente refletido nas fontes consultadas. O Arquivo Getúlio Vargas tem, por essa razão, escasso material sobre a Constituinte, enquanto a imprensa, particularmente a do Rio de Janeiro, é minuciosa e rica de informações acerca dos freqüentes contatos entre Vargas e alguns dos mais preeminentes líderes da Assembléia. Desta forma, tudo é acompanhado de perto, sendo mantido um distanciamento útil e até necessário.

Desta forma, ficam assegurados os principais mecanismos que explicam a presença de Vargas na condução do processo constitucional, e que se traduzem tanto na vitória de alguns de seus mais importantes interesses, quanto em sua própria eleição para a Presidência do país. O apoio de algumas das grandes bancadas da Assembléia (como as do Rio Grande, Minas Gerais e Bahia) e uma tática de aproximação com aqueles setores que lhes faziam oposição (como seria o caso de São Paulo) esvaziam em grande parte os choques no interior da Constituinte e, principalmente, dificultam a articulação das correntes contrárias ao continuísmo de Vargas.

Entretanto, não se deve reter a imagem de uma Constituinte contida e sob controle, onde se teria apenas consagrada a vitória do Príncipe. A Assembléia de 1934 estava muito longe desta unidade e placidez. Assim, apesar de todos os esforços e do relativo sucesso e da interferência governamental em seus trabalhos, em muitas questões a Constituinte consegue reunir um número significativo de Deputados contrários a Vargas e a suas manobras.

Um único exemplo ilustra bem este fato. Depois de iniciados os trabalhos da Constituinte e em face das inúmeras emendas apresentadas ao anteprojeto de Constituição preparado pela Subcomissão do Itamarati, realiza-se uma tentativa de reforma do Regimento Interno da Casa, Regimento este elaborado pelo próprio Governo Provisório, como vimos anteriormente. Tal reforma tinha como objetivo a inversão da ordem dos trabalhos da Assembléia, isto é, propunha que primeiro fosse eleito o Presidente da República, para que, em seguida, fosse elaborada a Constituição. A onda de protestos que dentro e fora da Assembléia se levantou contra tal expediente uniu setores divergentes no propósito de impedir a passagem de uma emenda que significava a descaracterização e a falência do espírito da Constituinte.

Eleição de Vargas

A própria eleição de Vargas, realizada em julho de 1934, se de um lado ilustra sua força política, não deixa igualmente de dimensionar os seus limites, a sua fraqueza e, também, a insubordinação da Assembléia. Para ser eleito, Getúlio Vargas teve que enfrentar alguns outros pretendentes ao cargo, que por caminhos constitucionais ou por caminhos pautados em movimentos conspiratórios militares ameaçavam-no de forma efetiva. Não se tratava, portanto, de um processo sucessório tranqüilo, certificado da autoridade e legitimidade do então Chefe de Estado. A presença do nome do próprio Ministro da Guerra, o General Góes Monteiro, como possível candidato às eleições, bem como seu inegável envolvimento em articulações golpistas, dão a medida das dificuldades e da arte política de Vargas neste momento.

Por fim, resta lembrar que a Constituição de 1934, apesar de toda a interferência de Vargas durante os trabalhos da Assembléia, desagradou-o mais do que atendeu a seus interesses. Os limites impostos às atribuições políticas do Poder Executivo motivaram severas e imediatas críticas do então Presidente eleito, muito embora tenham crescido bastante as funções atribuídas ao Estado em matéria de ordem econômica e social, instaurando-se, no país, uma nova e mais moderna concepção de poder público. Um pequeno trecho de seu primeiro discurso pronunciado na Assembléia, já na qualidade de Presidente constitucional, ilustra o que estamos ressaltando:

> "Ora, quem examinar atentamente a matéria da nova Constituição verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos Poderes da República. (...) A Constituição de 1934, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação; anula, em grande parte, a ação do Presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração; acoroçoa as Forças Armadas à prática do facciosismo partidário, subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão".[35]

4. A MECÂNICA DO COMPROMISSO POSSÍVEL

Em 15 de novembro de 1933 instala-se, em sessão solene, no Palácio Tiradentes, a Terceira Assembléia Nacional Constituinte brasileira.

Já haviam sido realizadas cinco sessões preparatórias, visando à instalação plena dos trabalhos da Assembléia. Nas três primeiras, dirigidas pelo Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Ministro Hermenegildo de Barros, procedeu-se à apresentação e validação dos diplomas dos Deputados eleitos e à eleição do Presidente da Assembléia. Neste pleito venceu o nome de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Deputado mineiro do Partido Progressista, que recebeu 138 votos, abstendo-se de votar todos os Deputados da Chapa Única por São Paulo Unido e João Alberto Lins e Barros, Deputado pernambucano do Partido Social Democrático, acom-

[35] Sobre as críticas de Vargas à Constituição de 1934, ver o discurso pronunciado no plenário da Assembléia em 20 de julho de 1934. Arquivo Getúlio Vargas (GV, 34.07.15/02), CPDOC, FGV.

panhado de mais 30 correligionários.[36] Além de Antônio Carlos, receberam votos o próprio João Alberto (8), J. J. Seabra (3), Levi Carneiro (2) e cinco outros Deputados, cada um com apenas um voto.

Já nestas sessões, o Deputado Henrique Dodsworth, do Partido Economista do Distrito Federal, protestara contra o Regimento Interno decretado pelo Governo em 05/04/1933 e propusera a elaboração de um novo Regimento por uma Comissão de Deputados da Casa, iniciativa que não teve prosseguimento por falta de respaldo político.

Assumindo a Presidência das duas últimas sessões preparatórias, Antônio Carlos promove a eleição dos componentes da Mesa Diretora da Assembléia e a proclamação do Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, como líder da maioria.[37]

Observando-se rapidamente a composição da Mesa da Assembléia, pode-se verificar que, dos seis elementos que a formam, quatro vêm de Estados do chamado "Bloco do Norte", três dos quais pertencem ao Partido Social Democrático (PSD).[38] Os outros dois elementos vêm do Estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, sendo que ambos pertencem a organizações partidárias claramente ligadas à orientação tenentista do Clube 3 de Outubro. Excluindo-se Antônio Carlos, todos os membros da Mesa, através das organizações partidárias a que estavam filiados, ligavam-se de alguma maneira ao Tenentismo.

O Chefe do Governo procurava firmar suas alianças e garantir suas bases de apoio junto aos mineiros do Partido Progressista e aos nortistas reunidos na União Cívica Nacional. Uma forte dose de Tenentismo marcava o conjunto da Mesa da Assembléia, mas a posição de frontal desacordo de João Alberto, importante figura deste movimento em face da vitória de Antônio Carlos, atestava as divisões internas do grupo e prenunciava futuras divergências e conflitos, tanto dentro do PSD pernambucano quanto dentro da própria Constituinte.

---

[36] Todos os dados aqui citados têm como fonte os *Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934*, vol. I, Sessões Preparatórias, pp. 3 a 40.

[37] Vale destacar que na Constituinte de 1933/34 os Ministros de Estado tinham reconhecido direito de assistir e pronunciar discursos no plenário. O caso de Aranha é, entretanto, especial; sem ser Deputado constituinte, foi eleito líder da maioria.

[38] Foram eleitos: 1º Vice-Presidente, João Pacheco de Oliveira (PSD-BA); 2º Vice-Presidente, Cristóvão Barcelos (União Progressista Fluminense); 1º Secretário, Tomás Lobo (PSD-PE); 2º Secretário, Fernandes Távora (PSD-CE); 3º Secretário, Clementino Lisboa (Partido Liberal-PA); 4º Secretário, Waldemar Mota (Partido Autonomista-DF). *Anais da ANC de 1934*, *op. cit.*, pp. 29-31.

A exclusão de São Paulo era significativa e até compreensível, mesmo se considerando a feliz solução dada ao problema sucessório do Estado: a ascensão à interventoria de um civil e paulista, Armando de Salles Oliveira. Afinal, São Paulo encabeçara a guerra civil contra o Governo de Vargas, e a campanha eleitoral no Estado tivera todo um caráter oposicionista.[39] Quanto ao Rio Grande do Sul, a ausência de um nome gaúcho na Mesa Diretora da Constituinte só pode ser entendida a partir do estreito comprometimento do interventor e do PRL com Vargas. Por conseguinte, tal fato de forma alguma implicava uma minimização da importância da bancada deste partido nos trabalhos constitucionais. Além disso, importa lembrar que a pasta da Justiça encontrava-se em mãos de Antunes Maciel, elemento-chave para todas as articulações políticas já desenvolvidas ou a se desenvolver.

A observação destas alianças iniciais, estabelecidas por Vargas, esclarece-nos sobre a estratégia de sua atuação, que inclusive tinha raízes na frustrada aproximação, ensaiada no período eleitoral, entre os novos partidos regionais do Centro-Sul (PP e PRL) e a UCN do "Bloco do Norte". O Chefe do Governo procurava, eliminando o "radicalismo pernicioso" àquele momento histórico, construir uma base de sustentação, que deveria situar-se como um possível centro político entre Tenentes e oligarquias. Para tal fim, urgente devido à abertura dos trabalhos da Constituinte, era de fundamental importância a realização de concessões mútuas, era básico o exercício da conciliação política.

Às grandes bancadas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais – às quais se acoplava, de forma especial, a bancada da Bahia (a meio caminho geográfico e político do país) –, somavam-se as pequenas bancadas do Norte-Nordeste, sem dúvida capitaneadas pelas fortes lideranças do interventor pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti e do Ministro da Agricultura, Juarez Távora.

Realizados os acordos que resultaram na composição desta Mesa Diretora, inauguram-se os trabalhos da Constituinte a 15 de novembro de

---

[39] Entretanto, nessa ocasião, chegou-se a noticiar arranjos que visavam à inclusão de José Carlos Macedo Soares (Chapa Única de SP) na Mesa Diretora. O convite foi declinado pela Chapa Única, que alegou motivos de ordem programática. Ver, por exemplo, a carta do próprio Macedo Soares a Vargas. Arquivo Getúlio Vargas (GV, 33.10.20), CPDOC, FGV. Sobre a situação de São Paulo, ver Ângela Maria de Castro Gomes, Lúcia Lobo e Rodrigo Belingrodt Coelho, *Revolução e Restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização* (mimeo), CPDOC, FGV.

1933, com a presença e um longo discurso do Chefe do Governo Provisório, uma verdadeira prestação de contas. Tal procedimento era absolutamente correto, uma vez que cabiam à Assembléia, além da elaboração da Constituição e da eleição do primeiro Presidente constitucional, o julgamento e a aprovação dos atos do Governo Revolucionário.

Já no dia seguinte à abertura solene dos trabalhos, a Assembléia recebia, oficialmente, o anteprojeto constitucional elaborado pela Subcomissão do Itamarati, a partir do qual deveriam fundar-se os debates parlamentares. Na verdade, após aquele primeiro momento de instalação oficial, a Assembléia organizou seus trabalhos seguindo certas etapas que podem ser relativamente detectadas.

Houve um primeiro período marcado basicamente pela atuação da *Comissão Constitucional* da Assembléia e pela apresentação, em sessões plenárias, de emendas ao anteprojeto governamental. Nesta fase, os trabalhos concentraram-se no estudo e na reforma do texto apresentado pelo Governo Provisório aos constituintes. Segundo as normas do Regimento Interno, cabia ao Presidente da Assembléia encaminhar, de pronto, a nomeação de uma comissão especial – a Comissão Constitucional – para estudo do anteprojeto e das emendas a ele apresentadas. A Comissão era formada por um representante de cada uma das bancadas estaduais e de cada um dos grupos profissionais. Ao todo somam 26 componentes, o que a torna conhecida como a "Comissão dos 26". A Presidência dos trabalhos desta Comissão fica com o Deputado Carlos Maximiliano, importante nome da política do PRL gaúcho e ex-membro da Subcomissão do Itamarati; a Vice-Presidência cabe a Levi Carneiro, jurista e Deputado classista dos profissionais liberais; o Relator-Geral é Raul Fernandes, Deputado fluminense do Partido Popular Radical (PPR).

A "Comissão dos 26" desenvolve seus trabalhos de novembro de 1933 a março de 1934, quando é entregue à Assembléia um substitutivo ao anteprojeto de Constituição apresentado pelo Governo. A elaboração deste substitutivo não foi, entretanto, tarefa de fácil realização. Em primeiro lugar, cabe mencionar que foram mais de mil o número de emendas apresentadas ao anteprojeto, o que torna qualquer trabalho de composição extremamente difícil. Em segundo lugar, durante os meses de dezembro de 1933 e janeiro de 1934 a Assembléia foi convulsionada pela renúncia de Oswaldo Aranha do Ministério da Fazenda – e automaticamente da liderança da maioria –, desencadeando-se uma crise ministerial de amplas repercussões políticas. Esta crise resulta do episódio de nomeação do

novo interventor mineiro e envolvia igualmente o pedido de demissão do Ministro das Relações Exteriores, Afrânio de Melo Franco.

A demissão de dois Ministros já era por si só um fato problemático, mas Aranha era também o líder da maioria da Assembléia e, como se tornou público posteriormente, seu afastamento havia sido condicionado ao de Antônio Carlos. O Presidente da Assembléia, um tradicional político mineiro, via-se assim atingido diretamente por esses fatos. No entanto, ele não renunciou a seu cargo, reafirmando, ao contrário, sua lealdade a Vargas. A situação política no interior da Assembléia tornou-se assim muito tensa, pois dois dos mais importantes cargos de articulação e de garantia da estabilidade para a condução dos trabalhos estavam imobilizados pela vacância pura e simples (a liderança da maioria) e pela dúvida sobre a permanência (a Presidência). Neste contexto, como a renúncia de Aranha encontra fortes oposições no interior da Casa, há um curto momento (29 de dezembro a 12 de janeiro) em que a liderança fica em aberto, enquanto são realizados acordos e negociações para a indicação do novo líder, ou até mesmo o retorno do antigo líder, embora esta possibilidade fosse mais remota.[40]

Este episódio, portanto, abala, temporariamente, o funcionamento da Assembléia e também a Comissão Constitucional. Todas as atenções políticas do país voltam-se para a fórmula de solucionar o problema. Tal fórmula só vai ser encontrada em meados de janeiro, com a realização, no Distrito Federal, de uma grande reunião de Ministros e Interventores. Na reunião decidem-se a permanência de Antônio Carlos de Andrada na Presidência da Assembléia e a volta de Aranha para o Ministério da Fazenda. Quanto à liderança da maioria, aprova-se deixá-la plenamente desimpedida para a escolha de um futuro ocupante.

Este processo também não é tranqüilo, uma vez que o nome escolhido por Vargas – o do Deputado baiano do PSD, A.G. Medeiros Neto – provoca reações, tanto por significar mais uma clara interferência do Chefe do Governo nos assuntos da Constituinte quanto pelo passado político "pouco revolucionário" de Medeiros Neto. As objeções ao nome do líder baiano vinham de múltiplas direções. Havia os que concordavam com o

[40] Sobre estas questões há uma palpitante correspondência entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas, onde se discutem os riscos e as possibilidades das diversas soluções. No caso, o interventor gaúcho é partidário franco da manutenção de Antônio Carlos – já comprometido com a eleição de Vargas – e da escolha de um novo líder. Arquivo Getúlio Vargas (GV, 33.12.26/2; GV, 33.12.26/3 e GV, 33.13.26/4), CPDOC, FGV.

nome, mas não aceitavam essa clara intervenção de Vargas, postulando que aos constituintes cabia eleger livremente o líder da maioria; e havia os que divergiam mais do nome apontado do que dos métodos governamentais que levaram até ele.

Visando à solução desta crise que já se prolongava demasiadamente, realiza-se uma outra grande reunião do Presidente Antônio Carlos com os líderes das diversas bancadas que compõem a Assembléia, com o objetivo de eleger o novo líder da maioria. É nesta agitada ocasião que, não sem oposições, Medeiros Neto é proclamado líder.[41]

Vencida essa questão, os trabalhos constitucionais voltam a um clima mais normal. Começam então a se desenvolver os primeiros esforços para acelerar os trabalhos da "Comissão dos 26" e da própria Constituinte. Tal preocupação, no entanto, não consegue esconder outras intenções que a animam e que, na verdade, passam a ser amplamente divulgadas pela imprensa. Esta inicia especulações que associam as preocupações em acelerar os trabalhos de elaboração do substitutivo com um indisfarçado e manifesto interesse em apressar as eleições presidenciais.

A crise ministerial recém-superada deixara como saldo negativo a evidência de questões que comprometiam a estabilidade do Governo Provisório. Por esta razão, uma série de expedientes que visavam a alterar o andamento dos trabalhos constitucionais começa a ser discutida por Interventores, Ministros e, naturalmente, pelas lideranças partidárias da Assembléia. Alguns importantes políticos como o Presidente da Assembléia, Antônio Carlos, o Presidente da "Comissão dos 26", Carlos Maximiliano, o novo líder da maioria, Medeiros Neto, e também o Interventor gaúcho, Flores da Cunha, colocam-se imediatamente à frente das articulações, buscando a racionalização dos estudos da Comissão Constitucional.

Chega-se, então, a uma reorganização dos trabalhos da referida comissão, que fica reduzida a cinco ou seis membros fixos. A grande "Comissão dos 26" original divide-se em grupos, cada um responsável pelo estudo e elaboração de uma das partes do substitutivo. Para cada grupo é escolhido um relator parcial (ou mais de um). O Presidente, o Vice-Presidente e o Relator-Geral da "Comissão dos 26" (que passam a

[41] A cobertura destes acontecimentos, bem como uma minuciosa notícia sobre a reunião dos líderes estão em o *Correio da Manhã*, Distrito Federal, de 2 a 14 de janeiro de 1934. Sobre este episódio, o *Diário da Manhã* de Pernambuco de 5/01/1934 chega até a noticiar que estava afastada a indicação de Medeiros Neto para a liderança da maioria, já que muitos não o consideravam "uma verdadeira expressão revolucionária".

formar a conhecida "Comissão dos 3") devem reunir-se com os relatores parciais para exame dos seus trabalhos, pertencendo estes à parte fixa da Comissão apenas enquanto durar esse exame.[42]

Tal modificação provoca reações na Assembléia. O Deputado Fernando Magalhães (do Partido Popular Radical-RJ), por exemplo, afirma que a "Comissão dos 26" fora literalmente dissolvida e que a Constituinte caminhava a passos largos para igual destino.[43] Um articulista do *Correio da Manhã*[44] observa inclusive que acabara de acontecer com a "Comissão dos 26" o que já havia ocorrido com a Comissão Constitucional de 1933, que também fora reduzida à Subcomissão do Itamarati.

De fins de janeiro em diante, iniciam-se as reuniões da *Comissão de Revisão* para o exame dos substitutivos parciais, sendo tal processo encerrado cerca de um mês depois, a 24 de fevereiro, quando é apresentado à Comissão Plena um projeto de substitutivo. A partir desta data, tal Comissão se encarrega da tarefa de coordenação geral e de redação do projeto constitucional definitivo. Desta forma, no início do mês de março o projeto estava pronto para ser examinado pela "Comissão dos 26" em conjunto. Nesta ocasião, alteram-se as normas anteriormente traçadas, ao se decidir que deveriam ser aceitas emendas ao projeto, desde que assinadas pela maioria dos seus 26 componentes, no prazo de 24 horas. Este episódio – sugestivamente batizado pela imprensa de *feira de emendas* – fora motivado pelo descontentamento que a redação final do substitutivo provocara no seio da "Comissão dos 26". Assim, o período que vai de 5 a 9 de março é de enorme agitação, concentrando as atenções e os esforços das bancadas da Assembléia. No uso desta prerrogativa, foram apresentadas 34 emendas, sendo que apenas quatro não foram incorporadas por ulterior deliberação de seus autores. Finalmente, a 14 de março encerram-se os trabalhos desta Comissão e, no dia seguinte, o substitutivo ao ante-

[42] A emenda Marques dos Reis sanciona, formalmente, o novo procedimento: "Para melhor metodização e maior rapidez dos trabalhos de elaboração do projeto constitucional, propomos: 1) Ficam aceitos, em princípio, os substitutivos apresentados pelos relatores parciais e organizados à vista do anteprojeto e das emendas; 2) Fica instituída uma Comissão Revisora desses substitutivos parciais, a qual se comporá do Presidente da Comissão dos 26, do Vice-Presidente, do Relator-Geral e, em cada substitutivo, do relator ou dos relatores parciais; 3) Essa Comissão fará a reunião de cada substitutivo parcial e organizará o projeto geral, modificando-o em cada caso e a seu juízo; 4) Organizado este projeto, será ele submetido à aprovação da Comissão em conjunto". (*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 de janeiro de 1934.)

[43] *Diário Carioca,* Distrito Federal, de 28 de janeiro de 1934.

[44] Artigo de Heitor Moniz no *Correio da Manhã*, Distrito Federal, 30 de janeiro de 1934.

projeto governamental é apresentado oficialmente a plenário, entrando em debate em segunda discussão (o substitutivo é considerado como texto aprovado em primeira discussão).

Contudo, os meses de janeiro e fevereiro de 1934 não foram agitados apenas pelos trabalhos da Comissão Constitucional, mas principalmente pelo tumulto gerado pela "indicação Medeiros Neto", que propunha a reforma do Regimento Interno para que se elegesse o Presidente da República antes da elaboração e votação do texto constitucional. Tal proposta convulsionou o ambiente político da Assembléia, dividindo-o, *grosso modo*, em dois campos opostos. De um lado situavam-se os que apoiavam em tese a idéia da inversão, reunindo a maioria das bancadas de quatro grandes Estados: Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais.

De outro, estavam os que consideravam um golpe mortal na Assembléia qualquer tentativa de adiamento ou de aprovação de uma Constituição em projeto sucinto, para dar lugar à eleição presidencial. Nesta posição encontravam-se a bancada paulista da Chapa Única e importantes elementos dissidentes, como João Alberto (PSD-PE), Maurício Cardoso (FUG-RS), Fernando de Magalhães (PPR-RJ), além de muitos outros que se ligavam a partidos de oposição estadual.[45]

O episódio é de tal gravidade que o jornal *O Estado de S. Paulo*, transcrevendo em primeira página a indicação do líder da maioria, qualifica-a de "um estado de sítio antecipado" e de um verdadeiro "golpe".[46] A ela, mais uma vez, reage violentamente o Ministro Oswaldo Aranha, encaminhando ao Chefe do Governo um novo pedido de demissão do cargo. Em sua carta, Aranha afirma-se partidário da candidatura Vargas, mas não nestas condições, que reputa altamente prejudiciais.[47]

Evidentemente a situação era bastante grave. Uma possível crise, desta feita mais profunda, inclusive por ser a segunda num curto período de tempo, precipitaria os acontecimentos, podendo comprometer o continuísmo de Vargas. O impasse criado pela ampla e forte reação estabelecida na Assembléia – e mesmo em setores do Governo – conduz ao abandono da indicação, mas não da idéia de aceleração dos trabalhos constitu-

[45] Ver sobre este impasse a cobertura da imprensa carioca, especialmente o *Correio da Manhã* durante o mês de fevereiro de 1934.

[46] *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23/02/1934. A indicação Medeiros Neto é lida em plenário no dia 22/02/1934, embora desde fins de janeiro já viesse sendo comentada e anunciada.

[47] Arquivo Getúlio Vargas (GV, 34.02.22), CPDOC, FGV.

cionais. Frente à dificuldade da situação, Medeiros Neto e Simões Lopes (líder da bancada gaúcha) são encarregados da tarefa de promover uma série de arranjos políticos, dos quais participam Ministros, Interventores e líderes das grandes bancadas (como Minas, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e também São Paulo), visando a chegar a uma fórmula conciliatória.[48]

Com estes dois acontecimentos marcantes – o encerramento das funções da Comissão Constitucional e a aprovação da reforma do Regimento Interno – inaugura-se uma outra etapa no funcionamento da Assembléia. A tônica deste segundo período será dada pela apresentação e discussão das emendas ao substitutivo da "Comissão dos 26", cujo encerramento dos trabalhos estava previsto para 10 de abril. Como se tratava da etapa final dos debates, o período caracterizava-se, principalmente, pelas articulações políticas entre as bancadas que compunham a Assembléia, num esforço de garantir a aprovação de propostas em plenário, quando da votação das mesmas. Especialmente a partir deste momento, observa-se, na Constituinte, a formação de dois grandes blocos, na época denominados o bloco das grandes bancadas ou maioria e o das pequenas bancadas ou minoria.

Tal distinção traduzia a idéia básica de se formar e articular uma oposição à orientação que até então teria predominado nos trabalhos da "Comissão dos 26" e da Assembléia, traduzida basicamente pelo predomínio das grandes bancadas de Minas, Rio Grande, Bahia e até mesmo São Paulo. Porém, é preciso ressaltar que o espaço em que esta oposição se locomovia era exatamente aquele dos conflitos institucionalizados e canalizados para um certo tipo de expressão legal. A minoria obedecia às mesmas regras do jogo da maioria e, significativamente, não implicava

[48] A solução foi apresentada como substitutivo à "Indicação Medeiros Neto" e, por ela, a Assembléia aceitava a discussão já realizada pela "Comissão dos 26" como a primeira discussão do projeto constitucional, permitindo, imediatamente, que este fosse submetido em bloco à votação. Sendo aprovado, o projeto poderia receber emendas em segunda discussão e, no prazo máximo de 30 dias, passaria à votação final. Desta forma, ao permitir a aprovação em bloco do projeto constitucional, a fórmula possibilitava, e mesmo previa, a eleição presidencial no prazo de um mês, sem que o fato implicasse a inversão da ordem dos trabalhos. No caso de os prazos serem cumpridos, a eleição se daria após a votação final e promulgação da Constituição definitiva; no caso do não-cumprimento dos prazos, previa-se a promulgação do projeto aprovado em bloco, como Constituição provisória, para efeito da sucessão presidencial. Esta fórmula seria finalmente aprovada, por 131 votos contra 59, na sessão de 10 de março de 1934. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 11, pp. 58-81.

uma oposição real a Vargas. Na verdade, tal fato apenas reforça a característica predominantemente "situacionista" da Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Conforme já mencionamos anteriormente, a derrota militar da Revolução de 1932 não só possibilitou ao Governo Provisório a exclusão direta e radical, via expulsão do país, de alguns dos mais importantes líderes que o combatiam, como garantiu-lhe a condução do processo político-jurídico de constitucionalização. Desta forma, a lei das inelegibilidades que precedeu às eleições permitiu que uma outra grande parcela de adversários fosse afastada da Constituinte.

Em suma, como lembrava Raul Fernandes em seu discurso de saudação ao Chefe do Governo, no dia da instalação dos trabalhos constitucionais, a Assembléia fora formada por políticos que, em sua absoluta maioria, haviam apoiado a Revolução de 1930.

Os blocos parlamentares

Neste sentido, é ilustrativo que os dois grandes blocos que se formam na Assembléia identifiquem a maioria com as grandes bancadas e a minoria com as pequenas bancadas. A maioria reunia parcelas significativas das forças oligárquicas dos grandes Estados do Centro-Sul, como Minas, Rio Grande, São Paulo e Bahia, num esforço de manutenção de uma série de privilégios políticos e econômicos, em grande parte garantidos pelo princípio federalista da Constituição de 1891. Daí por que esta corrente era identificada, na época, como conservadora, muito embora estivesse longe da proposição de um simples retorno à situação da República Velha, já que defendia, inclusive, uma série de transformações no antigo regime.

Por sua vez, o bloco das pequenas bancadas, que se articula na minoria oposicionista, corresponde, *grosso modo*, a uma orientação mais tenentista, isto é, mais centralizadora, sensibilizando os interesses de setores das oligarquias periféricas, como as de alguns Estados do Norte-Nordeste do país e de setores de oligarquias descontentes com a política no interior de seus Estados – vale dizer, de facções oligárquicas que estavam fora do poder estadual no Centro-Sul.

É preciso ressaltar porém que, apesar de ser possível a identificação destes dois grandes blocos, tal fato não implica a existência de coesão no interior dos mesmos. Este é um dado crucial para a percepção da complexidade das alianças políticas que se desenvolvem no decorrer dos trabalhos da Constituinte. Assim, a maioria reunia desde interesses de setores oligárquicos até certo ponto bem identificados com o Governo Provisório, como os do Rio Grande do Sul, até interesses que acabavam de dar mostras cabais de seu oposicionismo, assumindo, desde o início dos trabalhos,

uma posição francamente antivarguista, como os de São Paulo. Entretanto, um esforço de coordenação e atração desta margem de divergências para a órbita do Governo é cuidadosamente articulado no sentido de garantir ganhos mútuos.

Desde o período dos trabalhos da "Comissão dos 26", as lideranças mais expressivas da Assembléia – seu Presidente, o Presidente da Comissão e o líder da maioria – promovem a aproximação e acomodação dos pontos de vista das mais importantes e numerosas bancadas, tendo em vista uma solução conciliatória capaz de assegurar o continuísmo de Vargas. Não se trata, porém, de instrumentalização de algumas destas bancadas, como se pode supor inicialmente. A conciliação é construída à base de concessões mútuas, isto é, de ganhos parciais para ambas as partes, mas inegavelmente significa uma aliança tática entre Vargas e as forças políticas que lideram as grandes bancadas estaduais. É exatamente contra essa tendência de monopolização dos trabalhos constitucionais pelas grandes bancadas que se articula uma oposição parlamentar, reunindo tanto os dissidentes das grandes bancadas quanto as pequenas bancadas da Constituinte. Na verdade, a minoria opunha-se ao poder político e numérico das grandes bancadas, que lhes garantia, quase *a priori*, o resultado das votações. Além disso, critica a aproximação de Vargas junto a este bloco, na medida em que, com este procedimento, o conteúdo inovador da Revolução de 30 ficava, em parte, comprometido. Podemos dizer, por conseguinte, que setores significativos da oposição se articulam exatamente na defesa dos mais "puros ideais revolucionários", ameaçados de se verem "corrompidos" por um objetivo político imediatista: a eleição de Vargas à Presidência. Era principalmente nesta medida que combatiam o Chefe do Governo. Pela mesma razão, encontramos uma esdrúxula composição de nomes na oposição parlamentar, já que ela aproxima o Tenente João Alberto, por exemplo, do político baiano da República Velha, J. J. Seabra.

Os primeiros indícios mais concretos da ação de um grupo minoritário, que chega a trazer mudanças na correlação de forças da Constituinte, podem ser apontados quando da apresentação do substitutivo elaborado pela Comissão Revisora (o "Comitê dos 3") a toda a Comissão Constitucional. Nesta ocasião, aprova-se a proposta de apresentação de emendas para alteração do texto já elaborado e se iniciam as primeiras articulações mais consistentes para a organização de uma corrente contrária à orientação aí dominante.

Poucos dias após o encerramento dos trabalhos da "Comissão dos 26", o Ministro da Agricultura, Juarez Távora, comparece à Assembléia

pronunciando um discurso em que critica severamente o substitutivo constitucional em alguns de seus pontos, especialmente no que se refere à questão da divisão territorial e organização de poderes.[49] Esse discurso pode ser considerado um ponto de partida, já que, desde então, a convite de Juarez Távora, passam a reunir-se na casa de Belisário Távora diversos elementos de tendências minoritárias das bancadas dos Estados do Sul e elementos das bancadas majoritárias do Norte e Nordeste.[50] O objetivo dessas reuniões é acertar posições conjuntas frente a alterações viáveis do texto constitucional que está sendo votado, por capítulos, em segunda discussão. O *Diário da Manhã*, noticiando uma dessas reuniões, informa que dela participam sergipanos, alagoanos, pernambucanos, paraibanos, paraenses, maranhenses, cearenses, potiguares, capixabas e fluminenses, além de alguns representantes dos grandes Estados.[51]

Esse grupo propõe, entre outras, emendas sobre a defesa da unidade processual e sobre a criação do Conselho Federal permanente, com representação geral dos Estados e funções legislativas de colaboração com a Câmara em determinadas matérias. Ambas as propostas têm um claro sentido centralizador e de reação à ofensiva dos grandes Estados. A primeira delas chega mesmo a recolher maior número de votos numa das discussões em plenário.[52]

Em face deste esforço de articulação da minoria parlamentar e em face das divergências que dividiam as grandes bancadas, desenvolve-se um movimento de coordenação entre elas.[53] Em meados de abril, o Presidente Antônio Carlos, o líder da maioria Medeiros Neto, o líder do Partido Progressista mineiro, Waldomiro Magalhães, e também o líder da Chapa Única por São Paulo Unido, Alcântara Machado, além de outros importantes políticos, promovem um *"entendimento entre as principais bancadas para, independentemente de quaisquer dissídios partidários, estabele-*

[49] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934*, vol. 11, sessão de 17/03/1934, pp. 480 a 498.

[50] Depoimento do Ministro Prado Kelly prestado à mesa-redonda sobre a Constituinte de 1934, CPDOC, FGV.

[51] *Diário da Manhã*, Pernambuco, 1/04/1934.

[52] Esta proposta é formulada e defendida por Juarez Távora, na Constituinte, no discurso anteriormente citado: *Anais*, vol. 11, pp. 487 a 492. Sobre a emenda nº 1.740 da unidade processual ver *Anais*, vol. 17, pp. 277 a 285.

[53] As visões no interior das chamadas grandes bancadas e os choques em seu relacionamento foram acentuados, neste período, pela apresentação das "emendas gaúchas", que propunham uma fórmula de eleição presidencial indireta com base na representação igualitária dos Estados, ferindo os interesses de Minas, Bahia e São Paulo.

cerem um acordo em torno de todos os pontos com respeito aos quais não houvesse divergências essenciais (...)".[54] Sobre estes pontos seriam elaboradas emendas comuns, que deveriam ser apresentadas em conjunto.

Para a harmonização dos diferentes interesses, constitui-se uma comissão cuja tarefa seria retomar, título por título, artigo por artigo, todo o substitutivo. Entre os membros da comissão figuram: Alcântara Machado, que teve papel de destaque nas articulações; João Guimarães (Partido Radical-RJ); Odilon Braga (PP-MG); Raul Fernandes (pela Comissão Constitucional); Clemente Mariani (PSD-BA), por indicação de Medeiros Neto; e Agamenon Magalhães (PSD-PE), o qual, além de representar a bancada pernambucana, funcionava como elemento de ligação com as pequenas bancadas.[55] O líder da bancada gaúcha, Simões Lopes, convidado a participar dos trabalhos, comparece a todas as reuniões, mantendo-se, entretanto, fundamentalmente numa posição de observador avançado do Governo Provisório.

A importância deste acontecimento que gerou as "emendas de coordenação" pode ser avaliada pela observação d'O *Estado de S. Paulo: "(...) tornou-se evidente que, sem um trabalho de coordenação, o projeto final estaria sujeito aos mesmos desastres que à última hora sucederam ao Substitutivo da Comissão dos 26, redundando em uma obra disforme, sem unidade doutrinária, sem coesão, contraditória talvez, ficando prejudicado e em grande parte inutilizado o trabalho da Assembléia como conseqüência da dispersão de esforços (...)"*.[56] Formara-se, assim, o que na gíria parlamentar da época tornou-se conhecido como a "Coligação".

A partir de 7 de maio de 1934 começa a votação em último turno do substitutivo constitucional, que só se encerra nos primeiros dias de junho. Durante esse período crucial de funcionamento da Assembléia sucedem-se as reuniões tanto do grupo articulado por Juarez Távora (cerca de 100 Deputados), que passa a ter como seu líder, no plenário, Prado Kelly, quanto da "Coligação", cujas emendas são apresentadas e defendidas, em grande parte, pelo líder Medeiros Neto e por Clemente Mariani (ambos do PSD-BA). Essa forma de enfrentar uma série de questões políticas revela, claramente, que muitos dos debates travados na busca da resolução de problemas não se deram no plenário da Assembléia, mas em pequenas

[54] "Uma história que precisa ser bem contada: gaúchos, mineiros e paulistas", O *Estado de S. Paulo* de 24/04/1934, p. 1.
[55] Depoimento de Clemente Mariani prestado à mesa-redonda sobre a Constituinte de 1934, CPDOC, FGV e também o artigo do jornal acima citado.
[56] O *Estado de S. Paulo* de 24/04/1934, p. 1.

reuniões onde alguns líderes mais expressivos acomodavam os desacordos, num exercício de transação de idéias e interesses que se consubstanciava em fórmulas conciliatórias diversas. De uma forma geral, a apresentação das "emendas coordenadas" garantiu às grandes bancadas a aprovação da maioria de seus interesses, muito embora com alguns percalços.

Os dias finais do mês de maio e o início de junho assinalam um período de intensificação do clima político na Assembléia, já que se aproximavam as eleições presidenciais e entrava em votação, no plenário, o capítulo das Disposições Transitórias. Neste capítulo final seriam decididas algumas das mais importantes questões políticas do momento, por suas implicações imediatas nos quadros governamentais: a aprovação dos atos do Governo Provisório, a decisão sobre a elegibilidade dos Interventores e também a resolução sobre a transformação ou não da Constituinte em Assembléia Ordinária.

Foram, portanto, dias de intensos contatos e articulações, que envolveram líderes de bancada, Interventores, Ministros e o próprio Chefe do Governo, muito interessado no curso que tomariam estas últimas resoluções, já que poderiam, até certo ponto, prejudicar sua candidatura. Assim, a 1º de junho é votado o artigo 14 das Disposições Transitórias, considerando-se aprovados todos os atos do Governo Provisório. A 4 de junho assegura-se a elegibilidade dos Interventores no próximo pleito, seguindo-se neste caso a orientação já adotada para o cargo de Presidente constitucional da República. Vencidas estas questões, é nomeada uma Comissão de Redação para dar forma definitiva ao projeto, inaugurando-se a fase final dos trabalhos constitucionais.

Dois grandes assuntos agitam este curto período de um mês. Em primeiro lugar, os arranjos em torno de uma fórmula que superasse os impasses criados em torno da transformação da Constituinte em Câmara Ordinária. Algumas bancadas, rechaçando terminantemente tal procedimento, ameaçavam abandonar o mandato, caso tal proposta fosse vencedora, conforme São Paulo chega a propor. Na verdade, além dos paulistas, as bancadas pernambucana e baiana também se opunham a esta solução, que não contava com o apoio dos Interventores dos referidos Estados. O problema se torna complexo a tal ponto que a articulação de uma posição comum entre as grandes bancadas torna-se impossível, ficando a questão em aberto. A solução encontrada para esta última crise que abala a Constituinte é a prorrogação dos trabalhos da Assembléia até a expedição dos diplomas dos Deputados eleitos, em outubro de 1934, para a legislatura ordinária.

O segundo grande acontecimento é a realização das eleições presidenciais. Após um processo eleitoral difícil, que exigiu grande habilidade no desenvolvimento de articulações dentro da Assembléia e fora dela – particularmente nos meios militares, onde uma tentativa conspiratória chega a constituir razoável ameaça –, Vargas é eleito, em 17 de julho, Presidente Constitucional.

Na véspera, em cerimônia solene no Palácio Tiradentes, havia sido promulgada a nova Constituição da República, abrindo-se institucionalmente o período do Governo Constitucional, que vai se estender até o golpe de novembro de 1937. Tal golpe assinala a ruptura definitiva com a fase anterior, inaugurando um regime autoritário com alto grau de fechamento do sistema político. Entretanto, desde o início de 1935, quando é aprovada a primeira Lei de Segurança Nacional, a experiência liberal-democrática do país, iniciada sob a pressão social consubstanciada na Revolução de 1932, começa a sofrer impasses. A partir daí, a abertura do sistema político vai gradualmente sendo atingida pelo crescente e cada vez menos controlável poder do Executivo.

5. AS DUAS FACES DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL DE 1934: ELEIÇÕES E CONSPIRAÇÕES

O processo eleitoral que culminou na escolha do primeiro Presidente constitucional da Segunda República do Brasil começou muito cedo. Pode-se dizer que seus passos iniciais coincidem com os primeiros movimentos concretos de reorganização político-partidária ocorridos após o encerramento da Revolução Constitucionalista de 1932. O candidato natural a tão importante pleito era, sem dúvida, o então chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, cuja intenção de manter-se no poder havia sido atestada, desde logo, tanto pelos esforços realizados no encaminhamento do processo de constitucionalização, quanto pela apresentação de sua própria candidatura.

Vale assinalar que, já em dezembro de 1932, o interventor do Pará – o Tenente Magalhães Barata – havia inaugurado no país o debate sobre o futuro da Presidência, lançando, precipitadamente mas em caráter oficial, o nome de Vargas. Os comentários da imprensa e dos meios políticos, ainda agitados pela guerra civil, são de molde a criticar tal iniciativa e a relembrar – justa e adequadamente – sua semelhança com procedimentos do antigo regime. Daí a procedência do comentário altamente ilustrativo

de um jornal mineiro: "...observemos (...) que enquanto se inicia a discussão a propósito do processo que terá que ser adotado quando o país houver voltado ao regime da ordem constitucional – preliminar essencial, por sua importância predominante – já se antecipa a sofreguidão de alguns em indicar nomes para um mandato que nem ao menos dispõe ainda de um veículo para caminhar em direção ao terreno dos fatos...".[57]

A extemporaneidade de tal indicação é confirmada pelo fato de que, nesta ocasião, nem mesmo dentro da Subcomissão do Itamarati se havia chegado ao ponto de determinar, no anteprojeto constitucional, qual seria a fórmula adotada para a eleição do Presidente da República. (Mais tarde ficaria determinado que a eleição seria procedida por escrutínio secreto e maioria de votos da Assembléia Nacional.) De fato, se considerado este avanço inicial, as articulações em torno da candidatura Vargas sofrem um recuo em sua divulgação, mas de forma alguma diminuem de intensidade. Assim, durante todo o ano de 1933, principalmente nos meses decorridos entre as eleições de maio e a instalação da Assembléia, em novembro, são inúmeras as transações políticas realizadas por Ministros, Interventores e Deputados eleitos, tendo em vista a armação de um bloco articulado na Constituinte que garantisse, na medida do possível, dois objetivos básicos: a) a aprovação de um conjunto de propostas necessárias à continuidade do processo revolucionário inaugurado em 1930; b) a continuidade do próprio Vargas, colocada como necessária ao enfrentamento e resolução do primeiro problema.

Considerando-se o objetivo de tais articulações e os elementos mais importantes nelas envolvidos, pode-se perceber que se tratava de um processo liderado pelo próprio Vargas e por setores da cúpula governamental vinculados ao Tenentismo, junto às mais fortes e representativas facções oligárquicas que haviam vencido as eleições de maio de 1933. Tratava-se da construção dos alicerces que deveriam embasar o núcleo da maioria parlamentar na Assembléia, e para tanto era essencial aproximar o "Bloco do Norte", organizado na União Cívica Nacional, dos partidos regionais do Centro-Sul.

Numerosos são os exemplos que demonstram a existência de tal proposta, o empenho de seus patrocinadores e o fracasso relativo de seu objetivo, na medida em que uma aliança forte e segura em torno destes dois pontos não foi, de fato, assegurada no período anterior à instalação da

[57] "Primeiro o candidato, depois o processo da escolha..." *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 23/12/1932, Lux do Arquivo Waldomiro Lima, CPDOC, FGV.

Constituinte. Importa assinalar, entretanto, dentro deste contexto, alguns eventos políticos de maior destaque: o encontro ocorrido em Juiz de Fora entre o Interventor Olegário Maciel e Vargas, onde se discutiu a composição da Mesa da Constituinte, a futura atuação da bancada do Partido Progressista e, naturalmente, seu apoio ao nome de Vargas; a viagem do Interventor de Pernambuco, Lima Cavalcanti, a Porto Alegre, para discutir com Flores da Cunha questões relativas ao encaminhamento constitucional; a "excursão" realizada a Belo Horizonte, reunindo a "nata dos revolucionários" outubristas (Juarez Távora, José Américo, Lima Cavalcanti, Carneiro de Mendonça e Pedro Ernesto), para estabelecer negociações com dois grandes partidos de então, o PRL gaúcho e o PP mineiro.[58]

Portanto, o Tenentismo atuava como vanguarda, tanto na condução das articulações, visando à formação de um razoável consenso parlamentar, quanto no apoio à candidatura Vargas. Mas o desenvolvimento desses contatos não chegou a assegurar que tais objetivos fossem alcançados ao menos com a tranqüilidade desejada pelo Chefe do Governo Provisório. Conseguira-se, naturalmente em troca de cargos e de recursos diversos, uma série de alianças (como é o caso nítido do PP), mas não se tinham superado todas as distâncias e divergências programáticas e políticas que separavam Tenentes e oligarquias.

A Constituinte inaugurava-se com uma ampla margem de imprevisibilidade, na qual se incluía vigorosamente a questão da futura eleição do Presidente da República. Os primeiros sucessos colhidos com a composição da Mesa Diretora dos trabalhos foram minimizados pela crise desencadeada com a renúncia de Oswaldo Aranha, elemento-chave para os contatos com os meios oligárquicos e com os revolucionários, além de evidentemente comprometido com os interesses do Chefe do Governo Provisório. Superado esse problema, com a eleição de Medeiros Neto, Vargas realiza sua primeira investida no campo da sucessão presidencial, ao inspirar e sancionar a famosa indicação de inversão da ordem dos trabalhos constitucionais, permitindo a eleição do Presidente antes da votação da Constituição.

Verdadeiramente derrotado em seu intento – apoiado sugestivamente pelas bancadas de Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia –, Vargas concentra-se em preparar mais seguramente o lançamento de seu nome ao plenário e, principalmente, em vencer os obstáculos que começam

[58] Sobre estes episódios ver Maria Helena de Magalhães Castro, *op. cit.*, e Helena Maria Bousquet Bomeny, *A estratégia da conciliação: Minas e a abertura política dos anos 30*, mimeo, CPDOC, FGV.

a se sobrepor e dificultar a vitória de sua candidatura. Desta forma, se os meses de março, abril e maio caracterizam-se por intensas articulações políticas no campo legal e oficialmente reconhecido da Assembléia Nacional Constituinte, esse período também assinala a emergência de agitadas e perigosas ações políticas que transcendem este espaço institucional.

Enquanto líderes de bancada, Ministros e Interventores confabulam e planejam a aprovação de suas propostas em plenário, outras tantas destacadas autoridades públicas procuram assegurar seus interesses no terreno mais "protegido" das conspirações civis e militares, que passam a movimentar o cenário do país. Esses dois caminhos políticos distintos interligavam-se, porém, de forma sólida e inequívoca, em torno da questão que começava a se colocar na ordem do dia da Assembléia: as eleições para a Presidência da República. Assim, acertada a nova fórmula conciliatória que resolvia o problema da inversão da ordem dos trabalhos constitucionais – fórmula que estabelecia o prazo de 30 dias para discussão do substitutivo da "Comissão dos 26", após o que seria votada a Constituição e realizadas as eleições presidenciais –, inicia-se toda uma grande movimentação em torno das candidaturas à Chefia do Estado. Permeando este debate – que na verdade consistia basicamente na discussão de *como*, *quando* e *através de quem* Getúlio Vargas seria conduzido ao cargo –, começam a ser lançados candidatos alternativos, num esforço último de alguns setores oposicionistas reagirem ao continuísmo de Vargas e ao que ele estava representando nos quadros políticos estaduais.

Manobras de bastidores

A candidatura do então Chefe do Governo Provisório, apesar de estar sendo acertada desde antes da própria instalação da Assembléia, não se afirmava com a facilidade que se poderia imaginar. De fato, não era uma eleição "garantida" e, até os últimos instantes, Vargas teve que utilizar toda a sua habilidade política de articular e barganhar para manter-se no poder.

Múltiplos eram os problemas a serem superados, variando de natureza e, digamos, de periculosidade. Entre eles estaria, por exemplo, a questão legal criada com a emenda paulista que propunha a inelegibilidade de Vargas e de seus Ministros. Tal questão, apesar de ter pequena gravidade, só será definitivamente eliminada no início de junho de 1934, quando a Assembléia vota e aprova sua elegibilidade.[59] Além deste empecilho for-

---

[59] Sobre tal emenda, lançada em abril de 1934, ver carta de José Carlos Macedo Soares a Vargas, explicando o procedimento de São Paulo e considerando a situação política do Estado e o desprestígio de Vargas no momento conturbado que se vivia. Arquivo Getúlio Vargas (GV, 34.04.11), CPDOC, FGV.

mal, havia também o surgimento de outros nomes concorrentes, particularmente o do Ministro José Américo e do ex-Ministro Afrânio de Mello Franco. No primeiro caso, a candidatura é lançada por um jornal da imprensa carioca – *Correio da Manhã* – que, em editorial, destaca os serviços de tão eminente revolucionário, recomendando-o para o cargo. José Américo apressa-se a negar tal fato, pelo mesmo jornal, ressaltando que sua lealdade a Vargas jamais o levaria a qualquer movimento em prol de sua própria candidatura.[60]

Quanto a um possível arranjo em torno de Afrânio de Mello Franco, as especulações prendem-se à reação de um grupo de elementos revolucionários, entre os quais se destacam João Alberto e Virgílio de Mello Franco, ao encaminhamento dado por Vargas aos trabalhos constitucionais após a renúncia de Oswaldo Aranha. Aventa-se, neste sentido, desde janeiro de 1934, que haveria uma corrente parlamentar disposta a lançar o nome de "tão ilustre personalidade". Na verdade, até os momentos finais do processo sucessório, a candidatura de Afrânio é colocada como uma possível manobra do PRM e de setores oposicionistas da Constituinte.[61]

Afora estes dois nomes, cabe uma menção à potencial candidatura de Oswaldo Aranha, que, crescendo em presença durante o ano de 1933, acabara de sofrer um rude golpe, estando virtualmente afastado de qualquer pretensão maior dado ao ostracismo relativo em que se encontrava e ao declínio de seu prestígio político no cenário nacional. Importa enfatizar, especialmente no que se refere à questão das candidaturas, o registro de divergências que chegam a traduzir-se pela busca e pelo lançamento de alguns nomes alternativos ao de Vargas. Estas divergências atingiam os próprios revolucionários outubristas, não ficando restritas às forças oligárquicas. O descontentamento de setores do "outubrismo", conforme já assinalamos, prendia-se à forte crítica que dirigiam a Vargas por sua aproximação, considerada excessiva, aos grupos oligárquicos dos grandes Estados.

Desta forma, já nos meses de janeiro e fevereiro surgem as primeiras evidências de problemas em torno da candidatura Vargas, mas nenhum deles tão grave quanto o movimento conspiratório que começa a ganhar corpo a partir de março e que teve no próprio Ministro da Guerra seu principal articulador. As raízes desta questão, no entanto, iam muito além

[60] *Correio da Manhã*, Distrito Federal, 3 e 4 de março de 1934, p. 4.

[61] Ver, por exemplo: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 03/01/1934; *Diário da Manhã*, Pernambuco, 30/01/1934. Sobre a "tática" do PRM ver a excelente análise de *O Estado de S. Paulo* de 14/07/1934, que situa a candidatura de Afrânio de Mello Franco como a de um *tertius* em face do impasse no confronto Getúlio Vargas *versus* Góes Monteiro.

de uma simples disputa pela Presidência, opondo dois fortes concorrentes, Getúlio Vargas e Góes Monteiro. O Ministro da Guerra acabara sendo lançado candidato por duas significativas forças políticas: o Clube 3 de Outubro, entidade máxima representativa do Tenentismo no país, e o PRM, partido mineiro de indiscutível tradição oligárquica que se encontrava nas oposições estadual e federal.[62] Esta aliança, inclusive, é outro exemplo ilustrativo do que estamos considerando a oposição antivarguista e que acabava por reunir elementos verdadeiramente antitéticos.

A situação do general durante todo este período é esclarecedora do tipo de momento político que se vivia. Publicamente, ele não cessa de dar entrevistas à imprensa – era até considerado o "Ministro da Imprensa" –, nas quais reafirma, em primeiro lugar, o alheamento do Exército das questões políticas do país e, em segundo, sua descrença pessoal na liberal-democracia.[63] Coadjuvando tais declarações, ele insiste na impossibilidade de sua candidatura à Presidência da República e em seu respeito à Constituinte. Em uma de suas entrevistas, no entanto, a ambigüidade de sua postura e os interesses que ela escondia são transparentes: *"Dentro da democracia, da democracia-liberal, eu tenho, creio, a liberdade de não dar o meu consentimento à indicação do meu nome. Agora, dentro ainda da democracia-liberal, os outros também têm, creio, a liberdade de escolher o seu candidato"*.[64] Desta maneira, o Ministro da Guerra continuava a participar das reuniões da alta cúpula governamental, nas quais se debatia a própria candidatura Vargas, ao mesmo tempo que articulava uma ação conspiratória contra Vargas e tinha seu nome lançado ao pleito constitucional.

Vale ressaltar, entretanto, que se era certo que Góes Monteiro conspirava, era igualmente certo que Vargas acompanhava de perto o desenvolvimento de todas as articulações que, na verdade, opunham face a face Exército e Constituinte, e que tinham como catalisador o problema da sucessão presidencial.

Intervenção das Forças Armadas

Simbolicamente, um importante documento, enviado pelo Comandante da 7ª Região Militar sediada em Recife a Góes Monteiro, marca o início das confabulações e traça seu significado

---

[62] O Clube 3 de Outubro lança a candidatura do General Góes Monteiro através de um manifesto público em 10/04/1934, e o PRM, através do Deputado Cristiano Machado, apresenta ao plenário da Assembléia sua indicação em 13/04/1934.

[63] Ver, por exemplo, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, de 28/03/1934, e *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* de 07/04/1934.

[64] *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11/04/1934.

e objetivo. Trata-se de um manifesto – "resultante de entendimentos nos meios militares" – propondo que Exército e Marinha intervenham no processo constitucional, "em nome da nação", evitando as "explorações políticas desencadeadas em torno da Assembléia Nacional Constituinte". Para tanto, deveria ser adotada, imediatamente, a Constituição de Júlio de Castilhos e assegurado um "governo constitucional forte", sob a liderança de Vargas.[65] A reação militar visava basicamente à Constituinte, com suas diretrizes políticas liberais, e não tanto à figura de Vargas enquanto Chefe da nação. No entanto, a situação evolui a tal ponto envolvendo inúmeros chefes de regiões militares, que chega a ser considerada ameaçadora à ordem legal, exigindo uma intervenção direta do próprio Vargas.

Conspirações

Em fins de março, após uma reunião ministerial, a Secretaria do Governo distribui uma nota oficial à imprensa (a única de todo o período) com o fito de tranqüilizar a população em face dos boatos de conspiração. José Eduardo Macedo Soares, jornalista do *Diário Carioca,* denuncia tal nota como verdadeiramente alarmante, já que para ele o "florescimento de boatos" não era a causa da situação reinante, mas apenas "*o sintoma da causa única que é o confusionismo e a intriga no seio do próprio Governo*". E conclui: "*Enquanto os revolucionários não perderem a fúria da antropofagia, enquanto não esquecerem o canibalismo da tribo, nada poderão construir depois de terem tanto destruído...*".[66]

Mas a marcha da conspiração não se interrompe e, apesar dos esforços de Vargas em garantir a fidelidade de seus Ministros – inclusive Góes Monteiro – e Interventores, no mês de abril o problema parece ainda mais grave. Dois Interventores – Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, e Juraci Magalhães, da Bahia – informam Vargas dos progressos conspiratórios e do indubitável envolvimento de Góes Monteiro. Em ambos os casos, a opinião é de que se torna necessária uma ação enérgica e imediata em todo o país, de forma que tais articulações sejam contidas.[67] Flores da Cunha, particularmente, Chega a enviar a Vargas o nome de todos os chefes de regiões militares que, segundo ele, eram favoráveis à ditadura militar ou à eleição de Góes Monteiro.[68] O clima político de tensão atinge tais níveis que, em meados de abril, depois de Minas, Bahia e Pernambuco

[65] Arquivo Getúlio Vargas (GV, 34.03.18), CPDOC, FGV.
[66] *Diário Carioca,* Distrito Federal, 23/03/1934.
[67] Correspondência entre Juraci Magalhães e Vargas. Arquivo Getúlio Vargas (GV, 34.04.25; GV. 34.05.02).
[68] Arquivo Getúlio Vargas (GV, 34.04.24; GV,.34.04.26).

haverem confirmado seu compromisso com a candidatura Vargas, esse mesmo Interventor afirma-se pronto a declarar pela imprensa sua disposição em sustentar, "mesmo que pelas armas", o nome de seu candidato.[69]

A resposta de Vargas a Flores da Cunha neste episódio é fundamental para a compreensão do tipo de estratégia por ele utilizada em face dos dois importantes núcleos de poder com que se defrontava: o Exército, com seu descontentamento ameaçador, e a Constituinte, representando a ordem legal recém-estabelecida e, logicamente, os fortes interesses de significativas forças políticas do país. Os termos de seu telegrama reafirmam a intenção de conduzir sua candidatura dentro dos trâmites legais da Constituinte, na medida em que confirma, para Flores, os entendimentos estabelecidos com o líder da maioria Medeiros Neto. Neste aspecto, Vargas chama a atenção de Flores para a necessidade de *"evitar qualquer aparência de que a candidatura surja como uma imposição de uma aliança dos Estados ou como a complacência de um ministro (...) pois servirá para despertar o espírito de classe do Exército"*. Tal opção, que se torna nítida nos intensos contatos estabelecidos em reuniões ou na correspondência com elementos do seu Ministério e com alguns Interventores, não se traduzia, no entanto, no abandono de uma solução de força, já que Vargas concluía sua mensagem da seguinte forma: *"Basta, para mim, saber com quem conto para agir no momento oportuno (...)"*.[70]

Enquanto se desenvolve uma série de contatos de caráter conspiratório no país, Vargas, mantendo-se sistematicamente informado sobre eles, articula uma fórmula legal e segura de apresentar-se como candidato, esvaziando, assim, não só os críticos de seu continuísmo, como os intuitos de um golpe de força tramado por setores da cúpula militar. Seu apego à legalidade, neste momento, tem a grande vantagem de assegurar bases pessoais de apoio dentro da Constituinte, em face das oposições à sua candidatura, que passa a se confundir com a própria defesa da Assembléia, ameaçada pela conturbação da ordem pública. A fórmula encontrada e aprovada após a realização de importante reunião ministerial[71] estabelecia que a indicação de Getúlio Vargas à Presidência seria feita, com toda a solenidade, pelos líderes das diversas bancadas governistas

---

[69] Arquivo Getúlio Vargas (GV, 34.04.12), CPDOC, FGV.

[70] *Idem.*

[71] No dia 13 de abril realiza-se uma reunião ministerial, à qual o General Góes Monteiro não comparece, em que fica estabelecida a solidariedade a Vargas. *O Globo*, Distrito Federal, e também Arquivo Antunes Maciel (AM.34.04.12; AM.34.04.14), CPDOC, FGV.

na Assembléia, ladeados pelo apoio dos Ministros e Interventores.[72] Com ampla cobertura da imprensa, que atestava o apoio irrestrito de inúmeros homens públicos (como os Interventores de Pernambuco, Ceará, Piauí, Paraná e Bahia, e até do Ministro da Guerra), Getúlio Vargas é apresentado oficialmente como candidato em 21 de abril de 1934.[73]

Enquanto candidato, Vargas esforça-se, cada vez mais, para desanuviar o clima político, promovendo uma verdadeira aproximação entre Flores da Cunha e Góes Monteiro, com o que buscava, inegavelmente, atrair o Ministro da Guerra para a órbita legal do Governo. Vargas chega a patrocinar uma visita de Góes Monteiro ao Rio Grande, na tentativa de encerrar definitivamente a já pública e grave crise que dividia e conturbava os meios governamentais e a tranqüilidade nacional.[74] Entretanto, tais providências se mostraram infrutíferas, uma vez que até fins de maio a onda conspiratória não parou de crescer. É em tal contexto que são realizadas duas modificações nos Comandos da 2ª e 3ª Regiões Militares (São Paulo e Porto Alegre), após alguns incidentes que envolveram o relacionamento desses Comandos com o Ministro da Guerra, Góes Monteiro. Este permanece em seu cargo, insistindo em afirmar pública e categoricamente não haver conspiração de espécie alguma do Exército e que, alheio à política, se manteria no apoio à reconstitucionalização do país, rejeitando qualquer tentativa de sublevação da ordem.

Paralelamente, contudo, Vargas continuava a receber informações de Flores da Cunha e Juraci Magalhães sobre atividades conspiratórias nos meios militares. Neste sentido, cabe destacar uma circular pessoal e secreta, datada de 14 de maio, enviada pelo General Waldomiro Lima (ex-interventor paulista) aos Generais-de-Exército, com o conhecimento do Ministro da Guerra. No documento, propõe-se a criação e reunião imediata de um "Conselho de Generais", cujo objetivo seria "representar o pensamento do Exército e cuidar da defesa do Governo"; a tarefa deste conselho consistiria em depor Vargas, assumir o Governo (dissolvendo, portanto, a Constituinte) e marcar novas eleições. Tal plano chega ao

[72] *O Globo,* Distrito Federal, 14-15/04/1934, e *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 18/04/1934.

[73] Ver, por exemplo, a cuidadosa cobertura de *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 15, 18, 20 e 21 de abril de 1934.

[74] Sobre este episódio, ver a correspondência telegráfica existente no Arquivo Getúlio Vargas entre Flores da Cunha e Vargas no período de 28 de abril a 1º de maio (GV,34.04.29; 34.04.30 e 34.04.01). CPDOC, FGV. Ver também *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 03/05/1934.

conhecimento do Chefe do Governo Provisório devido às excelentes relações de Juraci Magalhães com o Comandante da 6ª Região Militar sediada na Bahia, General Colatino Marques, e comprova-nos o nível alcançado pelas articulações conspiratórias.[75]

Muito bem informado de todos os movimentos realizados dentro do Exército, dispondo da fidelidade irrestrita da maioria dos Interventores do Norte, do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, tendo sólidos apoios em seu Ministério – Juarez Távora (Agricultura), Antunes Maciel (Justiça), Protógenes Guimarães (Marinha) e outros –, e possuindo uma incrível capacidade política de aguardar o momento oportuno, Vargas consegue vencer o movimento conspiratório sem provocar impactos, quer nos meios militares, quer nos meios políticos. Góes Monteiro é mantido no Ministério da Guerra durante todo o período da sucessão presidencial, sem que se abra um confronto aberto entre ele e Vargas, já que, se sua permanência no cargo lhe dava recursos de poder, permitia igualmente a Vargas uma proximidade útil, bem como a exigência de uma postura pública de comprometimento.

É preciso ter também em vista as alterações realizadas nos Comandos de algumas regiões militares. Sobretudo, é necessário relembrar aqui a existência das forças públicas estaduais, poderosamente armadas no Rio Grande e em Minas. Assim, se o Ministro da Guerra possuía um braço armado nos Estados, o Chefe do Governo Provisório, através dos Interventores, também o possuía. Em caso de um levante, portanto, mesmo a obediência hierárquica ao Ministro da Guerra não seria capaz de eliminar conflitos, já que o Exército não dispunha, naquele momento histórico, do monopólio da violência. Um possível enfrentamento entre força pública e região militar não era hipótese absurda, principalmente se considerarmos a natureza dos interesses que moviam os Interventores e o fato de, enquanto Chefes políticos do Estado, comandarem aquela força.

As eleições presidenciais de 1934 são, desta forma, um episódio politicamente denso e ilustrativo do grau de instabilidade política em que vivia o país e do tipo de confronto que o agitava, tanto na esfera legal da Constituinte quanto na esfera extralegal das conspirações civis e militares.

Até os dias finais de funcionamento da Assembléia, Vargas tem que manobrar e utilizar todos os recursos políticos de que dispõe. É dentro deste quadro que outorga, pelo Decreto nº 24.297, de 28 de maio de

[75] *Idem* (GV,34.05.25), CPDOC, FGV. Hélio Silva, 1934, *A Constituinte*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1969, pp. 481 e seg., reproduz inúmeros documentos quase que integralmente.

1934, a anistia aos participantes do movimento revolucionário de 1932 e que é suspensa a censura à imprensa, através de uma nova lei concluída apenas em 14 de julho de 1934 (Decreto nº 24.776). Ambas as medidas, alvo de insistentes campanhas dimensionadas pelo momento de abertura política, têm um claro sentido eleitoreiro, já que foram "concedidas" quase às vésperas do pleito.

Apesar de todas estas iniciativas, a candidatura Vargas não dispensou um cuidadoso trabalho de "boca de urna", desenvolvido pelo próprio Ministro Antunes Maciel junto aos líderes das bancadas na Assembléia. Cálculos foram feitos e refeitos, aventando-se até mesmo a possibilidade de traição à candidatura Vargas, caso ele não obtivesse a vitória no primeiro escrutínio.[76] De fato, chegam a se realizar reuniões para articular as forças opostas à candidatura Vargas em torno de um nome comum, com vistas a atrair, particularmente, a bancada paulista.[77]

A Assembléia encontrava-se assim dividida em dois campos básicos, articulados em torno do apoio e da oposição ao continuísmo de Vargas no poder. Porém, os que se lhe opunham no terreno da legalidade não conseguiram se unir numa única proposta, dispersando-se entre diversas candidaturas alternativas que bem revelavam a impossibilidade de uma união real entre tão diferentes tendências: a das oposições estaduais do Centro-Sul (PRM e FUG), as facções do Tenentismo descontentes com a aproximação oligárquica de Vargas (dissidentes do PSD de PE) e até mesmo a Chapa Única por São Paulo Unido. Este quadro iria traduzir-se de forma evidente no próprio resultado eleitoral. Getúlio Vargas teve 175 votos, enquanto os demais votados foram: Borges de Medeiros (59 votos); Góes Monteiro (4 votos); Protógenes Guimarães (2 votos); Raul Fernandes (1 voto); Artur Bernardes (1 voto); Afrânio de Mello Franco (1 voto); Oscar Weinschenck (1 voto); Paim Filho (1 voto); Levi Carneiro (1 voto).

Estava findo o período do Governo Provisório. Vargas era agora o Presidente legitimamente eleito.

---

[76] Arquivo Antunes Maciel (AM,34.06.12; AM.34.07.04), CPDOC, FGV.

[77] Entrevista de Cincinato Braga (Chapa Única – SP). O *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 e 7 de julho de 1934.

6. A CONSTRUÇÃO DO PACTO POLÍTICO: A TEMÁTICA DO DEBATE PARLAMENTAR

O processo de abertura política dos anos 30 tem como ponto crucial os debates que agitaram o plenário da Assembléia e que resultaram na construção de um verdadeiro pacto, consagrado na Constituição de 1934. Ao nos dedicarmos à caracterização da temática central que agitou tais debates, nosso ponto de vista não é o do exame jurídico do texto constitucional, mas justamente o do estudo da dinâmica política que lhe deu origem, seu exame enquanto resultado de acordos múltiplos entre correntes e partidos e de compromissos políticos diversos.

Para nós, nesse sentido, não é tão significativo o fato de a Constituição de 1934 ter tido curta duração, sendo fundamentalmente solapada, já em 1935, pela Lei de Segurança Nacional, e finalmente tornada inútil, em 1937, pelo golpe do Estado Novo. Seu valor e presença enquanto experiência histórica não estão no tempo de sua vigência, mas no processo que a gerou, pleno de revisões e reflexões sobre nosso passado e futuro políticos.

É dentro desta perspectiva que procuraremos, antes de tudo, caracterizar as linhas mestras do debate então ocorrido, marcando, *grosso modo*, as posições básicas das principais forças políticas representadas em plenário. Além disso, buscaremos assinalar a evolução política do texto constitucional, acompanhando algumas das transformações básicas introduzidas pelo substitutivo no anteprojeto e, por fim, as fórmulas encontradas e incorporadas ao texto constitucional.

Inicialmente, cabe ressaltar que, como não poderia deixar de ser, todo o debate da Constituinte teve suas raízes mais profundas numa análise crítica – verdadeira exegese – da experiência política da República Velha e, obviamente, do diagnóstico de seus "acertos" e das causas de seus "males". Portanto, a Constituinte de 1891 é o paradigma em questão, já que, juridicamente, assinala e consubstancia o corte com as tradições centralistas do Império, concretizando as razões históricas que levaram os republicanos a adotar os princípios liberais e federalistas que definiram a vida política do país a partir de então. Do ponto de vista dos constituintes de 34, a Carta de 1891 realizara uma autêntica subversão de nossa organização política, estabelecendo algumas inovações cujo entendimento só podia ser apreendido pela recuperação do ambiente e das necessidades políticas da época.

Divergências e alternativas

Duas destas inovações mereceram de nossa parte cuidados especiais, na medida em que catalisaram todo o conjunto de reflexões desenvolvido nos anos 30: o estabelecimento de um regime político-liberal de tipo representativo e a adoção de um sistema de descentralização política e administrativa que estatuía a soberania dos Estados federados. A Constituição de 1891 instituíra a República Federativa de tipo representativo, consagrada pela adoção do sufrágio amplo, geral e direto para os maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei. O voto, sem ser obrigatório e secreto, atraía à participação política uma pequena parcela da população do país, o que autoriza a definição de tal sistema como de cidadania restrita, quer pelo número de eleitores e pelos mecanismos da prática eleitoral, quer pela organização política mais ampla.

É neste sentido que a grande maioria das análises políticas efetuadas em 1934 partem do traçado, da recuperação e da avaliação das qualidades e/ou defeitos da experiência constitucional anterior e, em seguida, tratam de acompanhar a trajetória dos homens da República Velha na implementação dessa experiência. O diagnóstico efetuado tem, assim, duas linhas principais. De um lado, aqueles que apontam como raiz de todos os problemas as próprias características do texto constitucional, penetrado de influências "estrangeiras" e "utópicas" e esquecido da realidade nacional plena de especificidades a serem consideradas de forma corajosa e inovadora. De outro, estão os que ainda defendem a validade e acerto dos princípios de 1891, localizando sua "adulteração" em interesses pessoais condenáveis e em razões políticas que ultrapassavam a simples previsão e vontade dos Governantes.

Para os primeiros, tratava-se de colocar o liberalismo da Primeira República em questão, advogando-se através de um conhecimento real dos problemas brasileiros o abandono desses postulados considerados inviáveis em nossa prática política. A Revolução de 1930 comprometera-se com a moralização dos costumes políticos do país, ou seja, com a efetivação de princípios democráticos que só poderiam ser atingidos com a superação dos vícios liberais de nosso sistema político. Para essa corrente, a democracia era uma conquista básica a ser assegurada no campo das reformas socioeconômicas, uma vez que o cidadão no Brasil era uma entidade fictícia, massacrada pela miséria, pelo analfabetismo e pela dependência pessoal, bases dos mecanismos políticos dos conhecidos currais eleitorais. Desta forma, na defesa de uma democracia "de fato", o arcabouço desta proposta acabava por legitimar procedimentos autoritários, concretizados num regime político forte, com pequenos índices de partici-

pação política direta da população, já que esta não tinha consciência e educação cívicas para muito mais.

Lideravam tal tendência as forças políticas vinculadas ao Tenentismo. Tais forças, apesar de uma série de divergências em termos de medidas concretas, harmonizavam-se neste nível mais geral da análise e do encaminhamento político. No interior dessa temática, deve ser ressaltada a forte recorrência ao pensamento de Alberto Torres como base de respaldo crítico e como recurso de autoridade na defesa de determinadas soluções alternativas. A presença deste nome é tão palpável que sua simples menção em plenário acabaria por se transformar, no folclore político da época, em símbolo de identificação com a orientação política dos "Tenentes"[78].

Apenas para ilustrar e concretizar o que vimos assinalando, vale mencionar dois tipos de emendas particularmente elucidativas, que visavam sanear a prática do voto e a participação parlamentar: a proposta de manutenção das eleições diretas apenas em esfera municipal – "onde o eleitor pode votar com consciência" –, adotando-se as eleições indiretas para os níveis de poderes estadual e federal,[79] e a indicação do sufrágio profissionalista como meio de levar à Assembléia elementos que se sobrepusessem aos interesses regionais e particulares.

Um dos maiores defensores desta última proposição, Abelardo Marinho, representante classista dos profissionais liberais, no intuito de justificar sua emenda, assim explicitava a orientação básica presente no conjunto destas "soluções alternativas":

> "A defesa do sistema representativo, no Brasil, constitui um fato notório que ninguém contestará de boa-fé. Inúteis foram todas as leis elaboradas no sentido de realizar o sufrágio universal. Corrigiram-se (...) certos aspectos exteriores do voto, mas os atributos intrínsecos têm continuado os mesmos.

---

[78] Ver, por exemplo, o episódio ocorrido no discurso do paulista Ranulpho Pinheiro Lima, *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, 1934, vol. 13, p. 210. Vale lembrar também a formação da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, que, com amplas adesões dos políticos do Nordeste, atuou na Constituinte de 1934 e nos anos subseqüentes, defendendo uma série de medidas favoráveis àquela região econômica e politicamente preterida durante as décadas anteriores. Ver Barbosa Lima Sobrinho, *A presença de Alberto Torres* (sua vida e pensamento), Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968, pp. 495 e seg.

[79] A defesa desta proposta está bem estruturada, juntamente com outras que com ela se relacionam, num importante discurso do Ministro Juarez Távora. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte,* 1934, vol. 2, pp. 355 e seg.

(...) nossas elites intelectuais não conseguem (...) fugir aos encantos e às seduções da cultura alienígena. É por isso que lhes têm passado despercebido o fenômeno social, tipicamente brasileiro, que é o chefe político.

Não quero cogitar se é um bem ou um mal o fenômeno do coronelismo. Desejo (...) ressaltar o fato para mostrar minha descrença nos poderes miríficos do sufrágio universal, direto e secreto e concluir que não foram as eleições fraudulentas a causa dos erros (...) da Constituição de 1891."[80]

Já para os segundos, a questão assumia contornos bem diversos, pois não se tratava de condenar *in totum* a liberal-democracia, mas apenas localizar as dificuldades e os problemas que sua prática encontrara no Brasil. Neste sentido, reconheciam-se, de um lado, a validade e a correção dos procedimentos que regiam os regimes representativos e, de outro, a possibilidade de sua aplicação à realidade brasileira. Estas análises, por conseguinte, centravam-se numa avaliação das causas que levaram ao desvirtuamento dos princípios de 1891, não com a finalidade de afastá-los de nossa experiência política, mas exatamente de recuperá-los em seu real significado para uma incorporação efetiva e definitiva.

Dentro deste conjunto de reflexões, o ponto nodal destacado como causa básica e profunda dos descaminhos da Primeira República era a prática da "política dos Governadores", inaugurada pelo paulista Campos Salles. A convergência dos constituintes de 34 para esta questão, considerada capital para a compreensão de tudo o que se passara nas décadas anteriores, é reveladora. A avaliação da "política dos Estados", ou seja, dos Governadores e Coronéis, era tida como essencial para aqueles que defendiam a manutenção das normas fundamentais até então vigentes em nosso sistema político, e especialmente aqueles que ainda defendiam o regime presidencialista.

Posição de Odilon Braga

Neste caso, duas participações são particularmente preciosas. Uma delas é a do jurista e Deputado por Minas Gerais Odilon Braga (PP). Em um longo e fundamentado discurso, este reconhecido liberal dos anos 30 organiza as linhas mestras da reflexão presente em inúmeros outros pronunciamentos de Deputados que compartilhavam da mesma visão.[81] Para ele, no momento, o que mais importava não eram

---

[80] Emenda nº 1.168 de Abelardo Marinho. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte,* 1934, vol. 3, pp. 343/350. Ver também Emenda nº 1.169, vol. 4, p. 221.

[81] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte,* 1934, vol. 2, pp. 226 a 250. As bancadas de Minas e São Paulo eram aquelas que ilustravam, quantitativa e qualitativamente, a posição acima referida.

as razões que conduziram o ex-Presidente Campos Salles a tal prática, mas sim seus efeitos perniciosos, dentre os quais a hipertrofia do Executivo era o maior de todos. Ele reconhecia que fora o "estado de necessidade" em que se encontrava o país nos anos iniciais da República que gerara a construção de uma mecânica de "uniões sagradas", mas enfatizava que tal mecânica acabara por alterar os poderes "normais" do Executivo federal, consagrados pela Constituição de 1891.[82]

A importância de tal diagnóstico estava tanto numa verdadeira compreensão do que significara para o Brasil a "política dos Governadores" quanto na determinação dos fundamentos em que se traçaria uma nova e proveitosa obra constitucional, evitando-se a repetição dos erros do passado.

Assim, para Odilon Braga, *"a Constituição baseava-se no voto livre e verdadeiro. A Constituição partia da presunção de que os homens públicos, em especial aqueles que tinham feito a propaganda da República, seriam incapazes, quando chamados ao Governo, de corromper a pureza do regime com afronta para os ideais que tinham pregado nos formosos dias da propaganda"*. Mas a "política dos Estados" subvertera completamente os princípios constitucionais ao coligar os Governadores em apoio ao Governo federal; ao servilizar a Câmara e o Senado, através do reconhecimento arbitrário de poderes, ao jugo presidencial; ao impossibilitar a responsabilização do Presidente pela conivência dos Governadores; ao praticamente excluir os eleitores e o povo de nossa vida política, substituindo-os pelos acordos entre autoridades públicas diversas.[83]

Por todas essas razões, cuidadosamente enumeradas e demonstradas por Odilon Braga, se a manutenção deste mecanismo político não fosse obstaculizada por medidas eficazes ardilosamente estruturadas, este iria por terra, como o foram os princípios constitucionais de 91. Não se tratava de abandonar a liberal-democracia, mas de reconhecer seus desvios práticos e a necessidade de correção dos exageros do liberalismo que acabam por ameaçar o próprio projeto democrático fundado no exercício do direito de voto e das liberdades de expressão e reunião. Para aqueles que comungavam de tal opinião, o fundamental era manter o liberalismo, transformando-o através de novos expedientes políticos, em nome da própria democracia.

[82] *Idem*, p. 228.
[83] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, 1934, vol. 2, pp. 247, 248 e 249.

É exatamente neste contexto que a defesa do presidencialismo, com a reforma do sistema eleitoral, é considerada medida essencial para a superação do mal criado pela "política dos Governadores". O Deputado paulista da Chapa Única, Moraes de Andrade, é o outro grande analista da "política dos Governadores" que defende esse tipo de reforma. Para ele, o objetivo original dessa prática política deformara-se, e aquilo que os constituintes de 34 identificavam e criticavam como a "política" de Campos Salles era nada mais, nada menos que a subserviência do Legislativo ao Executivo, ou seja, o abuso e a deturpação das reais finalidades daquelas práticas de Governo. Moraes de Andrade, neste sentido, ia ainda mais longe que Odilon Braga, ao afirmar não só o desvirtuamento dos princípios de 91 como, inclusive, o dos princípios da própria política daquele ex-Presidente da República Velha. Porém ambos irão rechaçar, em nome desse diagnóstico as soluções parlamentares defendidas por Agamenon Magalhães, buscando demonstrar que o problema não estava no regime e no voto direto e sim nos processos eleitorais.[84]

É preciso distinguir bem os pontos de convergência e de confronto existentes nestas duas visões básicas e polares. Se de um lado ambas fazem críticas à experiência política da República Velha, apontando o desvirtuamento de nossas elites políticas e a incultura e dependência das massas como fatores que propiciaram o surgimento do grande e central problema da hipertrofia do Executivo, de outro essas duas visões distinguem-se frontalmente nas suas propostas de solução. Assim, encontramos, na Constituinte de 1934, uma posição que defende um Estado "forte" e "fechado", em que a participação política seria restrita e controlada, exercendo-se principalmente através do sindicato, pensado como instrumento de socialização e educação do povo/trabalhador. Mas encontramos também defensores de um Estado "moderno", com poderes ampliados, no qual a democracia só pode ser entendida como participação política ampla, isto é, só pode ser garantida pelo exercício do voto universal, secreto e direto. Os fundamentos deste projeto são inegavelmente liberais, como são pluralistas suas concepções partidárias de organização e mobilização social. Por isso, denunciam as inspirações autoritárias e organicistas que orientam aqueles que se lhes opõem, sob o enganoso pressuposto de que a cidadania política só pode ser atingida após reformas de ordem econômica e social. Em suas análises, procuram atingir basicamente os representantes civis e militares do Tenentismo que, condenando a prática políti-

[84] Ver o excelente discurso de Moraes de Andrade em *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, 1934, vol. 2, pp. 148 a 168.

ca da República Velha, abandonam os procedimentos liberais de organização e expressão de opiniões – dos quais o partido era o mais significativo –, em nome dos mitos da tecnoburocracia, da representação política de classes e dos conselhos técnicos.

Contudo, se em relação ao liberalismo as linhas do debate parlamentar chegam a envolver questões que, na verdade, abordam sua manutenção ou abandono, em relação a outro grande tema do momento político não se pode dizer que tal fato chegue a ocorrer. A questão do federalismo – sem dúvida alguma intrinsecamente relacionada com a anterior – não consegue polarização tão evidente. Na verdade, o debate sobre o federalismo, já presente nas discussões e análises da "política dos Estados", reunirá em tese as duas orientações anteriormente referidas, ainda que concretamente permaneçam suas distinções essenciais.

Assim, paulistas, mineiros, gaúchos e baianos unem-se em torno dos princípios da descentralização do poder e, embora admitindo o estabelecimento de certos limites em nome da União, insistem que a manutenção do federalismo é elemento crucial à prática da liberal-democracia. Efetivamente, os grandes Estados procuram manter ao máximo as posições de privilégio adquiridas ao longo da Primeira República. Portanto, apesar das reformas administrativas aceitas e até mesmo propostas, o objetivo maior a ser alcançado é a manutenção da ampla margem de independência política dos Estados, que favorece aqueles que, por sua força político-eleitoral e desenvolvimento econômico, podem garantir seu progresso material e sua presença no cenário nacional.

A argumentação de dois importantes Deputados, mais uma vez de Minas e de São Paulo, esclarecem ilustrativamente o que queremos situar. Bias Fortes (PP), tradicional político mineiro, num discurso em que defende a representação política dos Estados pelo critério proporcional à população, coloca de forma inequívoca a posição das grandes bancadas em face da preservação do regionalismo: "*Senhores, Minas e São Paulo, que contribuem profunda e vastamente para o erário público, cujas populações são maiores do que as dos outros Estados, não podem deixar, numa democracia, sob pena de se praticarem uma injustiça e uma iniqüidade, de ter no seio desta Assembléia os representantes a que têm direito, proporcionalmente aos seus habitantes.*" Imediatamente é aparteado por outro mineiro, desta feita do PRM, que conclui: "*É uma fatalidade política.*"[85]

[85] Ver discurso de Bias Fortes em *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 13, p. 333. Um excelente discurso sobre a presença positiva do regionalismo na política nacional é o de Augusto Viegas (MG-PP), *idem*, vol. 15, pp. 29 a 38.

Já o Deputado paulista pela Chapa Única, José Carlos Macedo Soares, focalizando o mesmo tipo de proposta, enfatiza a existência de desigualdades econômicas e sociais que merecem ser consideradas inclusive em suas implicações políticas. Seria por esta razão que, para a bancada da Chapa Única, *"a melhor técnica da elaboração constitucional para um país como o nosso seria, talvez, estabelecermos regras jurídicas, econômicas, sociais, políticas que formassem o núcleo da Magna Carta e, ao lado dessa organização nuclear, estatutos particulares sob a égide dos princípios gerais da Constituição"*.[86] Desta feita, cumpriria à Constituição apenas a determinação das normas gerais, cabendo aos Estados – conhecedores de suas características e problemas específicos – o restante da tarefa legislativa.

É exatamente em resposta a esse conjunto de argumentos, e sem abandonar a básica autonomia estadual, que os pequenos Estados do Norte-Nordeste veiculam de forma bem clara sua posição, por imtermédio do Ministro Juarez Távora, o mais importante e destacado orador a representá-los no plenário. Firmando a orientação vigente quanto ao problema do federalismo, Juarez frisa *"ser uma injustiça atribuir-se à corrente moça que se esboça no seio da Revolução idéias desarrojadas de centralismo"*.[87] Rechaçando o rótulo de "unitaristas", o Ministro distingue o apoio dado à *descentralização administrativa* (considerada essencial à eficácia política do país, tanto em nível estadual, quanto principalmente municipal) e o combate aos postulados de *soberania política* dos Estados.

Ao mesmo tempo que essa corrente de Deputados considerava como atributo indivisível da União o princípio da soberania, assentava as bases da descentralização no fortalecimento dos municípios, e não no dos Estados. Procurava-se através dessa concepção de política administrativa aumentar as margens de coordenação (e não de intervenção) da União, reforçando-se, simultaneamente, as bases locais e diferenciadas de poder que, por serem municipais, não concorriam com o centro, nem esmagavam o equilíbrio regional. Com essa medida, acrescida da adoção de eleições indiretas para os Governos estadual e federal, da utilização de conselhos técnicos em vários níveis de decisão e da responsabilização das autoridades executivas, seria alcançada uma federação sem maiores discrepâncias regionais.

---

[86] *Idem*, vol. 11, p. 56.

[87] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 2, pp. 357, 358 e 359. Juarez Távora, dentre os Ministros, é aquele que mais ativamente participa da Constituinte com seus discursos e com sua presença nas reuniões da minoria parlamentar.

Entretanto – e é esta uma das características principais do campo político que estamos considerando –, toda esta gama de debates e orientações concretiza-se, na prática parlamentar, em inúmeras emendas específicas que sofrem transformações diversas ao longo dos trabalhos constitucionais. Interessa-nos, neste sentido, acompanhar alguns destes movimentos no que se refere mais especificamente a estas duas questões básicas: a da definição dos poderes da União e dos Estados, e a da organização dos poderes da República. Assim, esperamos poder constatar, através dos postulados que vão sendo firmados, as linhas centrais que marcarão o novo pacto político, ou seja, o tipo de compromisso que acabará sendo vitorioso. Importa, inicialmente, observar o conjunto de modificações que sofre o anteprojeto constitucional apresentado pelo Governo Provisório à Constituinte, e que resulta no substitutivo elaborado pela Comissão Constitucional (a "Comissão dos 26"), aprovado em bloco pelo plenário da Assembléia.

A grande crítica realizada ao anteprojeto, por parte da Comissão como um todo, é a da centralização excessiva trazida a nosso sistema político, atingido tanto no princípio federativo, norteador das relações entre União-Estados e Municípios, quanto nas funções do Legislativo, que se constituíam numa preocupação crucial do momento político, agitado pelos diagnósticos de exorbitância de poder do Presidente da República. Desta forma, os rumos maiores traçados pelo substitutivo indicavam resistência a algumas das inúmeras inovações do anteprojeto, sem que esse significasse um recuo mais acentuado às feições da Constituição de 1891.

Em relação ao regime federativo, o substitutivo da "Comissão dos 26" avançava em uma série de pontos particulares no sentido de proteger tal orientação constitucional: reagia ao anteprojeto que sacrificava o federalismo, estatuindo de fato "um sistema de simples descentralização administrativa".[88] Assim, se o anteprojeto não definia a contento os poderes dos Estados, a "Comissão dos 26" procurava deixar-lhes todos os direitos e faculdades que não lhes fossem expressa ou implicitamente negados por cláusulas constitucionais. Além disso, buscaram-se aumentar as fontes tributárias estaduais julgadas insuficientes, através da manutenção, ainda por seis anos, dos impostos de exportação (que haviam sido

[88] Parecer e substitutivo da Comissão Constitucional ao Anteprojeto de Constituição e às emendas apresentadas em primeira discussão. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 10, p. 548. Todas as observações que se seguem baseiam-se neste trabalho; e é neste sentido concreto que iremos considerar a posição conjunta da "Comissão dos 26", ou seja, a posição que marcou o resultado de suas sucessivas reuniões plenárias e parciais.

retirados da competência dos Estados) e da transferência do imposto de vendas mercantis da União para os Estados.[89] Outro aspecto importantíssimo, que foi especialmente considerado, dizia respeito à regulamentação dos casos de intervenção federal nos Estados tendo em vista a preservação da ordem interna e a fundamental autonomia estadual.

Especialmente em uma questão, o substitutivo revertia de forma crucial as diretrizes do anteprojeto: era no que dizia respeito à reinstituição do ramo do Poder Legislativo onde os Estados se faziam representar com igualdade. O substitutivo alterava a orientação unicameralista do anteprojeto, que havia consagrado uma Assembléia Nacional, suprimindo o Senado.

Em nome do princípio federativo e em nome de uma organização legislativa considerada como base da vida governamental, a "Comissão dos 26" aprovou um sistema de duas Câmaras. A Câmara de Representantes, cujos membros seriam eleitos proporcionalmente à população, por sufrágio direto e secreto dos cidadãos, e que também contariam com representantes das profissões eleitos na forma da lei (o que não era admitido pelo anteprojeto); e a Câmara dos Estados, composta por dois representantes de cada Estado, também eleitos por voto secreto e direto, que teria atribuições legislativas limitadas a certas questões, e receberia atribuições de caráter não legislativo.[90]

Essa proposta foi duramente combatida por todos os partidários do unicameralismo, desde os que defendiam um regime presidencialista, como o Ministro Juarez Távora, até os que propunham o parlamentarismo, como o Deputado do PSD pernambucano, Agamenon Magalhães. Para eles, o substitutivo mantinha um "bicameralismo" disfarçado, bem nos moldes da Constituição de 1891, negando-se a enfrentar as propostas de criação de um verdadeiro órgão de equilíbrio federativo e coordenação administrativa. O substitutivo estaria, nesses termos, apenas ressuscitando o Senado da Primeira República, conforme os interesses de mineiros e paulistas.[91] Essa argumentação, contudo, não era de forma alguma aceita pelo Vice-Presidente da Comissão Constitucional, Levi Carneiro. Segundo ele, tratava-se, de fato, de retomar a Câmara Alta, mas não com

---

[89] *Idem*, pp. 557 e 558.

[90] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, op. cit.*, p. 550.

[91] Algumas importantes emendas foram apresentadas ao anteprojeto tendo em vista a manutenção do Senado Federal. Entre elas vale citar a nº 947, defendida pelo mineiro Odilon Braga (PP) e apoiada por membros de sua bancada. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 3, pp. 319/328.

uma simples mudança de nome. Isto porque se alteravam as funções e a natureza daquele órgão, uma vez que a Câmara dos Estados não intervinha em todos os casos de elaboração de leis e atuava, inclusive, em órbita não-legislativa (decretação de intervenção federal, estado de sítio, subsídios aos Estados, sistema eleitoral, comércios interestadual e internacional etc.), impondo-se como um verdadeiro órgão de equilíbrio da Federação e de coordenação de poderes.[92]

Efetivamente, a soma de reações a tal orientação, que predominou na "Comissão dos 26", partiu da acusação de que se realizava um verdadeiro recuo institucional, colocando-se em risco os avanços realizados com a Revolução de 1930, aos quais estava ligada a maior parte dos setores tenentistas. A resposta a tal pressuposto consistia numa verdadeira demonstração das inúmeras inovações consagradas no substitutivo, objetivando-se basicamente dois pontos principais. O primeiro era a correção das discrepâncias regionais que permitiam o predomínio dos grandes Estados (o quociente eleitoral da Câmara de Representantes procurava minimizar as diferenças entre bancadas, por exemplo). O segundo era a preocupação em refrear o poder do Executivo Federal, especialmente nos casos de intervenção nos Estados (onde a Câmara dos Estados passaria a atuar) e nos momentos de recesso parlamentar (seria criada uma Delegação Legislativa Permanente para funcionar no interregno das legislaturas). Além disso, reforçava-se tal preocupação mediante a adoção do princípio do comparecimento obrigatório dos Ministros perante a Câmara dos Representantes, toda vez que assim lhes fosse requerido. Nesse aspecto, a "Comissão dos 26", seguindo de perto o anteprojeto, abandonava o presidencialismo "puro" e adotava procedimentos do parlamentarismo, que procuravam atender às inclinações majoritárias do plenário.[93]

Estas inclinações, se difíceis de serem avaliadas consensualmente no que se referia à organização do Poder Legislativo, eram mais facilmente perceptíveis no que tocava à competência do Poder Executivo. Nesse ponto, o substitutivo, acompanhando indubitavelmente o anteprojeto, buscava refletir a reação generalizada movida contra os excessos do poder presidencial. As inovações estabelecidas diziam respeito à eleição do Presidente e às precauções contra os abusos de sua atuação.[94] No primeiro caso, apesar da existência de partidários fervorosos das eleições diretas

[92] O interessante debate entre Juarez Távora e Levi Carneiro está nos *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 13, pp. 28 a 47.

[93] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 10, p. 550.

[94] *Idem*, pp. 552, 553 e 554.

para todos os cargos públicos, a "Comissão dos 26" preferiu a eleição indireta, alterando contudo as regras de composição do eleitorado anteriormente traçadas pelo anteprojeto. Todavia, no próprio texto do parecer enviado ao plenário da Constituinte, teve-se o cuidado de afirmar que tal prática resultara de sondagens pouco efetivas, havendo de fato ainda muito a ser considerado.[95]

Já no segundo caso, a questão era mais simples, ao menos em termos da diretriz essencial a ser adotada. Todos concordavam que o fortalecimento do Estado – sua eficiência e representatividade – não se confundia com a amplitude dos poderes do Chefe do Executivo Federal e que, nesse sentido, era essencial, exatamente para proteção da República, estabelecer-se constitucionalmente uma "rede severa de precauções" capaz de cobrir os abusos até então existentes. A prestação de contas anual às Câmaras reunidas, o poder de veto do Tribunal de Contas, o processo de responsabilização do Presidente da República seriam algumas destas precauções. No entanto, uma delas se destacaria, não só pelo arrojo de sua concepção, como pelo grau de polêmica que desencadearia na Constituinte: a criação de um Conselho Nacional (constituído por 10 membros nomeados pelo Presidente por 10 anos), com competência consultiva para assessorar o próprio Presidente, competência esta atribuída pelo anteprojeto ao Conselho Supremo.[96]

Concebido como mecanismo de controle do Executivo, o Conselho Nacional, por sua composição e pelo longo tempo de mandato de seus integrantes, acabaria sendo considerado uma enorme possibilidade de reforço ao próprio Chefe de Estado. É esta a visão, por exemplo, do Deputado Agamenon Magalhães, que o vislumbra como um "imenso guarda-chuva" do Presidente da República, que poderia sentir-se irresponsável pelos atos praticados com o alvitre do Conselho Nacional.[97] Da mesma opinião partilha outro importante líder dos pequenos Estados, Juarez Távora, que, em memorável discurso, condena o Conselho Nacional como inútil e calamitoso, mantendo-se na defesa de outro tipo de órgão, o Conselho Federal, proposto como um quarto poder de supervisão (sendo

[95] *Idem*, p. 552. Odilon Braga (PP/MG) apresentara emenda (nº 948), fundamentando a prática das eleições diretas para a Presidência da República. *Idem*, vol. 3, pp. 406/413. E a Constituição de 1934 acabaria por consagrar a prática das eleições diretas para a Presidência da República, sancionando o pleito indireto apenas para o primeiro quadriênio, quando a Constituinte elegeria o próprio Vargas.

[96] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, op. cit.*, pp. 553 e 554.

[97] *Idem*, vol. 11, p. 328.

composto por um representante de cada Estado da Federação).[98] Desta forma, Juarez critica a Câmara dos Estados e o Conselho Nacional, mas em relação a este segundo órgão, embora por razões diversas, acaba por reforçar os ataques de alguns dos mais significativos Deputados dos grandes Estados, que igualmente condenavam a nova instituição.

Em síntese, a posição das grandes bancadas quanto ao problema da organização dos Poderes da República concentrava-se na defesa do regime presidencialista, desde que corrigidos seus "excessos", e no devido fortalecimento de atribuições do Legislativo. Desta forma, não se antepunha nenhuma reforma mais profunda ao bicameralismo, nem se enfatizava a necessidade de um órgão de coordenação de Poderes (como o faziam as bancadas do Norte, adeptas do parlamentarismo e do Conselho Federal).

A atuação da bancada paulista nesse debate exemplifica, de maneira típica e talvez extremada, a posição que estamos nomeando como a das grandes bancadas. Para a Chapa Única, o substitutivo emendara para pior o plano original do anteprojeto no que dizia respeito à transformação do Conselho Supremo em Conselho Nacional, já que alterara a idéia inicial de um órgão coordenador, criando uma entidade com poderes os mais variados, porém indefinidos. A principal crítica que a Chapa Única dirigia ao Conselho Nacional referia-se à sua indeterminação na hierarquia política e administrativa de funções dos órgãos públicos. Assim, o Conselho Nacional poderia ser qualificado de inútil, restando-lhe apenas assistir o Presidente e seus Ministros, já assessorados, inclusive, por conselhos técnicos; ou, então, poderia ser visto como extremamente perigoso, já que corria o risco de se constituir num verdadeiro supertribunal administrativo, obrigando o Presidente ao cumprimento de seus pareceres. Em ambos os casos, os problemas eram evidentes: criavam-se ao mesmo tempo uma dupla competência desnecessária e um superpoder que não era de coordenação e que quase obstruía o regime presidencialista.[99]

Da mesma forma que o Conselho Supremo proposto pelo anteprojeto, o Conselho Nacional do substitutivo não resistiria às múltiplas críticas a ele dirigidas, sob argumentações as mais diversas. Acabaria sendo eliminado no texto constitucional definitivo, cuja tendência final foi a de manter formalmente o Senado Federal, aproximando-o da função de um órgão de coordenação de poderes, deslocado do Poder Legislativo. Por

---

[98] *Idem*, pp. 492 e 493.

[99] Ver o discurso de Carlos de Moraes de Andrade sobre o assunto em *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 11, pp. 543/551.

esta fórmula, entregava-se aquela função ao conjunto de representantes dos Estados federados e reformulava-se a organização legislativa do país, mantida constitucionalmente pela Câmara dos Deputados.

Já na organização do Poder Judiciário, a "Comissão dos 26" deu uma demonstração exemplar dos intuitos que a moveram na busca de uma solução conciliatória, capaz de conjugar a necessária autonomia dos Estados neste âmbito dos poderes da República e a igualmente imprescindível centralização, justificada pela homogeneidade e presteza de um aparelho judiciário eficaz. No parecer do substitutivo, explica-se que o sistema adotado não é: *"Nem a unidade integral da justiça, como reclamavam os Estados do Norte, nem a dualidade antiga, pleiteada pelos meridionais, notadamente por São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Desta oposição nasceu aquele meio-termo, que é uma solução política, e como tal imperativa, ainda que pouco elegante do ponto de vista sistemático."*[100] Assim, o substitutivo mantém duas ordens de magistrados, os da União e os dos Estados, unificando a jurisdição em certos aspectos. Entretanto, alterando o anteprojeto, deixa de prever a unidade processual, o que provoca reações especialmente das bancadas nortistas e das oposições estaduais das grandes bancadas.

No capítulo *Da Ordem Econômica e Social*, pela primeira vez presente em um texto constitucional, o substitutivo veio consagrar a orientação do anteprojeto que reconhecia a intervenção do Estado no terreno das políticas econômica e social. Desta forma, a nacionalização de certas atividades econômicas – como a exploração das riquezas do solo e subsolo – bem como a presença do Poder Público na implementação de certas indústrias consideradas básicas são postuladas como uma necessária salvaguarda aos interesses da segurança nacional e do desenvolvimento do país. No campo da política social, estabelece-se a competência do Estado na regulamentação do mercado de trabalho, sancionando-se uma série de direitos relativos às condições de trabalho nas empresas e a benefícios de natureza previdenciária, além da autorização constitucional para legislar-se sobre o salário mínimo.[101]

Entretanto, o reconhecimento de um papel ativo do Estado na órbita dos assuntos econômicos e sociais não se confundia nem contradizia a ordem liberal e "moderna" que a maioria dos constituintes de 34 esforçava-se por estabelecer no país. Neste sentido, a defesa do intervencio-

---

[100] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, vol. 10, p. 554.

[101] *Idem*, pp. 556 e 557.

nismo estatal distinguia-se perfeitamente da "simpatia" por Governos de orientação totalitária, quer de direita, como a fascista, quer de esquerda, como a socialista.

Apresentado o substitutivo da Comissão Constitucional ao plenário da Assembléia, é ele aprovado em bloco em primeira discussão, passando imediatamente a receber emendas em segunda discussão. As reações a esse trabalho não tardam a surgir e, segundo a ótica do Vice-Presidente da referida comissão, Levi Carneiro, elas bem revelavam o espírito do substitutivo, que não espelhava o domínio de nenhuma das correntes existentes em plenário. É neste sentido que o substitutivo, de alguma forma, poderia desagradar a todos, já que procurava conciliar diversas orientações nem sempre muito bem delimitadas.[102]

Os problemas, entretanto, afiguram-se cada vez mais graves com o surgimento de numerosas emendas e firmes oposições. O fato mais importante neste segundo momento dos trabalhos parlamentares, sem dúvida, é dado pelas articulações e entendimentos ocorridos nas grandes e pequenas bancadas que, através de seus líderes, procuravam garantir, mediante apoios prévios, a vitória de suas propostas. Na visão do jurisconsulto Levi Carneiro, o maior problema que se criava com essa prática era o da possibilidade de a maioria assim criada não respeitar as grandes linhas do substitutivo e, desta forma, ameaçar o esforço da Comissão Constitucional, à sua própria revelia. Desta preocupação, fundada na análise dos fatos ocorridos na Constituinte durante os meses de março e abril, nasce sua proposta de reorganização da Comissão Constitucional, tendo em vista sua harmonização com uma verdadeira "comissão extra-regimental" que, na prática, coordenaria a Assembléia e reveria o substitutivo.[103] Esta sugestão, que não é aceita, desemboca em seu pedido de renúncia da Comissão Constitucional, mas sua advertência sobre o comprometimento da unidade da obra constitucional parece ter realmente dominado todo o

[102] Entrevista ao jornal *A Noite*, de 05/03/1934 em Levi Carneiro, *Pela Nova Constituição*, Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, Ed. 1936, p. 636.

[103] A comissão que se formou tendo em vista a articulação de emendas que tivessem o apoio das principais bancadas tinha entre seus membros mais assíduos Alcântara Machado (Chapa Única-SP); João Guimarães (Partido Radical-RJ); Odilon Braga (PP-MG); Clemente Mariani (PSD-BA); Agamenon Magalhães (PSD-PE), como elemento de ligação com as pequenas bancadas do Norte, e Raul Fernandes, pela Comissão Constitucional. A estas reuniões comparecia como convidado Simões Lopes (PRL-RS) que, segundo o *Estado de S. Paulo*, assinaria as referidas emendas "com restrições". *O Estado de S. Paulo*, 22/04/1934.

curso das restantes reuniões legislativas como uma ameaça para a obra da Constituinte e também para o futuro do país.[104]

A tentativa de solução encontrada para o enfrentamento desta situação foi a divisão da Comissão Constitucional em oito subcomissões, que passariam a examinar partes específicas do substitutivo, juntamente com as emendas a elas destinadas. Dentre estas emendas, ressaltam-se as que haviam sido articuladas pelas grandes bancadas e que, assinadas por seus líderes e também pelo líder da maioria, Medeiros Neto, tinham segura aprovação. Batizadas pela maioria parlamentar de "emendas de coordenação", uma vez que nelas a intenção era harmonizar os interesses dos grandes e pequenos Estados, essas emendas desempenhariam papel fundamental na consecução da obra constitucional. Reunindo um expressivo número de Deputados, dentre os quais se destacam baianos, mineiros, paulistas e pernambucanos, já que os gaúchos se encontravam comprometidos com um bloco de emendas que suscitara reação da maioria, as chamadas "emendas de coordenação", seriam as peças finais da dinâmica de construção de um novo compromisso político.

Dentre elas, e do ponto de vista que procuramos registrar, três destacam-se particularmente. A primeira é a de nº 1.945, versando sobre a organização federal,[105] que trata da questão da divisão de competências entre União, Estados e Municípios e reafirma a preocupação de manter-se no país um regime federalista, com base na autonomia dos Estados e Municípios. Nesta emenda, são garantidas significativas fontes tributárias para os Estados (como o imposto de exportação) e são especificamente estabelecidos os casos de intervenção da União nos negócios peculiares aos Estados (vide artigos 7º, 9º e 11). Da mesma forma, é assegurada a autonomia municipal, sendo facultado aos Estados a criação de um órgão de assistência técnica e de fiscalização financeira à administração municipal (vide artigo 12). Quanto aos poderes da União, reforçados e cuidadosamente explicitados, vale ressaltar as novas competências a respeito da organização da defesa permanente contra os efeitos das secas no Nordeste (medida solicitada insistentemente no plenário e na Comissão Constitucional pelas bancadas nortistas) e da legislação sobre as normas fundamentais dos processos penal, civil e comercial.

---

[104] Ver entrevista ao *Diário Carioca* de 12/04/1934 em *op. cit.*, pp. 644/647 e sua renúncia em *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 13, p. 340, em 7 de abril de 1934.

[105] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 17, pp. 312 a 319.

Em grandes linhas, a emenda acima referida não alterava substantivamente as diretrizes do substitutivo, que já se pautavam pelo objetivo básico de controlar os excessos centralistas do anteprojeto governamental. Porém o mesmo não ocorreria com as Emendas nº 1.948 e nº 1.949, que versavam sobre a organização do Poder Legislativo e a coordenação dos poderes, respectivamente.[106] Nestes dois casos, algumas transformações essenciais eram colocadas e, segundo Levi Carneiro, com elas alterava-se profundamente tanto a concepção de um Poder Executivo federal forte, mas responsável quanto a concepção de organização do Poder Legislativo, ambas presentes no substitutivo.[107] De fato, pela Emenda nº 1.948, o Poder Legislativo voltava a assumir a feição unicameral proposta pelo anteprojeto, sendo exercido pela Assembléia Nacional, com a colaboração do Conselho Federal. Mantendo a representação profissional e a faculdade de interpelar os Ministros de Estado, a Assembléia Nacional e não mais a Câmara de Representantes tornava-se o órgão básico do Legislativo. Porém, a maior inovação estava contida na proposta de um Conselho Federal, composto por dois representantes de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos por oito anos pelas Assembléias Legislativas e Conselhos Municipais, com funções de colaboração legislativa (que pelo substitutivo competiam à Câmara eleita por sufrágio direto) e de coordenação dos poderes.

A concepção mais geral deste conselho encontra-se na proposta tenentista, defendida por Juarez Távora, de criação de um órgão supremo de supervisão dos poderes da República, órgão que não se coadunava com o Conselho Nacional, puramente consultivo, contido no substitutivo.[108] De fato, o Conselho Federal, segundo o exposto pela Emenda nº 1.949, teria papel dominante na organização política do país, ferindo definitivamente o bicameralismo e minimizando, na opinião de alguns defensores do presidencialismo, o poder do Chefe de Estado. Até mesmo a Assembléia Nacional era atingida no escopo de suas atribuições, já que perdia o poder de, no interregno de suas sessões ordinárias, organizar-se em Delegação Legislativa Permanente.

O Conselho Federal, entretanto, não se incorporaria tal qual fora proposto, na Constituição de 1934. Nela, o órgão da coordenação de poderes era o Senado Federal, com a mesma composição do conselho, mas eleito

---

106 *Idem*, pp. 322 a 339.

107 Entrevista a *O Jornal* e *Diário de São Paulo* de 06/05/1924 em *op. cit.*, pp. 655/657.

108 *Anais da Assembléia Nacional Constituinte, 1934*, vol. 2, p. 361.

por sufrágio universal, direto e secreto, também por oito anos. Suas atribuições, no entanto, praticamente seguiam as do Conselho Federal, o que demonstrava que o Senado era fruto daquele projetado órgão, dele se afastando basicamente apenas no que dizia respeito ao critério eleitoral adotado para sua composição. Ao Senado competiam tanto funções legislativas, em colaboração com a Câmara, quanto a competência de coordenação de poderes.

Por todas estas razões, o Senado Federal da Constituição de 1934 refletia a tentativa de conciliação política entre tendências tão diversas como as francamente federalistas e liberais dos Estados do Centro-Sul e as inegavelmente mais centralistas e autoritárias dos Estados do Norte-Nordeste e dos representantes da ideologia tenentista, mesmo se considerando suas cisões internas.

Assim, a possibilidade da construção de um pacto político só pode ser entendida se bem considerado o momento político que se vivia, marcado pela multiplicidade de propostas e pela variedade de grupos e subgrupos político-partidários. No entanto, apesar de todo este ecletismo, um fato se destaca no contexto dos debates então travados, marcando uma das características centrais desta Constituinte dos anos 30: a preocupação em assegurar o predomínio do Legislativo no sistema político nacional, tornando-o a base da vida governamental e o meio de controlar e deter o avanço do Executivo.

Tal preocupação, informada pela experiência de nossa história republicana e também pela experiência contemporânea de outras nações, bem revela o momento crítico que atravessava a liberal-democracia ocidental nos anos 30, comprimida pelos novos experimentos do socialismo e do fascismo. O Brasil, integrando-se aos rumos do debate internacional, não superaria os impasses deste problema fundamentalmente político, e não jurídico, como bem o demonstrariam os anos que se seguiram a 1934. A experiência dos anos 1935, 1936 e 1937 só iria consagrar e agravar o desacordo entre a vida política real do país e o texto constitucional, que já parecia caduco alguns meses após sua promulgação. Entretanto, é preciso ressaltar que tal defasagem não procede da construção jurídica realizada ou mesmo da orientação política que dominou sua elaboração – a do controle do Executivo e manutenção do federalismo. Suas raízes se localizam num campo mais profundo e mais amplo, que é o da própria política.

QUADRO COMPARATIVO

Anteprojeto	Substitutivo	Constituição de 1934
– Eleição indireta para a Presidência da República.	– Poder Legislativo Bicameral: Câmara de Representantes e Câmara dos Estados.	– Eleição direta para a Presidência da República.
– Poder Legislativo Unicameral: Assembléia Nacional.		– Poder Legislativo Unicameral: Assembléia Nacional.
– Negação da representação política das Classes.	– Adoção da representação política das classes na Câmara de Representantes.	– Adoção da representação política das classes na Assembléia.
– Responsabilidade dos Ministros de Estado perante a Assembléia.	– Responsabilidade dos Ministros de Estado perante a Câmara de Representantes.	– Responsabilidade dos Ministros de Estado perante a Assembléia.
– Criação do Conselho Supremo (competência consultiva).	– Criação do Conselho Nacional (competência consultiva).	– Manutenção do Senado Federal como órgão da coordenação de poderes.
– Regulamentação dos casos de intervenção federal nos Estados.	– Regulamentação dos casos de intervenção federal nos Estados, detalhando-se as possibilidades.	– São estabelecidos os casos de intervenção federal nos negócios estaduais.
– Redução das rendas tributárias dos Estados. – Eleição indireta para a Presidência da República.	– São ampliadas as fontes de tributação estadual. (ex.: imposto de exportação).	– Manutenção de significativas fontes tributárias para os Estados (ex.: imposto de exportação).

7. A CONSTITUIÇÃO E O PROCESSO POLÍTICO NO PÓS-34

A Constituição de 1934 é, por todas as razões que vimos acompanhando, um documento jurídico difícil de ser caracterizado, muito embora não queiramos, com tal observação, apoiar aqueles que a consideram uma Constituição eclética ou híbrida. Se levarmos em conta as principais forças políticas que estavam em confronto na Assembléia, é inegável que, apesar da incorporação de algumas importantes propostas defendidas pelo Tenentismo e pelas pequenas bancadas, predominam, na Carta de 1934, os princípios liberal-democráticos defendidos pelas mais significativas oligarquias do Centro-Sul do país.

De fato, o momento político pós-constitucional demonstra que se vivia um processo de consolidação e afirmação das lideranças que ocupavam o poder nos grandes Estados, isto é, das lideranças que, de um lado, caracterizavam-se por uma clara base de apoio oligárquico e, de outro, vinculavam-se mais ou menos abertamente às diretrizes do então Presidente constitucional, Getúlio Vargas. A composição ministerial e os resultados das eleições de outubro de 34 confirmam a presença e a força dos políticos e interventores estaduais que apoiaram a construção do pacto constitucional, isto é, do grupo básico de alianças composto por Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e até mesmo São Paulo.

O que parece ficar bem nítido a partir de então é que o Tenentismo, enquanto movimento autônomo e organizado, entra em seu definitivo período de declínio. Sem que tivessem jamais conseguido construir uma firme base de organização e mobilização, e cada vez mais fracionados por cisões internas, os Tenentes sobrevivem enquanto políticos individuais, seguindo caminhos diversos que os afastam ou os aproximam de Vargas.

Posição de Hercolino Cascardo

Neste sentido, a Constituição de 1934 é um marco de compromissos e também de dissensões. Se sua promulgação foi saudada com júbilo por muitos que a compreendiam como prova cabal do retorno do país ao estado de direito, suas características conduziram a francos descontentamentos, pois também havia aqueles que a consideravam um discutível recuo, se não uma verdadeira negação dos ideais da Revolução de 1930. Entre estes, destacavam-se os representantes do Tenentismo cuja posição pode ser ilustrada pelo depoimento de Hercolino Cascardo saudando Vargas logo após a eleição: "*Como revolucionário e velho companheiro das horas incertas, fica-me a tristeza de vê-lo*

definitivamente perdido para a causa que defendíamos. Se a Constituição foi a vala comum de todas as nossas aspirações, a organização do Ministério e a volta à política dos grandes Estados encerraram, sob forma irrisória, o ciclo de nossas reivindicações.

Deixemos a Revolução. Ela está morta e qualquer tentativa de ressuscitá-la deve ser forçosamente recebida com desconfiança dentro do chamado regime legal."[109]

Cascardo, no pós-34, coloca-se ao lado dos que, superando as formações políticas existentes até então, lançam-se a um novo tipo de prática política concretizada em dois movimentos polares, cujas marcas principais seriam a radicalização e a popularização do debate político dos anos 30. Tanto a Aliança Nacional Libertadora quanto a Ação Integralista Brasileira incorporam inúmeros Tenentes, atestando o processo de esgotamento e marginalização política desse grupo, simbolicamente selado pela dissolução do Clube 3 de Outubro em abril de 1935.

A importância destes dois movimentos – ideologicamente formados e organizacionalmente definidos como propostas políticas de "esquerda" e de "direita" – é crucial para o curso dos acontecimentos políticos do pós-34. Importa ressaltar o verdadeiro caos jurídico que o enfrentamento desses movimentos trouxe ao país. A partir das primeiras manifestações políticas de pressão destas novas forças sociais articuladas, desencadeou-se uma violenta ofensiva governamental em duas frentes essenciais: *a repressão policial*, dirigida especialmente à classe operária, mas que acabaria se expandindo e abarcando jornalistas, intelectuais e mesmo parlamentares, e *a legislação excepcional*, que a partir de abril de 1935, com a Lei de Segurança Nacional, fortaleceria os poderes do Presidente da República tão cuidadosamente controlados pela Carta de 1934.

A aprovação pelo Congresso, poucos meses após a Constituição ter sido promulgada, de um conjunto de medidas deste tipo não deixa de ser um fato político estonteante e revelador. Apesar das resistências encontradas num grupo pequeno mas combativo de Deputados – a minoria parlamentar –, a Lei de Segurança Nacional seria sancionada, possibilitando o retorno a um verdadeiro regime de exceção.[110] Ainda em 1935, e já

---

[109] Arquivo Getúlio Vargas (GV, 34.08.24), CPDOC, FGV.

[110] Edgard Carone em *A República Nova* (1930-1937). São Paulo, Difel, 1974, p. 331, transcreve o comentário do Deputado A. A. Covelo sobre a nova lei, considerando-a um verdadeiro golpe de Estado contra as instituições nascentes.

depois do fechamento da ANL e da repressão ao levante armado de novembro, o Congresso aprovaria a decretação do estado de sítio, que seria prorrogado, sucessivamente, até meados de 1937. Só nesta ocasião – após inúmeras prisões de Deputados e Senadores, crises internas em alguns importantes Governos estaduais e com a campanha presidencial próxima – o Congresso negaria um novo pedido de renovação do estado de sítio proposto por Vargas.

Assim, durante os anos de 1935 e 1936 o Governo é praticamente exercido pelo Chefe do Executivo Federal, restando ao Congresso ou, melhor ainda, a alguns parlamentares o difícil direito de realizar denúncias e protestar contra a situação vigente. Em todos estes episódios, seriam justamente as bancadas de Minas Gerais, Bahia e paradoxalmente São Paulo as principais bases de sustentação para as constantes solicitações de Vargas.[111] Tal fato bem ilustra o sentido da defesa dos princípios liberais empreendida pouco antes. O liberalismo dos constituintes procurava reagir aos progressos da centralização política e ao controle do aparelho de Estado pelos Tenentes, mas mostrava seu temor e desagrado ante os avanços crescentes e talvez incontidos da participação política popular. Chamando atenção para este problema em seu estudo sobre partidos políticos, Maria do Carmo Campello de Souza localiza aí um momento de verdadeiro impasse para o pensamento liberal brasileiro, refletindo *"as tensões da passagem da política de notáveis para a política de massas, da evolução dos partidos meramente representativos de seções da classe dominante e dos estratos altos da sociedade para as grandes organizações partidárias fundadas em interesses socioeconômicos"*.[112]

É este o sentido fundamental do processo político no pós-34: o do reforçamento do autoritarismo, consagrado inclusive por procedimentos legais que rompiam e negavam a própria Constituição então vigente. A dinâmica e o curso deste processo seguiriam uma via de continuidade, só havendo certa alteração de ritmo com a emergência de um acontecimento nitidamente vinculado às práticas liberal-democráticas até então minimizadas pela maioria dos políticos. Referimo-nos à abertura da campanha presidencial e à perspectiva de realização da primeira eleição direta, deste 1929, para a Presidência da República.

O lançamento de duas candidaturas – a de Armando de Salles Oliveira (SP) e a de José Américo de Almeida (PB) – parecia reviver o clássico

[111] *Idem*, ver pp. 332, 333, 342 e 343.

[112] Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit.*, p. 65.

confronto da década: de um lado, um expressivo representante das oligarquias do Centro-Sul; de outro, um Tenente histórico do Norte, reafirmando seus compromissos revolucionários e propostas de reforma social. Como um dado dos novos tempos, havia, entretanto, a candidatura do Chefe integralista Plínio Salgado e a indecisão do Presidente Getúlio Vargas em apoiar um destes nomes. Porém, e sobretudo, havia a presença do Exército com seu peso decisivo e a desunião das forças oligárquicas, que não conseguiam reunir-se em torno de um candidato único.

Mais conspirações

Mais uma vez um forte movimento conspiratório articula-se nos meios militares, envolvendo tanto o Ministro da Guerra quanto o Chefe do Estado-Maior. É curioso que, ocupando este último posto, estivesse o General Góes Monteiro, o grande preparador dos planos de um golpe em 1934. Desta feita, suas articulações repetiam em muitos pontos as anteriores, consistindo basicamente em assegurar o apoio irrestrito dos Chefes das Regiões Militares, admitindo, até mesmo, se necessário, o choque com os Interventores e suas milícias. No entanto, se em 34 o golpe era *contra* Vargas, agora seria feito *para* ele; se daquela feita as milícias foram sua garantia, agora eram sua preocupação. Daí todo um esquema de intervenções estaduais, que visava ao enfraquecimento dos Interventores mais recalcitrantes, como Flores da Cunha, e às substituições de alguns chefes militares.[113]

A conspiração militar era um fato palpável em fins de 1937. As eleições, de fato, não iriam se efetuar, e, em 10 de novembro, o Congresso seria fechado, outorgando-se uma nova Constituição ao país. O curto momento de abertura política dos anos 30, entretanto, já se encerrara anteriormente. Na verdade, o que se realizava em 1937 era a institucionalização de uma situação de exceção já existente desde 1935.

Com o golpe do Estado Novo, selava-se um verdadeiro capítulo dos debates e, principalmente, dos enfrentamentos políticos da década de 30. Neste processo, vale ressaltar que as oligarquias liberais dos grandes Estados do Centro-Sul, recentemente vitoriosas com o desfecho dos trabalhos constitucionais, tiveram seus princípios e suas propostas literalmente abandonados. Entretanto, o Estado, que naquele momento se constituía, também não incorporava o Tenentismo, que como movimento político autônomo esfacelara-se completamente. Assim, nem oligarquias nem Tenentismo assistiram à realização de um acontecimento que consagrava

[113] Ver sobre estes acontecimentos Edgard Carone, *op. cit.*, pp. 342 e seguintes.

sua atuação política nos anos anteriores. O Estado Novo era algo bem distinto das tradições liberais defendidas na Constituinte de 1934 e, sem dúvida, era algo mais substantivo do que propunha o autoritarismo instrumental de alguns dos mais importantes Tenentes.[114]

[114] A distinção entre liberalismo doutrinário, autoritarismo instrumental e autoritarismo moderno, bem como uma reflexão sobre o liberalismo na experiência política do Brasil, estão em Wanderley Guilherme dos Santos, "A Práxis Liberal no Brasil: Propostas para Reflexão e Pesquisa", em *Ordem Burguesa e Liberalismo Político,* São Paulo, Liv. Duas Cidades, 1978.

CAPÍTULO II

O ESTADO NOVO: ESTRUTURA DE PODER. RELAÇÕES DE CLASSES

Os vários autores que se dedicaram ao estudo do Estado Novo no Brasil, apesar das particularidades do tratamento proposto, da maior ou menor riqueza de informações e, mesmo, do maior ou menor teor explicativo do esquema analítico utilizado, coincidem na ênfase ao caráter centralizado e monolítico do Estado brasileiro durante esse período de sua história política, configurando-se as condições favoráveis a um alto grau de autonomia em suas relações com a sociedade.

Nessa linha de interpretação, assumem primeiro plano as questões relacionadas com o fortalecimento do poder de Estado, aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social, bem como dos mecanismos de integração e consolidação do poder nacional.

É a partir desta perspectiva que são analisados os principais instrumentos de Governo para equacionar a problemática econômico-social brasileira e os principais aspectos das reformas administrativas e políticas empreendidas pelo poder central. A particularidade de cada enfoque não obscurece, mas reafirma, a idéia central quanto ao significado deste conjunto de medidas como componente primordial de um esquema de poder caracterizado por um Estado forte, centralizado e apartidário, suficientemente distante das forças sociais em confronto para resguardar sua autonomia e mesmo neutralidade de ação.[1] Em alguns casos, a análise

---

[1] Ver, por exemplo, a análise de Lourdes Sola que, apesar de oferecer um sugestivo painel das principais forças sociais que serviram de suporte ao primeiro Governo Vargas, em suas diferentes fases, define o Estado Novo em termos de uma linha neutra de atuação e de caracterização ideológica. Lourdes Sola, "O Golpe de 37 e o Estado Novo", *in* Carlos Guilherme Mota (coordenador), *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1969, pp. 267/268.

identifica o fortalecimento do Estado, através da concentração de poderes no Executivo, com o fortalecimento do poder pessoal do Presidente.[2] Em síntese, salienta-se, unilateralmente, a importância da reestruturação do aparelho estatal como fator de preservação de uma ampla margem de manobras e do poder de manipulação e conciliação do Governo central.[3]

Este esforço de centralização político-administrativa, pelo qual se mantém a autonomia do Estado, manifesta-se através da montagem de um complexo quadro jurídico-institucional, que estabelece novos padrões de governo e cria os mecanismos necessários para dar viabilidade à interferência do Estado nos diferentes setores da realidade social. Certos componentes básicos do regime implantado – como a ampliação dos poderes do Chefe do Executivo Federal, garantida pela Constituição de 1937, as normas regulamentadoras das relações entre o Governo central e os estados, restringindo a autonomia dos Executivos estaduais, os instrumentos de intervenção na economia, os meios de controle da vida política, bem como a estrutura corporativa dos mecanismos de inserção dos diferentes grupos, aí incluídos os trabalhadores urbanos, no sistema político – apontam todos na direção acima especificada.

Sem questionar a validade das conclusões que enfatizam as questões relacionadas com a centralização e autonomia do Estado, traço exacerbado ao longo da implantação do modelo autoritário de que o Estado Novo é uma manifestação particular, acreditamos, entretanto, que esta forma de abordagem não é suficiente para definir a natureza do regime que se observa no Brasil durante este período, se os pontos de articulação entre o Estado e a Sociedade não forem explicitados como parte do esforço analítico.

1. CENTRALIZAÇÃO DO PODER E PREDOMÍNIO DA ORDEM PÚBLICA

A discussão do significado da centralização e fortalecimento do Poder Nacional nos anos 30 pode ser encarada sob dois ângulos distintos.

Em primeiro lugar, pode ser ressaltado um aspecto explorado pela ideologia oficial, qual seja, o papel do fortalecimento do Executivo como

[2] Skidmore, entre outros, acentua a personalização do poder como traço marcante da política estado-novista. Ver Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo,* Rio de Janeiro, Editora Saga, 1969, pp. 52/54.

[3] Sob esse aspecto é particularmente rica a análise de Karl Lowenstein, *Brazil under Vargas,* New York, The Macmillan Company, 1944, especialmente pp. 46 a 59.

condição de restaurar a autoridade nacional e garantir o poder de Estado contra a ação desagregadora do privatismo e do localismo, tendências típicas da política brasileira antes de 1930.

Em sua proclamação ao povo brasileiro, imediatamente após o golpe de Estado de 1937, o Presidente Getúlio Vargas referir-se-ia à necessidade de um governo forte, dotado de um alto grau de liberdade de ação, como forma de deter os efeitos dispersivos dos "particularismos de ordem local" e as "influências desagregadoras internas ou externas" que ameaçavam a soberania nacional.[4]

Esta percepção da reforma institucional centralizadora como condição necessária e suficiente da consolidação do poder da nação, enquanto expressão dos interesses do conjunto da coletividade, marca igualmente as obras dos teóricos que prepararam a justificativa ideológica do Estado Novo, entre os quais Oliveira Vianna, que aparece como um dos nomes mais representativos. Este enfoque tem como pressuposto a idéia de que a centralização, enquanto fator de organização e integração da nação, torna-se simultaneamente eficaz como instrumento de realização dos interesses coletivos. Assim, por exemplo, em Oliveira Vianna, a estrutura corporativa do Estado é defendida como alternativa para assegurar a unidade política do poder governamental, sem prejuízo da descentralização administrativa, necessária ao funcionamento do aparelho estatal, dada a complexidade e diversidade das funções com que é chamado a desempenhar numa sociedade moderna. O corporativismo significa, no esquema do autor, uma nova forma de organização política em que, paralelamente à descentralização administrativo-funcional, através da expansão e aperfeiçoamento da burocracia estatal, se mantém a unidade do poder central. O Estado corporativo representaria, portanto, um meio de assegurar o predomínio e a expansão da esfera de influência do poder público em dois sentidos. De um lado, porque possibilitaria a integração das diferentes classes e grupos sociais no sistema político, mediante um mecanismo de participação controlada, sob a direção do Estado, que preservaria, assim, liberdade de ação suficiente para agir como árbitro dos conflitos em nome dos interesses gerais da nação. De outro lado, porque o fortalecimento do poder de Estado agiria como poderoso instrumento de subordinação dos interesses restritos, regionais e locais, ao interesse maior da coletividade, representado pelo Governo central.

[4] Getúlio Vargas, *A Nova Política do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., vol. V, 1938.

A partir desta perspectiva, a supremacia do "interesse público" sobre o "interesse privado", do "poder público" sobre o "poder privado", se reduziria em parte a uma questão de eliminação do excesso de federalismo da Constituição de 1891, que conferia ampla autonomia aos Estados. Neste sentido, a restauração do predomínio da ordem pública dependeria de medidas tendentes a combater a descentralização territorial-administrativa, prevalecendo no regime anterior. A destruição dos canais de participação e representação políticas inspirados no modelo democrático-liberal, aos níveis municipal, estadual e nacional, e sua substituição por novas formas de organização das classes, em moldes corporativistas, completariam o quadro das medidas necessárias para garantir a autonomia do Estado e a conseqüente hegemonia do "poder público".[5] Essa identificação do Estado autônomo, com uma forma superior de Estado que liberta o Governo central da interferência do poder privado, de classes, grupos ou facções, é, portanto, típica de uma visão ideológica particular do Estado autoritário.

2. CENTRALIZAÇÃO DO PODER E REESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CLASSES

Um outro aspecto relacionado com o significado da centralização e fortalecimento do Governo federal, no período do Estado Novo, diz respeito ao estudo das bases sociais do poder, de seu conteúdo social, das relações entre o aparelho estatal e as forças sociais que se afirmavam no quadro das transformações que a sociedade brasileira neste momento atravessava.

De acordo com esta perspectiva, sugerida por alguns analistas políticos,[6] embora insuficientemente aprofundada, o Estado Novo representaria historicamente uma etapa no processo de incorporação à vida política das novas camadas sociais que acompanham o desenvolvimento e diferenciação da economia brasileira, determinando a inviabilidade do sistema

---

[5] Ver, principalmente, as seguintes obras de Oliveira Vianna: O *Idealismo da Constituição*, Rio de Janeiro, Edição de Terra do Sol, 1927; *Problemas de Política Objetiva*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1930; *Problemas de Direito Corporativo*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1938; *Problemas de Organização e Problemas de Direção*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1952, e *Instituições Políticas Brasileiras*, 2 volumes, Rio de Janeiro, Record, 1974.

[6] Ver, por exemplo, Lourdes Sola, *op. cit.*, especialmente pp. 257 a 266.

tradicional de dominação que refletia o predomínio da oligarquia agroexportadora no conjunto da sociedade.[7]

A burguesia cafeeira

Na República Velha, a organização do Estado, através do federalismo, com a relativa autonomia estadual que lhe é peculiar, e do sistema representativo-eleitoral, representava um instrumento de expressão dos interesses dos grupos dominantes ligados ao complexo agroexportador, sob a hegemonia da burguesia cafeeira. A rigidez da estrutura de poder que se consolida ao longo desse período, calcada na supremacia dos setores tradicionais,[8] é apontada por vários autores como um dos traços característicos da Primeira República. Assim, por exemplo, segundo Edgard Carone, a consolidação do regime republicano significou uma ampliação do domínio dos "coronéis" que, desde o Império, comandavam a política brasileira, na medida em que, ressalta o autor, "a quebra do Poder Moderador permite que eles próprios escolham seus representantes em todos os graus". Os interesses agrários predominam, salienta ainda, não só no plano federal, como também no âmbito da política estadual: "No plano federal, são os fazendeiros de São Paulo e Minas que governam. Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Artur Bernardes e Washington Luís estão ligados à terra... Nos Estados, a regra se repete, dificilmente havendo um Governante de outra procedência..." Quanto ao Legislativo, aos níveis federal e estadual, observa o autor, acha-se controlado pelos porta-vozes dos interesses agrários: "O levantamento numérico de seus membros confirma sua constante supremacia; os debates e projetos apresentados e aprovados mostram a tendência majoritária das classes agrárias."[9] Nesta mesma linha, Boris Fausto ressalta a influência crescente do núcleo agrário exportador que assume as rédeas do Governo após os primeiros anos da República, apontando a candidatura de Prudente de Moraes como o "início da República civil-oligárquica". Nessas condições, o sistema político, cuja ruptura se

---

[7] Octavio Ianni, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 14.

[8] A expressão "setores ou grupos tradicionais" significa, no contexto deste trabalho, o conjunto das forças sociais ligadas, por seus interesses objetivos, por suas formulações ideológicas e por sua prática política, à preservação da preponderância do setor agroexportador no conjunto da economia brasileira. Portanto, além das diferentes facções oligárquicas das várias regiões do país exportadoras de produtos primários para o mercado externo, deste setor tradicional faria parte também a burguesia cafeeira dos diferentes Estados produtores, inclusive São Paulo.

[9] Edgard Carone, *A República Velha* (Instituições e Classes Sociais), São Paulo, Difel, 1970, pp. 151 e 155.

esboça a partir de 1930, se caracterizaria por uma extrema rigidez às "menores aberturas que permitissem ampliar as bases da representatividade".[10]

A persistência desta máquina político-administrativa, excessivamente vulnerável ao poder das elites econômicas tradicionais, tornou-se incompatível com as mudanças em curso na sociedade brasileira, em vias de superação do *status* de economia primário-exportadora. Dessa forma, a destruição dos instrumentos de poder comprometidos com a antiga ordem impôs-se como condição da afirmação dos interesses que se diferenciavam, a partir do processo de diversificação da economia.

3. AUTONOMIA RELATIVA DO ESTADO E REALINHAMENTO DAS FORÇAS SOCIAIS EM CONFRONTO

Esta linha de argumentação imprime nova direção à análise. A mudança gradual do regime político e a diferenciação do aparelho estatal, no bojo de um processo de crescente centralização do poder, respondem a um conjunto de pressões desencadeadas pelas transformações econômico-sociais que então se produziam. Tais pressões estão basicamente relacionadas com a aludida incompatibilidade entre o formato da organização política vigente e as aspirações políticas das forças sociais emergentes que não encontravam, nos quadros de uma estrutura de poder rígida e inflexível, condições adequadas para a representação e atualização de seus interesses.

O momento histórico que antecede a implantação do Estado Novo é marcado por uma crise política, a um tempo crise de hegemonia e crise ideológica, cujas origens estão na raiz da Revolução de 30, evoluindo ao longo das duas primeiras fases do Governo Vargas. Entre os principais indicadores da crise de hegemonia que se abre nos anos 30, os analistas do período apontam o acirramento das cisões regionais, rompendo a unidade da oligarquia agroexportadora em torno do sistema político existente, além do agravamento das tensões entre representantes e representados, dentro desta estrutura de poder marcada pelo predomínio do setor cafeeiro.[11] As dissidências inter-regionais no interior da coalizão agroexportadora dominante tornam-se mais agudas em fins da década de 20, atingindo

---

[10] Boris Fausto, *Pequenos Ensaios de História da República: 1889/1945*, São Paulo, CEBRAP, 1972, pp. 3 a 20. Ver também, do mesmo autor, *A Revolução de 1930*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, especialmente pp. 89 e 91.

[11] Sobre a hegemonia do setor cafeeiro na coalizão dominante agroexportadora, durante a República Velha, ver, entre outros: Edgard Carone, *A República Velha (Instituições e*

o clímax em 1930. O acirramento da divisão regional significou, do ponto de vista político, uma pressão contra a hegemonia da burguesia cafeeira.[12] É também nesse momento que se intensificam os atritos entre o setor hegemônico da coalizão dominante e sua representação política, introduzindo mais um fator de enfraquecimento do regime político.

As condições sob as quais as tensões desencadeadas evoluem levam a burguesia cafeeira a perder efetivamente seu papel hegemônico. Não obstante, a incapacidade dos demais setores, quer dos grupos agrários não vinculados ao café, quer dos grupos urbanos emergentes, para assumir o poder, em caráter exclusivo, conduz a uma política de compromisso, delineando-se a reformulação da estrutura de poder, não pela substituição das elites tradicionais pelas novas elites em ascensão, mas pela acomodação entre os diferentes atores em confronto.[13]

Concluindo, podemos verificar que existe um certo consenso quanto à caracterização das condições sob as quais emerge o Estado Novo, em termos dos desdobramentos de uma situação de crise de hegemonia em que os diferentes setores da classe dominante são incapazes de controlar a máquina política, criando-se, assim, condições favoráveis à formação de um Estado forte.

Classes Sociais), op. cit., pp. 151/155; Boris Fausto, *Pequenos Ensaios de História da República, op. cit.*, pp. 89/91, *A Revolução de 1930. op. cit.*, e "Expansão do Café e Política Cafeeira" in *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, 1º volume, São Paulo, Difel, 1975.

[12] Até mesmo no interior do setor cafeeiro, as dissidências se manifestaram de forma explícita. Assim é que, em fins da década de 20, os cafeicultores dos Estados produtores de menor peso, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, solicitam a federalização da política cafeeira, a fim de esvaziar o poder do Instituto do Café do Estado de São Paulo, controlado pelos cafeicultores paulistas. Este ponto é ressaltado por Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, São Paulo, Editora Alfa Ômega, 1976, p. 89.

[13] Os principais autores que desenvolvem este tipo de interpretação do Estado que se estrutura a partir da vitória da Revolução de 1930 são, entre outros, Francisco C. Weffort, *Classes Populares e Política*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968, pp. 72 e seguintes; Boris Fausto, *A Revolução de 1930, op. cit.*, pp. 104/11; Luciano Martins, *Politique et Développement Economique: Structure de Pouvoir et Système de Décision au Brésil, these de Doctorat d' état*, Paris, Université René Descartes, 1973, pp. 123/125; Gláucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, Difel, 1973, pp. 36/37. Uma visão da Revolução de 1930 e de seus desdobramentos subseqüentes, como a procura de formas de ajustamento entre elites tradicionais e emergentes por um analista participante dos acontecimentos, encontra-se em Azevedo Amaral, tal como ressalta Aspasia Brasileiro Alcântara, em "A Teoria Política de Azevedo Amaral", DADOS, 2/3, Rio de Janeiro, 1967, pp. 217/221.

A crise política dos anos 30-37 faz-se acompanhar de uma forma de participação política à margem dos padrões institucionais vigentes. Esta conjuntura política particular introduz um teor de instabilidade política que age como novo fator de pressão no sentido de uma mudança de regime político: o fortalecimento do Executivo aparece como condição de preservação da ordem e, portanto, de sobrevivência dos grupos dominantes.

Em tais circunstâncias, a maior autonomia da burocracia estatal, entre 1937/1945, revelaria, em questões centrais, pontos de contato com as aspirações dos setores dominantes da sociedade brasileira, na medida em que o novo regime viabiliza o avanço das forças antioligárquicas, eliminando paralelamente suas correntes mais radicais, vale dizer, viabiliza a mudança sem contestar as bases de sustentação da ordem capitalista em transição.

Assim, a proposição inicial referente à hegemonia do Estado necessita de certas qualificações. Trata-se de uma hegemonia que se legitima por ser um meio de resguardar as posições econômicas dos grupos tradicionais, favorecendo, ao mesmo tempo, a marcha dos setores emergentes, particularmente a burguesia industrial. Neste sentido, ter-se-ia um arranjo para institucionalizar o confronto entre os grupos dominantes, reforçando os canais de acesso da coalização vitoriosa ao poder em 30, excluindo ao mesmo tempo a participação das forças ideologicamente indesejáveis e reduzindo, simultaneamente, a influência política dos setores tradicionalmente dominantes, quer pela impossibilidade de que readquirissem o controle do sistema decisório, quer pelo aprofundamento do processo de desestruturação dos recursos de poder que ainda manipulavam.

Levando em conta estas considerações, podemos conceber a centralização e o fortalecimento do Executivo durante o Estado Novo como o clímax de um processo político marcado por uma crise de poder, em que a incapacidade de qualquer dos grupos em confronto impor-se aos demais seria o traço dominante. Uma das formas de dar viabilidade a essa acomodação entre os setores dominantes dentro da estrutura de poder pode consistir no estabelecimento de um complexo jogo de influências, em que sejam definidas distintas áreas às quais se garante acesso privilegiado aos grupos diretamente interessados, assegurando-se simultaneamente o fechamento do processo decisório em suas instâncias superiores. Neste sentido, o autoritarismo corporativista do Estado Novo, sem representar uma partilha do Estado entre os diferentes setores da elite dominante, seria, por outro lado, uma alternativa para canalizar conflitos e interesses heterogêneos para o interior do aparelho de Estado, dada a complexidade

crescente de uma coalizão dominante destituída de uma força nuclear unificadora. Tal complexidade, aliada à falta de integração dos interesses em jogo, estaria na origem das pressões tendentes ao reforço do poder do Estado, tendo em vista a maximização de sua capacidade de lidar com a problemática econômico-social global. Longe de representar a reafirmação de uma linha neutra, sem compromissos ideológicos, o novo formato da máquina estatal traduziria uma dada composição entre os diferentes setores dominantes. Estes, ainda que diferencialmente, delegariam ao Estado a função de arbitrar o conflito em nome de uma nova concepção do interesse geral, ou seja, de uma concepção mais compatível com as mudanças que, ao longo dos anos 30, determinariam a reformulação do esquema de alianças entre os grupos dominantes.

Desta forma, o controle do poder central sobre o processo decisório deve ser entendido num sentido relativo, ou seja, na medida em que a consolidação das tendências coercitivas e centralizadoras que, a partir da mudança de regime político, passa a ser a tônica do reaparelhamento estatal, implicaria não uma exclusão da influência, senão uma redefinição dos canais de acesso e de influência, através dos quais a interferência dos diferentes grupos se faria sentir a partir de então. A definição dos problemas centrais, das metas a serem alcançadas, da hierarquia de prioridades não pode ser dissociada da análise dos mecanismos que possibilitariam a articulação dos diferentes grupos com o poder central. Se o Estado teria certa autonomia, por outro lado, é também legítimo supor que a atuação desses grupos teria alguma relevância, impondo certos limites ao campo de ação do Executivo, reduzindo ou ampliando a margem de alternativas possíveis ou definindo cursos legítimos de ação.

Portanto, aprofundando as análises que apontam o esvaziamento do poder político das oligarquias e a ascensão dos setores novos como elementos centrais da política brasileira nos anos 30, gostaríamos de enfatizar nossa perspectiva, que consiste em considerar os processos políticos e sociais em sua interdependência. Em outros termos, admitindo o papel ativo do Estado, é preciso simultaneamente tentar captar a identidade dos processos sociais, pelo menos em sua capacidade de gerar pressões que podem evoluir numa direção não contida nos parâmetros originalmente definidos pelo sistema político. A partir deste enfoque, a diferenciação do aparelho de Estado e as modificações na estrutura dos interesses dominantes pela emergência de setores novos adquirem plena significação se encarados não como processos paralelos, porém interdependentes. A diversidade das vinculações possíveis escapa a uma visão unilateralmente

identificada com o suposto da primazia estatal, uma vez que esta forma de conceber as relações entre os setores público e privado geralmente implica uma percepção das estruturas de mediação e articulação de interesses apenas do ângulo do controle do Estado sobre o sistema social, ressaltando conseqüentemente o lado passivo e meramente reativo da atuação dos grupos sociais, independentemente de sua posição subordinada ou dominante.

A partir das observações até aqui desenvolvidas, podemos desde logo ressaltar duas conclusões.

Em primeiro lugar, ao Estado autoritário, que se consolida entre 1937/1945, percebido como máquina centralizadora, monolítica, independente e eqüidistante das forças sociais em confronto, gostaríamos de contrapor uma visão que enfatiza a heterogeneidade e complexidade do aparelho estatal, o que nos leva a concebê-lo como um conjunto diferenciado e não monolítico de estruturas de decisão. Qualificando a autonomia do Estado, poderíamos dizer que os vínculos com grupos externos, enquanto parte integrante da dinâmica da burocracia estatal, constituem, para nós, elementos centrais da análise da política brasileira no período considerado.

Em segundo lugar, a partir do enfoque proposto, o Estado Novo não significaria uma ruptura em relação à experiência liberal da fase precedente, na medida em que a centralização político-administrativa, bem como os alicerces do corporativismo imposto às estruturas de articulação e representação de interesse já estavam contidos no regime híbrido implantado após a vitória da Revolução de 30.

Desta forma, o Estado Novo não pode ser analisado como um momento à parte, dissociado do conjunto das mudanças ocorridas ao longo do período 1930-1945. Entre as várias fases em que se pode dividir a chamada Era Vargas – o Governo Provisório de 1930 a 1934, o Governo Constitucional de 1934 a 1937 e o Autoritarismo Corporativista de 1937 a 1945 –, existe uma continuidade básica, na medida em que estes três momentos representam o desdobramento de um processo político que se inicia com a ascensão ao poder da coligação representada pela Aliança Liberal. Tal processo, marcado pela reestruturação do esquema de poder que durante a República Velha presidira à consolidação do modelo agroexportador no Brasil, não conduziria, como vimos, à transferência do poder dos grupos tradicionais para os novos grupos vinculados ao desenvolvimento do setor industrial. Não obstante, as mudanças postas em prática teriam uma direção, que seria representada pelo descenso

político do grupo agroexportador e a ascensão gradual e simultânea dos interesses urbano-industriais, que, a partir de então, alcançariam maior visibilidade, consolidando e ampliando o espaço econômico já ocupado e conquistando um espaço político próprio.

Esta ordem de considerações impede-nos de encarar o processo político desencadeado a partir do movimento de 30 sob a ótica da preservação da ordem econômico-social anterior.

4. O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO DE 1930: CONSERVAÇÃO OU MUDANÇA?

A avaliação da importância relativa das diferentes forças sociais que, de alguma forma, influiriam na definição do novo esquema de poder esbarra freqüentemente na dificuldade representada pelas divergências entre as várias formas de interpretar o próprio processo revolucionário e o sentido das mudanças implementadas.

A discussão em torno do predomínio da permanência ou da mudança, da conservação ou da renovação decorre da construção de que a demolição da velha ordem se faria nos marcos de um processo de "modernização conservadora", vale dizer, sem qualquer reformulação substancial da estrutura econômico-social preexistente.

Desta forma, há, por um lado, análises que ressaltam a questão da continuidade da era pós-revolucionária em relação ao regime vigente ao longo da chamada República Velha. A partir deste tipo de visão, as mudanças ocorridas não teriam significado uma ruptura com aspectos básicos da orientação dominante na época anterior, razão pela qual o que se observaria seria a perpetuação de antigas práticas, sob novos rótulos, ou, ainda, reformas mais aparentes do que reais.[14]

Por outro lado, para alguns analistas, a década de 30 representaria um período crucial na evolução histórica do país, significando a passagem para uma sociedade de base urbano-industrial, caracterizando-se, no plano político, pela preponderância dos interesses ligados à industrialização.[15]

---

[14] Ver, por exemplo, Luciano Martins, *Politique et Développement Economique... op. cit.*, especialmente pp. 69 e 125, e Otávio Guilherme Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (Um Estudo Comparativo a Partir da Fronteira em Movimento), São Paulo, Difel, 1976, pp. 120/125.

[15] Ver, por exemplo, Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", *Estudos CEBRAP 2*, São Paulo, 1972, pp. 3-82; Octavio Ianni, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930/1970), op. cit.*

A controvérsia não se restringe ao significado geral da Revolução de 1930, mas tem conotações mais específicas, implicando avaliações distintas da política econômico-financeira do período.

Diretrizes do primeiro Governo Vargas

Segundo alguns autores, as diretrizes econômicas do primeiro Governo Vargas teriam um caráter antimodernizante, envolvendo objetivos nitidamente ortodoxos, tais como a austeridade financeira, a rigidez orçamentária, o controle do crédito e a contenção do volume dos meios de pagamento, política que teria, entre seus efeitos básicos, dificultar a recuperação econômica do país e frear a industrialização.[16] Outros autores, porém, sem ignorar o compromisso da política econômico-financeira com os grupos dominantes tradicionais, destacam seu impacto inovador pelas medidas favoráveis à implantação de um padrão de crescimento econômico centrado no pólo urbano-industrial, medidas em grande parte ligadas à eficácia dos mecanismos postos em prática para enfrentar a crise mundial de 1929.[17]

A aludida divergência entre os enfoques econômicos está relacionada à diversidade de interpretações quanto à propriedade e ao alcance da política adotada pelo Governo para a defesa do setor externo da economia em face do desequilíbrio do mercado internacional. Para os que ressaltam os aspectos criativos da reação desencadeada, o surto industrial dos anos 30 seria um importante componente do processo de recuperação da eco-

---

[16] Ver principalmente os seguintes estudos de Carlos Manuel Pelaez: "As Conseqüências Econômicas da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945", *Revista Brasileira de Economia,* FGV, Rio de Janeiro, julho/setembro de 1971, pp. 50/82; "A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira", *Revista Brasileira de Economia,* FGV, Rio de Janeiro, APEC Editora, 1972. Apoiando-se em grande parte nos estudos de Pelaez, Annibal Villela e Wilson Suzigan ressaltam o teor conservador da política econômica do período 1930/1945, embora enfatizem simultaneamente o alcance de certas medidas favoráveis à industrialização. Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira,* 1889/1945, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

[17] Ver a esse respeito a análise clássica de Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil,* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, especialmente pp. 205/214. Ainda entre os analistas econômicos que ressaltam a importância das atividades ligadas ao crescimento do mercado interno, durante o primeiro Governo Vargas, podemos situar: Maria da Conceição Tavares, "Substituição de Importações e Desenvolvimento Econômico na América Latina", *DADOS 1,* Rio de Janeiro, 1966, pp. 115/140; Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira", *op. cit.*; Antônio Barros Castro, 7 *Ensaios sobre a Economia Brasileira,* São Paulo, Forense, 1971, vol. II; Albert Fishlow, "Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil", *Estudos Econômicos,* volume 2, número 7, São Paulo, USP, dez. 1972, pp. 7/75.

nomia brasileira dos efeitos da crise, estando ambos relacionados à ação do Estado para a defesa do setor cafeeiro. Segundo esta ótica, o deslocamento do eixo dinâmico da economia e a rapidez da recuperação, a despeito da inexistência de uma política industrialista, se explicariam basicamente pela conjugação de dois fatores, a queda brusca da capacidade de importar, provocada pelo desequilíbrio externo, e o programa para impedir o colapso da economia cafeeira. Em contraposição a esse tipo de análise, para os que vêem na política do Governo Vargas um prolongamento da ortodoxia econômica prevalecente na fase anterior, a tônica da argumentação aponta a ineficácia da política governamental para reagir à depressão econômica como um fator de contenção dos estímulos externos favoráveis à mudança. A proteção dos interesses cafeeiros, porque informada por uma orientação tradicionalista, sofreria das mesmas limitações, sendo, portanto, incapaz de contribuir para a retomada do dinamismo econômico e para o redirecionamento de suas atividades básicas.

Tendo em vista formulações teóricas mais recentes, parece inegável que a política cafeeira contribuiu de forma decisiva para reduzir os efeitos negativos da crise internacional sobre a economia brasileira, evitando uma recessão econômica, cujas conseqüências retardariam ou mesmo comprometeriam de forma significativa o processo de industrialização dos anos 30.[18]

A análise da argumentação que fundamenta cada uma das correntes referidas escapa, porém, aos objetivos deste trabalho. O que é importante ressaltar, segundo o ponto de vista aqui adotado, é o peso excessivo atribuído pela maior parte das abordagens acima esboçadas às variáveis externas e à conseqüente minimização do papel que atores internos, incluindo aí a burguesia industrial, teriam desempenhado nas transformações econômico-sociais que marcariam o período considerado.[19] De um modo geral, implícito, quando não claramente explícito, no esquema

[18] Ver Albert Fishlow, "Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil", *op. cit.*, p. 29, e principalmente João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio* (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira), tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas, 1975, pp. 186/193.

[19] João Manuel Cardoso de Mello apresenta uma análise da política econômica do Governo Vargas bastante distinta do enfoque tradicional, cuja ênfase residia na dinâmica do processo de substituição de importações a partir de estímulos provocados pelo estrangulamento externo da economia. Segundo o autor, o processo econômico subjacente às várias fases da industrialização brasileira está complexamente determinado... "em primeira instância, por fatores internos e, em última instância, por fatores externos". João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio, op. cit.*, p. 195.

analítico utilizado está o suposto da mudança induzida por fatores exógenos. De um lado, a industrialização é entendida como simples reflexo da crise internacional, mera resposta automática a impasses gerados a partir do exterior. De outro lado, para os que enfatizam a orientação conservadora do Governo Vargas, a interferência de uma elite ortodoxa, defasada em relação às mudanças em curso, teria determinado a incapacidade de o sistema reagir favoravelmente aos estímulos externos, freando artificialmente o desenvolvimento do setor moderno da economia.

Contrariando este tipo de interpretação, gostaríamos de destacar a importância da ação estatal em face das pressões externas, não num sentido basicamente reativo, porém no seu caráter mais autônomo e específico. Embora a Revolução de 1930 não tenha afetado de forma substancial a estrutura de dominação existente, mantendo certas prerrogativas básicas das elites tradicionais, e embora a rearticulação do esquema de poder tenha se dado pela acomodação e justaposição destas elites com os grupos emergentes, as transformações ocorridas não podem ser minimizadas com base na constatação de seu teor não radical. Portanto, a avaliação do processo revolucionário em termos de uma orientação e prática conservadoras não nos parece pertinente. Com essa qualificação, aceitamos a caracterização do Movimento de 1930 como um processo de "modernização conservadora", para usarmos a terminologia consagrada pelo esquema analítico de Barrington Moore.[20] Em outros termos, os pontos de ruptura com a antiga ordem são, para nós, a tônica do período globalmente considerado.

Os anos 30

Desta forma, podemos considerar os anos 30 como importante etapa na definição dos rumos do capitalismo industrial no país, observando-se, no plano econômico, o deslocamento do eixo da economia do pólo agroexportador para o pólo urbano-industrial e, no plano político, o esvaziamento da influência e do poder dos interesses ligados à preservação da preponderância do setor externo no conjunto da economia. O Estado Novo é um momento neste processo, representando a reafirmação das tendências autoritárias presentes desde o início, não só no ideário político, como também na atuação concreta de expressivos setores da liderança revolucionária.

A especificidade da ação estatal, por sua vez, não pode ser dissociada da redefinição das relações de classes e da reestruturação do esquema de

[20] Barrington Moore Jr., *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975.

poder pelo referido processo de incorporação de novos atores sem desalojar os antigos. Tal colocação evidencia a impossibilidade de se encontrar um projeto de cunho industrialista assumido como plataforma da coalização dirigente. Porém, não se teria também o predomínio de uma orientação agrarista. Na verdade, a ausência de uniformidade seria o traço marcante da política econômica implementada, o que se traduziria pela coexistência de medidas favoráveis à industrialização e medidas voltadas para o amparo dos interesses dos grupos econômicos tradicionais.[21] O pragmatismo, na ausência de uma diretriz dominante, se expressaria, ainda que diferencialmente, pela permeabilidade da política econômica às pressões ligadas à redefinição das alianças políticas. Embora o peso relativo de tais pressões tenha variado ao longo do tempo, em termos de tendência, o novo pacto político favoreceria a consolidação e expansão dos setores produtivos emergentes.

Sob o impacto da conjuntura internacional de crise e de mudança na relação interna de forças, cujos efeitos imporiam importantes desvios em relação às intenções declaradas da elite governante, qualquer que fosse seu teor, o surto industrial dos anos 30 alcançaria dimensões significativas. Assim, por exemplo, quanto ao número de estabelecimentos, do total de 49.418 estabelecimentos industriais existentes por ocasião do censo de 1940, 34.691 tinham sido fundados depois de 1930. A participação da indústria no produto físico global, calculada a preços correntes, aumentou de 21% em 1919 para 43% em 1939. Quanto ao ritmo de crescimento, a produção industrial, no período 1929/1939, cresceu à taxa média anual de 8,4%, enquanto a agricultura cresceu 2,2%, o que sugere que a atividade industrial substituiu em parte a atividade agrícola nesse período. Se considerarmos o período 1933/1939, o ritmo de crescimento industrial foi de 11,2% ao ano.[22] Embora o peso da agricultura continuasse preponderante, em termos de tendência, a evolução revelou-se favorável à ascensão da indústria. Em termos de valor da produção, a indústria começa a suplantar o valor total das safras agrícolas a partir de 1934.[23]

Quanto à estrutura da produção industrial, houve algumas mudanças dignas de nota. As indústrias básicas – metalúrgica, mecânica, material

---

[21] Este ponto é ressaltado por Boris Fausto, *A Revolução de 1930, op. cit.*, especialmente pp. 104/114.

[22] Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, 1889-1945, *op. cit.*, pp. 210/212.

[23] Edgard Carone, O *Estado Novo (1937/1945)*, São Paulo, Difel, 1976, p. 8/9.

elétrico e material de transporte, praticamente dobraram sua participação no total do valor adicionado da indústria. Foi também bastante significativo o crescimento das indústrias química e farmacêutica. Por outro lado, as indústrias tradicionais (principalmente têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, fumo e mobiliário), apesar de ainda constituírem, em 1939, *60%* do valor adicionado da indústria, tiveram sua participação diminuída em relação a 1919, quando representavam 72%.[24]

Entre 1939/1945, as limitações causadas pela guerra às importações de máquinas, equipamentos e matérias-primas industriais afetaram a continuidade da industrialização da década de 30. Nos anos da guerra, o ritmo de crescimento industrial caiu para 5,4% ao ano. O crescimento da produção industrial para atender à demanda interna foi obtido através de uma utilização mais intensa do equipamento existente. Em conseqüência, no fim da guerra, uma grande parte da capacidade produtiva da indústria brasileira estava gasta e obsoleta.[25]

Comparando, finalmente, a expansão industrial dos anos 30 com os surtos industriais anteriores, Villela e Baer ressaltam que o processo da industrialização só ocorreria na década de 30, tendo havido apenas crescimento industrial no período que se estende do início da República até o final da década de 20.[26] A importância da distinção consiste em que um período de simples crescimento industrial, apesar da rápida expansão de algumas indústrias, não acarreta modificações estruturais profundas na economia, enquanto a industrialização, ao contrário, implica modificações deste tipo, tornando-se a indústria o setor líder do crescimento da economia. Efetivamente, a observação da distribuição do produto físico do Brasil (soma do valor líquido da produção agrícola e da indústria de transformação), nos anos 1907, 1919 e 1939, revela, para o ano de 1939, substancial aumento de participação da indústria, o que é indicador de modificação estrutural significativa.[27] Além disso, o ritmo de crescimento industrial, como vimos, superou, nesse período, o ritmo de crescimento da agricultura. Tais dados estão sumariados na tabela que se segue:

[24] Annibal V. Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889/1945*, *op. cit.*, p. 217.
[25] *Idem, ibidem*, pp. 228/232.
[26] Annibal V. Villela e Werner Baer, "Crescimento Industrial e Industrialização: Revisões nos Estágios do Desenvolvimento Econômico do Brasil", *Dados* 9, Rio de Janeiro, 1972, p. 123.
[27] *Idem, ibidem*, p. 124.

INDICADORES DE MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS
NA ECONOMIA BRASILEIRA[28]

a) *Estrutura do Produto Físico (a preços correntes):*

	1907	1919	1939
Agricultura	79%	79%	57%
Indústria	21%	21%	43%
	100%	100%	100%

b) *Taxas Anuais de Crescimento:*

	Agricultura	*Indústria*	*Total*
1920/1929	4,1%	2,8%	3,9%
1933/1939	1,7%	11,2%	4,9%
1939/1945	1,7%	5,4%	3,2%

Portanto, a análise da evolução da estrutura produtiva durante o período 1930/1945 evidencia a aceleração do processo de passagem do pólo dinâmico da economia do setor exportador para o setor que produz para o mercado interno, aí incluída a atividade industrial.

A questão que se coloca, como salientamos acima, diz respeito à caracterização das forças sociais que impulsionariam a industrialização. Quanto a este ponto, a literatura política sobre o período tem, em grande parte, elucidado a importância da atuação dos grupos técnicos, ligados à burocracia estatal, civil e militar, na formulação e implementação de medidas de caráter industrialista e modernizante. Ao lado da elite técnica, o papel da elite política, como agente de modernização, também tem sido enfatizado.[29] Sem negar a relevância da participação desses setores na definição de linhas de ação identificadas com o reforço do capitalismo industrial, gostaríamos de chamar a atenção para a necessidade de se levar em conta a prática política da burguesia industrial, cuja importância como ator político tem sido sistematicamente relegada pelas análises. Segundo nosso ponto de vista, a heterogeneidade das forças sociais propulsoras da industrialização não deve obscurecer o papel aí desempenhado por esse setor, quanto mais fora pelo simples fato de que o fortaleci-

[28] A. V. Villela e Werner Baer, "Crescimento Industrial e Industrialização...", *op. cit.*, p. 124.

[29] A esse respeito, ver, entre outros, Luciano Martins, *Politique et Développement Economique*, *op. cit.*, e John Wirth, *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas*, Rio de Janeiro, FGV, 1976.

mento de sua posição econômica seria percebido por sua liderança como estreitamento dependente da redefinição das formas de inserção do país na divisão internacional do trabalho, implicando o questionamento da tese da vocação eminentemente agrária da economia nacional, bem como da preponderância dos interesses agroexportadores. Portanto, a problemática da incorporação do empresariado industrial ao esquema de poder parece-nos ser mais relevante do que se pode depreender a partir dos estudos existentes, na medida em que a consecução de seus interesses colocaria em evidência a centralidade de uma nova concepção da política econômica, notadamente no que diz respeito à intervenção do Estado na economia e à definição dos novos parâmetros pelos quais se deveria pautar o nacionalismo econômico.[30] Sob esse aspecto, a proposta de industrialização definida pela elite industrial apresentaria pontos de convergência bastante nítidos com certas formulações do pensamento autoritário. As duas correntes se reforçariam mutuamente em termos de uma visão consensual acerca da necessidade da interferência estatal como fator de correção de distorções, de organização de disciplina dos mecanismos econômicos, na medida em que a persistência da adoção dos princípios liberais para dirigir a economia do país seria cada vez mais identificada como suporte da ordem tradicional, vale dizer, da primazia dos interesses ligados ao complexo exportador. Haveria ainda coincidência quanto à limitação da ação do Estado às funções de regulamentação e controle de economia, sendo a produção definida como domínio da iniciativa privada, à exceção dos setores ligados à infra-estrutura e à indústria de bens de capital. Enfim, delineando os parâmetros ideológicos do processo de modernização, as formulações dos teóricos autoritários e da liderança industrial convergiriam para ênfase na oportunidade histórica de um Estado intervencionista comprometido simultaneamente com o fortalecimento econômico do país e com a afirmação da identidade nacional, metas solidárias na construção de uma nova ordem. As divergências, por outro lado, girariam em torno da questão da centralização política e do controle do processo decisório. Enquanto a ideologia e a prática autoritária agiriam no sentido do fechamento crescente do círculo do poder e da manutenção de formas de controle estritamente burocráticas do processo de federalização da política econômica, a burguesia industrial, nesse ponto mantendo a unidade com

---

[30] Para uma análise em maior profundidade acerca do papel da burguesia industrial na consolidação do capitalismo no país, durante o primeiro Governo Vargas, ver Eli Diniz, *Empresário e Estado no Brasil, 1930/1945*, tese de doutoramento, USP, 1977.

os demais setores dominantes, reivindicaria o acesso aos centros de decisão, sem o que o intervencionismo estatal poderia assumir proporções indesejáveis do ponto de vista de seus interesses específicos.

Concluindo, poderíamos dizer que os anos 30 representariam efetivamente um corte, manifestando-se em vários níveis a ruptura com a ordem precedente. Em primeiro lugar, por um processo de reestruturação política voltado para a reafirmação do poder do Estado e para a nacionalização da política, tendo em vista o esvaziamento do regionalismo e a desarticulação dos instrumentos do poder oligárquico. Neste sentido, a dimensão regional e a dimensão de classe revelam suas interligações. Desmontar as bases do poder de decisão dos grandes Estados significaria paralelamente remanejar os recursos de poder à disposição dos diferentes setores dominantes, reequilibrando o peso político das diferentes facções oligárquicas regionais, reduzindo a influência dos setores hegemônicos tradicionais, representados pelos interesses cafeeiros dos grandes Estados produtores, notadamente a burguesia cafeeira paulista, ou ainda criando canais de acesso e de influência para os grupos emergentes. Em segundo lugar, o período se caracterizaria pela reestruturação das relações de classes e redefinição das alianças políticas. Finalmente, o novo pacto de poder, bem como a redefinição de suas bases sociais inspirariam um novo estilo de política econômica caracterizado pelo aperfeiçoamento dos instrumentos e mecanismos de intervenção do Estado na economia, aspecto básico da transição para o capitalismo industrial. Como é sabido, até 1930, a linha dominante era o não-intervencionismo estatal em assuntos de natureza econômica, restringindo-se a ação do Estado, à exceção do mercado cafeeiro, ao remanejamento de sua capacidade extrativa ou ainda à concessão de favores e incentivos para amparar o desenvolvimento dos diferentes setores produtivos.

Quanto a este último ponto, a atuação da burguesia industrial na conquista de um espaço político, ao nível da burocracia governamental, teria um significado maior do que o sugerido pela maioria das análises. É preciso salientar que as conclusões referentes à irrelevância deste setor como ator político são em geral associadas à sua incapacidade de assumir a hegemonia do processo de implantação das bases do sistema industrial. Trata-se de um ponto importante a ser levado em conta na interpretação da política brasileira da época considerada. Porém, se a burguesia não havia alcançado o estágio de luta pelo poder, disputando com os demais grupos dominantes o controle do Estado, por outro lado, ao longo de todo o período, desenvolveria uma atuação intensa no sentido de conquistar legitimamente aqueles

relacionados à política protecionista, ao controle do comércio exterior, integração do mercado interno, nacionalização da produção industrial, institucionalização do crédito para financiar a industrialização, regulamentação das relações com o capital estrangeiro, para citarmos os principais momentos da campanha industrialista empreendida pela liderança industrial. Este tipo de atuação implicaria a articulação do setor para a formulação e canalização de tais demandas para o interior do aparelho estatal, através principalmente da utilização da máquina burocrática corporativa montada gradualmente no decorrer dos anos 30. Ao nível das instâncias decisórias representadas pelos conselhos econômicos não seria irrelevante o grau de visibilidade alcançado pelos interesses do grupo.

Tendo em vista tais considerações, poderíamos dizer que a conquista de espaço político para os interesses ligados à industrialização seria um dos aspectos centrais do processo de articulação e representação dos interesses que se diferenciavam ao nível da sociedade civil.

Desta forma, discordando mais uma vez das colocações da maior parte da literatura política referente à década de 30, gostaríamos de salientar a importância do processo de diferenciação de interesses entre as elites dominantes como dado fundamental para a avaliação do sentido das mudanças então verificadas.

5. OS ANOS 30: DIFERENCIAÇÃO DE INTERESSES. REDEFINIÇÃO DAS ALIANÇAS POLÍTICAS*

Na literatura política brasileira, predomina a ênfase na relativa indiferenciação de interesses entre as elites rural e industrial no Brasil, tanto no período anterior a 30, quanto durante o desdobramento do processo revolucionário.[31] Em alguns casos, embora não se afirme a identidade de interesses entre os dois setores, ressalta-se, por outro lado, a semelhança de posições entre ambos em episódios decisivos da implantação da Segunda República, como a Revolução de 30 e a Contra-Revolução de 32.[32]

* Os pontos aqui discutidos são analisados mais detidamente, principalmente quanto à inserção do empresariado industrial no esquema de poder que se reestrutura ao longo dos anos 30, em Eli Diniz, *Empresário e Estado no Brasil*, *op. cit.*, especialmente cap. VII.

[31] Ver, por exemplo, Edgard Carone. *A República Nova (1930/1934)*, São Paulo, Difel, 1974, pp. 82/83; Boris Fausto, *A Revolução de 1930*, *op. cit.*, p. 23 e pp. 29/38.

[32] Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo*, São Paulo, Difel, 1971, pp. 196 e 208.

Em contraposição, alguns estudos chamam a atenção para o antagonismo entre a agricultura e a indústria desde os primórdios do processo de industrialização.[33]

No que se refere à articulação política entre os dois setores, os autores, de um modo geral, destacam a unidade de ação e de propósitos, vale dizer, a incorporação das diferentes elites dominantes num bloco relativamente indiferenciado em termos de ideologia e prática políticas.[34]

Razões objetivas são freqüentemente apontadas como fundamento desta identidade básica entre os grupos dominantes, como se o consenso em torno de valores e metas essenciais atenuasse o impacto da afirmação urbano-industrial, diluindo tensões e conflitos e garantindo a preservação do passado agroexportador para além das reformas político-institucionais[35] típicas do período.

Na verdade, o comportamento das elites tradicionais e emergentes durante a Primeira República fornece evidências para os dois tipos de argumentação. Há momentos de confronto e momentos de acomodação. Momentos de cisão e de recomposição sucedem-se ao longo do movimento ascensional dos setores urbanos, o que desde logo se explica em função da burguesia industrial brasileira não ter encontrado a resistência de uma ordem social precedente contrária à lógica da expansão capitalista, implicando a industrialização não a passagem de um modo de produção para outro, porém a remoção de certas barreiras que dificultavam a acumulação industrial. Portanto, a inexistência de contradições profundas contrapondo a indústria à agricultura – e aqui é preciso lembrar que a burguesia cafeeira seria a matriz social da burguesia industrial[36] – responderia pelo comportamento político relativamente pouco agressivo dos industriais. Efetivamente, abrir espaço para o desempenho de sua atividade produtiva

---

[33] O estudo de Nicia Vilela Luz é particularmente esclarecedor a esse respeito. Nicia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, São Paulo, Difel, 1961, pp. 127/156.

[34] Edgard Carone, *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*, *op. cit.*, pp. 159/162, e, do mesmo autor, *O Estado Novo (1937/1945)*, *op. cit.*, p. 3, pp. 109/110, p. 113.

[35] Este tipo de argumentação, sob várias formas, pode ser encontrado, por exemplo, em Edgard Carone, *A República Nova (1930/1937)*, *op. cit.*, p. 83, e *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*, *op. cit.*, pp. 159/162; Warren Dean, *A Industrialização de São Paulo*, *op. cit.*, pp. 50/51; Luciano Martins, "Formação do Empresariado Industrial no Brasil", *Revista Civilização Brasileira* nº 13, maio de 1967, pp. 91/131, e, do mesmo autor, *Politique et Développement Economique*, *op. cit.*, p. 125; finalmente, ver também Boris Fausto, *A Revolução de 1930*, *op. cit.*, pp. 19/23.

[36] Ver a esse respeito João Manuel Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*, *op. cit.*, entre outros.

não exigiria transformações radicais. Além disso, nem sempre o atendimento dos interesses industriais implicava o descontentamento do setor agroexportador. Assim, é sabido que um dos principais mecanismos utilizados para proteger os interesses da produção para o mercado externo, a desvalorização cambial, favorecia também os grupos industriais.[37]

Duas observações preliminares se impõem, tendo em vista as colocações acima referidas. Em primeiro lugar, se a industrialização brasileira não exigiu um processo de transformações estruturais profundas, por outro lado, implicaria certas mudanças significativas, sobretudo em termos de uma realocação de recursos e benefícios no sentido de um formato mais diversificado de distribuição entre os diferentes setores produtivos. Um segundo ponto diz respeito à necessidade de se levar em conta não apenas um dado aspecto da plataforma industrialista, formulada e defendida pela liderança industrial, senão o seu conjunto, que incluiria uma série de medidas em torno das quais o antagonismo entre os diferentes grupos dominantes é que seria o traço marcante. Desta forma, o controle do comércio exterior, a campanha protecionista pela proposta de aumentos de tarifas, a pressão pela institucionalização do crédito industrial, as demandas pela radicalização do intervencionismo estatal para amparar os setores produtivos novos, para integrar o mercado interno e defendê-lo contra a concorrência estrangeira representariam não pontos de convergência, porém questões controvertidas, que contraporiam aos interesses da burguesia industrial os diferentes setores ligados à economia exportadora, tanto aqueles vinculados à produção quanto ao grande comércio. Tratava-se para o empresariado industrial criar condições para a inclusão na pauta política de um conjunto de demandas de interesse para a expansão do setor, ou seja, de alcançar legitimidade para um programa econômico identificado com a consolidação do capitalismo industrial, programa que, em alguns de seus aspectos, já vinha sendo implementado desde o período anterior a 30, porém de uma forma não institucionalizada. É preciso não perder de vista que, no início dos anos 30, ainda predominava, ao nível das elites dirigentes, uma visão muito restrita das possibilidades da industrialização no Brasil. Esta era concebida como um processo necessariamente contido nos limites da estrutura existente, devendo ocupar uma posição secundária e complementar.

---

[37] Além dos autores já citados, para uma análise do mecanismo cambial como elemento de proteção à indústria, ver Wilson Suzigan, "Política Cambial Brasileira: 1889/1945", *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, FGV, julho/set. 1971, p. 94.

Esta modalidade de demandas apontava na direção de novas formas de organização da economia e da sociedade, exigindo algum tipo de ruptura com o marco institucional vigente, o que por si só representaria um fator de tensão nas relações entre as forças sociais em confronto. A tradução de tais aspirações e metas em políticas concretas ou mesmo a ameaça de que os interesses industriais se tornassem prioritários afetariam o tradicional acordo interelites quanto à alocação dos recursos e apropriação dos benefícios.

Portanto, retomando o argumento da complementaridade de interesses entre elites tradicionais e emergentes, diríamos que a diferenciação de interesses é que apareceria como processo relevante, nesta fase de transição de um sistema agroexportador para um sistema de base industrial, transição marcada simultaneamente por uma tendência à maior complexidade socioeconômica e maior competição política entre as elites.

Posição dos industriais

No decorrer das duas primeiras décadas deste século, ao longo da campanha protecionista, os industriais evoluiriam de uma situação inicial de relativa indiferenciação ideológica para uma gradual conscientização de sua especificidade enquanto grupo com interesses próprios, de uma visão de suas oportunidades de expansão bastante próxima da percepção que os demais setores dominantes tinham do processo econômico para uma postura mais independente de questionamento da primazia do pólo agroexportador. Nos anos 30, o processo de identidade do setor alcançaria maior amplitude e profundidade, enriquecendo-se pela diversificação das propostas industrialistas, que extravasariam a partir de então o tradicional protecionismo aduaneiro, processo que seria favorecido pela conjuntura internacional de crise que evidenciaria a fragilidade de uma economia centrada na exportação de produtos primários.

No processo de diferenciação do espectro ideológico das elites, segundo nosso ponto de vista, a evolução das percepções e formulações do empresariado industrial no sentido de sua maior autonomia seria um dado fundamental, na medida em que deste setor partiriam as principais pressões voltadas para a negação dos valores até então dominantes, embora evidentemente a fidelidade à ordem capitalista tenha representado um fator de permanente unidade cimentando as sucessivas redefinições das alianças políticas interelites.

As forças que lideraram a Revolução de 30, embora conscientes da necessidade de destruir a hegemonia da burguesia agroexportadora paulista, desarticulando o esquema de poder da República Velha, não iam muito além da contestação política do antigo regime. A consciência da

necessidade de se implantar uma nova modalidade de crescimento econômico, tornando irreversível o processo de mudança a partir daí desencadeado, não foi uma conseqüência automática da vitória das correntes revolucionárias. A presença de tendências distintas tornava a nova coalização dominante suficientemente heterogênea do ponto de vista ideológico para dificultar a percepção das reais possibilidades que se abriam para modificar a estrutura produtiva do país. Vários autores ressaltam o antiindustrialismo, ou, no melhor dos casos, o alheamento em relação à questão industrial revelado pela liderança revolucionária. A plataforma da Aliança Liberal não apresentava qualquer compromisso com um programa favorável à mudança da estrutura econômica do país. Como salienta Barbosa Lima Sobrinho, neste sentido, a campanha pela sucessão presidencial de 1930 não se diferenciaria da maior parte das lutas eleitorais da República Velha, caracterizando-se pela ausência de divergências doutrinárias entre os candidatos, pela imprecisão dos programas, formulados para atrair o maior número possível de grupos e pela falta de identificação com reivindicações de classes específicas.[38]

Ao longo da década de 30, as sucessivas redefinições do pacto político em que se baseara a Revolução fizeram-se acompanhar de uma gradual depuração ideológica no sentido de uma identificação crescente com a instrução das bases do capitalismo industrial. Tal processo atingiria o clímax no início da década de 40 com a explicação de alguns dos princípios básicos de uma ideologia industrialista, tais como a reafirmação de uma escala de prioridades econômicas mais coerente com a meta da industrialização, a definição de via industrial como condição do fortalecimento e da independência da economia nacional, ou ainda a associação entre interesse de indústria e interesse geral da nação.

Na formulação e difusão desses valores, bem como na discussão de novas diretrizes econômicas, a burguesia industrial viria a ter uma importância cada vez maior, apesar de sua incapacidade de definir um projeto de classe em perfeita consonância com seus interesses. Trata-se, portanto, de uma participação em dois níveis, ou seja, não apenas de uma participação no sentido de estimular opções ideológicas mais coerentes com a meta da industrialização, mas também de uma atuação, cujos efeitos transcenderiam o nível simbólico, na medida em que a presença dos industriais em órgãos de formulação de política econômica, ao lado de técnicos, militares e

---

[38] Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro,* São Paulo, Alfa Ômega, 1975, p. 63.

representantes dos demais grupos econômicos, possibilitaria uma ação mais concreta do setor na definição de alternativas de ação que, sob a forma de propostas e pareceres, seriam encaminhadas às instâncias governamentais superiores.

Entre as forças sociais que impulsionaram a industrialização, o papel central representado pela burguesia industrial seria reforçado pelos pontos de convergência entre certas concepções modernizantes defendidas pelos ideólogos do autoritarismo e certos aspectos do industrialismo explicitados pela liderança empresarial. Tal convergência, entre outras conseqüências, criaria um clima propício à afirmação da analogia burguesa entre crescimento industrial e fortalecimento econômico, crescimento industrial e independência econômica e política do país, favorecendo ainda a identidade indústria-nação, indústria-capacidade interna de defesa.

Os militares e o Estado Novo

Neste sentido, os interesses dos setores militares, atores fundamentais na implantação e sustentação do Estado Novo, e os interesses industriais se reforçariam mutuamente, a partir do momento em que a cúpula militar passa a colocar o desenvolvimento industrial como condição básica da capacidade militar. Fatos internos, como, por exemplo, a Revolução Constitucionalista de 1932, e externos, como a ameaça da guerra e o acirramento das tensões mundiais, tornariam particularmente evidente a associação entre expansão da indústria e aumento do poderio militar do país. Não se trata aqui de sugerir identidade de propósitos entre elites militares e burguesas. Para citarmos apenas um exemplo, quanto aos princípios ligados ao nacionalismo econômico, a ênfase na estatização das indústrias de base, na exploração autônoma das fontes de energia e das riquezas do subsolo, posição defendida por setores da cúpula militar, extravasaria o universo ideológico da burguesia.

O que nos importa destacar não é a idéia dos militares como instrumento da burguesia, variante da tese mais ampla do determinismo das forças econômicas, até porque, enquanto corporação específica, o Exército, nessa fase, avança progressivamente em termos de autonomia e identidade,[39] procurando impor a sua versão dos interesses nacionais, que passava necessariamente pela defesa das instituições militares.

O que se pretende questionar é a visão inversa dos militares como o grupo capaz de preencher o vazio determinado pela ausência de uma

---

[39] Ver especialmente Edmundo Campos Coelho, *Em Busca da Identidade; o Exército e a Política na Sociedade Brasileira,* Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976, pp. 97/126.

burguesia coesa e articulada em torno de objetivos próprios. Até que ponto os militares teriam precedido a burguesia industrial na consciência dos interesses ligados à expansão do capitalismo industrial no Brasil? Eis a pergunta que se coloca. A nosso ver, no questionamento do predomínio de uma perspectiva antiindustrialista, a elite industrial teria uma participação decisiva, mantendo-se os militares, individualmente ou enquanto grupo, à margem dessa discussão, pelo menos até o momento em que a necessidade de a organização prevenir-se contra um provável corte no suprimento de material e equipamento bélicos colocaria na ordem do dia a importância de se criar uma indústria interna. Nas décadas anteriores, não apareceriam como intérpretes da causa do industrialismo, nem revelariam preocupação com a defesa da produção interna. Do setor não partiria qualquer tipo de contestação às práticas econômicas tradicionais, sendo a importação o meio usado para o atendimento de suas necessidades, inclusive para a compra de uniformes para o Exército. A partir de 1930, a meta da industrialização passaria a ter alguma viabilidade para a corporação militar, o que elevaria o ponto de vista da indústria às razões de Estado, na medida em que seria definida como atividade útil à segurança nacional. A intervenção do Exército exerceria, nas fases subseqüentes, influência significativa quanto à forma e às condições para viabilizar a industrialização no país, sobretudo por sua visualização através da fórmula Desenvolvimento/Segurança Nacional. Entretanto, no período que estamos analisando, o que teve impacto foi o apoio do Exército ao setor das indústrias de base como forma de fornecer o suporte necessário ao fortalecimento econômico do país.[40]

Em última análise, as posições e demandas da corporação militar seriam um componente a mais no amplo e complexo quadro dos interesses que se diferenciavam e ganhavam autonomia no âmbito da sociedade brasileira.

Dentro deste quadro, como vimos, a ideologia de uma nova ordem econômica e social definida a partir da prática política da burguesia industrial não desempenharia papel irrelevante.

Em termos de alianças políticas, um dos aspectos centrais deste processo, seria, ao nível dos grupos dominantes, uma reestruturação do

[40] Gal. Pedro Aurélio de Góes Monteiro, *A Revolução de 1930 e a Finalidade Política do Exército*, Rio de Janeiro, Andersen Editores.

alinhamento político entre antigos e novos atores. No que se refere ao empresariado industrial, a tendência seria a procura de novos aliados políticos, tornando-se o próprio aparelho burocrático estatal um campo privilegiado para composições políticas mais independentes e diversificadas. Persistiria eventualmente a prática das alianças tradicionais com os grupos agroexportadores, porém este tipo de atuação não mais significaria necessariamente ausência de perspectiva própria por parte da burguesia industrial, senão que representaria um esforço do grupo em ascensão no sentido de preservar alianças com os grupos que detinham os recursos de poder necessários para a consecução de seus objetivos. Assim, a defasagem entre os processos de conscientização de interesses específicos e de aquisição dos recursos de poder necessários para assegurar sua realização responderia por certos recuos da burguesia, reforçando vínculos tradicionais em nome do apoio necessário para impor o atendimento de demandas imediatas do setor.

Por outro lado, a perspectiva reformista difundida a partir da atuação política da burguesia industrial, em suas associações de classe ou em órgãos ligados ao aparelho do Estado, teria um alcance limitado, porque informada por uma percepção restrita dos interesses do grupo. Efetivamente, os industriais não chegariam a alcançar, ao longo dos sucessivos confrontos com as elites tradicionais, a capacidade de desprender-se da ótica dos seus interesses particularistas, de caráter corporativo. Desta forma, a visão parcial e imediatista, não no sentido de ausência de objetivos grupais específicos, mas no sentido da maximização das vantagens econômicas para o setor, seria o componente central de seu processo de autonomia ideológica. Assim, por exemplo, no decorrer da campanha protecionista, em diversas circunstâncias, o empresariado industrial optaria pela tática de reivindicar a reformulação global da política tarifária ou mesmo sua inserção como um dos itens de uma política industrial mais ampla a ser elaborada pelas autoridades governamentais, abandonando, ou pelo menos colocando em segundo plano, a tática habitual de negociar soluções isoladas para cada caso concreto. Porém, o que o setor jamais perceberia seria a racionalidade de adoção de medidas complementares, destinadas a uma distribuição relativamente equilibrada de custos e benefícios entre os vários atores, cujos interesses seriam atingidos por uma dada política.

Com relação aos grupos subordinados, sua posição seria de permanente resistência ao atendimento de suas demandas, como revelam seus esforços sistemáticos no sentido de refrear os avanços da legislação traba-

lhista, vetando quando possível, no mais das vezes postergando, a aplicação de inúmeros dispositivos.[41]

Com relação aos demais grupos dominantes, sua perspectiva de extrair o maior proveito possível, minimizando para o setor os custos de sua própria expansão, reforçaria freqüentemente argumentos antiindustrialistas, que condenavam as medidas do Governo favoráveis à indústria como a concessão de privilégios a um grupo incapaz de expandir-se senão à sombra do Estado.

Portanto, a despeito da retórica de apresentar-se como intérprete do "interesse geral da nação", a burguesia seria incapaz de captar a racionalidade da adesão a uma plataforma de conteúdo mais abrangente, que combinasse propostas mais diversificadas, configurando uma tática alternativa de contemplar de forma mais equilibrada os interesses dos vários atores envolvidos no projeto de expansão capitalista, cuja legitimidade os próprios industriais procuravam assegurar.

A ótica paternalista

Esta seria provavelmente a essência da ótica paternalista, segundo a qual o setor se situaria em face do Estado, na medida em que de seu campo visual escapariam a presença e o peso do conjunto de atores situados na arena política. Sua lógica de atuação seria, assim, impermeável à necessidade de incorporar alianças amplas e diversificadas, sempre que tais alianças implicassem uma avaliação política do significado de formas menos excludentes de apropriações dos benefícios gerados pelo crescimento econômico. Tais limitações estão na raiz das dificuldades da burguesia no sentido de ampliar a seu favor o pacto político, incluindo as demais forças sociais emergentes, o que teria conseqüências não desprezíveis, se considerarmos que, na fase de transição em que se encontrava o país, o realinhamento político que se processava internamente, ao lado da reestruturação das relações com as grandes potências, pressionaria na direção de uma política de providências complementares e não de vantagens unilateralmente definidas.[42] Este aspecto da ideologia e prática políticas da burguesia, traduzindo-se pela recusa da mediação política no processo de representação de interesses, revelaria, enfim, a afinidade do setor com um regime político desvinculado do imperativo de

[41] A atuação do empresariado industrial em face da legislação trabalhista é analisada por Ângela Maria de Castro Gomes, em *Empresário Industrial e Implantação da Legislação Trabalhista,* Documento de Trabalho, IUPERJ, 1976.

[42] Tais pontos estão analisados de forma mais complexa em Eli Diniz, *Empresário e Estado no Brasil, op. cit.*, especialmente pp. 205/206, 387/89 e 479/481.

manter compromissos ideológicos amplos, envolvendo grande diversidade de grupos, no processo de negociação pela redefinição das metas prioritárias do sistema. Desta forma, sua adaptação a um formato autoritário de governo não encontraria maior resistência, mas, ao contrário, permitiria ao grupo uma nova modalidade de acesso aos centros de decisão. A fórmula alternativa, o padrão democrático de articulação dos diferentes grupos com o Estado, por outro lado, enfrentaria por parte do empresariado industrial o obstáculo representado pela estreiteza de seus horizontes ideológicos. Por implicar um pacto político de maior amplitude, dada a participação de uma pluralidade de forças no jogo político, o estilo democrático tende a ser percebido como ameaça ao sistema, em condições de ausência de hegemonia da burguesia no processo político.

Questões desta natureza transcenderiam, aliás, o discurso ideológico e os horizontes políticos dos diferentes atores em confronto.

No processo de dissensões entre as elites, quer no plano dos interesses agroexportadores, cuja complexidade apareceria através das cisões regionais, expressando-se tanto por correntes favoráveis à nacionalização da política econômica quanto por correntes favoráveis ao aumento da autonomia decisória regional, quer no plano dos interesses urbano-industriais, a conjuntura política se revelaria mais rica em termos dos problemas levantados do que em termos das soluções encaminhadas pelos principais contendores.

Seja como for, porém, a partir das dissidências que se aguçavam com o avanço do processo de diferenciação estrutural, resultaria como elemento preponderante a questão do remanejamento dos recursos de poder à disposição das diferentes facções dominantes, cujas bases regionais dificultavam a percepção da problemática nacional mais ampla, estreitando e distorcendo a visão das alternativas de ação possíveis.

A política econômica do período refletiria, aliás, pela falta de uma diretriz dominante e conseqüente falta de uniformidade, a perplexidade e o desencontro de perspectivas ao nível das elites e, sobretudo, sua insuficiente articulação em nível nacional. Até mesmo a burguesia cafeeira, cujos interesses seriam preponderantes, revelaria cisões significativas, dada a rivalidade entre as regiões produtoras.

O setor externo da economia

Sem dúvida, a recuperação econômica do país seria equacionada em termos da necessidade de defender o setor externo da economia, dadas a amplitude e a gravidade do desequilíbrio provocado pela crise internacional, o que tornavam inadiáveis determinadas soluções.

Entretanto, se a política econômica do período pode ser caracterizada em termos de uma orientação comprometida basicamente com os setores tradicionais da economia; se a defesa do setor exportador, o equilíbrio da balança de pagamentos e a rigidez orçamentária foram a preocupação dominante das autoridades financeiras da época; se, entre 1930 e 1945, tal como na Primeira República, não houve no Brasil uma política industrial, no sentido de um conjunto coordenado de medidas voltadas para a meta da industrialização, por outro lado, a reação para atenuar os efeitos da crise extravasaria os limites de uma simples defesa dos interesses dominantes tradicionais e claramente ultrapassaria os horizontes políticos desses interesses. Esta reação, ainda que influenciada por uma política financeira de caráter ortodoxo, seria conduzida, como ressaltamos anteriormente, por um esquema de poder que refletia uma nova relação de forças, em que os interesses emergentes estariam representados. Uma das conseqüências dessa mudança, embora não traduzível em termos de políticas específicas, não pode ser subestimada. A crise do café e do setor externo seria equacionada não mais em termos de uma estratégia de preservação da preponderância do setor exportador, no conjunto da economia, mas em termos da redução da vulnerabilidade de uma satisfação de todas as suas necessidades internas, o que levaria a um questionamento crescente do modelo agroexportador, pelo menos em alguns de seus aspectos. A partir daí, a definição da industrialização como alternativa para o crescimento econômico toma vulto no pensamento econômico, sendo efetivamente incorporada à orientação governamental.

Tais considerações chamam a atenção para um ponto importante. Após 1930, o Estado conduziria a política cafeeira com um grau significativo de autonomia em relação aos grupos diretamente interessados. Particularmente em alguns momentos, a oposição de alguns setores, como o comércio exportador, assumiria proporções expressivas, como se pode depreender da leitura dos relatórios da Associação Comercial do Rio de Janeiro entre 1931 e 1945. Embora a defesa da economia cafeeira tenha persistido como aspecto prioritário da política governamental, houve mudanças importantes em relação ao período anterior a 1930. Assim é que a defesa do produto passaria a ser feita sem o recurso a empréstimos externos, não só para não agravar o déficit do balanço de pagamentos com novos aumentos no serviço da dívida externa, como também pelo bloqueio dos canais de financiamento internacional, motivado pela crise. Além disso, a política de sustentação dos preços seria financiada, em parte, com recursos extraídos do próprio setor cafeeiro, através da criação

de novos impostos. As decisões seriam crescentemente centralizadas nos órgãos do Governo federal com a criação do Conselho Nacional do Café, em 1931, substituído posteriormente pelo Departamento Nacional do Café, em fevereiro de 1933, perdendo os Estados produtores, principalmente São Paulo, o controle sobre a política cafeeira. Finalmente, as medidas de amparo ao setor seriam associadas ao desestímulo ao aumento da produção. Portanto, embora os grupos privados ligados à produção e exportação do café não tenham perdido a possibilidade de exercer pressão, já não podiam impor soluções em função de seus interesses. Teriam que arcar com alguns dos custos do programa de amparo à economia cafeeira, além de os benefícios terem saído de sua esfera de controle.

A hostilidade à federalização da política cafeeira, cujo núcleo articulador estaria sediado em São Paulo, seria um elemento central na coligação de oposição ao Governo Vargas, ao longo de suas várias fases. No movimento que conduziria à queda do Estado Novo, a crítica ao programa de amparo ao café seria uma constante da campanha liberal da candidatura Eduardo Gomes.

Evidentemente, a oposição dos grupos de interesses ligados aos negócios cafeeiros não seria monolítica, nem uniforme, variando de intensidade de acordo com a conjuntura econômica.

No caso dos produtores, apesar de inicialmente favoráveis à intervenção do Governo nesta área, principalmente após a criação do DNC, tornar-se-iam adversários, nada omissos, desse aspecto da centralização da política varguista. Críticos da socialização dos benefícios resultantes da política implementada queriam das autoridades responsáveis uma definição mais claramente identificada com os interesses da lavoura, vale dizer, que o Governo arcasse com os custos do amparo ao produto. Protestariam também, insistentemente, contra a marginalização do processo decisório imposta aos grupos interessados.

O grande comércio seria permanentemente contrário ao intervencionismo estatal na produção e comercialização do café. Na Associação Comercial, no Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro, em conferências e encontros das classes produtoras, preconizavam o restabelecimento do livre jogo das forças do mercado como forma de enfrentar e solucionar a crise cafeeira.[43]

---

[43] Associação Comercial do Rio de Janeiro e Federação das Associações Comerciais do Brasil, *Relatórios Anuais*, Rio de janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio. Ver especialmente os relatórios de 1931 a 1940.

Finalmente, os comissários de café, ligados à história deste produto no Brasil, desde os seus primórdios, financiando a produção, comprando e armazenando ou, ainda, transportando o café até os centros exportadores, vão sendo progressivamente deslocados de suas funções, desaparecendo ou transformando-se em exportadores. A ação do Governo pela compra e retenção de estoques, pela dinamização da política creditícia, sobretudo depois da criação, no Banco do Brasil, da CREAI (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial), seria um dos principais fatores desse processo de esvaziamento do papel dos comissários, desalojando-os das posições anteriormente ocupadas.[44]

Reivindicando acesso aos órgãos deliberativos a fim de recuperar o antigo poder, o principal segmento do complexo agroexportador chegaria mesmo a radicalizar suas posições, procurando apresentar-se como vítima do regime e da nacionalização do processo decisório. Em 1945, os ataques ao controle governamental sobre a política cafeeira seriam um dos principais itens da campanha pela redução do grau de intervenção do Estado na economia, progressivamente associada às demandas pela redemocratização. Assim é que o Estado de direito e o restabelecimento do livre jogo das forças do mercado seriam colocados como aspectos de um mesmo processo de liberalização. Similarmente, alguns anos antes a retórica autoritária estabeleceria uma relação entre a superação dos princípios econômicos liberais e a superação da democracia.[45] Subjacente a esse tipo de discussão está o fato de que a centralização do poder e a federalização das decisões econômicas representariam efetivamente um remanejamento dos recursos de poder, atingindo as posições solidamente enraizadas dos grupos dominantes tradicionais e abrindo espaço para a articulação dos interesses emergentes com o poder central sem a mediação necessária das alianças com os antigos detentores das posições políticas mais estratégicas para o controle das decisões.

Desta forma, enquanto os interesses tradicionais tornar-se-iam cada vez mais hostis, a despeito da utilização permanente dos canais de representação e de acesso aos centros decisórios, aumentaria progressivamente a receptividade da elite industrial à fórmula centralizadora, na medida mesmo em que sua participação na coalizão dominante iria paulatinamente contribuir para determinar em função de que escala de prioridades seriam

---

[44] Ângela Maria de Castro Gomes e Laura Pessoa Xavier, *A Posição do Comércio do Café Face à Política Cafeeira, 1930/1945*, Documento de Trabalho, IUPERJ, 1976.

[45] Virgílio de Mello Franco, *A Campanha da UDN*, Rio de Janeiro, Ed. Valverde, 1946.

definidos os interesses coletivos, cuja reformulação se processava. Desde o início, a centralização seria justificada como forma de garantir a primazia dos interesses coletivos sobre os interesses particulares. Porém, diversos porta-vozes do Governo Provisório, por seus pronunciamentos e pela política que defendiam, pareciam ainda inclinados a prosseguir na orientação tradicional de definir o interesse geral em termos de predomínio do setor agroexportador. As preocupações com a restauração do livre comércio internacional, com a recuperação do poder de compra do país, mediante a fórmula de comprar mais para vender mais, liberando as importações para expandir as exportações, uma vez superada a fase crucial da crise externa, apontavam nessa direção. A ameaça foi, aliás, percebida pelos líderes industriais que passariam a difundir a idéia oposta de preservar a indústria nacional mediante uma política de controle das importações, tal como se depreende da análise dos relatórios do Centro Industrial do Brasil do início dos anos 30.[46] À medida que os efeitos da crise iam sendo controlados, surgiriam, porém, evidências de preservação dos interesses industriais no bojo de uma política voltada para reduzir o impacto da crise cafeeira sobre o conjunto da economia. A ação do Governo para a defesa do setor externo se faria pela implementação de uma série de medidas combinadas, incluindo desde as resoluções do programa de ajuda ao setor cafeeiro até as medidas de política cambial e controle do comércio exterior, como as constantes desvalorizações cambiais e a introdução de mecanismos de intervenção no mercado de divisas, o que asseguraria a eficácia do programa governamental de defesa do setor exportador do ponto de vista da evolução dos novos setores produtivos. A política cafeeira seria apenas um dos itens, embora o mais importante, desse programa, deixando de ser, portanto, uma solução unilateralmente comprometida com um interesse setorial.

Aproximação indústria-governo

Assim, se inicialmente os industriais permaneceriam ao lado dos grupos dominantes tradicionais, opondo-se ao novo Governo, tanto em 1930 como em 1932, num segundo momento, passariam da hostilidade ao apoio. É verdade que nunca houve unanimidade entre os industriais quanto à centralização política então em curso. Assim, em São Paulo, uma corrente permaneceria arredia,

---

[46] *Relatório do Centro Industrial do Brasil, 1928/1931*, 2 vols., Rio de Janeiro, *Jornal do Commercio*, 1932; *Relatório da Diretoria da Confederação Industrial do Brasil*, 1933 a 1935, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1935.

mantendo ligações permanentes com os políticos e grupos favoráveis à autonomia estadual. Porém, a tendência dominante seria a aproximação com o Governo federal, representada basicamente pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), dirigida por Roberto Simonsen, apoiada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), presidida por Euvaldo Lodi e pela FIMG (Federação Industrial Mineira), dirigida por Américo Giannetti. Principalmente a partir de 1933, derrotada a Revolução Constitucionalista de 1932, a burguesia industrial, através de alguns de seus líderes mais expressivos, realizaria um esforço no sentido de assegurar sua participação e influência na formulação da política econômica governamental, verificando-se uma articulação desta elite com os novos grupos detentores do poder.[47]

Por outro lado, enquanto os órgãos de classe do empresariado industrial, inclusive a FIESP, se adaptariam prontamente à estrutura corporativa de representação de interesses instituída pela legislação sindical varguista, as associações dos proprietários rurais se manteriam recalcitrantes, alheias ao novo sistema em implantação. Uma das mais poderosas destas associações, a SRB (Sociedade Rural Brasileira), controlada pela burguesia cafeeira paulista, manter-se-ia em constante conflito com as autoridades governamentais em conseqüência da perda de controle sobre as decisões relativas à política do café. É preciso lembrar que, antes da criação das autarquias encarregadas de regular o setor cafeeiro (o CNC e o DNC), a referida associação efetivamente influía de forma significativa sobre a política de defesa do café. Assim, muitos dos dirigentes do Instituto do Café do Estado de São Paulo, bem como secretários da Agricultura do Estado, pertenciam ou tinham vínculos estreitos com a associação, numa época em que os negócios cafeeiros eram decididos em nível estadual,[48] portanto, sob a esfera de influência dos grupos interessados.

Em síntese, nos anos 30, a reorganização do poder posta em prática pela coalizão dirigente seria encarada pelos grupos dominantes tradicionais como uma perda relativa em face da posição anteriormente ocupada pelo setor. Paralelamente, para a elite industrial os novos canais e instrumentos de poder representariam um ganho, abrindo-lhe oportunidades institucionais para a conquista de um espaço político próprio. A visibilidade do grupo enquanto ator político seria alcançada pela utilização

[47] Eli Diniz, *Empresário e Estado no Brasil*, *op. cit.*, especialmente caps. III e VII.
[48] Philippe C. Schmitter, *Interest Conflict and Political Change in Brazil*, Stanford, Stanford University Press, 1971, especialmente pp.144/145.

plena dos recursos de poder criados no bojo da política de reordenação dos mecanismos de articulação Sociedade-Estado.

Concluindo, poderíamos dizer que o fortalecimento do poder estatal e a rearticulação das alianças entre as elites desdobrar-se-iam como processos estreitamente interdependentes. Desta forma, ao adotar uma determinada combinação de diretrizes e não outra, o Estado imporia limites às alianças entre os diferentes grupos dominantes. Assim, por exemplo, ao escolher uma forma específica de enfrentar a crise, ao decidir, no bojo de uma política de sustentação dos preços do café, conter a produção, desestimulando as inversões no setor, determinando quotas de produção e controlando a comercialização, ao decidir dividir com o próprio setor cafeeiro os custos da política de amparo ao produto, ao decidir, paralelamente, enfatizar os setores produtivos ligados ao mercado interno, o Estado definiria os parâmetros dentro dos quais as alianças políticas a partir de então se desarticulariam e se redefiniriam. O grupo relativamente desprivilegiado não mais seria o grande polarizador das alianças políticas entre as elites dominantes. Assim, na fase anterior a 30, o setor hegemônico do complexo agroexportador, a burguesia cafeeira paulista, tendia a ser o núcleo em torno do qual as alianças gravitavam. A tradicional unidade entre a elite industrial e os grupos ligados ao café no PRP (Partido Republicano Paulista) evidencia a subordinação dos interesses emergentes diante da supremacia amplamente reconhecida do setor exportador. À burguesia industrial interessava enfatizar a harmonia e a identidade de interesses entre os dois setores a fim de beneficiar-se, ainda que na qualidade de sócio menor, dos instrumentos e recursos de poder controlados pela elite dominante tradicional. Porém, no momento seguinte, pós-30, desalojado o setor cafeeiro da posição politicamente estratégica ocupada anteriormente, observa-se um deslocamento das alianças entre as elites, sendo os industriais atraídos para novas composições políticas. Enfim, outros atores passam a ser valorizados. Neste processo, a burguesia industrial tende a privilegiar um novo esquema de alianças do qual os antigos parceiros não estariam excluídos evidentemente, porém sob o preço de perderem a posição nuclear ocupada anteriormente. Por outro lado, se ao Estado coube definir os parâmetros dentro dos quais o novo pacto de poder se formaria, e se este atributo por si só representa o cerne de sua autonomia, a admissão de novos grupos ou a nova posição de antigos atores na coalizão dominante teriam implicações do ponto de vista dos graus de liberdade da ação estatal. Em outros termos, os atores favorecidos, bem como aqueles relativamente desprivilegiados, não seriam puramente instrumentais do ponto de vista dos desígnios do Estado, vale dizer, não seriam

manipuláveis pela vontade estatal como que por uma força externa e superior, senão que, impondo limites e definindo as bases de sustentação do regime, delineariam os cursos legítimos de ação, contribuindo para definir os rumos do sistema.

Desta forma, é preciso considerar a autonomia do Estado e a complexidade crescente da estrutura de poder não como processos independentes, porém interligados. A força do Estado, nesse período, está relacionada com a ausência de interesses hegemônicos numa estrutura de poder marcada por diferenciação crescente. Ao mesmo tempo, a ótica dos interesses privados, insinuando-se ao nível de determinadas instâncias decisórias, contribuiria ora para o reforço da autonomia estatal, ora para estimular novas combinações na relação de forças, conduzindo à redefinição das condições de equilíbrio do sistema. A queda do Estado Novo, sem querermos minimizar o papel desempenhado pelas variáveis externas ligadas ao término da guerra e à vitória das potências democráticas, configuraria uma situação-limite, em que a ameaça da transgressão do grau de arbítrio exercido pelo Estado restabeleceria a unidade da coalizão dominante em torno de uma proposta de mudança de regime político.

6. CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E DIVERSIFICAÇÃO DE INSTÂNCIAS DECISÓRIAS

Como ressaltamos anteriormente, os mecanismos básicos da centralização política, ampliados e diversificados durante o Estado Novo, vão sendo implantados progressivamente ao longo do período 1930/1945, configurando-se um aparato burocrático-estatal de grande envergadura. Este aspecto fundamental das mudanças políticas em curso significaria a institucionalização da passagem do Estado gendarme, fundamentalmente absenteísta, para o Estado intervencionista, cujo objetivo seria dar viabilidade ao controle do poder central sobre as principais esferas econômicas, processo que, no Brasil, se faria concomitantemente com a implantação e consolidação do capitalismo industrial. O Estado forte e altamente centralizado iria absorvendo o sistema decisório, desestruturando suas bases regionais, num esforço de nacionalização das decisões estratégicas do ponto de vista do funcionamento global da economia.

Esta linha de evolução se afirmaria sem bruscas oscilações, tornando-se cada vez mais explícita para além das variações no grau de abertura do sistema político, culminando com a instauração de um regime francamente autoritário com o golpe de Estado de 1937. A partir de então, o sistema

alcançaria seu maior grau de fechamento, completando-se o quadro das reformas jurídico-institucionais tendentes à concentração do poder no aparelho burocrático-estatal. Sob esse aspecto, o Estado Novo não representaria uma ruptura com a experiência democrática da fase anterior, embora tenha introduzido mudanças significativas em termos de uma caracterização mais precisa das opções ideológicas do regime e da definição dos atores legitimamente investidos do direito de participar da arena política. Desta forma, observa-se o estreitamento do círculo dos detentores do poder, mediante o afastamento das facções extremistas, ao mesmo tempo em que se restringem suas bases sociais pela repressão às correntes mais radicais da sociedade civil do ponto de vista do questionamento das relações de dominação vigentes.

O fortalecimento do poder central teria como contrapartida uma limitação ainda maior da autonomia estadual, reduzindo-se a partir daí um dos focos de tensão que interferiam no processo decisório. O esvaziamento do poder regional se faria pelo acionamento simultâneo de uma série de mecanismos, tais como o referido processo de federalização da política para diversas áreas, a expansão e fortalecimento das Forças Armadas da União, bem como o aperfeiçoamento do formato corporativo de integração de atores ao sistema político. Neste sentido, o Estado criaria condições para aumentar sua interferência no processo de articulação de interesses, institucionalizando-se os mecanismos de mobilização controlada. Com o novo regime, persiste a complexidade de estrutura de poder, em termos dos interesses a conciliar. Entretanto, a configuração plena do novo estilo de participação dos grupos dominantes no processo decisório permitiria revitalizar a capacidade de decidir do sistema que, na fase anterior, ficara comprometida pelo afluxo de grande número de interesses emergentes com um grau reduzido de integração política, gerando pressões múltiplas e conflitantes.

A centralização e o aumento do grau de coerção do Estado não eliminariam, entretanto, uma tendência inaugurada com a vitória do movimento de 30, de combinar uma estrutura de poder elitista com uma base de sustentação policlassista, como forma de conferir certo grau de legitimidade ao sistema político em fase de reestruturação. A preocupação da coalizão dirigente com a ampliação e diversificação de suas bases de apoio se revelaria pelo apelo constante e pelo esforço de incorporação das camadas populares urbanas, cujo alicerce seria a legislação trabalhista, incluída como elemento prioritário da pauta política dos governantes. O teor elitista dessa fórmula de o Governo viabilizar a criação de suportes externos ao círculo formado pelos grupos dominantes se traduziria, por outro lado,

pela repressão a qualquer modalidade de mobilização popular fora do controle estatal.

Quanto à diversidade de interesses no interior do círculo dominante, a burocratização crescente típica do novo modelo político permitiria o aumento da capacidade do sistema de lidar com o conflito. Assim é que o reforço da autonomia do Estado se faria num contexto marcado pela primazia da meta de maximização de suas condições de absorção e de processamento de demandas divergentes. Aqui as relações da burocracia com grupos externos revelam sua real dimensão. Se esse relacionamento é assimétrico em favor da máquina burocrática estatal, por outro lado, o aperfeiçoamento dos instrumentos burocráticos de defesa contra pressões exteriores implicaria, sob certos aspectos, a redefinição de alianças com grupos externos de acordo com uma tática não de exclusão, porém de diversificação de compromissos. Não se trata da constituição de um Estado neutro, porém do aumento de sua capacidade seletiva em face dos interesses em jogo, tendo em vista suas responsabilidades crescentes e o alargamento de seu escopo de atuação no bojo de um processo de acirramento dos conflitos entre as elites. As opções políticas do Governo se definiriam em termos de um comprometimento crescente com a criação das condições necessárias à diversificação econômica do país, o que implicaria freqüentemente o enfrentamento mais radical com alguns grupos e o estreitamento de vínculos com outros, numa tentativa contínua de desestruturar posições solidamente enraizadas e viabilizar paralelamente um novo equilíbrio. Desta forma, observa-se um duplo movimento do Estado em suas relações com os grupos de interesses. De um lado, um movimento de distanciamento para a garantia de um maior grau de liberdade de ação, resguardando-se o núcleo decisório central do peso de pressões crescentemente diferenciadas e competitivas. De outro lado, um movimento de aproximação como parte integrante da lógica de expansão e diferenciação do aparelho burocrático. O aprofundamento de vínculos com grupos externos pode ser crucial para a conquista, preservação ou ampliação de espaços no sistema estatal. Assim, por exemplo, não seria irrelevante para a afirmação do poder de certos órgãos, como o Ministério do Trabalho e Indústria e Comércio ou o Conselho Federal de Comércio Exterior, a identificação com os interesses industriais. Da mesma forma, as dissensões entre os órgãos refletiriam freqüentemente o choque entre os interesses neles representados, traduzindo-se pela gradual definição do quadro de alternativas viáveis e pelo delineamento das diretrizes gerais norteadoras da ação governamental. Descartando opções, eliminando questões controvertidas, paralisando decisões ou postergando o atendimento de certas

demandas que a pressão da relação de forças a cada momento definiria como prematuras, o fluxo de informações e de contatos entre a burocracia e seu meio externo iria aos poucos traçando os rumos de um novo estilo de crescimento econômico e consolidando um novo esquema de dominação. Finalmente, as alianças com grupos externos em alguns casos permitiram a introdução de mudanças de orientação dentro da máquina burocrática, facilitando a superação de resistências oferecidas por interesses solidamente arraigados. Esta forma de viabilizar a inovação e a mudança torna-se particularmente significativa num contexto autoritário caracterizado, além do fechamento do processo decisório inerente ao modelo, pela ausência de uma orientação dominante capaz de garantir certa unidade de atuação entre as diferentes instâncias decisórias. Neste contexto, diversificam-se as oportunidades de formulação de diretrizes competitivas, cujo enfrentamento passa muitas vezes pela mobilização de apoio externo, vale dizer, pela redefinição das relações com as forças sociais em confronto.

Tendo em vista as considerações até aqui avançadas, torna-se clara a necessidade de levar em conta a interpenetração entre a diferenciação do aparelho estatal e a diferenciação dos interesses sociais, uma vez que a expansão burocrática significaria a proliferação de esferas de competência e a diversificação de instâncias decisórias, abrindo-se novos canais de acesso do setor privado aos centros de poder, bem como novos espaços de negociação entre os setores público e privado. Certamente, a primazia estatal seria assegurada, porém vale ressaltar, mais uma vez, a reestruturação das condições de influência dos interesses privados seria um importante componente deste processo.

7. OS MECANISMOS CENTRALIZADORES: INTERVENTORIAS, INSTITUTOS, AUTARQUIAS E CONSELHOS ECONÔMICOS

A centralização política resultaria da combinação de uma série de mecanismos, entre os quais o sistema de interventorias, os institutos, as autarquias e os conselhos econômicos seriam os elementos básicos.[49]

---

[49] Vários autores apresentam sugestivas análises acerca dos mecanismos centralizadores típicos do período, entre os quais gostaríamos de citar: Boris Fausto, *Pequenos Ensaios de História da República, op. cit.;* Karl Lowenstein, *Brazil under Vargas, op. cit.;* Lawrence S. Graham, *Civil Service and Reform in Brazil,* Austin, University of Texas Press, 1968; Maria

A Carta Constitucional de 1937 implantaria um regime autoritário, reforçando os poderes do Presidente da República, conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-leis, ampliando a possibilidade de intervenção do Governo federal nos Estados pela reativação das interventorias e abolindo, pelas chamadas Disposições Finais e Transitórias, o Poder Legislativo, em níveis nacional, estadual e municipal.

As interventorias constituiriam o elemento-chave nas relações do Governo central com os Estados, representando efetivamente um meio de enfraquecer as oligarquias regionais pela perda das condições institucionais de sua autonomia. Evidentemente, o controle do Executivo federal sobre os grupos dominantes regionais viabilizado pelo sistema de interventorias não seria absoluto. Em grau variável, algum tipo de composição entre os interventores e os grupos locais mais poderosos seria a forma de possibilitar que os conflitos fossem absorvidos, criando condições para o funcionamento da engrenagem subordinada, em última instância, ao poder central. Implantado logo após a vitória do Movimento de 30, o sistema seria aperfeiçoado ao longo do tempo e plenamente regulamentado em 1939 por um decreto presidencial, traçando as normas para a administração dos Estados e Municípios. Segundo esse decreto, o Interventor e o Departamento Administrativo (extensão do DASP, criado em 1938),[50] seriam os órgãos do Governo dos Estados. Os departamentos administrativos estaduais funcionavam como uma espécie de legislativo estadual, estando os Interventores submetidos ao seu controle. O orçamento e todos os decretos-leis dos Interventores dependiam de sua aprovação para serem efetivados. Além disso, seus dirigentes acompanhavam de perto todos os atos do Interventor, prestando-lhe assessoria quanto a uma série de questões. O Ministério da Justiça completava a engrenagem, ao lado da interventoria e do departamento administrativo, tendo em vista o aprimoramento do novo padrão de articulação das unidades estaduais com o

---

do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, São Paulo, Alfa Ômega, 1976, e Mário Vagner Vieira da Cunha, *O Sistema Administrativo Brasileiro* (1930/1959), Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1963.

[50] O DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) foi criado em 1938 como um departamento administrativo geral para racionalizar o sistema administrativo do país, cabendo-lhe a preparação anual do orçamento nacional e o controle de sua execução. Concebido teoricamente como uma organização técnica, ampliaria seu âmbito de atuação e sua esfera de responsabilidade, transformando-se de fato num superministério. Ver Lawrence Graham, *Civil Science Reform in Brazil*, *op. cit.*, pp. 29/30.

centro, de forma a destruir os alicerces da descentralização oligárquica da República Velha.

Evidentemente, quando se deu o golpe de 1937, os Estados já haviam perdido, do ponto de vista jurídico-institucional, suas antigas prerrogativas. A nomeação de Interventores pelo Governo federal já se rotinizara, generalizando-se para os vários Estados do país, estabelecendo-se ainda a mediação de uma série de agências burocráticas em suas relações com a política nacional. O Decreto nº 20.348, de agosto de 1931, de forte conteúdo centralizador, estabelecera normas subordinando os Executivos estaduais ao poder central, impondo severa disciplina orçamentária aos Estados e Municípios, proibindo ainda que contraíssem empréstimos externos sem a autorização do Governo federal. Tais reformas reduziriam bastante a área de manobra das oligarquias locais. Além disso, as decisões estratégicas relativas às principais atividades econômicas dos Estados já haviam passado para a esfera de competência do Governo federal. Durante a experiência constitucional de 1934 a 1937, haveria uma certa recuperação da política em moldes regionalistas, porém o golpe de 1937 retomaria, aprofundando-a, a linha centralizadora. Com o Estado Novo, em nenhum campo significativo os Estados teriam o poder de legislar, consolidando-se uma tendência, cujo ponto de partida seria, como vimos, o início dos anos 30. A abolição dos impostos interestaduais, tendo em vista a integração do mercado interno e a padronização do sistema tributário, eliminaria os últimos vestígios da liberdade dos Estados na manipulação de fontes de recursos financeiros, prática de longa tradição na República Oligárquica.

Paralelamente à centralização nas relações Governo federal-unidades estaduais, o sistema evoluiria no sentido do fortalecimento do poder burocrático-estatal, pela expansão da capacidade decisória do Executivo federal e pelo aperfeiçoamento da máquina de Governo em nível nacional.

Neste contexto, teriam particular importância os inúmeros órgãos de regulamentação, coordenação e controle de diversos setores produtivos, afetando sobretudo as políticas ligadas aos produtos de exportação, embora certas atividades ligadas ao mercado interno, como a produção industrial, tenham sido também enquadradas no sistema. Os institutos, autarquias e conselhos econômicos comporiam esse conjunto de mecanismos que dariam à intervenção do Estado na economia uma dimensão mais abrangente e integrada. A composição, as funções e os poderes de cada um desses órgãos variariam bastante. Alguns eram dotados de amplo poder normativo, outros exerciam apenas funções de natureza consultiva. Alguns admitiam

em sua composição representantes dos grupos privados diretamente interessados, ao lado de técnicos e funcionários governamentais, outros excluíam esse tipo de participação corporativa de seu formato decisório.

Entre os órgãos voltados para a regulamentação e o controle de atividades agrícolas extrativas em suas diferentes fases, como a comercialização, a produção e o consumo, poderíamos destacar os institutos do Açúcar e do Álcool (1933), do Mate (1938), do Sal (1940), do Pinho (1941) ou ainda o Conselho Nacional do Café (1931), depois transformado em Departamento Nacional do Café (1933).

A concessão de incentivos à indústria privada e a criação das condições infra-estruturais para a industrialização ficariam a cargo de outro conjunto de órgãos, como a Comissão de Similares (1934), o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda (1937), o Conselho Nacional do Petróleo (1938), o Conselho de Águas e Energia (1939), a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes (1941), o Conselho Nacional de Ferrovias (1941) ou, ainda, a Comissão do Vale do Rio Doce (1942).

Finalmente, seriam criados alguns órgãos destinados a ingressar na esfera da produção em alguns setores definidos como básicos, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Nacional de Álcalis (1943).

É interessante ressaltar que a experiência centralizadora do período 1930-1945 ultrapassaria o plano da regulamentação e controle da economia, institucionalizando, através de órgãos com funções de supervisão e coordenação, formas embrionárias de planejamento econômico.

Assim, o período se caracterizaria por um amplo debate em torno da idéia de "planificação nacional", através do qual se confrontariam posições doutrinárias distintas e até contraditórias, como expressão das várias correntes representadas na estrutura de poder.

Grande parte das propostas e projetos resultantes desta discussão não seriam postos em prática, descartados pelo embate das forças sociais em confronto. Entretanto, pelas sugestões na pauta política do planejamento estatal como condição de viabilizar o capitalismo industrial no país, o saldo não seria irrelevante.

Podemos situar, como reflexo dessa preocupação, a criação de órgãos como o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), a Coordenação da Mobilização Econômica (CME), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a Comissão de Planejamento Econômico (CPE).

Gostaríamos de nos estender um pouco sobre as condições da emergência e os principais momentos da evolução dos conselhos econômicos e

grupos técnicos acima referidos, dada a importância que tiveram na canalização para a burocracia estatal das tendências e perspectivas que emergiam das dissensões entre as posições ideológicas das elites dominantes.

A criação do CFCE, em julho de 1934, tinha por objetivo fundamentalmente a centralização da política de comércio exterior. Progressivamente, o âmbito de suas atribuições foi se ampliando, passando a assessorar o Governo quanto a uma série de questões, além do comércio exterior. A reformulação desse órgão, em 1938, formalizaria essa expansão de sua área de atribuições. Em parte, a alteração verificada em 1938 representou o reconhecimento da evolução de fato do órgão, ao longo dos quatro anos anteriores, porém, por outro lado, significou também a tentativa de concretizar a idéia de um órgão central de coordenação econômica. A Constituição de 1937 instituía um Conselho de Economia Nacional, em moldes organizacionais muito semelhantes ao CFCE. Embora tal Conselho não chegasse a ser instalado, a idéia que o inspirou persistiria, ressurgindo através de diversas sugestões de criação de um Ministério para assuntos econômicos.[51] A reformulação do CFCE, em 1938, atribuilhe as funções de coordenação e fomento da produção nacional, funções que exerceria até a instalação do Conselho de Economia Nacional. Passou a ser o órgão consultivo geral da Presidência da República para todas as questões econômicas, sem prejuízo de iguais funções de outros órgãos. Em dezembro de 1949 seria extinto para ceder lugar à instalação do Conselho Nacional de Economia (CNE), criado pela Constituição de 1946. Presidido nominalmente pelo Presidente da República e realmente por um Diretor-Geral, era composto por membros indicados pelos Ministérios interessados, pelo Presidente do Banco do Brasil, por representantes do empresariado agrícola, comercial e industrial e por consultores técnicos. Com a reforma de 1939, foi abolida a representação dos Ministérios e foram eliminados os consultores técnicos. Foi um órgão que teve uma atuação intensa no período considerado, chegando a exercer influência marcante na formulação da política econômica, como ressaltam vários autores que analisaram o Governo de Getúlio Vargas, nos anos 30 e 40.[52]

---

[51] Jorge Vianna Monteiro e Luiz Roberto A. Cunha, "Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil, 1934/1963", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, IPEA, fevereiro de 1974, p. 5.

[52] Ver principalmente Jorge Vianna Monteiro e Luiz Roberto A. Cunha, *op. cit.*, p. 6; John Wirth, *op. cit.*, pp. 4 e 5; Annibal V. Villella e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, *op. cit.*, pp. 79 e 81; Octavio Ianni, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930/1970)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 28.

Com o advento da Segunda Guerra, o CFCE elaborou um "plano de ação para a defesa da economia", que envolvia basicamente aspectos do comércio exterior. Criaram-se para isso a Comissão de Controle e Abastecimento subordinada ao Ministério da Agricultura e a Comissão de Defesa da Economia Nacional, um apêndice do próprio CFCE. Com os problemas crescentes criados pela guerra e a complexidade do controle da economia em função das dificuldades surgidas, criou-se, em setembro de 1942, a Coordenação da Mobilização Econômica. A amplitude de suas funções, incluindo desde o controle de preços até o controle da produção e comercialização de vários produtos, conferiu-lhe amplo poder de intervenção e coordenação dos diferentes setores da atividade econômica. Assim, por exemplo, o Setor da Produção Industrial (SPI), também criado em 1942 como parte da estrutura da Coordenação, desenvolveu um importante trabalho de racionalização e controle da produção industrial. Antes do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e da Comissão de Planejamento Econômico ele projetou um esquema mais amplo de planejamento para o setor industrial, envolvendo levantamento de recursos, estudos dos obstáculos à maior produtividade geral e projeção da expansão industrial, com a maior utilização possível do capital e da administração privados.[53] O SPI era sediado em São Paulo, constituindo a Escola Politécnica de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas sua principal área de recrutamento. O impacto de sua atuação foi, entretanto, limitado pela falta dos recursos financeiros previstos para as pesquisas e os trabalhos de planejamento.[54]

Apesar desses esforços, entretanto, a ausência de uma hierarquia definida entre os principais órgãos consultivos, a falta de coordenação e a superposição de funções entre vários deles, a diversidade de orientação e atuação quanto às questões econômicas impediriam a formulação de uma diretriz econômica global que permitisse o desenvolvimento equilibrado dos vários setores da economia nacional. Em conseqüência, ter-se-ia um quadro não muito coerente, marcado pela coexistência de setores, livres e regulados, sem coordenação entre si.[55]

---

[53] Rômulo de Almeida, "Experiência Brasileira de Planejamento, Orientação e Controle da Economia", *Estudos Econômicos*, CNI, ano I, nº 2, junho/1950.

[54] *Idem, ibidem.*

[55] Rômulo de Almeida, em Roberto Simonsen, *A Planificação da Economia Nacional, Estudo e Anteprojeto pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, pp. 75, 82 e 83.

Essa dificuldade de concretizar num plano global de desenvolvimento econômico as tentativas parciais de racionalizar a intervenção do Estado na economia está associada à complexidade da estrutura de poder que se configura neste período. A inserção dos setores empresariais emergentes, como já tivemos oportunidade de ressaltar, não se fez através de uma redefinição radical da estrutura de poder. Ao contrário, a justaposição de setores novos e tradicionais seria a fórmula política a que conduziria o conflito de 1930. Em tais condições, o Governo revolucionário, expressando uma política de acomodação entre os vários grupos dominantes, dificilmente poderia seguir uma trajetória unidirecional. Oscilando ao longo das várias posições possíveis, dentro dos limites impostos pelos interesses representados na estrutura de poder, o novo Governo revelaria certa ambivalência, refletindo ora as tendências mais conservadoras, ora as mais inovadoras. Através desse jogo de pressões, os impulsos renovadores freqüentemente seriam contidos e até anulados.

Ao nível do aparelho de Estado, a originalidade do novo esquema consistiria na tentativa de transpor o conflito entre os diferentes grupos dominantes para a própria burocracia estatal através da auto-representação dos interesses nos órgãos técnicos.

A criação do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) situa-se dentro desta perspectiva de composição do Governo com os setores sociais em confronto, nesta fase de transição que atravessava a sociedade brasileira. Criado em dezembro de 1943, este órgão representaria uma tentativa de aprofundamento da influência da burguesia industrial, que, através de sua liderança mais expressiva, pressionava por uma participação mais intensa na formulação das alternativas de política econômica. Esta tentativa contou com o apoio da burguesia comercial, representada, principalmente, por João Daudt de Oliveira.

A proximidade do término da guerra propiciou um clima favorável a esta pressão dos interesses empresariais, na medida em que a perspectiva da paz desencadeou, em todos os países envolvidos no conflito, uma ampla discussão em torno da necessidade de reformular a política econômica, a fim de conduzir de forma eficaz a transição da economia de guerra para a economia de paz.

Em termos do Poder Executivo, esta aproximação se faria através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho.[56] Enfatizando a urgência de se definir uma

---

[56] Entrevista com Rômulo de Almeida, em Eli Diniz, *Empresário e Estado no Brasil...*, *op. cit.*, p. 348. O entrevistado, na qualidade de assistente técnico do CNPIC, participou ativamente do trabalho realizado no Conselho.

política industrial e comercial para o pós-guerra, o Ministro Marcondes Filho propôs a criação do CNPIC que, embora aprovado em fins de 1943, só seria instalado em março de 1944. Excetuando-se os quatro representantes dos Ministérios, a maior parte dos conselheiros tinha ligações com a indústria ou o comércio.[57]

Em certo sentido, o CNPIC representava uma superposição de funções em relação ao CFCE. Entretanto, sua importância se manifestaria, não tanto pelas funções formais para as quais foi criado, mas pelo encaminhamento dado à idéia de criação de um órgão central de coordenação da economia brasileira. Se, enquanto órgão de decisão de política econômica, foi inexpressivo, o CNPIC seria um fator decisivo no confronto entre dois tipos de projeto econômico. De um lado, o projeto de uma sociedade agroexportadora, de outro lado, o projeto de construção de uma sociedade de base urbano-industrial. O predomínio desta última tendência só se tornaria viável a partir do final da década de 40. Entretanto, o debate que se travou em torno desta questão, nos anos finais do Estado Novo, representaria certamente um passo preliminar importante na definição de uma política econômica mais coerente com um projeto de industrialização do país, cuja base seria a radicalização do intervencionismo estatal.

Finalmente, em maio de 1944, o Governo federal criaria um novo órgão, a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), subordinado ao Conselho de Segurança Nacional. Uma das finalidades desta comissão seria, segundo seus idealizadores, estabelecer em bases permanentes a experiência da Coordenação da Mobilização Econômica.[58] Entretanto, há

[57] Era a seguinte a composição do CNPIC: Artur Pereira de Castilho, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Heitor Vinicius da Silveira Grilo, representante do Ministério da Agricultura; Henrique Doria de Vasconcelos, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Tito Vieira de Rezende, representante do Ministério da Fazenda; Brasílio Machado Neto, representante do Comércio, Presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP); Euvaldo Lodi, representante da Indústria, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; João Daudt de Oliveira, representante do Comércio, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Roberto Cochrane Simonsen, representante da Indústria, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; do quadro dos membros de livre nomeação faziam parte: Ary Frederico Torres, Engenheiro, membro do conselho diretor da Associação Comercial de São Paulo; Bertho Condé, Bacharel em Direito, membro do Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo; Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Bacharel em Direito; João Pinheiro Filho, Bacharel em Direito, membro do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas; Othon Lynd Bezerra de Mello, fundador de várias empresas têxteis, ex-diretor da Associação Comercial de Pernambuco; Presidente: Alexandre Marcondes Filho; Secretário: Renato Eduardo dos Santos, assistente técnico do Gabinete do Ministro do Trabalho. Fonte: *Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial*, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

[58] Jorge Vianna Monteiro e Luiz Roberto Azevedo Cunha, *op. cit.*, p. 11.

indícios de que sua criação tenha obedecido também e talvez fundamentalmente a motivações de ordem política: o esvaziamento do CNPIC.[59] Neste último órgão, já se definira, sob a liderança do industrial Roberto Simonsen, um projeto sugerindo a institucionalização da planificação econômica, propondo mesmo os órgãos executivos e deliberativos necessários para viabilizar a idéia. Uma das primeiras preocupações da CPE, logo após seu funcionamento efetivo em outubro de 1944, seria limitar a repercussão do projeto do CNPIC. Este lhe seria encaminhado pela Presidência da República, tendo sido escolhido relator da matéria o Prof. Gudin, defensor de uma progressiva liberalização da economia, no período posterior à guerra. A composição da CPE, apesar da presença de alguns nomes comprometidos com a idéia do fortalecimento do setor industrial, era, aliás, favorável à tendência antiintervencionista, que ganhava impulso no país, à medida que se aproximava o fim da guerra. Criticando o que considerou uso errôneo de conceitos e argumentos econômicos, o parecer de Eugênio Gudin rejeitaria frontalmente a proposta do CNPIC. A posição de Gudin sugeria o reforço dos princípios monetaristas, pelos quais se pautavam alguns órgãos da burocracia governamental, como o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil. Propunha basicamente a suspensão gradual dos mecanismos de intervenção do Estado na economia, a fim de garantir o livre jogo das forças do mercado.[60] A polêmica entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin extravasaria os limites da burocracia estatal, sendo a proposta intervencionista divulgada pelo primeiro numa série de congressos e conferências, nacionais e mesmo internacionais, que se realizariam entre fins de 1944 e ao longo do ano de 1945. No decorrer das discussões, o projeto formulado pela liderança industrial seria arquivado, não se transformando em decisão.

O confronto entre liberalismo e intervencionismo apareceria ainda no encaminhamento e processamento de outras propostas em que se envolveriam alguns desses órgãos, permeando as posições sobre aspectos específicos de política econômica e configurando-se como um dos temas básicos do período. Assim é que na campanha contra o livre comércio empreendida pela elite industrial, cujo clímax seria a oposição do setor ao tratado de comércio assinado com os Estados Unidos em 1935 e que se travaria

---

[59] Entrevista do Prof. Eugênio Gudin, citada por Jorge Vianna Monteiro e Luiz Roberto Azevedo Cunha, *op. cit.*, p. 11.

[60] Presidência da República, CSN, CPE, *Relatório sobre o Projeto de Planificação da Economia Brasileira do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial*, Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1945.

simultaneamente, no Congresso e no CFCE, a demanda por uma política de controle do comércio exterior a fim de subordinar as decisões nessa área à expansão da indústria local encontraria a resistência dos interesses favoráveis a uma política externa flexível e antiprotecionista. De forma similar, a sugestão de Simonsen de criar o Instituto Nacional de Exportação, apresentada também tanto na Câmara dos Deputados quanto no CFCE, objetivando o aumento da intervenção governamental no comércio exterior, através da disciplina das importações, controle de câmbio e da garantia de prioridades para importações essenciais, seria rejeitada em função de uma linha mais liberal. Finalmente, os debates em torno da institucionalização do crédito industrial encaminhados pelos interesses industriais de que participariam vários órgãos do aparelho estatal, como o próprio CFCE, o CTEF (Conselho Técnico de Economia e Finanças) e o Ministério do Trabalho, entre outros, esbarrariam nas dificuldades representadas quer pelo irrealismo das propostas formuladas pelo empresariado industrial, quer pela oposição de alguns órgãos e técnicos contrários a um envolvimento maior do Estado com os interesses da acumulação industrial.

A polarização em torno do predomínio de uma orientação mais liberal ou mais intervencionista apareceria ainda no desdobramento, dentro do CFCE, entre 1935/1936 e 1943/1944, das demandas e sugestões pelo aperfeiçoamento dos mecanismos estatais e supervisão, controle e regulamentação das atividades econômicas dos grupos privados nacionais e estrangeiros. Embora advogando insistentemente uma política de atração de capitais estrangeiros para o país, os industriais, através de seus representantes e líderes, solicitariam paralelamente a participação do Estado na garantia de um espaço econômico para a burguesia local. Aqui também os adeptos do absenteísmo estatal, tanto ao nível dos técnicos quanto do setor privado, criariam focos de tensão e resistência, articulando-se alianças, envolvendo diferentes atores, em torno dos dois pólos dissidentes.

Entre os principais opositores do liberalismo econômico figurariam os industriais, conscientes que estavam de suas limitações para levar adiante o processo de industrialização do país. Em conseqüência, rejeitariam o Estado gendarme, cujo alheamento seria associado à preservação da supremacia dos interesses agroexportadores, vale dizer, à persistência das relações de dominação vigentes, configuração que o setor gostaria de ver reformulada em benefício da acumulação industrial. Progressivamente, o Estado liberal seria identificado pela liderança burguesa como baluarte do antiindustrialismo, impondo-se, portanto, sua substituição por um novo

tipo de Estado mais consentâneo com as aspirações dos grupos interessados na nova fase de crescimento econômico que se abria para o país. Não obstante, a legitimidade da ação estatal estaria condicionada, segundo a ótica do empresariado industrial, ao grau de controle que as classes interessadas pudessem exercer sobre as decisões norteadoras do intervencionismo estatal, a fim de garantir o espaço da empresa privada na expansão do pólo industrial.

A defesa de uma linha estatizante seria, por outro lado, sustentada, ao nível do aparelho de Estado, por setores das burocracias civil e militar, embora nunca tenha havido consenso a esse respeito. Não obstante, quadros técnicos do Exército teriam participação decisiva na formulação e implementação de decisões relativas ao desenvolvimento da infraestrutura industrial, como na implantação da grande siderurgia no país.

Gostaríamos de ressaltar um último ponto no que diz respeito ao significado dos conselhos econômicos no contexto da expansão da máquina burocrática levada a efeito neste período. Como se pode depreender dos exemplos aqui citados, a importância da atuação de tais órgãos junto aos centros vitais da burocracia estatal prende-se ao fato de que, além de desempenharem o papel de instância de informação e de decisão, agiam como canal de expressão da sociedade civil, uma vez que, sobretudo a partir de 1937, passariam a representar a principal via de acesso dos grupos privados aos centros de poder.

8. O PAPEL DO EXÉRCITO

Na análise dos aspectos que fundamentariam a centralização política acentuada no Estado Novo, é preciso destacar o papel representado pela expansão e fortalecimento das Forças Armadas e sobretudo a importância do processo de identidade e autonomia do Exército,[61] processo que implicaria uma nova visão de suas relações com a sociedade, bem como uma reavaliação de suas funções em face da comunidade nacional.

Se, entre 1930 e 1934, o Exército ainda se encontrava dividido, submetido a diferentes linhas de chefia e de liderança, as repercussões de

[61] O referido processo de autonomia crescente do Exército, definindo-se como corporação específica, como instituição propriamente militar, é analisado por Edmundo Campos Coelho, *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira, op. cit.*, especialmente pp. 97/119.

importantes acontecimentos políticos, nos planos externo e interno, durante o período que estamos considerando, principalmente a II Guerra Mundial e a Intentona Comunista em 1935, levariam ao fortalecimento da organização, pelo reforço dos princípios hierárquicos e pela consolidação de um grau significativo de coesão interna e de unidade de comando.

Assim é que, sobretudo após a neutralização da facção tenentista, observa-se uma gradual independência e um progressivo aumento do poder do Exército, sob a liderança de uma corrente identificada basicamente com o aperfeiçoamento da instituição militar. Em 1937, como ressalta Edmundo Campos, o Exército desempenharia papel decisivo na implantação e sustentação do regime institucionalizado com a decretação do Estado Novo.[62]

Entretanto, se esse papel não pode ser reduzido a um simples instrumento do poder getulista, na medida em que o Exército se afirmaria enquanto organização precisamente perseguindo objetivos próprios, questionando a validade da utilização da corporação militar pelas facções políticas em suas disputas internas, rebelando-se, enfim, contra a subordinação do Exército aos interesses da luta partidária, por outro lado, o Estado Novo não seria uma ditadura militar. Atuando como árbitro político do regime, o Exército teria participação ativa no processo decisório, sobretudo em questões relacionadas ao desenvolvimento da infraestrutura industrial do país, porém jamais chegaria a exercer o controle desse processo. Em última análise, o Exército seria, segundo nosso ponto de vista, um importante componente de um processo de centralização política, cujas dimensões transcenderiam os limites da corporação militar. Seria mais um ator, de peso não pouco expressivo, no questionamento do regime político liberal, considerado pelas novas lideranças militares como fator básico da indisciplina e fragilidade da organização durante a República Oligárquica.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise aqui desenvolvida acerca da estrutura de poder que se consolida durante o Estado Novo, algumas questões se colocam.

Em primeiro lugar, cabe destacar a importância de se distinguir entre níveis do processo decisório a fim de tornar apreensível a questão da arti-

---

62 *Idem, ibidem*, pp. 97/106.

culação entre o setor privado e o Estado no período considerado. Em outros termos, a distinção entre instâncias decisórias centrais e secundárias é que nos permite detectar o *locus* de acesso dos grupos privados à burocracia estatal. O autoritarismo corporativista então implantado implicaria um elevado grau de centralização e fechamento em nível das instâncias decisórias superiores, assegurando, assim, a autonomia do Executivo nas decisões finais. Portanto, o controle do processo decisório pertenceria aos atores estrategicamente situados em posições de comando do aparelho estatal. A influência dos grupos privados se faria exercer pelos canais de acesso às instâncias decisórias inferiores, representadas por diferentes órgãos situados nos escalões intermediários da burocracia pública. Para os conselhos econômicos, grupos técnicos e demais órgãos consultivos ou normativos então criados fariam convergir suas demandas, desenvolvendo, a esse nível, intensa atuação, cujos efeitos variariam desde a formulação e canalização de informações para o aparelho de Estado até o bloqueio de determinadas decisões por sua incompatibilidade com a relação de forças existentes. A atualização da autonomia do Estado não pode, pois, ser dissociada do duplo processo de diferenciação dos setores público e privado, cuja interpenetração se acentuaria com a proliferação das instâncias decisórias governamentais, dada a expansão crescente da máquina burocrática. O novo estilo de participação imposto pelo Estado, caracterizado pela representação direta dos setores empresariais em vários órgãos integrantes do aparelho estatal, abriria aos grupos interessados oportunidades de negociação e articulação de alianças envolvendo técnicos e funcionários governamentais.

Por outro lado, é preciso insistir nesse ponto, a relativa permeabilidade da máquina estatal à ótica dos interesses privados, viabilizada pela prática da negociação compartimentalizada entre os setores público e privado no interior de agências burocráticas específicas, teria um alcance limitado. Em primeiro lugar, pela aceitação e reforço do formato de participação restrita e setorializada definido pelo Estado, se as elites dominantes obteriam êxitos expressivos no atendimento de demandas imediatas e específicas e, em alguns casos, veriam aumentar seu poder de barganha, acentuariam, em contrapartida, seu distanciamento em relação aos núcleos decisórios centrais. Em segundo lugar, contribuiriam para consolidar um estilo de participação conducente à despolitização do processo de formulação e discussão de alternativas, reforçando a capacidade de manobra do Estado. Em outras palavras, o reforço das práticas corporativas, calcadas no princípio de que apenas os profissionais de uma área têm competência

para sugerir e participar da definição de medidas relacionadas a esta área, conduziria ao esvaziamento do debate político, mantendo o âmbito das negociações nos estreitos limites dos grupos interessados. Na medida em que são considerados atores legítimos apenas os grupos funcionalmente interessados numa dada questão, mantém-se circunscrito o escopo do conflito, reativando-se os mecanismos e os valores autoritários de sustentação do regime.

Em segundo lugar, a caracterização do processo de autonomização do setor estatal adquire, de acordo com o enfoque adotado aqui, conotações específicas, englobando mecanismos e procedimentos que vão além daqueles referidos na literatura através da ênfase na cooptação dos diferentes grupos pelo Estado, que termina por enfatizar unilateralmente a capacidade de manipulação do poder estatal. Segundo nosso ponto de vista, os vínculos de natureza formal e informal com os grupos externos ao aparelho de Estado, as articulações e alianças com segmentos do setor privado em busca de apoio de legitimidade, para o reforço, no interior da burocracia governamental quer de posições individuais, quer organizacionais, fundamentam a autonomia do aparelho de Estado, tanto quanto o recurso a instrumentos de natureza estritamente burocrática destinados a proteger a máquina governamental de influências exteriores, aí incluindo os mais diversos procedimentos voltados para a racionalização da atividade burocrática, como a centralização do processo decisório, o reforço da hierarquia de autoridade, ou, ainda, a formalização crescente do relacionamento de agências estatais com os grupos de interesses afetados por suas decisões. Em última análise, se o esforço de autonomia passa pelo acionamento de mecanismos de defesa contra pressões que emanam da sociedade civil, simultaneamente implica o estímulo a formas de envolvimento com atores externos, que, de forma organizada ou não, procuram recuperar, manter ou ampliar os elos com os centros de poder.

CAPÍTULO III

A QUESTÃO AGRÁRIA: CRISE DE PODER E REFORMAS DE BASE (1930-1964)

1. QUESTÃO AGRÁRIA E DEMOCRACIA

SE pudéssemos definir o "modelo" político brasileiro por seus sucessivos reajustes no curso da História, diríamos que uma de suas características básicas é a de ter secretado uma classe política simultaneamente vinculada aos interesses agrários e ao desempenho das funções de Estado. Essa classe adquiriu a indispensável coesão que a fará presidir um longo processo de transição social, mantendo sob controle o alargamento e a complexificação da comunidade política.

Uma das conseqüências diretas de tal simbiose foi a garantia da manutenção do monopólio da terra, acompanhada de um rígido enquadramento político das populações rurais que, a despeito de sua expressividade numérica, não conseguiram afirmar-se enquanto classe, isto é, como *campesinato* autônomo e estável, tendo sido, pelo contrário, drasticamente alheadas do jogo do poder. Deriva desse processo um contraste flagrante com a absorção dos segmentos urbanos, que acompanha o *ciclo populista*, pois lhes foi vedada a participação, ainda que parcial, na *comunidade dos cidadãos*.

É certo que as experiências de outros países revelam que foram raros os casos em que as conquistas camponesas – revolucionárias ou reformistas – lograram afirmar-se definitivamente. Paradoxalmente, a *subordinação* parece ter sido, em todas as épocas, o traço marcante de uma classe que, por sua natureza, ocupa posição estratégica no confronto da sociedade agrária com a sociedade industrial. Em todo caso, ainda que limitadas, foram essas conquistas bastante substanciais para conferir a esses países um novo perfil de classes que os obrigou, por sua vez, a um novo pacto político. Calcanhar-de-aquiles na transposição do pólo agrário ao industrial,

é nas mãos de um numeroso e frágil campesinato – e de sua antítese os senhores da terra – que repousa o destino político das sociedades modernas.[1] De fato. Tanto a questão da igualdade quanto a da democracia dependerão da forma com que se articulam as populações rurais ao mundo urbano que ajudarão a construir, e de sua capacidade de inserção e de pressão no jogo do poder.

Ao contrário do México, que teve os rumos de sua História recente transformados por uma revolução camponesa, e de outros países vizinhos que ensaiaram experiências mais ou menos bem-sucedidas de Reforma Agrária, ou mesmo daqueles que absorveram menos traumaticamente ao mundo urbano suas populações rurais, o Brasil permanece, ainda hoje, como um *caso-limite*, com suas imensas reservas de população agrícola nas mais precárias condições de existência.[2]

A abundância de terras não favoreceu sua distribuição mais eqüitativa, e o universo dos proprietários compõe-se daqueles que, em *número reduzido*, controlam extensões grandes demais para serem utilizadas produtivamente, e de uma categoria numerosa que se utiliza de pequenos lotes insuficientes para assegurar a subsistência familiar e cuja dimensão não permite a racionalização e mecanização da produção. Abaixo desses dois extremos situam-se os diferentes tipos de trabalhadores rurais – parceiros, arrendatários, assalariados, "bóias-frias" – que, em esmagadora maioria, trabalham em terra de terceiros.[3]

---

[1] Barrington Moore Jr., *The Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Beacon Press, Boston, 1966.

Para um estudo das relações entre estrutura agrária e modelo político no caso brasileiro, ver Otávio G. Velho, *Capitalismo Autoritário e Campesinato*, São Paulo, Difel, 1976. Elisa Pereira Reis, *Conservative Modernization in Brazilian Agriculture: The Post Abolition Plantation, IASA, Houston*, 1977.

[2] Segundo os dados do censo de 1950, o Brasil estava incluído no grupo de países que possuíam mais de 60% da força de trabalho na agricultura, com um índice de Gini muito forte (0,84), atestando a mais extrema desigualdade na distribuição da terra. De 1950 a 1976 não houve correção da tendência à concentração. Ao contrário, o índice de Gini elevou-se de 0,83 (em 1970) para 0,85 (1975), embora a mão-de-obra agrícola tenha se retraído para 44%, cf. *Sinopse do Censo Agrícola de 1975*. No México, ocorreu um fenômeno de desconcentração da propriedade, com o índice de Gini baixando de 0,96 (1930) para 0,69 (1960). José Gomes da Silva, *A Reforma Agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1931, pp. 51/52.

[3] Ainda com dados de 1960 a 1967, conclui-se que dos 12.487.000 trabalhadores rurais, 42,7% são assalariados; 34,2% minifundistas; 23,1% arrendatários, parceiros ou posseiros.

Enquanto a produtividade da terra é baixa, especialmente para a grande propriedade, a renda da terra, paga pelos pequenos produtores aos grandes proprietários, alcança, em certas áreas, cifras extorsivas, que permitiriam sua aquisição no prazo irrisório de 1 a 2 anos.[4]

As conseqüências de tais discrepâncias atingem a sociedade em todos os níveis, não apenas no setor agrário, contribuindo para acentuar as desigualdades sociais: os grandes centros urbanos, em vista da precariedade das condições de vida no campo, transformam-se em desaguadouro das populações rurais em busca de emprego. Tendo em vista a dimensão das reservas de mão-de-obra no setor agrário, a capacidade de barganha salarial desses recém-chegados é baixa, contribuindo para reduzir a remuneração da massa dos trabalhadores urbanos por um extenso período que contrasta, inclusive, com a de uma minoria de operários especializados. O quadro social não pode ser mais traumático: analfabetismo, baixo nível educacional, subemprego, marginalidade urbana, precárias condições de saúde, que vão exigir a intervenção paternalista do Estado a fim de reduzir os contrastes e evitar a eclosão de incontroláveis conflitos.

No entanto, a função do Estado não é estritamente corretiva. Controlando os preços, ele interfere também (como no mercado de bens industriais) no mercado agrícola, na produção e distribuição de alimentos,

---

[4] Mais de 85% dos imóveis rurais do país, com propriedades menores de 100ha e que compreendem apenas 17,5% da área cadastrada, são responsáveis por 45% da oferta de produtos agrícolas e por quase 40% da absorção de meios de produção de origem industrial. Por outro lado, as propriedades de mais de 1.000ha, que representam 1,5% dos imóveis, controlam mais da metade da área cadastrada, mas são responsáveis por apenas 25% da oferta de produtos agrícolas e 25% da absorção daqueles meios de produção. Outro dado relevante, que se deduz desta desigualdade, é que a *pequena propriedade* possui uma produção mais intensiva por unidade de área. J.F. Graziano da Silva (coordenador), *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, São Paulo, Hucitec, 1978, pp. 240/250.

Quanto à renda da terra, as mensagens presidenciais têm insistido sobre as discrepâncias existentes. Em sua primeira Mensagem ao Congresso, o Presidente Kubitschek revela que "a relação entre as despesas com arrendamento e o valor das terras sobrepassa, no país, o dízimo tradicional do rendimento imobiliário. Em regiões valorizadas pela proximidade de centros consumidores ou qualidade do solo, ela atinge proporções que alcançam 50% do valor do imóvel. *Mensagem Presidencial ao Congresso*, 15 de março de 1956, p. 154. As mesmas acusações são feitas pelo Deputado Fernando Ferrari, que defende "os muitos que pagam aos proprietários, só de aluguel, o próprio valor da gleba". Fernando Ferrari, *Escravos da Terra*, Globo, Porto Alegre, 1956, p. 38. O mesmo nos diz Celso Furtado, a propósito da Zona Agreste de Pernambuco, *A Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, p. 160. Goulart, em sua mensagem, aponta os mesmos problemas para os rizicultores gaúchos. *Mensagem Presidencial*, agosto 1962.

reduzindo artificialmente seus custos a fim de assegurar à população condições mínimas de consumo. Essa política parece, sem dúvida, molestar os grandes produtores agrícolas – que, por sua vez, também dependem, por outros meios, do protecionismo estatal – dificultando sua integração ao mercado interno, o que os faz transferir perdas e riscos aos pequenos produtores e trabalhadores que deles dependem, numa compressão que agrava o círculo vicioso já descrito. Em tais condições, cabe ao pequeno produtor abastecer o mercado e alimentar as cidades – fato singular que confere à economia camponesa uma importância estratégica que não condiz com as lamentáveis condições econômicas e sociais em que sobrevive.

Efetivamente, os imóveis de menos de 100ha são responsáveis por mais da metade da área colhida de produtos básicos de alimentação e constituem 80% do total das propriedades. Enquanto algumas culturas alimentares dependem da média propriedade (tais como o trigo, a soja, a laranja), as grandes propriedades são mais voltadas para as atividades extrativas e para a pecuária.[5]

Posta à margem do processo de expansão do mercado, por carência de recursos para consumir os bens que ele oferece, e ausente do circuito político, que se alarga e incorpora outras camadas sociais, a população camponesa terá como porta-voz, durante longo período, apenas uma parcela "progressista" da classe política, limitando-se a eclosões de protestos esporádicos – o banditismo e o messianismo – que bem expressam a marginalidade em que vive.

Sem respaldo organizacional e institucional nas populações que longinquamente representavam, as iniciativas reformistas, radicais ou moderadas, reduziram-se, durante décadas, a uma dimensão *retórica* que, por muito poucos, e por breve período, foi ouvida. Daí a proliferação de propostas recorrentes que se dissolveram nos canais de circulação do poder – esquecidas nos programas, mensagens de Governo, discursos públicos e comissões parlamentares.

Em sentido oposto, verificou-se também que hábeis iniciativas político-institucionais foram implementadas em nome de um difuso apelo reformista, como proteção às camadas rurais mais atingidas, levando à *proliferação de órgãos* que, uma vez montados e em franco operacionamento, se descaracterizaram com relação aos propósitos e expectativas iniciais, como foi o caso do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), através do seu

[5] Ver J. F. Graziano Silva, *op. cit.*, pp. 247/249.

Estatuto da Lavoura Canavieira; do Serviço Social Rural (SSR) ou da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O insucesso de cada uma dessas iniciativas, no que se refere à *questão agrária*, realimentou, por sua vez, um novo ciclo da *retórica reformista*.

O mesmo ocorreu com algumas leis que, a despeito de suas determinações explícitas, tiveram efeito reduzido, ou nulo, quando não inverteram as tendências que se propunham estimular. O Estatuto do Trabalhador Rural seria um bom exemplo de inversão de expectativas quando, como tem sido recentemente acentuado, multiplicou o trabalho por empreitada do "bóia-fria", que não usufrui dos direitos sociais assegurados pela legislação em vigor – embora seu objetivo primeiro tenha sido o de protegê-lo e institucionalizá-lo.

A persistência das causas que alimentam os apelos reformistas atesta, sem dúvida, a natureza de suas origens, que definiríamos como *estruturais*, isto é, arraigadas a rígidas relações de classe, cujos efeitos repercutem direta ou difusamente nos demais pontos estratégicos da vida social.

É sintomático que os autores voltados para o estudo da estrutura agrária tenham insistido na *continuidade* do modelo político brasileiro – "capitalismo autoritário", "modernização sem mudança", "modernização conservadora", "pacto agrário" – independentemente das contingências político-institucionais de abertura ou fechamento.[6] Por isso mesmo, em nada surpreende a recorrência com que se afirmam os mesmos apelos e temas, em diferentes conjunturas políticas durante longo período. É de notar, por exemplo, a insistência com que os discursos presidenciais insistiram sobre os "males do latifúndio" e o desamparo das populações rurais. Pretendemos, no entanto, mostrar que, a despeito de uma retórica por vezes semelhante, o encaminhamento de medidas mais concretas dependeu, em última instância, das coalizões políticas e das alianças de classe que respaldavam a Presidência.

Oligarquia e Estado Novo

Não resta dúvida que de 1930 a 1964 o que se convencionou chamar genericamente de *oligarquia* (expressa por sua dupla referência: monopólio da terra e controle do voto) permaneceu imbricado nos centros de poder e que sua inserção nada teve de incompa-

[6] Este é o caso de Velho e Pereira Reis, já citados, além de Peter Eisenberg, *Modernização sem Mudança*, Paz e Terra, 1977, e de meu próprio trabalho *Brésil Nord Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*, Université de Paris, 1973. "Autoritarismo e Populismo: Bipolaridade do Sistema Político Brasileiro", *Dados* nº 12, 1976.

tível com a direção industrializante então assumida. Ao contrário, do ponto de vista *político*, sua flexibilidade revelou-se providencial, pois permitiu a formação de um *centro estabilizador* para acolher e mesmo implementar medidas que, só a longo prazo, minariam, e lentamente, a hegemonia agrária. Tais virtualidades foram habilmente utilizadas por Vargas e exploradas por sucessivos Governos. Mas essa composição – que permitiu a consolidação de um parque industrial e financeiro – teve como contrapartida a garantia do monopólio da terra e, mesmo nos períodos de abertura política, o controle absoluto das populações rurais.

De fato, se na vigência de regimes autoritários, como o Estado Novo, o sistema de dominação de tipo oligárquico não foi diretamente questionado, é bem verdade que também o poder local perdeu parte de sua capacidade de pressão sobre os centros (regional e federal), conferindo ao Estado mais ampla margem de manipulação e de manobra. No interregno democrático isto não ocorreu, e a oligarquia retomou politicamente posições enfraquecidas pela capacidade readquirida de instrumentalizar dominação e controle social em *voto*. E é efetivamente o voto que permitirá à oligarquia ampliar seu poder de barganha e amortecer as perdas impostas pela civilização urbano-industrial que se implanta.

A tendência à "oligarquização do voto" neutraliza, portanto, o ideário democrático – que apesar dos retrocessos do Estado Novo foi imposto à nação pela Revolução de 1930 – tornando parcialmente inócuas as medidas que conduziram, a partir de 1945, ao alargamento da participação e à ampliação da comunidade política.

Não é por outra razão que o Congresso, sede das representações regionais, torna inoperantes os numerosos projetos de reformulação da estrutura agrária, através de artifícios legais ou da recusa frontal. Em casos excepcionais, como o da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, obriga seu defensor a uma teimosa insistência que, sob a pressão crescente de um campesinato já mobilizado, forçará, após um longo período, sua aprovação.

Por motivo idêntico, o Executivo, mais sujeito às pressões diretas de amplas massas, e mais ávido de realocar as alianças a fim de ampliar suas bases, será o *locus* privilegiado de onde partem as iniciativas mais contundentes: numerosas foram as comissões e os grupos de trabalho constituídos com a finalidade de redigir anteprojetos oficiais, e não houve Presidente da República, desde Vargas, em 1954, que não apregoasse, em suas mensagens, o combate ao latifúndio e reformas de estrutura. A possibilidade de implementar as medidas ventiladas esbarrou sempre em sólidas

resistências, tanto da sociedade civil quanto do Congresso, que impuseram limites políticos aos planos de governo, obrigando seus mandatários a avaliar os riscos e definir prioridades sob pena de desestabilizar o poder.

Pretendemos sugerir que as variações de cada período foram determinadas por *estratégias governamentais* globalmente definidas, que por sua vez dependeram de pressões *estruturais* mais profundas, quais sejam, o poder de fato do mundo rural em face da realidade urbano-industrial em expansão e que se traduzia, em última instância, em pressão do voto. Quando esta pressão decresce, ao final dos anos 50, em função do alargamento da participação urbana, e da mobilização camponesa, serão criados novos impulsos a efetivar mudanças.

Outras razões houve que justifiquem, talvez, as resistências encontradas. No âmbito do sistema de decisões, foi possível constatar os empecilhos criados pela difícil *operacionalidade* das medidas de reforma propostas, tendo em vista a *heterogeneidade* das culturas agrícolas, formas de exploração e distribuição da propriedade, dos índices de produtividade, decorrentes das dimensões continentais do país. Diante de tais condições, em face de um adversário poderosamente difuso, não se criou um denominador comum que permitisse hierarquizar prioridades e viabilizá-las politicamente. O caráter ao mesmo tempo abundante e desarticulado das medidas concretas apregoadas somou-se aos resultados moderados ou inócuos das iniciativas que lograram ser implementadas. Tal evidência, a nosso ver, demonstra que a questão agrária não pode ser tratada, no caso do Brasil, em nível *institucional* – passível de ser absorvida no confronto das forças políticas –, pois encontra suas origens em sólidas alianças que definem com rigidez o perfil de sua própria estrutura.

Queremos crer que, no decorrer do tempo, ao longo dos sucessivos Governos, o pacto agrário seguiu a sua própria lógica até o seu previsível esgotamento, com Jânio Quadros e João Goulart, quando as tendências à participação que presidiam um regime de tipo liberal, formalmente aberto, incompatibilizaram-se com os arranjos políticos que haviam logrado consolidar-se ao longo dos anos. O fracasso das novas composições aventadas deriva, por um lado, dos embaraços político-institucionais na redefinição de alianças, e, por outro, da solidez dos interesses por ela atingidos.

Um olhar atento para o período nos revela a prudência com que o Governo Kubitschek limitou os efeitos disruptíveis de política agrária mais agressiva diante de uma "marcha da produção" iminente, inibindo, assim, as convicções reformistas alimentadas pelo Governo populista de

Vargas, que o precedeu. Esta parece ser a fase final da *entente cordiale* entre a oligarquia e o Estado, demarcando o esgotamento de um modelo que busca sua redefinição nos Governos de Quadros e Goulart. Em ambos os casos, a radicalização do Estado não deve ser avaliada pelo *conteúdo* das medidas que fomenta, nem sempre significativo, mas pelos *efeitos* que produziram ou poderiam produzir sobre uma sociedade mobilizada e uma classe política cindida nos centros de poder. Dessa forma, é como se existissem duas instâncias superpostas: o *processo decisório* desprovido de autonomia e eficácia e sujeito à indeterminação e às resistências crescentes de uma sociedade abalada e, em um outro plano, o pacto social em decomposição.

O movimento camponês nos anos 60

A evolução do movimento camponês nos anos 60 corrobora as tendências que acabamos de apontar: as reivindicações, de difícil absorção institucional – pela inexistência dos canais de processamento das pressões geradas –, não deixam de ser defensivas, e mesmo tímidas, em sua dimensão *substantiva*, embora ganhem decisivo poder de *impacto* em sua dimensão *relacional* quando avaliadas em função do desequilíbrio que introduzem nas tradicionais relações de classe.

Podemos, assim, identificar o foco gerador de crises, no início e no final do *ciclo populista*, relembrando que, se no imediato pós-30, a corrente reformista dissocia a *democracia social* da *democracia política*, considerando a segunda irremediavelmente contaminada por uma herança oligárquica a curto prazo irremovível, e pregando, conseqüentemente, como correção, o reforçamento da intervenção do Estado, nos anos 60, o diagnóstico já não é o mesmo: as pressões pela melhoria das *condições de vida* da população camponesa, através de uma Reforma Agrária, serão reforçadas pelas exigências de alargamento de sua *participação política*, com o voto do analfabeto e a organização sindical.

O cálculo político evidentemente subestimou a importância das resistências às Reformas de Base, que desde Alberto Pasqualini são ventiladas e que alterariam, com mudanças estruturais, a composição do poder. Os interesses atingidos eram, porém, mais sólidos do que se supunha e, no âmbito do Estado, haviam consolidado uma *função moderadora* que, independentemente dos partidos, havia garantido a continuidade institucional (nem sempre, necessariamente, política) da coalização populista. Citemos como exemplo a Petrobrás, ou a Lei de Remessa de Lucros, aprovada no ápice da crise de poder. A Reforma Agrária foi, no entanto, vetada, como demarcação dos limites extremos à negociação.

Diante da emergência de *questões sociais* de difícil absorção institucional, e de seu encaminhamento conflituoso através da intensa e contagiante participação, o sistema político, por um processo de autodefesa dos grupos que nele se representam, se retrai e se fecha.

A partir das considerações citadas, interessa-nos analisar as diferentes modalidades de *pacto social* que sustaram as possibilidades de integração camponesa ao processo de formação e consolidação da sociedade moderna brasileira, em particular aquelas que historicamente emergem no bojo da Revolução de 1930 e com a reabertura política de 1945. Em contraposição, examinaremos também as iniciativas no sentido de quebrar o *pacto agrário*, através das propostas de reformulação de estrutura agrária, advindas de setores de elites dissidentes ou do próprio Estado. Trataremos apenas indiretamente da mobilização camponesa que, a partir dos anos 50, buscará uma inserção mais eqüitativa no sistema produtivo e na comunidade política.

O Estado ou, mais explicitamente, o Poder Executivo não permanece indiferente às alterações ocorridas, e tomará partido, ao final do ciclo populista, nos confrontos que se desenvolvem entre camponeses e proprietários em todo o país. Não temos dúvidas de tal engajamento, singular na História brasileira – porque desloca, pela primeira vez e drasticamente, as elites agrárias dos centros de poder e da máquina de Estado –, será um dos principais responsáveis pelo aguçamento das contradições sociais que, juntamente com a crise militar e com a pressão externa, culminam com a intervenção de 1964. Com o alijamento radical das novas lideranças camponesas e a redução da participação política, encerra-se de forma politicamente convulsiva e socialmente dramática, o ciclo incompleto do *populismo getulista* que, em sua primeira fase, buscou integrar e absorver a classe operária à órbita do Estado, pela legislação trabalhista e pelo controle sindical, mas falhou, em um segundo momento, em seus propósitos de nela conseguir um numeroso, diversificado e reivindicativo *campesinato*.

2. O PACTO OLIGÁRQUICO

É nosso objetivo ressaltar que uma das razões que impediram a constituição de uma consciência camponesa mais reivindicativa foi, no caso brasileiro, a *solidez* das alianças que se teceram, já na etapa de formação do Estado Nacional, entre as diferentes frações das elites agrárias e o poder central. A consolidação do Estado, longe de ser incompatível com a

afirmação de um poder local ou regional, de cunho privatista, ao contrário, com ele se afirma e dele depende, transformando-o de opositor potencial em colaborador ativo. É assim que, para sumariamente caracterizar o período anterior a 1930, podemos classificá-lo em três etapas distintas, que correspondem a diferentes níveis de articulação do pacto agrário:

1. O período que se segue à Independência e que se prolonga até a Maioridade de D. Pedro II, caracterizando a indefinição inicial das alianças entre o poder central e os diferentes segmentos de elites regionais em formação.

2. O período imediatamente posterior, do 2º Reinado, cuja decantada estabilidade repousa justamente na solidez do *pacto agrário* que o modela, consubstanciado no acordo escravista que, em vista das sérias pressões externas, transforma o Estado não só em avalista de relações sociais condenadas pelos centros hegemônicos, como também em *mediador* e vínculo entre elites tradicionais e elites emergentes, coesas em torno da perpetuação de interesses comuns. Ameaçada de extinção por José Bonifácio[7] e, mais ainda, pelo regente Feijó,[8] que antevê também a inevitabilidade do desmembramento do Império, a escravidão se prolonga entre nós por mais 50 anos, com o respaldo do Estado que encontra nela a fonte de legitimidade de que foi carente em seus primeiros anos de existência autônoma, tornando-o denominador comum em face de grupos regionais diferenciados e potencialmente divergentes. Dentro dessa lógica, o esgotamento do pacto social se opera com a abolição da escravatura que culmina, por sua vez, com a queda do Império.

Com a abolição da escravatura não se processam as transformações que, idealisticamente, muitos abolicionistas esperavam. Homens como André Rebouças, defensores de medidas de distribuição da propriedade que dessem fim ao monopólio da terra e criassem uma ampla camada de pequenos proprietários, serão, com a queda do Império que defendem, marginalizados.[9] E, na verdade, a transição para o trabalho livre, longe de liberar a mão-de-obra de um rígido controle que lhe dá maior poder de barganha frente ao mercado, ao contrário, imobiliza-a nas zonas rurais decadentes, graças à utilização de trabalhadores imigrantes que, nas zonas

[7] José Bonifácio de Andrada e Silva, "Representação sobre a Escravatura", em *Escritos Políticos*, São Paulo, Ed. Obelisco, 1964.
[8] Paul Mercadante, *A Consciência Conservadora no Brasil*, Ed. Saga, 1965, p. 121.
[9] André Rebouças, *Diário e Notas Autobiográficas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, p. 414.

de expansão cafeeira (carentes de braços), em condições mais vantajosas com ela competem.[10] E são essas condições, tal como foram definidas no final do século, que permanecerão vigentes até o início dos anos 60, quando se configura a ruptura do pacto agrário.

3. Com a Proclamação da República, operam-se transformações profundas em nível do Estado e do regime, que se consubstanciam com a vigência de um novo pacto. Efetivamente, após os primeiros anos de hegemonia militar e de indefinição política, as oligarquias se rearticulam com o Estado transformado, que se *descentraliza* para melhor *legitimar-se,* segundo o modelo preconizado pela *Política dos Governadores* do paulista Campos Salles. Com ela, o idealismo democrático da Constituição de 1891 será reinterpretado pelo fortalecimento e hierarquização das lideranças regionais através das novas funções mediadoras do Estado. Como o explicita Campos Salles, o Estado define, diante das cisões regionais, uma nova estratégia, que consiste em fortalecer o vencedor, que será, por sua vez, incondicionalmente leal ao Centro.[11]

Primeiras crises da República

Na transição entre o Império e a República eclodem movimentos camponeses de cunho messiânico como o de Canudos e de Juazeiro. Diante dos cataclismas naturais e de uma marginalidade regional que desenraiza a população rural, a comunidade desfeita se reorganiza em novos moldes, sob a égide de um Chefe, ao mesmo tempo religioso e civil. O movimento ideologicamente integrado, mas politicamente difuso, eclode naquele momento histórico singular em que uma nova classe política, sediada no Centro-Sul, desloca os setores mais decadentes do Nordeste, e em que o despontar de um novo regime, pouco promissor para a região, aguça a nostalgia de um passado perdido.

No entanto, para os grupos urbanos mais modernizantes, partidários de uma democracia liberal e de um Governo soberano, os revoltosos representam uma incontrolável explosão de barbárie que revela o atraso das populações interioranas e ainda mais acentua a necessidade de se manterem os vínculos que os ligam às civilizações mais avançadas do mundo. E por isso os combatem, submetendo o Padre Cícero às leis terrenas e da

---

[10] Elisa Pereira Reis sugere que "se as duas regiões (o Nordeste e o Centro-Sul) tivessem competido pela mão-de-obra, o destino dos trabalhadores rurais teria sido, provavelmente, radicalmente distinto" e que a "opção paulista pelos programas de migração funcionou como uma *coalização reacionária* com as elites do Nordeste, negando aos ex-escravos e à mão-de-obra doméstica livre acesso ao mercado de trabalho", *op. cit.,* p. 6.

[11] Campos Salles, *Da Propaganda à Presidência,* Ed. Laemmert, São Paulo, 1908.

hierarquia papal, e o Conselheiro a uma luta sem tréguas que só se decide com o extermínio.

Assim transcorre a primeira fase da jovem República, a do *triunfalismo* oligárquico, embalado pela aliança do café-com-leite, segundo acordo bem implantado por seu artífice Campos Salles. E as vozes do mais intenso protesto camponês morrem com o Conselheiro no empobrecido Nordeste. A política dos Governadores que apressa a integração dos Estados ao Estado verticaliza também as relações sociais: consolida de tal forma a liderança do Chefe regional, nos Estados, e do Coronel, no Município, através das bem montadas máquinas políticas, que praticamente "feudaliza" o campesinato, tornando-o totalmente dependente de uma política de clientela que, sob condições de lealdade e conformidade absoluta, lhe delega o usufruto parcial da terra, e alguns outros bens e serviços. Nas zonas rurais mais pobres, diante da penúria geral, amplas camadas acomodam-se às precárias condições de existência.

Em uma segunda etapa, a República Oligárquica enfrenta sérias e continuadas crises. Efetivamente, com a entrada do Rio Grande do Sul no concerto dos grandes Estados, desestabiliza-se o pacto de poder entre São Paulo e Minas, arrastando, muitas vezes, para caminhos imprevistos o *segundo escalão*, constituído, sobretudo, pelos poderosos de ontem, alijados com a República: Pernambuco, Bahia e Estado do Rio. Em contraposição à crise das alianças, os centros de poder se fortalecem, respondendo em parte ao protesto crescente de populações rurais e urbanas. Assim, as unidades estaduais se consolidam com o fortalecimento das políticas para combater o cangaço, em franca expansão.[12] Da mesma forma, o poder central se reforça com Bernardes, graças a uma Reforma Constitucional que em 1926 lhe amplia os poderes, e aos instrumentos especiais que utiliza para garantir a continuidade sucessória, e para combater o Tenentismo que mina os fundamentos da política oligárquica, abalando a natural submissão da cúpula do Exército às autoridades constituídas.

Uma vez mais, como no início da República, verifica-se a total dissociação entre as formas de protesto rural e a contestação urbana. Nem o movimento operário nascente, nem os Tenentes, sensibilizam-se com os "bandidos cangaceiros", considerados facínoras que, quando mortos, serão expostos nas cidades a um público indiferente ou hostil. De igual maneira, o bando de Lampião, quando em contato com a Coluna Prestes,

[12] Amaury de Souza, "O Cangaço e a Política de Violência no Nordeste do Brasil", *Dados*, nº 10, 1973.

no Nordeste, ou lhe é indiferente ou a hostiliza, dispondo-se a barganhar serviços com o Governo em troca de favores e proteção.

A crise do *pacto oligárquico* desemboca na Revolução de 1930. No entanto, nunca é demais insistir que a ruptura resulta muito mais da necessidade de um *reajustamento* que compatibiliza as camadas urbanas em expansão e os grupos regionais excluídos com uma expansão do aparelho de Estado, já em curso, do que da pressão pelo *alijamento* de poderosos grupos regionais do jogo de poder.

2.1. *A REVOLUÇÃO DE 1930 E O REFORMISMO TENENTISTA*

De fato, a Revolução de 1930 resulta de superposição de forças políticas por definição contraditórias: o *Tenentismo* e a *reação oligárquica.*[13] O Tenentismo, em sua fase inicial indefinido politicamente, embora já comprometido com o legalismo democrático e com o espírito da Constituição de 1891, sofre, em seu processo de socialização política, profundas transformações. Vitoriosa a Revolução, ao partilhar o poder, passa a lutar por reformas sociais, pela expansão do Estado, pela nacionalização dos recursos estratégicos e pelo alijamento efetivo das máquinas oligárquicas do jogo político. Isso significa que o ideário dos jovens militares muda de rumo no exercício do poder, passando a enfatizar mais mudanças de conteúdo que deveriam moldar os novos acordos do que o formalismo constitucional que daria prioridade à restauração da democracia. Em verdade, *Reforma* e *Democracia*, nos três primeiros anos da Revolução, aparecem como bandeiras antagônicas que mobilizam grupos políticos adversos. Para os Tenentes, a sobrevivência das clientelas políticas poria em questão a viabilidade da democracia, provocando fatalmente a volta dos velhos costumes de corrupção política. Daí a necessidade urgente de aplicar medidas que tornassem irreversível o processo revolucionário e inviável o exercício da política no antigo estilo. Para os "constitucionalistas", ao contrário, a Revolução deveria, antes de mais nada, cumprir os compromissos assumidos com a Aliança Liberal, assegurando eleições livres e uma ordem legal estável. Nessa categoria, incluíam-se grupos de diversas origens: os comprometidos com os ideais da Constituição de 1891 – os

[13] A propósito da importância da participação oligárquica na Revolução de 1930, ver os clássicos: Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro,* São Paulo, Ed. Unitas, 1933. Boris Fausto, *A Revolução de 1930,* São Paulo, Brasiliense, 1970.

civilistas, seguidores de Rui Barbosa; os que, tendo participado de velha política, omitiram-se ou foram contrários à Revolução de 1930; e ainda as oligarquias dissidentes, isto é, aqueles setores político-partidários que, mesmo havendo participado da Revolução, foram, no curso dos acontecimentos, total ou parcialmente alijados. Para esses grupos, principalmente paulistas e gaúchos, os Tenentes e seu programa renovador constituíam uma séria ameaça que, na verdade, implicaria a desarticulação total de forças regionais bem montadas, além de uma ruptura com os compromissos tácitos que precederam e possibilitaram a Revolução de 1930.

Por essa razão, não seria exagero reconhecer que dentro da Revolução dois processos e duas vertentes estiveram, desde o início, em curso: uma mais *renovadora* e combativa, que se dispunha, ainda que difusamente, a mudar a *ordem social*, mesmo ao preço de sacrificar temporária (ou definitivamente) a *democracia*, e outra, *restauradora* e corretiva, preocupada em garantir a legalidade constitucional e que pretendia dotar os pactos regionais anteriores de maior flexibilidade, inclusive para assegurar aos Estados, cada vez mais controlados pelo poder central, a autonomia perdida. Vem daí a extrema ambigüidade dos textos da época, que acusam a República da "política dos Governadores" de ser manipulada por presidentes cada vez mais despóticos e centralistas.[14]

O Clube 3 de Outubro

No programa do Clube 3 de Outubro, de grande amplitude, as propostas de reformulação da ordem social abarcam os mais diferentes domínios: *moralização* da atividade política e das funções administrativas; *racionalização* da economia, pela adoção de planos de produção e desenvolvimento econômico, criação de conselhos técnicos e departamentos de serviços especializados (estatísticas, finanças etc.), impostos progressivos sobre a renda e outras medidas mais; *centralização* e *nacionalização do Estado*, com a unificação da política tributária; eliminação de impostos interestaduais; desapropriação de minas e forças hidráulicas; organização de um Código de Águas e de Minas, e criação de uma indústria siderúrgica "em moldes que assegurem a sua exploração frutuosa para a Nacionalidade, estímulo às indústrias que empreguem matéria-prima genuinamente nacional".[15] Tais medidas revelam o firme

---

[14] Azevedo Amaral e Martins de Almeida, entre outros, chamam a atenção para o fenômeno que constituiria uma das causas diretas da Revolução de 1930.

Azevedo Amaral, O *Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

Martins de Almeida, O *Brasil Errado*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1932.

[15] Clube 3 de Outubro, *Esboço do programa de reconstrução política e social do Brasil*, s.l., s. ed., 1932, p. 49.

propósito de *expandir* e *reorganizar o Estado* de maneira a cumprir necessidades públicas emergentes e adequar-se o poder central às novas tendências do campo internacional.

No plano de reordenamento das relações de classe, as medidas anunciadas não são menos significativas. O programa legitima ampla gama de reivindicações trabalhistas: salário mínimo, contrato coletivo, limitação de horas de trabalho, repouso semanal, férias obrigatórias, limite de trabalhos das mulheres e dos menores, o regime de conciliação e arbitragem, condições higiênicas nos centros de trabalho. E ainda: direito de greve e seguro-desemprego, complementados pela participação dos trabalhadores no lucro das empresas, e o estímulo à prática da co-gestão.[16]

No programa, a questão agrária é analisada com especial destaque, sob a inspiração provável de Alberto Torres, que, décadas antes, vira, na monocultura exportadora e no baixo aproveitamento da terra, a origem de nossos males e, numa distribuição mais equilibrada entre população e território, o fundamento da "organização nacional".[17] Diz o programa, no mesmo espírito com que o fizera Rebouças, no passado, que deve o Governo "reduzir ao mínimo possível todas as formas de latifúndio especialmente nas faixas de territórios próximas ao litoral e às vias de comunicação" (antecipando também o controvertido decreto da SUPRA,[18] que precede a queda de Jango). O cultivo compulsório dessas terras dar-se-ia "sob pena de seu aproveitamento pelo Estado, que as transformará em núcleos coloniais para localização de famílias de agricultores", intensificando a colonização de terras incultas.[19]

A filosofia do programa tem como contrapartida da limitação dos latifúndios o estímulo à formação e à manutenção da *pequena propriedade rural* "mediante a transferência direta de lotes de terras cultiváveis para o trabalhador agrícola, de preferência o nacional, auxiliando-o a formar, em *terra própria*, a concretização de seu modesto patrimônio como elemento básico de sua prosperidade e de seu bem-estar.[20]

Sem dúvida, cabe ao Estado um papel estratégico na redistribuição da propriedade, pois deve ele estimular a utilização social de terras devolutas

---

[16] *Idem*, pp. 56/67.

[17] Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro*. Introdução a um programa de organização nacional. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.

[18] SUPRA: Superintendência de Política Agrária, órgão executivo da Reforma Agrária, criado em 1962.

[19] Clube 3 de Outubro, *op. cit.*, p. 47.

[20] *Idem, p. 47.*

ou das que tenham sido "ilegalmente ocupadas e usufruídas por terceiros, a fim de que, depois de revertidas ao *patrimônio coletivo*, possam ser utilizadas na localização de *núcleos coloniais cooperativos*". Cabe também "preparar racionalmente o aproveitamento das terras localizadas em regiões sujeitas a crises climatéricas, de modo a fixar o homem ao seu hábitat", em alusão direta às secas que, periodicamente, como naquele ano, assolavam o Nordeste.[21]

Diante das implicações de tais medidas sobre o direito de propriedade, o Clube 3 de Outubro realça a intenção de respeitá-lo, desde que isso não venha a favorecer o "parasitismo negocista, insaciável e dissimulado"...[22]

Antecipando, uma vez mais, as discussões políticas que se farão sob a égide da Constituição de 1946, os *Tenentes* esclarecem que "no conceito de propriedade não se pode sobrepor o interesse individual à *função social*". Prevêem uma "legislação uniforme para regular o exercício do direito de desapropriação por *necessidade ou utilidade pública*", segundo o valor dos bens, que tal, como sugerirá mais tarde o Deputado José Joffily, seriam avaliados pelos últimos impostos pagos.[23] Quanto à função social da propriedade, poderia ser estimulada através de imposto territorial, que obrigaria "o proprietário de terras cujo valor exceda 300.000 vezes o padrão mínimo de vida a pagar determinado imposto sobre uma renda que se estimará equivalente à metade dos chamados juros legais, mesmo que tais terras não cheguem a proporcionar tal renda". Previa-se também imposto especial sobre o arrendamento de terras firmado no princípio de que só "quem trabalha a terra é digno de lhe usufruir os proventos".[24]

Nos itens referentes à organização do novo sistema tributário, novamente aflora a questão do imposto territorial, baseado no valor venal das terras, no grau de aproveitamento social das mesmas e revestido, muitas vezes, de um *caráter progressivo*.[25]

Prevê-se ainda a criação de um Tribunal de Terras, que será rediscutido nas propostas de Reforma Agrária levadas ao Congresso a partir dos anos 50, cuja finalidade seria "resolver litígios relativos ao domínio, posse e exploração do solo".[26]

---

21 *Idem*, p. 47.

22 *Idem*, p. 48.

23 *Ibidem*, p. 48.

24 Clube 3 de Outubro, *op. cit.*, pp. 47/48.

25 *Idem*, p. 49

26 *Idem*, p. 47

Política agrária e leis trabalhistas

O proletariado agrícola, categoria à parte no mundo rural, seria, segundo o mesmo programa, automaticamente beneficiado pela legislação trabalhista, que deveria ser estendida aos trabalhadores do campo. Como vimos, a legislação incluía a participação nos lucros e a co-gestão.[27] Previa-se também o amparo público aos desempregados rurais, em *núcleos coloniais,* "onde a sua existência corra melhor do que nos centros urbanos" ou mediante a realização de obras públicas em que seja assegurada uma diária módica em dinheiro ou em gêneros alimentícios que assegurem sua sobrevivência até que se dê sua inserção definitiva em programas de colonização.[28]

As medidas de proteção ao trabalhador rural não aparecem no programa como meramente tópicas. Elas correspondem, de fato, a uma ênfase tanto na proteção e diversificação da produção agrícola, como no aumento da produtividade, representando ainda uma tentativa de introduzir no modelo econômico que ora se implanta maior complementaridade entre uma Agricultura poderosa e dominante e uma Indústria incipiente que ainda busca consolidar-se. Não resta dúvida que tal integração deveria ser promovida pelo Estado Revolucionário, ao qual caberia parcela importante no controle dos recursos naturais e de subsolo.

Diante das posições assumidas pelo Clube 3 de Outubro elucidam-se as propostas de Virgínio Santa Rosa, de mesmo teor, e que refletem com fidelidade o espírito da época, se não para a totalidade dos *Tenentes,* pelo menos para aqueles que se consideravam porta-vozes de uma nova ordem social.[29]

Para os *Tenentes,* a vitória militar contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo, que combateram sem tréguas, tem resultados ambíguos, pois o incontestável êxito militar representará, a curto e médio prazos, uma inevitável e fragorosa derrota política, que fortalece a hierarquia militar mais conservadora (já francamente indisposta contra os arroubos da jovem oficialidade) e obriga Vargas, em sua permanente função arbitral, a aproximar-se mais dos poderes regionais dissidentes e a convocar, em breve espaço de tempo, as eleições para a Constituinte.

Nos trabalhos da Assembléia Constituinte de 1933/34, a hostilidade dos *Tenentes* contra as oligarquias, ainda que amenizada pela necessidade de transação política, permanece, e algumas medidas são ventiladas no

---

[27] *Idem,* p. 57.
[28] *Ibidem* p. 57.
[29] Virgínio Santa Rosa, O *Sentido do Tenentismo,* Rio de Janeiro, 1933.

sentido de enfraquecer, através de recursos de natureza constitucional, suas formas usuais de representação. É assim que o Tenente Augusto do Amaral Peixoto, ex-diretor do Clube 3 de Outubro, membro do Partido Autonomista do Rio de Janeiro, ligado ao prestigiado "Tenente civil" e Interventor, Pedro Ernesto, defende, com o apoio de um grupo de Deputados identificados com a causa (e oriundos de Estados não-hegemônicos, sobretudo da "Bancada do Norte"), um novo sistema de representação, proporcional à população alfabetizada dos Estados, em contraposição ao que vigorava antes, proporcional à população total. O sentido da proposta – que foi, aliás, derrotada pelas "Grandes Bancadas", isto é, pelas oligarquias numericamente dominantes e mais poderosas[30] – era nítido: diminuir o número de Deputados eleitos pelos redutos coronelistas em que uma expressiva camada da população, embora formalmente representada, na realidade, não votava. A medida visava, indiretamente, a estimular a educação de base, pois acreditava Amaral Peixoto que, incentivando a alfabetização popular, se enfraqueciam as bases de sustentação oligárquica.[31]

Também o Deputado Domingos Velasco, do Partido Social Republicano de Goiás, e muito afinado com o espírito tenentista, defende com grande sucesso em sessão plenária a necessidade premente de uma reorganização nacional, que em vez de empenhar-se na promoção de um ritualismo democrático deveria atentar mais para os problemas econômicos e sociais que impediam a sua efetiva vigência. Com o apoio do líder classista Acyr Medeiros, declara Velasco que:

> "A democracia no Brasil será sempre uma burla enquanto se der à massa popular o proclamado *direito de voto*, sem lhe assegurar o *direito de subsistência*. Porque não compreendo liberdade eleitoral eficiente para o homem economicamente escravizado. E lançando-se a olhar para esse Brasil intérmino, nós vemos as massas rurais submissas ao proprietário de terras que (...) exerce um poder de fato, incontrastável, dirigindo com o prestígio que lhe vem desde a colônia a vida e a vontade daquelas massas".[32]

E diante de tal realidade descreve como o processo eleitoral é controlado pelos Chefes municipais que o financiam, concluindo que "eles decidem e o eleitorado cumpre, com solicitude, a decisão, haja ou não voto

---

[30] "As grandes bancadas" nos trabalhos da Constituinte eram formadas pelos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia.

[31] Entrevista com Augusto do Amaral Peixoto, CPDOC, novembro de 1975.

[32] *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*, vol. 7, 66ª Sessão, 3b32/1934, p. 322.

secreto e a mais indevassável das cabines". "Inúteis são os esforços das caravanas políticas e a propaganda intensa dos comícios." "Essa famigerada realidade política brasileira desafia os eufemismos da oratória e o palavreado sonoro de nossa *logomaquia liberal.*"[33]

A solução nacional, para Velasco, reside pois em evitar a *pantomima* dispendiosa da farsa eleitoral, introduzindo o voto indireto a todos os níveis, salvo o municipal, onde a proximidade entre o eleitor e o candidato torna a realidade eleitoral menos fictícia e remota. E acrescenta: "Se isso repugna aos senhores Constituintes, teremos então de enveredar pelo caminho da libertação das massas rurais, garantindo-lhes o direito de subsistência, o direito ao trabalho e o direito à assistência, para que elas possam, na realidade, *ser livres politicamentem.*"[34]

A democracia seria assim anulada pela *incultura generalizada* de um eleitorado que mal se alfabetizou, pela gratidão atávica que o liga aos seus Chefes e pelos interesses econômicos que a eles o submetem.

Na histórica e didática preleção de Domingos Velasco, atentamente ouvida, alguns apartes são tão significativos quanto suas paradigmáticas idéias. Abelardo Marinho, outro membro do Clube, concordando com a linha geral do pronunciamento, acredita que também em nível municipal o coronelismo e a caciquismo devem ser combatidos, embora não critique frontalmente o esquema proposto por Velasco, de estrutura piramidal, cujas bases repousam na tortuosa realidade municipal. E Acyr Medeiros propõe que a Constituição permita aos trabalhadores rurais votar tãosomente com a carteira sindical, a fim de protegê-los do domínio e da força que sobre eles exercem os patrões.[35]

Nas discussões da Assembléia Constituinte de 1934, as idéias avançadas do Clube 3 de Outubro encontram-se já diluídas por uma preocupação de caráter constitucional que deve guardar, sempre, segundo Velasco, um nível de generalização suficientemente grande que garanta um documento básico e norteador, e não um conjunto de leis ordinárias, de natureza mais contingente e precária. Daí, talvez, a rápida menção, na Emenda nº 583, art. 113, § 2º, proposto pelo Deputado e jornalista, em que define a função social da propriedade, que "não poderá ser exercida contra o interesse coletivo", e que poderá ser "expropriada por utilidade pública ou interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, *ou*

[33] *Idem*, p. 323.
[34] *Ibidem*, p. 324.
[35] *Anais da ANC*, *op. cit.*, pp. 323/324.

por outra forma estabelecida em lei especial, aprovada por maioria dos membros da Assembléia".[36] A basear-nos nas acaloradas confrontações que os artigos 141 e 147 da Constituição de 1946 suscitaram, e nas propostas de Reforma Constitucional para superá-los, a proposta de Velasco abriria, já em 1934, sem dúvida, caminho possível à consecução de uma reforma ou revisão agrária. Esta emenda não foi, no entanto, aprovada e dela restou apenas a idéia de um plano de colonização e aproveitamento das terras públicas.

Permanece, de seus ensinamentos, a visão profética de que o problema da *democracia política* não seria resolvido sem que se desse solução *econômica* à questão do trabalho e da propriedade rural; de que o reordenamento jurídico de uma Nação (segundo os ensinamentos dos mestres André Fourgeaud e Hauriou) dependeria de sua estrutura econômica e social; e de que nossa realidade social não seria passível de rápidas e profundas mudanças de estrutura sem passar primeiro por um processo político de *reorganização nacional*.

Afastando-se do voluntarismo fácil, e às vezes simplificador, que via nas "ambições do poder" a origem de todos os males, ou, ao contrário, em um "moralismo revolucionário", possibilidades redentoras, Velasco lucidamente aponta, na rota de Alberto Torres, aspectos estruturais da realidade social que, como tal, não parecem sujeitos a súbitas variações temporais, ao sabor das mutáveis intenções humanas. Segundo ele, uma nação debilmente articulada, de vasta extensão, fraca densidade demográfica, deficientes vias de comunicação, seria carente do que Durkheim denominou de *coalescência social*, e portanto sujeita a uma unidade precária: a vida econômica será forçosamente permeada por graus de irracionalidade que derivam do isolamento, favorecem a desordem da produção, os processos bárbaros de exploração econômica e a reduzida capacidade de consumo de um povo que, em sua maioria, *vegeta nas mais elementares condições de existência*.[37] Daí a necessidade premente de seguir as diretivas de Alberto Torres, fortalecendo o Estado e suas funções de direção econômica, que fariam dele o elemento regulador da produção e do consumo, e limitador do regionalismo e do privatismo que abafam a verdadeira *organização nacional*. Caberia, portanto, ao Estado, usando dos novos poderes que lhe seriam atribuídos, a capacidade efetiva de rearticulação social no processo pós-revolucionário.

---

[36] *Idem*, vol. 4, 19/12/1933, p. 154.

[37] *Anais da ANC, op. cit.*, pp. 154/155.

Com o fechamento do Clube 3 de Outubro e a instauração de uma nova ordem legal, com a Constituição de 1934, as reivindicações tenentistas afastam-se dos centros de poder e de decisão política, e transferem-se para as áreas mais mobilizadoras e conflituosas que se formam com a Frente Popular de 1935 e que incorporam em sua cúpula os inconformistas da Revolução de 1930.

A Aliança Nacional Libertadora

O programa definido pela Aliança Nacional Libertadora, embora dê ênfase maior à luta contra o imperialismo e o fascismo – tão condizente com o espírito da época – tal como a suspensão do pagamento das dívidas externas, racionalização das empresas estrangeiras, destaca também no terceiro dos cinco pontos fundamentais do seu programa a "proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores e a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que a cultivam, por considerarmos terem sido eles os que as valorizaram com o seu trabalho e, portanto, são os seus únicos e legítimos proprietários".[38] E no manifesto de Luiz Carlos Prestes ao Povo Brasileiro, de julho de 1935, a ANL volta a apregoar a "distribuição entre a população pobre, camponesa e operária, das terras e utilização das aguadas tomadas, sem indenização, aos imperialistas, aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos reacionários da Igreja que lutam contra a libertação do Brasil e a emancipação do povo". Pede também a "devolução das terras arrebatadas pela violência aos índios".[39]

Ao contrário do Clube 3 de Outubro, que pleiteava transformações político-sociais em termos de um *programa de governo*, revelando tão bem quão próximos estavam dele, a ANL apresenta suas reivindicações em um contexto conflituoso de *luta política* que se desenvolve sob forma de pressão mobilizadora de grupos civis organizados em torno do lema "Terra e Liberdade". Com isso, parece dar destaque e atualidade às antigas diretivas revolucionárias de Luiz Carlos Prestes quando, em posição minoritária, considerada irrealista pela maioria de seus antigos companheiros e seguidores, abandona a conspiração e rompe com os Tenentes nos meses que precedem a Revolução de 1930. Como justificativa, alega que muito pouco se poderia esperar de uma campanha que, "no fundo, não era nada mais do que a luta entre os interesses contrários de duas

---

[38] Os pontos básicos do programa da ANL foram publicados no jornal *A Manhã*, de 8 de junho de 1935, e assinados pelo Secretário-Geral do Diretório Nacional Provisório, Roberto Sisson.

[39] *A Manhã*, 5 de julho de 1935.

correntes oligárquicas" e que "a Revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal". Proclama pois uma "revolução agrária e antiimperialista..." "pela completa liberação dos trabalhadores agrícolas de todas as formas de exploração feudais e coloniais", com a "confiscação, nacionalização e divisão das terras pela entrega das terras gratuitamente aos que nela trabalham".[40]

A ANL, como a AIB (Ação Integralista Brasileira), parece ter resultado do processo de marginalização dos Tenentes do poder e de seu fracasso em tornar viável um novo modelo de sociedade desvinculado da ordem derrubada em 1930. Em verdade, seu antigo poder reverte (com a Revolução de 1932 e a Constituição de 1934) para as instâncias regionais, arbitrado por Vargas e apoiado pelo Exército. Por essa razão, talvez, as iniciativas propostas pela Frente Popular apresentem-se ao mesmo tempo radicais e difusas, e de difícil operacionalização em um processo que, se não se define como de natureza revolucionária, avança por suas tendências mobilizadoras mais além das pacíficas reivindicações reformistas. No que se refere à questão agrária, é certo que o seu potencial mobilizador foi baixo, pela ausência de participação do campesinato – o principal interessado na adoção de tais medidas. Em virtude do alheamento dos atores envolvidos, as medidas apregoadas reduziram-se a um "ritualismo" que foi, na prática da ANL, superado pelas exigências mais ativas das bases urbanas.

O levante de 1935 é encabeçado, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, por alguns líderes oriundos do Bloco Operário Camponês anterior a 1930, mas o esmagamento da revolta torna os efeitos de tal participação pouco significativos.

Do confronto entre duas vertentes tenentistas – de direita e de esquerda – que se desenvolve de forma aguda entre 1935 e 1937, resulta uma instável e complexa correlação de forças que induz ao reforçamento do Exército como instituição de controle e do poder pessoal de Vargas como hábil manipulador de conflitos. Esta tendência culmina com o pacto entre o poder civil e o Exército, que se consubstancia com o Golpe de 1937.

---

[40] Manifesto Comunista de Luiz Carlos Prestes, Buenos Aires, maio de 1930, em anexo de Paulo Nogueira Filho, *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista. O Partido Democrático e a Revolução de 1930*, pp. 710/713.

É nítida a influência do Partido Comunista na ênfase dada à "revolução agrária", visto que, já em julho de 1929, Leôncio Basbaum procura Prestes para propor aos Tenentes um programa comum cujo primeiro item é a "nacionalização da terra e divisão dos latifúndios". Naquela oportunidade, Prestes recusa. Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e Aliança Liberal*, São Paulo, Livraria Polis, 1978, pp. 89/90.

2.2. *O PACTO DE 1937: NOVA POLÍTICA DOS GOVERNADORES?*

Se confrontarmos o Estado Novo com o período tumultuado que o precede, ressalta desde logo a extrema estabilidade do regime, que só será abalada pelas profundas mudanças na política internacional que trazem em seu bojo o revigoramento da democracia. A nosso ver, tal estabilidade resulta da eliminação dos focos de conflito que acirravam o período revolucionário anterior em favor de um fortalecimento das instâncias políticas centrais. Assim, cresce a participação do Estado na economia interna e, na órbita internacional, criam-se mecanismos corporativos de controle da sociedade e eliminam-se antigos particularismos regionais. A desmobilização política imposta autoritariamente amplia as possibilidades de acomodação de interesses, favorecendo o adiamento ou o desdobramento de medidas até aquele momento defendidas por diferentes atores políticos *em bloco*. Em outras palavras, o Estado habilmente dilui conflitos, seguindo aquele modelo de decisões *não antagonísticas*, proposto por Albert Hirschman:[41] tal como ocorreu no período pós-64, acentuam-se as medidas *racionalizadoras* e *ordenadoras*, recupera-se o fluxo normal da Economia que põe fim às demandas conflituosas que pudessem significar transferência de poder de cima para baixo e de um grupo social para outro. O congelamento das tensões possibilita, por outro lado, a paralisação dos setores mais mobilizados em benefício de novos, e por isso mesmo ainda débeis, setores que emergem e atuam dentro do próprio Estado.[42]

É assim que as dádivas recebidas pelo sindicalismo são cronometradamente dosadas e controladas, e que o salário mínimo defendido pelos reformistas de 1930 será adiado até 1940, dentro de um quadro político que torna impossível a resistência, mesmo limitada, ao sistema. Por mais fortes razões, a reformulação agrária, que atinge o âmago da ordem política dominante, sustentada pelo poder fundiário, será, de maneira ainda mais radical, postergada: eram *sólidos* e *organizados* os interesses que as reformas porventura atingissem e, inversamente, *frágeis* e *desarticulados* os seus prováveis beneficiados. Visivelmente, o poder central filtrará as

---

[41] Albert Hirschman, *Política Econômica na América Latina*, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1965.

[42] Eli Diniz, *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil (1930-1945)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

medidas tenentistas incorporando apenas propostas residuais inócuas ou facilmente digeríveis.

Tal como na implantação da República, os conflitos regionais que permeiam a cena política são reabsorvidos pela política do Estado Novo, da mesma maneira que Campos Salles os neutralizara com a política dos *Governadores*. De fato, com a vitória sobre São Paulo, em 1932; com o acordo mineiro de 1933, e a nomeação do Interventor Benedito Valadares; com a derrubada de Flores da Cunha às vésperas do Golpe de 37, e sua substituição por um Interventor de confiança, o poder central assegura um eficiente sistema de lealdades e uma ramificação controlada da máquina administrativa. No entanto, preserva o funcionamento tradicional das esferas regionais de mando, assegurando-lhes ampla margem de autonomia. Nesse particular, Interventores de Estados tão díspares quanto o Rio Grande do Sul, Goiás e Estado do Rio atestam que não houve interferência direta do Centro, ou de Vargas, na definição interna das alianças e dos rumos de suas políticas. No caso específico do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio, por exemplo, é expressiva a condução de uma política antinazista, quando, ao nível do Estado, o Chefe de Polícia, Filinto Müller, a encaminhava em sentido inverso. Em Goiás, a dependência do Centro parece ter sido mínima, tanto em termos de controle quanto de recebimento de recursos vindos de cima.[43] E é significativo o fato de que, enquanto no Rio Grande do Sul o Interventor define sua política em harmonia com as classes produtoras, em Pernambuco, ao contrário, o interventor Agamenon Magalhães conduz um projeto populista que incrementa os sindicatos e freqüentemente hostiliza a usina.

Colônias agrícolas

Da herança tenentista restaram tímidos projetos de colonização, as chamadas *colônias agrícolas nacionais*, promovidas pelos Governo federal em colaboração com os Governos estaduais. Delas as mais conhecidas encontram-se na Baixada Fluminense, nas imediações de Santa Cruz, na estrada de Nova Friburgo (Papucaia) e em Dourados, Mato Grosso, onde núcleos de 2.000 a 4.000 famílias esta-

[43] Boris Fausto oportunamente acentua que o Estado Novo "abrigou à sua sombra o velho conservadorismo regional". "Pequenos ensaios de História da República", *Cadernos CEBRAP*, nº 10. Entrevistas de Osvaldo Cordeiro de Farias, ex-Interventor no Rio Grande do Sul (1938/1943), Ernâni do Amaral Peixoto, ex-Interventor no Estado do Rio (1937/1945) e Pedro Ludovico Teixeira, ex-Interventor em Goiás (1937/45), confirmam, em suas atuações, significativa autonomia.

beleceram-se em lotes, formando um grupo de pequenas propriedades rurais.[44] Também em Goiás, dentro de uma política de expansão das fronteiras e da "marcha para Oeste", fundou-se a colônia agrícola de Ceres. Os resultados dessa política foram, como não podia deixar de ser, limitados.

Quanto aos trabalhadores rurais, estes não poderão usufruir, como os trabalhadores urbanos, das prerrogativas das Leis Trabalhistas segundo a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), embora, segundo o Decreto-Lei nº 7.038, de 10 de novembro de 1944, o direito à sindicalização esteja previsto. Nas zonas de cana-de-açúcar, durante o Estado Novo, apenas os trabalhadores das usinas serão enquadrados pela legislação, enquanto o trabalhador rural será dela excluído.

Outras iniciativas governamentais, como o Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941, embora tenham tido, em sua implantação, preocupações explícitas de cunho reformista – tais como a proteção ao pequeno produtor em detrimento das grandes usinas, e a introdução de medidas de proteção social (moradia e assistência médica) nas grandes unidades produtoras –, na prática pouco conseguiram, confinando a experiência de "reforma agrária setorial" ao plano da utopia.[45]

3. CONGRESSO CONSERVADOR E ABERTURA POPULISTA

Com o processo de redemocratização que derruba o Estado Novo e convoca as eleições presidenciais de 1945, elegendo como primeiro mandatário o General Eurico Gaspar Dutra, inaugura-se um novo ciclo da

[44] A política oficial de colonização foi regulada pelo Decreto-Lei nº 3.069, de 14/02/1941, que dispõe a criação de colônias agrícolas nacionais, promovidas pelo Ministério da Agricultura. Seguiu-se o Decreto nº 4.504, que dispôs sobre a criação de núcleos coloniais agroindustriais, de 22 de julho de 1942, complementado, em 10 de novembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 6.117, que regulamentava a fundação de núcleos coloniais. *Instituto Brasileiro de Ação Democrática*, recomendações sobre Reforma Agrária, IRAD, Rio de Janeiro, 1961, pp. 207/208.

[45] As necessidades dos trabalhadores sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho buscavam ser atendidas pelo Decreto nº 6.969, de 19/10/1944, complementar ao Estatuto, que fornecia garantias de salário, moradia, assistências médica e educacional, indenização por despedida injusta etc. O trabalhador rural, com mais de um ano de serviço, teria direito à concessão, a título gratuito, de uma área de terra próxima à sua moradia, para plantação de subsistência. Barbosa Lima Sobrinho – "A Experiência de uma Reforma Agrária Setorial (Estatuto da Lavoura Canavieira)", *Revista Jurídica*, julho-setembro de 1962.

história brasileira. A Constituição de 1946, texto regulador que orientará a atividade político-institucional do país até 1964, dá ao Congresso enorme poder de decisão no jogo político, no intuito, consensual às oposições da época, de evitar a qualquer preço o arbítrio do ex-ditador Getúlio Vargas, que deixa o poder com sólidas e temidas bases de apoio. Isto significa que a representação eleitoral, sediada no Congresso, deveria funcionar como expressão da sociedade civil (duramente atingida durante longos anos) controlando o Estado.

No entanto, ao abrir-se o jogo político, o que ocorre é a rearticulação das representações municipais e regionais, e o reativamento do fenômeno coronelista, ainda em plena vigência enquanto expressão econômica e social.[46] Se o Estado Novo não o inibe, mas o controla, na nova ordem democrática, a disputa eleitoral espontaneamente atribui papel relevante na vida política aos que detêm o domínio real das clientelas rurais e municipais.

A lei eleitoral, por sua vez, corrobora o mesmo estado de coisas, uma vez que concede representação proporcionalmente maior aos Estados mais atrasados, e com maior número de analfabetos, em detrimento daqueles que, submetidos a um acelerado processo de crescimento econômico e de concentração populacional, serão o foco gerador de novas demandas, expressas através das lideranças populistas.[47]

Seria, no entanto, incorreto identificar o período como um todo homogêneo e genuinamente *populista*. O Governo Dutra, por exemplo, o primeiro de uma diversificada série, certamente não o é. Ao contrário, após o curto e agitado período que acompanha a reabertura – e que faz emergir forças sociais com enorme capacidade reivindicativa, entre elas um Partido Comunista com representação expressiva no Congresso –, a iniciativa do primeiro Governo constitucional será de desmobilização e refreamento do ímpeto inicial, com a volta à ilegalidade do Partido, em 1947, e um rígido controle das manifestações de massa e das demandas sindicais que se haviam iniciado com o *queremismo* semi-oficial de 1945.

Nesse processo serão atingidas numerosas organizações camponesas, entre elas as já ativas Ligas Camponesas que, transformadas, voltarão à cena alguns anos mais tarde, com novo vigor e maior capacidade expansiva.

---

[46] Hermes Lima constata que nenhuma Constituição aquinhoara tão liberalmente o Município como a de 1946 e que Milton Campos, na finura costumeira de suas observações, chegou a falar do "amor físico" dos constituintes de 1946 pelas rendas municipais. Hermes Lima, *Travessia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1974.

[47] Glaucio A. D. Soares já havia chamado a atenção para esta questão em "Brasil: Política de un desarrollo desigual", *Ciencias Políticas y Sociales*, 32, abril de 1963.

Como saldo antipopulista, além do Governo Dutra, tivemos a própria Constituição de 1946, temerosa do intervencionismo estatista (herança do Estado Novo) e das desapropriações por decreto como as da Avenida Presidente Vargas, pagas em apólices. Para sustar estes males, por iniciativa de Monsenhor Arruda Câmara e de Aliomar Baleeiro introduz-se, no art. 141, o parágrafo 16, severa inovação que determina para o imóvel desapropriado a prévia e justa indenização *em dinheiro*.[48]

3.1. *PRIMEIRAS TENTATIVAS*

Ao mesmo tempo que se reduz drasticamente a participação política, iniciativas reformistas são estimuladas a nível de Governo que, na época, não vingam. A 30 de junho de 1947 o Governo Dutra encaminha ao Congresso Nacional mensagem acompanhada de projeto de Reforma Agrária de iniciativa do Ministério da Agricultura.

A *Lei Agrária,* de autoria de Afrânio de Carvalho, era bastante moderada e, por razões que merecem ser investigadas, morreria em mãos do Deputado João Mangabeira, Relator da matéria. Tal como define o autor do anteprojeto, seu objetivo é operar uma mudança na estrutura agrária,

> "tanto pela ação administrativa do Estado, mediante loteamento de terras públicas ou expropriadas por interesse social (Constituição, arts. 147 e 156 e 141, §16), como sobretudo pela atividade negocial dos particulares, mediante o uso de faculdades legais comuns, mas moldadas, com o suprimento das omissões, para a correção espontânea de má distribuição. Quer isso dizer que o anteprojeto recorre à iniciativa do Estado, aos meios diretos, o mínimo possível, deixando o mais à iniciativa privada, aos meios indiretos, já que estes, movimentados pelo livre jogo dos interesses individuais, são os que produzem mais fecundos resultados. Com o

---

[48] Entrevista com Carlos Medeiros Silva, 30/01/1971, e com Alde Sampaio, 09/04/1978.

Em Conferência pronunciada em agosto de 1952, no Instituto de Direito Público e Ciência Política (INDIPO), Carlos Medeiros Silva acentua que a cláusula da prévia e justa indenização em dinheiro se origina de momentos históricos diversos. O princípio de indenização "prévia e justa", consagrado pela Revolução Francesa, data do Império ("prévia") e da Constituição de 1934 ("justa"). É a Constituição de 1946 que consagra a indenização em *dinheiro*, em flagrante contradição com a tendência universal a condicionar o uso da propriedade ao bem-estar social. Cf. Carlos Medeiros Silva, *Revista de Direito Administrativo*, INDIPO/FGV, jul./set. 1952.

correr do tempo, cumprida a missão passageira do Estado, só restará em campo a iniciativa privada para, condicionada pela lei, manter o reordenamento rural, sustentar a nova estrutura agrária".[49]

Apesar da *orientação privatista* que domina a proposta e do firme intuito de estimular, abril de 1947, a proposição de Nestor Duarte ao Congresso que, embora moderada nos tempos em que posteriormente se definiu a controvérsia – pois aceitava o pagamento prévio em dinheiro –, sob outros aspectos era extremamente severa: descartava o princípio prezado pelas classes produtoras de que a Reforma deveria começar pelas terras devolutas e, defendendo a necessidade premente de incrementar a produção de alimentos pelo estímulo à lavoura de subsistência, recomendava a desapropriação de terras improdutivas e produtivas para diminuir a incidência da grande propriedade monocultora "nas áreas socialmente ocupadas e, portanto, as únicas utilizáveis e valorizadas em qualquer nação". Também nesse caso o Legislativo foi omisso, embora fora do Congresso suas repercussões tivessem sido grandes, provocando o temor do radicalismo, com as reações advindas da Imprensa e, sobretudo, da Sociedade Rural Brasileira[50].

A Igreja Católica e o problema rural

Em 1950, a Igreja inicia um movimento de reação ao *status quo* com as primeiras tentativas de recuperação de sua tradicional audiência rural. Em Campanha, Minas Gerais, por iniciativa de D. Inocêncio Engelke, a Ação Brasileira realiza, na diocese local, sua *Primeira Semana Ruralista,* contando com a participação de párocos rurais, fazendeiros, professoras e religiosos. Nela, delineia-se uma visão pioneira, que prenuncia a nova Igreja. Nas conclusões do encontro, o Bispo Diocesano destaca que "conosco, sem nós ou contra nós se fará a Reforma Social", e que, em vista disso, e dos mais arraigados princípios cristãos, propõe que "nos antecipemos à Revolução",

[49] O anteprojeto pretendia estimular a preferência ao trabalhador do imóvel rural, na compra de parte deste; facilitar o loteamento particular do imóvel rural; proibir ao poder público a venda de grandes extensões de terra; estender o usucapião *pro labore* às terras públicas; estimular as vendas de latifúndios com os novos modelos de arrendamento e parceria, que impõem aos proprietários obrigações mais rigorosas do que as que prevalecem atualmente; facilitar o crédito para aquisição e manutenção da pequena e média propriedades, e propor medidas que desencorajassem o absenteísmo e estimulassem a exploração direta da terra. Afrânio de Carvalho, *Reforma Agrária,* Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1963, pp. 7/8.

[50] Nestor Duarte, *Reforma Agrária,* Ministério de Educação e Saúde, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, (s/d), pp. 68/72.

"antecipemo-nos à Legislação Social", executemos um "programa mínimo de ação social", concluindo que "faz-se mister uma reforma de estrutura e de base, cuja configuração foi felizmente delineada nesta Semana, por sacerdotes, fazendeiros e professores rurais".[51]

Em que consistia, exatamente, a visão antecipatória do histórico encontro no que se refere aos pontos acima mencionados? Tomando como suas as palavras de Pio XI de que o maior escândalo do século XIX foi "ter a Igreja perdido a massa operária", conclui D. Inocêncio: *"Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural."*

> "(...) É sabido que a situação do trabalhador rural é, em regra, *infra-humana* entre nós. Merecem o nome de casas os casebres em que moram? É alimento a comida de que dispõem? Pode-se chamar de roupas os trapos com que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam sem saúde, sem anseios, sem visão e sem ideais? (...)"
>
> Houve tempo em que o campo ficava preservado pela distância, pela falta de comunicações, pela índole conformista e rotineira dos trabalhadores rurais.
>
> Hoje, estradas se rasgam levando ao recesso do país a locomotiva, os automóveis e sobretudo os caminhões. Há pontos do alto sertão que pularam do século XVI para o século XX com a abertura de campos de aviação e com a possibilidade de atingir, em horas, centros civilizados que só em semanas e meses podiam ser atingidos. O jornal, o cinema e o rádio estão informando no mesmo dia e por vezes na mesma hora o que se passa no país e no mundo. Em breve será a hora da televisão. Nada mais explicável, pois, que a receptividade para as idéias mais arrojadas e revolucionárias.
>
> E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. *Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais.* Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. *Antecipai-vos à Revolução.* Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja."[52]

[51] Dom Frei Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha, *Conosco, Sem Nós ou Contra Nós se Fará a Reforma Agrária*, Campanha, 1950.
[52] D. Frei Inocêncio Engelke, *op. cit.*, pp. 4/5.

O documento revela a convicção de que é inevitável a aplicação de um programa mínimo de assistência social aos trabalhadores do campo, segundo as resoluções que haviam sido aprovadas na 3ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, com a participação do Brasil. Esse programa estaria às vésperas de ser cumprido pelo Parlamento através de projetos de lei – como o foi, efetivamente, com a Lei Fernando Ferrari, exaustivamente discutida durante sete anos e afinal sancionada 13 anos depois das previsões de D. Inocêncio Engelke.

Quanto à *reforma de base* apregoada pelas resoluções da Semana, reforça tendências já definidas dentro da Igreja (e postas em prática pelo Bispo D. Eugênio Salles, do Rio Grande do Norte), quando insiste na necessidade de, antes de tudo, trabalhar pela formação e seleção de líderes rurais "sobre cujos ombros repouse a tarefa de recuperação desse imenso proletariado dos campos", pois só apoiado nos elementos oriundos de seu meio poderá ele defender-se contra as influências externas, que induzam à agitação ou à revolução. Com eles seria possível conquistar para o trabalhador rural as mesmas leis que protegem o trabalhador urbano: ensino técnico, assistência médica, proteção contra acidentes de trabalho e contra a velhice e invalidez, crédito rural, acesso à propriedade da terra para o cultivo – pontos fundamentais que constituíram "uma séria reforma social agrária", que permitiriam "a recuperação humana e cristã do trabalhador rural, e uma autêntica *desproletarização do operário dos campos*". Concluindo:

> "Uma enorme massa de trabalhadores sem terras e enormes áreas de terras sem trabalhadores, eis o quadro terrível que está a desafiar os esforços dos sociólogos, dos legisladores, dos órgãos técnicos governamentais e dos apóstolos cristãos."

Sem dúvida, a declaração de Campanha constitui um marco na história da questão agrária no Brasil, visto que, além de revelar os impulsos reformistas que se propagam dentro da Igreja, delineia como prioritária a ação social no campo, situando o campesinato, não como mero apêndice de uma transformação maior, mas como o *grande excluído*, cerne de um problema social explosivo e inadiável e vítima de flagrantes injustiças sociais. Situa também, com enorme clareza, qual deveria ser, nesse dramático processo, o papel da Igreja, tal como será definido anos mais tarde, pelo novo clero e pela CNBB, a quem caberia, futuramente, criar sindicatos rurais e formar lideranças, com o duplo empenho de organizar comunidades e associações, e, ao mesmo tempo, cristianizá-las.

Enquanto não se vincula firmemente à organização do campesinato, a Igreja oficial se limitará, como veremos, a participar de minuciosas comissões oficiais, nas quais, muito próxima às Associações patronais, defenderá posição nitidamente conservadora.

3.2. *A OFENSIVA ESTATISTA*

Durante o 2° período de Vargas, uma vez mais, retomam-se as iniciativas de reformulação agrária pela via estatal. Não resta dúvida de que elas fazem parte de um contexto populista mais amplo – *o populismo de participação* – que antevê a possibilidade de mobilizar a população rural e atraí-la à órbita do Governo, criando novos e sólidos vínculos entre o Líder e as Massas.

Na campanha presidencial, em seu discurso pronunciado em São Paulo, Vargas acena com uma *Lei Agrária* "que, nos termos da Constituição vigente, condicione o uso da propriedade a uma finalidade social. O direito de propriedade da terra ficaria, assim, subordinado ao bem-estar e ao progresso social. O *latifúndio*, que é a terra improdutiva, não aproveitada, à espera de valorização, deve ser desapropriado pelo Estado para fins de utilização econômica. Mas quem for proprietário de terras e não puder aproveitá-las por falta de recursos precisa receber financiamento para poder produzir. A própria terra é a mais sólida das garantias".

Em mais um gesto de habilidade política, Getúlio estende, pela primeira vez, as mãos ao trabalhador sem terra, oferecendo-lhe a possibilidade de utilização do art. 147, que recomenda a *desapropriação por interesse social*, sem, no entanto, fechar as portas do poder ao proprietário que não utilize adequadamente suas propriedades por falta de financiamento. Na mesma oportunidade, revela que *o trabalhismo se estenderá também aos trabalhadores rurais*, que, como pôde observar nos anos de afastamento em que se dedicou aos labores do campo, vivem em situação precária e precisam eles também "ser amparados pelas leis que protegem os trabalhadores urbanos". Em seu discurso de 1º de maio de 1951 reforça, uma vez mais, o seu empenho pela extensão da legislação trabalhista ao campo.[53] A medida, não por acaso, está a cargo do Ministro do Trabalho,

[53] Discurso em São Paulo, 10 de agosto de 1950, *in* Getúlio Vargas, *A Campanha Presidencial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1951, p. 53. No discurso de 1º de maio, Vargas insiste na assistência médica, moradia e educação, salário mínimo, direito à indenização e estabilidade no emprego. *Tribuna da Imprensa*, 2/5/51.

João Goulart, e será posteriormente submetida à apreciação de Vargas na histórica carta de demissão de Jango do Ministério, em fevereiro de 1954.[54]

Vargas e o trabalhador rural

Portanto, a preocupação com o trabalhador do campo não se limita a mero aceno de campanha eleitoral. Ainda, em 1954, no discurso de 1º de Maio, Vargas reforça que "um dos aspectos mais marcantes do meu atual Governo é o seu cuidado em beneficiar o trabalhador rural e conceder-lhe as garantias que a legislação social já assegura ao operário urbano", tal como constava do projeto por ele encaminhado ao Congresso no mês anterior, propondo garantia de estabilidade, Carteira do Trabalhador Rural, limitação da jornada de trabalho, proteção à mulher e ao menor e filiação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.[55] A iniciativa se converte, posteriormente, em importante item do programa trabalhista apresentado nas eleições presidenciais de 1955, de autoria do Senador Lucio Bittencourt e revisto pelo Deputado Fernando Ferrari[56] – e que se torna o embrião do futuro *Estatuto do Trabalhador Rural.*

Revela-se, também, nessa ocasião, um especial interesse do Ministério do Trabalho em incentivar, ainda sob a influência de Jango, o surgimento de sindicatos rurais. A medida, já prevista pela Consolidação das Leis do Trabalho e compatível com os termos da Constituição de 1946, havia sido até então politicamente entravada. E continuará a sê-lo, ainda por algum tempo, tendo em vista as fortes pressões da Confederação Rural Brasileira sobre o Ministério, com o relatório que envia ao Conselho de Segurança Nacional, e que contribui, sem dúvida, juntamente com a pressão militar, para a demissão de Goulart.[57]

No Governo Vargas, cedo a oposição desperta para o problema agrário. Muitos, assustados pelos visíveis efeitos de um acelerado êxodo rural que altera a fisionomia das grandes capitais, transferindo para elas os graves problemas que afligem o campo, conclamam a adoção de medidas

[54] Carta de João Goulart a Getúlio Vargas, 22 de fevereiro de 1954, Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC.

[55] Getúlio Vargas. *O Governo Trabalhista no Brasil,* vol. IV, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, pp. 471/72. Projeto nº 4.264 de 1954 e mensagem de Vargas ao Congresso Nacional, nº 124, de 1954, com exposicão de motivos, a 5 de abril de 1954. *Diário do Congresso Nacional* (seção 1) 21 de abril de 1954, pp. 1851 a 1853.

[56] *O Estado de S. Paulo,* 5/7/1957.

[57] Mensagem do Presidente Getúlio Vargas ao Congresso em 15 de março de 1954, p. 298, e Exposição de Motivos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, *Diário do Congresso Nacional, op. cit.,* "Phillip Schmitter – Interest Conflict and Political Change in Brazil, pp. 186 e segs.

governamentais corretivas. Entre eles, o incansável polemista Carlos Lacerda acusa o Governo de desviar-se dos rumos de uma prometida Reforma Agrária em favor de uma inofensiva Lei Agrária. Argumenta que *nenhuma política* de industrialização podia ter sentido se não se assentasse num trabalho agrícola verdadeiramente livre e no desenvolvimento da pequena propriedade e dos métodos modernos de produção agrícola.[58] Condena também o Ministro João Cleofas pela criação do Serviço Social Rural, cuja finalidade seria substituir, na prática, a Reforma Agrária, que não viria nem poderia vir...[59]

O mesmo Carlos Lacerda, organiza, no início do quadriênio presidencial, uma série de debates sobre Reforma Agrária, promovidos pela *Tribuna da Imprensa,* através do Instituto Popular de Conferências para as quais são convidados bispos, técnicos, advogados, a fim de encaminhar soluções para o problema.[60]

No entanto, a assessoria econômica da Presidência, orientada por Rômulo de Almeida, empenha-se em criar uma *Comissão Nacional de Política Agrária,* órgão de estudos e de planejamento que inicia suas atividades em janeiro de 1952, com o objetivo de propor, através de um colegiado, possíveis modificações na estrutura agrária a serem encaminhadas ao Congresso em nome do Executivo. O Presidente da Comissão foi o Ministro João Cleofas (UDN-PE), seu Secretário-Executivo, João Gonçalves de Souza, e o Vice-Presidente Carlos Medeiros Silva, que atuou como representante do Ministério da Justiça.[61]

Em virtude da composição excessivamente conservadora da Comissão, por sugestão de Aluísio Afonso Campos a Rômulo de Almeida,[62]

---

[58] Editorial da *Tribuna da Imprensa,* 3/4 de fevereiro de 1951.
[59] *Idem,* 7/05/1951.
[60] Um primeiro artigo, publicado pela *Tribuna da Imprensa,* é assinado por Othon Ferreira e denuncia as precárias condições de vida do trabalhador rural. *Tribuna da Imprensa,* 16/1/1951. Uma série sobre "O Caminho da Reforma Agrária por Métodos Democráticos" aparece na *Tribuna da Imprensa* de 25 a 29 de julho de 1951. Ver também entrevista com Aluísio Afonso Campos, CPDOC, 13/05/1978.
[61] Constituíam a Comissão: Raul Cardoso (Consultor Jurídico da Confederação Rural Brasileira), Napoleão de Andrade (Carreira Agrícola do Banco do Brasil), Edgar Teixeira Leite (Confederação Rural Brasileira), Maciel Filho (jornalista e assessor de Vargas), Hermes Lima, Humberto Grande e Rui Miller de Paiva, além dos assessores Pompeu Accioly Borges (Fundação Getúlio Vargas), Aluísio Afonso Campos (Chefe do Departamento Jurídico do BNDE), Manuel Diegues Jr. e Antônio Callado (Secretário do Ministro da Agricultura). Entrevista com Pompeu Accioly Borges, Aluísio Campos e Antônio Callado, CPDOC, 1977/1979.
[62] Entrevista com Aluísio Afonso Campos, *op. cit.*

foram feitos reajustes integrando ao grupo alguns assessores e excluindo membros efetivos, para neutralizar a conservadora representação paulista.

Como membro da Comissão, Pompeu Accioly elabora um texto-base "Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil" – que será aprovado pelo Presidente da República em setembro de 1952. Já naquela época, as discussões gravitavam em torno dos obstáculos constitucionais a uma Reforma Agrária mais ampla, visto que a Constituição determinava o pagamento das desapropriações pelo prévio e justo valor em dinheiro, além das dificuldades óbvias de aplicação de políticas homogêneas a um território com as dimensões continentais do Brasil.[63] As "Diretrizes" insistiam em recomendar que "a indenização por desapropriação dos latifúndios improdutivos deverá fugir à regra do art. 141, §16, da Constituição Federal e enquadrar-se no seu art. 147, ainda que para tanto seja necessária uma emenda constitucional.[64]

Em hábil tentativa de contornar o difícil problema, sugeria, porém, que a indenização fosse feita com base no valor histórico da propriedade, isto é, pelo preço que a terra não utilizada foi adquirida, com o acréscimo normal da indenização de benfeitorias e dos juros bancários. Com esse artifício, procurava-se evitar vultosos pagamentos a um imóvel artificialmente valorizado por uma desproporcional ascensão dos preços ou pela especulação. A argumentação é corroborada por Hermes Lima, que considera não ter o proprietário, que investiu na terra apenas o seu preço de compra, direito a mais nada além da restituição de seu capital. De maneira esclarecedora, acrescenta o jurista que a interpretação do justo valor não era constitucionalmente definida; e que, de fato, cabia ao legislador.[65]

Dela também resultou uma proposta de Lei de Arrendamento Rural, que previa, em lei ordinária, o arrendamento compulsório concebido por Aluísio Afonso Campos para as terras ociosas que correspondessem a até 1/5 da propriedade rural, que poderiam ser alugadas pelo preço do pagamento fixado para fins de imposto territorial.

Ainda no período Vargas, o Governo envia ao Congresso o projeto de lei de *desapropriação por interesse social,* cumprindo promessa realizada

[63] *Idem.*

[64] Pompeu Accioly Borges – "Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil" *in* Nestor Duarte, *op. cit.*, p. 74.

[65] O texto determina que "a desapropriação de terra por *interesse social* deverá excluir da indenização todo pagamento que não corresponder à principal, benfeitoria e juros pelo capital investido". *Idem*, p. 74. Informações complementares em *Entrevista com Pompeu Accioly Borges, op. cit.* Ver também declarações de Hermes Lima, no *Correio da Manhã*, 22/02/53.

em campanha presidencial. A proposta é elaborada por uma comissão de juristas da qual faziam parte o Consultor-Geral da República, Carlos Medeiros Silva, além de Miguel Seabra Fagundes e Teodoro Arthou. O objetivo do projeto era definir os casos em que o poder público poderia desapropriar "por interesse social" conforme princípio enunciado pelo Senador constituinte Ferreira de Souza, finalmente consagrado na Constituição de 1946.[66]

A questão, aparentemente simples, dependia de deliberação do Congresso, que deveria determinar os casos possíveis de aplicação do art. 147, segundo o princípio de que "a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos".

Considerava-se de interesse social o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deva ou possa suprir, por seu destino econômico, a instalação ou intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não seja obedecido um plano de zoneamento agrícola aprovado em lei federal; o estabelecimento e a manutenção de colônias agrícolas; a construção de casas populares; as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela iminência de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento; portos; transporte; eletrificação; armazenamento de água e irrigação. O projeto especificava que, em se tratando de imóveis rurais, a lei se aplicaria àqueles cuja produção por ser ineficientemente explorada fosse notadamente inferior à média da região.[67]

O ponto delicado parecia ser o "princípio da retrocessão", segundo o qual o bem desapropriado, quando não interessa, volta ao antigo proprietário, enquanto na desapropriação, por interesse social, o ato implicaria finalidade de revenda.

O projeto, a despeito de sua "constitucionalidade", como tantos outros, permaneceu esquecido na Câmara, até a sua reativação, em agosto de 1962, quando foi celeremente aprovado por pressão de Goulart.

Outro projeto esquecido foi o de Coutinho Cavalcanti, considerado, durante anos, como o modelo de proposta identificada com os trabalhistas e com os reformistas em geral no Congresso. Em sua proposta prevê desapropriação das terras incultas suscetíveis de cultivo permanente em extensão superior a 30% da área total, das propriedades beneficiadas com

---

[66] Carlos Medeiros Silva, *op. cit.*, p. 5.

[67] Projeto de Desapropriação por Interesse Social, aprovado na Comissão de Economia da Câmara a 17 de janeiro de 1956, *Correio da Manhã*, 18/01/1956.

obras públicas, das exploradas em regime de arrendamento ou próximas a centros populosos que não estejam sendo utilizadas em um período de 5 anos. Incluíam-se também as terras devolutas, que, como as outras, deveriam ser submetidas a um *cadastro* e a posterior desapropriação realizada pelas Comissões Agrárias Municipais.

A importância do Município como executor da Reforma Agrária tornava politicamente utópica a detalhada proposta de Coutinho Cavalcanti, que nela incluía uma *lei de arrendamento*, com regulamentação de contratos trienais e redução do aluguel da terra ao limite de 15% do valor da propriedade. Também para os parceiros o lucro do proprietário não poderia exceder em casos normais a 20%. O valor do imóvel, para efeitos de desapropriação, seria o declarado no cadastro organizado pela Comissão Municipal.[68]

No Senado, o líder do PTB, Lúcio Bittencourt, requer comissão especial para estudar a conveniência de uma Reforma Agrária, alegando que seria melhor enfrentar o problema de ânimo sereno antes que a inquietação que desponta nas populações rurais conduzisse a solução mais radical e violenta. O *Correio da Manhã*, em sucessivos artigos de fundo, defende a oportunidade de uma Reforma Agrária que permitisse o aumento da produtividade, o alargamento do mercado interno e a melhoria das condições de vida das populações rurais, com a criação e proteção da pequena propriedade no campo.[69]

A Comissão criada por iniciativa de Lúcio Bittencourt enfrenta, no entanto, fortes resistências do PSD, cujo líder, Apolônio Salles, embora se considere a favor da Reforma, vota contra a Comissão, por considerar que o momento político, de agitação eleitoral, não é oportuno para o seu encaminhamento. Sob a Presidência de Rui Palmeira, os membros da Comissão encarregada de elaborar o Anteprojeto de Reforma Agrária no Senado (Lúcio Bittencourt, Heitor Medeiros, Júlio Leite e Paulo Fernandes) têm o prazo de 90 dias para fazê-lo. Mas os obstáculos criados parecem grandes: Rui Palmeira, em uma declaração de cunho nitidamente conciliador e moderado, parece avesso à idéia de desapropriação, quando declara que Reforma Agrária não é apenas distribuição de terra, mas assistência técnica e financeira, orientação e esclarecimento, transporte e escoamento da produção.[70] A Comissão de Justiça do Senado, diante do

[68] Projeto nº 4.389, de 1954, de Coutinho Cavalcanti, em *Reforma Agrária*, Diretoria de Publicações, Serviço de Informação Legislativa, 1963.
[69] *O Estado de* S. *Paulo*, 5/05/1955; *Correio da Manhã*, 6 e 7/05/55 e 27/04/1956.
[70] *Correio da Manhã*, 07/05/1955 e *O Estado de S. Paulo*, 9/06/1955.

parecer de Paulo Fernandes, manda arquivar a indicação do que se deveria entender por "desapropriação por interesse social", esvaziando a proposta de Carlos Medeiros e da *Comissão Nacional de Política Agrária,* que evitava a obrigatoriedade da prévia e justa indenização em dinheiro, estabelecida pelo art. 141, §16, da Constituição. É com grande desapontamento que o *Correio da Manhã* acompanha os sucessivos impasses, que, segundo seus próprios termos, frustram as expectativas de "reformas de base" no país.[71]

Projetos bem menos conflituosos que o de Reforma Agrária também sofrem um tribulado e lento percurso no Congresso, como é o caso do *Serviço Social Rural,* encaminhado por Vargas a 19 de junho de 1951 e que se converteu em autarquia subordinada ao Ministério da Agricultura, com o objetivo de fornecer serviços sociais, assistência técnica, meios de aprendizagem e promoção de cooperativas ao homem do campo. Visto na época, ora como um instrumento inicial de reforma agrária, ora como medida *paliativa,* o projeto, aprovado pelo Senado a 13 de maio de 1955, só será sancionado pelo Presidente Café Filho a 23 de setembro e regulamentado pelo Presidente Kubitschek em junho de 1956.[72] Nesse trajeto, o *Serviço Social Rural* conta com a condenação de membros da Sociedade Rural Brasileira, sediada em São Paulo, como Antônio de Queiroz Teles, que diz ter ela constituído "mais um desserviço organizado no país com fundos retirados da agricultura para manter a máquina burocrática".[73]

É preciso frisar que não é só do Congresso conservador que partem as resistências à Reforma. Apesar das intenções explícitas, também o Executivo mantém posição reservada, embora as injunções eleitorais o obriguem, como veremos, a assumir compromissos interpartidários em favor das transformações sociais no campo.

No clima de permanente crise em que transcorreu a gestão de Vargas, empenhado com a causa nacionalista e com a implantação de grandes empresas públicas, muito pouco poderia ter sido feito em favor de uma reformulação agrária. Dificuldades de toda ordem advindas de diferentes focos de resistência ao Governo – dos militares, de uma direita cada vez mais vinculada à opinião pública, dos interesses estrangeiros exacerbados pela Guerra Fria – tornavam inviável a abertura de mais uma frente conflituosa, que tenderia a destruir o apoio, já enfraquecido, nas áreas de centro.

---

[71] *Correio da Manhã,* 20/12/1955.
[72] *Correio da Manhã,* 06/06/1956.
[73] *O Estado de* São *Paulo,* 11/11/1955.

Restaram o *Serviço Social Rural*, rapidamente absorvido pela inércia burocrática e desmunido para grandes lances em áreas ainda não desbravadas; a *Comissão de Política Agrária*, que conseguiu durante vários anos prestar informações e serviços que abasteciam comissões de estudos e que mantinham viva a idéia de um necessário reajuste da estrutura agrária às novas exigências do desenvolvimento;[74] e um órgão de sua iniciativa, o recém-criado Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que será ocupado pela clientela do Partido de Representação Popular (PRP) de Plínio Salgado.

Antes mesmo da campanha presidencial de 1955, a Reforma Agrária volta à ordem do dia, quando, em Exposição de Motivos de seu programa mínimo de trabalho, o Ministro da Justiça de Café Filho, Marcondes Filho, propõe, dentro da "normalidade jurídica", medidas de recuperação da Agricultura e da Pecuária e de melhoria das condições de vida no interior, com orientação da migração interna, ampliação do mercado, acesso do trabalhador à terra que cultiva e "preparação do homem do campo para o exercício efetivo dos direitos de *cidadania*".[75]

A inclusão da Reforma Agrária em um futuro programa de Governo surge, na campanha de 1955, como iniciativa do Partido Trabalhista Brasileiro, que em sua VIII Convenção Nacional a inclui como o 2º item de um programa mínimo de 7 pontos, juntamente com a guerra à inflação e à alta do custo de vida. O programa prevê a extinção do latifúndio improdutivo, amplo crédito para a formação da pequena propriedade e extensão da legislação trabalhista e previdenciária ao campo.[76] E como condição exigida para o apoio ao candidato pessedista, Juscelino Kubitschek, o Partido Trabalhista inclui a aceitação do programa mínimo e o nome de João Goulart para a Vice-Presidência da República. É flagrante a reação de importantes áreas do PSD a tal acordo: lutam pela substituição de Jango por Ernesto Dornelles, reagem ao programa mínimo, aumentando as fricções com o PTB ao tentar protelar para os meses seguintes as decisões implicadas no acordo.[77]

---

[74] Uma das iniciativas da CNPA foi realizar inquérito sobre as condições de vida do trabalhador rural em 2.000 Municípios brasileiros. O levantamento cobria os itens referentes a habitação, alimentação, higiene, vestuário e poupança. Fernando Ferrari – *Escravos da Terra*, Porto Alegre, Ed. Globo, 1963. A Comissão perdura até fevereiro de 1962, quando se cria o Conselho Nacional de Política Agrária.

[75] *Correio da Manhã*, 31/03/1955.

[76] *Última Hora*, 15/04/1955.

[77] *O Estado de S. Paulo*, 16/7/19 e 22/04/55.

Apesar das dificuldades, o espírito dominante no PSD é o da conciliação, a começar pelo próprio candidato, que tão bem avalia o peso eleitoral do PTB na campanha, sendo afinal aclamado candidato oficial do partido na mesma VIII Convenção partidária. Oportunamente questionado a respeito da inclusão da Reforma Agrária em sua plataforma, e sobre o possível alarmismo que esta geraria junto às forças conservadoras que o apoiavam, Kubitschek assegura que o respeito à Constituição e à propriedade seria mantido e que as medidas tomadas se limitariam à taxação progressiva do latifúndio improdutivo e à expansão do crédito agrícola.[78]

Também Etelvino Lins, candidato provável à Presidência na Convenção Nacional da UDN, declara nessa oportunidade que em seu Governo empreenderia a Reforma das condições do trabalho rural, que seria uma "revolução branca".[79] Por outro lado, Juarez Távora, cujo nome é homologado pela convenção do Partido Socialista, compromete-se, caso eleito, a encetar medidas imediatas de Reforma Agrária, incluindo o entendimento com os Estados no sentido de estabelecer um imposto territorial progressivo sem limites (de tal maneira que nenhuma gleba economicamente explorável pudesse ficar não utilizada, além da desapropriação mediante pagamento imediato – que a Constituição impunha – das glebas que circundavam centros populosos e eram sujeitas à especulação, ou em áreas submetidas a melhoramentos públicos que se prestassem ao regime de pequenas propriedades.[80]

Dessa forma, se o compromisso com a Reforma Agrária permeia a campanha eleitoral, claros também são os limites que os candidatos se impõem, de obediência à Constituição e utilização de medidas indiretas como o crédito agrícola e o imposto progressivo.

A política de Juscelino

Como sabemos, a tônica do Governo Kubitschek recai sobre um intenso programa de industrialização, siderurgia e transportes, através do Programa de Metas. Graças à "administração paralela" que o executa – superpondo-se às tradicionais composições clientelísticas, de cunho mais conservador[81] –, consolida-se o processo desenvolvimentista, sediado nas concentrações urbanas da região Centro-Sul. No que toca

---

[78] Entrevista concedida ao jornalista Fernando Leite, da *Última Hora*, em São Borja, *Última Hora*, 22/04/55.

[79] *Correio da Manhã*, 1/05/1955.

[80] *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, 31/05/1955.

[81] Uma esclarecedora interpretação da estratégia econômica do Governo encontra-se em Celso Lafer, *The Planning Process and The Political System in Brazil: A Study of Kubitschek's Target Plan*. Tese de doutoramento, Cornell University, 1970.

ao setor agrícola, o empenho oficial não pode ser o mesmo. E se, na época, o Presidente da República reconhece (como Carlos Lacerda o fizera alguns anos antes) que "dificilmente se consolidará a *revolução industrial* sem uma sólida *base agrícola* e sem um *mercado interno* em expansão",[82] anos mais tarde o já ex-Presidente afirmará, como justificativa à sua gestão omissa, posição inversa, ao declarar que mudanças em profundidade na agricultura teriam sido inócuas sem o respaldo de um desenvolvimento industrial que o sustentasse.[83]

O certo é que, ao iniciar o seu Governo, Kubitschek demonstra ser sensível à causa reformista, quando acentua em sua mensagem presidencial que "a inferioridade econômica da população camponesa é uma resultante, antes de tudo, da inadequada estrutura agrária, no que respeita ao regime de propriedade da terra: um desequilíbrio entre o número reduzido dos proprietários rurais e o número elevado dos que trabalham em gleba alheia". Como solução, propugna uma política de Reforma Agrária "escudada nos princípios constitucionais do distributismo econômico que objetiva fundamentalmente propiciar aos trabalhadores agrários o acesso à propriedade, de modo que se evite a proletarização das massas rurais". Anuncia, nesse sentido, alguns anteprojetos encaminhados pela Comissão Nacional de Política Agrária, dispondo sobre a redistribuição da terra (adequada ao reabastecimento dos centros de consumo ou beneficiada por obras públicas), o arrendamento compulsório etc.[84]

Pouco depois, em seu discurso de 1º de Maio, Kubitschek revela o propósito de "fazer uma revolução agroindustrial em profundidade, uma revolução no sentido de produzir mais, em melhores condições de preço e de custo" e que, para isto, a reforma agrária seria a única medida capaz de remover os resíduos feudais que se faziam presentes na infra-estrutura econômica brasileira, promover a imediata melhoria dos padrões de vida do povo brasileiro e criar um amplo mercado interno capaz de absorver nossa produção industrial.[85] A 14 de maio, anuncia a intenção de impulsionar

---

[82] Mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional, 15 de março de 1956.

[83] São palavras do Presidente: "A Reforma Agrária é uma necessidade inadiável porque o Brasil já tem condições de suportá-la..." "Todo país que fez a Reforma Agrária despreparado industrialmente fracassou..." "Estamos preparados para pôr em prática um programa de tal natureza, pois já existe no Brasil uma indústria de base capaz não só de dar cobertura a um tal programa como de levá-lo às conseqüências mais objetivas". *Correio da Manhã*, 21/04/1963.

[84] Mensagem... *op. cit.*, pp. 152/153.

[85] *Correio da Manhã*, 03/05/1956.

uma Reforma Constitucional, Administrativa, Agrária, Previdenciária e do Crédito Rural[86] com anteprojetos que seriam levados dentro de dois ou três meses ao Congresso Nacional, em mensagem do Presidente da República.

Cedo, porém, as dificuldades políticas que marcam a campanha presidencial e o início do período de Governo tornarão inoportuna a criação de novas áreas de atrito que enfraqueceriam o Presidente dentro de seu próprio partido, abrindo sérias brechas em uma controlada porém vigilante oposição. Apesar dos esforços visíveis de se apoiar em uma "ala moça" pessedista, que o ajuda a eleger-se, a fim de fazer face aos caciques do Partido, como Benedito Valadares e outros, a *política do possível* parece ter sido a de conseguir da facção ruralista uma posição de *neutralidade* diante do *Programa de Metas* em troca da conservação das relações sociais no campo.[87] Significativa é a declaração de Daniel Faraco (PSD-RS), Presidente da Comissão de Economia da Câmara, quando confessa: "Enquanto eu for Presidente desta Comissão, nenhum projeto de Reforma Agrária passará por aqui."[88]

O caminho da Reforma tomará, portanto, outros rumos, mais conciliadores e politicamente mais seguros. Com o recurso do Executivo, a iniciativa mais agressiva caberá ao PTB, no Congresso, que propõe, sem êxito, a extensão das Leis Trabalhistas ao campo. Pouco depois, o Governo habilmente canaliza as frustrações reformistas para medidas indiretas, como a *Operação Nordeste* – sua 31ª Meta – que enfrenta a questão agrária através da integração regional, seduzindo ou neutralizando a numerosa representação nordestina. Do êxito da OPENO, nasce, com o difícil aval do Congresso, a SUDENE.

3.3. *AS RESISTÊNCIAS DO CONGRESSO: A LUTA PELO ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL*

Os compromissos do PTB com seu eleitorado consubstanciam-se na tentativa de fazer aprovar pelo Congresso o item de seu programa referente à aplicação da legislação trabalhista ao campo. A idéia é ventilada

---

[86] *Correio da Manhã*, 15/05/1956.

[87] Maria Victória de Mesquita Benevides, *O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

[88] Citação de P. de Mota Lima, *Revista Brasiliense*, nº 35, 1960, em Benevides, *op. cit.*, p. 219.

também pela IV Conferência Rural Brasileira, realizada em Fortaleza entre 19 e 25 de fevereiro de 1956, que reúne federações e associações rurais de quase todos os Estados e inclui entre suas recomendações a de instituir uma *Lei Agrária* (prevendo fundos para desapropriação por interesse social constituídos pela taxação de terras inexploradas) e um *Estatuto do Trabalhador Rural* que estabelecesse contratos individuais ou coletivos de trabalho, jornada de 8 horas, estabilidade, desde que observadas as especificidades do trabalho no campo. Tais recomendações deveriam ser encaminhadas ao Congresso pela Confederação Rural Brasileira.[89] Na Conferência, a posição da delegação de São Paulo merece especial destaque, visto ser ela contra a idéia de uma reforma estrutural imediata e mais favorável a programas de colonização promovidos conjuntamente pelos particulares e pelo Estado. *O Estado de S. Paulo* também se perfila nesta mesma posição hostil a mudanças abruptas, condenando a extensão da legislação trabalhista ao campo e conclamando a classe proprietária a bloquear tais medidas:

> "Como se pode pretender aplicar a Consolidação das Leis do Trabalho aos que militam na lavoura, se a muitos de seus dispositivos, nos meios urbanos, deve ser atribuída a inútil discórdia que se estabelece entre patrões e empregados?(...) É preciso que as classes ligadas à lavoura entrem em ação para impedir que a loucura seja perpetrada. Do operariado nacional, o mais atrasado, o que mais confortavelmente vive é exatamente o que trabalha nos campos, nas lides da agricultura. Estes homens precisam ser objeto de atenção e receber melhor tratamento. Daí não segue, porém, que se deva outorgar estabilidade ao carroceiro e ao tirador de leite, ao colono, ao campeiro, ao camarada incumbido de pequenas tarefas agrícolas".[90]

Apesar dessas sugestivas restrições, o Congresso rapidamente encaminha as diretivas fixadas pela Conferência, quando, no mês de março, o líder do PTB, Fernando Ferrari, resolve constituir comissão para elaborar o Código do Trabalhador Rural.[91]

---

[89] *Correio da Manhã*, 29/02/1956.

[90] *O Estado de S. Paulo*, 31/05/56 e 22/02/1956.

[91] A Comissão era constituída dos seguintes deputados: Georges Galvão, Sylvio Sanson, Jonas Bahiense, Divonsir Cortes, Chagas Rodrigues, Azis Maron, Josué de Castro, Manuel Barbuda e Frota Moreira, *Correio da Manhã*, 13/03/1956.

Visivelmente, a iniciativa coaduna-se com uma estratégia de expansão petebista que é malvista pelos setores do PSD, partido majoritário, dos quais é expressão a crítica de diretórios municipais mineiros à Executiva Nacional, acusada de querer dar ao PTB o Ministério da Agricultura, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e a Secretaria de Agricultura nas mãos de Bias Fortes, em Minas Gerais. Para as hostes municipalistas do Partido, tal generosidade soa como um golpe em suas bases, constituídas de um eleitorado rural. Para o PTB, ao contrário, tais conquistas nada mais são do que uma tentativa de penetrar eleitoralmente no campo.[92]

No Congresso, a luta pela aprovação das leis trabalhistas ao campo, proposta por Vargas na Mensagem Presidencial de 1954 será árdua, e, em suas primeiras investidas, marcada pelo insucesso. Na época, órgãos da imprensa vêem-na, seja como um mero *derivativo* das medidas essenciais de Reforma Agrária (com desapropriação por interesse social) como é o caso do *Correio da Manhã*,[93] seja como medida inviável e demagógica, que desloca a questão agrária de seu verdadeiro cerne, o *aumento da produtividade*, para o qual o Governo permanecia indiferente em sua política sistemática de confisco cambial e desestímulo à agricultura. É a opinião assumida pelo *O Estado de S. Paulo*, partilhando as posições da Sociedade Rural Brasileira, e, posteriormente, da Confederação Rural Brasileira.[94]

Em vista de tais polaridades, a trajetória do Projeto Ferrari na Câmara será, por isso mesmo, uma longa sucessão de tentativas e fracassos, de difícil reconstituição, que bem revelam a natureza e a solidez das resistências encontradas. Elas se iniciarão com a apresentação do projeto, em fevereiro de 1956, com sua reapresentação através de comissão informal, interpartidária, culminando com sua rejeição, a 28 de junho de 1957.[95] O projeto é reintroduzido na mesma sessão legislativa, sob a forma da primitiva mensagem presidencial de Vargas, mas só poderá ser definitivamente aprovado no contexto pós-juscelinista, onde a pressão reformista propaga-se pelas massas rurais, alterando a primitiva correlação de forças políticas sob hegemonia dos ruralistas. É nesse contexto que será aprovada a proposta de Ferrari, de mais fácil absorção diante do novo equilíbrio entre os partidos, mais favorável ao PTB. A aprovação só ocorrerá em

[92] *Correio da Manhã*, 11/01/1956.

[93] *Correio da Manhã*, 04/08/1956.

[94] *O Estado de S. Paulo*, 09/10/1956 e 11/01/1957.

[95] Projeto de Lei 1.938/56, Fernando Ferrari, *op. cit.*, p. 30.

março de 1963, em pleno confronto entre Jango e o Congresso em torno de uma reforma agrária com emenda constitucional, que muito amedronta as forças de resistência ao janguismo.

Durante o Governo Juscelino, porém, o clima político é outro. Embora alguns partidos, como o PSB[96] e bom número de Deputados de diferentes agremiações estejam empenhados em aprovar medidas inovadoras e "progressistas", os partidos que constituem a coalizão situacionista – PSD e PR – serão importantes focos de resistência, em perigosa aproximação com a oposição udenista, e o próprio PTB está sujeito a fissuras internas que tornarão inviável, naquele momento, a extensão da Legislação Trabalhista ao campo.

É assim que, já em agosto de 1956, o "bloco ruralista" do PSD golpeia o pedido de urgência para a votação do projeto e fala-se em "eleitoralismo agrário" para caracterizar uma possível barganha entre o PSD e o PTB, na qual os últimos teriam aprovado a Lei Denys em troca do apoio ao Projeto Ferrari. Este último seria expressão das intenções de penetração do janguismo no mundo rural, até então alheio a seu controle.

Aprovado o pedido de urgência,[97] Daniel Faraco, Presidente da Comissão de Economia e Relator do projeto, encaminha parecer contrário ao mesmo, argumentando que ele não leva em conta a especificidade das condições do trabalhador rural. Sua posição reacende a polêmica, na qual uns apontam o latifúndio com "obsessão dos demagogos e comunistas" e outros, como Ferrari, defendem os 8 milhões que se beneficiarão com as novas leis, comparando-os com os antigos escravos.[98]

O Estatuto do Trabalhador Rural

Nesse clima, a UDN designa numa "comissão especial", encaminhada pelo Diretório Nacional, cujo Relator é Afonso Arinos, e que se encarrega de elaborar um substitutivo – o chamado *Estatuto do Trabalhador Rural* – que permite a rearticulação entre os diferentes partidos e aproxima o PSD da UDN. Embora Ferrari esteja encarregado de reelaborar substitutivo coordenando a opinião dos três partidos – PSD, PTB e UDN –, Goulart, em entendimentos com Benedito Valadares, Apolônio Sales e Filinto Müller – sólidos bastiões

---

[96] O manifesto do Partido Socialista em sua 11ª Convenção, seção do Distrito Federal, insiste na necessidade de fixar o homem à terra e reduzir o êxodo rural. *Correio da Manhã*, 05/05/1956.

[97] O pedido de urgência foi aprovado por 103 votos contra 75. Dos votos a favor, 20 foram do PSD, 29 do PTB e 23 da UDN; 44 pessedistas e 15 udenistas manifestaram-se contra. *Correio da Manhã*, 05/08/1956.

[98] *O Estado de S. Paulo*, 07/08/1956, e Ferrari, *op. cit.*

do PSD – propõe recuo do PTB para evitar derrota arrasante. Em conseqüência, Ferrari dispõe-se a abandonar sua intransigência inicial e a estudar de perto o substitutivo da UDN. Também o petebista Segadas Viana elabora substitutivo, baseado no de Afonso Arinos, tornando necessária a criação de nova comissão para melhor compatibilizá-los.[99]

No entanto, o substitutivo da Comissão de Legislação Social não terá o apoio nem do PSD nem da UDN, e os líderes dos três grandes partidos, em entendimento, acertam adiamento da discussão por 30 dias, após o que a proposição voltaria a plenário.[100]

Enormes resistências se fazem sentir aproveitando o interregno, entre elas um manifesto do Partido Republicano, insistindo que Reforma Agrária é, antes de mais nada, fomento da produção; e mais: uma significativa *marcha da produção* que responsabiliza o Governo e sua política cambial pelas condições miseráveis dos trabalhadores do campo.[101] Também Herbert Levy, em discurso pronunciado na Câmara Federal, alerta para a necessidade de que a lavoura recupere a potencialidade perdida, assegurando os recursos indispensáveis à sua sobrevivência. E conclui que "só assim se poderá pensar em distribuir alguma coisa"...[102] A Sociedade Rural Brasileira teme "o colapso" e a perda da estabilidade econômica que poderiam advir da aprovação do projeto e insiste que as diversidades regionais deveriam ser justamente consideradas. A perspectiva de criação dos Sindicatos Rurais também amedronta. *O Estado de S. Paulo* os combate frontalmente, ainda mais que, segundo este órgão, não existem sindicatos patronais no campo.[103]

Por esta e outras razões, a discussão é adiada por período mais longo que o previsto, e o projeto só volta à ordem do dia alguns meses mais tarde, em um clima de franco antagonismo entre os dois partidos que constituem a base de sustentação do Governo no Congresso. De fato, o substitutivo da "Comissão Especial" (que fusionava cinco projetos) tinha o apoio do PTB, mas o líder pessedista Vieira de Melo orienta-se no sentido de deixar a questão aberta, reconhecendo a apreensão do Governo quanto aos reflexos da aprovação da medida na produção agrícola.

---

[99] Ver *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, 15/08/1956; *O Estado de S. Paulo*, 17/08/1956, 18/08/1956, 28/08/1956 e 30/08/1956.

[100] Os líderes eram Vieira de Melo (PSD), Afonso Arinos (UDN) e Fernando Ferrari (PTB), *Última Hora*, 29/08/1956.

[101] *O Estado de S. Paulo*, 02/09 e 09/09/1956.

[102] *O Estado de S. Paulo*, 22/09/1956.

[103] *O Estado de S. Paulo*, 02/12/1956.

Acrescenta que o PSD não almejava fugir a compromissos eleitorais assumidos com o PTB, apenas não se comprometia a votar no substitutivo da Comissão de Legislação Social.[104] Ao mesmo tempo, o PTB cobra do partido aliado o cumprimento do acordo, ameaçando-o de efetivo rompimento.[105] Diante da gravidade das ameaças, Vieira de Melo reúne-se com a Ala Moça do PSD e decide apoiar o projeto, que, segundo ele, encontraria maiores resistências no *Bloco Ruralista* do Partido e do PR.[106] Tudo indica que a liderança pessedista, não conseguindo a unidade interna desejada, assume prudente posição conciliadora com o partido aliado, o que não evitaria, porém, a previsível desobediência a seu comando.

Diante dos entraves criados pelo *Bloco Ruralista*, Ferrari aceita, mais uma vez, o adiamento da discussão, a fim de tentar assegurar a aprovação do projeto.[107] As palestras que, na ocasião, revela ter mantido com o Presidente da República (e o aparente empenho que este manifestara em estender a assistência social ao homem do campo) atestam sua busca de novas e poderosas frentes de apoio, a fim de resolver o impasse criado pelo Congresso.[108]

De fato, a solução retarda-se por vários meses. Em junho de 1957 inicia-se discussão única e estabelece-se votação imediata para a medida. É visível que as dissidências PSD/PTB não foram superadas, e que, ao contrário, na votação da matéria específica, muitas são as afinidades que unem o partido do Governo à liderança udenista de Ernâni Sátiro.[109]

E enquanto Fernando Ferrari continua cobrando de seus aliados cumprimento do antigo acordo, os pessedistas consideram o momento inoportuno, temendo que se acirrem os protestos dos proprietários rurais contra o Governo com as ameaças de uma nova *marcha da produção* que se tornava iminente.

Como é nítida a intenção do PSD de não romper com o PTB, as diretivas encaminhadas são no sentido de defender, pelo menos formalmente, a aprovação do projeto na Câmara, esperando-se que fosse posteriormente rejeitado no Senado ou emendado ou engavetado. Por outro lado, também dentro do PTB as divergências se avolumam entre Ferrari, mais intransigente, e Goulart, mais disposto a manter bom clima de convivên-

---

[104] O *Estado de S. Paulo*, 09/12/1956.
[105] O *Estado de S. Paulo*, 08/12/1956.
[106] O *Estado de S. Paulo*, 11/12/1956, *Última Hora*, 10/12/1956.
[107] O *Estado de* S. *Paulo*, 13/12/1956.
[108] *Idem*.
[109] Em discurso, Ferrari critica ao mesmo tempo o Bloco Ruralista e a liderança udenista de Ernâni Sátiro. O *Estado de* S. *Paulo*, 19/06/1957.

cia com o Governo, que lhe assegura o controle total dos institutos e máquinas sindicais.[110] Já às vésperas de uma decisão definitiva, mesmo o próprio PTB já não parecia pronto a fechar a questão em torno da extensão das leis trabalhistas ao campo. A 28 de junho de 1957, a despeito das propaladas recomendações de Juscelino ao líder Vieira de Melo e de seu compromisso com Ferrari em aprová-lo, o projeto é fragorosamente rejeitado por 106 votos contra 62.[111]

A 4 de dezembro de 1957, o Deputado petebista encaminha à Mesa da Câmara o novo projeto disciplinando o regime jurídico do trabalhador rural, que, segundo ele, era fruto de um longo exame da realidade nacional.[112]

No encaminhamento da *questão agrária,* Ferrari vê como um primeiro passo a instituição do regime jurídico do trabalhador rural, para dar ao homem do campo "uma verdadeira consciência de si mesmo"; o segundo seria a votação de uma lei de arrendamento rural; e o terceiro, uma reforma agrária com distribuição da propriedade: diferentes etapas de uma mesma luta que visa ao coroamento de um ciclo revolucionário incompleto, inaugurado pela Revolução de 1930, e de vocação abertamente *industrialista.*

> "A grande revolução deste século, que já se disse ser do Direito Social, deve ser processada nos campos. *Precisamos completar a Revolução de 1930 (...)* Devemos elevar o índice rurícola até onde se encontra o desenvolvimento industrial. *A equalização dessa faixa hoje dessintonizante entre o campo e a cidade deve ser o grande objetivo da luta dessa geração* e a Câmara dos Deputados do Brasil, que aí está, tem a suprema responsabilidade de realizar este milagre, que será, sem dúvida, o grande passo na redenção econômica do Brasil".[113]

Em verdade, o que parecia ser a tentativa de coroamento de um ciclo histórico revelou-se, *a posteriori,* como o início de uma drástica ruptura das alianças de sustentação que comandaram o período populista, tendo em Vargas, e em seu herdeiro político, Jango, o seu momento paradigmático: no primeiro, do industrialismo, do nacionalismo e do ruralismo acompanhados da emergência e mobilização controlada das forças urbanas,

---

[110] *O Estado de* S. *Paulo,* 21/06/1957 e 29/06/1957.

[111] A bancada que menos compareceu, no dia da votação, foi a do PTB, com 54% de abstenção, e apenas 15 Deputados do PSD votaram a favor da matéria, segundo O *Estado de S. Paulo* de 07/07/1957.

[112] *O Estado de* S. *Paulo,* 05/12/1957.

[113] Fernando Ferrari, sala de sessões, Brasília, 21 de abril de 1960, *op. cit.,* p. 47.

e, no segundo, o desdobramento e a desagregação destas mesmas forças, que, acrescidas do poder emergente do campesinato, conduziram à crise final do regime.

3.4. *A SOLUÇÃO MODERADA: O NORDESTE E A SUDENE*

Como em muitas outras iniciativas, entre elas o já aludido projeto de extensão das leis trabalhistas ao campo, foi o Governo Vargas a matriz inspiradora de uma política nacional de correção dos graves desequilíbrios regionais que se acentuaram com a industrialização do país, aumentando as diferenças sociais entre o Nordeste e o Centro-Sul.[114]

Efetivamente, é da assessoria econômica do Presidente, e em particular de Rômulo de Almeida, que partem as primeiras iniciativas no sentido de criar um órgão regional de planejamento que daria continuidade à criação do Banco do Nordeste, sendo mais eficiente e mais amplo do que os departamentos já existentes, de resultados economicamente insatisfatórios e socialmente inócuos.[115]

Não resta dúvida de que, nestes anos, como nos seguintes, a *politização da questão agrária* será indissociável do soerguimento e recuperação das áreas marginalizadas (nas quais as populações camponesas são as mais atingidas) pelo deslocamento do sopro reformista da solução, *conflituosa,* do desequilíbrio entre as classes para a correção, *integrada,* do desequilíbrio entre regiões. Do esforço *comum,* promovido pelo Estado, participariam também os setores empresariais do Nordeste e do Centro-Sul.

É dentro dessa perspectiva, de composição política, que podem ser incluídas não apenas as classes marginalizadas, como o campesinato, mas também as *camadas emergentes* da indústria paulista[116], que se desenvolve

---

[114] Os dados coligidos pelo "Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste", e apresentados no "Relatório Furtado", são, nesse particular, bastante significativos. Celso Furtado, *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste.* Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

[115] Rômulo de Almeida declara, em entrevista à revista *Visão,* que a criação da SUDENE poderia ter sido antecipada se o Governo Vargas não tivesse caído. Citação de Amélia Cohn – *Crise Regional e Planejamento,* São Paulo, Perspectiva, 1976.

[116] A missão FIESP-CIESP é bem significativa dos interesses paulistas quando diz que "o que nos leva ao Nordeste é o *espírito de bandeirar,* colocando à disposição dos irmãos nordestinos o patrimônio de São Paulo, suas manifestações tecnológicas, educacionais e espirituais". Citado em Amélia Cohn, *op. cit.,* p. 101.

a estratégia agrário-desenvolvimentista de Kubitschek que, como vimos, descarta-se de seus compromissos com o Estatuto do Trabalhador Rural para, em seguida, comandar a aprovação e execução do projeto SUDENE.

Iniciativas anteriores de cunho regional induzem à implementação da chamada *Operação Nordeste* e reforçam moderadas disposições reformistas. Entre elas, o *Congresso de Salvação do Nordeste,* realizado em Recife, em agosto de 1955, que, embora limitado em suas repercussões, procura definir uma ampla política regional cobrindo setores, como a energia elétrica, a agricultura e a posse da terra, o combate às secas, saúde, minérios, educação, cultura e transportes.[117]

Nas resoluções do Congresso, enfatiza-se a necessidade de um planejamento global que regule o uso da terra, combata o latifúndio improdutivo e as secas, ao mesmo tempo em que estimule a implantação industrial, o aproveitamento hidrelétrico, a agricultura e um comércio internacional que favoreça a região. Na *Carta de Salvação do Nordeste,* o teor das resoluções propostas é de cunho nitidamente centralizador e estatizante:

> "Em tais condições, forma-se uma consciência pública das causas e resoluções para os problemas regionais e nacionais. Tal consciência conduz à compreensão de que os problemas do Nordeste são problemas do Brasil e que ao Governo Federal cabe a maior parcela de responsabilidade por sua solução."[118]

---

[117] Cada um dos temas mencionados foi discutido em uma das 10 comissões especializadas constituídas no referido Congresso.

[118] Congresso de Salvação do Nordeste. *Carta de Salvação do Nordeste e Principais Pontos das Resoluções Finais,* Recife, 20 a 27 de agosto de 1955, p. 6.

A *Comissão de Honra* era constituída, entre outros, do Gen. Osvaldo Cordeiro de Farias, Governador de Pernambuco, além dos Governadores da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas, do Ministro da Agricultura, do Presidente da Assembléia Legislativa e outras personalidades políticas dos Estados, além do Arcebispo Metropolitano, dos Presidentes da Bolsa de Valores e do Tribunal de Justiça, diretores de jornais e de indústrias. Merece menção especial o nome de Rômulo de Almeida, na ocasião Secretário de Fazenda da Bahia. A *Comissão Organizadora e Executiva* tinha como Presidente Souza Barros, Secretário-Geral da "Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco" (CODEPE), além de deputados, vereadores, industriais, professores e jornalistas. Desta lista constam os nomes de Miguel Arraes, na ocasião Presidente do diretório estadual da Liga de Emancipação Nacional, dos Deputados estaduais Francisco Julião e Clodomir de Moraes, que estarão, nos anos seguintes, vinculados à expansão das Ligas Camponesas pelo Brasil.

No entanto, o objetivo do encontro parece ter sido o de integrar a iniciativa privada ao crescimento regional, através de seu setor público, vinculando ambos aos interesses mais amplos da comunidade nacional. "Para incrementar a industrialização e obter o bem-estar das populações regionais, o que só se tornaria possível com a ampliação do mercado interno, outros entraves deverão ser afastados, como os efeitos das secas periódicas e da grande propriedade improdutiva".[119] E a mesma aversão que o Congresso manifesta pela iniciativa privada estrangeira estará também presente no espírito "desbravador" dos industriais de São Paulo, quando reconhecem que o impulso econômico da região só poderá promanar de duas fontes: de São Paulo ou do exterior, "o que geraria um sem-número de inconvenientes".[120]

É dentro desse contexto que se situam as propostas de uma Reforma Agrária, "que vise ao desenvolvimento da economia do país e à maior produção de gêneros de subsistência". Recomenda-se a desapropriação de terras situadas no "Polígono das Secas" ou em áreas beneficiadas por obras e serviços do Governo, o estímulo à diversificação da produção, à criação de núcleos de cooperativas em zonas próximas aos centros de consumo, à expansão do crédito rural, e à lavoura de subsistência nas "faixas verdes" próximas aos centros urbanos. Fala-se na defesa dos produtos do Nordeste, e um claro apoio é dado ao recém-criado "Instituto Nacional de Imigração e Colonização" (INIC) e ao futuro "Serviço Social Rural" (SSR).[121]

D. Hélder e Lacerda

No ano seguinte à divulgação da *Carta de Salvação do Nordeste* realiza-se, entre 21 e 26 de maio de 1956, a *Conferência dos Bispos do Nordeste,* em Campina Grande, que inaugura a ofensiva oficial da Igreja rumo a uma efetiva penetração no campo. O organizador da Conferência foi o criador e Secretário da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), D. Hélder Câmara, que congregou, por ocasião da reunião, algumas das mais expressivas novas lideranças do clero.[122]

A reunião havia sido precedida de uma esclarecedora discussão pública entre o Deputado Carlos Lacerda e D. Hélder, encetada por esse último em favor da campanha de urbanização das favelas e que culmina com a

---

[119] *Idem*, p. 6.

[120] Citado de Amélia Cohn, *op. cit.*, p. 101.

[121] Congresso de Salvação do Nordeste, *op. cit.*, pp. 10-11.

[122] Além de D. Hélder, participaram, da Conferência, D. Fernando Gomes, Bispo de Aracaju, D. José Távora, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Eugênio Salles, Bispo Auxiliar de Natal, D. Manuel Pereira da Costa, Bispo Auxiliar de João Pessoa, D. Expedito Lopes, Bispo Auxiliar de Fortaleza, etc. *Correio da Manhã*, 23/05/1956.

criação da Cruzada São Sebastião, no Rio de Janeiro. Em carta enviada dos Estados Unidos, argumenta Carlos Lacerda:

> "(...) hoje, como antes, e mais do que antes, considero que não há solução para as favelas enquanto não for feita, no Brasil, a *Reforma Agrária*. Esta é que o PSD impede, o PTB não faz e os demais partidos não lutam por promover efetivamente. Vive o nosso país na ilusão de que os seus problemas fundamentais podem ser resolvidos com soluções tapa-buraco, paliativos."[123]

Responde D. Hélder, que embora atente para a necessidade inadiável de sustar o êxodo rural que favorece o crescimento das favelas,

> "seria loucura esquecer a diversificação de zonas no Brasil e lançar em decreto uma reforma igual para todas as áreas, quando o problema era ora enfrentar latifúndios, ora aglutinar minifúndios, ora atrair populações etc. Isso ao lado de providências necessárias, como o acesso à terra, assistência técnica, assistência financeira, armazenagem, estocamento, transporte etc."[124]

Antecipando-se à Presidência diante da opinião pública, a Igreja compromete-se com um plano gradual de soerguimento da região que contará com a mais aberta simpatia e cooperação oficial, atestada pela colaboração de Ministros e auxiliares diretos do Governo, e pela presença do Presidente Kubitschek no encerramento da Conferência.

Na ocasião, Juscelino pronuncia discurso comprometendo-se a executar, sem delongas, as sugestões e medidas então propostas.[125]

De fato, dias depois do encerramento do conclave, o Chefe da Casa Civil, Álvaro Lins, reúne representantes dos órgãos que serão incumbidos de executar os 19 pontos do programa traçado pelo Presidente em seu discurso de Campina Grande.[126] E pela "Voz do Brasil", D. Hélder reconhece

[123] Carta de Carlos Lacerda a D. Hélder Câmara, *Tribuna da Imprensa*, 26/03/1956.

[124] Resposta de D. Hélder a Carlos Lacerda, *Correio da Manhã*, 03/04/1956.

[125] Revela D. Hélder que o Presidente da República emprestou colaboração decisiva ao conclave, reunindo no Catete os Ministros e Diretores de serviço que operavam no Nordeste e pedindo-lhes as informações necessárias para formar um dossiê, distribuído na sessão inaugural do encontro. *Correio da Manhã*, 23/05/56.

[126] Os pontos incluíam liberação de verbas sem cortes para a região; criação de núcleos coloniais, instalação de hidrelétrica, aparelhamento do porto de Recife, instalação de postos de migração, construção de casas para trabalhadores, desenvolvimento da indústria leiteira, produção e distribuição de sementes, programa de indústria animal, articulação de órgãos de fomento etc. *Correio da Manhã*, 29/05/56.

que o Presidente "não vacilou em transformar, imediatamente, os projetos a que técnicos e bispos tinham chegado em decretos cujo alcance prático me parece indiscutível".[127]

Os resultados imediatos, foram, no entanto, maiores do que as decisões tópicas então implementadas. Dentro do Conselho de Desenvolvimento, que havia sido encarregado de elaborar o *Programa de Metas* do Governo JK, cria-se um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que fora o núcleo inspirador de numerosas propostas da Conferência de Campina Grande. Embora ativo, o grupo só será oficialmente reconhecido por decreto muito depois do encontro.[128] As sugestões de planejamento e integração regional transformam-se na 31ª meta de Kubitschek, que a batiza, em início de 1959, *Operação Nordeste*.[129] Na oportunidade, Augusto Frederico Schmidt, a quem se deve a iniciativa de ter criado a *Operação Pan-Americana*, declara que "a OPENO é a OPA dos pobres".[130]

Entre a oficialização da *Operação Nordeste* e o reconhecimento oficial da SUDENE pelo Congresso sérios entraves aparecem. Por um lado, a desconfiança geral das velhas elites da região ligadas a organismos oficiais e avessas a uma concepção de planejamento que escapa às formas usuais de manipulação e controle. Por outro, algumas pressões de uma contra-elite que criticamente pretende transformar o ímpeto de racionalização econômica em instrumento efetivo de reformulação da estrutura agrária.

Tendo em vista a multiplicidade de organismos voltados para o atendimento das necessidades regionais, parecia vigorar, entre muitos, o ceticismo quanto à possibilidade de sucesso de mais outro órgão. *O Estado de S. Paulo,* fiel a uma linha conservadora, manifesta a convicção de que seria mais procedente a criação de um "instituto agronômico" voltado para o estudo do solo. Nesse caso, as novas propostas de Juscelino impediriam uma solução em torno da produção do açúcar, laranja, algodão, abacaxi; pois é sobre eles "que tem que assentar um dia uma economia próspera naquela desditosa região. Além disso, conviria cuidar do reflo-

[127] *Correio da Manhã,* 07/06/56.

[128] Ver nota 129.

[129] Para Aluísio Afonso Campos, Secretário do GTDN, as resoluções de Campina Grande, inspiradas nos estudos realizados pelo 1º Grupo de Trabalho, retardaram o reconhecimento oficial da SUDENE, na medida em que transformaram uma concepção global de desenvolvimento em tópicos desarticulados a serem executados por decreto. Entrevista com Aluísio Afonso Campos, CPDOC, 13/05/1978.

[130] *Jornal do Commercio,* Recife, 17 de fevereiro de 1959.

restamento dos Estados nordestinos". Por seu lado, o ex-Ministro João Cleofas, pouco seduzido pelo que acredita ser, talvez, um arroubo juscelinista, diz impressionar-se pouco com "o grande show publicitário de JK". Dinarte Mariz faz críticas ao plano por nele não incluir o algodão e Muniz Falcão, pela omissão quanto à indústria açucareira.[131]

Os setores mais à esquerda revelam-se também pouco otimistas. Insistem que a *Operação Nordeste* não deveria estar divorciada da reforma agrária, ausente dos planos do GTDN. Josué de Castro, acentuando que o problema do Nordeste não é de seca (que atinge gravemente a região em 1958), mas de *feudalismo,* termina por concluir que a OPENO está fadada ao fracasso.[132] Em conferência no ISEB, declara ser mais importante mobilizar os amplos setores da opinião pública favoráveis a uma reforma agrária do que apoiar a OPENO, visto que "existem 188 projetos de lei visando ao aperfeiçoamento da produção agrícola no Brasil" e que ele mesmo pretende apresentar projeto de lei criando fundo de acesso à terra.[133] E não são poucos aqueles que acusam Celso Furtado de ser avesso à Reforma Agrária.[134]

A SUDENE

É certo que as concepções que norteiam a criação da SUDENE não implicam ataque frontal à má distribuição da propriedade no Nordeste. Enfatizando, porém, uma estratégia global de *racionalização* da produção agrícola (combinada à implantação industrial e à expansão das fronteiras agrícolas), o objetivo é confinar a resolução dos conflitos sociais à tensa Zona da Mata, onde se pretende ao mesmo tempo estimular a elevação da produtividade e liberar parte das terras para o cultivo familiar de alimentos.

Habilmente, a intenção é diluir medidas mais redistributivas e conflituosas no bojo de um amplo programa em que muitos interesses serão beneficiados e poucos radicalmente descartados com a nova política regional.

A consolidação do Projeto SUDENE parece derivar, portanto, de uma área de centro-esquerda, de orientação tecnocrático-modernizante, cujo ponto de apoio principal são alguns Governadores do Nordeste recente-

[131] *Jornal do Commercio,* Recife, 22/02/59 e 17/02/59; *O Estado de S. Paulo,* 21/02/1959.
[132] Reportagem de João Silveira, *Jornal do Commercio,* 17/02/59.
[133] Ver também *Jornal do Commercio,* 21/03/59 e 24/01/59.
[134] Furtado o reconhece em debate público no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Ver Celso Furtado, *Operação Nordeste,* ISEB, Rio de Janeiro, 1959.

mente eleitos – os próceres udenistas Cid Sampaio e Juraci Magalhães. Graças ao bom entendimento entre eles e o economista Celso Furtado, cria-se, em fevereiro de 1959, por decreto executivo amplamente incentivado por Cid Sampaio, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), embrião da futura SUDENE. São sobretudo eles, e principalmente Sampaio, de Pernambuco, que fornecem o respaldo para a aprovação de medidas que darão à SUDENE efetiva capacidade operacional: ligação direta com a Presidência da República, em uma espécie de "Ministério especial"; e incorporação da grande máquina administrativa e financeira, que é o DNOCS, para dar ao futuro órgão mais recursos e maior capacidade de controle e intervenção.

O Congresso tenta obstar a iniciativa com a emenda do Senador Argemiro Figueiredo (UDN e depois PTB-PB), que pretende preservar a autonomia do DNOCS, sob o controle das tradicionais políticas paraibana e cearense.[135] Com isso, o Projeto SUDENE só será aprovado pelo Senado em dezembro de 1959. Tal êxito não exclui a argúcia política que marca o Governo Kubitschek em outros domínios: através das lideranças do Congresso dá mostras de pactuar com os setores mais tradicionais de seu próprio partido, ao convencer o PSD pernambucano a sustar apoio à Emenda Argemiro Figueiredo em troca de promessas governamentais em favor do nome de Apolônio Sales (PSD-PE) como possível alternativa a Celso Furtado na Superintendência do órgão. Uma vez aprovado o projeto, Furtado permanece em seu posto executivo, já como Diretor-Superintendente, enquanto os compromissos com o PSD, acenados ou assumidos, desfazem-se.[136]

O êxito da *Operação Nordeste* é carregado de conseqüências políticas. Graças a ela Kubitschek arremata a *estratégia da conciliação* que, como nos mostra M. Victoria Benevides, foi o fio condutor do seu Governo:

[135] Francisco de Oliveira reconstitui com detalhes os mecanismos de controle oligárquico que permearam a existência do DNOCS. São os mesmos que foram sensacionalisticamente apresentados por Antônio Callado no *Correio da Manhã*, em respaldo à defesa da SUDENE no Congresso. Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 46-50. Antônio Callado, *Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

[136] O *Jornal do Commercio* anuncia como prevista a substituição de Celso Furtado por Apolônio Sales, ao mesmo tempo em que recua o PSD pernambucano em seu apoio à Emenda Argemiro Figueiredo. *Jornal do Commercio*, 3 e 07/12/1960.

No entanto, o nome de Furtado é confirmado por decreto de 8 de janeiro de 1960, quando já aprovado o Projeto SUDENE. *O Estado de S. Paulo*, 09/01/60.

ao nível *militar,* o fortalecimento de um *centro mediador* que ameniza os recentes confrontos entre os nacionalistas e os focos de resistência da Escola Superior de Guerra e do "grupo Sorbonne", e que haviam induzido ou apressado a queda de Vargas; no âmbito do *planejamento,* um Programa de Metas que se superpõe ao tradicional controle das clientelas pelos partidos; no plano *sindical,* o fortalecimento da máquina do PTB, neutralizado por um atento controle do movimento operário; e no da *política externa,* uma intrigante ambigüidade que permite a ampliação dos investimentos externos e o estreitamento dos vínculos de dependência ao mesmo tempo em que se delineia, contrariamente a esses interesses, a resistência ao alinhamento com o ímpeto de integração nacional e o empenho deliberado de luta pela soberania.

A *questão agrária,* que parecia ter sido amortecida, reemerge também transfigurada pelo ângulo refrator que a torna digerível pelo sistema institucional e uma ampla gama de forças políticas. De fato, deslocando o centro das atenções do *Estatuto do Trabalhador Rural* para a SUDENE, acoberta-se, ao nível governamental, a moderação reformista, contornando os conflitos de classe que, aqui e ali, afloram no campo.[137] Diluindo-os em um todo maior desloca-se a questão, real, da disparidade *das classes* para o plano, também real, da disparidade *regional,* diante da qual o Estado será, mais comodamente, o natural mediador.

Mas se a implantação da SUDENE representa, no plano da *política* agrária, um avanço dos moderados sobre os radicais e, ao nível *econômico,* o acesso à penetração capitalista no Nordeste, segundo a lógica de expansão dos centros hegemônicos sulistas,[138] não é menos verdade que, no *campo ideológico,* abre-se com ela uma ampla frente de debates que se generaliza, tornando diversos segmentos da sociedade mais sensíveis a uma mobilização camponesa crescente.

Com a SUDENE, tornam-se mais visíveis os focos de miséria até então mascarados pela miopia coletiva e pelo tradicionalismo ideológico que reduzem o inconformismo camponês nascente – tal como o movimento operário dos anos 20 – a mera "questão de polícia". Segundo essa mesma ótica, as causas da miséria seriam atribuídas à ignorância, ao atraso e à indolência que só poderiam ser vencidos a longo prazo, quando o sopro do progresso, através de uma política gradual de Educação e Saúde, difusão

---

[137] As áreas críticas são a Zona da Mata de Pernambuco, além de zonas de tensão no Paraná, em Goiás e, ao final do Governo, na Paraíba.

[138] Francisco de Oliveira, *op. cit.*

de técnicas agrícolas, Energia e Transporte, rompesse o isolamento fatal que confina à passividade social o trabalhador dos campos.

A nova conjuntura reorienta a percepção social, e a sociedade modernizante do Centro-Sul assume a parcela de responsabilidade que lhe cabe na convivência com as desigualdades que comprometem uma auto-imagem otimista, contagiada pela crença na afirmação nacional. O Nordeste e, dentro dele, o campesinato passam a compor uma "situação de emergência" que pode e deve ser corrigida pelos Governos e pelos homens, sob pena de pôr em risco a ordem democrática, a estabilidade política arduamente conquistada, e até mesmo, como o sugere Celso Furtado, a integridade física do território nacional.[139] E não será apenas a opinião pública brasileira a ser sensibilizada por estes problemas. Também nos Estados Unidos, que se preparam para reformular os rumos de sua política exterior, até então condicionada pela Guerra Fria, a Imprensa e os meios de comunicação, tratarão de denunciar a situação existente, abrindo caminho à cooperação e à ajuda externa, que sustariam incontroláveis ímpetos de mudança nos rastros de Cuba.[140]

Uma nova mentalidade emerge à cena política com a tomada de consciência que se delineia ao final do período juscelinista, favorável a amplas reformas de estrutura – *as reformas de base* –, entre elas, e à frente delas, a integração das camadas rurais ao processo econômico – *o desenvolvimento* – e político – *a cidadania.*

A discussão pública em torno do Projeto SUDENE muito contribuiu para consolidar, em torno do centro, amplas áreas de consenso reformista. E não é por acaso que as reportagens de Antônio Callado no *Correio da Manhã* em apoio à SUDENE, e que condenam com veemência as velhas oligarquias, popularizam também as Ligas Camponesas e Francisco Julião como símbolos do protesto que rompe uma secular apatia.[141]

Nesse contexto, as organizações camponesas que se expandem durante o período Kubitschek, indiretamente favorecidas por um clima de abertura e tolerância, adquirem especial ressonância, de tal forma que, ao final do qüinqüênio, registra-se nítido acirramento: a Igreja, os partidos de esquerda, intelectuais e estudantes, e por fim o Estado, a ele darão o seu

[139] Celso Furtado, *Uma Política...*, *op. cit.*

[140] Artigo assinado por Tad Szulc, *The New York Times*, 31 de outubro de 1960. Ver Joseph Page, *The Revolution that Never Was*, New York, Grossman Publishers, 1972; T. Szulc, *The Winds of Revolution, Latin America Today and Tomorrow*, Frederic A. Praeger, Publ. New York, Washington, 1963; Arthur Schlesinger, Jr., *A Thousand Days*, 1965.

[141] Antônio Callado, *op. cit.*

concurso, estabelecendo, pela primeira vez, o vínculo entre as plataformas reformistas e seus eventuais beneficiários.[142] Daí o inesperado vigor das novas propostas, lideradas por uma classe política que pretende mudar a natureza do *pacto político* vigente, não mais em termos *retóricos,* como até então ocorrera, mas já com o respaldo – contraditório, desigual, mas não menos vigoroso – de uma *consciência camponesa* que emerge, transformando amplas massas, difusas, em prováveis e potenciais *atores políticos.*

4. O REFORMISMO JANISTA

> "Falei em forças terríveis
> porque *ocultas* nunca o foram..."
> *Jânio Quadros*

4.1. *SOBERANIA E REFORMAS*

Entre as inúmeras interpretações utilizadas para esclarecer o curto e controvertido período de Governo do Presidente Jânio Quadros, as ambigüidades de sua política e o inesperado de sua renúncia, é freqüente que se aponte como contradição básica e fatal a existência de uma política interna conservadora contraposta a uma política externa de não-alinhamento, ou progressista.

É certo que os compromissos (eleitorais) de Jânio Quadros com a UDN, que lhe dá legenda e parcialmente o elege, e com o esquema militar que com ela de longa data se articula, confundem-no, um pouco apressadamente, com uma das facções de um campo ideológico radicalmente polarizado, cujas origens remontam à queda de Vargas e à grave crise militar que se segue. Essa identificação será posteriormente reforçada por sua política de estabilização monetária e de moralismo administrativo que parecem associá-lo mais à sobriedade udenista do que à generosidade redistributiva dos populistas.

No entanto, uma revisão histórica dos curtos sete meses do Governo Quadros indica a profundidade de algumas modificações que ele pretendia introduzir no plano social e que o conduzem, seja por inconformismo, seja por pressão, ao impasse de sua renúncia. Diante das evidências, cabe, em primeiro lugar, um retrospecto das iniciativas reformistas que encaminha,

[142] Aspásia Alcântara de Camargo, *op. cit.*

especialmente a Reforma Agrária – bem como das reações e estímulos captados ao nível da sociedade civil e da comunidade política.

Nesse desenrolar, não resta dúvida de que a Presidência atua independentemente de suas bases partidárias eleitorais, procurando novos suportes, através de um estilo de atuação e de um programa próprio – e acima delas. O jogo populista atinge, efetivamente, com Quadros, um poder ofensivo que o distingue dos demais *populismos*, conferindo ao seu instável e meteórico desempenho um grau máximo de autonomia.

Em segundo lugar, e diante das evidências obtidas, procuraremos analisar as continuidades e rupturas no desdobramento de um ciclo *populista* que se inicia com Vargas e que, a despeito das mudanças de sustentação partidária e programática (com Jânio Quadros), ou da radicalização janguista, revela sua lógica própria e seus sucessivos impasses. Dentro da unidade e da diversidade do ciclo populista, pretendemos captar o impacto das propostas de Reforma Agrária como revelador de uma crise de poder. Nesse sentido, deslocaremos do *Governo Goulart* para o *Governo Jânio* o início da implementação de um programa oficial de reformas, que se frustra em virtude de sólidas resistências que encontra no Congresso, na Sociedade Civil e no âmbito do próprio Estado.

Posta a questão nesses termos, o desequilíbrio entre a política externa e interna de Jânio Quadros se reduz, e o episódio final que precipita a renúncia e que tantas reações suscita – a condecoração do Ministro cubano Che Guevara – perde seu caráter arbitrário e caprichoso para inserir-se no contexto mais articulado de uma política global.

No que se refere à política externa, podemos atestar hoje, por fontes fidedignas, o caráter precursor e traumático da redefinição brasileira diante da tradicional aliança de subalternidade com os Estados Unidos, seu enorme impacto, e a perplexidade com que é recebida nos círculos diplomáticos de Washington.[143]

Em termos indicativos da indefinição reinante, o "Bureau of Inter-American Affairs" do Departamento de Estado assinala que "as reservas do Presidente Jânio Quadros no sentido de evitar contato com representantes americanos até agora, e evidências de sua inclinação para uma política externa independente tornam o problema mais urgente". Nesse sentido,

[143] Como primeira reação, podemos atestar carta dirigida ao Departamento de Estado, moderadamente advertindo que "nenhum outro Estado é tão qualificado, e poderá emergir a longo prazo como poder dominante na área. Se Quadros deseja seguir uma direção neutralista, não creio que deveríamos tentar dissuadi-lo", 26 ou 27 de janeiro de 1961, John Kennedy Library, National Security Files, Box 12, Br. 1/61, 5/61.

sugere como "extremamente importante" que os Estados Unidos "tomem a iniciativa de rapidamente estabelecer boas relações com a nova administração brasileira oferecendo assistência americana, através de créditos do EXIMBANK e do "Alimento para a Paz" para fazer face ao problema do Nordeste". E acrescenta que o Departamento de Estado está convencido de que a assistência será mais efetiva se tal ação for desvinculada de qualquer pressão política.[144] A despeito das boas intenções do Governo Kennedy, recentemente empossado, e de seus já visíveis compromissos reformistas com a América Latina, a nova postura brasileira fere frontalmente tradição já consolidada.[145]

As conseqüências visíveis dessa iniciativa correspondem, sem dúvida, a uma *estratégia governamental* já delineada pelo ainda candidato Jânio Quadros, quando profeticamente anuncia do Cairo, sede política do Terceiro Mundo neutralista, que o Brasil pretende, em duas décadas, compartilhar do círculo restrito das Grandes Potências, dividindo com os Estados Unidos sua hegemonia continental e o ônus da ajuda externa. No mesmo pronunciamento antecipa também o que será uma das linhas mestras de sua política interna, referindo-se à Revolução Cubana, à onda de intranqüilidade que assola diferentes nações latino-americanas e à necessidade de pôr termo à exploração dos trabalhadores agrícola e industrial, pois "a era das vastas plantações está terminando".[146]

A preocupação com a *questão agrária* e com outras medidas de reforma aparece organicamente ligada à projeção internacional brasileira e à questão de sua soberania, reforçando a concepção de que seria indispensável um sólido respaldo interno para que o país definisse as bases de sua vocação hegemônica. A atração pela liderança emergente de Fidel Castro, que tanto parece sensibilizar o Presidente Jânio Quadros, prende-se, talvez, ao fato de haver ele rapidamente projetado uma pequena nação no concerto das demais Nações – e, com ela, seu líder – graças à sintonia entre política externa e apoio popular, conquistada por um intenso programa de reformas.

---

[144] Stablishing relations with New Brazilian Administration, 1º de fevereiro de 1961, John Kennedy Library, National Security Files, Box 12 (secreto).

[145] O mesmo documento atribui a tensão existente ao resultado de um ressentimento passado por ter sido o Brasil tratado pelos Estados Unidos "como se fosse mais uma república de bananas", em evidente alusão ao clássico servilismo das ditaduras das Antilhas, e um *memorandum* confidencial de Leonard Wolf, a 4 de abril de 1961, confirma o agravamento das relações com o Presidente Quadros.

[146] *Jornal do Commercio*, 12 de junho de 1959.

4.2. *A TRAJETÓRIA DA REFORMA AGRÁRIA*

Ainda durante a campanha eleitoral, Quadros define, na Plataforma do Recife, sua disposição de impulsionar grandes transformações no campo, estendendo as leis sociais aos trabalhadores agrícolas e elaborando um projeto de *lei agrária,* a ser submetido ao Congresso, visando a facilitar o acesso à terra e a assegurar à propriedade o seu sentido social. Revela ainda grande empenho em expandir o crédito agrícola, descentralizando-o e simplificando sua obtenção, em estimular a produção de alimentos financiando a lavoura de subsistência, incentivar as cooperativas para culturas alimentares etc.[147]

Vitorioso Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960, graças a esmagador apoio que lhe conferem quase 6 milhões de votos, já nos primeiros dias de seu Governo, a Reforma Agrária vem à pauta, através de lideranças civis e políticas. O Vice-Presidente da Associação Comercial e Deputado federal pela Paraíba, Raul Góes, inspirado na Revisão Agrária do Governador Carvalho Pinto (cuja Mensagem à Assembléia Legislativa se convertera na Lei paulista nº 5.994, de 30 de dezembro de 1960), alerta que "faz-se imperiosa, no Nordeste, uma Reforma Agrária como a do Governador Carvalho Pinto e que a redução das desigualdades sociais na região é indispensável para sustar a disseminação das Ligas Camponesas".[148] Com propósitos diversos, pronuncia-se também o Deputado Fernando Ferrari, que por ocasião da reunião nacional do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), do qual é Presidente, reafirma ser a Reforma Agrária, ampla e profunda, o problema prioritário brasileiro, devendo ter por corolário a solução dos demais problemas nacionais.[149] Como 1ª etapa da mesma, Ferrari enquadra o "Estatuto do Trabalhador Rural", ainda em debate no Congresso, e de sua autoria, e que deverá ser aprovado em regime de urgência na Câmara dos Deputados a 28 de junho de 1961.

É com o mesmo sentido que a Mensagem Presidencial de 15 de março preconiza a extensão da legislação trabalhista ao campo para promover a integração do trabalhador rural à comunidade nacional. Diz a mensagem que:

---

147 *O Estado de S. Paulo,* 20/09/1960, e Vidal dos Santos, *Diário de uma Campanha,* São Paulo, Livraria Exposição do Livro, 1961.

148 *Correio da Manhã,* 12 de fevereiro de 1961.

149 *Correio da Manhã,* 26 de fevereiro de 1961.

"Precisamos ampliar o campo de aplicação da legislação do trabalho, não só territorialmente como para beneficiar maior número de trabalhadores brasileiros(...) É nesse sentido que pretendemos submeter ao Congresso a disciplina do trabalho rural. Não podemos postergar a proteção do direito desses trabalhadores, nem pretender uma verdadeira sociedade nacional se mais da metade da população não dispõe dos instrumentos de sindicalização para se fazer presente. Promovera o Governo a reabilitação do homem do campo, como meio de integrá-lo na vida nacional, a fim de emancipá-lo política, social e economicamente."[150]

E acrescenta que a medida se destina a exercer a "indispensável coerção" com o objetivo de equiparar as populações rurais "aos níveis de progresso e de bem-estar social já alcançados nos meios urbanos".[151] Publicamente, o Governo reforça e encampa, como sua, a proposta de Fernando Ferrari, que ainda encontra resistência no Congresso.

É de notar que as intenções do novo Governo não se limitam à regulamentação das relações de trabalho e que, no referente à questão agrária, não se reduzem a mera retórica; inserem-se em um compromisso global de reorganização jurídica, que responde ao "profundo desajustamento entre a ordenação vigente das instituições e às exigências superiores de progresso, bem-estar e segurança".[152] Dentre as reformas que se fazem necessárias, nesse campo, destaca o Presidente a "aceleração e disciplina do processo de elaboração legislativa", a "discriminação de rendas, permitindo o fortalecimento dos orçamentos estaduais", a "supervisão federal da política", a "alteração da competência do Supremo Tribunal Federal" e, *last but not least,* "a desapropriação por interesse social". Esta última será o foco, neste e nos anos que se seguem, dos mais sérios impasses entre o Executivo e o Congresso.

Tratando diretamente das reformas institucionais necessárias à modernização do regime de propriedade, o Presidente nomeia algumas das matérias que maior polêmica e mais resistências suscitaram ao longo de seus meses de Governo: disciplina seletiva da entrada de capitais estrangeiros, em função das possibilidades do empresariado brasileiro, e disciplina da remessa de seus rendimentos, a fim de que estejam subordinados aos "interesses fundamentais do desenvolvimento brasileiro e da

---

150 Jânio Quadros – *Mensagem ao Congresso Nacional,* Brasília, 1961, pp. 69/70.
151 *Idem.*
152 *Idem,* p. 81.

segurança nacional"; eliminação dos abusos do poder econômico, a fim de garantir "a democracia econômica" e a "justiça redistributiva".[153]

Quanto ao Estatuto da Terra, a desapropriação por interesse social "deverá obedecer às exigências de incremento da propriedade agrícola e de incorporação do homem do campo à comunidade econômica nacional".

> "É por aí que se faz mister pôr cobro tanto aos *latifúndios marginalizados* a qualquer atividade econômica, ou objeto de uma utilização predatória, quanto à utilização da terra para finalidades especulativas ou de entesourização, tal como acontece com as periferias de quase todos os núcleos urbanos do País. Mas a integração da propriedade com o desenvolvimento não se esgota nessas medidas. Supõe também que a criação de um sistema de coerções, sempre orientado pela sua valorização produtiva, que iriam desde as *penalizações tributárias* até a sua transferência efetiva para os que a querem explorar em benefício da comunidade. Isso dentro de um procedimento que, *se deve evitar o confisco, não pode proporcionar ao proprietário ausente, ou descuidado da produtividade de sua terra, o mesmo tratamento dispensado àquele que se transforma num efetivo agente de criação da riqueza nacional.*"[154]

Em outras palavras, o Governo se dispõe a aplicar ao mundo rural uma multiplicidade de medidas que variam da penalização tributária ao confisco, redistribuindo as riquezas em função da produtividade e dos investimentos de capital e de trabalho, de maneira tal que sejam punidos o absenteísta, o especulador ou o inepto, em favor daquele que efetivamente trabalha a terra. Em uma análise de sistema de decisões, estas medidas correspondem ao que Albert Hirschman oportunamente qualificou de "antogonísticas", isto é, aquelas que impliquem transferência de recursos de poder de um grupo social a outro.[155]

Para dar cumprimento aos compromissos definidos na Mensagem Presidencial, constitui-se, em abril de 1961, o "grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra", presidido pelo Senador Mílton Campos, e cujo Secretário Executivo é o economista Pompeu Acioly Borges, já veterano em comissões de natureza idêntica.[156] Os trabalhos do grupo, a despeito das

---

[153] Jânio Quadros, *op. cit.*, p. 85.

[154] *Idem*, p. 85/86.

[155] Albert Hirschman, *op. cit.*

[156] Entre os demais integrantes, constam os economistas Rômulo de Almeida e Inácio Rangel, D. Hélder Câmara, Secretário-Geral da CNBB, os Deputados Barbosa Lima Sobrinho e Nestor Duarte, além de Edgar Teixeira Leite, Vice-Presidente da Confederação Rural Brasileira.

constantes manifestações de interesse do Presidente, só serão concluídos em 1962, já no primeiro Gabinete parlamentarista do Governo João Goulart-Tancredo Neves.

Paralelamente à organização do Grupo de Trabalho, no Congresso, o interesse pela Reforma Agrária persiste através do Deputado José Joffily, da Paraíba, membro da Ala Moça do PSD e da Frente Parlamentar Nacionalista, escolhido Relator de uma Comissão Especial, cujo objetivo é integrar os diferentes projetos de lei apresentados sobre a matéria em um substitutivo único. No momento oportuno, Quadros será um poderoso aliado, por certo com a intenção de reunir a contribuição do Congresso à do Grupo de Trabalho no encaminhamento de um projeto que, técnica e politicamente amparado, possa contar com o endosso público da Presidência.

As manifestações da sociedade civil, especialmente das classes produtoras, não se fazem esperar. Na mesma ocasião, líderes da Confederação Rural Brasileira e de 21 federações entregam ao Presidente da República memorial apontando os rumos desejados da política agrícola, com indicações objetivas sobre a Reforma Agrária. Ainda no mês de abril, entre os dias 17 e 22, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) promove simpósio de alto nível, congregando numerosos especialistas e homens públicos para discutirem recomendações para uma Reforma Agrária brasileira.[157] As conclusões do Simpósio são bastante incisivas:

> "A reforma da estrutura agrária brasileira, atrasada de mais de um século, é uma exigência dos tempos. O desenvolvimento deve subentendê-la. A industrialização deve pressupô-la. Seja qual for o processo de soerguimento econômico de uma nação(...) o problema central é o homem. Não é possível recuperar o homem do campo no Brasil, isto é, 65% de sua população, sem lhe dar o instrumento por excelência, que é a propriedade da terra".[158]

---

[157] Dele participam, entre outros, Edgar Teixeira Leite, o Pe. Fernando Bastos D'Ávila, João Camilo de Oliveira Torres, José Bonifácio Coutinho Nogueira (Secretário de Agricultura de São Paulo), Lynn Smith, José Gomes da Silva e Wanderbilt Duarte de Barros. Fazem parte da Mesa Diretora: Juarez Távora, Dênio Nogueira, Gladstone Chaves de Melo, Gustavo Corção, Hildgard O'Reilly Sternberg e Ivan Hasslocher, Superintendente do IBAD. Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), *Recomendações sobre Reforma Agrária*, Rio de Janeiro, 1961.

[158] Instituto Brasileiro de Ação Democrática, *op. cit.*, p. 294.

A reforma agrária impõe-se também como uma inadiável solução política que permitirá a consolidação do regime democrático:

> "A reforma agrária é um instrumento eficaz de democratização e promoção social de que lançam mão hoje os Governos dos mais diversos matizes, com maior ou menor sucesso, mas todos obedientes à necessidade de ascensão das massas camponesas, que é uma das constantes de nossa época. A democracia não se exerce no vácuo. O exercício do voto exige certas condições mínimas, aquelas que se caracterizam como dever consciente e não como gesto de autômato. A miséria, a doença, a subnutrição são outras tantas formas de dependência, incompatíveis com o regime democrático."[159]

Sem tocar na delicada questão de uma possível reforma constitucional, e sem propor, portanto, alterações na Constituição de 1946, o Simpósio do IBAD ordena numerosas sugestões e propostas que serão, em futuro próximo, encampadas pela Aliança para o Progresso e que incluem a criação de cooperativas, uma política de colonização e de democratização dos créditos em apoio ao pequeno produtor, alfabetização e a criação de uma *autarquia* encarregada de coordenar e executar uma reforma de estrutura.

Acrescenta ainda que medidas isoladas, tais como aumentos salariais e extensão da legislação trabalhista, não ferem o cerne da questão, que é a existência de uma estrutura agrária obsoleta, que só pode ser reformulada pela *desapropriação de terras* e por sua venda a preços módicos e financiamento a longo prazo, a fim de que se crie efetivamente uma camada de pequenos e médios proprietários rurais. Como medida de urgência, sugere a desapropriação de áreas que margeiam estradas e obras de melhoramento (açudes etc.) para que essas benfeitorias não favoreçam uma "ridícula minoria de proprietários".[160]

No que se refere ao posicionamento dos proprietários de terras, a posição oficial do grupo é propositadamente eqüidistante e moderada, condenando os que se apegam a arraigados preconceitos e se recusam a aceitar inevitáveis mudanças e procurando ganhar aqueles que se revelam mais abertos e receptivos às transformações que se anunciam.

Desde logo, o cerne da questão parece residir, para todos os que dela se ocupam, na delicada questão do financiamento. O IBAD aceita os

[159] *Idem*, p. 293.

[160] Instituto Brasileiro de Ação Democrática, *op. cit.*, pp. 294/295.

preceitos constitucionais de pagamento prévio em dinheiro, através de tributações oriundas do imposto territorial, tal como o fizera Carvalho Pinto em São Paulo, e admite que a Reforma Agrária é, por definição, dispendiosa. Como medidas complementares, ou alternativas, propõe também o pagamento facultativo em títulos ou bônus valorizados no mercado de capitais, ou em ações das grandes empresas de economia mista sob o controle do Estado, que as entregaria, dessa forma, ao domínio privado.[161]

As demais forças sociais não se manifestam com tanta clareza. No entanto, mesmo imprecisamente, o cenário político acusa, com arrojo surpreendente, suas novas disposições reformistas.

No mês de maio, também a Igreja se pronuncia: os Bispos da província eclesiástica de Belo Horizonte, em mensagem a sacerdotes e fiéis, destacam a premência da Reforma Agrária, e D. Eugênio Salles, pioneiro batalhador pela sindicalização rural no Nordeste, em sessão plenária do "2º Congresso Brasileiro de Serviço Social", afirma, na ocasião, que "é tão importante multiplicar fábricas como realizar uma corajosa e viril Reforma Agrária".[162]

Também o ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Alcino de Paula Salazar, já havia destacado a premência da Reforma. Por outro lado, Francisco Julião, recém-chegado de Cuba, revela-se disposto a iniciar campanha cívica que divulgue a luta das Ligas pela Reforma Agrária – dado novo que anuncia (em sentido inverso ao que havia sido proposto por Raul de Góes em fevereiro) o empenho recente das populações rurais na implementação de uma nova política agrária, enquanto as parcelas mais interessadas das classes produtoras viam nas Reformas uma forma eficiente de desmobilizá-las.

Em clima de aparente consenso, alguns Governadores, usando de suas atribuições, procuram incentivar medidas de reformulação agrária em seus respectivos Estados.

Carvalho Pinto, como vimos, já obtivera a aprovação de uma revisão agrária que, embora moderada, levanta protestos. De fato, se, por um lado, a lei estabelece condições difíceis ao pagamento da terra, que alijam os eventuais beneficiários, por outro, a penalização tributária é extremamente severa, correspondendo a uma taxação de 2% (progressiva) sobre o valor da terra nua.[163] Em sua trilha segue Leonel Brizola, que, nesse

---

[161] *Idem*, pp. 253 a 258.

[162] *Correio da Manhã*, 17 de maio de 1971.

[163] Lei nº 5.994, de 30 de dezembro de 1960, do Estado de São Paulo, artigo 19. A taxação introduzida era, no caso, bem superior à que foi estabelecida pelo Estatuto da Terra (0,2%).

momento, exorta à "revisão do arcaico arcabouço do Rio Grande do Sul", justificando que "desenvolvimento econômico significa prática permanente das reformas redistributivas".[164] Antigo defensor de uma reforma constitucional que permitisse Reforma Agrária com desapropriação por interesse social, na oportunidade, Brizola declara que a Reforma Agrária é necessária, mesmo com critérios de indenização "um tanto duros".[165] Celso Peçanha, do Estado do Rio, parece também aberto a novas medidas, pois anuncia a necessidade de criar comissões com representação mista de Associações Rurais e Federações de lavradores e de realizar o levantamento das terras devolutas do Estado.[166]

Nesse momento inicial de reativação do campo político em favor da Reforma Agrária, uma voz se eleva sobre as demais propondo medidas jurídicas já anteriormente defendidas: é a do jurista Carlos Medeiros Silva, vice-Presidente da antiga Comissão Nacional de Política Agrária e ex-Consultor-Geral da República, que defende a necessidade de Reforma Constitucional distinguindo a desapropriação por *interesse social* da desapropriação por *necessidade ou utilidade pública.* Esclarece que uma verdadeira Reforma Agrária teria êxito somente se fosse reformada a Constituição. Antes disso, o primeiro obstáculo a ser vencido seria o da conceituação do que seria desapropriação por interesse social como modalidade diversa da desapropriação por necessidade ou utilidade pública:

> "Foi ela assim concebida na elaboração constitucional, mas a corrente conservadora não aceita a inovação e pretende identificá-la com as fórmulas tradicionais, incompatíveis, por sua natureza, com a revenda do bem expropriado. Para vencer tal resistência, manifestada na Câmara dos Deputados, Hermes Lima redigiu emenda ao art. 147 da Constituição, libertando-o de remissão ao art. 141, parágrafo 16, como membro da Comissão de Juristas, organizada pelo Ministro Nereu Ramos em 1956."

Com esta iniciativa, Hermes Lima procurou dissociar no texto constitucional as duas modalidades de desapropriação, abrindo caminho, no caso da desapropriação por interesse social, a formas de pagamento estabelecidas em lei.[167]

---

[164] *Correio da Manhã,* 20 de maio de 1961.

[165] *Jornal do Commercio,* 13 de dezembro de 1959; *Correio da Manhã,* 10 de maio de 1961.

[166] *Correio da Manhã,* 6 de maio de 1961.

[167] *Correio da Manhã,* 7 de maio de 1961. Cf. Hermes Lima, *op. cit.,* pp. 167/168.

Conclui Carlos Medeiros que a justa distribuição da propriedade com o objetivo de dar-lhe uma destinação social implicava necessariamente a aquisição para revenda. Enormes seriam os ônus da operação, se observados, na desapropriação por interesse social, os trâmites próprios das demais fórmulas de expropriação. O custo da terra, assim adquirida, não permitiria sua alienação aos que quisessem, sem capital, lavrá-la.

A 2 de julho de 1961, a reforma constitucional ganha, oficialmente, novos adeptos. Por ocasião da 13ª Convenção Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o partido reativa a bandeira das "reformas de base" – consagradas pelo líder trabalhista Alberto Pasqualini – que deveriam ser executadas através de leis ordinárias e de *emendas à Constituição*.

O substitutivo de José Joffily, ao contrário, prevê indenização das terras desapropriadas segundo o valor declarado para fins de imposto territorial (e por isso mesmo artificialmente baixo), o que permitiria, portanto, ao poder público, contornar os obstáculos políticos e constitucionais ao pagamento em títulos sem lesar frontalmente as determinações da lei. Sugere também que, em vez de generalizar indiscriminadamente as áreas desapropriáveis, eleja-se órgão executivo de Reforma Agrária para determinar as zonas prioritárias, que estão sob forte tensão social.[168] Uma vez o trabalho concluído, Joffily busca o necessário respaldo político para a sua aprovação na Câmara e, futuramente, no Senado.

No entanto, as dissidências parecem aflorar ao nível do próprio partido da maioria, o PSD, ao qual pertence o Deputado José Joffily. O Deputado Gileno de Carli, também do PSD (Pernambuco), respeitado técnico e especialista em questões de agroindústria canavieira e ligado às classes produtoras, apresenta a 13 de julho, na Comissão de Economia da Câmara, projeto chamado "Lei de Acesso à Terra", que colocará o seu partido diante de inevitável dilema. No dia 17, Joffily apresenta seu parecer sobre a matéria, propondo "que a Reforma Agrária se faça por etapas, a começar pela eliminação do latifúndio". No dia 25, discute-o no Conselho Nacional de Economia, declarando-o aprovado pelo Presidente da República, pelos líderes do PSD e do Governo. A 29, o projeto é remetido para o plenário da Câmara, sob a advertência de seu autor de que "façamos hoje um pouco de Reforma Agrária para que amanhã outros não façam a Revolução Agrária".[169]

---

[168] Entrevista com José Joffily, CPDOC, 10/06/1978.

[169] *Correio da Manhã*, 18/07 e 29/07/1961.

Quadros e a estrutura agrária

A 3 de agosto, o Presidente Jânio Quadros reforça publicamente a proposta de José Joffily, proclamando a caducidade da estrutura agrária brasileira e o combate frontal ao latifúndio.

> "Proclamo aquilo que toda a Nação reconhece: está caduca a *estrutura rural* brasileira. A reforma agrária já não é, assim, tema de discurso, mas objeto de ação imediata: ação legislativa e ação executiva...
>
> A afinidade entre as linhas fundamentais dos estudos do Grupo de Trabalho presidido pelo Senador Mílton Campos e as do parecer do Conselho Nacional de Economia com o projeto da Comissão Especial da Câmara é indicativa de que está formada uma *consciência nacional* sobre a condução do problema. A primeira etapa é eliminar o latifúndio e condicionar a posse da terra e a monocultura ao interesse social, inclusive para respeitarmos o imperativo constitucional.
>
> Para executar essa medida inicial e modular, o dispositivo sugerido pelo Deputado José Joffily, Relator daquele órgão parlamentar, parece possuir as características necessárias: simplicidade, elevado nível administrativo, rigoroso critério de composição, flexibilidade de movimentos, tempo integral do trabalho e ação direta em cada região."

E conclui:

> "Se assim entender o grupo de trabalho presidido pelo eminente mineiro e a Comissão Federal de Reforma Agrária (COFRA) transformar-se em lei, terá o máximo apoio do meu Governo, cujo compromisso é tornar efetiva a *reforma agrária integral* que corresponda às necessidades sociais, econômicas e técnicas do país."[170]

Pouco antes, Quadros havia tomado medidas relevantes para o pequeno produtor, até então totalmente excluído do sistema oficial de créditos, quando liberou a quantia de 550 milhões de cruzeiros, depositados pelo Serviço Social Rural em 11 agências da Caixa Econômica do Norte e do Nordeste, a serem utilizados em financiamentos prioritários para os trabalhadores sem terra.[171]

---

[170] A Declaração do Presidente Jânio Quadros resultou de um contato com José Joffily, no qual Quadros lhe assegurou apoio ao substitutivo em tramitação e revelou-lhe a intenção de endossá-lo publicamente. *Correio da Manhã*, 03/08/1961 e entrevista com José Joffily, CPDOC, junho de 1978.

[171] *Correio da Manhã*, 27/07/1961.

O apoio formal de Quadros ao Substitutivo Joffily confirma declarações de Pompeu Acioly, Secretário Executivo do Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra, de que a solução para o problema de Reforma Agrária seria apressada com o apoio do Chefe do Governo. Também o Secretário de Agricultura de São Paulo, José Bonifácio Coutinho Nogueira, reforça o substitutivo, que, segundo ele, havia sido enriquecido pelas sugestões dos Deputados da Comissão Especial e pelos estudos do grupo nomeado pelo Presidente da República. Acrescenta que uma legislação de âmbito nacional poderia ser complementada pela ação dos Governos estaduais.[172] Também líderes da Juventude Agrária Católica de 10 Estados, reunidos em seminário no Rio de Janeiro, se propõem a lutar por uma reforma agrária total, "e não por simulacros e paliativos".[173]

4.3. *O IMPASSE*

No entanto, as contrapressões rapidamente se organizam: os proprietários rurais falam através de seu líder mais expressivo, Iris Meinberg, Presidente da Confederação Rural Brasileira, que, no Dia do Agricultor (27 de julho), conclama os líderes da classe a permanecerem alertas às modificações que se avizinham, especialmente à Reforma Agrária. Preconiza um sistema de garantias mínimas, "sem saltos e sem o propósito demagógico da simples entrega da terra, porque isso, sem o financiamento, orientação técnica e adoção de outras providências paralelas, apenas serviria para aumentar as dificuldades no campo social".[174] A 9 de agosto, a Presidência da CRB nega formalmente apoio à proposta encaminhada pela Comissão Especial. No mesmo momento, revela o ex-Ministro João Cleofas, da UDN, e tradicional usineiro, que as idéias do Substitutivo Joffily não eram novas e copiavam, na íntegra, vários dispositivos de antigo trabalho realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, por ele presidida quando Ministro da Agricultura de Vargas.

Na Câmara também as dificuldades políticas se avolumam. Um grupo conservador advoga a tese da intocabilidade da propriedade privada, sugerindo que qualquer Reforma Agrária deve limitar-se às terras devolutas.[175]

Já na última convenção do PTB, uma corrente preconiza apoio à política externa do Governo e rompimento com o PSD, o que poderia ser,

---

[172] *Correio da Manhã*, 02/08/1961.
[173] *Correio da Manhã*, 04/08/1961.
[174] *Correio da Manhã*, 28/07/1961.
[175] *Correio da Manhã*, 30/07/1961.

talvez, proveitoso para o Presidente Jânio Quadros, mas não, provavelmente, para o Projeto de Reforma Agrária que pretende aprovar, defendido por um dos próceres renovadores pessedistas. De fato, no mesmo dia em que Jânio se pronuncia pelo Substitutivo Joffily, Almino Afonso, líder petebista, pede preferência para o Projeto Coutinho Cavalcanti, embora sabendo que não seria aprovado. A sugestão servia para marcar posição, e "assustar" os pessedistas e alguns udenistas.[176]

As possibilidades de aprovação dependem, pois, cada vez mais, do PSD, partido majoritário que, ele também, se divide. Em face da reação dos "ruralistas", que vêem na Reforma Agrária uma ameaça à propriedade privada, o Projeto Gileno de Carli ganha crescente apoio, forçando o Presidente do PSD, Amaral Peixoto, a desenvolver esforços no sentido de encontrar a fórmula conciliatória entre os projetos Joffily e de Carli, e que una o partido. A Ala Moça do PSD, coesa em torno do primeiro, critica Juscelino Kubitschek, enquanto líder do partido, por sua omissão sobre a matéria, embora a Frente Parlamentarista Nacionalista, liderada por Bento Gonçalves, lhe dê integral apoio; a 23 de agosto de 1961, poucos dias antes da renúncia de Jânio, a bancada do PSD rejeita, sob o aspecto constitucional, o Substitutivo José Joffily de Reforma Agrária, cortando sua possibilidade de discussão em plenário.

A 25 de agosto, Jânio Quadros renuncia, deixando o país entregue a uma das mais graves crises de sua história republicana. Em meio a um clima de confrontos e incertezas, a Confederação Rural Brasileira, no dia 27, distribuiu nota afirmando que apóia o Projeto de Reforma Agrária do Deputado Fernando Ribeiro (UDN-MT), que não envolvia ameaças à propriedade particular.

A Reforma Agrária não foi a única medida reformista que o Governo Jânio Quadros se propôs a implementar. Além de sua política externa, de efeitos, a longo prazo, irreversíveis, outras medidas, de objetivos e amplitude diversos, foram encaminhadas. O crédito ao pequeno produtor, por exemplo, coincidindo com os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e com as recomendações do Simpósio do IBAD, e posteriormente incrementado, com grandes repercussões sociais, durante o Governo Arraes em Pernambuco.

Em entendimentos com a Igreja, já iniciados durante a campanha presidencial, Quadros apóia, em início de 1961, as iniciativas da CNBB de estender, com ajuda financeira federal, a experiência de escolarização pelo rádio (já implantada nas dioceses de Natal e Sergipe) para outras regiões

[176] *Correio da Manhã*, 03/08/1961.

do país. Em Sergipe, o ensino pelo rádio, sob o controle de D. José Távora, visava prioritariamente à alfabetização de camponeses adultos, experiência que se intensificará, com enorme impacto, durante o Governo Goulart.[177]

Também uma Lei de Remessa de Lucros é encomendada à assessoria direta do Presidente, que a ele envia duas propostas, uma mais moderada, elaborada por Otávio Gouveia de Bulhões, da SUMOC, e encaminhada através do Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, e outra, de iniciativa de João Agripino, Ministro das Minas e Energia, e de conteúdo mais nacionalista.[178] Após exame atento, a Presidência remete à Câmara projeto de lei que será defendido, junto com outras medidas, como a lei antitruste, bem como a de Reforma Agrária, por Deputados da Frente Parlamentar Nacionalista, em tumultuada sessão da Câmara nas horas que antecedem a renúncia de 25 de agosto.[179]

Essa proliferação de medidas abala, sem dúvida, velhos acordos políticos e obedece, provavelmente, a uma estratégia de antemão definida. Como contrapeso, Quadros pode contar com o apoio das classes produtoras graças à boa acolhida de sua política financeira, que reequilibra as despesas internas e abre caminho a importantes créditos no exterior, concluídos na Conferência de Punta Del Este dias antes da renúncia.[180] O fato torna ainda mais eloqüente a dimensão da crise, pois sabemos que, por ocasião da renúncia, Mariani, o mais sólido bastião do Governo, encontrava-se – por razão alheia ao impasse político imediato – demissionário.

4.4. *A RENÚNCIA: QUESTÃO MILITAR E HETERONOMIA POPULISTA*

Pelo muito que se falou do impasse que culmina com a renúncia, pretendemos apenas, em breves linhas, analisar as dificuldades decorrentes

[177] Emanuel de Kadt, *Catholic Radicals in Brazil,* Oxford University Press, London, New York, 1970, pp. 22/24. Trata-se do Decreto Presidencial nº 50.370, de 21 de março de 1961, que financia o MEB (Movimento de Educação de Base), através da CNBB, na organização de escolas radiofônicas nas regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

[178] Entrevista com Clemente Mariani, CPDOC, 09/05/1978.

[179] Mário Vitor, *Cinco Anos que Abalaram o Brasil,* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, pp. 302/303.

Partem em defesa do Presidente Jânio Quadros, identificando-o à bandeira nacionalista de Vargas, os Deputados Sérgio Magalhães e Osvaldo Lima Filho.

[180] Ver Clemente Mariani, *Discurso na transmissão do cargo de Ministro da Fazenda,* 11/09/1961.

das inovações programáticas introduzidas, em função do suporte social, político e partidário em que se apóiam.

Hélio Jaguaribe, em seu clássico trabalho sobre a renúncia do Presidente Jânio Quadros, escrito no calor dos acontecimentos,[181] já chamara a atenção para o fato de que, mais além das interpretações psicológicas e maquiavélicas, sem dúvida procedentes, e que explicariam a opção e os riscos pessoais pela renúncia, encontram-se condicionamentos mais profundos, advindos da contradição entre as mensagens de renovação social e o esquema militar no qual se apóia para executá-las. Essa contradição, segundo ele, se espelha na composição heterogênea dos votos que o elegem (de esquerda e de direita), e em "sua vocação reformista" ao lado de seu "encapsulamento pequeno-burguês".

> "(...) É o que levou, sem dar conta dos riscos, a apoiar-se num dispositivo militar de extrema-direita, uma política de reformas muito mais radical do que aquelas contra as quais aqueles mesmos militares vinham continuamente se sublevando".[182]

Embora o autor aponte algumas evidências para demonstrar o fato de que o dispositivo militar de Jânio Quadros falhara (e um deles é a rapidez com que sua Casa Militar aceita a renúncia, e a considera irreversível, e outro, não menos importante, são as rearticulações lacerdistas no Exército), como argumentação principal resta a evidência, em si mesma expressiva, de que o passado de seus Ministros militares, e de alguns de seus principais assessores, seria indiscutivelmente ligado às correntes que, nos últimos anos da História brasileira, se haviam alinhado contra as Reformas, nos Governos de Vargas e de Kubitschek.

Os militares e a renúncia de Jânio

A despeito da lógica da argumentação, a *questão militar* não foi de todo esclarecida, e muitas vezes não corroboram a importância que a ela se atribui. A nota oficial do Presidente, justificando a renúncia, exime as Forças Armadas de qualquer responsabilidade pelo ato e não lhes poupa inequívocos elogios,[183] o que

[181] Hélio Jaguaribe, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, novembro, 1961, vol. 1, nº 1.
[182] Hélio Jaguaribe, *op. cit.* p. 289.
[183] Em documento à Nação, lido na Câmara pelo Deputado Dirceu Cardoso, Jânio Quadros declara: "Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram, dentro e fora do Governo, de *forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes, proclamo nessa oportunidade.*"

poderia apenas significar a intenção de voltar, carregado por elas. Mais sugestivas são as declarações recentes, em que Jânio Quadros confirma a nota, nos mesmos termos em que o fez na época, negando aos militares parte ativa na conspiração em ascenso. Seu Chefe da Casa Civil, Quintanilha Ribeiro, dá declaração de teor idêntico.[184] A mesma interpretação nos é fornecida pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Cordeiro de Farias, que não apenas nega hostilidade geral ao Presidente naqueles momentos de crise, como também refuta a idéia de que Jânio preparava um golpe militar contra o Congresso e as instituições, uma vez que seus auxiliares diretos não haviam sido consultados nem sondados. Como a nação, no Rio e em Brasília, os militares foram também, a despeito dos descontentamentos declarados com a política externa, tomados de surpresa.[185] Daí concluirmos, até que novas evidências apareçam, que a ação das Forças Armadas nas origens da renúncia tenha sido mais corretiva e arbitral, autonomizando-se apenas quando configurada a irreversibilidade do gesto e da crise.

Se não foi marcadamente militar, como se forjou o impasse político? O mesmo Hélio Jaguaribe aponta caminhos que nos elucidam, quando insiste na heterogeneidade das bases eleitorais, já definidas durante a campanha, em que o *moralismo*, de cunho mais udenista (cujo símbolo é a vassoura) vai de encontro a antigas reivindicações esquerdistas, com o aceno a uma política externa independente e de relações com os países do bloco comunista.

A luta sem tréguas contra o *peleguismo* e o *negocismo* expressa também fortes contradições, muito típicas do *estilo populista*, uma vez que o Estado, diante da heteronomia das forças políticas, assume o duplo e intrincado compromisso de combater ao mesmo tempo os desvios "de cima" e "de baixo". Daí a coexistência de medidas tão socialmente polarizadas quanto a "lei contra os abusos do poder econômico" e o combate ao contrabando ao lado das comissões de sindicância contra os Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e do SAPS (Serviço de Assistência da Previdência Social) na esfera trabalhista de Jango.[186] Essa

[184] Em entrevista histórica ao jornal O *Pasquim*, Jânio Quadros afirma de maneira incisiva: "Nunca tive nenhum problema, de nenhuma natureza, com os militares." E em resposta à pergunta se não teriam feito parte das forças de pressão, responde categoricamente: "Não." O *Pasquim*, 24 a 30 de junho de 1977, p. 24, Castilho Cabral, *Tempos de Jânio e Outros Tempos*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

[185] Entrevista com o Marechal Osvaldo Cordeiro de Farias, dezembro de 1979.

[186] Mário Vítor, *op. cit.*, p. 158.

complicada arbitragem não pode ser exercida senão através de uma autoridade pessoal quase ilimitada, que alça o poder intervencionista da Presidência bem acima das forças em confronto na arena política e que as controla ao sabor das injunções imediatas da conjuntura. Este parece ser o verdadeiro sentido dos "bilhetinhos" que sobrepõem a vontade do Presidente – expressão dos anseios do "povo" e da sociedade – aos interesses particularistas de uma paralisante máquina administrativa.

Mais além do *estilo populista* definido por Jânio encontram-se também, justapostos, os projetos de forças sociais antagônicas que encontram parcialmente sua expressão nos partidos. Dessa forma, desde sua campanha e mais ainda no seu Governo, defende uma severa política de contenção monetária que contraria frontalmente a herança juscelinista e inspira vigorosos ataques de setores da esquerda e do Partido Comunista. Tais medidas consolidam seus laços com as classes produtoras, temerosas diante de uma incontrolável escalada inflacionária, e tranqüilizam as fontes financiadoras internacionais e os Estados Unidos, quanto à seriedade de seu projeto que, ao mesmo tempo em que agita a sociedade, abrindo novas frentes, consolida também a coesão social dos grupos econômicos internos. É expressão cabal desse acordo tácito o entrosamento existente entre o Presidente e o seu Ministro da Fazenda, que perdura, nesse particular, ao longo dos sete meses de sua gestão.[187]

Também datam da campanha presidencial as aproximações com a esquerda dos partidos, que embora muitas vezes hostil às dissonâncias janistas e francamente refratária à política financeira tem por muitos itens de seu programa uma incontida simpatia. Sem dúvida que para isso contribuem as vinculações trabalhistas do candidato, já apontadas por Juracy Magalhães como obstáculo à sua homologação na convenção da UDN.[188] É com esses grupos – reformistas, trabalhistas, nacionalistas – que o Governo pretende contar como cunha através da qual se efetive uma bem-sucedida penetração pelos umbrais do Congresso. Os estímulos que oferece ao Substitutivo José Joffily e os entendimentos que com ele mantém, antes e depois de eleito, são bem indicativos da busca assistemática de alianças com o Congresso, acima do entendimento formal com os partidos.[189] É igualmente elucidativo da tendência à aproximação com as esquerdas o telegrama que Quadros endereça, em dezembro de 1959, ao Deputado Francisco Julião, congratulando-o pelos artigos que escreveu

[187] Entrevista com Clemente Mariani, *op. cit.*
[188] Mário Vítor, *op. cit.*, p. 39/40.
[189] Entrevista com José Joffily, *op. cit.*

sobre as Ligas Camponesas no jornal *O Estado de S. Paulo* e que, segundo ele, puseram o povo paulista a par de sua luta pela Reforma Agrária, através das Ligas.[190]

A defesa final do Governo, realizada pelos Deputados Sérgio Magalhães e Oswaldo Lima Filho, na última sessão do Congresso que precede a renúncia, caminha no mesmo sentido: com o endosso da Bossa Nova da UDN (Ferro Costa, Gabriel Passos, e outros), da Ala Moça do PSD (José Joffily) e da frente trabalhista (que incluía Ferrari), prenunciavam-se substanciais mudanças acima dos partidos que, com o reforço provável do "Movimento Popular Jânio Quadros" (MPJQ), poderiam estimular a formação de uma frente governista.[191]

Apoiando-se nas classes produtoras e, desordenadamente, aproximando-se da esquerda parlamentar, Jânio tenta implementar seu programa reformista, agindo política e ideologicamente acima delas: em entrevista recente, o ex-Presidente reconhece que seus compromissos com as *reformas* não devem ser tomados com uma conotação de *esquerda,* a que ele sobrepõe a identidade com a democracia:

> "Há quem suponha que, sendo favorável ao divórcio, ao voto do analfabeto, a uma lei severa de remessa de lucros, à Reforma Agrária, seja eu um homem de esquerda ou tenha compromissos com a esquerda. Não tenho. Sou um democrata que acredita que as democracias modernas não sobrevivem a não ser no atendimento às reivindicações irresistíveis de todas as camadas da população e particularmente das mais sofridas e necessitadas, pois essas reivindicações serão atendidas de uma forma ou de outra."[192]

4.5. *EM BUSCA DE UM NOVO MODELO: AINDA A POLÍTICA DOS GOVERNADORES*

Evidentemente, a estratégia janista não se limitava ao Congresso, ainda reduto de um PSD enfraquecido. Incluía também as articulações

[190] *O Estado de S. Paulo,* 17/12/1959. Esses contatos entre Jânio e Julião se estreitam durante viagem comum a Cuba, durante a campanha, mas não se concretizam em aliança política por estar Julião comprometido com a candidatura do General Lott. *Entrevista com Francisco Julião,* Tepoztlan, México, dezembro de 1977.

[191] A propósito do "Movimento Popular Jânio Quadros" (MPJQ), ver Castilho Cabral, *op. cit.*

[192] Entrevista a *O Pasquim, op. cit.*

estaduais – Governo a Governo – através das quais pretendia sobrepor o *poder de fato* dos órgãos executivos ao *poder de veto* do Congresso. Com esta modernizante "política dos Governadores", já apontada em sua "Mensagem Presidencial ao Congresso", Jânio procura fortalecer o *eixo populista* que o aproxima dos Governadores e de alguns Prefeitos. Leonel Brizola, Mauro Borges e Miguel Arraes, entre outros, manterão surpreendente proximidade com a Presidência. Tal proximidade oportunamente esvaziaria as funções tradicionais e clientelísticas do Congresso.[193]

O apoio aos Governadores consubstancia-se em ajuda financeira e administrativa através das "reuniões de Governadores" que tinham como objetivo reforçar o desenvolvimento regional e reduzir os desequilíbrios internos. Com isso, o novo Governo dispõe-se a neutralizar a severidade juscelinista que havia castigado Estados como o Rio Grande do Sul, por exemplo, em favor de projetos mais ambiciosos na órbita federal.[194]

Também entre os Executivos do Nordeste os novos métodos surtem benéficos efeitos políticos, parecendo corresponder a uma ofensiva geral no sentido de neutralizar o clientelismo e o tradicionalismo. Nesse particular, é bem sugestiva a amarga hostilidade que o Presidente retrospectivamente revela contra o DNOCS e os latifúndios:

> "O DNOCS convertera-se de Departamento da Viação em patrimônio de alguns Chefes políticos. Toda sua maquinaria e todo seu pessoal estava a serviço dos latifúndios do Nordeste, pertencentes aos grandes senhores-de-engenho. A primeira coisa que pedi ao então Coronel (Albuquerque Lima) foi que tirasse o DNOCS do asfalto de Copacabana e o levasse para Fortaleza. O Coronel só conseguiu reaver algumas das máquinas do DNOCS arrombando porteiras com tropa armada. Há

---

[193] Gláucio Soares e Celso Furtado chamaram a atenção para o fato de que o *locus* do poder populista é o *Executivo*, em oposição ao comportamento mais conservador do Congresso. Tais observações elucidam a estratégia governamental acima descrita.

Ver Gláucio A. D. Soares, "Brasil: política de un desarrollo desigual". *Ciências Politicas y Sociales*, 32, abril 1963; e Celso Furtado, *Brasil: Tempos Modernos*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977 (2ª ed., 1ª edição em francês, 1967).

[194] No Rio Grande do Sul a "1ª Reunião de Governadores" beneficia a região com a criação do Conselho de Desenvolvimento Regional e do Banco Regional de Desenvolvimento, e ainda com financiamento para construção de rodovias para escoamento da produção. Além disso, a política estabilizadora de Mariani no Ministério da Fazenda, com a Instrução nº 204, recupera também, para o Estado, as divisas de exportação apropriadas pelo Governo federal através de sua política protecionista industrial. Entrevista com Clemente Mariani, *op. cit.*, e com Leonel Brizola, Nova York, 17/11/1977.

muito estavam incorporadas em definitivo ao patrimônio particular de fulano, beltrano, sicrano...

É apenas um pobre detalhe, mas nesse instante alijei os setores dos donos de latifúndios no Nordeste".[195]

Em contrapartida, as alianças no Nordeste parecem tecer-se na órbita dos Executivos modernizadores – como Cid Sampaio, Pedro Gondim e outros, bafejados por uma política de composição mais aberta com grupos até então excluídos, e comprometidos com transformações sociais na região.

Já na campanha presidencial Jânio conquista enorme simpatia, dividindo as bases locais do PSD, com um capítulo de seu programa denominado "política de desenvolvimento regional", e é em Recife que faz um dos mais importantes pronunciamentos definindo sua plataforma política, nela incluindo, ao mesmo tempo, estabilidade financeira, estímulo à agricultura e Reforma Agrária. Para um candidato com sólidas bases paulistas, tal compromisso constitui importante somatório que garante um espetacular êxito eleitoral. Em seu Governo, reforça a SUDENE, promovendo seu Superintendente, Celso Furtado, a Ministro sem pasta, com estatura condizente com os problemas que a região enfrenta. Clemente Mariani é também um incansável defensor de uma política regional mais equânime em favor dos Estados exportadores, que vêm transferindo suas rendas para o Sul em uma sangria crescente.

Na "2ª Reunião de Governadores", a 26 de maio, Quadros fornece substancial apoio a Pernambuco e à Paraíba. No total, segundo declarações do Ministro João Agripino, das Minas e Energia, a ajuda atingiu a cifra significativa de 50 bilhões de cruzeiros.[196]

Nas demais reuniões, com Governadores da Guanabara, São Paulo e Estado do Rio, a generosidade do Governo deve ter correspondido às expectativas, pois ao final o Governador Carlos Lacerda, da Guanabara, declara: "O Presidente Jânio Quadros não veio aqui em vão..." "Quero dizer ao povo do meu Estado que a Guanabara hoje se integrou realmente na Federação".[197]

Assim, se é certo que no plano financeiro sérias foram as medidas de contenção adotadas, no que se refere à órbita dos Estados, as dádivas foram compensadoras, contando com o apoio integral de seu Ministro da Fazenda, ardente defensor do Estado e zeloso guardião da integridade

[195] Entrevista de Jânio Quadros a O *Pasquim, op. cit.*

[196] Mário Vítor, *op. cit.*, p. 147.

[197] *Idem*, p. 151.

federativa. Em exposição à Câmara de Deputados, o Ministro da Fazenda explicita as razões de sua nova política:

> "O que não nos parece, entretanto, compatível com o regime democrático e federativo e com os princípios constitucionais que regulam a distribuição das rendas é utilizar-se o Poder Executivo dessa regulamentação como processo de realizar, através do câmbio, e sobrepondo-se ao Congresso, a subversão daqueles regimes e desses princípios, criando um sistema de favoritismo para determinadas atividades à custa de outros setores da economia nacional, com a agravante de que esse favoritismo possa resultar em discriminação entre uma e outra região do país, inclusive sacrificando em alguns Estados rendas tributárias que lhes foram asseguradas pela Constituição. Tal procedimento importa promover o descontentamento geral, provocando queixas de umas classes contra as outras classes econômicas, de regiões contra regiões e até mesmo, como temos visto, de Estados contra Estados, fomentando a intranqüilidade social e política, comprometendo o desenvolvimento econômico harmonioso, aumentando os desníveis de riqueza entre Estados e indivíduos, ameaçando, enfim, o regime democrático e a unidade nacional".[198]

4.6. *O CONFRONTO COM O CENTRO*

A réplica de Jânio à administração paralela de JK foi a administração direta, que, embora bem-sucedida, deixa-o, nos graves momentos da crise, em perigoso isolamento. De Brasília, as distâncias eram muito grandes entre os núcleos periféricos e o centro de poder, e a Guanabara, onde sediava seu principal adversário, Carlos Lacerda, mantinha ainda sua incontestável liderança. Os elos de lealdade com os amigos recentes (trabalhistas, nacionalistas) eram ainda frágeis e tinham a dividi-los o inquebrantável culto à figura de Vargas, do qual Jânio Quadros não partilhava. A política externa gerava sérios atritos com a UDN e suas principais lideranças, e com os Estados Unidos, o que estremecia suas bases militares. A hostilidade ao PSD deixava-o isolado no Congresso.[199]

---

[198] Clemente Mariani Bittencourt, Exposição do Ministério da Fazenda à Câmara dos Deputados, *A situação Financeira do País e a Instrução nº 204*, Departamento de Imprensa Nacional, 1961, p. 4.

[199] É sugestiva, ao final, a aliança entre Armando Falcão e Carlos Lacerda que, de certa forma, prenuncia a solidez da resistência a Quadros.

O fracasso da Reforma Agrária, se não importante em si mesmo, foi, possivelmente, o indicador, às vésperas da renúncia de que o poder das forças tradicionais era grande, e o dos reformistas desproporcionalmente pequeno. Com a classe política desigualmente dividida – abertamente hostil à direita e *pulverizada* à esquerda, pois numerosos radicais petebistas continuavam refratários a Jânio – também a sociedade civil segue seus passos, temerosa de que um temperamento obsessivo e apaixonado pudesse levar longe demais eventuais rupturas. O temor à Reforma Constitucional, aos poderes excepcionais, ao golpe de Estado que já enfraquecera Vargas, e que quebrantará o Governo de Jango, também de Jânio se avizinha reforçando a hostilidade às Reformas. Como esclareceu recentemente:

> "Era absolutamente impossível governar dentro daquela Constituição voltada contra o Dr. Getúlio Dornelles Vargas. Essa Constituição não foi feita a favor do povo brasileiro ou do presidencialismo, mas contra um homem(...)"
>
> "Pensei que o país passasse por uma *grande reforma, uma reforma completa em suas instituições, e que aparecesse um governo forte, democrático, capaz de convocar uma Constituinte e elaborar uma nova Constituição(...)* Acredito muito em governos fortes(...) No mundo em que vivemos não há mais oportunidades para a democracia liberal com a qual sonhava Rui Barbosa, copiando os pais da pátria americana."[200]

A Reforma Agrária solicitada pelo Governo compromete acordos políticos existentes e, segundo muitos, representa uma ameaça ao direito de propriedade. O Congresso é malvisto pelo Poder Executivo, e o comportamento pessoal do Presidente revela-se, diante dele, ora inflexível, ora temerário. A tentativa de constituir dentro dele uma frente de apoio reformista é tão surpreendente quanto inesperada, e contrasta visivelmente com a solidez e a coerência das experientes "raposas" partidárias.

A condecoração a Ernesto Guevara, que precipita a crise, é mais um desafio a antigos aliados e uma prova de independência do que a revelação de novas lealdades, pois com o Ministro cubano o Brasil não havia marchado oficialmente na recentemente concluída Conferência de Punta del Este. E diante da calculada generosidade americana foi o Brasil, de longe, o mais contemplado.[201] Mas para a oposição de direita é o estopim

---

[200] O *Pasquim, op. cit.*

[201] Dos 2 bilhões de dólares de financiamento anual destinados pela "Aliança para o Progresso" à América Latina, coube ao Brasil a quantia significativa de 700 a 800 milhões

que Carlos Lacerda, oportunamente, maneja, ligando-o a intenções golpistas de Jânio através de seu Ministro da Justiça, Pedroso Horta.

> "Tratava-se de uma vasta conspiração que me passara inteiramente ignorada. O Congresso transformou-se em Comissão Geral de Inquérito, figura inexistente no Direito Constitucional. Mesmo de madrugada essa Comissão já intimou o primeiro de meus Ministros, e o intima para o dia seguinte, e o intima sem o questionário a que devia responder como a lei determinava (...) foi na madrugada de 25 de agosto. Então havia o propósito nítido de me pôr de joelhos. Nítido. Não havia dúvida nenhuma, até porque se murmurava nos corredores da Casa que outros Ministros se seguiriam e que minha própria esposa, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, seria também convocada."[202]

As analogias com a crise que precede o suicídio de Vargas são inevitáveis: as Comissões de Inquérito e a República do Galeão, as convocações forçadas, mesmo familiares. Difícil seria discernir o que há de real ou fantasista nas prospecções apontadas ou que recursos o Governo disporia para sustar o impasse. Em um contexto "bonapartista-tzarista",[203] ou populista, em que a autoridade do Príncipe paira acima da Nação e dos homens, para melhor arbitrá-los, a desconfiança e as exigências do Congresso, em clima de exaltação, pareciam inaceitáveis, como o indício mesmo de que o modelo político em vias de implantação, em vez de se legitimar, se esgota.

Diante da inesperada reação do poder tradicional, as alternativas possíveis são drásticas: "Fecho o Congresso ou me deixo cair de joelhos. No momento em que caio de joelhos, *desapareceu a autoridade que o povo me emprestou.* Lá sigo eu para a velha política das capitanias e dos feudos." E conclui:

> "Devo entregar o Ministério da Fazenda a um grupo, o da Agricultura para outro, o IBC para um terceiro, o Ministério da Viação para um quarto, o do Trabalho para um quinto... Assim eu me acomodo e governo 5 anos. Saio daqui com a pior de todas as imagens, porque

---

de dólares, dos quais 400 milhões previstos no Plano de Emergência assegurado pelo secretário Douglas Dillon e o Presidente do BID em Punta del Este. Ver Clemente Mariani, *Discurso na transmissão do cargo..., op. cit.*

[202] *O Pasquim, op. cit.*

[203] Hélio Jaguaribe, *op. cit.*, p. 305.

então, sim, terei *frustrado todas* as *minhas idéias reformistas* e todas as esperanças que o povo depositou em um Governo limpo, corajoso, independente e honrado."[204]

Diversamente de Vargas, que resistiu como e quanto pôde, procurando compor e recompor suas forças de apoio ao limite de sua integridade, Jânio Quadros cedeu de imediato, quando percebeu que só poderia governar como os outros, barganhando politicamente com as oligarquias que o barravam. Realizou, portanto, em ponto maior e em um contexto mais dramático, o que havia antecipado em sua renúncia como candidato, pressionado aí também pelas injunções clientelísticas do poder.[205]

Em seu Governo, Quadros, a despeito de sua enorme audiência, faria involuntariamente o mesmo que Jango mais tarde: *desestabilizou* o poder. Abalou posições, perdeu aliados, antes mesmo de se sentir escorado por novos porém sólidos suportes, enredado na teia fatal de que nos fala Maquiavel:

> "Não há coisa mais difícil, nem êxito mais duvidoso, nem mais perigoso do que o estabelecimento de novas leis. O novo legislador terá por inimigos todos aqueles a quem as leis antigas beneficiavam e tímidos defensores nos que forem beneficiados pelo novo estado de coisas".[206]

A resposta final só poderia advir da obtenção de poderes excepcionais (maiores ou menores, temporários ou não) ou da renúncia. O fato é que as temidas perspectivas de um "novo 37" – tão nos moldes do sistema político brasileiro, e consubstanciadas pouco mais tarde – uniram as mais diferentes tendências em defesa de uma débil, ameaçada e controvertida democracia, que a ninguém contentava, levando, portanto, a liderança pessoal de Jânio à paralisia, e as Forças Armadas, à usual condição de árbitro. Sua intervenção se realiza, de fato, em uma primeira etapa, dentro dos quadros legais e em detrimento da permanência do Presidente: uma vez declarada a renúncia, em vez de exigi-lo de volta, aceitam o pronunciamento do Congresso de que o gesto é unilateral e não depende de consentimento do mesmo. O povo, ainda esperado em Cumbica, não se mani-

---

[204] O *Pasquim*, *op. cit.*

[205] A renúncia do candidato deveu-se às dificuldades partidárias criadas pela necessidade de repartição das zonas de influência entre Leandro Maciel e Fernando Ferrari, ambos candidatos à Vice-Presidência em campanha com Jânio Quadros, Mário Vítor, *op. cit.*, pp. 55/56.

[206] Maquiavel, O *Príncipe*, São Paulo, Athena Editora, 1938, p. 38.

festa de maneira organizada e ativa. O Movimento Popular Jânio Quadros, tão presente durante a campanha, não tendo sido estimulado pelo Presidente, se desarticulara.[207]

Forças Armadas, Congresso e povo são insensivelmente conduzidos por diferentes perspectivas, mas pelo mesmo embalo, que encaminha do *impasse da renúncia ao impasse da sucessão*. A animosidade contra o Vice-Presidente João Goulart, ausente, em vez de sustar a sucessão legal, ao contrário, acelera-a, lançando os virtuais aliados de ontem – Governadores, congressistas – nos braços de Jango e contra a cúpula militar, que resiste à posse.

A tentativa *bonapartista* de superar a contradição entre dois modelos políticos – um populista, getulista, mobilizador, reformista, e outro, sua *antítese udenista* – definitivamente falhara, não apenas por obra dos radicais da *direita* – militares ou civis – ou dos fiéis seguidores da *esquerda*, mas também, e principalmente, por conta de velhos interesses do *centro*, sedimentados por antigos pactos que tornaram o sistema político brasileiro, filtrado pela tradicional oligarquia, ainda e por muito tempo, solidamente, impermeável a substanciais e abruptas mudanças.

5. O EPÍLOGO POPULISTA

Se o tônus dominante do período janista foi marcado por uma forte, porém *difusa* conotação reformista, pela ânsia de mudança, pelo compromisso inovador, faltando-lhe porém o respaldo necessário de uma composição de formas mais afinada com sua estratégia política, a experiência de Goulart caracterizou-se, ao contrário, por uma rígida predeterminação das linhas de força na arena política, e sobretudo por uma configuração ideológica prévia dos rumos traçados e alianças que definiriam a ação governamental.

Enquanto Jânio Quadros propositalmente reserva para si, e para seu estilo personalista e carismático, amplas áreas de indeterminação que lhe garantem uma ilusória autonomia diante das forças em irredutível confronto, João Goulart, em sentido inverso, é alçado ao poder no bojo de um rígido sistema de alianças, de pretensões hegemônicas, programaticamente comprometido com o nacionalismo e o trabalhismo herdado de Vargas, mas ainda frágil e partidariamente instável.

[207] Castilho Cabral, *op. cit.*, p. 234.

Ascensão de João Goulart

Goulart, como Quadros, atravessou em seu curto período de Governo grave crise de legitimidade – o segundo por *excesso*, o primeiro por *falta*. Foram ambos vítimas de um processo que delegou a um uma quase unanimidade que não se fez acompanhar dos necessários instrumentos de poder e a outro uma prévia e ampla margem de desconfiança que o obrigou a assumir o Governo sob tutela do Congresso e sob a vigilância das forças que tradicionalmente o hostilizam. Assim, se Jânio cai por impossibilidade de instrumentalizar um amplo espectro de forças aliadas e por superestimar os seus próprios recursos, excessivamente valorizados por uma legitimidade previamente concedida, Jango se deixa conduzir por uma paralisante asfixia que não o deixa governar e que o força a buscar neutralidade ou apoio ora nas esquerdas, ora nas áreas de centro em uma perigosa oscilação que reduz gradativamente suas áreas de apoio.

Em diferentes contextos, Goulart e Jânio optaram, ao final, por soluções de emergência. Jânio procurando na *via bonapartista* desmobilizadora, e de reforçamento do Estado, um encaminhamento para a crise. Jango buscando, talvez, em uma possível *via peronista,* de mobilização e enquadramento, o suporte político que não conseguira obter pelos canais institucionais, legais. Daí, a múltipla e desesperada redefinição de estratégias que exaure, aos poucos, o período janguista ou, ao contrário, a crise fulminante que abate o Governo Quadros e a todos surpreende. O caráter convulsivo, transparente, público e popular de um é a contrapartida do desfecho palaciano, controvertido, secreto, de outro.

Em termos programáticos, a experiência janguista realça, em linha ascendente, as novas tendências configuradas pelo progressivo desmantelamento do *pacto oligárquico,* lentamente minado pelos redutos trabalhistas urbanos já em vias de penetração no campo. Estes mesmos redutos que politicamente afloram com o *getulismo* são contidos sob o desenvolvimento pessedista de Kubitschek, dissolvem-se na fracassada heteronomia *bonapartista* de Quadros, para finalmente voltarem à cena com Jango, herdeiro de Vargas, ou de sua vertente sindical-populista.

5.1. *AS REFORMAS DE BASE*

Com Jango, o compromisso com as Reformas constitui, desde os primeiros dias, a pedra angular da gestão que se inicia, aquela que aglutina as lideranças e os partidos de esquerda, e que pretende atrair a classe polí-

tica e as forças de centro, a fim de tornar viável a consecução de um programa que promova a autonomia externa, consolide o apoio sindical (e popular urbano) e estenda o controle do Estado sobre as clientelas rurais, através de medidas de transformação social no campo.

Assim, mal toma posse, a prioridade dada às Reformas, especialmente à Reforma Agrária, parece tão óbvia que já a imprensa nacional e internacional as anuncia como a inapelável vocação do novo Governo.[208] O primeiro pronunciamento do Presidente da República as reforça como linha de continuidade com o processo democrático arduamente preservado pela recente resistência cívica. Nessa ocasião, em que se comemora, significativamente, o 15º aniversário da Constituição, destaca o Presidente que a crise recentemente superada,

> "deita raízes mais profundas na crise de natureza econômica e social em que se debate o país e que urge convocar a inteligência e o civismo de todos os brasileiros para o combate sem tréguas às causas estruturais, sob pena de que as soluções políticas, ainda que marcadas pela coragem cívica da nacionalidade, delimitem-se pela estreiteza dos episódios. Nem pode sobreviver a democracia que não soluciona os problemas do povo, nem pode o povo continuar a sustentá-lo ao amargar a preterição dos problemas essenciais".

Oportunamente explicita a natureza de seus vínculos com o Congresso e com a Constituição de 1946 que o inspira, em um voto de fidelidade que é, antes de mais nada, um apelo à colaboração:

> "Quero proclamar a minha confiança nas instituições democráticas e reafirmar o juramento que fiz, perante o povo, de guardar a Constituição em toda a sua plenitude e na dimensão mais ampla das conquistas sociais que ela encerra, observando e fazendo observar os novos postulados constitucionais que implantaram no país o regime parlamentar.
>
> (...) Estou certo de que o Congresso, refletindo as aspirações do povo, há de oferecer à Nação os estatutos legais inadiáveis, equacionando, de maneira prudente, porém segura, problemas como o da *reforma agrária,* o dos abusos do poder econômico, o da *reforma bancária,* o das *novas diretrizes educacionais,* o da *disciplina* do *capital estrangeiro,*

208 *Financial Times, Londres, em Correio da Manhã,* 07/09/61, e editorial do *Correio da Manhã,* intitulado "O Preço do Golpe", 07/09/61.

distinguindo e apoiando o que representa estímulo ao nosso desenvolvimento e combatendo o que espolia nossas riquezas".[209]

Da mesma forma, o Primeiro-Ministro Tancredo Neves pronuncia-se pelas reformas dentro de diretrizes mais amplas que fixam as intenções conciliadoras do novo Governo. Definindo as quatro linhas básicas de Desenvolvimento, Estabilidade, Integração e Justiça e ensejando ao mesmo tempo o aumento da produção e a distribuição social e regional das riquezas, o Ministro apela para a iniciativa privada, a fim de que colabore "ombro a ombro com os que leal e corajosamente se dedicam ao trabalho redentor e consolidador da independência efetiva deste país".[210] Em tom otimista, como convém a um governante que inicia sua gestão, mas em posição de prudente advertência, destaca que "compete agora fazer do regime parlamentarista o instrumento revolucionário eficaz de que necessita o país para as suas reformas fundamentais" e convoca o Congresso, decididamente, para "assumir, desde já, um forte conteúdo afirmativo e reformista, com decisão e coragem inquebrantáveis, ou teremos abertas as comportas de vácuo para sucção de todas as aventuras e subversões contra as tradições e as esperanças brasileiras". Diante da nação, e de suas frações moderadas conservadoras, o Governo apresenta-se como o interlocutor natural, o guardião da ordem e instrumento de contenção de pressões mais agressivas, desde que sejam efetivamente criados os canais de implementação das mudanças estruturais exigidas. Dentre estas, com especial destaque, a Reforma Agrária, que permitirá "a integração do homem do campo à nossa vida econômica, com reflexos ponderáveis sobre os demais setores da economia nacional, como um dos fatores de equilíbrio de nossa estabilidade social, como um ato de justiça social. Todas as vozes se unem neste reclamo, fora e dentro deste Parlamento. Eis pois, *um dos itens de prioridade absoluta na agenda do Governo que acaba de assumir a direção do país*".[211]

A linha de conciliação e de diálogo do Primeiro-Ministro, expressa na composição de seu Gabinete, é inequívoca. No intuito de ampliar o diálogo com os partidos e reforçar diretrizes de centro-esquerda, Tancredo

[209] Discurso do Presidente João Goulart por ocasião do 15º aniversário da Constituição de 1946. *Jornal do Brasil*, 19/9/61.
[210] Discurso do Primeiro-Ministro Tancredo Neves na Câmara dos Deputados para apresentar o Plano de Ação Político-Administrativo do Governo, *Jornal do Brasil*, 29/9/61.
[211] Discurso do Primeiro-Ministro Tancredo Neves, *op. cit.*

Neves convoca como colaboradores petebistas moderados, líderes do PDC, um homem de confiança das classes produtoras, pessedistas da Ala Moça e udenistas não-ortodoxos ou progressistas.[212]

Leonel Brizola

Mas se o tom do Governo é conciliador e otimista quando Tancredo Neves afirma que a postergação das reformas tem sido "com injustiça, repetidamente imputada ao Congresso Nacional",[213] nem sempre o são as vozes aliadas que o cingem ao poder. Já na "festa da legalidade", em Porto Alegre, o Governador Leonel Brizola, fortalecido pela consagração de uma vitoriosa campanha cívica pela posse de Goulart, exorta o Congresso a assumir o novo papel que lhe cabe, pois "o povo brasileiro não se conformará que o Congresso, ao se investir em funções executivas, abandone-se a postergações, deixando de votar as reformas estruturais das quais dependem a paz e o progresso social da nossa pátria".[214]

É a primeira manifestação significativa do *Brizolismo,* expressão de um trabalhismo mais mobilizador e radical que, em sintonia com as correntes nacionalistas no Congresso, com as lideranças sindicais e estudantis, e em função de sua influência e de seu acesso direto frente a Goulart, crescerá à sombra do Executivo, como força mediadora e paralela, ora a favor, ora contra ele.

Em reunião da Frente Parlamentar Nacionalista, as posições de Brizola ganham maior ressonância, repercutindo com pessimismo, quando declara que:

> "o Brasil está em concordata, tendo o Congresso, durante a crise político-militar, funcionado como uma espécie de síndico da massa falida, possibilitando o retorno ao poder das *velhas oligarquias,* repudiadas pelo Governo Jânio Quadros, e que se empenham em impedir que se façam as reformas de profundidade no país".[215]

Antecipando o confronto visceral com o Poder Legislativo e hostilizando-o por seu passado de compromissos, a Frente endossa tese levan-

---

[212] Fazem parte do Ministério: Franco Montoro (PDC, Trabalho), Walter Moreira Salles (Fazenda), San Tiago Dantas (PTB, Relações Exteriores), Ulisses Guimarães (PSD, Indústria e Comércio), Tancredo Neves (PSD, Justiça), Armando Monteiro (Agricultura, PSD), Oliveira Brito (PSD, Educação), Gabriel Passos (UDN, Minas e Energia), Virgílio Távora (UDN, Viação e Obras Públicas).

[213] Programa de Governo. Bases, Análise da Situação Econômica e Social do Brasil: Conselho de Ministros, Brasília, 1961, p. VI.

[214] *Jornal do Brasil,* 21/09/61.

[215] *Idem,* 29/09/61.

tada pelo Governador gaúcho, e secundada pelo Governador Mauro Borges, de que se torna inadiável uma sólida aliança das forças progressistas para alterar, nas eleições parlamentares de 1962, a composição de forças que possibilite levar a cabo a Revolução Brasileira.

Setores de esquerda vêem no Ministério aproximações indesejáveis com a "Aliança para o Progresso", classificando o Plano de Governo de inócuo. E enquanto o Presidente da República e seu Primeiro-Ministro manifestam fidelidade ao parlamentarismo recentemente instaurado, a Frente prontamente apregoa o plebiscito que restaure as prerrogativas constitucionais de Goulart, já no ano seguinte. A estratégia da esquerda parlamentar é clara: o programa de reformas não se efetivará sem um Executivo forte e um Congresso renovado.

O desencadeamento da luta pelas *Reformas de Base* não se limita, no entanto, às áreas do Governo e a seus mais próximos aliados. Magalhães Pinto declara ver o perigo em um Brasil sem reformas e que "não há regime que sobreviva à fome do povo". Anuncia que iniciará em Minas sua Reforma Agrária, na colônia de Jaíba, com 300.000ha e em condições de receber 3.000 famílias em terras do Estado.[216]

De um modo geral, o pronunciamento dos Governadores é unânime. Além de Magalhães Pinto, Mauro Borges (Goiás), Carvalho Pinto (São Paulo), Juraci Magalhães (Bahia), Celso Peçanha (Estado do Rio), clamam pelas reformas. Cid Sampaio, de Pernambuco, declara que enviará à Assembléia nos próximos dias seu projeto de Reforma Agrária aumentando de cinco para mil cruzeiros o imposto territorial das terras improdutivas. E anuncia que dará 10ha de terra a cada família do engenho Galiléia, o primeiro núcleo das ligas camponesas. Fala-se mesmo em "união de forças" entre Carvalho Pinto e Cid Sampaio em favor das *reformas de base*.[217]

Também os líderes de partidos se pronunciam. Gladstone Chaves de Melo, exprimindo a posição do PDC, declara ver a necessidade de uma reforma agrária.[218] A UDN, em nota oficial, dispõe-se a dar atenção ao programa do Conselho de Ministros sobre as *reformas de base* e prosseguir em seus esforços por uma política legislativa que dê prioridade à reforma agrária, aos abusos do poder econômico, revisão do sistema eleitoral, remessa de lucros e reformulação das diretrizes e bases da educação,

---

216 *Jornal do Brasil*, 27/09/61 e 30/09/61.
217 *Idem*, 25/9/61, 27/09/61, 7/10/61, 17/10/61, 28/10/61, 5/11/61.
218 *Correio da Manhã*, 29/09/61.

estatuto legal dos partidos, integração do Nordeste à economia nacional e combate à inflação.[219]

Os trabalhadores, em reivindicações encaminhadas a Jango, pedem *reformas de base*, dentre elas a sindicalização do homem do campo e a reforma agrária;[220] e o IX Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Nova Friburgo, envia mensagem ao Congresso pedindo aprovação das medidas urgentes que o Governo reclama.[221]

Julião e as Ligas Camponesas

Sem dúvida, esta aparente unanimidade de propósitos é enganadora. As críticas de Francisco Julião na Associação Brasileira de Imprensa às forças mais moderadas são um exemplo de que, mais além das intenções declaradas, dominam irredutíveis divergências. O líder das Ligas Camponesas critica as medidas paliativas adotadas em São Paulo e em Pernambuco, e que se auto-intitulam reformas agrárias, da mesma forma que as medidas recentemente elaboradas pela SUDENE.

No que se refere à revisão agrária de Carvalho Pinto, argumenta que as terras destinadas à desapropriação e compra, pela sua localização, encontram-se a um preço tal, e sujeitas a condições de pagamento tão difíceis, que um assalariado, lavrador ou arrendatário não poderia adquiri-las no prazo estipulado de 10 anos. As 400 famílias que, segundo os recursos do plano, poderiam ser beneficiadas anualmente nada significam em face do milhão e quinhentos mil agricultores sem terras. Conclui que a reforma "é um resultado irrisório para tamanho alarde".[222]

Quanto às medidas de Cid Sampaio, diz, não passam de um "plano-piloto de colonização" que se propõe a colocar em terra própria 5.000 famílias em cinco anos, que nem mesmo é fruto do imposto territorial, como em São Paulo, e sim de empréstimos bancários, como os do BID e entidades norte-americanas. Sobre a SUDENE, declara que o plano não encara seriamente a questão, "coisa que até a CEPAL havia feito". Considera as iniciativas de desapropriação das áreas beneficiadas por açudes, positivas, embora discorde das formas individualistas de sua distribuição, que deveriam ficar a cargo de uma fundação.[223]

Admitindo defender uma reforma agrária pacífica, Julião adverte que "só utilizaremos a violência se para tanto formos obrigados pelos latifun-

[219] *Idem*, 29/09/61.
[220] *Jornal do Brasil*, 29/09/61.
[221] *Idem*, 23/09/61.
[222] *Jornal do Brasil*, 16/09/61.

diários e pelas forças reacionárias do país". Deixa claro também que o momento é de luta pela reforma que "deve agora transcender as salas de conferências para ser travada em praça pública onde combateremos também este parlamentarismo de fancaria que aí está".[224]

Existem, pois, já traçados, dois problemas básicos e correlatos, que constituem o cerne das discussões sobre política agrária: o primeiro, relacionado com a questão fundamental de saber que *tipo* de reforma agrária implementar, isto é, a quem beneficiar, e a que nível, em detrimento de quais forças sociais e políticas; o segundo refere-se às fórmulas institucionais do seu encaminhamento e aos instrumentos jurídicos disponíveis para executá-la através de alianças que tornem seus custos sociais politicamente viáveis. Ambas as questões, ligadas a intrincados problemas técnicos, dependiam de acordos previamente firmados e da confiança tácita da classe política nas intenções e objetivos do Governo.

A presença de Tancredo Neves à frente do Gabinete parece bastante oportuna para o encaminhamento de uma política de centro-esquerda, uma vez que o Primeiro-Ministro tem trânsito fácil em amplos setores da classe política, ao mesmo tempo que expressa para os setores trabalhistas vínculos históricos com a herança de Vargas.

O pessedista Armando Monteiro Filho, conhecido usineiro, constituía também garantia de que o movimento não ultrapassaria os limites que o mantivessem assimilável pelo sistema e assegurassem a manutenção da ordem no campo. De fato, em seu primeiro pronunciamento, o Ministro da Agricultura responde indiretamente ao desafio de Julião assegurando que o Governo não encara com timidez o problema da reforma agrária, "assunto amadurecido" e amplamente discutido pelo Conselho de Ministros. E conclui, aludindo à mobilização camponesa recente: "O que são as Ligas Camponesas senão a ausência direta de uma reforma agrária equânime e justa? Quando se levar a cabo uma política que sintonize com as nossas aspirações, as Ligas hão de perder a motivação."[225] Pouco depois, em viagem ao Nordeste, Armando Monteiro declara que o objetivo da Reforma Agrária seria duplo: aumentar a produtividade da terra e humanizar o homem do campo. Ao mesmo tempo, elogia o Projeto de Reforma Agrária em vias de implantação pela SUDENE na Zona da Mata do Nordeste.[226]

---

[224] *Idem*, 19/09/61 e *Correio da Manhã*, 10/10/61.
[225] *Correio da Manhã*, 20/09/61.
[226] *Jornal do Brasil*, 15/10/61.

Como o pedido de poderes especiais ao Congresso, anunciado pela Imprensa, tendo em vista a aprovação das Reformas em regime de urgência, de fato não foi solicitado pelo Governo,[227] cabia ao Presidente encaminhar sua proposta pelos canais normais. O anteprojeto apresentado deveria resultar do grupo de trabalho convocado pelo Ministro da Agricultura, e que funcionava paralelamente àquele presidido pelo Senador Mílton Campos, que, por iniciativa de Jânio Quadros, se encarregara de elaborar o *Estatuto da Terra*. Os resultados das duas comissões circulam de forma quase simultânea, com algumas medidas de caráter comum.

O Estatuto da Terra

O texto final do *Estatuto da Terra*, que será aprovado pelo Congresso e regulamentado no Governo Castelo Branco, é encaminhado a Tancredo Neves a 17 de janeiro de 1962, e reconhece

> "a imperiosa necessidade de se dar nova estrutura agrária ao país, consagrando-se, ao lado do direito *individual* da propriedade, o condicionamento do seu uso ao *bem-estar social*. São esses os termos em que a Constituição Federal claramente coloca o problema e outro não é o sentido reclamado pelas inquietações da hora presente. De um lado, o interesse nacional pela *produtividade da terra*, que precisa ser explorada de maneira racional e econômica. De outro lado, o imperativo democrático da *acessibilidade da terra* ao maior número, para que esse bem comum em sua natureza não seja um privilégio de poucos, e antes se distribuía racionalmente, sob as inspirações da justiça, como o elemento de trabalho e benefício coletivo. Essa dupla finalidade faz da reforma agrária condição essencial ao nosso desenvolvimento".[228]

O plano de revisão agrária da SUDENE havia tido aprovação do Conselho Deliberativo no dia 5 de outubro de 1961 e previa uma aplicação inicial de 270 milhões de cruzeiros em programas de liberação de terras, aumento da produtividade na região açucareira, financiamentos à irrigação, mecanização parcial e distribuição de lotes para granjas. *Jornal do Brasil*, 06/10/61.

[227] A solicitação só será formalmente encaminhada um ano mais tarde, no Gabinete Brochado da Rocha. Sobre a divulgação do pedido, ver *Jornal do Brasil*, 29/9/79.

[228] O Estatuto da Terra, em *Testemunhos e Ensinamentos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1972, pp. 158/159.

Para uma consulta ao texto integral do documento, cf. "Anteprojeto de Lei da Reforma Agrária" dirigido ao Ministro Tancredo de Almeida Neves, Brasil, 1962, *Arquivo Pompeu Accioly Borges*. Assinaram o documento: o Senador Mílton Campos, D. Hélder Câmara (por D. Fernando Gomes); Tomaz Pompeu Accioly Borges, Deputado Ernâni Mais, D. Ivan Luz (Presidente do INIC), Prof. Inácio Rangel, Dr. João Napoleão de Andrade (Presidente da ABCAR), Dr. Janes Ângelo de Souza (Ministério da Agricultura), Dr. Edgar Teixeira Leite (Confederação Rural Brasileira).

Em suma, o anteprojeto consagra em nível institucional as demandas das massas rurais que rapidamente se organizam, e dentro de uma ótica conservadora de extrema observância dos preceitos constitucionais, e de preocupação com a produtividade, dispõe-se a alargar a faixa de proprietários agrícolas e melhorar as condições de exploração da terra. Sugere, portanto, "uma Reforma Agrária que não seja *paliativa* nem *espoliativa*", entendendo como tal a aplicação de medidas que regulem a parceria e o arrendamento, estendam a legislação trabalhista ao campo, determinem as condições de desapropriação por interesse social e "facilitem o encontro do valor justo, sem propiciar os abusos que encareceriam e embaraçariam a efetivação da Reforma Agrária".[229]

No que se refere a arrendamento e parceria, a proposta limita o preço anual da terra a 10% do valor do imóvel, e a quota do proprietário a 20% da produção, estipula prazos contratuais mínimos de 3 anos, além de liberar o trabalhador da obrigatoriedade de venda de sua produção ao proprietário. A desapropriação por interesse social limitar-se-ia a terras inexploradas ou mal exploradas, e às beneficiadas por investimentos públicos ou àquelas que fossem indispensáveis ao abastecimento dos centros de consumo próximos. Previa-se a manutenção de posseiros em terras por eles trabalhadas há mais de 5 anos, e considerava-se como "justa" a indenização baseada na média entre o valor médio unitário das avaliações do poder público e os dos atos relativos a terras de localização e características comparáveis, constantes dos registros públicos, na mesma zona, no penúltimo ano anterior ao decreto de desapropriação.[230]

Dentro deste espírito conciliador foram amplamente debatidas pelo grupo de trabalho soluções alternativas à emenda constitucional prevendo pagamento em títulos da dívida pública, e consideradas por vários de seus componentes como excessivamente radicais. Foi o caso, por exemplo, da *arrecadação dos bens vagos,* que previa, segundo o modelo do Código Civil, que revertessem para o domínio público as propriedades inexploradas, e sem qualquer benfeitoria, por um período superior a dez anos. A despeito da forte oposição à medida, partindo da Confederação Rural Brasileira e de setores da Igreja, a sugestão foi, afinal, incluída no texto do

---

O grupo agradece, especialmente a Pompeu Accioly e a Oswaldo Gusmão, pela colaboração com textos completos que serviram de base aos estudos, e também ao Deputado José Joffily, que ofereceu ao debate o Substitutivo da Comissão Especial de que era Relator, na Câmara dos Deputados.

[229] *Anteprojeto de lei..., op. cit.*

[230] *Idem,* pp. 7/8 e 12/13.

anteprojeto.[231] Iniciativas mais radicais foram descartadas, como a de Oswaldo Gusmão, que se aproximava do *confisco*.[232]

Como sugestão de aplicação imediata restou a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), com competência para planejar, elaborar e executar medidas de Reforma Agrária. O órgão teria como finalidade coordenar a ação dos diversos organismos públicos diretamente vinculados à execução da reforma, criar administrações regionais, supervisionando e fiscalizando a execução dos programas. Caberia ainda a ele realizar o cadastro das propriedades rurais, a começar pelas terras públicas e as de tamanho superior a 500ha. A autoridade máxima da instituição, o superintendente, nomeado pelo Presidente da República, teria *status* equiparado ao de Ministro de Estado.[233]

Utilizando subsídios do *Estatuto da Terra*, também o Ministro Armando Monteiro apresenta anteprojeto ao Conselho de Ministros, discutido em reunião de 15 de fevereiro de 1962, no qual sugere a criação da SUPRA e descarta, como na proposta anterior, a desapropriação com alteração do §16 do artigo 141, embora recomende *emenda constitucional* sugerindo transferência do *imposto territorial* municipal para a órbita da União.

Com mais vigorosas formas de tributação pretende-se resolver um impasse que não havia recebido solução satisfatória, qual seja, o de obter recursos que permitissem ao Erário pagar a desapropriação por interesse social obedecendo à Constituição. Segundo essa linha de conduta, o imposto territorial poderia ser pago em terras, por uma taxação progressiva das propriedades improdutivas até o limite de 10% ao ano do valor do imóvel, tendo em vista sua área, localização, destinação e grau de aproveitamento, de acordo com classificação feita pela SUPRA.[234] A medida foi incluída no Estatuto da Terra, aprovado em 1964, mas não foi aplicada.

---

[231] A sugestão de "arrecadação dos bens vagos" foi sugerida ao Grupo por Pompeu Accioly Borges, baseado no § 2º do art. 589 do Código Civil. O Governo Castelo Branco apoiou a medida, mas não a regulamentou. *Anteprojeto de lei... op. cit.*, pp. 8/9 e entrevista com Pompeu Accioly, *op. cit.*

[232] Oswaldo Gusmão apresentou documento escrito ao grupo de trabalho, e, por discordar das orientações adotadas, não assinou a proposta de anteprojeto encaminhada ao Poder Executivo.

[233] *Idem.*

[234] Anteprojeto de Reforma Agrária, Aumento da Produtividade, Humanização do Homem do Campo-Brasil, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1962, pp. 10/11. Participavam do Grupo de Trabalho, entre outros, Pompeu Accioly e Aluísio Afonso Campos.

Seria, portanto, o caso de substituir uma emenda constitucional conflituosa (como a que se referia ao §16 do artigo 141) por outra de teor mais brando, alterando as regras do imposto territorial, cujas conseqüências imediatas seriam o *fortalecimento financeiro e institucional da SUPRA*. De fato, o patrimônio da autarquia incluiria não apenas as terras da União ou a desapropriar, como a renda proveniente do imposto territorial rural, a renda líquida da Loteria Federal, além de 10% da arrecadação do imposto de renda destinado à União.[235]

O imposto territorial seria ainda importante instrumento de barateamento da terra desapropriada, uma vez que a SUPRA "poderia imitir-se de imediato na posse do bem desapropriado mediante depósito de quantia equivalente ao *valor atribuído ao imóvel para efeito de pagamento de imposto territorial*". Em outras palavras, ou o proprietário pagaria efetivamente o imposto com a severidade correspondente ao *tamanho*, à *improdutividade* da terra, ou se arriscaria a vê-la desapropriada pelo preço declarado, em geral muito abaixo do valor venal da propriedade.[236]

Denunciando o "anacronismo das estruturas agrárias, principal causa do descompasso verificado entre a Agricultura e a Indústria", o Ministro da Agricultura conclama o Congresso Nacional a aprovar a emenda constitucional por ele sugerida, pois, caso contrário, "não haverá então outra alternativa senão a da reforma constitucional destinada a alterar o preceito contido no §16 do artigo 141 da Carta Magna, que condiciona as desapropriações à prévia e justa indenização em dinheiro. Ou então a adoção do expediente idealizado para contornar aquela dificuldade, qual seja, a *desapropriação do uso*.[237]

Aceitando as sugestões do *Estatuto*, o anteprojeto incorpora medidas como a *arrecadação dos bens vagos*, e a disciplina do arrendamento e parceria, acrescentando ainda a sugestão de criação de um Conselho Nacional de Reforma Agrária. Este Conselho é efetivamente instalado logo após o encaminhamento do anteprojeto, e para ele são designados Dom Hélder Câmara, Pompeu Accioly, Edgar Teixeira Leite e Armando Schilling.[238]

As propostas de Milton Campos e Armando Monteiro Filho não são as únicas que circulam neste momento de grandes expectativas reformistas,

---

[235] Art. 8º, cap. II, referente à Superintendência da Reforma Agrária, p. 23.
[236] Parágrafo único, art. 13, cap. III, da Desapropriação por Interesse Social, *idem*, p. 25.
[237] *Idem*, pp. 9 e 13.
[238] *Correio da Manhã*, 07/04/1962.

pois o Conselho Nacional de Economia divulga também, nessa ocasião, os resultados da Comissão Especial organizada ainda no Governo Jânio Quadros.[239]

Convém frisar que a proposta oficial não é unívoca e que o tom moderado dos setores governamentais vinha incentivando a resistência das correntes mais radicais, dentro e fora do Governo, que se batiam por uma "linha dura" com os Estados Unidos e pela alteração do art. 141 da Constituição, além de outras reformas constitucionais. Nesse processo, verificou-se uma natural polarização das posições assumidas, que obrigou o Presidente da República a oscilar entre a esquerda e o centro. Quanto à Reforma Agrária, a conjuntura o induz a paralisar o encaminhamento de medidas consideradas naquelas circunstâncias como inóquas ou politicamente inviáveis. De fato, o Governo não envia ao Congresso, no Gabinete Tancredo Neves, nenhum projeto de Reforma Agrária, e Goulart, em diferentes ocasiões, tem a oportunidade de revelar que pretende aprofundar o impacto social das intervenções reformistas, deixando claro que deverá aguardar as eleições de outubro que se aproximam e as predisposições do novo Congresso.

Ainda em novembro de 1961, sob o impacto do movimento camponês em acelerada fase de mobilização, Jango anuncia a impossibilidade de uma efetiva reforma agrária sem a mudança do princípio constitucional que exige indenização prévia, em dinheiro, endossando, portanto, tese enraizada em amplos setores de esquerda e que não é partilhada por nomes significativos de seu Ministério. Não resta dúvida de que a presença do Presidente da República e seu discurso de encerramento no 1º Congresso Camponês em Belo Horizonte – onde lideranças de diferentes Estados clamam por uma reforma agrária radical, "na lei ou na marra" – e seus contatos com Francisco Julião, em busca de aliança com a Ligas Camponesas, tornam ambígua a posição do Governo, que ao mesmo tempo acelera negociações com os americanos, preparando uma viagem de Goulart aos Estados Unidos para os meses seguintes.[240] Pouco adiantam as imediatas ponderações de Tancredo Neves, tranqüilizando que a reforma

---

[239] "Anteprojeto de Lei de Reforma Agrária", *Revista do Conselho Nacional de Economia*, janeiro/fevereiro de 1962.

[240] *Entrevista com Francisco Julião*, Tepoxtlan, México, dezembro de 1977 e *Correio da Manhã*, 18 e 21 de novembro de 1961. Para uma análise mais detida da evolução do movimento camponês do período, ver Aspásia Camargo, *Brésil Nordest...*, *op. cit.*

será concretizada sem traumatizar nossas estruturas fundamentais.[241] Como no Governo Jânio Quadros, a reação dos proprietários não tarda.

Em numerosas reuniões de associações rurais e classes produtoras em diversos pontos do país fixa-se posição comum de obediência aos preceitos constitucionais, aliada ao interesse prioritário pelo estímulo à produção – fundamento de uma verdadeira "revolução agrícola" — considerando-se como demagógicas as medidas de expropriação e distribuição de terras que acarretariam fatalmente a desorganização da produção. É de destacar o papel aglutinador da Confederação Rural Brasileira, que antecipou para o início de 1962 reunião programada para o final do ano, em face da necessidade de um pronunciamento da classe rural sobre a Reforma Agrária.[242]

Como resultado das discussões e consultas ocorridas por ocasião da "VI Conferência Rural Brasileira" fixa-se posição comum em uma "declaração de princípios" que sustenta a obediência aos preceitos constitucionais, aliada ao interesse prioritário pelo *aumento da produtividade,* escoamento das safras, de política de preços, ampliação de créditos e assistência técnica que seriam os fundamentos de uma verdadeira "revolução agrícola". Consideram-se como demagógicas as medidas expropriativas de distribuição de terras que não levam em conta as diversidades regionais, a necessidade imprescindível de amparo ao rurícola e de elevar, pela educação profissional, o nível das massas rurais.[243]

De um modo geral indo ao encontro de um sentimento generalizado em favor da reforma, expresso através da "Aliança para o Progresso", do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e da reunião dos Bispos do Nordeste, estes mesmos setores apregoam a criação de uma justiça rural especializada, a distribuição de lotes em terras devolutas, e a maior presença moderadora do Estado através de órgãos como o recentemente criado "Conselho Nacional de Reforma Agrária".[244]

---

[241] *Correio da Manhã,* 19/11/61. A Conferência realiza-se a 24 e 25 de janeiro de 1962.

[242] *Correio da Manhã,* 23/01/62 e 24/01/62.

[243] A "declaração de princípios" da Conferência é anunciada dois meses depois de sua realização, indicando quão delicados e polêmicos são os tópicos por ela abordados, diante de uma conjuntura política instável. Ver *Correio da Manhã,* 18/03/62, e *Declaração de Princípios da Classe Rural.* Conclusões da VI Conferência, promovida pela Confederação Rural Brasileira, janeiro de 1962, *in Anais do Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base,* 20 a 26 de janeiro de 1963.

[244] *Correio da Manhã,* 01/03 e 28/04 de 1962; 19/12/61, 25/03/62.

Algumas parcelas das classes conservadoras manifestam-se, no entanto, francamente refratárias, tal como expressa o Presidente da Federação das Indústrias da Guanabara, para quem "reforma de base" é preparo educacional, respeito à autoridade e à moralidade política, e tranqüilidade para os que trabalham e produzem.[245]

Diante da ofensiva reformista, presente nas iniciativas do Governador Leonel Brizola em realizar uma reforma agrária no Rio Grande do Sul, as reações políticas avolumam-se, sobretudo depois que fracassam as negociações de Brizola com a Federação de Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL), e que o acusam de estimular agrupamentos de "pseudo-agricultores sem terras" que estariam ocupando propriedades previamente escolhidas para desapropriação.[246]

A iminência de uma reforma agrária que se apóie em setores mobilizados do campesinato generaliza o temor a medidas radicais de caráter irreversível que possam iniciar reações em cadeia de resultados imprevisíveis. É nesse sentido que, ainda em 1961, pronuncia-se Mílton Campos em favor de uma reforma agrária "democrática", assim como o constitucionalista José Duarte, que se declara contra qualquer emenda à Constituição, pois desconfia "de pruridos reformistas que muitas vezes ocultam perigos inevitáveis para a pureza da estrutura democrática".[247]

A polarização crescente das tensões entre proprietários rurais e trabalhadores repercute sobre os partidos e incita o PSD a definir posições avançadas, tendo em vista a composição das bases do partido, de cunho fortemente ruralista, quando Amaral Peixoto anuncia aceitar uma *reforma agrária com emenda constitucional,* isto é, com pagamento em títulos da dívida pública, desde que as desapropriações se façam por *preço justo,* corrigindo-se o ritmo da inflação.[248]

No dia 1º de Maio, em discurso pronunciado em Volta Redonda, Goulart oficializa posições mais radicais que parecem encerrar o compasso

[245] *Correio da Manhã,* 11/03/1952.

[246] As negociações com a FARSUL avançaram com o acordo provisório que se consubstanciou pela criação de comissão mista para formular uma reforma agrária. Na ocasião, o líder da Federação, Saint Pastous, declara-se favorável a medidas de compreensão que rompam tradições superadas, pela via pacífica, resistências que poderiam provocar rompimento mais violento. Os entendimentos parecem ter sido comprometidos pela mobilização dos trabalhadores rurais, e por suas possíveis conexões políticas com o Governador do Estado. *Correio da Manhã,* 11 e 15/02/62 e 27/04/62.

[247] A declaração de Mílton Campos responde, indiretamente, ao pronunciamento de Goulart, anunciando que a reforma agrária não poderia ser realizada sem emenda constitucional. *Correio da Manhã,* 30/11/61 e 7/01/62.

[248] *Correio da Manhã,* 5/04/62.

de espera que domina desde o início de seu Governo, e que anuncia a ofensiva política que redundará em mudança de Ministério, solicitações de "poderes especiais" ao Congresso, intensa luta eleitoral por sua renovação e, finalmente, a oficialização do plebiscito, que, a partir de janeiro de 1963, devolverá ao Presidente os plenos poderes que havia perdido como garantia à sua posse.

Insistindo sobre o caráter inadiável das *Reformas de Base,* Jango pede ao Congresso uma reforma da Constituição de 1946. Se este, no entanto, entender que "não lhe é possível, na parte final de sua última sessão legislativa, realizar a reforma constitucional – que normalmente demanda tempo de duas sessões –, estará a seu alcance um gesto de sabedoria política e de caráter eminentemente popular: tomar a iniciativa de outorgar aos mandatários que a nação vai eleger a 7 de outubro *poderes* que lhe permitam promovê-las". Insiste, na ocasião, que a Reforma Agrária não poderá mais ser protelada, pois é fator indispensável à melhoria do poder aquisitivo do povo e ao desenvolvimento nacional.[249]

Com o pedido de *Reforma Constitucional* que se acrescenta às *Reformas de Base* previamente definidas, cresce a desconfiança da classe política quanto às intenções reais do Governo. As reações à Reforma Constitucional prenunciam graves tensões políticas e engrossam os temores de uma Reforma Agrária radical: enquanto a Confederação Rural Brasileira protesta contra os poderes especiais, classificando o pedido de desnecessário e inoportuno, denuncia financiamentos governamentais a concentrações comunistas, e pede às autoridades rurais de todo o país que alertem seus associados para não votarem nos candidatos que comunguem com as idéias do Governo; em flagrante manifestação de hostilidade política, o líder da Oposição, Pedro Aleixo, falando em nome dos Deputados e Senadores da bancada da UDN e do PL, alerta em tom grave para a campanha de descrédito que se desencadeia contra o Congresso, visando à implantação de uma ditadura.[250]

Quanto à Reforma Agrária em si, a posição da UDN é cautelosa. Dando seguimento aos entendimentos já iniciados com o PSD no ano anterior, através do Presidente do Partido, Herbert Levy, Pedro Aleixo declara haver pontos em que se torna necessária a mudança do critério de desapropriação de terras, mas em relação a muitos outros pontos é fora

[249] *Correio da Manhã,* 03/05/1962.

[250] *Correio da Manhã,* 04/05/62. *O Estado de S. Paulo,* 01/06/62.

de dúvida que já "estaríamos em condições de introduzir modificações indispensáveis para que pudéssemos atender às condições precárias em que vivem os operários nos campos".[251] Em suma, o que a declaração do prócer udenista parece sugerir é a necessidade de um encaminhamento mais explícito das medidas indispensáveis à reforma, utilizando as possibilidades oferecidas pela Constituição e complementando-as com as alterações específicas adequadas.

Por outro lado, é evidente que o Presidente não toma a iniciativa de solicitar poderes especiais sem respaldo. Um de seus mais visíveis suportes à esquerda parece ser o Governador Brizola, em vias de concluir o seu mandato e candidato a Deputado federal pelo Estado da Guanabara. Significativamente, no Dia do Trabalho – como já vimos, marco inicial de uma ofensiva radical-reformista –, ele falara na sede da associação dos agricultores sem terra, dizendo que as próximas eleições seriam a última chance de definição do dilema "reforma ou revolução". Declara que as reformas "virão de qualquer maneira, pois, perdida a oportunidade eleitoral, contaremos com a outra metade do povo brasileiro, aquela que não vota mas tem estômago".[252]

Tensão no Nordeste

No Nordeste, também, a situação é das mais tensas. Sob pressão conservadora, o Congresso instaura Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atividades das Ligas Camponesas. É, no entanto, o controvertido Padre Antônio Melo que lidera, juntamente com o Padre Paulo Crespo, o sindicalismo rural avesso a Julião, que reconhece "que os camponeses não resistiriam dois meses sem partir para a revolução". Daí a necessidade de se criar imediatamente um órgão responsável pela Reforma Agrária, bem como as condições jurídicas, econômicas e financeiras para realizá-la.[253] Na Paraíba, os conflitos sociais se agravam, especialmente na região de Sapé, maior núcleo de Ligas Camponesas do Nordeste: festejando o "Dia das Mães", os trabalhadores rurais clamam por reforma agrária imediata, com assistência técnica efetiva, semente, tratores, trabalho, comida e proteção contra os capangas dos proprietários que espancam camponeses.[254]

---

[251] *Correio da Manhã*, 09/11/61. *O Estado de S. Paulo*, 01/06/62.
[252] *Correio da Manhã*, 04/05/1962.
[253] *Correio da Manhã*, 05/05/1962.
[254] *Correio da Manhã*, 27/05/1962.

Até mesmo o moderado JK afirma com perplexidade que acredita na "possibilidade de realizarmos uma reestruturação da sociedade brasileira sem risco de eclosão de uma guerra civil".[255] Em Araxá, reunião de Governadores aprova "declaração de princípios" favorável a uma Reforma Agrária orientada por órgão federal e *executada* pelos Estados, permitindo desapropriação mediante indenização com títulos dos Estados e ações de empresas públicas ou de economia mista. Sugere por isso a transferência do imposto territorial (como o recomendara Armando Monteiro Filho) da órbita do Município para os Estados ou a União.[256]

Nunca tantas forças se manifestaram convencidas da necessidade e da urgência de uma reforma agrária: o Governo, a classe política, a sociedade civil, as associações camponesas e mesmo as classes produtoras, que, em posição defensiva, aceitam já medidas de transformação social no campo. No entanto, a multiplicidade de propostas encobre interesses e compromissos de natureza diversa.

A insistência dos proprietários em vetar uma rápida redistribuição da propriedade e a resistência dos mais radicais em detalhar propostas e negociá-las com os partidos conservadores no Congresso embaralham um cenário de aparente consenso e conduzem o surto reformista a um penoso e difícil impasse.

5.2. O CONFRONTO COM O CONGRESSO

O próximo passo será, portanto, a luta pela recuperação dos poderes presidenciais perdidos, no bojo de uma pressão reformista sobre o Congresso. A fim de acelerar a volta ao presidencialismo, Jango recompõe o Ministério em um clima de radicalização crescente, que perdura até o plebiscito.

Com o fracasso de Auro de Moura Andrade em formar o seu Gabinete – por pressão das cúpulas sindicais paulistas –, cabe a Francisco Brochado da Rocha assumir a Presidência do Conselho em estreita conexão com as forças de esquerda e especialmente com Brizola, de quem havia sido Secretário de Interior e Justiça. Dando prosseguimento à ofensiva iniciada em 1º de Maio, que marca o ascenso do *brizolismo*, o objetivo do novo Gabinete

[255] Discurso de Juscelino Kubitschek pronunciado na Faculdade de Direito Cândido Mendes. *Correio da Manhã*, 30/05/1962.
[256] *Correio da Manhã*, 12/06/1962.

será obter *poderes especiais* para legislar sobre as reformas, e acelerar medidas em favor de um plebiscito. Como suportes, conta com o decidido apoio das cúpulas sindical e estudantil, e do bloco parlamentar nacionalista.

Neste sentido, Brochado da Rocha encaminha ao Congresso, a 10 de agosto de 1962, mensagem solicitando delegação para legislar sobre as Reformas de Base segundo as disposições do Ato Adicional à Constituição da República.[257] O Primeiro-Ministro abre, na oportunidade, honroso espaço para uma antecipação da classe política, acentuando: "Sempre que, todavia, o Egrégio Congresso Nacional considerar que poderá concluir alguma ou todas essas medidas pela via do processo comum de legislação, o Governo estará pronto a reconsiderar o pedido de delegação, sentindo-se melhor amparado através da ação direta do Parlamento."[258]

As propostas da *Revisão Agrária* autorizavam o Poder Executivo a decretar lei dispondo sobre (1) *o Estatuto do Trabalhador Rural;* (2) *os arrendamentos rurais;* (3) *a desapropriação por interesse social* e (4) a criação de um *órgão executor da política de Reforma Agrária.*

O conjunto de iniciativas propostas tinha a intenção explícita de acelerar medidas em lento processo de discussão nas duas Casas do Congresso ou, por outro lado, induzir o Poder Legislativo e encaminhar medidas prioritárias, sob o risco de que o Executivo, em regime de urgência, as fizesse.[259] Foi o caso do *Estatuto do Trabalhador Rural,* apresentado a 2 de maio de 1960, e ainda em tramitação no Senado, e que, tal como a Lei de Remessa de Lucros, encontrava-se à espera de uma solução definitiva.[260]

A *lei de arrendamentos* rurais visava a proteger uma ampla camada com a prorrogação até 10 anos dos prazos dos arrendamentos, estabelecendo tetos mais baixos de pagamento dos mesmos. A medida pretendida favorecia as lavouras irrigadas, especialmente a categoria de rizicultores gaúchos que, segundo a proposta, era constituída de 78% de arrendatários, pagando pela terra explorada, em espécie, de 31% a 50% da produção obtida. A intenção era, portanto, "melhorar os métodos de cultura,

[257] As providências legislativas encaminhadas pelo Executivo abarcavam (1) abastecimento e expansão da produção agrícola; (2) medidas de revisão agrária; (3) repressão ao abuso do poder econômico; (4) controle da remessa de lucros, monopólio à importação de petróleo, à exportação de minerais atômicos e promulgação de um código de telecomunicações; (5) medidas administrativas; (6) reforma tributária; (7) medidas monetárias e cambiais; (8) regulamentação do direito de greve.

[258] *Mensagem ao Congresso Nacional, op. cit.*, p. VI.

[259] Entrevista com Cibilis Viana.

[260] Ver a justificação do projeto sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural" e a "Disciplina de Capital Estrangeiro", *Mensagem..., op. cit.*, pp. 20 e 48.

pela possibilidade de maiores investimentos, proporcionando paralelamente ao agricultor e a seus assalariados maior estabilidade social". Sem especificar os níveis previstos de redução nos tetos de pagamento (o que contribuía, sem dúvida, para atemorizar os grandes proprietários), esperava-se que a medida tivesse "reflexos significativos no custo dos produtos agrícolas em benefício das massas consumidoras".[261]

Quanto à controvertida *desapropriação por interesse social,* não se procurava ainda medir forças com o Congresso através de propostas conflituosas de emenda constitucional. Revivendo iniciativa de Vargas em 1953, arquivada pelo Congresso, solicitava-se única e exclusivamente a regulamentação do dispositivo constitucional, segundo o princípio de que não seriam *desapropriáveis* os imóveis explorados *diretamente* pelos proprietários, de forma *racional* e *econômica.* Os resultados da pressão executiva são, nesse caso, imediatos, e a Lei nº 4.132 é sancionada a 10 de setembro de 1962.

A SUPRA

O mesmo ocorre, aliás, com a SUPRA, autarquia sancionada por lei delegada de 11 de outubro de 1962 e regulamentada em dezembro do mesmo ano.[262] Beneficiando-se dos poderes especiais que permitiram ao Executivo promover a reforma do Ministério da Agricultura, passam para sua órbita o Serviço Social Rural (SSR), o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) e o Estabelecimento Rural do Tapajós (ex-Fordlândia), além do recentemente criado Conselho Nacional de Reforma Agrária.[263] As atribuições, o patrimônio e o pessoal destes órgãos são incorporados à nova autarquia, cuja criação tem como objetivo ativar medidas preparatórias de reforma antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso e, mais do que isso, criar condições políticas e institucionais favoráveis à sua imediata aplicação.

Tirando partido da diversidade de associações rurais existentes, de suas divergências, e de sua representatividade distinta, o Governo consegue, por exemplo, transferir a subordinação do SSR, da Confederação Rural Brasileira – baluarte da propriedade rural – para a órbita da SUPRA, sob controle direto da Presidência da República.[264]

---

[261] *Mensagem..., op. cit.,* p. VI.

[262] Decreto nº 1.878-A, de 13 de dezembro de 1962. Aprova o Regulamento da Superintendência de Política Agrária, em *Reforma Agrária,* Diretoria de Publicações, Serviço de Informação Legislativa, pp. 191/2.

[263] Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, *op. cit.,* pp. 194/202.

[264] Entrevista com Cibilis Viana, *op. cit.*

Tais medidas não serão desvinculadas das fortes pressões exercidas sobre o primeiro Superintendente do órgão, o líder do PTB gaúcho, João Caruso, cuja curta gestão se limita aos meses de fevereiro a junho de 1962.[265]

Seguramente, as resistências criadas à aprovação da Reforma Agrária induzem a Presidência a assumir iniciativas paralelas de *ativação* e *enquadramento* das bases camponesas mobilizadas, atribuindo à SUPRA, através de seu Departamento de Promoção e Organização Rural (DEPROR), a função de auxiliar e promover a criação de associações de trabalhadores sem terra, de pequenos e médios proprietários, bem como de sindicatos rurais.[266]

Apesar dos êxitos parciais obtidos com a "ofensiva de agosto", os dias de Brochado da Rocha estão contados. As classes produtoras de São Paulo (CONCLAP), em manifesto a Auro de Moura Andrade, pronunciam-se contra a delegação de poderes ao Gabinete, acusando a Mensagem do Governo de utilizar expressões de tendência comunista. O voto de confiança, pedindo ao Congresso antecipação do plebiscito para 7 de outubro, obtém forte respaldo do CGT e, por isso mesmo, gera *crise militar*, que incompatibiliza Nélson de Melo com o General Jair Dantas, Comandante do III Exército, favorável também ao plebiscito. A ameaça de generalização da crise e de uma mais do que provável recusa aos *poderes especiais* solicitados força, portanto, Brochado da Rocha à renúncia antes mesmo do pronunciamento oficial do Congresso. E o plebiscito, através de uma emenda de conciliação do Senador Valadares, é adiado para janeiro do ano seguinte.[267]

O confronto traz como saldo um acúmulo de incompatibilidades com membros representativos da classe política e das Forças Armadas: Moura Andrade, Presidente do Senado, já atingido durante a fracassada tentativa de composição de seu Gabinete, converte-se em porta-voz das classes produtoras paulistas no Congresso, liderança que irá adquirir especial destaque nos últimos dias de Jango.[268] Da mesma forma, Nélson de Melo, que (como Amauri Kruel) compunha uma *faixa neutra*, entre as facções radicalizadas do Exército, aberta à composição desde o Governo Juscelino,

---

[265] *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, abril/maio/junho de 1963.

[266] Decreto nº 1.878, *op. cit.*, pp. 197/198.

[267] Mário Vítor, *op. cit.*, pp. 440/41 e Entrevista com Cibilis Viana, *op. cit.*

[268] Goulart autoriza Moura Andrade a fomar seu Gabinete, e ao mesmo tempo o veta em suas tentativas de consolidar apoio da cúpula partidária. Moniz Bandeira, *O Governador João Goulart. As lutas sociais no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 58. Ver também Mário Vítor, *op. cit.*, pp. 481/82.

afasta-se também incompatibilizado do Ministério, o que o levaria, em data próxima, a articular a conspiração contra o Governo.[269]

No Gabinete, Hermes Lima prossegue, inexoravelmente, a *erosão do centro,* isto é, daqueles setores que, independentemente de suas diferenças políticas ou ideológicas, aceitam colaborar com o Governo. As acusações públicas de João Pinheiro Neto, Ministro do Trabalho, a uma política econômica liderada por Gouveia de Bulhões (SUMOC) e Roberto Campos (Embaixada dos Estados Unidos), embora provoquem sua imediata demissão, serão brevemente reavivadas em sua ulterior nomeação para a SUPRA.

Com a consagração do plebiscito de janeiro e um Congresso renovado por uma áspera disputa que mobiliza a esquerda e exacerba a direita (e da qual participa diretamente a Embaixada Americana), inicia-se um *terceiro momento* da gestão de Goulart, marcado por fortes expectativas, de um lado e de outro, em torno do exercício de seu poder plenamente recuperado. Golpeada a fragilidade do parlamentarismo, o Governo busca reconquistar áreas de centro que lhe ofereçam bases mais sólidas e estáveis de poder, novamente afinadas por uma política de centro-esquerda, já ensaiada no Gabinete Tancredo Neves, e que procurava atrair para sua órbita tanto moderados quanto radicais.

Não é por casualidade que volta ao Ministério, como *primus inter pares,* o respeitado petebista San Tiago Dantas, liderando no Ministério da Fazenda uma autodenominada *esquerda positiva* que pretendia conciliar as metas inadiáveis de contenção financeira com as reivindicações reformistas. Para cumprir tais objetivos, Dantas parecia o político certo, visto que aliava a respeitabilidade adquirida no Ministério das Relações Exteriores (e em seus confrontos com os Estados Unidos) e mesmo uma tolerância para com os sindicatos que o fizeram candidato a Presidente do Conselho em junho de 1962, com o propósito declarado de negociar empréstimos e a dívida externa e estabelecer compromissos que permitissem ao Governo consolidar-se nos planos internacional e nacional. Neste sentido, a política adotada retomava o mesmo fio condutor que levara Goulart, no ano anterior, a uma visita oficial aos Estados Unidos[270].

---

269 *Tribuna da Imprensa,* 27/04/1964.

270 Consultar para este fim a coleção de documentos relativos aos preparativos e à viagem de Goulart aos Estados Unidos, *Arquivos da Biblioteca John Kennedy.* Os documentos atestam efetivamente o empenho do Governo brasileiro em negociar dentro de uma linha de concessões mútuas e, ao mesmo tempo, sua dificuldade em manter diretivas unitárias e estáveis. National Security Files, Coleção CPDOC.

Os nomes de Amaral Peixoto, encarregado de realizar uma Reforma Administrativa, e de Celso Furtado, responsável pelo Plano Trienal, marcam um esforço de credibilidade junto às lideranças e um alargamento das áreas de negociação compatível com os compromissos programáticos assumidos.

No Plano Trienal, texto-base da política econômica do Governo, é com clareza que se define a importância estratégica da Agricultura no processo de desenvolvimento. Atribuindo o atraso ao setor agrícola – sua baixa produtividade, a pobreza de sua população – à "absurda e antieconômica distribuição das terras já incorporadas ao mercado nacional", Celso Furtado acentua que os grandes estabelecimentos, sem meios para a exploração equilibrada, encontram na pecuária extensiva a única maneira de promover a ocupação econômica, deixando à pequena propriedade a carga de se especializar na produção agrícola, em níveis de produtividade insatisfatórios.

Acrescenta que uma estrutura agrária "arcaica e obsoleta conflita perigosamente com as necessidades sociais e materiais da população brasileira", constitui um sério obstáculo à exploração racional da terra em bases capitalistas e enseja a criação de formas anti-sociais de exploração de propriedade que agravam a distribuição de renda e comprometem o desenvolvimento da agricultura nacional.[271]

Brizola e a política dos EUA

Cedo, porém, as novas intenções do Governo são atingidas pelas críticas de Brizola à política norte-americana, pois o líder gaúcho e a Frente de Mobilização Popular vêem na política de estabilização e nas negociações com os Estados Unidos concessões inaceitáveis e um franco retrocesso. É como "crime de lesa-pátria" que o *brizolismo* e a esquerda em geral recebem a iniciativa de compra da AMFORP (American Foreign Power, subsidiária da Bond and Share) e da ITT (International Telegraph Telephone), como contrapartida brasileira às negociações de empréstimo. Tanto mais que, nesse particular, as posições de Brizola no Rio Grande do Sul haviam-se encaminhado no sentido inverso – o da encampação da subsidiária da Bond and Share e da ITT – iniciativa que lhe conferiu enorme popularidade nas hostes nacionalistas.[272]

[271] Presidência da República. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, dezembro de 1962, pp. 140/148.

[272] Dos 398 milhões de dólares do empréstimo obtido por Dantas em março de 1963, apenas 84 milhões de dólares podiam ser imediatamente liberados, desde que vinculados ao cumprimento do acordo de compensação com a ITT e ao reembolso aos acionistas da

Por isso mesmo, Brizola se investe de autoridade para retirar seu apoio incondicional ao Governo em troca das Reformas que ele encaminha, alegando que "o fator novo da atual política econômico-financeira deve prevalecer mesmo sobre as Reformas", com isto querendo dizer que, naquela conjuntura, as críticas severas não seriam empanadas por uma frente de luta comum.[273] É o início de um vigoroso ataque ao "tripé anti-reformista" representado, segundo ele, por Dantas, Antônio Balbino e Amauri Kruel, que, em comissão interministerial, ultimam os detalhes da negociação de compra das concessionárias estrangeiras.

Contra Brizola e os nacionalistas incidem as pressões norte-americanas, que vêem, talvez, nas concessões obtidas e no empenho de colaboração do Governo, o sinal de que aquele seria o momento oportuno para dele alijar ou, pelo menos enfraquecer, as correntes hostis aos Estados Unidos.

Sem esconder seu apoio aos propósitos fixados por Dantas, o Embaixador norte-americano, em conversa informal com o Presidente, manifesta seu ceticismo quanto às previsões de continuidade do programa adotado, cobrando de Jango uma definição quanto ao papel dos radicais, no Governo, especialmente de Brizola e dos "assessores gaúchos" Cibilis Viana, Paulo Schilling e João Caruso. Goulart tranqüiliza o Embaixador Lincoln Gordon minimizando a importância funcional dos *brizolistas* e refutando a sua tão temida influência comunista. Ademais, insiste, segundo o relato da Embaixada a Washington, que:

> "Se o Governo dos Estados Unidos está satisfeito por não ser ele, Goulart, um comunista, e por não ter ele o desejo nem a intenção de entregar o país aos comunistas, deveria confiar nele para realizar as complexas manobras pessoais e políticas que são uma *especialidade brasileira* e que ele domina".[274]

AMFORP. Cf. Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, pp. 440/441, e *Correio da Manhã,* 26/03/1962; e Cláudio Medeiros Lima, *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação* (um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Getúlio Vargas), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

[273] O *Estado de S. Paulo,* 17/03/1963.

[274] Telegrama da Embaixada Americana, assinado por Lincoln Gordon, ao Departamento de Estado, comunicando os termos da conversa do Embaixador com o Presidente da República, em jantar do dia no qual esteve também presente o Embaixador Roberto Campos, Guanabara, 23 de fevereiro de 1963.

O interrogatório de Gordon e a aparente boa vontade de Goulart em esclarecer a atuação de aliados políticos, Ministros e auxiliares diretos atestam o grau de fragilidade a que havia chegado a atuação governista: entre Brizola e Lincoln Gordon, por razões estratégicas ou por vazio político, Goulart perigosamente oscila.

A pressão norte-americana sobre o Governo brasileiro continua durante a viagem de San Tiago Dantas a Washington, para negociar a dívida externa e obter empréstimos, quando declarações atribuídas a Lincoln Gordon, sobre a infiltração comunista no Governo Goulart e no PTB, são reafirmadas por porta-voz do Departamento de Estado. Embora a notícia oficialmente divulgada seja dias depois oficialmente desmentida, parece pouco convincente a justificativa de que a divulgação do relatório sobre a infiltração comunista no Governo brasileiro, durante a permanência do Ministro da Fazenda nos Estados Unidos, tenha sido "total coincidência". O clima de forte tensão ameaça interromper as negociações, deixando o Brasil em posição embaraçosa, exige a intervenção pessoal do Embaixador Roberto Campos em Washington e impele Dantas a esclarecer a posição do Governo na Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos Estados Unidos.[275]

Internamente, além das dificuldades à esquerda, criam-se tensões como centro pessedista. Enquanto Oliveira Brito e Martins Rodrigues anunciam à Imprensa convite oficial a Abelardo Jurema (PSP-PA) para o Ministério da Justiça, o Chefe da Casa Civil, Evandro Lins, declara não ter recebido do Presidente instruções sobre o assunto.[276]

Tais ambigüidades enfraquecem o Ministro João Mangabeira, que, durante a ofensiva reformista que se prolonga de março a maio, se encarregará de manifestar o seu descompasso com a política oficial do Governo e total ceticismo quanto às suas possibilidades de êxito.[277]

É nesse clima de radicalização e incertezas que se desencadeia a mais séria ofensiva oficial rumo às *Reformas de Base* administrativa, tributária, bancária e, especialmente, agrária – ponto culminante de um longo e interrompido processo.

Em meio a contradições e incertezas, a Reforma Agrária vem à pauta como o primeiro item da agenda oficial, *carro-chefe* da "ofensiva de

---

[275] Para uma reconstituição da viagem de Dantas aos Estados Unidos, iniciada a 10/03/1963, ver especialmente o *Correio da Manhã*, 12 a 20/03/1963.

[276] *Correio da Manhã*, 17/03/1963.

[277] *O Estado de S. Paulo*, 13/03/1963 e 22/05/1963.

março", que representaria a prova decisiva entre o Executivo e o Congresso. É o momento em que Jango procura selar a sua vocação reformista, consolidando uma liderança histórica.

Nas circunstâncias, o caminho de praxe é enviar ao Congresso, no início da sessão legislativa, um anteprojeto que expresse a posição do Executivo sobre o assunto. Como, no entanto, a proposta governamental previa a desapropriação com títulos da dívida pública, não seria possível enviá-la à Câmara sem uma prévia alteração da Constituição, sob pena de vê-la cair na preliminar de inconstitucionalidade, que, sem dúvida, seria levantada na Comissão de Constituição e Justiça.[278] Diante de notícias desencontradas e de grandes expectativas, o Executivo se limita a fazer circular entre as lideranças políticas o anteprojeto elaborado pela Assessoria Técnica (entregue ao Presidente a 14 de março) e a enviar Mensagem anunciando para um futuro próximo o anteprojeto, mas sem encaminhar oficialmente a medida.[279]

As contradições criadas estimulam a oposição ao protesto contra a incompetência do Executivo "em redigir sequer uma proposição" e contra "a falta de cumprimento de antiga promessa, permanentemente adiada".[280]

Às dificuldades jurídico-institucionais acrescentam-se os embaraços políticos, antecipando os impasses que o Governo enfrentará nas semanas seguintes. Antes que o Presidente da República encaminhe informalmente às lideranças partidárias a proposta oficial de Reforma Agrária, circulam n'*O Estado de S. Paulo* notícias de que o Superintendente da SUPRA, João Caruso, teria entregue a Martins Rodrigues a medida que Goulart enviaria ao Congresso, transcrevendo-se o texto integral do anteprojeto, de cunho visivelmente radical.[281] No dia seguinte, o mesmo jornal noticia que Goulart teria entregue a Martins Rodrigues uma nova proposta, com

---

[278] Os jornais anunciam Anteprojeto da Reforma Agrária acompanhando a Mensagem ao Congresso, *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1963. No dia seguinte, *O Estado de S. Paulo* retifica a notícia, esclarecendo que a proposta não seria formalmente enviada.

[279] Moura Andrade, Martins Rodrigues, Bocaiúva Cunha e os líderes dos demais partidos recebem cópia do anteprojeto. *O Estado de S. Paulo*, 19 e 21 de março de 1963, *Correio da Manhã*, 21 e 23 de março de 1963. De maneira mais conclusiva, o Governo se limita a promover entendimentos com as lideranças da Câmara e do Senado para dar-lhes conhecimento da orientação que o Governo deseja adotar, mas esclarece que previamente caberia ao Congresso, dentro de suas atribuições, previamente aprovar a Reforma Constitucional.

[280] Declarações de Pedro Aleixo, em sessão da Câmara dos Deputados, a 25 de março de 1963, *Correio da Manhã*, 26 de março de 1963.

[281] *O Estado de S. Paulo*, 13 e 14 de março de 1963.

a advertência de que estaria ainda sendo submetida a uma revisão e de que seria "substancialmente alterada". Por isso mesmo, a sugestão era a de que o líder do PSD aguardasse o texto definitivo antes de anunciá-lo ao Partido.[282]

Contava-se, assim, em menos de uma semana, com *duas versões* do anteprojeto, a primeira *semi-oficial,* e a segunda *oficial,* confirmada pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República, através da Agência Nacional, ao esclarecer que a matéria divulgada no dia 14 – e, portanto, originária da SUPRA – referia-se apenas a *um* dos projetos apreciados pela Assessoria Técnica. O conteúdo do anteprojeto teria sido alterado pelos assessores, segundo ordens expressas do Presidente.[283] Embora fontes políticas diversas possam hoje confirmar a existência de uma única proposta governamental, elaborada em uma mesma central – a da Assessoria Técnica –, sendo a versão de João Caruso (um dos membros da Assessoria) uma *preliminar* em estudo, antecipadamente divulgada pela Imprensa, fica evidente que, no momento decisivo, a margem de indecisão era ampla.

Mesmo rejeitando a hipótese de "choque entre duas correntes", das quais a mais radical seria composta dos "assessores gaúchos", já denunciados por Gordon a Goulart, parece evidente que, naquele momento, as sucessivas versões do anteprojeto, ligadas talvez à predisposição de negociar com os partidos políticos, conferem extrema fluidez às conflituosas propostas do Governo, estimulando os opositores à contestação.

Entre a primeira e a segunda versão do texto, algumas modificações haviam sido inseridas: poupava-se de desapropriação as unidades de tipo familiar e os estabelecimentos agrícolas administrados diretamente, independentemente do tamanho da propriedade, desde que seus rendimentos não ficassem aquém da média da região. Para evitar os protestos contra as indenizações fixadas segundo declarações para fins do imposto de renda, insere-se no anteprojeto um critério conciliador, embora bastante ambíguo,

[282] *O Estado de S. Paulo,* 15 de março de 1963.

[283] Cf. *Correio da Manhã,* 15/03/1963. Cabia ao Chefe da Assessoria Técnica, Cibilis Viana, preparar propostas a serem estudadas pelo Presidente. Acompanhando Goulart desde o início de seu Governo, é ele quem prepara o programa de Reformas enviado ao Congresso em 1962, bem como os anteprojetos de Reforma Agrária e Bancária. Faziam parte da Assessoria Técnica: Paulo Schilling, João Caruso, Inácio Rangel, Alfredo Gerardt, Walter Santos, Durval Calazans, Padre Lage Inácio Rangel (que colaborou com o projeto, mas era contra a orientação geral adotada). Entrevista com Cibilis Viana, *op. cit.,* e Evandro Lins e Silva, 04/04/1979.

segundo o qual o expropriamento poderia calcar-se também nas declarações do imposto territorial ou na consagrada avaliação judicial. Ademais, limitavam-se as desapropriações à órbita dos imóveis rurais.[284] Mas mesmo a segunda versão parecia em suspenso, à espera da reação dos partidos, e, portanto, aberta à negociação. É o caso do PSD que, por intermédio do seu Presidente, declara em meio a apreensões não prever reações da Bancada ao anunciado anteprojeto presidencial, embora aguarde resultados de uma comissão especial, encarregada de estudar, mais em detalhes, a questão.[285]

Estas negociações serão, sem dúvida, dificultadas pela decisão do Governo em convocar a liderança petebista – Bocaiúva Cunha na Câmara e Vasconcelos Torres no Senado –, a fim de encaminhar a *emenda constitucional* que tornaria *financeiramente viável* a Reforma e que deveria necessariamente partir do Congresso.

A emenda que Bocaiúva Cunha apresentou à Câmara, a 15 de abril, alterava a *forma de indenização nos casos de desapropriação por interesse social;* revia, portanto, o famoso §16 do artigo 14, que garantia ao imóvel desapropriado a *prévia* e *justa* indenização em dinheiro.[286]

Dessa maneira, procurava corrigir a antiga contradição, presente na Constituição de 1946, entre o artigo 141 da "Declaração de Direitos", que dispunha sobre os *Direitos e Garantias Individuais* e beneficiava o proprietário em caso de desapropriação (não distinguindo entre desapropriação por utilidade pública e desapropriação por interesse social), e o artigo 147, que versava sobre *A Ordem Econômica e Social,* e que determinava em uma linha mais progressista e constitucionalmente ao bem-estar social, que "a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos".[287]

Bocaiúva Cunha propunha que, para este único efeito – o de promover o bem-estar social – as indenizações se fizessem com títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações e "sujeitas à correção do valor monetário na forma que a lei estabelecer".[288] Remetendo para lei ordinária a

---

[284] Ver a primeira e a segunda versões do anteprojeto n'*O Estado de S. Paulo*, 14/03/1963, e *Correio da Manhã*, 21/03/1963.

[285] *O Estado de S. Paulo*, 22/02/63. A comissão era composta por Pacheco Chaves, Gustavo Capanema, Getúlio Moura, Humberto Lucena e Luciano Machado.

[286] Emenda Constitucional nº 1, de 15 de abril de 1963. Câmara dos Deputados, Diretoria de Serviços Legislativos.

[287] Disposições da Constituição de 1946. Cf. *Reforma Agrária*, Senado Federal, Diretoria de Informação Legislativa, Brasília, 1969, pp. VI e VII.

[288] Emenda Constitucional nº 1.163.

controvertida questão da forma de pagamento, o PTB, pela omissão, abria caminho a alternativas políticas mais rigorosas de desapropriação, uma vez que a aprovação de tais medidas não exigiria do Congresso a maioria de 2/3 (aplicável às modificações constitucionais), mas a maioria simples, bem mais facilmente exeqüível.

A lentidão de tal encaminhamento, que só se efetiva um mês depois do Anteprojeto de Reforma, e o impacto da proposta, por seu conteúdo implicitamente radical, contribuem, sem dúvida, para exacerbar a oposição ao Governo e para mobilizar celeremente os interesses rurais atingidos.

Dentre eles, particularmente, algumas entidades representativas do meio rural, e as lideranças oposicionistas, que recebiam a Emenda Constitucional como o "cavalo de Tróia", através do qual pretendia o Governo introduzir mudanças conflituosas, de maior gravidade política e social. A ameaça advinha inicialmente das medidas anunciadas pelo Governo em sua *Mensagem*, que, além da *Reforma Agrária*, mencionava uma *Reforma Urbana*, voltada para os problemas de "moradia popular" e de "combate aos especuladores", infiltrados na indústria de construção, e uma *Reforma Tributária*, que pretendia redistribuir a carga fiscal, fazendo-a recair sobre os detentores da alta renda".[289]

Ainda mais ameaçadora parecia a estratégia de *Reforma Constitucional*, que se iniciaria com a Reforma Agrária e, segundo se anunciava, em outras etapas, continuaria com o voto aos analfabetos e praças de pré, e com a mudança na Lei das Inelegibilidades, que abriria caminho para a permanência de Jango no poder, ou para uma sucessão favorável ao seu cunhado Brizola. Havia, sem dúvida, o incontrolável temor de ver ingressarem na cena política camadas sociais constituídas em "clientelas políticas" que pudessem ser enquadradas, tal como o fora a classe operária com Getúlio Vargas. Tais temores eram, sem dúvida, realimentados pela acelerada eclosão de conflitos rurais, que cada vez mais se orientavam para a ocupação de terras. A oposição, entre surpreendida e impotente, antevendo tão temerosa aliança, condena, como Pedro Aleixo, "as agitações em torno dessas famosas reformas"... "características que sempre foram dos métodos de ação do atual Presidente, preocupado com a exploração dos mais graves problemas nacionais para fins de proveito eleitoral" e, como ele, faz questão de marcar os limites entre a Reforma que visa a ampliar o número de proprietários existentes e outra, cujo teor desconhece, e que parecia mais estimular a subversão.[290] Ernâni Sátiro

[289] João Goulart, *Mensagem ao Congresso Nacional* (1963), pp. 11/12.

[290] *O Estado de S. Paulo*, 26/02 e 20/04/1963.

partilha dos mesmos receios quando diz temer uma Reforma Constitucional, ou normas especiais de tramitação da emenda, com alteração do Regimento da Casa, sem que se chegue antes, mediante entendimentos leais e autorizados, à conclusão dos *limites* até onde querem conduzir as Reformas.[291] Armando Falcão, mais agressivo e mais explícito, lidera dentro do PSD a oposição ao Governo, acusando-o de "comunismo legal".[292]

A despeito das hostilidades políticas crescentes, existe ainda, no âmbito dos partidos, margem à negociação. O PSD, por exemplo, é uma peça decisiva, pois embora firmemente contrário à Emenda Bocaiúva Cunha, por considerá-la perigosamente imprecisa, reitera, seguidas vezes, a aceitação do pagamento das desapropriações em títulos, assumindo, dentro do clima reinante, os riscos óbvios de indispor a cúpula do partido contra suas bases.

Nesse sentido, é com clareza que Amaral Peixoto expressa a posição do PSD, aprovada em reunião de 4 de abril, "pela Reforma Agrária, mas contra a agitação", isto é, em favor de uma Reforma Constitucional que previsse desapropriação com títulos reajustáveis da dívida pública, a fim de garantir os proprietários contra a desvalorização. E embora a Emenda Bocaiúva Cunha sob esse aspecto fosse omissa, o anteprojeto governamental, ao contrário, aceitava, para este fim, uma correção máxima de 10%, independentemente do ritmo da inflação.[293]

O PSD propõe ainda medidas de apaziguamento dos temores às arbitrariedades governamentais, sugerindo que se constitua, como já o havia tratado José Joffily, uma direção de alto gabarito, nomeada pelo Presidente da República, com a confiança do Senado, para conduzir as medidas efetivas de Reforma Agrária e que se disciplinem as desapropriações segundo plano prévio de colonização a ser submetido ao Congresso, limitando a Reforma às áreas *improdutivas*. Fixando claros limites às pretensões imediatas dos petebistas, o Partido veta as medidas de *arrendamento compulsório* por ele propostas – e que tão grandes reações suscita no PSD, na UDN e nos meios rurais – considerando-o como mero *confisco*.[294]

Se, para o PTB e para o Governo, a proposta pessedista significaria o retardamento das medidas imediatas e redistributivas que almejavam, e a

[291] *O Estado de S. Paulo*, 03/04/1963.
[292] *Correio da Manhã*, 21/03/1963.
[293] Anteprojeto de Lei de Reforma Agrária, *Correio da Manhã*, 21/03/1963.
[294] Sobre a Reunião de 4 de abril de 1963, ver *Correio da Manhã*, 06/04/1963. Sobre o arrendamento compulsório e as reações que suscita, cf. *Correio da Manhã*, 23/03/1963 e 20/04/63.

imposição de um ritmo mais *gradual* de Reforma, ao PSD não era permitido conceder mais. Explorando ao máximo as suas decantadas virtualidades políticas, no dizer de Martins Rodrigues, o Partido "foi até onde podia".[295]

Sem abandonar antigos compromissos com o mundo rural que o elegia, é preciso reconhecer que a posição oficial do PSD – favorável ao pagamento em títulos da dívida pública – não se confundia, naquele momento, com a franca hostilidade das associações rurais diante da medida, embora, como elas, tivesse empenho em impedir o transbordamento dos conflitos políticos que levaria à perda de controle sobre as massas rurais. É o que se pode atestar pela advertência de Martins Rodrigues, formulada diretamente a Goulart, de que estes que pregam tão ardorosamente a Reforma Agrária e outras reformas pretendem mais tumultuar a ordem constitucional do que alcançar mesmo estas reformas;[296] e pela circular aos diretórios regionais do partido, onde a cúpula partidária reassegura ter-se conduzido frente à Reforma Agrária, "com as vistas voltadas para os legítimos interesses das classes rurais do país, merecedoras, notadamente de nossa parte, de especial amparo e defesa na emergência dessa reforma". Os termos do compromisso haviam sido efetivamente definidos em torno da justa correção monetária dos títulos da dívida pública, e da garantia de que não seriam desapropriadas as terras que estivessem sendo aproveitadas.[297]

As classes conservadoras

Quanto às entidades rurais e classes produtoras, estas estavam já bastante articuladas e unidas em torno de medidas que não ferissem a Lei Magna desde a Conferência Rural de 1962, e as insistências do Governo em aprovar uma Reforma Constitucional só as faziam indispor-se com as iniciativas em vias de tramitação. Nesse particular, são unânimes as críticas ao flagrante atentado contra o direito de propriedade, explícito nas intenções do Governo e que, segundo as vozes que ecoam da Associação Comercial, da Sociedade Rural Brasileira e da Confederação Rural Brasileira, ameaçam diretamente os princípios básicos da democracia. Os líderes dessas entidades destacam insistentemente que os *planos indefinidos* do Governo conduzirão fatalmente ao arbítrio. É o caso da CRB, que os acusa de não limitar com precisão os casos passíveis

---

[295] *O Estado de S. Paulo*, 10/05/1963.

[296] Entrevista com Ernâni do Amaral Peixoto, 15/04/1979, reafirmada por declarações de Martins Rodrigues a *O Estado de S. Paulo*, 26/04/1963.

[297] Carta de Ernâni do Amaral Peixoto ao Presidente do Diretório Regional do PSD, 06/05/1963, *Arquivo Ernâni do Amaral Peixoto*.

de desapropriação por interesses social e público, e de não conceituar adequadamente categorias como latifúndio, empresa agrícola e minifúndio. Da Associação Comercial ecoa também o protesto de que a Reforma Agrária do Governo é unilateral e só pensa em dividir a terra.[298]

É de notar que a proposta de Reforma Agrária que os líderes rurais têm em mente em início de 63 é o projeto de lei do Senador Coimbra Bueno (PSD-SP), preocupando-se mais com a *produtividade*, o *escoamento* da produção, as formas de *financiamento*, as áreas e as condições de desapropriação, e prevendo encaminhamento via Executivo, através da SUPRA.[299] Também a "Declaração de Princípios da Classe Rural" faz sérias restrições à desapropriação, mesmo através da forma de pagamento já estabelecida em lei, pois, segundo o pensamento da classe, desapropriação seria "investimento dos mais dispendiosos", que contribuiria para elevar o ritmo da inflação. Para entravar definitivamente o ritmo da redistribuição de terras, em uma eventual Reforma Agrária, o documento sugere como medida prévia de desapropriação por interesse social a abertura de um processo administrativo no qual os proprietários tivessem meios de se defender contra uma decisão oficial.[300]

O PSD caminha, portanto, com acentuada independência em relação aos interesses ruralistas, sobretudo levando em conta as fortes pressões internas e externas recebidas: a Sociedade Rural Brasileira, vendo no PSD o fiel da balança, apela para que ele suste as "reformas comunizantes" e qualquer emenda à Constituição; e Armando Falcão, membro do partido, em Conferência na entidade, e em programas de televisão, acusa o Governo de "fora-da-lei".[301] A despeito destas dificuldades, expressas em alianças de destacados políticos pessedistas com as Associações Rurais, e de outras mais graves que virão com a dissidência mineira, liderada por Benedito Valadares e Último de Carvalho, o Diretório Nacional reafirmará seguidamente as posições assumidas nos termos iniciais fixados por Comissão Especial e por prévia consulta ao colegiado do partido.

Já a posição da UDN é mais delicada, embora, mais do que o PSD, exista no partido uma minoria ativa favorável à Reforma com emenda constitucional e mesmo ao *arrendamento compulsório* que tanto assusta

---

[298] *Correio da Manhã*, 28/03/63 e 12/04/63; *O Estado de S. Paulo*, 27/03/1963.

[299] O projeto de Coimbra Bueno é encaminhado como sugestão da Confederação Rural Brasileira ao Presidente do Diretório Nacional do PSD. Cf. Carta de Íris Meinberg a Ernâni do Amaral Peixoto, 16/01/63. Projeto de lei de Coimbra Bueno, de janeiro de 1963. *Arquivo Ernâni do Amaral Peixoto.*

[300] *Declaração de Princípios da Classe Rural, op. cit.*

[301] *Correio da Manhã*, 16 e 17/04/1963, e *O Estado de S. Paulo*, 25/04/1963.

os pessedistas.[302] Refletindo "posições de vanguarda pelas tão decantadas reformas de base", a Comissão interna – criada para estudar a proposta do Governo constituída por João Agripino (UDN, Presidente) e Brito Velho (PL, Relator) – defende, exceção feita à lei de arrendamento, medidas idênticas às que o PSD exige: desapropriações após a definição de planos de colonização, limitadas aos imóveis inexplorados ou mal explorados.[303]

A hostilidade visceral do partido ao Governo susta, porém, as ingerências desta vanguarda reformista. Além de severas críticas ao "arrendamento compulsório", que, segundo alguns setores, tornava impossível distinguir o PTB da UDN,[304] também a luta contra a emenda constitucional ganha corpo, através de ameaça de cisão do bloco lacerdista. Em carta a Adauto Lúcio Cardoso, líder da UDN na Câmara, Lacerda contesta as opiniões da Comissão especial, desautorizando-as enquanto posição oficial do partido e declara que não hesitaria em tomar atitudes extremas contra o apoio udenista à Reforma. Além da bancada da Guanabara, Lacerda encontra o respaldo imediato da Ação Democrática Parlamentar (réplica da Frente Nacionalista no Congresso), arrastando ainda para uma posição conservadora, contra Magalhães Pinto, Governador do Estado, a unanimidade da bancada mineira. A solução adotada para o impasse é a realização de uma ampla consulta às bases, que se realiza na Convenção de Curitiba.[305]

Embora o bloco reformista esteja presente e o Deputado José Aparecido de Oliveira leia, em plenário, um manifesto de apoio à Reforma Agrária com emenda constitucional, a reação geral é francamente desfavorável. Segundo as diretivas de uma subcomissão constituída por Cid Sampaio e Paulo Campos redige-se um texto que a Convenção aprova, descartando mudanças na Constituição e defendendo a assistência técnica e uma moderada redistribuição de terras devolutas, segundo política apregoada pela grande propriedade rural.[306] No embate, os grandes perdedores

---

[302] O *Estado de S. Paulo*, 10/04/1963 e 23/04/1963; *Correio da Manhã*, 10/04/1963.

[303] O *Estado de S. Paulo*, 18/04/1963.

[304] *Correio da Manhã*, 20/04/1963.

[305] O *Estado de S. Paulo*, 24/04/1963.

[306] Apóiam o manifesto, além de José Aparecido de Oliveira, os Governadores Magalhães Pinto (MG), Petrônio Portella (PI) e Seixas Dória (SE); os Deputados Clóvis Ferro Costa (PA), José Sarney (MA), Francelino Pereira (MG), Simão da Cunha (MG), Djalma Marinho (RN), José Carlos Guerra (PE), Celso Passos (RJ), Heitor Cavalcanti (PI), Edson Garcia (MT), Adolfo de Oliveira (RJ), Arnaldo Nogueira (GB), Wilson Falcão (BA), Wilson Martins (MT); os Senadores José Candido Ferraz (PI) e Joaquim Parente e João Agripino (PB). *Manifesto da Convenção de Curitiba*, em pesquisa de Maria Victória de Mesquita Benevides sobre a UDN (em andamento), especialmente consulta ao *Correio de Minas*, 26 e 27/04/1963. Ver também O *Estado de S. Paulo*, 28/04/63, e *Correio da Manhã*, 30/04/1963.

são João Agripino e Magalhães Pinto, o primeiro porque vê esvaziados os seus esforços na Comissão Especial, e o segundo porque se isola em sua bancada e dentro do próprio partido, em detrimento de seu rival Carlos Lacerda, que prepara a disputa para a Presidência reforçando a maioria conservadora e anti-reformista.

Os resultados da Convenção de Curitiba são bastante significativos e contribuem para alterar de maneira radical a correlação de forças partidárias e políticas. Ao nível interno, desloca o alinhamento dos centristas para a direita. É de notar que a cúpula da UDN, composta de Adauto Lúcio Cardoso, Pedro Aleixo, João Agripino e Daniel Krieger, embora receba manifestação de confiança do bloco reformista no plenário da Convenção, "porque, atenta às exigências da realidade brasileira, defenderam a Reforma Agrária com Emenda Constitucional"[307] é obrigada a redefinir as posições assumidas; além do temor natural do Governo, tantas vezes anunciado, acrescenta-se, nas circunstâncias, a necessidade de garantir a coesão partidária, mais do que nunca indispensável. Ficam, portanto, arquivados o reformismo moderado de Pedro Aleixo e as declarações de Herbert Levy, que dias antes da Convenção de Curitiba manifesta-se favorável à desapropriação com pagamento em títulos, desde que com o aval do Banco do Brasil e com as garantias já solicitadas pelos pessedistas.[308]

Em termos interpartidários, a mudança estimula dissensões existentes no PSD, levando-o também para a direita e estimulando, nele, a despeito de sua vocação oficial, sólidas bases antigovernistas, especialmente em Minas. O primeiro indício de crise é a solicitação de uma consulta às bases, nos moldes em que o fizera a UDN, a fim de sustar o apoio do Partido à Reforma Agrária com emenda constitucional. A medida, solicitada por Armando Falcão e Último de Carvalho e apoiada pela bancada mineira, será vetada pela liderança,[309] mas isso não impedirá o desgaste do Governo Goulart, que culmina com a ruptura em dezembro de 1963.

Quanto à ofensiva reformista, Tancredo Neves é o primeiro a compreender que, com a Convenção da UDN, frustram-se grandes expectativas e que o Congresso perdeu a oportunidade histórica de fazer uma Reforma Agrária de fato.[310] O recuo udenista que reforça o poder mode-

---

[307] *Manifesto da Convenção de Curitiba, op. cit.*

[308] O *Estado de S. Paulo*, 23/04/1963.

[309] Amaral Peixoto nega a solicitação afirmando que o Diretório Nacional já se pronunciou sobre a questão. O *Estado de S. Paulo*, 01 e 03/05/1963, e *Correio da Manhã*, 03/05/1963.

[310] O *Estado de S. Paulo*, 01/05/1963.

rador e arbitral do PSD, a despeito das advertências de Martins Rodrigues, de que não seria possível ir mais longe, deixa o PTB inflexível.

Diante da definição do quadro partidário, o PTB se vê isolado na Comissão Especial, escolhida para dar parecer sobre a Emenda Bocaiúva Cunha, e na qual tem três representantes (Doutel de Andrade, Leonel Brizola e Bocaiúva Cunha), em contraposição a três pessedistas (Gustavo Capanema, Ulysses Guimarães e Martins Rodrigues), três udenistas (Aliomar Baleeiro, Ernâni Sátiro e Pedro Aleixo), um membro do PDC (Plínio de Arruda Sampaio) e um do PSP (Arnaldo Cerdeira). Não por coincidência, a 2 de maio, logo após a Convenção de Curitiba, a UDN substitui dois de seus representantes — Bilac Pinto e Adauto Cardoso — por Baleeiro e Sátiro, mais ostensivamente contra as medidas governistas. A 13 de maio, a Emenda Bocaiúva Cunha é rejeitada por 7 votos contra 4 em um confronto que, a despeito das dissonâncias, unira o PSD à UDN.

O parecer de Aliomar Baleeiro, fundamentado, com sofisticada erudição, exprime a ótica conservadora partilhada pelas classes produtoras e, em especial, pela grande propriedade rural, com a qual se identificam, majoritariamente, a UDN, e também as bases pessedistas, não obstante os compromissos históricos de sua cúpula com o *pacto populista.*

Em seu parecer, Baleeiro argumenta que "o latifúndio era e ainda é um imperativo econômico de nosso tempo" e que "o Brasil é quase um gigante que não pode ser vestido de Reformas Agrárias talhadas para anões insulares como o Japão ou Cuba". Insiste na possibilidade de aproveitamento das terras públicas e na necessidade de um cadastro rural que tornasse possível a tributação progressiva. Condenando a *lavoura de subsistência* como inviável e como *obstáculo ao desenvolvimento,* argumenta que a elevação do nível de vida das populações rurais depende do aumento geral da produtividade e não de medidas demagógicas, economicamente inviáveis. Alargando a discussão sobre o modelo econômico e político, Baleeiro explicita que, assim como nos inspiramos nos ideais da democracia americana, devemos também nos inspirar em sua experiência social de expansão nas zonas de fronteira, imitando-os "sem constrangimentos nem complexos de inferioridade nacionalista" e não procurando seguir a "Aliança para o Progresso" encomendada "para os povos subdesenvolvidos, anárquicos e desmoralizados sob o jugo de ditadores da pior categoria". Encerra sua argumentação lembrando os vínculos do populismo getulista com a grande propriedade rural, nele incluindo Vargas e seu herdeiro político, João Goulart. E acrescenta que a Emenda Constitucional daria ao Presidente da República arma política poderosa, e o "arbítrio de

escolher o que desapropriar" como parte de um "ardil em que a metade da classe governante quer apunhalar pelas costas a outra metade. Isto liquidará o PSD levando de quebra a UDN".[311]

Para os radicais, a derrota frustra definitivamente as esperanças de colaboração com o "Congresso latifundiário", naquele "triste 13 de maio" que prolongava, para os trabalhadores rurais, a condição de escravos.[312] Meses depois, a 7 de outubro de 1963, a emenda será rejeitada em plenário por 121 votos contra 176, em meio a grave crise militar que se inicia com a Revolta dos Sargentos, em setembro, prossegue com uma onda de greves deflagradas pelo CGT em outubro e culmina com uma tentativa governista de superar a crise político-militar com o apoio das Forças Armadas ao estado de sítio, e intervenção na Guanabara e em Pernambuco.

No plano mais amplo das relações entre a Sociedade e o Governo, a derrota do projeto na Comissão e o conseqüente endurecimento do PSD e da UDN polarizam as animosidades e estimulam o combate frontal ao Governo, diante da constatação evidente de que as bases institucionais de Goulart são frágeis e que sua tática, mesmo com os plenos poderes recuperados pelo plebiscito, além de oscilante, é ineficaz. A derrota *parlamentar* se converte, assim, em grave revés *político*, que marca, tanto para a oposição de direita quanto para os radicais de esquerda, o esgotamento de um projeto de *reformismo constitucional*. O Congresso é o limite para a aprovação das Reformas e, tal como já o previra Jânio Quadros, o palco onde se exerce o seu poder de veto.

5.3. *REFORMA VIA EXECUTIVO*

Diante da derrota petebista, da irredutibilidade do PSD e da séria ofensiva udenista, Goulart, apoiado em Bocaiúva Cunha e em uma fração de seu partido, acena uma vez mais ao velho aliado, encontrando a cúpula pessedista, apesar das dissensões internas, pronta a formular, com o Governo, uma proposta comum. A primeira delas parte de Plínio de Arruda Sampaio (PDC), baseada em sugestões apresentadas no parecer à Comissão Especial, e que numa linha eqüidistante entre o PSD e o PTB

---

[311] Parecer de Aliomar Baleeiro na Comissão Especial em *Reforma Agrária, op. cit.*, pp. 54/72.

[312] *Correio da Manhã*, 15/05/1963.

escalonava o índice de correção monetária segundo o valor da propriedade, em uma oscilação que varia entre os 10% apregoados pelo PTB e os 50% concedidos pelo PSD.[313] Às tentativas de Plínio Sampaio sucedem-se as de Oliveira Britto e Tancredo Neves, fixando em 500ha o limite dos imóveis desapropriáveis, mas, a despeito das disposições conciliatórias, não conseguem atrair à sua órbita o bloco radical petebista que insiste em barganhar este limite para 200 ou 300ha. Diante do inevitável fracasso de uma emenda que teria contra si a UDN, parte do PSD e do PTB, só resta a Jango o recuo, com a manutenção da já condenada Emenda Bocaiúva Cunha. Após a derrota em plenário, novas tentativas são feitas, com as emendas de Vieira de Melo, mas fica evidente que a histórica aliança PSD/PTB, no que se refere à questão agrária, está esgotada, alimentando inabaláveis desconfianças entre o PSD e o Governo.[314]

Entre a derrota da Comissão Especial e a rejeição em plenário, a reação das associações rurais chega ao seu ápice, estendendo-se por Municípios do interior, e culminando com uma concentração de 1.500 entidades em Brasília, apoiadas por políticos hostis ao Governo e pela Confederação Rural Brasileira. Em São Paulo, núcleos de proprietários, espalhados pelo Estado, rapidamente se organizam, e, além da ofensiva mineira, também no Estado do Rio e em Goiás os protestos aguçam a crise.[315]

A mobilização dos proprietários rurais é legitimada por políticos como Herbert Levy, Armando Falcão, Abel Rafael e João Mendes, que se incumbem de articular a reação ao Governo, percorrendo diferentes regiões do país.[316] Mas em realidade a *classe política* está cindida entre os que são contra o Governo e sua política agrária e os que se posicionam em favor da emenda.[317] Da mesma maneira, a Igreja se divide, tendo a CNBB

---

313 Parecer de Plínio Sampaio à Comissão Especial, *in Reforma Agrária, op. cit.*, p. 51.

314 *Correio da Manhã*, 11/06/63 e 14, 17, 18/07/1963. *O Estado de S. Paulo*, 11, 16, 18 e 19/07/1963.

315 A extensa lista de entidades rurais que contestam a política agrária do Governo é acrescida de órgãos como a FIESP e o CONCLAP, ligados à indústria, além das Associações Comerciais solidamente ligadas ao setor agrícola. Também a Ordem dos Advogados do Brasil se pronuncia contra. Dentre as manifestações destacam-se o preparo de uma grande marcha de ruralistas para Brasília, organizada por Aniz Badra, e uma manifestação no Pacaembu, em São Paulo, prenunciando os movimentos de massa que antecedem a queda de Jango. *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* de maio, junho e julho de 1963.

316 *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, 22/05 e 22/06/1963.

317 Contra o Governo manifestam-se: Carlos Lacerda, João Mendes, Armando Falcão, Adhemar de Barros, Último de Carvalho, Benedito Valadares, Francisco Campos, Abreu Sodré, Cid Sampaio, Nélson Carneiro e Argemiro Figueiredo. A favor estão: o PDC de Ney

apoiado uma Emenda Constitucional com indenização total ou parcial, em dinheiro ou em títulos, sob os protestos do Cardeal D. Jaime Câmara e das Cúrias Metropolitanas de Diamantina e Diocesana de Campos. À frente da reação conservadora do Clero encontra-se D. Geraldo Proença Sigaud –, autor de *Reforma Agrária, Questão de Consciência* – que em edital critica qualquer forma de desapropriação, mesmo dos latifúndios improdutivos, ou a pressão tributária expropriatória, segundo ele, condenada pelas encíclicas papais. Limita, portanto, a Reforma Agrária às terras devolutas, condenando a Comissão Central da CNBB por se imiscuir em tão controvertida matéria.[318]

Enquanto a sociedade se divide, a UDN habilmente capitaliza, em seu favor, não apenas a hostilidade à Emenda Constitucional, mas também as predisposições reformistas, acelerando na Câmara a discussão do Estatuto da Terra, de Mílton Campos, já aprovado pelo Senado. Embora a medida seja também rejeitada, durante seu encaminhamento fica evidente que se cria em torno do Estatuto o consenso do centro parlamentar e, enquanto as cúpulas do PSD e da UDN guardam sua tradicional reserva, gradualmente se processa uma aproximação de suas bases expressa na "unidade anti-reformista" de Armando Falcão e José Bonifácio.[319]

Para os radicais de esquerda, o veto da Comissão Especial é a senha que dá início a uma campanha de pressão nacional contra o Congresso e a favor das Reformas de Base, tendo à frente o Ministro do Trabalho, Almino Afonso, que, ao lado do Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, percorrem diversos Estados e visitam sindicatos.[320] A mobilização não surte, porém, os efeitos desejados como o reconhece Almino Afonso, pois a pressão popular é fraca.[321] A anunciada greve do CGT pelas reformas, prevista para 25 de maio e várias vezes protelada, resume-se a manifestos, comícios e à organização de uma semana das reformas de base, que

---

Braga, Franco Montoro, Juarez Távora e Plínio de Arruda Sampaio; udenistas do grupo de vanguarda como Ferro Costa, Simão da Cunha, José Aparecido de Oliveira e João Agripino; Governadores como Ildo Menegheti, Seixas Dória, Petrônio Portella e Miguel Arraes; ex-Governadores como Carvalho Pinto, o provável candidato pessedista à Presidência Juscelino Kubitschek, e juristas do peso de Hermes Lima e Carlos Medeiros Silva.

318 Edital das Cúrias Metropolitanas de Diamantina e Campos, 09/05/1963, *in Correio da Manhã*, 16/05/1963.

319 *O Estado de S. Paulo*, 23, 24/05/63 e 25/07/63.

320 *O Estado de S. Paulo*, 25/06/63, *Correio da Manhã*, 25/05/63.

321 *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã*, 23/05/63.

culmina no dia 7 de agosto com o "dia nacional de protesto".[322] Enquanto o Presidente busca uma base de entendimento com os partidos, especialmente com o PSD, e estuda um reajustamento ministerial que lhe confira maior estabilidade, Brizola, indicando a temperatura reinante entre as esquerdas, em comício do CGT em praça pública, apela a Goulart para que não faça acordos visando à aprovação da Reforma Agrária e aos congressistas adverte que, ao votarem a medida, levem em conta que os interesses dos latifundiários, industriais e banqueiros não podem prevalecer sobre os do povo.[323]

Com a mudança do Ministério, em junho, Brizola sai aparentemente fortalecido com o afastamento de San Tiago Dantas e do Ministro da Guerra, Amauri Kruel, embora seja ele também sério postulante ao Ministério da Fazenda, afinal ocupado por Carvalho Pinto. Mas a despeito do bem-sucedido esforço em alijá-lo antes do final do ano, cortando a comunicação entre as Classes Produtoras e o Governo, o fato é que, como almejava Lincoln Gordon, também os "assessores gaúchos" são removidos com a demissão forçada de João Caruso da SUPRA e de Cibilis Viana da Assessoria Técnica.[324] Concedendo de um lado e de outro, Goulart aprofunda, involuntariamente, o seu próprio isolamento.

Como última resposta às pressões cruzadas que sobre ele se exercem, Jango opta, mais uma vez, por mudar o Ministério, o quinto que constitui em seu Governo e que irá acompanhá-lo, com pequenas (e graves) mudanças, até a crise final.

Concretizando arranjos já explicitados na formação do Ministério anterior, substitui João Mangabeira na pasta da Justiça o pessedista paraibano Abelardo Jurema. Sua presença, segundo ele, se fundamenta nas articulações que se processavam no Congresso em busca de um denominador comum que tornasse viáveis as *Reformas de Base,* principalmente a agrária, em meio a um esforço de apaziguamento dos meios rurais ameaçados.[325] Em seu favor, Jurema contava com uma tradição de diálogo com

[322] O dia nacional do protesto seria marcado pela abstenção de compras em estabelecimentos comerciais. *Correio da Manhã,* 05/06, 04/07, 05/07 e 07/08/1963.

[323] *Correio da Manhã,* 25/05/1963.

[324] Cibilis Viana transfere-se para o Conselho de Desenvolvimento Econômico, ainda no 1º semestre de 1963, sendo substituído a 28/06/63. Entrevista com Cibilis Viana ao *Correio da Manhã* 28/06/63.

[325] *Correio da Manhã,* 08/06/63 e *O Estado de S. Paulo,* 30/06/63.

o partido aliado (PTB), posta à prova no Governo JK, quando exerceu função moderadora como líder da Maioria na Câmara.[326]

As intenções conciliadoras conduzem também Goulart a substituir, na SUPRA, João Caruso, voltado para uma política de Reforma Agrária e indisposto a fazer concessões programáticas[327] por João Pinheiro Neto, afinado com Jango e unido por laços familiares e políticos ao PSD mineiro, especialmente a Juscelino. Reavivam-se, assim, os velhos laços PSD/PTB, historicamente bem-sucedidos, no momento crítico em que a bancada do partido majoritário em Minas ameaça romper com o Governo.[328] Momentaneamente, tais mudanças parecem confundir mesmo a vigilante imprensa oposicionista, que interpreta a redefinição como o indício de um recuo no programa de reformas, em favor de uma ofensiva "desenvolvimentista".[329]

No entanto, as ambigüidades persistem. Na área militar, o Governo executa uma perigosa política de aproximação com o esquema CGT-brizolista, pondo em prática um esquema de lealdade político-pessoal em detrimento da *legitimidade corporativa,* enfraquecida pela convocação de Jair Dantas, e especialmente de Assis Brasil.[330] No Ministério da Educação e na Casa Civil aproxima-se da intelectualidade e do movimento estudantil de esquerda, especialmente do grupo católico, chamando para estes postos Paulo de Tarso e Darci Ribeiro. O dispositivo de esquerda é reajustado ainda antes do final do ano, com a saída de Paulo de Tarso, compensada pela substituição de Carvalho Pinto por Egídio Michaelsen, candidato derrotado à sucessão de Brizola no Governo gaúcho.

No plano tático, a orientação geral é utilizar os instrumentos legais de que o Governo dispõe, mobilizando seus recursos políticos em favor das Reformas. Em pronunciamento oficial, o Presidente renova seu compromisso público de ampliar, de 2 para 8 ou 10 milhões, o número de proprietários rurais.[331]

[326] Abelardo Jurema, *Sexta-Feira, 13,* Rio de Janeiro, Ed. Cruzeiro, pp. 17-19, ver também *Entrevista com Abelardo Jurema,* CPDOC, 194.

[327] As razões imediatas de renúncia se prendem ao fato de que Caruso não pôde aceitar nomeações feitas por Jango na SUPRA à sua revelia. Durante a crise, o CGT se revela em favor de sua permanência no órgão. Ver carta de João Caruso a Goulart. *O Estado de S. Paulo,* 16/03/63 e *Correio da Manhã,* 21/06/63.

[328] *O Estado de S. Paulo,* 19/06/63.

[329] *O Estado de S. Paulo,* 22/06/63.

[330] O afastamento do General Osvino Ferreira Alves, que caíra na compulsória – e que fornecia ao Governo sólido apoio militar e ideológico no I Exército –, enfraquece substancialmente o dispositivo militar de Goulart.

[331] *O Estado de S. Paulo,* 28/06/63.

Os canais disponíveis para a execução deste e de outros programas de cunho popular não são muitos. Restavam ao Presidente órgãos já mobilizados para uma rápida entrada em ação, tais como a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), o Conselho de Defesa de Economia Popular (CODEF)[332] e, principalmente, a SUPRA.

Em vista da carência de recursos, imposta pelo impasse no Congresso, a política de redistribuição de terras através de desapropriação por interesse social teria que ser, forçosamente, reduzida. Cabia, portanto, à SUPRA: acelerar o processo que já vinha liderando com o Ministério do Trabalho, de *apoio institucional* à criação dos sindicatos pela liberação de verbas para pagamento da sede, dos serviços de um contador e de um advogado, e um veículo de transporte, serviços indispensáveis ao início de seu funcionamento; promover o reconhecimento das entidades de classe, pela simplificação dos procedimentos burocráticos administrativos que o retardam.[333] O balanço deste curto período de 8 meses, que encerra o ciclo populista, conduz à constatação de que não apenas o número de sindicatos cresce geometricamente, como, mais do que isso, o movimento camponês rapidamente se institucionaliza com a criação de órgãos de representação de classe, tais como as federações estaduais e a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), entidade superior dos trabalhadores agrícolas, criada no final de dezembro.

A legalidade aparente do processo de *institucionalização* do movimento camponês, através de uma autarquia do Estado, mascara, sem dúvida, o grave impasse social que ele efetivamente provocou. De fato, mobilizadas pela possibilidade de inserção social e política, e dado o caráter conservador das resistências criadas pelas antigas lideranças ruralistas do interior, as organizações camponesas e as lideranças oficiais do movimento nem sempre conseguem sustar o processo crescente de radicalização, que culmina com sucessivos conflitos entre trabalhadores e latifundiários, com as primeiras grandes greves do setor açucareiro do Governo Arraes e com as invasões de terras, sobretudo em Pernambuco, Paraíba, Goiás, Estado do Rio e mesmo em Minas. A tentativa de inserção, coincidindo com o impasse institucional nos centros de poder, tornava inviável para as velhas elites dominantes a continuidade do processo.

As resistências criadas com o veto à política agrária do Governo no Congresso se reacendem e se agravam, no final do ano, com os preparativos

[332] Abelardo Jurema, *op. cit.*, pp. 52/55.
[333] Entrevista com João Pinheiro Neto e Hélio Sabóia, CPDOC, 1977 e 1979.

do decreto da SUPRA, que considerava de interesse social e, portanto, desapropriáveis, os imóveis de mais de 500ha situados nos 10km à margem das rodovias, açudes e ferrovias.[334] A medida, ventilada ainda em 1963, será precipitadamente sustada pela intensa oposição pessedista, em busca, talvez, do apoio militar que advém no final de janeiro de 1964.[335] Mas só será assinada pelo Presidente no histórico Comício das Reformas, diante de 200.000 pessoas, numa sexta-feira 13 que sela o destino político do Governo. Tornando em princípio desapropriáveis terras que não poderiam sê-lo por carência de recursos, Goulart "congela" na prática as propriedades ameaçadas, reduzindo involuntariamente as suas possibilidades de venda. Desta forma, definitivamente, unifica *contra si e contra o regime* a heterogênea mas organizada classe dos proprietários. Somados aos não menos organizados interesses norte-americanos, que conspiram através da Embaixada, e à cisão militar que se agrava com o colapso de sua estrutura hierárquica, os setores da velha oligarquia agrária, em pânico, urdem com eles o inevitável desfecho.

6. CONCLUSÕES

Algumas conclusões decorrem da análise da *questão agrária* na política de transição demarcada, em seus extremos, por duas "revoluções" (a de 1930 e a de 1964), ambas abrigando em seu bojo forças político-sociais genericamente designadas como "oligarquias":

1. A reformulação do pacto agrário inicia-se em 1930 como reivindicação minoritária do *Tenentismo radical* que, conflituosamente, partilha o poder com as oligarquias regionais. Sem o respaldo das bases sociais que pretende beneficiar, o reformismo tenentista limita-se, no entanto, a elaborar o *diagnóstico das distorções do modelo político* e dos obstáculos estruturais à democracia, a curto prazo irremediavelmente comprometida

---

[334] Íntegra do decreto da SUPRA n'O *Estado de S. Paulo*, 14/03/63.

[335] Apesar da atitude "irredutível" de Goulart quanto à assinatura do decreto, as resistências do PSD provocam o recuo. *Correio da Manhã*, 27 e 29/12/63, e *O Estado de S. Paulo*, 07/01/1964. Em convênio com as Forças Armadas, o decreto se reativa em janeiro, mas permanece ainda à espera.

O Convênio com as Forças Armadas, apoiado em carta do Marechal Osvino Ferreira Alves, o "marechal do povo", envolve os militares no levantamento aerofotogramétrico das zonas desapropriáveis. *Correio da Manhã*, 22 e 25/01/1964.

pela prática do coronelismo e do clientelismo rural. A solução aventada é, segundo recomendação de Alberto Torres, no plano da política agrária, o estímulo e a proteção à pequena propriedade e, em nível político, o reforçamento e a consolidação do Estado Nacional.

Após 1945, com a reabertura que se segue à queda do Estado Novo, as propostas de Reforma são dificultadas pela composição ruralista do Poder Legislativo, que *congela* o andamento e as discussões de iniciativas apresentadas por alguns de seus membros e *veta* medidas encaminhadas pelo Poder Executivo. Aprofunda-se, assim, a cisão entre os dois centros de poder, agravada pela orientação privatista e antipopulista da Constituição de 1946.

2. As repetidas controvérsias em torno da Reforma Agrária – em si mesmas indicativas de seu significado político – esbarravam sempre na constitucionalidade/inconstitucionalidade das modificações aventadas, ficando, no entanto, evidente que, mais além das intrincadas interpretações jurídicas, dominavam critérios políticos de interpretação do texto constitucional.

A desestabilização do poder agrário deveu-se, por um lado, à mudança na composição do Congresso, que, sob o impacto do processo de urbanização e industrialização, vê enfraquecer seu bloco ruralista na exata medida em que a representação trabalhista cresce. Não menos decisiva, por outro lado, foi a mobilização camponesa que, a partir do final dos anos 50, introduz no circuito político atores até então dele excluídos. A entrada do campesinato em cena contribui para decompor pactos sociais firmados e enfraquecer alianças partidárias historicamente consagradas. Este processo se inicia com o Estatuto do Trabalhador Rural; agrava-se com as tentativas de aprovação da Emenda Constitucional, em torno dos artigos 141 e 147, que afastam o PTB do PSD, e culmina com a *intervenção* direta da SUPRA enquanto agente organizador de sindicatos e definidor da política de Reforma Agrária, que provoca a franca hostilidade dos setores rurais. Diante de um aliado que se transforma em adversário, encontra-se o PTB em perigoso e fatal isolamento, que busca neutralizar com a crescente mobilização social.

3. Quanto ao conteúdo jurídico das propostas apresentadas, cabe esclarecer que, por trás da rigidez imposta pela Constituição de 1946, que exigia em seu parágrafo 16 do artigo 141 a prévia indenização em dinheiro, havia também o enunciado de que a indenização deveria ser *justa*. Sem especificar critérios fixos de interpretação do termo "justo", a definição cabia aos Tribunais. A jurisprudência consagrou, nos critérios de avaliação

judicial das desapropriações, que o preço a pagar seria fixado em função do *valor venal* do imóvel, segundo prática política impregnada de um privatismo que, como o acentuaram Carlos Medeiros e Hermes Lima, era avesso à tendência universalmente consagrada de intervenção do poder público em defesa do "bem-estar social". Não estava excluída, portanto, a possibilidade de que uma nova prática *gradualmente* alterasse nos Tribunais o "justo valor".

Na prática, a aplicação do texto constitucional serviu como barreira à ampliação de benefícios sociais ao campo, como podemos observar pelas resistências ao reconhecimento dos sindicatos rurais, consagrado em lei desde 1944, mas que permaneceu "letra morta" até que os temores de um protesto camponês mais radical conduzissem à aceitação do Sindicato como um mal menor. O mesmo ocorreu com o projeto de "desapropriação por interesse social", compatível com a Constituição, mas relegado durante longos anos.

Visto que a própria Constituição, a despeito de suas disposições privativas, concedia mais do que seus intérpretes desejavam, não é de surpreender que sugestões tais como a "avaliação pelo custo histórico", ou pelo valor declarado para fins tributários, fossem descartadas como inconstitucionais.

4. No entanto, entre 1961 e 1963, a resistência da classe rural à redistribuição da propriedade esvaziou-se substancialmente. Se no imediato pós-45, *qualquer Reforma* soava como um anátema, e se no Governo Jânio Quadros as propostas da Ala Moça pessedista, de pagamento com base nas declarações tributárias, eram descartadas pela cúpula de seu partido como inconstitucionais, já no Governo Goulart, sob pressão de um campesinato mobilizado e de uma coalizão populista, que pretende estender o trabalhismo no campo, os partidos tradicionais chegam ao limite extremo, e surpreendente, de aceitar a negociação de uma emenda constitucional que implicaria o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública, compromisso que implicava, na realidade, um deslocamento de suas bases rurais. Nesse contexto, a reação das associações rurais consiste em aceitar a Reforma Agrária, desde que isto signifique incremento da produtividade, facilidade de créditos, acesso aos insumos e à mecanização agrícola, em suma, a ênfase na *capitalização da grande propriedade* e uma Reforma de preferência confinada às terras devolutas.

A inflexibilidade do PTB em não ceder às concessões pessedistas reforça de imediato a onda anti-reformista, e seu empenho em levar mais adiante a redefinição do pacto social conduz o Governo a um difícil

impasse, que transfere o confronto das forças políticas do campo institucional para o conflito de classes.

Em favor das classes produtoras, alinharam-se as bases do PSD e oficialmente a UDN, além do PSD, PRP e outros partidos menores. No âmbito da Sociedade Civil, além da imprensa conservadora, representada pelo *O Estado de S. Paulo*, alinham-se também parte da Igreja, e, de um modo geral, os interesses regionais de São Paulo e Minas, que conduzem à queda de Goulart.

Uma vez restabelecido o equilíbrio de poder, com o regime militar, o Governo Castelo Branco aprova afinal o Estatuto da Terra de Mílton Campos, com a emenda constitucional que seu autor não ousara propor, mas contra o Estatuto pesaram ainda as mesmas pressões que conduziram ao esvaziamento de órgãos e leis criados com finalidades reformistas. A desmobilização dos sindicatos camponeses tornou ainda mais precário o controle de numerosas medidas que, partindo do Executivo, foram, como tantas outras, abandonadas.

5. Cabe, finalmente, destacar a questão agrária como o campo privilegiado de análise do sistema político, de suas crises e de seus sucessivos reajustes, que se traduzem no equilíbrio instável entre a prática social da *igualdade* e a prática política da *democracia*.

Tais questões foram aqui analisadas através das *coalizões de poder* e dos *estilos de populismo* que demarcam os Governos de Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart. Vargas, apesar da intenção de estender o trabalhismo ao campo, está mais voltado para a bandeira nacionalista e para o sindicalismo urbano, anunciando uma política agrária desprovida dos instrumentos políticos necessários para implementá-la. Juscelino Kubitschek impõe a política de conciliação que esvazia o *desequilíbrio de classes* no âmbito mais amplo e difuso das desigualdades regionais. Jânio Quadros, empenhado em redefinir a política agrária, identifica-se com sua autoridade pessoal e carismática e insere-a no confronto, fatal, de poder com o Congresso. Goulart, retomando a bandeira trabalhista de Vargas, cria o impasse político que o deixa sem respaldo diante de seus adversários tradicionais – a ele hostis desde o 2º Governo Vargas – fortalecidos pelo apoio militar norte-americano e pelas classes produtoras, entre elas a grande propriedade rural.

CAPÍTULO IV

DO DECLÍNIO DO ESTADO NOVO AO SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS

1. A DECADÊNCIA DA DITADURA

LEON Trotsky, em 1905, em *Balanço e Perspectivas,* análise do chamado "Ensaio Geral" na Rússia czarista, destaca a importância dos fatores externos como deflagradores de determinados processos políticos e sociais num dado país. No caso russo, como se sabe, fora a guerra com o Japão a responsável pela primeira grande tentativa revolucionária contra a autocracia dos Romanov.

Guardadas as devidas proporções, poder-se-ia dizer o mesmo da decadência conhecida pelo Estado Novo a partir de 1942, no Brasil. Parece não haver dúvidas de que a II Grande Guerra (1939-1945) e a luta contra o nazifascismo em nível mundial constituíram-se num elemento-chave para o entendimento do processo de declínio sofrido pela ditadura getulista, bem como o fortalecimento das oposições internas e a mudança de atitude das Forças Armadas, deixando de apoiar Vargas.

No início da guerra, era positivamente manifesta a simpatia de Getúlio pelo "Eixo" e pelos Governos de Hitler e de Mussolini. Em vários discursos dessa época, chegou ele a elogiar o sistema fascista; sua legislação sindical era nitidamente inspirada na "Carta del Lavoro" italiana; as embaixadas alemã e italiana no Brasil agiam sem nenhum constrangimento, como verdadeiros focos de espionagem e propaganda.

Entretanto, para usar um termo muito em voga atualmente, não era possível deixar de lado os compromissos geopolíticos de nosso país, nem esquecer os fortíssimos laços econômicos que nos ligavam aos Aliados, principalmente aos Estados Unidos. As tradições de quase 150 anos, que subordinaram o Brasil à Inglaterra, primeiramente, e depois aos norte-americanos, não podiam ser rompidas de um momento para outro.

A aparente "neutralidade" dos EUA no começo do conflito não os impedia de fornecer armas, munições e alimentos aos Aliados, nem de exercer pressões sobre o Brasil e outros países de sua órbita de influência para que fizessem o mesmo. Com muito mais força se fizeram sentir tais pressões depois que os Estados Unidos entraram na guerra, após o ataque japonês a Pearl Harbour. De nada adiantaram as simpatias de Vargas ou as contrapressões alemãs: continuamos a comerciar com os Aliados e a fornecer-lhes alimentos. Mas isso já não bastava aos norte-americanos. Precisavam do Brasil como ponto de instalação de bases aeronavais que permitissem o patrulhamento do Atlântico Sul. Fernando de Noronha e Natal, por exemplo, seriam locais estratégicos neste sentido. E, assim, as pressões aumentaram. Vultosos empréstimos foram colocados à disposição do Governo brasileiro (como, por exemplo, salienta Thomas Skidmore, a quantia de 20 milhões de dólares para a formação da Companhia Siderúrgica Nacional).[1]

Ao mesmo tempo, no plano interno, iniciava-se, nos princípios dos anos 40, uma intensa campanha de mobilização popular exigindo a declaração de "estado de guerra" entre o Brasil e as potências do Eixo. Nas ruas das grandes cidades os estudantes realizavam manifestações antinazistas, coordenados pela União Nacional dos Estudantes, que havia sido fundada em 1937. Vários sindicatos – entre eles, alguns em que era sensível a influência do Partido Comunista Brasileiro, na clandestinidade – também se posicionaram favoravelmente à guerra contra a Alemanha e a Itália. O próprio Exército, que fora até então um dos grandes sustentáculos da política getulista, ansiava pela luta, o que ficava expresso através da palavra de inúmeros oficiais.

A campanha já ganhara as ruas, mas não o palácio do Catete, quando um fato novo veio a tornar impossível a manutenção da "neutralidade" brasileira: numa tentativa de impedir ou de dificultar o abastecimento dos Aliados, a Marinha germânica lançou uma ofensiva submarina, visando aos navios mercantes – ainda que de países não-beligerantes – que transportassem gêneros de qualquer espécie para os inimigos da Alemanha. Entre os barcos torpedeados pelos submersíveis teutônicos estavam alguns de bandeira brasileira. O que era uma simples campanha transformou-se num verdadeiro clamor nacional pela declaração de guerra, a ponto de vários cidadãos de origem italiana ou alemã serem atacados nas ruas por

[1] Cf. Thomas Skidmore, *Brasil, de Getúlio a Castelo*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, p. 68.

grupos de manifestantes. A Vargas não restou outro caminho senão o de decretar o "estado de guerra" contra a Alemanha e a Itália, em 1942.

1.1. *O FORTALECIMENTO DA OPOSIÇÃO LIBERAL-DEMOCRÁTICA E O DECLÍNIO DO PODER DE GETÚLIO*

A entrada do Brasil no conflito mundial estabeleceu uma visível contradição no interior da vida política brasileira. Como iríamos lutar contra a opressão e a ditadura na Europa, enquanto aqui mesmo, dentro de nossas fronteiras, vivíamos uma situação semelhante, com prisões, torturas, deportações, censura à imprensa, partidos políticos proibidos etc.? A futura luta dos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira nos campos da Itália necessariamente deveria ser complementada em nível interno por uma luta contra a ditadura getulista.

Começou, desta forma, a crescer a força das oposições ao Governo Vargas. Não se pense, no entanto, que estas oposições se encontravam forjadas num bloco único ou que representassem um setor singular da vida social e política do país. Ao contrário, não apenas representavam interesses e setores bastante diversificados, como se encontravam desarticuladas, desunidas e, na maioria das vezes, profundamente golpeadas pela ditadura, com vários de seus líderes presos ou exilados. Homens como Luiz Carlos Prestes, Armando Salles de Oliveira, Flores da Cunha, Júlio de Mesquita Filho, Octavio Mangabeira, que representavam diferentes posições políticas dentro do espectro oposicionista, estavam nas prisões getulistas ou fora das fronteiras do país. Além do mais, pouco de comum havia entre as posições comunistas, de um lado, as posturas "liberais", de outro, e as reivindicações das oligarquias regionais, de um terceiro.

Esta espécie de triângulo político, como mostra Edgard Carone,[2] perdurou até 1942, isto é, até o violento recrudescimento da campanha popular antifascista e o conseqüente rompimento de relações diplomáticas com o Eixo. Ainda aqui, mais uma vez, os fatos externos – no caso a expansão do conflito mundial, com a invasão da União Soviética, a entrada dos Estados Unidos na Guerra e a ocupação alemã no Norte da África – vão influenciar os rumos políticos internos e fornecer o "cimento" com o qual se forjaria uma aliança tática entre as oposições diversas, ainda que

[2] Cf. Edgard Carone, O *Estado Novo (1937/1945)*, Difel, S. Paulo, 1977, pp. 285 e segs.

esta aliança sofresse inúmeros percalços e, muitas vezes, ocorresse mais no plano formal do que no concreto.

O ano de 1943 encontra a perspectiva da luta antiditatorial muito mais ampla. No seio do próprio Governo, as defecções crescem em número e em importância. A Oswaldo Aranha, que já protestara contra o arbítrio e a violência da polícia política chefiada por Filinto Muller, e acabaria (em 1944) por se demitir do Ministério de Relações Exteriores, vinham juntar-se novos nomes, em especial de militares. Quando um governo ditatorial como o de Getúlio, cujas bases sociais mais fortes já estão solapadas, perde também o controle e a unidade do seu aparelho militar, é porque seus dias estão politicamente contados.

Assim é que, no início do ano de 1943, sob a Presidência do General Manuel Rabelo, membro do Superior Tribunal Militar, era fundada a *Sociedade Amigos da América*, da qual faziam parte inúmeros Coronéis, além dos Generais Horta Barbosa e Cândido Rondon. Seu objetivo expresso era a luta "contra as doutrinas fascistas, sejam elas européias ou nacionais (o integralismo)", como aparece num manifesto datado de março daquele ano. Além dos militares, civis também compunham os quadros da Sociedade, entre eles Afonso Arinos de Mello Franco, Virgílio de Mello Franco e numerosos estudantes, como Oscar Bressane, Paulo Emílio Salles Gomes, Roberto Barbosa e Germinal Feijó. Como se percebe, a entidade tinha um caráter nacional, desenvolvendo-se, no Rio, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Pernambuco.

De outra parte, a Liga de Defesa Nacional, datada dos anos da Primeira Grande Guerra, foi reativada e também assumiu uma posição cuja principal característica era o veemente combate ao fascismo e aos seus representantes internos. Dela participavam nomes como Gilberto Freyre, Aníbal Machado e Arthur Ramos, e a presença ativa de membros do clandestino Partido Comunista Brasileiro era sensível.

Ocupando então o cargo de Ministro da Guerra e sendo, como era, identificado como o mais empedernido reacionarismo, o General Eurico Gaspar Dutra não se fez de rogado em denunciar o que descreveria como uma "ação insidiosa" do General Rabelo, referindo-se às críticas que este fizera ao Ministério da Guerra e dizendo que a situação era semelhante "à de 1935", numa evidente alusão à tentativa revolucionária da Aliança Nacional Libertadora.

A resposta de Manuel Rabelo não se faz tardar: quando se defende da pecha de comunista, fala que "todo o mundo civilizado assiste, tomado de

admiração, à resistência que os russos vêm oferecendo aos alemães". Afinal, depois de considerações sobre a guerra e as democracias, diz que "o General Dutra não é o dono nem ditador do Brasil, nem pode obrigar os brasileiros a pensarem pela sua cabeça. As suas simpatias pelos totalitários correm mundo como certas, mas a Nação não quer acompanhá-lo nessa direção"(...) "Em suas manifestações públicas, em seus discursos, com exceção de um ou dois em que S. Exa. foi mais explícito, o Senhor General Dutra deixa sempre obscura a idéia do inimigo com quem temos que lutar. Nunca se ouviu da sua boca a palavra nazismo ou fascismo".[3]

A par disso, desenvolve-se uma série de atividades nos círculos estudantis e operários, em que se procura dar um conteúdo político mais amplo à luta contra o nazifascismo. O Sindicato dos Tecelões do Rio de Janeiro, por exemplo, lança, em fins de março de 1943, a idéia de uma manifestação geral antifascista, que se concretizaria no mês de maio subseqüente, através da chamada "Semana Antifascista", organizada pela União Nacional dos Estudantes, pela Liga de Defesa Nacional, pela Sociedade Amigos da América e pelos bancários. Durante a "Semana", várias manifestações são realizadas, entre elas um julgamento simulado do líder integralista Plínio Salgado.

Em meados de 1943, diante das sérias pressões dos Estados Unidos, do crescente número de embarcações de bandeira brasileira afundadas pelos submarinos alemães e do clamor popular, inicia-se a formação da Força Expedicionária Brasileira, abrindo-se inscrições voluntárias para os que desejarem participar dos combates contra as tropas de Roma e Berlim. O Partido Comunista Brasileiro baixa uma orientação aos seus membros para que se apresentem como voluntários.[4]

Mas o ano de 1943 é pródigo em acontecimentos políticos que marcaram a luta contra a ditadura de Getúlio Vargas. A viagem de Dutra aos Estados Unidos, em agosto, e a conseqüente aceleração do estabelecimento da FEB não acalmaram os ânimos oposicionistas. Ao contrário, exacerbaram o ódio contra o regime discricionário. Neste mesmo mês, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) realiza um Congresso para comemorar seu centenário de fundação. Desse Congresso nascem intensas polêmicas entre advogados liberais, tais como Sobral Pinto, que atacavam a ditadura e seus instrumentos de arbítrio, e Cassiano Ricardo, cuja atuação estava ligada aos interesses do Governo. Os temas (a História, aqui, se

[3] Edgard Carone, *op. cit.*, pp. 301 e 302.
[4] Ver Resolução do Comitê Central do PCB, julho de 1943.

repete, e ambas as vezes como tragédia) giravam em torno das liberdades democráticas, anistia etc.

Mas não ficou apenas nisso: em parte ligado às polêmicas surgidas durante o Congresso da OAB, aparece, em outubro de 1943, o famosíssimo "Manifesto dos Mineiros". Algumas vezes exagerado em sua importância política, era bastante moderado em seus termos, ao pedir a volta do país à normalidade democrática. Há que se salientar, neste momento, dois aspectos. Em primeiro lugar, trata-se de um manifesto evidentemente *oligárquico,* partindo, como partiu, dos proprietários de terras e capitalistas de Minas Gerais. A sua "democracia", como se verá, é uma democracia que pressupõe a manutenção dos esquemas tradicionais de controle sobre a população operária. É uma democracia que se estabelece, ainda, sobre a legislação sindical fascista, herança do Estado Novo. É uma democracia cujos benefícios são auferidos pelas classes dominantes, de forma exclusiva. É, enfim, uma democracia aparentemente calcada nos moldes clássicos do liberalismo de John Locke, mas que faria o horror de Jean-Jacques Rousseau.

Em segundo lugar, não se pode deixar de ressaltar a importância do "Manifesto" como indicador do afastamento de Getúlio Vargas das eufemisticamente denominadas "classes produtoras", e da falta, cada vez maior, de apoio social ao Estado Novo.

De qualquer forma, falam por si os nomes signatários do manifesto: Pedro Aleixo, Afonso Arinos, Mílton Campos, Adauto Lúcio Cardoso, Mário Brandt, Afonso Penna Jr., Djalma Pinheiro Chagas, entre outros.

Getúlio, bem como outros membros de seu Governo, reage ameaçando as oposições com uma repressão radical: "A hora é de união, e para mantê-la não hesitaremos em empregar meios enérgicos", diz Vargas. Os áulicos do regime não titubeiam em fazer coro às ameaças, entre eles o General Eurico Dutra. E as ameaças não são apenas isto: em São Paulo, o novo Secretário da Segurança Pública, Coriolano de Góes, reprime de forma radical a crescente onda de protestos antiditatoriais, prendendo estudantes, entre os quais o Presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Hélio Mota. Passeatas populares contra a ditadura são dissolvidas a bala, com dois mortos e diversos feridos.

Em 1944, aprofunda-se a crise do regime varguista. As pressões da sociedade civil no sentido da redemocratização continuam aumentando, com manifestações de vários de seus setores mais representativos.

A par disso, o desencontro do Governo com os militares que até então o haviam apoiado torna-se dia a dia mais evidente. O afastamento do

General Góes Monteiro, nomeado em princípios de 1944 para um cargo decorativo em Montevidéu (membro do Comitê de Emergência e Defesa Política das Américas), é um evidente sintoma de tal fato. Oswaldo Aranha, de outro lado, depois de sérios atritos com o Chefe de Polícia Coriolano de Góes, pede demissão do Ministério de Relações Exteriores. Assim, ele, que já era considerado como o virtual Chefe da "ala liberalizante" do Governo getulista, passa definitivamente para os quadros oposicionistas. João Alberto é outro que se afasta de seus cargos governamentais, em solidariedade a Oswaldo Aranha. Sentia-se que o barco estava prestes a soçobrar. Todos os governistas que tinham um pouco de sensibilidade política tratavam de afastar-se e, publicamente ou nos bastidores, articular-se com as oposições mais tradicionais. Apenas Dutra, ainda como Ministro da Guerra, mantinha-se inarredável na sua posição de reacionário e direitista.

Iniciavam-se, ainda na segunda metade do ano de 1944, os contatos políticos que acabariam por desembocar na formação da União Democrática Nacional (UDN). Vários setores oposicionistas estavam representados nessas reuniões, inclusive militares. A perspectiva da queda da ditadura abria espaço político para as tentativas de lançamento de uma candidatura antigetulista em eleições a serem realizadas em breve. O nome do Brigadeiro Eduardo Gomes surgiu como o preferido nessas articulações.

1.2. *GETÚLIO TENTA A REAÇÃO*

Getúlio Vargas era um político na plena acepção do termo. Evidentemente não podia deixar de sentir as crescentes dificuldades que seu Estado Novo estava sofrendo e de tomar as medidas que se fizessem necessárias para garantir-lhe o poder. No entanto, até fins de 1944 suas atitudes foram ainda no sentido de protelar tanto quanto possível as chamadas *aberturas democráticas*, fazendo, no máximo, vagas promessas de convocação de eleições. Não acatara mesmo sugestões partidas de ponderáveis setores governamentais – como Benedito Valadares, por exemplo, na época interventor no Estado de Minas Gerais – no sentido de atender algumas das reivindicações oposicionistas.[5] Não percebera, ou não quisera se convencer até aquele momento, de que o sistema autocrático imposto

[5] Cf. Benedito Valadares, *Tempos Idos e Vividos; Memórias*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pp. 232/233.

pelo golpe de 1937 não tinha mais as mínimas condições de sobrevivência. Mas depois das seguidas defecções de alguns de seus mais próximos colaboradores, bem como das notórias articulações políticas em torno do nome de Eduardo Gomes, e do início da formação da UDN – que, no dizer de uma analista do período, constituía uma frente onde se encontravam "... os que não aceitaram a Revolução de 30; os que a fizeram e se sentiram traídos...; os que a fizeram e se desentenderam com o Presidente...; os que assinaram o 'Manifesto dos Mineiros'; todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37"[6] –, Getúlio não teve outra saída a não ser preparar o terreno político, tendo em conta a possibilidade do jogo pluripartidário, e, até mesmo, sua continuidade no poder *in absentia*, ou seja, representado por um preposto.

Colocado diante da perspectiva da formação de um partido, ainda que, de início, consubstanciado mais como uma "frente de oposições", mas que, de toda forma, escapava ao seu controle, Vargas admite e estimula a formação de um partido de "oposição", combinando forças politicamente centrífugas e centrípetas em relação ao centro de poder. Recorrendo à análise de Maria do Carmo Campello de Souza *(Estado e Partidos Políticos no Brasil):* "Menos eficaz (que a UDN) no plano simbólico e evidentemente menos marcante enquanto oposição, desenvolvia-se, contudo, em linhas paralelas, a atividade da máquina getulista, cuja forma palpável viria a ser o PSD – Partido Social Democrático. Pode parecer estranho mencionar aqui, no capítulo da reativação política para a redemocratização, as origens desse partido, criado, como se sabe, de cima para baixo; ou, mais exatamente, de dentro para fora do Estado, através de convocação feita pelos Interventores às bases municipais nos Estados. Justifica-se, porém, a aproximação dos dois assuntos, considerando-se que a formação de um partido político não era necessariamente palatável aos detentores do poder no Estado Novo, formação política eminentemente burocrática, apoiada, como vimos, numa ideologia decididamente contrária à organização política em bases partidárias (...) Parece certo que Getúlio se opunha a partidos formados da periferia para o centro, isto é, partidos não calcados nas interventorias estaduais, que viessem a prejudicar a almejada estruturação de partidos nacionais".[7] Como veremos mais à frente, Getúlio não teve condições completas de controle também sobre

---

[6] Maria Lúcia Lippi, *O Partido Social Democrático*, São Paulo, 1972 (mimeo.).

[7] Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1976, p. 109.

o Partido Social Democrático, que acabou se fixando numa candidatura não exatamente agradável ao Presidente, a do General Eurico Dutra.

No mês de janeiro de 1945, outra manifestação oposicionista vem contribuir para o aprofundamento da crise do regime. O I Congresso Brasileiro de Escritores, reunindo nomes expressivos das letras nacionais, tais como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Jorge Amado, Sérgio Milliet, Aníbal Machado, Caio Prado Júnior, entre outros, lança veemente apelo exigindo "a legalidade democrática como garantia da completa liberdade de pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna", bem como eleições realizadas através do "sufrágio universal, direto e secreto". O manifesto termina por afirmar que os escritores brasileiros consideram premente "a necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as Forças Armadas do Brasil e das Nações Unidas".

Getúlio vê-se acuado. A entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, publicada pelo *Correio da Manhã* em 22 de fevereiro de 1945, mostra claramente que nem mesmo o tristemente famoso DIP – órgão destinado à censura – conseguia ainda manter o controle da imprensa.

Mas os trunfos políticos do velho caudilho gaúcho ainda não estavam postos integralmente na mesa. Além do estímulo à criação do PSD, partido eminentemente oligárquico, Getúlio preparava também o lançamento de um partido "próprio", de bases ligadas nos setores operários urbanos e cuja doutrina, como mostra Skidmore, seria a mesma que vinha sendo difundida pela "Hora do Brasil", desde 1942, e que se iniciava, todas as noites, com a famosa frase "trabalhadores do Brasil...". O Ministro do Trabalho, Marcondes Filho fora em grande parte responsável pela elaboração do "trabalhismo", que daria certa consistência ideológica ao Partido Trabalhista Brasileiro e seria "baseado na coalizão dos sindicatos dominados pelo Governo e das forças 'progressistas', que Vargas esperava liderar, adotando programas de industrialização, nacionalismo econômico e previdência social".[8]

As pressões sobre Getúlio continuavam: a 1º de fevereiro de 1945, o General Góes Monteiro (um dos Chefes da Revolução de 30 e um reacionário inteligente, que sabia velejar a favor do vento) concede uma entrevista publicada na primeira página do *Diário Carioca*, pedindo a realização

---

[8] Thomas Skidmore, *op. cit.*, p. 63.

de eleições e inclusive fazendo referências à possibilidade da concessão de uma anistia política aos prisioneiros do Estado Novo.

De outro lado, a própria situação internacional contribui para forçar Vargas na direção da abertura democrática. Ainda em fevereiro, como resultado da Conferência de Ialta, um emissário norte-americano vem ao Brasil para exigir a redemocratização do país, bem como o reconhecimento diplomático da União Soviética.[9]

O ditador resistira enquanto pudera, tentando manter o mais possível intacto o seu poder discricionário. Agora, não havia mais condições disso. Era preciso convocar as eleições e usar os partidos gerados sob seus auspícios para garantir suas possibilidades de volta à cena política.

No dia 28 de fevereiro Getúlio decreta a Lei Constitucional nº 9, também conhecida como Ato Adicional à Constituição de 1937. A lei fixava um prazo de 90 dias a partir da data de sua publicação para a marcação de eleições à Presidência da República. Governadores de Estado, Congresso Nacional e Assembléias Legislativas Estaduais, depois de considerar indesejável para o aperfeiçoamento das instituições políticas a manutenção das eleições indiretas. Revogava ainda vários dispositivos da chamada "Polaca".

A decretação do Ato Adicional não correspondeu às expectativas das oposições, que viam nele uma tentativa getulista de se perpetuar no poder, sob a aparência de uma democracia representativa, mediante a mobilização da máquina eleitoral do Governo, das pressões e da corrupção eleitoral. Antes mesmo da publicação da lei, que era um "segredo de polichinelo", já se manifestavam vozes oposicionistas denunciando a manobra governamental: "Já todos sabem o que está se passando clandestinamente. Forja-se um método destinado a legalizar poderes vigentes, a manter Interventores e demais autoridades políticas pela consagração de processos eleitorais capazes de coonestar essa transformação aparente (...) O projeto que se anuncia, mas que não foi ainda divulgado, devia ser submetido a uma comissão de notáveis e à consideração de órgãos autorizados, como a Ordem dos Advogados" (José Américo de Almeida, em entrevista ao *Correio da Manhã*, em 23 de fevereiro de 1945). "É inegável a deficiência na enunciação das fórmulas e dos alvitres, e o propósito de fazer acreditar que estamos em transição normal para algumas franquias, quando o que está na mira é uma teórica transformação que o Governo quer empreender contra ele mesmo, para defender-se instintivamente e retardar

[9] Cf. Edgard Carone, *op. cit.*, p. 319.

uma evolução irresistível das coisas" (José Eduardo de Prado Kelly, em entrevista a O *Globo,* 27 de fevereiro de 1945).[10]

1.3. *A DERRUBADA DE GETÚLIO*

O período que vai dos princípios de 1945 à derrubada de Getúlio Vargas pelas Forças Armadas é um período de difícil deslindamento. Trata-se de uma fase cheia de manobras e contramanobras, marchas e contramarchas, na qual o ditador ainda hesita entre a possibilidade de continuar no poder – ainda que não da forma discricionária de até então – ou apoiar a candidatura de seu Ministro da Guerra, Gaspar Dutra. Ao mesmo tempo, em que pese a perspectiva da marcação de eleições, e o evidente enfraquecimento do regime, as oposições desconfiam de Getúlio e acreditam na possibilidade de um golpe-de-mão de última hora, pondo a perder o que a situação externa e mais as pressões internas da Sociedade Civil haviam até então conseguido.

Em março de 1945, já era oficiosa e praticamente certa a candidatura de Eduardo Gomes. Alguns jornais já o mencionavam como "candidato", expressamente ligado ao grupo formador da União Democrática Nacional.

Getúlio, em contrapartida, articula a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, através de seu preposto mineiro Benedito Valadares; conta o ditador tratar-se de uma candidatura "confiável" e possível de ser retirada, caso surja a oportunidade de sua permanência no poder.

A oposição, principalmente pela voz de Eduardo Gomes, afirma que, para o processo eleitoral estar isento e livre de pressões e manobras, não deveria ser presidido por Getúlio, isto é, em outras palavras, propõe a renúncia do Presidente. "Não se conhece, diz o integrante dos 'Dezoito do Forte', nenhum exemplo de uma ditadura empenhada em dirigir o processo de reintegração do país no regime legal e democrático."[11]

Para Getúlio, chegara o momento de tentar uma manobra política e buscar apoio junto àqueles que esmagara em 1935 e que usara como bodes expiatórios, justificando – através do famoso "Plano Cohen" – o golpe de 10 de novembro de 1937: os comunistas.

[10] Ambos os trechos citados por Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit.,* p. 111.
[11] Citado por Edgard Carone, *op. cit.,* p. 323.

Em que pese a clandestinidade a que se via obrigado, apesar de seus líderes mais significativos (Prestes, Gregório Bezerra, Miranda, Agildo Barata, Agliberto Azevedo, entre outros) estarem nas masmorras da ditadura, o Partido Comunista do Brasil fora o único a manter sua estrutura organizacional e operativa no transcorrer do Estado Novo, continuando sua atuação junto aos sindicatos operários, ao movimento estudantil e a outros setores da população.[12]

Os comunistas tinham capacidade mobilizadora apreciável, e Vargas precisava com urgência dessa capacidade de trazer massas às ruas. Durante esse período de agonia "estado-novista", suas bandeiras básicas tinham sido a luta por uma anistia ampla (com exclusão dos criminosos de guerra, isto é, os que haviam mantido relações de algum tipo com a Alemanha e a Itália no período da guerra) e o estabelecimento de relações com a União Soviética. A movimentação política dos comunistas pela anistia compreendeu a formação de comitês de várias categorias profissionais e deu uma amplitude bastante grande a esta palavra de ordem, a ponto de ser assumida por vários liberais, até então distantes do problema.

Numa tentativa de *cortejar* os setores políticos de esquerda (mas também, é forçoso reconhecer, pressionado pelas condições externas e internas), Vargas atende a ambas as reivindicações dos comunistas. No dia 2 de abril de 1945 eram estabelecidas as relações diplomáticas com o Governo de Stalin. Dezesseis dias depois, Getúlio assinava o decreto de anistia a todos os que haviam cometido *crimes políticos* desde julho de 1934.

A anistia permitiu que o líder comunista Luís Carlos Prestes e mais quase uma centena dos até então chamados "agentes de Moscou" recuperassem a liberdade, não apenas física, mas também política. O PCB vem às ruas. Publicamente. Sem eufemismos.

Em maio vinha à luz o Decreto nº 7.586, que estabelecia o novo Código Eleitoral, também conhecido como "Lei Agamenon", já que Agamenon Magalhães era, na época, o Ministro da Justiça e foi incumbido de elaborá-lo. Sua mais importante decisão, em termos imediatos, era a fixação das eleições presidenciais e de uma Assembléia Constituinte, para o dia 2 de dezembro de 1945.[13]

---

[12] Sobre o assunto ver Gregório Bezerra, *Memórias (1900/1945)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

[13] Para uma análise detalhada da "Lei Agamenon" ver Maria do Carmo Campello Souza, *op. cit.*, cap. V.

Entre os meses de junho e julho, Vargas, confiando nas possibilidades de um continuísmo, retira qualquer apoio à candidatura pessedista de Dutra. Era o princípio de um movimento razoavelmente amplo, em que foram mobilizados os mais influentes setores governamentais, bem como parcelas ponderáveis da massa operária urbana: trata-se do movimento conhecido pelo nome de "queremismo", cuja bandeira de luta era a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio no poder, isto é, sem a realização das eleições presidenciais de 2 de dezembro.

A política getulista de aproximação com as esquerdas, em especial com o Partido Comunista, daria frutos ao caudilho. Desde a libertação das lideranças comunistas pela anistia, Luís Carlos Prestes vinha insinuando que a "Constituinte com Getúlio" seria uma solução que evitaria as candidaturas oligárquicas de Eduardo Gomes e Dutra, "impostas de cima para baixo", confiando na capacidade das massas populares de eleger uma Constituinte realmente representativa dos interesses do povo. "Já no grande comício comunista do dia 23 (maio), realizado no Estádio do Vasco da Gama e de repercussão no país e no exterior, diante de grande concentração popular, Prestes dava demonstrações de exaltação política a Vargas, pois o julgava, agora, próximo dos interesses populares".[14]

Essa aliança tática entre o varguismo e os comunistas se solidifica após a decretação da lei antitruste (conhecida como "Lei Malaia"), que entraria em vigor nos princípios de agosto. "Ao que tudo indica, as relações entre o PC e Getúlio Vargas, em 1945, tinham caráter de aliança política, especialmente após a decretação da chamada 'Lei Malaia' (...) Em agosto desse ano o PC cria o MUT (Movimento de Unidade Trabalhista) para a mobilização operária na campanha queremista."[15] Alguns autores divergem desta interpretação, preferindo colocá-la no plano apenas político.

Ainda no início de agosto, o General Dutra pediu demissão do cargo de Ministro da Guerra, pois, pela Lei Eleitoral, deveria desincompatibilizar-se três meses antes das eleições para poder concorrer à Presidência da República. Seu substituto é o General Góes Monteiro, escolha imposta a Getúlio, que teria preferido um oficial de sua confiança nesse importante posto. Mas agrada à oposição, principalmente depois do discurso de posse do novo Ministro, onde ele afirma que "vamos tirar a

---

[14] Osvaldo Trigueiro do Vale, *O General Dutra e a Redemocratização de 45*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, p. 85.

[15] Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit*, p. 117.

prova da capacidade de compreensão dos acontecimentos por parte do nosso povo na próxima campanha de reestruturação democrática, a começar pela eleição pacífica e honesta para a primeira magistratura nacional..." Tal discurso parece uma garantia de que o Exército será o fiador da realização das eleições presidenciais, não permitindo o continuísmo pretendido por Vargas.

O "queremismo" continua avançando: em São Paulo, em meados de agosto, a cidade amanhece coberta de cartazes, exigindo a permanência de Vargas. "Trabalhadores, pracinhas, mulheres e crianças estão com Getúlio Vargas"; "Getúlio diz não ser candidato, mas o povo o quer"; ou simplesmente "nós queremos" são alguns dos lemas que aparecem nos *affiches*.[16] Hugo Borghi comandava a campanha paulista, que tinha o apoio praticamente público do Interventor Fernando Costa.

Em Minas Gerais, o Partido Trabalhista Brasileiro lançava oficialmente o nome de Getúlio como candidato a um novo mandato presidencial. No Rio de Janeiro, no dia 20 de agosto, realiza-se um enorme comício no Largo da Carioca, que se transforma, em seguida, em passeata que se dirige ao Palácio do Catete, exigindo a convocação da Assembléia Constituinte com a permanência de Getúlio Vargas à testa do poder.

O crescimento do "queremismo" alarmava a oposição, em especial a UDN. O Partido publica uma nota em que historia os fatos da campanha, afirmando que Getúlio lançara o nome de Dutra para dividir as Forças Armadas – que apoiariam o Brigadeiro Eduardo Gomes – e agora investia contra a candidatura de seu ex-Ministro da Guerra para conseguir manter-se no comando político da nação. Acusa ainda o Ministro Agamenon Magalhães, da Justiça (este ocupava o cargo desde fevereiro de 45), de patrocinador da campanha "queremista". A nota udenista terminava conclamando a nação a se preparar "para defender-se a si própria, com dignidade e sem medo, se for abandonada a sua própria sorte".

No dia 21 de agosto, em banquete oferecido pelo Exército ao General Dutra, Góes Monteiro discursa deixando claro o seu apoio, bem como o de uma ala majoritária da oficialidade, à candidatura do ex-Ministro. A essa altura, bem pouco restava a Getúlio em termos de apoio militar, pois os setores minoritários dessa Arma haviam optado por aderir a Eduardo Gomes.

Mas o movimento "queremista" ainda estava nas ruas e responde com um novo comício de "desagravo" a Vargas, realizado a 30 de agosto, onde discursaram Hugo Borghi, Osmar Carvalho, Waldir Rodrigues e

[16] Osvaldo Trigueiro do Vale, *op. cit.*, pp. 118/119.

outros líderes "queremistas", e que foi irradiado por doze emissoras de rádio para todo o país.[17]

Setembro e outubro de 1945 são meses marcados por intensa atividade política, tanto da parte do Governo, como das oposições. Novos comícios do "queremismo" são realizados, ao mesmo tempo em que se chega, em alguns casos, a agressões físicas contra opositores de Getúlio. Jornalistas de oposição são processados e o DIP proíbe a firma que fornece papel ao *Diário Carioca* de fazê-lo.

Em outubro, Getúlio, pensando na possibilidade de que o processo eleitoral seja irreversível, joga com mais uma manobra, marcando as eleições para a governança nos Estados ao mesmo tempo que os pleitos para Presidente da República e Congresso Nacional. "A verdade é que nem o prazo nem as condições favorecem as oposições, pois o decreto para a eleição dos Governadores é de 10 de outubro e as eleições gerais estão marcadas para 2 de dezembro; depois, quem governa os Estados são os Interventores nomeados durante a ditadura do Estado Novo, e todos são da confiança de Getúlio Vargas. É natural que, conseqüentemente, a máquina político-administrativa esteja em mãos dos grupos oligárquicos situacionistas e o que se daria seria simplesmente a permanência destes grupos, agora, de maneira legal; além disso, o golpe representa reforço do grupo getulista contra a possível vitória das oposições em plano federal, com Eduardo Gomes."[18]

Como é evidente, a manobra suscitou violentos protestos da oposição, que lança manifestos onde acusa o Governo de "arbitrariedade e imoralidade políticas". Não há como esconder que a crise final está em marcha e o Governo de Getúlio tem seus dias contados, pois já não conta com bases militares apreciáveis. Todos os Generais conspiram, em reuniões, com oposições civis.

A "gota d'água" ocorre com a nomeação de Benjamin "Bejo" Vargas, irmão de Getúlio, para o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal, em substituição a João Alberto, que voltara ao Governo, pertencente à corrente liberal.

O General Gustavo Cordeiro de Farias apela a Góes Monteiro para que assuma o Comando e deponha Vargas apoiado por outros Generais, como Anor dos Santos, Canrobert Pereira da Costa e Benício Silva. Mobilizadas, as tropas ocupam os postos estratégicos da Capital Federal,

[17] *Idem, ibidem*, pp. 124 e 125.
[18] Edgard Carone, *op. cit.*, p. 341.

o mesmo ocorrendo em vários Estados. Belonaves da Marinha de Guerra assumem posições na Baía da Guanabara, aguardando ordens dos Chefes revoltosos.

Vargas tenta ainda contornar a situação, convocando Góes Monteiro e Dutra para uma conferência. Mas, apesar de algumas concessões, insiste na manutenção de "Bejo" na Chefia da Polícia. Os Generais reunidos no Ministério da Guerra recusam as propostas getulistas e propõem-lhe a renúncia ao cargo, em troca de garantias pessoais para o Presidente e seus familiares. Na noite de 29 de outubro, finalmente convencido da impossibilidade de manter-se no poder, Getúlio renuncia. Era o fim do regime do "Estado Novo", que durara oito anos.

No dia seguinte, o poder era entregue a José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que dirigiria o país até a realização das eleições presidenciais de 2 de dezembro.

2. O GOVERNO DUTRA

Como afirma Dillon Soares,[19] "o golpe que depôs Getúlio Vargas foi um golpe puramente político, não uma revolução socioeconômica". As estruturas sociais e econômicas permanecem intactas. E, na verdade, não poderia ser de outra forma. As *oposições* vencedoras a 29 de outubro representavam elites econômicas e oligarquias regionais afastadas do poder em 30, ou que o tinham sido durante o Estado Novo, e não tinham interesse algum em realizar qualquer transformação de peso, que viesse a permitir a real participação das massas populares no processo de decisões políticas. Menos ainda poderiam estar interessadas em alterar substantivamente a infra-estrutura econômico-social de modo a possibilitar uma nova forma de propriedade dos meios de produção.

Veja-se Dutra e Eduardo Gomes, bem como os que os apoiaram (Prado Kelly, Júlio de Mesquita Filho, Armando Salles de Oliveira, Gastão da Costa Vidigal, os signatários do "Manifesto dos Mineiros"... a lista é interminável): todos são empresários, banqueiros, latifundiários, militares da alta patente. Convictamente reacionários, anticomunistas empedernidos, liberais quando lhes pisavam o calo, mas discricionários ao ocuparem o poder, temem acima de tudo que o povo aja e assuma atitudes polí-

[19] Gláucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil*, Difel, São Paulo, 1973.

ticas". O "façamos a revolução antes que o povo a faça" não era uma mera figura de retórica em 30, nem em 45, como ainda não o é hoje.

Mas, afogados na maré democrática que varreu o mundo com a vitória contra o nazifascismo, numa situação internacional em que a União Soviética era "aliada" e na qual a chamada "guerra fria" ainda não se manifestara, ainda foram obrigados a manter as aparências. As eleições deviam ser realizadas num clima de liberdade democrática que comportasse a presença até mesmo dos detestados comunistas.

Durante o mês de novembro, a campanha eleitoral desenvolveu-se normalmente, sem maiores incidentes. Dutra, que recebera de novo mensagem de apoio de Vargas, vinda de seu "exílio" no Rio Grande do Sul, e Eduardo Gomes eram os principais candidatos. Mas o Partido Comunista, após o fracasso de sua tática de aliança com Getúlio, decidira concorrer de maneira autônoma, apresentando seu próprio candidato, o Engenheiro Yedo Fiúza. O trunfo com o qual contava o PCB era o grande prestígio popular de seu principal líder, o "Cavaleiro da Esperança", Luís Carlos Prestes, que se candidataria ao Senado da República. Havia ainda um quarto postulante, Mário Rolim Teles, que não tinha qualquer chance nem apoio expressivo. O Partido Trabalhista Brasileiro recebera instruções de Getúlio, no sentido de se aliar ao Partido Social Democrático e fazer a campanha de Dutra.

Assim dispostas as forças, realizaram-se, como o previsto, as eleições de 2 de dezembro. Para a Presidência, o candidato da aliança PSD-PTB, Eurico Gaspar Dutra, obteve 3.251.507 votos (correspondentes a 55,39% do total de sufrágios); Eduardo Gomes, da UDN, conseguiu 2.039.342 (34,74%); o candidato comunista, Fiúza, somou 569.818 (9,70%), constituindo-se aliás numa surpresa para muitos, que esperavam uma votação menos significativa para Yedo, até então um ilustre desconhecido da política nacional; Rolim Teles, apenas como curiosidade, obteve 10.001 sufrágios, correspondentes a 0,17%.

Os mecanismos eleitorais criados à época em que Vargas ainda se achava no poder deram ainda ao PSD uma confortável maioria no Senado, na Câmara Federal e, conseqüentemente, na Assembléia Constituinte. Referimo-nos particularmente ao chamado *mecanismo de sobras*, uma vez que, se as eleições presidenciais para o Senado eram majoritárias, as eleições para a Câmara Federal e os Legislativos dos Estados eram proporcionais. Maria do Carmo Campello de Souza assim descreve tal mecanismo: "Na representação proporcional, o quociente eleitoral seria deter-

minado pela divisão do número de votos válidos, mais votos em branco, pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria obtida dividindo-se a votação partidária pelo quociente eleitoral. Os lugares não preenchidos por esse critério seriam dados *ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição, em vez de aos candidatos individualmente mais votados, como previa o Código de 1932*. Esse sistema de absorção de sobras, é evidente, beneficiaria nacionalmente ao PSD, à UDN em uns poucos Estados, e ao PTB ou ao PC somente no Distrito Federal."[20]

O fato é que, através desta manobra, embora o PSD tivesse obtido apenas 42,7% dos votos populares válidos para a Câmara Federal, acabou ficando com 53% das cadeiras; em compensação, o PC, que obtivera 8,6% dos votos para a Câmara, ocupou apenas 5% das cadeiras. Em termos de Assembléia Constituinte (Câmara + Senado), a composição partidária ficou assim estabelecida:

PSD	- 54,0%
UDN	- 26,0%
PTB	- 7,5%
PCB	- 4,7%
Outros	- 7,3%

(FONTE: dados do Superior Tribunal Eleitoral, citados por M.C.C. Souza)

O que se pode afirmar com segurança, diante destes dados, é que a sombra do velho Getúlio Vargas continuava a se estender sobre o país. Derrubara-se o homem, mas os mecanismos políticos, o aparato burocrático, o sistema de poder elitista e autoritário iriam permanecer, modificados em alguns aspectos de sua forma, mas idênticos quanto ao conteúdo.

Dutra manteve em vigor a Lei de Segurança Nacional e a Constituição de 37, como forma de pressionar a Assembléia Constituinte, até que fosse votada a nova Carta Magna. Funcionariam ambas como uma espécie de "espada de Dâmocles" sobre a cabeça dos Congressistas, especialmente dos representantes do PC.

Os trabalhos da Constituinte não serão aqui por nós abordados em detalhe, pois se trata de matéria mais apropriada para estudos de caráter

[20] *Op. cit.*, p. 120.

monográfico.[21] No entanto, vale ressaltar que a Constituição aprovada em 1946, apesar de seu *liberalismo*, nada continha que mudasse expressamente a legislação sindical e trabalhista fascistóide que marcara o Estado Novo. Era assegurado o direito de "livre associação sindical", *nos termos previstos pela legislação*, isto é, dentro dos esquemas – por sinal, em momento algum alterados – da subordinação dos sindicatos ao Estado. O direito de greve era assegurado, submetido porém à apreciação da Justiça do Trabalho (criada no tempo de Getúlio como instrumento de controle da classe operária e mantida pela Constituição de 46) e com exceção de casos previstos em leis específicas, o que significaria, é óbvio, o cerceamento prático do direito em questão.

Luís Werneck Vianna, ao analisar o problema sob o prisma dos debates ocorridos então, indica a proposital "nebulosidade" da redação do texto constitucional relativo aos sindicatos, onde os defensores de um continuísmo corporativo-fascista buscavam confundir a expressão "livre associação sindical" com "autonomia sindical", termos que, segundo reconheceram até mesmo alguns udenistas, não eram sinônimos ou idênticos. Aliás, a própria "Polaca" utilizava as palavras "livre associação sindical", permitindo que a legislação regulamentadora atrelasse de forma cabal os sindicatos ao Ministério do Trabalho. Apesar da oposição, tanto do Partido Comunista, como de um setor do PTB, foi essa a forma pela qual se manteve a legislação sindical fascista no interregno *liberal* de 1945/1964.

Mas o movimento operário, apesar de tudo, assumia posturas novas. Era de todo impossível que o ascenso da participação política das massas durante a queda do Estado Novo não tivesse seus reflexos profundos no movimento operário-sindical, de maneira a torná-lo, não apenas consciente de sua força, mas também da necessidade de sua autonomia em relação ao aparelho de Estado.

Assim é que, pouco antes do final dos trabalhos da Constituinte de 46, reuniu-se o Congresso Sindical dos Trabalhadores, estabelecendo, como uma das suas principais reivindicações, a autonomia sindical. A aliança firmada entre comunistas e petebistas permitiu a vitória dessa posição que, ao contrariar os desejos do Ministério do Trabalho (Octacílio Negrão de Lima era, à época, o titular dessa pasta), acabou por ocasionar o fechamento do Congresso, por ordem governamental. Percebe-se,

[21] Sobre os debates relativos à questão sindical na Constituinte de 1946 ver Luís Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, pp. 260 e segs.

desde logo, a intenção do Governo Dutra de manter a legislação trabalhista e sindical tal como no período da ditadura varguista.

Outro aspecto da vitalidade e das mudanças qualitativas ocorridas nessa época no movimento operário foi o notável incremento do número de greves. "O movimento sindical renasce tomado pela perspectiva de uma ação livre e autônoma, ao mesmo tempo em que cresce a sindicalização (de 474.943 sindicalizados em 1945 para 797.691 em 1946) e multiplica-se a atividade política nas organizações de classe, tanto oficiais quanto extra-oficiais. Os conflitos de trabalho assumem diversas formas, realizando-se principalmente de maneira 'espontânea', mas também por orientação dos sindicatos, e, de qualquer forma, com grande intensidade. Nos dois primeiros meses de 1946 registraram-se mais de 60 greves, e, no dia 20 de fevereiro, só em São Paulo, havia cerca de 100.000 operários em greve."[22] Note-se, de passagem, que estas greves, em boa parte, foram organizadas e/ou conduzidas pelas chamadas "comissões de fábrica", isto é, fora do sindicato oficial e por uma organização paralela do movimento operário. Além do mais, aliadas às reivindicações eminentemente políticas, como a liberdade e a autonomia sindicais, outras demandas, estas de caráter mais nitidamente econômico, cristalizavam-se nestas paralisações: custo de vida, desemprego, maiores benefícios salariais etc.[23]

De qualquer forma "o período 1945-64 foi o único na história política brasileira em que o país experimentou um sistema de participação política de massas"[24], ainda que essa participação, seguramente na maioria das vezes, tenha ocorrido num plano não-institucional. É neste sentido que temos de observar e analisar o Governo Dutra, um Governo que tentou organizar um sistema de hegemonia política da burguesia, sem recorrer aos elementos básicos que caracterizaram o populismo getulista, o qual acabou fracassando de forma absoluta.

Thomas Skidmore, em *Brasil, de Getúlio a Castelo,* afirma que Dutra se mostrou, "desde logo, um Presidente tranqüilamente apolítico". Nada mais falso, em nosso entender. Se ele se refere ao primeiro Ministério formado pelo novo Presidente, em que convivem lado a lado elementos do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional, o máximo que se pode inferir é justamente a tentativa de Dutra de unificar os dois

[22] Ricardo Maranhão, *O Movimento Operário na Redemocratização (Brasil, de 1945 a 1950).* Tese de mestrado, mimeo., Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978, p. 43.

[23] Sobre o assunto ver também Heloísa H. T. S. Martins, *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil,* Hucitec, São Paulo, 1979, especialmente o cap. II.

[24] Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional,* Difel, São Paulo, 1975, p. 136.

maiores partidos representativos das classes dominantes, tentando solidificar "por cima" uma hegemonia que os setores burgueses haviam conseguido obter, após 1930, mediante a incorporação estatal de algumas demandas básicas do movimento operário.

De resto, Dutra mostrou-se um Presidente absolutamente político, e mais, apegado ao seu tradicional reacionarismo, que já o caracterizava desde os tempos em que exercia o posto de Ministro da Guerra de Getúlio.

O crescimento do movimento de massas, em especial da luta operária e sindical, faria o Governo pender para uma solução repressiva, cujo alvo básico seria o Partido Comunista, considerado – parcialmente de forma verdadeira – como o responsável por esta conjuntura. Há que se recordar, ainda, o progressivo desenvolvimento da "guerra fria" no plano internacional, que paulatinamente transformaria a União Soviética e o agora já existente "bloco socialista" de aliados em inimigos figadais do mundo ocidental. Legalizado em 1945 pela força da maré democrática e antifascista, o PC viveria menos de dois anos de legalidade, nos quais crescera eleitoralmente, obtendo a posição de quarto maior partido nacional e obtendo, especificamente em São Paulo, a terceira posição em número de votos.

Diante da perspectiva da evolução, não apenas eleitoral, do PC, mas também de sua atividade de agitação no meio operário, não hesitou Dutra em utilizar-se dos mecanismos restritivos à atividade partidária contidos na Constituição: tais dispositivos permitiam a cassação do registro de partidos "antidemocráticos" ou que mantivessem relações com organizações estrangeiras. Como porém não havia condições para que partisse do Governo o ato de fechamento de um partido legitimamente constituído e com uma votação bastante expressiva, foi necessário encontrar quem fizesse o papel de delator das "atividades antipatrióticas" do Partido Comunista. Era uma espécie de novo "Plano Cohen" posto em marcha. Esses delatores o Governo os encontrou nas figuras de Himalaia Virgulino e Barreto Pinto, dois membros do que se poderia chamar de "ala direita" do Partido Trabalhista Brasileiro, e que, como é óbvio, não poderiam ser acusados de membros do Governo ou de manter relações estreitas com ele.

Ambos apresentaram uma denúncia ao Superior Tribunal Eleitoral, afirmando que o PCB era orientado pelo marxismo-leninismo e, portanto, uma organização internacional; que, no caso de uma guerra entre a União Soviética e nosso país, os comunistas ficariam do lado soviético; que o partido era diretamente responsável pelas greves e agitações operárias e promovia, assim, a luta de classes.

As lideranças comunistas não levaram a sério tais denúncias e o próprio Luís Carlos Prestes chegou a afirmar que não acreditava que Dutra "ousasse" fechar o partido; além do mais, o Procurador-Geral da República, Temístocles Cavalcanti, inicialmente mandou arquivar as denúncias, tendo-as por descabidas, parecendo confirmar as razões para a tranqüilidade dos comunistas. Mas as pressões do Governo logo se fizeram sentir e o processo foi reaberto.

Seguiu-se um longo combate nos níveis judicial e parlamentar. Neste último, que nos interessa mais de perto, vale lembrar que o Partido Social Democrático, amplamente majoritário no Congresso, orquestrou uma virulenta campanha contra o PC, apoiado pelos setores "estado-novistas" do PTB. A União Democrática Nacional adotou uma postura ambígua: embora se dissesse contra a cassação do registro do Partido Comunista, seus Deputados e Senadores evitaram a todo transe participar dos acirrados debates parlamentares. O PC, ao contrário do que se poderia esperar, não mobilizou suas bases e simpatizantes para manifestações públicas contra a ameaça de cassação de seu registro. Isto, é claro, para não fornecer munição para os que o acusavam de "agitador das massas".

Finalmente, a 7 de maio de 1947, o Superior Tribunal Eleitoral, numa apertada votação (3 a 2), decidia cassar o registro do Partido Comunista Brasileiro, que teve suas sedes fechadas pela Polícia e voltou à situação em que vivera praticamente desde sua fundação, em 1922, isto é, a clandestinidade. Os Vereadores, Deputados estaduais e federais e Senadores eleitos pela legenda comunista perderam seus mandatos.

A cassação do registro do PCB foi o sinal para o início de uma violenta onda repressiva contra o movimento operário-sindical. Durante o ano de 1947 houve intervenção governamental em 143 sindicatos, bem como foi decretado o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). "Desencadeou-se uma série de ações de controle sobre os sindicatos, mesmo sobre aqueles não comprometidos com os comunistas: a estrutura sindical, mantido seu pilar essencial, a filiação ao Ministério do Trabalho, era posta a funcionar com todo o seu rigor repressivo (...) Schimitter afirma que no último ano do Governo Dutra ainda havia 234 sindicatos sob intervenção, enquanto Basbaum estima que houve cerca de 400 intervenções ao longo de todo o período."[25]

A partir de 1947, por conseguinte, o que se observa é a estruturação da "democracia liberal" tal como sempre a viram os donos do poder, ou

[25] Ricardo Maranhão, *op. cit.*, p. 95.

seja, com qualquer movimento ou organização de massas sufocado e/ou atrelado ao aparelho burocrático do Estado, a par da manutenção das liberdades e garantias individuais, afiançadas pela Constituição. Liberal na forma, herdeiro do autoritarismo característico dos anos 30 no conteúdo, eis possivelmente uma descrição sumária do período Dutra.

No entanto, as modificações econômicas e sociais por que passava o país, com o crescimento sensível da população urbana das grandes cidades e, dentro dessa população urbana, o aumento do peso político específico da classe operária, trariam um elemento "complicador" para a estabilidade de um sistema político estabelecido sobre bases semelhantes.

Os *grandes partidos* – em especial o Partido Social Democrático – foram constituídos de cima para baixo, não partindo da sociedade, mas sobrepondo-se a esta. Pode-se eventualmente contra-argumentar, no caso da União Democrática Nacional, alegando-se suas origens, forjadas na luta contra o regime ditatorial. Mas há que se lembrar, de outra parte, que a própria UDN se despojou de todo conteúdo popular que pudesse ter ganho nessa luta para compartilhar o autoritarismo imanente à Carta de 1946 e estabelecer uma aliança clara – na Constituinte – com o PSD. Este, por sua vez, fora gerado no ventre do Estado Novo, utilizando-se dos Interventores e de toda a máquina estatal getulista, permanecendo em sua liderança figuras das mais expressivas do período ditatorial, como Benedito Valadares, Amaral Peixoto, Agamenon Magalhães e outros. Nestas circunstâncias, com o aumento do eleitorado urbano e operário há uma tendência, como mostra Maria do Carmo Campello de Souza, à perda de votos por parte desses grandes partidos, sufrágios estes que se deslocam para os partidos de tendência reformista-populista,[26] tais como o Partido Trabalhista Brasileiro, também beneficiado pela saída de cena legal do Partido Comunista (os candidatos comunistas, não podendo concorrer por legenda própria, procuraram abrigo, no mais das vezes, sob a bandeira petebista).

É importante notar, aqui, que *tendencialmente* a tentativa de reordenar a vida política brasileira, mantendo a hegemonia dos setores dominantes – já de *per si* fragmentados – dispensando o recurso ao *populismo* getulista, ia-se revelando fracassada. Sem bases efetivamente populares, os partidos conservadores (PSD e UDN) tenderiam, no decorrer do processo, à perda das rédeas da condução política da nação. As disputas eleitorais, ao contrário do ocorrido com a Constituinte, não seriam mais polarizadas

---

[26] Maria do Carmo Campello de Souza, *op. cit*, Capítulo VI.

pelos grandes partidos, tornando-se muito mais "palmo a palmo", e o fracionamento interno seria inevitável.

Neste espectro político, um tanto confuso e destituído de elementos capazes de estabelecer condições hegemônicas para o exercício do poder, sobressaía ainda a figura do caudilho gaúcho de 1930, Getúlio Vargas. Eleito Senador com expressiva votação (no Rio Grande do Sul e São Paulo, o que é significativo, pelos fatores que enunciamos acima), Vargas aparecia ainda como praticamente a única figura política com penetração nacional (com exceção, talvez, de Prestes, votado novamente à clandestinidade).

Depois de seu pronunciamento pela candidatura Dutra, em 1945, Getúlio viera poucas vezes a público para fazer declarações políticas, e mesmo sua atuação no Senado da República fora relativamente apagada. Mas, se publicamente ele preferia recompor sua imagem política, mantendo-se momentaneamente afastado dos debates mais acirrados e dos pronunciamentos bombásticos, nos bastidores Vargas preparava o terreno para sua volta. A incompetência das elites dirigentes em estabelecer sua hegemonia sob novos termos, seria, acreditamos, visível ao ex-ditador, possivelmente o grande protótipo do estadista conhecido no Brasil. Cautelosa, mas firmemente, ele organizou as bases fundamentais do seu PTB, enquanto mantinha quase intactas suas relações com o PSD, apoiando as velhas lideranças políticas do interior, que poderiam lhe render dividendos eleitorais. "À altura de 1949, a paciente estratégia de Vargas começou a dar frutos. Misturando discrição, magnanimidade e tato, ele conseguiu ir mudando a sua imagem de Vargas ditador para a de Vargas democrata. Os políticos da UDN descobriram que meros ataques aos erros *(sic)* do Estado Novo traziam resultados diminutos. A retórica de 1945 soava cada vez mais irrelevante aos problemas de 1950... A estratégia de Vargas era clara: manter a lealdade dos tradicionais caciques do interior, através do PSD, ao mesmo tempo em que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB."[27]

Mas não era apenas nestas duas forças partidárias que se baseariam as tentativas de Getúlio em termos de retorno ao poder. Havia ainda os comunistas, dos quais falaremos mais à frente, além de grande força eleitoral representada em São Paulo pelo ex-Interventor Adhemar de Barros,

[27] Thomas Skidmore, *op. cit.* pp. 102/103.

líder do PSP (Partido Social Progressista). E, acima de tudo, a grande incógnita, com relação à possível volta de Vargas à Presidência, os militares que o haviam deposto em 45.

Com relação a Ademar de Barros, político ambicioso e tipicamente populista – que esperava, a seu tempo, chegar inclusive à mais alta magistratura nacional —, Getúlio não teve maiores dificuldades, comprometendo-se a entregar ao menos um Ministério ao PSP e, futuramente, apoiar as pretensões políticas do ademarismo.

No que diz respeito aos militares, Vargas procurou contatos com o General Góes Monteiro, visando a assegurar-se, se não do apoio, pelo menos da neutralidade castrense, caso viesse a ser eleito. Góes, líder mais expressivo dentro do Exército, e falando em seu nome, declarou que as Forças Armadas não guardavam ressentimentos contra o ex-ditador e não oporiam obstáculos à sua eleição, caso se comprometesse a manter a Constituição e a garantir os direitos dos militares. Getúlio seria, pois, lançado candidato por uma aliança PTB-PSP, ou seja, dois dos mais significativos partidos *populistas*.

Quanto aos comunistas, embora algumas lideranças do partido insistam até hoje que o PC deu seu apoio a Vargas, sabe-se que apenas suas bases realmente sufragaram o nome do ex-ditador, enquanto a cúpula ordenava-lhes o voto em branco para Presidente. De fato, Getúlio apresentava-se muito mais próximo às aspirações reais das massas populares, compreendendo as transformações socioeconômicas pelas quais passava o país e atraindo, por isso, a simpatia das bases comunistas.

Na realidade, ninguém melhor do que ele havia absorvido essas mudanças e buscado *reorientar* suas atividades políticas em função delas. Como todo "bom político", continuava manobrista como sempre; mas essas manobras de cúpula político-partidária não o faziam esquecer os setores que, dia a dia, se tornavam uma das grandes forças eleitorais e políticas do país: o operariado e as baixas camadas médias urbanas. Seu discurso político muda radicalmente de tom, passando a criticar abertamente a democracia capitalista, onde a liberdade política não era acompanhada da igualdade social e fazendo apelos à organização das massas populares. Isto era efetivamente novo, partindo de um homem que até então não admitira uma *organização autônoma* das massas, uma organização que não estivesse sob seu estrito controle. E realmente, após a sua eleição – como se verá –, apesar de não revogar a legislação sindical estado-novista, os sindicatos passaram a ter uma liberdade de ação muito mais ampla do que haviam tido até então.

Dutra, que desejava assegurar sua continuidade no poder através de um "homem seu" e a quem desagradavam profundamente as novas posições de Vargas, impõe ao PSD o lançamento de uma candidatura própria, recaindo a escolha sobre o nome de Christiano Machado, advogado absolutamente inexpressivo em termos políticos. Tanto assim que, dentro do próprio PSD, o apoio a Machado foi relativo: no Rio, por exemplo, onde o "cacique" pessedista era Ernâni do Amaral Peixoto (genro de Getúlio), a candidatura de Christiano Machado não teve a mínima repercussão nos meios partidários. Apenas em Minas Gerais era possível detectar a concordância das bases do partido com a orientação da cúpula.

A União Democrática Nacional voltaria a insistir, na campanha presidencial de 1950, na já uma vez fracassada candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, incapaz de aglutinar votos, tanto na área rural (dominada amplamente pelo caciquismo pessedista), quanto nos setores urbanos, onde o trabalhismo – mais condizente com aspirações participativas das massas – e os partidos locais/populistas – ao estilo de Adhemar de Barros e seu PSP – levavam ampla vantagem. Aliás, o Brigadeiro jamais poderia esperar votos de uma classe operária paulatinamente mais consciente, quando, como o fez em sua campanha, se manifestava contrário à lei do salário-mínimo e aceitava o apoio ostensivo dos remanescentes do integralismo, liderados por Plínio Salgado no Partido de Representação Popular (PRP). A UDN parara no tempo e não conseguira identificar-se com as transformações que haviam deslocado o fulcro real dos debates políticos, da mera questão jurídico-institucional para as questões mais pertinentes ao âmbito socioeconômico, mantendo-se apegada ao *liberalismo antipopular,* que se constituiria em sua marca registrada e faria dela um partido antes de tudo golpista e conspiratório.

Getúlio, ao contrário, encontrava aqui o terreno ideal para sua atuação política: a ressonância de sua campanha eminentemente nacionalista, antiplutocrática, baseada num apelo direto às massas trabalhadoras, seria muito ampla. Ainda mais, enfrentando tais adversários, não foi surpreendente sua esmagadora vitória nas urnas, em que pese a força da publicidade mobilizada principalmente pelo Brigadeiro Eduardo Gomes. Obteve quase metade dos votos (48,70%) contra 29,70% dados a Eduardo Gomes e 21,50% a Christiano Machado. Voltava ao poder o velho caudilho gaúcho, desta vez sem o auxílio do golpe de Estado e sem os recursos escusos do apelo à luta contra a "comunização" do país.

3. DA ELEIÇÃO AO SUICÍDIO

A análise da composição do primeiro Ministério de Getúlio, designado após sua posse, em janeiro de 1951, é, em si mesmo, uma verdadeira aula de política. Vargas reservou ao *seu* partido, o PTB, um único Ministério: o do Trabalho. Isto demonstra a importância que o Presidente atribuía a este setor e o quanto apostava no processo de industrialização e no crescimento da classe operária urbana, enquanto força política decisiva.

Ao PSD, cuja cúpula lançara o nome de Christiano Machado, mas que na prática fizera o jogo getulista (inclusive dividindo votos que seriam eventualmente canalizados para seu mais direto oponente, Eduardo Gomes), Getúlio destinou a maioria das pastas: Fazenda, Educação e Saúde, Justiça e Relações Exteriores, demonstrando que sabia reconhecer a força bastante respeitável do antigo "partido dos Interventores" e que grande parte de seus votos ainda provinha dos "redutos" eleitorais dominados pelos pessedistas.

A Adhemar de Barros e ao PSP paulista, que proporcionaram a Getúlio perto de um milhão de votos, o Presidente entregou o Ministério de Viação e Obras Públicas, elemento-chave para a política de nepotismo e concessão de favores que se traduziriam em votos.

Quanto aos Ministérios militares, Vargas escolheu nomes, não apenas de sua confiança pessoal, mas que fossem respeitados dentro das Forças Armadas e, principalmente *nacionalistas* (caso do Ministro da Guerra, General Estillac Leal, um dos líderes da campanha pela criação do monopólio estatal do petróleo), o que agradava aos clandestinos comunistas.

Até mesmo a UDN acabou agraciada com o Ministério da Agricultura, através do usineiro pernambucano João Cleofas, uma tentativa de Getúlio de aglutinar as várias correntes políticas em torno de seu nome. Não há como deixar de admirar, numa época tão avara em lideranças políticas expressivas, os meandros que um estadista como Getúlio Vargas era capaz de realizar ao estabelecer os parâmetros essenciais de sua linha política.

Mas não bastava a concessão de alguns Ministérios para aplacar a oposição a Vargas, principalmente quando ele assumiu posturas que atingiam interesses econômicos ligados a facções regionais das classes dominantes e ao imperialismo. A UDN, sua tradicional inimiga, tentou, logo de início, impedir a posse de Getúlio, reclamando ao Superior Tribunal Eleitoral, instigando o Exército a intervir, e lançando uma campanha pela imprensa (na qual se destacavam os Mesquitas, diretores do jornal *O Estado de S. Paulo* e o agora famoso jornalista Carlos Frederico

Werneck de Lacerda) na qual acusava Vargas de premeditar uma retroação à política ditatorial do Estado Novo. Mas os principais líderes militares, que se constituíam afinal nos principais responsáveis pela manutenção da legalidade – como sempre acontece em países onde a Sociedade Civil, ainda que ativa, não atingiu um estágio político que impeça pela mobilização popular a ocorrência golpista –, reagiram a essas insinuações de forma insofismável: os Generais Góes Monteiro, Zenóbio da Costa, Estillac Leal e até mesmo Dutra mantiveram-se na posição de garantir a posse do Presidente eleito.

Isto não significa, de maneira alguma, que o Exército como um todo apoiava a volta do varguismo ao poder. Havia entre os Oficiais-Generais e outros de alta patente um sentimento de repúdio à manifesta aproximação de Getúlio com a ala nacionalista e "esquerdizante" das Forças Armadas, ala esta representada de forma evidente pelo General Estillac Leal e pelo General Horta Barbosa. Cordeiro de Farias, por exemplo, cuja chapa concorrente ao Clube Militar fora derrotada pela chapa encabeçada por aqueles dois Oficiais nacionalistas, seria um potencial conspirador contra Vargas, baseado principalmente numa ideologia "anticomunista", americanófila e entreguista.

Aliás, como salienta Skidmore, a transformação da "guerra fria" em "guerra quente", com a eclosão do conflito da Coréia, contribuiu para a polarização das divergências entre os grupos militares nacionalistas e antiamericanos e aqueles que apoiavam abertamente a posição dos Estados Unidos na conflagração asiática. A publicação na *Revista do Clube Militar* de artigo recomendando a preservação da neutralidade do Brasil nesta guerra, com a qual rigorosamente nada tínhamos que ver, suscitou uma violenta reação por parte de oficiais anticomunistas, com cartas a jornais, manifestos e declarações.[28]

Na verdade, a questão coreana aparece apenas como pano de fundo para as divergências políticas que tinham como base a questão do desenvolvimento econômico do país: aqueles que defendiam uma posição ligada ao desenvolvimento autônomo e preservador das riquezas nacionais e os que advogavam a causa do desenvolvimento associado ao capital externo, mesmo nos aspectos respeitantes à produção de caráter "estratégico", como o caso do petróleo. A identificação da posição nacionalista com os postulados comunistas provinha do fato de que o PCB, através de seus porta-vozes "legais", vinha desenvolvendo uma campanha antiimperialista

[28] Cf. Thomas Skidmore, *op. cit.*, pp. 138 e segs.

(é claro, antinorte-americana) e defendendo o desenvolvimento de um capitalismo "nacional", estimulado pela idéia de que haveria um setor "burguês-nacionalista" interessado em competir com o capital monopolista estrangeiro.

Entre essas duas águas navegava Getúlio. Ambas as posições extremas importavam riscos e ônus políticos, que o Presidente sabia muito bem reconhecer. De um lado, era de todo impossível – sem o risco de um rompimento aberto e possivelmente violento – a ruptura completa dos laços econômicos com os Estados Unidos, premissa básica para um desenvolvimento autônomo *comme il faut*. Desnecessário acrescentar que Vargas descarta de imediato tal postura, como mostra trecho de sua "Mensagem ao Congresso Nacional", em 1951: "O Brasil encara como um imperativo inadiável o seu desenvolvimento econômico intensivo, em perfeita harmonia com os demais países americanos. Esse desenvolvimento não depende apenas da política econômica e financeira interna, que venha a ser firmada pelo Governo. Os fatos econômicos se situam numa conjuntura maior do que a nacional. O sucesso ou o insucesso de qualquer política depende, em primeiro lugar, de sua perfeita inscrição nas tendências e correlações regionais e mundiais, que em grande parte predeterminam as conseqüências da ação dos governos".

De outro lado, Getúlio não poderia abandonar aquela que tinha sido uma das tônicas essenciais de sua campanha eleitoral, ou seja, o combate aos grupos monopolísticos externos e a defesa da integridade das riquezas brasileiras. Além disso, sua política "neopopulista", se é que podemos usar o termo, estava de certo modo imbricada na política de desenvolvimento nacionalista. Ao identificar *Estado e povo*, como sugeriam vários de seus discursos pré e pós-eleitorais, Vargas dinamizava, enquanto elemento fundamental de seu comportamento político, o *interesse nacional* e devia se dispor a defendê-lo não apenas retoricamente, mas com atos, sob pena de perder credibilidade política e ver desmoronar-se o trabalho pacientemente urdido desde sua derrubada em 1945.

Isto explica que o início de seu Governo talvez tenha sido marcado por uma política econômica bifurcada entre o que Skidmore denomina "ortodoxia e nacionalismo". Em primeiro lugar, pelas ótimas relações estabelecidas com a Comissão Mista Brasil-EUA, cujos trabalhos se desenvolveram no correr do primeiro ano de seu mandato presidencial e dos quais resultaram empréstimos provenientes do EXIMBANK e do BIRD (Bank for International Reconstruction and Development). Também a promessa de facilitar os investimentos privados externos, desde que asso-

ciados aos capitais nacionais, e a adoção de uma política cambial flexível – sistema de taxas múltiplas de câmbio – são fatos reveladores da primeira tendência da política econômica orquestrada por Horácio Lafer, Ministro da Fazenda e um dos idealizadores do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).[29]

Em troca, elaborou e enviou ao Congresso Nacional, em fins de 1951, o projeto de lei que criava o monopólio estatal do petróleo (perfuração, lavra e refino), através de uma empresa de economia mista – com a maioria das ações em poder do Estado - denominada Petrobras. Tal projeto, que só seria aprovado quase dois anos mais tarde, foi um dos sérios divisores de águas entre "nacionalistas" e "entreguistas", e um fator de desgaste para Getúlio perante muitos setores, principalmente militares. O Presidente havia feito ainda proposta para a nacionalização de outros setores da vida econômica nacional (a energia elétrica, através da Eletrobras), que não foi levada adiante pela oposição dos grupos estrangeiros interessados no assunto.

Mas, em breve, Vargas se veria de braços com problemas políticos dos mais graves, que o fariam encaminhar-se para uma nova crise de poder. Antes de mais nada, sua política de "distensão" com o mais ardoroso partido antigetulista, a UDN, fracassou redondamente. Carlos Lacerda, acompanhado de outros próceres udenistas, continuava sua campanha violenta contra Getúlio, tanto através da imprensa, como no nível conspiratório. No âmbito militar, seu Ministro da Guerra, o nacionalista Estillac Leal, sofria veementes críticas de outros Oficiais reunidos no grupo conhecido como "Cruzada Democrática", que acusavam Leal de manter "relações com os comunistas" e de ter posições "antiamericanas". Essa campanha contra Estillac chegou a tal ponto que o levou a renunciar ao cargo de Ministro, no começo de 1952, sendo, logo em seguida, derrotado nas eleições para o Clube Militar por uma chapa encabeçada pelo General Alcides Etchegoyen, direitista e reacionário convicto.

Os comunistas, por outra parte, pressionavam Getúlio à esquerda, exigindo medidas mais drásticas no sentido da nacionalização dos setores básicos da economia, ao mesmo tempo em que um problema mais sério aumentava a intranqüilidade nacional: o movimento operário-sindical,

---

[29] Sobre o assumo ver Thomas Skidmore, *op. cit.*, especialmente as pp. 124/132 e John D. Wirth, *A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1973.

que embora ainda atrelado à legislação fascista herdada do Estado Novo ganhara maior amplitude de ação após a subida de Vargas ao poder, começava a se organizar no sentido de recuperar o que fora perdido durante o período Dutra. E, nesse sentido, o que era mais evidente à população operária é que o poder de compra de seus salários, isto é, seus salários reais, havia sido severamente reprimido, devido à espiral inflacionária cada vez mais acentuada pela política desenvolvimentista e aos ridículos aumentos do salário mínimo até aí concedidos.

O ano de 1953 abre-se com perspectivas não muito animadoras para Getúlio. O aumento do custo de vida inquietava não apenas os operários (o último aumento do salário mínimo ocorrera em fins de 1951), mas também as camadas médias urbanas, de onde proviera boa parte da votação de Vargas em 1950. Urgia uma mudança de orientação na política econômica, a aplicação de um programa antiinflacionário até então ausente das ações governamentais neste campo, mas que, ao mesmo tempo, não significasse um afastamento entre Governo e Operários, prontos a rejeitar qualquer programa que resultasse em rebaixamento ou perda de poder aquisitivo de seus salários. As greves que se multiplicavam em todo o país eram sintoma bem nítido dessa situação, como, por exemplo, a greve de março/abril no Estado de São Paulo, quando cerca de 300 mil operários – gráficos, metalúrgicos, têxteis, químicos, sapateiros, construção civil, trabalhadores em transportes, indústrias de alimentos, vidro e madeira, entre outros – paralisaram suas atividades.[30]

Ao mesmo tempo, a campanha nacionalista pelo estabelecimento do monopólio estatal do petróleo – cujo projeto de lei se achava em tramitação no Congresso Nacional – continuava extremamente ativa, não apenas no âmbito parlamentar, onde se desenrolavam acirrados debates, mas também nas ruas. Os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes, associações profissionais organizavam comitês de defesa do petróleo, angariavam fundos para a campanha e realizavam comícios e manifestações a favor do estabelecimento da Petrobras, que continuava sendo alvo dos ataques dos antinacionalistas, que advogavam a participação do capital estrangeiro na exploração daquele combustível.

Getúlio tinha, pois, no correr do primeiro semestre de 1953, muito com que se preocupar, do ponto de vista político, e necessitava estabelecer

[30] Sobre a "Greve dos 300 mil" ver José Álvaro Moisés, *Greve de Massa e Crise Política*, Ed. Polis, São Paulo, 1978.

algumas modificações que permitissem a continuidade, com o mínimo de percalços, de seu programa.

Em meados desse ano, Vargas decide reformular seu Ministério, dando especial atenção às duas pastas de cuja orientação dependia o sucesso de sua política, isto é, o Ministério da Fazenda, para o qual foi chamado Oswaldo Aranha, e o Ministério do Trabalho, entregue a um conterrâneo de Getúlio e seu afilhado político, João Belchior Marques Goulart, político petebista de fácil trânsito nas áreas sindicais. Jango, como era conhecido, tinha porém o grave inconveniente de ser extremamente suspeito aos olhos das classes dominantes e de certos setores militares, em especial dos Oficiais direitistas da "Cruzada Democrática". A UDN, através de seu principal prosélito, Carlos Lacerda (um dos fundadores do jornal carioca *Tribuna da Imprensa)*, dos Mesquitas de *O Estado de S. Paulo*, da cadeia dos *Diários Associados*, pertencente a Assis Chateaubriand, não perdeu a oportunidade para criticar acerbamente a nomeação de Jango, responsabilizando-o inclusive pela quantidade de greves ocorridas no segundo semestre de 1953.

Getúlio enfrentava por esta época um dos chamados "escândalos" do Governo Vargas, e que forneceu ainda mais munição aos seus críticos. Tratava-se da fundação do jornal *Última Hora* (em 1951), base de apoio jornalístico a Vargas, pertencente ao jornalista Samuel Wainer. Este conseguira um empréstimo do Banco do Brasil – por sinal integralmente pago – mas que foi tachado de "negociata" por Lacerda e outros, acabando numa comissão de inquérito no Congresso. Wainer foi mesmo acusado de não ser brasileiro e sim "natural da Bessarábia".[31] Aliomar Baleeiro, prócer udenista, pediu a expulsão de Wainer do país. Era claro que, ao atacar o proprietário da *Última Hora*, era a Getúlio que se buscava atingir. O Presidente desgastava-se, na medida em que novos ataques e denúncias eram acumulados, como os "escândalos do Banco do Brasil", ligados ao seu Presidente, Ricardo Jafet, líder de um poderoso grupo empresarial paulista e um dos financiadores da campanha eleitoral de Getúlio. A UDN, pela palavra de Bilac Pinto, Herbert Levy e outros, acusou Jafet de negociatas com dinheiro público e de ser incompetente para dirigir "o maior estabelecimento de crédito do país".

Getúlio não conseguiu mais manter em prática sua política de dois gumes, ou seja, ao mesmo tempo manter suas relações com os grupos de

[31] Cf. Alfonso Henriques, *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas – Declínio e Morte* (vol. 3), Record, Rio de Janeiro, 1966, Cap. XVI.

centro-direita e de esquerda, cada qual reivindicando um tipo próprio de desenvolvimento. Como afirma Octavio Ianni: "A política de massas é um desdobramento dos acontecimentos políticos que conduziram a rupturas parciais entre a sociedade urbano-industrial e a sociedade tradicional juntamente com os sistemas políticos e econômicos externos(...) A cada passo se coloca o problema da manutenção ou do aprofundamento das rupturas externas(...) Essas tensões se agravam com o desenrolar da política de massas e do programa de industrialização, bem como de criação de novas condições institucionais para o desenvolvimento econômico independente. Em 1953, Vargas sanciona a lei que cria a empresa estatal para a exploração do petróleo nacional, a Petrobras. Em seguida, agrava-se ainda mais a crise política. O confronto entre os vários projetos de desenvolvimento e de organização do poder torna-se crucial. Em 1954 é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com organizações externas) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente".[32]

Mas o conflito não se estabelece apenas no nível da contradição entre dois modelos de desenvolvimento econômico. O "nó górdio" da questão se centrava ainda mais no âmbito da participação política das massas e na disposição da burguesia de não ceder diante das reivindicações cada vez mais ativas da classe operária. O problema do aumento dos índices do salário mínimo aparecia, no início de 1954, como elemento-chave dos debates políticos, uma vez que Getúlio e seu Ministro do Trabalho, João Goulart, tendiam a "cortejar" cada vez mais a classe operária urbana, como forma de contrabalançar eficazmente o peso cada vez maior dos ataques udenistas. Corria à boca pequena o boato de que Jango proporia um aumento de 100% para o salário mínimo, e os empresários já antecipavam seus contra-ataques, acusando-o de "fazer o jogo dos sindicatos", de sabotar o plano antiinflacionário de Oswaldo Aranha e até mesmo de preparar o terreno para um novo golpe de Estado getulista, uma vez que se aproximava o fim do mandato presidencial de Vargas.

A conspiração e o descontentamento atingiam de novo os quartéis, onde principalmente a média oficialidade – majores, tenentes-coronéis e inclusive coronéis – achava-se cada vez mais irritada com os baixos soldos percebidos, com a falta de equipamento militar moderno e – em função de seu arraigado espírito anticomunista – com a aproximação entre Jango

---

[32] Octavio Ianni, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971, pp. 66/68.

(vale dizer, Getúlio) e os sindicatos, muitos deles dirigidos sabidamente por lideranças comunistas.

No início de fevereiro, um grupo de 81 desses Oficiais entregou ao General Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, um manifesto – redigido, segundo alguns, por Golbery do Couto e Silva – onde manifestavam sua contrariedade com a situação geral do país e específica do Exército. "Este importante documento", diz Skidmore, "representava uma advertência da maior importância para Getúlio. Manifestava a genuína expressão do descontentamento dos Oficiais jovens, muitos dos quais nunca haviam estado diretamente ligados ao movimento antigetulista anteriormente. Evidenciava também o descontentamento da classe média traduzido em vocabulário militar. Embora os Oficiais expressassem seu receio pela perda de *status,* na linguagem específica da tradição militar brasileira, falavam, na verdade, por uma grande parte da classe média."[33]

Ainda no mês de fevereiro, Jango propõe o aumento de 100% no salário mínimo, confirmando, desta maneira, os boatos até aí espalhados. A grita, tanto da burguesia quanto da classe média, esta ameaçada em um de seus mais caros apanágios, seu *status*, foi ampla, encorajada ainda por cima pelo tom do manifesto dos Coronéis. Vargas, numa tentativa de contornar a situação e agradar principalmente ao Exército, demitiu Espírito Santo Cardoso e Jango, substituindo-os, respectivamente, pelo General Zenóbio da Costa (notório anticomunista) e por Hugo Faria. Mas fiel à política de jogar à direita e à esquerda continuou a política de nacionalização dos setores energéticos – foi nessa época que apresentou ao Congresso o projeto criando a Eletrobras – bem como seus ataques aos grupos econômicos imperialistas. Com a destituição dos dois Ministros visados mais diretamente pelos ataques das oposições civil e militar, conseguira ganhar tempo; mas se aproximava o 1° de Maio, dia em que tradicionalmente o Primeiro Mandatário anunciava publicamente os novos índices do salário mínimo. E todos esperavam com ansiedade a definição de Getúlio. A saída de João Goulart e as pressões das classes dominantes faziam prever que Vargas não acataria a sugestão de seu ex-colaborador.

Mas os ataques oposicionistas não arrefeciam e em abril explodia grave denúncia, pois partia de um ex-Ministro de Getúlio, que fora Chanceler até as alterações ministeriais de meados de 1953, João Neves da

[33] Thomas Skidmore, *op. cit.*, p. 165.

Fontoura. Este concedeu entrevistas à imprensa afirmando que o Presidente da República estaria articulando, juntamente com Juan Domingo Perón, Presidente argentino, um pacto antinorte-americano, do qual faria parte também o Governo chileno (por isso conhecido como "Pacto ABC").

Imediatamente a UDN, cujas posições de alinhamento político-ideológico com o "bloco ocidental" liderado pelos Estados Unidos eram bem conhecidas, reacendeu a velha cantilena de que Getúlio pretendia não apenas dar um golpe, como queria estabelecer no país um "Estado Sindicalista" – acusação que seria repetida dez anos depois contra João Goulart – e apresentou ao Congresso um pedido de *impeachment* do Presidente. Mas a ampla maioria parlamentar de que Vargas ainda dispunha fez com que não vingasse a moção udenista.

Em compensação, a tentativa oposicionista – que fora apoiada ostensivamente pelos Oficiais da ultradireitista "Cruzada Democrática" – obrigou Getúlio a nova guinada para a esquerda. No discurso proferido em 1º de Maio, depois de tecer grandes elogios ao demitido João Goulart, fez um dramático apelo pedindo o apoio da classe operária ao seu Governo, afirmando que se naquela hora os Operários estavam com o Governo, no futuro "seriam o Governo". E anunciou que o aumento do salário mínimo seria de 100%, conforme a proposta do ex-Ministro do Trabalho.

Aquilo seria a gota d'água para os oposicionistas de todos os matizes: udenistas, militares, industriais, banqueiros. Ativaram-se as conspirações nos quartéis. Lacerda, das páginas da *Tribuna da Imprensa,* invectivava Vargas. Os empresários tentaram lutar contra o novo salário mínimo nos tribunais, sendo derrotados. As acusações de corrupção dos auxiliares de Getúlio sucediam-se através da imprensa. E Vargas, que na opinião de muitos autores, já se achava, na época, cansado, envelhecido e sem as mesmas condições de articulador político que sempre o haviam distinguido, não conseguia, apesar de seus apelos a uma classe operária sem o grau de organização suficiente, enfrentar com sucesso a avalanche de seus inimigos.

Dentre todos, o que mais o incomodava por seus dotes de orador e sua pena ferina era Carlos Lacerda, e alguns amigos e correligionários de Vargas resolveram afastá-lo do caminho. Um deles, o General Mendes de Morais, incumbiu o guarda-costas presidencial, Gregório Fortunato, de organizar um atentado contra o jornalista, sem que o Presidente nada soubesse, ao que tudo indica. A tentativa de matar Lacerda, perpetrada na noite de 5 de agosto, falhou, mas nela perdeu a vida o Major da Aeronáutica Rubens Vaz, que fazia parte de um grupo de militares que costumava escoltar o líder udenista.

A morte de Rubens Vaz teve enorme repercussão, e a inquietação militar aumentou consideravelmente. Já se falava abertamente em depor Getúlio pela força e as investigações sobre o atentado conduziam cada vez mais as suspeitas para o lado do Presidente. Durante o inquérito surgiram revelações de que Fortunato mantinha amplas relações com o submundo do crime e amealhara vasta fortuna vendendo "proteção" a conhecidos criminosos. O próprio Vargas, afirmando que de nada sabia sobre o assunto, comentara estar metido "num mar de lama". Sua situação tornava-se dia a dia mais insustentável.

No dia 22 de agosto, Oficiais da Aeronáutica lançaram manifesto pedindo a renúncia do Presidente e, no dia seguinte, foram seguidos pelos Generais do Exército. Era um novo "pronunciamento" militar, como aquele que depusera Vargas em 1945.

Nas primeiras horas do dia seguinte, Getúlio reuniu seu Ministério e concordou em tirar uma "licença", mas não em renunciar em definitivo, afirmando que se tentassem depô-lo encontrariam apenas seu cadáver. Zenóbio da Costa, Ministro da Guerra, transmitiu a decisão presidencial aos Oficiais rebelados, mas a simples licença não foi aceita por eles: queriam a renúncia de Vargas. Zenóbio entregou a este a decisão dos militares às oito horas da manhã do dia 24 de agosto de 1954. Getúlio retirou-se para seus aposentos e, pouco depois, suicidava-se com um tiro no coração. Deixara uma carta, logo conhecida como sua "Carta-Testamento", onde afirma: "Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se novamente e se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, me insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me Chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime da liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo... Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida... Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotam, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não será mais escravo de ninguém... Lutei contra a espo-

liação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias e as calúnias não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História."

Morrer foi, para Getúlio, uma continuação daquilo que fizera durante toda sua vida: um ato político. E a reação popular ao seu suicídio prova isto: nunca se viu, no país, uma manifestação igual de dor e revolta pela morte de um político. Lacerda, alvo da fúria do povo, teve de deixar o país; a Embaixada norte-americana foi atacada; jornais oposicionistas queimados nas ruas. E, mais que isso, o legado político de Getúlio sobreviveria muito tempo após sua morte e só se interromperia em 1964, com o golpe que depôs João Goulart.

CAPÍTULO V

O ESTADO E A POLÍTICA "POPULISTA" NO BRASIL (1954-1964)

"O Monumento não tem porta
A entrada é uma rua escura, estreita e torta
E de joelho uma criança sorridente, feia e morta
Estende a mão."

Caetano Veloso – TROPICÁLIA

1. ESTADO E POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

BRASÍLIA, 21 de abril de 1960. A mudança oficial da Capital para o Planalto provoca uma euforia intensa. Desfiles nas ruas de candangos, estudantes, autoridades, seguidos de discursos e intermináveis inaugurações. À noite, "o maior espetáculo pirotécnico jamais visto no Brasil" faz a luz fugidia dos foguetes rutilar nos perfis de aço, concreto e vidro da estranha cidade espacial plantada nas solidões do Planalto. O clima de euforia e de festa nacional, do Presidente Juscelino Kubitschek e seus inúmeros partidários, se junta à sensação de que, além de ter encontrado seu destino autônomo, a nação atingiu por fim instituições estáveis e democráticas. É o mesmo tom do discurso de transmissão do cargo presidencial feito por JK nove meses depois: "Tenho neste momento, como razão de maior orgulho, poder entregar a V. Exa. o Governo da República em condições muito diversas daquelas em que o recebi, no tocante à estabilidade do regime. Está consolidada entre nós a democracia e estabelecida a paz..."[1]

Não foram necessários muitos anos após a transmissão de posse para que as ilusões desenvolvimentistas de alguns, nacionalistas de outros, e democráticas de muitos, fossem por terra. Mesmo no plano econômico, o

[1] Juscelino Kubitschek, *Meu Caminho para Brasília*, Rio de Janeiro, Bloch, 1978, 3º vol., p. 451.

inegável ritmo acelerado de crescimento e diversificação do sistema produtivo, que havia permitido o *slogan* "Cinqüenta anos em cinco" para o qüinqüênio JK, já estava ameaçado: no último ano de seu Governo, uma taxa de inflação de 30,9%[2] era uma pálida imagem do processo inflacionário que corroeria o sistema econômico-financeiro nos anos seguintes.

Do ponto de vista político, a crise que se abriria no ano de 1961 não seria apenas de Governo e sim de regime. Um sistema institucional bastante frágil, mantido graças à margem de rearranjos e combinações que o pacto de dominação vigente permitia, estava entrando em acelerado esgotamento. A legitimidade da chamada "democracia populista", garantida principalmente por concessões parciais do setor dominante às classes subalternas, bem como pela capacidade relativa do Estado de atender demandas empresariais, muitas vezes conflitantes, ampliando o nível de emprego, estava em xeque. E quem a poria em xeque, a partir de 1961, não seriam apenas os setores empresariais afetados pela crescente incapacidade do Estado em resolver a aguda crise econômica; seriam setores das próprias classes subalternas, que, nos últimos anos do regime, passariam a bombardear os próprios limites do "jogo" populista, pondo a nu o caráter limitado de suas instituições ditas democráticas.

Trata-se, neste trabalho, do ponto de vista da história política, de verificar de que forma a política econômica "desenvolvimentista" e seus desenvolvimentos políticos e ideológicos "nacionalistas" conseguiram adiar o desmascaramento dos limites à plena realização democrática, valendo-se da continuidade do jogo "populista". E de como, no plano da política econômica, num contexto de esgotamento do chamado "processo de substituição de importações", os êxitos do "desenvolvimentismo" de Juscelino deixaram para os anos subseqüentes o ônus de uma violenta crise; finalmente, verificar como o jogo político e partidário, necessário ao funcionamento do "pacto populista", *esgota as suas margens de manobra* a partir de 1962, impedindo o regime de atender às demandas da sociedade e expondo suas frágeis instituições, destruídas pelo golpe de 1964.

Substituição de importações – Não há dúvida de que a primeira fase do período que estamos analisando, e que vai até 1961, apesar de apresentar mudanças no padrão de acumulação capitalista, tem uma dinâmica de crescimento industrial cuja forma é ainda a do processo de "substituição

[2] Cf. Octávio Ianni, *Estado e Planejamento no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 184.

de importações", que atinge seus limites e se esgota nessa etapa. O crescimento é bastante visível: de 1940 a 1961 a produção industrial brasileira quase que sextuplicou, e teve um ritmo de crescimento maior do que o dobro do ritmo de crescimento global da economia.[3] Particularmente, de 1955 a 1959, a expansão industrial superou de longe os marcos de outra nação latino-americana em processo rápido de industrialização: tomando-se para 1955 o índice 100, em 1959 essa taxa se elevou no Brasil para 197 (quase dobrando em quatro anos), enquanto no México a taxa foi a 134.[4]

Tendo limitadas as possibilidades de se basear essencialmente no setor agrário-exportador, pelas restrições que o mercado internacional impunha ao crescimento efetivo do valor das exportações, o capitalismo brasileiro voltou-se cada vez mais para a diversificação industrial. "A industrialização ocorreu aproveitando-se o mercado interno já existente para produtos industriais importados, que eram substituídos por produtos fabricados no país. Tivemos assim uma drástica redução do coeficiente de importações, que baixou de 12,6% no período 50-54 para 8,6% no período 55-61... Os empresários industriais, nesse período, não tinham dificuldades maiores em decidir em que setor investir, quais produtos importar. Bastava que examinassem nossa pauta de importações para saberem onde investir", afirma Bresser Pereira.[5]

Ora, no processo de substituição de importações, se afirma claramente a presença crescente do Estado na economia, como elemento necessário ao processo, desde os anos 30. Mas deve-se anotar o papel cada vez mais *político* dessa intervenção do Estado, seja como planejador, seja como proprietário de meios de produção. Ao procurar, desde o final dos anos 30, garantir as condições para o processo industrial, o Estado não se afirma apenas como elemento central no plano econômico: torna-se também o centro político decisivo para o qual se dirigem as demandas dos setores produtivos.

É evidente que esta característica não constitui uma especificidade brasileira: efetivamente, em todos os Estados capitalistas, o centro do sistema político é também o realizador efetivo das demandas dos setores produtivos, enquanto tais demandas dizem respeito à reprodução das relações de produção e dominação na sociedade global. Mais ainda, na etapa monopolista do capitalismo essa presença do Estado garantindo a reprodução do capital é muito mais decisiva.

---

[3] Cf. L. C. Bresser Pereira, *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1976 (6ª ed.), p. 56.

[4] Cf. J. Kubitschek, *op. cit.*, p. 449.

[5] Cf. Bresser Pereira, *op. cit.*, p. 56.

Entretanto, a especificidade política do Estado brasileiro, no que se refere aos seus liames com os setores produtivos, está em que os empresários de tais setores mantêm, no período estudado, uma forte *dependência* das ações do Estado. Não constituindo formas sólidas de articulação ao nível da sociedade civil pelas quais pudessem veicular suas demandas, os setores empresariais têm necessidade de um acesso mais direto ao Estado, do qual dependem e dentro do qual são incapazes de estabelecer uma hegemonia efetiva de classe ou fração de classe. É notório que, apesar do intenso desenvolvimento industrial dos anos de 1955 a 1960, a burguesia industrial não conseguiu estabelecer sua hegemonia na sociedade política. Dependeu do Estado, que lhe assegurou a necessária parcela de transferência de renda da agricultura para a indústria, mas sem subordinar o setor agrícola às necessidades históricas da indústria, esse Estado lhe assegurou capitais externos para a expansão do parque industrial, mas garantiu essa entrada movido também por *outra determinação*, de caráter internacional, como veremos, o que levaria à crescente subordinação da burguesia industrial a esse capital externo. Um Estado, enfim, que não pertencia efetivamente a essa burguesia, mas representava também interesses do setor agrário e dos grupos exportadores/importadores, além de precisar assegurar migalhas da renda e pequenos benefícios à classe trabalhadora, para legitimar e fortalecer o grupo no poder. Trata-se de uma situação que, no essencial, havia definido suas características desde os anos 30, e que é assim analisada por Francisco Weffort: "Resultando em parte da Revolução de 30, (...) esse processo deveria conduzir a uma 'crise de hegemonia' (...) Abaladas as bases de poder das velhas classes agrárias, e na ausência de alternativas de outras 'classes fundamentais', entre as quais a burguesia industrial e a classe operária, a crise deveria receber precisamente esta solução que Gramsci designa como 'transformista', ou seja, a preeminência do Estado sobre a sociedade civil com a projeção dos detentores do aparelho de Estado para a condição de árbitros do instável compromisso entre os grupos dominantes, que desde então passaria a caracterizar o regime brasileiro."[6]

É necessário observar sob esta ótica alguns aspectos decisivos da ação do Estado no período em questão: tanto a política de desenvolvimento do período Kubitschek quanto um fato anterior, a controvertida Instrução 113 da SUMOC de 1955.

[6] Francisco C. Weffort, *Partidos, Sindicatos e Democracia*, São Paulo, 1975 (mimeo.), p. 65.

Café Filho, a Instrução 113 e a autonomia estatal – O Governo Café Filho foi, pelo menos no plano dos fatos políticos e das aparências, um Governo frágil, classificado como "transitório" até mesmo por alguns de seus integrantes.[7] Assumindo, na qualidade de Vice-Presidente, a Chefia do Estado imediatamente após o trágico suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954, Café Filho não era representativo da decisiva aliança PSD-PTB que fez quase todos os Presidentes de 1945 a 1964. Membro do Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros, ele se viu, desde o primeiro momento, às voltas com uma séria crise política, agravada por uma péssima situação financeira. Para fazer frente a ela, chamou para o Ministério uma série de figuras politicamente conservadoras, várias delas da mesma União Democrática Nacional (UDN) que fizera ferrenha oposição a Vargas e a seu discurso nacionalista e populista. Contaria assim com a forte oposição dos membros e aliados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e dos nacionalistas em geral, revigorados pela explosão popular provocada pela "Carta-Testamento" de Vargas. Café Filho não teve condições políticas de expurgar os herdeiros do getulismo de suas posições na máquina administrativa, e foi obrigado a convocar um petebista, Napoleão de Alencastro Guimarães, para o Ministério do Trabalho (mesmo que fosse um petebista "dissidente", já que a direção do PTB proibira seus membros de colaborar diretamente com o Governo). Dois meses após a posse de Café, as eleições parlamentares de 3 de outubro de 1954 mostraram o avanço da oposição petebista (de 51 para 56 cadeiras) na Câmara dos Deputados, o recuo eleitoral da UDN (de 84 para 74 cadeiras) e a manutenção da maioria pessedista,[8] que não hostilizava abertamente o Governo, mas também não o apoiava.

Entretanto, um Governo fraco não quer dizer necessariamente um Estado que não intervenha decisivamente nos rumos da economia. Efetivamente, o Primeiro-Ministro da Fazenda de Café Filho, Eugênio Gudin, marcou decisivamente em sua gestão o capitalismo brasileiro, assinalando a preeminência do Estado mesmo durante um Governo transitório. Conservador no plano político, udenista, e favorável às medidas "monetaristas" preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no plano econômico, Gudin tentou atacar de rijo a inflação crescente, por

---

[7] Tal era a visão dos Ministros militares, segundo a referência feita em Thomas Skidmore, *Brasil, de Getúlio a Castelo*, Ed. Saga, Rio de Janeiro, 1969, p. 201.

[8] *Idem, Ibid.*, p. 183.

ele apontada como a herança mais trágica da política de Vargas, através de uma forte restrição de crédito e da contenção dos gastos públicos. Não teve êxito na aplicação de suas medidas drásticas, pois o Governo não era suficientemente forte para isso; além das críticas dos nacionalistas, ele teve que enfrentar os protestos dos empresários das indústrias de bens de capital dependentes de créditos do Estado, dos cafeicultores, que não aceitavam suas idéias de acabar com o programa de apoio ao café, e, finalmente, dos bancos comerciais que não aceitaram sua exigência de que metade dos novos depósitos fosse recolhida na SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito).

Mas não é essa a importância de Gudin. Seu ideário "monetarista" permaneceu como referência para todas as práticas futuras desse gênero "antiinflacionista", criando uma verdadeira "escola"; o mais importante, porém, é o problema de *fundo* em que a sua política econômica se inseria e ao qual ele daria uma nova solução.

A política econômica (como a dos Governos brasileiros desde os anos 30) se movia entre interesses ora complementares, ora conflitantes, do setor agrário-exportador e do setor industrial. O primeiro era sempre atendido, por exemplo, nos seus interesses de proteção estatal à renda do café ou de que não se alterasse o sistema de propriedade da terra (no qual nenhum Governo tentou tocar, a não ser Jango pouco antes de ser derrubado). O segundo setor tinha a garantia, por exemplo, de que o Estado lhe proporcionasse crédito (e Gudin acabaria caindo em abril de 1955 por tentar restringi-lo) e ajudasse a prover o capital necessário ao aparelhamento do parque industrial – neste sentido foi importante a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952. Uma das questões que ocuparam o período Café Filho (e vários momentos posteriores) foi a da suspensão ou não do "confisco cambial" sobre o café, mediante o qual o Estado desviava parte dos lucros cambiais em exportações para áreas de investimento consideradas prioritárias ao desenvolvimento econômico.

Mais do que a um conflito entre a indústria e a agricultura, a problemática referia-se a uma contradição do padrão vigente de acumulação do capitalismo brasileiro, assim colocada por Francisco de Oliveira: "A contradição (...) resulta do fato de que, ao mesmo tempo em que se fazia mister transferir parte do excedente da produção cafeeira para o setor industrial (estatal e privado), era necessário preservar a rentabilidade da empresa agroexportadora, já que ela era a única a proporcionar os meios de

pagamento internacionais indispensáveis ao suprimento da oferta interna de bens de capital e insumos básicos."[9] No momento em que Gudin assumiu o Ministério da Fazenda, a questão se agravava, pois a venda internacional do café estava em baixa; isso graças ao boicote imposto por Nova York ao produto brasileiro, como represália aos seus preços mínimos considerados altos.

Sem procurar "resolver" essa contradição (cujos efeitos se manteriam em nível "aceitável", dentro da política econômica "branda" dos Ministros da Fazenda seguintes, José Maria Whitaker e Mário Câmara), Gudin atacou por outro lado, com *uma medida que atingiria o próprio padrão de acumulação capitalista brasileiro* – a Instrução 113 da SUMOC – com a qual se vai procurar o recurso ao capital externo de investimento direto, "de risco", para o financiamento da acumulação. É claro que isso já existia na indústria brasileira, desde o seu início; mas, até então, o financiamento da acumulação industrial se dava prioritariamente através do deslocamento de excedentes da própria economia brasileira ou de créditos externos obtidos em nível de governo. Além disso, no artigo citado Francisco de Oliveira chama a atenção para o fato de que, a partir daí, há uma expansão sem precedentes de um setor que praticamente não existia no Brasil, o de bens de consumo duráveis (o Departamento III de Marx-Kalecki), e tudo isso constitui-se numa mudança do próprio padrão de acumulação capitalista, a ser implementado de maneira mais nítida no Governo Kubitschek.

A Instrução 113, baixada no início de 1955 pelo fiel partidário de Gudin e Chefe da SUMOC, Otávio Gouveia de Bulhões, permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial, assegurando ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais segundo uma classificação prioritária dada pelo Governo. Mantida essa tendência no período Kubitschek, ela obrigaria os industriais brasileiros a se associarem a estrangeiros, abrindo a estes uma ampla gama de facilidades. Juscelino permitiu nos seus "Cinqüenta Anos em Cinco" a instalação da indústria de bens de consumo durável, ampliando a de bens de produção como setor decisivo.

O Plano de Metas e o Capital Monopolista – Não há dúvida de que a adoção dessa política corresponde também a *outra determinação*, externa,

---

[9] Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli, "Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil – 1950-1976", *in Estado e Capitalismo no Brasil,* org. por C. Estevam Martins, Hucitec-Cebrap, São Paulo, 1977, p. 115.

a da nova etapa de expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto nos países subdesenvolvidos, configurando a nova fase do imperialismo. Mas no plano das decisões internas não há dúvida de que a adoção dessa medida, e pouco depois do Plano de Metas de JK, constitui ações do Estado moldadas pelas suas peculiaridades em nossa formação social. Mantendo uma autonomia relativa diante das forças sociais em conflito, o Estado redireciona a economia sem alterar essencialmente os padrões de funcionamento dos setores econômicos preexistentes, sem alterar a correlação de forças entre as classes dominantes, sem tocar no delicado equilíbrio de alianças e compromissos entre setores produtivos. Promovendo um intenso crescimento industrial, não procura solucionar as agudas contradições do desenvolvimento, particularmente as do campo, cuja miséria e atraso acabam por permitir a drenagem de mão-de-obra barata para os centros urbanos em processo de industrialização. E mais, essa autonomia relativa do Estado, trabalhada por um grupo de poder nascido das peculiares alianças do "pacto populista", permite ao Governo usar como moeda de legitimação popular o próprio "desenvolvimentismo" industrial; as concessões aos trabalhadores, embora restritas, fazem o resto em matéria de legitimidade. Mesmo que as massas populares discutam a legitimidade deste ou daquele governante, tende a reforçar-se entre elas a noção de que um Estado poderoso, mesmo sem a participação popular nas decisões, pode ser ocupado por um "bom" governo que resolva suas necessidades imediatas e históricas.

A compreensão do caráter das práticas democráticas do período que estudamos passa por essa visão, bem como a compreensão de seus limites. As instituições que viabilizaram o desenvolvimento no período levaram necessariamente ao fortalecimento do Estado, mas também ao do Poder Executivo: é o caso dos "organismos paralelos" de desenvolvimento, ligados diretamente ao Poder Executivo, que permitiam ao Presidente da República "passar por cima" de seus limites constitucionais e adquirir mais poderes para execução da política econômica e da "racionalização administrativa" (uma velha e muito atual desculpa para práticas antidemocráticas entre nós). Os "organismos paralelos" mais importantes eram, inicialmente, o BNDE (criado em 1952, como vimos), a CACEX e a SUMOC (um pouco mais antigas); mas o Governo JK multiplicou-os e deu-lhes maior peso, criando o CPA (Conselho de Política Aduaneira), a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e muitos Grupos de Trabalho para agir em questões específicas, bem como os Grupos Executivos. Estes últimos, concebidos para coordenar esforços

decisórios entre o Estado e a iniciativa privada, não deixaram de consolidar a nítida dependência dos empresários em relação ao Estado, cujos ocupantes tinham nos Grupos a primeira e a última palavras.

Esse fortalecimento do Estado diz respeito também a outra determinação, devida à crescente inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial que exige um ainda maior controle estatal. É importante notar que essa inserção cria novas necessidades e exigências: se a política vigente não puder atender tais exigências, ela terá que ser mudada para garantir a reprodução ampliada do capital monopolista. Não é por acaso que a criação do BNDE foi proposta pela Comissão Mista Brasil-EUA, desde 1951. A crise que acabaria com o regime da democracia "populista" em 31 de março de 1964 não estaria alheia a esse problema: a própria política "populista" que num primeiro momento viabilizou, na relação entre o Estado e a sociedade civil, a implantação do capital monopolista, como veremos, se tornaria um obstáculo à realização de suas novas exigências. O regime será destruído, mas o Estado pós-64 se fortalecerá muito mais, multiplicando a níveis "orwellianos" os "organismos paralelos" diretamente subordinados à Presidência.

A idéia das novas e abrangentes exigências do capital monopolista em países desenvolvidos é explicitada por Florestan Fernandes:[10] "Ao adaptar-se às estruturas e dinamismos de economias capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, ele se associa a velhas iniqüidades econômicas, e gera, por sua vez, iniqüidades econômicas novas, atraindo para si velhos e novos descontentamentos sociais e políticos." A tensão política que se segue ao Governo JK é também explicada por aí, pois os Governos subseqüentes não tiveram, em função de seus compromissos políticos, as condições para superar as tensões criadas por um capital monopolista que, segundo Florestan, tem necessidade de "capturar" para os dinamismos e controles das economias centrais todos os setores econômicos do país. E que por isso tem de superar os obstáculos à "satelitização" da própria ação econômica do Estado.

O mais irônico é que os Governos de 1954 a 1964 tiveram a possibilidade de se valer de um discurso "nacionalista" para se legitimar, ao mesmo tempo em que a "satelitização" avançava: mas quando o discurso nacionalista foi levado a sério por alguns setores políticos e ameaçou tornar-se uma prática, transformou-se num obstáculo a ser destruído.

---

[10] Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Zahar, São Paulo, 1976, pp. 270 e segs.

Ideologia e prática do plano – O exame da prática do Governo JK mostra como este pôde levar até o limite o equilíbrio contraditório entre o discurso nacionalista e a prática de abertura ao capital monopolista estrangeiro, equilíbrio que depois teria que se romper.

Na sua origem, o Plano de Metas tem base e inspiração nas análises do grupo CEPAL-BNDE, formado em 1952 por membros da Comissão Econômica para a América Latina e do recém-criado banco. Apresentado já na campanha eleitoral de Juscelino como trunfo importante, o Plano, ou, mais propriamente, Programa de Metas, consistia num reforço do planejamento estatal contido em 31 metas, distribuídas em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a "meta-síntese": a construção de Brasília. Para sua implementação, o Governo criou os Grupos de Trabalho e Grupos Executivos, bem como procurou especializar o controle das "zonas de incerteza" financeiras, internas e externas, através dos "órgãos paralelos" da administração.[11]

O êxito do Programa é inegável, tanto na implantação do setor de bens de consumo durável, com ênfase especial para a indústria automobilística, quanto no amplo desenvolvimento da siderurgia e outros ramos do setor de bens de produção. O crescimento do setor de transportes foi bastante intenso, e o da produção energética atingiu um tal porte que exigiu a reforma administrativa que criou o Ministério das Minas e Energia. É claro que muitas das metas não chegaram a ser implementadas, e que, como diz Celso Lafer, houve uma série de "fracassos parciais", que podem ser amplamente justificados. Afinal, nunca se pode controlar de maneira completa as chamadas "zonas de incerteza", ou o sistema produtivo, numa economia capitalista. Mas não nos interessa aqui a explicação dos fracassos ou sucessos do Programa do Governo JK. Importa considerar, como o fazem J. M. Cardoso de Mello e L. G. Belluzzo, que "o capitalismo monopolista de Estado se instaura, no Brasil, ao término do período Juscelino, que marca a última fase da industrialização. Isto porque só então são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo do Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação".[12]

---

[11] Ver Celso Lafer, "The Planning Process and the Political System in Brazil: A Study of Kubitschek Target Plan", Dissertation Series nº 16, Cornell University, 1970, pp. 158 a 207.

[12] J. M. Cardoso de Mello e L. G. Belluzzo, "Reflexões sobre a crise atual", *in Escrita-Ensaio*, ano 1, nº 2, São Paulo, 1977, p. 18.

A ideologia desenvolvimentista e nacionalista veiculada pelo Governo JK tentava ocultar, com relativo sucesso, esse processo de implantação de uma dinâmica monopolista submetida a centros externos, essa subordinação do capital nacional ao estrangeiro. É bem verdade que o próprio Chefe de Governo preferia, como nota Míriam Limoeiro Cardoso,[13] a ênfase no discurso sobre o "desenvolvimento" ao no "nacionalismo"; e JK, enquanto parecia acreditar na relação país desenvolvido/país subdesenvolvido como uma relação de "inferioridade" e não de exploração, a vertente nacionalista veiculada por alguns setores e agências governamentais tendia a ver nacionalismo como *combate* ao capital estrangeiro. Entretanto, mesmo a noção de "desenvolvimento" veiculada pela propaganda presidencial não podia ocultar que os êxitos do período estiveram associados ao aumento das disparidades regionais, das desigualdades de renda, dos focos de tensão, dos bolsões de miséria, só para usar a linguagem do próprio discurso desenvolvimentista. Nem podia ocultar a retirada de renda dos assalariados através da própria inflação, que se torna particularmente grave depois de 1959. A manutenção do discurso desenvolvimentista depois de 1960 e, mais grave ainda, o deslocamento de ênfase para o nacionalismo no Governo João Goulart tomam a aparência de tragicomédia. Isto, é claro, nas análises históricas posteriores; pois nas articulações políticas dominantes entre os contemporâneos do período analisado, tais discursos tinham uma importância crucial. Para se compreender isto, é necessário descrever e analisar os elementos essenciais do processo diretamente político do período.

2. DEMOCRACIA, ESTADO E ALIANÇAS "POPULISTAS"

Aqueles que começaram a sentir e a entender o Estado Brasileiro no pós-1964 (e particularmente no pós-1968), não tiveram dificuldade em pensá-lo como dotado de uma grande autonomia relativa perante a sociedade civil; ou mesmo como um onipotente Leviatã pairando sobre os homens, determinado apenas (e de forma aparentemente indireta) pelos interesses do grande capital monopolista.

Repetindo pela enésima vez, com Engels, que "a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco", devemos lembrar que para os

[13] Ver Míriam L. Cardoso, *Ideologia do Desenvolvimento – Brasil JK-JQ*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

analistas formados no Brasil do pós-1968 é também relativamente fácil e atraente enxergar uma anatomia relativa do Estado no período 1954-1964. À parte as óbvias e profundas diferenças entre as duas formas de Estado, é importante observar que, se a autonomia relativa existe, ela é *historicamente dada*. Não cabem nos limites deste estudo o debate teórico-político sobre as concepções de Estado, nem a discussão interpretativa corrente. Cabe apenas assinalar que, para nós, os fatos históricos e as conjunturas definem e redefinem até onde vai a autonomia de ação do Estado em relação ao tecido conflituoso da sociedade. Assim, tomamos como ponto de partida a idéia de que uma persistente crise de hegemonia, aberta com a Revolução de 1930, impediu que um setor específico da classe dominante formasse por si só a classe dirigente; e que a exigência de equilibrar o atendimento de demandas dos diferentes setores dominantes, aliada à necessidade de buscar força de legitimação através de concessões a alguns setores dominados, contribuiu para dar uma autonomia relativa ao Estado do pré-1964. Mas não podemos ficar apenas nessas grandes linhas gerais para todo o período 1930-1964: a historicidade exige que se "atualize" essa análise para o período 1954-1964, entre muitas razões porque a própria sociedade civil se diferenciou desde os anos 30.

Na primeira parte deste trabalho, assumimos a perspectiva de que na relação entre o Estado e a produção social há uma crescente autonomização daquele, definida no próprio processo de integração do Brasil no capitalismo monopolista, característica do nosso período e que aprofunda a autonomia relativa anterior. Agora é necessário caracterizar o Estado e os Governos na relação diretamente política com a sociedade (sabendo que uma coisa não se faz sem a outra), analisando alguns aspectos essenciais que definem as ações "relativamente autônomas" ou "diretamente determinadas" pela sociedade. A qualificação histórica dessas ações do Poder no período passa necessariamente pelo problema do poder militar e burocrático, pelas alianças partidárias, pela relação com os sindicatos e pela prática da democracia dentro dos limites do jogo populista.

3. A CRISE DE NOVEMBRO E O PODER MILITAR

Uma visão resumida das aparências do 11 de Novembro de 1955 pode deixar a impressão de que se tratou de um pequeno abalo político, em que um Presidente interino e frágil, Carlos Luz (Presidente da Câmara dos Deputados, empossado apenas 8 dias antes por motivo de doença do

Presidente em exercício, o também não muito forte Café Filho), desentende-se com o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott. Carlos Luz não era da confiança do Ministro, pois tinha sólidas ligações com os setores políticos da UDN e seus aliados, que, como veremos mais adiante, desejavam um golpe que impedisse a posse do Presidente eleito no mês anterior, Juscelino Kubitschek. O Ministro, comprometido com a posse dos eleitos, se afasta no dia anterior (10 de novembro) do Governo, mas acusa o Presidente interino de estar pondo em andamento um golpe e, em defesa da Constituição, destitui Carlos Luz, entregando o poder a seu sucessor constitucional, Nereu Ramos, Vice-Presidente do Senado. Tudo parece voltar a ser como "dantes no quartel de Abrantes", e Juscelino toma posse normalmente da Presidência.

O episódio tem no entanto uma importância fundamental, na medida em que *atualizou* para a década de 1950 um componente estrutural decisivo da política brasileira: o Poder Militar. Este não pode ser concebido da mesma forma que no modelo liberal clássico, como corpo profissional que constitui um aparelho dos mais importantes dentro do Estado, voltando, porém, principalmente para a afirmação da soberania perante o Exterior. No Brasil, desde a Guerra do Paraguai, o Exército, principalmente nos seus escalões mais altos, é um importante centro de ação e decisão política *interna*. O Império pagou caro por tentar mantê-lo excluído dos centros de poder; o Estado da Primeira República, depois de consolidado com Campos Salles, teve que *negociar* com a Chefia militar a legitimação e o apoio ao poder oligárquico (outro não foi o significado, por exemplo, das concessões de altos cargos políticos a Chefes militares durante as "Salvações" do Governo Hermes da Fonseca). Após a Revolução de 1930, a crise de hegemonia que se instaurou concedeu ao Poder Militar um papel ainda mais decisivo em um Estado relativamente mais autônomo; e não se pode esquecer que, se Getúlio Vargas não se adiantasse como sempre aos acontecimentos, aliando-se ao Alto Comando militar, o golpe de 1937 seria dado pelo Exército de Góes Monteiro.

No período de 1945 a 1964, o papel do Poder Militar tem uma importância óbvia ao nível dos fatos, e não só por ter sido o General Dutra o primeiro Presidente; é importante lembrar que a estrepitosa campanha que levou Getúlio em 1950 à vitória eleitoral e à Presidência teve um *nihil obstat* prévio do Alto Comando militar. Da mesma forma, esse Alto Comando exigiu o fim do Governo Vargas em agosto de 1954, levando-o ao suicídio.

Alguns autores tendem a ver essa importância do Poder Militar no período de um ponto de vista que nos parece incompleto porque mera-

mente *operacional.* É o caso de Alfred Stepan,[14] segundo o qual os militares exerceriam, na política, um papel *moderador.* Eles seriam freqüentemente cooptados pelas elites políticas, atraídos para o apoio a posições dominantes e chamados a intervir diretamente quando os civis não conseguem solucionar satisfatoriamente uma crise política. Depois de "moderar" a crise e pôr ordem na casa, eles se retirariam novamente aos quartéis.

Ora, parece-nos que as Chefias militares não são "cooptadas" pela elite política e sim *pertencem* a ela. Não é por outra razão que a imensa maioria dos soldados que sobem aos postos superiores como o de Coronel o fazem por meio de uma conquista política, muito mais que por acúmulo de pontos profissionais ou antiguidade. Chegar ao Alto Comando implica adentrar o núcleo do poder dentro do Estado, com raras exceções. E embora esse núcleo de poder tenha sofrido modificações ao longo de 1945 a 1964, não há dúvida de que as principais Chefias militares tiveram dentro desse núcleo uma razoável capacidade de permanência, maior do que a maioria das elites civis. Se é verdade que os petebistas se mantiveram, de 1950 a 1964, enquistados no Estado através do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, sem grandes abalos, não é menos verdadeiro que os Generais que se destacaram no final dos anos 40 entre os Comandos do Exército e o Clube Militar mantiveram, no mesmo período, um alto poder decisório, não apenas ao nível do *aparelho* militar, mas também nas ações do Executivo. Mantiveram-se no núcleo do poder e foram elite política durante todo o Governo Juscelino, e reorientaram momentaneamente as próprias instituições, de agosto de 1961 até o início de 1963, no Governo João Goulart.

Parece-nos exatamente este o caso do General Henrique Teixeira Lott. Ele está no centro do sistema político, pelo menos desde 1946, quando foi nomeado para o importante cargo de Adido Militar em Washington e Delegado da Junta Interamericana da Defesa. Cargo que, na época, era mais importante ainda que hoje, num momento de rearticulação do sistema de poder mundial dos EUA no pós-guerra, em pleno início da Guerra Fria. E que resultou, por exemplo, na constituição em 1948 da famosa Comissão Mista Brasil-EUA. Por isso mesmo, em agosto de 1954, foi necessária a assinatura de Lott, mesmo que em posição secundária, no Manifesto dos Generais que exigiu o fim do Governo Vargas. Muitos autores consideram que, no 11 de Novembro, Lott nada mais fez que manter uma posição "legalista", derrubando Carlos Luz para assegurar a legalida-

[14] Alfred Stepan, *Os Militares na Política,* Artenova, Rio de Janeiro, 1975.

de constitucional da posse de Juscelino Kubitschek.[15] Para tais analistas, Lott teria conseguido reunir forças para apoiar seu contragolpe justamente por ser "apolítico", alguém a quem só interessava defender a lei.

A miopia estratégica deste raciocínio é por si só evidente. Mas ao nível dos fatos, a "apoliticidade" de Lott é ainda mais inconsistente. Participando intensamente dos grandes debates políticos do momento, já como Ministro da Guerra de Café Filho, Lott desenvolveu uma série de articulações pela aprovação parlamentar da "cédula única" ou "cédula oficial" para as eleições presidenciais de 3 de outubro de 1955. Chegou a ser atacado violentamente pelo *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, por fazer pressão direta sobre o Legislativo para a aprovação do dispositivo legal. O jornal, naquele momento, representava a opinião das forças favoráveis a uma solução golpista para a crise política – como Carlos Lacerda – que sabiam ser a "cédula única" uma forma de tapar a boca dos que argumentavam com a necessidade de suspender as eleições consideradas "corrompidas". Não há dúvida de que a vitória parlamentar do projeto de mudança da forma eleitoral se deveu bastante à influência do Ministro da Guerra.[16]

A razão por que Lott conseguiu tanta força, apoio e consenso militar para o 11 de Novembro também merece um pouco mais de atenção, na medida em que Chefes militares prestigiosos, como os Generais Canrobert Pereira da Costa, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e outros, também se opunham à posse de Juscelino Kubitschek. A questão merece um estudo historiográfico específico; entretanto, não se pode deixar de afirmar, nos limites desta análise, que Lott agiu mais consentaneamente com a "lógica do aparelho" militar de Estado que com a lógica dos posicionamentos civis. Num momento em que a crise política polarizava e radicalizava as posições político-partidárias, Lott se apresentava em nível público como o homem que "defende a ordem acima das paixões políticas"; enquanto isso, Juarez se posicionava claramente de maneira partidária como candidato presidencial da UDN e do antigetulismo; Cordeiro de Farias abandonava suas posições habitualmente moderadas (que lhe valeram até recentemente o papel "decano" dos articuladores políticos do Exército), para

---

[15] Mesmo muitos adversários de Lott o consideraram apenas um "legalista"; ver Munhoz da Rocha, *Radiografia de Novembro*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1961.

[16] Ver a respeito Major Jofre Gomes da Costa, *Marechal Henrique Lott*, s/ed., Rio de Janeiro, 1960, pp. 259-260.

fazer em agosto de 1955 um pronunciamento contrário à realização de eleições,[17] juntando-se ao coro dos antigetulistas. Canrobert, até o dia 31 de outubro de 1955, em que faleceu, mantinha a sua postura partidária de antigetulista fanático. Do outro lado, os militares que defenderam mais claramente Getúlio, como o seu Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, estavam "queimados" depois do 24 de Agosto. Nos intermináveis debates de 1955, os militares ocupavam com freqüência incomum as páginas dos jornais, mas Lott se resguardava, evitando tomar partido a não ser pela "defesa da Constituição" e limitando seus pronunciamentos.

Lott agia assim não por estar "neutro" no jogo, e sim por perceber que a clara tomada de uma posição pública *ao lado de um partido civil* não era tão claramente simpática à "maioria silenciosa" dos Comandos militares. Na "lógica do aparelho" militar era mais importante assegurar a posição majoritária *especificamente militar*, garantindo-se com o auxílio do mito da "coesão das Forças Armadas", procurando parecer mais solidário com o *esprit de corps* interno ao Exército do que com um partido dos "paisanos". Da mesma forma, em 1963, o próprio Chefe do golpe de 31 de março de 1964, General Humberto de Alencar Castelo Branco, procurou manter-se no plano público com uma imagem não identificável com qualquer dos grupos civis em crescente conflito: foi identificado então apenas com um grupo *especificamente militar:* a "Sorbonne", elite da Escola Superior de Guerra.

Mesmo a maneira como Lott se tornou Ministro da Guerra diz respeito a essa posição. No dia 25 de agosto de 1954, Café Filho já empossado, os que mais conspiraram contra Vargas exigiram a cabeça do General Zenóbio da Costa e discutiram quem pôr no seu lugar: o próprio Coronel Bizarria Mamede, publicamente o mais antigetulista, sugeriu o nome de Lott, que não pertencia ao grupo vitorioso com a morte de Vargas, mas podia garantir a unidade militar.[18] O mesmo Mamede acabaria por sofrer com o seu excesso de partidarismo "civil", pelas mãos do próprio homem que indicara: em 1º de novembro de 1955, fez no enterro de Canrobert o discurso contra a posse de JK, que provocou a ira de Lott. Este exigiu da Presidência a punição completa do Coronel; a recusa do Presidente interino Carlos Luz em puni-lo levou Lott à ruptura e foi o estopim dos acontecimentos de 11 de Novembro.

[17] Cf. *idem, ibidem,* p. 250.

[18] *Idem, ibidem,* p. 223.

Mas Lott não quis tomar o poder, o que levou Stepan a considerá-lo um "moderador". Preferiu manter-se com o controle completo do aparelho militar, como Ministro da Guerra também de JK. Sua opção tem semelhança com a dos Ministros militares de agosto de 1961, que intervieram diretamente para impedir a posse de João Goulart, mas só conseguiram limitar seus poderes através do Parlamentarismo e "voltaram aos quartéis". Nos dois casos, não foi possível à Chefia militar impor uma ruptura institucional e uma mudança brusca de poder, pois *não houve um fator especificamente militar que levasse o Comando do Exército como um todo a seguir as tendências civis favoráveis à ruptura.* Só em 31 de março de 1964 ocorreram os fatores internos ao aparelho militar que provocaram o consenso em torno da tomada do poder pelo Alto Comando.

Isso não retira a importância do 11 de Novembro. O contragolpe de Lott foi capaz de renovar a presença decisória dos militares no núcleo de poder político, como elemento que reforça e dá significado à autonomia relativa do Estado no período. Entre outras coisas, o apoio à política econômica "desenvolvimentista" de JK por parte dos militares pouco tem a ver com demandas da sociedade civil: diz respeito sobretudo às necessidades de modernização do equipamento militar, mais viáveis com o desenvolvimento industrial. Com a satisfação dessa demanda interna ao Estado, JK manteve o apoio dos militares da corrente "nacionalista", herdeiros do General Horta Barbosa e da Campanha do Petróleo, e que resolveram assumir Lott como seu novo ídolo, atraindo-o para suas posições.

O Governo de JK fez da aliança com o Comando militar um importante fator de estabilidade política.[19] Lott foi o artífice dessa aliança, e por isso mesmo se manteve como Ministro da Guerra até o final do Governo. Nessa aliança, foi possível a JK incorporar em postos governamentais um grande número de altos oficiais. A presença do Coronel Alexínio Bittencourt, da corrente "nacionalista" e de grande atuação no 11 de Novembro, na Chefia do Conselho Nacional de Petróleo, não quer dizer que só os elementos diretamente partidários de Lott fossem contemplados. "Na Petrobras, militares assumem todos os postos-chave. A presença militar é também importante nos órgãos de planejamento regional, como a SUDENE e a SPVEA. A participação de militares na SUDENE intensificou-se a partir da missão secreta do Coronel Ramagem, cujo relatório deu origem à constituição de uma comissão com elementos do Estado-Maior das

[19] Ver M. V. Mesquita Benevides, *O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política,* Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976, pp. 147 e segs.

Forças Armadas (EMFA) para estudo e planejamento de obras contra a seca. Cabe ao Exército também a iniciativa de criação da SEAPE (Serviço Agropecuário), iniciativa condenada pela oposição lacerdista como 'incursão em seara alheia', no caso o Ministério da Agricultura."[20]

Um grande número de outros postos, inclusive de nível ministerial, foram ocupados por militares, o que esvaziou bastante a oposição dos quartéis que não concordaram com o 11 de Novembro. Só mesmo setores mais radicais, não pertencentes ao núcleo de poder, estimulados por Carlos Lacerda e a UDN, persistiram em ações diretas contra JK. É o caso dos fracassados levantes de Jacareacanga (janeiro-fevereiro de 1956) e Aragarças (dezembro de 1959). É verdade que na Marinha e na Aeronáutica o apoio a Lott-JK era muito pequeno, mas isso não levou a nenhuma ação decisiva dos integrantes dessas armas que ultrapassasse o nível dos discursos ou dos manifestos, mesmo se levando em conta que a efervescência militar do período era constante. A Chefia de Lott, manejando a "lógica do aparelho", esvaziava as conspirações. Isso até 1959, quando aceitou sua candidatura à Presidência da República.

Por outro lado, é importante acentuar que essa presença militar aumentou a autonomia e a eficácia dos aparelhos de Estado. Ao mesmo tempo em que deu a seus ocupantes um desempenho mais decisivo e um preparo mais acurado para traçar estratégias do próprio Estado, o EMFA passou a opinar sobre todos os problemas atinentes ao desenvolvimento econômico do país, e muitas de suas comissões passaram a monopolizar as informações sobre atividades estratégicas, como a extração de minérios.

Tem-se aqui, mais uma vez, uma evidência do crescimento decisivo do poder de uma burocracia de Estado sobre o conjunto da sociedade. Essa burocracia não tem, porém, uma autonomia tão grande que fuja às determinações de classe do Estado: ela se propõe a reproduzir e ampliar o caráter capitalista do Estado, procurando viabilizar a própria realização plena do capitalismo no Brasil. Entretanto, ela não se liga ou privilegia um setor determinado da burguesia. Tal como a política econômica de que ela é autora, a burocracia não procura resolver as tensões internas à classe dominante e sim busca no *recurso externo* os elementos necessários à expansão e desenvolvimento do capital. Neste sentido, em que pese a linguagem nacionalista de alguns de seus setores, esse conjunto militar-burocrático é agente objetivo do capital monopolista. Para agir desta

[20] *Idem, ibidem*, p. 186.

forma, é necessário ao referido conjunto *impor limites* à democracia, impedir que as várias forças sociais participem do processo decisório.

Assim como a criação de órgãos administrativos diretamente subordinados à Presidência reduz objetivamente o poder do Parlamento, é óbvio que a presença do aparelho militar nesses órgãos reforça esse superfortalecimento do Executivo, e deixa mais longe dos olhos e das mãos das forças políticas civis (e particularmente das forças populares) o sistema de decisões. Da mesma forma é objetivamente antidemocrática a participação direta do Exército na repressão a manifestações políticas, como a que foi posta em prática em maio de 1956 contra os estudantes que lutavam pela redução de tarifas de bondes no Rio; ou a que se fez para reprimir a "Marcha da Produção", manifestação reivindicatória de cafeicultores paulistas, mineiros e paranaenses, em maio de 1957.

Partidos e eleições – Sendo o regime vigente de 1954 a 1964 *institucionalmente* democrático e parlamentar, é necessário perceber as articulações partidárias que permitiram essa vigência e como tais articulações puderam, ao mesmo tempo, limitar o caráter democrático do regime e garantir sua legitimidade. De uma maneira simplificada, poder-se-ia definir o centro dessa articulação como uma aliança entre o PSD e o PTB. Referindo-se ao Governo Kubitschek, diz Maria Victoria Benevides: "O Governo representava, objetivamente, os interesses da maioria parlamentar. Esses interesses estavam representados na aliança PSD/PTB: os da elite rural preservados, uma vez que o sistema de poder e propriedade no campo permanece intocável na sua essência, bem como os interesses do empresariado (não apenas os vinculados ao capital estrangeiro, como os que dependiam de créditos, pois a política financeira permaneceu controlada pelo PSD), e das novas camadas urbanas, mobilizadas pela redistribuição das vantagens advindas com o desenvolvimento econômico."[21]

O caráter dominante dessa aliança só foi contestado, no período em que estudamos, durante o Governo efêmero de Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961). No Governo de Kubitschek e no de João Goulart, o Poder Executivo é ocupado em nível ministerial por uma ampla maioria de líderes dos dois partidos. A diferença sensível entre os dois referidos Governos é de que, no de JK, um pessedista mineiro, a maioria dos Ministros é pedessista e o PSD situa o PTB como um partido de apoio, mesmo

[21] *Idem, ibidem*, p. 70.

porque o Vice-Presidente Jango é petebista; já no Governo de Jango, o PSD só deu mais cartas enquanto perdurou a vigência da emenda parlamentarista (agosto de 1961 a janeiro de 1963), perdendo a preeminência no Governo presidencialista.

Se essa era a situação ao nível do Executivo, não se pode esquecer a importância da aliança ao nível do Legislativo. No plano das instituições, o Legislativo teve um peso nada desprezível, apesar de perder continuamente sua capacidade decisória (e essa perda, como se vê no Governo João Goulart, não implica redução da capacidade de *obstrução* do Congresso, como, por exemplo, com relação à reforma agrária). A razoável autonomia decisória do Congresso se revelava principalmente na possibilidade de controlar o orçamento (coisa que o pós-64 rapidamente lhe retirou), inclusive as verbas especiais da Presidência. O Congresso podia também derrubar vetos presidenciais e instituir Comissões Parlamentares de Inquérito de razoável eficiência.

Por isso mesmo, a força da aliança PSD-PTB no Congresso garantia a continuidade do mando político, assegurava a legitimação desse mando no jogo parlamentar e fornecia ainda munição ideológica para o Governo e a imprensa. Ao mesmo tempo, fazia o Congresso funcionar como canal de circulação de demandas setoriais dos grupos sociais de apoio ao Governo: os Deputados da aliança dominante tinham tanto a possibilidade de fazer passar projetos de lei favoráveis a suas bases regionais quanto de freqüentar gabinetes ministeriais para assegurar obras, empregos e mais votos nas eleições futuras.

Esse tipo de ação política, *eficaz* na reprodução do mando, era mais poderoso dentro do PSD. Abelardo Jurema, um de seus líderes, conta como um membro da UDN se referia a isso: "Seu Jurema, a UDN não sabe de nada, vocês do PSD é que sabem de tudo, dos cargos e vagas existentes, dos comandos úteis à política, das oportunidades de ação em favor do partido..."[22] Mas todos os partidos brasileiros sabiam praticar, bem ou mal, esse jogo de trocas de favores políticos, mesmo os udenistas, que tinham um discurso moralista de condenação a tais práticas. O PSD apenas era mais eficaz por ter a tradição de mando mais arraigada, por ter reunido desde o final do Estado Novo as oligarquias agrárias com altos burocratas, ex-"tenentes", homens da alta finança e antigos Interventores nos Estados.

---

[22] Citado por Abelardo Jurema, *Juscelino & Jango, PSD & PTB*, Artenova, Rio de Janeiro, 1979, p. 50.

Mas o PTB também fazia bem esse jogo, no âmbito do Ministério do Trabalho e na máquina da Previdência Social. Em excelente estudo a respeito, Kenneth Paul Ericsson mostra como o clientelismo e o empreguismo foram utilizados pelos petebistas, não apenas como moedas de troca de favores políticos, mas também como elemento de cooptação de lideranças sindicais. "A importância do Ministério do Trabalho como fonte de empregos públicos pode ser avaliada se observarmos a distribuição dos servidores civis no Brasil. Dos 700.013 servidores civis federais registrados em 1966 no censo dos servidores públicos, 121.328 estavam na esfera do Ministério do Trabalho, e 95.619 destes trabalhavam na burocracia da Previdência Social."[23]

Essa participação do PTB no aparelho de Estado não só garantia sua permanência no núcleo de poder ao nível do Executivo, como facilitava sua continuidade eleitoral no Legislativo. Como veremos mais adiante, isso teria importantes conseqüências no próprio plano sindical, com limitações à própria democracia nesse plano; mas, no nível *partidário,* essa situação dava ao PTB possibilidades tanto de um contínuo crescimento quanto de uma legitimação como "porta-voz" das classes trabalhadoras, uma necessidade do jogo populista. Isso permitiu tornar um pouco mais complexa a aliança dominante, pelo afluxo de um apoio de *esquerda* a ela.

Tal apoio não provinha apenas da chamada "esquerda nacionalista", de extração pequeno-burguesa, formada de intelectuais e de membros da burocracia de Estado. Também os comunistas entraram nesse apoio depois de 1954. A partir de 1952, com a revogação do "atestado de ideologia" para as eleições sindicais, já se registravam alianças táticas entre o PCB e os petebistas, na base sindical. Mas com a morte de Vargas e a explosão popular decorrente ficou claro para os comunistas que a aliança com o PTB deveria ter um caráter mais profundo e duradouro. Aprofundou-se a prática de apresentar candidatos comunistas às eleições parlamentares através da legenda do PTB, e a negociação da presença de comunistas nas campanhas petebistas e na cúpula sindical se intensificou.

Por um lado, isso tendeu a deslocar o PTB para o que Ericsson chama de "populismo radical", mesmo sem alterar a essência das práticas petebistas; por outro, facilitou o carreamento de votos para o PTB, na medida mesma do crescimento das massas operárias urbanas e das lutas trabalhistas nas cidades. Aliás, enquanto o PSD, ao longo de sua existência, se limitou

---

[23] Kenneth Paul Ericsson, *Sindicalismo do Processo Político no Brasil,* Brasiliense, São Paulo, 1979, p. 81.

a *manter* (com pequenos acréscimos) o número da sua representação parlamentar, o PTB cresceu sempre: de 22 Deputados federais, em 1945, passou para 51, em 1950, 56 em 1954, 66 em 1958, saltando para 116 em 1962, quando supera a UDN e passa a disputar com o PSD o lugar de maior partido nacional.[24]

Imbatível e poderosa, a aliança PSD-PTB tinha que se "atualizar" em função das conjunturas. Durante o interregno Café Filho, ela esteve fora do Governo (embora não estivesse completamente fora do poder), e no plano parlamentar era majoritária, mas não agia sempre em consonância nem tratava de campanhas comuns.

Nesses anos de 1954 e 1955, o que uniu pessedistas e petebistas foi a defesa da herança comum do getulismo, ameaçada pela UDN e por partidos menores. Como criaturas e herdeiros do getulismo, tratava-se de defender, mais do que as posições ideológicas da "Carta-Testamento", as posições políticas conquistadas, preparando-se para a volta ao poder nas eleições de 1955. Como diz Jurema: "Vargas comandava, do túmulo, os acontecimentos. Tudo passou a correr sob sua batuta imaterial. A sua carta-testamento era uma bíblia. O seu nome, um hino... A vingança do morto se fazia sentir, dia a dia, mês a mês, até que Juscelino Kubitschek assume, levantando de novo, de fato e de direito, a bandeira PSD-PTB, sob a égide da imagem de Vargas."[25]

4. JUSCELINO, PSD E PTB

A composição Juscelino-Jango passou por articulações muito claras. Escolhido em 1955 pela convenção do PSD, depois de uma carreira rápida e brilhante que passou por uma administração muito popular no Governo de Minas Gerais, JK não teve dificuldades em procurar os Chefes petebistas, com quem já tinha bom relacionamento: mantivera seu apoio a Vargas até mesmo nas vésperas do 24 de Agosto e tinha excelentes contatos com a cúpula carioca do petebismo, incluindo Amaral Peixoto, Alzira Vargas e Doutel de Andrade, e mesmo com Ivete Vargas e com o "trabalhista" histórico no trato com sindicalistas, José Gomes Talarico. O oferecimento ao PTB da Vice-Presidência não era, porém, a única moeda de

[24] Cf. Gláucio A. D. Soares, *Sociedade e Política no Brasil*, Difel, São Paulo, 1973, p. 92.

[25] A. Jurema, *op. cit.*, p. 49.

troca: Jango só aceitou integrar a chapa depois que ficou claro que JK lhe daria controle total sobre as pastas do Trabalho e da Agricultura, bem como sobre as autarquias ligadas a esses dois Ministérios.

Durante o Governo JK, apesar de algumas rusgas iniciais em que o PSD tentou interferir nos Ministérios "de propriedade" dos petebistas, a aliança entre os dois partidos atingiu seu ponto "ótimo", segundo Benevides.[26] No Poder Executivo, as "áreas" de comando de cada partido ficaram bem definidas. E, no Legislativo, a aliança garantia maioria para a apresentação e aprovação dos projetos mais polêmicos, incluindo alguns aspectos do Plano de Metas. Assegurava-se, inclusive, por essa via, a autonomia crescente do Executivo que marcou o período.

Para compreender como se garante essa autonomia, é necessário especificar que o preenchimento de cargos ao nível executivo tinha uma dualidade funcional: a maioria dos cargos era alocada de maneira "tradicional", isto é, era reservada para as indicações dos partidários do PSD e do PTB. As novas tarefas do Executivo exigiam, no entanto, um crescimento do número de cargos "modernos", seja para técnicos, seja para burocratas subordinados diretamente ao Presidente. Ora, a própria nomeação "tradicional" dos cargos destinados a elementos partidários constituía elemento de barganha para JK exigir apoio da aliança partidária, podendo criar cargos novos e novas entidades, como a SUDENE. Assim, sem mexer no clientelismo tradicional, o Presidente assegurava o crescimento de sua autonomia político-administrativa, bem como da autonomia do próprio Estado.

No cotidiano do PSD-PTB dentro do Governo, a "otimização" da aliança não implicava ausência de conflitos. Pelo contrário, o caráter policlassista da composição não podia ocultar a necessidade de opções governamentais diante das tensões sociais, crescentes com o caráter contraditório do processo de desenvolvimento. Como diz José Gomes Talarico, "as questões sociais provocaram muitos choques e confrontos dentro do Governo, resultando, em muitos ensejos, em discordâncias entre o Presidente, de um lado, e o Vice-Presidente e os Ministros trabalhistas, de outro. O PSD pregava uma chamada política de conciliação, de entendimento entre as classes patronais e os trabalhadores, e o PTB apoiava o direito de greve, as reivindicações salariais, melhores condições de vida e participação de trabalhadores em áreas governamentais (...) Consumadas as paralisações de trabalho, as autoridades deparavam com o apoio,

[26] Cf. M. V. M. Benevides, *op. cit., passim.*

solidariedade e participação de trabalhistas ao lado dos grevistas e no enfrentamento de situações. Em 1958, numa greve de motoristas que tinham instalado seu comando na sede da UNE, num esforço de contornar esse movimento, levei ao Palácio do Catete, numa tentativa de demover o Presidente de uma posição contra os grevistas, os membros de Diretoria do Sindicato dos Motoristas. O Chefe da nação não quis receber os líderes sindicais e, à saída do Palácio, eram todos presos, inclusive eu, Deputado federal (...) É evidente que horas depois éramos libertados e aí o Presidente e o Governo pressionados por Jango e pelo PTB buscaram uma solução para aquele movimento".[27]

Talarico exagera quando diz que o PTB defendia a "participação de operários em áreas governamentais"; na verdade, defendia (a não ser em 1963) a participação crescente de petebistas, eventualmente dirigentes sindicais. Talarico está mais certo quando diz que pretendia "contornar" o movimento dos motoristas, já que o petebismo era uma arma para tentar manipular o movimento operário, em troca de concessões a este. Mas de qualquer forma, para crescer, o PTB tinha de fazer concessões cada vez maiores aos trabalhadores, esbarrando no conservadorismo pessedista, o que criava conflitos.

A margem de manobra de JK era suficientemente grande para contorná-los. Como veremos mais adiante, as ações governamentais no plano social fizeram crescer o peso dos dirigentes sindicais nas decisões; assim como, no plano salarial, as perdas dos trabalhadores com a inflação, se não eram compensadas, ao menos eram bem atenuadas com os reajustes concedidos. Basta um exemplo da margem de manobra de JK em direção à manutenção do apoio trabalhista: a Lei da Previdência Social de 1960, que assegurou *um terço* dos cargos nos órgãos dirigentes da Previdência Social para representantes sindicais.

Por outro lado, para justificar perante os setores organizados da massa trabalhadora a lentidão nas conquistas sociais, a escassez dos avanços reformistas do Governo, os membros da aliança PSD-PTB podiam "culpar" uma outra força política, que não participava do Governo, mas tinha peso no Legislativo e na imprensa: a UDN. De fato, mesmo fora do núcleo de poder, a UDN ficaria com o ônus do atraso e do conservadorismo na sociedade brasileira.

[27] Depoimento de José Gomes Talarico, em A Jurema, *op. cit.*, p. 186.

O papel da UDN – No espectro político do período que estudamos, o discurso da UDN é visto como conservador, reacionário ou de direita, embora empregue sistematicamente a estrutura do discurso liberal. Para os brasileiros que liam jornais, o que impressionava e passava como reacionário era o tom virulento com que os udenistas combatiam as articulações populistas, emocionalmente irritados com os sucessos eleitorais daqueles e os seus próprios fracassos, nas sucessivas eleições presidenciais. Algumas de suas manifestações contra as eleições "viciadas" e o eleitorado "ignorante e manipulado" eram verdadeiras pérolas de reacionarismo. Na campanha contra Juscelino Kubitschek, o líder udenista João Agripino chegou a desenhar um lúgubre retrato do "abuso de liberdade" nas eleições e na política, dizendo que a liberdade no Brasil era a de "corromper e roubar", e que seria melhor "viver limpo num cárcere do que livre nessa podridão".[28]

É verdade que as intervenções udenistas às vezes se pautavam por extremado liberalismo, em nome da destruição da tutela do Estado sobre a sociedade brasileira. Mas suas práticas apontavam sistematicamente no sentido de um *golpismo* que substituísse o processo eleitoral e instaurasse uma ditadura "regeneradora", que seria seguida pela verdadeira democracia. Essa era a fala sistemática do mais popular dos udenistas: Carlos Lacerda.

A postura conservadora da UDN não se explica de maneira nítida apenas por sua composição social, bastante complexa em termos de representação de interesses. Paul Singer a define como composta "por grupos da grande burguesia, tanto industrial como latifundiária, tanto nacional quanto estrangeira; grupos da pequena burguesia, tanto empresarial (pequenos e médios industriais, comerciantes, lavradores) como profissional (profissionais liberais, altos tecnocratas e gerentes de indústria)".[29] Seguramente dela não faziam parte representantes de setores populares expressivos, do operariado ou do campesinato, mas na busca de votos a UDN ganhava setores de classe média, através do seu moralismo, e Lacerda não deixava de praticar um certo "estilo" populista, segundo Francisco Weffort.[30] Mas na hora dos votos, "o sertão", os interesses

[28] Citado por T. Skidmore, *op. cit.*, p. 186.

[29] Paul Singer, "A política das Classes Dominantes", in *Política e Revolução Social no Brasil*, vários, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 83.

[30] F. C. Weffort, "Raízes Sociais do Populismo em São Paulo", *Revista da Civilização Brasileira nº 2*, Rio de Janeiro, 1965.

regionais da oligarquia agrária pesavam bastante para definir o conservadorismo dominante dentro da UDN. Além disso, o *elitismo* do comportamento udenista era decisivo para afastar dela as grandes massas populares e defini-la como o partido "dos cartolas".[31]

O fato é que, se no momento de sua fundação, em 1945, a UDN ainda colocava no horizonte propósitos renovadores numa perspectiva liberal, isso se esvaiu desde que sua liderança ficou com Otávio Mangabeira, um nome de oligarca proveniente da República Velha, e outros do mesmo naipe. E ao longo do período que analisamos, o golpismo da agremiação foi sua tônica constante, ao lado do combate à "infiltração comunista" e à fantasiosa ameaça de implantação de uma "república sindicalista" por parte dos trabalhistas.

O golpismo adquiriu contornos mais claros ainda antes da queda de Vargas, quando a UDN ganhou maior proximidade com os quartéis. Nestes se iniciava a gestação de uma oficialidade fortemente antigetulista e anticomunista, filha da "guerra fria" e da crescente influência direitista da "Cruzada Democrática", nos quadros da oficialidade. Para essa influência, foi decisiva a atuação, por exemplo, de Carlos Lacerda junto a jovens oficiais, enquanto a herança de Eduardo Gomes na Aeronáutica trazia a maioria da oficialidade daquela Arma para posições simpáticas ao udenismo. Por isso mesmo, o assassinato do Major Vaz, em agosto de 1954, pusera a Aeronáutica no centro do golpe que exigiu a renúncia de Vargas.

A explosão popular que se seguiu à morte do velho Chefe desorientou a UDN, levando Lacerda a um momentâneo "exílio" e impedindo que a UDN colhesse os frutos do golpe; isso apesar de o partido ter ampla participação no Governo Café Filho. O problema para os udenistas foi que, para liquidar os herdeiros da "Carta-Testamento" e garantir o poder, seria necessário articular um nome "de união nacional", centrista, para as eleições presidenciais de 1955. Não conseguindo criar tal nome, a agremiação dividiu-se entre os que exigiam o adiamento das eleições e os que concordaram em participar delas de maneira relutante.

Estes últimos escolheram Juarez Távora, uma decisão puramente oportunista, pois era um General não identificado com a UDN, a não ser no seu ferrenho antigetulismo e antinacionalismo. Mas era, antes de mais nada, um nome do Alto Comando militar, com o prestígio de ex-Comandante

---

[31] Um esboço de análise mais detalhada do partido se encontra em M.V.M. Benevides, *A União Democrática Nacional, Um Partido em Questão,* CEDEC, São Paulo, 1977 (mimeo.).

da Escola Superior de Guerra e de Chefe da Casa Militar do Governo Café Filho. A aposta udenista era clara: se Juarez não fosse vitorioso, provavelmente cerraria fileiras no movimento contra a posse de Juscelino Kubitschek, homem que ousara fazer dobradinha com o temível João Goulart; como as Forças Armadas podiam admitir no segundo mais alto cargo da nação o mesmo homem que em 1953 não deixaram continuar no cargo de Ministro? Como aceitar no poder um insidioso defensor da misteriosa "República Sindicalista", que para implantá-la conspirava com argentinos, como diziam os udenistas agitando a falsificada "Carta Brandi"?

Depois da vitória de JK e Jango (este com mais votos que o Presidente), os golpistas ficaram com a iniciativa dentro do partido e partiram para a conspiração contra a posse de JK. Alguns dos mesmos Coronéis de 1953, como o Coronel Mamede, participavam dela, ao lado de figuras da extrema-direita, como o Almirante Pena Boto, da "Cruzada Anticomunista". É verdade que altos expoentes da UDN, como Afonso Arinos, não concordavam com o golpe, e também Juarez Távora retirou-se da briga desejando sucesso aos eleitos. Mas as páginas candentes da *Tribuna da Imprensa* e a oratória de Lacerda radicalizaram os ânimos. Nesse contexto, não há uma prova histórica definitiva de que Carlos Luz, na véspera do 11 de Novembro, estava ciente da conspiração; mas o fato de que não se pronunciasse claramente a favor da posse de JK, aliado à sua recusa de punir Mamede, mesmo à custa da demissão de Lott, foram argumentos suficientes para o Ministro da Guerra denunciá-lo como golpista e mobilizar o Exército para sua derrubada.

A UDN, através do Ministro da Marinha, Baltazar da Silveira, conseguiu colocar a maioria das guarnições daquela Arma no Rio de Janeiro a favor de Carlos Luz. Mas o Comando da situação militar estava firme com Lott, e a resistência dos udenistas não passou do episódio entre romântico e tragicômico da rebeldia do cruzador "Tamandaré".[32]

Ao longo do Governo JK, a UDN permaneceu minoritária, oposicionista e favorável a um golpe militar. Muitos de seus dirigentes chegaram a apoiar as revoltas de Aragarças e Jacareacanga, embora esse radicalismo esbarrasse sempre na aura de populista e político hábil do Presidente. Juscelino conseguia sempre aparecer como o homem "da anistia", sempre

[32] Uma excelente e divertida descrição do episódio se encontra no livro de um de seus principais participantes: Carlos Lacerda, *Depoimento*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1978, pp. 163 a 168.

perdoando os rebeldes, e convencendo os políticos mais "pragmáticos" da oposição de que era melhor conviver com a aliança PTB-PSD que combatê-la de maneira radical.

A margem de manobra que JK possuía ampliou-se ainda mais com a construção de Brasília, empreendimento suficientemente grande para permitir "sócios" de matizes variados. Assim, à exceção dos udenistas "radicais" como Lacerda, a UDN não punha efetivamente em xeque a aliança política dominante, ao mesmo tempo que os setores empresariais e financeiros que apoiavam o partido não deixavam de se beneficiar dos ganhos da política "desenvolvimentista".

Por outro lado, o udenismo acabava por funcionar como agente legitimador do regime, mesmo que pelo lado negativo: existindo uma liberdade de imprensa quase absoluta, os jornais da oposição podiam malhar impiedosamente o Governo, de um ponto de vista conservador. Ora, isso permitia ocultar das massas populares o conservadorismo *interno* ao Governo, representado pelos principais setores do PSD; se as massas populares continuavam excluídas do processo decisório, o Governo não *assumia* a defesa dessa posição: o ônus da política *elitista* ficava com a UDN, que "não confiava nas massas". Na questão do nacionalismo esse fenômeno era típico.

No início de 1959, já contando com dificuldades financeiras e um processo inflacionário crescente (em parte devido realmente aos gastos públicos com a construção de Brasília, como acusava a oposição), o Governo JK se via diante de um dilema: necessitava de um empréstimo de US$ 300 milhões do Governo dos EUA, esperado desde 1958; mas os norte-americanos condicionavam o empréstimo à adoção clara e severa de uma política de estabilização monetária nos moldes impostos pelo FMI. Dentro do Governo, essa política de "estabilização" era defendida pelo Ministro da Fazenda Lucas Lopes e outros assessores de alto nível; mas os oposicionistas se encarregavam de defender claramente a medida, aparecendo como "pró-americanos", enquanto os petebistas do Governo se limitavam, como Goulart, a denunciar a ingerência do FMI em nossos negócios internos. Cedendo à pressão nacionalista, Kubitschek rompeu em junho de 1959 com o FMI, enquanto os udenistas berravam contra essa atitude. Sem resolver os problemas financeiros, Kubitschek, que havia escancarado as portas ao capital externo, passou como nacionalista e faturou alto em prestígio popular, enquanto a UDN ficava como a "entreguista".

Nesse contexto, as limitações à discussão democrática da política econômica ficam evidentes, pela polarização do debate. E o nacional-

populismo passava aparentemente incólume pelo episódio, argumentando com JK que o Brasil já era "adulto" e tinha "independência política". Aos udenistas restava, em 1960, tentar entrar nesse jogo eficaz como parceiro em pé de igualdade, o que se tentou fazer com o auxílio de Jânio Quadros.

Jânio Quadros e o impasse. – Em muitas ocasiões de nossa História, os políticos populistas tentaram no seu discurso "separar" o Estado de São Paulo do resto do Brasil, colocá-lo como "a locomotiva do trem da Federação" ou diferenciá-lo de alguma forma, não temendo recorrer ao disparate. Mas o fato é que, no período que estamos estudando e em vários outros, a composição sociopolítica dominante nesse Estado é bastante diferente do espectro nacional. Sem entrar em detalhes analíticos que não cabem aqui, basta lembrar que São Paulo, sendo o Estado mais desenvolvido industrialmente, com um vasto contingente operário, não apresentava uma força decisiva do PTB. Para apoiar a política populista ao nível desse Estado, era necessário contar, seja com o populismo conservador e especificamente paulista de Adhemar de Barros e seu PSP, seja com articulações com a esquerda comunista e com os pequenos partidos, como o PDC e o PSB. Nesse quadro é que se deve entender a meteórica ascensão de um populista como Jânio Quadros, homem capaz de galvanizar tanto as classes médias modernas e crescentemente diferenciadas, com seu discurso moralista inflamado, quanto a massa operária, com sua igualmente inflamada defesa da distribuição de riquezas. O fato de não pertencer a partido algum lhe dava inclusive a mobilidade para fazer alianças à direita.

Depois de se eleger brilhantemente Prefeito da Capital em 1953 e Governador em 1954, como candidato "contra o sistema", se faz candidato vitorioso à deputação pelo Paraná, na legenda do PTB, para mostrar sua independência frente aos partidos.

Sua posição "apartidária" contribui, aliás, para o fortalecimento da idéia de que o sistema partidário estava em esgotamento. Inicialmente defendida pelos conservadores e pelos defensores de uma via autoritária, essa idéia ganhou força com a ascensão de um homem que se afirmava de maneira personalista, associando seus êxitos político-administrativos à sua falta de compromissos com as legendas correntes. Jânio chegou ao ponto de renunciar momentaneamente à candidatura presidencial em 1960 só para arrancar da UDN a garantia de que o apoio udenista à sua candidatura *não* o subordinava aos compromissos daquela agremiação. Isso fez com que a idéia da "crise" e do "esgotamento" do sistema parti-

dário ganhasse nos anos subseqüentes aceitação de moeda corrente. Maria do Carmo Campello de Souza[33] mostra que esse sistema, com seu jogo de alianças e arranjos parlamentares, tinha, ao contrário, virtualidade e permitia o andamento do sistema político, pelo menos até 1962. Aliás, como elemento de apoio e legitimação do Executivo durante o Governo JK, o jogo partidário foi bastante eficiente, embora não exclusivo.

Ora, a UDN tinha interesse em descaracterizar, para unir-se ao "personalista" Jânio Quadros, o próprio sistema político: *seu* particular jogo partidário não tinha eficácia suficiente para chegar à Presidência. Não é à toa que foi Lacerda quem, na convenção da UDN em 1959, defendeu ardorosamente a candidatura janista, contra a de Juraci Magalhães. A retórica moralista de Jânio agradava aos lacerdistas, embora a posição daquele em relação ao getulismo fosse um tanto ambígua. Mas não restava aos udenistas outra alternativa senão aderir a um homem de "estilo" populista e de grande prestígio, não comprometido com a aliança PSD-PTB.

Enquanto isso, a aliança dominante se mantinha, optando pela candidatura de Lott. As tensões internas na coalizão haviam crescido nos últimos anos do Governo JK, e o General parecia capaz de manter o equilíbrio, embora Jango e o PTB o considerassem um homem do "nacionalismo" e simpático à esquerda. Talvez ele pudesse realizar uma sólida aliança entre o petebismo e os militares, superando as resistências antigetulistas do meio militar. Os nacionalistas reforçavam mais uma vez o seu apelo ao Estado, apontando para a Presidência um nome saído de dentro do aparelho e do núcleo de poder. Mas esse nome não era capaz de cumprir a exigência complementar da política populista, tão essencial quanto o jogo de cargos no Estado: a de fazer uma *política de massas*.

A poderosa máquina governamental e os aparelhos do PSD não se empenharam a fundo na campanha. Enquanto recursos milionários eram despendidos pela UDN, os petebistas se queixavam da falta de dinheiro para seu candidato, segundo José Gomes Talarico. Talvez o menor empenho dos pessedistas, em matéria financeira, se devesse a que Jango impusera Lott como candidato, o seu próprio nome como vice, antes que os pessedistas completassem suas próprias articulações. Mas pode ser também que a desconfiança das velhas raposas do PSD fosse quanto à possibilidade eleitoral de um homem sem talento para falar às massas, diante de uma oratória arrebatadora e de um grande apelo popular do oponente.

[33] Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1976.

De fato, para o clima da época, os comícios de Lott eram considerados "frouxos", e isso se agravava pela negativa do General em fazer concessões políticas aos ouvintes.

José Gomes Talarico, que fez sua campanha, conta vários episódios que retratam a sua incapacidade ou "falta de jogo de cintura" para a política de massas. Certa ocasião, "numa audiência com uma numerosa comissão de estudantes, Lott ouviu pacientemente inflamados discursos dos jovens, entre os quais estava um secundarista que fez de sua oração uma plataforma política. Antes de agradecer o apoio estudantil-universitário, o Marechal perguntou ao secundarista a sua idade, em que curso estava, fazendo em seguida uma preleção de que o dever do estudante, em primeiro lugar, eram os estudos, para corresponder aos esforços de sua família, que lhe proporcionava aquela situação e entendendo, portanto, que o dever dos jovens era, sobretudo, os estudos e ser um cidadão útil à sociedade e à Pátria. Política devia ser deixada para os mais velhos(...) A estudantada saiu do gabinete de Lott bufando".[34]

Nesse quadro, não foi difícil surgir a campanha "anfíbia" JAN-JAN: Jânio para a Presidência, Jango para a Vice. Nunca assumida claramente pelas direções partidárias, ela atendia porém aos anseios das massas janistas, que não simpatizavam com o udenismo do Vice de Quadros, Mílton Campos – embora houvesse também na chapa o nome de Fernando Ferrari, do PTN (Partido Trabalhista Nacional), e apoiado pelo PDC. Atendia também aos correligionários petebistas que não conseguiam vender junto com Jango a sua pouco popular "dobradinha", Lott.

A vitória de Jânio Quadros e de João Goulart em 3 de outubro de 1960 evidenciou aspectos cruciais da situação política. Antes de mais nada, a exigência de uma composição complexa e esdrúxula para eleger um Presidente: do ponto de vista programático, ela tinha que juntar no mesmo discurso uma proposta econômica conservadora e monetarista, defensora da estabilização monetária, com propostas nacionalistas. Durante a campanha, Quadros desenvolvera temas execrados pela UDN, como a defesa intransigente do monopólio estatal do petróleo ou a defesa moderada, mas ativa da Revolução Cubana (em março de 1960, o candidato esteve em Cuba, com declarações simpáticas ao processo revolucionário ali em curso).

Poder-se-ia argumentar que JK também misturara na sua prática pontos programáticos conflitantes na sociedade; mas o seu discurso "desen-

[34] Depoimento citado, p. 174.

volvimentista" conseguia "costurar" pontos até antagônicos; e o mais importante é que, passados cinco anos, as contradições do desenvolvimento haviam-se aguçado e permitido a *polarização* das propostas programáticas em forças políticas opostas.

Assim, era extremamente difícil em 1961 fazer o que Jânio tentou: com a presença do udenista Clemente Mariani, no Ministério da Fazenda, realizar uma política de estabilização aceitável para o FMI; e ao mesmo tempo, com Afonso Arinos e depois San Tiago Dantas, na pasta das Relações Exteriores, jogar com uma "política externa independente" que procurava aproximar-se dos países socialistas e jogar com a Europa Ocidental, dando força a Cuba no seu confronto com os EUA. Se o *corte* fosse apenas entre as políticas interna e externa, o problema não seria tão grave: o pior é que a política interna não podia ter continuidade.

Em princípios de 1961, Quadros concordara em adotar severas restrições de crédito, controles antiinflacionários, liberação de câmbio, congelamento salarial, num monetarismo "austero" que lhe valeu o aval do FMI para vastos empréstimos externos. Mas, já em abril, começou a aproximar-se dos "desenvolvimentistas" que lhe aconselhavam a não perder tanta popularidade com tais medidas, a retomar uma política de crédito mais flexível, e a manter uma taxa de inflação compatível com a continuidade do desenvolvimentismo. Os udenistas reclamaram, mesmo porque até junho de 1961 o Presidente só se reuniu duas vezes com seu gabinete majoritariamente udenista. Em agosto, a política rígida de estabilização caiu junto com Clemente Mariani.

Quanto à política externa, essa era o alvo predileto dos aliados da véspera, os lacerdistas. Cabe lembrar que a conjuntura internacional não favorecia um novo alinhamento diplomático do Brasil, mais distante dos EUA: o fracasso da invasão da Baía dos Porcos em abril de 1961 deixara o Governo norte-americano em uma posição difícil, exigindo o rígido alinhamento das nações latino-americanas contra Cuba. Não só Jânio mandou defender aquela nação na OEA, como condecorou Ernesto "Che" Guevara com a maior dignidade heráldica disponível no Estado brasileiro. Lacerda fez-se porta-voz das queixas dos norte-americanos e dos anticomunistas em geral, disparando suas baterias oratórias e de imprensa contra Jânio Quadros.

A esses impasses janistas devem-se juntar, outros, envolvendo a burocracia de Estado e os políticos. O apoio de que Jânio desfrutara durante sua campanha entre os funcionários públicos esvaiu-se logo aos seus primeiros "bilhetinhos" e decretos "moralizadores" da administração. O aumento da

jornada de trabalho dos funcionários federais irritou profundamente aquele setor, ao mesmo tempo em que a retirada posterior desse decreto decepcionou os adeptos da "vassoura" e da moralização. Na relação com os políticos, Jânio descontentou a maioria deles com suas ameaças de promover devassas nas administrações anteriores, acusando o Governo de JK de corrupção e descalabro financeiro – vale dizer: acusando o PSD de ser o que sempre foi, e ganhando, portanto, poderosos inimigos no Congresso. O Presidente "debutando" no núcleo de poder se isolou dele.

Com o seu golpe teatral de renunciar ao Governo, em 25 de agosto de 1961, Jânio esperava basicamente três coisas: primeiro, que os políticos, particularmente os da UDN, concordassem em lhe conceder poderes excepcionais, temerosos de perder a única chance que tiveram de estar no poder presidencial; segundo, que os militares o respaldassem, por não aceitar a "perigosa" figura de Jango na Presidência como substituto legal; terceiro, que as massas que o levaram ao poder com a maior votação já obtida por um Presidente da República saíssem às ruas em sua defesa. Pelas razões do impasse que expusemos acima, políticos e militares aceitaram rapidamente sua renúncia. Quanto às massas trabalhadoras, objetivamente prejudicadas com a política de estabilização e perplexas diante das vacilações governamentais, não moveram uma palha em seu favor.

Os sindicatos e as esquerdas – Muito já se escreveu sobre o atrelamento dos sindicatos brasileiros ao Estado ou sobre o uso que as elites políticas fizeram deles no quadro do populismo. Entretanto, se considerarmos o fato objetivo de que de 1954 a 1964 houve um ativo e crescente *movimento operário,* muitas vezes contrário a diretrizes governamentais, torna-se necessário matizar um pouco essa análise e "atualizar" para o período a relação entre o Estado e a luta dos trabalhadores.

Desde 1952, o movimento operário é carreado cada vez mais para *dentro* dos sindicatos, sendo esta a orientação predominante na esquerda operária, por sua vez influenciada majoritariamente pelo PCB. Do ponto de vista estritamente político, isso exigia dessa esquerda algumas concessões políticas, particularmente aos dirigentes sindicais patrocinados pelo trabalhismo. Composições ao nível de diretorias sindicais entre comunistas e trabalhistas tornaram-se uma constante; ao nível da política parlamentar, como vimos, isso se refletia numa aliança mais duradoura entre os dois setores, que tendiam às vezes a se confundir na ação concreta.

Essas concessões por parte da esquerda eram moeda de troca por concessões que os petebistas obtinham ao nível de Governo, para o conjunto

da massa operária: já dissemos que rejeitamos a idéia de que a política populista era mera "manipulação" dos trabalhadores. Antes, os líderes sindicais e operários de esquerda obtinham concessões objetivas dos Governos populistas, tanto ao nível salarial quanto ao nível da aquisição de cargos políticos (e a já citada Lei Orgânica da Previdência Social de 1960 é um óbvio exemplo disso).

Manipulação pura e simples de massas havia, sim, mas por parte principalmente das *direções petebistas,* que nesse aspecto se diferenciavam bastante tanto da esquerda comunista quanto da própria esquerda petebista. Basta ver a declaração particular feita por João Goulart contra seu Ministro Almino Alfonso, líder da esquerda petebista: "Quem desce dos morros com trabalhadores para me apoiar não é o 'nosso Almino', é o Talarico! Quem manuseia os sindicatos, evita greves de esquerda, contrapõe-se à liderança comunista, é o Cochratt de Sá. Esta é a realidade política..."[35]

É óbvio que as possibilidades de manipulação dependiam de concessões concretas. Mas também é verdade que as lideranças operárias que não deixaram de lutar pela democracia e a liberdade sindical, ao optar por lutar "por dentro" da estrutura, tiveram uma limitação: a aliança com os petebistas implicava atenuar as críticas contra a subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho.

Isso não impediu o movimento operário de aproveitar os espaços abertos nos vaivéns do pacto populista para avançar em organização e arrancar melhorias, independentemente do Estado. A greve de 400 mil trabalhadores, em outubro de 1957, em São Paulo, foi um exemplo disso, embora sua vitória fosse apenas parcial. Na conjuntura específica daquela greve, a disputa entre setores políticos de corte populista facilitou a greve: janistas e petebistas disputavam o controle dos sindicatos e o apoio da importante massa operária desta região industrial; estes últimos em aliança com os comunistas. Essa conjuntura permitiu que os vários setores políticos do sindicalismo se unissem através de uma coordenação intersindical englobando sete órgãos de classe distintos da Capital. Na organização da greve, teve papel fundamental um tipo de organismo que marcaria o padrão dos movimentos operários mais decisivos da época: um organismo intersindical "paralelo", ilegal na medida em que contrariava a legislação corporativa e vertical vigente, mas que havia sido formado na prática desde 1953: o Pacto de Unidade Intersindical (PUI).

[35] Citado por A. Jurema, *op. cit.*, p. 129.

Ao longo do processo da greve, um fator de importância pesou: a adesão de um contingente grevista mais amplo que o esperado, adesão até certo ponto espontânea, e que fez o movimento quase escapar do controle dos sindicatos. Ao mesmo tempo, o então Governador Jânio Quadros não reprimiu o movimento, para manter o apelo aos setores organizados dos trabalhadores. Em um trabalho específico a respeito, Fábio Munhoz[36] afirma que, após o movimento, as direções sindicais dissolveram o PUI, temendo a ação espontânea de massas que aquele organismo permitira, passando a praticar um maior distanciamento das bases. Parece-nos entretanto que, mais do que um distanciamento das bases, as lideranças sindicais desenvolveram a percepção de que poderiam valer-se das conjunturas políticas para deflagrar movimentos de grande porte: tanto é que elas não abandonaram as práticas intersindicais, criando no lugar do PUI de São Paulo o Conselho Sindical de São Paulo; no futuro, desenvolver-se-iam outros organismos intersindicais, chegando-se até o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) de 1962.

É claro que, para aproveitar as "brechas" da política populista, as lideranças sindicais de esquerda tinham que percorrer canais perigosos nas farpas do aparelho de Estado, já que atenuaram o combate ao atrelamento de seus órgãos de classe. Isso implicava procurar reorientar sua ação no sentido de objetivos mais diretamente políticos, que nem sempre diziam respeito ao nível de demandas da classe operária. É o caso, por exemplo, da greve política de julho de 1962 "por um Ministério democrático", feita por petebistas e comunistas para apoiar a condução de Brochado da Rocha ao cargo de Primeiro-Ministro.

Entretanto, não se pode negar que, nos limites institucionais vigentes, esse estilo de ação "dentro" da estrutura sindical permitiu conquistas importantes em termos da participação política dos trabalhadores e mesmo de liberdade de ação reivindicatória. O crescimento da presença de petebistas de esquerda e comunistas também nas Federações e Confederações, deslocando os mais tradicionais "pelegos", a partir de 1960, seria uma garantia da não aplicação dos rígidos controles institucionais inibidores da ação operária. Para se compreender isto, é necessário lembrar que até 1960, mesmo dentro do período JK, com os petebistas no Ministério do Trabalho, as greves nem sempre eram aceitas.

---

[36] Fábio A. Munhoz. "Sindicalismo e Democracia Populista – A Greve de 1957", *in Cadernos CEDEC* nº 2, Brasiliense, São Paulo, 1978, pp. 21 a 27.

A greve da Paridade de novembro de 1960, de ferroviários, portuários e marítimos, pela equiparação das escalas salariais entre servidores civis e militares desses setores, é um exemplo. Juscelino reagiu violentamente à greve, ameaçando mandar ao Congresso um pedido de estado de sítio. O pedido não se consumou, pois o Congresso votou rapidamente a Lei da Paridade, satisfazendo os trabalhadores e encerrando a greve. A partir daí, tratou-se, para as lideranças sindicais de esquerda, de tentar "transformar o poder resultante do controle que exerciam sobre as greves em poder político real".[37] O ascenso do movimento operário em 1960-1964 tem nisso uma de suas razões, embora a própria crise desses anos seja também causa e efeito desse ascenso.

Cabe assinalar que, na qualificação do que seriam as "esquerdas" no período, um setor decisivo é exatamente o da liderança sindical de que estamos falando, que Ericsson inclui entre os chamados "nacionalistas radicais". Os comunistas integram essa categoria, embora sejam distintos pelas suas perspectivas estratégicas ou de longo prazo. Mas o fato é que, no plano tático, suas perspectivas de aliança com os "setores progressistas da burguesia nacional" os alinhavam junto com a esquerda nacionalista, em luta por reformas profundas de estrutura política. Por isso mesmo, os comunistas dos sindicatos, durante a greve de 1957, haviam inserido nas suas propostas, ao lado das reivindicações salariais, a rejeição da Instrução 135 da SUMOC (que criava dificuldades creditícias para as empresas), reivindicação pouco operária mas muito "nacionalista" no contexto da época. Em todo o período, defenderam as empresas nacionais contra as estrangeiras, embora as primeiras, por sua posição econômica cada vez mais frágil, fossem justamente as mais intransigentes em conceder aumentos aos seus operários.

O que diferenciava os quadros comunistas de operários sindicalizados dentro da aliança "nacionalista radical", em luta pelas "reformas de base", era que sua legitimidade provinha justamente da proximidade com as massas organizadas. Os petebistas podiam até certo ponto "manipular" ou "passar por cima", em ocasiões específicas, dos interesses reais dos trabalhadores, pois o *PTB tinha dentro do próprio Estado uma parcela de sua força e legitimidade. Mas o PCB só podia entrar no jogo graças à sua capacidade de mobilização e, para mantê-la, precisava defender efetivamente os interesses reais de suas bases operárias.*

---

37 K. P. Ericsson, *op. cit.*, p. 139.

Muitas vezes ele o fazia sem eficácia, perdendo-se nos descaminhos de uma "aliança com a burguesia" muito mal formulada, ou nos corredores periféricos do aparelho de Estado. Mas não podia deixar de defender a classe operária de maneira decisiva, sob pena de desaparecer como força política. Por isso mesmo, manteve-se na crista do ascenso do movimento de massas de 1960 a 1964, fazendo todas as jogadas e concessões necessárias para isso.

Quanto aos petebistas, antes de mais nada cabe esclarecer que boa parte deles não estava na "esquerda nacionalista". Vários deles apoiariam a direita nas articulações parlamentares, e viriam mais tarde a ser conhecidos como "bigorrilhos", por aderir aos vitoriosos de 31 de março de 1964.

Um pouco menos à direita se encontravam os oportunistas "fisiológicos", dedicados exclusivamente ao jogo de favores e cargos. Esses talvez constituíssem a maioria da direção do PTB, apresentando elementos como Ivete Vargas e Cochratt de Sá.

A posição petebista chamada "de esquerda", por ser comprometida com as "reformas de base" e com um nacionalismo antiimperialista e ofensivo, era apoiada pelos votos comunistas, mas constituía minoria dentro da direção. Talvez seu melhor exemplo seja o de Almino Affonso, Ministro do Trabalho de João Goulart de janeiro a junho de 1963. Almino valeu-se do seu posto e do jogo de cargos da máquina governamental para colocar líderes sindicais de esquerda em postos importantes da administração, contrariando as direções petebistas. Isso acabou por levar Jango a demiti-lo, apesar do apoio que recebia do CGT. Aliás, para contrabalançar a influência esquerdista, Jango tentou criar em 1963 uma outra agremiação intersindical mais puramente "petebista", a União Sindical dos Trabalhadores (UST).[38]

Na coalizão de forças da "esquerda nacionalista" dos últimos anos do período, ocupa um importante papel a União Nacional dos Estudantes (UNE). Na sua direção, estava principalmente uma tendência de esquerda de origem em setores progressistas da Igreja, e desenvolvida a partir da Juventude Universitária Católica: a Ação Popular (AP). Os membros da AP procuravam inicialmente combater a influência comunista, mas seus líderes se aproximaram bastante do marxismo e do nacionalismo radical, aliando-se em muitas ocasiões ao PCB, entre 1963 e 1964.

[38] Uma interessante análise da gestão Almino Alfonso se encontra em *idem, ibidem*, pp. 117 a 136.

O papel do movimento estudantil seria principalmente o de *agitador* das propostas nacionalistas e de reformas: por isso mesmo, os nacionalistas de esquerda que tinham cargos no aparelho do Estado proveram os fundos necessários para a propaganda da UNE. Ao mesmo tempo, tais fundos seriam utilizados para um ambicioso programa de conscientização e de veiculação das propostas culturais da esquerda: o Centro Popular de Cultura (CPC). Na conjuntura de crise que precedeu o golpe de 1964, a UNE representaria o setor mais exigente em matéria de avanço das propostas reformistas e nacionalistas. Pressionando o Governo Jango pela esquerda, ao máximo, ela procurava corresponder à radicalização que se processava no plano intelectual e estudantil diante da crise política. Isso porque dentro da UNE, além do PCB e da AP, outras tendências mais "à esquerda" ganhavam espaço: a POLOP (Política Operária), com uma proposta de revolução socialista, e o PC do B (Partido Comunista do Brasil), dissidência do PCB instituída em 1962 e simpática às teses "maoístas".

Entretanto, a polarização crescente das tendências ideológicas atiraria a uma posição dita "de esquerda" (e conseqüentemente deslocaria para a "direita" os divergentes) mesmo indivíduos e grupos sem qualquer proposta reformista mais profunda. Basta lembrar que entre 1961 e 1964 chegou a circular na imprensa o termo "esquerda positiva" para designar políticos comprometidos com o núcleo de poder, às vezes com o pessedismo. Essa foi a denominação dada por San Tiago Dantas, Ministro de Jânio Quadros e João Goulart, a si próprio e a setores da burguesia interessados em mudanças que deveriam apenas "deslocar para cima" o poder político dos burgueses, interessados em acelerar o desenvolvimento.

A ideologia nacionalista, ao procurar viabilizar uma suposta aliança entre o proletariado e a burguesia nacional "progressista e antiimperialista", não só tinha que *criar* essa categoria sociopolítica, como considerá-la "de esquerda". Desse ponto de vista ideológico, os burgueses nacionais que ocupavam posições extremamente semelhantes não só no processo produtivo como na relação com o Estado, mas que não defendessem posições antiimperialistas, seriam "de direita". Ora, como dizia Gabriel Cohn na época, "há muito tornou-se claro que a existência de grupos empresariais nacionais opostos aos estrangeiros é a exceção e não a regra".[39] O desenvolvimento dos anos 50, associando objetivamente o capital nacional aos monopólios estrangeiros, deveria pôr a nu o caráter puramente

[39] Gabriel Cohn, "Perspectivas da Esquerda", *in Política e Revolução Social no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 147.

ideológico da noção de burguesia nacional antiimperialista. Na prática, se aliança havia, ela não se dava entre o proletariado e essa "burguesia", mas sim entre os setores organizados da classe operária, através dos dirigentes sindicais, e uma parcela da burguesia que se expressava através do PTB (numericamente decrescente a partir de 1960, quando os empresários se deslocam cada vez mais para a "direita"). E essa aliança, bastante difusa a não ser em alguns momentos eleitorais, se realizava não no estilo clássico das alianças policlassistas: ela se fazia através do próprio Estado.

O importante é que essa composição de forças PTB-PCB-nacionalistas (militares e intelectuais civis)-UNE-extrema-esquerda tinha uma *existência real,* embora difusa, o que dava algo de significado ao manto ideológico nacionalista na ocasião. Ao mesmo tempo, a ideologia nacionalista, procurando deixar em plano secundário a contradição burguesia-proletariado, e deslocando cada vez mais para o Estado as tarefas do progresso, da democracia e da independência nacional, fornecia o cimento necessário à composição de forças dessa heterogênea "esquerda".

Ora, essa composição e essa ideologia eram fatos históricos *concretos* a partir de 1960, o que dificultava aos seus participantes a apreensão das contradições e inconsistências da composição de forças. Somente uma pequena minoria de intelectuais independentes (como Caio Prado Jr. em 1961), ou pequenas organizações formadas principalmente por intelectuais de extrema-esquerda, se expressavam politicamente no sentido de denunciar a fragilidade histórica da composição que apoiou o Governo de João Goulart. Por isso mesmo, não concordamos com os que simplesmente acusam, anos depois, a direção das organizações políticas da época de "erros", "miopia", "desvios reformistas" ou "esquerdismo". Mesmo ao nível da realidade visível, uma série de fatos políticos contribuía para dar "conteúdo" ao programa de alianças dos nacionalistas de esquerda.

Não era difícil, por exemplo, para aqueles, enxergar como uma típica expressão de aliança do proletariado com a burguesia o fato de João Goulart apoiar, valendo-se até de dinheiro e favores governamentais, a conquista da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) pelos comunistas e petebistas, em 1961. Ou a tentativa de articulação entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e o industrial "Baby" Pignatari, em 1962, em defesa da prioridade da Laminação Nacional de Metais numa concorrência governamental, contra uma empresa estrangeira (a articulação envolveria até uma greve operária...).[40]

[40] Cf. depoimento do ex-Presidente do Sindicato, Afonso Delellis, feito ao autor.

A luta pela reforma agrária era vista pela mesma ótica. Segundo as análises do PCB, amplamente esposadas pelos nacionalistas na época, o latifúndio era o principal aliado do inimigo principal, o imperialismo. Logo, a burguesia progressista teria o máximo interesse em destruir as relações de propriedades latifundiárias. Assim, a ação do movimento operário organizado em defesa da reforma agrária, *um interesse objetivo da classe operária,* era vista como algo subordinado ao seu sistema de alianças.

A partir de 1958, cresce a movimentação política dos trabalhadores rurais brasileiros, nos sindicatos rurais e nas emergentes Ligas Camponesas. Esta luta contra o latifúndio e a superexploração, para seu crescimento, dependeu fortemente do avanço das lutas operárias urbanas e da influência política destas, como parte do ascenso geral do movimento de massas populares do início dos anos 60. A esquerda nacionalista veria aí mais um aliado na ampla composição antiimperialista; ela *não estava errada* em ver nos trabalhadores rurais um aliado decisivo: aparentemente, ela errava na avaliação do sentido histórico da sua luta. Mas, em última análise, ela não *errava,* e sim enxergava com os olhos da ideologia corrente, vigente no momento, amplamente dominante na imprensa e nos setores parlamentares comprometidos com a aliança que sustentou Jango. Entre os parlamentares, a polarização "de esquerda", que se aprofundava no início dos anos 60, expressou-se e tentou ampliar a composição nacional-reformista com a criação da Frente Parlamentar Nacionalista. Ao nível do movimento de massas surgiria, a partir de agosto de 1962, a Frente de Mobilização Popular, reunindo organizações civis e também membros do Congresso.

É importante assinalar que a aceitação da idéia de uma aliança pluriclassista na composição nacionalista, pensada no quadro ideológico vigente, era geral mesmo para seus adversários. Basta lembrar que a UDN e a direita acreditavam na sua existência em outros termos, ao referir-se à composição complexa e heterogênea que apoiava Jango: "uma conspiração comuno-sindicalista", ou "petebo-comunista", ou, ainda, "comuno-negocista". É claro que a composição pró-Jango não só não conspirava, como ao longo do Governo daquele ficaria cada vez mais profundamente dividida. Porém, recobrindo tudo, a ideologia via a marcha contínua do povo-nação em direção ao progresso e à independência.

A esquerda marxista tinha uma análise mais sofisticada. Mas até 1963, quando o caráter de classe dos conflitos tendeu a ficar insuportavelmente claro, a propaganda corrente da esquerda acabava por vender a idéia do povo-nação em luta contra o capital estrangeiro. Colaboravam

para isso as formulações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – o ISEB – na tentativa de organizar a *intelligentsia* nacional no sentido do conhecimento da realidade brasileira, numa perspectiva nacionalista. De dentro do ISEB fluíam colocações sobre a "democracia de todo o povo" e sobre a realização, pelo Estado, colocado acima das classes e representando toda a população, da independência econômica e da justiça social. Tendo o projeto de "produzir" uma ideologia para alimentar a consciência nacional como força auxiliar do projeto de desenvolvimento, estes ideólogos fizeram do nacionalismo pouco mais do que a consagração do Estado. "A ideologia, fruto de uma agência governamental (ISEB), nasce do próprio Estado, embora pretenda traduzir a consciência popular."[41] Essa ideologia era "produzida" em debates intelectuais que não deixavam de influenciar as forças políticas, mas não era fruto do livre debate destas. Isto permitiu que Caio Toledo chamasse o ISEB de "fábrica de ideologias".

A esquerda nacionalista chegou à periferia do poder no Governo João Goulart. Ela só poderia pensar, fortalecendo sua própria ideologia, que o Estado, do qual ela parecia prestes a apoderar-se, seria o realizador das suas propostas. Afinal, ele se fortalecera o suficiente nos últimos anos para aparecer como o motor do progresso industrial; por que não poderia realizar a Justiça social e a independência? Principalmente se estivesse sob seu comando? O 31 de Março de 1964 mostraria que suas expectativas e exigências estavam muito além de suas forças. A esquerda não podia ver isso, primeiro porque não tinha compreensão clara da natureza daquele Estado, o que é um fenômeno historicamente determinado, no plano ideológico; mas também porque não tinha uma compreensão clara da correlação de forças, o que provocou sua derrota política.

Os significados da crise – A crise do regime político que levaria à sua alteração, nos anos de 1961 a 1964, deve ser pensada antes de mais nada como uma *conjuntura* de crise, profunda e extremamente grave. Muitos chegaram a pensá-la, principalmente até os anos 70, como se fosse uma crise da estrutura do próprio modo de produção capitalista, inviável no horizonte histórico brasileiro. O dinamismo do chamado "milagre", de 1970 a 1973, exigiu que essa tese fosse deixada de lado. De fato, a miséria, a marginalidade, o desemprego estrutural são características do capitalismo subdesenvolvido em sua etapa monopolista, e não constituem problemas fundamentais para que o capitalismo se realize, aprofundando

[41] F. C. Weffort, "Política de Massas", in *Política e Revolução no Brasil, op. cit.*, p. 192.

contradições no plano da sociedade. Como dizem Maria C. Tavares e José Serra, "enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, *devido* ao dinamismo do sistema, ou melhor, ao tipo de dinamismo que o anima".[42] Por isso mesmo, não se tratando de uma crise que ponha em xeque a estrutura do capitalismo no Brasil, sua apreensão histórica deverá ser feita através de uma precisa *análise de conjuntura política,* com suas técnicas específicas. Não cabe nos limites deste trabalho, que procura traçar as grandes linhas características do período 1954-1964, fazer essa análise. Entretanto, cabe-nos apontar elementos do significado dessa crise, como fenômeno *interno* ao processo geral do período.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a solução dada à crise não alterará as linhas fundamentais do padrão de acumulação: a instalação do capitalismo monopolista entre nós é anterior a ela, como vimos, e a plena realização do capitalismo se completara no período JK com a instalação do "Departamento III". Ocorre que, do ponto de vista político, uma série de tensões sociais e políticas concretas, geradas na sociedade pelo desenvolvimento do período, se constituíram em obstáculo a ser removido para a continuidade das práticas econômicas.

Para os citados Tavares e Serra, há a partir de 1960 uma redução da taxa de investimento, ligada a uma "desaceleração" do processo econômico, para a qual o crescimento da inflação contribuía fortemente. Até então, a inflação tinha um papel "funcional" no sistema, pois permitia um amortecimento das tensões entre os salários e os lucros; além de garantir uma taxa "ilusória" de lucro para muitos investimentos, ela era um componente do "jogo" populista no plano da política econômica, na medida em que esse jogo permitia um crescimento de salários bem próximo do crescimento dos preços, mantendo a legitimidade do sistema nesse plano. Porém, no período crítico, não só passa a ocorrer uma série de estrangulamentos financeiros das empresas como "o acelerado ritmo de aumento de preços levou a uma intensificação das pressões trabalhistas(...) limitando assim as possibilidades de uma redistribuição forçada".[43]

Tende a haver, pois, uma redução das expectativas de inversão. O Estado buscaria soluções para essa desaceleração, marcadas pelos seus

[42] M. C. Tavares e J. Serra, "Além da Estagnação", in *Da Substituição de Importações no Capitalismo Financeiro,* Zahar, São Paulo, 1978, 7ª ed., p. 158.

compromissos políticos, tentando ao mesmo tempo aumentar a renda dos assalariados e frear a inflação através da "contenção do gasto público ou do crédito privado e da redução da liquidez do sistema mediante um programa monetário rígido".[44] A tentativa de implantação dessas medidas monetaristas marcou, como vimos, o Governo Jânio Quadros, que se revelou incapaz para tanto. Celso Furtado, o Superministro de Jango, também tentou esse tipo de medida: mas a necessidade de conceder forte aumento de vencimentos aos funcionários públicos em 1963, necessidade objetiva do "pacto" vigente, pôs por terra o item "contenção do gasto público".

Tudo isso, associado ao impetuoso crescimento dos movimentos reivindicatórios e à instabilidade ao nível do poder central, faria com que os investidores se retraíssem. Principalmente os investidores que o próprio tipo de dinamismo dos últimos anos transformara em *principais:* os ligados ao capital monopolista externo. Este ficaria duplamente retraído, pois as pressões nacionalistas levariam Jango a propor a famosa Lei de Remessa de Lucros. Francisco de Oliveira[45] discorda de Tavares e Serra quando vêem o *motivo* da crise na redução das expectativas de inversão; ele concorda com a existência dessa redução, mas atribui o problema à própria situação política: "A inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente, mas sim porque não poderia realizar-se institucionalmente."

Setores da classe média, inseridos no processo de modernização e diversificação econômica, mesmo quando assalariados (técnicos, gerentes etc.), tiveram ganhos reais nas suas rendas. Mas o conjunto dos assalariados começa a ter perdas reais de 1959 a 1961 e, apenas nesse ano, têm um certo ganho de conjunto devido ao brusco aumento do salário mínimo, necessário para fortalecer o Governo perante as massas num momento de crise. Nos anos subseqüentes, a inflação "come" imediatamente os reajustes e provoca novos movimentos reivindicatórios. Por isso, acrescenta Oliveira: "A crise que se gesta vai se dar ao nível das relações de produção de base urbano-industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição de ganhos da produtividade e expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de *contradição política principal* da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas que *denunciarão* o pacto populista,

---

[44] *Idem, ibidem*, p. 170.

[45] Francisco de Oliveira, "Crítica da Razão Dualista", in *Seleções CEBRAP* 1, Brasiliense-CEBRAP, São Paulo, 1976, p. 50.

já que sob ele não somente não participavam dos ganhos, como viam deteriorar-se o próprio nível de participação na renda nacional que já haviam alcançado."[46]

A política populista tivera necessidade de abrir "brechas" no sistema para a expressão de interesses dos trabalhadores. Estes passaram, na crise do início dos anos 60, a forçar a ampliação dessas "brechas" e a aumentar seu grau de autonomia no movimento real da política, atirando o próprio Governo Jango contra a parede. Nesse sentido, também, a crise é interna às características do período 1954-1964.

Por outro lado, a *eficácia* política do "pacto" populista dependia, como vimos no Governo Kubitschek, da existência de uma grande margem de manobra para o Governo. Ora, o que se vê a partir de 1961 é o *estreitamento* das margens de manobra governamentais. Não havendo mais a possibilidade de estimular investimentos em larga escala, como contentar os vários setores burgueses? Não havendo a possibilidade de aumentar os gastos públicos, como ampliar e multiplicar agências governamentais de forma a possibilitar mais trocas de cargos e favores, aumentando ao mesmo tempo a eficácia do aparelho? No plano parlamentar, havia até elementos dos partidos conservadores, como os da "Ala Moça" do PSD, que poderiam concordar com as reformas de base; mas o que lhes oferecer em troca, já que as reformas tocavam em sólidos interesses estabelecidos nas bases eleitorais desses parlamentares?

Restava apelar para o Estado, tentar fazer crescer mais sua autonomia, torná-lo o grande realizador das reformas, passando por cima do Parlamento, como pareceu desesperadamente fazer Jango após o famoso comício de 13 de março de 1964, apelando diretamente às massas. A esquerda nacionalista, apesar de todas as suas divisões, apoiou essa perspectiva, e buscou apoio ao nível do aparelho de Estado, no famoso "dispositivo militar" de Jango e do General Assis Brasil.

Mas as Forças Armadas, como aparelho essencial do Estado, tinham sua lógica própria. Até então, como vimos, as forças de direita não haviam conseguido mobilizá-las para uma intervenção "cirúrgica" decisiva por não haver um fator *especificamente militar* que as unisse. Esse fator ocorreu, quando a esquerda "avançou o sinal" na busca de apoio militar: o levante dos sargentos em Brasília e a revolta dos marinheiros no Rio unificariam a maior parte da oficialidade.

---

46 *Idem, ibidem*, p. 50

Através das Forças Armadas, apoiadas pela direita, assustadas pela propaganda anticomunista e auxiliadas pela "desestabilização" estimulada também pelo Pentágono, o Estado desabou em 31 de março sobre as cabeças da esquerda nacionalista e seus aliados, e mostrou sua verdadeira natureza de classe.

Restaria ao regime do pós-64 a eliminação dos obstáculos políticos e institucionais para a plena realização do capital monopolista, com a solução da crise pela via "natural" do capitalismo: a redistribuição forçada da renda em prejuízo dos assalariados. A margem de democracia existente no período mostrou ser suficientemente grande para prejudicar o desenvolvimento do capital monopolista. E as forças interessadas na democracia não tiveram condições nem clareza política, a tempo, para criar na sociedade instituições sólidas que ampliassem a democracia, aprofundassem seu conteúdo e mudassem a natureza do Estado; não puderam impedir que a autonomia relativa do Estado acabasse por transformá-lo em verdadeiro Leviatã do grande capital.

PARTIDOS POLÍTICOS E INSTITUIÇÕES

LIVRO SEGUNDO

CAPÍTULO VI

INTEGRALISMO: TEORIA E PRÁXIS POLÍTICA NOS ANOS 30

"O Brasil vae para o Estado Integral, para a destruição de todos os partidos, para a unidade absoluta da Pátria, para a concepção christã e totalitária da vida. O Brasil vae para uma nova phase de sua História, para a restauração dos valores intelectuais e moraes da Nacionalidade, para a extincção das oligarchias, dos regionalismos, da hedionda politica dos Estados. O Brasil será integralista. A marcha é fatal, é inexoravel. Marcha da mocidade. Movimento glorioso de uma raça que se affirma."

Plínio Salgado *in Para onde vae o Brasil?*, Rio de Janeiro, Renascença Editora, 1933, pp. 72 e 73.

O INTEGRALISMO enquanto ideologia ou movimento político tem sido alvo, a partir da década de 70, de um inusitado interesse como área de estudo para cientistas políticos, sociólogos, historiadores e filósofos. Nos últimos anos foi escrito um conjunto significativo de teses, ensaios e artigos em torno do tema. Este novo campo de pesquisa articula-se com a crescente preocupação em torno do estudo do pensamento político autoritário produzido por teóricos, ensaístas e ideólogos brasileiros, desde os primórdios da Primeira República até o final do interregno estado-novista. Essa nova tendência da pesquisa voltada para a "teoria" política nativa não está desvinculada do esforço de reconstituição histórica do período republicano, pioneiramente iniciado por Hélio Silva, através da documentação reunida nos volumes do "ciclo de Vargas",[1] do trabalho de pesquisa

[1] Hélio Silva – *O Ciclo de Vargas*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 11 vols., 1964-1972 (1922); "Sangue na Areia de Copacabana"; "1926, A Grande Marcha"; "1930, A Revolução Traída"; "1931, Os Tenentes no Poder"; "1932, A Guerra Paulista"; "1933, A Crise do Tenentismo"; "1934, A Constituinte"; "1935, A Revolta Vermelha"; "1937, Todos os golpes se parecem"; "1938, Terrorismo em Campo Verde"; "1939, Véspera da Guerra".

e interpretação históricas realizado por Edgard Carone[2] e da revisão crítica da historiografia sobre a Revolução de 30, provocada por Boris Fausto.[3] Convergentemente a este esforço iniciou-se também, em meados de 1975, a publicação dos primeiros volumes para o período republicano da clássica *História Geral da Civilização Brasileira*, onde são acolhidos, num enfoque interdisciplinar, as contribuições de historiadores, cientistas sociais e economistas sobre a estrutura de poder, instituições, sociedade e economia de 1889 a 1930.[4]

No campo da análise das idéias políticas, a produção, embora ainda restrita, desenvolveu-se qualitativamente na última década. No final dos anos 60, quem pretendesse consultar obras de referências sobre o pensamento político brasileiro, no período em questão, defrontar-se-ia com um número extremamente reduzido de publicações. Com exceção de alguns artigos isolados e publicações em revistas especializadas,[5] as únicas obras abrangentes sobre o período eram os trabalhos clássicos de Fernando Azevedo, Guerreiro Ramos e Cruz Costa e as recentes histórias das idéias religiosas e filosóficas de João Camilo de Oliveira Torres e Antonio Paim.[6] A partir de 1975, porém, três novos estudos incorporaram-se ao reduzido acervo de trabalhos acadêmicos sobre o pensamento político brasileiro na Primeira República: refiro-me aos ensaios de Wanderley J. dos Santos, "Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira", e de Bolívar Lamounier: "Formação de um pensamento político auto-

[2] Edgard Carone – *A Primeira República*, Difel, São Paulo, 1969; *A República Velha I* (Instituições e Classes Sociais), Difel, São Paulo, 1970; *A República Velha II* (Evolução Política), Difel, São Paulo, 1971; *A Segunda República*, Difel, São Paulo, 1973; *A República Nova*, Difel, São Paulo, 1974; *O Tenentismo*, Difel, São Paulo, 1975; *A Terceira República*, Difel, São Paulo, 1976; *O Estado Novo*, Difel, São Paulo, 1976.

[3] Boris Fausto. *A Revolução de 30: historiografia e história*, Brasiliense, São Paulo, 1970.

[4] Boris Fausto. "O Brasil Republicano" *in História Geral da Civilização Brasileira*, volumes 8 e 9, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006.

[5] Wanderlei G. dos Santos, "A Imaginação Político-Social Brasileira", *Dados 2/3*, Rio de Janeiro, 1967; Wanderley G. dos Santos – "A Imaginação Política Brasileira", *Dados 7*, Rio de Janeiro, 1970; Aspásia B. de Alcântara, "A Teoria Política de Azevedo Amaral", *Dados 2/3*, Rio de Janeiro, 1967; Eli Diniz Cerqueira e M. Regina Soares Lima, *O Modelo Político de Oliveira Viana*, RBEP, Belo Horizonte, janeiro, 1971; Barbosa Lima Sobrinho, *A Presença de A. Torres*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

[6] J. Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1956; Azevedo Fernando, "A Cultura Brasileira" (Introdução ao Estudo da Cultura no Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1940. *As Ciências no Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1956; Ramos Guerreiro, *Três Elementos Ideológicos do Brasil*, in *Crise do Poder no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1968; Paim Filho, *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1969.

ritário na Primeira República: uma interpretação"[7] e o livro de Jarbas Medeiros, *Ideologia Autoritária no Brasil 1930/1945*,[8] que se constitui na primeira leitura minuciosa da obra dos principais representantes do pensamento autoritário (Francisco Campos, Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado).

Cabe ainda acrescentar que no campo da ideologia integralista, recentemente, têm aparecido novas pesquisas e interpretações elaboradas no Brasil sobre o fascismo nativo.[9] Até então a bibliografia existente limitava-se a duas teses de doutoramento elaboradas na Europa, por autores brasileiros, com um interregno entre ambas de mais de três décadas, e a três estudos sobre a história da AIB elaborados por brasilianistas.[10]

Em decorrência destas novas contribuições seria relevante estabelecer um primeiro balanço dos estudos sobre a ideologia e o movimento integralista no Brasil no contexto de análises mais amplas sobre o pensamento

[7] W. Guilherme dos Santos, "Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira", *in Ordem burguesa e liberalismo político*, São Paulo, Duas Cidade, 1978; Bolívar Lamounier, "Formação de um pensamento autoritário na Primeira República: uma interpretação", *in História Geral da Civilização Brasileira*, "O Brasil Republicano", vol. 9, Difel, São Paulo, 1977.

[8] Jarbas Medeiros, *Ideologia Autoritária no Brasil 1930/1945*, Rio de Janeiro, FGV, 1978.

[9] Gilberto Vasconcellos, *A Ideologia Curupira* (análise do discurso integralista), Tese de Doutoramento, Dep. de C. Sociais, São Paulo, USP, 1977; José Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado* (forma de regressividade no capitalismo hipertardio), São Paulo, ed. Ciências Humanas, 1978; Marinela Chauí, "Apontamentos para uma crítica da razão integralista", *in Ideologia e Mobilização*, São Paulo, Cedec, Paz e Terra, 1978.

[10] A primeira de Karl-Heinrich Hunsche, *Der Brasilianische Integralismus* (Geschicte und wesender Faschistischen Bewegung Brasileirus, Stuttgart, 1938), defendida como tese em Filosofia, enfatiza o estudo da ideologia, apoiando-se basicamente em textos doutrinários, e a análise comparativa, embora restrita, com os movimentos políticos fascistas europeus, contemporâneos à sua elaboração. A segunda de Helgio Trindade, *L'Action Integraliste Brésilienne: un mouvement de type fasciste des annés 30*, Paris, Cycle Supérieur D'Études Politiques, 1971, apresentada na Sorbonne em 1971, direciona-se para o estudo do movimento político (AIB, 1932-1938), utilizando-se simultaneamente da análise de textos dos principais teóricos (Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Olbiano de Mello e outros), dos periódicos integralistas nacionais (*A Offensiva, O Monitor Integralista, Anauê* e *Panorama*), assim como de pesquisas de campo e de entrevistas gravadas com ex-dirigentes e militantes, analisando a origem social, motivações de adesão, atitudes ideológicas, formas de organização e mobilização políticas do movimento. Três brasilianistas se ocupariam também do integralismo numa perspectiva histórica: R. Levine, *The Vargas Regime: the critical years (1934/1938)*, New York, Columbia University Press, 1970; Elmer R Broxson, *Plinio Salgado and Brazilian Integralism (1932/1938)*, Washington, The Catholic University of America, 1972. S. Hilton, (S.) "A Ação Integralista Brasileira: Fascism in Brazil (1932/1938)", in *O Brasil e a Crise Internacional* (1930/1945), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

autoritário brasileiro nas Velha e Nova Repúblicas. Com este objetivo, após uma discussão sobre as dificuldades e fatores que explicam a pouca importância atribuída aos estudos ideológicos no Brasil, será desenvolvida, num primeiro momento, uma avaliação crítica da produção recente sobre o integralismo e, posteriormente, apresentado um modelo de análise alternativo através do qual a ideologia integralista será vista de uma forma mais abrangente do que tem ocorrido nas análises tradicionais de ideologias políticas.

1. DESCRÉDITO E COMPLEXIDADE DO CAMPO IDEOLÓGICO

Uma das conseqüências mais positivas da retomada do estudo do pensamento político autoritário do período entre as duas grandes guerras é a valorização da ideologia enquanto campo de pesquisa considerado crucial à compreensão do processo mais amplo de transformações da sociedade brasileira. Geralmente, as análises tradicionais feitas sobre o período, especialmente as diferentes interpretações sobre a Revolução de 30, atribuem um peso secundário ao papel da ideologia no processo de mutação sociopolítica: a ideologia transforma-se, de fato, numa espécie de epifenômeno sem nenhuma autonomia no processo histórico. Tendência oposta à rejeição do papel mediador da ideologia na articulação entre as transformações socioeconômicas e a mudança política é a tentativa de conferir ao aparato ideológico uma autonomia tal que se transforme na explicação central da mudança da sociedade. Recente trabalho sobre o pensamento de Octavio de Faria ao tentar, inspirando-se na perspectiva desenvolvida por Lamounier, de "constituir o campo de estudos sobre o pensamento político e de reconhecê-lo como uma problemática", enfatiza o fato de que "a historiografia brasileira, *grosso modo*, ou rejeita a discussão sobre a ideologia, por partir de modelos onde este fenômeno não encontra lugar como fonte explicativa, ou, em outro extremo, busca nas proposições ideológicas o fundamento social de movimentos políticos. Nenhum destes extremos supera contudo a caracterização da ideologia como algo sem vigor. Ela é para ambos uma mera questão de imputação, já que apresenta uma ligação automática e universal com específicos grupos sociais".[11]

[11] M. Teresa A. Sadek, *Machiavel, Machiavéis: A Tragédia Octaviana*, São Paulo, Ed. Símbolo, 1978, p. 20.

Com a mesma preocupação, embora noutra perspectiva teórica, Marilena Chauí, em recente ensaio, insiste em que "se nos obstinarmos em considerar a ideologia como reflexo superestrutural do que se passa efetivamente no plano da infra-estrutura, se nos obstinarmos em considerar o trabalho do pensamento como um efeito ou uma variável de economia e da política, teremos preparado o terreno para explicações mecanicistas ou funcionalistas não só acerca da ideologia, mas acerca de todo e qualquer modo de pensar". Segundo a autora, "a produção das representações é uma dimensão da práxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais. Pensar e representar são momentos da práxis tanto quanto agir". E adverte que "perceber o desligamento da noção de ideologia para se cobrir toda atividade do pensamento é no fundo uma operação ideológica".[12]

Entretanto, a pouca importância atribuída ao estudo, na expressão de Wanderley dos Santos, da "imaginação social e política brasileira", decorre também de uma dupla conjugação de fatores: de um lado, parte-se do pressuposto de que não existe pensamento político brasileiro e que a história das idéias políticas no Brasil não passa de um processo de imitação, sem nenhuma originalidade, das doutrinas ou ideologias políticas produzidas nos países centrais;[13] de outro lado, desvaloriza-se, por preconceito ideológico, toda uma produção teórica gerada no contexto dos anos 30 em função do "descrédito das idéias autoritárias e notadamente da doutrina fascista do pós-guerra".[14]

Estudos sobre Idéias políticas no Brasil

As explicações acerca da pouca valorização dos estudos sobre as idéias políticas no Brasil, embora fundadas em razões teórico-ideológicas, não enfatizam suficientemente a complexidade da área de estudos em questão. Apesar das contribuições de Marx, Max Weber e Karl Mannheim, como observa Pierre Ansart, ainda não foi produzida adequadamente uma teoria geral da ideologia: "A ocorrência de uma teoria perfeitamente satisfatória da ideologia não é, no estágio atual, surpreendente. Em razão da universalidade do problema, uma tal teoria suporia que estivesse concluída uma teoria geral do social, e, mais ainda, que estivesse realizada essa interdisciplinaridade entre as ciências sociais onde se formulasse uma teoria englobante da ideologia, fenômeno político, sociológico e psicossociológico."

---

12 Marilena Chauí, *op. cit.*, pp. 9-14 e 15.

13 "Como poderia", indaga Lamounier, "o pensamento autoritário brasileiro, mera importação imitativa disso, constituir um objeto de estudo?" – B. Lamounier, *op. cit.*, p. 347.

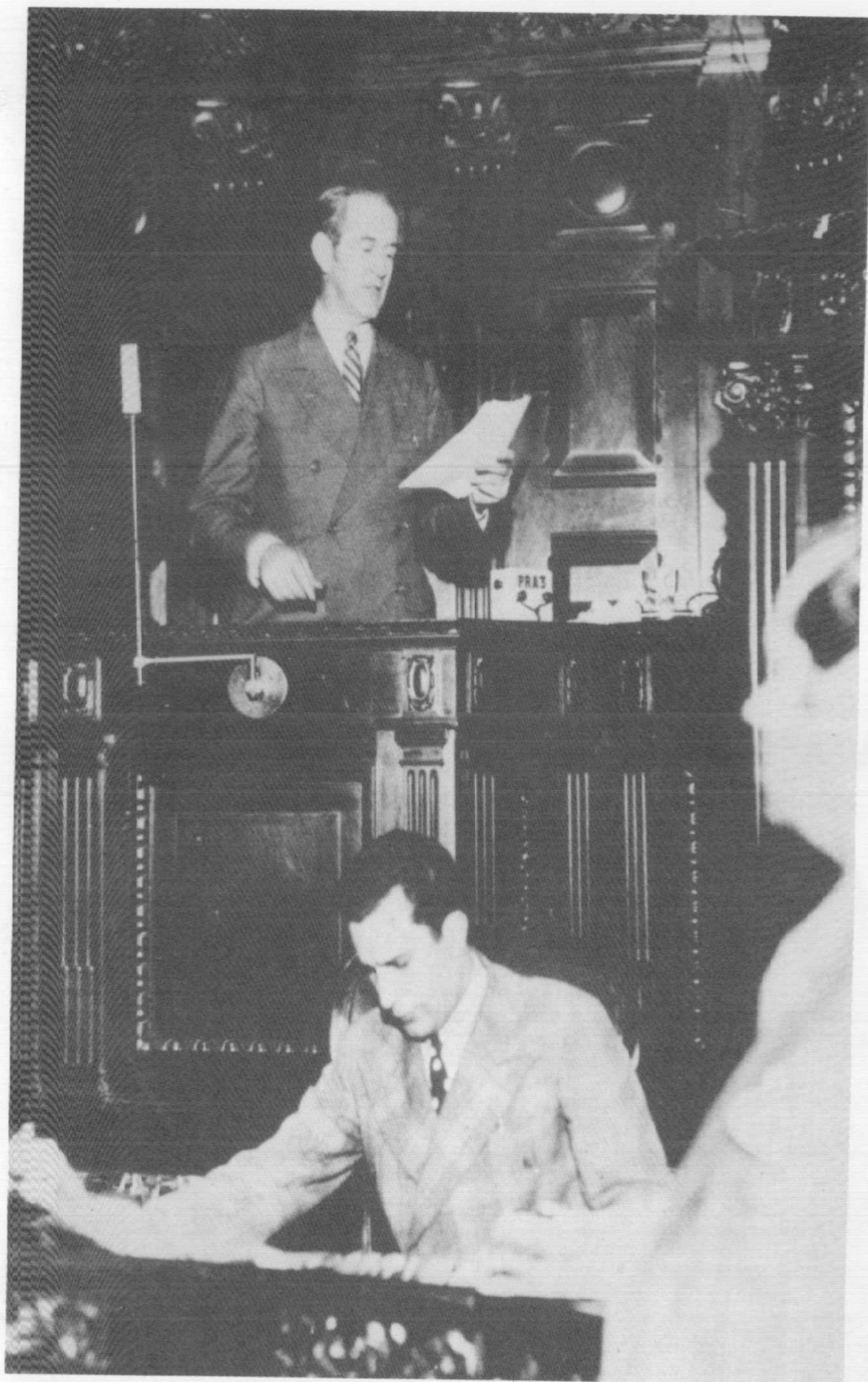
14 *Ibid.*

A existência de um campo autônomo de especificidade do ideológico supõe a resposta a uma série de questões apenas esboçadas pelas ciências sociais: como os símbolos ideológicos traduzem as estruturas sociais, a posição dos atores sociais e seus conflitos? Como este trabalho de produção e reprodução simbólica pode engendrar uma ocultação das relações e das experiências? Como a difusão ideológica consegue modificar e por quais mecanismos os comportamentos dos agentes sociais? Conclui o autor que "a dificuldade da ideologia (e a dificuldade particular do seu estudo) reside precisamente em sua *ubiqüidade*, no fato de que os sistemas de representação estão implicados em toda práxis comum". Neste sentido considera que a tentação permanente dos estudiosos da ideologia é a de "introduzir um corte entre a prática (que seria o real) e o imaginário (que seria o ilusório), quando precisamente a práxis redefine como o que não se pode renovar sem a mediação do simbólico. Se a ideologia é uma estrutura social (uma instituição), ela não é uma superestrutura separável, mas sobretudo uma forma transversal da estrutura social".[15]

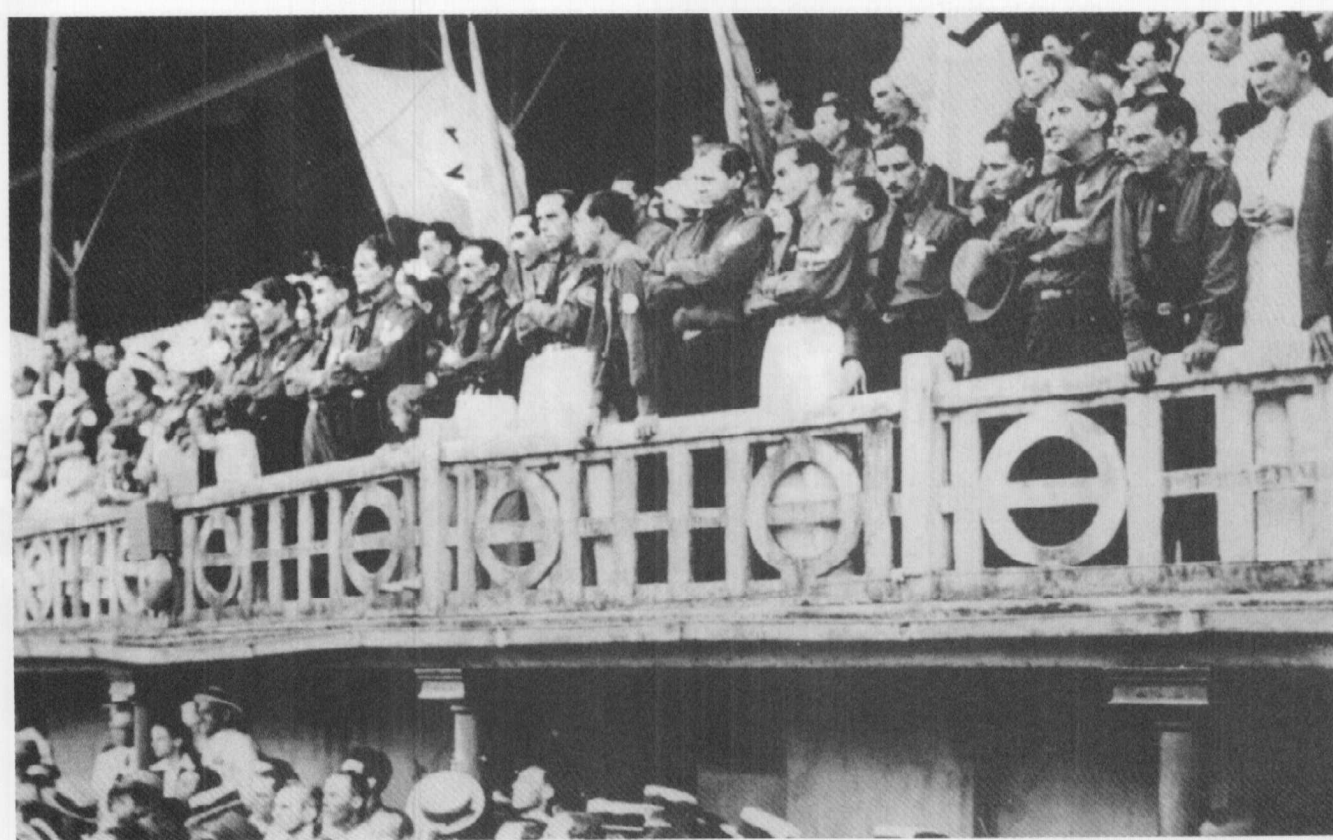
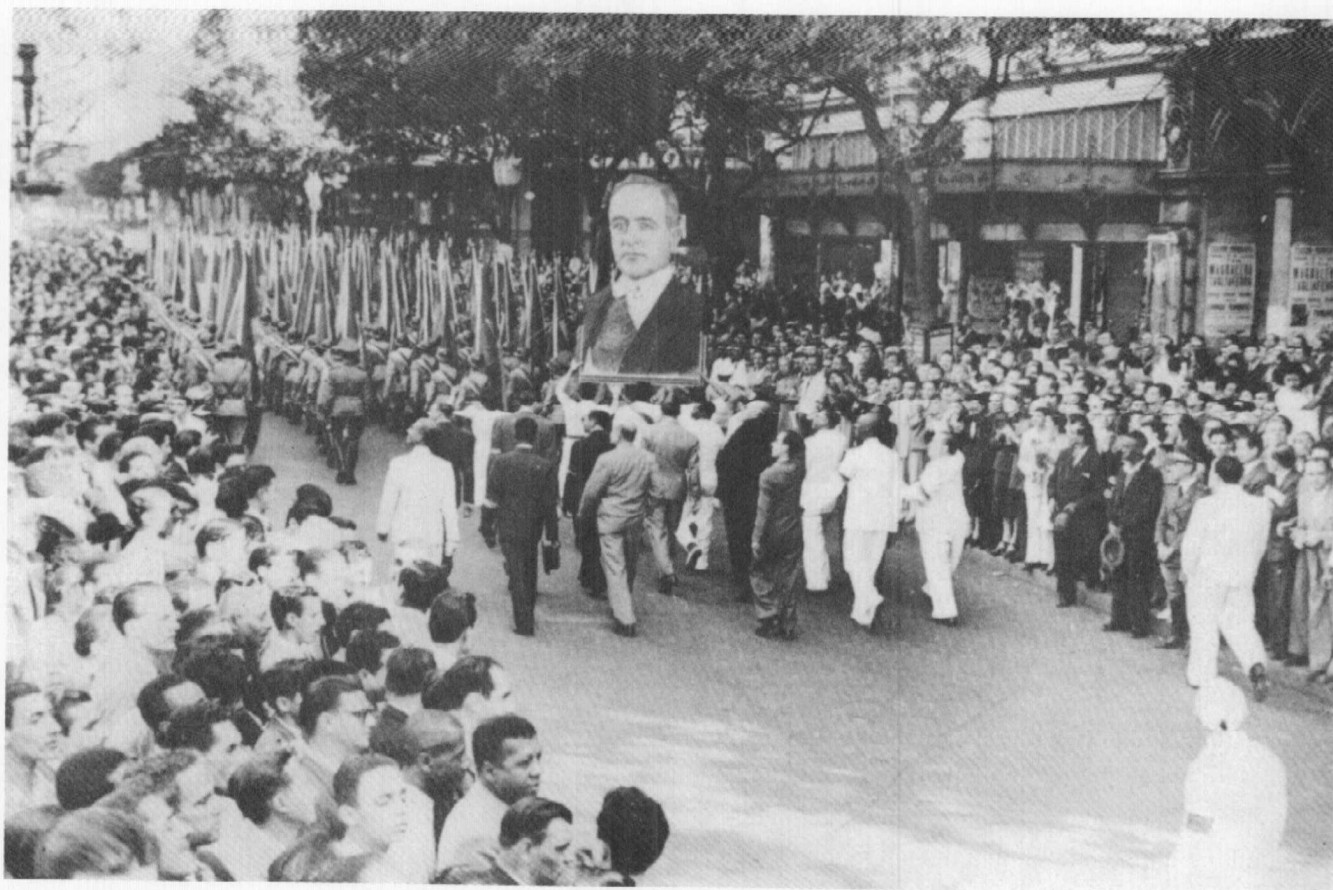
Recuperados, pois, alguns dos principais fatores que explicam a pouca importância atribuída ao campo ideológico nas análises tradicionais sobre a sociedade brasileira, bem como as dificuldades da área de estudo em questão, torna-se indispensável constatar, nas primeiras décadas da República, um esforço significativo de produção ideológica. Na realidade, esse processo de reprodução ao nível das idéias sociais e políticas, se não foi de inovação intelectual, ao menos acabou sendo de reelaboração teórica das idéias dominantes na época, radicalizadas, sob o efeito da Grande Guerra, da Revolução Soviética e da ascensão do fascismo italiano, mas também em função dos desafios gerados pelas transformações da sociedade brasileira.

Se da Proclamação da República até a Primeira Guerra nenhuma mudança perceptível ocorre no plano das idéias, mas que permanecem essencialmente as da segunda metade do século XIX, a partir da década de 20, como constata Cruz Costa, começa a esboçar-se uma mutação ideológica, quando um "sociologismo marcado pela influência positivista spenceriana ou o evolucionismo sucederá ao filosofismo do tempo do Império".[16]

Neste contexto do pós-guerra, duas tendências caracterizam esta evolução intelectual: a utilização de um enfoque sociológico em moda na

[15] Pierre Ansart, *Les idéologies politiques*, Paris, PUF, 1974, pp. 102 e 104.
[16] João Cruz Costa, *Contribuição à História das Idéias no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 355.

PRANCHA 1 – Oswaldo Aranha discursa na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro (julho de 1934, Arq. Oswaldo Aranha.)

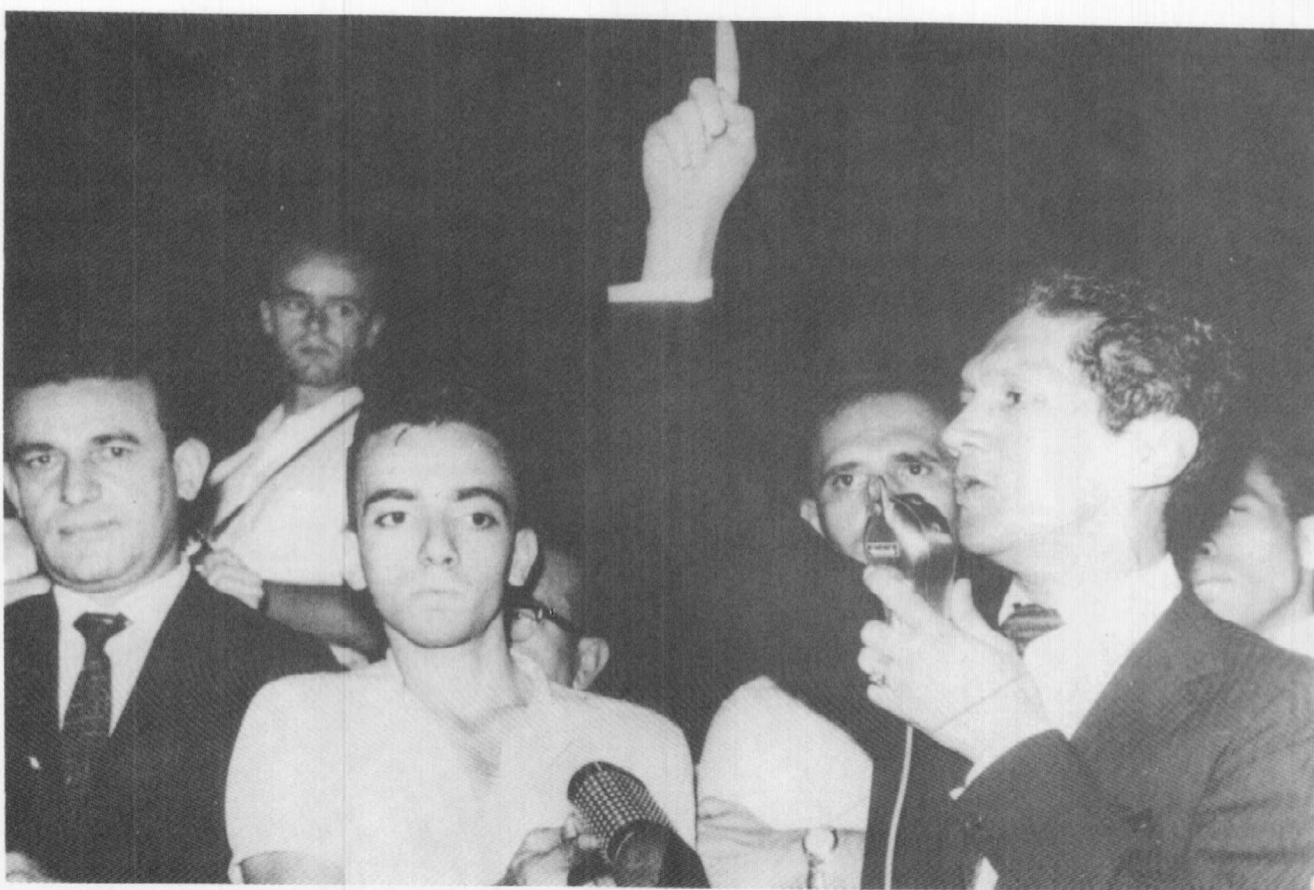
PRANCHA 2 – Comício da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em frente ao Teatro Municipal do Rio de Janeiro (1935).

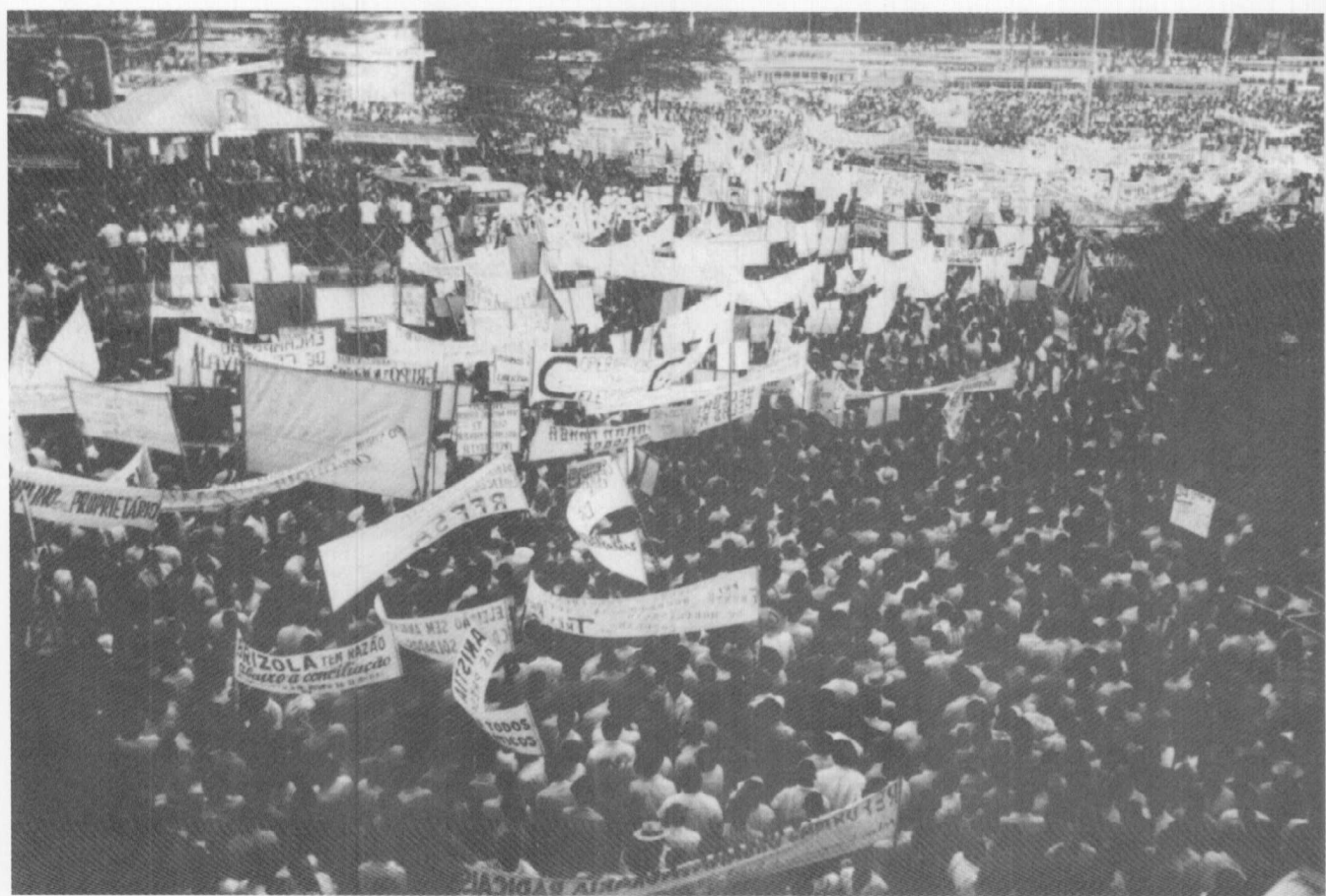
PRANCHA 3 – Prisioneiros revoltosos do 3º RI em marcha na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, em 1935.

PRANCHA 4 – Manifestação integralista no Rio Grande do Sul.

PRANCHA 5 – Manifestação oficial de apoio a Getúlio Vargas (setembro de 1942, Rio de Janeiro).

PRANCHA 6 – Cartaz de propaganda da UDN (setembro de 1945).

PRANCHA 7 – Convenção do Partido de Representação Popular, oriundo do Integralismo, em apoio à candidatura de Eduardo Gomes (São Paulo, agosto de 1950).

PRANCHA 8 – Comício de Jânio Quadros, candidato à Presidência da República, em Presidente Prudente (SP), em fevereiro de 1960.

PRANCHA 9 – Posse de Jânio Quadros na Presidência da República, tendo ao seu lado o Presidente Kubitschek e João Goulart (fevereiro de 1961). (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.)

PRANCHA 10 – Francisco Julião discursa em comício das Ligas Camponesas.

PRANCHA 11 – João Goulart discursa no comício de 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro.

PRANCHA 12 – Aspecto do comício de 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro.

época estimulará o desenvolvimento de análises mais sistemáticas da sociedade brasileira, e, ao mesmo tempo, manifesta-se a preocupação com a criação de um pensamento nacional autônomo para solucionar os problemas brasileiros sem recorrer a modelos estrangeiros.

A importância crescente atribuída ao estudo das doutrinas e ideologias políticas no Brasil, pressupondo-se que as idéias estejam "fora de lugar", na ótica de Roberto Schwartz, ou "no lugar", como sugere Maria Sylvia de C. Franco,[17] revela, em síntese, a presença de um campo aberto à investigação e que, somente nas últimas décadas, tem atraído a atenção dos cientistas sociais brasileiros. E, como observa Lamounier, com inteira razão, a carência de análises sobre o pensamento político reflete-se na própria interpretação histórica do período: "Equivocada, a meu ver, quanto à importância teórica, quanto à relevância para a situação brasileira e em certos casos até mesmo quanto à procedência da inspiração autoritária que aqui vicejou, a historiografia que assim se desenvolveu há muito vem reclamando uma revisão".[18]

2. NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE A IDEOLOGIA INTEGRALISTA

A partir de 1977, a produção acadêmica se enriquece com duas novas teses de doutoramento, abordando, sob diferentes perspectivas analíticas, a problemática da natureza do integralismo.[19] A primeira delas foi

---

[17] Roberto Schwartz, "As idéias fora do lugar", *in Estudos CEBRAP* nº 3, São Paulo, Brasiliense, janeiro 73; M. S. de Carvalho Franco, "As idéias estão no lugar", *Caderno de Debate*, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 1976.

[18] B. Lamounier, *op. cit.*, p. 347.

[19] Em 1977, também foi elaborada uma dissertação de Mestrado em Ciência Política (René Gertz – *Os Teuto-Brasileiros e o Integralismo no Rio Grande do Sul: contribuição para interpretação de um fenômeno político controvertido*, Porto Alegre, OFRGS, 1977), apoiando-se em pesquisa realizada em São Leopoldo, cidade mais representativa da velha colonização alemã no Rio Grande do Sul, analisando criticamente as interpretações tradicionais, inclusive as de origem policial. O autor constata, em nível local, a existência de três grupos diferenciados: os "nazistas", identificados ao nacional-socialismo e geralmente constituídos "por alemães natos"; os "germanistas", mais interessados na preservação da cultura alemã do que na política hitlerista e, finalmente, os "integralistas", recrutando elementos mais jovens, teuto-brasileiros e majoritariamente localizados no interior do Município. "O cerne da nova tese", explica o autor, "é que o integralismo, isto é, os militantes e dirigentes locais do movimento em São Leopoldo, apresenta características em que a variável étnica é de importância relativa. Ilustramos, como exemplo, que o integralismo

apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, por Gilberto Vasconcellos (*A Ideologia Curupira: análise do discurso integralista*) e a outra defendida, em dezembro, por José Chasin, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo (*O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*).[20]

a) *A "ideologia curupira"*

O trabalho de G. Vasconcellos se, de um lado, vai além do que o título promete, uma vez que o paradigma da "ideologia curupira à luz de hoje, malogrado o *nacional-populismo,* soa certamente mais derrisório ainda o sonho curupira (bem como sua irmã gêmea a ideologia do *desenvolvimento nacional burguês,* que já não cumpre nenhuma função), na exata medida em que a burguesia local se internacionaliza, subordinando-se aos interesses das corporações multinacionais",[21] de outro, fica aquém, uma vez que a análise do discurso deixa a desejar porque centrado em textos preponderantemente do pensamento pré-integralista (anteriores à criação da AIB em 32), não sendo, pois, representativo da ideologia considerada globalmente.

Tal paradoxo, todavia, não questiona o mérito indiscutível da contribuição do sociólogo paulista que propõe uma interpretação original sobre a natureza da ideologia integralista: "Embora de ponta a ponta mimético, o discurso ostenta um traço que o diferencia de seus congêneres europeus, a saber: a fantasmagoria de uma utopia autonomística em relação às

---

conquistava estes adeptos com maior facilidade quando eram dadas certas condições políticas e locais específicas. Neste sentido, a ausência de grupo social específico e de condições locais favoráveis reduziam a força integralista ao mínimo. Ao contrário, a presença dos dois fatores conjugadamente constituía uma situação apropriada para o seu florescimento. E estas variáveis associadas eventualmente à variável étnica explicam o fenômeno (...) A maior complexidade social ali existente (nas zonas de colonização alemã), aliada obviamente a alguma influência ligada ao sistema de valores associados à origem étnica, tornou o campo especialmente fértil para a penetração do fascismo brasileiro." A análise crítica das interpretações tradicionais, o estudo sociológico dos resultados eleitorais e sua distribuição nos diferentes distritos e sede do Município, articulando-se com a análise histórica e com a coleta de depoimentos e de documentação inédita em língua alemã, valorizam a qualidade acadêmica do estudo em questão.

[20] G. Vasconcellos, *A Ideologia Curupira (análise do discurso integralista),* São Paulo, Dep. Ciências Sociais da USP, 1977, e J. Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio,* São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

[21] G. Vasconcellos, *op. cit.,* p. 4.

nações capitalistas hegemônicas. Fantasmagoria não só porque é irrealizável o desejo de converter o país numa região apartada do processo civilizatório ocidental, mas também porque são elididos, nessa utopia, os fundamentos concretos da dependência". (...) "O agente da utopia seria o Estado Integral; o objetivo, proteger o Brasil da luta de classes, que é vista como intrusão forasteira. A redefinição da dependência em 1930, a passagem da agroexportação para a fase em que o setor industrial passa a ser o pólo, dinâmico da economia brasileira, deixou perplexos os 'camisas-verdes', num beco sem saída: como conciliar o nacionalismo, a denúncia, ainda que abstrata do imperialismo econômico e o arremedo às claras, mas no limite inconfesso, dos fascismos europeus. Resultaria desse emaranhado quadro de contradições a resposta fantasmagórica à dependência".[22]

A questão principal que procura enfrentar o trabalho de Vasconcellos é buscar a especificidade do integralismo enquanto discurso numa sociedade capitalista periférica. No capítulo intitulado "Fontes nacionais do discurso integralista", o autor refere-se "a uma ambivalência na configuração do discurso integralista: seus principais traços ideológicos teriam sido extraídos tanto do fascismo europeu quanto de uma tradição intelectual autoritária no Brasil".[23] Nesta perspectiva, não lhe satisfaz a caracterização do integralismo como uma "ideologia eclética para designar o fato de ter ele se abeberado das mais diversas fontes, nacionais e estrangeiras".[24] Na sua opinião, esta interpretação não responde "a questão de sua especificidade, posto que todo discurso fascista ostenta ineludivelmente – quer floresça num país hegemônico ou periférico – uma salada teórica, isto é, uma ideologia heteróclita em virtude de seu extremo irracionalismo"[25]. A partir desta postura crítica propõe como hipótese central que o traço diferenciador do integralismo com relação aos fascismos europeus foi a elaboração, em nível ideológico, de uma "utopia autonomística" com relação às nações capitalistas hegemônicas, cujo objetivo seria o de converter o Brasil num país isolado da civilização ocidental.

Teoricamente a hipótese parece fascinante, na medida em que fisga no interior do discurso uma especificidade que, segundo o autor, se reproduz genericamente sob a forma da "ideologia curupira" (simbolizada pelo "duende de pés voltados para dentro" como expressão da resistência

[22] Vasconcellos, op. *cit.*, pp. 1 e 2.
[23] Vasconcellos, *op. cit.*, p. 131.
[24] Vasconcellos, *op. cit.*, p. 41.
[25] Vasconcellos, *op. cit.*, p. 61.

nacionalista à influência estrangeira), tanto na ideologia do "desenvolvimento nacional" dos anos 50 quanto na do "nacional-populismo dos anos 70".

A "ideologia curupira", com a "ruptura imaginária dos traços de dependência", seria, pois, em síntese, a expressão do "estágio evolutivo do pensamento burguês na periferia", exprimindo "a contradição de uma burguesia que, embora subordinada economicamente, começa a se apegar à ideologia do desenvolvimento nacional".[26]

O argumento desdobrado pelo autor como paradigma explicativo da emergência de "ideologias do desenvolvimento nacional" é inteiramente plausível, embora mereça alguns reparos no que concerne à ideologia integralista. No nível explicativo global não satisfaz a crítica à interpretação do ecletismo ideológico integralista, uma vez que esta é precisamente a especificidade de todo o fascismo que se reproduz, mesmo na Europa, com exceção do fascismo italiano. Em todo fascismo coexistem, paradoxalmente, um nacionalismo exacerbado e uma influência e, até mesmo, solidariedade ideológica com o fascismo internacional. Neste sentido, a singularidade do discurso ideológico fascista se configura, precisamente, no tipo de combinação entre o nacionalismo nascente em cada sociedade onde ele florescia e a percepção de um sentido da história marchando para o fascismo em escala internacional, o que conduzia necessariamente ao ecletismo do discurso.

Noutro nível de análise, não parece caber na mesma categoria de "ideologia curupira", enquanto expressão do "pensamento burguês na periferia"; modalidades de discurso ideológicas, ainda que contendo evidentes traços comuns, respondem a estágios do desenvolvimento capitalista diferenciado e, em conseqüência, não podem representar interesses de classe homogêneos. Caberia perguntar, neste caso, se poderiam ser enquadradas, como manifestação dos mesmos interesses da burguesia, a ideologia integralista preponderantemente associada às camadas médias urbanas dos anos 30, em busca de canais de manifestações políticas e que se exprimem através de uma contra-ideologia que não logra a conquista do poder político, e as ideologias do "desenvolvimento nacional" ou "nacional-populista" difundidas sob a capa protetora da dominação política e econômica dos anos 60 e 70?

Deixando de lado, porém, a discussão em torno do paradigma analítico subjacente, com vigência explicativa para os períodos posteriores à

[26] G. Vasconcellos, *op. cit.*, p. 3.

década dos 30, seria interessante centrar as considerações críticas apenas no discurso integralista e em sua interpretação.

Neste nível, alguns aspectos merecem ser comentados, sem prejuízo do reconhecimento da fertilidade conceitual da hipótese central do autor. A questão que poderia ser posta, em função da fundamentação empírica da hipótese de Vasconcellos, é a seguinte: até que ponto a redução da especificidade da ideologia à "utopia autonomística" não corresponde na realidade a uma leitura preponderante dos textos pré-integralistas da fase modernista de Plínio?

O questionamento se justifica porque se constata na análise a ausência de referências à literatura de conteúdo mimético mais explícito, inspirada nos fascismos europeus dos anos 30. Verifica-se, porém, de um lado, uma utilização restrita da literatura integralista produzida no período da vigência da Ação Integralista Brasileira (1932 a 1937): os escritos de Plínio utilizados estão mais direcionados a questões relativas à problemática do modernismo e as suas polêmicas literárias, e na bibliografia não aparecem os livros anti-semitas de Gustavo Barroso,[27] e do Secretário Nacional da Doutrina, Miguel Reale; faltam, ao menos, cinco obras importantes para a compreensão de seu pensamento político-ideológico.[28] De outro lado, o que existe de consistente na teoria do Estado Integral que, segundo a interpretação contida na tese, teria como objetivo "proteger o Brasil da luta de classes", é desenvolvida essencialmente por Miguel Reale, que se encontra ausente na análise.[29]

Evolução do pensamento de Plínio Salgado

Outra dimensão que poderia ser questionada é a ausência de uma perspectiva evolutiva da ideologia. O discurso ideológico é apresentado estaticamente quando se percebe, de forma explícita, a presença de uma transformação dos conteúdos

[27] *Brasil-Colônia de Banqueiros* (1934); *O Quarto Império* (1935) e *A sinagoga paulista* (1937); *Judaísmo, raça nova e comunismo* (1937).

[28] *A Formação Política Burguesa* (1934); *O Capitalismo Internacional* (1937); *O Operariado e o Integralismo* (1934); *Atualidade de um mundo antigo* (1936) e *ABC do Integralismo* (1937).

[29] Enquanto Plínio desenvolve um modelo de "Estado familiar corporativo", cujo núcleo de base é a organização dos grupos naturais a partir da unidade familiar, Reale constrói o modelo do "Estado-sindical-corporativo", a partir da organização sindical, inspirando-se no corporativismo italiano, e Barroso, por sua vez, que era mais influenciado pelo nacional-socialismo, prefere a expressão, chamada por ele mesmo de "Estado social-totalitário Integral". In G. Barroso, *Integralismo em Marcha*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1933, p. 81. Maiores detalhes sobre a concepção do Estado Integralista, vide Helgio Trindade, *op. cit.*, pp. 227-232.

ideológicos através do tempo. Mesmo o pensamento de Plínio Salgado, apesar de alguns traços permanentes, evolui sensivelmente. O próprio nacionalismo, que é um dos temas constantes de sua obra, desde os primeiros escritos no *Correio de São Bento,* em 1916, até os escritos ideológicos do pós-30, sofre alterações significativas no conteúdo.[30] Evolui igualmente sua atitude em relação ao fascismo: o nacionalismo do Professor Juvêncio, personagem central do romance *O Estrangeiro,* de 1926, na cena em que degola os papagaios, diante dos seus alunos, porque cantavam o hino fascista, é diferente da atitude exacerbada da figura visionária do filósofo Maranduba do *Cavaleiro de Itararé,* publicado em 1932, que cria uma organização política hierarquizada, que denomina "Associação dos Fósforos de Segurança", com características fascistas.[31]

O questionamento subjacente à observação crítica feita anteriormente poderia ser recolocado nos seguintes termos: a "utopia autonomista" enquanto especificidade da ideologia integralista não seria, na verdade, mais expressiva do discurso pré-integralista, fundada no nacionalismo telúrico do futuro Chefe integralista, do que algo representativo da ideologia considerada em sua totalidade, ou seja, incorporando a evolução da mesma e suas tendências doutrinárias internas?

Outro aspecto que merece um comentário no trabalho de Gilberto Vasconcellos diz respeito à relação entre a ideologia integralista e o contexto histórico brasileiro. O paradoxo da análise decorre da valorização explícita do autor quanto à importância crucial do período histórico no qual se insere o Integralismo para explicar algumas das proposições centrais do trabalho e o fato de que todo o estudo passa-se num limbo societal. Constata-se ao final da leitura que a perspectiva analítica, que supõe a incorporação de um contexto econômico, social e político dado, na realidade exclui qualquer referência a espaço histórico na configuração da ideologia.

Uma das implicações desta postura analítica repercute na questão das fontes nacionais do discurso ideológico. Essa limitação transparece na referência a um "impasse" na determinação da especificidade da ideologia: "A busca de especificidade do discurso integralista, segundo Vasconcellos, tem redundado em equivocadas deturpações ideológicas ou em análises que não conseguem, de modo satisfatório, demonstrá-la. Ora, se não se consegue mostrar sua diferença em relação aos fascismos europeus

---

[30] Neste particular vide Helgio Trindade, *op. cit.*, pp. 45 e 219-226.

[31] Helgio Trindade, *op. cit.*, pp. 66 e 75.

por que então não reconhecer que o integralismo é inteiramente mimético?" E acrescenta: "Até mesmo a análise de Helgio Trindade se afunda nesse impasse."[32]

A objeção deste ângulo parece equivocada porque o objetivo do trabalho referido não era o de determinar a especificidade do discurso integralista, mas o de definir a natureza de um movimento político. Em conseqüência, as condições internas favoráveis não se referem às fontes ideológicas, mas a condições históricas que explicam a implantação e expansão de um movimento político-ideológico que se transformou no primeiro movimento político de massa no Brasil. Neste sentido, quando está afirmado na conclusão que não se pode dizer que o "integralismo tenha sido, exclusivamente, um mimetismo ideológico", a referência não diz respeito apenas à ideologia, mas às condições históricas internas e externas que se conjugam na emergência da Ação Integralista Brasileira.

Retomando, em síntese, os comentários críticos ao estimulante trabalho desenvolvido por Gilberto Vasconcellos poder-se-ia dizer que a "ideologia curupira" em estado puro, no contexto do período de 1920 a 1940, corresponde mais à fase pré-integralista centrada na experiência modernista e jornalística de Plínio Salgado do que a fase marcada pelo advento da Revolução de 30 à qual o Manifesto de 32 e a fundação da AIB pretendem ser uma resposta condicionada basicamente por parâmetros históricos nacionais.

Por sua vez, a ausência de uma análise histórica do período não permite distinguir as mudanças sensíveis no posicionamento ideológico do Chefe integralista. O *Plínio modernista de 1922/30* é o intelectual interiorano que se transfere de São Bento de Sapucaí para São Paulo vivenciando o impacto urbano. Este personagem é obviamente sensível à polarização sertão/litoral, à desagregação cosmopolita, ao choque de valores diluidores da identidade nacional e ao mal urbano. O *Plínio fascista* de *1930/32* revela-se insatisfeito com a experiência jornalística no *Correio Paulistano* e, sobretudo, com a impossibilidade de renovar o velho perrepismo

[32] G. Vasconcellos, *op. cit.*, p. 59. O texto que dá origem à observação supracitada é o seguinte: "É verdade que seu conteúdo ideológico se apoiou amplamente no fascismo europeu. Não se pode dizer, entretanto, que o Integralismo tenha sido exclusivamente um mimetismo ideológico. A adesão ao fascismo de setores importantes da população e a aceitação de sua organização paramilitar não se explicam sem condições internas favoráveis. Na realidade, tais condições surgem durante a evolução histórica entre as duas guerras mundiais pela conjugação dos conflitos econômicos, sociais e políticos com a crise ideológica das elites intelectuais", *op. cit.*, H. Trindade, p. 289.

paulista, e partindo em viagem pela Europa numa atitude simbólica de ruptura. Este Plínio sofrerá o fascínio da experiência fascista e escreverá, com entusiasmo, aos amigos sobre a obra de Mussolini e, inclusive, seu encontro com o Duce.[33]

Finalmente, o *Plínio Chefe da Ação Integralista Brasileira de 1932/1938* terá o comportamento de um dirigente político que definirá sua estratégia política e sua produção ideológica em função dos desafios gerados pelo contexto político posterior à Revolução de 30 e a atitude de Plínio, neste particular, não será homogênea.

Mesmo se questionando alguns aspectos da análise do trabalho de Gilberto Vasconcellos, não se pode desmerecer a criatividade das suas duas partes centrais que se constituem nas principais contribuições do autor: a primeira oferece uma rica interpretação psicanalítica do discurso ideológico integralista, especialmente no capítulo dedicado à "utopia narcisista", incorporando ao campo analítico do integralista a complexa literatura sobre o tema; a segunda, reinterpretando, com argúcia e sensibilidade literária, o movimento modernista e, no seu interior, o problema crucial da "politização do modernismo", defende a tese de que "desde 24, ano da publicação do primeiro manifesto modernista, *Pau Brasil*, de Oswaldo de Andrade, já se observa, embora não de forma escancarada, o caráter político da produção literária de 22".[34]

b) *A ideologia do "capitalismo hipertardio"*

Se a tese de Vasconcellos pode ser considerada polêmica em função da diversidade de enfoques analíticos utilizados para captar multiformes dimensões do discurso pliniano, o trabalho de José Chasin peca por qualidades inversas. Teoricamente monolítico e apoiando-se exclusivamente em textos de Plínio Salgado, o fio condutor de sua análise é um esforço exaustivo e monocórdio em negar o caráter fascista do integralismo, a fim de preservar sua premissa básica que só admite a existência de fascismo como "um fenômeno de expansão da fase superior do capitalismo".[35]

[33] Vide cartas de Plínio na obra coletiva, *Plínio Salgado*, São Paulo, Ed. Panorama, 1936, e o artigo "Como eu vi a Itália", *Hierarchia*, Rio de Janeiro, março/abril, 1932, p. 203.

[34] G. Vasconcellos, *op. cit.*, p. 131.

[35] J. Chasin, *op. cit.*

A preocupação de Chasin com a natureza da ideologia integralista transparece desde as primeiras páginas de seu trabalho, onde, após escolher como epígrafe um texto de Marx ("Toda ciência seria supérflua se a aparência das coisas coincidisse diretamente com sua essência"), lança-se numa minuciosa e discutível tentativa de penetrar no sentido último da cosmovisão pliniana. Preocupa-se, sobretudo, em responder ao apelo do Chefe integralista que "reiteradamente afirma a originalidade de seu pensamento, a raiz brasileira de suas idéias e sua distinção do fascismo europeu".[36] Este ardor paradoxalmente revisionista em função da postura teórica do autor fraqueja, porém, sem que ele disto se dê conta, nas primeiras páginas de sua "Introdução": abstraindo qualquer cronologia histórica e não percebendo a tentativa de Plínio, de desfazer-se da roupagem fascista em 1950, começa a citar passagens de *O Integralismo perante a Nação*, editado em 1950, sensibilizando-se com a autocrítica do Chefe da AIB: "Neste livro, além da recomposição histórica de fatos maldosamente deturpados, poder-se-á apreciar toda a evolução de um *pensamento político cristão, democrático* e *nacionalista*" (grifo nosso). E, como que se esquecendo da epígrafe de Marx, Chasin acrescenta o seguinte comentário visivelmente enredado na linguagem de Plínio: "Estes trechos revelam melhor sua intenção se a eles se acrescentar um outro pertencente ao mesmo livro, mas cinco anos mais velho." E Chasin, não concordando com o anátema de fascismo que, injustamente, teria sido atribuído ao integralismo, transcreve novamente uma passagem de um Salgado travestido em democrata cristão: "(o integralismo) baluarte do respeito à pessoa humana desde sua primeira hora, como se vê dos Estatutos da Sociedade que fundou e do Manifesto com que apareceu, classificaram-na como ideologia destruidora da liberdade. Penetrado de sentimento brasileiro até a medula e timbrando em criticar acremente todas as instituições e costumes alienígenas, atribuíram-lhe a vergonha de copiador de regimes exóticos".[37]

Textos Integralistas alterados

Estes deslizes iniciais poderiam ser irrelevantes no conjunto da obra se eles não prenunciassem uma utilização sistematicamente inadequada, por parte do autor, das fontes do pensamento de Salgado. Procurando, pois, contestar a qualificação de fascista ao discurso pliniano, Chasin mesclou analiticamente textos pré-integralistas anteriores ao manifesto de outubro de 1932 com textos posteriores ao fechamento da Ação Integralista, escritos no pós-Segunda

[36] J. Chasin, *op. cit.*, pp. 3 e 33.

[37] J. Chasin, *op. cit.*, p. 34, nota 4.

Guerra, como documentação de apoio à sua conclusão final de que "*antológica* e *teleologicamente* fascismo e integralismo se opõem como objetivações distintas".[38] Decorre que, justamente no livro de Plínio Salgado citado anteriormente, o Chefe integralista, no afã de escamotear a linguagem fascista do seu discurso ideológico (menos enfático, deve-se reconhecer, do que transparece nas obras de Miguel Reale), provocou deliberadamente adulterações nos textos originais dos documentos oficiais transcritos. Constata-se, por exemplo, que os aspectos antipluralistas da ideologia foram suprimidos. O artigo XX das "Diretrizes Integralistas", de 1937, declara que "o integralismo favorece a pluralidade sindical dentro do regime liberal vigente, mas também o princípio da *rigorosa unidade sindical* num regime político integral". Na reprodução deste texto foi eliminada qualquer referência à unidade sindical: "O Integralismo mantém o princípio da organização sindical num regime político orientado por princípios cristãos." O artigo XXIV foi também modificado: "No Estado Integral tornam-se *desnecessários os partidos políticos* (...) O Integralismo não fere a democracia *extinguindo os partidos políticos.*" No texto transcrito no livro referido aparece apenas esta frase: "No Estado Integral, todos os brasileiros colaborarão, no grupo a que pertencerem, para a formação do poder público", e foi acrescentada a seguinte frase: "O integralismo é pela organização corporativa não meramente econômica, à maneira do fascismo, porém econômico-política, exprimindo assim a democracia orgânica."[39]

A partir desse equívoco inicial, Chasin começa criticar os autores que "reduzindo, portanto, os protestos e as afirmações de Salgado a mero resultado de *dissimulação tática,* jamais efetivam uma análise de seus textos". E acusa estes autores de terem considerado "com demasiada ligeireza a questão que assim definha em simples maquiavelismo, não sendo efetivamente alçada à condição de problema científico". E conclui num tom justiceiro: "A nosso ver, elimina-se, de saída, a possibilidade de identificar o porquê de o ideólogo tanto insistir na brasilidade, de suas formulações, e também, o que é mais grave, afasta-se ao mesmo tempo a possibilidade de determinar a natureza real de sua doutrina, que é evidentemente a questão fundamental.[40]

Nesta linha de análise, Chasin se opõe, de forma radical, ao fato de que "a crítica ao integralismo tem sucumbido à explicação mimética na

[38] J. Chasin, *op. cit.,* p. 652.
[39] Maiores detalhes sobre este aspecto, vide Helgio Trindade, *op. cit.,* p. 239, nota 106.

medida em que esta tem sido o pressuposto mesmo das análises até hoje realizadas e não o seu *produto analítico*".[41] A partir desta perspectiva crítica adotada pelo autor no início de seu trabalho, aflora o segundo equívoco que inspira sua revisão da "análise tradicional". Este equívoco decorre da afirmação mecanicista ao reverso que, num trabalho sobre o Integralismo, "não só o mimetismo é afirmado, mas também as condições de sua possibilidade. Em outros termos, procurou o autor dar fundamento de realidade à operação mimética hipoteticamente constatada. Nestas condições, o integralismo é um fascismo, e as condições do Brasil de 30 são entendidas como fundamentalmente semelhantes às da Itália, Alemanha e outros países da mesma época.[42] Ora, parece contestável a assertiva de que o mimetismo seja um "pressuposto", já que, ao menos no contexto do estudo aludido, ela é uma hipótese de trabalho comprovada empiricamente através de uma análise sistemática que não se cingiu ao nível do discurso ideológico, mas que considerou o integralismo como um movimento político inserido concretamente no processo histórico dos anos 30.[43]

A distorção básica da análise de Chasin provém, portanto, de sua tentativa em negar o mimetismo ideológico incorporado no movimento integralista, utilizando-se apenas do discurso de um dos seus teóricos, cujos textos são buscados de forma indiscriminada antes, durante e depois da existência da AIB. Em conseqüência, incorre, metodologicamente, no erro de comparar a ideologia integralista global com corporificações diversas da ideologia pliniana. Poder-se-ia, até mesmo, admitir que, estando sua análise centrada tão-somente no pensamento de Plínio Salgado, o autor concluísse que o seu conteúdo não seria nem mimético nem fascista, uma vez que ninguém pode negar que, mesmo no período da AIB, o Chefe integralista foi, do ponto de vista doutrinário, o menos fascista dos teóricos integralistas. O que não parece plausível, porém, é misturar níveis analíticos

[41] J. Chasin, *op. cit.*, p. 34.

[42] *Ibid.*

[43] Com relação à questão do "mimetismo", endosso os comentários críticos de M. Teresa Sadek: "A questão da *imitação* foi com freqüência mal colocada. Se levarmos em consideração que a ciência não é caracterizada pela noção que a produziu, poderíamos perguntar se não mereceria estudo ou debate sobre o *que* foi importado, *como* foi utilizado ou *deformado*. Pois o simples fato da importação de idéias não responde em si mesmo porque se tenha preferido importar tal teoria e não outras. Tampouco responde porque, ao ser escolhida determinada ideologia, esta sofre transformações específicas, que muitas vezes se afastam de tal modo da original que apenas dificilmente poderia identificar-se com a que lhe deu vida." M.T. Sadek, *op. cit.*, p. 24.

diferentes e, a partir de uma análise de conteúdo de textos, buscar a refutação de estudos de natureza e abrangência diferentes.[44]

Além disso, a concepção analítica subjacente à abordagem de Chasin, de um lado, supõe que, no trabalho criticado, a análise desenvolvida sobre a sociedade brasileira fundamentasse o mimetismo na existência no Brasil da época de condições "semelhantes às da Itália, Alemanha e outros países da mesma época" (o que seria uma aberração histórica) e, de outro lado, tenta caracterizar o capitalismo brasileiro da década de 30 como sendo "hipertardio", para rejeitar, por definição, na sua ótica, a possibilidade de vigência de qualquer tipo de fascismo. Não seria o caso de questionar se a viabilidade de um mimetismo ideológico não suporia que as idéias estivessem "fora de lugar" e que o objeto da explicação deveria, justamente, em se tratando de sociedades econômica e socialmente diferentes, como estas idéias conseguem ser importadas e reelaboradas não só pelas elites intelectuais, mas também como penetram em segmentos mais amplos da sociedade?

Na realidade, como muito bem observa M. Teresa Sadek, citando Schwarz, "as idéias estão no lugar quando representam abstrações do processo a que se referem". Mas, acrescenta: "Se no Brasil as 'Idéias estão fora do lugar', é porque delas nos apropriamos, transferindo-as para um contexto que tem muito pouco a ver com sua matriz original (...) o problema central, que se colocaria para o analista das idéias no Brasil, seria o de, a partir das condições reais nacionais, buscar o que faz com que idéias européias desloquem-se de seu lugar e, portanto, deixem de ser abstrações dos processos a que se referem. E nesta busca, tentar captar, não apenas uma *deformação (deslocamento)*, mas também o modo pelo qual aquela ideologia, embora fora de lugar, desempenha sua função – permitindo que

[44] Recente artigo de Ricardo B. de Araújo propõe-se a fazer "uma análise sistemática das categorias (no sentido que ele é dado por Durkheim) que formam o discurso integralista", com o objetivo de "perceber a lógica própria do pensamento de Plínio". A referida interpretação, embora tenha permanecido num nível descritivo, consegue estabelecer um esboço sintético da "lógica específica da reflexão" de Plínio Salgado. Apesar de não ser inteiramente convincente a classificação do pensamento pliniano como sendo uma visão conservadora do mundo" diferenciada e, ao mesmo tempo, com traços semelhantes ao fascismo ideológico, bem como, muito genérica, a especificidade da ideologia que colocou como problema fundamental "o da relação entre indivíduo e sociedade" (p. 177), o trabalho tem o mérito de postar-se, metodologicamente, em nível de discurso ideológico, evitando as confusões entre análise de ideologia e do movimento. Araújo (Ricardo Benzaquende), "As classificações de Plínio: uma análise do pensamento de Plínio Salgado em 1932 a 1938", *Revista de Ciência Política*, 21 (3), jul/set., 1978, pp. 161-180.

as pessoas se integrem no processo social através de convicções refletidas e não (só através) da força bruta."[45]

O caráter extensivo da leitura de Chasin à ideologia pliniana é diretamente proporcional à necessidade de legitimar seu argumento: "O fascismo é uma ideologia da mobilização nacional para a guerra imperialista que se pôs nas formações de capitalismo tardio quando estas emergem na condição de elos débeis da cadeia imperialista e o integralismo uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo hipertardio, uma proposta de freagem de desenvolvimento das forças produtivas com um objetivo ruralista".[46]

Entretanto, ninguém melhor que Antônio Cândido para, no próprio prefácio do livro de Chasin, colocar, de forma elegante, a crítica fundamental: "Negando que seja possível aplicar no Brasil, sem mais aquela, conceitos extraídos de outros contextos históricos e sociais, o nosso autor se engrena numa linha de pensamento que prefere salientar a diferença brasileira, não a continuidade cultural em relação às matrizes européias. Sua argumentação apresenta o que há de melhor nesta linha, mas também alguma coisa que ela tem de menos seguro, levando a certo perigo de particularização que pode comprometer o entendimento adequado dos fatos, porque impede o retorno dialético aos conceitos. Penso que o *fascismo* funciona como um destes, em relação ao integralismo; dissociá-los é uma

[45] M. Teresa A. Sadek, *op. cit.*, p. 26.

[46] J. Chasin, *op. cit.*, p. 647. Concordo com Marilena Chauí quando diz: "Se número, espaço e tempo não diferenciam, se não exprimem o processo interno pelo qual aquilo é o mesmo (o modo de produção capitalista) existe engendrando suas diferenciações internas necessárias (no caso os diferentes países capitalistas), como explicar que os intérpretes usem categorias, como atraso tardio, vazio, despreparo, imaturidade, importação de idéias etc., para dar conta da singularização histórica brasileira, isto é, das práticas sociais (vale dizer econômicas, políticas e ideológicas)? *In* Chauí (Marilena), *op. cit.*, p. 25. Aliás, Marilena, ao analisar "o imaginário integralista", propõe, como nova abordagem, em seu estimulante ensaio sobre a AIB (de cuja leitura, mesmo quando dela discordo, brotam perspectivas analíticas novas), "não tomar como critério a adequação ou inadequação entre o texto e o real, mas a representação do real veiculada pelo texto, e, então, interpretar as diferenças e conflitos entre os documentos segundo as representações que oferecem do social, do político e da História e, conseqüentemente, segundo os destinatários que elegem" (p. 34). A partir desta postura analítica, a autora dispõe-se a penetrar na complexa questão do "destinatário do discurso" integralista para, na última parte de seu ensaio, sugerir que "a imagem da crise", em diferentes sentidos, é o "tema mobilizador dos integralistas": "A dramaturgia da crise, além desse papel que permite a emergência da ideologia nacionalista e mítica, tem um outro mais preciso e que a alimenta: a teoria pliniana da História. A dramaturgia da crise é o contraponto necessário para neutralizar a revolução" (p. 149).

empresa nova e arrojada, que desperta no autor admiração, mas também receio de suscitar confusões.[47]

Divergindo, embora respeitando a abordagem teórica de Chasin, não se pode negar uma certa frustração, estimulada pela crítica de Chasin à interpretação "tradicional", quando se atinge ao final do livro. O autor propõe-se a oferecer uma "explicação alternativa" a partir de uma "investigação balizada pelo talhe histórico-genético praticado por Luckács", mas na realidade sua proposta de análise é bem mais modesta: enquanto o filósofo húngaro percorre "dezenas de autores, rastreando a composição genética do nacional-socialismo",[48] Chasin limita-se apenas à obra de Salgado desvinculada de qualquer análise do período histórico em questão.

No longo percurso descritivo, que teve o mérito de tentar uma penetração em profundidade no pensamento de Plínio Salgado e de incorporar à análise, inclusive documentação inédita,[49] o autor se embaraça, muitas vezes, na prolixa retórica de Salgado, e, a partir de uma ordenação discutível dos textos, realizando monótonos vaivéns analíticos. Um dos méritos indiscutíveis de Chasin, porém, foi o de ter conseguido estabelecer uma lógica interna na temática ideológica de Salgado, que o próprio autor jamais conseguiu ou pretendeu realizar!...

Apesar da desproporção entre a ambição teórico-metodológica do autor e o campo da análise efetivamente percorrido, a questão controvertida que permanece é a de saber, em função do conteúdo "espiritualista, ruralista, nacionalista, irracionalista" da ideologia integralista, enfatizados por Chasin,[50] se esta perde seu caráter fascista e, em conseqüência, vincula-se a um outro universo ideológico.

Chasin procura, escrupulosamente, negar a presença de qualquer traço ideológico fascista no integralismo, mesmo porque seria aberrante no contexto de seu quadro teórico. Até mesmo quando Plínio manifesta explícitas simpatias pelo fascismo, como no artigo "Como eu vi a Itália", publicado em abril de 1932, após seu retorno de viagem à Europa, onde

[47] J. Chasin, *op. cit.*, p. 16.

[48] J. Chasin, *op. cit.*, pp. 39 e 61.

[49] Por exemplo: o Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo de 31 e os discursos do *Anais da Câmara dos Deputados* de 1928 a 1930, ambos de autoria do futuro Chefe integralista.

[50] Segundo Chasin, "a tríade fundante da ideologia salgadiana" é "Espiritualismo, tradicionalismo e irracionalismo", sendo que "o espiritualismo é a última instância da ideologia pliniana". J. Chasin, *op. cit.*, p. 235.

se entrevistara com Mussolini, afirmando, por exemplo, que "Roma fascista, tão caluniada pelos ébrios da cocaína literária, constitui atualmente a suprema garantia da liberdade",[51] ele interpreta como recurso tático. Na perspectiva do autor, "o integralismo de Salgado se põe, em sua essencialidade, independentemente do fascismo, mas que este é, em certa medida e a um tempo dado, um prestigioso parceiro a quem *taticamente* convém remeter, contanto que não seja pago o ônus de uma identificação que, aliás, seria improcedente". Quando, porém, a utilização tática do fascismo não pode ser dissimulada, então Chasin prefere dizer que "o fascismo não é outra coisa do que uma figura muito próxima à própria propositura integralista(...) Em outros termos, Salgado, em alguns de seus artigos de *A Razão*, faz a defesa e o elogio do fascismo, mas este aí se encontra genericamente convertido à fórmula integralista".[52] Finalmente, para sustentar sua hipótese básica, Chasin aceita o argumento megalomaníaco de Plínio Salgado de que "o integralismo e fascismo não se confundem na medida em que o fascismo é dado como um estágio inferior ao integralismo",[53] da mesma forma que Gustavo Barroso, ao escrever seu livro *O Integralismo e o Mundo*, reduz, caricaturalmente, os fascismos a manifestações imperfeitas da idéia integralista.

Em síntese, a inconsistência maior da tese de Chasin decorre de deficiência na documentação selecionada que, pretendendo superar a explicação mimética, expurgou do universo ideológico integralista as contribuições relevantes de Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina, e de Gustavo Barroso, Chefe Nacional da Milícia, cujos escritos reforçaram o conteúdo fascistizante da ideologia: o primeiro, com a concepção de Estado inspirado no fascismo italiano, e o segundo, com os componentes anti-semitas do nacional-socialismo. Mas, acima de tudo, sua análise ficou a nível do significado interno dos textos, sem considerar que o integralismo, mais do que uma ideologia, foi um *movimento político* e que seu caráter fascista provinha não apenas de semelhanças entre sua temática e a dos fascismos europeus, mas, sobretudo, pela sua forma de organização, base social de recrutamento, motivações de adesão de seus militantes e sentimento de solidariedade com o fascismo internacional.

Essas dimensões cruciais para a elucidação da natureza do integralismo enquanto ideologia e práxis política escaparam, certamente, a Chasin,

---

[51] J. Chasin, *op. cit.*, pp. 462 e 463.
[52] *Idem.*
[53] J. Chasin, *op. cit.*, p. 616.

mais preocupado em combater as "aparências empíricas" da pesquisa do que apresentar uma nova interpretação da sociedade brasileira, que gerou e rejeitou, historicamente, o integralismo.

3. A CONCEPÇÃO PIRAMIDAL DA IDEOLOGIA INTEGRALISTA

As dificuldades com que se defrontam os estudiosos do integralismo decorrem basicamente de dois tipos de fatores. O primeiro, já explicitado na análise crítica de trabalhos anteriores, provém de uma confusão entre níveis analíticos. Ao se indagar sobre a natureza do integralismo, deve-se definir em que nível a análise está sendo proposta. Se esta se limita ao discurso ideológico, as interferências ou conclusões devem permanecer em seu âmbito próprio. As fontes de referência serão, essencialmente, os escritos ideológicos ou doutrinários, compreendendo, conforme sua latitude, um ou mais teóricos e, se for o caso, outras fontes escritas (imprensa, panfletos e todo tipo de material pertinente disponível ao pesquisador); no entanto, quando o objeto de estudo é o movimento político, além da ideologia do qual ele é porta-voz, o campo analítico deve abranger também a organização, a origem social dos dirigentes e militantes, a relação entre o partido e a sociedade no qual está inserido, a fim de que sua configuração capte as diferentes dimensões de uma organização política complexa.

O que tem ocorrido quando estas regras elementares não são seguidas é, geralmente, a confusão conceitual geradora de equívocos sob a capa protetora da "cientificidade". Neste sentido, as críticas referidas aos novos trabalhos sobre a ideologia integralista são enfáticas não tanto pelo conteúdo interpretativo atribuído ao universo ideológico (inclusive, porque estes só enriquecem o nível de conhecimento sobre o tema), mas por aquilo que elas contêm de inferências discutíveis. Assim que, em princípio, a caracterização da ideologia integralista, seja como "utopia autonomística", como "espiritualismo, tradicionalismo e irracionalismo ideológico" ou, ainda, como "pensamento conservador", seria consistente na medida em que refluísse de uma postura teórica ou metodológica unívocas.

Quando, porém, a questão não se restringe ao estudo da ideologia em si, mas pretende ser uma interpretação global de uma organização política com características fortemente ideológicas, o problema torna-se mais complexo. Neste caso, é preciso distinguir diferentes níveis do discurso

ideológico que, apesar das aparências, nem sempre são homogêneos entre si.[54] A ideologia de um partido de tal tipo tem que ser examinada sob diferentes dimensões, uma vez que a ideologia enquanto doutrina sistemática somente vigora e se reproduz em nível dos ideólogos ou dos intelectuais do partido. O que acontece, em geral, com os estudos que analisam a ideologia de um partido de tal tipo, é que a análise tem se limitado aos teóricos do movimento, sem que se procure penetrar em outras camadas da ideologia. Parece indispensável conceber diferenciações sob a forma de uma concepção piramidal da ideologia em cujo topo estivesse a expressão mais elaborada da ideologia, segundo as interpretações de um teórico ou de diferentes teóricos, passando por outras camadas, tais como a ideologia dos dirigentes políticos, a ideologia da imprensa partidária, a ideologia dos militantes de base e, finalmente, a ideologia dos eleitores ou simpatizantes do movimento. Provavelmente, a partir desta penetração nas diferentes camadas ideológicas, o seu espectro perderia a conceitualização coerente observável nos textos doutrinários para misturar-se com as questões de táticas ou de estratégia dos documentos produzidos pelos órgãos de decisão do partido e, finalmente, reduzir-se a proposições fragmentárias e, às vezes, contraditórias, transmitidas pela imprensa partidária ou a percepções de dimensões individualizadas da ideologia a nível dos militantes e eleitores.[55]

Além da complexidade da análise da ideologia vinculada a um movimento ou partido político, o estudo sobre a natureza de uma organização envolve outros aspectos igualmente cruciais. No caso do integralismo não se pode dissociar, por tratar-se de um movimento de inspiração fascista, a ideologia e a organização porque existe uma relação explícita entre a estrutura desta e o conteúdo daquela. Neste particular também é relevante

[54] O tema "ideologia" está sendo utilizado no contexto desta discussão no sentido empregado por Jean Touchard no seu estudo sobre a ideologia do Partido Comunista Francês: "considerando de nossa parte que é tão legítimo falar de 'ideologia gaullista', de 'ideologia liberal' ou de 'ideologia de SFIO', recusando *a priori* considerar ideologia *política* como expressão de um grupo social determinado ou homogêneo; recusando igualmente empregar o termo ideológico com uma conotação pejorativa como o fazem, mais ou menos conscientemente, todos os que consideram a ideologia como uma degradação da idéia (...) nós pensamos que é possível poupar-se de longas definições prévias e considerar, de uma maneira mútua geral, a *ideologia comunista como uma certa concepção de mundo própria aos que reclamam do comunismo*". Touchard (Jean), *Introduction à l'ideologie du Parti Comuniste Français* in *Le Comunisme en France*, Paris, Colin, 1969, pp. 84/5.

[55] Touchard propõe a análise da ideologia comunista na França em quatro níveis: o comunismo dos dirigentes do partido, o comunismo dos intelectuais cujas obras procedem de uma reflexão inspirada no pensamento comunista, o comunismo dos *militantes* e, enfim, o comunismo dos eleitores do partido, *in* Jean Touchard, *op. cit.*, p. 85.

o estudo da organização em função do papel que desempenha como instrumento de socialização político-ideológica dos militantes.

Não se pode igualmente, no estudo global de um partido, prescindir da análise, sempre que existam dados disponíveis, da origem social dos dirigentes e militantes, a fim de melhor compreender sua inserção na relação de forças políticas da sociedade, bem como os interesses que procura agregar ou representar. Finalmente, na medida em que se possa obter este tipo de informações através de entrevistas, é importante conhecer as motivações de adesão dos membros do partido porque elas podem ser elucidativas sobre os aspectos da ideologia que foram mais salientes na decisão de aderir ao movimento, embora este aspecto seja mais importante nos partidos ideológicos.

Não seria ocioso insistir, em função de algumas interpretações sobre a ideologia integralista, que não se pode deixar de encarar a ideologia como uma realidade dinâmica em relação à dialética com o contexto societal. Buscando-se, pois, captar o processo de formação ou de transformação da ideologia em permanente interação com a estrutura socioeconômica e com a conjuntura política da sociedade, percebe-se, nitidamente, o movimento da sua estrutura interna. A formação de tendências, as tensões ou conflitos internos resultam, em última análise, de tentativas de enfrentar os desafios propostos pela sociedade, tornando-se a energia criadora e transformadora da ideologia. Nesta ótica, parece legítimo aproximar, na análise da ideologia de um partido político, a teoria e a práxis do mesmo como estratégia para compreender melhor sua natureza e perceber as tendências mais significativas de sua evolução. Portanto, a análise da ideologia de um partido político qualquer deve ser mais compreensiva e complexa do que a análise de textos dos seus teóricos, se o seu alcance dimensiona-se além dos limites da análise convencional de idéias políticas.[56]

---

[56] Mesmo na ótica do estudo do pensamento político concordo com Vicente Barreto quando afirma que ele "deveria ser encarado antes de tudo como um pensamento histórico" e que "a análise do pensamento político tem sido realizada por duas grandes correntes metodológicas: o textualismo e o contextualismo": – o primeiro "definido como o estudo do pensamento político exclusivamente através dos textos, isto é, considerando-se o próprio texto suficiente para a sua compreensão"; o segundo, que se aproxima da perspectiva sugerida anteriormente, em que "o historiador" concentra sua atenção no contexto do autor, isto é, o tipo de pessoa, o tipo de sociedade, o período histórico no qual viveu, as pessoas a quem se dirigia e tentava convencer etc. O método contextualista requer, porém, elaboração teórica sofisticada para evitar a simplificação envolvida na idéia de que a obra intelectual reflete ou espelha a posição ou classe social de seus autores", *in* Vicente Barreto, *Ideologia e Política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977, pp. 17, 22, 24 e 25.

Estabelecidas estas premissas teóricas e metodológicas, caberia tentar explicitá-las, concretamente, através de uma análise sintética inspirada na abordagem indicada. Em primeiro lugar, procurando recuperar no estudo da ideologia integralista algumas dimensões não consideradas na análise de textos doutrinários, ou seja, articulando o estudo da ideologia dos teóricos e dirigentes com outros níveis de expressão da ideologia associados ao universo ideológico dos militantes de base. Em segundo lugar, buscando, sem a pretensão de produzir uma análise de conjuntura onde se forma e se estrutura a AIB, relacionar o movimento político com o processo histórico em curso.

Nesta direção parece indispensável aproximar, ao menos analiticamente, a AIB do fato político mais relevante do período que foi a Revolução de 30, e seus efeitos sobre a sociedade brasileira até o advento do Estado Novo, quando o movimento integralista seria extinto.

Análise da ideologia integralista

Neste nível de análise da ideologia integralista, duas questões devem ser enfrentadas. A primeira refere-se à abrangência do campo ideológico – do integralismo. A questão básica parece ser: onde se situam as fronteiras da ideologia integralista? O que define o integralismo enquanto ideologia não é apenas o discurso doutrinário produzido por seu fundador, Plínio Salgado, mas também outras manifestações ideológicas que se incorporaram a partir da reflexão de diversos teóricos. Assim que não é suficiente uma análise que pretenda inferir conclusões sobre a natureza do discurso integralista restringir-se ao estudo da ideologia pliniana. Mesmo que esta seja a fonte inicial de inspiração do movimento com a divulgação do Manifesto de Outubro de 32, a ideologia irá incorporar de forma substancial outras contribuições teóricas, através das obras de Miguel Reale,[57] que foi o Secretário Nacional de Doutrina; de Olbiano de Mello, que já produzira, antes da AIB, alguns trabalhos para lançar o seu Partido Nacional Sindicalista[58] e, de Gustavo Barroso, com seus livros anti-semitas.[59] A convergência dessas contribuições

---

[57] Miguel Reale, "A posição do integralismo" *in Estudos Integralistas,* Rio de Janeiro, Tip. Rio Branco, 1933; O *Estado Moderno,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1934; *A Formação Política Burguesa,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934; os outros livros de Reale serão posteriores, entre 1935 e 1937.

[58] Olbiano de Mello, *República Sindicalista dos Estados Unidos do Brasil,* Rio de Janeiro, Tip. Terra do Sol, 1931; *Levanta-te Brasil,* Tip. Terra do Sol, 1931; *Comunismo ou Fascismo?,* Rio de Janeiro, Tip. Terra do Sol, 1931.

[59] G. Barroso, *Integralismo em Marcha,* Rio de Janeiro, Schmidt, 1937; *Brasil, Colônia de Banqueiros,* Civilização Brasileira, 1934; *A Sinagoga Paulista,* Rio de Janeiro, Editora ABC, 1937; *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937; O *Integralismo e o Mundo,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936.

sob a forma de livros, artigos de jornal e documentos programáticos, embora reveladora de tendências internas da AIB, nem sempre publicamente explicitadas, provocou a percepção constatada empiricamente, ao nível de seus militantes, de que elas exprimiam as linhas básicas do corpo ideológico. Portanto, no caso do integralismo, o que define a amplitude do seu campo ideológico é a visão que dela têm os próprios membros do movimento, internalizando a reprodução doutrinária gerada por diferentes teóricos.

A segunda questão relaciona-se com a primeira na medida em que a determinação do nível de abrangência da ideologia depende do grau de propagação da mesma nos diferentes níveis da organização partidária. Esta proposição, para ser válida, deve também ser contestável em nível empírico através da visão ideológica dos militantes da AIB.

Poder-se-ia perfeitamente admitir o caso em que a ideologia produzida pelos teóricos e dirigentes de um movimento político qualquer não se transmitisse, em todas as suas dimensões, aos seus aderentes. Neste caso, o campo da ideologia concreta, embora mais diversificada no plano das contribuições teóricas, seria percebido através de alguns dos seus componentes ou idéias-forças, mas não através de todas as suas manifestações mais significativas. O que singulariza o núcleo ideológico básico do integralismo, no entanto, é que a decorrência de sua difusão através da estrutura autoritária do movimento e dos meios internos de transmissão do seu conteúdo, a ideologia, fundiu-se, apesar das tensões internas latentes, num único corpo ideológico e percebido como tal pelos militantes de base.

a) *A ideologia dos doutrinadores*

A análise global dos fundamentos da ideologia integralista, diferentemente do fascismo italiano onde "o fato precedeu a doutrina", revela um arcabouço doutrinário que, apoiado numa *concepção do universo do homem,* estrutura-se, sob a mediação dos conceitos de "revolução integral" e de nacionalismo, até definir uma concepção de organização social e política da sociedade através do Estado integral-corporativo. Além disso, o integralismo, como toda a ideologia que pretende opor-se à ordem vigente de forma combativa, anatematiza os seus adversários, que são o liberalismo, o capitalismo internacional, o socialismo e o judaísmo.

Concepção doutrinária

Se a concepção doutrinária do integralismo repousa numa concepção do homem e da sociedade, inspirada num huma-

nismo espiritualista e numa visão harmônica da organização da vida em sociedade (cujos lineamentos básicos se encontram no "Manifesto de Outubro" de Plínio Salgado), novas dimensões da ideologia integram as contribuições de outros ideólogos, especialmente a concepção de Estado-Sindical-Corporativo inspirado em Miguel Reale.

A partir da leitura de textos doutrinários constata-se uma articulação entre esta concepção providencial da história ("Deus dirige os destinos dos povos"),[60] baseada na crença do progresso moral do ser humano ("o homem deve praticar sobre a Terra as virtudes que o aperfeiçoam")[61] e num humanismo inspirado num retorno ao ideal medieval de uma sociedade harmoniosa ("os homens e as classes podem e devem viver em harmonia"),[62] do qual resulta a organização hierárquica da sociedade através dos grupos naturais (família, sindicato e unidade política local) na busca mitológica da "quarta humanidade"[63] e a concepção do Estado Integral, que é a forma de organização social e política do integralismo, seja na variante pliniana do Estado familial-corporativo, seja na concepção migueliana do Estado Sindical-Corporativo.[64]

Embora as duas concepções de Estado Integral ofereçam diferenciações na forma básica de sua estruturação política e social (enquanto a idéia de Estado no Manifesto é a de uma superestrutura autoritária, inserida numa perspectiva espiritual nacionalista, na proposição de Reale o Estado é o princípio e o fim do universo ideológico integralista), elas circulam amplamente, no interior da AIB, como complementações uma da outra, sob a égide do Departamento Nacional de Doutrina e, em conseqüência, fazendo parte, ambas, da ideologia.[65]

---

[60] P. Salgado, "Manifesto de Outubro de 1932", p. 1.

[61] *Ibid.*

[62] *Ibid.*

[63] Onde "se realize o Homem Integral penetrado do sentido profundo do Cosmos, como a Primeira Humanidade; iluminado pelo Verbo Divino, como a Segunda; senhor dos elementos, como a Terceira", in P. Salgado, "A Quarta Humanidade", *Obras Completas*, vol. V, Ed. das Américas, 1955, p. 33. Plínio profetiza que a "Quarta Humanidade terá sua base física na América Latina" e que a "raça cósmica" que fecundará esta nova civilização terá como traços fundamentais: agudeza dos instintos graças a sua origem indígena; bondade extrema que caracteriza os povos infantes; profunda espiritualidade e tenacidade na luta, nascidas da conquista da terra e da luta contra a exploração econômica.

[64] Barroso prefere a expressão "Estado social-totalitário integral", *in* Barroso (Gustavo) *Integralismo em Marcha*, p. 81. A concepção de Salgado busca inspiração no tradicionalismo tomista, enquanto que a de Reale repousa na versão italiana do fascismo.

[65] Aliás, neste nível teórico de exaltação do Estado, localiza-se um dos aspectos centrais de inspiração fascista do integralismo, segundo a concepção difundida pelo próprio Mussolini em discurso pronunciado no Scala de Milão, em 1925: "A idéia central de nosso movimento

A ligação entre a filosofia da história e a concepção do homem e da sociedade se estabelece através da idéia de *"Revolução"*. Salgado expõe no livro *Psicologia da Revolução* a posição integralista em face do fato revolucionário na história, definindo sua concepção de "revolução integral". Ele parte da premissa que "o progresso do Espírito Humano realiza-se ao ritmo das revoluções".[66] Considerando esses acontecimentos como um dado da evolução histórica, interpreta-os sem nenhum juízo de valor, como "fatos naturais" ou como "necessidades históricas".

O fundamento dessa interpretação do fato revolucionário está na noção de equilíbrio social, provavelmente buscada em Pareto. Todos os teóricos integralistas estão de acordo com a idéia de que a evolução da sociedade se faz através de rupturas e pelo ulterior restabelecimento do equilíbrio. A revolução, neste sentido, seria um instrumento para destruir o equilíbrio da sociedade em crise e, ao mesmo tempo, fonte geradora de um novo equilíbrio social.

Além da concepção espiritualista da história, o *nacionalismo* é a dimensão mais abrangente da ideologia integralista. O Manifesto Integralista de 32 atribui uma posição central à idéia nacionalista, que procura "afirmar o valor do Brasil", unindo todos os brasileiros num só espírito para construir uma Nação "organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica e feliz".[67] Este ato de fé nos destinos do Brasil traduz-se num projeto ambicioso na medida em que o integralismo se propõe a criar "uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiro".[68]

A idéia-força central do Manifesto é, pois, indiscutivelmente, o nacionalismo, cujo conteúdo é mais cultural do que econômico. Seu conteúdo básico é um apelo à tomada de consciência nacional, que pode ser simbolizada pelo *slogan* "Despertemos a Nação", inspirado no título de um dos livros de Salgado. Esta palavra de ordem integralista estabelecerá a transição entre o nacionalismo lírico de Salgado e outras formas mais agressivas de nacionalismo que irão desenvolver-se.

é o Estado; o Estado é a organização política e jurídica das sociedades nacionais e se manifesta por uma série de instituições de natureza diferente. Nossa fórmula é a seguinte: tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado", *in* Mussolini (B.) "Discurse du Théâtre de la Scala à Milan", em 28 de outubro de 1925, in *Oeuvres Complètes,* Paris, Flammarion, pp. 129-130.

[66] P. Salgado, *Psicologia da Revolução,* Rio de Janeiro, Liv. Clássica Brasileira, 1953, p. 13.

[67] P. Salgado, Manifesto, *op. cit.*, p. 1.

[68] *Ibid.*

O próprio nacionalismo do Chefe integralista incorporará mais tarde outras dimensões reveladoras de sua evolução ideológica. Mesmo no seu nacionalismo anticosmopolita, preponderantemente cultural, percebe-se uma preocupação econômica subjacente ao criticar a influência negativa do capitalismo internacional: "O controle de nossa vida financeira, sempre exercido pelos bancos estrangeiros, criou, por sua vez, as mais graves dificuldades internas."[69] Entretanto, apesar da presença de uma dimensão econômica, o nacionalismo de Plínio permanece essencialmente literário e romântico.

Este último qualificativo produzirá na imaginação ideológica de Salgado uma nova dimensão: o sonho do Império inspirado no mito da civilização desaparecida da Atlântida. Como no contexto brasileiro o tema da expansão imperialista não tinha razão de ser em função dos espaços vazios do território brasileiro, torna-se interessante analisar como Salgado justifica sua concepção imperialista, que é considerada como um dos traços essenciais da ideologia.[70]

O tema aparece claramente na idéia de expansão doutrinária do integralismo sobre o continente latino-americano: "Não me contento com a implantação do Estado Integral no Brasil. Quero que esta idéia se irradie por toda a América do Sul (...) Quando todos os países da América do Sul entrarem neste mesmo ritmo, terá chegado a hora da grande atitude. Esta Revolução Integralista é a Revolução do Continente".[71] Explicitando o imperialismo ideológico de Salgado, outro teórico integralista, Gustavo Barroso, afirmará, mais ambiciosamente, também em 1935, que o "Integralismo brasileiro constituirá um grande Império, uma grande República Imperial, um grande Império Cristão e sua doutrina integral influenciará os destinos da humanidade".[72]

Resta acrescentar que o nacionalismo integralista possui também um conteúdo econômico e antiimperialista. Se estes aspectos não predominam nos escritos de Salgado, aparecem explicitamente nos livros de Miguel Reale e Gustavo Barroso. Com Barroso o nacionalismo econômico adquire um conteúdo anti-semita. Com exceção do conjunto de conferências públicas em 1933, sob o título *O Integralismo em Marcha*, os livros pos-

---

[69] P. Salgado, *Despertemos a Nação*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 124.

[70] Mussolini proclamou em discurso pronunciado em junho de 1925 que "A concepção do Império é a base da nossa doutrina", in Mussolini, *op. cit.*, p. 98.

[71] P. Salgado, "Palavra Nova dos Tempos Novos", *in Obras Completas*, VII, Ed. das Américas, 1935, p. 246.

[72] G. Barroso, *O Quarto Império*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1935, p. 175.

teriores estão impregnados de anti-semitismo. Segundo Barroso, o judaísmo apátrida "é um conquistador e um colonizador dos povos (...) Não dá batalhas; realiza empréstimos".[73] Por sua vez, a atitude de Reale com relação ao imperialismo econômico, numa ótica diferente de Barroso, é explícita: "O Imperialismo não é a última fase do capitalismo, como pensou Lenine. No mundo ocidental ela ainda existe, mas há outra força, bem mais poderosa, a qual não pertence à Nação alguma e está acima das Nações: o supercapitalismo financeiro."[74]

Entretanto, todos os teóricos do integralismo concordam que o objetivo principal do movimento é a *implantação do Estado Integral*. A idéia central é a de que a "revolução integralista" realiza-se pela transformação do Estado. Contudo, a leitura dos documentos e obras integralistas revela uma defasagem entre o grau de elaboração da teoria do Estado e o papel que a ele é atribuído na sociedade integralista.

A concepção estatal de Salgado busca suas raízes na realidade nacional adaptada às necessidades do homem brasileiro: "Pretendemos tomar como base o homem de nossa terra, na sua realidade histórica, geográfica e econômica." A partir desse fundamento, ele procura inferir o modelo familiar-corporativo compatível com sua visão nacionalista: "Desse elemento biológico e psicológico, deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de política econômica, de fundamentos jurídicos."[75] Daí decorre a sua vaga concepção sobre a estrutura do Estado Integral, contida no Manifesto: "A Nação tem necessidade de se reorganizar em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Estas classes devem eleger, cada um por si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Gerais (...) Esses representantes todos devem ser de absoluta confiança de cada classe, vindo seus nomes indicados pelos Conselhos Municipais, Provinciais e Nacionais, saídos também do Partido Único, que é a concretização de todas as classes profissionais."[76]

Nesse contexto, o papel principal do Estado é o de promover a unidade nacional: "Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos, estadualismo em luta

[73] G. Barroso, *O Espírito do Século XX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, p. 94.
[74] M. Reale, *O Estado Moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1934, p. 119.
[75] P. Salgado, "Manifesto de Outubro", *op. cit.*, p. 6.
[76] *Ibid.*

pela hegemonia; luta de classes (...) Pretendemos criar a Suprema autoridade da Nação."[77]

Noutra perspectiva, a caracterização do Estado Integral feita por Miguel Reale no *Abecedário Integralista* define de maneira mais precisa, em linguagem jurídica, os princípios de sua organização. Se para Salgado o Estado confunde-se com a Nação, Reale considera o Estado como a Nação organizada, colocando-o "acima das classes", sendo superior a todas elas "pelas forças de que deve dispor e pelos fins que deve realizar".[78]

Reale proclama que o Estado não é a soma de indivíduos isolados, mas a unidade das classes produtivas organizadas: "Só quem produz tem direito de votar e de ser votado." A lógica desta concepção impõe que as forças políticas organizadas da nação não sejam mais os partidos vinculados à democracia liberal, mas os "trabalhadores intelectuais e manuais. Só a representação dos trabalhadores é representação popular".[79]

De outro lado, o *Abecedário* não se limita apenas a apresentar o sindicato como uma das células do organismo nacional, mas afirma que "o Estado é, do ponto de vista econômico, uma federação de sindicatos". Dentro do modelo sindical-integralista de Reale, "o sindicato é um órgão de finalidades éticas, políticas, econômicas e culturais (...) E um órgão de direito público, sob a imediata fiscalização e proteção do Estado".[80]

Em síntese, os dois modelos de Estado desenvolvidos, em suas linhas gerais, no "Manifesto" e no *Abecedário* deram origem a estudos mais elaborados. Outros ensaios, mesmo quando aprofundam a análise sobre a natureza e o conteúdo do Estado Integral, não superam a clivagem fundamental dos dois primeiros textos integralistas. O principal teórico do Estado, porém, torna-se Miguel Reale, tendo sua posição reforçada em virtude de sua formação jurídica e posição de Secretário Nacional de Doutrina. Salgado, neste particular, manteve sempre uma linguagem mais vaga e imprecisa, ao passo que a posição de Reale aproximava-se mais da de Olbiano de Mello, que preferia a assertiva: "Quem diz Integralismo diz sindicalismo corporativo-nacionalista."[81]

---

[77] P. Salgado, "Manifesto de Outubro", pp. 1 e 2.

[78] P. Salgado, M. Reale, J. C. Mendes de Almeida e J. Leão Sobrinho, *A Cartilha do Integralismo Brasileiro*, São Paulo, 1933, p. 6.

[79] *Ibid.*, p. 8.

[80] *Ibid.*, p. 9.

[81] Olbiano de Mello, "Novos Rumos", *in* P. Salgado, M. Reale e Olbiano de Mello, *Estudos Integralistas* (1ª série), São Paulo, Tip. Rio Branco, 1937, p. 29.

Os inimigos segundo o integralismo

O integralismo, porém, como toda ideologia em ação, definiu seus inimigos, na medida em que se propôs a combater o liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e as sociedades secretas vinculadas ao judaísmo e à maçonaria. A neutralidade do Estado liberal, diante do desenvolvimento da sociedade, criou condições favoráveis à ação do capitalismo internacional e ao desenvolvimento do socialismo. Nesta perspectiva, os integralistas consideram que o socialismo não seria a antítese do capitalismo, mas o resultado natural de sua solução, porque ambos se apóiam na mesma concepção materialista da sociedade. A partir da contribuição de Barroso, porém, a unidade básica dos adversários do integralismo provém do fato de que estão vinculados à dominação judaica.

A posição antiliberal do integralismo transparece no título de um dos capítulos do livro *O que é o Integralismo*, publicado em 1933: "Guerra de morte à liberal democracia!"[82] A hostilidade principal, no início do integralismo, dirige-se mais contra o liberalismo do que contra o socialismo. Este paradoxo se explica não somente porque o liberalismo é o adversário mais imediato, mas, ao mesmo tempo, porque sua concepção é a causa primeira do advento do socialismo. Além disso, o anti-socialismo que se desenvolveu antes da expansão da Aliança Nacional Libertadora e da rebelião comunista de 35 era, de fato, mais a expressão de uma atitude reflexa e preventiva diante da importância dos movimentos socialistas europeus contra os quais se confrontaram os fascismos.

A concepção *anticapitalista* da ideologia integralista apresenta uma ambigüidade fundamental. Os textos dos principais teóricos utilizam uma linguagem muitas vezes fortemente crítica ao sistema capitalista, ao mesmo tempo que a organização proposta pela ideologia não põe em questão os princípios básicos do sistema. A única dimensão do capitalismo condenado por todos é o capitalismo financeiro internacional. O essencial do sistema capitalista, porém, permanece intangível na medida em que o integralismo não põe em questão a iniciativa privada ("o integralismo é contra o controle dos capitais da indústria")[83], a propriedade privada e o princípio do lucro. O objetivo do integralismo é, em última análise, que a "técnica capitalista assuma uma função eminentemente social".[84] O integralismo, pois, pretende, em concreto, transformar o

[82] P. Salgado, *O que* É o *Integralismo,* São Paulo, Ed. Star, 1933, p. 29.
[83] P. Salgado, M. Reale, *Cartilha do Integralismo Brasileiro, op. cit.*, p. 11.
[84] *Ibid.*

capitalismo liberal clássico num capitalismo nacional e social controlado pelo Estado Integral.

A importância atribuída ao anti-socialismo no conjunto dos textos ideológicos é paradoxalmente pequena comparada àquela do liberalismo. O "Manifesto" e o *Abecedário* referem-se vagamente ao socialismo e ao comunismo. Salgado, que declara "guerra de morte ao liberalismo", contenta-se em anunciar, no mesmo livro, uma atitude de "alerta ao socialismo".[85]

O anti-socialismo manifesta-se de três maneiras na ideologia integralista: primeiramente, socialismo e liberalismo são considerados expressões diferentes da concepção filosófica materialista; em seguida, o socialismo encontra-se atrelado às doutrinas "fragmentárias do século passado e que foram superadas pela experiência fascista integral"; finalmente, o combate ao comunismo reveste-se de uma linguagem primária, procurando provocar o medo nos militares e simpatizantes do integralismo.

Anti-semitismo

O último inimigo do integralismo é o *judaísmo,* embora o anti-semitismo não seja um tema ideológico que estabeleça consenso entre os ideólogos integralistas. Gustavo Barroso é praticamente o único representante de uma corrente anti-semita radical; ao passo que os outros doutrinadores, sem negar aspectos nocivos de ação judaica, especialmente no campo das finanças internacionais, parecem mais reticentes em aceitar a tese de que se pode reduzir o conjunto dos adversários ao judaísmo. Embora seja possível estabelecer, analiticamente, uma gradação nas formas do anti-semitismo integralista, o tema, na realidade, incorporou-se à ideologia integralista em razão da grande receptividade das idéias antijudaicas dos militantes de base.

Barroso proclama em seus livros panfletários que o integralismo deve afirmar-se anti-semita e a abrangência de seu preconceito é bastante ampla, como se pode deduzir da epígrafe que ele escolheu para seu ensaio histórico *Brasil, Colônia de Banqueiros:* "Trotski e Rothschild marcam a amplitude das oscilações do espírito judaico; estes dois extremos abrangem toda a sociedade, toda a civilização do século XX".[86]

---

[85] P. Salgado, *O que é o Integralismo,* São Paulo, Ed. Star, 1933, p. 53.
[86] G. Barroso, *Brasil, Colônia de Banqueiros,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934, p. 9.

b) *A ideologia dos militantes*

Na análise da estrutura ideológica de um movimento político torna-se indispensável penetrar no universo ideológico dos militantes, a fim de que a ideologia efetivamente praticada não se reduza a uma mera retórica dos seus principais dirigentes e teóricos. Nesta perspectiva, enriquecem a compreensão da natureza do partido político em questão conhecimentos sobre as razões de adesão ao movimento, assim como a percepção dos mesmos com relação às principais dimensões teóricas da ideologia. Nestes casos, a entrevista e a pesquisa por questionário junto aos aderentes do movimento incorporam novas informações capazes de elucidar questões que podem dar origem a interpretações não circunscritas ao campo doutrinário dos intelectuais do movimento. Torna-se necessário, pois, além da análise da lógica interna da ideologia dos teóricos e dirigentes da cúpula do partido, penetrar nos aspectos mobilizadores dos apelos ideológicos dirigidos aos militantes captados através das motivações de adesão, bem como no grau de assimilação dos militantes com relação ao universo ideológico proposto pela doutrina.

O primeiro aspecto relevante a considerar é a análise das *"motivações da adesão"* ao movimento no contexto dos anos 30. O termo "motivação" está provavelmente sendo utilizado abusivamente, de vez que não se trata de proceder a um estudo de motivações no sentido psicológico do termo, mas de explorar sistematicamente uma série de informações transmitidas diretamente pelos integralistas e que permitem reconstituir as principais razões que condicionaram os militantes a inscreverem-se na AIB. Realizada uma pesquisa junto a um grupo selecionado de ex-militantes, a análise foi conduzida com o objetivo de determinar a freqüência relativa de cada motivo indicado, sem considerar a ordem em que as respostas foram dadas, porque nem sempre o primeiro motivo referido revelava necessariamente a razão principal de sua adesão ao movimento.[87]

O estudo desenvolveu-se em dois níveis: no primeiro, considerou-se a freqüência relativa de cada motivo tomado isoladamente no complexo de motivos mencionados; no segundo, determinou-se a relação entre o motivo considerado pelo entrevistado como principal e os outros indicados na resposta. O conjunto de respostas foi agrupado em nove categorias em função do tipo de motivos indicados: nacionalismo, corporativismo, valores

[87] Mais detalhes sobre a metodologia do trabalho, vide em Helgio Trindade, *op. cit.*, pp. 158 e 168.

espirituais, anticomunismo, valores autoritários, anti-semitismo, oposição ao sistema político vigente, desenvolvimento do país e simpatia pelos movimentos fascistas europeus.

Os resultados mostraram que a "motivação" principal que ocasionou a adesão de cerca de dois terços dos integralistas foi o *anticomunismo*. Considerando-se que a força do PCB era muito secundária até o surgimento, em 1935, da Aliança Nacional Libertadora, grande parte da importância atribuída a este motivo provém provavelmente da inspiração anticomunista dos movimentos fascistas europeus, e, ao mesmo tempo, de um anticomunismo reflexo.

O segundo motivo era a *simpatia pelo fascismo europeu:* a maioria absoluta das respostas confirma a influência sobre os aderentes integralistas da ascensão dos movimentos fascistas. Quando não havia uma atração pelos regimes fascistas, mostravam-se, ao menos, sensíveis à luta desencadeada pelos movimentos fascistas contra o liberalismo e o comunismo. A proporção de respostas concentradas neste motivo (56%) é superior a qualquer previsão *a priori,* reforçando a hipótese do parentesco ideológico entre o integralismo e o fascismo.

O nacionalismo, que supostamente poderia ser considerado como o motivo provavelmente mais freqüente, foi mencionado apenas pela metade da amostra. O tema do nacionalismo está sempre presente na ideologia tanto no plano afetivo como no intelectual, tendo um papel central na radicalização nacionalista dos anos 30. O nacionalismo literário provocado pelo modernismo da década de 20 politiza-se rapidamente e o integralismo torna-se a sua encarnação na extrema-direita após a década de 30. Neste sentido, não existe contradição com a importância prioritária atribuída aos dois motivos anteriores, porque o nacionalismo é mais um estado de espírito e uma atitude afetiva do que uma dimensão ideológica.

Enfim, o quarto tipo de "motivação" é a *oposição ao sistema político.* Após a tentativa de Salgado, através das "Notas Políticas" publicadas em *A Razão,* em 1931, de influenciar o Governo Provisório de Vargas, uma das preocupações principais do integralismo era a de combater o retorno ao sistema liberal, simbolizado pela convocação da Constituinte. Neste sentido, apesar da importância relativa da oposição ao Governo atribuída pelos respondentes explicar-se pela conjuntura política, na realidade tratava-se de uma hostilidade generalizada com relação a todos os regimes políticos republicanos.

Os outros motivos indicados são representativos do universo ideológico integralista, mas pouco influenciam significativamente nas adesões:

apenas um quarto dos integralistas aderiram por identificação a valores autoritários (disciplina, ordem, antiliberalismo) ou a valores espirituais.

O segundo aspecto da análise pretendeu ultrapassar a mera descrição das "motivações" individualmente consideradas para estudar sua articulação com o conjunto de motivos indicados em cada resposta. O que se observou nas constelações de "motivações" foi que elas se organizavam em torno de três núcleos principais, constituídos pelos motivos mais freqüentes considerados isoladamente (o anticomunismo, a simpatia pelo fascismo e o nacionalismo). A partir desta primeira observação, comparou-se a importância relativa de cada "motivação" com relação às três dominantes. Os dados revelaram que as motivações mais fortemente associadas eram o anticomunismo e a simpatia para com os fascismos: dois terços dos que fizeram referências ao anticomunismo mostraram-se também favoráveis ao fascismo e a recíproca também era verdadeira para os três quartos de pró-fascistas.

As principais obras sobre o fascismo europeu se limitam ao estudo da História, do discurso ideológico ou da organização fascistas. Este enfoque tradicional pode ser suficiente para o estudo dos movimentos cuja natureza ideológica era indiscutível. No entanto, quando o objetivo é determinar a natureza de um movimento de aparência fascista, implantado num país periférico, parece indispensável integrar uma nova dimensão: a análise das *atitudes ideológicas dos militantes*. Desta forma, tornou-se imperiosa a ampliação do campo de abrangência do trabalho, possibilitando, através de análises estatísticas, determinar o teor do fascismo na ideologia integralista vivenciada individualmente pelos militantes.

Com este objetivo elaborou-se um conjunto de proposições visando analisar as atitudes dos militantes através de comportamentos verbais. O instrumento de medida das atitudes foi estabelecido a partir do núcleo de proposições ideológicas que tentava reduzir a ideologia fascista às dimensões básicas presentes no modelo fascista italiano, como algumas dimensões do nacional-socialismo alemão.

As dimensões ideológicas selecionadas foram as seguintes: nacionalismo, anti-socialismo, antiliberalismo, antiplutocratismo, anticapitalismo internacional, corporativismo, socialismo-nacional, valores e preconceitos (anti-semitismo, visão hierárquica da sociedade, antimaçonaria, visão pessimista da História, exaltação dos valores autoritários, espirituais, tradicionais, valorização dos grupos naturais, das virtudes militares), ética fascista (fidelidade, disciplina, amizade, sacrifícios), a mística da transformação

social e a solidariedade em face dos fascismos europeus. Tratava-se, pois, de construir questões referentes a cada dimensão ideológica, formulando proposições capazes de exprimir os temas e valores fascistas e de os introduzir em uma linguagem que levasse em consideração o vocabulário ideológico atual, sem descaracterizar a linguagem fascista.

A análise do grau de identificação entre os ideólogos integralista e fascista não implicava julgamento de valor sobre as relações porventura existentes entre a AIB e os movimentos fascistas europeus, mas procurava apenas verificar a existência ou não de um parentesco entre os dois universos ideológicos, independentemente de qualquer relacionamento institucional. A análise propunha-se, portanto, a determinar, através de distribuições das respostas a cada uma das 71 questões, agrupadas segundo as diferentes dimensões referidas, o nível de adesão dos integralistas às dimensões fundamentais da ideologia fascista.

Os resultados da pesquisa revelaram um alto grau de identificação dos militantes da AIB com relação às diferentes dimensões do fascismo ideológico (em quase 2/3 dos casos o grau de concordância com cada questão era superior a 75%), o que está a demonstrar o quanto o integralismo deixou-se penetrar por um alto teor de conteúdo fascista em sua ideologia a ponto de ser assimilada por seus próprios aderentes em todos os níveis.[88]

Neste contexto, um outro aspecto a salientar e que reforça as observações anteriores refere-se à determinação do grau de homogeneidade ideológica dos militantes quando se comparam as atitudes dos que têm responsabilidades nas direções nacional e regional com a dos militantes das bases locais. O pressuposto regional era uma organização autoritária dispondo de meios de socializar politicamente seus militantes. O discurso ideológico tenderia a se propagar de uma maneira homogênea entre os diferentes níveis de militância.

A determinação do índice de uniformidade ideológica demonstrou que o grau de homogeneidade ideológica dos integralistas era bastante elevado, já que 75% das respostas foram consistentes com o padrão esperado e somente em 15% dos casos ocorreu uma discrepância entre a ideologia da cúpula com relação à base da AIB.[89]

---

88 Maiores detalhes em Helgio Trindade, *op. cit.*, pp. 264-280.

89 Informações sobre o cálculo do Índice de Uniformidade podem ser encontradas em Helgio Trindade, *op. cit.*, pp. 281-282.

Estrutura da AIB

O tipo de *estrutura organizativa* do integralismo é outra característica importante para definir a natureza do movimento. Geralmente as organizações políticas autoritárias se estruturam hierarquicamente com o objetivo de enquadrar eficazmente seus militantes. A organização integralista, entretanto, supera esta função meramente instrumental: além da estrutura vertical e rígida, sob o controle de organismos de enquadramento e socialização ideológica, a AIB incorporou uma nova dimensão capaz de transformar a organização na prefiguração do Estado Integral. O tipo de organização, assim como as relações entre o Chefe e os diversos órgãos estabelecem as bases de uma estrutura estatal. Portanto, a organização da AIB é não somente um meio eficaz, voltado para a ação política, mas um instrumento de elaboração e experimentação, em escala reduzida, do Estado Integralista.

A estrutura da AIB, desde o Chefe até os militantes de base, forma uma organização burocrática e totalitária. A burocracia da organização manifesta-se através de um complexo de órgãos, funções, papéis, comportamentos previstos minuciosamente pelos estatutos, resoluções do Chefe e rituais; o caráter totalitário, por sua vez, através das relações rígidas entre os órgãos de enquadramento disciplinado dos militantes (desde as organizações da juventude até a milícia) e da submissão autoritária e fidelidade aos superiores hierárquicos. Neste sentido, a centralização personalizada no Chefe e os elos burocráticos da estrutura vertical são elementos indissociáveis na organização do integralismo. A organização integralista desempenha, pois, uma tríplice função: fornecer ao Chefe meios poderosos para dirigir o movimento; realizar uma experiência pré-estatal ao nível da organização, inspirada no modelo teórico do Estado Integral; constituir-se num instrumento de socialização político-ideológica dos aderentes.

Portanto, a partir dos dados sobre as motivações de adesão, as atitudes ideológicas dos militantes, o grau de homogeneidade da difusão da ideologia entre cúpula e base do movimento e a estrutura rígida da organização, pode-se concluir que a natureza da ideologia integralista, apesar de seus componentes extraídos da tradição autoritária brasileira dos anos 30, insere-se no universo ideológico do fascismo europeu, não apenas pelos seus componentes teóricos constatáveis na literatura doutrinária, mas por sua presença explícita na visão ideológica dos militantes de base, transmitida através dos mecanismos de socialização política.

4. INTEGRALISMO, FASCISMO E A SOCIEDADE BRASILEIRA DOS ANOS 30

Juan Linz, em obra coletiva publicada em 1976, sobre o fascismo numa perspectiva comparativa, incorpora a Ação Integralista Brasileira em sua análise, reforçando a linha de interpretação sobre o caráter fascista do Integralismo.[90] Num texto posterior discutirá algumas questões mais amplas referentes ao fascismo na América Latina, onde, na sua opinião qualificada, "houve certamente muitos outros movimentos (antiliberais, antidemocráticos, reacionários ou populistas) (...) e, inclusive, regimes com essas características", mas, que "movimentos fascistas capazes de alcançar uma base nas massas, com organização e o estilo característicos de seus correspondentes europeus, houve relativamente poucos. Um deles, a Falange Socialista Boliviana, deve receber alguma atenção neste contexto. O Partido Nazista do Chile aparentemente não teve o sucesso comparável ao do Integralismo. Surpreendentemente na Argentina, a despeito e talvez por causa da força das ideologias da ala direita e grupelhos, nenhum grande partido fascista vingou na década de 30". O autor acrescenta que, devido à falta de pesquisas monográficas sobre o tema, podemos apenas indagar mas não responder "o porquê de na América Latina movimentos fascistas, com exceção do Integralismo, não se tornarem uma grande força política".[91]

Entretanto, apesar das limitações de dados disponíveis sobre os movimentos de tipo fascista do continente sul-americano, Linz procura determinar os fatores explicativos do pouco sucesso desses movimentos que, com exceção do Integralismo de Plínio (embora sem alcançar o poder político), tornou-se o primeiro partido de massa no Brasil. Segundo o autor, a explicação deve ser buscada em função de uma série de fatores que ele procura detectar no processo histórico latino-americano da época. "Certamente, o contato constante de intelectuais da América Latina com a Europa, a presença de colônias de italianos e alemães (em parte identificados com os movimentos dominantes em seus países de origem) contribuíram para um conhecimento considerável do fascismo. Não pode haver muita dúvida de que as idéias fascistas não enfrentaram democracias bem

---

[90] Juan Linz, "Some Notes Toward a Comparative Study of Fascism", *in Sociological Historical Perspective. In*: W. Laqueur, *Fascism a Reader's Guide (Analyses, Interpretations, Bibliography)*, Univ. California Press, 1976.

[91] Juan Linz, "O Integralismo e o Fascismo Internacional", Porto Alegre, *Revista IFCH*, V, 1976, pp. 138-139.

estabelecidas e sucedidas ou de que os latino-americanos não se sentiam tão comprometidos com os valores liberais-democráticos como, por exemplo, os escandinavos ou os cidadãos do Reino Unido. Talvez a susce-tibilidade de outros grupos políticos, incluindo alguns partidos populistas, a certas idéias fascistas, a ligação da direita católica com o universo de idéias da Ação Francesa e a receptividade de muitos homens do Governo às ideologias antidemocráticas européias tornassem mais difícil o surgi-mento de um verdadeiro movimento fascista em muitos países ibero-americanos. Em muitos países, Governos autoritários já no poder ou a perspectiva de intervenção militar na política para assegurar algumas das metas perseguidas em outros lugares pelos fascistas esvaziaram as oportu-nidades para tais movimentos. Indubitavelmente, o fascismo desenvolveu-se melhor sob condições de liberdade política e encontrou sempre sérias dificuldades em alguns regimes autoritários da Europa Oriental, como exemplifica o destino de Codreanu sob a real ditadura do rei Carol da Romênia. Não deve ser esquecido que, somente em uma democracia, poderiam crescer e tornar-se ameaçadoras algumas das forças políticas, como o partido comunista, um movimento trabalhista proletário, contra o qual os fascistas tentaram mobilizar certos setores da sociedade."

Prosseguindo em sua análise, Linz afirma que "sem a presença políti-ca organizada de seus tradicionais inimigos o fascismo não tinha razão de ser." Poder-se-ia também argumentar que algumas das revoluções nacio-nais populistas, sob liderança burguesa, como a mexicana, e partidos como o APRA, no Peru, foram capazes de alcançar alguns dos setores da sociedade que, em outras circunstâncias, possivelmente ter-se-iam identifi-cado com a ideologia, a retórica e os símbolos do fascismo. O novo nacio-nalismo associado a certos setores da sociedade, como estudantes, traba-lhadores em empresas sob o controle estrangeiro, intelectuais e mesmo burguesias nacionais emergentes, poderiam encontrar outros canais. Neste contexto é interessante que Ramiro Ledesma Ramos, o líder da JONS, a ala esquerda do fascismo espanhol, tivesse observado que, "na Espanha, a direita era aparentemente fascista" e em muitos aspectos essencialmente antifascista, enquanto a esquerda era aparentemente anti-fascista, e, em muitos aspectos e aspirações, essencialmente fascista, referindo-se à pequena burguesia republicana, a qual tentara implantar, com a vinda da República, em 1931, um novo programa de integração nacional e de reforma. No contexto desta paradoxal análise, ele escreve: "O fascismo que a pequena burguesia esquerdista pode desenvolver quando está cercada pelo marxismo, como é o caso da Espanha, e quando não

tem um forte pensamento nacionalista, como é o caso aqui, esse fascismo tem um nome que não é invejável, chama-se México". Este texto escrito em 1935 considera, num contexto um tanto estranho, a revolução mexicana, institucionalizada num movimento populista nacional, como uma alternativa funcional ao fascismo. (...) talvez o fato de que o poder da hegemonia intelectual na América Latina dos anos 30 estivesse ainda sob a influência da França, enquanto a hegemonia econômica, exercida pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, dificultasse a união do nacionalismo cultural e econômico, sob uma bandeira antidemocrática. É preciso ressaltar que alguns dos temas que acabamos de apontar requereriam pesquisas mais sérias antes de poderem ser admitidos mesmo como hipóteses.[92]

A partir destas reflexões sobre a fraqueza de movimentos de inspiração fascista na América Latina, Linz procura explicar as razões do sucesso relativo do Integralismo e lança explicitamente a questão "Por que o fascismo no Brasil?"

A busca de uma resposta a esta questão, na ótica do autor, somente "pode ser feita em uma perspectiva sistemática comparativa", ainda que ele considere que, neste contexto, caiba apenas "esboçar algumas poucas idéias que podem ser discutíveis, sobre como inserir o Integralismo no amplo panorama dos movimentos fascistas, o que poderia contribuir para explicar seu aparecimento e relativo sucesso".[93]

Análise de Juan Linz

Estabelecidas as limitações de sua análise, Juan Linz salienta o papel da crise político-cultural dos anos 30, afirmando que a Ação Integralista, "semelhante a outros fascismos da Europa Ocidental, particularmente o da Espanha, e a alguns da França e, de certa forma, mesmo ao fascismo italiano quando de seu surgimento, é um movimento que responde mais a uma crise política e cultural do que a uma crise econômica. Ele atrai mais, em conseqüência disso, um núcleo inicial de intelectuais, profissionais e militares do que uma pequena burguesia de negociantes, artesãos ou agricultores. Seu líder, embora marginal ao sistema, não era um estranho ao processo político, mas possuía certas possibilidades de fazer carreira política dentro do sistema, antes de tornar-se fascista. Como o Fascismo Italiano e, de alguma forma, a Falange Espanhola, o movimento surge em meio modernista e intelectual e, nisso, é bem diferente da atmosfera em que emergiu o Nacional-Socialismo Alemão. Em

---

[92] Juan Linz, *op. cit.*, pp. 139-140.
[93] Juan Linz, *op. cit.*, p. 141.

contraste com outros fascismos, excluídos os do Sudeste da Europa, onde o nacionalismo e a religião podiam fundir-se devido às singulares circunstâncias históricas, como na Romênia, Eslováquia e Croácia, o Integralismo nasceu em meio católico, intelectual, e atraiu forças sociais, começando a ser mobilizado pelo catolicismo, como na Legião Cearense do Trabalho. Certamente nunca tomou os temas neopagãos que encontraríamos na Alemanha e nos fascismos do Norte da Europa. Sem dúvida, a ausência de um partido católico, e talvez o fato de que na República os católicos ocuparam relativamente uma posição marginal, explica o fascínio de cunho religioso do movimento".[94]

Deslocando-se da análise comparativa para o contexto brasileiro dos anos 30, o autor sugere uma interpretação capaz de explicar a significativa ascensão da AIB e seu posterior fracasso, com o advento do Estado Novo: "O Integralismo foi uma resposta generacional à crise da Velha República e às revoluções do início dos anos 30. As tensões na sociedade brasileira levaram aquela geração para diferentes canais políticos. Tratava-se mais de uma resposta cultural e política do que de uma expressão de interesses socioeconômicos específicos. Essas tensões poderiam mobilizar muitos brasileiros, mas não encontraram o tipo de camadas sociais em crise e desesperados violentos que a guerra havia criado na Europa. Eles não eram capazes da mórbida e romântica violência da Guarda de Ferro. Tampouco no contexto de um regime semi-autoritário poderiam transformar-se em um partido eleitoral de massa. A combinação da violência política, sucesso eleitoral e alianças com a situação para alcançar o poder esteve fechado a eles. Uma vez que o autoritário regime de Vargas foi institucionalizado no Estado Novo, seu destino estava selado. Neste caso, a AIB teve o mesmo destino de muitos outros movimentos fascistas, cujo sucesso foi interrompido por regimes autoritários: o destino do sindicalismo nacional português, dos movimentos fascistas do Báltico e, de maneira mais trágica e sangrenta, da Guarda de Ferro, sob o Rei Carol, e, mais tarde, sob o Marechal Antonescu."[95]

A análise de Linz coincide, em suas linhas gerais, com a visão do movimento integralista inscrita na conclusão de meu trabalho de tese, em que o foco da explicação procura mostrar que na AIB se interpenetra a influência do modelo de referência externo do fascismo europeu com as condições favoráveis presentes no processo histórico brasileiro dos anos 30:

---

[94] *Ibid.*

[95] Juan Linz, *op. cit.*, p. 143.

"A ideologia integralista se elaborou num período de transição da evolução político-econômica e cultural da sociedade brasileira. Não foi obra de um só homem, mesmo que fosse um visionário, mas nasceu de uma sociedade em transição, sob o impacto de uma nova situação internacional, marcada pela revolução soviética e a contra-revolução fascista.

A mutação da sociedade brasileira, que se acentuou no pós-guerra, engendrou novas contradições entre as classes sociais em ascensão. A formação de um proletariado industrial, bem como a insatisfação das classes médias civis e militares em ascensão, provocaram crises sucessivas no sistema político da Primeira República. Os conflitos sociais após a Primeira Guerra e o ciclo de insurreições "tenentistas" constituíram a infra-estrutura que conduziu à crise ideológica das elites intelectuais. A consciência nacionalista, sob diversas formas, desenvolveu-se, a revolução modernista pôs em questão os valores estéticos tradicionais e a renovação católica atingiu amplas camadas intelectuais.

O Chefe integralista emergia do confronto dessas contradições. Nacionalista, católico e republicano desde sua juventude, encontrava-se no centro dessas tensões sociopolíticas e dessas inquietudes ideológicas. Desiludido da República liberal, colocou sua energia ao serviço da revolução literária, que o incitará ao engajamento político. A fascinação pela experiência fascista na Europa e o surgimento dos movimentos de extrema-direita no Brasil conduzirão Salgado a fundar a Ação Integralista com o objetivo de influir sobre os rumos ideológicos da Revolução de 1930. A rápida ascensão do Integralismo e sua penetração ideológica no seio das classes médias, como também entre certos segmentos da classe trabalhadora, transformarão esse movimento na primeira organização de massa no Brasil.

É verdade que seu conteúdo ideológico se apoiou amplamente no fascismo europeu. Não se pode dizer, entretanto, que o Integralismo tenha sido exclusivamente um mimetismo ideológico. A adesão ao fascismo de setores importantes da população e a aceitação de sua organização paramilitar não se explicam sem condições internas favoráveis. Na realidade, tais condições surgem durante a evolução histórica entre duas guerras mundiais pela conjugação dos conflitos econômicos, sociais e políticos com a crise ideológica das elites intelectuais.

Contudo, a influência dos fascismos europeus é essencial para explicar a natureza da Ação Integralista. O fenômeno fascista que pode ser considerado na acepção ampla do termo (como todo movimento de reação contra-revolucionária tendendo a impor uma estrutura de dominação

totalitária), teria podido se desenvolver no Brasil, nesta época, com um discurso ideológico e uma organização nacionais. A realidade, porém, foi outra. Sem excluir a existência de outras formas possíveis do fascismo *latu sensu* na América Latina, a análise da Ação Integralista nos leva a concluir que sua natureza, organização hierárquica, estilo do Chefe e rituais não se podem explicar sem levar em consideração a influência do modelo de referência externo.

A diversidade de movimentos autoritários na Europa influenciando o Brasil, entre as duas guerras, faz do Integralismo uma ideologia eclética. Enraizado num nacionalismo telúrico, fundado sobre o messianismo místico do destino histórico da nova raça mestiça, a ideologia integra, incorpora, numa nova síntese, o tradicionalismo social e religioso do Integralismo lusitano e do salazarismo, o estatismo romano e o corporativismo do fascismo italiano, e o anti-semitismo de inspiração nacional-socialista.

O nacionalismo e o espiritualismo, esses dois elementos doutrinários de convergência do Integralismo, associados à luta contra um inimigo comum, permitiram-se a coexistência num único movimento de tendências ideológicas justapostas. O papel conciliador do Chefe integralista teve o mérito de salvaguardar a unidade do Integralismo, apesar das clivagens ideológicas existentes desde seu nascimento até sua dissolução. Desta forma, pois, o Integralismo – que acreditava responder às aspirações de um jovem país e aberto às influências – foi rejeitado pela História brasileira como um pesadelo dos anos 30".[96]

---

[96] Helgio Trindade, *op. cit.*, pp. 288-289.

CAPÍTULO VII

O EXÉRCITO E A INDUSTRIALIZAÇÃO: ENTRE AS ARMAS E VOLTA REDONDA (1930-1942)

O OBJETIVO central deste trabalho é fornecer elementos para precisar o sentido da prática política dos militares, particularmente a do Exército como instituição, atuando como pretensos agentes da industrialização no Brasil, entre 1930 e 1942. Em última análise, o que se pretende é esclarecer como tal prática acaba sendo determinada em elevado grau por motivos ideológicos que, no caso da instituição armada, se expressam através de seus interesses corporativos.

A rigor, são duas as teses correntes sobre o assunto que procuramos questionar: uma, que estabelece uma vinculação direta entre o papel desempenhado pelos militares e a composição social do Exército como representante das camadas intermediárias da sociedade; outra, que procura valorizar a ação do Exército como principal grupo de pressão no sentido de estimular a industrialização.

As premissas que norteiam tais interpretações podem sumariamente ser sintetizadas a partir do suposto de que as "classes médias" no Brasil teriam interesses específicos e determinados, encontrando sua representação política nas Forças Armadas – instrumento necessário à condução de um projeto industrializante que sintetiza seus interesses e que procura imprimir um sentido ao processo histórico.

Para nós, contudo, pareceu mais importante tentar captar o sentido do processo através do estudo de um sistema de poder, privilegiando em seu interior a prática política dos militares percebidos precipuamente como componentes do aparelho repressivo do Estado.

Neste texto, discutimos a participação dos militares no processo decisório da política relativa a dois setores estratégicos para a industrialização: a siderurgia e o comércio exterior, embora sobre este último, por uma questão de espaço, nos tenhamos limitado aqui a indicações apenas dos pontos considerados fundamentais.

O que nos interessa é a participação do Exército tomado como instituição através das decisões de seus órgãos de Comando mais qualificados hierarquicamente (Ministério da Guerra e Estado-Maior), no processo de tomada de decisões naquelas duas áreas da política econômica. Paralelamente, procuramos completar o estudo pela apreensão das diferentes posições de elementos militares isolados no interior da burocracia estatal.

O sistema de poder é concebido fundamentalmente como um sistema de dominação de classe, tal qual o Estado que dele resulta. Assim, falamos sempre em processo de decisão ou sistema de decisões como inserido – mas não necessariamente confundido com ele – no sistema político de dominação, uma vez que este é muito mais amplo e os grupos que dele participam não têm necessariamente acesso à tomada de decisões. O comportamento desses agentes é percebido em função dos interesses e dos valores, latentes ou manifestos, com base nos quais eles atuam social e concretamente.

Nessa perspectiva, a análise do sistema de decisões pode ser extremamente reveladora quando assume uma intenção precisa: *como* e em *benefício de quem* são definidos os "objetivos da sociedade". Porque, como é óbvio, esses objetivos não podem ser considerados nem como dados previamente e de maneira abstrata nem como exteriores ao objeto de análise. Eles constituem, antes de mais nada, produtos históricos engendrados pela vitória de certos interesses particulares, ou seja, interesses de classe. Tais interesses se apresentam, enquanto ideologia e somente enquanto ideologia, como interesses gerais, como "objetivos da sociedade". Entretanto, propomo-nos a pensar o problema da ideologia industrializante dos militares no interior das condições objetivas dadas pelo sistema de produção.

À luz dessas premissas teóricas, tomamos como contraponto a tese do historiador norte-americano John D. Wirth, pertencente à corrente dos que vêem as Forças Armadas latino-americanas como "mentoras da modernização representada pelo esforço industrializante".[1] É óbvio, porém, que essa corrente trabalha com conceitos – modernização, industrialização, desenvolvimento econômico – que envolvem alto grau de indeterminação e que freqüentemente surgem como sinônimos de acumulação de capital e sua incidência na diferenciação do sistema produtivo, o que torna impossível operar teoricamente com eles. No final, o que se

[1] John D. Wirth, *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas,* FGV, Rio de Janeiro, 1973.

constata é que a tese central desse autor – os militares como uma força modernizadora que exerceu grande influência na política econômica, com exceção do comércio exterior – não se sustenta.

Quanto aos fatos, em primeiro lugar, o ponto fraco do estudo de Wirth está em não estabelecer a necessária articulação entre as reivindicações dos militares, entre 1933 e 1939, e sua visão do que seriam as "necessidades nacionais", de um lado, e a política de comércio exterior do Governo, de outro. Menciona a questão dos armamentos, item fundamental para quem se preocupa com os militares, uma ou outra vez, pressupondo que o atendimento das exigências das Forças Armadas, especialmente do Exército, em relação a equipamento, seria, no máximo, um problema incidental para os elaboradores da política oficial. Reconhece que o armamento era um dos itens das negociações comerciais com Berlim, mas não lhe atribui maior importância. Segundo Wirth, a política comercial não foi um *instrumento de industrialização* e "o Exército ainda não estava preparado para forçar uma decisão (industrializante), tal como estaria no Estado Novo, ao conseguir a *instalação da siderurgia*". De fato, para ele, a característica principal da política na questão siderúrgica foi, ao contrário, o papel fundamental desempenhado por um "esforçado e dinâmico grupo de Oficiais do Exército".

Nesse contexto, faz afirmações infundadas a respeito do desempenho do setor civil do Governo na questão do aço. Assim, o próprio Vargas "raramente assumiu iniciativas novas, tais como construir uma siderúrgica", mas "graças ao Exército brasileiro, Vargas e seus Ministros estiveram sob forte e contínua pressão para produzir resultados" depois de 1937. O argumento parece logicamente correto, desde que a indústria pesada aparecia, pelo menos no discurso de alguns militares, como uma exigência imediata. Portanto, eles deveriam ter muito pouco interesse numa política comercial cujo objetivo era, aparentemente, apenas maximizar as exportações. Assim, em tese, esperava-se como corolário uma atitude de oposição dos militares em relação à política de comércio exterior aplicada pelo Governo. E, depois da instauração de uma ditadura apoiada no Exército, a expectativa era de que haveria uma mudança na política comercial, como resposta à alegada "pressão" dos militares no sentido da industrialização. Entretanto, o Alto Comando não se opôs à política comercial nem antes nem depois de 1937, e sua diretriz, como Wirth mesmo reconhece, não se alterou entre 1934 e 1939.

As contradições são evidentes. No nível empírico, a tese se ressente de dois problemas: deixa de lado fatores conjunturais decisivos para

compreender-se a atitude militar diante de uma problemática e ambígua política industrializante e se apóia em suposições apriorísticas sobre as exigências militares durante esse período. De fato, os dados indicam que a pressão militar na área de comércio exterior, por exemplo, exerceu-se precisamente no sentido "contrário" àquele indicado por Wirth. O Alto Comando revelou um grande interesse por esse setor, mas apenas como um meio de satisfazer seus interesses a curto prazo em matéria de "segurança nacional", cujo objetivo último era a modernização do Exército como meio de alcançar o controle militar interno absoluto e um maior espaço político no âmbito do aparelho de Estado. Os objetivos comerciais e as exigências militares misturaram-se a tal ponto que a política de comércio acabou tornando-se, pelo menos entre 1935 e 1939, em elevada medida, uma função dessas exigências.

Na questão siderúrgica, a que mais nos interessa no âmbito deste ensaio, não o Exército como instituição, mas alguns militares isolados, no máximo, apoiaram os esforços do setor civil no sentido de aproveitar a conjuntura internacional favorável, a fim de obter a implantação de uma siderúrgica pesada. Contudo, o exame do processo de tomada de decisões, articulado com a redefinição da política militar com os Estados Unidos a partir de 1939, torna infundada a atribuição de um caráter prioritário à siderurgia por parte das Forças Armadas.[2] Pelo contrário, a ambigüidade de seu comportamento permite adiantar que os militares estiveram muito longe de atuar como principal grupo de pressão nessa matéria.[3]

A política do aço

O caráter ideológico do vago projeto nacionalista de industrialização ganha contornos extremamente claros quando se analisam alguns momentos significativos da política do aço a partir de 1930. O programa da Aliança Liberal apresentado por Vargas, em janeiro desse ano, conferia ênfase à promessa de acelerar a solução do problema siderúrgico, cuja discussão vinha se arrastando desde a Presidência de Nilo Peçanha. Tratava-se – dizia Vargas – de uma exigência do desenvolvimento industrial e da segurança nacional, retomando os mesmos argumentos de Peçanha, e que "não podia ficar à mercê de estrangeiros"[4].

---

[2] Stanley E. Hilton, "Military Influence on Brazilian Economic Policy, 1930-1945: a Different View", *The Hispanic American Historical Review*, nº 53, fevereiro, 1973.

[3] Luciano Martins, *Politique et développement économique: structures de pouvoir et système de decisions au Brésil, 1930-1964* (tese mimeografada), Paris, 1973.

[4] G. Vargas, *A Nova Política do Brasil*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1940, vol. I, p. 39.

Vargas ascendera ao poder em outubro, às vésperas do vencimento do prazo concedido pelo Estado ao grupo estrangeiro da Itabira Iron Ore, representado no Brasil pelo norte-americano Percival Farquhar, para iniciar a construção da usina siderúrgica.

Um resumo da atuação dessa empresa, que ocupou o centro da questão siderúrgica durante os anos 20 e 30, permitirá uma melhor compreensão da prática dos agentes envolvidos na política do aço, sobretudo dos militares, e de como a viabilização dessa política dependeu, em última instância, de decisões geradas no estrangeiro. Nos primeiros anos deste século, o grupo inglês Brazilian Hematite Syndicate adquiriu na região de Itabira, em Minas Gerais, uma área de 76.800km² (duas vezes e meia a superfície da Bélgica), contendo reservas de minério de ferro e manganês avaliadas, na época, em mais de um milhão de toneladas. A região era servida pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, construída por brasileiros em 1902 e que detinha um "privilégio de zona" concedido pelo Governo mineiro. Isso significava que o Estado, até 1962, não poderia autorizar concessões para a construção de outra estrada na mesma região. A comercialização do minério dependia, portanto, de um acordo prévio entre o grupo inglês e os proprietários da Vitória-Minas, e de sua adaptação ao transporte do minério, o que tornava necessária a construção de um novo ramal ligando a região de Itabira ao porto de Vitória, no Espírito Santo. Em seguida, o Hematite Syndicate organiza a Itabira Iron e, através dela, passa a controlar também a estrada de ferro, adquirindo 73,3% de seu capital.

Entretanto, para obter essas concessões oficiais, a Itabira, cujo interesse prioritário residia na exportação do minério, havia-se comprometido com o Governo de Minas a construir uma siderúrgica. O grupo inglês tenta, então, desde 1916, obter financiamento externo, parte do qual se destinaria à construção da usina. Os capitais que controlavam o cartel internacional do aço, porém, não tinham o menor interesse em viabilizar a produção siderúrgica em áreas eventualmente concorrentes, razão pela qual o empréstimo pretendido por Farquhar nunca foi concedido.

Em 1927, diante da dificuldade para conseguir financiamento, Farquhar renuncia ao monopólio do transporte de minério, comprometendo-se a organizar uma empresa no país, na qual o Governo e grupos particulares nacionais teriam preferência na subscrição de uma parte do capital. Finalmente, aceitava que a exportação de minério só fosse iniciada após a inauguração da usina siderúrgica que ele prometera instalar. Os contratos ratificando esses compromissos são assinados em novembro de 1927 com o Estado de Minas, e, um ano depois, com o Governo federal.

Contando com essa "garantia", Farquhar apela novamente para o financiamento estrangeiro. Tratava-se de obter 55 milhões de dólares destinados ao equipamento da estrada de ferro e do porto, e ao financiamento das operações de extração. Mas, significativamente, Farquhar não incluiu a construção da usina em seu orçamento.[5] Esse empréstimo, como das vezes anteriores, não lhe será concedido, pois o pedido coincidia com o fechamento do mercado de capitais de Nova York. Assim como há 20 anos atrás, a solução do problema siderúrgico continuava bloqueada pelo obstáculo externo. Invocando a crise mundial de 29, Farquhar consegue convencer o Governo de Minas a anular a cláusula que o obrigava a construir a usina. Isso acontecia em setembro de 1930, um mês antes de Vargas assumir o Governo.

A partir desse momento, mais 11 anos serão necessários para que se reúnam as condições de viabilização da usina de Volta Redonda, cujo projeto ainda não fora formulado. Seria fácil atribuir, de maneira sumária, as dificuldades para a implantação da siderurgia pesada à ausência de "condições objetivas" nessa etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ou, mais precisamente, aos limites impostos pelo *padrão privado de acumulação de capital* – um modelo típico do capitalismo na "periferia" do sistema, caracterizado pela predominância de unidades de capital particular, cuja dispersão "debilita" as bases técnicas e financeiras da acumulação, tendo em vista a instalação da indústria de bens de produção ou do *departamento um*, na linguagem dos economistas. Na realidade, embora essa possa ser a razão determinante, em última instância, sua comprovação depende da análise das iniciativas políticas geradas em torno da questão, isso porque a peculiaridade do processo reside, justamente, na tentativa de "acelerar" o advento dessas condições através de decisões tomadas no nível da política. Daí abordamos o problema em função da prática política dos agentes e da lógica interna do sistema de decisões, privilegiando a atuação dos militares.

Em fevereiro de 1931, Vargas pronuncia em Minas Gerais um discurso interpretado como uma condenação do Projeto Farquhar, que, na prática, detinha o monopólio da exportação de minério, da qual dependia, por sua vez, a construção da siderúrgica. No discurso, a siderurgia é apresentada como o "problema maior" da economia brasileira, condicionando todo o desenvolvimento futuro. Vargas declara-se favorável à naciona-

[5] Cf. Wirth, *op. cit.*, p. 62.

lização das "riquezas minerais do país" e exorta os mineiros a transformar a siderurgia em um "ideal".[6]

Pouco tempo depois, o Governo de Minas, primeiro, e o Ministro da Viação (José Américo), no plano federal, em seguida, decretam a caducidade do contrato da Itabira Iron.[7] Essas medidas pareciam representar o atestado de óbito do monopólio. Farquhar, no entanto, recorre a uma cláusula contratual que lhe facultava pagar uma multa de 50 contos por mês de atraso e requer a prorrogação da concessão por um ano. O novo prazo, agora improrrogável, venceria em dezembro de 1931.

O comportamento de Farquhar evidencia que ele estava seguro, naquela altura, de obter financiamento externo para a realização do projeto. Por outro lado, a situação financeira do país era grave, obrigando o Governo a tentar um novo *funding loan.* Um aumento substancial da receita de divisas através da exportação de minério de ferro era uma perspectiva tentadora para o novo grupo no poder. Contudo, os compromissos públicos assumidos por Vargas e a oposição despertada pelo contrato da Itabira Iron também pesavam consideravelmente na balança.

Duas medidas contraditórias tomadas nesse mesmo ano exprimem não só o dilema vivido pelo grupo no poder, como também começam a definir a prática militar diante da questão. Em agosto de 1931, é formada no Ministério da Guerra a Comissão Nacional de Siderurgia (CNS), encarregada de reestudar todo o problema e de propor novas orientações políticas ao Governo. No mês seguinte, uma segunda comissão (Comissão Revisora) é criada no Ministério da Viação com a finalidade específica de rever o contrato da Itabira Iron. A primeira manifesta-se contra o projeto da Itabira, enquanto a segunda o aprova. Neste passo, dois pontos devem ser ressaltados: não se tratava de uma divergência entre os dois Ministérios e tampouco a iniciativa da criação da CNS partira dos militares. Ambas foram organizadas por ordem de Vargas. No entanto, a própria criação de uma comissão pelo Governo para rever o contrato suspendia automaticamente sua caducidade – argumentam os advogados de Farquhar. E, apesar das divergências sobre o mérito do argumento, o Ministro da Viação acaba concordando com ele; um novo prazo é concedido a Farquhar. Mas, do ponto de vista da prática dos militares, outras divergências mais importantes irão separar as duas comissões.

---

[6] Vargas, *op. cit.,* pp. 101-103.

[7] Decretos nºs 9.869, 4/3/1931, e 20.046, 27/5/1931, respectivamente.

A Comissão de Revisão inicia seus trabalhos solicitando à CNS que se manifestasse, entre outros, sobre dois problemas básicos para compreender a posição do grupo que assumira o poder em 1930, particularmente os militares, em relação a certas questões econômicas. Os dois pontos principais: 1) convinha ou não permitir a exportação do minério de ferro; 2) no caso afirmativo, convinha ou não que o Governo interviesse nessa atividade.

A resposta da CNS ao primeiro é favorável; devia-se exportar o minério, desde que a venda contribuísse para criar no país "novas fontes de riquezas públicas e privadas". Quanto à segunda questão, respondeu que o Governo devia exercer apenas uma "ação de fiscalização normal".[8] A CNS era formada pelos representantes dos Ministérios militares, por dois técnicos (Eusébio de Oliveira e Raul Ribeiro da Silva), um empresário nacional (Betim Paes Leme) e pelo representante de Minas Gerais (Pandiá Calógeras). À exceção dos militares, todos os outros já se haviam pronunciado, durante os anos 20, contra o projeto da Itabira Iron. Nessa fase do processo decisório, é importante notar a aliança que começa a se estabelecer entre os militares e os técnicos através do controle dos postos-chave da comissão: a Presidência da CNS é entregue ao Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico (Eusébio de Oliveira), enquanto o Capitão Edmundo de Macedo Soares, representante do Ministério da Guerra, ocupa a Secretaria-Geral.

Em dezembro de 1931, a Comissão Revisora encerra sua tarefa antes mesmo de receber, oficialmente, as respostas às suas questões. Apresenta seu parecer ao Ministro da Viação sob a forma de minutas de um novo contrato a ser assinado com a Itabira Iron. A construção da usina, que era obrigatória, torna-se facultativa, e Farquhar conserva o direito de exercer essa opção durante 10 anos, além de outras vantagens, como o congelamento dos impostos de exportação sobre o minério. A Comissão Revisora era composta de representantes dos Ministérios da Guerra e Viação, dos Estados de Minas e do Espírito Santo e de um representante de Farquhar. As minutas do novo contrato são aprovadas com um único voto contrário: o do representante militar.[9]

O Ministro da Viação decide submeter o novo contrato à CNS. Como era de prever, ela o rejeita porque considera terem sido violadas as preliminares estabelecidas em suas respostas às questões propostas pela

[8] Cf. Luciano Martins, *op. cit.*

Comissão Revisora. A CNS admite que se separe a exportação do minério da construção da usina, e aceita mesmo que as duas coisas devam ser dissociadas, mas se insurge contra a opção de 10 anos concedida a Farquhar para se decidir sobre a implantação da indústria. A comissão sustenta que, durante esse prazo, qualquer outra alternativa para a sua instalação estaria bloqueada.[10] Esse parecer foi dado em fevereiro de 1932, ano marcado pela agitação política em torno da Revolução Paulista, fazendo com que a questão siderúrgica só fosse retomada em 1933.

Vargas delega então ao General Pantaleão Pessoa, Chefe da Casa Militar, o encargo de estudar o assunto da Itabira Iron, comunicando-lhe a dificuldade em que se encontrava para optar entre as propostas contraditórias apresentadas pela CNS e pela Comissão Revisora. A solução encontrada foi nomear uma terceira comissão de onze membros (Comissão dos Onze), a fim de dar um parecer definitivo sobre o problema. Integrada por cinco militares, esta terceira comissão tenta conciliar os interesses em jogo. Seu relatório é favorável à revisão do contrato da Itabira Iron, mas o restringe à concessão da estrada de ferro e à exportação do minério. Julgava que nesses termos o contrato seria vantajoso, pois permitiria abrir uma nova via de escoamento para os produtos da região, criar fontes de divisas e facilitar a importação do carvão estrangeiro, "indispensável à indústria siderúrgica nacional". No que respeita à construção da usina, *recomendava que seu caráter facultativo fosse mantido, porque a indústria deveria resultar de uma conjuntura econômica favorável e não de uma obrigação jurídica estabelecida em contrato.* Essas conclusões foram aprovadas por ampla maioria, contando-se entre os que votaram a favor do contrato com a Itabira Iron os Coronéis Horta Barbosa e Mendonça Lima, ambos com atuação de destaque, mais tarde, no interior da chamada corrente nacionalista do Exército. Por sua vez, o Ministro da Agricultura, Tenente Juarez Távora, consultado sobre o relatório, exprime sua condenação integral a qualquer medida favorável à Itabira Iron.

Defrontado uma vez mais com pontos de vista divergentes, Vargas não toma qualquer decisão. Prefere aguardar o estudo final da CNS, que continuava a analisar o problema. Esse estudo, para o qual contribui bastante o Capitão Macedo Soares como assessor técnico, constitui a primeira tentativa de elaborar um planejamento global do problema siderúrgico. Faz-se um levantamento do mercado, projeções da demanda e da produção,

---

[10] *Ibidem.*

além de outros detalhes técnicos, com base nos quais se sugere uma divisão do trabalho entre as unidades de produção já existentes assim esquematizada: a) entregar a produção de ferro-gusa às pequenas empresas instaladas ao longo da Central do Brasil; b) a Belgo-Mineira e duas outras empresas já existentes produziriam laminados; c) a nova usina a ser construída fabricaria trilhos, barras, vigas, chapas, eixos etc., destinados às estradas de ferro. Segundo o plano, a produção nacional poderia alcançar rapidamente 300 mil toneladas/ano.[11]

Finalmente a Comissão recomendava a construção de uma usina com capacidade de 20 mil toneladas anuais, à base de carvão vegetal, no Vale do Rio Doce. É importante ressaltar que, segundo o estudo, a usina deveria contar com "a mais forte participação possível de capital nacional", encarregando-se o Estado de subscrever a outra metade. A estratégia dos novos burocratas da época com vistas à criação de um dos segmentos da indústria de bens de capital baseava-se em dois pressupostos: 1) acrescer, por etapas, as escalas de uma indústria já existente; 2) supor não só a disponibilidade de recursos, mas o interesse de setores capitalistas internos em investir no projeto siderúrgico. A discussão, mais adiante, do caráter ideológico deste último pressuposto irá esclarecer as contradições da prática política dos agentes envolvidos no "projeto industrializante".

Vargas recebe esse relatório em março de 1934, num momento em que sua principal preocupação era assegurar-se no poder, elegendo-se Presidente pela Assembléia Constituinte. Isso significou o abandono temporário do assunto siderúrgico. Mas esse era um problema menor. A fase constitucional que se abria marcava o fim do *Tenentismo* e, no interior das Forças Armadas, o início da hegemonia da corrente liderada pelo General Góes Monteiro. O objetivo prioritário da alta hierarquia militar, cujo porta-voz era o próprio Góes, então Ministro da Guerra, era transformar o Exército na instituição político-nacional por excelência, em torno da qual deveriam gravitar todos os demais setores da vida do país. Para isso, faziam-se necessárias medidas de caráter urgente e simultâneo, sobretudo a aquisição de material bélico e a remodelação de seus quadros. No final de 1934, Góes adiantava ao Chefe do Estado-Maior uma síntese daquilo que considerava como sendo os problemas centrais do Exército:

[11] Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). "Relatório final da Comissão Nacional de Siderurgia", *Boletim nº 75*, do Ministério da Agricultura, Serviço Geológico e Mineralógico, Rio de Janeiro, 1935.

"A insuficiência de meios, o desconhecimento geral das nossas necessidades quanto à defesa nacional, o abandono dos problemas em conexão, além das circunstâncias que têm prevalecido na orientação política, são causas determinantes dos perigos e ameaças constantes em que vivemos. Por outro lado, agravam-se esses perigos e ameaças com a incompatibilidade e incompreensão de elementos dos quadros do Exército, os quais, já em número assaz elevado, contribuem, pela sua ação passiva ou pelo procedimento contrário à finalidade daquele, para aumentar os males que infestam as fileiras, impedindo a coesão, a homogeneidade, a unidade de doutrina, o trabalho coordenado e, por conseguinte, criando o falseamento da disciplina e da mentalidade militares."[12]

Diagnosticados os "males" que acometem a instituição, Góes recomenda ao Estado-Maior que indique ao Governo, "entre outras medidas prementes", os processos mais rápidos para "adquirir o material de guerra no país e no estrangeiro (...); suprimir ou diminuir os inconvenientes de permanecerem nos quadros oficiais incompatibilizados moral e profissionalmente com o Exército, a começar pelos postos mais elevados; prevenir os surtos de desordem e a propaganda extremista etc. (...)".[13]

Assim, a instalação da grande siderurgia não se incluía entre as prioridades do Alto Comando, ou seja, do Exército como instituição, naquela conjuntura. Daí as divergências de orientação reveladas pelos militares que participam das diferentes comissões, indicando que a siderurgia não era uma "exigência" do Exército. Na época, a instituição estava interessada sobretudo em conseguir recursos para a aquisição de armamento no exterior, e é por meio desse viés que Vargas irá conseguir seu apoio, empreendendo, sob pressão do Alto Comando, uma política comercial com a Alemanha à base dos marcos de compensação, da qual o Exército extraiu altos dividendos, como se verá mais adiante.

No que diz respeito ao Exército como conjunto, tratava-se, portanto, de defender seus interesses corporativos. A solução do "problema siderúrgico" podia esperar, uma vez que não seria através dela que se estaria em condições de atender, a curto prazo, as necessidades de reequipamento urgente do Exército. Tanto é assim que a *Defesa Nacional* – revista militar mensal editada por Oficiais de alta patente, pertencentes, em sua maioria,

---

[12] Do Ministro da Guerra, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, ao Chefe do Estado-Maior do Exército, Ministério da Guerra (Reservado), Rio de Janeiro, 30/11/1934, *Papéis Paulo Duarte*.

[13] *Ibidem*.

à corrente "modernizante" do Exército, Góes inclusive – não menciona uma única vez, entre 1930 e 1936, a questão da siderurgia. Seus editoriais e artigos, nesse período, são dedicados invariavelmente a problemas como o controle das Forças Públicas estaduais, questões doutrinárias e técnicas veiculadas pela Missão Militar Francesa, que desde 1919 treinava a oficialidade do Exército, a necessidade de adquirir armas no exterior, penetração comunista nas Forças Armadas, reivindicação de aumento nas dotações orçamentárias destinadas às três Armas etc.[14]

Quanto ao ambicioso plano elaborado pela CNS, seu fôlego era extremamente curto, pois dependia do concurso efetivo dos empresários nacionais. Em agosto de 1934, Henrique Lage apresenta sua proposta, e, como nas duas vezes anteriores a 1930, pedia muito e oferecia pouco. Desejava que o Estado lhe fornecesse a totalidade do capital e garantia de mercado para a construção de uma usina com capacidade de 100 toneladas/dia. Tanto essa, como uma segunda proposta, de Alexandre Siciliano, não mereceram qualquer atenção do Governo.[15] A rigor, esgotaram-se aí, melancolicamente, as tentativas do empresariado local de participar diretamente da política siderúrgica.

1. INDUSTRIALIZAÇÃO OU INTERESSES CORPORATIVOS?

Em 1935, a posição institucional dos militares em face do problema siderúrgico irá sofrer uma brusca mudança. O enorme déficit da balança de pagamentos colocara o Governo num grave dilema: suspender o pagamento da dívida externa ou congelar os pagamentos comerciais[16]. A proposta de Farquhar, embora reduzida exclusivamente à exportação de minério, era a única que subsistia. Sem dispor de solução alternativa naquele momento, Vargas envia, em maio de 1935, as minutas do contrato da Itabira votadas na Comissão dos Onze, para serem discutidas no Congresso. Artur Bernardes, então Deputado por Minas, e que sempre se opusera à Itabira, propõe que a Comissão de Segurança Nacional da Câmara solicite o parecer dos Estados-Maiores do Exército e da Marinha.

---

[14] Cf. *A Defesa Nacional* (Revista de Assuntos Militares), Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1930-1936.

[15] CFCE. Processo nº 118, documento 1, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

[16] Cf. A. Vilella & W. Suzigan, *Política do Governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

De maneira um tanto surpreendente, tendo-se em vista a ausência de consenso entre os militares sobre o problema até aquele momento, ambos os Estados-Maiores revelam-se decididamente contrários à proposta da Itabira Iron e, pela primeira vez, defendem a tese de que, por razões de "segurança nacional", o Estado devia encarregar-se diretamente da empresa siderúrgica.[17] Como se verá, o argumento da "segurança nacional", que sempre fora utilizado pelos civis, passará a ser manipulado pelos militares de uma forma eminentemente ambígua em relação ao "projeto de industrialização", na medida em que serve, a um tempo, para mascarar seus interesses corporativos, sem colocá-los "contra" a implantação da grande siderurgia.

O Conselho do Almirantado, solicitado também a se manifestar pelo Ministro da Marinha, assume uma posição ainda mais radical, quando a quase totalidade dos 18 almirantes que o compõem qualifica o plano de exportação de minério da Itabira de "um eufemismo por meio do qual se mascara uma espoliação pura e simples".[18] Em março de 1937, Juarez Távora também ataca o Projeto Farquhar ao propor que o "comércio e transporte do minério só devem ser exercidos por empresas nacionais ou nacionalizadas".[19]

Em suma, os militares, que, inicialmente, haviam dado ênfase à exportação do minério e ao problema dos transportes, considerados por Góes Monteiro, em 1934, como necessidades "vitais", começam agora a ver a siderurgia como um imperativo decorrente da segurança nacional. Entretanto, o fundamental, neste passo, é analisar, no interior do debate, a prática representativa dos órgãos dirigentes da instituição militar, articuladamente com o seu comportamento em relação à política do comércio exterior.

Nessa perspectiva, é significativo que essa mudança em relação à política do aço surja no momento em que as negociações para a compra de armamento na Alemanha ingressam na sua fase final, com o pagamento ajustado através dos marcos de compensação. Com efeito, a primeira proposta alemã para o fornecimento de armas é de abril de 1936. Em agosto, o Governo de Hitler aceita que uma parte do pagamento seja feita em

---

17 Durval Bastos de Menezes, *A Solução do Problema do Ferro do Ponto de Vista da Economia e da Soberania do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, cap. V, 1938.

18 *Ibidem*.

19 Juarez Távora, "O contrato da Itabira Iron em face dos interesses nacionais e do problema da siderurgia brasileira"; conferência na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, 29/3/1937, em *A Defesa Nacional*, janeiro, 1938.

VALOR DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS, 1935-37
(MILHARES DE LIBRAS-OURO E PERCENTAGEM
DO COMÉRCIO TOTAL)

	1935		1936		1937	
Fornecedor	Valor em mil-réis	Percentagem do comércio	Valor em mil-réis	Percentagem do comércio	Valor em mil-réis	Percentagem do comércio
Alemanha	5.608	20,4	7.065	23,5	9.697*	23,8
Estados Unidos	6.406	23,4	6.651	22,1	9.337	22,9
Argentina	3.534	12,8	4.941	16,4	5.675	13,9
Reino Unido	3.409	12,4	3.385	11,2	4.909	12,0

FONTE: *Grã-Bretanha, Department of Overseas Trade, Report on Economic and Commercial Conditions in Brazil, 1938 and 1939* (Londres, 1939), pp. 63, 103, 140.

* Em 1937, o Brasil comprou da Alemanha 7 milhões de libras. Um único contrato de armamento, com a Krupp, era de 15 milhões de libras – o resultado de quase 2 anos de intercâmbio!

marcos compensados. Em fevereiro de 1937, é assinado o primeiro contrato com a Krupp.*

Assim, o sentido da mudança na posição dos militares nessa fase, que se estende de 1930 a 1937, pode ser resumido em dois pontos: 1) a defesa inicial da exportação de minério era vista como uma maneira de obter divisas, parte das quais poderiam ser utilizadas na compra de armas. Com a entrada da proposta alemã, o problema do armamento – preocupação

* A Krupp celebrou com o Governo brasileiro, em 1937 e 1938, dois grandes contratos de fornecimento de armas para o Exército, que montaram a cerca de 10 milhões de libras. Para que se avalie como a prática política dos militares articulada com a dos grupos exportadores internos compromete a capacidade para importar do setor externo da economia, é preciso ter em conta, em primeiro lugar, *que o valor total acumulado das importações brasileiras da Alemanha, correspondente aos anos de 1936 e 1937, foi de 16.762.000 libras, o equivalente a 60% do custo de apenas dois contratos com a Krupp, exclusivamente para fornecimento de material de guerra ao Exército* (cf. quadro). Ademais, nada menos que 18 milhões de marcos compensados, acumulados pelo Banco do Brasil até o final de 1936 como produto do intercâmbio com a Alemanha, vão permanecer bloqueados como garantia de cobertura para os contratos de armamentos (Cf. CFCE, 127ª sessão, 28/12/1936, Proc. 29/22454). Sob este prisma, mesmo a interpretação geralmente aceita de que o sistema de compensação foi vantajoso para o Brasil nessa fase – dadas a deterioração dos termos de troca e a retração nas importações de produtos primários – estaria merecendo uma revisão.

prioritária do Alto Comando – ficava solucionado através dos marcos de compensação. Nessa altura, os chefes militares passam a defender posições radicais, apontando para a "nacionalização" e para a estatização –, formas de controle para o bloqueio em que se encontrava a questão siderúrgica; 2) o problema, equacionado até meados de 1935 sob a fórmula segurança nacional/exportação de minério, só passa a ser formulado como segurança nacional/siderurgia no momento em que a questão essencial do armamento se encaminha para uma solução. Nesse contexto, o limite e o alcance do conceito de segurança nacional se esgotam no interior das Forças Armadas, na medida em que mascara, em última análise, seus interesses corporativos.

Na fase seguinte, recortada entre a instauração do Estado Novo e a implantação de Volta Redonda, serão ainda esses interesses os determinantes da ação militar enquanto instituição. Uma síntese dessa segunda etapa do processo decisório poderá conduzir a uma qualificação adequada da participação militar em relação, por exemplo, à tese de que, "em 1937, o Exército, em particular, enquanto instituição nacional, decidiu-se a encontrar uma alternativa realista para a produção do aço em pequena escala e estabelecer uma base para a auto-suficiência econômica nacional".[20]

2. VOLTA REDONDA: A CONSTRUÇÃO DE UMA UTOPIA

Em novembro de 1937, ao anunciar ao país a instauração do Estado Novo, Vargas volta a mencionar a siderurgia como fator-chave para a criação de "indústrias de base".[21] E, para resolver o problema "de maneira definitiva", comunica a existência de um "vasto plano de colaboração do Governo com os capitais estrangeiros". Nessa primeira etapa, a articulação de interesses irá se aglutinar em torno de dois pontos: 1) os termos da participação, nessa colaboração, tanto do Estado como do setor privado; 2) a escolha entre esses capitais externos (alemães ou norte-americanos).

É claro que o fato de se instalar no país um regime abertamente ditatorial, numa época em que as grandes potências se preparavam para a Segunda Guerra, fazia com que as decisões relativas a esses dois pontos

[20] Wirth, *op. cit.*, p. 67.

[21] Vargas, *op. cit.*, vol. V, p. 28.

tivessem graves implicações, tanto para o regime como do ponto de vista de sua inserção no sistema capitalista internacional. Nessa perspectiva, a questão siderúrgica surge como dado de uma problemática muito mais ampla, que não temos a pretensão de analisar aqui, cujos parâmetros são estabelecidos pela luta interimperialista polarizada nos Estados Unidos e na Alemanha nazista.

No início de 1938, enquanto Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, esforça-se para "reaproximar" Vargas dos Estados Unidos, acenando-lhe com uma proposta do Eximbank para financiar a usina de aço, o Ministro da Viação, Coronel João Mendonça Lima, estabelecia contatos com a Demag alemã, para "instalar uma siderúrgica em troca de pagamento em minério brasileiro". Com base, principalmente, na atuação desse Oficial e do Capitão Edmundo de Macedo Soares, Wirth constrói o argumento de que os "Chefes militares empurraram Vargas em direção a Volta Redonda", como subsídio de sua tese central de que, nesse período, o Exército foi o principal impulsionador da indústria de base.[22] No entanto, Mendonça Lima nunca teve qualquer influência política decisiva na questão siderúrgica, assim como Macedo Soares, cuja atuação será analisada mais adiante.

Mendonça Lima, no início de 1938, era ainda Coronel e assumiu a pasta da Viação no fim de novembro de 1937. Antes, havia sido Diretor da Central do Brasil, cargo considerado pouco atraente pelos Oficiais de Estado-Maior e militares engajados na política. Chegou a Ministro devido mais à sua experiência como administrador do que a um sólido apoio político da alta hierarquia do Exército. "Um jovem sem carreira política, mas considerado um bom administrador" na opinião da Embaixada britânica no Rio.[23] Como Ministro, Mendonça Lima estava interessado sobretudo em obter material rodante, a fim de atender às prementes necessidades da Central. Assim, é, no mínimo, temerário atribuir demasiada importância ao seu interesse pela usina siderúrgica, dentro de seu plano de trocar minério de ferro por equipamento ferroviário, carvão e uma usina de aço.

Em outubro de 1938, que Wirth considera o início da "fase militar de maior ação direta no processo decisório" na questão do aço – fase supostamente "coordenada" por Mendonça Lima –, este solicitava a Vargas que procurasse atender à "necessidade urgente" de adquirir equipamento

[22] Wirth, *op. cit.*, pp. 87 e 94.

[23] Hilton, *op. cit.*, p. 86.

ferroviário e sublinhava a possibilidade de trocar matéria-prima por material alemão.[24]

Portanto, no que se refere à iniciativa política na questão do aço, a documentação disponível aponta invariavelmente a figura de Vargas como o seu detentor, o que não chega a ser novidade ao se levar em conta a natureza mesma do sistema de decisões durante um período ditatorial. E ele fazia questão de não deixar margem a dúvidas sobre "quem decidia". Informado de que a Demag desejava colaborar no projeto siderúrgico "de acordo com o programa do Coronel Mendonça Lima", Vargas manda responder simplesmente: "Diga que o problema siderúrgico é assunto do Governo e não do Coronel Mendonça Lima."[25] É de supor que Vargas dificilmente teria reagido dessa forma, caso o Coronel fosse realmente um influente porta-voz do Alto Comando.

Embora não dê maior atenção à proposta de Mendonça Lima, Vargas estava interessado em estabelecer negociações simultâneas com diversos proponentes, divulgando que o Governo estava "pronto a acolher qualquer proposta honesta". Ao mesmo tempo, definia as alternativas que considerava viáveis para concretizar o projeto siderúrgico: a) diretamente pelo Estado, por meio do financiamento estrangeiro ou com recursos obtidos da exportação de minérios; b) associação do Estado com capitais privados nacionais; c) pela iniciativa privada nacional, associada ou não a capitais externos, mas sob controle do Estado.[26] A despeito das funções diferentes assumidas em cada uma das três alternativas, o Estado surgia como o eixo central do empreendimento, independentemente de qualquer pressão institucional do Exército nesse sentido.

A definição das coordenadas do projeto pelo Governo provoca a afluência para o sistema de decisões, ou o surgimento, no seu próprio interior, de um grande número de reivindicações. Todas serão submetidas, nessa primeira fase, ao exame de dois órgãos: o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) e o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Simultaneamente, Vargas e outros membros do Governo realizam *démarches* paralelas no exterior[27].

Em março de 1938, Vargas remete ao CTEF dois projetos que o Coronel Mendonça Lima lhe havia enviado. Tanto o primeiro, do engenheiro

---

[24] J. de Mendonça Lima a Vargas, 3/10/1938, CFCE, Arquivo Nacional.
[25] Três documentos sob nº 5.312, lata 38, Coleção Presidência, AN.
[26] Vargas, *op. cit.*, vol. V, pp. 177-181.
[27] Para uma descrição detalhada dessas negociações, cf. L. Martins, *op. cit.*, e Wirth, *op. cit.*

Paulo Denizot, quanto o segundo, de Raul Ribeiro da Silva, formulavam um plano de exportação de minério sob controle do Estado como meio para a construção da siderúrgica. Assim, a expropriação das jazidas e o monopólio estatal da exportação do mineral constituíam provavelmente a fórmula defendida por Mendonça Lima, entre outros, para contornar o dilema que ele próprio havia previsto: "Ou nos decidimos rapidamente a fornecer o minério, ou elas (as grandes potências) virão buscá-lo de qualquer maneira." Vargas também participava da opinião de que o minério era "a única arma que possuímos para interessar os grupos metalúrgicos estrangeiros na instalação da siderurgia nacional".

A intensa discussão travada no Conselho em torno da exportação de minério (quase todos os projetos baseavam-se no financiamento da siderúrgica através da exportação de ferro) assinalava outro momento significativo para a avaliação da prática dos militares, desta vez por intermédio da intervenção do Capitão Macedo Soares. Chamado a dar seu parecer ao CTEF, ele introduzirá novos dados que até aquele momento eram desconhecidos: a compatibilidade entre o minério existente no Brasil, com baixo teor de fósforo e de enxofre, e os processos técnicos utilizados pela grande siderurgia dos países para os quais se queria exportar. Com base em seus conhecimentos de Engenheiro metalurgista, Macedo Soares sustentará o ponto de vista de que seria uma ilusão pensar que o minério brasileiro pudesse substituir o sueco no mercado alemão, como se acreditava na época, porque isso implicaria a Alemanha modificar totalmente seus processos de produção de aço. O mercado alemão poderia absorver uma parte do minério nacional, mas era a Inglaterra que tinha nele a sua matéria-prima ideal, devido ao tipo de tecnologia empregada, diversa da alemã. Era esse dado técnico que explicava – segundo Macedo Soares – o interesse dos grupos ingleses (Farquhar) pelas jazidas brasileiras. Quanto aos Estados Unidos, as dificuldades para utilizar o minério nacional não seriam de ordem técnica, mas devido ao fato de aquele país possuir grandes reservas de matéria-prima. A partir desses dados, ele traça um orçamento para a construção de uma usina de 300 mil toneladas, sugerindo a utilização da hulha em lugar do carvão vegetal, pois os subprodutos obtidos de sua destilação contribuiriam para baratear o preço total do projeto.[28]

[28] Edmundo de Macedo Soares e Silva, "Notas sobre a montagem de uma usina siderúrgica no Rio de Janeiro e sua repercussão sobre a economia brasileira", Rio de Janeiro, 10/6/1938, AN.

Nesse momento delineia-se com clareza a verdadeira dimensão do papel de Macedo Soares, que permanece invariável durante todo o processo decisório: ele atua, antes de mais nada, como *técnico,* cujos argumentos, independentemente de seu mérito, ninguém é capaz de refutar. Por sua vez, a qualidade de Oficial do Exército nada tem a ver com a postura assumida por ele no interior de tal processo. Macedo Soares era, na realidade, um Engenheiro que passara vários anos na Europa, entre 1932 e 1939, e que em certo momento desejara, inclusive, abandonar a carreira militar para dedicar-se exclusivamente aos negócios, tendo sido persuadido a permanecer na ativa por seu primo, o Ministro do Exterior José Carlos Macedo Soares.[29]

Quanto à natureza do processo decisório, é interessante notar que agora, a partir da ditadura de 37, são os argumentos "técnicos" e não mais os políticos que irão refutar as bases do projeto da Itabira Iron. Essa "despolitização" aparente das decisões, típica das autocracias, irá tornar-se um dado do cotidiano no Brasil pós-1964.

Essa reunião do CTEF é significativa também porque, de outro lado, desmistifica a pretensa prática industrializante ou o papel modernizador atribuído às Forças Armadas nesse período. Guilherme Guinle pergunta abertamente a Macedo Soares se existia ou não, no Estado-Maior do Exército, ou em qualquer outro órgão militar que havia estudado a questão siderúrgica, um projeto para a instalação da siderurgia no Brasil. A resposta de Macedo Soares é enfática: "Devo dizer a V. Exa. que esse projeto não existe."[30]

Isso indica, igualmente, que a posição do Coronel Mendonça Lima diante da questão siderúrgica refletia, muito provavelmente, uma opinião pessoal, ou, no máximo, o desejo de um grupo militar, mas estava muito distante de representar o pensamento do Alto Comando do Exército. Com efeito, o Chefe do Estado-Maior, Góes Monteiro, e o Ministro da Guerra, Dutra – indiscutivelmente as duas figuras militares de maior autoridade política nessa fase –, nunca se comprometeram oficialmente com o problema específico da instalação da grande siderurgia.

---

[29] Cf. Hilton, *op. cit.*

[30] Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), sessão de 25/5/1938, Processo nº 67.32.733, AN.

3. ENTRE AS ARMAS E VOLTA REDONDA

Em 1938, para o grupo no poder, tratava-se basicamente de buscar alternativas aos projetos até então apresentados, todos inviáveis tanto econômica como tecnicamente. Vargas decide então encarregar o diplomata Barbosa Carneiro, Diretor Executivo do CFCE, de examinar o problema siderúrgico, dando-lhe instruções secretas.[31] Por sua vez, o ditador aceita as duas sugestões que lhe são feitas por Carneiro: que os estudos fossem realizados em segredo e que deles participassem os militares. É então organizada dentro do CFCE uma Subcomissão integrada por Carneiro, pelo General Amaro Bittencourt, representante do Exército e indicado pelo Ministro da Guerra, e pelo Comandante Ary Parreiras, da Marinha, escolhido por Vargas. É essa Subcomissão que irá, pelo menos, equacionar uma política mais definida, embora também inviável, apontando para a "solução estatal" do problema siderúrgico. Mais concretamente, propunha: 1) a estatização da indústria do aço como instrumento mais eficaz de defesa econômica; 2) condenação absoluta da política de concessões (Itabira); 3) monopólio estatal da exportação de ferro e manganês; 4) controle estatal da produção de ferro e aço das indústrias privadas já existentes; 5) construção do complexo siderúrgico por meio dos recursos obtidos com a venda do minério. Elabora também uma demonstração pormenorizada dos recursos financeiros necessários para uma usina de 180 mil toneladas de laminados e 50 mil de ferro-gusa, estimando-os em 290 mil contos. Previa o início da construção para 1940 e o término em três ou quatro anos.

Ao apresentar a proposta à sessão plenária do CFCE, em março de 1939, a Subcomissão não só revela, pela primeira vez, que o assunto estava em estudo, como já a apresenta sob a forma de minutas de decreto-lei, excluindo qualquer projeto de empresários nacionais (Lage, Trajano de Medeiros e outros). Trava-se então um intenso debate, com críticas veementes à solução estatal por parte dos representantes do Ministério do Trabalho, da Confederação das Indústrias e das Associações Comerciais. O porta-voz destas últimas esclarece que só não combatia o plano porque os militares presentes o consideravam "indispensável à defesa nacional".[32]

Não se induza daí, porém, que o Exército apoiasse tal proposta. Ao contrário do que julgava o representante da iniciativa privada, o parecer

[31] Entrevista de Barbosa Carneiro a Luciano Martins, *op. cit.*

[32] CFCE. Comissão Especial, anexo nº 29, AN.

do General Francisco José Pinto, Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN), sobre as minutas do decreto que lhe foram submetidas por Vargas, é suficientemente ambíguo para merecer um exame mais acurado. O General esclarece inicialmente estar de acordo com o caráter urgente conferido à "organização da indústria pesada", partindo do princípio de que o Brasil tinha necessidade de "constituir-se o mais rapidamente possível em grande potência"; fundamenta tal necessidade incorporando idéias do universo ideológico fascista da época, explicando que não havia mais lugar para "países fracos" num mundo em que os povos fortes, lutando para possuir um "espaço vital", tudo fariam para conquistar os fracos, "tanto no plano econômico como no político-militar".

Relevante, porém, é o fato de, embora de acordo, em princípio, com as "conclusões gerais" do estudo do CFCE, o Secretário do CSN fazer, na prática, restrições ao termo "monopólio", que "nunca foi aceito e jamais contou com a simpatia dos meios brasileiros". E, em seguida, esclarece a posição do CSN: *"O Secretariado do CSN admite a indústria estatal como solução para o problema em decorrência de imperiosa força maior e em caráter transitório"* (grifado por mim). Segundo o General, a empresa privada apresentava todas as vantagens, cabendo ao Governo somente orientar seus objetivos e estimular e controlar suas atividades, desde que "o Estado não havia sido nunca um ótimo dirigente de empresas".[33] Enfim, o CSN aceitava a fórmula estatal unicamente por considerá-la a forma mais rápida, naquela conjuntura, de resolver o problema da grande siderurgia.

Tal orientação, abertamente voltada para preservação da hegemonia da iniciativa privada, aponta sub-repticiamente – sobretudo quando se tem em conta a atuação de hierarquia militar na política de comércio exterior – para as duas coordenadas que balizam a prática militar enquanto instituição: a manutenção do padrão privado de acumulação e a defesa prioritária de seus interesses corporativos.

Ademais, nessa segunda etapa do processo decisório, é preciso qualificar melhor a tese geralmente aceita de que, no caso da siderurgia, o "Estado assumiu a tarefa de romper pontos de estrangulamento para o desenvolvimento industrial, devido a razões de defesa nacional", o que conduz, indiretamente, a atribuir aos militares as principais iniciativas e a

[33] Cf. Secretaria-Geral do CSN, parecer do General Francisco José Pinto, 11/05/1939, *in* Luciano Martins. *op. cit.*, pp. 273/4.

liderança no interior do sistema de decisões. Um balanço sumário da posição dos militares diante da questão esclarece esses aspectos.

Os Estados-Maiores do Exército e da Marinha se haviam declarado, em dezembro de 1937, favoráveis ao controle do Estado. O Coronel Mendonça Lima defendia o controle estatal das jazidas e da exportação do minério, mas considerava indispensável a colaboração do capital estrangeiro para a construção da siderúrgica. Os representantes militares na Comissão Especial do CFCE apoiavam uma estatização mais ampla. O Secretário do Conselho de Segurança Nacional fazia restrições a esse respeito. O Major Macedo Soares era favorável à associação do Estado com o capital nacional, admitindo a participação externa somente sob a forma de empréstimo, de maneira que pudesse ser nacionalizado uma vez amortizado. Institucionalmente, porém, o Exército nunca tomou posição nessa fase, desde que seus órgãos qualificados para tal, o Ministério da Guerra e o Estado-Maior, permaneceram silentes sobre a questão. E, como se verá, não sem razões.

Resta em aberto, portanto, saber como e por que se viabilizou o projeto de Volta Redonda, menos de dois anos depois, cujas linhas gerais são mais ou menos conhecidas, e, sobretudo, qual a posição dos militares nesse desfecho.

No início de 1940, após o fracasso das negociações com a United States Steel, Vargas volta-se para a Alemanha, renovando contatos com a Krupp, que se dizia interessada no projeto siderúrgico brasileiro. O Ministério da Economia do Reich acreditava que os Estados Unidos, naquele momento, estavam desinteressados do negócio, que seria importante aproveitar a oportunidade para reforçar a posição alemã no Brasil. No entanto, o fato de a Alemanha estar concentrada inteiramente no esforço de guerra tornava a cooperação praticamente impossível. Para o Reich, portanto, tratava-se de continuar a negociar com o Governo brasileiro apenas para ganhar tempo. "Negociações dilatórias, sim", aprova o assessor Gustav Schlotterer, "mas não podem ser dadas garantias para a entrega do equipamento".[34] Ao que tudo indica, o Governo brasileiro não tinha conhecimento desta orientação, assim como o Departamento de Estado norte-americano.

Do lado norte-americano, Roosevelt, movido por interesses político-militares, estava disposto, pessoalmente, a conceder o financiamento para a construção da siderúrgica, mas defrontava-se com um impasse:

[34] Memorando, Kopperman a Schlotterer, 8/03/1940, cit. por Martins, *op. cit.*, p. 296.

a Federal Loan Administration e o Departamento de Estado só concordariam com o empréstimo se o projeto fosse entregue a uma empresa norte-americana, e nenhuma delas, naquele momento, demonstrava qualquer interesse pelo negócio. As conversações prosseguiram, mas, seguindo a mesma orientação do Governo alemão, tinham um caráter puramente dilatório.

Em maio de 1940, a conjuntura político-militar da América do Sul irá exercer uma pressão decisiva sobre as negociações. Os Estados Unidos temiam a capacidade de penetração da propaganda nazista no sul do Brasil devido à presença maciça de imigrantes alemães, assim como na Argentina e no Uruguai. Os serviços secretos americanos teriam informado o Governo, inclusive, de um possível *putsch* organizado neste último país por simpatizantes do Eixo. O Secretário de Estado, Sumner Welles, comunicou ao Embaixador brasileiro em Washington que os Estados Unidos iriam enviar dois cruzadores leves para o Atlântico Sul a pretexto de uma "visita de cortesia". Sugeriu também a vinda ao Brasil de dois Oficiais superiores do Estado-Maior para um melhor entendimento com os militares brasileiros. Na realidade, a missão dos cruzadores era bloquear, eventualmente, o Rio da Prata, e a dos Oficiais, discutir a implantação de bases militares dos Estados Unidos em Fernando de Noronha e no Nordeste.[35] Em 11 de junho, Vargas pronuncia seu famoso discurso a bordo do *Minas Gerais*, que a imprensa dos Estados Unidos interpretou imediatamente como uma adesão do Brasil ao Eixo, e que, aparentemente pelo menos, teria preocupado Roosevelt sobre as verdadeiras intenções do Governo brasileiro.[36]

Aproveitando a ambigüidade da situação criada pelo discurso, que podia significar uma opção do Brasil pelo Eixo, apesar dos compromissos assumidos pelo Governo de Vargas com o pan-americanismo patrocinado pelos Estados Unidos, o Embaixador alemão no Rio é autorizado pelo Reich a comunicar ao ditador uma grande transação de 300 milhões de marcos e a "entrega rápida de uma siderúrgica" um ano depois do "fim da guerra".[37]

Nessa altura, o Departamento de Estado mudara de posição e endossava a opinião do Embaixador americano no Brasil, Caffery, segundo a qual a concessão do financiamento para a siderúrgica "era da mais alta

---

[35] Embaixador Martins a Vargas, 24/05/1940, FGV.

[36] Vargas, *op. cit.*, vol. VII, p. 327.

[37] Telegrama nº 595, do Diretor do Departamento de Política Econômica à Embaixada no Brasil, em *O III Reich e o Brasil*, Ed. Laudes, Rio de Janeiro, 1968.

importância", a fim de evitar que Vargas se voltasse para Berlim. A siderúrgica passa, assim, a assumir para os Estados Unidos uma importância decisiva em relação à política econômica e militar com o Brasil. Para o Embaixador, havia apenas duas maneiras de combater a "crescente ameaça alemã": crédito para a aquisição de armas e um esquema liberal de financiamento para a siderúrgica. Se os alemães fornecessem as armas ou a usina, ou ambas, os Estados Unidos perderiam sua posição no Brasil. Assim, ponderava, havia chegado a hora de Washington decidir se manter o Brasil fora do controle alemão valia esse preço.[38]

Nessa época, o Brasil valia indiscutivelmente tal preço, dada a preocupação dos Estados Unidos com a situação militar na Europa. Em setembro de 1940, o Coronel Lehman Miller, Chefe da Missão Militar Americana no Brasil, entregou a Góes Monteiro um relatório secreto do Estado-Maior do Exército americano, no qual sugere a adoção de uma série de medidas urgentes. A primeira era a garantia brasileira de "colocar à disposição das Forças Armadas dos Estados Unidos, quando isso fosse necessário, os principais portos, aeroportos e hospitais do país". Solicitava também o direito de trânsito de tropas americanas em território nacional, a mobilização da opinião pública e a neutralização de qualquer "ataque que pudesse ser feito pelo rádio ou pela imprensa contra o *imperialismo yankee*".[39]

No fim de setembro, poucos dias após a entrega desse relatório, o Departamento de Estado vence a resistência da Federal Loan Administration: o Eximbank é autorizado a emprestar à empresa brasileira 20 milhões de dólares, em duas prestações iguais, a juros de 4% e com prazo de 13 anos. Em abril de 1941, funda-se no Rio a Companhia Siderúrgica Nacional, com recursos das Caixas Econômicas do Rio e de São Paulo e dos Institutos de Aposentadoria, que contribuem com 50% do capital (250 mil contos); o Governo subscreve 44% e os particulares, os restantes 6%.[40] Resolvido o problema do financiamento, restava agora conseguir dos Estados Unidos o equipamento para a montagem de uma siderúrgica moderna.

Até aqui, como se observa, todas as iniciativas são conduzidas pela *entourage* de Vargas. O representante militar mais importante continua

---

[38] Caffery, Rio de Janeiro, 8/09/1940, *in* Frank McCann Jr., *The Brazilian-American Aliance*, 1937-1945, Princeton University Press, 1973, p. 195.
[39] *Ofício Secreto*, nº 300, Góes Monteiro a Dutra, 20/09/1940, FGV.
[40] Decreto-Lei nº 3.173, 3/04/1941.

sendo, nesta última fase, o Major Macedo Soares, cuja função, como anteriormente, é predominantemente técnica. Ao se colocar o problema do equipamento, porém, surgem em cena as figuras de Góes Monteiro e Dutra, representantes da alta hierarquia militar. Seu comportamento será extremamente contraditório em relação às prioridades que se colocavam naquele momento: siderúrgica ou armamento, ou ambos?

Em janeiro de 1941, Sumner Welles havia prometido ao Embaixador Martins que a remessa do equipamento siderúrgico para o Brasil teria prioridade.[41] Entretanto, as empresas americanas relutavam em assinar contratos com o Brasil para a venda de equipamento, uma vez que estavam voltadas para a economia de guerra, operando a plena capacidade. Além disso, receavam que a remessa de equipamento acabasse sendo proibida pela comissão encarregada de decidir as prioridades para exportação.[42]

Em fevereiro e março, os Estados Unidos haviam proposto ao Brasil o envio de material de guerra no valor de 100 milhões de dólares, contra pagamento em minério de ferro, *conforme havia sido ajustado pelo General Góes Monteiro em sua viagem àquele país, em outubro de 1940.*[43] De fato, o minério nacional adquiria uma importância estratégica também para os Estados Unidos, no momento em que a Inglaterra sofrera uma drástica redução em suas fontes de abastecimento devido ao bloqueio alemão. O Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, portanto, aproveitara a conjuntura para obter armamento numa fase em que todo o esforço de um setor do Governo estava concentrado na questão do financiamento da siderúrgica. É Vargas quem irá inverter os termos, instruindo o Embaixador Martins para que desse prioridade ao equipamento siderúrgico sobre a troca de armamentos por minério.[44]

Simultaneamente, a fim de evitar a criação de uma área de atrito com a hierarquia militar, Vargas irá insistir junto ao Embaixador alemão para que a Krupp não falte ao compromisso assumido em março de 1938, de fornecer 10 milhões de marcos em equipamento militar.[45] O Embaixador comunica o pedido às autoridades germânicas, mas a Wermacht, àquela altura, já não estava mais em condições de liberar a saída de armas, especialmente depois do episódio da apreensão, em 1940, pela Inglaterra, de

[41] Martins a Alzira Vargas do A. Peixoto, 16/01/1941, FGV.
[42] Macedo Soares a Vargas, 26/05/1941, FGV.
[43] Martins a Vargas, 25/03/1941, FGV.
[44] Vargas a Martins, 12/06/1941, FGV.
[45] Telegrama 1.003, Embaixador Prufer ao Ministério do Exterior alemão, 6/06/1941, em *O III Reich*, vol. II.

dois navios brasileiros que traziam equipamento encomendado à Krupp para o Brasil.

Era isso que o Alto Comando mais temia: o bloqueio marítimo imposto pelos Aliados que acabaria impedindo a chegada das armas.

A siderúrgica não constituía uma prioridade, tanto que, em meados de 1939, Dutra insistia, durante uma sessão do Conselho de Segurança Nacional, não na solução do problema siderúrgico, mas na troca de café e algodão por material militar alemão.

Nesse jogo de cartas marcadas, em que as apostas são cobertas, invariavelmente, com o dinheiro do Erário, Vargas utilizará a irritação do Alto Comando com a interrupção na entrega das armas como um instrumento de pressão sobre o Governo americano, a fim de obter o equipamento siderúrgico.[46]

Mas, do outro lado da mesa, o parceiro não era um principiante. Em julho de 1941, Roosevelt jogava com a hipótese da existência de um plano alemão de ataque às Américas, primeiramente ocupando Dacar e Cabo Verde, no Atlântico Sul, aí instalando bases aéreas e navais, para, em seguida, lançar-se sobre o hemisfério americano através de Natal, no saliente nordestino. Para defender Cabo Verde e os Açores, Roosevelt consultava Vargas para saber se o seu Governo "estaria disposto a compartilhar com os Estados Unidos aquela possível tarefa de defesa".[47]

Dutra, no entanto, que pertencia à facção militar simpática ao Eixo, mostrou-se frontalmente contrário à proposta: com os escassos meios de que dispunha o Exército brasileiro, "uma tal aventura seria temerária e quase ridícula". Em seu relatório a Vargas, Dutra era de opinião que o melhor seria manter-se numa "atitude neutra".[48] Em agosto, o Chefe da Missão Militar americana no Brasil envia um relatório ao Departamento de Estado, informando que o plano de manobras na área de Natal vinha sendo sabotado pelos militares brasileiros: "As autoridades militares brasileiras parecem ter um verdadeiro horror da presença de tropas americanas em seu território".[49]

O Embaixador Caffery, contudo, parecia conhecer perfeitamente a razão da má vontade demonstrada pela hierarquia militar para com os planos de cooperação. Informa o Departamento de Estado que "havia

[46] Dutra, *Boletim Secreto* nº 6, s/d., FGV.
[47] Mensagem de Roosevelt a Vargas, 02/07/1941, FGV.
[48] Relatório secreto de Dutra a Vargas, 19/07/1941, FGV.
[49] Coronel Lehman Miller, Relatório secreto nº 63, 8/08/1941, FGV (cópia em português).

somente um meio de convencer as autoridades brasileiras a nos dar permissão para enviar nossos Oficiais e tropas à zona de Natal: o pretexto de apreenderem o funcionamento das armas que lhes fornecemos".[50]

A questão crucial para o Alto Comando, portanto, sobretudo após 1940, quando ficou claro que o armamento alemão ainda não entregue jamais chegaria, continuava sendo a obtenção de equipamento. Num primeiro momento, quando os Estados Unidos utilizavam a hipótese de que a Alemanha poderia derrotar a Inglaterra e voltar-se em seguida, para a América, atacando o Nordeste brasileiro, os Chefes militares brasileiros alimentaram a esperança de conseguir armas nos Estados Unidos. Mas, assim que o Reich desencadeou a ofensiva contra a União Soviética, a hipótese de ataque Dacar-Natal que, ao que parece, nunca existiu, perdeu importância para Washington. Essa a razão básica que explica a entrega espaçada e em pequenas quantidades de material bélico americano ao Brasil, apesar do acordo assinado em 1941 entre os dois países para o fornecimento de armas até o limite de 100 milhões de dólares.[51]

Em janeiro de 1942, logo após o ataque japonês a Pearl Harbour, novos dados são introduzidos na situação, passando os Estados Unidos a perseguir um duplo objetivo: conseguir a ruptura das relações diplomáticas e comerciais de todos os países americanos com o Eixo e garantir-se o monopólio do abastecimento de matérias-primas, consolidando os acordos para a defesa militar do Continente. Vargas rompe relações com a Alemanha, o Japão e a Itália e, logo em seguida, assina os Acordos de Washington, em março de 1942. O Brasil irá obter um crédito de 200 milhões de dólares em troca da cooperação militar (utilização, pelos americanos, de bases no Nordeste) e da garantia de fornecimento de matérias-primas estratégicas exclusivamente para os Estados Unidos. Um dos quatro acordos previa a transferência, pela Inglaterra, ao Governo brasileiro, sem qualquer pagamento, de todas as propriedades da Itabira Iron no país. Embora não apareçam nos acordos, os créditos necessários à siderúrgica estavam agora largamente assegurados, alcançando 45 milhões de dólares, com os quais se iniciará a construção de Volta Redonda ainda em 1942.

Assim, a própria análise indica não existir um só momento, durante o longo processo que conduziu a Volta Redonda, em que o Exército, como instituição, se desvincule de seus interesses corporativos imediatos, para

[50] Caffery ao Departamento de Estado, s/d, FGV.

[51] Memorando do Ministro da Fazenda ao Presidente da República, *Reservado*, 17/09/1941. Coleção Presidência, AN.

tomar a iniciativa na questão siderúrgica. Ao contrário, quando o problema do armamento se coloca como alternativa em relação à siderurgia, o Alto Comando não revela qualquer interesse em conferir prioridade a esta última.

Volta Redonda, no contexto da busca de definição de uma política siderúrgica, surge muito mais como a mera resultante de uma conjuntura internacional dominada pela contradição da luta interimperialista, e seria totalmente inviável se dependesse da mobilização das "forças capitalistas nacionais", incluindo-se o Estado entre elas, evidentemente.

O Exército e, mais rigorosamente, o conjunto das Forças Armadas, por meio de sua participação política nas áreas do comércio exterior e da siderurgia, contribuem com um peso específico relevante, no interior do próprio Estado, não só rebaixando a capacidade para importar da economia, como se transformando num dos fatores da própria inviabilidade de Volta Redonda.

Não custa insistir, finalmente, em que não se trata de partir do suposto de que, naquela etapa do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, existiria um outro possível histórico, configurado na viabilidade da transição para uma acumulação ampliada via Estado; em outras palavras, um modo de produção capitalista autônomo, pelo qual o Exército poderia ter optado. Essa constelação histórica não existia antes, nem existirá depois; suas luzes permanecem ocultas por trás da bruma do sonho nacionalista. Contudo, em nome de uma verdadeira história, não há por que endossar uma ideologia cujo alcance não se esgota naquela época, mas se projeta nitidamente em nossos dias.

CAPÍTULO VIII

O PCB: OS DIRIGENTES E A ORGANIZAÇÃO

1. INTRODUÇÃO*

OS *primeiros anos: juventude e rotatividade* – Diferentemente da maior parte dos partidos comunistas do mundo ocidental, o PC brasileiro não se originou de cisões à esquerda da socialdemocracia. O Brasil não possuía uma tradição marxista e os partidos socialistas eram inexpressivos. Entre a intelectualidade radical, a influência principal era a do positivismo, enquanto, entre os setores sindicalmente ativos do proletariado, predominava o anarcossindicalismo.[1]

Após a Primeira Guerra, sob o impacto da Revolução Russa, formaram-se no Brasil diferentes grupos comunistas, reunindo principalmente militantes sindicais e intelectuais que rompiam com o anarquismo. Assim, em novembro de 1921, no Rio de Janeiro, foi formado o Grupo Comunista com o objetivo explícito de formar um Partido Comunista, de acordo

* O estudo de um partido como o PCB apresenta muitas dificuldades. As deficiências deste trabalho seriam maiores se não fosse a gentileza de várias pessoas que, embora não necessariamente concordando comigo, leram os originais e corrigiriam muitas de suas falhas. Pela leitura atenta e preciosas observações, quero mencionar especialmente os nomes de Acácio D'Angelo Werneck, de Marco Antônio Tavares Coelho, de Marco Aurélio Garcia e de Wolney Rodrigues Rabelo. Agradeço igualmente aos antigos militantes que gastaram parte de seu tempo relatando suas experiências de vida política. Contudo, quero deixar claro que os eventuais erros na exposição dos acontecimentos e na sua interpretação são de minha inteira responsabilidade (LMR).

[1] Muitos partidos socialistas foram formados no Brasil antes do PCB, mas nenhum deles ultrapassou a etapa de grupo de propaganda. Quase todos tiveram vida efêmera sem chegar a ter uma influência significativa no meio operário. Pode-se medir o atraso do pensamento marxista no Brasil pelo seguinte fato: O *Manifesto Comunista* só foi publicado em português em 1924, numa tradução de Octavio Brandão.

com as 21 condições de adesão à III Internacional (Internacional Comunista ou Comintern). Entre os fundadores desse Grupo estava Astrojildo Pereira, que desempenharia um importante papel na formação e desenvolvimento do PCB.[2] O Grupo Comunista passou a editar uma revista mensal, *O Movimento Comunista*, de caráter doutrinário e informativo (depois da formação do partido, a revista tornou-se seu órgão oficial). Em contato com outros grupos, especialmente com o Centro Maximalista de Porto Alegre (que existia desde 1922), o centro do Rio de Janeiro decidiu convocar, para março de 1922, um congresso com o objetivo expresso de fundação de um Partido Comunista, de acordo com as 21 condições fixadas pela III Internacional para reconhecimento dos partidos comunistas como sua seção nacional. Compareceram nove delegados, representando 73 membros de grupos comunistas de Porto Alegre, Recife, São Paulo, Niterói, Rio de Janeiro e Cruzeiro.[3] Com exceção do alfaiate Manuel Cendón, que fora socialista, os demais eram antigos militantes anarquistas que passaram para o bolchevismo. Da ordem do dia constaram: 1) o exame das 21 condições de admissão à Internacional Comunista; 2) a elaboração e aprovação de um estatuto para o PCB (que se baseou no do PC argentino); 3) a eleição da Comissão Central Executiva (CCE); 4) a ação pró-flagelados do Volga, na União Soviética; 5) assuntos vários. Os delegados presentes foram: Astrojildo Pereira, jornalista do Estado do Rio; Cristiano Cordeiro, pernambucano, Professor;

[2] Doze pessoas participaram da formação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro. De acordo com Astrojildo Pereira, todos eram operários e comerciários (com exceção do próprio Astrojildo). Astrojildo Pereira, "Lutas Operárias que Antecederam à Fundação do Partido Comunista do Brasil", *Problemas* nº 39, citado por Hermínio Linhares, "O Comunismo no Brasil (1ª parte)", *Revista Brasiliense*, São Paulo, nº 25, setembro-outubro de 1959, p. 153.

[3] Chama atenção a presença de um Delegado de Cruzeiro, quando faltam representantes de outras cidades maiores. Ocorre que em Cruzeiro, importante entroncamento ferroviário, funcionava desde 1917 a "União Operária Primeiro de Maio", fundada por Hermogêneo Fernandes da Silva, eletricista da Light. Hermogêneo, nascido em 1886, trabalhava no Rio, nessa empresa. Transferido para Cruzeiro, fundou a União Operária Primeiro de Maio, que atuou principalmente entre os ferroviários. Após a formação do PCB, Hermogêneo criou vários núcleos comunistas ao longo da rede ferroviária Sul-Mineira. Hermogêneo, por volta de 1935, afastou-se da militância, transferindo-se para o Rio de Janeiro. Depois de 1945 retornou ao PCB, mas não chegou a ter um papel de primeiro plano. Morreu em 1977. (Informações prestadas por sua filha, Idealina da Silva Fernandes Gorender, em São Paulo, em 11 de agosto de 1979.) Outros dados sobre a atividade de Hermogêneo encontram-se em John Foster Dulles Jr. *Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935*, Austin, University of Texas Press, 1973, p. 177, e Hermínio Linhares, "O Comunismo no Brasil", *op. cit.*, pp. 147-8.

João da Costa Pimenta, gráfico de São Paulo; José Elias da Silva, sapateiro e marítimo, de Pernambuco, mas trabalhando no Rio e citado por Astrojildo como "pequeno funcionário"; Joaquim Barbosa, sergipano, mas trabalhando como alfaiate no Rio; Luiz Peres, operário vassoureiro, do Rio; Hermogêneo da Silva, eletricista de Cruzeiro; Abílio de Nequete, barbeiro de Porto Alegre, e Manoel Cendón, alfaiate. Nequete era sírio de nascimento. Cendón, espanhol, tinha emigrado primeiramente para a Argentina antes de se transferir para o Brasil.[4] Os demais eram brasileiros natos. Nequete representava cumulativamente o Centro Maximalista de Porto Alegre, a Internacional Comunista e o PC uruguaio. Por indicação de Astrojildo, foi indicado Secretário-Geral do novo partido.[5] A Comissão Central Executiva (CCE) ficou formada por Astrojildo Pereira, Antônio Bernardo Canellas (que se encontrava na Europa), Luís Peres e Antônio Gomes Cruz Júnior. Como suplentes foram escolhidos: Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Antônio de Carvalho, Joaquim Barbosa e Manoel Cendón.

Recém-formado, o PCB registrou-se legalmente como entidade civil, com sede pública. O período de legalidade durou poucos meses. Em cinco de julho, com o levante do Forte de Copacabana e a subseqüente decretação do estado de sítio, o Partido foi fechado, embora não estivesse comprometido com o levante militar. Depois desta data, até 1945, o PCB conheceria apenas mais um breve período de existência legal, entre janeiro e agosto de 1927.

---

[4] Muitos trabalhos tratam dos primeiros anos de vida do PCB. Os principais são: Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962; John Foster Dulles, *op. cit;* Leôncio Basbaun, *Uma Vida em Seis Tempos. Memórias*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, e do mesmo autor, *História Sincera da República*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1969, 2° vol , 3ª ed., pp. 212 e 213; Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Edgard Carone, *A República Velha*, São Paulo, Difel, 1972, pp. 317 a 342; Hermínio Linhares, *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, Rio de Janeiro, Baptista de Souza & Cia., 1955; e, do mesmo autor: "O Comunismo no Brasil", *Revista Brasiliense*, setembro-outubro de 1959, nº 25 e, especialmente para o período que antecede o aparecimento do PCB, Luís Alberto Muniz Bandeira, Clóvis Melo e A.T. Andrade, *O Ano Vermelho. A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

[5] Astrojildo Pereira *(op. cit.)* valoriza a atuação do Centro Maximalista que teria "contribuído em larga medida para a fundação do partido". Octavio Brandão, contudo, considera que a "União Maximalista não passou de uma pequena seita reunida em 1919 pelo barbeiro sírio Abílio de Nequete – charlatão, covarde e fanfarrão...". Octavio Brandão, "Combates da Classe Operária", *Revista Brasiliense*, São Paulo, março-abril de 1965, nº 46, p. 75. Astrojildo, respondendo a Brandão, reafirma a importância do Centro de Porto Alegre, embora não negue a influência da Internacional Comunista. Astrojildo Pereira, "Crítica Exclamativa", *Revista Brasiliense*, julho-agosto de 1963, nº 48.

O crescimento do partido, até 1934-35, foi relativamente moderado.

Em 1925, por ocasião do II Congresso (realizado nos dias 16, 17 e 18 de maio), o partido registrava aproximadamente 300 membros, dos quais a metade no Rio de Janeiro e Niterói.[6] Em 1928, o número de filiados ao PCB aumentou para 700, dos quais 400 no Rio, 80 em São Paulo, 80 no Rio Grande do Sul, 60 em Pernambuco e o restante espalhado em pequenos grupos na Bahia, Vitória, Campos, Juiz de Fora e outras localidades. Outros 700 membros que se haviam inscrito no período de 1922-1927 abandonaram o partido.[7] A expansão da Juventude Comunista foi mais lenta. Em 1925, entraram para a Juventude 14 membros; em 1926, 13; desses novos aderentes, em 1927, só restavam oito.[8] Porém, em dezembro de 1928, quando se iniciou o III Congresso, havia aproximadamente 120 membros na UJC, distribuídos em 25 células, todas no Rio.[9] O partido teria cerca de mil militantes.[10]

Até aproximadamente começos de 1926, o PCB funcionou como um grupo de propaganda, divulgando notícias sobre a revolução russa, documentos da Internacional Comunista, combatendo os anarquistas e os socialistas, tentando dar a seus próprios quadros e militantes uma formação marxista-leninista[11]. Sob o estado de sítio que se prolongou até dezembro de 1926 e a clandestinidade, as condições para a atuação do partido não eram fáceis. Em maio de 1925, o PCB passou a editar a *Classe Operária*, com uma tiragem semanal de cinco mil exemplares e depois de dez mil. Porém, em julho do mesmo ano, o periódico foi proibido pela Polícia e passou a ser impresso clandestinamente. Neste período, a atuação do partido esteve voltada predominantemente para os setores

---

[6] *La Correspondencia Sudamericana*, Buenos Aires, 30 de setembro de 1928. Informe transcrito por Edgard Carone, *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, São Paulo, Difel, 1979, p. 509.

[7] *Idem*.

[8] Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, p. 131.

[9] *Idem*, p. 132.

[10] Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*, p. 213.

[11] Vários dirigentes do PCB foram enviados a Moscou, a fim de participar de congressos ou escolas de quadros. Assim, para o IV Congresso da Internacional Comunista em 1922, logo após a formação do PCB, foi enviado o jornalista Antônio Bernardo Canellas; para a Escola Leninista, foi indicado o alfaiate Heitor Ferreira Lima; ao V Congresso da IC, compareceu Astrojildo Pereira, eleito, mais tarde, no VI Congresso, membro da Comissão Executiva da IC. Neste VI Congresso, compareceu uma delegação composta de Paulo Lacerda, advogado, Leôncio Basbaum, estudante de medicina, e Lago Morales, garção nascido na Espanha (Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*). Posteriormente, após o retorno de Astrojildo, foi a vez de Rodolfo Coutinho, estudante pernambucano, viajar para Moscou.

operários, procurando conquistar os sindicatos dirigidos pelos anarquistas ou reformistas, ou criar sindicatos comunistas. A palavra de ordem do partido, em fins de 1925, era de "frente única proletária". Neste sentido, a direção do PCB passou a lutar pela criação de uma Confederação Geral do Trabalho. Contudo, como o partido se mostrava fortemente hostil aos anarquistas, socialistas e outras tendências "reformistas", a "frente única" de esquerda, no setor sindical ou eleitoral, não chegou a realizar-se, apesar das propostas dos comunistas. Impedido de atuar legalmente, o partido criou o Bloco Operário, em fins de 1926, que lhe serviu como uma frente legal de atuação. O Bloco Operário preconizava uma "política independente de classe" do proletariado. Entre outros pontos do programa, constavam o reconhecimento da URSS pelo Governo brasileiro, a anistia aos presos políticos, a autonomia do Distrito Federal, a elaboração de um código de trabalho de proteção do empregado etc.[12] Em janeiro de 1927, através de uma "Carta Aberta", o PCB propôs, a outras forças de esquerda, a realização de um pacto eleitoral.[13] O Partido Socialista, Maurício de Lacerda e outras associações a quem o partido, através do Bloco Operário, dirigiu seu apelo de "frente única", rejeitaram a proposta. Contudo, o médico Azevedo Lima, candidato a Deputado federal, aceitou a aliança com o PC. Azevedo Lima foi eleito, mas o candidato do partido, João da Costa Pimenta, ficou em último lugar e não conseguiu eleger-se (Azevedo Lima seria, em 1929, expulso do Bloco Operário, enquanto Pimenta romperia com o PCB em 1928). Em meados de 1927, o Bloco Operário teve seu nome alterado para Bloco Operário e Camponês (BOC). Através dele, nas eleições de outubro de 1928 para o Conselho Municipal do Rio, o PCB conseguiu eleger dois candidatos: o Operário marmorista Minervino de Oliveira[14] e o Farmacêutico Octavio Brandão

---

[12] Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, pp. 92 a 100.

[13] Analisando posteriormente a "Carta Aberta" dirigida a outros setores de esquerda, Astrojildo Pereira consideraria a linha do PCB "sectária em sua inspiração e mais sectária ainda em sua significação política". Astrojildo Pereira, *op. cit.*, p. 100. Com efeito, no mesmo documento em que propunha a aliança com o Partido Socialista, o PCB se declarava adversário intransigente da "nefasta linha política reformista, confusionista e colaboracionista do PSB", além de afirmar que não acreditava "na sinceridade dos Chefes do PSB". *Ibidem*, p. 90. Depois que Maurício de Lacerda recusou participar do BOC, a direção do PCB acusou-o de "retroceder do comunismo para o fascismo". Cf. John Foster Dulles, *op. cit.*, p. 314.

[14] Minervino foi expulso do partido mais ou menos em 1931. Informação extraída das memórias do Capitão Davino Francisco dos Santos. *A Marcha Vermelha*, São Paulo, Saraiva, 1948, p. 232.

que se afastaria do PCB em 1930. No período, esses foram os maiores êxitos eleitorais dos comunistas.

Prosseguindo na mesma linha de explorar as oportunidades eleitorais, o PCB – através do BOC – decidiu apresentar candidatos para a Presidência da República e para o Senado Federal nas eleições de março de 1930. Pelo Estado do Rio, concorreram Duvitiliano Ramos, gráfico e intelectual autodidata, autor de alguns romances, e Domingo Brás, tecelão, ex-anarquista. No Distrito Federal, concorreram Paulo de Lacerda, Advogado, e Mário Grazini, gráfico. Para Presidente da República foi apresentado Minervino de Oliveira, o marmorista anteriormente eleito Intendente Municipal. Nenhum dos candidatos do PCB foi eleito. Minervino recebeu 534 votos num total de 59.478.[15] Depois dessa eleição, o partido resolveu dissolver o BOC. Alguns anos mais tarde, em 1933, o PCB criou a União Operária e Camponesa, a fim de concorrer às eleições para a Assembléia Constituinte de 1934. Recusando-se a participar da Coligação das Esquerdas (que reunia a Coligação dos Sindicatos, a Liga Comunista Internacionalista – trotskista – e o Partido Socialista) os comunistas apresentaram-se sozinhos na campanha eleitoral. O resultado foi um malogro para o PCB, que não conseguiu eleger nenhum dos seus candidatos, ficando muito abaixo da Coligação das Esquerdas em número de votos.[16]

Na área sindical, com a intenção de favorecer a criação da CGT, o PCB patrocinou, em 1927, a formação da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro (FSRRJ), que teve como seu primeiro secretário o alfaiate sergipano, Joaquim Barbosa, um dos fundadores do PCB. Ainda na área sindical, o PCB organizou a Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil, tendo como um dos seus principais dirigentes, João da Costa Pimenta, que também participara da fundação do partido. Finalmente, em abril de 1929, o PCB criou a Confederação Geral do Trabalho, do qual Minervino de Oliveira foi o primeiro Secretário-Geral. A CGT apareceu como uma organização sindical comunista, tendo como seus principais pontos de apoio os Gráficos, os Marceneiros e os Trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro.

A Primeira Dissidência – Em fins de 1927, dois dirigentes sindicais que tinham participação da fundação do partido e eram membros de sua

[15] John Foster Dulles Jr., *op. cit.*, p. 415.

[16] Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*, São Paulo, Difel, 1976, p. 346.

direção, Joaquim Barbosa e João da Costa Pimenta, começaram a divergir da atuação do PCB com relação aos sindicatos. Joaquim Barbosa que era, como vimos, Secretário da Federação Sindical Regional do Rio, considerava que o PCB pretendia utilizar os sindicatos em benefício da política do partido. Além disso, Joaquim Barbosa opunha-se, juntamente com Rodolfo Coutinho, também da direção do partido, à decisão da maioria da CCE de procurar estabelecer contato com os membros da Coluna Prestes com vistas a uma aliança entre comunistas e "tenentistas". Depois de dirigir uma carta aberta ao partido, com o apoio de João da Costa Pimenta,[17] Barbosa abandonou o PCB, levando aproximadamente 40 membros de sua célula, na maioria alfaiates. Segundo Joaquim Barbosa, o PCB agiria de modo "sectário", criando "entidades de carimbo", enviando informações exageradas à Internacional Sindical Vermelha, etc.[18]

As críticas da chamada "dissidência barbosista" foram rebatidas no III Congresso do partido (que se reuniu nos dias 29, 30 e 31 de dezembro de 1928 e 1, 2 e 3 de janeiro). O congresso considerou que a oposição dirigida por Joaquim Barbosa representava um "desvio pequeno-burguês", caracterizado: "a) pela fraseologia esquerdista de sua campanha contra a direção do partido; b) pela subestimação das forças da classe operária, pelo pessimismo e pelo derrotismo no trabalho de criação da FSRRJ; c) pela sobrevivência da ideologia anarcossindicalista pequeno-burguesa... d) pelo individualismo e personalismo pequeno-burguês e completa incompreensão do papel do partido, como vanguarda centralizada e disciplinada do proletariado, resultando daí o trabalho faccionista, o ultimato e, por fim, a saída do partido". Para o reingresso "individual" de cada um dos membros em divergência, o congresso exigiu que os opositores reconhecessem que sua saída teria sido um "ato de deserção criminosa" e que passassem a aceitar sem reservas as "decisões do III Congresso e a disciplina absoluta do Partido".[19]

---

[17] Segundo John Foster Dulles Jr., apesar de apoiar Joaquim Barbosa, Pimenta continuou por mais algum tempo no partido, *op. cit.*, p. 350.

[18] A "Carta Aberta" de Barbosa encontra-se publicada por Edgar Rodrigues, *Novos Rumos, Pesquisa Social 1922-1946*, Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre, s/d (presumivelmente, a edição é de 1973).

[19] Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, pp. 134 e 135. Em outro documento, a direção do partido reconhecia que entre os 46 "desertores" existiam alguns operários, "mas a maioria se compunha de intelectuais pequeno-burgueses (7), pequenos patrões (3), artesãos (10), ex-anarquistas (18), sendo mais da metade deles novos no partido (16 filiados em 1927 e oito em 1926)". *La Correspondencia Sudamericana*, Buenos Aires, 30 de setembro de 1928, transcrita por Edgard Carone, *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, p. 508.

O aparecimento do trotskismo – A dissidência de 1928 decorreu de divergências relativas à atuação do partido no país (política a ser adotada com relação aos sindicatos e ao *Tenentismo*) e não teve vinculações com a luta interna que então se travava no PC soviético opondo stalinistas e trotskistas. Contudo, sob a influência de Mário Pedrosa, alguns dos intelectuais que participaram da dissidência de 1928 passaram posteriormente ao trotskismo (Rodolfo Coutinho, Lívio Xavier, aos quais aderiu posteriormente Aristides Lobo).

Tais como outros dirigentes que permaneceram no PCB, os introdutores do trotskismo no Brasil eram quase todos nordestinos, de famílias tradicionais e importantes.

Assim, Mário (cujo nome completo era Mário Xavier de Andrade Pedrosa) nasceu em 25 de abril de 1900, em Pernambuco. O pai havia sido senhor-de-engenho, Senador e Ministro do Tribunal de Contas. Aos 13 anos, Mário Pedrosa foi enviado para a Suíça, onde estudou. Em 1923, depois de voltar para o Brasil, formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Foi catedrático de História do Colégio Pedro II por onde passava a elite intelectual do país. Em 1927, logo depois de entrar para o PC, foi mandado para a Escola Leninista, na União Soviética. Ao passar pela Alemanha, tomou conhecimento das teses da Oposição de Esquerda. Aderiu às posições de Trotsky e desistiu da viagem à URSS. Da Europa, passou a enviar a Lívio Xavier documentos da Oposição de Esquerda.[20] Posteriormente, depois de se afastar da militância trotskista, Mário Pedrosa tornou-se um dos mais importantes críticos de arte do país. Publicou vários trabalhos de análise política.

Lívio Barreto Xavier nasceu em Granja, no Ceará, no mesmo dia, mês e ano em que nasceu Mário Pedrosa, de quem seria, coincidentemente, colega de Faculdade, no Rio. O pai, Coronel Ignácio Xavier, de tradicional e importante família cearense, era grande comerciante, possuindo uma firma de exportação e importação. Depois de estudar em Fortaleza, onde privou da intimidade das famílias mais importantes da capital (inclusive da de um ex-Governador do Estado), Lívio foi para o Rio, onde se formou em Direito. Entrou para o PC em 1927. Foi o tradutor da obra de Trotsky, *Minha Vida*. Depois de romper com o PCB, mudou-se para São Paulo. Por

[20] As informações sobre Mário Pedrosa foram retiradas de entrevista concedida por ele a Ottaviano De Fiore, Fábio Munhoz, Ana Maria Lucena, Zezé Monteiro e Elizabeth Varró em 7 de setembro de 1978 e completada por informação telefônica em 18 de agosto de 1979

volta de 1935 deixou de ser militar. Foi advogado de sindicatos, jornalista e crítico literário.[21]

Rodolfo Coutinho vinha de uma importante família pernambucana, que forneceu muitos membros para os movimentos de esquerda. Era primo de Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB. Membro da Comissão Central Executiva, esteve na URSS, tendo ficado alojado num mesmo quarto com Ho-Chi-Min, na ocasião também hóspede do Governo soviético. Foi também Professor do Colégio Pedro II.[22] Aristides Lobo, carioca, vinha igualmente de uma família importante, tendo estudado no Colégio Pedro II. O tio-avô fora Ministro do Interior no primeiro Gabinete republicano, tendo participado ativamente da conspiração que depusera o Imperador.

Depois da saída dos "sindicalistas" e dos "intelectuais", o PCB foi novamente abalado pelas conseqüências da aplicação da linha política determinada no VI Congresso da IC que deu início ao chamado "terceiro período".[23] No Brasil, a aplicação das novas diretrizes significou forte radicalização da política partidária visando à criação de condições insurrecionais. No plano interno da organização, houve o esforço de "proleta-

---

[21] Os dados sobre a vida de Lívio Barreto Xavier foram obtidos de suas memórias *(Infância na Granja*, São Paulo, Massao Ohno Editor, 1974), de entrevista concedida por ele ao jornal O *Estado de S. Paulo* de 1 de julho de 1979 e também de entrevista pessoal com o próprio Lívio e sua sobrinha, Myrian Xavier, em São Paulo, 26 de novembro de 1979.

[22] Informações sobre Rodolfo Coutinho encontram-se em John Foster Dulles Jr., *op. cit.* e Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*. Lívio Xavier confirmou certos dados sobre Rodolfo.

[23] O "Terceiro Período" iniciou-se em meados de 1928, no VI Congresso da Internacional Comunista. A linha política que foi então adotada, mais radical, partia do pressuposto de que o capitalismo mundial caminhava para sua crise final. Conseqüentemente, cabia aos partidos comunistas passarem à luta para a tomada do poder. O VI Congresso da IC entendeu que os anos que seguiram à Primeira Guerra se dividiam em três períodos: o primeiro, de tensões revolucionárias, teria durado até 1923; o segundo, de estabilização do capitalismo, teria terminado em 1928, quando se abriria um terceiro período marcado por grandes lutas revolucionárias. Dentro de tal concepção, os socialistas apareciam, para os comunistas, como os mais perigosos "inimigos da classe operária" e deveriam ser desmascarados como "social-fascistas" (socialistas nas palavras, fascistas nos atos"). Para a América Latina, a etapa revolucionária foi caracterizada como "democrático-burguesa". Porém, os partidos comunistas deveriam lutar pela expropriação dos grandes proprietários rurais e das empresas, tanto estrangeiras como nacionais. A revolução "democrático-burguesa" deveria estar orientada para a instalação, nos países latino-americanos, de um "Governo operário e camponês" baseado em sovietes de operários, camponeses e soldados. Cf. especialmente *El Movimiento Revolucionario Latinoamericano*, atas da primeira conferência comunista latino-americana, junho de 1929, editado pela revista *La Correspondencia Sudamericana* do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, Buenos Aires, s.d.

rização" do partido mediante a promoção dos militantes de origem operária e a rejeição dos "intelectuais" de origem "burguesa". Seguindo a tática definida pela III Internacional, o Secretariado latino-americano, em maio de 1930, considerou "oportunista" a política do Bloco Operário e Camponês levada à prática pelo PCB sob a liderança de Astrojildo. As resoluções do III Congresso do PC brasileiro foram objeto de severas críticas. O BOC foi acusado de "colocar o proletariado a reboque da burguesia" ao mesmo tempo em que o próprio partido se teria dissolvido no Bloco. Por outro lado, considerou-se que o PCB deveria lutar mais firmemente contra a "influência pequeno-burguesa" representada pelo prestismo. Nesta perspectiva, até mesmo o manifesto de Prestes de maio de 1930, que pregava um Governo baseado nos conselhos de operários e camponeses, soldados e marinheiros, tal como preconizava a IC, foi duramente criticado pela direção do PCB, entre outras coisas por não ressaltar suficientemente a necessidade de se armar o proletariado e desarmar a burguesia e os grandes proprietários.[24] O PCB criticou igualmente a Liga de Ação Revolucionária (LAR) criada em Buenos Aires por Prestes, Silo Meireles e Aristides Lobo em julho de 1930. Em novembro do mesmo ano, Astrojildo Pereira, já criticado pelo Secretariado Sul-Americano, e um dos responsáveis pela orientação seguida pelo PC brasileiro, foi expulso do partido. Pouco tempo depois, foram também afastados outros militantes da "velha guarda". Num período de oito anos, praticamente todos os principais dirigentes do PCB, que participaram de sua fundação e dos primeiros anos de vida do partido, foram expulsos, romperam com a organização ou ficaram marginalizados em posições secundárias.[25]

Os anos de radicalismo obreirista e do ultra-esquerdismo iniciados com o VI Congresso foram de curta duração. Em 1934, depois da vitória do nazismo na Alemanha, os partidos comunistas foram levados a rever sua política com relação aos socialistas. Como detalharemos mais adiante, a nova orientação foi consagrada em julho de 1935 no VII Congresso da Internacional Comunista. Porém, antes disso, em 1931, depois que Prestes denunciara seu passado tenentista e o "prestismo", os soviéticos resolveram

[24] John Foster Dulles Jr., *op. cit.*, p. 470.

[25] Segundo Marco Aurélio Garcia, que realiza uma pesquisa sobre as frentes populares na América Latina, a crise foi mais geral e atingiu a quase totalidade dos partidos comunistas do continente, havendo a queda de muitos antigos dirigentes. Na Argentina, houve a expulsão de Penelón e seu grupo; no Chile, chegaram a coexistir dois partidos comunistas; no PC mexicano, houve a expulsão de Diego de Rivera; no PS peruano (que em 1930 passaria a se chamar PCP), houve a revisão crítica das posições defendidas por Mariátegui.

convidá-lo para uma visita à URSS. No PC brasileiro, sob a Chefia de Fernando de Lacerda, o radicalismo obreirista continuou durante todo o ano de 1932, com a valorização dos "operários" e a crítica aos "intelectuais". Contudo, a partir de 1934, depois da conversão de Prestes ao comunismo, o PCB mudou também seu comportamento diante dos ex-Tenentes e abriu suas portas para os militares que afluíram em grande número ao partido.

2. PRESTES E A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

A adesão de Prestes teve conseqüências profundas para o futuro do PCB. Com ele vieram os militares que posteriormente assumiriam posições de Comando no partido, produzindo essa mistura de stalinismo e tenentismo que caracterizou o PCB nos anos subseqüentes. A adesão dos jovens militares aumentou a influência dos elementos de "classe média" na liderança do partido, diminuindo a participação dos elementos de origem popular ou operária, muitos dos quais vinham do anarquismo. No entanto, não foi apenas a composição da liderança comunista que foi afetada pelos militares. Até então, o PCB, apesar de seus esforços no sentido de participar da "grande política", lançando candidatos e propondo alianças com outros setores de Esquerda, não passava de uma pequena seita clandestina que tinha sua atuação voltada principalmente para os trabalhadores urbanos, procurando implantar-se nos sindicatos e influenciar uma intelectualidade jovem e sem prestígio nas altas-rodas. Com Prestes e os militares, e a formação da Aliança Nacional Libertadora, o PCB estendeu sua influência às camadas intermediárias da sociedade brasileira, à *intelligentsia* e a outras personalidades políticas e culturais de prestígio.

Em termos de interpretação da economia e da sociedade nacional, não houve mudanças relevantes. O partido manteve a tese de país semicolonial e da economia rural semifeudal.[26] A revolução antifeudal e antiimperialista continuou como o elemento central dos objetivos comunistas. Do mesmo modo, no que tange à interpretação da Revolução de 30, o próprio Prestes endossou a tese do conflito entre o imperialismo norte-ameri-

[26] A rigor, a tese não era do PCB, mas da Internacional Comunista, que oferecia as diretrizes teóricas para os demais PCs.

cano e o imperialismo inglês, estando o primeiro com Vargas e o segundo com os cafeicultores paulistas.[27] Porém, com Prestes, a partir da ANL, o PCB tornou-se mais "popular" e menos "operário", enquanto as preocupações com os problemas da "nação" predominaram sobre os da "classe". Basicamente, o partido não estaria mais orientado para o "proletariado", mas para todos os "patriotas" e "democratas". Além disso, o PCB, que nunca tivera entre seus dirigentes um nome de prestígio e ressonância nacional, passava a contar com um dos mais populares e respeitados líderes da época.

Organizatoriamente, pela primeira vez, o partido experimentou uma rápida expansão de seus membros, tornando-se o segundo partido brasileiro depois da Ação Integralista. Embora um cálculo exato seja difícil de ser feito, é possível estimar que, tomando como ponto de comparação o ano de 1930, os efetivos do PCB aumentaram mais de cinco vezes.[28] O crescimento do partido foi particularmente forte no Rio de Janeiro, mas ocorreu também em outras cidades grandes, como Recife e Salvador, e mesmo São Paulo, onde o PCB, até 1945, nunca chegara a ter uma forte base. Este crescimento numérico efetuou-se principalmente entre as camadas intermediárias da sociedade e não implicou uma implantação mais profunda do PCB no meio fabril ou no campo. Deve-se notar que, entre o proletariado industrial, o partido começava a enfrentar a concorrência da política trabalhista de Vargas e da ação do Ministério do Trabalho, que dificultavam a penetração esquerdista nos sindicatos.

A Aliança Nacional Libertadora – Em março de 1935, os comunistas patrocinaram a criação da Aliança Nacional Libertadora. O programa da ANL dirigia-se ao mesmo tempo contra o fascismo e contra o "imperialismo e o latifúndio", em favor das liberdades democráticas, da nacionalização das empresas estrangeiras, da divisão de terras etc. A ANL começou

---

[27] Ver, por exemplo, o artigo de Prestes, "A Luta Armada de 1932", em: Fernando Lacerda. Luiz Carlos Prestes e Sinani, *A Luta contra o Prestismo e a Revolução Agrária e Antiimperialista no Brasil*, 1934. Cf. também Augusto Machado (pseudônimo de L. Basbaum), *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*, Rio de Janeiro, Calvino Filho, 1934.

[28] Artigo assinado "Marques", "The Seventh World Congress of the International Communist", *International Press Correspondence*, XV, 41 (25 de agosto de 1935) estimava em 4 mil o número de membros em fins de 1934 e entre oito e dez mil em meados do ano seguinte. Citado por Ronald Chilcote, *The Brazilian Communist Party*, New York, Oxford University Press, 1974, p. 117.

tendo uma existência legal, mas foi fechada pelo Governo em julho do mesmo ano. O motivo alegado foi o manifesto de Prestes, em nome da Aliança, pregando a formação de um "Governo popular nacional revolucionário" através de um levante popular. Colocada na ilegalidade, a ANL converteu-se inteiramente numa frente do PCB, dominada pela influência militar.[29] Um levante armado, decidido pelo partido, foi marcado para novembro de 1935, devendo contar com a participação de militares e civis. À sublevação nos quartéis deveriam seguir-se greves operárias e manifestações de massa. A primeira tentativa insurrecional ocorreu em Natal, em 23 de novembro. No dia seguinte, os Tenentes comunistas Lamartine Coutinho Correia de Oliveira e Roberto Alberto Bomilcar Besouchet conseguiram iniciar uma revolta no 29° Batalhão de Infantaria, no Recife. Em seguida, no dia 26, Prestes determinou o levante para outras cidades, mas apenas em dois quartéis do Rio suas ordens foram seguidas.[30]

Na capital do país, o movimento ficou restrito ao Terceiro Regimento de Infantaria e à Escola de Aviação. No 3º RI, os Capitães Agildo Barata, Álvaro de Souza e o Tenente Leivas Otero chegaram a aprisionar os Oficiais

---

[29] O historiador Hélio Silva observa que a ANL "não era um órgão comunista e nem comunistas foram seus dirigentes. A aclamação de Luís Carlos Prestes não cumpria uma determinação do Comintern. Nem ele, ausente do Brasil, estava em ligação com os aliancistas. Era quem mais alto representava a esperança do povo em dias melhores. Foi o herói que aclamaram, não o Chefe comunista". Hélio Silva, 1935, *A Revolta Vermelha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, p. 43. Cumpre ver, no entanto, que, se a liderança ostensiva da ANL não era comunista, a decisão de sua formação e de tentar o levante armado foi tomada em Moscou pela Internacional com o apoio dos comunistas brasileiros.

[30] Segundo Hermínio Sachetta, então membro do Comitê Regional paulista, em São Paulo não houve tentativa de levante porque o CR decidiu opor-se às ordens da direção nacional (Hermínio Sachetta, entrevista pessoal realizada em São Paulo, em 23 de maio de 1979). Há indicações no mesmo sentido nas memórias do Cap. Davino Francisco dos Santos, *op. cit.*, p. 106. Posteriormente, Prestes explicaria a falta de sincronização e a diferença de aproximadamente cinco dias entre o levante de Natal e o do Rio pelo fato de ele (Prestes) não ter conseguido encontrar "Miranda", então Secretário-Geral do PCB: "Os movimentos começaram no dia 23 de novembro, em Natal. Posteriormente, no dia seguinte, 24 de novembro, em Recife. Eu recebi informações no Rio já no dia 25. Mas eu era apenas um simples membro do Partido. Era apenas representante do Partido junto à Aliança Nacional Libertadora. Só na última reunião do Comitê Central é que fui eleito como um de seus membros. Eu estava, portanto, subordinado ao Secretário-Geral, que era chamado de Miranda, mas seu nome era Antônio Maciel. No dia 25 não foi possível encontrá-lo. E eu não queria nunca dar ordens de insurreição. Só consegui encontrá-lo ao meio-dia do dia 26. De maneira que o levante só foi possível na noite do dia 26 para o dia 27 de novembro. As tropas do Rio estavam todas de prontidão." Entrevista à *Folha de S. Paulo*, 18 de novembro de 1979, p. 8.

legalistas e a resistir durante várias horas ao assédio das tropas governamentais.[31] Na Escola de Aviação, os Oficiais Sócrates Gonçalves da Silva, Ivan Ribeiro, Dinarco Reis e Agliberto Vieira de Azevedo tiveram apenas por pouco tempo o controle parcial da Escola. Somente em Natal, os revoltosos conseguiram dominar a cidade por cerca de três dias, chegando a designar uma Junta Governativa. Em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e outras capitais nada aconteceu. No Rio, estavam previstas greves operárias na Estrada de Ferro Central do Brasil, na companhia de eletricidade e em algumas fábricas têxteis. Uma edição do jornal pró-comunista *A Manhã* conclamando as massas à revolta foi apreendida antes de ser distribuída.[32]

O estudo do que ficou oficialmente designado como a "Intentona Comunista" não constitui, em si mesmo, objeto do presente trabalho. Ele só interessa em termos da análise do movimento comunista brasileiro. O malogrado *putsch* desencadeou uma repressão que ultrapassou de longe os grupos envolvidos com a quartelada, com a ANL e com o PCB. Os principais dirigentes comunistas, a começar por Prestes e seus assessores da IC, que estavam na "clandestinidade", foram logo descobertos e presos.[33] Outros simpatizantes da ANL, ou considerados como tais, foram igualmente detidos. O Senador Abel Chermont e os Deputados Abguar Bastos, Domingos Velasco, João Mangabeira e Otávio da Silveira, que haviam apoiado a ANL – mas aparentemente sem nenhuma responsabilidade direta no levante decretado secretamente pelo PCB – foram presos, apesar da sua condição de parlamentares. Trotskistas e anarquistas, que se haviam oposto à revolta, foram também encarcerados. O líder anarquista

[31] No 3º RI, foram apenas 12 ou 13 Oficiais que se rebelaram e conseguiram dominar, por algum tempo, o regimento que possuía 1.700 homens, dos quais grande parte resolveu aderir obedecendo aos Oficiais revoltosos. Cf. Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*, p. 341.

[32] Não há dúvida de que o Governo acompanhava os preparativos para o levante. Affonso Henriques, ex-membro da ANL, procura demonstrar que Getúlio Vargas estivera por trás do próprio PCB na decisão de formar a ANL e favorecer o levante, a fim de preparar o golpe de 1937 e a implantação de um regime forte. Apesar dos fatos apontados por Affonso Henriques (transferência de Agildo, de Porto Alegre para o Rio, cessão das instalações do antigo clube tenentista "3 de Outubro" para a sede da ANL), a decisão de tentar o "assalto ao Poder" partiu efetivamente do PCB. Como indicaremos mais adiante, já havia sido tomada em Moscou, em meados do ano. Cf. Affonso Henriques, *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas*, 1º vol., "Vargas, o Maquiavélico", Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1966, pp. 336 e 337.

[33] "Harry Berger" foi preso em janeiro de 1936; Prestes e Leon Julles Vallée, em março do mesmo ano.

Orestes Ristori (fundador do jornal *La Bataglia*, em 1904) recebeu sua segunda e última expulsão do país. Sindicatos e partidos de oposição foram fechados. O Governo obteve do Congresso poderes extraordinários. De setembro a 31 de dezembro de 1936, o total de sentenciados pelo Tribunal de Segurança Nacional atingiu 1.420 pessoas. O Distrito Federal encabeçou a lista, com 533 condenados; seguiu-se o Rio Grande do Norte, com 222; São Paulo, com 165; Pernambuco, com 95; Bahia, com 85 etc.[34]

Considerando que a repressão estendeu-se a todos os grupos de Esquerda e que não se limitou às pessoas que haviam participado diretamente do levante, os algarismos acima dão uma idéia aproximada dos efetivos da Esquerda brasileira, pelo menos dos mais ativos. Como se percebe pelo total de condenados, era relativamente pequeno o número de militantes dos grupos de esquerda, mesmo considerando que muitos conseguiram escapar ou ficar à margem da repressão policial. Em Natal e Recife, o próprio relatório policial indiciava apenas 274 pessoas diretamente envolvidas. Em São Paulo, os aparelhos de repressão, embora interessados em exagerar a ameaça do "perigo vermelho", não conseguiram encontrar mais de 165 pessoas para condenar.[35] Porém, muita gente foi presa sem julgamento e as prisões prosseguiram com intensidade durante o ano de 1936.

A repressão, acompanhada do estabelecimento do "estado de emergência", da aplicação da recém-promulgada Lei de Segurança Nacional, liquidou não só a Aliança como preparou o caminho para a implantação do Estado Novo. Além disso, incompatibilizou profundamente as Forças Armadas com o Partido Comunista. Neste sentido, pensamos que a hostilidade dos militares ao partido foi potenciada pelo fato de ter sido a revolta preparada secretamente "à traição" no interior dos próprios quartéis pelos "companheiros de farda", que trocaram o Exército pelo partido.

Como explicar a desastrada aventura de 1935, de duras conseqüências para o PC e para a Esquerda brasileira em geral? Como entender uma avaliação tão equivocada da relação de forças e das possibilidades de êxito do levante? A idéia de um "assalto ao poder" não estaria em contradição com a nova linha adotada pelo Comintern? Convém lembrar que depois da vitória dos nazistas na Alemanha, em 1933, os partidos comu-

---

[34] E. Carone, *A República Nova (1930-1937)*, p. 352. Levine, entretanto, fala em 412 pessoas presas em São Paulo, em 1936, por terem pertencido à Aliança. Cf. Robert Levine, *The Vargas Regime*, New York, Columbia University Press, 1970, p. 70.

[35] Affonso Henriques, *op. cit.*, vol. I, p. 375. Segundo Abguar Bastos, em Natal, dos 371 acusados de participação no levante, somente 66 foram condenados. Abguar Bastos, *Prestes e a Revolução Social*, Rio de Janeiro, Editorial Calvino, 1946, p. 336.

nistas iniciaram uma revisão de sua tática. Até então, desde o nascimento da Internacional Comunista, os socialistas apareciam como o principal inimigo dos recém-fundados partidos comunistas.[36] Particularmente durante o Terceiro Período, a socialdemocracia era considerada como a "irmã gêmea" do fascismo, a outra face da mesma moeda. Entretanto, em 1935, o VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou, no mês de julho, impôs uma radical mudança na orientação de todos os partidos comunistas. Estes deveriam aproximar-se dos socialistas, dos radicais e de todas as forças políticas que pudessem incorporar-se a um movimento conjunto contra o fascismo, entendido como a principal ameaça para a sobrevivência dos partidos comunistas e da própria União Soviética enquanto nação. A nova orientação, teorizada principalmente pelo dirigente búlgaro Georgi Dimitrov, preconizava a formação de "amplas coligações antifascistas". A tática de "frente única" enfatizava a luta eleitoral e o respeito às regras do jogo democrático. Foi dentro desta nova orientação que ocorreu a vitória eleitoral da Frente Popular, na França e no Chile.

No Brasil, a formação da ANL, em princípio, enquadrava-se neste espírito. Através de um programa "democrático, antiimperialista e nacionalista", a ANL deveria reunir as "forças democráticas" capazes de impedir o avanço dos integralistas. No caso do PC brasileiro, a nova orientação significava a condenação do obreirismo que estivera em vigor até pouco tempo. Em termos estritamente *programáticos*, implicava uma virada à direita por parte do PCB, buscando a aproximação com os setores nacionalistas das Forças Armadas com vistas à instalação de um "Governo popular revolucionário". É interessante observar que, embora teoricamente, a nova orientação devesse ser mais moderada, ela resultaria numa prática política mais radical que terminaria na quartelada de novembro.

Não parece claro por que a tática que teria como objetivo central combater a "ameaça fascista" teve um desdobramento insurrecional. A responsabilidade pelo levante caberia principalmente à Internacional Comunista ou ao PC brasileiro? A ANL, cumpre relembrar, foi formada num momento de transição da tática comunista. No momento do levante (novembro de 1935) já estava em vigor a tática da frente única com os socialistas e os radicais, sacramentada no VII Congresso da IC. Porém, a

[36] As "21 Condições" que os partidos desejosos de aderir à Internacional Comunista deveriam aceitar eram dirigidas fundamentalmente contra os socialistas. A relação das "21 Condições" encontra-se acessível ao leitor brasileiro em Edgar Rodrigues, *Novos Rumos, Pesquisa Social, 1922-1946*, Rio de Janeiro, Ed. Mundo Livre, 1974.

formação da Aliança Nacional Libertadora é anterior ao VII Congresso (julho do mesmo ano). Os planos para o levante já existiriam antes da formação da Aliança ou os soviéticos teriam se decidido a apoiar o levante diante dos relatórios otimistas apresentados pelos delegados brasileiros (Prestes, Fernando de Lacerda, Caetano Machado e "Miranda")? Do lado brasileiro, a adesão dos militares ao PCB, especialmente Tenentes e Capitães, alguns com ampla experiência de luta armada, outros em Comando de tropas, abriu para o PCB uma possibilidade insurrecional que não estava à disposição da maioria dos partidos comunistas de outros países. Assim, as modificações ocorridas na composição social do partido parecem ser o fator determinante na opção pela via insurrecional e nas características de "quartelada" que o levante adquiriu. O próprio Prestes, mais de quatro décadas depois, ressaltaria a responsabilidade dos comunistas brasileiros (e dele próprio) pelo levante de novembro, relacionando-a com a entrada dos militares no partido: "Por mais incrível que pareça, era mais fácil, naquela época, construir o Partido nos quartéis do que nas fábricas... Fazíamos apenas agitação nos quartéis, revelando a visão golpista que então tínhamos. E agitar um quartel, onde todos têm uma arma na mão, pode levar a uma precipitação."[37] Em favor do PCB, cumpre lembrar que o período fora marcado por sucessivos levantes militares (1922, 1924, 1930, 1932). Quase todas as correntes políticas (da Aliança Liberal aos integralistas) pegaram em armas para tentar o "seu" assalto ao poder.

Porém, no caso da ANL, a Internacional Comunista apoiou o levante de novembro. O argentino Rodolfo Ghioldi, o alemão Arthur Ewert ("Harry Berger"), o belga Jules Leon Vallée e o norte-americano Victor Baron foram enviados pelo Comintern a fim de assessorar o PCB na preparação da "intentona". Seria possível que a Internacional Comunista apenas referendasse a decisão do PC brasileiro? Faltam informações sobre este ponto. Aparentemente, na transição da tática do Terceiro Período para a da Frente Popular, a alta cúpula da IC estava dividida e cedeu diante das opiniões dos partidos de um continente sobre o qual tinha poucas informações. Assim, optou pela tática da frente popular no Chile e do levante armado no Brasil, em função das posições assumidas pelos partidos latino-americanos.[38]

[37] Entrevista à revista *IstoÉ*, 6 de setembro de 1979, nº 89, p. 40.

[38] Margarete Buber-Neumann, a companheira do dirigente comunista alemão Heinz Neumann, apresenta interessante relato sobre os acontecimentos que precederam o levante da Aliança no Brasil. Heinz e Margarete Neumann encontravam-se refugiados (e marginalizados) em Moscou quando receberam ordens de partir para o Brasil, a fim de assessorar

A presença dos jovens Oficiais na liderança do PCB transformou a tática stalinista da frente única antifascista, ou da rebelião popular, numa típica quartelada tenentista. Cumpre, neste sentido, examinar mais detidamente o próprio PCB enquanto partido.

A instabilidade organizatória e a rotatividade na direção – Apesar do crescimento numérico e da ampliação de sua presença na vida nacional, o PCB, por volta de 1935, estava longe de ter atingido a etapa de uma organização madura e estável. Desde o nascimento, a vida do partido fora pontilhada por cisões, querelas pessoais, mudanças sucessivas na atuação política e nas táticas a serem seguidas. Além disso, o PCB não conseguia estabilizar seus quadros e, principalmente, estabelecer uma continuidade na liderança, de modo a assegurar a acumulação da experiência política. Jovens recém-ingressados na organização ascendiam rapidamente na hierarquia partidária até a cúpula da Comissão Central Executiva (mais tarde Comitê Central) e mesmo do Birô Político, instância máxima do partido. Logo depois, eram marginalizados ou expulsos, substituídos por novos dirigentes, os quais, depois de criticarem os antecessores, eram por sua vez destituídos e criticados, em geral por suas características "pequeno-burguesas".

Assim, já o primeiro Secretário-Geral do PCB, o barbeiro Abílio Nequete, eleito em março de 1922 (na fundação do partido), abandonou o posto em julho do mesmo ano e foi expulso como "traidor". Bernardo Canellas, enviado como o primeiro Delegado brasileiro ao IV Congresso da IC, em Moscou, foi também expulso do partido como "traidor", ao

---

Prestes, medida que acabou não se concretizando. Segundo o testemunho de Margarete Neumann, antes da realização do VII Congresso da IC, teria havido uma reunião da alta cúpula da Internacional, com a participação de Dimitrov, Manuilski, Gottwald, Kuusinen, Pieck, Koralov, Togliatti, Ho-Chi-Min, Thorez, Guyot, Van Min e delegados latino-americanos, entre os quais, Luis Carlos Prestes, pelo Brasil, Codovilla e Ghildi, pela Argentina, Eudosio Ravines, pelo Peru, e outros. A nova tática defendida fortemente por Dimitrov, da Frente Popular, não teria encontrado unanimidade. Manuilski era contra e teria tido o apoio de Prestes, ao passo que os comunistas chilenos apoiaram a nova orientação. "Tendo em conta as diferenças de opinião" – escreve M. Neumann – "decidiu-se fazer inicialmente uma experiência de frente popular no Chile, onde as condições eram favoráveis, enquanto Prestes deveria preparar uma revolução no Brasil." O relato de Margarete Buber-Neumann corrobora, assim, as declarações posteriores de Prestes, que atribui a responsabilidade principal aos comunistas brasileiros. CF. Margarete Buber-Neumann, *La Révolution Mondiale* ("L'histoire du Komintern – 1919-1943 – racontée par l'un de ses principaux témoins"), Paris, Casterman, 1971, cap. "Putsch au Brésil", citação da p. 349.

retornar da URSS em 1923.[39] Em 1928, como já descrevemos, houve a cisão dos "sindicalistas" que participaram da fundação do partido e que ocupavam postos na direção (Joaquim Barbosa era tesoureiro do PCB e Pimenta era suplente do CCE).[40] Em 1930, Astrojildo Pereira foi destituído da Secretaria-Geral, posto que ocupara desde a saída de Nequete. Nesta ocasião, a maioria do CCE foi afastada de seus postos ou do partido. Entre os que foram expulsos ou afastados em começos da década de 30, além de Astrojildo, estavam o Médico Leôncio Basbaum, o farmacêutico Octavio Brandão, o metalúrgico José Casini, o gráfico Ferreira da Silva.[41] Nesta época, quase todos os militantes que participaram do congresso de fundação já estavam fora do partido ou tinham abandonado a militância enquanto todos os cinco membros titulares da primeira Comissão Central Executiva tinham também sido expulsos ou saído do partido.[42]

Com o início do "Terceiro Período", começou a ascensão de Fernando de Lacerda, de curta duração. Entre 1930 e 1940, assumiram sucessivamente a Secretaria-Geral do PCB: Cristiano Cordeiro, Professor e Funcionário Público; Paulo de Lacerda, Advogado e Jornalista; José Vilar, Metalúrgico; Heitor Ferreira Lima, intelectual e ex-alfaiate;

---

[39] Mais informações sobre a expulsão de Canellas encontram-se em John Foster Dulles Jr., *op. cit.*, pp. 201 a 205. Um resumo das críticas da CCE a Canellas acha-se em E. Carone, *A República Velha*, pp. 327 a 330. O PCB, representado por Canellas, teve o seu pedido de ingresso à IC rejeitado. A Direção da IC considerou que o PCB conservava "restos da ideologia burguesa, sustentados pela presença da Maçonaria e influenciados por preconceitos anarquistas..." No IV Congresso, Canellas votou contra o relatório de Trotsky sobre a questão francesa e, de volta ao Brasil, apresentou um relatório criticando a direção da IC. Trechos deste relatório encontram-se em Moniz Bandeira, Clóvis Melo e A.T. Andrade, *op. cit.*, pp. 408 a 418. Posteriormente, no V Congresso, com o apoio do comunista argentino Rodolfo Ghioldi, o PCB foi aceito como membro da Internacional Comunista.

[40] Em começos de 1929, um balanço crítico da atividade partidária realizado durante o III Congresso indicava que a rotatividade dos membros do PCB, nesse momento, era da ordem de 50%.

[41] Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*, pp. 93 a 194; e John Foster Dulles Jr., *op. cit.*, pp. 435 e 436. (Depois de Prestes, Astrojildo foi o militante que permaneceu mais tempo na Secretaria-Geral do PCB: de junho de 1922 até fins de 1930). Prestes ocupou o cargo de Secretário-Geral de 1945 a 1980, quando entrou em conflito com a maioria do C.C. e foi substituído por Giocondo Alves Dias.

[42] Manoel Cendón, um dos fundadores, morreu em 1927. Hermogêneo da Silva não teve, depois do congresso de fundação, uma participação ativa na direção. Os membros titulares da primeira Comissão Central Executiva foram: Abílio de Nequete, Astrojildo, Antônio Canellas, Luiz Peres e Cruz Jr. Cf. Octavio Brandão, *Combates e Batalhas (Memórias)*, 1º vol., São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, pp. 223 a 225.

Fernando de Lacerda, Médico e Funcionário Público; Caetano Machado, padeiro, antigo dirigente sindical vindo do anarquismo; Duvitiliano Ramos, Gráfico, autor de alguns romances não publicados; Antônio Maciel Bonfim; Honório de Freitas Guimarães; Lauro Reginaldo da Rocha e Osvaldo Costa, Jornalista de São Paulo.[43]

Com Antônio Maciel Bonfim ("Miranda") começa a influência dos militares "prestistas" no PCB. Miranda, ex-Sargento nascido no interior da Bahia, foi eleito Secretário-Geral numa conferência nacional realizada em 1934 (a "primeira" conferência nacional). Nesta conferência, foram também para o Secretariado Nacional: Lauro Reginaldo da Rocha ("Bangu"), Honório de Freitas Guimarães ("Martins") e Adelino Deicola dos Santos ("Tampinha").[44]

Lauro Reginaldo da Rocha era Professor primário do Rio Grande do Norte. Honório de Freitas Guimarães, nascido em 1902, vinha de uma família de ricos usineiros do Estado do Rio. O pai, ao que parece, era Desembargador. Honório fez estudos universitários em Eton, na Inglaterra. Por volta de 1930, aproximou-se do PC, tornando-se militante do partido em 1932. Há indicações de que contribuiu com grandes somas para o PCB.

---

[43] Esta relação, sujeita a correção, foi montada a partir de várias fontes, especialmente as memórias de Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*, e as de Davino Francisco dos Santos *(op. cit.)*, além das entrevistas com antigos militantes. Leôncio Basbaum relata que, em 1936, na Bahia, fora procurado por Honório de Freitas Guimarães, que se apresentou como o novo Secretário-Geral do partido (*ibidem*, p. 163). É possível, contudo, que Honório fosse apenas membro do Secretariado Nacional e que "Bangu" fosse o Secretário-Geral interino, substituindo Miranda, que estava na cadeia. Osvaldo Costa, citado por Basbaum como tendo sido Secretário-Geral do PCB (*ibidem*, p. 173) deve ter ficado pouco tempo na direção do partido. Davino refere-se a Osvaldo Costa apenas como membro do Comitê Central em casa de quem se teria realizado uma reunião que decidiu a "eliminação" de Tobias Warchawiski, um militante do PCB (*op. cit.*, p. 485). Contudo, tanto Basbaum como Davino concordam que Osvaldo Costa rompeu com o PCB por volta de 1940.

[44] Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*, vol. III, pp. 87 a 89. Esses nomes são confirmados por Davino dos Santos, *op. cit.*, p. 480. Em 1936, "Bangu" era o Secretário-Geral; Honório, o Secretário de organização, e Deicola, o encarregado de agitação e propaganda (Declarações de Sachetta e de outro antigo militante que preferiu ficar no anonimato). Ambos incluem também José Medina entre a alta cúpula do PC por volta de 1936. Medina era marítimo ou Operário dos estaleiros navais do Estado do Rio e seria o encarregado sindical. O "Relatório do Delegado Eurico Belléns Porto" aponta os seguintes nomes como membros do Secretariado Nacional na época do levante: Miranda, "Bangu", Honório e Adelino Deicola. José Medina aparece apenas como membro do C.C., mas desempenhando "função de grande relevo". Cf. *A Insurreição de 27 de Novembro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936, Polícia Civil do Distrito Federal, pp. 52 a 64.

Todo o Secretariado nacional eleito em 1934, assim como Prestes, ficaria envolvido no caso da morte de "Elsa Fernandes", na realidade Elvira Copelo. Elsa, companheira de Miranda, era uma jovem de aproximadamente 16 anos, de uma família operária. Três de seus irmãos pertenceriam também ao Partido, sendo que um deles, Luís Copelo, seria do Comitê Central. Os relatos apresentam Elsa como pouco politizada e de baixo nível de instrução. Apesar disso, estava a par de importantes informações sobre o PCB, na ocasião imerso na mais completa conspiratividade depois do levante de novembro. Em janeiro de 1936, Elsa foi presa juntamente com Miranda e solta pouco tempo depois. A direção do partido entendeu que Elsa punha em risco a segurança da organização e, depois de alguma vacilação, tomou a decisão extrema de eliminar a moça. Um "tribunal vermelho" condenou à morte a companheira do Secretário-Geral do PCB, que continuava preso. Além de Honório, participaram do "tribunal": Lauro Reginaldo da Rocha ("Bangu"), Deicola dos Santos, Eduardo Ribeiro Xavier ("Abóbora"), Francisco Lira ("Cabeção") e José Cavalcanti ("Gaguinho"). Francisco Lira ("Cabeção"), ajudado por "Bangu", foi encarregado da execução.[45] O corpo foi enterrado no quintal da residência de um militante do partido. Em 1940, com a prisão de Eduardo Ribeiro Xavier, o mistério do desaparecimento de Elsa foi desfeito. Apesar de o PCB não hesitar em recorrer ao que se poderia denominar de "terrorismo ideológico" contra os opositores e dissidentes (variadas formas de acusações públicas), o recurso à sua eliminação física não constituiu uma prática habitual dos partidos comunistas quando fora do poder. Embora já houvesse precedente, o "caso da garota" pode ser entendido, em parte, pela desorganização do partido e pelo pânico dos dirigentes diante da repressão que seguiu o malogro do levante de novembro.

Honório de Freitas Guimarães foi condenado a 30 anos de prisão pela morte de Elsa, aos quais se somaram mais 30 pela eliminação de outro membro do partido, Tobias Warchawiski.[46]

[45] De acordo com Davino Francisco dos Santos, Elsa foi estrangulada (*op. cit.*, p. 481). De acordo com Affonso Henriques, a moça foi morta a machadadas. Affonso Henriques, *op. cit.*, p. 350.

[46] Informações sobre Honório de Freitas Guimarães encontram-se em R. Levine, *op. cit.*, pp. 63 a 65. Levine fundamenta-se em depoimento autobiográfico escrito por Honório, na cadeia (Arquivo do Departamento Federal de Segurança Pública da Polícia Política e Social do Rio de Janeiro). Levine, com base neste documento datado de 1938, afirma que Honório continuou ligado ao partido. Contudo, Davino Francisco dos Santos, que esteve com Honório no presídio da Ilha Grande, afirma que ele rompeu com o partido em janeiro de 1943 (*op. cit.*, p. 513).

A figura de Miranda e sua atuação quando na Secretaria-Geral do PCB são apresentadas de diferentes maneiras. Affonso Henriques, que não tem nenhuma simpatia pelo PCB, afirma que Miranda seria, há muito, um agente provocador a serviço de Getúlio Vargas. Elsa Fernandes seria inocente e o "verdadeiro traidor" (responsável por muitas prisões) seria o Secretário-Geral do PCB.[47] Graciliano Ramos, que não menciona a morte de Elsa, escreve que Miranda lhe causou péssima impressão e insinua que se trataria de um informante.[48] Agildo Barata[49] e Gregório Bezerra[50] traçam igualmente um retrato negativo de Miranda. Contudo, não o apresentam como um Agente policial e silenciam sobre o caso de Elsa. Leôncio Basbaum afirma que Miranda, "aventureiro típico", era "agente da Polícia".[51] Posteriormente, em suas memórias, Basbaum refere-se ao ex-Secretário-Geral como um "aventureiro". Escreve Basbaum que, ao se encontrar em 1940 com Miranda, numa prisão do Rio, este lhe teria informado ter denunciado "todos de quem se lembrava".[52] Porém, Basbaum não volta a afirmar que o Secretário do partido era Agente da polícia. Por outro lado, na versão de Davino dos Santos, Miranda rompera com o PCB depois de preso e teria decidido colaborar com a Polícia em Fernando de Noronha, depois de convencido, ao lhe ser mostrado o bilhete de Prestes, que o partido era responsável pela morte da companheira.[53]

---

[47] Affonso Henriques foi Diretor-Tesoureiro da ANL. Seu livro, em muitos aspectos rico de informações, é, contudo, dominado pela obsessão anti-Vargas. Não só Miranda seria um agente de Getúlio, como o próprio manifesto de Prestes de 5 de julho de 1935, pregando o levante armado, teria sido redigido nos "subterrâneos do Catete", a fim de servir de pretexto para a repressão ao movimento. Sobre o caso de Elsa Fernandes, ver *op. cit.*, pp. 349 a 352. R. Chilcote aceita também a versão de Miranda como agente policial infiltrado no PCB (*op. cit.*, p. 293, nota 59).

[48] Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1954, 3ª ed., 2º vol. "Pavilhão dos Primários", pp. 111 a 113.

[49] Agildo Barata, *Vida de um Revolucionário*, Rio de Janeiro, Ed. Melson, s.d., pp. 230 a 232.

[50] Gregório Bezerra, *Memórias*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, vol. I., pp. 283 e 284.

[51] Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*, 3º vol., p. 75.

[52] Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*, p. 174.

[53] As informações mais detalhadas sobre a morte de Elsa Fernandes e Tobias Warchawiski encontram-se em Davino Francisco dos Santos (*op. cit.*, pp. 479 a 494). Apesar de marcadamente hostil ao PCB, a descrição dos fatos apresentada por Davino parece correta e é confirmada por outras informações esparsas. Osvaldo Peralva, em suas memórias de militante, menciona o bilhete de Prestes numa conversa com outro dirigente do PCB que justificava o fato de Prestes ter negado, na polícia, a autenticidade do bilhete (Osvaldo Peralva, *O Retrato*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1960). Ao que parece, o Secretariado Nacional vacilava diante da decisão da morte da moça, tendo sido criticado por Prestes. Veja-se, por exemplo, bilhete de "Bangu" a Prestes, de 20 de fevereiro de 1936, reproduzido parcialmente no

Carlos Lacerda, algumas décadas mais tarde, apresentaria esta mesma versão de que Miranda teria colaborado com a Polícia ao saber da morte de Elsa. Miranda, "um bom sujeito", teria sido indicado para Secretário-Geral por "proletarismo" dos dirigentes que queriam alguém "vindo de baixo".[54]

Juventude e inexperiência – Quase todos os dirigentes do período anterior a 1945 tiveram uma carreira rápida e atingiram importantes postos na hierarquia partidária ainda muito jovens. Raramente um membro da direção do partido tinha mais de 40 anos. Canellas, quando delegado do PCB ao IV Congresso da Internacional Comunista, em Moscou, tinha 23 anos;[55] Basbaum, quando por sua vez representou o partido brasileiro no VI Congresso da IC, estava com 22 anos;[56] Joaquim Barbosa, primeiro tesoureiro do PCB, tinha, na ocasião, 25 anos;[57] Hermínio Sachetta tornou-se Secretário do Comitê Regional de São Paulo, em 1933, com 23 anos;[58] Astrojildo, com um passado de militância anarquista, fora um dos mais idosos membros da alta cúpula: ao assumir a Secretaria-Geral tinha 32 anos; Prestes, em 1935, estava com 37 anos. A equipe dirigente que subiu na metade da década dos 30 era ligeiramente mais velha do que a que comandou o PCB na década de 1920.

Chama atenção, por outro lado, a falta de experiência partidária da maior parte dos dirigentes do PCB. Por exemplo, Prestes, ao ser eleito Secretário-Geral na "Conferência da Mantiqueira", em 1943, nunca militara numa base do partido. Aderindo ao comunismo, foi para Moscou, onde foi eleito membro da Comissão Executiva da IC. Voltando para o Brasil, para comandar o levante de novembro, assumiu de fato a direção

---

Relatório Belléns Porto, *op. cit.*, p. 60. Há referências ao assunto também no Inquérito Policial-Militar nº 709, *O Comunismo no Brasil,* Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1966, 1º vol., p. 130.

[54] De acordo com Lacerda, Honório, o "Milionário", teria passado o resto de sua vida com "remorsos" pela morte de Elsa. Carlos Lacerda, "As Confissões de Lacerda", *Jornal da Tarde,* 27 de maio de 1977, p. 9. "Cabeção", o encarregado da execução, morreu logo depois da anistia. Afirma Lacerda que João Alberto, quando Chefe da Polícia em 1945, teria fornecido gratuitamente uma passagem no Lloyd Brasileiro para "Cabeção" voltar para o Maranhão, sua terra. Contudo, pouco antes de São Luís, "Cabeção", que tinha problemas cardíacos, veio a falecer.

[55] John Foster Dulles, Jr., *op. cit.*, p. 178.

[56] Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos.*

[57] John Foster Dulles Jr., *op. cit.*, p. 179.

[58] Hermínio Sachetta, entrevista pessoal.

do PCB.[59] Depois de preso, foi posteriormente eleito Secretário-Geral quando ainda se encontrava na prisão sem nenhuma experiência relevante de vida partidária. Hermínio Sachetta, seis meses depois de entrar para o partido, em 1933, era Secretário do Comitê Regional de São Paulo. Agildo Barata, que tal como Prestes acumulara razoável experiência de luta militar mas não partidária, ao entrar para o PCB, em 1935, ficou ligado diretamente ao birô político. Preso na ocasião do levante, foi solto quando da anistia de 1945. Nesta ocasião, juntamente com o Capitão Agliberto Vieira de Azevedo, por indicação de Prestes, foi imediatamente para o Comitê Central.[60] Miranda, em princípios de 1932, havia solicitado ingresso no partido. O Comitê Central, considerando seu passado "prestista", não o aceitou.[61] Miranda havia pertencido à Liga de Ação Revolucionária, organizada por Prestes em Buenos Aires. Porém, no ano seguinte, chegou a assessor do Comitê Central e, em 1934, numa conferência nacional do partido, foi indicado Secretário-Geral, dois anos depois de entrar para o PCB.

O rápido *turnover* na alta cúpula do partido pode ser explicado apenas parcialmente devido às numerosas prisões, especialmente depois do malogro da quartelada de 35.

Assim, a prisão de Miranda, em 1936, possibilitou a ascensão de Lauro Reginaldo da Rocha ("Bangu") à Secretaria-Geral do PCB. Entretanto, a elevada taxa de rotatividade dos dirigentes, que marcou a vida do partido desde sua fundação até o período que estamos examinando (e depois) não se deveu à necessidade de substituir militantes presos. Os principais dirigentes comunistas da década de 1920 afastaram-se do PCB, ou dele foram expulsos, quando estavam em liberdade (Astrojildo, Basbaum, Brandão, Heitor Ferreira Lima, Mário Grazini, Joaquim Barbosa, João da Costa Pimenta, Minervino de Oliveira etc.). O caso dos dirigentes que subiram na década dos 30, especialmente quando da formação da ANL e nos anos seguintes, apresenta algumas diferenças. Nos anos da "grande repressão" (que vai de fins de 1935 até aproximadamente 1943), quase todos os dirigentes nacionais e regionais do PCB foram encarcerados. Entre 1940 e 1943, o Partido ficou acéfalo. O desbarata-

---

[59] Prestes foi aceito formalmente membro do PCB em 1º de agosto de 1934 (cf. Pedro Pomar, "Prefácio" ao livro de Luís Carlos Prestes, *Problemas Atuais da Democracia*, Rio de Janeiro, Editorial Vitória Ltda., s.d. — a data provável de publicação é 1947 —, p. X).

[60] Agildo Barata, *op. cit.*, pp. 231 e 349.

[61] Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos*, p. 138.

mento da direção nacional, em 1940, permitiu, em 1943, a ascensão de uma nova equipe à Chefia do PCB. Ocorre, contudo, que os dirigentes do período anterior, depois da anistia de 1945, não retornaram aos antigos postos (Miranda, "Bangu", Honório, Oswaldo Costa, Domingo Brás, Caetano Machado etc.). Muitos abandonaram o partido ainda na prisão. Por outro lado, outros dirigentes subiram quando estavam na cadeia. A maior parte deles, principalmente os militares, eram relativamente novos no partido (Agildo, Agliberto, David Capistrano da Costa, Gregório Bezerra, José Maria Crispim, Ivan Ribeiro e, naturalmente, Luís Carlos Prestes). Houve também alguns civis, como Marighella, que adquiriram prestígio quando estavam em Fernando de Noronha ou na Ilha Grande. Juntamente com os dirigentes da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que estavam em liberdade, os recém-egressos dos presídios iriam constituir a nova liderança partidária para os anos do pós-guerra. Mais especificamente, o Comitê Central do período da legalidade não incluiu, como membro efetivo, nenhum dos militantes que ocuparam a Secretaria-Geral nas décadas anteriores, alguns dos quais, como Astrojildo e Fernando de Lacerda, tinham tido um papel preeminente antes de 1930, e outros, como Miranda e "Bangu", tinham sido importantes até bem pouco tempo. É certo que, depois da guerra, alguns "dirigentes históricos" voltaram ao partido. De modo geral, não mais tiveram influência no sistema de decisão, embora recebessem algumas tarefas nobilitantes e/ou de confiança da nova equipe dirigente. Astrojildo chegou até mesmo a ser posteriormente readmitido no Comitê Central. No aparelho partidário ocupou-se de assuntos culturais e teve a honra, mais tarde, no IV Congresso (1954), de proferir o discurso de abertura. Basbaum foi encarregado de hospedar Prestes por quase um ano, quando este saiu da prisão. Além disso, recebeu outros encargos importantes, determinados diretamente pela nova Comissão Executiva, tais como: organizar uma editora para o partido, arrecadar "finanças" etc. Brandão, que voltou da URSS, foi incluído na legenda do partido como candidato a Vereador no Rio de Janeiro, chegando a ser eleito. Mais tarde, foi novamente marginalizado.

Na análise das elevadas taxas de rotatividade da Chefia do PCB, pensamos que é preciso considerar outros elementos além da repressão policial. Nas condições brasileiras, o projeto político a que o PCB se atribuía tinha poucas compensações individuais, além de ser pouco rendoso politicamente. Até a legalidade, em 1945, os êxitos do partido foram muito modestos; a ideologia partidária, seus objetivos revolucionários, suas vinculações internacionais entravam em choque com os valores, instituições e

classes dominantes da sociedade brasileira, colocando o PCB numa situação de permanente clandestinidade ou semiclandestinidade. Por outro lado, no plano partidário interno, o dogmatismo, o autoritarismo, a intransigência doutrinária, a dedicação extremada à "causa" potenciavam as divergências políticas internas, transformando os desacordos com a direção em "desvios ideológicos" que assumiam a feição de um cisma religioso. Os opositores, ou os que divergiam da orientação do partido (ou da direção), automaticamente passavam a ser considerados como "renegados" ou "traidores" e tratados como tais. Além disso, os dirigentes que passavam a "profissionais" do partido perdiam contato com seus meios sociais de origem (relações familiares, profissionais, de amizade etc.), passando a viver em função do aparelho partidário e dele dependendo para a sua sobrevivência. Neste contexto organizatório e ideológico fechado e severo, a tendência era para o rápido esgotamento físico e psicológico dos militantes e dirigentes depois de alguns anos de militância intensa. Assim, embora haja exceções, a situação mais comum era a adesão ao partido por volta dos 20 anos e o abandono da atividade partidária quando da entrada na "idade madura"; poucos militantes permaneciam depois dos 40 anos.

Mudanças na composição social do PCB – Além das próprias características do PCB enquanto organização imatura, cumpriria relacionar a predominância do nacionalismo e a tentativa de golpe militar da ANL a certas mudanças que se operaram na composição social do PCB, em particular, e da Esquerda brasileira, em geral. Referimo-nos mais especificamente à crescente influência, em meados da década de 1930, dos militares e das classes médias e altas na direção do partido. Não se pretende afirmar que os membros das classes trabalhadoras fossem capazes de uma apreciação mais correta da situação política nacional, mas sim que o tipo de política, a tática e a orientação ideológica do PCB refletiram o declínio da participação operária e popular em benefícios das classes médias e altas. E certo que os diferentes partidos comunistas, independentemente da sua composição social e do meio nacional, acompanharam as modificações da política internacional da União Soviética de acordo com as determinações do Comintern. Assim, como já observamos, na época do Terceiro Período, todos os partidos comunistas radicalizaram sua orientação, maximizando suas divergências com os partidos socialistas e outros grupos de esquerda; posteriormente, após a vitória do nazismo, a IC determinou uma nova tática de aproximação com os socialistas, a fim de

fazer face à ameaça representada pelo fascismo. Porém, no caso brasileiro, a quartelada da ANL reflete a influência tenentista resultante da entrada da jovem oficialidade no interior de um partido comunista inexperiente. Na hipótese de que o PC brasileiro fosse um partido com predominância de trabalhadores fabris, pensamos que uma eventual radicalização de sua prática política não estaria excluída. Porém, neste caso, mais provavelmente ela deveria levar à ocupação de fábricas, destruição de máquinas, greves etc., mas não a aquarteladas.

O PCB, já vimos, foi formado por um grupo de militantes vindo do anarquismo, onde predominavam os trabalhadores manuais de formação artesanal. Dos fundadores do PCB, apenas dois eram intelectuais. Posteriormente, houve a entrada de operários das indústrias de transformação e de serviços. Tabulando os militantes mencionados por Octavio Brandão em suas memórias, encontramos 56 trabalhadores manuais contra apenas seis "intelectuais". Entre os operários, a distribuição das profissões foi a seguinte: nove gráficos, oito metalúrgicos, sete ferroviários, quatro tecelões, quatro motoristas, três trabalhadores da construção civil, três padeiros, três garçons, dois cozinheiros, dois barbeiros, dois pequenos funcionários, um marmorista, um eletricista, um carpinteiro, um tintureiro, um alfaiate, um guarda-livros, um sapateiro, quatro "dirigentes sindicais" de profissão não especificada.[62] Observe-se que a proporção de trabalhadores de empresas não é elevada.

Outras indicações sobre a composição social do PCB, antes da década dos 30, são sugeridas pelas profissões dos participantes do III Congresso do partido (29 de dezembro de 1929 a 4 de janeiro de 1930): 16 operários, seis empregados, seis "intelectuais" e três de profissão não especificada.[63] Com relação à Juventude Comunista, afirma Leôncio Basbaum – o principal responsável por sua formação – que, nos anos 20, 90% dos seus integrantes eram operários ("ao passo que, em 1946, a totalidade de seus membros eram estudantes").[64]

Os dados disponíveis indicam uma proporção elevada de membros das classes baixas entre os militantes do PC, embora os principais dirigentes fossem geralmente "intelectuais". A partir de 1930, aumentou ainda mais a influência dos membros das classes médias nos organismos de direção

---

[62] Octavio Brandão, *Combates e Batalhas*, pp. 266 a 270. (O número de profissões não coincide com o de militantes porque alguns deles exerceram mais de uma atividade profissional).

[63] Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, p. 114.

[64] Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*, pp. 46 e 47.

do PCB. Esta influência "pequeno-burguesa" tem sido ressaltada inclusive pelos dirigentes comunistas. Como acentuaremos mais adiante, o peso da "pequeno-burguesia" no PCB tem sido responsabilizado pelos variados e sucessivos "erros" da aplicação da linha partidária. Pensamos, portanto, que caberia discutir um pouco mais demoradamente este ponto. Sob a rubrica de "classe média" – ou de "pequeno-burguesia" –, é possível incluir camadas, grupos ou estratos com orientações ideológicas, sistemas de valor, nível e fonte de renda, prestígio social, capacidade de pressão política etc., bastante diferenciados e mesmo antagônicos (empregados de escritório, artesãos, funcionários públicos, intelectuais, pequenos industriais e comerciantes, pequenos e médios proprietários rurais, profissionais liberais e outros trabalhadores autônomos, técnicos e gerentes, militares etc.). Ademais, o conceito de "classe média" nada revela sobre a *trajetória social*, declinante, ascendente ou estacionária, de cada um desses setores. Cumpre acrescentar que o termo "classe média" não indica se se trata de setores de imigração recente ou de setores brasileiros tradicionais, cada um deles possuindo um estoque diferencial de recursos, capaz de impor estratégias variadas de luta para a sobrevivência no interior da sociedade e do sistema econômico. No caso brasileiro, pensamos que estas distinções são ainda mais necessárias em razão da heterogeneidade regional e da diferenciação étnica (e cultural e valorativa) entre a nova burguesia ascendente de origem imigrante e as famílias brasileiras tradicionais. É preciso separar, de um lado, os que procuravam ascender através de uma atividade ligada ao mercado (industriais e comerciantes de origem estrangeira) e, de outro lado, os antigos grupos dominantes, ligados não só à propriedade fundiária como também ao controle do Estado. Os imigrantes endinheirados da década de 30 podem ser considerados como membros da "classe rica", dos grupos de alta renda, mas não da "classe alta", da elite cultural e politicamente dominante. A burguesia imigrante, que constituiu o grosso da classe empresarial, não controlava o aparelho estatal e participava muito marginalmente das lutas políticas. Um Juarez Távora, um Góes Monteiro, um João Alberto, militares de origem modesta mas de boa estirpe, com posições fortes nas burocracias civil e militar, possuíam muito mais prestígio, legitimidade e poder do que um Crespi, um Matarazzo, um Siciliano, um Klabin, um Lafer, um Jafet, ou outros "italianinhos", "judeuzinhos", "turquinhos" ou quaisquer outros nomes pejorativos usados para designar os imigrantes enriquecidos.

Não foi entre pequenos comerciantes, pequenos industriais ou pequenos proprietários rurais, ou seja, entre os setores dedicados a uma atividade

ligada ao jogo do mercado e ao capitalismo competitivo, que o PCB (e a Esquerda) tiveram maior influência. Mais exatamente, entre as "classes médias", os dirigentes do PCB provieram fundamentalmente dos intelectuais (especialmente Jornalistas e Professores), profissionais liberais (Médicos e Advogados), e, em meados da década de 30, do Exército (Capitães e Tenentes), quase todos eles de famílias brasileiras tradicionais, especialmente do Nordeste e do Estado do Rio. Embora alguns dos intelectuais comunistas tivessem passado pelo anarquismo, a fonte social de recrutamento do PCB foi diversa da do anarquismo. Este se baseou nos trabalhadores manuais de formação artesanal, de origem européia (italianos e espanhóis, principalmente). O esquerdista típico do período anterior à Primeira Guerra Mundial era o Operário imigrante anarquista; o esquerdista típico do período subseqüente foi o jovem intelectualizado de família tradicional decadente dos Estados pobres.[65]

Ocorre que progressivamente a grande propriedade, especialmente nos Estados do Nordeste, era incapaz de continuar garantindo uma existência digna para os numerosos descendentes das extensas famílias brasileiras enquanto o comércio e a indústria incipientes não tinham possibilidades de absorvê-los.

O Estado foi o principal empregador das famílias tradicionais decadentes ou em processo de reconversão do mundo agrário para o mundo urbano. Uma posição no aparelho burocrático constituiu uma das principais formas – se não a única – de garantir *status*, influência e poder para os membros das velhas famílias, despreparados para competir com os imigrantes nas atividades industriais e comerciais. A política, além certamente

[65] Para fins de comparação, é interessante notar a composição étnica dos membros da liderança do movimento operário até aproximadamente 1920. Durante a greve geral de 1917, em São Paulo, seis membros foram escolhidos pelo Comitê de Defesa Proletária para defender os grevistas. Quatro deles tinham nascido na Europa (três na Itália e um em Portugal). Entre os dois brasileiros, um era filho de pai alemão (Edgard Leuenroth). O Pesquisador norte-americano, Sheldon L. Maram, organizando uma lista de 119 dos principais líderes esquerdistas e sindicais de São Paulo, Santos e Rio (que apareciam nos relatórios policiais e na imprensa operária entre 1890 e 1920), verificou que 71 eram europeus de nascimento, 35 tinham nascido no Brasil e 13 não tiveram sua nacionalidade identificada. Cf. Scheldon Leslie Maram, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. Sobre a influência do imigrante europeu nos primeiros movimentos sociais e operários do Brasil, ver também Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo, Difel, 1976, e Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, Parte III, "Do Anarquismo ao Nacionalismo".

das relações de parentesco, foi uma das vias de obtenção de um emprego público dentro dos padrões de seleção clientelístico do funcionalismo brasileiro. Os membros da classe dominante tradicional que se readaptaram com êxito à sociedade capitalista competitiva mantiveram o controle da grande lavoura, das finanças e, de modo geral, do poder político. Os ramos declinantes forneceram os quadros para as profissões liberais, para as letras, para as universidades, para as Forças Armadas, para a diplomacia, para a política, e principalmente para a burocracia estatal. Enquanto os imigrantes procuraram ascender através do jogo do mercado, os membros das famílias tradicionais arruinadas procuraram *status* e poder através de posições no serviço público.

As principais figuras civis ou militares da Esquerda brasileira, por volta da década de 30, vinham exatamente deste meio social, representado pelos ramos tradicionais em processo de readaptação à sociedade urbana capitalista.

Muitas dessas famílias tinham uma tradição de ativismo político oposicionista. Em 1977, Carlos Lacerda, o então estudante de Esquerda que militara na Aliança Nacional Libertadora, assim inicia suas memórias caracterizando o ambiente no qual foram, desde cedo, socializados os jovens das famílias tradicionais que forneceram os quadros para a Esquerda e para as diferentes tendências políticas e ideológicas da sociedade brasileira: "Eu fui criado num meio político; ouvi falar de política desde que eu me lembro que era gente. Meu pai foi político a vida inteira, sempre de oposição; meu avô, nessa época, era um político em recesso porque era Ministro do Supremo. De sorte que a política era um dos assuntos mais comuns, quer pela freqüência dos políticos lá em casa, quer pelos comentários dos jornais que a gente começou a ler."[66]

Tratava-se de jovens cujas famílias, cultas mas sem dinheiro, tinham, apesar de tudo, recursos suficientes para sustentar os estudos dos filhos. Sem possibilidades de transmitir aos herdeiros um patrimônio apreciável, procuravam investir principalmente na educação dos filhos de molde a lhes garantir uma carreira liberal ou, preferentemente, um alto posto no funcionalismo público. Tal como no caso dos que aderiram ao trotskismo

[66] Depoimento de Carlos Lacerda publicado no *Jornal da Tarde* ("As Confissões de Lacerda"). Carlos de Lacerda, sobrinho dos dirigentes comunistas Paulo e Fernando de Lacerda, foi membro da Juventude ou do Partido Comunista na década de 1930. Em 30 de março de 1935, na reunião do Teatro São Caetano para o lançamento oficial da ANL, foi quem indicou publicamente o nome de Luís Carlos Prestes para Presidente de Honra da Aliança.

(cujo perfil biográfico traçamos anteriormente), os principais dirigentes do PCB deste período tiveram elevado nível de escolaridade. Embora alguns não tivessem chegado a terminar a universidade, ou a exercer seriamente a profissão em que se formaram, eram altamente intelectualizados. Tal como no caso dos trotskistas, quase todos vieram de regiões economicamente estagnadas, do Estado do Rio para o Nordeste.

Para os dirigentes mais importantes do PCB, como Astrojildo, os irmãos Lacerda, Brandão etc., dispõem-se de informações biográficas mais pormenorizadas. Octavio Brandão Rego, por exemplo, nascido em 1896, era filho de um proprietário de farmácia em Viçosa, Alagoas. A mãe era filha de um senhor-de-engenho e morreu quando Octavio tinha quatro anos. Aos 15, Octavio perdeu o pai; o tio, Médico do Exército, sustentou, então, seus estudos de Farmácia. Depois de escrever *Canais e Lagoas*, obra de exaltação telúrica às riquezas de seu Estado, Octavio Brandão Rego transferiu-se para o Rio, onde tentou estabelecer contato com a intelectualidade dominante, sendo sempre repelido. O ressentimento contra os "intelectuais burgueses" perpassa toda sua autobiografia: "Em 1919-1920, procurei muitos intelectuais. Em geral, só encontrei indiferença ou hostilidade. Ninguém se interessou por mim (...) Nenhum cientista do Museu Nacional teve por mim a mais vaga solicitude. Nem mesmo depois da publicação de *Canais e Lagoas* (...) Bati em muitas portas. Todas absolutamente fechadas."[67] Em 1921, Octavio casou-se com a poetisa Laura da Fonseca e Silva: "Pertencendo a uma família ilustre, sobrinha-neta do Conselheiro Lourenço Cavalcanti de Albuquerque, duas vezes Ministro do Império – Laura, em sua primeira fase, era acolhida com o maior carinho e admiração nos salões aristocráticos do Rio de Janeiro. Aí, vibrante, declamava suas poesias líricas, patrióticas e humanistas."[68] Juntamente com Laura, Brandão teve uma dura vida de militante, repleta de privações e prisões. Depois de um curto estágio no anarquismo – que depois passou a combater violentamente –, aderiu ao PCB em novembro de 1922. No ano seguinte, foi para a Comissão Central Executiva. Juntamente com o marmorista Minervino de Oliveira, foi o primeiro comunista eleito para um posto legislativo. Como vimos, depois de ter tido um importante papel no PCB durante a década de 20, Brandão foi objeto de severas críticas, em 1930, por parte do Secretariado Latino-Americano da IC, em Buenos Aires. Sob a ameaça de ser expulso como

[67] Octavio Brandão, *Combates e Batalhas*, pp. 151 e 152.
[68] *Ibidem*, p. 156.

"traidor", juntamente com Astrojildo, fez sua "autocrítica", acusando-se de não ter sabido lutar pela "fantástica Revolução Soviética imediata". Retornando ao Brasil, foi destituído da CCE. Marginalizado no PCB, e perseguido pela polícia, viajou para o Exterior. Morou vários anos na URSS. De volta ao Brasil, depois da guerra, foi eleito Vereador pelo PCB nas eleições de janeiro de 1947, mas não voltou a ter uma posição importante no partido. Além de *Canais e Lagoas,* escreveu muitos outros ensaios, entre os quais *Agrarismo* e *Industrialismo,* "ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil". Morreu no Rio, em março de 1980.

Fernando e Paulo de Lacerda vinham de uma família de tradicionais e preeminentes políticos do Estado do Rio. O pai, Sebastião de Lacerda, era Ministro do Supremo Tribunal. Paulo Paiva de Lacerda nasceu em 1893 e aderiu ao PCB por volta de 1923. Formado em Direito, foi casado com a filha de um industrial fabricante de chocolate. Foi muitas vezes preso. Durante o Governo Bernardes foi deportado para a Ilha Rasa, no Oceano Atlântico.

Numa de suas prisões, em 1931, foi submetido várias vezes a fuzilamento simulado. Paulo, que já vinha apresentando sintomas de perturbações mentais, perdeu a razão e ficou internado vários anos. Morreu em 1967. Seu irmão, Fernando, era formado em Medicina, tendo sido um dos mais importantes dirigentes do PCB. Foi casado com a filha de um rico negociante de borracha. Depois de ser um dos responsáveis pela linha obreirista de começos de 1930 e pela expulsão de Astrojildo, Fernando esteve em Moscou na ocasião do VII Congresso da IC. Viveu em Moscou entre 1935 e 1940. Em 1944, de volta ao Brasil, defendeu a substituição do partido por "organizações abertas, amplas e legais", de modo a não prejudicar o esforço de guerra do Governo.[69] Por essas posições, caiu em desgraça depois da guerra. Em 1954, no IV Congresso do PCB, Prestes o acusou de "liquidacionista" e de, com "todas as armas da injúria e da calúnia", difamar os dirigentes do partido, e de atuar ao lado de "conhecidos agentes do imperialismo norte-americano", a fim de impedir a entrada do Brasil na guerra.[70]

---

[69] Entrevista de Fernando de Lacerda concedida à revista *Diretrizes* (27 de maio de 1943), transcrita por Edgard Carone. *A Terceira República,* São Paulo, Difel, 1976, pp. 500 e 507. Outras informações sobre os irmãos Lacerda encontram-se em Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos,* John Foster Dulles Jr., *op. cit.* e Octavio Brandão, *Combates e Batalhas.*

[70] Cf. Luís Carlos Prestes, "Informe ao Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil", *Problemas,* dezembro de 1954 a fevereiro de 1955, nº 64, dedicado especialmente ao IV Congresso, pp. 92 e 93.

Astrojildo Pereira foi, certamente, o mais importante dirigente comunista dos anos 20. Seu nome completo era Astrojildo Pereira Duarte da Silva. Nasceu em 1890, em Rio Bonito, interior do Estado do Rio e tinha relações de parentesco com o Presidente Washington Luís. O pai era Médico e fazendeiro. Astrojildo estudou no aristocrático Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, por onde haviam passado Rui Barbosa e outros membros da elite brasileira. No terceiro ano do curso ginasial, Astrojildo abandonou os estudos para se tornar autodidata. Em 1911, um ano depois de ter aderido ao anarquismo, viajou para a Europa. Foi empregado de comércio, Jornalista, Revisor, Linotipista, negociante, Historiador e Crítico Literário. De 1922 a 1930 foi Secretário-Geral do partido. Depois de expulso do PCB, em 1930, casado com a filha de Everardo Dias, um velho militante operário, Astrojildo, decepcionado com o partido, retornou ao Estado do Rio, passando a cuidar de um negócio de venda de bananas por atacado que herdara do pai. Posteriormente, em 1945, foi "reabilitado" e admitido no Comitê Central, mas sem desempenhar um papel de primeiro plano. Após o golpe militar de 1964 foi preso. Morreu em 1965.[71]

Nessa relação, a pessoa de Leôncio Basbaum é contrastante, mas não excepcional. Embora nordestino, como grande parte dos dirigentes comunistas, Basbaum vinha de uma família de imigrantes judeus. Nascido em 1907, no Recife, formou-se em Medicina, em 1930, pela Faculdade Nacional do Rio. Os pais tinham vindo da Bessarábia, atualmente integrada à União Soviética. Depois de tentar outros negócios, o pai montou uma pequena loja e oficina de ourives. A família não era abastada, mas a situação não era de penúria, de modo que Basbaum pôde estudar e morar no Rio ajudado pela família. Em 1926, Leôncio Basbaum entrou para o PCB, aos 19 anos. Em 1928 foi enviado como Delegado ao V Congresso da Juventude Comunista Internacional, em Moscou. Nesta condição, participou também do VI Congresso da IC. Em 1927 já havia sido cooptado para o Comitê Central, um ano depois de aderir ao partido. Em julho de

[71] Os dados sobre a vida de Astrojildo foram retirados de várias fontes. Algumas informações encontram-se em John Foster Dulles Jr., *op. cit.*; outras, em Gilberto Freyre, *Ordem e Progresso* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1962, 2ª ed.), fornecidas pelo próprio Astrojildo respondendo a um formulário enviado por Gilberto Freyre. Ver especialmente as páginas CVI, 177 e 178, vol. I, e pp. 629 e 630 do vol. II. A informação sobre a relação de parentesco entre Astrojildo e Washington Luís é dada por Heitor Ferreira Lima no prefácio ao livro do próprio Astrojildo, *Ensaios Históricos e Políticos*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1979. Ver também Octavio Brandão, *Combates e Batalhas*, que apresenta uma descrição bastante crítica de Astrojildo (pp. 227 a 230).

1929, procurou Prestes e outros Tenentes em Buenos Aires, tentando convencer o Chefe da Coluna a se apresentar às eleições de 1930 em aliança com o PCB, sugestão que não foi aceita. Em 1933, depois de ter sido membro do Birô Político, foi acusado pelo novo Comitê Central de ser um dos culpados da "influência pequeno-burguesa" no PCB. Neste ano, recusando-se a fazer sua autocrítica, abandonou o partido, indo trabalhar como Gerente de uma filial da cadeia de lojas comerciais que a família possuía. Apesar de expulso, Basbaum continuou a auxiliar o PCB, contribuindo financeiramente e realizando certas tarefas ligadas à cúpula partidária. Em 1936, quando morava em Salvador, foi readmitido no Comitê Regional da Bahia. Depois de voltar para o Rio, manteve-se em constante ligação com a nova direção, apesar de relativamente marginalizado. Prestes, ao sair da prisão, ficou hospedado em sua casa durante dez meses. Depois de 1945, Basbaum integrou a Comissão Nacional de Finanças e realizou outras tarefas importantes. Entretanto, ao contrário de Astrojildo, não foi readmitido no Comitê Central, tendo-se ocupado principalmente de "arranjar finanças" para o PCB. Em 1957, rompeu definitivamente com o partido com o qual, na verdade, mantinha uma posição crítica desde 1948.

Apesar de formado em Medicina, Basbaum exerceu raramente a profissão. Intelectual autodidata e polígrafo, deixou vários trabalhos sobre filosofia marxista, História do Brasil, narrativas de viagem e um livro de memórias, publicado postumamente, do qual retiramos as informações sobre sua vida. Leôncio Basbaum representa o tipo do intelectual comunista de uma época em que o marxismo tinha escassa penetração nas estruturas acadêmicas dominantes. O fato de ser filho de imigrantes o diferencia da maior parte dos principais dirigentes comunistas da época e também dos anos posteriores. Contudo, cumpre notar que a comunidade judaica forneceu muitos militantes (e principalmente simpatizantes) para o PCB. Além de Basbaum, no período cumpriria citar, entre os judeus, Henrique Schechter, Manuel Karacik e outros que não tiveram a mesma importância que Basbaum.

A relação dos nomes acima pode levar a uma minimização da participação dos militantes de origem operária nas origens do PCB. Contudo, a proporção de trabalhadores manuais, em postos de relativa importância, foi elevada. Assim, por exemplo, Joaquim Barbosa, Alfaiate; João Pimenta, Gráfico e mulato; Minervino de Oliveira, também mulato e Operário marmorista; José Casini, Metalúrgico; Domingo Brás, Tecelão, ex-anarquista, autor de sonetos; Mário Grazini, Gráfico; Roberto Morena, Mar-

ceneiro, ou, mais exatamente, Entalhador etc. Entretanto, sobre este ponto, as seguintes observações devem ser feitas para uma correta avaliação da composição social da liderança comunista: em primeiro lugar, a maior parte dos trabalhadores manuais que se destacou no PCB, na década de 20, vinha do anarquismo e rompeu com o partido por volta de 1930; em segundo lugar, o Comando nunca esteve nas mãos dos Operários e, sim, dos intelectuais. Por exemplo, Roberto Morena, que começara como anarquista, um dos poucos dirigentes operários da velha guarda a permanecer toda sua vida no partido, sendo uma espécie de Operário-Símbolo do passado partidário, teve alguma importância como dirigente sindical, mas foi sempre pessoa de segundo escalão na máquina partidária durante a década de 1930 e teve pouca influência no PCB;[72] em terceiro lugar, amiúde, a inclusão de Operários em postos de relevo era mais para uso externo, a fim de servir como prova social do caráter proletário do partido. Assim, em 1932, no auge do "obreirismo", o Operário José Vilar, segundo narra Leôncio Basbaum em suas memórias, foi eleito Secretário-Geral por um curto período por indicação de Fernando de Lacerda, então quem realmente mandava no partido. Em quarto lugar, muitos dos dirigentes que apareciam como trabalhadores manuais deveriam mais exatamente ser classificados como intelectuais. Este é o caso de Heitor Ferreira Lima, que

[72] Roberto Morena era filho de imigrantes. Nasceu em julho de 1902. Muito jovem começou a militar no movimento sindical, como anarquista. Em 1919, foi um dos fundadores da União dos Trabalhadores da Indústria de Móveis. Aderiu ao comunismo por volta de 1923, tornando-se logo um militante profissional do partido. Em 1929, com 27 anos, foi um dos delegados brasileiros que participou da Conferência Sindical Latino-Americana, patrocinada pela Internacional Sindical Vermelha (Profintern). Em 1931, esteve em Moscou como delegado à reunião da Profintern. Em 1935, recém-chegado do Uruguai, onde estivera deportado depois de muitas prisões, apenas assistiu "como mero espectador" à insurreição da ANL. Em 1937, foi enviado para lutar na Espanha como membro da Brigada Internacional Garibaldi. Depois de viver por cerca de dois anos na URSS, voltou ao Brasil, em meados de 1941, sendo imediatamente preso. Depois de cumprir pena de um ano, retornou às suas atividades políticas. Em 1945, foi Secretário da CTB, fechada pelo Governo em 1947. Foi eleito Deputado federal em 1950 pela legenda do PST. Depois do término do mandato, continuou a atuar sempre na frente sindical do partido. Com o golpe de 1964, viajou para o Exterior, trabalhando na Federação Sindical Mundial, com sede em Praga, onde viveu os últimos 10 anos de sua vida. Morreu em 1978 nessa cidade. "Roberto Morena, 60 anos de militância sindical", artigo de Pedro Rodrigues baseado em entrevista pessoal com Roberto Morena, revista *Plural*, abril-junho de 1979, nº 4. Em John Foster Dulles Jr., *op. cit.*, há também informações sobre os primeiros anos da militância de Roberto Morena. No depoimento transcrito por Pedro Rodrigues, Morena aparece como filho de italianos enquanto, em J. F. Dulles Jr., ele é dado como tendo nascido na Espanha. O posto mais alto atingido por Morena dentro do partido foi o do Comitê Central, para o qual foi eleito apenas em 1960.

ocupou por algum tempo a Secretaria-Geral. Embora Heitor tivesse começado a vida como Alfaiate, logo depois, muito jovem, tornou-se profissional do partido. Após romper com o PCB, escreveu várias obras de história econômica do Brasil, inclusive um erudito estudo sobre as primeiras manufaturas no país *(Formação Industrial do Brasil. Período Colonial).* Foi colaborador assíduo da *Revista Brasiliense* e terminou sua vida profissional como assessor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Os elementos dominantes e decisivos na direção do PCB, no período que estamos examinando (e depois) não foram os Operários ou mesmo os militantes de origem judaica, mas os jovens intelectualizados das famílias tradicionais. Estes últimos, comparativamente, levavam ampla vantagem em termos de nível cultural para a compreensão das sofisticadas elaborações teóricas do marxismo, de informação e conhecimento da sociedade nacional, de tempo disponível para a militância, de apoio familiar quando a repressão tornava-se particularmente dura e, *last but not least,* de contato e relacionamento com as altas esferas políticas.

Embora talvez em menor proporção, a adesão ao PCB de jovens de famílias tradicionais em fase de declínio econômico continuou nas décadas posteriores.

No *Nordeste,* outro exemplo típico de intelectual de origem ilustre mas empobrecido que se ligou ao PCB é o de Paulo Cavalcanti. Autor de várias obras de ensaio literário e de monografias sobre Direito, Paulo nos dá um eloqüente e irônico retrato de suas origens. "Se de parte de minha mãe Olga, eu descendia espuriamente do Padre Roma, do lado de meu pai eu me originava dos clãs dos Cavalcantis, dos Uchoa Cavalcanti, dos Albuquerques Cavalcanti, senhores de engenho, das bandas de Escada, Município situado na zona canavieira de Pernambuco (...). O fato concreto é que, com tão afetadas tradições de civismo e fortuna, vaidade de alguns parentes, meus pais eram pobres. Daquelas gloríolas restava a mim e a minha esposa – minha prima, aliás – como relíquia, menos do que como patrimônio, um secular tamborete de madeira, de amarelo vinhático, com quatro pés, retacado, onde, assentada, uma preta velha, de nome Brásida, escrava de minha avó 'Dindinha', vendia tapioca na Praça Conde d'Eu, hoje Maciel Pinheiro, no Recife".[73]

Perdidas as terras e a fortuna, restavam o Estado e as relações sociais. O pai de Paulo Cavalcanti, aos 18 anos, arrumou emprego de funcionário

[73] Paulo Cavalcanti, *O Caso Eu Conto como o Caso Foi: Da Coluna Prestes à Queda de Arraes,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, p. 20.

público na Capatazia da Alfândega de Pernambuco, em 1890, para ser nomeado depois funcionário da Recebedoria do Tesouro, aí ficando até ser aposentado como segundo escriturário. "A função pública deixou-lhe dolorosas marcas, incuráveis, pelas quais todos nós pagamos, ele, minha mãe e os onze filhos. (...) Tomado de idéia fixa de perseguição, encerrou os anos de vida amargurado, falando só, insone, madrugada adentro, acusando uns e outros por suas desditas de funcionário, apelando para o jogo-do-bicho, para a loteria, para tudo quanto lhe parecesse um recurso, embora ilusório, de sustentação econômica, a fim de manter a família como ele sempre quis, bem alimentada e bem vestida".[74]

Paulo Cavalcanti, depois de curta temporada na Ação Integralista Brasileira, aproximou-se do PCB. Formado em Direito, posteriormente foi nomeado Promotor público numa pequena cidade do interior de Pernambuco. Depois da Segunda Guerra, foi duas vezes eleito Deputado estadual apoiado pelo PCB, no qual entrou formalmente em 1949.

Em *São Paulo*, os nomes mais conspícuos são os de Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto. O primeiro, como se sabe, é membro de uma das mais importantes famílias tradicionais brasileiras, os Silva Prado.[75] Apesar do declínio relativo do clã, Caio Prado Jr. conservou muitos recursos e propriedades, diferenciando-se neste aspecto dos membros das famílias tradicionais das regiões em decadência. Entrou para o partido pouco antes de 1932. Com cerca de 25 anos, foi Vice-Presidente da Aliança Nacional Libertadora, em São Paulo. Depois do malogro do levante, ficou preso dois anos. Solto, foi para Paris onde viveu de 1937 a 1939. Nas eleições de janeiro de 1947, foi eleito Deputado estadual pelo PCB, em São Paulo. Embora ligado ao partido, e apesar de ser reconhecido como o mais importante historiador marxista brasileiro, não teve posição de destaque na direção do PCB, da qual divergia no que diz respeito à caracterização da agricultura brasileira como "semifeudal".[76]

Elias Chaves Neto, parente de Caio Prado Jr., vinha também de uma importante família oligárquica do Estado de São Paulo. Quando jovem, durante a Revolução de 1932, ficou preso nas salas de duchas da casa do avô, palacete que havia passado a ser sede do Governo estadual, ou seja, o Palácio dos Campos Elísios. Formado em Direito, depois de ser advogado

---

[74] *Ibidem*, p. 22.

[75] Sobre os Silva Prado na história paulista e brasileira, ver Darrell E. Levi, *A Família Prado*, São Paulo, Cultura 70 – Livraria e Editora S.A., 1977.

[76] Entrevista de Caio Prado Jr. ao jornal O *Estado de S. Paulo*, 11 de junho de 1978.

das Empresas Elétricas Brasileiras, foi jornalista, tendo trabalhado na *Folha da Manhã*, n'*O Estado de S. Paulo*, e depois no jornal comunista *Notícias de Hoje*. Tal como Caio Prado Jr., e outros paulistas, não teve posição importante na direção nacional do PCB.[77]

Em *Minas*, onde o PCB nunca foi forte, Marco Antônio Tavares Coelho, que ascendeu no partido depois de 1964, representa outro caso do jovem membro de família tradicional que aderiu ao PCB no período da guerra. Formado em Direito, Marco Antônio nasceu em Belo Horizonte, em 1926. O pai, também bacharel de Direito, era alto Funcionário Público federal, de uma família de políticos de origem oligárquica. Na constelação familiar, o pai era um dos membros menos bem-sucedido. O avô paterno fora Juiz federal em Belo Horizonte; o avô materno tinha sido Senador. Um dos tios fora Governador do Amazonas e outros foram Deputados federais. Como Mário Alves, Jacob Gorender e outros jovens que passaram ao ativismo político no final do Estado Novo, a luta contra o fascismo constituíra uma motivação importante da adesão do PCB sob a influência dos êxitos soviéticos na guerra contra a Alemanha. Em 1952, depois de atuar em Minas Gerais, especialmente entre os trabalhadores das minas de Morro Velho, Marco Antônio foi enviado para São Paulo (1953), encarregado de cursos para militantes e, depois, para os quadros intermediários do partido. Voltando para Minas Gerais, aí permaneceu até 1958. No V Congresso foi eleito membro suplente do Comitê Central, passando a efetivo em dezembro de 1967. Em 1973 foi para a Comissão Executiva. Preso em janeiro de 1975, foi solto em dezembro de 1978 depois de brutalmente torturado. Foi expulso do partido ainda na prisão.[78]

Os "Tenentes" – Não foram apenas os jovens civis de famílias oligárquicas que aderiram ao PC. Na década de 30, grande número de militares entrou também para o partido. Ao contrário do que seria de esperar, em se tratando de um partido de "ideologia operária", não foi entre os soldados rasos que o PCB obteve maior influência, mas entre Tenentes e Capitães e, também, entre Sargentos e Cabos. Foi a ascensão dos militares nos escalões dirigentes do partido o fator decisivo na evolução posterior do movimento comunista no Brasil. Tenentes e Capitães vinham de um meio social notavelmente semelhante ao dos jovens civis, isto é, dos ramos

[77] Elias Chaves Neto, *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

[78] Marco Antônio Tavares Coelho, entrevista pessoal concedida em São Paulo, em 19 de

empobrecidos das antigas famílias que conservavam, apesar disso, alguma influência política e muitas vinculações com os círculos dominantes. Entre os Oficiais, além do próprio Prestes, caberia assinalar: Agildo Barata, Agliberto Vieira de Azevedo, os irmãos Silo e Ivo Soares Furtado de Meireles, Moésias Rolim, Roberto Alberto Bomilcar Besouchet, Trifino Correia, Henrique Oest, Carlos da Costa Leite, Ivan Ribeiro, Antônio Carlos Bento Tourinho, Apolônio de Carvalho, Dinarco Reis, Sócrates Gonçalves da Silva, Álvaro de Souza, Lamartine Correia de Oliveira, Francisco Antônio Leivas Otero etc. As informações disponíveis indicam que muitos militares vinham de famílias ainda mais empobrecidas do que a dos "intelectuais", a ponto de não haver, em alguns casos, nem mesmo recursos para financiar a obtenção de um diploma universitário para uma carreira civil considerada digna (Engenharia, Medicina e Advocacia, basicamente). Este fato, e às vezes a tradição militar da família, colocava o Exército (ao lado da Igreja) como uma das poucas vias para a manutenção de *status* e influência em regiões carentes de alternativas mais promissoras no comércio ou na indústria.

O caso de Prestes e de Agildo são muito semelhantes, inclusive pela tragédia do falecimento dos pais quando ambos eram crianças.[79] Prestes nasceu em Porto Alegre, em janeiro de 1898. Do lado materno, vinha de uma família aristocrática, os Freitas Travassos. Jorge Amado acentua, no entanto, que um dos bisavôs tinha origem humilde, sendo calafate. Apesar disso, conseguiu que o filho, Antônio Pereira Prestes, avô de Luís Carlos, estudasse e chegasse a juiz, "o mais estimado e conceituado dos juízes de Porto Alegre", segundo Jorge Amado. O Dr. Prestes morreu muito cedo, quando Antônio, pai de Luís Carlos, não tinha ainda 10 anos. Aos 13, Antônio Pereira Prestes fugiu de casa para sentar praça. Conseguiu depois entrar na Escola Militar do Rio, de onde saiu Oficial. Morreu também muito moço, quando Luís Carlos era criança. A mãe, Dona Leocádia Prestes, vinha de uma família de abastados comerciantes e cursara a Escola Normal. Depois da morte do marido, Dona Leocádia passou por muitas dificuldades para prover o sustento de Luís Carlos e mais quatro filhas, passando a costurar para fora e a dar aulas de música e de francês.

[79] Sérgio Micelli, comparando a carreira dos militares e escritores brasileiros, chama a atenção para certos estigmas e desgraças familiares, como a morte prematura do pai, na determinação profissional dos jovens. Cf. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, São Paulo, Difel, 1979. Ver também, do mesmo autor, *Poder, Sexo e Letras na República Velha* (São Paulo, Perspectiva, 1977), onde se comparam a carreira e a origem familiar de alguns Tenentes e escritores.

Nessas circunstâncias, ao contrário do que seria o desejo da mãe, Luís Carlos Prestes não pôde estudar Medicina e teve que optar, tal como o pai, pela carreira das armas. Entrou para a Escola Militar, de onde saiu, em 1920, Tenente de Engenharia.[80]

Agildo, cujo nome completo era Agildo da Gama Barata Ribeiro, era carioca, de importante família oligárquica, da qual se orgulhava bastante. Segundo o próprio Agildo descreve em suas memórias, a mãe "pertencia a uma família típica da quatrocentona e decadente 'aristocracia rural' brasileira". O bisavô, Luís Teixeira de Barros – escreve Agildo –, fora um dos cinco maiores produtores de café do mundo. O pai, baiano de nascimento, era Oficial da Marinha e Engenheiro Naval. O tio paterno, apesar de Médico, tinha sido Ministro do Supremo Tribunal e o primeiro Prefeito do Rio, então Distrito Federal. Apesar do passado ilustre, Agildo teve uma infância pobre. O pai faleceu quando ele tinha sete meses. Para suprir o "minguado montepio militar", a mãe, Dª Maria Gabriela (que, segundo Agildo, falava e escrevia correntemente em cinco idiomas), passou a dar aulas, a bordar e costurar para fora; mais tarde, passou a fornecer marmitas e a alugar casarões, sublocando os quartos para pensionistas. Apesar do esforço materno, a família vivia com grandes dificuldades. Acionando a rede de relações sociais e de influência da família, Dª Maria Gabriela conseguiu matricular o filho gratuitamente no Colégio Militar. Morreu tuberculosa quando Agildo estava no terceiro ano do colégio.[81]

Os "Sargentos" – Neste mesmo período, entraram também para o PCB, mas aparentemente em menor número, alguns Cabos e Sargentos. Ao contrário dos Oficiais, vinham eles das camadas mais baixas da população, alguns dos quais filhos de lavradores. Se para Tenentes e Capitães a entrada para a Academia Militar constituía uma tentativa de preservar status e influência, para os escalões inferiores sentar praça era uma maneira de assegurar a sobrevivência em regiões em que as possibilidades de

[80] Jorge Amado, *O Cavaleiro da Esperança. Vida de Luiz Carlos Prestes*, Rio de Janeiro, Record, 1979 (2ª ed.)

[81] Agildo Barata, *op. cit.* Os Tenentes não-comunistas tinham também as mesmas origens sociais e regionais. João Alberto, por exemplo, vinha de uma família de onze filhos. O pai, Professor do magistério secundário no Recife, lutava com muita dificuldade para o sustento da família. Cf. João Alberto Lins de Barros, *Memórias de um Revolucionário*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d. Juarez Távora nasceu numa fazenda, no Ceará. Era o 15º filho de uma família sertaneja de boa estirpe, mas pobre. Juarez Távora, *Uma Vida e Muitas Lutas. Memórias*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, 2ª ed.

emprego eram reduzidas. Tal é o caso de Davino dos Santos e Gregório Bezerra, ambos nordestinos, de famílias paupérrimas, e também de José Maria Crispim, nortista de nascimento, mas cujos pais eram também do Nordeste, onde Crispim foi criado.

Davino dos Santos nasceu no interior da Bahia. Aos nove anos ficou órfão de pai, passando a mãe a ocupar-se da roça. Mais tarde – padrão que se repete – conseguiu adquirir uma máquina de costura para tentar ganhar algum dinheiro costurando para fora, a fim de pagar os primeiros estudos dos filhos. Aos 16 anos, Davino dos Santos sentou praça, aproveitando um recrutamento feito pela Força Pública paulista, que procurava homens para servir em São Paulo. Começando como Soldado, Davino dos Santos chegou a Capitão. Militante do PCB em São Paulo, terminou por ser preso e expulso da Força Pública em 1937. Mais tarde, rompeu com o partido.[82]

Gregório Bezerra nasceu em 1900, numa pequena cidade do interior de Pernambuco. Por volta dos sete anos, perdeu o pai e a mãe, tendo ficado algum tempo em companhia da avó. Aos 10 anos, emigrou para o Recife para trabalhar como um "verdadeiro escravo" na casa de uma família de latifundiários. Aprendeu a ler aos 25 anos, no Exército, depois de ser carregador e vendedor de jornais. Por falta de emprego, emigrou para o Rio e entrou para o Exército. Conseguiu, à custa de muito sacrifício, entrar para a Escola de Sargentos, de onde saiu como sargento-instrutor. Em 1930 aderiu ao partido, tendo sido um dos organizadores do levante de 1935.[83]

José Maria Crispim, também Sargento, nasceu no Pará, em 1911. O pai foi seringueiro, mestre de saveiro. Mais tarde, no Ceará, virou construtor de casas populares. De Fortaleza, para onde fora acompanhando o pai, José Maria mudou para o Rio, onde entrou para a Escola de Sargentos. (Ao contrário de Gregório Bezerra, José Maria Crispim chegou a terminar a escola elementar.) Entrou para o partido em 1934. Em

[82] Cap. Davino dos Santos, *op. cit.*

[83] Anistiado em 1945, Gregório Bezerra foi eleito Deputado federal pelo PCB. Em 1964, foi novamente preso, e "banido" em 1969, "trocado" pelo Embaixador norte-americano seqüestrado. Na cadeia, Gregório Bezerra sofreu as maiores violências. Juntamente com Agliberto Vieira de Azevedo foi um dos comunistas que mais tempo ficou preso. Agliberto, por sua vez, Tenente formado pela Escola Militar do Realengo, vinha de uma família de médios proprietários de plantação de cana no Sergipe. Passou aproximadamente a metade de sua vida de militante comunista na prisão. Informações sobre a bibliografia de ambos encontram-se em R. Chilcote, p. 183 a 186. Informações sobre Gregório Bezerra encontram-se em sua autobiografia, *op. cit.*

dezembro de 1935 foi preso e transferido para a Casa de Detenção. Em 1937 foi solto, veio para São Paulo, passando a integrar, em 1939, o Comitê Regional. Em 1941 foi novamente preso, sendo libertado com a anistia de 1945. No ano seguinte foi para o CC, aos 35 anos. Nas eleições de dezembro de 1945, depois de Prestes, foi o candidato mais votado do PCB, com mais de 35 mil votos obtidos em São Paulo. Rompeu com o PCB em 1952.[84]

Comunismo e nacionalismo: a intelligentsia *e o Tenentismo* – Como vimos, na década de 30, a radicalização de uma parte da jovem oficialidade permitiu a penetração do PCB no Exército, ou do Exército no PCB. Certamente, a situação da instituição militar, na época, explica em grande parte a adesão dos militares ao PCB e à Aliança Nacional Libertadora. Não caberia examinar aqui as características das Forças Armadas brasileiras no período que estamos examinando. Queremos observar, apenas, que os Tenentes, no corpo de Oficiais, de 1889 a 1929, corresponderam sempre a aproximadamente 65% do total. Em 1929, Tenentes e Capitães, conjuntamente, representavam 87% do total de Oficiais (para fins de comparação: em 1972, a proporção de Tenentes no corpo de Oficiais era de 13% e a de Capitães, 37%). Havia um engarrafamento nos escalões iniciais do oficialato de uma instituição que passava, desde a década anterior, por um processo de crise interna.[85] A aproximação do PCB com Tenentes e Capitães pôde realizar-se tanto mais facilmente quanto as lideranças comunistas e os jovens militares possuíam muitas características comuns que favoreciam a mútua identificação. Além do mesmo meio social e da idade, também em termos regionais, as origens eram as mesmas, fornecendo o Nordeste, seguido do Rio Grande do Sul, o maior contingente de militares para o oficialato. Coincidentemente, tanto entre os Oficiais do Exército como entre os principais dirigentes comunistas, a proporção de paulistas e mineiros, dos Estados mais populosos e importantes da Federação, foi sempre insignificante.

---

[84] Entrevista pessoal concedida em Roma, em 21/12/1978.

[85] Os dados foram retirados de José Murilo de Carvalho, que chama a atenção para as dificuldades de ascensão da jovem oficialidade, numericamente predominante. Nota o autor que o "conflito básico no Exército se dava entre estes Oficiais subalternos e os Oficiais superiores". Ver "As Forças Armadas na Primeira República", *in*: *O Brasil Republicano*, vol. 9, *História Geral da Civilização Brasileira* (direção de Boris Fausto), São Paulo, DIFEL, 1977. Cf. também Edmundo Campos Coelho, *Em busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1976; e Alfred Stepan, *Os Militares na Política*, Rio de Janeiro, E. Artenova, 1975.

O rápido êxito da Aliança Nacional Libertadora e sua repercussão na política brasileira deveram-se ao fato de agrupar personalidades preeminentes da vida nacional em torno de seu programa. Em muitos aspectos, a ANL significou a união política da *intelligentsia* de Esquerda com a oficialidade nacionalista. Nesta aliança, o PCB, através da Internacional Comunista, ofereceu um sistema de interpretação da realidade brasileira e de explicação do atraso econômico do país bastante integrado e convincente para a jovem oficialidade.

Assim, entre os seis principais fundadores da ANL, três eram militares e três civis. Entre os militares, Hercolino Cascardo, antigo "Tenente", havia liderado, em 1924, a revolta do encouraçado "São Paulo" contra o Presidente Bernardes e fora um dos fundadores do "Clube Três de Outubro". Anteriormente, nomeado por Getúlio Vargas, tinha sido Interventor no Rio Grande do Norte; Roberto Henrique Sisson, Secretário-Geral da ANL, era Oficial da Marinha, onde alcançara um alto posto, tendo sido Secretário de uma missão naval na Europa; o Vice-Presidente da ANL era o Capitão do Exército, Amorety Osório. Dentre os civis fundadores da Aliança, encontravam-se o Jornalista Benjamin Soares Cabello; Manuel Venâncio Campos da Paz, Médico, de tradicional família do Rio Grande do Sul, e Francisco Mangabeira, de uma importante família de políticos baianos.

Posteriormente, foram incluídos na direção: Ivan Pedro de Martins, estudante de Direito; Abguar Bastos, Deputado federal, e Rubem Braga, Jornalista. Em São Paulo, na liderança da ANL estavam o General Miguel Costa[86] e Caio Prado.

No Sul, Agildo Barata assim descreve a composição da direção da ANL: "No Rio Grande do Sul, organizamos uma comissão provisória e lançamo-nos em campo. Faziam parte desta comissão: o Dr. Dyonélio Machado (Médico de nomeada, Diretor do Hospital São Pedro e escritor de renome), Dr. Aparício Cora de Almeida (meu antigo colega de turma no Colégio Militar, Advogado brilhante, reputado na época o maior criminalista de Porto Alegre), o Dr. João Antônio Mesplê (Advogado e Jornalista), o Operário Pedro (ex-Sargento do Exército, líder sindical), o Tenente Cícero Carneiro Neiva (Oficial do Exército) e eu. Os três cargos

[86] Miguel Costa, um dos iniciadores da revolta militar de 5 de julho de 1924 e um dos Chefes da Coluna Prestes, fundaria mais tarde um Partido Socialista. Segundo Caio Prado Jr., Miguel Costa era o Presidente da ANL, "mas nunca atuou muito". Entrevista a *O Estado de S. Paulo.*

principais – Presidente, Vice-Presidente e 1º Secretário – deveriam caber, respectivamente, a Dyonélio, a mim e ao Dr. Aparício C. de Almeida".[87]

Outra indicação da composição social da ANL aparece na formação da Liga pela Defesa da Cultura Popular, patrocinada por ela. No manifesto anunciando sua fundação, aparecem Rubem Braga, Jornalista; Brasil Gérson, Jornalista; Acrísio Viana, Advogado; Sadi Garibaldi, Jornalista; Genolino Amado, Advogado; Benjamin Soares Cabello, Jornalista; Antônio M. F. Guimarães, Engenheiro; Carlos Lacerda, estudante; Maria Werneck de Castro, Advogada; Aníbal Machado, Escritor; Nélson Tabajara, Cônsul; Aparício Torelli, Publicista; Mário de Souza Martins, Advogado; Maurício de Lacerda Filho, Médico; Alfredo Tomé, Jornalista; Santa Rosa, Desenhista; Murilo Miranda, estudante.[88]

Certamente, a maior parte dos membros da ANL – como ocorre freqüentemente nos movimentos de massa – não tinha a mesma origem, nível de instrução e posição social de seus dirigentes. Ademais, a composição social da ANL variava segundo a região do Brasil. Para o Distrito Federal, Robert Levine, utilizando as estatísticas da própria ANL, apresenta a seguinte distribuição:

Industriais, comerciantes, profissionais liberais e Oficiais das Forças Armadas, 37%
Operários e Soldados, 52%
Indeterminados (incluindo 1,5% de "agricultores"), 11%.

Observa Levine que as estatísticas da ANL são difíceis de interpretar porque classificam todos os assalariados como "Operários", não diferenciando entre trabalhadores de fábricas, não qualificados, e os empregados de escritório.[89] Na distribuição acima, os profissionais liberais e os Oficiais das Forças Armadas estão incluídos junto com os proprietários, enquanto os Operários aparecem junto com os soldados. De acordo com Levine, de 416 pessoas aprisionadas em São Paulo por terem militado na ANL, 65% diziam-se Operários. Dentre eles, 90% aproximadamente eram trabalhadores qualificados, principalmente Gráficos e Operários da construção civil. É possível que esta aparente predominância de trabalha-

[87] Agildo Barata, *op. cit.*, pp. 238 e 239. Observe-se que o "ex-Sargento, líder sindical", não deveria ser pessoa importante na liderança gaúcha da ANL, pois é o único cujo sobrenome é esquecido por Agildo Barata.
[88] Hélio Silva, *op. cit.*, p. 147.
[89] R. Levine, *op. cit.*, p. 69.

dores manuais reflita a composição da Aliança em São Paulo. No conjunto, Levine considera a ANL basicamente como um movimento de "classe média" e "classe média baixa". Leôncio Basbaum, no mesmo sentido, afirma que 70% dos partidários da ANL pertenciam às "classes médias".[90]

É difícil uma avaliação mais precisa da composição social da Aliança. As informações disponíveis sugerem que, provavelmente, na base, fosse mais significativa a presença das classes populares. As cúpulas dirigentes, contudo, são claramente formadas por intelectuais, profissionais liberais, Jornalistas, Professores e, sobretudo, por militares. São esses setores sociais que tomam o lugar, na década de 30, das anteriores lideranças operárias de origem estrangeira e que irão compor o movimento de Esquerda na década de 30 e nos períodos subseqüentes. Em múltiplos aspectos, esta aliança da *intelligentsia* com os militares constituiu a rebelião de uma nova geração que ascendia à vida política rejeitando os antigos valores liberais da década anterior.

A composição social da "nova esquerda" das classes médias tradicionais e sua estratégia de sobrevivência e de readaptação ao mundo urbano e capitalista aparecem no programa da ANL. Neste sentido, dois aspectos chamam a atenção: em primeiro lugar, a inexistência de referências ao funcionamento da máquina estatal, à sua baixa produtividade, ao excesso de funcionários ineficientes, ao autoritarismo e à prepotência dos burocratas etc. É também significativa a preferência constante pelas "soluções" que implicam, explícita ou implicitamente, o reforçamento do poder estatal. É flagrante o contraste com o velho movimento anarquista, que via na "abolição" do Estado a panacéia para os problemas sociais.

O segundo ponto a ser assinalado é a predominância de uma temática de desenvolvimento econômico e de afirmação da soberania nacional, inexistente no universo ideológico do anarquismo. No programa da ANL, as reivindicações de caráter social, sindical ou operário são praticamente inexistentes. As escassas referências à questão operária limitam-se a certos aspectos de proteção ao trabalhador, que não vão mais além do que determinava a legislação trabalhista de Vargas.[91]

[90] Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*, vol. III, p. 73.

[91] No tocante ao trabalhador, a ANL prometia: jornada de trabalho de oito horas; seguro social (aposentadoria etc); aumento de salário; salário igual para igual trabalho; garantia de salário mínimo e "satisfação dos demais pedidos do proletariado". Abguar Bastos, *op. cit.*, pp. 311-312. Prestes, no seu manifesto em prol da ANL, dirige-se "à população trabalhadora de todo o Brasil, ao soldado, ao democrata honesto, ao nortista, ao nordestino, ao camponês, aos brasileiros". Não há referência específica à classe operária ou ao proletariado fabril.

As lideranças aliancistas e comunistas – por suas origens, pelas posições que ocupavam na sociedade brasileira – estavam distantes das classes populares. A sua familiaridade com o Poder, a experiência de participação em movimentos militares anteriores possivelmente as faziam acreditar que as mudanças sociais e políticas conduzidas pelo Estado – conquistado por uma minoria decidida e organizada – seriam mais factíveis do que aquelas que poderiam resultar de um longo e penoso trabalho entre as novas massas urbanas, especialmente entre a nova classe operária, formada predominantemente por trabalhadores que chegavam da agricultura, apáticos, desorganizados e pouco reivindicativos. Deste modo, no plano da ação, houve o abandono de uma orientação voltada para a "sociedade civil", para o fortalecimento dos sindicatos e autonomia das associações operárias, para as lutas eleitorais e para a consolidação dos mecanismos da democracia política em troca de uma orientação que visava a influenciar segmentos das classes superiores e médias e que a mistura de stalinismo e Tenentismo transformou na quartelada de novembro.

Ao contrário das antigas lideranças operárias, os novos dirigentes da Esquerda, por relações sociais ou de parentesco, possuíam, como já observamos, muitas conexões com os círculos dominantes, dos quais, na verdade, constituíam a franja mais jovem e inferior.[92]

Assim, por exemplo, Manuel Venâncio Campos da Paz (da direção da ANL) vinha de uma família de políticos republicanos; na família de Francisco Mangabeira (também da ANL) havia Ministros e Deputados.

O mesmo tipo de laços de parentesco, de vinculações sociais e de relações de amizade com as altas-rodas e com a elite politicamente dominante pode ser encontrado também entre os militares comunistas da ANL. O Tenente Lamartine Coutinho Correia de Oliveira, um dos líderes do levante do Recife, era sobrinho de Nélson Coutinho, na ocasião Secretário da Justiça de Pernambuco;[93] no Rio, o Tenente gaúcho Francisco Antônio Leivas Otero, que tivera importante papel na sublevação do 3º R. I., era irmão de Augusto Leivas Otero, então Secretário do Presidente Getúlio

[92] Exilado em Paris, depois de sair da prisão, Caio Prado Jr. ficou hospedado de 1937 a 1939 no mesmo hotel onde se encontrava também Washington Luís, o ex-Presidente deposto pelo golpe de Vargas, e considerado o representante máximo da oligarquia brasileira. "Como havia laços de família entre nós, e como ele estava muito sozinho e desolado, gostava de conversar comigo. Era um homem de grande experiência política e também de grande habilidade, de modo que aprendi muitas coisas políticas com ele." Depoimento de Caio Prado Jr. a *O Estado de S. Paulo*.

[93] John Foster Dulles Jr., *op. cit.*, p. 526.

Vargas.[94] O próprio Prestes, em razão de seu passado tenentista, tinha tido muitas relações com os grupos que, depois de 1930, passaram a controlar o Governo federal. Deste modo, por ocasião da formação da ANL, pôde escrever longas cartas aos antigos companheiros de luta militar – muitos dos quais ocupavam importantes postos na administração pública –, convidando-os a aderir a um movimento revolucionário patrocinado pelo PCB e comandado pela Internacional Comunista. Exemplo neste sentido é a carta dirigida por Prestes a Pedro Ernesto, ex-Tenente, então Prefeito do Distrito Federal. Na carta, Prestes, já membro da Comissão Executiva da IC explicava que a ANL estava sob sua "direção pessoal" e solicitava ao Prefeito que colocasse à disposição da Aliança "os recursos de que dispunha".[95]

Incorporando elementos de longa tradição política e integrados na vida nacional, a ANL de certo modo viria "nacionalizar" a Esquerda brasileira e retirá-la do gueto em que se encontrava encerrada. O anarcossindicalismo e o movimento operário dos anos anteriores tinham produzido um movimento social, mas não um movimento político. Em outras palavras, as reivindicações profissionais e sociais, relacionadas às condições de vida e de trabalho dos Operários estiveram desvinculadas de uma luta mais ampla, voltada, se não para a conquista do poder, pelo menos para influenciar o sistema de decisão.

O anarcossindicalismo e o movimento operário das duas décadas anteriores, embora introduzissem uma problemática social, não haviam conseguido fazer com que suas reivindicações ultrapassassem o plano econômico em direção ao sistema político. O PCB, que levantou uma temática nacional, tentou sair da marginalidade e do isolamento que uma política voltada exclusivamente para a classe operária e as massas populares acarretava. Considerando a pequena importância do proletariado industrial na sociedade brasileira, o estado de desorganização e passividade dos

[94] Hélio Silva, *op. cit.*, p. 334 e Agildo Barata, *op. cit.*, p. 275.

[95] Hélio Silva, *ibidem*, p. 428. Pedro Ernesto foi posteriormente considerado culpado de subversão. Condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional a três anos e quatro meses de prisão, cumpriu apenas parcialmente a sua pena em razão de seu precário estado de saúde. O grau de envolvimento de Pedro Ernesto com o levante não está claramente comprovado. A respeito do assunto escreve A. Bastos: "Sobre o apoio tático ou decidido de Pedro Ernesto à conspiração de novembro há uma incógnita. Parece que se tinha efetivamente comprometido e que, à última hora, recuara", *op. cit.*, p. 333. Mais reveladora ainda do caráter da ANL é a afirmação do Major "prestista", Carlos da Costa Leite, de que havia convidado o Comandante Ari Parreiras, Governador do Estado do Rio, e Filinto Muller, ex-Tenente, e na época Chefe da Polícia, a aderirem ao levante. Cf. John Foster Dulles Jr., *op. cit.*, p. 522, nota 3.

setores populares e as dificuldades da atuação entre os trabalhadores agrícolas, a participação na "grande política" só poderia efetuar-se através de uma penetração do partido nas frações das classes médias e das classes superiores. Em vez de procurar consolidar-se "para baixo", o PCB procurou crescer "para cima", embora continuasse a usar a retórica marxista do proletariado, que servia para legitimar a pretensão de hegemonia do partido no interior da "frente única".

Apesar de ter conseguido sensibilizar intelectuais, militares e outros setores das classes médias, a ANL não conseguiu criar raízes entre o proletariado fabril e as novas camadas populares urbanas. Colocada na ilegalidade, ela desapareceu imediatamente como movimento de massas. Por sua vez, a maior parte dos membros da "nova Esquerda" – uma vez passada a fase do ativismo contestatório e do correspondente castigo – tendeu a encontrar um lugar de destaque nos círculos dominantes, ao contrário das antigas lideranças de origem popular que simplesmente desapareceram da cena política. Entre os membros do PCB nas décadas de 20 e 30, Corifeu de Azevedo Marques foi, posteriormente, Diretor de um jornal dos *Diários Associados*, tal como Hermínio Sachetta, que foi Redator e Diretor de vários jornais importantes de São Paulo; Rubem Braga e Rachel de Queiroz transformaram-se em escritores de renome. Outros obtiveram posições importantes no aparelho estatal: Francisco Mangabeira foi Presidente da Petrobras; Soares Cabello obteve um alto posto no funcionalismo federal; Cascardo, em 1967, obteve o posto de Almirante; Josias Carneiro Leão foi Embaixador do Brasil; Carlos Lacerda, Jornalista, foi depois político e Governador do Rio de Janeiro.

Citamos apenas alguns casos, porém muitos e muitos outros poderiam ser acrescentados, o que não significa que todos tenham podido "reintegrar-se à sociedade". De modo geral, para os que estiveram fortemente comprometidos no levante armado, isto é, os militares, as punições foram mais duras e muitos continuaram no PCB desempenhando um papel importante na liderança partidária nas décadas seguintes (Agildo Barata, Agliberto Vieira de Azevedo, Apolônio de Carvalho, Ivan Ribeiro, David Capistrano etc).

3. O FINAL DO ESTADO NOVO E A LEGALIDADE

O malogro de novembro, as prisões, tanto dos principais dirigentes que participaram dos combates como de Prestes e seus assessores da Internacional Comunista, debilitaram mas não liquidaram o PCB, que continuou a funcionar, inclusive nos Estados em que houve a sublevação dos

quartéis e a repressão foi mais intensa. As prisões envolveram principalmente os militares recém-entrados para o partido e muitas personalidades publicamente relacionadas com a ANL. O aparelho "civil" do partido, que sempre se mantivera na clandestinidade, foi preservado.[96] Apenas em 1940, quando ocorreu a prisão de praticamente todo o Comitê Central é que o PCB, já enfraquecido pela cisão de Sachetta, foi praticamente liquidado, permanecendo até começos de 1943 sem uma direção nacional.

A cisão de Sachetta em São Paulo – Em meados de 1937, o PC sofreu novo conflito interno, que terminou com a saída de vários dirigentes importantes do Comitê Regional de São Paulo. O núcleo das divergências, em torno do qual se constituíram duas tendências, dizia respeito à política a ser seguida na campanha eleitoral para a Presidência da República, onde se apresentavam as candidaturas de José Américo de Almeida e de Armando Salles de Oliveira. Lauro Reginaldo da Rocha ("Bangu"), Professor primário do Rio Grande do Norte, o novo Secretário-Geral que substituíra Miranda, preso em começos de 1936, entendia que o PCB devia apoiar a candidatura de José Américo. O Comitê Regional de São Paulo, dirigido por Hermínio Sachetta,[97] também membro do Birô Político Provisório, opôs-se à orientação defendida por "Bangu".[98] As divergên-

[96] Sobre este ponto há o depoimento de Gregório Bezerra: "Devo dizer que o partido, em geral, ficou intacto. À exceção de Silo Meireles, Caetano Machado e Mota Cabral, que estavam presos, a maioria da direção nada sofreu. Muitos elementos que eram do partido e foram presos, logo foram libertados, pois nada se apurou contra eles, nem a Polícia os conhecia como comunistas. Na caserna, onde maiores foram os danos, ficou uma grande parte de Sargentos, Cabos e Soldados, que também não foram descobertos, além dos que foram presos e depois soltos, porque nada fora apurado contra eles (...) Praticamente, o setor operário do partido nada sofreu como organização. As organizações de base, distritais e de zona também quase nada sofreram. O partido no Nordeste, em geral, ficou intacto. Só o setor militar, no Exército, foi duramente atingido." Gregório Bezerra, *op. cit.*, vol. I, p. 250.

[97] Hermínio Sachetta era filho de imigrantes italianos. Nasceu em São Paulo em 1909. Entrou para o partido em 1933. Depois de trabalhar um período como Professor, passou a Jornalista, tendo ocupado importantes posições nos principais jornais de São Paulo. Depois de sair do PCB, aderiu ao trotskismo; em 1954 rompeu com a IV Internacional (entrevista pessoal realizada em São Paulo, em 7 de setembro de 1978).

[98] Segundo Leôncio Basbaum, que na ocasião se encontrava no Comitê Regional da Bahia, o Comitê Regional de São Paulo optara pelo apoio à candidatura de Armando de Salles, enquanto "no Rio e no Norte, em geral" os comunistas inclinavam-se por José Américo. Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*, pp. 164, 165 e 173. Davino Francisco dos Santos, na época importante militante do setor militar do PCB, atuando na Força Pública, informa que Sachetta e o comitê regional paulista preferiam Armando Salles. Esta versão, contudo, é desmentida por Sachetta que, em entrevista pessoal, nos afirmou que sempre tinha sido favorável a que o partido tivesse uma orientação independente do apoio a qualquer das candidaturas.

cias acirraram-se na reunião da direção nacional de agosto de 1937, pouco antes do golpe que instaurou o Estado Novo. Da questão eleitoral, as discussões estenderam-se para questões mais gerais, relacionadas com o papel do PCB na "revolução nacional-libertadora". Em São Paulo, acompanharam as posições de Sachetta: o ex-Alfaiate da "velha guarda", Heitor Ferreira Lima, o Advogado Alberto da Rocha Barros, o Médico Hílio Manna de Lacerda, o escritor Tito Batini e Issa Maluf. Como último remanescente da direção eleita em 1934, "Bangu" reivindicava a Secretaria-Geral do partido. A facção paulista conseguiu inicialmente obter a maioria contra "Bangu" que contava então com o apoio de Eduardo Ribeiro Xavier ("Abóbora"), do então estudante Joaquim Câmara Ferreira, e de "André", um marítimo do Rio de Janeiro. Sob a liderança de Sachetta, formou-se um Comitê Central Provisório, que destituiu "Bangu" da Secretaria-Geral. Contudo, este obteve o apoio dos comitês regionais do Nordeste e de uma parte da "sub-regional" do Triângulo Mineiro. No Estado de São Paulo, apenas na região da Noroeste, um pequeno grupo de militantes, liderados por Davino dos Santos, permaneceu ao lado de "Bangu".

A facção de Sachetta acusou a de "Bangu" de se encaminhar para "formas de colaboração aberta com o fascismo getulista".[99] Às acusações de "oportunismo direitista", "Bangu" retrucou lançando sobre a tendência contrária o epíteto de "trotskistas" e "golpistas", repelido com energia pelo Comitê Central Provisório, que acusava o "grupo de 'Bangu', André e Cia." de organizar uma "maioria artificial" a seu favor.[100]

A Internacional Comunista, diante da luta interna no partido brasileiro, apoiou a facção de "Bangu". A rádio de Moscou passou a atacar oficialmente a facção de Sachetta, além de revelar a identidade legal de seus membros. A maior parte dos comitês regionais e dos militantes passou então para o lado de "Bangu". Sachetta foi preso em 1938, em processo de rompimento com o partido. Na ocasião, abandonaram também o PCB: Issa Maluf, Heitor Ferreira Lima, Tito Batini, Alberto de Rocha Barros, Hílio Manna de Lacerda e outros.[101]

---

[99] *Lenine e a disciplina do partido. A obra do fracionismo oportunista em nossas fileiras*, documento mimeografado de dezembro de 1937, publicado pelo Comitê Central Provisório do PCB.

[100] *Por uma Linha Marxista-Leninista. O Significado da Luta Interna no Partido Comunista do Brasil da Convenção de Moroe ao golpe Getulista-Integralista*, documentos mimeografados editados pelo Comitê Central Provisório do PCB, dezembro de 1937.

[101] Além dos documentos acima citados, o relato da luta interna de 1937 está baseado em depoimento pessoal de Hermínio Sachetta e de outro antigo militante que preferiu permanecer no anonimato. Uma descrição dos acontecimentos encontra-se também nas memórias do Cap. Davino Francisco dos Santos, *op. cit.*, pp. 225 e 226.

Logo depois, "Bangu", Eduardo Ribeiro Xavier, Joaquim Câmara Ferreira e quase todos os membros do Comitê Central foram encarcerados. Em começos de 1941, prosseguindo a ofensiva da Polícia Política, "caiu" o novo Comitê Regional de São Paulo. Nesta ocasião, foi capturado o antigo militante do PCB, Domingo Brás, tecelão e ex-anarquista, um dos poucos membros do Comitê Central que conseguira escapar das prisões de 1939-1940. Em 1941, todos os principais dirigentes comunistas em São Paulo estavam presos: José Maria Crispim, Frederico Bonimani, Mário Barbati, João Raimondi, Clóvis de Oliveira Neto e Domingos Pereira Marques.[102] Com a prisão de sua direção nacional e de seus principais dirigentes regionais, o PCB só viria a se rearticular em fins de 1942 ou começos de 1943 com a ascensão de um novo grupo à Chefia do partido.[103]

A CNOP e a Conferência da Mantiqueira – A entrada do Brasil na guerra afetou as condições políticas internas, afrouxando a repressão contra o partido e outras tendências políticas de oposição ao Governo Vargas. Por volta de 1943, como mencionamos, o PCB começou a se reorganizar através da iniciativa de grupos regionais que haviam estado relativamente desarticulados. A nova conjuntura política nacional, afetada pela aliança entre os EUA e a URSS e outros países aliados na guerra contra o Eixo, introduziu um elemento novo a ser levado em consideração na orientação do PC brasileiro (e de outros países). Até então o PCB combatera o Estado Novo, suspeito de simpatizar com os regimes fascistas. Agora, o Governo brasileiro declarava guerra à Alemanha e à Itália. Como se conduzir diante deste Governo que tomava posição ao lado das "potências democráticas" e, conseqüentemente, da URSS? Em torno dessa e de outras questões, o que sobrara do PCB dividiu-se em três tendências principais.

No Rio de Janeiro, um grupo de antigos e novos militantes reivindicava a liderança do partido. Esse grupo preconizava o apoio a Vargas, uma vez que o Brasil havia declarado guerra às potências do Eixo e se encontrava, assim, lutando do mesmo lado da URSS. Este grupo, que havia organizado uma Comissão Nacional de Reorganização Provisória (CNOP), preconizava uma "união nacional democrática" em torno do Governo, devendo o partido abster-se de quaisquer ações hostis a Vargas. Um segundo grupo, que em São Paulo reunia intelectuais como Caio Prado Jr.,

---

[102] Davino Francisco dos Santos, *op. cit.*, pp. 315 e 363.

[103] Ao que parece, nesta ocasião, a Polícia Política apoderou-se de todo o arquivo do partido.

Mário Schemberg, e, no Rio, Victor Konder, Zacharias de Sá Carvalho, David Lerner, formavam outra ala organizada em torno do que se chamou "Comitê de Ação". Este grupo se recusava a reconhecer a liderança carioca, organizada em torno da CNOP. Posteriormente, o Comitê de Ação opôs-se às decisões da Segunda Conferência Nacional – "Conferência da Mantiqueira" –, que decidiu apoiar o Governo. O Comitê de Ação preconizava a formação de uma "união democrática nacional" com outros elementos de esquerda e democratas-liberais de modo a se opor a Vargas e ao Estado Novo.[104]

Quando Prestes apoiou a CNOP, parte dos membros do Comitê de Ação passou a aceitar as decisões da Conferência da Mantiqueira, integrando-se no PCB sob nova liderança. Outros membros do Comitê de Ação formaram a Esquerda Democrática que daria origem ao Partido Socialista Brasileiro.

Finalmente, uma terceira tendência, representada por Fernando de Lacerda, depois da autodissolução da Internacional Comunista, em 1943, defendia a tese de que, diante das novas condições internacionais, caracterizadas pela aliança EUA-URSS, e da participação do Brasil na guerra, se tornava desnecessária a existência de um Partido Comunista. Esta tendência defendia também o apoio a Vargas e a organização de uma frente de união nacional.[105]

O grupo carioca da CNOP, em contato com alguns comunistas nordestinos deslocados para São Paulo e liderados por Diógenes Arruda Câmara, decidiu convocar uma segunda conferência nacional, destinada a reorganizar o partido e traçar uma linha de atuação política que tivesse em consideração as mudanças ocorridas no plano internacional e seus reflexos no país. A conferência, que ficou conhecida como a Conferência da Mantiqueira, por realizar-se na serra do mesmo nome, reuniu-se em agosto de 1943. Participaram aproximadamente quinze militantes do Distrito Federal, da Bahia, do Rio, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, Pará e Minas, entre os quais provavelmente: Diógenes Arruda Câmara, Francisco Leivas Otero, Pedro Ventura Pomar, Amarílio de Vasconcelos, Francisco Gomes, João Amazonas de Souza Pedroso, Maurício Grabóis, Agostinho Dias de Oliveira, Mário Alves de Souza Vieira, Dinarco Reis, José Medina, Armênio Guedes e Álvaro Ventura.

---

[104] Em entrevista ao jornal O *Estado de S. Paulo* (11-06-1978) Caio Prado Jr. revela que o nome "União Democrática Nacional" foi escolhido por ele.

[105] Ver entrevista de Fernando de Lacerda à revista *Diretrizes*, de 27 de maio de 1943, reproduzida por Edgard Carone. *A Terceira República (1937-1945)*.

Prestes, que ainda se encontrava preso, foi eleito Secretário-Geral *in absentia*, posto que manteria a partir de então. Para substituí-lo interinamente foi indicado o marítimo José Medina, que logo depois foi afastado do posto, do Comitê Central e depois publicamente expulso do partido.[106] Em seu lugar, até a libertação de Prestes, ficou Álvaro Ventura, antigo estivador em Santa Catarina e ex-Deputado classista na Assembléia Constituinte de 1934.

A Conferência da Mantiqueira constituiu um marco na vida do movimento comunista no Brasil, não só porque significou um passo importante na reorganização do PCB, acéfalo depois das prisões de 1940, como também porque assinalou a formação de uma nova equipe dirigente. Mais precisamente, a Conferência da Mantiqueira marcou o começo da ascensão de Diógenes Arruda Câmara como o segundo homem do PCB, seguido de João Amazonas de Souza Pedroso, Maurício Grabóis, Carlos Marighella e Pedro Ventura Pomar. Além desses, subiram também a partir de 1945: Mílton Caires de Brito, Agildo Barata, Mautílio Muraro, Ivan Ribeiro, Dinarco Reis, David Capistrano da Costa, Sérgio Olmos, Giocondo Alves Dias, Agostinho Dias de Oliveira, Amarílio Vasconcelos, José Maria Crispim, Mário Alves, Francisco Gomes, Agliberto Vieira de Azevedo.[107]

Entre os civis, predominavam os dirigentes de "classe média", especialmente entre o "núcleo dirigente". Ademais, havia um grande número de nortistas ou nordestinos. Assim, Diógenes Arruda, pernambucano, era Agrônomo, ex-Funcionário do Ministério do Trabalho; Pedro Pomar fora estudante de Medicina e nascera no Pará; João Amazonas também vinha do Pará, onde nasceu em 1912. O pai era português e a mãe descendente de índios. Em Belém, pelo que se depreende de suas declarações,[108] era funcionário de uma indústria de massas alimentícias; no Rio, havia traba-

---

[106] *A Folha do Povo* de 17 de janeiro de 1946 anunciava a expulsão do PCB de José Medina, Silo Meireles e Mota Cabral. Cf. Ronald Chilcote, *op. cit.*, pp. 300 e 301, nota 38. De acordo com Leôncio Basbaum, Medina foi acusado de utilizar em proveito próprio as finanças do PCB, acusação que Basbaum não sabe se seria correta. *Uma Vida em Seis Tempos*, p. 180.

[107] Até 1956, quando da cisão de Agildo, esta liderança não sofreu modificações profundas. No entanto, houve pequenos rearranjos na alta cúpula. Assim, Álvaro Ventura, por volta de 1945, foi afastado do Birô Político, tal como Jorge Heilein, que sairia do partido por volta de 1954. O mesmo ocorreria com Francisco Gomes, que ficou no C.C. mas foi afastado do Presidium. Pomar foi destituído do Presidium em 1948, e enviado para um comitê de bairro, em São Paulo, onde permaneceu na obscuridade até reunir-se novamente a João Amazonas e a Maurício Grabóis na formação do PC do B.

[108] Entrevista de João Amazonas ao *Pasquim*, 30 de novembro a 6 de dezembro de 1979, nº 544, ano XI.

lhado no escritório do sindicato da construção civil como Contador (João Amazonas, juntamente com Pomar, haviam sido presos no Pará depois do levante da ANL. Conseguiram escapar e fugir para o Sul); Grabóis, baiano de nascimento, fora expulso da Escola Militar em 1935. Quando o PCB veio para a legalidade, em 1945, trabalhava na Panair do Brasil como Cobrador de rua; passou em seguida a militante profissional do partido; Marighella, também baiano, filho de italiano com mulata, não chegou a terminar o curso de Engenharia.[109] Nesta mesma ocasião, a partir de 1946, foram também para o Presidium outros dois nordestinos: Agostinho Dias de Oliveira, ex-Ferroviário pernambucano, e Mílton Caires de Brito, Médico e Jornalista baiano que ficou por certo tempo, após a guerra, como representante da direção do partido junto ao jornal *Notícias de Hoje*, antigo *Hoje* em São Paulo.[110] Em 1946, a Comissão Executiva estava composta pelos seguintes militantes: Prestes, Arruda, Pomar, Francisco Gomes, Amazonas, Grabóis, Mílton Caires de Brito, Agostinho Dias de Oliveira e Sérgio Olmos. Marighella, David Capistrano e Mautílio Muraro eram suplentes.[111]

Outras informações sobre a liderança do PCB podem ser obtidas através da análise da composição da bancada comunista no Senado e na Câmara de Deputados. Nas eleições de dezembro de 1945, o PCB elegeu um Senador (Luís Carlos Prestes) e 14 Deputados diretamente sob sua legenda. Posteriormente, sob a legenda do PSP, em São Paulo, foram eleitos, nas eleições suplementares de janeiro de 1947, Pedro Pomar e Diógenes Arruda Câmara. A análise das profissões dos congressistas deve ser feita levando em consideração que muitos deles se tornaram muito cedo militantes profissionais do partido, abandonando o trabalho ou os estudos. Com estas ressalvas, é possível ordenar os congressistas do Partido segundo sua origem social e formação profissional. Dos 17 membros do PCB no Congresso Nacional, três eram militares de carreira:

---

[109] Cf. *A Bancada Comunista na Constituinte de 1946*, Rio de Janeiro, Ed. Horizonte, 1947. Vejam-se também as memórias do ex-militante comunista, Osvaldo Pereira, *O Retrato*, onde há uma descrição (crítica) desses dirigentes. (Peralva, também baiano, é Jornalista. Foi profissional do partido, tendo vivido de 1953 a 1956 no exterior. Inicialmente passou por uma "escola de quadros" para militantes do PCB, na URSS, e depois foi destacado para a Romênia, onde militou no Cominform, até sua dissolução em 1956. Retornando ao Brasil, trabalhou na imprensa comunista, participando da luta interna que resultou na cisão de Agildo. Abandonou o PCB em 1957.)

[110] Agostinho Dias de Oliveira permaneceu no PCB. Mílton Caires de Brito abandonou o partido, provavelmente depois de 1950, voltando para a Bahia.

[111] Os nomes da nova liderança foram publicados na *Folha do Povo* de 1º de dezembro de 1946 e reproduzidos por R. Chilcote, *op. cit.*

Prestes, que chegara a Capitão, e os ex-Sargentos Gregório Bezerra e José Maria Crispim. Maurício Grabóis começou mas não terminou a Escola Militar; posteriormente, como vimos, trabalhou como Cobrador de uma empresa de aviação. De origem popular, existiam ainda seis Deputados: Claudino José da Silva, negro e ex-Ferroviário, eleito pelo Estado do Rio; Joaquim Baptista Neto, Operário do Arsenal do Rio, eleito pelo Distrito Federal; Osvaldo Pacheco, estivador sergipano, eleito por São Paulo; Abílio Fernandes, Metalúrgico do Rio Grande do Sul; Alcides Sabença, Carpinteiro de profissão, e Agostinho Dias de Oliveira, o antigo Ferroviário de Pernambuco. Depois, havia mais seis Deputados de "classe média", todos do Norte ou Nordeste: João Amazonas, que fora Contador; Carlos Marighella e Pedro Pomar, que começaram mas não terminaram a universidade; Mílton Caires de Brito e Alcedo Coutinho, que eram formados em Medicina; Diógenes Arruda, que era formado em Agronomia; Jorge Amado, escritor.

Dos 17 congressistas, 13 tinham nascido no Norte ou no Nordeste. Os quatro Deputados de São Paulo na Constituinte tinham vindo dessas regiões: Jorge Amado e Mílton Caires de Brito, baianos, Osvaldo Pacheco, sergipano, e Crispim, paraense de família nordestina.

Os Deputados de origem popular provavelmente foram escolhidos para fins de demonstração do "caráter operário" do partido ou por razões de seu eventual prestígio eleitoral. Com exceção de Agostinho Dias de Oliveira, nenhum deles pertencia à Comissão Executiva. Osvaldo Pacheco era do Comitê Central; os demais não possuíam postos na direção nacional do partido. Tiveram uma atuação discreta no Congresso e na vida partidária. Alcides Rodrigues Sabença, o Operário de Volta Redonda, posteriormente abandonou seu mandato em favor do primeiro suplente do PCB no Rio de Janeiro, que era o Coronel Henrique Cordeiro Oest. A mesma coisa aconteceu em São Paulo, onde o Ferroviário Mário Scott renunciou ao mandato para que o Jornalista e Médico Milton Caires de Brito entrasse em seu lugar.

Analisando a formação escolar dos membros da bancada comunista, R. Chilcote observa que oito deles tinham apenas curso primário; dois tinham nível secundário; três tinham formação militar e três tinham terminado a universidade.[112] Vale notar que quase todos os membros da

[112] R. Chilcote, *op. cit.*, p. 126. O pesquisador norte-americano, no seu minucioso e pioneiro estudo sobre o PCB, baseia-se em dados de Gastão Pereira da Silva, *Constituintes de 46: Dados Biográficos*, Rio de Janeiro, Spinoza, 1947. Na relação das biografias falta, contudo, o nome do Médico Alcedo Coutinho, de Pernambuco, o que aumenta para quatro o número de parlamentares comunistas com formação universitária. Cf. R. Chilcote, *op. cit.*, nota 54 da p. 317.

bancada comunista na Constituinte, por motivos diversos e em épocas diferentes, abandonariam depois o PCB.

Em termos de vida partidária e de luta política, a nova equipe que ascendeu a partir da Segunda Conferência Nacional era ligeiramente mais experiente do que as direções anteriores, embora fosse relativamente jovem. No núcleo dirigente (Arruda, Grabóis, Amazonas, Pomar e Marighella), tomando como base a época da Conferência da Mantiqueira, Arruda e Pomar estavam entrando na casa dos 30; Grabóis tinha 31 e Carlos Marighella, 32 anos. Arruda, o principal dirigente depois de Prestes, entrou no partido em dezembro de 1934. Tornou-se membro do Comitê Central e da Comissão Executiva, instância máxima do partido, em julho de 1942, sete anos depois de ingressar no PCB.[113]

Nesta nova equipe, ninguém podia gabar-se de ampla experiência de atuação sindical ou de participação em organizações de massa. Tal como na década de 30, os principais dirigentes do PCB não foram líderes sindicais. O partido, aliás, excetuando-se os que vieram do anarquismo, contou com poucos militantes de origem operária em sua direção nacional. Alguns membros do Comitê Central que tinham passado por um período de militância e liderança operária (como Roberto Morena, Osvaldo Pacheco, Ramiro Luchesi e, mais tarde, Antônio Chamorro) não foram figuras importantes na determinação da linha política e no controle da máquina partidária, apesar de o PCB contar, em seu segundo escalão, com muitos militantes de origem operária ou popular.

A Conferência da Mantiqueira e a "União Nacional" – No plano político, a Segunda Conferência Nacional decidiu concentrar esforços em favor da participação do Brasil na luta contra as potências do Eixo. A Conferência da Mantiqueira defendeu a linha de "união nacional em torno do Governo" para a luta contra o nazifascismo. Assim, o PCB procurou estimular movimentos patrióticos em prol do esforço de guerra e do envio de tropas brasileiras para a Europa. Além disso, a Conferência decidiu batalhar pela anistia aos presos políticos e, no plano operário, passar a atuar no interior dos sindicatos oficiais.[114] A definição em prol de uma

[113] Declarações de Arruda em mesa-redonda realizada pela revista *Isto É* poucos dias antes de sua morte, ocorrida em São Paulo, em 25 de novembro (cf. *Isto É*, 05 de dezembro de 1979, nº 154).

[114] "A Significação Histórica da Conferência da Mantiqueira", *Problemas*, nº 49, setembro de 1953.

"política de união nacional contra o nazifascismo" implicava que o PCB deveria encontrar um caminho entre duas exigências difíceis de serem conciliadas: apoiar o Governo Vargas, ou seja, o Estado Novo, no seu alinhamento ao lado dos EUA e, de outro lado, obter a redemocratização do país, com a anistia para Prestes e outros prisioneiros políticos.

Definido como tarefa principal o apoio ao Governo contra os países do Eixo, a luta contra o Estado Novo acabou por ser deixada de lado. Assim, declararia Prestes em março de 1944, quando ainda na cadeia: "Não me parece justo o combate ao Estado Novo num apelo como este à unidade nacional (...) Estamos em guerra contra o nazismo. Esta guerra é para nós questão de vida ou morte, é sem exagero uma guerra pela independência nacional. Esta unidade, praticamente, pode e deve ser alcançada em torno do Governo constituído, que aí temos, e que, apesar de todos os seus erros e defeitos, já deu incontestavelmente grandes passos ao lado das Nações Unidas (...) Lutar pelas liberdades populares não significa, neste momento, fazer o combate doutrinário ao Estado Novo e à Constituição vigente, nem muito menos passar aos insultos generalizados aos homens do Governo que enfrentam, na prática, problemas concretos de terrível complexidade e cada vez mais difíceis."[115]

Neste período, até o término da guerra, a política interna do partido esteve subordinada aos acontecimentos internacionais. Esta orientação foi bem explicitada por Prestes em outro documento; "O que há na América Latina são governos ditatoriais que nós, antifascistas, apoiamos ou combatemos, conforme a posição ou a política externa dos ditadores, a favor ou contra as Nações Unidas. Vargas está do lado de cá – nós o apoiamos; Farrell está do lado de lá – nós o combatemos; combatemos para que mude, e, se mudar, nós (e os antifascistas argentinos) o apoiaremos. A política interna e todas as outras questões nós as subordinamos ao interesse máximo da luta contra o nazismo."[116] O PCB prosseguiu na política de união nacional em torno de Getúlio Vargas, até sua queda em outubro de 1945. Nesta linha, o PCB defendeu o adiamento das eleições presidenciais e a eleição de uma Assembléia Constituinte, apoiando o movimento "queremista" da "Constituinte com Getúlio". Já o programa de união democrática nacional, proposto pelos comunistas em abril de 1944, expressava

[115] Luís Carlos Prestes, "Comentários a um Documento Aliancista", *Problemas Atuais da Democracia*, pp. 45, 46 e 47.
[116] Luís Carlos Prestes, "Carta a um Amigo", *op. cit.*, p. 65.

o esforço de conciliação entre o "apoio declarado e decidido ao atual Governo para prosseguir a guerra até a vitória completa sobre o nazismo" com a luta pelo "restabelecimento – finda a guerra e dentro da ordem e da lei – das instituições democráticas e representativas do país".[117]

Quando do golpe militar que derrubou Getúlio, o PCB manteve-se numa posição de extrema prudência. Embora criticasse o levante e se pronunciasse favoravelmente a Vargas, o PCB evitou qualquer ação que pudesse levar o Exército a voltar-se também contra o partido. Mais tarde, diante do fato consumado da queda de Vargas, o PCB passou a apoiar o novo Governo. A preocupação fundamental da liderança comunista era garantir a realização das eleições e a convocação da Assembléia Constituinte. Com este objetivo, o PCB procurou apresentar-se como o "esteio máximo da ordem",[118] propondo a formação de uma ampla frente nacional que reunisse todos os antifascistas e "patriotas sinceros".

4. O PCB NO PERÍODO CONSTITUCIONAL

Os breves anos da legalidade – Após o fim do Estado Novo, o PCB prosseguiu numa linha política moderada pregando a "união nacional" com todos os "patriotas". A solução para os problemas nacionais deveria ser buscada através de "meios pacíficos". Na estrutura agrícola de "tipo feudal" e no "imperialismo" estariam os principais obstáculos para o desenvolvimento nacional e para a consolidação da democracia. Durante este período, prosseguindo numa política bastante prudente, o partido evitou fazer críticas ao "capitalismo nacional", a fim de não prejudicar a "união nacional" e a luta contra o "fascismo".

A tese da "união nacional" era teorizada pela direção do PCB em termos da etapa "democrático-burguesa" da revolução nos "países semico-

[117] Luís Carlos Prestes, "Projetos de Declaração da ANL e do PCB", *op. cit.*, p. 58.

[118] Em 26 de novembro de 1945, em discurso pronunciado no Recife, Prestes assim analisaria o golpe de outubro e a atuação do partido: "O Partido Comunista apoiando o Governo durante seis meses, alertou nosso povo contra os golpes salvadores. Partido do proletariado, partido ligado à classe operária, o Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranqüilidade. Mostrava e dizia aos Operários: 'É preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greves e criar agitações – porque agitações e desordens na etapa histórica que estamos atravessando só interessam ao fascismo. O Partido Comunista foi, durante esses seis meses, o esteio máximo da ordem em nossa terra." Luís Carlos Prestes: "O PCB quer, precisa, deseja ser compreendido", *op. cit.*, p. 177.

loniais". Assim, dizia Prestes num comício em São Paulo: "... a solução de todos esses problemas exige a mais ampla e sólida União Nacional, a colaboração sincera e leal de todos os verdadeiros patriotas, independentemente de categoria social, ideologias políticas e credos religiosos. E isto é praticamente possível porque os problemas que enfrentamos, dada a estrutura econômica de nosso país, são, no essencial, problemas da evolução democrático-burguesa, todos eles resolvidos nos países de normal desenvolvimento capitalista. Sua solução interessa sem dúvida ao proletariado, que, em países como o nosso, sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento econômico capitalista, mas interessa, igualmente, e muito mais ainda, à burguesia nacional progressista, que luta contra a concorrência de uma indústria estrangeira poderosa e moderna, nas condições de um mercado interno miserável que impede o surto industrial ou mesmo comercial considerável."[119]

No meio operário, o PCB não se opôs à estrutura sindical corporativa, mas tentou a criação de uma frente agrupando os sindicatos oficiais cujas direções estavam controladas ou influenciadas por ele. Em 1945, o partido patrocinou a criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores, em cuja liderança foi colocado o dirigente comunista João Amazonas. O MUT reivindicou especialmente a atenuação dos controles exercidos pelo Ministério do Trabalho sobre os sindicatos e a criação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB). Tal como ocorria ao nível da política nacional, a ação do partido no meio operário foi também muito moderada, procurando evitar a ocorrência de greves e agitações que pudessem prejudicar a luta pela "união nacional", objetivo máximo do PCB no pós-guerra: "Procurar o seu sindicato para transformá-lo em instrumento de luta pela União Nacional e garantia máxima da ordem interna é o grande dever operário na hora que atravessamos. É por intermédio de suas organizações sindicais que a classe operária poderá ajudar o Governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos do dia."[120]

Apesar da moderação demonstrada pelo partido, em setembro de 1946, no Congresso Sindical dos Trabalhadores Brasileiros, ocorreu a cisão entre a facção "ministerialista" dos dirigentes sindicais e a corrente liderada por João Amazonas. Este último grupo optou pela criação da Confederação dos Trabalhadores Brasileiros que procurou agrupar, sob a

[119] Luís Carlos Prestes, "Organizar o Povo para a Democracia", *op. cit.*, p. 111.
[120] Luís Carlos Prestes, "União Nacional para a Democracia e o Progresso", *op. cit.*, p. 91.

influência do PCB, as lideranças sindicais que se opunham ao Ministério do Trabalho. Em 1947, quando o Governo Dutra passou a reprimir as atividades do partido, a CTB e suas organizações auxiliares foram fechadas.[121]

O êxito eleitoral – O grande êxito do partido durante o período de sua legalidade ocorreu no plano eleitoral. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PCB obteve 9% do total de votos, elegeu 14 Deputados federais e um Senador. Seu candidato para a Presidência da República, Yedo Fiúza, obteve 10% dos votos (569 mil votos) contra 55% de Dutra e 35% do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nas eleições de janeiro de 1947, o PCB foi o quarto partido em número de votos, obtidos principalmente nos meios urbanos, onde os eleitores escapavam dos mecanismos do "voto de cabresto" prevalecentes no meio rural.[122] Com o desaparecimento da Ação Integralista, o PCB passou a ser o único grande "partido ideológico" do Brasil, uma vez que as demais organizações de Esquerda eram numericamente inexpressivas. Além disso, ao contrário dos demais partidos brasileiros, que viviam em função da atividade parlamentar e só tinham existência nos momentos eleitorais, o PCB mantinha permanentemente mobilizados seus militantes e simpatizantes. Neste sentido, era a organização partidária mais centralizada e disciplinada, possuindo uma vasta rede de jornais e publicações em todo o país, além de outras organizações auxiliares, como a União da Juventude Comunista.

O crescimento do PCB no imediato pós-guerra foi fantasticamente rápido. Logo depois da anistia, o Partido Comunista teria de dois a cinco mil membros, segundo as variadas estimativas.[123] A adesão ao PC fazia-se

---

[121] Uma avaliação crítica da política do PCB neste período, especialmente na área sindical, encontra-se em Francisco Weffort, "As Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra)", *Estudos Cebrap 4*, São Paulo, abril-maio-junho de 1973. Uma interpretação alternativa encontra-se em Carlos Estevan Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida, "*Modus in Rebus*. Partidos e Classes na Queda do Estado Novo", São Paulo, s.d. mimeo.). Cf. também Ricardo Maranhão (*Sindicatos e Democratização*, São Paulo, Brasiliense, 1979), que apresenta novos dados sobre o papel das comissões de fábrica na condução de muitas greves e sobre a atuação do CB nos anos do imediato pós-guerra.

[122] Como mostra a análise dos resultados das eleições de 1945 e 1947 realizada por G. Soares, o PCB foi o mais "urbano" dos partidos brasileiros, obtendo a maior parte de seus votos nas grandes cidades. Cf. Gláucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, Difel, 1973, especialmente caps.: "A Extensão da Cidadania às Classes Trabalhadoras e as Transformações do Eleitorado Brasileiro" e "A Formação dos Partidos Políticos Nacionais".

[123] Segundo Prestes, o PCB, ao sair para a legalidade, possuía cerca de dois mil membros. Entrevista à TV Bandeirantes reproduzida pelo jornal *Shopping News* (1/7/79). Osvaldo

em massa, sendo aceitos todos os que quisessem preencher a ficha de inscrição. O prestígio pessoal de Prestes, o "Cavaleiro da Esperança", em liberdade depois de longos anos de cárcere, as simpatias que despertava a URSS como o "principal baluarte da luta contra o nazifascismo", e as possibilidades de atuação legal provavelmente foram os principais fatores que permitiram o rápido crescimento do partido. Referindo-se a este período, escreve Leôncio Basbaum: "Desde que Prestes fora posto em liberdade e o partido devidamente legalizado, houve uma verdadeira enxurrada de adesões de pessoas de todas as classes; em primeiro lugar, de Operários. O partido crescia com uma rapidez tão grande que mal havia tempo para o serviço burocrático de anotar o nome de todos, criar células e organizar uma contabilidade. Brotavam 'organismos de base' (novo nome para as antigas *células* tirado dos Estatutos do PCUS) por todos os lados."[124]

O *PCB e a intelectualidade* – O crescimento do PCB depois de 1945 atraiu numerosos intelectuais. Provavelmente foi entre a *intelligentsia* que o partido obteve maior influência, controlando numerosas revistas e publicações, assim como entidades culturais. Ao contrário do que ocorreu nas primeiras fases da vida do PCB, antes da década de 30, a intelectualidade que nos anos do pós-guerra aderiu ao PCB – como membros ou simpatizantes – incluiu muitos nomes consagrados de pintores, escritores, Jornalistas, Professores universitários etc. Não se tratava de uma intelectualidade "marginal", mas de nomes importantes das artes, das universidades, do jornalismo e da ciência brasileira. Muitos concorreram às eleições sob a própria legenda do PCB, quando este se encontrava na legalidade. Tal foi o caso de Jorge Amado e Graciliano Ramos, escritores, de Caio Prado Jr., historiador, de Cândido Portinari, pintor, de Álvaro Moreyra, escritor, de Mário Schemberg, físico, de Aparício Torelli, Jornalista etc. Mais tarde, depois da cassação do registro do partido, outros intelectuais do PCB concorreram às eleições sob outras legendas: assim, Paulo de Figueiredo Cavalcanti, que chegou a Deputado estadual em Pernambuco, em 1950, pelo PSP; de Abguar Bastos em 1958, pela legenda do PTB[125] etc.

Peralva estima o número de militantes, nesta época, em quatro mil (*op. cit.*, p. 8). João Amazonas, que procura realçar a importância da Conferência da Mantiqueira no reerguimento do partido, afirma que, logo depois da conferência, o PCB já teria mais de cinco mil membros, além de estar organizado nacionalmente. Prestes, ao sair da prisão, teria encontrado um partido com "uns dez mil membros". João Amazonas, entrevista ao *Pasquim*.

[124] Leôncio Basbaum, *Uma Vida em Seis Tempos*, p. 189.

[125] Outros intelectuais de renome que apoiaram o PCB foram: Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas, Arquitetos; Omar Catunda e David Rosenberg, Professores universitários; Aydano de Couto Ferraz, Jornalista; Alina Paim, romancista. (Estes nomes constam de uma relação

A penetração do PCB entre a *intelligentsia* brasileira foi muito ampla. O número de intelectuais que esteve alguma vez (geralmente na juventude) ligado ao partido é bem elevado. Porém, nenhum grande nome da intelectualidade brasileira chegou à alta cúpula do PCB (Comissão Executiva ou Comitê Central). Os intelectuais de prestígio geralmente permaneceram afastados do centro do aparelho partidário, ocupando-se de tarefas transacionais na fronteira entre o mundo social externo e a máquina partidária: colaboração em publicações, atividades culturais "voltadas para fora", patrocínio e realização de congressos, conferências, assinaturas de manifestos e outras atividades político-culturais, ou semiculturais, destinadas a dar cobertura legal à política do PCB. Ocorre que a ascensão na hierarquia de um partido como o PC exige, entre outras qualidades, dedicação integral ao partido como "revolucionário profissional". Os que mantêm uma situação econômica folgada, ou cujas atividades profissionais exigem o intercâmbio constante com a sociedade inclusiva, assim como liberdade de expressão e criação (caso dos intelectuais e artistas) relutam em se entregar de corpo e alma ao partido, sendo mais refratários à disciplina partidária e à rigidez ideológica. Assim, apesar da grande influência do PCB nos meios intelectuais, estes não chegaram a exercer correspondente influência na linha política e na ideologia do PCB, assim como em suas análises da sociedade brasileira.

O partido na ilegalidade. O Manifesto de Agosto – A linha de "união nacional" que o partido procurou levar à prática no período da legalidade deveu-se, principalmente, a fatores internacionais durante os anos de "convivência pacífica" entre a URSS e os EUA. Internamente, as classes proprietárias brasileiras, assim como as Forças Armadas e a Igreja, continuaram bastante hostis ao comunismo, apesar da moderação demonstrada pelo partido. Na medida em que se deterioravam as relações entre as potências ocidentais e a União Soviética, com o alinhamento do Brasil ao lado dos Estados Unidos e do PCB ao lado da URSS, teve início o endurecimento do Governo brasileiro para com o PCB, enquanto este radicalizava suas críticas ao capital estrangeiro e ao "imperialismo". Em abril de 1947, a União da Juventude Comunista foi considerada ilegal; em maio, o

---

de intelectuais militantes comunistas que apoiaram a campanha em prol de dez milhões de cruzeiros para a "imprensa popular" e cujos nomes foram divulgados pela *Voz Operária* de 13 de janeiro de 1951.)

Supremo Tribunal Eleitoral colocou o próprio Partido fora da lei;[126] em janeiro de 1948, os mandatos dos Deputados comunistas foram cassados;[127] o Ministério do Trabalho interveio em 143 sindicatos tidos como controlados pelos comunistas; a CTB foi fechada. Apesar da repressão, nenhum dos principais dirigentes comunistas foi preso, com exceção de Gregório Bezerra. Acusado de responsável por um incêndio no 15º Regimento de Infantaria, permaneceu 18 meses preso antes de ser absolvido.

Colocado o PCB na ilegalidade, o número de membros e simpatizantes decresceu acentuadamente,[128] embora o partido conservasse forte influência nos meios sindicais e intelectuais. Deve-se notar que o PCB pôde manter legalmente seus jornais e publicações de massa, apesar de sujeitos a periódicas investidas da polícia e a fechamentos temporários.[129]

Diante da ofensiva governamental e considerando o "aguçamento geral da luta de classes em escala internacional" que dividia o mundo em dois campos, tal como foi definido pelo Relatório Zhdanov em 1947, o PCB mudou inteiramente sua tática e sua interpretação dos processos e instituições políticas brasileiras. A linha anterior, classificada de "oportunista", foi rejeitada em favor de outra mais agressiva, orientada para a derrubada do Governo. O Governo Dutra, que há alguns meses os comunistas se declaravam prontos a apoiar, foi classificado de "Governo de traição nacional", sendo uma ditadura "a serviço do imperialismo norte-americano". Na verdade, nesta fase de ultra-radicalismo, todos os partidos brasileiros foram considerados como expressão dos interesses dos EUA: "No momento atual – escrevia Grabóis – tanto os dirigentes nacionais do PSD, da UDN, do PTB, do PR, do PSP e de outros partidos sem expressão,

---

126 Ao que tudo indica, a direção comunista não contava com a cassação do registro do partido por parte do Tribunal Eleitoral. Tomado de surpresa, o PCB, através de seus parlamentares, apresentou uma proposta exigindo a "renúncia do Presidente Dutra".

127 Pedro Pomar e Diógenes Arruda, eleitos em 1947 sob a legenda do PSP paulista, conservaram seus mandatos.

128 R. Chilcote estima, por volta de 1954, que o PCB teria entre 80 a 100 mil membros, cifra que nos parece inflacionada. R. Chilcote, *op. cit.*, p. 117. Konder afirma que, depois do Manifesto de Agosto, o número de militantes ficou reduzido a menos de vinte mil. Leandro Konder, *A Democracia e os Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 93.

129 Uma parte da imprensa comunista não aparecia oficialmente como órgão do PCB. Através de certos artifícios jurídicos, o partido manteve sua imprensa funcionando publicamente até 1964. A revista *Problemas*, órgão teórico do PCB, continuou a ser editada inclusive durante todo o período considerado de "reação fascista". Quando o jornal diário *Hoje* foi fechado, o PCB providenciou o aparecimento do *Notícias de Hoje*, exatamente com a mesma aparência gráfica. No Rio, a *Tribuna Popular* foi substituída pela *Imprensa Popular*.

como o PSB, não passam de meros instrumentos dos imperialistas norte-americanos na vida política brasileira e por isso suas manobras e divergências não podem nem devem iludir os verdadeiros democratas."[130] Neste contexto, caracterizando a política nacional como sendo de "plena ofensiva da reação fascista cada vez mais brutal e sangüinária", diria Prestes: "Ser governante no Brasil é ser assassino."[131] Na interpretação de Prestes, e ao mesmo tempo com o "avanço do fascismo", aproximar-se-ia uma situação de guerra interna: "No país inteiro, de norte a sul, do litoral às fronteiras ocidentais, a luta prossegue inexecrável *(sic)* e cada dia mais violenta entre o Governo (palavra que sintetiza os diversos escalões de assassinos – federais, estaduais e municipais) e o povo." Com base nesta análise, o partido deveria preparar-se para lutas revolucionárias de massas e abandonar a idéia de uma pressão através da via parlamentar: "No momento em que em nossa pátria se definem claramente os dois campos, quando o país se avizinha de uma terrível crise econômica, enquanto aumentam o descontentamento e a miséria das massas e cresce a radicalização dos trabalhadores, devemos compreender o mais rapidamente possível que essa contradição básica no país – entre as forças do campo democrático e as forças do campo imperialista – só será resolvida favoravelmente às massas trabalhadoras através de lutas revolucionárias e não por uma saída parlamentar ou eleitoral."[132]

A nova orientação revolucionária foi divulgada publicamente em janeiro de 1948, num manifesto assinado por Prestes. Em maio de 1949, uma reunião do Comitê Central ratificou a mudança de linha. Porém, foi apenas em 1950, através de um manifesto assinado por Prestes, que a nova política do PCB foi exposta de modo mais sistemático. O "Manifesto de Agosto", como ficou conhecido, classificava o Governo Dutra como uma "ditadura feudal-burguesa a serviço do imperialismo", devendo ser substituído por um "Governo democrático e popular". O PCB propunha agora o confisco e a nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transportes, de energia elétrica, minas, plantações etc., pertencentes ao imperialismo. Defendia também a "completa nacionalização das minas, quedas-d'água e dos serviços públicos. Nacionalização dos bancos e empresas de seguros, assim como de todas as

---

[130] Maurício Grabóis, "Nossa Política", editorial da revista *Problemas*, novembro de 1949, nº 22, p. 4.

[131] Luís Carlos Prestes: "Quando os governantes se tornam assassinos do povo, é porque já está chegando a hora de pô-los abaixo", *Voz Operária*, 26 de agosto de 1950, p. 8.

[132] Maurício Grabóis, *ibidem*, p. 7.

grandes empresas industriais e comerciais de caráter monopolista ou que exerçam influência preponderante na economia nacional, com ou sem indenização, conforme a posição de seus proprietários na luta pela libertação nacional do jugo imperialista".

Com relação à questão agrária, o Manifesto de Agosto pregava a "confiscação das grandes propriedades latifundiárias, sem indenização", e a entrega das terras aos camponeses. Propunha, ainda, a "abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra". Além dessas medidas de caráter mais geral e fundamental, o Manifesto reclamava o direito de voto para os Analfabetos, os Soldados e Marinheiros, a abolição de toda discriminação de raças, cor, religião e nacionalidade; o aumento geral de salários, educação gratuita e outras disposições de caráter social. Sinteticamente o Manifesto de Agosto apresentava um programa dividido nos seguintes pontos: 1) "Por um Governo democrático e popular"; 2) "Pela paz e contra a guerra imperialista"; 3) "Pela imediata libertação do Brasil do jugo imperialista"; 4) "Pela entrega da terra a quem trabalha"; 5) "Pelo desenvolvimento independente da economia nacional"; 6) "Pelas liberdades democráticas para o povo"; 7) "Pelo imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras"; 8) "Por instrução e cultura para o povo"; 9) "Por um exército popular de libertação nacional".[133]

As modificações principais da política comunista diziam respeito à atitude frente ao capital nacional e estrangeiro. O PCB abandonava sua política de "união nacional" ao defender a nacionalização dos bancos e das grandes empresas industriais e comerciais. Apesar de o PCB não propor um governo socialista, mas um "governo da democracia popular, um governo do bloco de todas as classes e camadas sociais que lutem efetivamente pela libertação nacional sob a direção do proletariado", o Manifesto de Agosto marcou um rompimento com a concepção anterior, favorável ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Do mesmo modo, o capital estrangeiro passou a ser considerado, juntamente com o latifúndio, como o grande inimigo do progresso do país.[134] Para levar à prática o

---

[133] "Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação", *Imprensa Popular,* Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1950.

[134] Logo após a legalidade do PCB, quando da colaboração entre a URSS e os EUA, Prestes chegara a admitir, "após as decisões históricas de Teerã e Criméia", que o capital estrangeiro poderia ser um dos "colaboradores mais eficientes do progresso e da prosperidade dos povos mais atrasados. No mundo inteiro, os povos ficarão agora livres da intervenção estrangeira nos seus negócios internos, e, assim sendo, o *imperialismo* está moribundo e o capital estrangeiro perde a sua característica mais reacionária para se transformar em fator de progresso e prosperidade para todos os povos". Luís Carlos Prestes, "União Nacional para a Democracia e o Progresso", *op. cit.,* p. 87. Sublinhado no original.

programa apresentado pelo Manifesto de Agosto, Prestes defendeu a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, de certa forma uma reedição da anterior Aliança Nacional Libertadora. O partido pregou ainda, como tarefa imediata, a formação de Comitês Democráticos de Libertação Nacional. O Manifesto aconselhou aos comunistas, diante do aumento da "radicalização e combatividade das massas", a não mais recear "as formas de luta mais altas e vigorosas, inclusive choques violentos com as forças da reação e os combates parciais que nos levarão à luta vitoriosa pelo Poder e à libertação nacional".

A linha do Manifesto de Agosto foi em grande parte uma conseqüência de transformações que ocorreram na política internacional, com o início da "guerra fria".

A partir do que ocorria externamente, a direção do PCB reajustava, por sua vez, a interpretação dos fatos e dos processos da política e da economia brasileiras, tais como o papel e a função do capital estrangeiro, o caráter de classe e a "ideologia" do Governo Dutra, o "grau de combatividade das massas" etc. Entretanto, embora os fatores externos pareçam dominantes, pode-se entender a política inaugurada com o Manifesto de Agosto como uma resposta desesperada do partido a um conjunto de medidas repressivas adotadas pelo Governo Dutra. Apesar das declarações infelizes de Prestes no Congresso de que permaneceria do lado da URSS no caso de uma guerra com o Brasil,[135] o PCB estava inteiramente engajado numa política de "união nacional" contra o "fascismo" e o "atraso" brasileiro. A cassação do registro do partido e do mandato de seus parlamentares tomou o PCB de surpresa e frustrou-lhe todas as expectativas de uma evolução eleitoral do partido dentro da ordem e da lei.

A linha traçada em 1950 continuou formalmente durante todo o Governo Vargas. Getúlio foi considerado como o principal "agente do imperialismo" no Brasil. A direção do PCB aconselhava os Operários a votar contra o PTB. Contudo, apesar do radicalismo de sua política e das afirmações de que o país se aproximava de grandes lutas revolucionárias, o partido pouco ou nada conseguiu fazer no sentido da criação dos Comitês Democráticos de Libertação Nacional.

---

[135] Ver "Contra a Guerra e o Imperialismo", discurso de Luís Carlos Prestes na Assembléia Constituinte, sessão de 26 de março de 1946. A declaração de Prestes foi largamente explorada pela grande imprensa, e provavelmente aumentou a hostilidade das Forças Armadas contra o PCB. Apesar disso, na ocasião, o PCB manifestava seus propósitos de apoiar o Governo Dutra: "Nós, comunistas, torno a salientar, queremos apoiar o Governo, ajudá-lo, colaborar com ele na solução dos problemas do país... É contra a nossa vontade que atacamos o Governo". *Problemas Atuais da Democracia,* p. 109.

Na prática diária, o PCB continuou a explorar todas as possibilidades de atuação legal através da criação de certas "organizações de massa" que forneciam aos comunistas uma cobertura institucional para sua política. Neste período, o partido engajou-se no Movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas, com seus militantes, principalmente da juventude, coletando assinaturas em favor do "Apelo de Estocolmo".[136] Além disso, através do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, o PCB liderou ativamente a campanha do "O Petróleo é Nosso" em união com outros setores nacionalistas. Dentro da mesma temática nacionalista, o partido tentou, sem êxito, opor-se ao novo Acordo Militar Brasil-EUA. Na área sindical, as medidas repressivas do Governo Dutra e a radicalização da orientação do partido ocasionaram um declínio de sua influência no meio operário. Porém, depois da tentativa infrutífera de reviver a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), por volta de 1952, o partido voltou a atuar no interior dos sindicatos oficiais, obtendo alguns êxitos. Um deles foi a grande greve dos Metalúrgicos, Têxteis, Vidreiros, Gráficos e Marceneiros (a "greve dos 300 mil").[137] Nesta greve, destacou-se um dos líderes sindicais de expressão do PCB, Antônio Chamorro, mais tarde eleito para o Comitê Central.

A cisão de Crispim – A linha do partido traçada no Manifesto de Agosto viria a encontrar opositores no interior do próprio partido. Em 1952, depois de criticar o Comitê Central, José Maria Crispim, ex-Deputado federal e membro do próprio Comitê Central, foi expulso sob a acusação de "traição" e "direitismo". Embora aderisse posteriormente ao trotskismo (onde permaneceu por alguns anos), as críticas de Crispim dirigiam-se especialmente ao "núcleo dirigente" do PC brasileiro, sob a liderança de Diógenes Arruda, Grabóis, João Amazonas e Marighella. O PC soviético não era criticado. Pelo contrário, Crispim procurou fundar

---

[136] Em suas memórias, Gregório Bezerra narra seus ingentes esforços, nos confins de Goiás, para obter assinaturas de camponeses analfabetos em favor do Apelo: "A maioria esmagadora deles não sabia ler. Todos assinaram o Apelo de Estocolmo a rogo. Depois de nos ouvirem falar das ameaças contra a paz mundial, passaram a achar que nós éramos enviados de Cristo para unir o povo contra a guerra, contra a peste e contra os malfeitores." Gregório Bezerra, *op. cit.*, II parte, p. 100.

[137] De acordo com Jacob Gorender, então na direção paulista do Partido, a greve foi dirigida do princípio ao fim pelo PCB, sob orientação de Carlos Marighella. Nos últimos onze dias da greve, a fim de reforçar a atuação do partido, João Amazonas foi enviado para São Paulo (Jacob Gorender, entrevista pessoal realizada em São Paulo em 11 de agosto de 1979).

suas posições nos trabalhos teóricos de Stalin, citado abundantemente. Crispim criticava especialmente a linha determinada pelo Manifesto de Agosto, considerada "sectária"; em seu lugar, sugeria uma "política de massa", voltada para os trabalhadores getulistas. Com relação ao próprio partido, Crispim insistia na luta pela sua legalidade e reclamava, ademais, a realização do IV Congresso. Juntamente com Crispim abandonaram o PCB alguns dirigentes dos escalões intermediários de São Paulo, de origem popular (como Leonardo Roitman, Roque Trevisan e Frederico Bonimani), algumas células de Operários têxteis de Sorocaba e um pequeno número de militantes do Rio de Janeiro.

Depois do rompimento com o PCB, Crispim, com o apoio do Senador socialista Domingos Velasco, criou o Movimento Popular Nacionalista. O novo movimento não teve êxito. Pouco tempo depois, os principais militantes que acompanharam Crispim abandonaram a atividade política.

O suicídio de Vargas e seus efeitos sobre o PCB: o IV Congresso – A morte de Vargas e a divulgação de sua carta-testamento colheram o PCB em pleno antigetulismo. Em janeiro de 1954, um projeto de programa do partido apresentava como um dos seus pontos a derrubada do Governo Vargas e sua substituição por um "Governo de libertação nacional". Com o suicídio de Vargas, o projeto foi posto de lado discretamente. O PCB mudou radical e rapidamente sua atitude para com o PTB e outras "correntes progressistas".

A nova linha foi ratificada no IV Congresso do partido, realizado clandestinamente em São Paulo, em novembro de 1954, 25 anos depois do III Congresso. O novo programa, bastante mais detalhado do que o Manifesto de Agosto, compreendia 46 pontos. O PCB continuava a insistir na derrubada do Governo constituído e na sua substituição por um Governo democrático de libertação nacional. O Governo de Café Filho era caracterizado como um "Governo de latifundiários e grandes capitalistas, instrumento servil dos imperialistas dos Estados Unidos". Com relação à agricultura, o partido continuava a reclamar a "confiscação de todas as terras dos latifundiários e a entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra e a todos que nelas queiram trabalhar". A grande mudança estava na atitude com relação aos capitais nacional e estrangeiro. Com relação ao primeiro, o item 26 do programa reclamava "liberdade de iniciativa para os industriais e para o comércio interno, com a garantia dos interesses da economia nacional e do bem-estar do povo". Não seriam confiscados os capitais e as empresas da burguesia brasileira,

mas seriam confiscados os capitais e empresas dos grandes capitalistas "que traírem os interesses nacionais e se aliarem aos imperialistas norte-americanos". O item seguinte assumia explicitamente a defesa da indústria brasileira: "Defesa da indústria nacional. Proibição da importação de produtos que prejudiquem ou dificultem a criação de novas. Amplas facilidades para a aquisição de equipamentos e matérias-primas necessários ao desenvolvimento da economia nacional."

Com relação ao capital estrangeiro, o PC abandonava a idéia de sua expropriação indiscriminada para reivindicar apenas o confisco das empresas norte-americanas. Esta posição implicava uma apreciação mais *política* do que *econômica* do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento brasileiro. Assim, o item 2 propunha: "Confiscação de todos os capitais e empresas pertencentes a monopólios norte-americanos que operem no Brasil e anulação da dívida externa do Brasil para com o Governo dos Estados Unidos e os bancos norte-americanos." Porém, o item 31 propunha "atrair a colaboração de Governos e de capitalistas estrangeiros cujos capitais possam ser úteis ao desenvolvimento independente da economia nacional, sirvam à industrialização e se submetam às leis brasileiras".[138]

De certo modo, o programa do IV Congresso era um programa radical de desenvolvimento econômico nacionalista, baseado nos investimentos estatais e sob a Chefia do PCB. Como antes, o pressuposto básico era que as causas do atraso econômico brasileiro estariam nos investimentos estrangeiros, ou, mais precisamente, no capital norte-americano e no latifúndio semifeudal, ambos aliados e interessados em impedir o progresso do país.

Outro pressuposto, relacionado ao que acabamos de mencionar, era de que o Brasil "perdia rapidamente suas características de nação soberana para se transformar em colônia dos Estados Unidos". Assim, diria Arruda: "O aparelho de Estado brasileiro está submetido inteiramente ao Governo de Washington; a dominação política, econômica e militar norte-americana orienta-se no sentido de reduzir o Brasil à condição de colônia dos Estados Unidos."[139] E o próprio programa afirmava categoricamente: "Nossas Forças Armadas são submetidas ao Comando de Oficiais e Sargentos

---

[138] Todos os documentos relacionados ao IV Congresso foram publicados pela revista *Problemas*, órgão teórico do PCB, nº 64, de dezembro de 1954 a fevereiro de 1955.

[139] Diógenes Arruda, "O Programa do Partido Comunista do Brasil – Bandeira de Luta e da Vitória", *Problemas*, nº 64, p. 123.

norte-americanos e os Governantes do país descem ostensivamente à categoria de empregados do Governo dos Estados Unidos".[140] Conseqüentemente, explicitava Arruda, "a libertação do Brasil do jugo opressor americano determinará radical modificação de nossa política externa. O Brasil deixará de fazer parte do campo imperialista e guerreiro, dirigido pelos Estados Unidos, e se integrará no campo antiimperialista e pacífico, liderado pela gloriosa União Soviética".[141]

Embora o programa não falasse em nacionalização da terra e insistisse na garantia de liberdade de iniciativa para os industriais e para o comércio interno, isto é, para a "burguesia nacional", a natureza do Estado proposto pelo PCB, aparentemente, tornava difícil atrair os industriais brasileiros e outros setores sociais para a "grande frente patriótica e democrática". Com efeito, o PCB propunha a todos os supostos aliados lutar pela implantação de um Estado a ser governado pelo próprio partido: "Objetivamos conquistar um Estado democrático popular cuja forma política será uma República Democrática Popular por seu caráter, por suas forças e pelas tarefas que deve enfrentar. A essência de classe desse Estado será a ditadura da classe operária, dos camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia e da burguesia nacional, com base na aliança entre Operários e camponeses, e dirigida pelo proletariado e seu Partido Comunista."[142]

Contudo, com relação à situação dos trabalhadores no interior do novo "Estado democrático e popular", o programa do IV Congresso não ia muito longe. Assim, diria Arruda: "A classe operária, em particular, conquistará uma legislação trabalhista avançada que a burguesia será obrigada a cumprir."[143] No tocante à organização sindical propriamente dita, dos 46 pontos do programa, havia apenas uma referência no item 35: "Livre organização e funcionamento das entidades sindicais. Os sindicatos terão o direito de realizar livremente contratos coletivos de trabalho com as empresas privadas e estatais e de fiscalizar sua execução." O item 36 prometia para os sindicatos a administração e o controle dos institutos e caixas de aposentadorias e pensões.

Apesar dessas referências aos sindicatos, o partido não definiu uma política propriamente sindical. Certamente, o PCB procurou agir no meio

---

140 "Programa do Partido Comunista do Brasil", *Problemas*, nº 64, p. 23.
141 Diógenes Arruda, *ibidem*, p. 123.
142 Diógenes Arruda, *ibidem*, pp. 130 e 131.

operário, organizar greves e levantar outras reivindicações dos trabalhadores. Porém, na área sindical, faltava um programa de ação que situasse as metas e as vias para alcançá-las. Assim, por exemplo, com relação ao sindicalismo oficial, o PCB atuou ao sabor das circunstâncias, sem objetivos claramente fixados: lutar contra a estrutura corporativa?; criar sindicatos paralelos?

Tentar levar os sindicatos para o interior das empresas? Orientar-se no sentido de acordos coletivos de trabalho negociados diretamente com o patronato privado sem interferência governamental? Tentar uma campanha de sindicalização maciça? Sem uma política sindical mais definida, o partido terminou por aceitar, como fato consumado, e talvez vantajoso, a estrutura sindical oficial, procurando, no entanto, atenuar os controles exercidos pelo Ministério do Trabalho, pois restringiam a autonomia de sua ação no meio sindical.

O relatório referente à classe operária, apresentado no IV Congresso, é pobre em termos de análise da situação sindical. Além disso, é bastante omisso com relação a metas e objetivos propriamente sindicais, limitando-se a defender certas reivindicações elementares, tais como formação de comissões intersindicais, direito de greve e luta contra a intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos.

Na verdade, o PCB encarava a atuação no meio sindical em função do reforçamento do próprio partido e do projeto geral de transformação social proposto no seu programa. A política sindical deveria estar subordinada aos objetivos gerais do partido.

Especificava o relatório: "O mais importante fator... para a unidade e organização da classe operária é a força e o prestígio do partido". As reivindicações dos trabalhadores deveriam ser levantadas em "íntima vinculação com os objetivos e tarefas do Programa de nosso partido" (...) "O que devemos fazer é reforçar nosso trabalho de unir e organizar a classe operária, lutando para que todo o movimento operário organizado venha a se constituir no ponto de apoio mais sólido da frente democrática de libertação nacional" (...) "A classe operária deve marchar na vanguarda, abrindo caminho e arrastando consigo os milhões de brasileiros que estão dispostos a lutar unidos, para transformar o Programa do Partido em realidade viva; para felicidade de nosso povo e glória de nossa Pátria".[144]

---

[144] "O Programa do Partido e a Atividade dos Comunistas na luta pela Unidade e Organização da Classe Operária", *Problemas*, nº 64, p. 233.

A composição do IV Congresso – A composição social dos delegados ao IV Congresso dá algumas indicações interessantes sobre a liderança comunista. Inicialmente, segundo os dados divulgados pela Comissão de Mandatos, observe-se que somente 16% dos delegados presentes ao Congresso exerciam funções em organizações sindicais e de massa, aí incluídos não só os sindicatos como também as organizações camponesas e femininas. A predominância, portanto, era a dos delegados ligados ao próprio aparelho partidário. Apenas 2,6% tinham aderido antes de 1930, o que indica o desaparecimento da antiga liderança; 17,3% ingressaram no período de 1930 a 1935. A maior parte dos *delegados* era composta de militantes relativamente novos no partido: 62,6% ingressaram de 1945 a 1947. Porém, entre os *membros do Comitê Central,* a distribuição quanto ao período de adesão apresentava algumas diferenças: 9% tinham entrado antes de 1930, enquanto 54,5% o tinham feito entre 1930 e 1935, o que indica que o grosso da liderança do partido vinha do período da Aliança Nacional Libertadora. Entretanto, 27,2% tinham aderido ao PCB entre 1945 e 1947, o que revela uma rápida carreira partidária para muitos de seus militantes.

A proporção de mulheres era bastante reduzida: apenas 9,3% do total de delegados. A média de idade foi de 36,5 anos, com a seguinte distribuição:

Idade	*Total de delegados*
Até 30 anos	20,0%
De 30 a 40 anos	53,3
De 40 a 50 anos	22,6
Mais de 50 anos	4,0

Aparentemente, a julgar pelos escassos dados relativos às lideranças do período de 1920 a 1930, houve aumento da média de idade dos dirigentes, acompanhando o envelhecimento do partido.

Com relação à origem social dos delegados, a Comissão de Mandatos apresentou as seguintes informações: 48% de Operários; 4% de camponeses; 16% de Comerciários; 10,7% de ex-estudantes; 8% de Funcionários Públicos; 4% de ex-Oficiais das Forças Armadas; 4% de ex-Soldados, Cabos e Marinheiros; 5,3% de outras profissões. Chamam a atenção o número elevado de Operários e a reduzida proporção de "camponeses", revelando o caráter urbano do PCB. Entre os delegados, a proporção de militares é também relativamente pequena. Contudo, a composição social

dos membros do *Comitê Central*, apresentada pela Comissão de Mandatos, mostra algumas diferenças significativas com relação à composição dos *delegados:* 54,5% de Operários, a metade dos quais empregada em empresas de mais de mil Operários; 27,2% de ex-Oficiais das Forças Armadas; 18,1% de outras profissões.[145]

A julgar pelas informações fornecidas pelo partido, a proporção de Operários e Militares entre seus principais dirigentes era elevada: juntos compreendiam mais de 80% do Comitê Central.[146] Contudo, os principais relatórios foram redigidos por elementos das "classes médias" (Luís Carlos Prestes, Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabóis, Carlos Marighella, Agildo Barata, Jacob Gorender etc.), enquanto Astrojildo Pereira teve a honra de fazer o discurso de abertura. A presença de um número elevado de Operários no Comitê Central (mas não na Comissão Executiva, ou, na época, *Praesidium*) indica provavelmente o esforço do partido em aumentar sua penetração na classe operária e formar quadros Operários, confirmando assim o caráter proletário e popular do PCB. Porém, os Operários, de modo geral, não tiveram papel preeminente na determinação da linha partidária e no controle das decisões. A alta direção do partido, especialmente a partir de 1930, foi sempre fundamentalmente "pequeno-burguesa" em termos das origens sociais de sua liderança nacional, com predominância dos membros das famílias tradicionais. Na verdade, o peso da classe média no PCB é oficialmente admitida. Prestes, no relatório apresentado ao IV Congresso, relacionava os principais erros cometidos pelo PCB devidos à "influência ideológica da 'pequena burguesia".[147] Quase 25 anos depois, o mesmo Prestes reafirmaria a influência preponderante da "pequena burguesia" no Partido Comunista, oferecendo a seguinte explicação: "Em 1922, era muito difícil

---

[145] Sérgio Olmos, "Relatório da Comissão de Mandatos do IV Congresso do PCB", *Problemas*, nº 64.

[146] É possível que as estatísticas referentes a "Operários" estejam inflacionadas, na medida em que havia uma valorização do "proletariado", procurando os militantes ocultar as origens "burguesas" ou "pequeno-burguesas". Segundo Osvaldo Peralva, Arruda, de família tradicional, Agrônomo e Fiscal do Ministério do Trabalho, havia colocado na ficha de inscrição do partido o termo "camponês" para definir sua origem social. Osvaldo Peralva, *op. cit.*, p. 328. João Amazonas, em entrevista concedida a Iza Freaza, ao ser inquirido se era Operário, esquivou-se de uma resposta direta dizendo: "Trabalhava numa fábrica de massas alimentícias de Belém, a Palmeiras, no setor de exportação. Mas era muito ligado aos Operários porque cuidava da embalagem dos produtos, carga e descarga no porto etc". Cf. entrevista ao *Pasquim*.

[147] Luís Carlos Prestes, "Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil", *Problemas*, nº 64, pp. 89 a 93.

construir um Partido Comunista na América Latina. Primeiro, porque a classe operária era muito nova e muito ligada ao campo. Ela tinha uma ideologia pequeno-burguesa, em grande parte anarquista. Em segundo lugar, a intelectualidade e os jovens estudantes, que buscavam um partido antiimperialista, afluíam ao nosso. E como sabiam ler e escrever – os Operários eram, na sua maioria, analfabetos –, rapidamente chegavam à direção do partido, trazendo sua ideologia. Por isso, todos os erros eram geralmente de origem pequeno-burguesa: subjetivismo, incapacidade de organização, subestimação da classe operária".[148]

O Programa aprovado no IV Congresso permaneceu letra morta; foi praticamente desautorizado na Resolução Política de 1958 e novamente modificado no V Congresso. Na realidade, a se levar a sério o programa, o PCB deveria se orientar para a "revolução antifeudal e antiimperialista" e para a derrubada do Governo dos "Generais fascistas com o Sr. Café Filho à frente". Estes objetivos eram inteiramente conflitantes com outra meta anunciada por Marighella no próprio Congresso: a obtenção da legalidade do PCB e a participação nas eleições presidenciais de outubro de 1955. Entre a via "revolucionária" e a via "reformista", na prática quotidiana, o PCB optou pela última. Procurou aproximar-se do PTB e de outras tendências nacionalistas. Nas eleições de outubro de 1955, o partido apoiou as candidaturas de Juscelino Kubitschek e de João Goulart para Presidente e Vice-Presidente da República.[149]

A cisão de Agildo Barata – Em meados de 1956 eclodiu nova luta interna no PCB que resultou, em 1957, na saída, por um lado, de grande

[148] Luís Carlos Prestes, entrevista à revista *Isto É*, nº 89, 6 de setembro de 1978.

[149] O PCB sempre procurou aproveitar as oportunidades eleitorais, apoiando candidaturas de variadas cores políticas. Aparentemente, o apoio a este ou àquele candidato a um posto executivo não tinha muita relação com a linha partidária em vigor.

Assim, em 1947, os comunistas apoiaram Ademar de Barros para Governador de São Paulo, na época da legalidade do partido e da tática de "união nacional". Mais tarde, em 1953, em pleno radicalismo do Manifesto de Agosto, o PCB apoiou André Nunes Jr. contra Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo, num momento em que Jânio gozava de enorme prestígio popular. No Paraná, após o IV Congresso, o partido decidiu apoiar Moisés Lupion, grande fazendeiro. Gregório Bezerra, destacado para atuar no Norte do Paraná, relata as dificuldades que encontrava para convencer os posseiros a votarem em Moisés Lupion: "Os posseiros dedicavam, pois, com toda razão, um ódio de morte a Moisés Lupion" (...) "O difícil era ganhar a massa dos posseiros para o apoio ao sanguinário inimigo." Gregório Bezerra, *op. cit.*, 2º vol., p. 124. Essas "incoerências" freqüentemente encontradas na atuação eleitoral do PCB talvez se expliquem, como parece, pelo fato de o partido "vender" os seus votos a este ou àquele candidato.

parte dos militantes e simpatizantes intelectuais do PCB e, de outro lado, na expulsão da antiga direção que constituíra o "núcleo stalinista" na Chefia do partido desde 1943 (Arruda, João Amazonas e Grabóis). O fator desencadeante da crise partidária foi a divulgação do Relatório Kruchev no XX Congresso do PC soviético, em fevereiro de 1956, denunciando os "crimes de Stalin" e os desvios ocasionados pelo "culto da personalidade". Muitos militantes e dirigentes do PC brasileiro, confundidos pelas denúncias de Kruchev, recusaram-se a dar credibilidade ao relatório, considerando-o uma "invenção da CIA".[150] Durante aproximadamente nove meses, a Direção do partido guardou completo mutismo sobre o assunto. Finalmente, um grupo denominado "Sinédrio" – que reunia secretamente intelectuais e jornalistas que trabalhavam na imprensa do PCB – tomou a iniciativa, à revelia da Direção partidária, de começar a discutir o problema do stalinismo. O primeiro artigo, que fez estourar as discussões, foi assinado por João Batista de Lima e Silva, Jornalista de Sergipe, Redator e ex-Diretor da *Voz Operária* e da *Imprensa Popular.* E mais tarde, depois de romper com o partido, Professor universitário, na Bahia. O artigo, publicado simultaneamente nesses dois jornais no dia 6 de outubro, intitulava-se "Não se pode calar uma discussão que está em todas as cabeças". Imediatamente, Jorge Amado e outros intelectuais do partido apoiaram o autor.

Diante das pressões que estouraram de todos os lados, a reunião do Comitê Central de outubro de 1956, depois de se solidarizar com PC soviético na sua luta "contra o culto da personalidade e suas nefastas conseqüências", reconheceu que "a revelação dos graves erros cometidos na URSS, em conseqüência do culto à personalidade de Stalin, despertou-nos para a necessidade de democratizar a vida de nosso Partido".[151] Depois de adiantar algumas críticas ao funcionamento interno do PCB ("órgãos

---

[150] Agildo Barata assim descreve suas reações ao ser informado de que a versão divulgada pelo *O Estado de S. Paulo* era autêntica: "Senti uma dor no estômago, percebi que a vista estava escurecendo e, com náuseas, tive uma vontade irresistível de vomitar. O choque era tremendo. Desmoronavam-se, de um golpe, velhos sonhos e ilusões que enchiam, há mais de 20 anos, toda minha imaginação de admirador entusiasta e incondicional de Stalin e daquilo que eu supunha ser sua grandiosa obra. Se o que o Relatório Kruchev dizia era verdadeiro era preciso e indispensável uma revisão completa de tudo o que havíamos feito e vínhamos fazendo e dizendo". Agildo Barata, *op. cit.*, p. 356.

[151] "Projeto de Resolução do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil sobre os Ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o Culto da Personalidade e suas Conseqüências, a Atividade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil", outubro de 1956.

hipertrofiados", "burocratismo" etc.), o Comitê Central concordou em abrir o debate sobre os problemas do partido, decidindo que seriam publicados os trabalhos dos membros do partido, "inclusive daqueles que tenham divergências a apresentar".[152]

Oficializadas as discussões, dezenas de cartas começaram a chegar às redações da imprensa comunista. Os mais ativos eram os intelectuais do chamado "Sinédrio" (cujos principais membros foram: Antônio Rezende, antigo dirigente da Juventude Comunista; Armando Lopes da Cunha, ex-Secretário da *Democracia Popular* e membro da Comissão de Propaganda do Comitê Central; Aydano Couto Ferraz, escritor e Diretor da *Voz Operária* e ex-Diretor da *Tribuna Popular;* Carlos Duarte, ex-Diretor da *Imprensa Popular;* Demóstenes Lobo, antigo dirigente da UJC e ex-secretário da Federação Mundial da Juventude Democrática, sediada em Budapeste; Ernesto Luís Maia, comentarista internacional da *Voz Operária;* Horácio Macedo, Secretário de *Emancipação,* jornal do partido dedicado a questões econômicas; Victor Konder, Diretor de *Problemas;* Zacarias de Carvalho, Diretor do semanário *Democracia Popular,* além de João Batista de Lima e Silva, que iniciara as discussões, e Osvaldo Peralva, que retornara da URSS e da Romênia.[153] Além desses, outros antigos dirigentes, marginalizados no partido há muito, enviaram suas colaborações, como Leôncio Basbaum (sob pseudônimo de Augusto Machado) e Octavio Brandão. As discussões estenderam-se rapidamente a todos os aspectos da política e da organização do PCB, desde o "culto da personalidade" de Prestes,[154] queixas e denúncias mais pessoais,[155] até críticas ao Partido Comunista da União Soviética.[156]

Diante dos rumos que tomavam as discussões, o antigo "núcleo dirigente" tratou de retomar o controle da imprensa partidária e dos debates. Prestes, que até então se mantivera silencioso, dirigiu extensa carta ao

[152] *Idem.*

[153] Relação de nomes extraída de Osvaldo Peralva, *op. cit.*, p. 255.

[154] Por exemplo, artigo de Joaquim Câmara Ferreira, que criticava (moderadamente) o Projeto de Resolução do C.C. por não conter nenhuma referência "ao culto da personalidade do camarada Prestes", "Primeiras reflexões a propósito do debate", *Notícias de Hoje,* 4 de novembro de 1956.

[155] Assim, artigo de Octavio Brandão, acusando a direção do PCB de o relegar ao ostracismo, vivendo das "esmolas dos amigos, sem tarefa nem ligação com o PC, completamente abandonado, num desconforto atroz – físico, moral e intelectual", "A Política de Quadros", *Imprensa Popular,* 26 de outubro de 1956.

[156] Armando Lopes da Cunha, "O Internacionalismo e Nossa Posição diante do PCUS", *Imprensa Popular,* 23 de outubro de 1956.

Comitê Central onde manifestava sua "estranheza e indignação diante de certas manifestações que vão surgindo no debate pela imprensa". Embora declarando-se "um entusiasta da discussão", Prestes entendia, em primeiro lugar, que eram "inadmissíveis... em nossas fileiras e na imprensa feita com recursos do povo quaisquer ataques à União Soviética, ao Partido Comunista da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo". Em segundo lugar, Prestes considerava que era "inadmissível permitir que no seio de nosso Partido sejam desfechados ataques contra a teoria do proletariado", isto é, ao marxismo. Finalmente, a carta concluía que não se poderia permitir "ataques abertos ou velados ao Partido e a seus princípios, ataques que na sua essência visam à liquidação do Partido. É dever do Comitê Central zelar atentamente pelos interesses do Partido, tomando em tempo oportuno todas as medidas que forem necessárias para que a discussão encetada concorra de fato para consolidar a unidade do Partido em torno do centro único que é o próprio Comitê Central".[157]

A tomada de posição de Prestes assinalou a reação da direção do partido contra os que insistiam no debate amplo. Aydano de Couto Ferraz foi afastado da direção da *Voz Operária* e o Comitê Central conseguiu retomar o controle da imprensa partidária que estivera em mãos dos jornalistas que preconizavam a continuação das discussões de modo irrestrito. Dos 32 Jornalistas da imprensa comunista, 27 afastaram-se de seus postos. A partir daí, as discussões prosseguiram publicamente, mas com restrições aos artigos contrários à direção do partido. Em abril de 1957, o Comitê Central, numa resolução denominada "Sobre a unidade do Partido", decidiu pelo encerramento dos debates no mês de maio.

A resolução do C.C. marcou uma vitória da antiga direção stalinista contra o grupo que se intitulava "renovador", liderado por Agildo Barata, responsável pela Comissão Central de Finanças do PCB. Em 15 de março de 1957, Agildo havia divulgado um documento ("Pela renovação e o fortalecimento do Partido"), que implicava um rompimento com a orientação política do PCB e com as práticas organizatórias internas. Agildo e os "renovadores" preconizavam principalmente a "democratização interna do partido", a "independência" frente ao PC da União Soviética e a procura de um "caminho brasileiro para o socialismo" através de uma "linha

[157] "Importante Carta de Luís Carlos Prestes ao C.C. do PCB sobre o Debate Político", *Notícias de Hoje*, 21 de novembro de 1956, p. 3. (A carta de Prestes foi também publicada na *Imprensa Popular*, na mesma data.)

de massas" capaz de estabelecer um "Governo nacionalista, democrático e progressista".[158]

Em maio, ocorreu o rompimento dos "renovadores" com o partido, com a criação da "Corrente Renovadora do Marxismo Brasileiro", de vida curta. De modo geral, os "renovadores" (que chegaram a publicar um semanário, O *Nacional)* defendiam uma política nacionalista moderada. Em lugar de um partido, os "renovadores" inclinaram-se por uma "frente" ou "movimento" mais amplo, capaz de integrar outros setores nacionalistas não-marxistas. Contudo, o socialismo, a ser alcançado através de uma via democrática, continuava como o objetivo final do "movimento renovador".[159] O rompimento de Agildo Barata e dos "renovadores" constituiu um duro golpe para o PCB, já abalado pelas conseqüências do "Relatório Kruchev". Apesar de Agildo ter ficado isolado no Comitê Central, abandonaram o PCB, nessa ocasião, Bruzzi de Mendonça, o único Deputado federal do partido, a maior parte dos Jornalistas da imprensa comunista[160], grande parte da intelectualidade, como também muitos dirigentes regionais, como Geraldo Mayer e Carleto Ferrer Favalli, de São Paulo.

O *"grupo baiano"* – A derrota de Agildo e dos "renovadores" não implicou a consolidação do antigo núcleo dirigente liderado por Diógenes Arruda. Logo após a reunião de abril de 1957, que aprovou a resolução *Sobre a Unidade do Partido,* com a derrota de Agildo, o anterior "grupo stalinista" foi afastado. Diógenes Arruda fez sua autocrítica pública em

158 Entrevista de Agildo Barata ao jornal O *Estado de S. Paulo* ("O ex-capitão Agildo Barata propõe a frente democrático-nacionalista"), 16 de junho de 1957, p. 4.

159 Inicialmente os "renovadores" pensaram na formação de um Partido Comunista Nacional, mas a idéia não se concretizou. Como observa Luís Flávio de Carvalho Costa, na sua análise sobre a noção de nacionalismo no PCB durante o período de 1954-58, "... a Corrente Renovadora colocava como dispensável, ou mais do que isso, como um entrave ao processo revolucionário, a existência de um Partido Comunista na etapa em que se encontrava o país. Desse ponto de vista, os renovadores se apropriavam das formulações do partido para decretar sua falência, negando-lhe o papel de dirigente da revolução brasileira e colocando-o frente a frente com o risco de perder sua identidade e seu espaço político". Luís Flávio de Carvalho Costa, *Nacionalismo e Alianças Nacionais (1954-58)*, tese de mestrado apresentada no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Campinas, Campinas, 1976 (mimeo.), p. 141.

160 Agildo Barata fora durante muitos anos o responsável pelas finanças do partido. Sua saída, acompanhado da maior parte dos Jornalistas da imprensa comunista, agravou a situação da *Imprensa Popular,* da *Voz Operária* e do *Notícias de Hoje,* que algum tempo depois da crise deixaram de ser publicados. Em seu lugar, apareceu o semanário *Novos Rumos,* tendo Mário Alves como Diretor. Em 1959, o PCB, que possuíra uma das principais cadeias de jornais e publicações do país, ficava sem nenhum jornal diário.

artigo na *Imprensa Popular* de 24 de julho ("Renovar o partido e derrotar o antipartido"). Em julho de 1957, na primeira reunião do Comitê Central em que Prestes comparecia desde 1948, quando o PCB passou à clandestinidade,[161] Arruda, Grabóis e Amazonas perderam suas posições na Comissão Executiva, enquanto subiam Giocondo Alves Dias, antigo Cabo do Exército, e Mário Alves, formado em Ciências Sociais.[162] Marighella, que anteriormente estivera com a equipe stalinista, conservou a posição, ficando como o segundo homem do partido depois de Prestes. Na Comissão Executiva ficaram também Ramiro Luchesi, Ferroviário de São Paulo, Sérgio Olmos, Pedreiro do Rio Grande do Sul, Jover Telles, Operário mineiro, também gaúcho, e Calil Chade, de São Paulo, que foi expulso do partido em 1961. Prestes continuou como Secretário-Geral apesar de bastante comprometido com a política e as "práticas autoritárias" stalinistas.

Na definição dos rumos do PCB após 1958, além de Mário Alves e Giocondo Alves Dias, baiano, outros elementos, que então não pertenciam ao C.C., desempenharam um papel importante. Entre eles, cumpre citar: Jacob Gorender (suplente do C.C.).[163] Armênio Guedes, também baiano, formado em Direito, ex-Diretor da *Imprensa Popular,* e Alberto

---

[161] Até então, durante cerca de 10 anos, Prestes só se reuniu com a Comissão Executiva, composta a esta altura por 9 membros. O Comitê Central possuía cerca de 30 membros e 20 suplentes.

[162] Arruda não foi afastado da direção pelos mesmos motivos de Grabóis e Amazonas. Estes últimos permaneceram como os mais firmes stalinistas, opondo-se posteriormente ao "revisionismo kruchevista". Aparentemente, Arruda dispunha-se a uma "autocrítica", mas seu passado "autoritário" tornou difícil sua permanência nos postos de Comando. Arruda ficou isolado por um período, unindo-se mais tarde a Amazonas, Grabóis e Pomar no PC do B. Na ocasião da luta interna, vacilou entre os vários grupos.

[163] Mário Alves de Souza Vieira e Jacob Gorender, um de família tradicional, outro de origem judia, nordestinos e intelectuais, representam bem dois tipos característicos de dirigentes comunistas. O pai de Mário Alves, como sói acontecer, era Funcionário Público. Formado em Ciências Sociais, em Salvador, Mário Alves entrou muito cedo para o partido, sendo logo alçado para o Comitê Regional da Bahia, no pós-guerra. Participou da Conferência da Mantiqueira. Rompeu com o partido em 1967 para formar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Preso, morreu em 1970, sob tortura, no Rio. Sobre o modo como foi morto, há o testemunho de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro, Codecri, 1979, p. 169.

Jacob Gorender nasceu em 1923, em Salvador. O pai, judeu-russo, trabalhava como mascate e a família teve uma vida muito modesta. Apesar disso, Gorender pôde estudar e entrar para a Faculdade de Direito de Salvador, mas não concluiu o curso. Em 1942, por intermédio de Mário Alves, entrou para o partido. Em 1943, apresentou-se como voluntário para a FEB e foi enviado para a Itália. Em fins de 1945, com 22 anos, foi para o comitê municipal e estadual da Bahia, cujo Secretário político era, então, Giocondo. Em outubro de 1946, Gorender foi para o Rio, onde trabalhou na redação da *Voz Operária.* Depois de

Passos Guimarães, intelectual alagoano. Juntamente com Giocondo e Mário Alves, foram eles os principais responsáveis pelo primeiro projeto da "Declaração Política" de março de 1958, que assinalou o rompimento formal com o Programa do IV Congresso (dos cinco militantes mencionados, Armênio e Giocondo continuaram no partido, ascendendo ambos a importantes posições na direção nacional).

Em termos de idade, nota-se ligeiro envelhecimento do novo grupo dirigente em comparação com as Chefias partidárias das décadas anteriores: Giocondo, tomando como base a época da "Declaração Política", estava com 45 anos aproximadamente;[164] Mário Alves e Gorender tinham aproximadamente 35 anos. Marighella, outro dirigente importante, estava com 47 enquanto Prestes beirava os 60.

O envelhecimento dos dirigentes comunistas parece normal considerando-se a longevidade do PCB, o mais antigo partido brasileiro em funcionamento. As organizações de oposição à ordem estabelecida habitualmente são formadas por jovens, sob o Comando de alguns poucos líderes mais velhos portadores de uma "experiência" que lhes assegura a liderança no interior da organização. A maior parte dessas organizações tem vida curta, pois a natalidade e a mortalidade infantil entre os agrupamentos de Esquerda são elevadas. Nas organizações que sobrevivem e *se desenvolvem,* os "sócios fundadores" ocupam as posições de Comando, dificultando a ascensão dos que "vêm atrás". Se a organização cresce numericamente, ela tende a se tornar mais complexa e hierarquizada, com a especialização das funções internas. Conseqüentemente, os novos aderentes têm que percorrer etapas mais longas para alcançar os postos de direção, passando por um período de aprendizado e socialização das normas e valores estabelecidos pela geração anterior. No PCB, embora a direção nacional de 1945 fosse mais velha do que a liderança dos primeiros anos de vida do partido, o grande número de jovens em postos importantes deveu-se ao rápido crescimento do partido no pós-guerra, depois de sua virtual liquidação em 1940. Atualmente, o PCB é certamente a organização

---

1951, foi para o Comitê Estadual de São Paulo, onde ficou até 1953. Neste ano, voltou para o Rio, sendo indicado Professor dos "cursos Stalin", para dirigentes e quadros do partido e ministrados pelos membros mais intelectualizados do aparelho partidário. Em 1954, no IV Congresso, foi eleito membro suplente do C.C. e, em 1960, foi eleito membro titular. Juntamente com Mário Alves e o ex-Tenente Apolônio de Carvalho, foi um dos fundadores do PCBR. Preso em janeiro de 1970, permaneceu na cadeia até outubro de 1971 (Jacob Gorender, entrevista pessoal concedida em São Paulo, em 11 de agosto de 1979).

[164] Entrevista de Giocondo Alves Dias, "Suplemento Especial" do *Jornal do Brasil,* de 19 de julho de 1979.

de Esquerda que possui a liderança mais idosa, quase todos os dirigentes com mais de 40 anos. Armênio Guedes e Giocondo Alves Dias estão com mais de 60 e Prestes com mais de 80 anos.

Mudanças na linha política – Em março de 1958, uma reunião do Comitê Central aprovou um documento denominado "Declaração sobre a Política do Partido Comunista do Brasil", que implicou profunda mudança na orientação partidária e na interpretação da situação política brasileira. A "Declaração" acentuava, entre outros pontos, o surgimento de um "capitalismo de Estado de caráter nacional" como um "elemento progressista e antiimperialista da política econômica do Governo". Além disso, a "Declaração", em sua análise da política nacional, partia do pressuposto de que se abria um novo curso na direção da "democratização e da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas" enquanto declinaria a "tradicional influência conservadora dos latifundiários". A "Declaração Política" considerava que a sociedade brasileira encerrava "duas contradições fundamentais". A primeira seria entre a "nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos". A segunda seria entre as "forças produtivas em desenvolvimento" e as "relações de produção semifeudais na agricultura". A "contradição entre o proletariado e a burguesia" não exigiria uma "solução radical": "Nas condições presentes de nosso país – dizia a 'Declaração' –, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo." A revolução seria "antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática". Assim, o "golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas" deveria ser dirigido contra o "imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apóiam". O PCB passou a defender a formação de uma "frente única nacionalista e democrática" organizada em torno dos seguintes objetivos fundamentais: 1) política exterior independente e de paz; 2) desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; 3) medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; 4) elevação do nível de vida do povo; 5) consolidação e ampliação da legalidade democrática. Coerentemente com a nova orientação, o PCB pronunciou-se claramente em favor do "caminho pacífico da revolução brasileira" através de "reformas democráticas" na Constituição de 1946, alcançadas mediante a combinação da "ação parlamentar e extraparlamentar".[165]

---

[165] "Declaração sobre a Política do Partido Comunista do Brasil", Comitê Central do PCB, Rio de Janeiro, março de 1958 (mimeo.).

O V Congresso – Em agosto de 1960, numa situação de semilegalidade, o PCB realizou, no Rio, o seu V Congresso. De modo geral, a linha política e a interpretação da situação nacional contidas na "Declaração" de 1958 foram ratificadas. Algumas de suas formulações foram mesmo retomadas quase literalmente na "Resolução Política" então aprovada. O tom geral da "Resolução Política" parece ligeiramente mais "à esquerda" do que a "Declaração" de 1958, mas, no conjunto, o PCB se aproximava de algumas posições defendidas anteriormente por Agildo Barata ("Governo nacionalista e democrático") e se afastava do programa aprovado alguns anos antes no IV Congresso ("Governo democrático de libertação nacional").[166] De modo mais preciso, alguns pressupostos gerais do esquema de interpretação da sociedade e da economia brasileira e das soluções sugeridas não foram abandonados. O PCB mantinha a idéia de que as causas fundamentais do "atraso brasileiro" decorreriam da ação do capital estrangeiro em aliança com os grandes latifundiários. Ademais, a "Resolução Política" aprovada no V Congresso, tal como o programa anterior do IV Congresso, continuava, em muitos aspectos, a ser um projeto de desenvolvimento econômico baseado num capitalismo estatal que constituiria o setor dinâmico mais importante da economia brasileira.[167]

Porém, em muitos outros pontos, a linha traçada a partir da Resolução de 1958 e ratificada no V Congresso fundava-se numa análise mais sofisticada da política nacional e punha de lado certas concepções então vigentes no PCB. Até 1958, o PCB sempre tinha entendido que o Governo brasileiro era uma simples expressão dos interesses norte-americanos aliados ao "latifúndio semifeudal". O V Congresso ofereceu uma interpretação mais complexa que considerava diferentes forças políticas com objetivos conflitantes. O Estado brasileiro representaria "os interesses latifundiários, dos capitalistas associados ao capital monopolista norte-ameri-

---

[166] As cisões posteriores, que levaram à formação do PCBR e da ANL, indicam que certas divergências, que na ocasião talvez não se tenham explicitado inteiramente, já existiriam no interior do grupo que sucedeu a anterior equipe stalinista de Diógenes Arruda. Assim, a interpretação que Jacob Gorender faz da linha aprovada no V Congresso parece mais radical do que a simples leitura da "Resolução Política" levaria a crer. Gorender enfatiza o papel do proletariado na liderança da "revolução nacional e democrática", o antagonismo que separaria a classe operária da "burguesia nacional" e acentua, por outro lado, a possibilidade de a revolução ser obrigada a vencer através da luta armada. Jacob Gorender, "O V Congresso", *Estudos Sociais*, nº 9, outubro de 1960.

[167] "Os interesses nacionais exigem o desenvolvimento de setores econômicos fundamentais através do capitalismo de Estado: petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transporte e outros". "Resolução Política", setembro de 1960, p. 21 (mimeo.).

cano e da burguesia ligada aos interesses nacionais". Segundo a direção do PCB, este "caráter heterogêneo" da instituição estatal acarretaria "contradições e compromissos de classe no seio do próprio Estado".

Por outro lado, a "Resolução Política" abandonava a visão catastrofista que permeara até então todas as análises da sociedade brasileira realizadas pelo partido. Neste sentido, o documento chegava a admitir certo avanço das forças democráticas e uma redução da influência conservadora dos latifundiários. A partir desta análise, o PCB passou a defender, em lugar de uma "frente democrática de libertação nacional", uma "frente única nacionalista e democrática", abrangendo "a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais". O proletariado, como força revolucionária "mais conseqüente", deveria ter o papel dirigente. Apesar desta formulação, que lembra as anteriores, o partido passou a considerar que "a classe operária, através de sua vanguarda", isto é, do PCB, não condicionava sua participação na frente única a "uma direção prévia do movimento".

Além desses aspectos, pensamos que o V Congresso introduziu duas inovações importantes para a atuação posterior do partido: a primeira delas era a de que "a conquista de reformas econômicas e políticas, de caráter antiimperialista e popular", era possível "nos quadros do atual regime" (anterior ao golpe militar de 1964). A segunda era que "nas condições atuais, do Brasil e do mundo", existia a possibilidade de que a "revolução antiimperialista e antifeudal" atingisse seus objetivos por um "caminho pacífico". Embora a Resolução não descartasse a possibilidade de uma "via não pacífica", a ênfase era colocada na ação legal, devendo o partido procurar influir na composição do Poder Legislativo, para a obtenção de reformas graduais com mudanças na Constituição de 1946. Esta ofereceria "instrumentos legais para a luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela democracia e por suas reivindicações sociais".

Embora o termo não fosse utilizado, o PCB optava, assim, por uma linha reformista, procurando utilizar e ampliar as possibilidades de atuação legal dentro do sistema constitucional.

No plano da organização interna, o V Congresso ratificou a derrota do antigo núcleo stalinista, provocando novo cisma no movimento comunista brasileiro, com a formação de dois partidos reivindicando-se portadores da herança partidária. Na ocasião do V Congresso, confirmando decisão anterior, foram oficialmente afastados 12 membros do Comitê Central; da Comissão Executiva foram destituídos os seguintes dirigentes: Arruda (o antigo Secretário da organização e homem forte do partido, o

segundo na hierarquia partidária), João Amazonas, Grabóis e Calil Chade. João Amazonas, na ocasião, era Primeiro-Secretário do Comitê Regional do Rio Grande do Sul; Grabóis era o Primeiro-Secretário do Estado do Rio.[168]

Em setembro de 1961, uma conferência nacional decidiu mudar o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. A intenção era facilitar o registro eleitoral do partido e sua legalização. A eliminação da preposição, supunha-se, deveria servir para enfatizar o caráter nacional do partido e a inexistência de vínculos com "organizações internacionais", proibidos pela legislação brasileira. Pouco tempo depois, em fevereiro de 1962, João Amazonas, Grabóis, Pomar[169] e outros militantes que haviam sido expulsos, ou que tinham abandonado o partido, decidiram convocar uma conferência nacional de oposição ao "partido prestista". Os opositores reivindicaram para si o antigo nome da organização, ou seja, Partido Comunista *do* Brasil, que ficou conhecido como PC do B em contraposição ao PCB, "de Prestes". De acordo com João Amazonas, em 1962, quando da nova cisão, o PCB perdeu a metade do Comitê Central e parte importante dos comitês regionais. Arruda, que havia passado por um período de obscuridade, terminou por reunir-se aos antigos companheiros do núcleo stalinista agrupados no PC do B. Enquanto o PCB mantinha-se numa linha de apoio à URSS, o PC do B aproximou-se da China Popular, naquela altura considerada mais "à esquerda" e mais fiel aos postulados e à prática stalinistas do que a própria URSS. O PC do B rejeitou o que denominou de "revisionismo kruchevista", em nome da tradição marxista-leninista-stalinista. No plano da política brasileira, continuou a insistir num "Governo popular revolucionário".[170]

---

[168] Entrevista de João Amazonas ao *Pasquim*.

[169] Pedro Pomar foi importante no PCB até aproximadamente 1948, tendo sido escolhido para redigir o prefácio do livro de coletâneas de cartas e discursos de Prestes, *Problemas Atuais da Democracia*. Ao que parece, dispunha de forte influência sobre Prestes. A partir da clandestinidade do PCB, foi perdendo posição no aparelho partidário. Em 1962, segundo informa João Amazonas na entrevista ao *Pasquim*, ocupava um modesto posto num comitê de bairro de São Paulo. Da ilegalidade até a cisão de Agildo, o grupo de fato dirigia o PCB, reunindo-se constantemente, sendo composto das seguintes pessoas em ordem de importância: Prestes, Arruda, João Amazonas, Grabóis e Marighella.

[170] Depois de 1964, enquanto o PCB procurava aliar-se a outras forças políticas democráticas para a constituição de uma ampla frente contra os Governos militares, o PC do B aderiu à tese (e à prática) da luta armada. Ao contrário de outros grupos que passaram para a guerrilha urbana, entre os quais os velhos dirigentes Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira ("Toledo"), o PC do B procurou agir no meio rural. Em começos de 1970 iniciou um movimento guerrilheiro na região do Araguaia, liquidado pelas Forças Armadas em 1974. Maurício Grabóis, ao que parece, foi morto nessa ocasião. Pedro Pomar morreu

A linha moderada aplicada pelo PCB a partir de 1958, em favor de um "Governo nacionalista e democrático", em aliança com os trabalhistas e nacionalistas, foi facilitada, externamente, pela diminuição da tensão internacional, resultante da melhora das relações entre a URSS e os EUA; internamente, a partir de março de 1958, depois de aproximadamente 10 anos de clandestinidade, os dirigentes do PCB puderam retornar à legalidade. Além disso, a crescente radicalização do movimento nacionalista, com o aparecimento de lideranças mais à esquerda, propiciava melhores condições para a formação da grande frente nacionalista, objetivo constante do PCB desde a Aliança Nacional Libertadora, em 1935.

Assim, nas eleições de 1960, o PCB apoiou as candidaturas do General Lott, para a Presidência, e de João Goulart, para a Vice-Presidência. Posteriormente, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, o partido apoiou resolutamente João Goulart para a Presidência e, mais tarde, forneceu a base de sustentação sindical para o Governo. Foi no setor operário, atuando no interior dos sindicatos oficiais, que os comunistas obtiveram seus maiores êxitos. Apesar de debilitado pela crise interna de 1956-58, pela cisão do PC do B em 1962, com a perda de muitos de seus dirigentes, o PCB obteve o controle dos principais sindicatos, federações e confederações. Entre as confederações, o PCB exerceu forte influência sobre a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), especialmente no setor metalúrgico; sobre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), mediante penetração no setor ferroviário, e também sobre a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), controlado pelo partido, agrupou os sindicatos mais ativos do início da década de 1960, apoiando o Governo Goulart e preconizando uma política de reformas estruturais da sociedade brasileira ("reformas de base").

O golpe de 1964 e a fragmentação da Esquerda. – A história do PCB depois de 1964 não faz parte do presente trabalho. Contudo, queremos

em São Paulo, em 1976, quando os órgãos de segurança invadiram um "aparelho" clandestino da organização. Da velha guarda stalinista que formou o PC do B sobreviveram Diógenes Arruda e João Amazonas. Arruda morreria em novembro de 1979, de um ataque cardíaco quando, depois de retornar ao Brasil beneficiado pela anistia, esperava no aeroporto seu velho companheiro João Amazonas. Posteriormente, quando a China Popular estabeleceu boas relações com os EUA, o PC do B afastou-se dos chineses e aproximou-se do Partido do Trabalho albanês. Cf. entrevista de Diógenes Arruda à *Folha de S. Paulo*, 23 de setembro de 1979, sob o título "A reconversão moderada da linha chinesa".

assinalar brevemente algumas das conseqüências do golpe militar para a evolução posterior do PCB. O movimento militar de abril tomou de surpresa a direção do partido (e de outras organizações de Esquerda). Rapidamente, os principais dirigentes comunistas tiveram que passar para a clandestinidade. O VI Congresso do partido, marcado para novembro de 1964, foi postergado. Somente em maio de 1965 é que o PCB conseguiu reunir seu Comitê Central em meio à profunda crise interna. O VI Congresso só seria realizado em dezembro de 1967. De modo geral, apesar das mudanças institucionais, o Congresso reafirmou a orientação moderada anterior, enfatizando, porém, a luta pela redemocratização do país, a revogação da legislação de exceção, apoiando taticamente o MDB e todas as forças democráticas que se opunham à "ditadura militar". Contra esta orientação, como indicamos anteriormente, opuseram-se vários setores do partido que preconizavam a derrubada do Governo militar através da luta armada. O VI Congresso formalizou o rompimento com a maioria do Comitê Central de dois grupos principais: o de Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, que formariam o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, também da "velha guarda", que formariam a Ação Libertadora Nacional. Outros importantes dirigentes do PCB que romperam com o partido no VI Congresso foram Jover Telles e Miguel Batista.[171]

A partir de então, enfraquecido por numerosas dissidências, enfrentando a competição de outros pequenos mas numerosos grupos de Esquerda,[172] o PCB deixou de ser uma força importante na política brasileira.

---

[171] Mário Alves, Marighella e Joaquim Câmara Ferreira foram posteriormente mortos pelos organismos de segurança. O PCB, embora se opusesse à luta armada, perdeu vários de seus antigos dirigentes, entre eles David Capistrano e Orlando Bonfim. De modo geral, as Forças Armadas e a Polícia Política foram amplamente vitoriosos no combate aos diferentes grupos de Esquerda, alguns dos quais foram inteiramente destruídos. O PCB teve que transferir, diante da repressão eficiente e violenta, todo o seu Comitê Central para fora do país.

[172] Depois de 1964, a Esquerda brasileira fragmentou-se em dezenas de pequenos grupos, quase todos preconizando a luta armada pela derrubada do Governo. A maior parte desses agrupamentos, frações, dissidências, movimentos etc. teve vida curta. Alguns foram logo liquidados pelos órgãos de repressão; outros se amalgamaram com grupos mais importantes e desapareceram. Em muitos casos, na liderança desses grupos estiveram alguns "comunistas históricos", como Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Grabóis, Pomar, Mário Alves, Amazonas, Gorender e outros que aderiram à tese da luta armada e à guerrilha. Porém, além de alguns militares, como o Capitão Lamarca, a maior parte dos militantes desses novos grupos de Esquerda foi recrutada do movimento estudantil. Além do PCB, do PC do B, do PCBR e da ALN, já mencionados, é possível registrar ainda os seguintes grupos: Ação Popular, Movimento Nacionalista Revolucionário,

No entanto, apesar de todos os reveses, ao contrário do que aconteceu em 1940, o partido salvou a maior parte de sua direção nacional (transferida para o exterior) e manteve suas atividades em escala reduzida, à espera de tempos melhores.

5. O PCB: UMA APRECIAÇÃO GERAL

Durante o período que analisamos, o PCB conseguiu transformar-se no principal partido da Esquerda brasileira. Enquanto os anarquistas desapareciam, os socialistas permaneciam como uma força inexpressiva e os trotskistas não ultrapassavam a etapa de simples grupo de propaganda, o PCB chegou a ser uma importante força na política do país, a ponto de, em certos momentos, influir diretamente no sistema decisório federal. Além disso, juntamente com sua oposição trotskista, foi o único partido que conseguiu manter, por muitas décadas, a continuidade organizatória num país em que a instituição partidária é sabidamente frágil e os partidos têm vida curta. Contudo, apesar de poder ostentar o título de mais antigo partido brasileiro e sobreviver a todos os tropeços e reveses, o PCB não conseguiu consolidar-se como um partido de massas. Uma das características do partido, tanto do ponto de vista da atuação política como da organização, foi a instabilidade: mudanças bruscas da tática política; fases de grande crescimento do número de militantes e simpatizantes seguidas de rápidos descensos, crises internas sucessivas, etc.

Mudanças nas fontes sociais de recrutamento – Como vimos, o PCB surgiu como um pequeno grupo onde predominavam os elementos de

---

Comando de Libertação Nacional, Frente de Esquerda Revolucionária, Fração Bolchevique do Partido Operário Revolucionário, Liga Operária, Movimento Armado Revolucionário, Movimento Antiimperialista Socialista, Movimento pela Emancipação do Proletariado, Movimento de Libertação Popular, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Movimento pela Revolução Proletária, Movimento Revolucionário Tiradentes, Partido Comunista Revolucionário, Partido Operário Comunista, Partido Operário Internacionalista, Política Operária, Partido Operário Revolucionário Trotskista, Partido Revolucionário dos Trabalhadores, Grupo Primeiro de Maio, Partido Socialista dos Trabalhadores, Rede, Tendência Leninista da ALN, União dos Comunistas, Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, Ação Popular Marxista-Leninista e Vanguarda Popular Revolucionária. Uma descrição mais detalhada desses grupos encontra-se em Marco Aurélio Garcia, "Quem é quem na Esquerda brasileira", *Em Tempo*, São Paulo, 16 a 22 de agosto de 1979, nº 77. O mesmo autor apresenta, nos números 78 a 86, uma análise do PCB a partir de 1954.

origem popular, principalmente artesãos e trabalhadores qualificados vindos do anarquismo e não da socialdemocracia. A grande expansão do partido ocorreu em meados da década de 30 e coincidiu com a adoção de uma plataforma nacionalista dirigida para as "classes médias". Neste período, o PCB "cresceu para cima", obtendo a adesão de muitos intelectuais, profissionais liberais e militares dos grandes centros urbanos, especialmente no Rio de Janeiro.

É preciso considerar essas transformações na política do PCB e nas suas bases sociais em relação a certas mudanças que estavam ocorrendo no interior da sociedade brasileira, mais especialmente as que atingiram a classe operária e as classes médias. No que diz respeito aos trabalhadores industriais e às classes populares, a partir da década de 30, houve profunda transformação na composição interna dessas classes, com a crescente entrada de amplos contingentes de mão-de-obra originária da agricultura. Ao mesmo tempo, no plano institucional, a década de 30 viu o crescente intervencionismo estatal na área sindical, caracterizado pela hábil combinação de vantagens sociais e trabalhistas com a repressão às tendências autônomas do movimento operário. Neste sentido, pensamos que a política trabalhista de Vargas dificultou amplamente a expansão do PCB (e de outras correntes de Esquerda) entre o proletariado fabril e as camadas assalariadas. Se consideramos que a industrialização vinha ocorrendo num contexto de ampla oferta de força de trabalho, percebe-se a dificuldade adicional para uma política sindical que pretendesse dispensar a "proteção" do Ministério do Trabalho e orientar-se para uma posição de conflito direto com o patronato. Em outras palavras: é nossa hipótese que o contexto político e econômico que cercou a industrialização brasileira e outras transformações institucionais foi amplamente desfavorável para um tipo de atuação política que procurasse contar, basicamente, com a capacidade de mobilização e organização autônoma dos trabalhadores fabris, em particular, e das classes baixas, em geral.

Por outro lado, enquanto a política getulista tratava de integrar e controlar as associações operárias, formando por cooptação uma camada de dóceis burocratas sindicais, aumentou o radicalismo das classes médias urbanas, especialmente de alguns de seus setores em processo de perda de *status* e/ou de readaptação à sociedade urbana e ao capitalismo competitivo. O marxismo e o nacionalismo do PCB atraíram amplos segmentos da *intelligentsia* e da oficialidade jovens. Estes dois setores aumentaram sua influência no partido, não só em termos numéricos, mas principalmente

em razão das posições que ocuparam nos postos de direção. Neste sentido, não deixa de ser significativo que os dois dirigentes que mais tempo ocuparam a Secretaria-Geral do partido tenham sido um intelectual (Astrogildo) e um Oficial do Exército (Prestes).[173]

Apesar da penetração desses elementos de "classe média" nos seus escalões mais elevados, o partido sempre contou com muitos Operários na sua base e nos seus organismos intermediários. Provavelmente, entre todas as correntes de Esquerda (excetuando-se os anarquistas) foi o PCB que teve mais Operários e membros das classes populares em suas fileiras.

De modo geral, a composição social do PCB foi bastante heterogênea ("policlassista"), conseguindo o partido recrutar tanto nas classes baixas e médias como nas classes altas. Com relação à direção nacional, os seguintes meios sociais forneceram a maioria dos dirigentes: 1) *Intelligentsia;* 2) Forças Armadas; 3) Proletariado. Cumpriria especificar melhor estas fontes de recrutamento. Entre a *intelligentsia* brasileira, entendida de modo amplo, Professores universitários e Jornalistas (na época, a profissão por excelência dos intelectuais autodidatas) forneceram muitos quadros para o PCB e para a Esquerda em geral. A mesma coisa pode-se dizer dos estudantes universitários. Muitos dos principais dirigentes do PC do período de 1945-1964 aderiram ao partido no final da Segunda Guerra, quando ainda se encontravam nas faculdades. Para essa geração de militantes, a luta contra o fascismo e o Estado Novo constituiu um poderoso elemento de motivação de adesão ao partido. Entre profissionais liberais, proporcionalmente, o PCB tendeu a ter mais influência entre Advogados e Médicos do que entre Engenheiros e Dentistas, por exemplo.

Com relação às Forças Armadas, foi entre Capitães e Tenentes e também entre Sargentos e Cabos do Exército que o PCB teve maior penetração. Muitos de seus principais dirigentes vieram desses setores. Porém,

[173] Embora tivesse muitos intelectuais e recrutasse fortemente nas classes médias, nenhum intelectual importante chegou à alta cúpula do partido. Por outro lado, o PCB não contou entre seus principais dirigentes com alguém que pudesse ser considerado um grande teórico do marxismo. *Nenhum* dos dirigentes do PCB deixou alguma obra de peso. Muitos de seus dirigentes só publicaram algum trabalho relevante depois de romper com o partido (caso de Basbaum, Heitor Ferreira Lima, Jacob Gorender etc.); outros membros do PCB que se destacaram como teóricos e pesquisadores marxistas permaneceram em constante divergência com a direção do partido (caso de Caio Prado Jr.). O marxismo desenvolveu-se tardiamente no Brasil e esteve mais ligado às estruturas universitárias do que à estrutura partidária. Pensamos que o dogmatismo e o praticismo stalinista, a dependência teórica e ideológica com relação ao PC soviético dificultaram a emergência de um pensamento marxista próprio no interior do PCB.

depois da década de 30, embora não desaparecesse inteiramente, reduziu-se muito a influência do PCB entre os militares.

Entre os soldados rasos e a alta oficialidade praticamente não se encontra nenhum dirigente importante do PCB, ainda que algumas altas patentes do Exército, de formação nacionalista, tenham estado bem próximas do partido.[174] Na Aeronáutica e, especialmente, na Marinha, a influência do PCB foi insignificante.

Com relação às classes baixas, o PCB obteve proporcionalmente mais êxito entre os estratos qualificados dos trabalhadores fabris e de serviços, como transportes e docas.

Inversamente, o PCB encontrou mais dificuldades para recrutar nos seguintes meios: 1) campesinato e proletariado agrícola; 2) operários e trabalhadores manuais de baixa qualificação; 3) pequenos proprietários urbanos; 4) grandes proprietários rurais, industriais e banqueiros.

Entre os trabalhadores rurais (o "campesinato") que teoricamente deveriam ser, ao lado do proletariado, sua principal base de apoio, a ação do partido foi mínima. No conjunto de seus dirigentes, apenas Nestor Vera aparece como "líder camponês". O PCB foi sempre um partido eminentemente urbano. Isso não quer dizer que não tivesse havido esforços e pequenos êxitos de penetração no setor rural. Em fins de 1950, o PCB patrocinou a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). No Estado de São Paulo, a ULTAB conseguiu algum avanço na organização dos trabalhadores da grande lavoura capitalista, quando levantou e defendeu certas reivindicações trabalhistas. Cumpre notar que as condições gerais do meio rural brasileiro, até a década de 1960, eram brutalmente desfavoráveis para quaisquer tentativas de mobilização política e sindical das populações rurais que objetivassem desafiar a coligação dos grandes proprietários e do poder público local. Porém, mesmo tendo em conta essas circunstâncias adversas, pode-se dizer que o PCB deu relativamente pouca importância ao problema agrário. O jornal *Terra Livre*, editado depois de 1948, ocupou lugar secundário no rol de suas publicações e, mesmo no meio urbano, o PCB nunca realizou qualquer campanha de maior vulto em favor da extensão da legislação trabalhista ao campo, da proteção ao trabalhador rural, do direito de sindicalização etc.

[174] Por exemplo, o General Leônidas Cardoso foi eleito Deputado federal por São Paulo com o apoio do PCB; o General Edgard Buxbaum foi um dos coordenadores da campanha contra o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, patrocinada pelo partido.

Do ponto de vista étnico, o grupo dominante entre os dirigentes comunistas foi o dos brasileiros de famílias há muito radicadas no Brasil, havendo, especialmente no período anterior a 1945, forte proporção de dirigentes originários de velhos troncos oligárquicos. Depois dos brasileiros, houve forte participação de judeus (Basbaum, Grabóis, Gorender, Moisés Vinhas etc.). Em São Paulo, *et pour cause,* a participação dos descendentes de italianos foi elevada (Sachetta, Luchesi, Bonimani, Carletto Favalli etc.). Porém a presença dos descendentes de italianos não foi marcante nos órgãos dirigentes nacionais. Menor ainda foi a participação dos descendentes de japoneses, sírios, libaneses, armênios, alemães e espanhóis. Do mesmo modo, a proporção de negros e mulatos entre os principais dirigentes do PCB foi bastante baixa e, se considerarmos a proporção de negros e mulatos na população brasileira, ela parece ainda menor. Em posições relevantes, houve alguns negros, como Claudino J. da Silva, e um pouco mais de mulatos ou mestiços (Agostinho Dias de Oliveira, Marighella, João Amazonas). Porém, de modo geral, os principais dirigentes do PCB eram brancos, fato que se relaciona à sua origem de "classe média".

Em termos regionais, a contribuição de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás para o Comitê Central e mais ainda para a Comissão Executiva foi pequena. O Estado do Rio, Pernambuco, Bahia e outros Estados nordestinos, além do Rio Grande do Sul, aparecem numa posição de destaque. Chama a atenção, particularmente, o baixo número de dirigentes da alta cúpula nascidos em São Paulo e Minas, os Estados mais populosos da Federação. Em termos da Comissão Executiva, a participação dos paulistas foi insignificante. O único dirigente relativamente importante nascido em São Paulo foi Joaquim Câmara Ferreira, que, mesmo assim, só adquiriu certa notoriedade quando rompeu com o PCB. A mesma coisa pode ser dita com relação aos mineiros. Sua influência só aumentou depois de 1964, quando ascenderam Armando Ziller, líder bancário de Belo Horizonte, Orlando Bonfim, Jornalista nascido no Espírito Santo, mas radicado em Belo Horizonte,[175] e Marco Antônio Tavares Coelho. Antes deles, ao que parece, o mineiro mais importante no PCB foi Lindolfo Hill, dirigente da construção civil de Belo Horizonte.

Finalmente, em termos da composição de liderança do PCB, cumpre notar o número insignificante de mulheres nos organismos dirigentes. Nenhuma mulher participou do antigo Birô Político nem depois da

[175] Orlando Bonfim foi depois morto pelos órgãos de segurança.

Comissão Executiva. No Comitê Central, apenas uma mulher, Zuleika Alambert, foi eleita membro efetivo, embora outras seis participassem na qualidade de suplentes.[176]

Nacionalismo e internacionalismo – Como outros partidos comunistas, a ideologia oficial do PCB foi sempre o marxismo-leninismo ou principalmente dos anos que vão da Segunda Guerra até o Relatório Kruchev, o marxismo-leninismo-stalinismo.[177] O objetivo último da ação do partido seria a revolução proletária e a construção do socialismo. Estabelecidas essas metas gerais – fim último da existência dos partidos comunistas – variaram através dos anos as linhas políticas e a ênfase concedida a este ou àquele aspecto que poderia compor a ideologia partidária.

Embora o marxismo permanecesse sempre como o pano de fundo a orientar as análises e os fundamentos filosóficos do partido, a partir principalmente de 1934, o nacionalismo veio a constituir um ingrediente fundamental da ideologia partidária. A influência do nacionalismo relaciona-se com a entrada dos militares no partido. A maior parte da jovem oficialidade que aderiu ao PCB em meados da década de 30 não tivera, e dificilmente poderia ter, qualquer vinculação com as lutas operárias e sindicais da época e tampouco estava familiarizada com a literatura marxista e socialista. A influência do nacionalismo significou a ênfase nas questões relacionadas com a soberania nacional, com o desenvolvimento econômico, a preferência pelas alternativas que privilegiavam as nacionalizações e o intervencionismo estatal, em detrimento das reivindicações vinculadas ao trabalho e à participação autônoma das classes operárias. Sob influência do nacionalismo, o objetivo permanente da atuação do PCB, qualquer

[176] Zuleika Alambert, entrevista a *O Jornal do Brasil*, suplemento especial, "O PCB encara a democracia", 29 de agosto de 1979. Zuleika nasceu em Santos. Foi eleita Deputada estadual pelo PCB nas eleições de 1947, com apenas 23 anos, dois anos depois de entrar para o partido. Segundo entrevista recente de Zuleika Alambert, o PCB teria dado pouca importância ao problema feminino. Apesar de estimular a formação de federações femininas, o PCB teria pensado na mulher para ser "usada como força política" (Entrevista concedida a Miriam Abromovay e Elisabeth Souza Lobo, "Feminismo no Partidão?"), jornal *Em Tempo*, nº 89, 8 a 14 de novembro de 1979.

[177] De acordo com Salomão Tabak e Victor Konder, o primeiro livro de Stalin editado no Brasil é de 1931 ("Informe ao XVI Congresso do Partido Comunista[Bolchevique]") sob o título: *Em Marcha para o Socialismo*. Cf. "A Divulgação das Obras de Stalin no Brasil", *Problemas*, nº 23, dezembro de 1949. Depois de 1929, o grupo stalinista era amplamente vitorioso, com a derrota da Oposição Unida (Trotsky-Zinoviev-Kamenev) e da ala "direita" de Bukarin. Mas o culto de Stalin só atingiria o apogeu depois da guerra.

que fosse o grau de radicalismo ou de moderação, não foi a "frente única" das camadas populares contra as classes altas, isto é, uma "aliança para baixo", mas uma "aliança para cima", ou seja, uma grande frente patriótica e antiimperialista, "policlassista", reunindo a burguesia nacional, a pequena burguesia, o campesinato e o proletariado. Nesta frente, o PCB apareceria como o representante da classe operária e, como tal, merecendo a liderança. Dentro desta concepção, o PCB sempre se mostrou mais inclinado a acordos com frações das classes altas do que a uma aproximação com outras tendências de esquerda, contra as quais travou sempre um combate sistemático (anarquistas, socialistas, trotskistas etc.). Não necessariamente uma orientação voltada para as classes trabalhadoras deveria ser revolucionária, como mostra o exemplo de muitos partidos social-democratas. Porém, "reformista" ou "revolucionária", uma política "de classe" implicaria ênfase na autonomia da reivindicação operária diante de outras classes, privilegiando as demandas próprias dos diferentes grupos de trabalhadores, o que não foi realizado pelo PCB.

O outro componente da ideologia do PCB que, paradoxalmente, conviveu com seu nacionalismo foi o "internacionalismo proletário", consubstanciado na fidelidade incondicional à URSS e ao PC soviético. A menção a este ponto sempre irritou os dirigentes do PCB, que aí viam uma "provocação anticomunista". Contudo, trata-se de um aspecto fundamental da natureza do PCB que não pode ser deixado de lado em sua análise. Na verdade, os próprios dirigentes do PCB procuravam ressaltar este aspecto, considerando como algo positivo, o que tendiam a negar quando apresentado em forma crítica.

Assim, por exemplo, na divulgação dos resultados do IV Congresso pela revista *Problemas*, depois de uma breve informação sobre a realização do congresso, o primeiro documento apresentado, em lugar de destaque, era a mensagem do PC soviético ao PC brasileiro. Informa a revista *Problemas* que "o entusiasmo atingiu o auge quando o camarada Carlos Marighella procedeu à leitura da mensagem enviada ao IV Congresso do PCB pelo sábio Comitê Central do glorioso Partido Comunista da União Soviética... A mensagem foi aclamada com tempestuosos e prolongados aplausos. Do plenário ouviam-se repetidas exclamações: 'Viva o Partido Comunista da União Soviética e seu sábio Comitê Central!' 'Viva a gloriosa União Soviética".[178] A seguir, em mensagem do IV Congresso ao

---

[178] *Problemas*, nº 64, p. 4.

Comitê Central do PCUS, os comunistas brasileiros agradeceram "com emoção os ensinamentos do Partido Comunista da União Soviética e seu sábio Comitê Central" e assumiram "o compromisso de honra" de não pouparem esforços para a bolchevização do PCB "para forjá-lo à imagem e semelhança do Partido de Lênin e Stalin". Finalizando, o PCB expressou ao PC soviético "a segurança de sua fidelidade inabalável e de sua dedicação sem limites".[179]

Juntamente com a fidelidade à URSS e a subordinação ideológica e política ao PC soviético, havia o culto a Stalin, que persistiu até a divulgação do Relatório Kruchev. Não havia publicação teórica do PCB em que Stalin não fosse citado abundantemente a propósito dos mais diversos assuntos, invariavelmente qualificado de "gênio", "guia dos povos", "campeão da paz e do socialismo", "mestre" etc. Eis alguns exemplos do estilo habitualmente empregado, na época, pelos dirigentes comunistas: "À frente desse movimento gigantesco (o dos povos amantes da paz), jamais conhecido no mundo, encontra-se a poderosa e invencível União Soviética, dirigida pelo glorioso Partido Bolchevique e pelo gênio do mestre e guia do proletariado, o amigo de todos os povos oprimidos, o grande Stalin – campeão da paz e do socialismo".[180]

No septuagésimo aniversário de Stalin, assim se expressava Luís Carlos Prestes em número especial da revista *Problemas* dedicado a Stalin: "Voltam-se para Moscou e para a figura gigantesca de Stalin as massas de milhões dos povos do mundo inteiro. É a maioria esmagadora da humanidade que trabalha e produz, que concentra seu pensamento e dirige seus melhores sentimentos de gratidão e de esperança ao homem que reconhecemos como nosso irmão, mas que admiramos como mestre e guia genial, e que amamos como a um pai previdente, bom e justiceiro."[181]

Prestes apenas repetia o que consistia uma prática normal do comunismo internacional que se convencionou chamar, mais tarde, de "culto da personalidade". Assim, referindo-se a Stalin, Béria escrevia alguns anos antes de "cair em desgraça": "A genialidade de nosso Chefe combina-se com a sua simplicidade e modéstia, com a sua extraordinária fascinação pessoal, sua irreconciliabilidade com os inimigos do comunismo – com a sua sensibilidade e solicitude paternal para com os homens. São-lhe

[179] "Mensagem do IV Congresso do PCB ao CC do PCUS", *ibidem*, pp. 14 e 15.

[180] Luís Carlos Prestes, "Guiados pelos ensinamentos do camarada Stalin, nosso educador, estudemos e assimilemos a doutrina marxista-leninista", *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1951, nº 86.

[181] Luís Carlos Prestes, "Nossa Política", *Problemas*, nº 23, dezembro de 1949, p. 3.

inerentes a extrema clareza do pensamento, a grandeza tranqüila do caráter, o desprezo e a intolerância por qualquer alarde e efeito externo."[182]

O "internacionalismo proletário", ou seja, a dependência teórica, ideológica e política ao PC soviético, tornava suspeito o nacionalismo dos dirigentes do PC brasileiro. Além disso, as vinculações com a URSS, a nosso ver, dificultavam aos comunistas brasileiros delinear uma tática e uma estratégia adequada às condições brasileiras, pois, amiúde, a política do PCB não foi decidida a partir de considerações relacionadas com a situação interna do país, mas foi influenciada, ou determinada, pelas vicissitudes da diplomacia soviética diante do mundo ocidental, basicamente dos Estados Unidos. Entretanto, por outro lado, o relacionamento com a União Soviética apresentava um lado vantajoso para o PCB, tanto em termos materiais como políticos. Na medida em que a URSS era apreciada positivamente em certos setores da opinião pública, os comunistas brasileiros capitalizavam o prestígio soviético, como aconteceu durante a Segunda Guerra, quando da vitória da URSS sobre a Alemanha nazista. Do mesmo modo, em outras ocasiões, quando a URSS apoiou a resistência de outros países do Terceiro Mundo diante dos Estados Unidos, o PCB beneficiou-se da simpatia que a política soviética encontrou em certos círculos. Inversamente, alguns aspectos do regime soviético, ou de sua política externa, refletiram negativamente sobre o PCB. O Relatório Kruchev, a intervenção de tropas soviéticas na Polônia e na Hungria foram acontecimentos bastante prejudiciais para a imagem do partido junto à intelectualidade e às classes médias brasileiras.

Pensamos que esta dependência do PCB diante do PC soviético fez com que os comunistas brasileiros tivessem muita dificuldade para encontrar uma política adequada ao meio sobre o qual pretendiam agir. Assim, pelo menos até 1960, o PCB não conseguiu definir-se claramente nem por

[182] L. Béria, "O grande inspirador e organizador das vitórias do comunismo", *Problemas*, nº 23, p. 87. No PCB houve também, mas em escala muito menor, o "culto da personalidade" de Prestes. Uma de suas primeiras manifestações encontra-se em Jorge Amado, que assim descreve a figura do "Cavaleiro da Esperança": "Durante toda a sua gloriosa carreira esse genial condutor do povo, esse Chefe, líder indiscutido, obedecido e amado, em nenhum momento deixou de ser o mais humano e simples dos homens. Gênio militar e gênio matemático, o primeiro de seu povo, coração de aço, condutor e guia, o primeiro dos operários, o primeiro dos camponeses, o primeiro dos Soldados e Marinheiros, o primeiro também das outras camadas pobres da população, dos progressistas e dos patriotas sinceros, foi sempre, em todos os momentos, o mais doce, o mais bondoso, o mais amigo de todos os homens. Coração de aço como o coração do povo. Mas coração humano e compreensivo e bom como o coração do povo." Jorge Amado, *op. cit.*, pp. 61 e 62.

uma linha "revolucionária" nem por uma linha "reformista". No conjunto, a política comunista consistiu numa perpétua oscilação entre o "aventureirismo de esquerda" e o "oportunismo de direita", com mudanças sucessivas na interpretação do quadro político e da tática partidária.

Assim, já o III Congresso, em fins de 1928 e começos de 1929, criticava a política do partido, especialmente no que diz respeito ao Bloco Operário e Camponês. Considerou-se que a ação do partido tinha sido marcada por certo "eleitoralismo" e que havia a tendência de confundir o PCB com o BOC. O Bloco foi dissolvido. A linha anterior foi classificada de "menchevista", e teve início a fase obreirista de ultra-esquerda, abandonada em 1934.

Em 1954, fazendo um balanço da atuação do PCB, dizia Prestes: "Como é sabido, no III Congresso do partido, serviu de base para todas as suas resoluções a 'teoria' tipicamente oportunista da 'terceira revolta', levando-nos a percorrer caminhos errôneos... A pretexto de esperar uma suposta 'terceira revolta' dirigida pela pequena burguesia, colocava-se o proletariado a reboque da burguesia. Posteriormente, quando em 1930-31, com a ajuda da Internacional Comunista, procuramos retirar o partido do pântano oportunista... fomos levados a posições sectárias e ultra-esquerdistas... Já em 1935, apesar da justa orientação do partido, procurando unir as mais amplas forças antiimperialistas e antifeudais na ANL, a influência do radicalismo pequeno-burguês na direção do partido, sob a forma específica do chamado golpismo 'tenentista', levou-nos a cometer o grave erro de precipitarmos a insurreição... Quando em 1937, diante da evidência dos erros esquerdistas... procuramos mudar a orientação política do partido, caímos no extremo oposto, no oportunismo de substituir a hegemonia do proletariado pela hegemonia da burguesia". Depois disso, no período da legalidade, o PCB teria alcançado grandes êxitos. Porém, sem resistência, o partido foi colocado na ilegalidade e os parlamentares comunistas tiveram seus mandatos cassados. "A causa de tais insucessos estava, em grande parte, nos desvios reformistas de nossa linha política e nas ilusões parlamentaristas que predominaram no partido, manifestações de direita da ideologia da pequena burguesia na direção do partido... Foi à luz dos ensinamentos contidos no Informe do camarada Zhdanov, pronunciado em setembro de 1947... e já sob os duros golpes da reação, que começamos a compreender o que havia de errôneo em nossa linha política e a fazer esforços para corrigi-la. Ainda desta vez, porém, ao corrigirmos

os erros de direita, fomos unilaterais e caímos em posições sectárias e esquerdistas, expressas em nossos documentos da época, desde o Manifesto de Janeiro de 1948 até o Manifesto de Agosto de 1950".[183]

Estas palavras foram pronunciadas no IV Congresso, em 1954. Na mesma ocasião, Prestes manifestava a confiança de que, com o novo programa, os erros seriam finalmente eliminados: "Já andamos pela direita e pela esquerda. Na base de nossas experiências e armados com o Programa do Partido, já dispomos de elementos que nos permitirão avançar pelo justo caminho."[184] Entretanto, não foi assim. Em começos de 1958, o PCB abandonou a palavra de ordem de derrubada do "Governo de latifundiários e grandes capitalistas" e sua substituição por um "Governo democrático de libertação nacional" e passou a defender a formação de um "Governo nacionalista e democrático" a ser alcançado por vias pacíficas.

Alguns anos depois, no período Goulart, Prestes entenderia que o partido teria novamente avaliado erradamente a situação política e se equivocado na sua atuação, facilitando o golpe de 1964 e a instalação dos regimes militares: "Com nossas posições sectárias esquerdistas, nós precipitamos um confronto para o qual não tínhamos força. E quando um confronto se dá com inferioridade de forças é para ser derrotado. Quer dizer: podíamos exercer influência inclusive sobre o Sr. João Goulart, para evitar aqueles atos extremados dele, aquela reunião de Sargentos que eu acho precipitou os acontecimentos."[185]

Os "erros" não se referem apenas à orientação política *stricto sensu*. De modo geral, toda a atuação do partido, nos diferentes períodos, tem sido avaliada muito criticamente pelas sucessivas lideranças. Em 1954, Astrojildo assim classificaria a atividade anterior do partido: "Era uma atividade empírica, descontínua, meramente praticista, espontaneísta e burocrática (...) A direção do Partido... não possuía capacitação bastante para proceder, do ponto de vista marxista, a uma análise, mesmo elementar, da realidade histórica brasileira. Não possuíamos um conhecimento

---

[183] Luís Carlos Prestes, "Informe de Balanço do Comitê Central do PCB", *Problemas*, nº 64, pp. 90 e 93, *passim*. É interessante observar que a correção dos "erros" do PCB, segundo Prestes, deveu-se sempre ao auxílio da Internacional Comunista, supondo-se que os comunistas brasileiros não seriam capazes de perceber seus equívocos. Na verdade, nenhuma das linhas políticas adotadas pelo PCB foi decidida à revelia da Internacional Comunista ou do Birô de Informação.

[184] *Idem*, p. 94.

[185] Luís Carlos Prestes, entrevista à TV Bandeirantes. Trecho reproduzido pelo jornal *Em Tempo*, 5 a 12 de julho de 1979.

sequer aproximado da verdadeira situação do país no concernente à sua estrutura econômica e política, às forças sociais em presença; à natureza e ao conteúdo das lutas de classe em seus diversos setores etc.".[186]

Mais tarde, em 1957, ao fazer o balanço geral da atividade do PCB, Agostinho Dias de Oliveira diria que, até 1930, "o trabalho de organização" não correspondeu às aspirações e ao entusiasmo revelado na época pelas massas que procuravam um guia e dirigente para as suas lutas, e o partido surgido nesse ascenso revolucionário ficou, após a sua fundação, quase que limitado a pequenos grupos sofrendo a influência golpista dos movimentos tenentistas que eclodiram no país depois da fundação do partido. Após 1930, ainda de acordo com Agostinho Dias de Oliveira, o partido teria cometido sérios erros, "de natureza sectária", que só foram corrigidos em 1934. Depois do malogro do levante, o revisionismo teria predominado em "todos os escalões do Partido", com a adoção de uma "linha nacional-reformista". No período da legalidade, o trabalho de organização não teria estado "à altura das necessidades de crescimento do Partido, que passou de 4 mil membros para 200 mil num curto período de menos de 2 anos". Depois disso, o "mandonismo e o arbítrio" ter-se-iam desenvolvido em todos os setores da organização.[187]

Um ano e meio depois do V Congresso (1960) após a derrota dos "renovadores" de Agildo e dos "stalinistas" de Arruda, um documento da direção do partido considerava que, "apesar... de termos avançado na correção de erros e deficiências no trabalho de organização, ainda persistem concepções, tendências e práticas falsas, sectárias umas, liberais outras... A correção desses erros tem sido em certa medida retardada pela falta de uma política de organização sistematizada, claramente formulada".[188]

A juízo de seus dirigentes, a história do Partido Comunista do Brasil aparece como uma sucessão de erros e de incompreensões do processo político nacional. Esta avaliação parece-nos muito severa. É preciso considerar que, em alguns casos, mais do que uma autocrítica há uma crítica às lideranças anteriores. Embora não tenha conseguido atingir nenhum dos seus principais objetivos,[189] o PCB teve muita importância na vida política

[186] Astrojildo Pereira, "Algumas Observações Autocríticas", *Formação do PCB*, pp. 138 e 140.

[187] Agostinho Dias de Oliveira, "O Projeto de resolução e as causas de nossos erros", *Voz Operária*, 18 de maio de 1967, citado por Hermínio Linhares, "O Comunismo no Brasil", *Revista Brasiliense*, março-abril de 1960, nº 28, pp. 136 a 138, *passim*.

[188] "Resolução sobre a política de organização do Partido". O documento não está datado, mas é, presumivelmente, de 1962.

[189] Não é muito fácil definir quais são os principais objetivos do PCB porque houve freqüentes mudanças de linha política. Pensamos, contudo, que a luta contra o capital estrangeiro

do país. No plano ideológico, o partido influenciou muitos segmentos das classes médias e altas e forneceu um esquema relativamente convincente de explicações das causas do "atraso" brasileiro. Em certo sentido, o PCB deu uma base teórica a um sentimento nacionalista difuso existente entre as Forças Armadas e a *intelligentsia.* A campanha pelo monopólio estatal do petróleo muito se deveu à ação dos comunistas. No conjunto, ao longo de sua história, o grande êxito do PCB foi a Aliança Nacional Libertadora, que teve um início bastante promissor, prejudicado depois pelo excesso de radicalismo. No meio sindical, o PCB foi a única organização de esquerda a ter formado uma liderança de origem operária. De modo geral, parece-nos que o PCB obteve melhores resultados quando, dentro de uma linha política moderada, foi capaz de assumir com firmeza certas reivindicações sindicais. Porém, o partido jamais pôde ser conseqüente na sua atuação "reformista". O PCB agitou certos temas nacionalistas e assumiu a liderança de algumas mobilizações populares e operárias de "caráter imediato", mas todas as ações neste níveis estavam subordinadas a um projeto de transformações mais globais da sociedade brasileira. A plataforma nacionalista entrava em contradição com o "internacionalismo proletário"; a defesa de certas reivindicações sindicais, sociais e democráticas parecia um engodo, um trampolim para o estabelecimento de um regime semelhante ao da URSS ou das Democracias Populares, chefiado pelo PCB enquanto partido único monolítico. Por isso, mesmo quando optou por uma linha moderada, o PCB não eliminou as desconfianças de muitos círculos com relação aos seus propósitos democráticos e não pôde, efetivamente, atuar como um partido reformista clássico, que se propõe a melhorar a situação das classes trabalhadoras mediante um programa de reformas graduais no sistema capitalista. Mas, tampouco, não sabendo se decidir entre a bandeira vermelha e a bandeira verde-amarela, o PCB pôde agir como um partido nacionalista. No caso, nem o próprio PCB se assumia como um partido reformista ou um partido nacionalista, nem as classes e instituições dominantes o viam como tal. Porém, por outro lado, o PCB também não atuou como partido revolucionário, entre outras razões, porque não havia condições para tanto. E a

---

e contra o "latifúndio semifeudal" constituiu alvos permanentes da atuação partidária. Neste ponto, é fácil ver que o PCB não teve nenhum êxito significativo. Tampouco o partido conseguiu criar um movimento sindical autônomo ou moldar a estrutura corporativa criada durante o Estado Novo. Na realidade, em meados da década de 1950 ou um pouco antes, o PCB desistiu de tentar alguma alteração na estrutura sindical e passou a trabalhar no interior dos sindicatos oficiais.

única tentativa insurrecional lhe foi muito negativa. Daí por que o partido, nas palavras de Prestes, ter andado sempre, pelo menos até 1960, pela direita e pela esquerda.

As oscilações da linha partidária aparecem na consciência dos dirigentes comunistas como um ziguezague entre o "oportunismo de direita" e o "aventureirismo de esquerda", sendo ambos o resultado da influência pequeno-burguesa no interior do PCB, especialmente na sua direção.[190] Pensamos, no entanto, que o problema reside antes na incapacidade (ou na impossibilidade) demonstrada pelo PCB de optar conseqüentemente por uma via revolucionária ou por uma via reformista. Este dilema "reforma ou revolução", conjugado à contradição "nacionalismo" *versus* "internacionalismo proletário", dificulta a elaboração de uma linha política mais adequada ao meio brasileiro. Embora, paradoxalmente, esta mistura de nacionalismo e "internacionalismo", de reformismo e revolucionarismo, consiga atrair para o PCB segmentos diferentes da população orientados por motivações variadas, ela mantém o partido num estado de constante tensão interna e tem permanecido na raiz das sucessivas crises e cisões que marcaram a vida do PC no Brasil.

---

[190] "Está... nos elementos da pequena burguesia, que durante muitos anos constituiu considerável proporção do Partido, a base social do oportunismo de direita e de 'esquerda' dentro do Partido, da influência ideológica da pequena burguesia em suas fileiras." Luís Carlos Prestes, "Informe ao Balanço do C.C. do PCB ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil", *Problemas,* nº 64, p. 89.

CLASSES SOCIAIS E CLASSES DIRIGENTES

LIVRO TERCEIRO

CAPÍTULO IX

CLASSE MÉDIA E POLÍTICA NO BRASIL (1930-1964)

1. INTRODUÇÃO: QUEM É A CLASSE MÉDIA BRASILEIRA?

O OBJETIVO deste pequeno ensaio é caracterizar as posições políticas assumidas pela classe média brasileira ao longo da grande fase política que se estende de 1930 a 1964. Mais precisamente, propomo-nos a verificar como a classe média brasileira se coloca diante dos conflitos políticos mais importantes dessa fase histórica: conflitos nascidos no seio da classe dominante, conflitos opondo a burocracia de Estado (civil e militar) a frações da classe dominante e conflitos travados entre a classe dominante e as classes populares.

Um ensaio sobre esse tema deve começar obrigatoriamente pela questão: quem é a classe média brasileira no período 1930-1964?[1] Para poder

[1] Deste conjunto social, excluímos desde logo a pequena burguesia tradicional, ou "clássica" (artesãos, pequenos produtores, pequenos comerciantes), por considerarmos que diferentes posições no processo social da produção (pequena produção independente, pequena propriedade, trabalho freqüentemente manual, no caso da pequena burguesia tradicional; trabalho não manual, não propriedade dos meios de produção, no caso da classe média "moderna") impedem inclusive a unificação das duas classes ao nível estritamente *ideológico* (a esse respeito, consultar nosso artigo "Classe média e políticas de classe (uma nota teórica)", em *Contraponto* nº 2, Centro de Estudos Noel Nutels, Rio de Janeiro, novembro de 1977). Mas a mera distinção conceitual não explica por que não nos propomos, nesse ensaio, a analisar *também* as tendências ideológicas e a ação política da *pequena burguesia* (tradicional) brasileira, no período em foco. A razão é outra: a produção artesanal, a pequena empresa industrial e o pequeno comércio estiveram longe de ter, ao longo do desenvolvimento capitalista brasileiro, uma importância numérica e social proporcional àquela conservada por esse setor, nos países capitalistas europeus (França, Bélgica etc.). É verdade que, a partir da crise do sistema colonial, a economia escravista mercantil brasileira abriu um certo espaço para o artesanato e o pequeno comércio; e que a pequena burguesia

respondê-la, voltemos um pouco atrás na história do desenvolvimento capitalista brasileiro. Em meados do século XIX, a consolidação do Estado nacional e o desenvolvimento da economia cafeeira engendraram, na Região Centro-Sul, um novo e extenso aparelho urbano burocrático e de serviços: agências do Estado central, bancos, casas de exportação e importação, casas comissárias. A partir de então, a população da capital do Império cresceu consideravelmente, e pequenos burgos tornaram-se rapidamente importantes centros administrativos e comerciais da região cafeeira (é o caso, por exemplo, de cidades como São Paulo e Santos).

Todavia, se a implantação do novo aparelho burocrático e comercial/bancário foi o resultado direto da construção do Estado pós-colonial e do desenvolvimento do capitalismo comercial (sobretudo na região cafeeira), a aceleração do seu ritmo de expansão está ligada ao desenvolvimento da indústria no país. Essa relação é, antes de mais nada, sugerida pela evolução global do "setor terciário urbano" no Brasil: 15,3% da população economicamente ativa em 1920, 20,0% em 1940, 21,8% em 1950, 23,6% em 1960. Mas talvez a desagregação do "setor terciário" em vários domínios de atividade nos ofereça elementos mais significativos para a confirmação da relação entre desenvolvimento da indústria e acele-

---

tradicional das cidades portuárias (Recife, Salvador etc.) pôde se exprimir, sobretudo no período 1790-1850, como verdadeira *força política*, através de movimentos contra o capital comercial e o poder central, por ele controlado (tenha-se em conta, a propósito, a forte componente pequeno-burguesa – igualitarismo socioeconômico, palavras de ordem radicais como "expropriação do grande comércio", ou "repartição do latifúndio" – de movimentos políticos como a Revolução Praieira de 1848). Todavia, no período posterior a 1850, a importância política dessa classe declinará, em razão da diminuição relativa de sua importância econômica e social. Quais as razões para esse declínio? Retomamos a tese de Sérgio Silva sobre "As origens da indústria no Brasil": o desenvolvimento do capitalismo não repete, aqui, as fases típicas da transição para o capitalismo na Europa (artesanato, manufatura/grande indústria). Ou seja: a grande indústria se implanta no Brasil a partir de fins do século XIX sobre uma base material extremamente pobre (ausência de um razoável desenvolvimento prévio do artesanato e da manufatura); seu ponto de partida serão os capitais e a experiência acumulados pela grande burguesia comercial exportadora e importadora. Como se pode depreender, tal processo de desenvolvimento do capitalismo não reserva um lugar muito importante para a pequena produção e o pequeno comércio. E esse fato que explica, em geral, a inexpressiva presença política da pequena burguesia "clássica" na formação social brasileira, a partir de fins do século XIX (recorde-se, no extremo oposto, a forte presença pequeno-burguesa no desenvolvimento capitalista da França).

Sobre a reduzida importância da pequena produção industrial (menos de 5 Operários) no desenvolvimento capitalista brasileiro, consultar Paul I. Singer, *Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969*, Cebrap, São Paulo, 1971, p. 56. Sobre as origens da indústria no Brasil, ver Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1976, capítulo IV, "Origens da Indústria".

ração da expansão dos serviços urbanos no Brasil do que aqueles propiciados pela mera observação da evolução dos números globais. É que o desenvolvimento da indústria provoca uma transformação progressiva da composição interna de um complexo urbano de serviços moldado pelas necessidades do capital comercial. Essa tendência pode ser visualizada através do estudo da evolução, em termos de emprego relativo, das categorias "serviços de produção" (comércio, crédito, transporte, comunicação), "serviços de consumo individual" (serviços pessoais, profissões liberais) e "serviços de consumo coletivo" (serviços governamentais e atividades sociais: educação, saúde, previdência social).[2] O crescimento ininterrupto dos "serviços de produção" entre 1920 e 1960 deve ser explicado pelo seu papel de complemento às atividades industriais: 7,8% da população economicamente ativa em 1920, 9,2% em 1940, 10,4% em 1950, 11,5% em 1960. Quanto ao crescimento contínuo dos "serviços de consumo coletivo", não é desarrazoado atribuí-lo à expansão das atividades governamentais (burocráticas, técnicas e empresariais), requerida pelo desenvolvimento da indústria: 2,5% da população economicamente ativa em 1920, 4,2% em 1940, 5,1% em 1950. Examinemos, finalmente, a evolução dos "serviços de consumo individual", cujas relações com a acumulação de capital na indústria são mais distantes: 5,0% da população economicamente ativa em 1920, 6,6% em 1940, 6,3% em 1950. Todavia, as taxas de emprego em serviços pessoais domésticos e em profissões liberais não evoluíram igualmente. Os serviços domésticos, de baixa produtividade e de caráter "pré-capitalista" diminuíram progressivamente sua participação relativa no conjunto dos "serviços de consumo individual", pelo menos até 1950: 76% em 1920, 67,8% em 1940 e 67,3% em 1950. A falta de dados relativos ao período posterior nos impede de afirmar categoricamente que essa tendência decrescente se manteve ou se acentuou depois de 1950. Mas, por outro lado, o crescimento considerável do número absoluto de profissionais liberais entre 1950 e 1969 – de 78.730 a 283.000 – sugere um possível aumento de sua participação relativa no conjunto dos "serviços de consumo individual".*

---

[2] Os dados mencionados e a sua interpretação foram retirados de Paul I. Singer, *op. cit.*, p. 51 e pp. 57-62.

* Tais dados, retirados dos Censos de 1920, 1940, 1950 e 1960, são mencionados por Paul I. Singer, *op. cit.*, pp. 63-66. Dados os objetivos particulares de nosso ensaio, deixamos de enfatizar aqui os problemas decorrentes da assimetria dos critérios de classificação empregados nos diferentes recenseamentos; tais problemas são tratados com detalhes pelo autor citado, na obra em questão.

Assim, o desenvolvimento da indústria, a partir da primeira década do século XX, provocará a ampliação do aparelho urbano burocrático e de serviços, implantado no Centro-Sul em função das necessidades econômicas e políticas do capital comercial. Neste ponto, coloca-se a pergunta: a classe média brasileira coincidiria com o conjunto dos trabalhadores integrantes do aparelho urbano burocrático e de serviços, sejam os agrupados no "setor terciário", sejam aqueles formalmente pertencentes ao "setor secundário"? Nesse caso, a classe média seria a classe dos trabalhadores improdutivos, isto é, de todos aqueles cujo trabalho não contribuísse de modo direto para a produção de mercadorias: trabalhadores assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicação) e da administração das empresas industriais, funcionários do Estado, civis e militares, profissionais liberais. Mas é razoável supor a existência de uma unidade ideológica mínima entre as diferentes categorias ocupacionais que compõem a extensa camada dos trabalhadores improdutivos? Ou por outra: a posição comum de todos os trabalhadores improdutivos no processo social de produção é suscetível de dar caução à sua unidade ideológico-política, permitindo-nos superar a conceituação econômica mais abstrata e, portanto, caracterizar a camada dos trabalhadores improdutivos como uma verdadeira classe ("média", porque distinta dos proprietários do capital e da classe operária)? Na verdade, a divisão capitalista do trabalho torna impossível essa unidade, por isolar ideologicamente, do conjunto das classes trabalhadoras (num plano mais geral) e do conjunto da camada dos trabalhadores improdutivos (num plano mais específico), uma parcela determinada dos trabalhadores improdutivos: aqueles que exercem um trabalho predominantemente não-manual. Noutras palavras, a divisão capitalista do trabalho dificulta a identificação entre todos os trabalhadores e neutraliza, na prática, a unidade puramente econômica dos trabalhadores improdutivos, ao travestir a divisão real entre trabalho manual e trabalho não-manual em hierarquia do trabalho fundada numa distribuição desigual, por entre os indivíduos de "dons" e "méritos".[3] O fato de a partilha dos homens entre o trabalho manual e o trabalho não-manual parecer ser o resultado da existência de diferentes graus de capacidade, e não o contrário, impede a união entre trabalhadores não-manuais e trabalhadores manuais pela destruição integral

[3] Servimo-nos aqui das expressões empregadas por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, *La Réproduction*, Les Editions de Minuit, Paris, 1970; ver especialmente Capítulo 4, "La dépendence par l'indépendence", pp. 209-253.

do capitalismo e da divisão capitalista do trabalho. A "classe média" das formações sociais capitalistas é, portanto, o conjunto dos seus trabalhadores predominantemente não-manuais e não o conjunto da camada dos trabalhadores improdutivos. É que a hierarquia do trabalho, cujos efeitos conservadores se fazem sentir sobre os trabalhadores improdutivos não-manuais, não impede que os trabalhadores improdutivos manuais se unam à classe operária fabril na crítica integral – e não apenas a alguns de seus aspectos, como a propriedade privada ou a "anarquia da produção" – ao capitalismo. Diferentemente desse proletariado comercial ou dos transportes, a classe média é uma criação do capitalismo, pois tende a funcionar como um amortecedor da luta anticapitalista instalado no seio das próprias classes trabalhadoras.

Centralização ideológica da classe média

Assim, a classe média não pode se identificar, integralmente, no plano ideológico-político, com o proletariado (fabril, comercial ou dos transportes). Em conseqüência, a classe média não pode participar da *direção* de um processo revolucionário de construção do socialismo, justamente por ser incapaz de impor a tal processo (do qual a supressão da propriedade privada dos meios de produção é apenas um dos momentos) uma verdadeira direção revolucionária: a da supressão da divisão capitalista do trabalho. Essa é a contradição ideológica própria da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia; enquanto classe *trabalhadora*, tende a se solidarizar com o proletariado. Noutras palavras, a classe média pode tanto se aliar políticamente à burguesia (ou a uma das frações burguesas) quanto pode se unir politicamente ao proletariado em lutas que não ultrapassem um certo limite: o da supressão da divisão entre trabalho manual e trabalho não-manual. Essa afirmação evoca a conhecida capacidade de "basculagem" da classe média, de um momento da luta política para outro. Mas aqui se coloca uma questão mais complexa: o *conjunto* da classe média assume, obrigatoriamente, uma única posição a cada momento da luta política? Embora se possa, teoricamente, admitir a possibilidade dessa situação extrema, ela dificilmente se caracteriza na prática política concreta; é mais freqüente que a classe média se divida politicamente, seja entre as diferentes frações burguesas, seja entre o conjunto da burguesia e o proletariado. Assim, a unidade ideológica mínima da classe média, assegurada pela aceitação comum da hierarquização capitalista do trabalho, não elimina a possibilidade de uma diversidade de posições políticas no seu interior: "conservadorismo", "progressismo", atitudes contra-revo-

lucionárias, unidade temporária de ação com classes revolucionárias. Mas o que faz com que diferentes camadas da classe média assumam posições diversas num mesmo momento da luta política? Essa diferenciação política está, de um lado, fundada na existência de diferentes "situações de trabalho" no seio da classe média, cada "situação de trabalho" correspondendo a um modo específico de combinação de elementos como: relações de trabalho (posição diante dos que decidem e dos trabalhadores manuais), forma de remuneração (salário, honorários), nível de remuneração (próximo ou distante do salário operário), nível de formação necessário (primário, secundário, técnico, universitário). As diferentes "situações de trabalho" geram *tendências à aproximação* com a classe capitalista ou com o proletariado, com uma ou outra fração burguesa. Mas, de outro lado, a concretização política dessas tendências ou a sua *inversão,* na prática (a tendência, nesse caso, se convertendo no seu *contrário),* dependem da capacidade de direção das organizações políticas da burguesia e do proletariado na sua luta pela conquista do apoio da classe média. Desse modo, em função das diferentes "situações de trabalho" e da real capacidade dirigente dos partidos burgueses e proletários, as camadas diversas da classe média podem se repartir, a cada conjuntura concreta, pela "direita", pelo "centro" ou pela "esquerda", sua unidade ideológica mais geral não se traduzindo necessariamente em unidade de ação política.

Voltemos ao caso brasileiro. Na fase histórica de que nos ocupamos (1930–1964), ainda se fazem sentir sobre a classe média os efeitos ideológicos da superdegradação do trabalho manual, devido à presença dominante, ao longo de quatro séculos, do trabalhador escravo. Tal estigma ao trabalho manual foi legado pela economia colonial e escravista ao capitalismo industrial nascente, gerando assim, desde o nascedouro, uma grande distância social e uma grande dificuldade de aproximação (não encontráveis, pelo menos ao mesmo nível de intensidade, no capitalismo europeu) entre a classe média e o proletariado nascentes.[4] Ou por outra: os efeitos prolongados da degradação do trabalho manual (trabalho agrícola no campo, trabalho artesanal na cidade) pela escravidão contribuem para o isolamento político da classe média com relação às demais classes trabalhadoras, dificultando o surgimento de alianças com estas duas últimas,

---

[4] Essas observações apóiam-se, em parte, na obra clássica de Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Brancos e Negros em São Paulo,* Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1959, 2ª edição. A esse respeito, consultar igualmente Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes,* Dominus Editora, São Paulo, 1963.

ou mesmo a adoção de atitudes de solidariedade imediata com os movimentos proletários. Esse traço superestrutural duradouro – a superdegradação do trabalho manual pela escravidão – foi, sem dúvida, um dos elementos determinantes da fraqueza política e baixa representatividade social do socialismo pequeno-burguês, de linha evolucionária e democrática, no Brasil. E contribuiu, igualmente, para a adoção freqüente, pela classe média, de atitudes de solidariedade difusa, efêmeras e não expressas ao nível da organização sindical ou partidária para com o proletariado.

Ao longo da Primeira República brasileira (1889-1930), essa dificuldade geral de aproximação da classe média com as classes trabalhadoras é reforçada pelas tendências isolacionistas e apartidárias do movimento anarcossindicalista operário:[5] crítica à classe média urbana, ausência de ligação com as massas de campo, privilegiamento da ação sindical, recusa à construção do partido revolucionário. Nesse contexto, a classe média nascente (trabalhadores "de escritório", profissionais liberais, funcionários da administração pública ou privada, uma fração dos empregados do comércio, bancários) se dividirá politicamente entre a aceitação (tácita ou expressa) da política de desenvolvimento conduzida pela burguesia comercial hegemônica e a crítica difusa, não organizada, dos efeitos sociais da política estatal de defesa prioritária da exportação de produtos agrícolas. De um lado, a camada superior da classe média – altos Funcionários Públicos, Gerentes de bancos, profissionais liberais – será atraída para o campo ideológico da burguesia comercial, transformando-se em instrumento de preservação da hegemonia política dessa fração burguesa no seio da classe dominante. A esse respeito, o culto do liberalismo pela classe média tradicional de São Paulo é sintomático: o seu discurso econômico liberal e antiintervencionista oculta fundamentalmente um agrarismo e um antiindustrialismo viscerais; o seu liberalismo político, mesmo nas suas versões mais radicais (crítica à fraude eleitoral no campo), não coloca em questão os instrumentos de preservação da hegemonia política da burguesia comercial/urbana do café: a "política dos Governadores", o compromisso eleitoral entre Governadores estaduais e Chefes políticos locais, a perpetuação das bases (a propriedade fundiária e a dominação pessoal) da manipulação do voto do homem do campo pelo grande

[5] Essas tendências não são inteiramente superadas com a decadência do movimento anarcossindicalista e a formação do PC do B, em inícios da década de 20. A rigor, os anos 20 se caracterizam como uma fase de transição do movimento operário no Brasil, o elemento de transição sendo indicado pelas contradições internas (organizacionais e políticas) apresentadas pelo partido recém-formado, ao longo da década.

proprietário de terras. O culto ao liberalismo pôs, assim, a classe média tradicional a serviço dos partidos políticos da burguesia comercial/bancária, urbana e antiindustrialista: do partido dominante no período – o Partido Republicano Paulista, permanentemente situacionista, em níveis estadual e nacional – aos cíclicos movimentos de dissidência partidária (a Campanha Civilista de 1910, o Partido Democrático Paulista de 1926, a Aliança Liberal de 1930, entre outros).

A baixa classe média

De outro lado, a camada inferior da classe média – baixo funcionalismo público, empregados do comércio, bancários etc. – manter-se-á distante do liberalismo econômico e político, bem como do jogo político-partidário travado entre as diferentes frações regionais ou diferentes facções (grupos de interesse) do capital comercial. Vitimada pela política estatal de defesa prioritária das exportações, e frustrada no seu desejo (estimulado pelo contato econômico e cultural do Brasil com os países capitalistas centrais) de consumo crescente de produtos industrializados, a baixa classe média lançar-se-á, não à participação em movimentos cívicos de regeneração democrática, e sim a um protesto difuso contra a política de Estado conduzida pela burguesia comercial cafeeira. Essa independência diante dos objetivos políticos da burguesia comercial e esse protesto difuso contra a sua política de Estado se exprimem em vagas de agitação popular e em manifestações espontâneas, não organizadas, como aquelas ocorridas no Rio de Janeiro: a revolta contra a vacina obrigatória (1904), as manifestações de massa contra a elevação do custo de vida (1912, 1913). Embora esse protesto eleja como alvo principal não as medidas governamentais em favor do comércio cafeeiro e sim a "ganância" e a "desonestidade" dos industriais nacionais (tidos como responsáveis diretos pela carestia), ele coloca objetivamente em questão uma política de Estado voltada prioritariamente para a defesa do café e apenas secundariamente para a proteção à indústria. Em suma, tal protesto sugere, de forma implícita e enviesada, uma política de Estado alternativa: aquela voltada prioritariamente para o progresso da indústria.[6]

Assim, durante a Primeira República, a classe média se divide entre a participação em partidos e movimentos de caráter liberal, cujos limites são definidos pela sua subordinação aos objetivos políticos mais gerais do

[6] Aqui, só sintetizamos uma reflexão por nós desenvolvida em trabalhos anteriores. Ver Décio Saes, *Classe média e política na 1ª República Brasileira (1889–1930)*, Vozes, Petrópolis, 1975; e sobretudo, Décio Saes, *Classe Moyenne el Système politique au Brésil*, tese de doutorado do 3º ciclo, École Pratique des Hautes Études, Paris, 1974, mimeo., capítulo I, "Oligarquias, civilismo e tenentismo".

capital comercial e a ausência da luta partidária combinada com um protesto difuso contra os efeitos sociais da política econômica de Estado conduzida pela burguesia comercial. Essas posições políticas diferenciadas não se delineiam por acaso. De um lado, a "situação de trabalho" de sua camada superior (culto dos profissionais liberais à "liberdade do mercado", alto nível de remuneração e poder decisório de Gerentes e altos burocratas), bem como a relativa capacidade dirigente da burguesia comercial cafeeira e o relativo poder de atração de sua ideologia (o liberalismo oligárquico, agrarista, antiindustrialista e elitista), explicam o alinhamento político da alta classe média com a fração burguesa hegemônica. De outro lado, os componentes específicos da "situação de trabalho" de sua camada inferior (baixo nível de remuneração, ausência de poder decisório, trabalho de execução, submissão à forma salário) distanciam-na do liberalismo e da política da burguesia comercial; mas, ao mesmo tempo, o isolacionismo e o apartidarismo da classe operária, bem como a subordinação política da burguesia industrial nascente à burguesia cafeeira,[7] impedem essa baixa classe média de alinhar com a política proletária ou de aderir a um eventual "partido da industrialização".

Na década de 20, o movimento tenentista capta, à *moda militar*, essas tendências divergentes, nascidas no seio da classe média. Se o *Tenentismo* apresenta, pelo menos até 1930, um caráter unitário, tal se deve à forma tipicamente militar do movimento: elitismo, culto da hierarquia, subestimação das relações políticas com os "civis" (classes sociais, partidos políticos), "putschismo". Todavia, essa unidade, estabelecida ao nível das formas de ação e organização (espaço próprio da "ideologia militar"), não pôde impedir o surgimento de diferentes tendências políticas no seio do movimento tenentista. Uma tendência liberal fixou como objetivo político o aperfeiçoamento das instituições democrático-representativas existentes e a realização efetiva do ideal liberal-democrático expresso na Constituição republicana de 1891. Essa tendência encampou, na prática, as palavras de ordem mais freqüentes dos movimentos partidários dissidentes, em sua luta contra os desmandos eleitorais das "oligarquias": voto secreto, justiça eleitoral autônoma, combate à corrupção eleitoral e administrativa. Em última instância, o que diferenciou essa tendência do seu equivalente civil foi precisamente o seu militarismo, isto é, sua disposição de recorrer ao *putsch* e de depor o Governo federal (passos nunca dados

[7] Este último ponto é tratado em detalhes por Warren Dean, *A industrialização de São Paulo*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971.

pelas dissidências partidárias) para concretizar os seus propósitos de regeneração democrática. Essa tendência foi dominante na revolta de 1922; manifesta-se na Revolução de 1924, sobretudo através da ala paulista; e está ainda presente, embora já minoritária, na Revolução de 30.

Uma tendência oposta, de cunho autoritário, nasceu de uma superação progressiva das propostas de regeneração democrática e chegou à crítica dos próprios fundamentos do regime democrático da Primeira República: crítica da representação fundada no sufrágio universal (um instrumento de manipulação das "massas" pelas "oligarquias"), crítica da Federação (a "negação da própria Nação"). Delineou-se, portanto, ao contrário da tendência tenentista liberal, como uma tendência efetivamente reformista, já que voltada para a luta pela centralização autoritária do Estado. A permanente crise econômica e social dos anos 20 contribuiu para o reforço progressivo a essa tendência no seio do movimento tenentista: já presente na ação tenentista no Norte e Nordeste em 1924 e contando com a liderança expressiva de Juarez Távora, a tendência centralista e autoritária será hegemônica no processo de transformação do Estado aberto pelo movimento político-militar de 1930.

Tenentismo e classe média

É possível considerar o movimento tenentista como a representação política da classe média, ainda que se reconheça a relativa autonomia do "partido" militar com relação às suas bases? No que diz respeito à alta classe média, liberal e conservadora, não é desarrazoado encarar o *Tenentismo* liberal como a tradução, em termos militares (isto é, segundo o tipo de ação e de organização consagrado pela classe média "armada": os Oficiais médios do Exército), das suas aspirações políticas. Evidentemente, ao estabelecer tal relação, admitimos ao mesmo tempo que o grupo militar (oficialmente médio) não pode representar politicamente, *num sentido estrito,* a classe média, já que o modo de ação e organização militar impede o estabelecimento de laços organizacionais profundos com a classe cujos interesses objetivamente defende. Nessa medida, reconhece-se que o grupo militar só pode representar *num sentido amplo* a classe média, através do desenvolvimento de uma ação política que exprima os interesses e aspirações dessa classe. Mas não se pode sequer falar de representação, *num sentido amplo,* da baixa classe média pelo *Tenentismo* autoritário? Como avaliar a distância entre o protesto difuso da classe média plebéia contra a política de defesa do café e o ímpeto tenentista de reforma centralista e autoritária do Estado? O elo entre o economicismo da baixa classe média e o politicismo do *Tenentismo* autoritário só pode ser recuperado quando se compreende que: a) é a

insatisfação econômica das vítimas da política de desenvolvimento do capital comercial que, em última instância, dá base à aspiração tenentista de reforma do Estado; b) a proposta de centralização autoritária do Estado constitui uma tradução política, *deslocada* (substituição da "indústria" pelo "Estado") e *obscurecedora* (ocultação do caráter de classe das aspirações pela preocupação profissional do grupo militar com a questão do Estado), do protesto difuso da baixa classe média contra a defasagem entre as suas condições de vida e o nível de vida propiciado pelos países capitalistas centrais.[8] Esse prolongamento enviesado do economicismo da baixa classe média no politicismo do *Tenentismo* autoritário é possível, porque o progresso acelerado da indústria,.como resposta a aspirações moldadas pelo contato econômico e cultural com os países imperialistas, exige como condição prévia a destruição dos instrumentos políticos de preservação da hegemonia do capital comercial, ligado à produção agrícola e antiindustrialista: a representação fundada no sufrágio universal, a Federação. Nessa medida, ao procurar destruir o controle absoluto da política de Estado pela burguesia comercial, o *Tenentismo* autoritário luta por estabelecer condições políticas que, mesmo em sua definição essencialmente negativa (não-monopolização da política econômica de Estado pela burguesia comercial), permitem prever uma maior proteção à indústria. Pode-se, portanto, dizer que o *Tenentismo* autoritário traduz, de modo enviesado e politicista, a aspiração das classes trabalhadoras urbanas à melhoria das suas condições de vida; e que o protesto difuso da baixa classe média constitui, talvez, o elo mais seguro entre essas aspirações e a ação política do grupo militar, dadas a filiação "classe média" e as tendências antiproletárias (decorrentes do elitismo da formação, ação e organização militares) deste último.

O período 1889-1930 testemunha, portanto, a existência de posições políticas diferentes no seio da classe média brasileira: de um lado, apoio ao partido "oligárquico" dominante ou crítica liberal-"oligárquica" à democracia "oligárquica"; de outro, protesto difuso contra a política de desenvolvimento conduzida pelo capital comercial. Todavia, a crise política de 1930 virá soldar temporariamente a unidade política entre as diferentes camadas da classe média. Por razões diversas (crítica liberal às

---

[8] Os conceitos "efeito de obscurecimento ideológico" e "efeito de deslocamento ideológico" pertencem a Charles Bettelheim e encontram-se em Paul M. Sweezy e Charles Bettelheim, *Lettres sur quelques problèmes actuels du socialisme*, Ed. François Maspero, Paris, 1972.

práticas eleitorais e administrativas do Governo federal, protesto contra a situação econômica), tais camadas se colocarão maciçamente ao lado da Aliança Liberal e prestarão, após a derrota eleitoral desta, um apoio difuso e não organizado ao movimento político-militar de 1930. E ao "partido" militar da classe média – o movimento tenentista –, cujas divergências internas são apagadas pelo desejo comum de derrubar o Governo federal, caberá o papel de força dirigente do processo de transformação do Estado que se convencionou chamar de "Revolução de 30".[9]

2. AS LUTAS POLÍTICAS DO PERÍODO 1930-1964

A Revolução de 30, enquanto segundo momento político da Revolução Burguesa no Brasil,[10] delineia-se, portanto, como uma verdadeira Revolução Burguesa "pelo alto" ou, para empregar a expressão de Leôncio Basbaum,[11] uma "meia revolução". Na verdade, o caráter limitado do processo revolucionário deflagrado em 1930 deve-se à própria natureza do movimento político-militar que lhe dá origem: "meia-presença"[12] ou "presença difusa"[13] das classes trabalhadoras urbanas, participação de facções da burguesia comercial bancária e mesmo da propriedade fundiária, hegemonia da ala centralista/autoritária do *Tenentismo*. Essa articulação contraditória e desequilibrada entre progressismo popular,

---

[9] A unidade entre a ala liberal e a ala autoritária do *Tenentismo* persistiu ao longo de toda a década de 20, a ideologia militar tendo desempenhado o papel de cimento da coesão interna do grupo. Na verdade, o movimento foi cindido à esquerda pelo grupo de Prestes (1929), disposto a representar politicamente o "bloco operário-camponês" da LAR (Liga de Ação Revolucionária).

[10] Dizemos "o segundo momento político da Revolução Burguesa no Brasil", já que o primeiro momento político desse processo corresponde à fase 1888-1894, marcada por uma dupla transformação política: a abolição da escravidão e a construção de instituições políticas republicanas. As duas transformações constituem aspectos de um mesmo processo: o de formação de um Estado burguês no Brasil.

[11] Aqui, servimo-nos não apenas da expressão, como também da análise da Revolução de 30, empreendida por Leôncio Basbaum, em *História Sincera da República*, volume 2: "de 1889 a 1930", Editora Fulgor, São Paulo, 1968, 3ª edição, terceira parte, capítulos III, IV, V e VI.

[12] Ver Leôncio Basbaum, *op. cit.*, parte mencionada.

[13] A expressão é de Francisco Weffort, tendo a sua análise sido retomada e desenvolvida por Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e Trabalho no Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1975, pp. 159-161. Tais análises, assim como a de Basbaum, traduzem o caráter não organizado, em termos políticos, do apoio prestado pelas classes trabalhadoras urbanas ao movimento político-militar de 1930.

conservadorismo burguês e reformismo autoritário acaba por reduzir *duplamente* o alcance do processo de transformação: de um lado, ausência de transformações democráticas no campo; de outro lado, transformação não-democrática do Estado.

O alcance limitado de tais transformações não é, contudo, suficiente para descaracterizar a dimensão efetivamente revolucionária do processo. Antes de mais nada, a estrutura do Estado – até então plenamente federativo – será transformada por meio de um processo de *centralização administrativa e política,* dirigido pelo movimento tenentista: de um lado, eliminação dos impostos interestaduais (aumento proporcional da capacidade impositiva do poder central), subordinação dos pedidos estaduais de empréstimos externos ao poder central, aumento do controle exercido sobre os impostos estaduais de exportação, pelo poder central; de outro lado, aumento do controle das seções regionais do aparelho de Estado pelas forças já controladoras do aparelho central de Estado. É verdade que esse processo nada teria de revolucionário se ele exprimisse, por exemplo (e raciocinando pelo absurdo), uma ascendência maior da burguesia cafeeira (Estado central) sobre outras frações regionais da burguesia comercial (Governos estaduais). A dimensão revolucionária da transformação do Estado reside justamente no fato de a centralização político-administrativa exprimir a liquidação da hegemonia política da burguesia cafeeira (num plano específico) e da burguesia comercial (em geral, enquanto representada no Estado central pela burguesia cafeeira). Com a penetração do aparelho central de Estado pelo *Tenentismo*, os interesses de exportadores e financiadores da produção agrícola deixam de ser o critério prioritário na definição da política de Estado. No campo da política econômica à defesa prioritária da "exportação de café" (interesses de exportadores e banqueiros) sucederão o "confisco cambial", investimentos públicos de apoio à indústria (ex.: Volta Redonda), medidas de incentivo ao desenvolvimento industrial (ex.: a Instrução 113, de 1955). Mas a reorientação da política social é igualmente considerável; se, até 1930, o Estado reprime o movimento operário, limita a um mínimo as atividades sindicais e nega-se a criar leis do trabalho (política que reflete fundamentalmente o desinteresse da burguesia cafeeira pelo proletariado urbano, bem como a incapacidade de direção revelada pela burguesia industrial nascente), de 1930 em diante, o Estado passa a reconhecer os "direitos" das classes trabalhadoras urbanas à *reivindicação* e à *ação coletiva,* considerando implicitamente (e, por ocasiões, explicitamente) a sua presença social como um dos elementos capazes de influir, dentro de certos limites, na definição quotidiana da política de Estado. Muitos autores já examinaram

de modo detalhado a natureza complexa desse reconhecimento.[14] Aqui, basta-nos lembrar que o *modo* pelo qual o Estado reconhece as classes trabalhadoras urbanas, a partir de 1930, está ligado ao caráter *difuso*[15] da presença popular na Revolução de 30. De resto, se a abundante legislação do trabalho do período pós-trinta assume, no discurso oficial e em certas análises sociológicas, uma aparência "antecipadora" com relação às reivindicações das classes trabalhadoras urbanas, tal se deve à baixa expressividade, pelo menos até 1934-35, dos partidos políticos populares; a ausência de representação proletária na cena política permitirá que o Estado colha tais reivindicações em sua expressão econômica quotidiana e não enquanto pontos de um *programa político* defendido no jogo partidário por uma organização das classes trabalhadoras. Num contexto histórico marcado pela fraqueza das organizações políticas populares, o reconhecimento das classes trabalhadoras urbanas pelo Estado, ao mesmo tempo em que se exprime como legitimação e proteção da atividade sindical,[16] assume a forma de uma política estatal crescentemente voltada para o *controle* e a *divisão* do movimento sindical: criação progressiva do sindicalismo de Estado (exigência de reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, em 1931; sindicato único por categoria e imposto sindical, em 1939), interdição à formação de uma central sindical de todos os trabalhadores (1934), tratamento escalonado (com intuitos divisionistas) dos problemas das diferentes categorias profissionais.

Conflitos em 1930-1964 na área política

É possível, agora, caracterizar as duas modalidades fundamentais de conflito político do período 1930-1964. A primeira delas está ligada à distância entre os interesses de fração do capital comercial (mormente o cafeeiro) e a tendência mais geral

[14] Dentre tais autores, o melhor analista do que se convencionou chamar de "política populista" é, sem dúvida, Francisco Weffort. Consultar, por exemplo, "Política de massas", *in* Octavio Ianni *et al.*, *Política e Revolução Social no Brasil.* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964; "Raízes sociais do populismo" *in Revista Civilização Brasileira* n.º 2, maio de 1965, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro; "Estado e Massas no Brasil" in *Revista Civilização Brasileira,* n.º 7, maio de 1966, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro; "Le populisme dans la politique brésilienne" *in Les Temps Modernes* n.º 257, outubro 1967, Paris; e "Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após guerra)" *in Estudos Cebrap* 4, abril-maio-junho 1973, Cebrap, São Paulo.

[15] Para um melhor entendimento do conceito "pressão difusa", consultar a análise do Partido da Ação, empreendida por Gramsci em *Maquiavel, a política e o Estado Moderno,* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 78.

[16] A legitimação e a proteção da atividade sindical pelo Estado foram sobretudo importantes para os setores mais atrasados do movimento sindical, até então incapazes de impor ao patronato o reconhecimento prático do direito dos trabalhadores à associação.

da política de Estado nessa fase, embora as decisões finais resultem de um processo complexo de entrecruzamento de forças do qual não está ausente essa fração burguesa. A burguesia comercial se opõe não apenas à política de industrialização, mas igualmente à política de reconhecimento das classes trabalhadoras urbanas, compreendendo que esta, para além de ser um fator de amortecimento da luta de classes, é ao mesmo tempo um instrumento de conquista (ainda que por meios coercitivos) de "apoio de massa" para a política de industrialização. Como se manifesta essa oposição? Em primeiro lugar, através da ação de grupos de pressão sediados no aparelho de Estado (Ministérios, Comissões) ou no Congresso; tal ação, ainda que configurando uma luta por interesses econômicos imediatos, põe em questão a própria orientação geral da política econômica, caracterizada por medidas de política cambial (o "confisco", de vigência permanente), tarifária e monetária, consideradas lesivas a tais interesses. Em segundo lugar, a burguesia comercial é representada, no período, por sucessivos partidos políticos de orientação econômica liberal: o Partido Democrático Paulista, o Partido Constitucionalista, a UDN. Tais partidos desenvolvem uma incessante luta eleitoral e parlamentar contra o "populismo" entendido este como uma articulação obrigatória (e não puramente casual) entre a política de industrialização e a política de reconhecimento das classes trabalhadoras urbanas. Finalmente, em certas conjunturas, a burguesia comercial (através dos seus partidos, ou não) se decide a preparar a ação armada contra os detentores do controle da política do Estado, com vistas à restauração, pela força, de sua hegemonia política. Tal ação assume, em geral, a forma da incitação das Forças Armadas ao golpe de Estado e se desenvolve num quadro marcado pela incapacidade/impossibilidade, da burguesia comercial, de conquistar "apoio de massa" para os seus objetivos restauradores. Esta última modalidade de expressão do conflito caracteriza um dos dois tipos principais de crise política do período. São bastante conhecidas as conjunturas de crise que exprimem tal conflito. A Revolução paulista de 1932 já revela o empenho da burguesia cafeeira em restaurar pela força a sua hegemonia política, embora os seus dirigentes tenham procurado ocultar, através da agitação regionalista e dos apelos à participação popular, o caráter conservador e antidemocrático do movimento. A conjuntura internacional de 1945 criará uma nova oportunidade de ação para as forças defensoras da "restauração liberal". É que a guerra interimperialista e a participação da URSS e dos movimentos populares nacionais na luta contra o fascismo obrigarão os Estados imperialistas vitoriosos a desenvolverem uma ofensiva liberal-

democrática em sua esfera de influência, povoada de ditaduras militares. No Brasil de 1943, ao mesmo tempo em que o movimento democrático popular desenvolve uma relação contraditória com o Governo e a burocracia civil/militar do Estado Novo, os grupos políticos liberais incitam as Forças Armadas, já envolvidas na luta mundial contra o fascismo, ao golpe de Estado. O envolvimento de tais grupos na luta pela democracia só se explica pela sua oposição à política de massas e ao estilo plebiscitário, contraditoriamente prognosticados pela ditadura estado-novista a partir de 1943; e por compreenderem a relação existente entre essa política e o desenvolvimento do intervencionismo de Estado. Daí seu empenho em derrubar a ditadura através de um *putsch* militar e sem estabelecimento de aliança com as classes populares.

Na crise política de 1953-54, o conflito entre o capital comercial e as forças políticas da industrialização ainda se manifesta claramente, embora termine por assumir um caráter secundário diante da ameaça representada, para o conjunto da classe dominante, pela ascensão do movimento popular.[17] Nesse contexto, o golpismo inicialmente isolado da burguesia comercial e da sua representação liberal cede lugar a uma grande frente burguesa antigovernamental, incompatibilizada com o Executivo federal em razão da ambigüidade deste diante da ascensão do movimento popular.

Convém notar que nenhuma das tentativas restauradoras da burguesia comercial foi bem-sucedida. O movimento armado de 1932 foi facilmente derrotado pelo Governo federal; a redemocratização de 1945 deixou intacta a estrutura sindical oficial e desaguou, após um interregno liberal e antiindustrial (1946), na retomada da política de industrialização (1947); o Governo Provisório de 1954-55 foi obrigado a abortar a sua política de proteção prioritária aos interesses dos exportadores de café e acabou por criar o principal instrumento legal de aceleração do desenvolvimento industrial: a Instrução 113.

Todavia, o conflito entre o capital comercial e as forças políticas da industrialização não é o único, nem o principal fator de crise no período 1930-1964. É que, na verdade, a política estatal de controle e divisão do movimento sindical não foi suficiente para impedir a ascensão, em certas conjunturas, do movimento popular. As vagas reivindicatórias do movimento operário, na medida em que impulsionam o desenvolvimento de

---

[17] Sobre a natureza da crise política de 1954, consultar o minucioso e fundamentado estudo de Armando Boito Jr., *O populismo em crise (1953-1955)*, tese de mestrado, UNICAMP, 1976, mimeo.

organizações sindicais horizontais, "paralelas"[18] e ilegais (as centrais sindicais), agravam a instabilidade governamental, decorrente das relações complexas entre a burguesia comercial, a burocracia civil/militar de Estado e a burguesia industrial. Se a burguesia comercial se opõe à política econômica e social dirigida, em última instância, pela burocracia de Estado; e se a burguesia industrial, por sua histórica dependência com relação ao capital comercial, não se reconhece nas medidas industrializantes de longo alcance (mais favoráveis ao desenvolvimento da indústria que aos interesses imediatos dos industriais) nem na legislação trabalhista e sindical, a ofensiva popular contra a política de Estado enfraquece a burocracia e o Governo, por reduzir a sua autonomia de ação diante das frações burguesas. É, portanto, a instabilidade do bloco dominante que explica a complexidade da reação governamental diante da ascensão do movimento popular: de um lado, reconhecimento da legitimidade da pressão popular; de outro, amortecimento e enquadramento da pressão popular (concessões parciais, manutenção da estrutura sindical, temporariamente dinamizada pelas "organizações paralelas"). Todavia, essa política flexível (ao mesmo tempo ofensiva e defensiva), longe de apaziguar as frações burguesas, é por elas interpretadas como uma ameaça à própria ordem social; daí o desenvolvimento em espiral da crise, que só tende a se resolver com a intervenção das Forças Armadas (demissão do Governo, expurgos na burocracia, repressão ao movimento popular). É esse processo o responsável, *grosso modo*, pela aceleração e desenlace da crise política de 1954.

Entretanto, as vagas reivindicatórias não constituem a única forma de expressão da ascensão do movimento popular. Lembre-se que a política de industrialização, implementada no pós-30, deixou intocada a grande propriedade fundiária e jamais combateu frontalmente a subordinação permanente da economia brasileira ao imperialismo (pela via comercial/financeira numa primeira etapa, pela via da implantação de indústrias, a seguir). Todavia, sendo a burguesia industrial incapaz de dirigir a luta agrária e antiimperialista, a iniciativa nesse combate caberá ao movimento popular. Em condições internacionais e nacionais mais particularmente favoráveis, as organizações políticas de esquerda se empenharão em dar uma expressão concentrada e afirmativa às aspirações populares,

[18] Sobre as "organizações paralelas", consultar Francisco C. Weffort, *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*, Cebrap, São Paulo, 1971, "Introdução", pp. 7 -12; bem como "Origens do sindicalismo populista no Brasil" já citado, pp. 67-69 e 82.

à repartição da terra e à cessação da dominação estrangeira. Em 1935, a luta contra o fascismo em escala mundial bem como o esgotamento prematuro do processo de reforma aberto pelo movimento político-militar de 1930 propiciam o florescimento de uma organização de massa, antifeudal e antiimperialista: a ANL. Em 1962-64, o exemplo da Revolução Cubana e a consciência da ampla penetração imperialista iniciada por volta de 1956 provocam a intensificação da luta das massas da cidade e do campo contra o latifúndio e o imperialismo, sendo a direção do movimento de massas agora partilhada por diferentes organizações políticas, orientadas por concepções estratégicas diversas. Ambos os movimentos ressoldam a unidade das frações da classe dominante em torno das Forças Armadas e da necessidade de repressão às massas. E, se no primeiro caso essa repressão é assumida pelo Governo, em 1964 ela se complementou com a própria derrubada do Governo, julgado incapaz de conter a ascensão do movimento popular e a sua transformação em movimento revolucionário de massas.

Se empreendemos acima uma breve caracterização das principais lutas políticas do período 1930-1964, é porque ela se nos afigurou indispensável para o cumprimento do objetivo deste ensaio: delimitar a posição da classe média brasileira, diante dos principais conflitos políticos do período e, em especial, nos momentos de crise política. É o que faremos a seguir.

3. O LIBERALISMO ANTIPOPULAR

A tese mais geral deste pequeno ensaio, já ilustrada historicamente com o exemplo da Primeira República Brasileira, é a de que a classe média, ainda que unida no culto comum à hierarquia do trabalho, tende a se dividir politicamente entre as diferentes frações burguesas, ou mesmo entre o conjunto da burguesia e o proletariado. O período 1930-1964 não constitui um desmentido a essa tendência. Neste capítulo, propomo-nos a caracterizar a posição política típica da camada superior da classe média, ou seja, a camada integrada por profissionais liberais (Advogados, Engenheiros, Médicos), altos Funcionários Públicos, Gerentes. Se, ao longo da Primeira República, tal camada constituiu um instrumento de *preservação* da hegemonia política do capital comercial, a partir de 1930 ela se transformará em elemento de apoio às tentativas de *reconquista* da hegemonia política, empreendidas pela burguesia comercial. Mais precisamente, a alta classe média fornecerá uma base de apoio (embora reduzida) para os sucessivos partidos políticos liberais (o Partido Democrático de 1926,

o Partido Constitucionalista de 1933, a UDB de 1937, a UDN de 1945), representantes dos interesses agroexportadores; bem como será chamada a criar uma aparente sustentação de massa às intervenções armadas preconizadas pela burguesia comercial.

Assim, a alta classe média de orientação liberal constituirá um veículo de difusão da crítica permanente do capital comercial à política econômica e social do Estado pós-30. De um lado, a política de industrialização será combatida pelo seu caráter "intervencionista" e pelo "artificialismo" dos seus efeitos; de outro lado, a política de reconhecimento das classes trabalhadoras urbanas será criticada, pelo seu caráter "demagógico", "massista" e "antielitista". Essa crítica ganha uma expressão mais acabada nos termos de um liberalismo economicamente ortodoxo e de um liberalismo politicamente antipopular, que a alimentam, ao mesmo tempo em que são por ela reforçados. Essa concepção antiestatista do Estado implica que, de um lado, este se abstenha de intervir no livre funcionamento do "mercado de fatores" e que não obstrua a naturalidade do processo de acumulação de capital e da relação entre capital e trabalho; e, de outro lado, que a representação dos "indivíduos" no Estado seja filtrada pelos requisitos da "educação" e da "cultura".

Essa concepção política duplamente negativa (da ação do Estado e da representação no Estado), sustentada e desenvolvida pela alta classe média desde a Primeira República, traduz o que, na prática, se delineia como uma visão não-instrumental da ação política: para essa camada social, a participação política não é vista como um instrumento da satisfação de interesses econômicos, e sim como um fim em si mesma. Esse politicismo abstrato revela, na verdade, uma concepção estamental da política: se a política é um privilégio social, nada há de estranho em que os privilegiados envidem todos os seus esforços para mantê-la nesse estado, e lutem contra a democratização da participação política. Fica, assim, evidenciado o caráter duplamente conservador da posição política da alta classe média de orientação liberal: de um lado, alinhamento objetivo com os propósitos restauradores do capital comercial; de outro lado, recuo para uma posição defensiva de resistência à destruição do privilégio das "elites" à política, e à ampliação (ainda que relativa) da cidadania no mundo urbano.

Conservadorismo da classe média

Todavia, o fato de essa camada social ter participado, entre 1930 e 1964, de alguns movimentos formalmente comprometidos com o regime democrático e o respeito

à Constituição poderia provocar dúvidas sobre o caráter conservador, antipopular e antidemocrático da sua posição política. Lembre-se, no entanto, que a alta classe média rapidamente se dispôs, na crise política de 1954, a transfigurar o seu democratismo em *autoritarismo de crise* (temporário) e a apoiar a deposição, pela via ilegal e violenta, de um Governo democraticamente constituído, sem que se possa entender o seu golpismo como uma reação à proximidade de uma verdadeira *crise revolucionária.* Essa tendência antidemocrática e golpista, revelada pela alta classe média na crise política de 1954, obriga-nos, portanto, a um reexame atencioso de sua participação nos movimentos políticos de 1932 e 1945. O que estaria, então, em questão para a alta classe média? O caráter ditatorial do regime político em 1931-1932 e em 1937-1945 ou a "política de massas" do Estado brasileiro, já esboçada em 1931 e retomada gradativamente (depois de 5 anos de repressão e intimidação) entre 1942 e 1945? A esse respeito, são sintomáticas a ausência de participação popular no Movimento Constitucionalista de 1932;[19] bem como a contradição, no quadro do movimento pela redemocratização em 1945, entre a tendência liberal (redemocratização "pelo alto"; concepção restritiva, elitista e antipopular sobre as liberdades democráticas na Assembléia Constituinte de 1946) e a tendência democrática popular (redemocratização como produto do movimento de massas, luta pelas mais amplas liberdades democráticas, na Constituinte). A rigor, se a classe média liberal se opõe igualmente, ao longo do período 1930-1964, a "regimes revolucionários de transição" (o Governo Provisório de 1931-34), a "ditaduras" (1937-1945) e a "Governos democráticos e legalmente constituídos" (1951-1954, 1956-1960), isso se deve a que as variações conjunturais da relação entre o Estado e o movimento popular (maior ou menor repressão, maior ou menor controle) não são suficientes para descaracterizar, aos olhos dessa classe, a existência de uma política estatal de reconhecimento das classes trabalhadoras. Assim, qualquer que seja a forma conjuntural assumida pelo discurso da classe média liberal (contra a "ditadura", contra a "corrupção" ou contra a "demagogia"), os seus objetivos políticos são fundamentalmente

---

[19] Tanto Nélson Werneck Sodré como Leôncio Basbaum se referem à ausência do operariado paulista (na época, 200 mil), bem como das classes trabalhadoras em geral, no Movimento Constitucionalista de 1932; esse movimento teria sido apoiado, apenas, por sindicatos de bancários, barbeiros, motoristas, enfermeiros. Consultar Nélson Werneck Sodré, *História Militar da Brasil,* Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, 2ª edição, p. 249; bem como Leôncio Basbaum, *História Sincera da República,* 3º volume (de 1930 a 1960), Editora Fulgor, São Paulo, 1968, p. 47.

conservadores e antidemocráticos; a sua luta é luta por impedir a transformação de "direito à política" em prerrogativa comum e universal, e por conservar a política como um símbolo de prestígio social.

Como explicar a reprodução incessante dessa posição conservadora, e mesmo regressista, no seio de uma classe trabalhadora e não-capitalista? Em primeiro lugar, esclareça-se que a capacidade de direção ideológica do capital comercial não se extinguiu totalmente no pós-30; a luta contínua da burguesia comercial (especialmente a cafeeira) por uma "restauração liberal" será um elemento de atração da alta classe média[20] para justeza por C. Wright Mills.[21] "Os profissionais da antiga classe média[22] nunca tiveram necessidade de possuir propriedades, mas fossem eles ou não donos dos seus meios de subsistência, sua unidade de trabalho sempre foi pequena e passível do controle por um homem; sua vida profissional implicava grande independência de decisões. Eles próprios estabeleciam seus honorários ou outros tipos de remuneração, organizavam o horário e as condições de trabalho em função da situação do mercado e de suas inclinações pessoais." O profissional liberal se caracteriza, portanto, como um pequeno e independente produtor de serviços, que luta incessantemente por resguardar a sua independência decisória e a sua capacidade de controle das suas próprias condições de trabalho, contra toda e qualquer intervenção do Estado no "mercado de serviços". Assim, as raízes mais profundas do liberalismo econômico da alta classe média já estão nessa apologia da liberdade do mercado e condenação de qualquer intervenção estatal, ambas constituindo armas de uso quotidiano para esses produtores independentes, na defesa de sua própria independência.

Mas esses não são os únicos traços ideológicos alimentados pela "situação de trabalho" característica do profissional liberal. O fato de

[20] Lembre-se inclusive de que, neste período, outras ocupações típicas da alta classe média – Gerentes, alto funcionalismo – são preenchidas com freqüência, senão prioritariamente, por Advogados e Engenheiros. Sobre o desempenho, pelos Engenheiros, de funções de gerência e direção, na empresa privada e no setor público, consultar Lili Katsuco Kawamura, *Engenheiro: Trabalho e Ideologia,* tese de mestrado apresentada ao Depto. de Ciências Sociais, USP, São Paulo, 1977, mimeo.

[21] Cf. C. Wright Mills, *A Nova Classe Média (White Collar),* Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969, p. 133.

[22] Wright Mills se refere à "antiga classe média", em contraposição à nova situação de assalariados, dos amigos profissionais liberais. No Brasil, o processo de assalariamento dos profissionais liberais se intensificará sobretudo a partir de meados da década de 60; a sua análise foge, portanto, ao alcance deste ensaio.

desempenharem um *ofício* e não um *trabalho parcelar* autoriza os profissionais liberais já participantes de mercado de serviços, sob o pretexto da "defesa do ofício", a limitarem a concorrência entre os ofertantes de tais serviços; surgem, assim, as *corporações* de profissionais liberais, voltadas prioritariamente para a "regulamentação da profissão" (isto é, para o estabelecimento dos requisitos mínimos, indispensáveis ao exercício do ofício).[23] Tais corporações não são, como os sindicatos, instrumentos de defesa de todos quantos exerçam um certo tipo de trabalho; ao contrário, estabelecem *quem* pode exercer um certo tipo de trabalho, e, fazendo-o, obstaculizam uma oferta livre e ilimitada dessa modalidade de trabalho. A organização *corporativa* (e, não, *sindical*) dos profissionais liberais supõe, portanto, a adoção de critérios qualitativos de aptidão e conhecimento na seleção dos exercentes de tais ofícios. Essa tendência corporativa ao monopólio e à seleção exclusora não seria o alimento quotidiano de um liberalismo político fundado numa concepção *limitada* da representação dos indivíduos no Estado (participação política exclusiva das "elites culturais")?

As corporações de profissionais liberais do período 1930-1964[24] se constituirão, de fato, em focos de tendências antiestatísticas e elitistas; e terão alguma responsabilidade (maior ou menor, segundo a corporação) na criação de um clima político favorável às tentativas de "restauração liberal". O papel dos Advogados no jogo político-partidário, na vida parlamentar e na direção do Estado, durante a Primeira República, explica que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), embebida na experiência passada, apareça na cena política de modo mais incisivo do que o das suas congêneres. É nela que a tendência à organização corporativa e monopolista se exprime mais abertamente: "A Ordem dos Advogados é corporação profissional que reúne todos os que exercem o ofício do Advogado. (...) Pertencer a ela é condição imprescindível para o exercício da advocacia

[23] O Historiador Jacques Le Goff assim resume a função principal das corporações medievais: "Sua preocupação essencial foi a de eliminar a concorrência no mercado urbano e de organizar um sistema de monopólio (...) em proveito de alguns indivíduos ou famílias." Consultar Jacques Le Goff, "Corporations", verbete da *Encyclopaedia Universalis,* volume 4, Paris, 1968, p. 1.037.

[24] Em São Paulo: o Instituto dos Engenheiros e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (IE e CREA), para os Engenheiros; o Conselho Regional de Medicina, para os Médicos; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para os Advogados. Tais entidades constituem corporações de ofício e não sindicatos; a questão da sindicalização não se colocará para Médicos, Engenheiros ou Advogados, antes do início (fins dos anos 60) de um amplo processo de "proletarização" (por assalariamento) desses profissionais.

(...) É corporação independente e autogovernada: todos os órgãos de direção da Ordem são eleitos pelos membros da corporação";[25] a "Ordem" é vista como "profissão organizada, selecionada e disciplinada em benefício da própria classe", enquanto que o "sindicato" representa "mera defesa de interesses econômicos, luta por reivindicações de natureza material"; "Entre Ordem e Sindicato há uma irremediável e substancial oposição"; "A nossa profissão não pode e não deve estar mercantilizada. Somos apenas produtores de bens culturais".[26] E são os Advogados que apoiaram mais claramente as tentativas restauradoras (eleitorais ou golpistas) dirigidas pela burguesia comercial: 1932, 1934, 1945, 1954.

Na verdade, a aliança entre a burguesia cafeeira paulista e a alta classe média liberal se reconstituirá, alguns meses após a vitória do movimento político-militar de 1930. A ação revolucionária dos Tenentes – luta pela centralização político-administrativa, pela abolição do sufrágio universal e da democracia "oligárquica", pela reorientação da política econômica e social do Estado – empurrará rapidamente todas as facções da burguesia cafeeira (tanto do PRP como do PD) para a luta pela Constituinte, pela Federação e por um Governo "civil" (isto é, sem Tenentes). Desde inícios de 1931, a burguesia cafeeira paulista, por meio dos seus jornais, partidos e associações, incita a população de São Paulo a se manifestar publicamente contra a componente antiliberal do Governo Provisório. Se esse apelo se revela incapaz de atrair a massa das classes trabalhadoras, ele engaja decididamente a tradicional aliada da burguesia cafeeira – a alta classe média, representada na arena política pelos profissionais liberais e pelos estudantes universitários – na luta contra o *Tenentismo* e as suas bandeiras: centralismo, representação profissional, intervencionismo econômico e social. Já em janeiro de 1931, a Liga da Defesa Paulista promove em São Paulo um comício constitucionalista; em fevereiro de 1931, faz sua primeira aparição pública a Liga Pró-Constituinte de São Paulo; em abril de 1931, estudantes paulistas atacam o jornal *O Homem do Povo*, por ter publicado declarações de Oswald de Andrade, consideradas ofensivas à Faculdade de Direito (o "cancro de São Paulo").[27] O ano de 1932 marca a formação de uma "Frente Única Paulista" (PRP e Partido

[25] Cf. Dario de Almeida Magalhães, "Natureza jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil", *in Revista OAB* nº 33, maio de 1950, p. 5.
[26] Cf. Ruy Sodré, "A proletarização do advogado", *in Revista OAB*, nº 105, maio de 1956, p. 24.
[27] Cf. Hélio Silva, *Os Tenentes no Poder*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

Democrático; cafeicultura, bancos e indústrias) contra o Governo Provisório. Nessas condições, intensificar-se-á a agitação política de rua contra o *Tenentismo*. Em fevereiro de 1932, a Liga Pró-Constituinte de São Paulo promoverá uma nova manifestação pública constitucionalista, cuja "massa" será fornecida pela juventude universitária e pelos profissionais liberais. E, em maio de 1932, grupos de estudantes invadem e tentam depredar a sede da Legião Revolucionária de Miguel Costa (o partido tenentista em São Paulo). Está, agora, criado o clima político indispensável à passagem ao segundo momento da estratégia restauradora: a conquista do apoio, pela "frente única", de alguns setores das Forças Armadas. Todavia, a alta classe média terá participação, até mesmo, na fase propriamente militar do movimento: os profissionais liberais serão os agentes intermediários das negociações entre o Governo Provisório e os revoltosos; a juventude universitária integrará as tropas constitucionalistas; as mulheres organizarão campanhas cívicas pela obtenção dos fundos necessários ao financiamento da luta armada, e participarão da propaganda regionalista e antitenentista.

A crise da ditadura estado-novista, esboçada a partir de 1942, recolocará na cena política a tendência liberal antipopular, característica da alta classe média. É bem verdade que, no momento inicial da crise (1942), ainda são coincidentes os objetivos políticos dessa tendência e aqueles perseguidos por uma tendência democrática popular: ambas se envolvem na campanha contra o fascismo e pela entrada do Brasil na Guerra. Em 1943, a União Nacional dos Estudantes (UNE), ainda dirigida pela tendência liberal, realiza o seu VI Congresso, cujas teses constituem uma defesa pública do engajamento brasileiro no conflito mundial, ao lado dos Aliados. Porém, a partir da declaração oficial de guerra ao Eixo, as duas tendências começam a se dissociar. De um lado, o movimento popular, sob a influência dominante do PCB, procura comprometer o Governo ditatorial com as teses democráticas e antiimperialistas, defendendo a sua transformação em governo de transição para a democracia; daí o seu apoio ao "movimento queremista" e à palavra de ordem "Constituinte com Getúlio", lançados, do alto, pelo próprio Governo ditatorial. Do outro lado, o liberalismo antipopular se encontra na origem do "Manifesto dos Mineiros" (1943) e da formação da UDN (1945); tais manifestações exprimem a oposição dos liberais (capital comercial, alta classe média), não tanto ao controle e à repressão das classes trabalhadoras pelo Estado ditatorial quanto ao centralismo autoritário (definhamento da Federação, extinção do Parlamento) e ao intervencionismo econômico e

social (política de industrialização, legislação do trabalho, sindicalismo oficial) da ditadura estado-novista. É certo que os liberais aspiram à redemocratização do regime; mas vêem-na, não como o resultado de lutas populares capazes de arrancar à classe dominante o reconhecimento às mais amplas liberdades democráticas e direitos sociais, e sim como o corolário de um processo de regeneração política deflagrado, pelo alto, com o auxílio das Forças Armadas. Dois fatos, registrados nessa conjuntura, evidenciam o caráter antipopular da tendência liberal. De um lado, em junho de 1945, a OAB e a UDN manifestam-se contra a "Lei Malaia" (lei antitruste de 22/6/1945), apoiando o Manifesto das Classes Produtoras contra a referida lei. Do outro lado, ao longo de 1945, a UDN incita abertamente os Generais ao golpe de Estado contra Vargas e não revela qualquer empenho em reforçar a componente popular de sua luta; a aproximação, aparentemente paradoxal, entre o movimento popular e a própria ditadura é a maior evidência do limitado alcance social do partido liberal.

Em 1953-54, o conjunto da burguesia comercial (não só exportadores de café, mas também importadores de bens de consumo) passará, de uma posição defensiva de crítica às intenções industrializantes da política econômica do Estado (1951-53), a uma luta ofensiva pela reconquista de sua hegemonia política. Este salto qualitativo é possibilitado pela ascensão do movimento operário (vaga de reivindicações, greves, dinamização da vida sindical) que, ao fazer despontar no horizonte da classe dominante a ameaça de uma crise revolucionária, reforça o oposicionismo da classe média liberal, semeia a inquietação no seio das Forças Armadas, destruindo qualquer possibilidade de apoio ao Governo, por parte da hesitante burguesia industrial.[28] Na verdade, a burguesia comercial vê, na ascensão do movimento popular, o instrumento capaz de pôr todas as frações burguesas sob o seu Comando e de legitimar a demissão do "governo": vale dizer, o afastamento, do aparelho de Estado, das forças políticas da industrialização, e a reorientação, segundo as suas concepções liberais, da política econômica e social do Estado. Tais objetivos explicam, de resto, o emprego de táticas já consagradas em 1932 e 1945: ação de propaganda junto à alta classe média do Rio e de São Paulo, ação de persuasão golpista junto às Forças Armadas. Esse contexto reforça o papel político do partido liberal – a UDN –, e permite a ascensão definitiva do mais importante agitador de direita do período 1930-1964: Carlos Lacerda, cujos

[28] Sobre a posição da burguesia comercial diante das medidas e projetos industrializantes, no período 1951-54, consultar Armando Boito Jr., *op. cit.*

discurso e estilo políticos (liberalismo tradicional, elitismo, ódio às massas) encontram ressonância nas tendências ideológicas da alta classe média.[29] Se essa ação propagandística logra conquistar o apoio "difuso" da alta classe média para o golpe de Estado, tal se deve ao fato de que, nessa conjuntura, à habitual oposição dessa camada ao intervencionismo estatal e à "política de massas" agrega-se uma nova motivação: o medo da proletarização. As greves de 1953, a elevação maciça dos salários reais da classe operária, em inícios de 1954, a radicalização do discurso oficial e a dinamização da vida sindical semeiam o pânico no seio da alta classe média. O "memorial dos coronéis", de fevereiro de 1954, traduz fielmente esse sentimento: "(...) E a elevação do salário mínimo a nível que, nos grandes centros do país, quase atingirá o dos vencimentos máximos de um graduado, resultará, por certo, se não corrigida de alguma forma, em aberrante subversão de todos os valores profissionais, estacando qualquer possibilidade de recrutamento, para o Exército, de seus quadros inferiores".[30]

Combate à demagogia e à corrupção

Assim, na conjuntura de 1953-54, as tradicionais palavras de ordem liberais, "constitucionalistas" e "democráticas", cedem lugar a uma apologia do combate à "corrupção" e à "demagogia", bem como aos temas anticomunistas. Entre 1951 e 1954, a revista *Anhembi*, de São Paulo, sistematiza e explicita, com perfeição, as tendências ideológicas da alta classe média, bem como as suas reações à crise social em desenvolvimento.[31] Ao longo de 1953 até agosto de 1954, *Anhembi* critica a "corrupção" do Governo Vargas e sustenta a necessidade de uma "campanha profilática"; manifesta-se contra o direito de voto da "massa obscurecida"; encara a Petrobras como uma "invenção dos comunistas"; e finalmente, em maio de 1953, edita "memorial às classes armadas", responsabilizando o Governo federal pela greve geral operária, e clamando (pela primeira vez) de um modo *explícito* por um golpe de Estado. Para explicar o seu *autoritarismo de crise*,[32] a

[29] Sobre a liderança de Carlos Lacerda, consultar Gláucio Ary Dillon Soares, "As bases sociais do lacerdismo", *in Revista Civilização Brasileira*, nº 4, setembro 1965, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro; bem como Teotônio Júnior, "A ideologia fascista no Brasil", *in Revista Civilização Brasileira*, nº 3, maio 1965, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

[30] O "memorial dos coronéis" se acha transcrito em Oliveiros S. Ferreira, *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*, Ed. GRD, Rio de Janeiro, 1964, pp. 122-127.

[31] Servimo-nos aqui da seleção, empreendida por Boito Jr., de temas políticos abordados pelo editorial de *Anhembi* no período em foco.

[32] Esse autoritarismo "de crise" ou "catastrófico" é, de fato, distinto de uma tendência autoritária característica da nova classe média, e alimentada *permanentemente* pela organização despótica do trabalho vigente na grande empresa monopolista.

revista estabelece uma distinção entre o caráter *definitivo* da "tirania" e o caráter *provisório* da "ditadura". Completando a escalada antigovernista, *Anhembi* apóia, em fevereiro de 1954, o "memorial dos coronéis". Se se reconhece que os editoriais da *Anhembi* traduzem adequadamente as posições políticas da alta classe média de orientação liberal, compreende-se que, em inícios de 1954, está preparado o clima sociopolítico destinado a legitimar a intervenção militar de agosto.

No período em questão, talvez a crise política de 1953-54 seja o momento em que se evidencia com maior nitidez (e, portanto, com menos disfarces) a posição da alta classe média diante da política econômica e social do Estado (industrialização, reconhecimento das classes trabalhadoras). Particularmente no que diz respeito ao seu liberalismo político, a crise de 1953-54 teve o condão de revelar, de maneira insofismável, a sua verdadeira natureza. Esta transparece na expressiva reconstituição, empreendida por Armando Boito Jr., da reação da classe média liberal à greve geral operária de 1953:

"(...) a greve geral teve o condão de ampliar a base de apoio deste movimento no setor antipopulista das camadas médias. Setor cujo antipopulismo era, antes de mais nada, decorrência de sua posição antioperária. Vale dizer, os intelectuais orgânicos desse setor social – e a revista *Anhembi* era um exemplo disso – não criticavam a política populista pelo que ela representava de coerção sobre a classe operária e de desorganização do movimento da classe. Criticavam-na, ao contrário, pelo fato da política populista representar a forma pela qual se reconhecia o direito de participação – ainda que controlada – da classe operária no sistema político".[33]

4. O SINDICALISMO DE CLASSE MÉDIA

Vimos anteriormente que a Revolução de 30 pouco alterou os objetivos políticos e as formas de ação política da alta classe média de profissionais liberais, gerentes e altos funcionários: politicismo exacerbado, igualitarismo jurídico formal e sem conteúdo econômico-social, elitismo e desprezo às massas, adesão ou apoio ao empenho eleitoral ou golpista do "partido liberal"; se mudança houve, ela consistiu tão-somente no reforço progressivo do caráter conservador e antidemocrático de sua posição política, como conseqüência do avanço da industrialização e da reprodução

[33] Cf. Boito Jr., *op. cit.*, p. 82.

contínua das relações complexas ("participação controlada") entre o Estado e as classes trabalhadoras. Já no que diz respeito à baixa classe média de comerciários, bancários e pequenos funcionários, a Revolução de 30 permite e implica uma transformação qualitativa não tanto dos seus objetivos políticos como de sua forma de ação política: das manifestações espontâneas e informais, de apoio ou crítica, à *ação sindical*. Se, no período anterior, a baixa classe média se lança ao protesto difuso contra a política do Estado conduzida pelo capital comercial, exercendo uma pressão difusa pelo progresso da indústria, a partir de 1930 a sua aspiração a um nível de vida e de bem-estar, já desfrutado, pelas populações urbanas dos países capitalistas centrais encontrará no *sindicato* um novo veículo. Mais precisamente: tal aspiração será traduzida prioritariamente pela *ação reivindicativa* do sindicato, a *reivindicação* se delineando como o empenho do sindicato em fazer reconhecer, pelo Estado, as suas *exigências* diante do capital, como *direitos*. Assim, a baixa classe média exprime a sua aspiração a um consumo "moderno", mais ao nível da luta quotidiana contra o capital, do que propriamente na arena político-partidária. Ao longo do período 1930-1964, a baixa classe média mantém tênues ou fugazes vínculos, organizacionais ou eleitorais, com aqueles partidos programaticamente mais próximos das suas aspirações: o trabalhismo oficial (PTB),[34] os diferentes e sucessivos partidos socialistas de orientação reformista e evolucionária (em geral, partidos de intelectuais, professores, escritores etc., e sem base de massa). É só num período de crise social aberta, como o de 1962-64, em que a ascensão do movimento popular força a polarização partidária, que se criará um embrião de representação político-partidária da baixa classe média, expresso no crescimento eleitoral dos pequenos partidos (PDC, PSB, PTN).[35] É, portanto, difícil encontrar, no período 1930-1964, um partido político que represente para a baixa classe média, assalariada e plebéia, aquilo que as UDN paulista e carioca terão representado para a alta classe média, liberal e antipopular.

---

[34] Dentre todas as seções regionais do partido, apenas o PTB gaúcho logrou estabelecer (sobretudo a partir de 1950) laços mais sólidos com os pequenos proprietários rurais e com a classe média urbana (funcionalismo público, bancários, empregados etc.), tais laços se exprimindo através da ascensão da liderança de Brizola. Ver, a esse respeito, Raul Pont, "Mas o que é o populismo gaúcho?", *in Versus* nº 18, fevereiro de 1978, São Paulo.

[35] Sobre o crescimento eleitoral dos pequenos partidos no período 1962-1964, consultar Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1976, Capítulo VI, item 3, "Declínio dos 'partidos conservadores' e passagem da concentração à dispersão eleitoral".

Como explicar essa combinação entre sindicalismo reivindicativo e inércia político-partidária? De um lado, lembre-se de que o sindicato só passou a se constituir em instrumento de ação coletiva reivindicativa, para a baixa classe média, após 1930. Enquanto muitos sindicatos operários já tinham, graças à sua força, sido reconhecidos *de fato* pelo patronato e pelo Estado, nas décadas de 1910 e 1920, as associações de empregados (comerciários, bancários) bascularam, até 1930, entre o assistencialismo declarado e uma tímida ação reivindicativa, jamais admitida pelo patronato e punida com demissões, multas, prisões etc. Em conseqüência, o reconhecimento do sindicato pelo Estado, no pós-30, vai representar objetivamente, para os setores menos avançados das classes trabalhadoras, uma proteção à atividade sindical, contra as ameaças do patronato. Nessa medida, o sindicalismo de Estado (reconhecimento legal, em 1931; sindicato único por categoria e imposto sindical, em 1939) é visto por esses setores, menos como um instrumento de controle do movimento popular, e mais como o anteparo do Estado contra uma burguesia pouco disposta a reconhecer a legitimidade da própria atividade sindical.[36] Assim, se para as camadas politicamente mais experientes das classes trabalhadoras, o estabelecimento do sindicalismo de Estado significa a sua derrota e o controle político do movimento sindical, para as camadas menos avançadas ele representa um duplo incentivo: o incentivo à participação dos trabalhadores no sindicato, e o incentivo à ação sindical reivindicativa.

De outro lado, a inércia político-partidária da baixa classe média, no período em questão, resulta de seu apego a uma concepção superestatista do Estado: este seria um ente arbitral capaz, por estar acima das classes sociais, de promover, "de cima", o bem-estar material do povo. Constituindo a própria encarnação da justiça, o Estado tenderia normalmente a intervir na sociedade em favor de todo o povo, independentemente de qualquer luta política destinada a fazer representar os interesses populares

---

[36] Esse fato põe em evidência o risco implícito nas comparações puramente formais entre o sindicalismo do Estado brasileiro, nascido num contexto político marcado pela crise de hegemonia no seio da classe dominante, e por uma presença difusa das classes trabalhadoras urbanas na cena política e o sindicalismo de Estado em países como a Itália de Mussolini (década de 20) ou a China de Chiang Kai Check (década de 30), onde se constituiu em resposta autoritária a uma crise revolucionária (o movimento de ocupação de fábricas em Turim, de 1917 a 1920; a insurreição operária de Xangai, em 1927). Sobre o sindicalismo fascista, consultar Nicos Poulantzas, *Fascisme et Dictature,* Ed. François Maspero, Paris, 1970, pp. 237-240; sobre o sindicalismo de Estado na China de Chiang Kai Check, ver Lucien Bianco, *Les origines de la Révolution Chinoise,* Gallimard, Paris, 1967, pp. 141-146.

(ainda que parciais e de curto prazo) no seio do aparelho do Estado. Esta esperança renovada na ação *justa* do Estado tende a paralisar toda iniciativa propriamente política, embora se acomode a todo tipo de ação reivindicativa: a reivindicação seria uma forma de suscitar, e mesmo facilitar, a intervenção justa do Estado, dificultada pela resistência do patronato à promoção do bem-estar material do povo.

Por que se desenvolve no seio da baixa classe média essa concepção estatista? Dizer que toda classe média, pequena burguesia ou grupo secundário, se entrega invariavelmente a um "culto do Estado" não constitui resposta para a questão, já que é grande a distância que vai – para exemplificar – da representação do Estado como "agente da conservação" (o "Estado-Ordem") à representação do Estado como "agente de progresso" (o "Estado-providência"). Na verdade, mais que a "conservação", a baixa classe média espera do Estado o "progresso", encarado como o acesso do trabalhador urbano ao consumo "moderno": eletricidade e eletrodomésticos, automóvel, lazer de massa. Essa expectativa se deve ao fato de que os trabalhadores urbanos da periferia capitalista, por um "efeito-demonstração cultural", aspiram sempre à pauta de consumo vigente, *naquele mesmo momento*, para os trabalhadores dos países imperialistas; bem como ao fato de que a defasagem econômica entre a periferia e o centro capitalista impede a satisfação de tais aspirações na periferia, mantidos o ritmo e o tipo de crescimento industrial propiciados pelo desenvolvimento do capital comercial. Desse modo, as aspirações "precoces"[37] dos trabalhadores urbanos da periferia capitalista tornam "urgente" a industrialização;[38] e se convertem em pressão difusa por uma iniciativa política antecipadora, capaz de inverter a seqüência "natural" do crescimento industrial: isto é, aquela determinada por decisões individuais de investir, em função das oportunidades de mercado. Tal iniciativa política é a do Estado, cuja ação parece transcender os interesses individuais e de classe, exprimindo tão-somente o interesse geral da sociedade. Evidenciam-se, assim, as raízes do estatismo dos trabalhadores urbanos

[37] Se tais aspirações são "precoces" na periferia capitalista, é porque, aí, o produtor não é transformado *simultaneamente* em consumidor do que produz; ao contrário, o consumidor se *antecipa* ao produtor, aspirando àquilo que é oferecido, não pela produção interna, e sim pelo mercado mundial, quaisquer que sejam as dificuldades econômicas para obtê-lo.

[38] O primeiro autor brasileiro a caracterizar com clareza a existência de uma pressão popular periférica pela industrialização foi Luís Pereira, no seu excelente "Urbanização e Industrialização", Capítulo III de *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965.

da periferia capitalista no século XX; e compreende-se, portanto, que esse "culto do Estado" seja algo distinto do "culto do Estado" encontrado no campesinato médio francês, sob Luís Bonaparte. É que, nesse caso, uma mesma *forma* (a mitificação do Estado) abriga *conteúdos* diferentes: no caso francês, a aspiração a um Estado-Ordem (conservador); no caso brasileiro, a aspiração a um Estado-Desenvolvimento (progressista).

Todavia, a caracterização do estatismo da baixa classe média não nos fornece a resposta final sobre a sua posição diante dos conflitos políticos do período 1930-1964. É que a aspiração a um Estado industrializante e assistencial, que promova "de cima" o bem-estar material do povo, pode se traduzir, na prática, de diferentes modos. É, de resto, o que sugerem implicitamente os autores que aludem às diferentes modalidades, nuances ou variantes do "populismo" brasileiro: populismo moderado, populismo radical, populismo nacionalista etc.[39]

De um lado, certas categorias profissionais (ou uma categoria, em certos momentos) podem considerar como realizada a sua aspiração, apoiando (implícita ou explicitamente) a política do Estado no seu conjunto; nesse caso, de um estatismo pouco propenso ao reformismo, senão antireformista, e que servirá de base constante de apoio aos Governos (um sindicalismo governista). A fidelidade constante ao oficialismo pode colocar tais categorias em situação difícil e de isolamento, quando as classes populares passam a se opor ao conjunto da política do Estado, exigindo reformas, e as frações burguesas criticam o Governo, por suas concessões (reais ou fictícias) às classes populares.

De outro lado, algumas categorias profissionais (ou uma mesma categoria, em certos momentos) podem considerar que a política presente do Estado não satisfaz, no seu conjunto, às suas aspirações; e, à vista disso, podem opor-se a tal política, clamando por *reformas* capazes de trazer melhorias materiais a todo o povo. Todavia, essa oposição se desenvolve dentro de certos limites. Tais reformas (redistribuição da terra, reforma bancária, nacionalização das empresas estrangeiras, participação dos trabalhadores no lucro das empresas) implicam uma reorientação radical da

---

[39] Nenhum autor, contudo, se dispôs a desvincular o "populismo" do culto a um Estado industrializante e assistencial, e a reduzi-lo a um *estilo político*, fundado em elementos como a demagogia, o paternalismo e carisma ou o apelo emocional. É que, nesse caso, teriam de admitir que liberais – Carlos Lacerda em 1954, por exemplo – souberam integrar alguns desses elementos a seu estilo político, com vistas à obtenção do apoio da classe média para o golpe de Estado. A respeito, consultar Gláucio Ary Dillon Soares, *op. cit.*

política do Estado; e não podem ser concretizadas sem que se vença, previamente, a resistência das diferentes frações da classe dominante às propostas reformistas. Ora, as categorias em questão não dispõem do grau de autonomia política necessário à participação efetiva na luta contra essa resistência; o seu apoio a um programa de reformas coexiste com a sua fraqueza organizacional (sindical, partidária) diante do Estado. De um lado, tais categorias, embora criticando na prática o "sindicalismo governista" e atingindo elevados índices de participação sindical, acomodam-se a sindicatos legais e financeiramente dependentes do Estado (sindicatos de Estado) e não logram desenvolver formas de organização alternativas (como, por exemplo, a organização no local do trabalho, sob a forma de comissões ou comitês) à estrutura sindical oficial. De outro lado, esses setores não chegam a fornecer base de apoio a um eventual partido radical-reformista de classe média; nem participam ativa e maciçamente de organizações políticas populares. Essa dupla fraqueza evidencia os obstáculos que o seu *estatismo* opõe ao seu *reformismo:* é que tais categorias esperam, implicitamente, pela *iniciativa* do Estado, desejando que a sua ação reformista se *antecipe,* "do alto", à pressão político-partidária das classes populares.

Assim, a "situação de trabalho" característica da baixa classe média (trabalho assalariado, exploração pelo capital, baixas remunerações e qualificação, pequeno poder de decisão) realimenta continuamente, nas condições históricas já mencionadas, a aspiração a um Estado-Desenvolvimento, industrializante e assistencial; todavia, não impede que tal aspiração se traduza, na prática política quotidiana, de diferentes modos: estatismo oficialista e governista, estatismo reformista. Dessas unidades e diversidades, constitui um testemunho vivo a história dos Sindicatos dos Comerciários e dos Bancários de São Paulo, entre 1930 e 1964.

Apoliticismo

Se a ação do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo, entre 1930 e 1964, pouco atrai o analista político, tal se deve à distância que se estabelece, no período, entre essa modalidade de sindicalismo de classe média e o sindicalismo proletário. É verdade que, entre 1930 e 1940, diferentes sindicatos e associações buscam a representação (oficial ou não) dos interesses da categoria comerciária; e que essa coexistência e pluralismo permitirão, inclusive, a emergência, no seio da categoria, de líderes sindicais de orientação diversa daquela que prevalecerá ao longo de três décadas de sindicalismo comerciário. Assim, por exemplo, Paulo Sesti, do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, será um dos

fundadores, em 1933, e o primeiro Secretário-Geral da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, organismo intersindical de orientação autonomista e aderente, a partir de 1934, ao programa político da Aliança Nacional Libertadora (ANL). E a União dos Comerciários de São Paulo, existente até 1940, teve como Presidente Fernando Cordeiro, membro do Comitê Regional do PCB. Todavia, a despeito dos esforços minoritários no sentido de aproximar a categoria comerciária das aspirações populares, a ação sindical dos comerciários será dominantemente marcada por três características: profissionalismo das reivindicações, apoliticismo declarado, coexistente com um governismo oculto, anti-reformismo.[40]

O caráter profissionalista, do sindicalismo comerciário se exprime, ao longo do período, através do empenho do Sindicato em se manter afastado da discussão em torno dos grandes temas políticos nacionais. A esse esforço para conservar o Sindicato distanciado da "política" corresponde simetricamente a ênfase na luta pela satisfação das reivindicações próprias da categoria profissional. E a unicidade sindical é encarada, pelo Sindicato, como a precondição do pleno desenvolvimento da luta reivindicatória. Daí o Sindicato se lançar, desde a sua fundação em 1934, ao combate contra a pluralidade sindical instaurada pela legislação desse mesmo ano. Entre 1934 e 1940, o Sindicato dos Empregados de Comércio de São Paulo luta incessantemente contra os vários sindicatos de comerciários, classificando-os como "sin-dikês".[41] Em 1940, como decorrência da aplicação da Lei nº 1.402, de 1939 (sindicato único por categoria), processa-se a fusão entre a União dos Comerciários de São Paulo e o Sindicato dos Empregados de Comércio de São Paulo. Todavia, essa fusão não esgota a luta do Sindicato pela unicidade sindical: em dezembro de 1945, após a derrubada da ditadura estado-novista, a direção sindical teme a renovação da legislação sindical editada por Vargas/Marcondes Filho. Em janeiro de 1946, o Presidente do Sindicato afirma que, em caso de volta à pluralidade sindical, "iremos assistir ao desmoronamento dos sindicatos"; e, defendendo a emancipação dos sindicatos da tutela do Ministério do Trabalho, sem, contudo, o restabelecimento da pluralidade sindical, observa que "é admissível e perfeitamente possível a existência da liberdade, sem a pluralidade dos sindicatos da mesma categoria numa

---

[40] As informações aqui reproduzidas, a seguir, foram tiradas do jornal *Voz Comerciária*, órgão oficial do Sindicato dos Empregados de Comércio de São Paulo (do nº 2, de julho 1937, ao nº 247/248, de maio/junho 1963).

[41] Em referência ao 2º sindicato dos bancários de SP, autodenominado "sin-dikê" (expressão grega), e de orientação patronal e divisionista.

única localidade".[42] Em 1952, diante da discussão, aberta no Congresso, em torno do sindicato único por categoria (a UDN e o PSB defendendo a volta à pluralidade sindical), o Sindicato encabeçará manifesto em defesa da unicidade sindical e promoverá reunião pública contra a pluralidade sindical, alertando para o perigo da volta aos "sindicatos de carimbo" do período da Constituinte de 1933 e da divisão do sindicalismo dos empregados. À vista dessa defesa persistente da unicidade sindical, poderia parecer estranha a fidelidade das direções sindicais comerciárias ao tipo "americano" de sindicalismo, caracterizado pelo pluralismo e pela competitividade; todavia, a atração exercida pelo sindicalismo norte-americano está, no caso, menos ligada à forma de organização sindical (pluralismo) do que à sua orientação "apolítica" (ou seja, "trade-unionista").

Concomitantemente à luta sempre renovada pela unicidade sindical, o Sindicato desenvolverá campanhas pela regulamentação e cumprimento da lei de férias, pela jornada de 8 horas, pelo aumento dos salários, pelo repouso aos sábados e contra as sucessivas tentativas (1937, 1949-1950, 1952, 1958) de introdução do trabalho noturno. Essas lutas são conduzidas, invariavelmente, num clima de exclusivismo corporativo, a direção sindical procurando caracterizá-las como "apolíticas", para impedir que elas deságuem em qualquer "frente trabalhadora" de luta por reformas. Na verdade, ao se apresentar como "apolítico", o Sindicato procura ocultar a sua orientação *governista*;[43] esta se evidencia não só no seu silêncio por ocasião das grandes crises políticas (1945, 1954), como também no seu apoio incondicional a membros preeminentes do Governo e àquilo que supõe corresponder à orientação geral da política de Estado. Assim, por exemplo, em 1938, o Sindicato se engaja na campanha pela siderurgia nacional, e, em 1939, na campanha do "ferro para o Brasil", ambas correspondendo claramente ao nacionalismo de guerra estado-novista e pouco tendo a ver com uma efetiva e ampla luta antiimperialista. Entre 1942 e 1945, o Sindicato faz a apologia do regime "tipicamente brasileiro" de Vargas, considerando este como um "homem-símbolo"; considera a Carta Constitucional de 1937 como o "fruto de sabedoria política e intuição psicológica verdadeiramente geniais"; reproduz integralmente,

---

[42] Cf. *Voz Comerciária* n.º 91, janeiro de 1946, p. 1.

[43] Por governismo, entendemos aqui uma posição de fidelidade incondicional aos Governos, independentemente da política por eles implementada, desde que tal política não implique, de um lado, a volta à política econômica e social de pré-30, ou, de outro lado, a realização de uma política de reformas antifeudal e antiimperialista.

no seu jornal, os discursos e declarações do Ministro do Trabalho, Marcondes Filho. Em 1950, o Sindicato recomenda que a categoria comerciária se alheie, enquanto tal, da campanha eleitoral de 1950, e evite desse modo a politização daquilo que é estritamente profissional. Essa orientação governista só é posta em questão pelo Sindicato, quando o Governo parece encampar o programa de reformas e se dispõe a fazer concessões reais às classes populares. Todavia, a fidelidade tradicional ao oficialismo também age, no sentido de moderar o combate ao programa de reformas, e de induzir o Sindicato a contemporizar o quanto possível com o Governo "reformista"; nesse caso, a crítica do Sindicato se abate principalmente sobre as organizações (sindicatos, partidos) das classes populares que pressionam o Governo com vistas à concretização das reformas.

Todavia, o anti-reformismo do Sindicato dos Comerciários de SP não apresenta a mesma intensidade e amplitude, ao longo de todo o período. O seu desenvolvimento está ligado a: a) o estado das relações entre o próprio Sindicato e o conjunto da categoria que ele representa; b) o nível de intensidade do movimento popular. Assim, enquanto compete com outros sindicatos e associações pela representação da categoria comerciária – isto é, até tornar-se sindicato único da categoria, em 1940 –, o Sindicato, mais que combater o programa popular de reformas, prefere fazer silêncio em torno delas. Todavia, reconheça-se igualmente que, entre 1936 e 1944, e de 1946 a 1951, a intensa repressão ao movimento operário inviabiliza toda campanha nacional reformista de envergadura; esse fato dispensa o sindicalismo anti-reformista de assumir uma posição aberta e declarada sobre a questão das reformas. É por volta de 1959, quando se inicia a ascensão do movimento popular, que o Sindicato passará a uma mais clara definição anti-reformista, expressa freqüentemente sob a forma de proposição de alternativas às "reformas radicais": uma "revisão agrária" (programa assistencialista de crédito ao pequeno e médio produtores) em vez de uma "reforma agrária" (redistribuição de terra), a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas (tema de inspiração cristã tradicional, que o Sindicato explora desde 1954) em vez da nacionalização das empresas estrangeiras. Essa posição leva o Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo e a Federação dos Empregados do Comércio do Estado de São Paulo (FECESP) a assumirem a iniciativa de interromper o processo de unificação nacional do movimento sindical, cujo termo seria a criação de uma Central Sindical (CGT) e o engajamento unitário dos trabalhadores na luta pelas reformas. Em agosto de 1960, o Sindicato dos Empregados de Comércio de São Paulo, apoiado pela FECESP, abandona

o III Congresso dos Trabalhadores (Rio de Janeiro), alegando o seu desacordo sobre a efetiva conveniência da criação da CGT: qualquer organismo de cúpula seria precoce enquanto não existissem autonomia e liberdade sindicais. Se considerarmos o apego prático do Sindicato ao sindicalismo de Estado (a despeito de suas tímidas e ocasionais propostas de extinção gradual do imposto sindical), compreenderemos que a sua crítica à estrutura sindical existente não passava de um mero pretexto para questionar o engajamento unitário das classes trabalhadoras no movimento nacional pelas reformas.

Dias após o Congresso do Rio de Janeiro, o Sindicato e a Federação, juntamente com três Confederações Nacionais de Trabalhadores (Indústria, Comércio e Transportes), lançam um programa alternativo, onde se salientam a participação dos trabalhadores no lucro das empresas, o amparo técnico e financeiro ao pequeno produtor rural, a defesa da Petrobras e a criação da Eletrobras, a Lei de Remessa de Lucros etc. Em outubro de 1960, a FECESP passa à defesa do sistema democrático e à crítica das "ideologias espúrias". Em julho de 1961, o Sindicato e a FECESP dirigirão, em São Paulo, o I Encontro Estadual do Sindicalismo Democrático, que congregará todas as entidades sindicais avessas ao programa de reformas e à criação de uma Central Sindical comprometida com tal programa. A sua proposta de instauração de um "sindicalismo democrático" no Brasil mescla elementos de inspiração neoliberal, cristã e anticomunista: apologia da democracia e das liberdades, defesa da conciliação das liberdades com o Bem Comum, advertência contra todos os totalitarismos, "especialmente o comunista". No segundo semestre de 1961, o Sindicato e o Movimento Sindical Democrático se lançam à organização de associações rurais em Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Juquiá. Em dezembro de 1961, ambos se opõem à greve geral pelo 13º salário, por considerá-la um instrumento dos comunistas. Em 1962, a I Convenção Regional do Movimento Sindical Democrático (fevereiro), o 1º de Maio promovido pelo MSD na Praça da Sé, o 1º Encontro dos Trabalhadores Democráticos do Paraná (promovido pelo MSD em junho) apenas confirmam a orientação e os temas do sindicalismo comerciário: "reforma agrária pragmática" (isto é, sem redistribuição da terra), sindicalização rural, críticas ao baixo nível de moralidade administrativa, apoio à "Aliança para o Progresso" etc.

O golpe de Estado de 1964 porá em evidência as dificuldades inerentes a essa orientação sindical e ao mesmo tempo profissionalista e "apolítica", governista e anti-reformista. Embora o Sindicato se coloque contra

o movimento popular e apóie o novo Governo militar, os comerciários se alinharão entre as vítimas da nova política social: desmantelamento dos principais direitos (estabilidade, direito de greve, institutos de previdência) conquistados pelos trabalhadores, ao longo de três décadas.

Se a ação do Sindicato dos Empregados do Comércio de São Paulo se delineia, entre 1930 e 1964, como a expressão menos dinâmica e mais conservadora do sindicalismo da classe média, o Sindicato dos Bancários de São Paulo se define, ao contrário, como a sua verdadeira *vanguarda*, tanto no plano reivindicativo como no plano político. De fato, a ação sindical bancária assume, nesse período, características bastante distintas daquelas ostentadas pelo sindicalismo comerciário: elevada capacidade de reivindicação, politização da ação reivindicativa, ausência de governismo sistemático e engajamento na luta por reformas sociais.

Posições do Sindicato dos Bancários – A elevada capacidade de reivindicação do Sindicato dos Bancários de São Paulo é evidenciada, antes de mais nada, pela sua decisão de recorrer, em geral com sucesso (seja no plano da participação, seja no plano dos resultados), ao recurso supremo representado pela *greve*. Enquanto o Sindicato dos Empregados do Comércio se declara, por princípio, contrário à greve política, e se abstém, na prática, de recorrer à greve reivindicativa, o Sindicato dos Bancários não hesitará em recorrer à paralisação do trabalho, como arma para atingir objetivos profissionais ou políticos. Em abril de 1932, é deflagrada, pelo Sindicato dos Bancários de Santos, a primeira greve bancária da história brasileira, cujo desenlace é vitorioso para a categoria: após cinco dias de greve, as suas reivindicações – pagamento do trabalho noturno extraordinário, gratificação de 5% após 5 anos de serviço – são atendidas. Dois anos depois (1934), ocorrerá a histórica greve do Sindicato de São Paulo, cujo objetivo imediato é a obtenção da estabilidade no emprego aos dois anos de serviço, bem como do direito à aposentadoria (encarada como responsabilidade do Estado e não como iniciativa benemérita de cada banqueiro particular). Ao longo de três dias, o movimento ganhará o apoio maciço da categoria, expresso através da criação de comissões de greve em cada banco, de passeatas e de comícios no centro da cidade; o seu sucesso (a criação do IAPB e a concessão de estabilidade aos dois anos de serviço) será, em parte, resultante dessa maciça participação da categoria, e, em parte, decorrente de interesse do Governo (representado, no evento, pelo Ministro Oswaldo Aranha) em não hostilizar a categoria bancária num momento já marcado pela reticência dos banqueiros à sua proposta

de reforma financeira.[44] A segunda greve dos bancários de São Paulo ocorrerá em 1946, juntamente com a dos bancários do Rio de Janeiro, após um longo período – iniciado em 1936 – de repressão e intimidação ao movimento sindical; após 19 dias de greve, sua reivindicação – o salário mínimo profissional – será atendida. Em agosto de 1951, os bancários de São Paulo deflagrarão uma greve pelo aumento de salários, surpreendente pela sua duração (69 dias), o importante por se constituir um marco inicial de um processo de ascensão de movimento popular, cujo ápice será atingido em 1953. Durante dois meses, a categoria bancária realiza passeatas e comícios, neles chegando inclusive a surgir a palavra de ordem "pela nacionalização dos bancos".[45] O movimento termina em novembro de 1951, com a concessão de um aumento salarial de 31% em vez dos 40% pretendidos pela categoria. Em 1961, os bancários de São Paulo realizam a sua 4ª greve (a chamada "greve de dignidade"), rejeitando o acordo proposto e vendo ser acolhido o seu pedido. A partir de 1962, o Sindicato se dispõe à deflagração de greves diretamente políticas: em julho de 1962, o Sindicato e a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito) acenam com a greve geral, em caso de não-formação de um Gabinete nacionalista e democrático (a ser encabeçado por San Tiago Dantas); em junho de 1963, o Sindicato faz um apelo em prol da greve pelas reformas de base.

Compreende-se melhor a elevada capacidade de reivindicação dos bancários, quando se tem em conta a alta taxa de sindicalização regularmente atingida por essa categoria, não só nos países capitalistas europeus, como também no Brasil pós-30: no caso brasileiro, essa taxa tem girado invariavelmente, a partir da década de 50, em torno da expressiva porcentagem de 50% da categoria, enquanto que a taxa de sindicalização de outras categorias assalariadas não tem superado, pelo menos até a década de 70, a casa dos 20 ou 25% da categoria. Mas a que se deve esse dinamismo sindical, expresso ao mesmo tempo por uma elevada propensão a reivindicar e por elevadas taxas de sindicalização? Embora seja difícil

[44] Uma excelente reconstituição da greve brasileira de 1934 se encontra no importante trabalho de Letícia Bicalho Canedo. *O sindicalismo bancário em São Paulo no período de 1923-1944: seu significado político*, tese de mestrado, USP, São Paulo, 1977, mimeo, pp. 186-192. As informações sobre a ação do Sindicato dos Bancários de SP, entre 1923 e 1944, aqui reproduzidas, foram retiradas desse trabalho. As demais foram colhidas da leitura do jornal *Folha Bancária*, órgão do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

[45] Cf. Hermínio Linhares, *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, Alfa-Ômega, São Paulo, 1977, p. 81.

explicá-lo inteiramente sem uma análise detalhada dos modos de intervenção do Sindicato em cada conjuntura concreta, pode-se, pelo menos, inventariar algumas características constantes da categoria bancária, de algum modo relacionadas à renovação contínua de sua elevada potência reivindicativa. Para muitos militantes sindicais bancários, *o próprio papel econômico dos bancos no capitalismo* seria, em grande parte, responsável pelo aguçamento da tendência dos bancários à ação sindical e à reivindicação: o empréstimo do dinheiro enquanto atividade não diretamente ligada à produção material e, portanto, voltada para a obtenção do "lucro fácil", tornaria *visível* o processo de exploração a que são submetidos os trabalhadores dos bancos (os "guardiães do lucro fácil").[46] Nesse sentido, João Alves Vieira, Presidente do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais em 1962, afirma: "(...) Os bancários de Minas encontram-se na vanguarda, parecendo inicialmente ser isto um *fenômeno,* mas é uma realidade dentro da estrutura brasileira, uma vez que os profissionais em banco sentem mais de perto todas as transações econômicas e políticas decorrentes da própria profissão. Seria quase uma participação política forçada (...)".[47] Além disso, o nível médio de escolarização requerido pelas tarefas bancárias e a menor duração da jornada do trabalho (seis horas, ao invés de oito horas) possibilitaram, pelo menos no caso brasileiro, o surgimento nos bancos de altas percentagens (maiores que as registradas em empresas comerciais ou fábricas) de "trabalhadores-estudantes": ora, a presença da categoria estudantil representaria a introdução, no seio do mundo bancário, do elemento intelectual capaz de explicitar, e de exprimir sistemática e organicamente, o instinto de resistência ao capital, revelado pela massa dos trabalhadores bancários.[48] Estas características do trabalho bancário e da categoria bancária são, sem dúvida, responsáveis, em grande parte,

---

[46] Ver, a esse respeito, o debate travado entre militantes sindicais bancários da CGT e da CFDT, por ocasião da grande greve bancária de Paris, em março de 1974, e reproduzido pelo jornal *Libération* de 15/03/1974.

[47] Entrevista ao jornal *Folha Bancária* nº 264, setembro de 1962.

[48] É ainda João Alves Vieira, em sua entrevista à *Folha Bancária* nº 264 (setembro/1962), quem afirma que a "politização forçada" dos bancários (provocada pelo papel econômico dos bancos) seria "(...) ajudada ainda pela participação de uma grande parcela de colegas universitários". Na literatura sociológica brasileira, Francisco Weffort foi um dos primeiros, se não o primeiro autor, a chamar a atenção para os efeitos politicamente dinâmicos da interpretação da categoria estudantil e de categorias profissionais ligadas às classes trabalhadoras. Em sua análise da greve operária de Osasco, em 1968, Weffort se referiu à importância do "operário-estudante" na deflagração do movimento grevista. Cf. Francisco Weffort, *op. cit.*, pp. 55-60.

pelo dinamismo do sindicalismo bancário; a esse respeito, tenha-se em conta que até os trabalhadores dos bancos governamentais sempre mantiveram, inclusive no pós-64 (quando o incentivo governamental à política sindical deixou de existir), um alto nível de combatividade.

Mas em que medida se pode afirmar que o sindicalismo bancário foi, ao longo do período 1930-1964, mais "político" e menos "profissionalista" que o sindicalismo comerciário? Em primeiro lugar, ressalte-se o seu apoio, em várias ocasiões, à luta popular pela democracia, contra o latifúndio e o imperialismo, dirigida por partidos, frentes, organizações de massa: lembre-se, a título de exemplo, da adesão dos Sindicatos dos Bancários do Rio de Janeiro e de São Paulo ao programa da ANL (1935); a participação do Sindicato paulista na campanha contra o fascismo, pela democracia e pela entrada do Brasil na Guerra (1942-1945); o seu engajamento na luta pelas reformas de base (1961-1964). Porém, além disso, convém observar que o Sindicato dos Bancários tendeu (salvo no período repressivo que se estende de 1936 a 1942) a politizar a sua própria ação reivindicativa, demarcando-se assim do estrito profissionalismo reivindicativo dos comerciários. Em que terá consistido essa politização de sua ação reivindicativa? Entre 1933 e 1964, o Sindicato paulista lança-se à luta pela conquista de melhores condições de trabalho e de vida para os bancários; regulamentação da lei de férias de 1926 (efetivada em 1933), redução da jornada de trabalho para seis horas (conquistada oficialmente em 1933), direito à aposentadoria (conquistado com a criação do IAPB, em 1934), direito à estabilidade (igualmente reconhecido pelo Governo após a greve de 1934), salário mínimo profissional (conquistado após a grande greve bancária de 1946), semana inglesa (conquistada em 1962). Mas, diante da resistência renovada do patronato, a categoria bancária deverá lutar incessantemente pelo cumprimento real da legislação e pela preservação das suas conquistas. Assim, por exemplo, de 1933 até hoje, os bancários vêm se batendo para manter a jornada de trabalho dentro do limite legal de seis horas e por obter o pagamento de todo trabalho noturno extraordinário; a unificação dos institutos setoriais de previdência social (IAPB, IAPC, IAPI), com o conseqüente "nivelamento por baixo" dos serviços, só não ocorreu, em 1942, em razão da grande resistência dos bancários e comerciários à medida (tal resistência estava, evidentemente, vencida, quando o Governo militar procedeu à unificação da Previdência Social em 1966); somente graças à luta da categoria bancária, a estabilidade do bancário aos dois anos de serviço perdurou até 1942, quando o tempo de serviço exigido para a declaração de estabilidade passou a ser

10 anos (CLT); e somente graças à renovação dos esforços dessa e de outras categorias de trabalhadores, o conjunto do patronato teve de esperar um longo período de tempo (isto é, de 1942 a 1966) para ver definitivamente desmantelado o instituto da estabilidade.

A enunciação do *conteúdo* dessas reivindicações não poderia, por si só, indicar o caráter mais político do movimento reivindicativo dos bancários, quando comparado à ação reivindicativa dos comerciários. Tal caráter só se evidencia quando se tem em conta que, a cada momento, a reivindicação profissional, mais que constituir um fim em si mesma, aparece ao Sindicato dos Bancários como um instrumento importante da luta pela *unificação do movimento sindical.* Lembremo-nos da vigência permanente, a partir de 1934, da interdição legal a toda organização horizontal dos trabalhadores, bem como à formação de uma central sindical; e recordemos a estratégia estatal, deliberadamente divisionista de tratamento escalonado das reivindicações próprias às diferentes categorias profissionais. Nesse contexto, a Luta pela unificação do movimento sindical é "política" em mais de um sentido, já que ela coloca os sindicatos que a lideram em confronto direto com o Estado, a cuja política divisionista se opõe a tendência unificadora. De particular importância para essa ação pró-unificação sindical será o aproveitamento, pelo Sindicato dos Bancários, das possibilidades de aglutinação engendradas pelas experiências grevistas; em mais de uma ocasião, o Sindicato procurará transformar ações de solidariedade a um movimento grevista (deflagrado pelos bancários, ou por outra categoria) em elementos de conexão entre diferentes sindicatos de trabalhadores, tal ligação se cristalizando em "comissões intersindicais de greve" ou em "comitês de apoio".[49]

Ao longo do período 1930-1964, o Sindicato dos Bancários de São Paulo não só luta pela organização regional e nacional da categoria bancária e afins (segundo o modelo ditado pela legislação federal: federações e confederações), como também age com vistas à constituição e plena operação de organizações sindicais horizontais, ilegais ou "paralelas". A partir de 1933, com a vitória eleitoral da chapa oposicionista "Partido Sindicalista dos Bancários", o Sindicato abandona a orientação assistencialista que predominara desde a sua fundação (1923), e se lança simulta-

[49] Sobre o papel dos bancários na "Comissão Intersindical de Greve" de 1953 (por ocasião da "greve dos 300 mil"), ver Armando Boito Jr., *op. cit.*, pp. 62-92; sobre o papel mediador e os propósitos unificadores (dentro da concepção do MIA) do Sindicato paulista, por ocasião da greve dos Metalúrgicos de Osasco, em 1968, ver Décio Saes, *Classe Moyenne et système politique au Brésil,* já citado, capítulo "La crise de 1968".

neamente à luta "classista" pela melhoria das condições de vida e de trabalho da categoria bancária, e à luta pela unificação nacional do movimento sindical dos bancários (em particular) e de todas as categorias assalariadas (em geral). Nesse contexto, ao mesmo tempo em que dirige o vitorioso movimento grevista de 1934, e logra obter a adesão maciça da categoria bancária, o Sindicato empreende movimento pela criação da Federação Regional dos Bancários de São Paulo, objetivando transformá-la em instrumento de constituição de novos sindicatos no interior de São Paulo (para além dos dois já existentes: o da capital e o de Santos). Tais esforços são, desde logo, neutralizados pelo Governo federal, que cria dificuldades deliberadas para o reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho, dos novos sindicatos de Campinas, Ribeirão Preto e Piracicaba, criados com o fito de fornecer uma base legal mínima para a formação de uma Federação (segundo a legislação, constituiria Federação a reunião de, pelo menos, três sindicatos da categoria e afins). Esse processo de organização regional da categoria, bem como o processo paralelo de constituição de uma Confederação Nacional dos Bancários serão violentamente interrompidos pela crise política de 1935 e a repressão que se lhe segue; a Federação dos Sindicatos de Bancários de São Paulo e Paraná e a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito) apenas serão reconhecidas pelo Ministério do Trabalho em 1958.

Mas, ao mesmo tempo em que procura aproveitar as possibilidades de organização sindical regional e nacional, abertas pela nova legislação, o Sindicato dos Bancários de São Paulo se engaja na luta pela formação de organizações sindicais horizontais, ilegais e "paralelas" à estrutura sindical oficial. Em 1933, enquanto o Sindicato dos Bancários de Santos lidera o processo de formação da Coligação das Associações Proletárias de Santos (reunião de 15 sindicatos), o Sindicato dos Bancários de São Paulo se responsabiliza pela criação da Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, objetivando em última instância a constituição de uma "União de Coligações", estas representativas de todas as cidades ou regiões do Estado. As duas coligações não só se absterão de procurar o seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, como também admitirão sindicatos por ele não reconhecidos; estará caracterizada, assim, a sua resistência ao controle exercido, pelo Ministério do Trabalho, sobre os sindicatos. Ao longo da vaga de greves deflagradas em 1934, a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo desempenhará o papel de *executora* das decisões tomadas pelas assembléias dos sindicatos coligados; especialmente no que se refere à categoria bancária, a Coligação assumirá a direção da grande

greve pela aposentadoria e a estabilidade, em nome de 30 sindicatos (sendo, a maioria deles, não reconhecida pelo Ministério).

Mas as tentativas de organização de entidades sindicais "paralelas" não se esgotam, nesse momento, com a formação das duas Coligações. Já em janeiro de 1934, estimulados pela clara tendência ascensional do movimento popular e grevista, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e a Coligação de São Paulo criam a Federação do Trabalho do Estado de São Paulo; esta, todavia, diferentemente da Coligação, só reuniria sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e, portanto, aptos a participar, em nome de um programa comum, das eleições para a representação classista na Assembléia Constituinte. Tal Federação será precocemente liquidada pelos novos dispositivos legais de 1934, concernentes às formas regionais e nacionais de organização sindical (definição da Federação como uma aglutinação de grupos de sindicatos de profissões similares, idênticas ou conexas; e admissão de uma única Federação para cada grupo de profissões). Ainda no ano de 1934, enquanto o Sindicato e a Coligação de Santos aderem à Coligação das Esquerdas (integrada pela Liga Comunista Internacionalista e Partido Socialista) e ao seu programa (autonomia sindical, concretização da representação político-profissional – um terço dos membros – em todos os Legislativos do país), o Sindicato e a Coligação de São Paulo aderem à FUS, uma frente única sindical, de caráter não-eleitoral, contra o fascismo. Em 1935, o Sindicato paulista, juntamente com o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, filiar-se-á à Confederação Sindical Unitária do Brasil (SUB), inspirada pela ANL e voltada para a luta pela unicidade sindical e por um governo antiimperialista, nacional e popular. Paralelamente à sua adesão ao braço sindical da ANL, o Sindicato paulista criará a União dos Sindicatos Proletários de São Paulo, destinada a fazer cumprir a orientação da ANL por sindicatos já reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Após a insurreição de novembro de 1935, dirigida pela ANL, todas essas entidades intersindicais serão proibidas (União dos Sindicatos Proletários de São Paulo) ou reprimidas (SUB, Coligação de Santos).

Após um longo período (1936-1942), marcado pela repressão às suas atividades, pela perseguição aos membros das direções anteriores e pelas intervenções "brancas", o Sindicato dos Bancários de São Paulo retomará, a partir de 1943, a luta pela unidade do movimento sindical e se engajará na luta contra o fascismo e pela democracia. Em 1944, cria o Centro Democrático dos Bancários de São Paulo, destinado a aglutinar-se a outros Centros Democráticos de Trabalhadores, formados simultanea-

mente; tais centros constituirão a base para a criação, ainda em 1944, de uma nova organização geral dos trabalhadores, ilegal e "paralela": o MUT, de cuja direção participam antigos líderes da extinta SUB.

Em 1953, quando se inicia uma nova fase ascensional de movimento operário, o Sindicato dos Bancários de São Paulo retoma com força a luta interrompida, até 1951, pela interventoria nele instaurada durante o Governo Dutra. Após solidarizar-se abertamente com a greve dos têxteis do Rio de Janeiro (término em janeiro de 1953), o Sindicato procura desempenhar um papel unificador durante a greve geral de março/abril de 1953 (a "greve dos 300 mil"). De um lado, o Sindicato se solidariza financeiramente com os operários em greve. De outro lado, passa a integrar com destaque a Comissão Intersindical de Greve, criada a 18 de março de 1953.

Finalmente, na fase de ascenso popular que se prolonga de 1959 até o golpe militar de 1964, o Sindicato presta o seu apoio às entidades sindicais "paralelas" em constituição (CGT, PUA), chegando seu Presidente a dirigir, igualmente, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI).

A constância da luta do Sindicato dos Bancários pela unidade do movimento sindical não nos deve, todavia, fazer depreender que essa unidade tenha sido, em si mesma, o fim último de sua ação. Se, nos momentos políticos marcados pela desorganização das forças populares, esse combate apenas pôde contribuir para relembrar, ao patronato e ao Estado, o potencial reivindicativo dos sindicatos, nos momentos de ascenso do movimento popular, a luta pela criação de centrais sindicais e Comandos "paralelos" delineou-se como um instrumento da própria luta pela transformação social. Assim, por exemplo, o empenho unificador, revelado pelo Sindicato paulista de 1933 a 1935, está em grande medida relacionado com o seu apoio aos objetivos políticos da ANL: constituição de um Governo popular, antifeudal e antiimperialista. E, a partir de 1959, paralelamente à sua luta pela unificação do movimento sindical, o Sindicato participa da luta pelas reformas. Essa participação se acentua, sobretudo, a partir de 1962. Ao longo da década de 50, o Sindicato assumira posições nacionalistas, como a defesa constante da Petrobras e do monopólio estatal de outras riquezas naturais (exemplo: a borracha do Amazonas) ou o combate à Instrução 113 da SUMOC (um instrumento objetivamente favorecedor da entrada de capitais imperialistas na indústria). E, em agosto de 1961, a II Conferência Nacional da CONTEC incluía, entre as suas decisões finais, a renovação da luta em defesa da Petrobras e a resistência à recente Instrução nº 204 (considerada de inspiração monetarista e imperialista). Em 1962, entretanto, esse programa de

luta se amplia e se aprofunda, em correspondência com o avanço do movimento popular em seu conjunto. Em maio de 1962, a CONTEC propõe a reforma bancária, da qual os aspectos mais importantes seriam: nacionalização dos bancos estrangeiros, representação dos trabalhadores na direção do sistema bancário, crédito seletivo em função de novas prioridades sociais. E, em setembro de 1962, a III Convenção Nacional da CONTEC sustenta a necessidade de efetivação de amplas reformas sociais: a distribuição da terra, a nacionalização dos bancos estrangeiros, o reconhecimento do direito de voto aos analfabetos, a representação estudantil de um terço nas congregações universitárias, o direito pleno de greve, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Dessa data até abril de 1964, a defesa de tais palavras de ordem, pelo Sindicato paulista, far-se-á com vigor crescente.

Esboçado o quadro geral da ação sindical bancária entre 1930 e 1964, coloca-se a pergunta: existe, para além das grandes diferenças constatadas, algo de comum entre o sindicalismo bancário e o sindicalismo comerciário, nesse período? Na verdade, a análise da ação sindical dessas categorias, combinada a observação da cena política, permite-nos detectar alguns elementos ideológicos comuns aos diferentes setores da baixa classe média, nessa fase histórica. Mais precisamente: tanto as formas de ação e organização sindicais, adotadas por esses setores, como a sua relativa ausência da luta político-partidária, evocam o *estatismo* da baixa classe média ao longo da fase inicial de industrialização capitalista, cuja "urgência" é determinada pela inserção do Brasil, enquanto periferia, no sistema capitalista mundial.[50] No plano sindical, esse estatismo corresponde à aceitação prática do sindicalismo de Estado, como forma de proteção, pelo Estado, às atividades sindicais, ameaçadas pela resistência do patronato a qualquer ação trabalhista coletiva. A esse respeito, recorde-se que a massa da categoria bancária acolheu positivamente o Decreto-Lei nº 19.770, de março/1931. É que esse dispositivo legal, ao mesmo tempo em que fixava a exigência de reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, estabelecia garantias para os sindicatos registrados: era prevista a imposição de penalidades ao empregador que punisse ou demitisse empregados envolvidos em atividades sindicais. Em conseqüência, a taxa de sindicalização da categoria bancária aumentará sensivelmente, após o reconhecimento do Sindicato pelo Ministério do Trabalho, em agosto de 1931: os seus 880 sócios, em 1930, transformar-se-ão em 2.000 inscritos, em 1934.

---

[50] Ver, a esse respeito, pp. 475 e segs.

Mas o apoio do Estado às atividades sindicais não foi somente importante para o aumento da taxa de sindicalização; ele foi, igualmente, para o desenvolvimento de uma ação verdadeiramente reivindicativa. Muitos autores falam do clima de "mobilização" social, instaurado pelo Estado entre 1931 e 1934. Com efeito, o sucesso de greves como a dos bancários, em 1934, não pode ser entendido, se não se tiver em conta que, a partir de 1931, o Governo passou a utilizar as classes trabalhadoras como um ponto de apoio para a reorientação da política de Estado, num sentido contrário ao dos interesses da antiga fração burguesa hegemônica. A título do exemplo, recorde-se a atitude de conciliação e quase mesmo de incentivo tomada por Oswaldo Aranha com relação ao movimento reivindicativo dos bancários em 1934;[51] tal atitude esteve, sem dúvida, relacionada ao propósito governamental de implementar, contra a resistência dos banqueiros, a reforma financeira.

A perda do incentivo governamental, como conseqüência da politização da ação sindical bancária em 1935 (adesão ao programa de lutas na ANL), provoca uma diminuição do apoio da categoria bancária ao Sindicato: em fins de 1936, este contará com apenas 1.000 inscritos (a metade do quadro dos sindicalizados de 1934). E já a partir de 1936, após a eliminação das lideranças comprometidas com a ANL, o Sindicato busca o reconhecimento pelo MT dos seus novos estatutos (os estatutos "classistas" de 1935 haviam sido rejeitados pela Delegacia Estadual do Trabalho), bem como se lança na luta contra a pluralidade sindical e pelo sindicato único por categoria profissional. Essa ação exprime, uma vez mais, o empenho da categoria bancária em buscar a proteção do Estado contra o patronato, não cumpridor das leis do trabalho e infiltrado na categoria através do sindicato "amarelo": o "Sindikê", criado em 1934 por um punhado de altos Funcionários e de diretores de caixas particulares de bancos, a partir da intenção de organizar a resistência contra a absorção das caixas particulares de bancos pelo sistema previdenciário estatal. Ambas as lutas serão vitoriosas: em 1937, os novos estatutos serão oficialmente reconhecidos; em julho de 1939, simultaneamente à edição do Decreto nº 1.402 (sindicato único por categoria, imposto sindical), processa-se a fusão entre o "Sindikê" e o Sindicato dos Bancários, com a absorção da minoria pró-patronal pela maioria de orientação "trabalhista". Sintomaticamente,

[51] Oswaldo Aranha, então Ministro da Fazenda, chegou a comparecer a comício em praça pública, organizado pelos bancários de SP, tendo aí prometido a criação do IAPB e a concessão da estabilidade.

a partir de 1939, o número de bancários sindicalizados tende, novamente, a aumentar, em proporções não justificáveis pela mera fusão dos dois sindicatos (o "Sindikê" era numericamente inexpressivo). Essa busca da proteção do Estado e a relativa impotência política que ela revela evidenciam-se em frase do editorial da *Folha Bancária*, em agosto de 1940: "Que os Governos usem da força de que se armaram em sentidos benéficos para seus governados." Todavia, ausente, entre 1939 e 1943, o incentivo governamental às atividades sindicais, a dependência do Sindicato diante do Estado em nada contribuirá para o aumento da pressão reivindicativa; nesse sentido, muitos autores se referem a esse período como caracterizando uma "fase de desmobilização".

Mesmo em 1953, quando a ascensão vertiginosa do movimento operário levanta, na prática, a possibilidade de formas organizativas independentes, o recurso à proteção do Estado ainda é avaliado positivamente pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo; enquanto as bases e os dirigentes operários organizam comitês de greve e chegam à constituição de uma Comissão Geral de Greve, a categoria bancária participa prioritariamente da Comissão Intersindical de Greve, cuja função é canalizar o descontentamento das bases para dentro da estrutura sindical oficial.[52] Em agosto de 1953, ao mesmo tempo em que critica o Governo e sustenta a necessidade de independência do sindicato diante dos Governos, o editorial da *Folha Bancária* explicita o conceito de autonomia sindical: "Nossas relações com o Ministério se mantêm estritamente dentro das exigências legais relativas à parte burocrática, nos casos em que é imprescindível sua interferência."[53]

No período 1959-1964, a busca de uma maior participação sindical leva o Sindicato a incentivar a criação de Comissões Sindicais, que deveriam representar a "desburocratização de nossas atividades" e a "mobilidade do corpo sindical", "a prática efetiva da democracia na vida sindical" e a garantia de que "as decisões serão emanadas das bases". Mas o domínio das Comissões pelo Sindicato já se esclarece, quando este explica a natureza real dessa forma organizativa: "A função primordial das Comissões Sindicais é, muito justamente, levar o Sindicato ao local de trabalho"; "A Comissão é (...) uma estruturação sindical em unidades integradas".[54] Na verdade, essas Comissões, ali onde chegaram a existir,

[52] Aqui reproduzimos a análise de Armando Boito Jr., *op. cit.*, pp. 86-89.
[53] Cf. Boito Jr., *op. cit.*, p. 92.
[54] Cf. *Folha Bancária* nº 23, janeiro de 1964.

estiveram longe de se constituir em organizações autônomas de base; a rigor, elas serviram prioritariamente às direções sindicais, por terem atuado como correias de transmissão das suas decisões à massa da categoria.

Assim, são as aspirações características da baixa classe média, nesta fase histórica, que explicam em grande parte o seu estatismo, expresso ao mesmo tempo como fraca participação na luta partidária, e como apego ao sindicalismo de Estado. Todavia, na parte restante, esse estatismo se deve à incapacidade de direção, revelada pela burguesia industrial e pelas organizações políticas do proletariado; o reduzido alcance do "partido" industrial e do "partido" proletário apenas acentuou a tendência da baixa classe média a buscar na dependência diante do Estado a proteção à ação sindical, contra a resistência do patronato.

5. ESTATISMO E NACIONALISMO

Já vimos que a baixa classe média revela, no período 1930-1964, uma tendência estatista espontânea, consistente na expectativa de que o Estado faça o necessário (isto é, o apoio à industrialização) para a promoção do bem-estar material do povo. Todavia, nenhum estudo político sobre a classe média, no período em foco, estaria completo, se ele se limitasse a enfocar a questão da ideologia estatista através da análise do "populismo" da massa da baixa classe média. É que essa mesma tendência estatista e as aspirações sociais que ela veicula encontram-se na base de certos movimentos de intelectuais e/ou militares, desencadeados nessa fase histórica. Mas *encontram-se na base*, tão-somente: ou seja, o estatismo dessa fração da classe média aparece *transfigurado*, em tais movimentos; as forças ideológicas, aí emergentes, exprimem essa tendência, mas de modo enviesado, que oculta as suas verdadeiras raízes. Mais precisamente: a aspiração ao "progresso" (isto é, ao consumo capitalista, ao nível de vida gozado pelos trabalhadores urbanos nos países capitalistas avançados) não se revela claramente, no discurso de militares ou intelectuais, como a determinante fundamental de sua ação política. Alguns desses movimentos parecem justificados por um "estatismo secundário": as suas propostas de reforma do Estado parecem ter algo a ver, *apenas indiretamente*, com uma reorientação industrializante da política de Estado. A sua apologia do centralismo e do intervencionismo evocam, tão-somente, intenções de "consolidação da Nação" ou de "conciliação do capital e do trabalho". Outros desses movimentos assumem mais diretamente um caráter

nacionalista: a defesa da Nação contra o "imperialismo" ou as "potências estrangeiras" passa ao primeiro plano das intenções declaradas, constituindo a justificação fundamental para toda intervenção do Estado na economia. Mas, seja esse discurso predominantemente estatista ou nacionalista,[55] ele jamais coloca em destaque aquilo que constitui a sua base: a aspiração ao progresso da indústria. Essa função de ocultação/deslocamento ideológicos, assumida pelo discurso de militares e intelectuais, explica as freqüentes constatações sobre a grande distância entre a classe média e os seus "partidos", não só no Brasil como em toda a América Latina. É nesse sentido que Marcelo Cavarozzi, ao procurar determinar "a natureza das mediações que existiram entre a 'classe média' e os 'seus' partidos políticos" ao longo do desenvolvimento capitalista latino-americano, refere-se a "elementos que sugerem a existência de um considerável grau de autonomia destes partidos com relação às 'suas' bases, ou para dizê-lo com outras palavras, de uma 'distância' apreciável entre os interesses e reivindicações da 'classe média', e as orientações e interesse corporativos dos dirigentes dos 'seus' partidos *enquanto* especialistas do nível político".[56]

O Tenentismo

O desenvolvimento do movimento tenentista entre 1931 e 1934, ao mesmo tempo que exemplifica essa grande "distância" (ocultação/deslocamento) entre a classe média (baixa) e o seu "partido" (militar), indica que tal distância não é suficiente para descaracterizar a existência de um vínculo real entre as aspirações dessa fração e a ação política da média oficialidade do Exército. Mas a relação ideológica entre a classe e o seu "partido" só se evidencia através de análise dos objetivos políticos perseguidos pelo tenentismo antiliberal e autoritário, de 1931 a 1934. Essa tendência consolidará rapidamente, no pós-30, a sua hegemonia no seio do movimento tenentista, através da construção de organizações políticas destinadas a difundir, nas principais capitais do

[55] Se se tem em conta que a expressão suprema da Nação é o próprio Estado nacional, compreende-se que a distinção entre "estatismo secundário" e nacionalismo reflete apenas a maior ou menor ênfase em cada um desses dois pólos; enquanto o "estatismo secundário" se preocupa prioritariamente com aquilo que parece exprimir, *ao nível da estrutura do Estado*, a existência da Nação *(a centralização* da capacidade de decisão e o poder de *intervenção* na sociedade, indicadores da *soberania nacional)*, o nacionalismo atribui prioridade à defesa do *Povo-Nação* (comunidade cultural e lingüística), daí derivando uma posição de defesa do intervencionismo estatal enquanto instrumento privilegiado de afirmação do ser nacional.

[56] Ver Marcelo Cavarozzi, *Populismos y "partidos de clase média" (Notas comparativas)*, Documento CEDES/G.E.CLACSO nº 3, Buenos Aires, 1976, p. 15.

país, os seus pontos de vista. Assim, surgem quase simultaneamente em 1931: o Clube Três de Outubro, sediado no Rio de Janeiro e alçado à condição de verdadeiro "Comitê Central" do *Tenentismo* autoritário; a Legião de Outubro, frente de militares e civis criada em Belo Horizonte, e que chegou a contar, já em abril de 1931, com 15 mil membros, a Legião Revolucionária de São Paulo, dirigida pelos "Tenentes" João Alberto e Miguel Costa. E, ainda em 1931 (mês de julho), após o afastamento de João Alberto da interventoria paulista, a Legião Revolucionária de São Paulo se transforma, sempre sob a direção de Miguel Costa, no Partido Popular Progressista, fiel à orientação tenentista.

Qual a verdadeira natureza das organizações políticas tenentistas? Algumas das características mais conhecidas do movimento tenentista *parecem* nos autorizar a qualificá-las como organizações *antipopulares*. De um lado, o elitismo e o antimassismo, típico do *Tenentismo*, se exprimem na sempre presente dificuldade de aproximação, contato ou aliança efetiva com a classe operária, revelada pelos partidos tenentistas autoritários.[57] De outro lado, as suas posições antiliberais se revelam na crítica à democracia representativa e ao sufrágio universal, bem como na apologia da representação profissional (em geral, implantada nos regimes de partido único). Estas características seriam suficientes para qualificar o "partido" tenentista do pós-30 como antipopular e, mesmo, antidemocrático? Tal pergunta não comporta nenhuma resposta simples e imediata, dado o caráter *contraditório* do movimento reformista engendrado na crise da

[57] A esse respeito, afirma Werneck Sodré: "Embora a Revolução de 1930 trouxesse, entre os seus componentes, particularmente entre os militares, elementos novos, ansiosos por colocar em termos justos a chamada questão social – qualificada como simples 'caso de polícia' pela situação vencida, a verdade é que tomou, desde logo, da parte de seus mais destacados responsáveis, atitudes antioperárias ostensivas. João Alberto, ao assumir a interventoria paulista, em manifesto assinado também pelo Secretário democrático, advertia: "Embora garanta a plena liberdade de pensamento, o Governo paulista não consentirá em agitações de caráter comunista ou anarquista, estando firmemente resolvido a reprimir com severidade as tentativas que se façam para perturbar a ordem pública, danificar a propriedade particular ou para ofender as pessoas. As medidas de caráter provisório que o Coronel João Alberto tomou para pacificação do operariado serão mantidas unicamente em relação aos Operários que continuarem a trabalhar durante o prazo estabelecido." Cf. Nélson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, 2ª edição, pp. 47-48. Referindo-se à Legião Revolucionária de SP, afirma Edgard Carone: "A Legião pretende uma política ampla, em que fossem incluídas as reivindicações nacionalistas das classes médias e operariado. Porém, estas classes olham com desconfiança a agremiação, o que restringe o partido a uma agremiação governamental e oficial." Cf. Edgard Carone, *A Segunda República*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1974, p. 252.

hegemonia política do capital comercial. É verdade que o *Tenentismo* reformista luta por uma efetiva transformação do Estado, que implique a desagregação da hegemonia política da burguesia cafeeira: centralização político-administrativa, ampliação da intervenção do Estado na economia, tratamento "público" da "questão social". Todavia, sustenta ao mesmo tempo a necessidade de concretizar essa transformação pela *via autoritária:* eliminação das instituições democrático-representativas e do jogo partidário, controle estatal dos sindicatos. Em que termos avaliar este autoritarismo? Em parte, ele é uma expressão do estatismo da baixa classe média, e da real distância política entre essa fração e o proletariado urbano, ao longo da Primeira República; bem como das características especificamente militares (elitismo, culto da hierarquia, anticivilismo, "putschismo") do movimento que a representa politicamente. Porém, reconheça-se, por outro lado, que esse autoritarismo não se atualiza, ao nível da prática política, como reação a uma crise revolucionária (ascensão do movimento revolucionário de massas); e sim, enquanto confronto com a "democracia oligárquica", penetrada pelas práticas fraudulentas e pela manipulação coronelista, e controlada pela burguesia cafeeira. Compreende-se, assim, o caráter parcialmente progressista (e não totalmente conservador, como quer uma revisão apressada de nossa História Política) da crítica tenentista às instituições democrático-representativas; e, ao mesmo tempo, clarifica-se a dimensão não-democrática da luta popular dirigida pelo *Tenentismo* reformista.

Mas em que nível os objetivos políticos do "partido" tenentista autoritário se relacionam com as aspirações da baixa classe média? Na sua luta para subtrair à burguesia cafeeira o controle monolítico da política de Estado, o *Tenentismo* reformista persegue, entre 1931 e 1934, *objetivos centralistas, autoritários* e *intervencionistas.* Em primeiro lugar, os Tenentes constituem a principal base de apoio das interventorias estaduais; propõem a federalização das brigadas policiais dos Estados; defendem a unificação da justiça e a centralização do sistema tributário. Em segundo lugar, o movimento tenentista se bate pelo encaminhamento do Governo Provisório para um regime de partido único, fundado na representação profissional; opõe-se à convocação da Assembléia Constituinte, encarando-a como o instrumento de uma restauração liberal em tudo favorável à burguesia cafeeira; coloca-se abertamente contra o movimento constitucionalista de 1932, visualizando o seu caráter restaurador. Em terceiro lugar, os Tenentes participam da elaboração do Código de Minas e do

Código de Águas, ambos de orientação nacional-estatista; propõem a taxação dos bens imóveis; vêem adotadas pelo Ministério do Trabalho (gestão Lindolfo Collor) as suas propostas de criação de leis do trabalho e de transformação dos sindicatos em pessoas de direito público. Esses objetivos estão igualmente expressos nos programas das organizações políticas tenentistas do período 1931-1934. O Programa da Legião Revolucionária de São Paulo dava ênfase às propostas centralistas (reforço do poder local como método para enfraquecer as "oligarquias" estaduais, centralização do sistema tributário), corporativistas (representação profissional no Estado, substituição do Congresso por Conselhos Técnicos), intervencionistas (lei do trabalho, salário mínimo, sindicalismo de Estado) e antiliberais (eleição indireta do Presidente da República, por Conselhos Técnicos). O Clube Três de Outubro defende, em dezembro de 1932: a criação de sistema eleitoral fundado na representação profissional (aceitando, por transigência, sistemas mistos, mas em nenhuma hipótese uma representação exclusivamente político-partidária); a competência da União no julgamento dos pedidos de empréstimos municipais e estaduais, dirigidos ao exterior; o sufrágio indireto, salvo em nível municipal; o sindicato de Estado; a integração de Conselhos Técnicos ao Poder Executivo. Essas proposições serão reafirmadas pelo Clube Três de Outubro de 1934, após a derrota representada pela convocação da Assembléia Constituinte. O manifesto do encerramento do seu Congresso retoma a crítica a essa Assembléia e aos políticos profissionais ("agentes da balbúrdia, desordem, politiquice"), repisa as virtudes da representação profissional (propondo a articulação do Estado num tripé: Câmara profissional, Conselho federal e conselhos técnicos) e conclui por uma profissão de fé antipartidária: "O mal não está na ausência de partidos e, sim, na ausência de organização nacional".[58]

Como relacionar tais objetivos com os interesses de uma importante parcela de classe média, não sujeita à direção política do capital comercial e do "partido" liberal? Na verdade, eles definem as condições políticas indispensáveis para a reorientação da política de Estado, num sentido não favorável à satisfação *prioritária* dos interesses da burguesia cafeeira e do capital comercial, em geral. Que a *indústria* seja o grande impensado do discurso tenentista não altera o fato de que a ação política tenentista busca uma transformação de Estado cujo aspecto mais evidente é a aber-

[58] Cf. Edgard Carone, *op. cit.*, p. 272.

tura do aparelho estatal a outros interesses que não aqueles ligados à comercialização da produção agrícola.[59] Nessa medida, o discurso tenentista é o antecessor de outras formas de discurso destinadas a ocultar a aspiração ao progresso da indústria: o "pragmatismo" do Governo Provisório e da gestão Vargas até 1937, a ideologia da "segurança nacional" durante a Segunda Guerra Mundial.

O objetivo tenentista de transformação centralista e autoritária do Estado brasileiro reaparece, igualmente, no movimento integralista, cuja fase ascensional se estende de 1932 a 1937.[60] Evidentemente, não queremos, com esta afirmação, reduzir o integralismo, no seu conjunto, a um movimento de intelectuais e militares pela reforma do Estado. É sabido que, no período em foco, o integralismo chegou a ganhar a dimensão de um verdadeiro movimento de massa da classe média, atingindo a casa dos 500 mil adeptos. Só se pode compreender tal dimensão, quando se tem em conta que a ascensão do movimento do proletariado urbano, já esboçada em 1931-1932 e chegando a seu ápice em 1934-35, semeia no conjunto da classe média (alta e baixa) o temor da proletarização e empurra amplos contingentes dessa classe para posições antioperárias, anticomunistas e repressivas. A pesquisa de Helgio Trindade nos permite supor que essas posições foram determinantes para a adesão, ao movimento integralista, da *massa dos seus militantes:* isto é, indivíduos egressos da baixa classe média (Funcionários Públicos), empregados ou da pequena burguesia tradicional (pequenos proprietários). Todavia, a mesma pesquisa mostra que essas motivações tiveram muito menos relevo ao nível da cúpula do movimento: a direção nacional do integralismo, composta de professores, escritores, profissionais liberais e militares, mais do que enfatizar a sua componente antioperária, privilegiou em geral a luta por uma centralização autoritária do Estado, enquanto instrumento de liquidação da política oligárquica acobertada pelas *formas* democráticas da Primeira República. A esse respeito, a observação da linha de ação que as lideranças procuram

[59] Isso não significa que, no Estado anterior à Revolução de 30, os interesses ligados à indústria deixavam de se exprimir; eles o faziam, entretanto, de modo subordinado, na dependência de sua compatibilização com os interesses prioritários do capital comercial controlador da produção agrícola.

[60] Aqui, apoiamo-nos integralmente nos elementos de análise fornecidos pelo importante trabalho de Helgio Trindade, *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1974. Todavia, as conclusões aqui tiradas por conta própria não engajam, necessariamente, esse autor.

impor ao conjunto do movimento integralista pode ser mais útil que a leitura literal dos seus discursos, onde a mistura de temas desconexos assume objetivamente a função de ocultar os objetivos reais do movimento e os interesses sociais que ele representa.

Plínio Salgado e o Tenentismo

É, aliás, significativo que a carreira política do Chefe nacional da Ação Integralista Brasileira – Plínio Salgado – tenha se iniciado, ainda antes de 1930, com a deflagração de um movimento de renovação democrática *dentro* do Partido Republicano Paulista: a Ação Nacional. A Revolução de 30 dá por encerrada essa experiência de regeneração interna do maior partido "oligárquico" e empurra Salgado para o *Tenentismo*: ao aderir à Legião Revolucionária de São Paulo em 1931, Salgado se entrega à crítica da democracia "oligárquica" e dos partidos "oligárquicos", aproximando-se pouco a pouco de uma tendência autoritária, antiliberal e antipluralista. O seu rápido desencanto com a Legião Revolucionária não o impede de continuar prestando apoio crítico, através da ação escrita, ao Governo Provisório (em 1931, redige *Diretivas* à *Ditadura* e *Revolução na Revolução,* cujos títulos são sintomáticos); em 1931-32, opõe-se aos constitucionalistas de São Paulo e conduz campanha contra a convocação da Constituinte. Em meados de 1932, organiza o seu próprio partido: a Ação Integralista Brasileira. Os primeiros textos e documentos da nova organização pouca importância dão ao perigo do comunismo; como observa Trindade, o seu inimigo principal é, então, o *liberalismo.* As posições então dominantes, no seio da AIB, são as de crítica à Federação, porque antinacional; de defesa do municipalismo e das comunidades locais (em consonância com o seu desejo de enfraquecer o poder regional, afirma Plínio Salgado: "O fundamento do Estado é o Município"); de apologia do intervencionismo de Estado, e de críticas ao Estado liberal; de rejeição da democracia "oligárquica". No que concerne a este último ponto, o Programa da AIB defende: o regime do partido único; a representação profissional (base de escolha das Câmaras, Assembléias e do Congresso Nacional); eleições indiretas para o Poder Executivo, nos seus três níveis (municipal, estadual, nacional). Insatisfeito com os resultados da Revolução de 30 e disposto a empreender a "Revolução na Revolução", o movimento integralista procura levar avante o processo de centralização autoritária do Estado; a instauração do Estado Novo em 1937 representa, numa certa medida, o esgotamento do movimento, por cumprimento de grande parte dos seus objetivos programáticos. Isso explica a cumplicidade dos integralistas na implantação

da ditadura estado-novista,[61] bem como a não-participação da direção nacional no *putsch* integralista de 1938. Pode-se assim dizer que, encarado no seu conjunto, o movimento integralista assume, no período 1932-1937, um caráter paradoxal: a cúpula do movimento se coloca numa perspectiva centralista e intervencionista, que se adapta melhor às aspirações da classe média "populista" que às da burguesia cafeeira, dos proprietários fundiários, da burguesia industrial ou da classe média "liberal"; porém, ao mesmo tempo, a parcela da baixa classe média que fornece uma base social ao movimento (militantes de base) se sente menos atraída pelo centralismo e pelo intervencionismo integralistas, que pela possibilidade de organização coletiva contra a ameaça da proletarização, representada pela ascensão do movimento popular, em 1934-35.

Classe média e a campanha do petróleo

Uma década após o definhamento do movimento integralista, as aspirações da baixa classe média à melhoria, em termos "modernos", do nível de vida e de bem-estar material reaparecem, sob nova forma, no movimento nacionalista, do qual a Campanha do Petróleo (1947-1953) é a expressão mais típica. Sob nova forma: o movimento nacionalista não é um momento particular de um processo cíclico de reemergência política de motivações permanentes, já expressas no *Tenentismo* ou no *Integralismo*. Esgotada a Revolução de 30 e derrubado o Estado Novo, a luta por tais aspirações exige a definição de novos objetivos políticos, distintos da mera consolidação do regime unitário, da centralização político-administrativa ou da posição intervencionista (no plano econômico e social) do Estado. Estabelecidas essas precondições políticas, o movimento pelo progresso da indústria deve passar a pressionar o Estado, no sentido da tomada de medidas concretas, cada vez mais avançadas (produção de insumos industriais, combustíveis, bens de consumo duráveis), de intervenção pró-indústria. É nesse contexto mais amplo, do qual a crise de abastecimento em combustíveis, durante a Segunda Guerra Mundial, é apenas um aspecto parcial, que emerge o movimento nacionalista pelo monopólio estatal do petróleo.[62]

Seria correto caracterizar essa luta como um movimento de intelectuais e militares? Não existe uma resposta simples para tal questão. De um lado, convém lembrar a existência, entre 1947 e 1953, de um apoio

[61] Essa cumplicidade é esclarecida por Helgio Trindade, *op. cit.*, p. 186.

[62] Essas observações sobre o movimento nacionalista e a Campanha do Petróleo apóiam-se no minucioso estudo de Gabriel Cohn, *Petróleo e Nacionalismo*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968; bem como em Nélson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, já citado, capítulos "O Clube Militar" e "A Grande Conspiração".

popular "difuso" à Campanha do Petróleo; tal apoio foi, em grande parte, responsável pela criação de um clima político favorável ao movimento. De outro lado, recorde-se que, diferentemente dos movimentos reivindicativos populares (salários, melhores condições de trabalho etc.) ou dos movimentos revolucionários de massa, o *ritmo* do movimento nacionalista, entre 1947 e 1953, não foi determinado pela iniciativa das massas e sim pela iniciativa de "categorias sociais" distintas da massa trabalhadora: militares, estudantes, técnicos e burocratas, jornalistas. Foi particularmente importante, para a Campanha do Petróleo, a ação política e propagandística dos militares nacionalistas. Desde 1947, desencadeia-se, nos meios militares, uma ofensiva contra a inócua política petrolífera do Governo, pró-imperialista por escolha ou por omissão. A polêmica entre os defensores do monopólio estatal e os céticos quanto às possibilidades nacionais de exploração do petróleo extravasa rapidamente os limites do Clube Militar (onde, respectivamente, Horta Barbosa e Juarez Távora haviam pronunciado conferências); ainda em 1947, o General Horta Barbosa defende o monopólio estatal da exploração do petróleo, em conferência proferida no Instituto de Engenharia de São Paulo. Até 1952 (quando o grupo nacionalista é derrotado nas eleições para a Diretoria), o Clube Militar funcionará como um grupo de pressão voltado para a difusão, dentro do aparelho de Estado, das teses nacionalistas sobre o petróleo; e, ao mesmo tempo, como um centro de agitação, junto à "opinião pública" (restrita, por certo: os auditórios de elite) da questão do petróleo.

A UNE e a campanha do petróleo

Os estudantes tomaram igualmente parte na luta pelo monopólio estatal do petróleo; a seu favor, manifestam-se a UNE, através do 3º Congresso Nacional dos Estudantes, bem como o 4º Congresso dos Estudantes de São Paulo, o 10º Congresso dos Estudantes Gaúchos, o Conselho dos Estudantes da Bahia e o Conselho dos Estudantes Fluminenses. A participação dos técnicos e burocratas na questão do petróleo será dupla: de um lado, desenvolverão uma ação de persuasão nacionalista no seio do aparelho do Estado, ao nível dos Ministérios, Comissões, Assessorias etc.; de outro lado, entregar-se-ão a uma ação externa de esclarecimento da "opinião pública" sobre a necessidade de uma política nacional de petróleo. A atuação de Rômulo de Almeida (assessor econômico de Vargas) é o exemplo típico da primeira modalidade de ação; a de Gondim da Fonseca (Funcionário aposentado do Banco do Brasil), o melhor exemplo da segunda. Finalmente, a participação dos Jornalistas no movimento também será importante; desde

1946, Mattos Pimenta, Mário de Brito e Plínio Catanhede agitam a questão, no seu *Jornal de Debates*. Posteriormente, *Panfleto e Emancipação*, da pequena imprensa, e o *Diário de Notícias*, da grande imprensa carioca, ampliarão a frente jornalística por uma solução nacionalista para a questão do petróleo.

Todas essas "categorias sociais" se reunirão, em abril de 1948, para a criação da Campanha de Defesa do Petróleo (CEDPEN). Enquanto expressão mais organizada no movimento socialista pelo monopólio do petróleo, a CEDPEN define, como seu objetivo máximo, a implantação no Brasil do monopólio estatal da extração, refino e distribuição por atacado, de petróleo e derivados. Na luta pela conquista desse objetivo, a CEDPEN desenvolverá, ao mesmo tempo, uma ação parlamentar e a agitação extraparlamentar. Ao nível parlamentar, a Campanha procurará através do seu representante no Congresso – o Engenheiro Lobo Carneiro – atrair o maior número possível de Deputados, abstraída a sua filiação partidária para o campo nacionalista. Ao nível extraparlamentar, momentos importantes da atuação da CEDPEN são as três Convenções Nacionais de Defesa do Petróleo, a última das quais se realiza, em agosto de 1952, sob ameaça de repressão policial. Qual terá sido o alcance social da ação extraparlamentar da CEDPEN? Na verdade, ela contribuiu para ampliar o apoio "difuso" das classes trabalhadoras – sobretudo a classe operária e a baixa classe média[63] – a uma solução nacional-estatista para a questão do petróleo. No que diz respeito à baixa classe média, esse apoio não-organizado só ganhará uma expressão concretamente mais forte em 1953: numa conjuntura que combina o ápice da polêmica parlamentar sobre o petróleo e a deflagração de um poderoso movimento grevista em São Paulo, o Sindicato dos Bancários defenderá publicamente o monopólio estatal de exploração (extração, refino, distribuição) do petróleo. Simultaneamente, a classe média liberal se coloca no campo oposto, fazendo convergir a sua crítica do "populismo" varguista e a sua rejeição do estatismo/intervencionismo, para a condenação do monopólio estatal do petróleo; entre 1952 e 1953, um típico porta-voz dessa fração – a revista *Anhembi* – designa a Petrobras como "uma invenção dos comunistas".

---

[63] Lembre-se de que o PCB apresentou, por uma questão de tática parlamentar ou de estratégia política, um projeto de orientação privatista (o Projeto Marighella), destinado, em caso de aprovação, a abrir um espaço econômico para eventuais investimentos petrolíferos da burguesia nacional. Tal projeto, assim como o projeto governamental, foram rapidamente superados, na preferência popular, pelo projeto nacionalista da CEDPEN (monopólio estatal da extração, refino e distribuição), mais próximo das tendências estatistas populares.

A UDN e a campanha do petróleo

O derradeiro período da Campanha do Petróleo – de 1951 a 1953 – nos enseja, entretanto, a observação de um fenômeno político singular. É que a UDN de São Paulo e do Rio, partido tradicionalmente ligado à classe média liberal, antipopular e antiintervencionista, abandonará temporariamente a representação política dessa fração, para perseguir, por razões eleitorais de curto prazo, o apoio dos setores tocados pela propaganda nacionalista. Na verdade, a repercussão popular favorável à atuação da CEDPEN convencerá a UDN a encampar a proposta nacionalista: em junho de 1952, o Deputado Bilac Pinto apresenta projeto de criação do monopólio estatal do petróleo (ENAPE), colocando a UDN "à esquerda" do PCB e do Governo federal. Essa crise de representação política desloca inteiramente o "partido" liberal para a imprensa e as Associações Comerciais. As entidades regionais de São Paulo e do Paraná, bem como a Confederação Nacional do Comércio, serão as responsáveis pela maior ofensiva política desencadeada contra a criação da Petrobras. Ao mesmo tempo, o jornal *O Estado de S. Paulo* se colocará, praticamente pela primeira vez, contra a posição da UDN, dando ampla cobertura à campanha antiestatística e próimperialista das entidades comerciais.

Segundo Gabriel Cohn, a Campanha do Petróleo começa a perder intensidade em 1952, em razão da derrota eleitoral da ala nacionalista no Clube Militar, bem como do recrudescimento da ofensiva anti-Petrobras comandada pelas Associações Comerciais. Este fato explica, em parte, que a solução parlamentar da questão do petróleo tenha ficado a meio caminho entre a solução nacionalista (monopólio também da distribuição) e a solução imperialista (total liberdade de prospecção e comercialização). De outro lado, esse resultado final não pode ser compreendido se não se tem em conta o caráter difuso e não organizado do apoio popular à Campanha do Petróleo; na verdade, a CEDPEN, enquanto movimento de militares e intelectuais, esteve longe de atuar como um partido dirigente das classes populares e de conferir, à luta pelo monopólio estatal do petróleo, o caráter de uma luta pelo controle popular e democrático da riqueza nacional.

6. REVOLUÇÃO POPULAR E CONTRA-REVOLUÇÃO

Sugerimos anteriormente que, ao longo do período 1930-1964, o conjunto da classe média se divide politicamente entre uma posição liberal e

antipopular, e uma tendência estatista/intervencionista. Cabe agora lembrar que, em duas conjunturas determinadas 1934-35 e 1962-64, algo mais que a intervenção do Estado (política industrializante, reconhecimento das classes trabalhadoras) dividirá politicamente a classe média: a *revolução popular.*

O ano de 1934 registra uma brusca ascensão do movimento reivindicativo popular, como resultante de um processo já iniciado em 1931-32, e do qual a greve geral de 1932 (200 mil grevistas, segundo alguns autores) constitui uma expressão. Tal ascensão não pode ser explicada, se não se tem em conta a transformação qualitativa da relação entre o Estado e as classes trabalhadoras urbanas, a partir de 1931: as novas leis do trabalho e o reconhecimento dos sindicatos pelo Estado representam um estímulo à ação sindical e às práticas reivindicativas, provocando uma rápida elevação do nível de participação sindical. O resultado político concreto desse movimento ascensional será a emergência de uma vaga de greves, em 1934. A força do movimento reivindicativo permitirá que as classes trabalhadoras urbanas dêem os primeiros passos na direção da unificação do movimento sindical: o da construção de uma central sindical. Essa fase ascensional, que se estende de 1931 a 1935, gera um clima social favorável ao surgimento de organizações políticas de massa, voltadas para a realização de um amplo programa de transformação da sociedade brasileira.

Mas outros fatores terão igualmente contribuído para a gestação desse clima social. Deixando aqui de lado o peso específico da conjuntura internacional (ascensão do fascismo em escala mundial), gostaríamos de destacar, especialmente, os efeitos políticos do esgotamento progressivo da experiência reformista proposta pelo *Tenentismo* autoritário. Entre 1931 e 1935, muitos reformistas sinceros se convencerão de que não basta promover a centralização e a "modernização" do aparelho de Estado brasileiro: é preciso transformar a sociedade brasileira, através da liquidação do poder social e político dos grandes proprietários de terras, e da luta contra a dominação do capital bancário imperialista sobre a economia brasileira. Inicia-se, deste modo, um segundo deslocamento "para a esquerda" no seio do movimento tenentista (o primeiro deslocamento correspondente à cisão de Prestes, em 1929). Assim, por exemplo, líderes tenentistas como Cabanas e Serrano participam, em 1932, da fundação do Partido Socialista Brasileiro, cujas preocupações são mais acentuadamente "sociais" que as do *Tenentismo* autoritário. E, progressivamente, os antigos "Tenentes", civis e militares, da Revolução de 30 – como

Agildo Barata, Cabanas, Pedro Ernesto, entre outros – se afastam dos meros propósitos de regeneração e reforma do Estado, para aderir a um programa de luta antifeudal e antiimperialista.

A natureza política da ANL

A ascensão do movimento reivindicativo popular e a superação crítica do reformismo tenentista por amplos contingentes da classe média militar e civil criarão as condições propícias para a construção, em março de 1935, de uma organização política de massas voltada para a luta antifeudal e antiimperialista: a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Autodefinindo-se como "uma vasta e ampla organização de frente única nacional", a ANL propõe em seu programa: a) o cancelamento das dívidas para com os países imperialistas; b) a defesa das liberdades individuais e a luta contra o fascismo; c) a entrega dos latifúndios aos trabalhadores do campo; d) a liquidação das relações feudais e semifeudais.

Qual a verdadeira natureza política da ANL? Embora dirigida pelo PCB, ela não se reduziu aos militantes desse partido, salvo após a decretação de sua ilegalidade pelo Governo federal, em julho de 1935. Entre março e julho de 1935, a ANL experimenta um crescimento espantoso, chegando a contar com um total de 200 a 500 mil membros; esse desenvolvimento rápido se explica, segundo Basbaum, pelo seu caráter de "organismo amplo das massas populares, principalmente o proletariado e as classes médias", e destinado a atraí-las para a luta por objetivos comuns: o início de uma nova etapa (antifeudal e antiimperialista) da Revolução Burguesa brasileira e não a construção imediata do socialismo.[64] No que diz respeito ao proletariado urbano, a ANL se valerá do impulso autonomista dos setores mais avançados dessa classe, já esboçado em 1934, procurando dirigi-lo em função dos seus objetivos políticos. Esse impulso, que se manifesta através do surgimento, em 1934-35, de entidades sindicais e intersindicais à margem do sistema oficial, culmina na formação, em abril de 1935, da Confederação Sindical Unitária do Brasil (SUB), entidade paralela e ilegal, dirigida pelo PCB e designada para atuar como "o braço sindical da ANL".

Mas, segundo muitos autores, é a classe média que predomina na ANL, fornecendo a sua "massa". Leôncio Basbaum, procedendo a uma avaliação informal, calcula que aproximadamente 70% dos membros

[64] Cf. Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*, volume 3 (1930-1960), Editora Fulgor, São Paulo, 1968, 3ª edição, p. 71.

dessa organização provinham da classe média: baixa e média oficialidade do Exército, Professores, burocratas, empregados de escritório, Advogados, Jornalistas. Do ponto de vista qualitativo, convém relembrar, além da participação desses setores da Comissão Executiva da ANL, o papel dirigente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro na criação e desenvolvimento da SUB. Como explicar essa presença? Antes de mais nada, observe-se que a fração da classe média *predominante* na ANL foi a baixa classe média, economicamente mais próxima do proletariado e tendencialmente mais disposta a seguir, desde que criadas condições políticas favoráveis, as palavras de ordem de uma revolução popular, antifeudal e antiimperialista. Em segundo lugar, lembre-se de que, durante a sua curta fase legal e de "massa", a ANL não define claramente a sua posição diante do Estado brasileiro, admitindo implicitamente a possibilidade de o Governo assumir, graças à sua ação persuasiva, programas antifeudal e antiimperialista; ora, essa indefinição estratégica, mais que repelir, contribuiu para atrair a baixa classe média, por deixar o campo aberto às tendências estatais dessa fração. Essa combinação entre luta popular e estatismos, atraente para a baixa classe média, só deixou de ser possível a partir da decretação da ilegalidade da ANL; esse evento prepara o encerramento de sua fase de "massa", cujo momento final será a cisão da Comissão Executiva da ANL, nascida da discussão sobre a conveniência ou não, de um *putsch* militar contra o Governo. Esta cisão, mais do que uma ruptura entre classe média e proletariado, representa um distanciamento entre o estatismo da classe média e o militarismo do grupo que assumirá a responsabilidade pela iniciativa insurrecional.

Mas a ascensão do movimento reivindicativo popular, se de um lado leva certos setores da classe média a aderir a um programa de luta antifeudal e antiimperialista, de outro semeia em outros contingentes dessa classe o temor da proletarização. Essa oscilação de setores liberais ou "populistas" da classe média para posições antiproletárias e repressivas explica, de resto, a rápida conquista de uma base de "massa" (aproximadamente, 500 mil membros) pela Ação Integralista Brasileira. E a construção da ANL, em 1935, apenas amplia a tendência anticomunista no seio da classe média, gerando um clima de confronto aberto entre as duas posições.

É importante notar mais uma vez, a partir dos resultados da pesquisa de Helgio Trindade, a defasagem, no seio do movimento integralista, entre os objetivos políticos da direção e as motivações da base. Enquanto os líderes nacionais do integralismo lutavam por uma transformação centralista e autoritária do Estado, procurando liquidar a Federação e as

"oligarquias", os militantes de base alimentavam desejos de conservação da ordem e de repressão da desordem, *não necessariamente convergentes* para a aspiração a um Estado centralizado, "moderno" e "orgânico"; o seu anticomunismo pode, inclusive, coexistir com uma preferência por certas dimensões do regime político da Primeira República (esta coexistência deve ter sido sobretudo freqüente nos antigos setores liberais, tocados por um *autoritarismo de crise* a partir da ascensão popular).

A instauração do Estado Novo representa a liquidação dos dois maiores movimentos de massa da classe média brasileira: se a tendência antifeudal e antiimperialista é liquidada pela repressão, o movimento integralista é liquidado pelo esgotamento dos seus objetivos políticos.

7. A CLASSE MÉDIA NA CRISE POLÍTICA DE 1964

Este pequeno ensaio se encerra com a análise das posições diferenciais assumidas pela classe média na crise política de 1964. Essa análise revela sua importância, quando se tem em conta a participação maciça de setores da classe média na criação de um clima político favorável à intervenção militar: a 23 de março de 1964, 500 mil pessoas se manifestam; em São Paulo, contra o Governo federal; a 2 de abril de 1964, um milhão de pessoas comemoram publicamente, no Rio de Janeiro, o golpe de Estado do 1º de abril.

Quais as raízes políticas do golpe de Estado de 1964? E como se explica o relativo sucesso dessa organização contra-revolucionária de setores da classe média? A ascensão do movimento popular no campo e na cidade, iniciada por volta de 1965, ganha uma expressão política organizada a partir de 1961, através da luta por reformas antifeudais e antiimperialistas. A posição contemporizadora do Governo federal, com relação ao movimento popular e ao programa de "reformas de base", determina a progressiva aglutinação de *todas* as frações das classes dominantes (proprietários fundiários, média burguesia industrial, grande burguesia monopolista) em torno de um mesmo objetivo político: a deposição do Governo federal pela força, e a repressão ao movimento popular. Nada há de surpreendente nessa união: a fração de classe a ser hipoteticamente beneficiada com a realização da reforma antifeudal e antiimperialista – a média burguesia industrial de raízes nacionais – jamais identificou o programa de "reformas de base" como expressão dos seus verdadeiros interesses, preferindo ver nele o instrumento da revolução social, abolidora da propriedade privada. E a penetração do movimento popular nas Forças

Armadas (luta de Soldados, Marinheiros e baixa oficialidade das três Armas, por reivindicações específicas e pelo programa de reformas sociais) reaglutinará todas as facções da alta oficialidade (legalistas, golpistas, nacionalistas, pró-imperialistas) em torno de um mesmo propósito: a restauração da ordem e da hierarquia.

É nesse contexto – encaminhamento rápido de conjunto da classe dominante e das Forças Armadas para o golpe de Estado – que se delineia a necessidade de organização de um movimento de massa contra-revolucionário enquanto resposta às manifestações de massa do movimento popular. A classe dominante irá encontrar a sua "massa" contra-revolucionária no seio da classe média.

Classe média e repressão

Mas que setores da classe média foram prioritariamente organizados pela classe dominante? E qual a *forma* assumida por essa organização? Note-se, desde logo, que, se o movimento político-militar de 1964 teve o apoio e a participação do conjunto da classe dominante, a tarefa específica de organização contra-revolucionária da classe média foi realizada sob a direção das frações mais arcaicas, retrógradas e conservadoras da classe dominante: a burguesia comercial e os proprietários fundiários. Essa predominância se deve ao fato de a propriedade fundiária ter constituído o alvo principal do movimento popular, bem como de ter sido, a partir de 1958, o palco de intensas lutas sociais, não só no Nordeste como também no Centro-Sul. Lembre-se, todavia, de que a burguesia comercial já havia, anteriormente, agitado a classe média, embora em função de um objetivo político distinto: a criação de um clima social favorável à restauração liberal e à destruição do intervencionismo econômico e social do Estado pós-30. Assim, a fórmula política de 1932, 1945 e 1954 se coloca, em 1964, a serviço de um objetivo político mais geral: a repressão ao movimento popular e, como condição prévia, a deposição de um Governo politicamente incapaz de conter a ascensão popular. Essa presença explica o arcaísmo dos temas de propaganda contra-revolucionária; esse arcaísmo colocou-se, entretanto, nessa conjuntura específica, a serviço do conjunto da classe dominante.

Mas, se o arcaísmo é o elemento comum aos diferentes casos de ação propagandística do capital comercial, a conjuntura de 1963-64 introduz uma transformação qualitativa dos temas de propaganda com relação àqueles anteriormente explorados: se em 1945 essa fração combate a "ditadura" em nome da "democracia" e se em 1954 critica a "corrupção" governamental em nome da "moralidade", em 1964 opõe a "democracia" ao "comunismo". Essa ampliação temática revela a presença do temor da

proletarização no seio da classe média. Esse temor não se apodera tão-somente da classe média liberal, mas se estende inclusive a certos setores da baixa classe média; daí o relativo alargamento do auditório da propaganda anticomunista dirigida por aquela fração.

A organização contra-revolucionária da alta classe média liberal – sem dúvida, a fração da classe média predominante nas manifestações golpistas de 1964 – se caracteriza, desde logo, como antipopular e anticomunista. Mas o tema do comunismo é tratado sob diferentes aspectos, segundo o setor organizado. De um lado, a classe dominante tenta criar um vasto e intenso "movimento feminino", capaz de exprimir, através de campanhas cívicas e manifestações públicas, uma oposição "maciça" à ascensão popular. Nesse nível, o anticomunismo se caracteriza, sobretudo, como a defesa das instituições sociais fundamentais: a família, a religião, a propriedade. De outro lado, a organização de um outro setor da alta classe média liberal – os profissionais liberais – se faz a partir da defesa das instituições democráticas; trata-se, aqui, de condenar a "democracia de massas" em nome do respeito aos princípios liberais, consagrados pela Constituição de 1946, e desrespeitados, a seu ver, pelo Governo federal. Em suma, as corporações de Advogados, Médicos e Engenheiros, tradicionalmente liberais, encarregar-se-ão de opor ao "comunismo" não o "capitalismo", e sim à "democracia", definindo os dois últimos termos como sinônimos. Daí o caráter arcaico da organização contra-revolucionária de 1964: de um lado, o "movimento feminino" e os seus temas morais e religiosos; de outro, as palavras de ordem liberais, antipopulares e antidemocráticas, hegemônicas na Primeira República. Esse arcaísmo não decorre apenas da própria natureza das forças políticas envolvidas no processo de organização contra-revolucionária; ele faz parte igualmente da tática política da classe dominante. Note-se a esse respeito o apelo propagandístico constante, em 1964, ao movimento constitucionalista de 1932. Aludindo à manifestação *antigovernamental* de 19 de março de 1964 (uma resposta conservadora ao comício governamental de 13 de março de 1964), Carlos Lacerda afirma:

> "A Marcha marca o início do processo da ressurreição da democracia no Brasil. O espírito de São Paulo, a partir da Marcha, é o de 1932" (*O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1964, p. 40).

A rigor, as referências ao movimento constitucionalista de 1932 demonstram que a classe dominante procura se servir do mesmo modo de

organização contra-revolucionária da classe média, adotado em 1932: organização do "movimento feminino" e estímulo ao movimento de profissionais liberais, deflagração de campanhas cívicas e de manifestações públicas, destinadas a criar um clima político favorável à intervenção militar.

É útil recordar, brevemente, a história da organização contra-revolucionária da alta classe média liberal, em 1964. Ela é dirigida pelos setores mais conservadores da classe dominante: aqueles alojados na UDN de São Paulo, Rio ou Minas Gerais, nas Associações e Federações rurais de todo o país, nas Associações Comerciais, nos órgãos de imprensa liberais como O *Estado de S. Paulo*. Mas as suas palavras de ordem reaparecerão, com algumas adaptações temáticas, no "movimento feminino" e no movimento dos profissionais liberais.

O "movimento feminino" em 1964

O "movimento feminino" ganha forma através da aparição ou crescimento, em todo o país, de associações de mulheres voltadas para a organização de manifestações de hostilidade ao Governo federal e seus aliados, em nome da condenação moral e religiosa do comunismo: o MAF (Movimento de Arregimentação Feminina) de São Paulo, a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina de Santos, o Movimento Feminino pela Liberdade, de Recife etc. A expressão máxima do "movimento feminino" será a realização de manifestações públicas congregando um grande número de mulheres de classe média, não somente nas grandes capitais, como São Paulo, Rio, Recife ou Belo Horizonte, mas também nas cidades menores: as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade". A tais manifestações reserva-se a função de criar um clima sociopolítico favorável à intervenção militar, bem como de incitar diretamente as Forças Armadas ao golpe de Estado. A 8 de março de 1964, 2 mil mulheres do Movimento Feminino pela Liberdade se manifestam contra o comunismo, em Recife; a 11 de março de 1964, a CAMDE promove, no Rio, uma manifestação contra o Governo federal e o comunismo, à qual compareceram 3 mil pessoas; a 24 de março de 1964, realiza-se a passeata anticomunista em Santos, sob a coordenação da União Cívica Feminina, da Conferência das Famílias Cristãs e da Aliança Eleitoral pela Família. Ainda no mês de março, enquanto a Resistência Feminina de Pernambuco pede, ao Comandante do IV Exército, a deposição do Governo federal e seus aliados, a CAMDE homenageia, no Rio, o Marechal Dutra. A "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", de 19 de março de 1964 (São Paulo), e a "Marcha da Vitória", de 2 de abril de 1964 (Rio

de Janeiro), constituirão o auge da organização contra-revolucionária das mulheres da classe média: 500 mil pessoas em São Paulo, um milhão de pessoas no Rio de Janeiro.

Os profissionais liberais em 1964

A ofensiva contra-revolucionária dos profissionais liberais assume um caráter ligeiramente diferente; o seu anticomunismo enfatiza menos a apologia da família, da tradição e da religião, e mais a defesa das instituições político-liberal-democráticas, corporificadas na Constituição de 1946. A sua ação política adquire, assim, um caráter prioritário de "defesa da Constituição"; em nome dela, as corporações de profissionais liberais pressionam o Congresso Nacional, lançam apelos aos militares e incitam a classe média a hostilizar o Governo federal.

As entidades representativas dos Advogados constituem a verdadeira vanguarda da classe média liberal, na sua luta contra a ascensão do movimento popular. A 18 de março de 1964, o Centro Democrático dos Advogados de SP lança, com intenções claras, um protesto público contra a situação dos presos políticos em Cuba, propondo a formação de um Movimento de Solidariedade e Apoio aos Presos Políticos de Cuba. A 25 de março de 1964, o Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro se manifesta, através da palavra de Sobral Pinto, contra a "subversão"; e a Associação dos Advogados Democratas, bem como membros da Associação dos Advogados de São Paulo, fazem um apelo à "defesa da Constituição" e contra a "subversão". A 26 de março de 1964, o Instituto dos Advogados de São Paulo lança manifesto pela "defesa da Constituição" e do "direito de propriedade", atingidos, a seu ver, pelos decretos-leis presidenciais, nele afirmando: "Não pode o Congresso emendar a Constituição na vigência do estado de sítio (Art. 217, parágrafo 5º), da mesma maneira que não poderá fazer, sob qualquer espécie de pressão, governamental ou de classes, aquilo que implicaria submetê-lo a um autêntico estado de sítio emocional" (*O Estado de S. Paulo* de 26 de março de 1964, p. 10). A 31 de março de 1964, a Associação dos Advogados Democratas lança manifesto, assinado por mil advogados, contra a "violação da Constituição", a "ingerência do Executivo federal nos demais poderes da República" e "o continuísmo de Goulart". Mas outras categorias de profissionais liberais tomarão, igualmente, posição contra a ascensão do movimento popular e o Governo federal, e a favor do golpe de Estado; a 7 de março de 1964, Médicos de São Paulo publicam manifesto denunciando a "onda subversiva"; o Instituto de Engenharia de São Paulo aprova, alguns dias após o golpe de Estado (a 4 de

abril de 1964), moção de apoio às Forças Armadas, exigindo o afastamento de todos os políticos civis e pedindo a formação de um Governo militar.

A baixa classe média em 1964

Mas qual a posição assumida pela baixa classe média, na crise política de 1964? Terá ela se colocado ao lado das classes populares, ou engrossado a "massa" contra-revolucionária de classe média? Aqui, é preciso fazer uma distinção. Enquanto uma das principais vítimas da inflação, em processo de crescimento vertiginoso a partir do fim dos anos 50, os pequenos empregados e o baixo funcionalismo público serão levados a intensificar, no período 1962-64, a sua ação reivindicativa, a fim de impedirem a completa deterioração dos seus salários reais. Assim, o movimento reivindicativo da baixa classe média experimenta, no período citado, um real desenvolvimento favorecido, de resto, pela ascensão do movimento popular, em seu conjunto. Em março de 1964, os Professores paranaenses de colégios particulares entram em greve, reivindicando um aumento salarial de 100%. Quanto ao baixo funcionalismo público, econômico e ideologicamente distante da alta burocracia, ele integrará a vanguarda do movimento reivindicativo de classe média. Em primeiro lugar, as reivindicações salariais dos Funcionários Federais, civis e militares, constituirão o primeiro ataque concreto à política de estabilização sintetizada no Plano Trienal de 1963; a satisfação do seu pedido – um aumento salarial de 70%, em maio de 1963, incitará o FMI a retirar o seu apoio à política de estabilização. Além disso, em 1964, a União Nacional dos Funcionários Públicos passa a coordenar, em nível nacional, o movimento de reivindicação salarial da categoria; em março de 1964, dez mil Funcionários Públicos federais promovem concentração pública para reivindicar: aumento salarial, paridade com os Militares, 13.º salário e revisão de classificação. Os Comerciários também participarão do movimento de reivindicação salarial. Em agosto de 1963, a categoria deflagra, em Recife, uma greve pelo aumento salarial; em março de 1964, os Comerciários de Brasília se dispõem a recorrer à greve pelo reajuste dos seus salários. Finalmente, o movimento reivindicativo da classe média contará com a importante participação dos Bancários, habitualmente propensos à ação reivindicativa. Em março de 1964, os Bancários do Rio de Janeiro permanecem em greve durante 22 dias; um ano antes, a categoria havia recorrido, no Recife, à greve pelo aumento salarial.

Entretanto, mesmo o alinhamento de parte da baixa classe média com as classes populares, em torno do programa de "reformas de base", não deve ser mal interpretado: não se trata de uma posição propriamente dita revolucionária. De resto, se a baixa classe média é atraída para um tal

programa, isso se deve ao fato de que a estratégia de lutas antifeudal e antiimperialista, definidas pelo PCB, em nada fere as suas tendências estatistas; ao entregar a direção dessa luta ao próprio Governo federal, tal organização propõe uma compatibilização entre desejo de transformação social e respeito à ação do Estado "pelo alto", baseada na suposição da existência de uma tendência antifeudal e antiimperialista da burguesia interna. Assim, a estratégia governista do PCB encontra ressonância no estatismo da baixa classe média; essa convergência entre a forma de ação política proposta pela "vanguarda" e a disposição ideológica na "massa" da classe provoca a atração de amplos contingentes da baixa classe média para as lutas antifeudal e antiimperialista, mas ao mesmo tempo limita a eficácia desse desejo de transformação social.

Todavia, da participação maciça da baixa classe média no movimento reivindicativo não se deve deduzir que essa fração tenha, *no seu conjunto,* assumido uma posição de claro apoio ao movimento nacionalista e ao programa de reformas sociais. Com relação a este ponto, o apoio, a hesitação e mesmo a oposição (esta, provocada pelo medo à proletarização) coexistem no seio da "massa" da baixa classe média; além disso, a luta pelo programa de reformas antifeudal e antiimperialista *cinde* o movimento sindical de classe média. De um lado, os Bancários, Securitários, Comerciários, Gráficos, Censitários do IBGE e servidores públicos, do Rio de Janeiro, participarão do comício governamental pelas reformas, de 13 de março de 1964; em março de 1964, o Sindicato dos Comerciários de Brasília se declara solidário com o movimento grevista em geral e manifesta o seu apoio às "reformas de base"; a maioria dos sindicatos bancários do país, as federações regionais dos bancários e a CONTEC participam ativamente da propaganda pelas "reformas de base", encontrando-se representadas na direção do PUI (Pacto de Unidade Intersindical), e endossam o apelo do CGT à greve geral contra o golpe militar (a 1º de abril de 1964). De outro lado, o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, a Federação Paulista e a Confederação Nacional dos Comerciários ratificarão à posição já definida desde 1960-61, colocando-se contra o programa de reformas e as organizações sindicais "paralelas" (CGT, PUA, PUI), e a favor do golpe de Estado. A 3 de abril de 1964, a Federação dos Empregados do Comércio de São Paulo (FECESP) regozija-se pelo sucesso do golpe militar e lembra ter sido a primeira entidade sindical a deflagrar a "reação democrática" contra a "comunização dos órgãos sindicais", bem como reivindica, em nome de 400.000 Comerciários, a total transformação do sindicalismo brasileiro, com o afastamento dos "comunistas" e "aventureiros".

Finalmente, a 9 de abril de 1964, a Confederação Nacional dos Empregados do Comércio lança um manifesto de apoio ao Governo militar e contra o comunismo; porém, ao mesmo tempo, pede às "categorias econômicas que não se declarem vitoriosas supondo poder negar aos trabalhadores, em nome de uma concepção retrógrada, os seus direitos legítimos e sagrados" (*O Estado de S. Paulo,* 9 de abril de 1964, p. 10). Nessa declaração, coexistem o medo da proletarização e a valorização do espaço aberto à ação sindical, a partir de 1931.

Mas a análise das posições políticas, mencionadas anteriormente, esgota o estudo da participação da classe média na crise política de 1964? É preciso notar que o anticomunismo de 1964 apresenta uma terceira variante, tendente a acentuar menos a defesa da família, religião ou mesmo as instituições político-liberal-democráticas, e também, a defesa da ordem e da autoridade. Trata-se, evidentemente, do anticomunismo dos Oficiais superiores das Forças Armadas, apegados a uma visão hierárquica da sociedade e agastados pela "subversão da ordem" (ao nível da sociedade) e da "ruptura da disciplina" (ao nível do aparelho de Estado). Essa tendência autoritária específica não teria conquistado outros setores sociais? É verdade que a observação empírica caracteriza a classe média liberal como a "massa" contra-revolucionária de apoio ao golpe militar. Mas podemos, aqui, levantar pelo menos uma hipótese: *novas camadas* da classe média, de existência recente, também manifestaram, em 1964, a sua oposição à ascensão do movimento popular, o seu anticomunismo sendo alimentado por um autoritarismo algo diferente do *autoritarismo de crise* da classe média liberal. A passagem da industrialização brasileira a uma nova fase (grande indústria "moderna" e monopolista, produção de bens de consumo duráveis e insumos industriais, desenvolvimento do capital financeiro), a partir de 1956, permitiu o florescimento de um "novo setor terciário urbano", cuja cúpula é constituída pelos detentores da autoridade técnica ou administrativa no seio da grande empresa capitalista: executivos, gerentes, chefes de serviço, economistas, técnicos médios, engenheiros industriais etc. Essas ocupações definem uma nova "situação de trabalho"; tal situação provoca uma *tendência* desses setores a se afastarem da ideologia liberal e do estatismo popular. Daí a especificidade ideológica da *nova classe média:* o exercício da autoridade técnica ou administrativa no seio da grande empresa capitalista tende a gerar convicções sobre o caráter racional da autoridade em geral, bem como sobre a necessidade de uma organização altamente despótica e hierarquizada da sociedade. É verdade que, como as demais frações da classe média, a nova classe média também teme a proletarização; todavia, a ameaça de iguali-

zação socioeconômica com o proletariado representa, para ela, algo distinto: a destruição de todo princípio de "autoridade racional". É claro que se podem identificar, nessas disposições, os germes de uma tendência estatista. Todavia, o estatismo dos "de cima" (a nova classe média) não coincide com o estatismo dos "de baixo" (a baixa classe média). Enquanto esta cultua um Estado-justiça, promotor do bem-estar do povo, aquela idealiza um Estado-despótico, garantia suprema da racionalidade da economia e da sociedade. Por outro lado, o autoritarismo da nova classe média não se reduz a um *autoritarismo de crise*; trata-se, na verdade, de uma concepção autoritária da sociedade e da política, realimentada permanentemente pela posição dos membros dessa fração, dentro da empresa capitalista.

A rigor, a natureza arcaica da organização contra-revolucionária de "massa", em 1964, oculta as transformações internas sofridas pelo conjunto da classe média brasileira a partir de 1956: redução da importância relativa da alta classe média tradicional (profissionais liberais) e ampliação da nova classe média. Esse processo é, de resto, simbolizado pelo progressivo assalariamento dos profissionais liberais (Advogados, Médicos, Engenheiros) e pela sua conseqüente integração à empresa capitalista (industrial, financeira ou de serviços). No início dos anos 60, a frente das forças liberais (capital comercial em geral, burguesia cafeeira, alta classe média tradicional) está condenada à decadência política; todavia, o seu arcaísmo tem um papel a desempenhar, na organização de um movimento contra-revolucionário de "massa". Na crise política de 1964, as formas acabadas (comícios antigovernamentais, campanhas cívicas, "movimento feminino", corporações de profissionais liberais) chamam a nossa atenção para a antiga classe média e nos impedem de captar a tendência autoritária "difusa" da nova classe média. A rigor, a presença política dessa nova fração só se torna evidente após o golpe de Estado de 1964, quando tende a se constituir na reduzida base social de apoio do regime militar.

Todavia, a crise política de 1964 está longe de representar o início da liquidação das demais tendências ideológicas da classe média, bem como a sua integral absorção pelo campo autoritário. Quatro anos mais tarde – em 1968 –, o liberalismo elitista e o estatismo "populista" fazem sua reaparição na cena política brasileira; enquanto que, após o "Maio Francês" (1968), o deslocamento de uma parte da nova classe média francesa para o campo do socialismo autogestionário sugere que a *tendência* autoritária, alimentada pela sua posição na empresa capitalista, pode ser *invertida* no curso da luta política, em função da capacidade de direção revelada pelas forças democráticas e populares.

CAPÍTULO X

SINDICALISMO E CLASSE OPERÁRIA (1930-1964)

O SINDICATO, tal como surgia nos países ocidentais, pode ser definido como uma associação voluntária de caráter permanente destinada a defender, frente aos empregadores ou ao Estado, os interesses de trabalhadores assalariados de uma mesma profissão ou de uma mesma indústria.

Enquanto associação voluntária de trabalhadores assalariados, os objetivos gerais do sindicalismo, nos diferentes países, resumem-se fundamentalmente na luta pela obtenção de melhores salários e melhores condições de trabalho para seus afiliados ou para o conjunto da classe operária. Se tais objetivos podem ser considerados como as reivindicações universais do sindicalismo, as táticas de luta e de pressão, as ideologias que envolvem as ações sindicais, o grau de virulência dos conflitos, a influência do sindicalismo no sistema econômico e político, assim como sua capacidade de influenciar (e eventualmente controlar) o sistema decisório em diferentes níveis, têm variado nos diferentes países e épocas.

As características do sindicalismo (modo de organização, ideologia, influência etc.) não são independentes das especificidades de cada sociedade nacional. O que não significa considerar o sindicalismo como mero "reflexo" das determinações econômicas, sociais, técnicas, políticas e culturais de um dado país. Pelo contrário: afetado pelos aspectos particulares de um meio, o sindicalismo pode ser igualmente fator de mudança social e política de amplitude variada. A formação do sindicato é um ato de vontade de um grupo de trabalhadores, mas a influência da associação sindical, a ideologia predominante, as formas de organização são amplamente marcadas pelas particularidades da sociedade nacional. Estas considerações parecem necessárias para a compreensão do sindicalismo brasileiro no período que vai de 1930 a 1964. Os anos 30 foram cruciais para os

rumos futuros do sindicalismo e, em termos do movimento associativo operário, significaram um rompimento profundo com o passado. As modificações foram de tal magnitude e afetaram tão profundamente a natureza da organização sindical que, sob certos aspectos, caberia indagar se a definição do sindicato como uma organização formada por trabalhadores assalariados para negociar com os empregadores, adequada para os países de desenvolvimento capitalista liberal, poderia ser aplicada ao sindicalismo brasileiro no final da década de 1930.

As mudanças operadas no nosso sindicalismo – nas suas estruturas, nas suas funções e orientações – decorreram principalmente de fatores *exógenos* à organização sindical. Não resultaram de uma evolução relativamente normal do sindicalismo: aumento do número de aderentes, maior complexidade administrativa, ampliação de suas funções, aumento de sua influência etc. Essas mudanças, provocadas *de fora* do movimento sindical, resultaram da ação governamental no campo das relações profissionais e do movimento associativo. Naturalmente que a interferência estatal não é alheia à ascensão de novas elites ao poder político, às mudanças no papel e funções do Estado, ao declínio das ideologias liberais e democráticas, fatores esses relacionados ao avanço da urbanização e da industrialização.

Observa-se, já aqui, uma diferença com relação à evolução do sindicalismo dos países capitalistas desenvolvidos. Nesses países, a implantação do sindicato, seu reconhecimento e sua institucionalização, bem como suas mudanças internas, resultaram fundamentalmente da ação autônoma e dos esforços dos próprios trabalhadores num processo de conflito com os empregadores e o Estado. No caso brasileiro, o reconhecimento do sindicato, sua implantação e a formação de um sindicalismo de massas resultaram, antes, da ação de outros grupos políticos, os quais, ao mesmo tempo em que passavam a controlar a organização sindical, a impuseram ao patronato como os únicos representantes legais dos trabalhadores. Com isso, o Estado, ao contrário dos países de velha industrialização, passou a ser o principal interlocutor das camadas assalariadas. O sindicato, por sua vez, transformou-se numa associação cuja existência e desenvolvimento independem, em larga medida, do apoio a ela prestado pelos trabalhadores.

O processo de "oficialização" do sindicalismo brasileiro desenvolveu-se ao longo da década de 1930. A vitória do levante da Aliança Liberal e a ascensão de Vargas, no ano de 1930, formam um evento básico e constituem o grande marco divisor da história do sindicalismo brasileiro, quaisquer que sejam os critérios que se adotem para interpretá-lo.

A criação do Ministério do Trabalho, em 1930, assinalou o primeiro passo do novo Governo na direção de uma intervenção sistemática e cada vez mais profunda na questão trabalhista. Essa intervenção crescente necessita ser avaliada em função de outras alterações que ocorriam na sociedade brasileira. Para fins de análise do sindicalismo brasileiro e das relações industriais, as seguintes dimensões devem ser destacadas:

1. Mudanças nas *elites políticas* em relação com modificações que afetaram o peso social e econômico das diferentes classes e frações de classe (declínio das antigas oligarquias e ascensão de novos grupos ao poder);
2. Mudanças no *sistema político nacional* (passagem de um Estado constitucional para o Estado de exceção);
3. Mudanças na *natureza do Estado* e de suas funções na sociedade (crescente intervencionismo estatal);
4. Mudanças nas *ideologias e valores políticos* dominantes (crise do pensamento liberal e ascensão das doutrinas e valores autoritários);
5. Mudanças na *tecnologia industrial e no tipo de organização do trabalho fabril* (predominância da grande empresa, declínio da pequena oficina);
6. Mudanças na *composição profissional e técnica da mão-de-obra industrial* (surgimento de um proletariado nacional, de origem rural e de baixa qualificação).

Para a análise de tais mudanças na estrutura sindical e nas orientações dos trabalhadores industriais serão considerados dois grandes períodos: I) 1930-1945 e II) 1946-1964. O primeiro período é marcado pela figura de Vargas e deve ser subdividido em duas fases: a) *1930-1937*, que abrange os anos de vigência de um sistema político semiliberal e semiconstitucional e b) *1937-1945*, fase que se inicia com a instauração do Estado Novo e a supressão dos mecanismos políticos que caracterizam os sistemas democráticos e representativos.

O segundo período – *1945-1964* – inicia-se com a queda do Estado Novo em 1945 e termina com o movimento militar de 1964. Em termos da definição do sistema político, temos, neste período, o retorno da democracia representativa, com a pluralidade partidária, as garantias constitucionais e a divisão dos poderes. Observa-se, no entanto, que, se no plano partidário a Constituição de 1946 assegurou ampla liberdade para a formação de partidos, no plano da organização profissional persistiu a estrutura sindical estabelecida durante o sistema político autoritário do Estado Novo.

1. A DÉCADA DE 1930 E AS TRANSFORMAÇÕES DO SINDICALISMO

Não caberiam aqui a análise do movimento de 1930 e suas bases sociais. Para nossos fins, basta assinalar que, com Vargas, ocorre uma mudança radical no comportamento do Governo frente à "questão social". O fato fundamental, que determinaria os rumos futuros do sindicalismo brasileiro e do padrão de relacionamento entre as classes, é o abandono de uma posição *liberal* em favor de outra *intervencionista*. A concepção que passaria a ser dominante seria a de que os poderes públicos não deveriam permanecer à margem dos conflitos industriais e da questão social de um modo geral, mas, pelo contrário, deveriam regulamentar as relações entre os trabalhadores e os empresários, estabelecer as modalidades associativas profissionais (estrutura e modo de funcionamento dos sindicatos, tanto de empregados como de empregadores), solucionar os conflitos entre as partes, além de criar uma legislação de proteção ao trabalhador. A interferência governamental na esfera das relações de trabalho e da vida associativa profissional efetuou-se paulatinamente no transcorrer da década de 1930, mediante a adoção de um conjunto de medidas referentes à organização sindical de um lado, e às leis de proteção ao trabalhador, de outro. Observada a distância, a década mostra a crescente integração do sindicato ao Estado, resultando, em 1937, após o Estado Novo, na transformação do sindicato num órgão quase oficial, integrado ao Estado. O sindicato continuava como uma associação voluntária, não sendo obrigatória a adesão dos trabalhadores. Porém, seu funcionamento passava a ser pormenorizadamente fixado pela legislação governamental. Ademais, com a instituição do Imposto Sindical, no Estado Novo, o Governo dotaria os sindicatos com os recursos financeiros necessários para o seu funcionamento, independentemente das cotizações da massa de trabalhadores. Poderia, assim, o sindicato dar cumprimento às funções de assistência médica e jurídica atribuída pela legislação.

1.1. *A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA*

Logo após a instalação do Governo Provisório, Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto de 26 de novembro de 1930). O novo Ministério, como o nome indica, deveria tratar não apenas dos problemas trabalhistas, como também dos do comércio e da

indústria. Deste ângulo, já se prenunciavam as ulteriores orientações do novo Governo no sentido da regulamentação não somente das atividades operárias, como também patronais, ou seja, o controle da classe empresarial e da classe operária pelo Estado.

Se Getúlio Vargas deu impulso ao intervencionismo governamental, mediante iniciativas do próprio Poder Executivo, já antes de 1930 é possível notar iniciativas no sentido da elaboração de leis de proteção ao trabalhador. Mas trata-se de medidas assistemáticas, de iniciativa do Parlamento, atingindo setores isolados da classe trabalhadora, como, por exemplo, a lei de amparo aos Operários vítimas de acidentes de trabalho (1919), a lei que instituía as caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários (Lei Elói Chaves, de 1923), a lei que disciplinava o trabalho do menor.

Porém, foi durante o Governo Provisório de Vargas que se teve efetivamente um conjunto de leis, cada vez mais amplo, de proteção ao Operário urbano, de regulamentação do trabalho, abrangendo diferentes aspectos da vida fabril e diversas categorias profissionais. Neste sentido, cabe citar os decretos estabelecendo a jornada de trabalho de oito horas, a organização do sistema de previdência social para Estivadores, Funcionários Públicos e Comerciários, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a regulamentação da jornada e das condições de trabalho para os Bancários e para empregados de farmácias, padarias, transportes terrestres etc. A maior parte destes decretos foi transformada em lei durante a gestão de Salgado Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1932-34).

Como afirmamos acima, a ação de Vargas, no campo específico de legislação social, significou, na realidade, a acentuação de uma tendência já observada nos anos anteriores. A orientação mais radical e inovadora do novo Governo corresponde ao plano da *organização sindical* propriamente dita.[1] Em 1931, o Decreto n° 19.700 viria regulamentar a sindicalização dos empregados e empregadores. Às associações sindicais atribuía-se

[1] Na verdade, anteriormente já existiam outras disposições sobre as associações profissionais. A primeira delas data de 1905, mas se referia unicamente à agricultura e tinha objetivos creditícios e mutualistas, não se referindo aos trabalhadores assalariados. Em 1907, outro decreto estipulava as condições de associação dos trabalhadores urbanos. De inspiração liberal, dava ampla liberdade de associação aos diversos setores profissionais, permitindo expressamente que os sindicatos profissionais pudessem constituir-se sem autorização do Governo. Para o registro do sindicato, bastava a apresentação de seus estatutos, nomes dos membros, forma e finalidades. A direção deveria ser composta de brasileiros natos ou naturalizados, com mais de anos no país. A reunião de sete sócios bastava para o registro da associação. Os sindicatos que se constituíssem com o "espírito de harmonia entre patrões e empregados" poderiam ser considerados como representantes legais da classe.

o direito de defender, junto ao Governo e ao Ministério do Trabalho, os interesses econômicos, jurídicos, higiênicos e culturais de todos os trabalhadores que exercessem "profissões idênticas, similares ou conexas".

Esta função só seria permitida aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho recém-formado. Para tanto, os sindicatos deveriam enviar ao Ministério a ata dos trabalhos e instalação, a relação dos sócios, as cópias dos estatutos etc. Impunha-se como limite mínimo para o reconhecimento do sindicato a existência de 30 associados maiores de 18 anos. Dois terços dos associados, pelo menos, deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados. Os estrangeiros não poderiam exercer funções de direção. Os sindicatos poderiam organizar-se em federações regionais, em número de três, pelo menos. As federações, em número nunca inferior a cinco, poderiam criar confederações. Cabiam aos sindicatos a elaboração de contratos de trabalho, manutenção de cooperativas e outros serviços assistenciais. A propaganda de toda ideologia e de política partidária ficava expressamente proibida.

O Decreto nº 19.770 impunha ainda, no seu Art. 9º, a unicidade sindical ao estabelecer que, "cindida uma classe e associada em dois ou mais sindicatos, será reconhecido o que reunir maior número de associados". Um aspecto interessante da nova legislação era a possibilidade da formação de sindicatos por empresa, por indústria e por profissão. A preferência do Ministério do Trabalho, no setor fabril, era pela formação de sindicatos por indústria, mas muitos sindicatos de empresas foram reconhecidos (Cf. Waldir Niemeyer, *Movimento Syndicalista no Brasil,* Rio de Janeiro, 1933).

Como se observa, o novo decreto promulgado durante o Governo Provisório prenunciava o estrito controle governamental sobre as associações profissionais que se completaria durante o Estado Novo. Com o Decreto nº 19.770, os sindicatos eram ainda criação espontânea dos trabalhadores, mas o primeiro passo no sentido de regulamentar com minúcia a vida associativa operária já estava dado. Lindolfo Collor, que foi o primeiro Ministro do Trabalho, na Exposição de Motivos que acompanhara o Decreto nº 19.770, já declarava explicitamente que um dos objetivos da Revolução de 1930 era o de "incorporar o sindicalismo no Estado e nas leis da República". O Departamento Nacional do Trabalho, recém-formado,[2] outorgava-se o direito de fechamento do sindicato, federação

[2] O Departamento Nacional do Trabalho foi criado em fevereiro de 1931, com o objetivo declarado de promover medidas de previdência social e melhoria das condições de trabalho. O antigo Departamento Nacional do Trabalho, criado em 1918, salvo na parte em que se

ou confederação por um período de seis meses, a destituição da diretoria ou a dissolução completa da associação. A sindicalização não era obrigatória e não se tomava medida alguma para suprir as associações de recursos para o seu funcionamento. A partir de 1932, concederam-se algumas vantagens especiais aos trabalhadores sindicalizados, como, por exemplo, a de apresentar reclamação perante as Juntas de Conciliação e Julgamento (Decreto de 25 de novembro) e a de entrar em gozo de férias (Decreto de janeiro de 1934), vantagens das quais estavam excluídos os que não fossem do sindicato. A Constituição de 1934 e depois a de 1937 declararam inconstitucionais essas disposições.

1.2. *AS LEIS SOCIAIS NA DÉCADA DE 1930*

A unicidade sindical, imposta legalmente pelo Governo, vigorou até 1934. Neste ano, em julho, o Decreto nº 24.694 procurou adequar a legislação relativa à organização sindical aos dispositivos da Constituição de 1934. A principal modificação introduzida foi o retorno à pluralidade sindical, sendo reconhecidos os sindicatos que agrupassem um terço ou mais dos trabalhadores que exercessem atividades idênticas, similares ou conexas. Como observou Evaristo de Morais, se teoricamente eram permitidos três sindicatos, na prática só seriam reconhecidos dois, uma vez que, possuindo um sindicato mais de um terço dos trabalhadores do setor, apenas uma associação seria possível.

A nova regulamentação, sob influência da Constituição de 1934, comparativamente à anterior, concedia um pouco mais de autonomia para as associações profissionais. A única penalidade que poderia ser imposta

---

transformou no Conselho Nacional do Trabalho, não chegou a ser regulamentado. Nota Evaristo de Morais Filho, que agora "passavam as leis sociais a ter uma secretaria especial e própria para o seu controle, aplicação e sugestão. Havia de agora em diante um organismo administrativo central, em torno do qual se iriam tecer as ricas manifestações da nova legislação. Começava a existir um ministério especializado, com repartições técnicas, capaz de servir de órgão consultivo do Governo em questão de trabalho e de lhe sugerir medidas apropriadas à solução das mesmas. Todos os assuntos passariam a girar em torno de um só organismo, que trataria de velar pelo fiel cumprimento das leis atinentes ao campo da organização do trabalho". *O Sindicato Único no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, pp. 217/8 (1ª ed., 1952). Cf. Também Antônio Carlos Bernardo, *Legislação e Sindicalismo. Uma Contribuição à Análise da Industrialização Brasileira (1930/1945)*, tese de doutoramento em Sociologia apresentada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1973 (mimeo.).

aos sindicatos pelo Ministério do Trabalho era seu fechamento por um período nunca superior a seis meses. Porém, o Ministério do Trabalho mantinha o poder de reconhecer o sindicato. O pedido de reconhecimento exigia o fornecimento de informações pormenorizadas da ata de instalação do sindicato, do número e nome dos associados, profissão, estado civil, nacionalidade, residência etc.

No tocante à legislação social, a classe empresarial procurou pressionar o Governo no sentido de eliminar alguns dos aspectos que considerava mais danosos para os interesses industriais.

O processo de elaboração e discussão dos novos dispositivos legais referentes ao trabalho industrial é revelador das relações entre o novo Governo e o empresariado. O Governo, através de seus representantes, não atuava como expressão dos interesses da indústria. A maior parte da legislação aprovada encontrou oposição por parte do patronato representado principalmente pelo Centro Industrial do Brasil (mais tarde Federação Industrial do Rio de Janeiro) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Porém, os industriais não estavam inteiramente afastados dos centros de poder; atuando junto ao Ministro Lindolfo Collor conseguiram que todos os anteprojetos de lei fossem previamente publicados, permitindo as críticas e sugestões patronais.[3]

Assim, foi relativo o êxito das tentativas patronais de influenciar ou bloquear a nova legislação. Para a revisão da lei de férias, constituiu-se, em abril de 1931, a Comissão Revisora da Lei de Férias, formada por dois industriais, dois representantes do comércio, dois Operários, um Marítimo, além de dois representantes do Conselho Nacional do Trabalho. A Presidência coube ao próprio Ministro do Trabalho. O decreto regulamentando a concessão de férias só apareceu em janeiro de 1934, com voto contrário dos representantes da indústria. Os 15 dias de férias estipulados só seriam concedidos obrigatoriamente aos Operários sindicalizados, o que constituiu um estímulo à sindicalização nas entidades oficiais. Observe-se que, se os industriais não conseguiram fazer passar suas pro-

[3] "As colocações que procuram situar o empresariado como contra ou a favor da legislação terminam por não dar conta e não resolver tal questão. Certamente, não foram os empresários que solicitaram a legislação ou que lutaram por sua implantação. Ao contrário, procuraram limitar seus efeitos e adiá-la sempre que possível. Mas também sua atuação não pode ser reduzida a um repúdio total e permanente, sem a compreensão dos diferentes momentos em que a questão se situa." Ângela Maria de Castro Gomes, *Empresário Industrial e a Implantação da Legislação Trabalhista,* Rio de Janeiro, IUPERJ, 1977 (mimeo). Cf. também, do mesmo autor, *Burguesia e Trabalho,* Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

postas, conseguiram retardar a regulamentação da nova lei por aproximadamente três anos.[4]

No tocante à lei regulamentando o trabalho do menor, os industriais obtiveram mais êxito. A lei de novembro de 1932, que substituiu o antigo Código do Menor, reduziu o limite de idade para o trabalho fabril de 14 para 12 anos. A jornada de trabalho para o menor entre 14 e 18 anos foi estendida de seis para oito horas. O trabalho noturno do menor continuou proibido; porém, para efeitos legais, passou-se a considerar como trabalho noturno aquele realizado depois das 22 horas em lugar das 19 horas, como estipulava a regulamentação anterior, de 1926.

A legislação sobre acidentes de trabalho foi redigida por uma comissão na qual os representantes patronais estiveram ausentes. A Federação Industrial do Rio de Janeiro e a Confederação Industrial do Brasil manifestaram-se contra, considerando-se que caberia aos sindicatos a fiscalização dos dispositivos legais.

Por sua vez, a legislação que implantou a jornada de oito horas (Decreto de maio de 1932) e a regulamentação do trabalho feminino encontrou menor oposição patronal, que conseguiu influenciar parcialmente aspectos de sua aplicação. Assim, a jornada de trabalho poderia ser estendida até 12 horas, segundo as necessidades da indústria. Porém, a legislação determinou a obrigatoriedade de pagamento de remuneração extraordinária para os trabalhadores que ultrapassassem o limite das oito horas.[5]

O decreto que estabeleceu as comissões mistas de arbitramento e conciliação (maio de 1932) foi recebido favoravelmente pelos industriais. O mesmo não ocorreu, no entanto, com a lei que instituiu as convenções coletivas de trabalho, aprovada em agosto de 1932, com a oposição patronal. Temiam os empregadores, através de seus órgãos de classe, os dispositivos que permitiam aos sindicatos controlar a aplicação dos acordos.[6]

---

[4] Cf. Mariza Saenz Leme, *O Pensamento Industrial no Brasil.* Tese de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976.

[5] Analisando a posição da FIESP relativamente ao anteprojeto enviado pelo Ministério do Trabalho para consulta das entidades patronais, observa Luís Werneck Vianna, que, na contraproposta patronal, "o excepcional estaria na jornada de oito horas, situando-se a média da jornada por volta das 10 horas". Cf. *Liberalismo e Sindicato no Brasil,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. 175.

[6] Para um estudo mais detalhado da reação patronal à política trabalhista do Governo Vargas, ver especialmente os seguintes trabalhos: Luís Werneck Vianna, *op. cit.*, Ângela Maria de Castro Gomes, *op. cit.*, e Mariza Saenz Leme, *op. cit.*, especialmente o cap. V: "A Atitude dos Industriais Brasileiros Face ao Operariado".

Os exemplos citados mostram que, no tocante às novas leis sociais, a iniciativa se encontrava do lado do Governo e da camada em formação dos tecnocratas e altos funcionários do Governo, que se instalaram nos organismos governamentais recém-criados. Claramente Governo e indústria não se confundem. Os trabalhadores, de um lado, e industriais, de outro, agem como grupos de pressão, dentro e fora dos organismos estatais, logrando vitórias e derrotas parciais. Nesse processo, progressivamente, o Estado se situou inicialmente como árbitro entre empregados e empregadores. As reivindicações das partes em conflito vão se deslocando para o interior dos aparelhos de Estado, mediador das relações entre as classes. A negociação direta entre a classe empresarial e a classe operária foi substituída, em curto prazo de tempo, pela reivindicação junto ao Estado, que se reservava o poder de decisão. Neste processo, o Estado passou a enquadrar tanto as classes patronais quanto os trabalhadores.

1.3. *TRANSFORMAÇÕES NOS SISTEMAS DE VALORES POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS*

Paralelamente às mudanças na correlação de forças entre os diferentes grupos sociais e às modificações sofridas pelo aparelho estatal ocorreu uma transformação importante na cultura política dominante. A década de 30 marcou o ponto mais alto da crise das ideologias liberais e democráticas e da ascensão das idéias e valores autoritários. Não se tratou de um fenômeno restrito às fronteiras nacionais e que começou na década de 30. Atacadas, à sua esquerda, pelo bolchevismo, e à direita pelo fascismo ou por movimentos de caráter autoritário-conservador, as instituições da democracia representativa entravam em crise já no pós-guerra. A Revolução Russa significara não apenas modificações na estrutura social do país e a eliminação das antigas classes proprietárias, como também a rejeição aberta dos mecanismos políticos da democracia representativa que a socialdemocracia do Ocidente europeu passara a aceitar e procurava aperfeiçoar. No transcorrer da década de 20, a Europa assistiu ao êxito de movimentos de caráter autoritário ou totalitário de direita que implicavam a eliminação do sistema pluripartidário, da competição política, da liberdade de imprensa e de associação, no fechamento ou subordinação do Parlamento, na supremacia do Executivo.

No transcorrer da década seguinte, o liberalismo e a democracia representativa estavam em plena defensiva em todo o continente europeu,

com a consolidação de regimes fascistas ou autoritários-conservadores em vários países.[7]

Porém, se na Europa o pensamento autoritário tinha características nitidamente conservadoras, expressão das tentativas das antigas classes e grupos sociais de manterem suas posições ameaçadas pela pressão dos trabalhadores e das camadas populares, a mesma coisa não pode ser dita com relação ao pensamento autoritário brasileiro. Aqui, o avanço das ideologias autoritárias esteve vinculado à emergência de novos grupos sociais e forças políticas no contexto de um projeto de modernização da sociedade e reorganização do aparelho estatal. As ideologias autoritárias tiveram, em parte, uma dimensão antioligárquica, de oposição às classes proprietárias tradicionais.

As novas correntes políticas que, na década de 30, fizeram sua entrada na arena política tinham como pontos em comum – apesar das mútuas divergências – a rejeição da liberal-democracia, do pluripartidarismo, do capitalismo competitivo, do cosmopolitismo. A geração das décadas anteriores tivera o liberalismo como bandeira, embora a prática oligárquica estivesse muito distante do ideal. Como observa Décio Saes, os componentes básicos deste liberalismo oligárquico foram o elitismo, o civilismo, o antiintervencionismo, o agrarismo e o antiindustrialismo.[8] Ao contrário, as novas forças em ascensão – getulistas, tenentistas, integralistas, comunistas, aliancistas – defendiam um Estado forte com funções tutelares sobre a sociedade, sobre as classes sociais e sobre o sistema econômico. Na verdade, as correntes políticas que surgem nos anos 30 ocupam posições diferentes dentro de um mesmo universo ideológico caracterizado pelo nacionalismo, pelo autoritarismo, pelo intervencionismo.

Naturalmente, há muitas diferenças entre getulistas, integralistas e comunistas. O intervencionismo governamental getulista não supunha modificações no sistema de propriedade, ao contrário do que ocorria entre comunistas e aliancistas. Do mesmo modo, integralistas e comunistas

---

[7] Assim, vitória do fascismo, na Itália, em 1922; ascensão de Salazar, em Portugal, e de Pilsuldski, na Polônia, em 1926; "ditadura real", do Rei Alexandre, na Grécia, em 1928; instalação do Governo Dolfuss, na Áustria, em 1932; vitória de Hitler, na Alemanha, em 1933; triunfo do franquismo, na Guerra Civil espanhola, em 1938. Apenas o fascismo italiano e o nazismo constituem movimentos tipicamente fascistas, com base de massa plebéia. Os demais constituem principalmente uma reação das classes altas tradicionais (grandes proprietários, aristocratas, industriais), do Exército, da Igreja etc., contra a liberal-democracia e o socialismo.

[8] Décio Saes, *Classe Média e Política na Primeira República*, Petrópolis, Vozes, 1975, p. 69.

são mais vigorosamente anticapitalistas, especialmente quando se trata do capital estrangeiro.[9] Outros pontos de divergência ideológica e política poderiam ser apontados, mas o aspecto que consideramos significativo é que as discrepâncias e mútuas hostilidades têm como ponto de referência comum um sistema de valores que implica, de um lado, a rejeição da liberal-democracia, do capitalismo competitivo, do pluripartidarismo e, de outro lado, a valorização do nacionalismo, do intervencionismo, isto é, a hegemonia do Estado sobre a sociedade.[10]

No conjunto, seguindo a conceituação de Bolivar Lamounier, estas correntes políticas podem ser definidas como "ideologias de Estado", ou seja, "um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade".[11]

Para o aspecto que nos interessa, particularmente importantes são as idéias de Oliveira Vianna, que se consubstanciaram no padrão de organização sindical que acabou por prevalecer durante o Estado Novo. Nos anos que vão da vitória da Aliança Liberal à implantação do Estado Novo, a influência do pensamento autoritário, antiliberal, aparece não apenas na repressão ao movimento sindical autônomo, mas nas medidas governamentais destinadas a criar um novo padrão corporativista de relacionamento entre as classes e um novo modelo de sindicalismo patrocinado e tutelado pelo Estado.

Contudo, até 1937, apesar do crescente intervencionismo governamental, os sindicatos conservaram um pouco de sua autonomia reivindicatória e liberdade de negociação com os empregadores. Ocorre que a concretização das idéias corporativas e "orgânicas", no campo das relações de trabalho e da associação profissional, não encontrava, ainda, uma expressão correspondente no plano do sistema político, na medida em que vigoravam certos mecanismos da democracia representativa e da liberdade

[9] Há diferenças entre os próprios integralistas, Miguel Reale e Olbiano de Mello, na crítica ao capitalismo e especialmente ao capitalismo financeiro internacional, se aproximam mais das posições marxistas ou mesmo leninistas. Cf. Helgio Trindade, *Integralismo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974, especialmente cap. III, "A Ideologia".

[10] Não deixa de ser indicativo do clima político da época o fato de todas as novas forças políticas ("tenentes", "getulistas", comunistas, integralistas) tentarem chegar ao poder através de um levante armado ou de um *putsch* militar. De modo mais amplo, vê-se que todas essas correntes têm pouca ou nenhuma preocupação com o aperfeiçoamento dos mecanismos da democracia representativa.

[11] Ver Bolivar Lamounier, "Formação do Pensamento Político Autoritário", em *O Brasil Contemporâneo, História da Civilização Brasileira,* Tomo III, São Paulo, Difel, 1977, p. 356.

partidária. Embora precariamente, o país vivia ainda sob um Estado de direito.

O triunfo das idéias autoritárias ocorreria apenas em 1937, com a criação do Estado Novo, "quando sindicatos operários e associações patronais passaram inteiramente para o controle do Estado segundo um modelo corporativo".[12]

1.4. *TRANSFORMAÇÕES NA COMPOSIÇÃO INTERNA DO PROLETARIADO*

A rapidez com que a nova elite no poder eliminou as antigas lideranças sindicais e enquadrou o conjunto do proletariado industrial e demais camadas assalariadas, nas organizações sindicais patrocinadas e legalizadas pelo Estado, não pode ser devidamente compreendida se não se têm em conta as transformações que, de modo mais lento porém não menos importante, se processavam no interior da própria classe operária.

Não se trata apenas de considerar fenômenos que ocorriam externamente ao proletariado e ao sistema fabril (ascensão de novas elites, mudanças no papel do Estado etc.), mas avaliar também certos processos que afetaram *internamente* a classe operária brasileira. Basicamente, estes processos mudaram tanto a *composição profissional* do proletariado como sua *composição étnica.* Referimo-nos, de um lado, às transformações *tecnológicas* que ocorriam no sistema industrial e, de outro, às migrações internas, do meio rural para o meio urbano.

Esquematicamente, o que se poderia denominar de classe operária, nos primeiros anos do século, estava composta por trabalhadores qualificados que, embora assalariados, realizavam um trabalho de tipo artesanal que utilizava mais ferramentas do que máquinas. O movimento associativo refletia esta composição da classe, com a nítida predominância das associações (ligas, uniões e sociedades de resistência etc.) organizadas por *ofício.* Eram os Pedreiros, Pintores, Sapateiros, Carroceiros, Padeiros, Gráficos etc., que davam o tom das reivindicações profissionais e das lutas sociais. Por outro lado, principalmente em São Paulo, a presença do trabalhador imigrante (italiano e espanhol, na esmagadora maioria) era

[12] Este aspecto será considerado mais adiante, quando se estudar a situação do movimento sindical do subperíodo de 1937-45.

amplamente dominante, sendo a maior parte das publicações operárias e socialistas escritas em idioma estrangeiro.[13]

No período que estamos examinando, aumentou a importância do trabalhador semiqualificado da grande indústria, dos operadores de máquinas e montadores da produção em série, enquanto, ao mesmo tempo, elevava-se a proporção do trabalhador brasileiro, de origem rural, no interior da classe. Os seguintes exemplos servem para ilustrar as mudanças na composição étnica do proletariado. Assim, um levantamento realizado em 1913, abrangendo 31 fábricas de tecido da capital de São Paulo, uma de Santos e outra de São Bernardo, encontrou apenas 18% de brasileiros natos; outro levantamento feito com trabalhadores braçais do serviço público estadual revelou que 64% eram imigrantes.[14]

A entrada do imigrante estrangeiro no Brasil, especificamente no Estado de São Paulo, continuou elevada até a II Guerra Mundial. Porém, crescentemente, à medida que o Nordeste estagnava e progredia a industrialização do Sul e do Estado de São Paulo, aumentava a proporção de trabalhadores nacionais nas fábricas e indústrias. Esta tendência pode ser avaliada indiretamente pelo ritmo de entrada de imigrantes nacionais e estrangeiros no Estado de São Paulo. Enquanto no período de 1820-1900 as estatísticas registraram apenas 965 imigrantes de outras regiões do Brasil entrados no Estado de São Paulo, nos anos 1926-1930 chegaram 155.821. No qüinqüênio de 1936-40, São Paulo recebeu mais de 295 mil migrantes de outros Estados, enquanto o número de estrangeiros não foi além dos 57 mil. O qüinqüênio de 1931-35 marcou o ponto de inflexão, em que os trabalhadores de outros Estados do Brasil superaram, em volume, a entrada de migrantes estrangeiros: 57% contra 43%. A partir daí, os brasileiros representariam sempre mais de dois terços do total.[15]

O fenômeno da substituição de uma mão-de-obra de origem européia por outra nacional efetuou-se de modo particularmente nítido em São

---

[13] Para a análise deste período, consulte-se principalmente as seguintes obras: Azis Simão, *O Sindicato e o Estado*, São Paulo, Dominus Editora, 1966; Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966 (Parte III: "Do Anarquismo ao Nacionalismo"); Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*, São Paulo, Difel, 1976; Paulo Sérgio Pinheiro, *Política e Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

[14] Cf. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano I, n^{os} 1 e 2, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 1912.

[15] T.I.C. *Estatística de Imigração*, publicação do Departamento de Imigração e Colonização, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 1961.

Paulo, onde o afluxo de imigrantes europeus foi marcante. Em escala reduzida, contudo, a mesma tendência existiu nas demais áreas em que houve a implantação de núcleos industriais de alguma relevância. O importante a ressaltar é que o declínio relativo dos antigos grupos de trabalhadores qualificados – onde permaneciam as antigas exigências da formação profissional de tipo artesanal – e a hegemonia, no movimento sindical, dos trabalhadores da grande indústria e dos serviços estão relacionados, no caso brasileiro, com transformações nas características étnicas e culturais da classe operária: substituição da mão-de-obra européia pelo trabalhador brasileiro, originário da agricultura. Consideramos que este processo é importante para a análise das mudanças ocorridas não só na estrutura sindical brasileira como igualmente para o lugar e peso político do proletariado fabril no sistema político.

De modo geral, tais transformações agiram no sentido de enfraquecer a capacidade de atuação autônoma dos trabalhadores assalariados, de reduzir sua influência relativa na sociedade brasileira, facilitando a liquidação de suas organizações profissionais independentes e a montagem do aparato sindical oficial. Com isso, quer-se enfatizar que o declínio da militância operária, a partir da segunda metade da década de 20, assim como o êxito das medidas governamentais de subordinação do sindicato ao Estado, devem ser avaliados não só em função de fatores exógenos à classe operária, mas também de fatores que operaram no seu interior e na sua liderança. Geralmente, para se explicar o que se passou com o sindicalismo brasileiro na década de 30, enfatiza-se a repressão desencadeada contra as associações operárias que se recusavam a aceitar as determinações governamentais. Esquece-se, porém, que a repressão ao sindicalismo e às atividades operárias, especialmente nas fases iniciais da industrialização, é uma constante, no Brasil e em toda parte. No período anterior à década de 30, o movimento associativo operário não encontrava, de parte das autoridades, maiores facilidades para funcionamento. Com Vargas, ocorreu um dado novo nas atitudes dos poderes públicos em face da "questão operária". Em primeiro lugar, tratava-se não apenas de reprimir, mas de atender algumas das reivindicações básicas dos grupos de trabalhadores (jornada de oito horas; lei de férias etc.); em segundo lugar, o Governo não se propôs simplesmente a proibir a atividade sindical, mas controlá-la. Com isso, Vargas isolou as lideranças operárias que se recusavam a aceitar as novas normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho. A nova política governamental foi facilitada pela entrada maciça de trabalhadores de origem rural, orientados por outros valores e aspirações,

favorecendo o isolamento das antigas lideranças e criando dois segmentos bem diferenciados no interior da classe operária. Os temas habituais do movimento operário europeu (do tipo anarcossindicalista, socialista ou comunista) não conseguiram motivar a massa de trabalhadores que abandonavam o campo, trabalhadores analfabetos, socializados num padrão de submissão ante as camadas superiores e que encontravam, ademais, nos meios fabril e urbano, condições de trabalho e de vida geralmente mais satisfatórias do que tinham no meio rural.

1.5. *O ESTADO NOVO E O SINDICALISMO*

O golpe de 10 de novembro de 1937 pôs fim ao que existia de democracia representativa entre nós. Os partidos foram abolidos, o Congresso, fechado e toda oposição à política governamental, reprimida.

Não seria necessário dizer que, no novo quadro institucional, os controles governamentais sobre a organização sindical – que a Constituição de 1934 atenuara, mas não suprimira – se tornaram mais severos. Assim, já na nova Carta Constitucional, o Artigo 140 determinava que a economia nacional deveria ser organizada em corporações; o Artigo 139 proibia a greve.[16] A filiação ao sindicato continuava voluntária, mas somente o sindicato regularmente reconhecido pelo Estado teria o direito da representação legal dos assalariados, tal como da assinatura de contratos coletivos de trabalho. O dissídio coletivo era instituído como o instrumento essencial dos sindicatos para a obtenção de suas reivindicações junto aos tribunais competentes. Entretanto, a instauração do dissídio coletivo dependia de prévia autorização do Ministério do Trabalho.

O Artigo 138, que regulava a organização sindical como já foi suficientemente observado por vários autores, inspirou-se na Carta del Lavoro da Itália fascista.[17] O próprio termo "categoria profissional" indica a inspiração corporativista.[18]

---

[16] É verdade que proibia também os *lockouts*, medida inútil, pois o fechamento de empresas por parte dos patrões só tem sentido como arma antigreve.

[17] Ver Evaristo de Moraes, *op. cit.*, José Albertino Rodrigues, *op. cit.*, e Alberto da Rocha Barros. *Origens e Evolução da Legislação Trabalhista*, Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1969.

[18] Ver também Alberto da Rocha Barros, *Origem e Evolução da Legislação Trabalhista*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

Observe-se, no entanto, que apesar da Carta Constitucional conter alguns dispositivos sobre o assunto, somente em agosto de 1939 é que se tem um novo decreto tratando especificamente da organização sindical. Trata-se do Decreto-Lei nº 1.402, que "Regula a Associação em Sindicato". De todas as regulamentações governamentais anteriores, esta é a mais elaborada, totalizando 59 artigos. Este decreto-lei fixou os pontos básicos do padrão de organização sindical e de relações profissionais que, com alterações, permaneceria em vigor até hoje. A nova legislação restabelecia a unicidade sindical, não sendo reconhecido mais de um sindicato por profissão numa mesma localidade. Ao Ministério do Trabalho cabia a concessão de *cartas de reconhecimento* aos sindicatos. Além disso, estabelecia pormenorizadamente o seu modo de funcionamento. Como explicou a comissão elaboradora do novo projeto, a partir de então os sindicatos deveriam "gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão".

Em 1940, em pleno apogeu do Estado Novo, criou-se o imposto sindical (regulado em 1943), que obrigava todo trabalhador a contribuir com um dia de trabalho anual em benefício do sindicato de sua respectiva categoria profissional, embora o pagamento dessa contribuição não implicasse sindicalização.[19]

1.6. *A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO*

Em 1943, todo o enorme volume de decretos e regulamentos anteriores, referentes não só aos sindicatos mas à legislação social, foi sistematizado e ordenado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Promulgada no dia 1º de Maio daquele ano, entrou em vigor em novembro. A CLT sintetizou toda a política trabalhista de Vargas e, a partir daí, passaria a reger todo o vasto campo do funcionamento interno dos sindicatos,

---

[19] Com a instituição do imposto sindical, o Governo propiciava aos sindicatos recursos financeiros capazes de permitir o fornecimento de serviços assistenciais a seus associados. A partir daí, os sindicatos poderiam manter uma estrutura administrativa relativamente complexa, independentemente do apoio dos trabalhadores. O imposto era pago em março de cada ano. Cabia ao empregador realizar o desconto, que atingia todo empregado regularmente registrado na empresa (Art. 582 da CLT). A soma obtida seria depositada no Banco do Brasil, em nome das entidades sindicais. Da arrecadação total, cabia ao sindicato 60%; à Federação, 15%; à Confederação, 5% e 20% ao Fundo Social Sindical. Na falta de federação ou confederação, a soma a elas destinadas iria para o Fundo Social Sindical, controlado pela Comissão de Imposto Sindical.

das relações entre o Estado e as associações operárias, das relações entre estas últimas e os sindicatos patronais, entre os empregadores e os empregados no interior dos locais de trabalho.

Muito sumariamente, para fins de exposição, a CLT pode ser dividida em três partes principais: 1) uma, de "tutela do trabalho", que contém os dispositivos referentes à proteção do trabalhador, assim como dos deveres do empregado e das obrigações do empregador; 2) uma parte referente à organização sindical propriamente dita e 3) uma parte referente à Justiça do Trabalho.

A parte relativa à legislação social incorporou todas as anteriores vantagens e benefícios concedidos aos trabalhadores na década precedente: férias, proteção à mulher e ao menor, higiene e segurança no trabalho, duração da jornada de trabalho etc.

A parte referente à organização sindical enquadrava tanto os assalariados como o patronato, estabelecendo o modo como ambos deveriam organizar-se e relacionar-se. Cabia aos sindicatos representar, "perante as autoridades administrativas e judiciárias", os interesses gerais de cada categoria profissional, ou seja, dos empregados numa mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas.Os sindicatos deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Não seria reconhecido mais de um sindicato patronal ou de empregados por atividade econômica ou categoria profissional numa mesma localidade. A propaganda de "doutrinas incompatíveis com as instituições e interesses da Nação" era proibida; a CLT fixava minuciosamente o modo de funcionamento interno dos sindicatos, desde o número de membros da Diretoria (máximo de sete, mínimo de três Diretores), o modo de eleição (supervisionada pelas Delegacias Regionais do Trabalho) etc. A greve ficava proibida, e o Ministério do Trabalho podia intervir nos sindicatos, destituindo Diretorias, fechando o sindicato, cassando a carta de reconhecimento etc.

No que tange ao número de sindicatos e sua distribuição de acordo com os diferentes ramos e setores econômicos, a CLT estabeleceu oito grandes setores de atividades, aos quais corresponderiam uma confederação de empregadores e outra de empregados. Estes setores foram os seguintes: indústria; comércio; transportes marítimos; fluviais e aéreos; transportes terrestres; comunicações e publicidade; crédito; educação e cultura; e profissões liberais. Cada um desses setores, dos quais o mais importante era o industrial, subdividia-se em grupos. Em cada um desses grupos deveria haver, simetricamente, um sindicato patronal e outro de empregado. Assim, à Confederação Nacional da Indústria deveria corres-

ponder a Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais; à Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio etc. A mesma correspondência era estabelecida no interior de cada um dos referidos setores: assim, por exemplo, à atividade ou categoria econômica da indústria do calçado correspondia a categoria profissional dos trabalhadores na indústria de calçados, com seus respectivos sindicatos.

Os sindicatos de uma mesma categoria profissional, em número não inferior a cinco, poderiam organizar-se em federações de âmbito estadual; estas últimas, em número não inferior a três, poderiam criar confederações de âmbito nacional.[20] Porém, sindicatos de diferentes categorias de uma mesma localidade não poderiam articular-se entre si. Assim, por exemplo, sindicatos dos trabalhadores têxteis, dos metalúrgicos, dos carpinteiros etc., de uma cidade ou Estado, não poderiam se associar. Do mesmo modo, as federações de um mesmo Estado não poderiam criar um organismo comum, podendo unir-se apenas em âmbito nacional na Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais. Além disso, as confederações não poderiam também articular-se entre si. Com isso, a legislação impedia a formação de uma grande organização de trabalhadores, na forma de uma central sindical.

Algumas observações suplementares devem ainda ser feitas a respeito desta estrutura sindical. O critério para o enquadramento de uma indústria neste ou naquele ramo econômico (e, portanto, do enquadramento sindical de seus Operários) deveria ser o ramo de atividade considerado mais importante por parte da empresa, na hipótese de ela se dedicar a atividades diferenciadas. Definido o enquadramento sindical por ramo de atividade, e graças ao intervencionismo governamental, o sindicalismo brasileiro se transformou de fato num "sindicalismo industrial", em que todos os trabalhadores de uma mesma empresa, independentemente da tarefa ou da profissão, filiam-se a um mesmo sindicato. Este padrão de organização sindical é o que, em toda parte, tende a se impor, superando o antigo sindicalismo estruturado a partir do ofício. Porém, a CLT, neste aspecto, foi muito longe, incluindo numa mesma organização não apenas trabalhadores manuais de profissões variadas, como também os empregados de escritório.[21]

---

[20] As federações e confederações eram denominadas entidades de segundo grau, enquanto os sindicatos, geralmente de base municipal, eram denominados entidades de primeiro grau.

[21] Em alguns casos, é possível a existência de mais de um sindicato numa mesma empresa. A legislação permitiu, por exemplo, a sobrevivência do sindicato de mestres e contramestres na indústria de fiação e tecelagem. Mas se trata de um caso raro.

Nesta concepção, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais não é uma confederação de Operários fabris, mas de *industriários*, isto é, tanto dos operários como do pessoal de escritório. Assim sendo, freqüentemente se encontram empregados de escritórios (inclusive Advogados) dirigindo organizações em que deveriam predominar os trabalhadores manuais. Cumpre observar, no entanto, que os profissionais liberais de uma empresa podem optar pela filiação de um sindicato de profissionais liberais, prevista na legislação. Aqui, para fins de sindicalização, prevaleceu o critério da profissão, de modo que empregados de empresas diferentes filiam-se a um mesmo sindicato, contrariando a regra que se observa nos demais casos, que é a de filiação de profissões diversas a um mesmo sindicato.

Em alguns casos, a legislação permitiu a formação de grandes sindicatos, abrangendo assalariados de várias profissões de empresas de características muito diversas entre si. Tal é o caso, por exemplo, do sindicato dos trabalhadores de empresas metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, que abrange desde os empregados das grandes indústrias automobilísticas até os das pequenas oficinas mecânicas, passando pelas indústrias de aparelhos elétricos, de construção naval, de móveis de metal, de serralheria, de aparelhos de radiotransmissão etc.

Finalmente, no tocante à Justiça do Trabalho, a CLT reafirmou as tendências já esboçadas nos anos anteriores no sentido de arbitragem dos conflitos trabalhistas. Os órgãos da Justiça do Trabalho ficaram constituídos pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelos Tribunais Regionais do Trabalho e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento ou por Juízes de Direito. A Presidência de cada junta deveria caber a um Juiz do Trabalho e a dois Vogais, representando, um, os empregadores e, outro, os empregados, designados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva jurisdição (a CLT estabeleceu oito regiões). Tanto as funções de Juiz como de Vogal eram remuneradas. A CLT estabelecia para os Juízes do Trabalho, após dois anos de exercício, "as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos". Nesta estrutura piramidal, o Presidente da República se reservava o controle de todo o sistema. Assim, o Tribunal Superior do Trabalho compunha-se de onze Juízes, dos quais quatro "representantes classistas" (dois dos empregadores e dois dos empregados). *Todos* os onze Juízes eram de nomeação direta do Presidente da República, que nomeava também diretamente *todos* os Juízes dos Tribunais Regionais da 1ª e 2ª Regiões[22] e os Juízes alheios aos

[22] A 1ª Região abrangia o Distrito Federal e Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; a 2ª Região abrangia os Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso.

interesses profissionais das demais regiões. Dado que os Tribunais de Trabalho se encarregavam de praticamente todos os aspectos das relações profissionais urbanas (da indústria, do comércio, dos transportes, das profissões liberais etc.), percebe-se que a Presidência da República, isto é, Getúlio Vargas, passava a ter o controle direto de uma área fundamental da sociedade brasileira e de crescente importância na medida em que avançava o processo de modernização.

1.7. *O SIGNIFICADO DA INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL*

O significado do intervencionismo governamental e da política social de Vargas está longe de encontrar uma interpretação comum entre os diferentes especialistas. Mostrando as semelhanças com a Carta del Lavoro italiana, alguns autores apontam o caráter fascista do corporativismo getulista, enfatizando seus aspectos repressivos e controladores do movimento operário.[23]

Outros autores interpretam a política trabalhista em função de um projeto de acumulação a serviço de uma nascente burguesia industrial.[24]

[23] Ver, por exemplo, Alberto Rocha Barros, *op. cit.*

[24] Esta linha de interpretação é defendida por Octavio Ianni e Francisco de Oliveira. Contudo, embora sustentando que a legislação trabalhista destinava-se a potencializar a acumulação industrial, ambos os autores divergem na interpretação dos *efeitos* da legislação social sobre o preço da força de trabalho. Para Octavio Ianni, a legislação trabalhista destinava-se a aumentar a racionalidade e a produtividade da força de trabalho, *evitando* a superexploração (ou a pauperização) do proletariado numa situação de ampla oferta de mão-de-obra: "Como esta (a força de trabalho) tem sido fator abundante, *o salário mínimo, o aviso prévio, a estabilidade* e outras garantias se impuseram imediatamente para que não se produzisse a pauperização da classe operária" (Octavio Ianni, *Estado e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 145 (sublinhado no original). Para Francisco de Oliveira, ao contrário, a legislação social, especialmente o salário mínimo, destinava-se a rebaixar o preço da força de trabalho; "a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando o preço da força de trabalho. Essa operação de *igualar pela base* reconvertia inclusive trabalhadores especializados à situação de não-qualificados..." Francisco de Oliveira, "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", *Estudos Cebrap 2*, outubro de 1972 (sublinhado no original). De outro ponto de vista, R. Rowland entende que "toda a legislação trabalhista e sindical do primeiro período Vargas teve suas origens na necessidade de estabelecer o controle político do Estado sobre a classe operária", processo este em que a burguesia industrial "foi durante muito tempo alheia", R. Rowland, "Classe Operária e Estado de Compromisso", *Estudos Cebrap 8*, abril-maio de 1974, p. 33. Luís Werneck Vianna, por sua vez, relaciona a legislação trabalhista (e mais tarde o salário mínimo) com

No entanto, as primeiras intervenções do Governo Vargas no domínio econômico estiveram orientadas para a proteção da agricultura, mais especialmente para o setor exportador. Mas é duvidoso que se possa, a partir daí, entender a política de Vargas como estando a serviço da "oligarquia agrária". Dada a importância dos produtos primários na balança comercial brasileira (para não falarmos na própria força política das classes agrárias) parece difícil para qualquer Governo deixar de se preocupar com a situação dos produtos que forneciam a quase totalidade das divisas brasileiras. Mas observe-se que não houve de parte de todo o Governo Vargas nenhuma tentativa séria destinada a favorecer a modernização da agricultura, especialmente no que diz respeito às relações entre os grandes proprietários e a massa de trabalhadores rurais. Se a legislação trabalhista e o estabelecimento do salário mínimo serviram à acumulação de capital, como às vezes se acredita, caberia perguntar por que não foram também estendidas à agricultura?[25]

Por outro lado, é interessante notar a *forma* como o Governo tratou da "proteção" da agricultura. A ação governamental não se limitou à concessão de créditos ou outras vantagens aos fazendeiros, mas criou também uma série de novos organismos estatais, os quais, ao mesmo tempo em que ampliavam o controle do Estado sobre as atividades produtivas e sobre as "classes econômicas", aumentavam a burocracia governamental, com a abertura de novos empregos públicos.[26]

No que tange ao setor urbano, parece duvidoso que se possa atribuir às leis sociais de Vargas, especialmente à instituição do salário mínimo, a

---

a intenção de ampliar o mercado interno em benefício dos industriais. O salário mínimo especialmente teria aviltado o salário dos Operários mais qualificados, mas elevado o da massa operária de mais baixa qualificação. Cf. Luís Werneck Vianna, *op. cit.*

[25] Não se pode saber se a acumulação capitalista brasileira seria mais rápida sem a existência de uma legislação trabalhista. O exemplo de outros países mostra, *primeiro,* que o patronato resiste sempre à concessão de quaisquer benefícios aos trabalhadores que diminuam seus lucros; *segundo,* que a acumulação pode efetuar-se tanto numa situação em que a mão-de-obra está desorganizada e desprotegida (fases iniciais da expansão capitalista) como numa situação em que o proletariado está organizado e relativamente protegido (caso atual dos países desenvolvidos). O capitalismo mostra forte capacidade de adaptação a diferentes contextos. Além disso, na análise do ritmo de acumulação, o preço da força de trabalho é apenas uma variável determinante ao lado de outras, tais como: transformação tecnológica, situação do mercado internacional, investimentos estrangeiros, política estatal, clima político etc.

[26] Assim, em 1931, Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia; 1933, Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Álcool; 1934, Instituto Nacional do Mate etc.

função de favorecer a acumulação de capital, seja rebaixando o salário médio, seja, pelo contrário, criando uma mão-de-obra mais qualificada para servir à indústria. As leis de férias, o pagamento de horas extras, e depois a fixação de um salário mínimo encareceram o custo da mão-de-obra, razão pela qual os empresários se opuseram, com maior ou menor êxito, à sua aplicação e, sempre que puderam, procuraram burlar a legislação do trabalho. Tal como notamos para a agricultura, também na esfera urbana o intervencionismo governamental trazia claramente duas marcas distintivas: *ampliação do controle estatal sobre as "classes econômicas"* e *aumento da burocracia governamental.*[27] No caso, a criação do Ministério do Trabalho, com suas Delegacias Regionais, e o estabelecimento da Justiça do Trabalho não só aumentavam o poder da burocracia, como abriam novas oportunidades de emprego na máquina estatal, cujos altos cargos foram preenchidos principalmente pelos bacharéis em Direito das famílias tradicionais.

Vargas e o controle dos trabalhadores

O controle político da classe operária foi um dos objetivos da política varguista. Contudo, excluindo-se o setor agrário, a legislação trabalhista – ou, mais concretamente, o Poder Executivo Federal e a Justiça do Trabalho – enquadrou *todas* as camadas assalariadas urbanas e *também as próprias classes patronais* (medida esta que seria desnecessária se se tratasse *apenas* de reprimir o movimento operário). Na verdade, o que se observa a partir de 30 é o fortalecimento do poder do Estado em relação à "sociedade civil", quer dizer, o reforçamento dos estamentos burocráticos (Forças Armadas, tecnocratas e altos Funcionários Públicos) sobre as classes sociais. Mas o poder de Estado não está desligado dos grupos sociais. Atrás do Estado – ou, mais exatamente, dentro dele – estão grupos sociais. O fortalecimento do poder estatal, a extensão de sua ação, não se efetuou por acaso. O Estado constituiu um instrumento de poder de determinados grupos sociais ou de determinadas elites políticas. Os componentes dos altos escalões burocráticos foram recrutados principalmente entre as famílias tradicionais em declínio que forneceram os quadros para os postos de Comando das Forças Armadas, dos Ministérios, das novas autarquias federais, do Itamarati, do sistema judiciário em expansão, das universidades,

[27] Nesta mesma linha de interpretação, que enfatiza a ação da burocracia federal, cf. Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil*, São Paulo, 1979 (mimeo), (tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

enfim, do funcionalismo federal. As bases de poder e prestígio desta "elite burocrática" não se fundam na propriedade ou nas relações de mercado, mas no controle do aparato estatal. Assim, a nova "elite burocrática" não só tratou de garantir para si mesma um conjunto de privilégios e vantagens vinculados ao emprego público, que não encontram paralelo em nenhum outro setor da atividade privada, como tratou também de reforçar a própria instituição estatal que era a fonte de seu poder, prestígio e segurança ante a burguesia industrial, os grandes proprietários e outros grupos e forças sociais com os quais deveria competir e conviver.[28]

O modo como foi promulgada a CLT é ilustrativo do estilo do Governo Vargas e do comportamento da nova "tecnocracia esclarecida" no seu relacionamento com as classes sociais. A CLT – código máximo e onipresente a nortear as relações de trabalho no Brasil urbano – não constituiu, tal como as leis sociais anteriores, promulgadas durante o Governo Provisório, uma reivindicação dos empresários, mas dos Operários e suas associações. Porém, ela não resultou das negociações entre o patronato e as classes assalariadas. A CLT, que consolidou reivindicações sindicais, foi fruto de quase um ano de trabalho de uma comissão composta de técnicos do Ministério do Trabalho, "ouvidos" empregados e empregadores, juristas, entidades públicas etc. Promulgada simbolicamente por Vargas no dia 1º de Maio de 1943, ela indica claramente a intenção do Governo de ampliar suas bases de sustentação junto às camadas assalariadas e às classes populares. Consagrando ao mesmo tempo o controle das organizações sindicais e a extensão dos benefícios sociais às amplas camadas desorganizadas de trabalhadores, a CLT assegurava o apoio popular ao Governo e a formação de uma liderança sindical getuliana, em condições de combater as "influências extremistas" entre o proletariado.

Tal como tinha ampliado a burocracia governamental e aumentado as possibilidades de emprego tanto para as facções decadentes das classes dominantes como para o "baixo povo", os novos "donos do Poder" trataram de patrocinar a formação de uma camada de dirigentes sindicais, situados a meio caminho entre o público e o privado.

---

[28] "Os privilégios senhoriais dos senhores de terras e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder do Estado, os dignitários feudais em funcionários pagos e o variegado mapa dos poderes absolutos medievais em conflito entre si, no plano regular de um poder estatal cuja tarefa está dividida e centralizada como uma fábrica (...) Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, em vez de destroçá-la. Os partidos que disputavam o poder encaravam a posse dessa imensa estrutura do Estado como o principal espólio do vencedor", Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte,* Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1956, p. 97.

Com a criação desta camada de dirigentes sindicais leais, o Governo getulista estabeleceu os instrumentos institucionais de sua vinculação com as camadas populares urbanas. O apoio popular não só fortalecia o Governo nas relações com as demais facções das classes ricas, permitindo-lhe desempenhar o papel de árbitro entre as classes, como também, aspecto importante, conferia certa legitimidade[29] a um Governo que, ao romper as regras do jogo institucional, carecia de legalidade.

1.8. *A EXPANSÃO DO SINDICALISMO OFICIAL*

A ação ministerial favoreceu a rápida multiplicação das associações operárias. Tomando como base o ano de 1930, o número de sindicatos aumentou, em 1939, mais de três vezes. A tendência foi no sentido da formação de sindicatos fora da área de São Paulo/Rio de Janeiro, que contava, em 1934, com cerca de 44% do total de sindicatos brasileiros. Em 1939, esta proporção declinou para 21%.[30] Os dados sugerem que a ação governamental favoreceu especialmente a formação de sindicatos nas regiões mais atrasadas em que os trabalhadores encontravam mais obstáculos para enfrentar a oposição patronal unida às autoridades locais.[31]

A burocracia sindical

É difícil calcular a dimensão da nova camada de dirigentes e funcionários sindicais empregados nos sindicatos oficiais. Em 1945, ao final do Estado Novo, existiam no Brasil 873 sindicatos de empregados oficialmente registrados no Ministério do Trabalho, não contando as federações e confederações. Se calcularmos uma média de 10 dirigentes por sindicato,[32] somente no tocante às organizações de primeiro grau, a nova camada de burocratas sindicais compreenderia pouco menos de nove mil membros.

---

[29] Observa F. Weffort, nas suas análises do populismo getulista, que "as massas são as bases da legitimidade do Estado, mas, nesta medida, não podem desenvolver uma ação política autônoma". Cf. Francisco C. Weffort, *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, cap. II, "Estado e Massas no Brasil".

[30] Cf. José Albertino Rodrigues, *op. cit.*, p. 124.

[31] Um exemplo de como os trabalhadores utilizaram a proteção do Ministério do Trabalho para a formação do sindicato numa pequena cidade do interior de Minas, em que os proprietários da fábrica influenciavam o sistema político local, é encontrado em Juarez Brandão Lopes, *Sociedade Industrial no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

[32] A CLT determina que a Diretoria do sindicato deve ser formada por no mínimo três e no máximo sete membros. O Conselho Fiscal compreende mais três membros. Além disso, há dois representantes do sindicato no Conselho da Federação. Com os respectivos suplentes, há um total de 24 pessoas ligadas à direção do sindicato. Nossa estimativa de 10 pessoas é, portanto, modesta.

Mas, para calcular o número de pessoas que garantiam sua subsistência do aparato sindical criado por Vargas, haveria que acrescentar muito mais algarismos aos dez mil dirigentes que, grosseiramente, nos arriscamos a calcular.[33] Diretamente ligados à instituição sindical, embora não participando da Direção, estão os Advogados trabalhistas, geralmente um ou mais para cada sindicato; Médicos, Enfermeiros, Dentistas, Contadores, funcionários de escritórios, Motoristas, pessoal de limpeza etc., ou seja, todo um pessoal diretamente remunerado pelo sindicato através de recursos financeiros obtidos principalmente com a cobrança do imposto sindical.

Um exemplo ajuda a visualizar mais concretamente as transformações ocorridas na organização interna do sindicato. Annez Troyano, no seu estudo sobre a história do sindicato dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas de São Paulo, mostra a crescente complexidade administrativa do sindicato relacionada com o estabelecimento de serviços assistenciais possibilitados pelo imposto sindical. Assim, em 1941, a cotização dos membros foi de 1.236,00 (em cruzeiros antigos), enquanto o montante obtido pelo imposto chegava a 101.828,10. Nos anos anteriores, a quantia máxima obtida pela contribuição dos associados fora de 5 mil (em 1939). A partir do imposto sindical, as atividades assistenciais e jurídicas tiveram grande impulso. Por exemplo, em setembro e novembro de 1940, foram contratados dois Oculistas; em janeiro de 1941, foi contratado um Advogado fixo para tratar de processos nas Juntas de Conciliação e Julgamentos; em setembro de 1941, foram contratados três Médicos e um Dentista; em fevereiro de 1942, foi montado um consultório médico na própria sede do sindicato, além de destinada uma verba para auxílio à maternidade; em agosto de 1942, foi comprado um gabinete dentário; em fevereiro de 1943, seria a vez da subsede do sindicato receber também um gabinete dentário; em maio do mesmo ano, contratou-se outro Advogado para a subsede; em novembro, o sindicato adquiriu uma ambulância; no ano seguinte, em fevereiro, houve a abertura de uma sala

[33] Uma avaliação mais exata da extensão numérica da nova camada de burocratas sindicais e de empregados dos sindicatos é difícil de ser feita porque a maior ou menor complexidade administrativa (assim como da magnitude dos serviços assistenciais e jurídicos) depende estreitamente do número de associados. Neste sentido, dados de 1961 indicam que mais da metade dos sindicatos tinham menos de 300 sócios e, portanto, uma estrutura administrativa pouco complexa (Cf. José Albertino Rodrigues, *op. cit.*, p. 136). Sobre a burocracia sindical e o funcionamento do sindicato, veja-se também Heloísa Helena T. de Souza Martins, *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1979.

de aula na subsede; em junho de 1944, houve a compra de um raios X; em dezembro, a contratação de uma parteira.[34]

Se, além da organização sindical propriamente dita, pensarmos nos outros elementos que constituem o sistema de relações de trabalho no Brasil, isto é, no Ministério do Trabalho, com suas Delegacias Regionais, assim como na Justiça do Trabalho, com os seus tribunais, teremos uma idéia do número de pessoas que passaram a viver da estrutura sindical criada durante os anos de Vargas e dos interesses criados na sua continuidade.

Os membros da nova burocracia sindical foram recrutados principalmente entre as classes populares. A obtenção de postos nos sindicatos oficiais significava uma ascensão social e uma melhoria no padrão de vida: salários mais elevados, trabalho mais agradável etc. Além disso, abria-se a possibilidade de uma tranqüila carreira burocrática no interior da estrutura sindical oficial, dos sindicatos para as confederações e, eventualmente, para os mais ambiciosos, capazes e leais, a obtenção de um cargo no funcionalismo público (Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais, Tribunais de Trabalho etc.).

Realizada sob tutela estatal, a institucionalização dos sindicatos brasileiros obedeceu a um padrão que fugiu dos esquemas clássicos dos países de capitalismo liberal em que os sindicatos se consolidaram mediante um processo de luta contra o patronato e o Estado. É preciso considerar, no caso brasileiro, que a ação estatal significou antes uma *incorporação burocrática* do que uma *desmobilização sindical* e *política* de massas anteriormente participantes. Uma nova liderança fiel ao Governo foi pinçada, num movimento de cooptação, para uma participação tutelada nos assuntos relacionados às questões sociais e trabalhistas (relações com o Ministério do Trabalho, participação nos Tribunais de Trabalho etc.).

Além da outorga das vantagens trabalhistas, os aspectos coercitivos da estrutura sindical oficial têm sido freqüentemente salientados pelos diferentes autores.[35] Não há dúvida de que o sindicalismo brasileiro foi

---

[34] Annez Andraus Troyano, *Estado e Sindicalismo*, São Paulo, Ed. Símbolo, 1978, pp. 62 a 64.

[35] Especialmente durante o Estado Novo, houve uma hábil combinação de concessões para os que aderiam e de dura repressão para os que se opunham à política governamental. Na sua história do sindicato dos bancários paulistas, Letícia Canêdo mostra com detalhes estes aspectos. Por exemplo, sob ameaça de intervenção por parte da Superintendência de Ordem Política e Social, a Direção do sindicato se comprometeu a eliminar todos os elementos considerados extremistas. Para tanto, foi enviada à Polícia, através do Departamento Estadual do Trabalho, uma lista de todos os sócios, a fim de que se fizesse a indicação daqueles que deveriam ser eliminados do sindicato. Depois disso, o sindicato foi reconhecido oficialmente

criado de "cima" e imposto ao conjunto dos assalariados brasileiros. Porém, não há indicações de que as massas operárias tenham se oposto à política social de Vargas ou ainda que tenham entendido a legislação trabalhista como algo contrário aos empregados. Ao contrário, tudo indica que a legislação do trabalho e os sindicatos oficiais foram encarados mais como uma medida de *proteção* do que como uma forma de *repressão*. O getulismo encontrou forte apoio especialmente entre as camadas inferiores do proletariado de origem rural.[36]

Contudo, a influência do varguismo não ficou restrita às camadas mais baixas do proletariado de origem rural e "politicamente disponível", mas encontrou apoio em grande parte dos sindicatos já existentes. As associações operárias mais atuantes, previamente à intervenção governamental, eram aquelas dirigidas por anarquistas ou comunistas. Porém, é pouco provável que estes sindicatos constituíssem a corrente predominante no sindicalismo brasileiro na década de 30. Há indicações da existência de outras correntes "moderadas" predispostas a apoiar um Governo que se mostrasse mais favorável a algumas reivindicações dos sindicatos.

Assim, por exemplo, na época de ouro do predomínio anarquista, o Congresso Operário (realizado em 1912 no Palácio Monroe, por iniciativa do filho do Presidente da República, Tenente Hermes, com verbas governamentais), contou com a participação de muitos dirigentes sindicais.[37] As resoluções de caráter imediato, aprovadas por este Congresso Operário, não se diferenciam muito das reivindicações imediatas dos

---

e passou a concentrar suas lutas na defesa das leis trabalhistas, na fiscalização às infrações das leis sociais e no combate a outra associação patrocinada pelos banqueiros que lhe fazia concorrência (o chamado "Sindikê"). Cf. Letícia Bicalho Canêdo, *O Sindicalismo Bancário em São Paulo,* São Paulo, Símbolo, 1978, especialmente pp. 66 a 68.

[36] Observa Azis Simão na sua pesquisa sobre as preferências eleitorais dos trabalhadores: "Para eles (i.e, os Operários recém-ingressados na vida fabril), principalmente para os provenientes das zonas rurais, a possibilidade de viver na Capital do Estado e as disposições legais, sobre o trabalho e a assistência social, apresentaram-se como dádivas inesperadas e recebidas de uma só vez, graças ao Governo do Chefe do PTB. As motivações mais significativas da conduta de ambos os grupos do eleitorado *petebista* achavam-se no reconhecimento dos benefícios trazidos pela Legislação do Trabalho, no desejo de garanti-los e ampliá-los e na satisfação proporcionada por certas melhorias de vida individualmente alcançadas, unidos à atribuição de qualidades paterno-carismáticas ao seu Chefe", Azis Simão, "O Voto Operário em São Paulo", *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia,* 1955, p. 212.

[37] Uma análise detalhada deste singular congresso operário encontra-se em Boris Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social* e Lígia Maria Osório Silva, *Movimento Sindical Operário na Primeira República,* dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1977 (mimeo).

anarquistas. Mais tarde, em 1925, documento do II Congresso do PCB distinguiu três tendências atuantes no meio sindical: a anarquista, a comunista e a "amarela" ou "reformista". Segundo os próprios comunistas, esta última tendência seria dominante.[38]

O "trabalhismo"

Boris Fausto, por outro lado, mostrou a existência, antes de 1930, de um importante setor sindical – que o autor denominou de "trabalhista" – que se opunha aos comunistas e anarcossindicalistas. Esta tendência era mais forte no Rio do que em São Paulo.[39] É possível encontrar entre essas correntes "reformistas" ou "trabalhistas" os primeiros sinais de uma orientação "populista" entre as classes trabalhadoras, orientação essa que não teria podido se desenvolver por não encontrar uma contrapartida do lado das classes superiores, isto é, uma facção disposta a uma aliança com as classes trabalhadoras.

Seria muito difícil a montagem da estrutura sindical oficial por parte do Governo se ele não encontrasse apoio numa parcela do operariado, inclusive entre o movimento sindical já constituído. A idéia de que o sindicalismo oficial tenha se implantado com a oposição da maior parte da classe operária não corresponde à realidade. No momento em que tem início o intervencionismo governamental, os anarquistas encontravam-se em franco declínio e os comunistas, assim como socialistas ou trotskistas, não haviam conseguido influência equivalente no interior da classe operária, mesmo entre o proletariado das grandes indústrias e dos centros urbanos mais importantes.

1.9. *O BONAPARTISMO GETULISTA*

A instauração do Estado Novo completou um processo geral de capitulação da "sociedade civil" em face do Estado. Trata-se de uma evolução que teve seu ponto de arranque em 1930. A instauração do Estado Novo foi sua culminação. O novo regime não resultou de um pacto ou acordo – ainda que implícitos – entre as classes proprietárias entre si, entre elas, ou facções delas, e as classes populares. Embora falte ao getulismo o apoio de uma massa camponesa,* o Estado getulista apresenta muitos outros

---

[38] Cf. Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, Rio de Janeiro, Vitória, p. 69.

[39] Cf. Boris Fausto, *op. cit.*

* Na análise de Marx, a base popular de apoio do regime de Luís Bonaparte foi constituída pelo campesinato, "não o camponês revolucionário, mas o conservador..." A negligência com relação à população rural, neste ponto, afasta o getulismo, fenômeno eminentemente

componentes que caracterizam o tipo bonapartista de Estado: 1) o elevado grau de autonomia do aparato estatal ante as classes sociais; 2) o autoritarismo popular; 3) a centralização do poder; 4) o apoio na burocracia e nas Forças Armadas; 5) a presença do Chefe político todo-poderoso com traços carismáticos; 6) a demagogia com relação às classes baixas, às quais pretende representar ou defender; 7) a inexistência de partido político e de uma ideologia mais elaborada; 8) o relacionamento direto e pessoal, altamente emotivo, entre o Chefe e o "baixo povo", que atua como *massa* e não como *classe.*

As conjunturas que favorecem a emergência do Estado bonapartista caracterizam-se por crises, mudanças rápidas na sociedade, exacerbação dos conflitos sociais e políticos entre as diferentes classes sociais e dentro delas. "A ou as classes e frações tradicionalmente dominantes, debilitadas ou em declínio, não podem continuar impondo sua hegemonia indiscutível ou ilimitadamente. As classes novas ou ascendentes podem estar passando da passividade e submissão à atividade e rebeldia, desafiando a dominação tradicional, mas incapazes de substituí-la pela sua. Assim, uma classe teria perdido e outra não teria ganho a capacidade efetiva de dirigir a nação."[40] Trata-se de uma situação em que coexistem diferentes tipos de crises; especialmente uma crise de *participação,* criada pela pressão dos novos grupos e classes sociais emergentes; e uma crise de *legitimidade* do sistema de poder.

É esta situação de crise geral que amplia a autonomia das elites políticas que obtêm o controle do Estado, num momento em que a "sociedade civil", quer dizer, as classes sociais, estão desorganizadas e desarticuladas internamente. A aparência de "pairar sobre as classes" do Estado bonapartista decorre especialmente do tipo de vinculação que se estabelece entre o Chefe do Estado e as classes populares. Sem ameaçar os fundamentos da "propriedade burguesa", sem afetar em nada a grande propriedade agrícola, especialmente o padrão de relações de trabalho aí vigorante, Vargas aumentou os canais de comunicação dos trabalhadores urbanos com o sistema de poder e restringiu a autonomia de atuação da camada patronal em face dos empregados, subordinando, empregados e empregadores, à autoridade suprema da burocracia estatal, que ampliou e fortaleceu.

---

urbano, do caso clássico celebrizado por Marx. Mas é interessante observar que foi entre os trabalhadores de origem rural, o camponês, na cidade que o getulismo teve forte penetração.

[40] Cf. Marcos T. Kaplan, *Formação do Estado Nacional na América Latina,* Rio de Janeiro, Ed. Eldorado, 1974, p. 30.

2. O PERÍODO DE 1945-1964: O INTERREGNO POPULISTA

Do ponto de vista da análise do movimento sindical, a situação criada após a derrubada do Estado Novo apresenta um aspecto muito peculiar: a coexistência da estrutura sindical corporativista com a democracia representativa. Em outras palavras: no plano político se restabelecem a autonomia e o plurarismo partidário, enquanto, no plano das relações profissionais, persistem a unicidade sindical e a subordinação dos sindicatos ao poder do Estado. Assim, o direito de greve foi assegurado pela Constituição de 1946, mas o Decreto nº 9.070 impôs numerosas restrições para sua ocorrência, limitando as condições em que a paralisação do trabalho poderia ocorrer legalmente.[41] O Decreto nº 9.070, que vigorou até julho de 1964, é de 15 de março de 1946, assinado pelo Presidente Dutra antes que a nova Constituição entrasse em vigor, em novembro do mesmo ano.

A crescente importância dos sindicatos – A estrutura sindical criada durante o Estado Novo permaneceu a mesma durante todo o período que estamos examinando. Assim, a ingerência governamental nos assuntos internos dos sindicatos continuou sempre possível, e, a bem dizer, flutuou ao sabor da conjuntura política geral, da orientação dos grupos que controlaram o Governo federal e da relação de forças. O imposto sindical, um dos principais fatores de manutenção de toda a estrutura, persistiu sem que tivesse havido nenhum esforço sério no sentido de sua abolição. Além disso, tampouco se observou durante todos esses anos um movimento de maior amplitude por parte dos dirigentes sindicais, de diferentes tendências ideológicas, no sentido do rompimento dos laços orgânicos que subordinam os sindicatos ao Estado.

Entretanto, apesar disso, o período foi marcado por uma crescente influência dos sindicatos na vida política nacional e, de modo geral, pelo fortalecimento do sindicalismo enquanto instituição. Esta afirmação deve

[41] Este decreto impunha como condição para a "paralisação do trabalho" que o dissídio coletivo fosse submetido à "conciliação prévia ou à decisão da Justiça do Trabalho". Nas atividades consideradas fundamentais (nos serviços, na lavoura e na pecuária, hospitais e indústrias básicas ou essenciais para a defesa nacional) a greve continuava proibida. Além disso, o Ministério do Trabalho, por portaria, poderia incluir outras atividades entre as consideradas "essenciais". Nas atividades acessórias, em não havendo conciliação entre empregados e empregadores, a "paralisação coletiva do trabalho" poderia ser feita dentro da lei até decisão do Tribunal do Trabalho. Porém, após pronunciamento da Justiça do Trabalho, a greve passava a ser considerada ilegal.

ser entendida em termos de comparação com a situação passada, em termos da própria evolução interna do sindicalismo brasileiro.

É certo que, comparando com outras forças políticas nacionais, os sindicatos brasileiros permaneceram em nítida desvantagem. Porém, mesmo assim, levando-se em conta a situação passada, os anos que vão de 1946 a 1964 mostram, no conjunto, a crescente importância do sindicalismo. Certamente, esta influência foi muito desigual considerando os diferentes setores econômicos e as diferentes regiões do Brasil. De modo geral, pode-se dizer que o aumento da influência dos sindicatos foi maior ao nível da política nacional do que ao nível do sistema econômico. Especialmente no interior da indústria privada, a influência do movimento sindical esteve longe de corresponder ao crescimento de sua participação na vida governamental e política. Na verdade, considerando-se todo o período, observa-se que o aumento da influência sindical esteve vinculado ao processo mais amplo de crescente participação popular na política nacional, no quadro geral de emergência de outras tendências nacionalistas. O sindicalismo fortaleceu-se, assim, em correspondência com a participação das massas urbanas no sistema político, inserido no interior de um movimento nacional-populista que atingiu seu apogeu no Governo Goulart, do qual sindicatos tentaram constituir-se como um dos pilares de sustentação.

A influência do movimento sindical

A influência de um movimento sindical pode ser medida pela sua capacidade de afetar o sistema de decisão, especialmente naquelas esferas que mais diretamente interessam à classe trabalhadora. Em termos organizatórios, a expansão do sindicalismo pode ser medida pelo aumento do número de sindicatos, pelo aumento do número de aderentes e, principalmente, pela proporção de trabalhadores sindicalizados no conjunto da força de trabalho.

Até 1952, em comparação com 1946, o crescimento do sindicato enquanto organização foi muito pequeno. A grande expansão deu-se após 1952 e atingiu seu ponto mais elevado em 1961-1963. De 1947 a 1952, a porcentagem de sindicatos de primeiro grau aumentou apenas 17% enquanto o número de federações passou de 32 em 1947 para 54 em 1952. Também do ponto de vista do número de associados, a evolução nesse período foi pequena. Em 1947, o número de assalariados filiados a sindicatos era de 797.691. Em 1952, havia baixado para 747.309. Cerca de 40% desses sindicatos estavam concentrados no Rio de Janeiro e São Paulo (42% da massa de sindicalizados). A partir de 1952 há um novo impulso, com a formação de sindicatos fora do eixo Rio-São Paulo, principalmente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.

Com isso, a proporção de sindicatos paulistas e cariocas no conjunto de sindicatos brasileiros baixou para cerca de um quarto. Neste ano, o total de sindicalizados atingiu aproximadamente 1.200.000 trabalhadores. Porém, deve-se notar que muitos dos sindicatos congregam um pequeno número de trabalhadores, sendo que 79% deles têm menos de mil associados. Em 1952, o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e dos comerciários da Guanabara, com 71 mil e 53 mil, respectivamente, constituíam os maiores sindicatos do país.[42]

No conjunto, José Albertino Rodrigues estima que cerca de 40% dos trabalhadores estavam sindicalizados na Região Sudeste e aproximadamente um terço em todo o Brasil. Por outro lado, Ophélia Rabello, baseando-se em informações prestadas pelos próprios sindicatos, calcula que a proporção de sindicalizados estaria entre 35% e 40% dos assalariados de São Paulo.[43] Para Miglioli, 47% dos empregados na indústria, em 1957, estariam sindicalizados.[44] P. Schmitter estima que 16,4% dos empregados urbanos estariam, em 1940, formalmente inscritos em sindicatos; em 1950, 17,9% e em 1960, 25,4%.[45] Utilizando outro procedimento (número de trabalhadores que votaram nas eleições sindicais), encontramos 10% dos votantes entre os metalúrgicos e 10% entre os têxteis, em 1961; 21% entre os gráficos e 7% entre os trabalhadores da indústria química e farmacêutica, em 1962.[46]

Todos os dados indicam o constante aumento do número de trabalhadores sindicalizados, além da formação de novos sindicatos[47]. Consi-

[42] Todas essas informações relativas ao número de sindicatos e de sindicalizados foram extraídas do livro de José Albertino Rodrigues, que apresenta uma das melhores análises da estrutura sindical brasileira. Como adverte o próprio autor, as cifras devem ser aceitas com reservas, dada a precariedade das estatísticas que se baseiam em informações prestadas pelos próprios sindicatos e que, no total, deixam muito a desejar.

[43] Ophélia Rabello, *A Rede Sindical Paulista*, São Paulo, Instituto Cultural do Trabalho, 1965.

[44] Jorge Miglioli, *Como São Feitas as Greves no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

[45] P. Schmitter, *Interest, Conflict and Political Change in Brazil*, Stanford, Stanford University Press, 1971, p. 159.

[46] Leôncio Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966.

[47] As cifras relativas à proporção total da mão-de-obra assalariada calculadas em torno dos 30% parecem excessivas. Se assim fosse, o peso da organização sindical na vida nacional deveria ser notavelmente maior. J. A. Rodrigues assinala que as estatísticas relativas à proporção de trabalhadores sindicalizados tomam como base o número de inscritos que, a rigor, apenas formalmente poderiam ser considerados sócios do sindicato. A maior parte dos trabalhadores se inscreve no sindicato quando tem um problema grave para resolver

derando a situação passada, pode-se falar no aumento da importância do sindicato na sociedade brasileira. Porém, em comparação com outros países, de nível de desenvolvimento econômico equivalente ou inferior ao do Brasil, a influência política e social do sindicalismo brasileiro continuou reduzida.[48] Os sindicatos não conseguiram agrupar uma parte considerável dos trabalhadores e, principalmente, não conseguiram reduzir a dependência em face do Estado. Nessas condições, o avanço da industrialização e da urbanização e o declínio das classes agrárias, embora acrescessem a importância dos sindicatos e da classe operária como força política, fortaleceu mais outros grupos e camadas sociais, tais como os empresários industriais, a alta burocracia estatal, os militares e os diferentes segmentos da *intelligentsia* brasileira (intelectuais, estudantes, profissionais liberais etc.).

2.1. *A CLASSE OPERÁRIA E OS SINDICATOS*

A maior importância que os sindicatos obtiveram na política nacional esteve, em parte, relacionada à ampliação do número de trabalhadores assalariados, especialmente dos Operários das grandes empresas dos novos ramos industriais.

Assim, por exemplo, as fábricas com mais de mil empregados que, em 1950, agrupavam aproximadamente 18% da mão-de-obra industrial passaram a empregar 25% em 1960.[49] Este crescimento esteve amplamente localizado em São Paulo. Em 1939, este Estado produziu 40% do valor da transformação industrial do Brasil; em 1965, chegou a 60% do total nacional.[50]

Ao lado dessas transformações na composição profissional da classe operária, que favoreceram os trabalhadores industriais das grandes e modernas empresas, prosseguiu outra mudança importante para a análise das orientações da classe operária no Brasil. Durante todo o período que estamos analisando, não só declinou a proporção dos grupos de trabalha-

(de natureza jurídica ou médica), deixando de cotizá-lo e freqüentá-lo posteriormente. Porém, nominalmente, continua como sócio do sindicato, o qual raramente atualiza o seu cadastro de associados.

[48] P. Schmitter considera que, tomando-se como critério de cálculo o total da população, a taxa de sindicalização no Brasil é inferior à de Cuba, Venezuela, Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai, México, Peru, Bolívia e Paraguai. P. Schmitter, *op. cit.*, p. 159.

[49] Ver H. Rattner, *Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo*, São Paulo, FGV, 1972.

dores de formação artesanal como baixou fortemente a proporção de trabalhadores estrangeiros no interior da classe operária.[51] Em compensação, continuou o afluxo de trabalhadores originários da agricultura ou filhos de pais lavradores.[52]

Acompanhando tais transformações, a partir de 1946, os antigos grupos de Operários qualificados (Gráficos, Pedreiros, Ferroviários etc.) que estiveram na liderança do movimento sindical anterior a 1930 cederam seu lugar aos trabalhadores das fábricas têxteis e, crescentemente, aos Metalúrgicos que, ao lado dos doqueiros e de outros trabalhadores do setor de transporte, passariam a constituir os setores mais ativos e reivindicativos da classe operária brasileira.

2.2. *O MOVIMENTO SINDICAL NO PERÍODO POPULISTA*

Os meses que se seguiram ao fim do Estado Novo assistem ao reaparecimento de uma atividade reivindicativa por parte dos trabalhadores e

[51] A indústria da construção civil ilustra bem a substituição do trabalhador estrangeiro pelo trabalhador nacional. A participação dos estrangeiros sindicalizados baixou de 45% para 8% no período que vai de 1936/40 a 1956/60. Cf. J. A. Rodrigues, *op. cit.*, p. 143.

[52] Em 1963, na pesquisa que realizamos numa indústria automobilística de São Paulo, encontramos 53% de trabalhadores semiqualificados que tinham trabalhado anteriormente na agricultura. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e Atitudes Operárias*, São Paulo, Brasiliense, 1970. A enorme proporção de Operários de origem rural na indústria nacional já havia sido observada por Juarez Brandão Lopes, *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. Embora falte um levantamento mais geral, abrangendo o conjunto da classe operária brasileira, todas as pesquisas parciais e monografias confirmam que parcela ponderável do proletariado industrial brasileiro passou a ser recrutada do meio rural. Esse processo continuou intenso mesmo depois de 1964, como sugerem os diferentes estudos. Assim, um minucioso e amplo *survey* da população de baixa renda de 10 cidades do Rio Grande do Sul revelou que 46% dos entrevistados tinham trabalhado na agricultura. Cf. Francisco Ferraz, Helgio Trindade, Judson de Cew e Eduardo Aydos, *Perfil socioeconômico das populações urbanas de baixas rendas no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, UFRGS-PUC, 1975. Em pesquisa com trabalhadores têxteis de Juiz de Fora (MG), Maria A. Loyola observou que 41% dos Operários vinham do meio rural. Cf. Maria Andréia Loyola, *Os Sindicatos e o PTB*, Rio de Janeiro, Vozes, 1980 (dados colhidos entre 1965 e 1968). Mais tarde, Carmen Cinira Macedo, em monografia sobre famílias de trabalhadores paulistas de uma fábrica de cerâmica, encontrou 40% de Operários cujo último emprego tinha sido na agricultura. Cf. Carmen Cinira Macedo, *A Reprodução da Desigualdade*, São Paulo, Hucitec, 1979. Outra monografia, desta feita com operárias têxteis de São José dos Campos (SP), revelou que 44% do total dos trabalhadores tinham nascido em área rural. Cf. Jessita Martins Rodrigues, *A Mulher Operária – Um Estudo sobre Tecelãs*, São Paulo, Hucitec, 1979.

dos sindicatos que prosseguiu ascendente até meados de 1947, beneficiada pelo clima político que se seguiu ao fim da ditadura Vargas, o restabelecimento das garantias democráticas e o ascenso da Esquerda em todo o mundo. Os comunistas, que haviam obtido o controle de alguns sindicatos oficiais, tentam impulsionar um movimento sindical fora do controle do Ministério do Trabalho. Assim, em 1945, criaram o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT).

Organismo de cúpula, destinado a coordenar a atuação de diferentes sindicatos oficiais, o MUT reivindicou a reforma de alguns aspectos da estrutura sindical oficial. Tratava-se, especialmente, de eliminar alguns dispositivos legais que aumentavam a dependência dos sindicatos ante o Governo. Porém, o MUT não se orientou no sentido de tentar cortar os vínculos de subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, em parte para não romper com Getúlio Vargas (no momento aliado ao PCB), em parte porque efetivamente não dispunha de força para tentar pôr em prática uma política voltada para a autonomia sindical.[53]

Durante o ano de 1946, aumentou o número de greves e ocorreu uma maior mobilização de parte dos próprios trabalhadores.[54] Porém, esta ampliação da movimentação operária, caracterizada pela ocorrência de greves espontâneas por melhorias salariais não chegou a abalar a estrutura sindical consolidada durante o Estado Novo. De um lado, a burocracia sindical getulista mantinha as principais posições na estrutura sindical brasileira; de outro lado, até o início da "guerra fria", em 1948, os comunistas, que constituíam a única oposição ponderável ao getulismo no meio operário, procuraram evitar uma eventual radicalização das reivindicações e do comportamento operário que pudesse pôr em risco a formação de uma "frente democrática antifascista".

Em setembro de 1946, teve início o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil (CTB) que, oficialmente, registrou a presença de

[53] F. Weffort considera que "os objetivos centrais do MUT em 1945 eram, em realidade, menos de caráter sindical do que de caráter político". Francisco Weffort, "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A Conjuntura do Após-Guerra)", *Estudos Cebrap 4*, São Paulo, abril-maio-junho de 1973, p. 83. Uma avaliação alternativa da política do PCB no período encontra-se em Carlos Estevan Martins e Maria Hermínia T. de Almeida: *Modus in Rebus, Partidos e Classes na Queda do Estado Novo*, São Paulo, s./d., mimeo. Cf. também do autor, *Sindicato e Democratização*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

[54] Ricardo Maranhão, fazendo um levantamento do número de greves no período, registrou mais de 120 greves ocorridas em 1946; somente em São Paulo, nos dois primeiros meses desse ano, houve mais de 60 greves; em contraposição, em 1947, não teriam ocorrido mais de 17. Cf. Ricardo Maranhão, *Sindicatos, Política e Organização de Base: Brasil, 1945-1950*, São Paulo, s.d. (mimeo).

aproximadamente 2.400 delegados sindicais. Sob a liderança do então Deputado comunista João Amazonas, uma corrente influenciada pelo PCB defendia a formação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros,[55] que há algum tempo constituía um dos pontos centrais da atividade do MUT. A ala ligada ao Ministério do Trabalho opunha-se à criação da CGT brasileira, propondo, em troca, a formação de federações regionais ou estaduais mais limitadas. Em minoria, a tendência "ministerialista" abandonou o Congresso e dirigiu-se ao Ministério do Trabalho, solicitando e obtendo o encerramento da reunião. A outra corrente optou por prosseguir o Congresso na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, onde decidiu a criação de um organismo de cúpula que deveria congregar os diferentes sindicatos. Em lugar de CGTB optaram pelo nome CTB: Confederação dos Trabalhadores Brasileiros. O grupo ministerialista, por sua vez, obteve do Ministério do Trabalho autorização para a criação de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores. Embora a CTB se mostrasse bastante mais ativa, ambas as entidades não chegaram efetivamente a congregar e orientar a massa de sindicatos e de Operários. Ambas tiveram vida curta. Em 1947 o PCB foi declarado ilegal; a CTB e as entidades sindicais ligadas a ela foram fechadas. No mesmo período, o Governo interveio em 143 sindicatos (num total de 944).[56] Seguiu-se um período de declínio da atividade sindical, que se prolongaria até o começo do Governo Vargas, em 1951.

2.3. *O POPULISMO E A RETOMADA DA ATIVIDADE SINDICAL*

A partir do início do Governo Vargas (1951), é possível observar o aumento da atividade sindical, revelada não apenas no aumento do número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados, a que já fizemos menção, como também no aumento do número de greves de maior amplitude, de maior duração e envolvendo maior número de trabalhadores de empresas importantes. Três dessas greves, ocorridas em São Paulo, merecem destaque: a greve de 1953, a de 1957 e a de 1963. O primeiro desses movimentos iniciou-se em fins de março, abrangendo inicialmente Têxteis

---

[55] Provavelmente o exemplo da França, onde os comunistas passaram a ter o controle da CGT após a Libertação, influenciou na escolha do nome.

[56] Cf. Thomas E. Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-45*, Oxford University Press, 1967, p. 67.

e Metalúrgicos e obtendo, em seguida, a adesão dos Marceneiros, Vidreiros e Gráficos. Além da capital, o movimento estendeu-se também a outras cidades do interior e da Grande São Paulo, como Santos e Sorocaba, especialmente. No auge do movimento estima-se que cerca de 300 mil trabalhadores estiveram envolvidos. O objetivo da greve era a obtenção de um reajustamento salarial. Inicialmente, os sindicatos solicitaram um aumento nominal de 60%, enquanto as empresas oferecem 20%. Finalmente, depois de tentativas de conciliação por parte de diferentes entidades, os grevistas concordaram com a proposta da Justiça do Trabalho de um reajustamento de 32%. Além do grande número de grevistas envolvidos, outro aspecto a salientar nesta greve é a formação da Comissão Intersindical de Greve, que procurou coordenar as comissões de greves das diferentes categorias de trabalhadores. Destinadas inicialmente a servir de coordenação do movimento, portanto de caráter transitório, a Comissão Intersindical de Greve seria o embrião de um organismo mais duradouro, o Pacto de Unidade Intersindical, organismo de cúpula, integrando cerca de 40 sindicatos paulistas.[57]

O segundo movimento grevista de importância envolveu as mesmas categorias da greve de 1953: Metalúrgicos, Têxteis, Vidreiros, Gráficos e trabalhadores da indústria do papel e papelão. No auge do movimento, iniciado em outubro, calcula-se que o número de grevistas chegou a 400 mil. Ao todo, a greve durou aproximadamente 10 dias, tendo os sindicatos obtido uma majoração salarial de 25% determinada pelo Tribunal Regional do Trabalho.[58] Tal como acontecera com o movimento de 1953, os sindicatos participantes procuraram estabelecer um órgão de cúpula coordenador do movimento. Assim, foi criado o Comitê Intersindical de Greve (CIG), abrangendo as categorias operárias participantes do movimento. Embora o CIG não tivesse existência na estrutura do sindicalismo oficial, as autoridades toleraram seu funcionamento, tendo alguns de seus integrantes sido recebidos por delegados do DOPS.[59]

A análise de ambos os movimentos, dos mais importantes na história do sindicalismo brasileiro pelo número de trabalhadores envolvidos e pelo

[57] Uma análise da greve de 1953 encontra-se em José Álvaro Moysés, "1953, a Greve dos 300 mil em São Paulo", *Contraponto*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, novembro de 1976, e *Greve de Massa e Crise Política*, São Paulo, Livraria Editora Polis, 1978.

[58] Posteriormente, e depois que os trabalhadores haviam retornado ao trabalho, o Supremo Tribunal do Trabalho reduziu o aumento para 18%. Cf. Fábio Munhoz, *Sindicalismo e Democracia Populista: a Greve de 1957*, São Paulo, s. d., (mimeo).

[59] Fábio Munhoz, *op. cit.*

tempo de duração, indica o reforçamento do ativismo sindical e da coesão dos trabalhadores, como se nota no grande número de operários que participaram da greve e na formação de comissões de greve que algumas vezes escapavam ao controle do sindicato. Porém, deve-se observar também que lideranças sindicais não conseguiram manter a continuidade do movimento depois do pronunciamento da Justiça do Trabalho. Outro aspecto importante foi o apoio relativo que os grevistas receberam de parte de um setor da "classe política", ou, mais especificamente, de Jânio Quadros, Prefeito de São Paulo em 1953, e de Porfírio da Paz, Vice-Governador que, em 1957, chegou a participar de piquetes de greve ao lado dos trabalhadores.[60]

A chamada "greve dos 700 mil", de outubro de 1963, tinha como objetivo principal a obtenção de um reajustamento salarial. As categorias envolvidas foram as mesmas das greves anteriores: Têxteis, Metalúrgicos, Gráficos, trabalhadores do setor químico, das indústrias de papel e papelão e sapateiros. Além de um aumento de 100% para todas as categorias, os trabalhadores pretendiam o pagamento em dobro dos dias de férias, um adicional de 5% para cada cinco anos de serviço num mesmo estabelecimento, o reconhecimento do Delegado Sindical de empresa e a revisão salarial em cada quatro meses. Entretanto, a reivindicação nova, que interessava especialmente às lideranças sindicais agrupadas no Pacto de Ação Conjunta (PAC), era de negociação de todas as categorias operárias com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo como representante geral dos empregadores. Ademais, o PAC reclamava a fixação de uma data única para as negociações salariais das diferentes categorias profissionais. Em termos da legislação vigente, a proposta de negociação conjunta dos sindicatos representados pelo PAC, com a FIESP, em nome dos empregadores, não tinha base legal, pois a CLT estipulava que os acordos salariais deveriam ser realizados individualmente por cada sindicato de empregados com o respectivo sindicato patronal. As lideranças operárias estavam ansiosas por conseguir uma fórmula que propiciasse a unificação das reivindicações dos trabalhadores de sindicatos diferentes no interior de uma mesma entidade. O patronato percebia os riscos implícitos na idéia de negociação conjunta: a afirmação da FIESP como o órgão repre-

---

[60] Os piquetes constituíam então o elemento decisivo para efetivar a ordem de paralisação do trabalho emanada do sindicato. Sobre o papel do piquete, ver Leônico Martins Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, cap. "Greves Operárias em São Paulo".

sentativo do patronato implicava fortalecer o CNTI e o PAC como representantes dos principais setores do proletariado paulista. As portas estariam abertas para a legitimação de uma futura central sindical, já prenunciada no Comando Geral dos Trabalhadores e no PAC. Nestas condições, a FIESP fechou questão na rejeição da proposta de negociação conjunta.

Diante da posição assumida pelas empresas, os trabalhadores de várias categorias, reunidos em 27 de outubro de 1963 num cinema da capital, resolveram decretar greve por tempo indeterminado, a começar da meia-noite do dia 29. É difícil estimar a magnitude da greve. De acordo com a liderança operária, os setores metalúrgico, químico, de papel e papelão foram os mais afetados pelo movimento, com cerca de 90% dos trabalhadores paralisados, enquanto entre os Têxteis a proporção de grevistas seria menor, em torno da metade dos empregados. Porém, já na noite de 1º de novembro, a liderança sindical chegava a um acordo com o patronato, na base de 80% de aumento e 25% de antecipação a serem pagos depois do sétimo mês. Os sindicatos insistiram também na libertação dos grevistas presos pela Polícia, o que foi conseguido. No dia 3, em assembléias das categorias, os trabalhadores ratificavam o acordo e a greve terminava.

Em termos exclusivamente salariais, o resultado pode ser considerado uma vitória parcial para os trabalhadores, pois os 100% inicialmente solicitados devem ser considerados mais como uma base para negociações. É possível que, para a concessão dos 80%, o patronato considerasse não somente os aspectos trabalhistas da greve, mas também o clima político, de tensão e instabilidade que marcou os últimos meses do Governo de Goulart. Em termos de uma política sindical mais a longo alcance, visando ao fortalecimento das organizações centrais, os sindicatos não obtiveram a reivindicação principal, que era a de negociações gerais entre a FIESP, de um lado, e a CNTI, de outro.[61]

---

[61] Uma análise mais detalhada da greve de 1963 encontra-se em Márcia de Paula Leite e Sydney Sérgio F. Solis, "O Último Vendaval: a Greve dos 700.000", *Cara a Cara*, ano I, nº 2, julho a dezembro de 1978. Ver também José Amauri Ferraz, *Conflito Industrial e Estado: A "Greve da CNTI"*, São Paulo, 1980 (mimeo).

2.4. *O GOVERNO GOULART E A RADICALIZAÇÃO DO POPULISMO*

A década dos anos 60 tem início em meio a um crescente aguçamento dos conflitos políticos e de desequilíbrio no sistema de poder. A bem dizer, não se trata de um processo novo na história política brasileira, pontilhada de crises, golpes e levantes militares. Deste ponto de vista, o acirramento dos conflitos e a radicalização que se observou especialmente a partir da ascensão de Goulart à Presidência da República nada mais fizeram do que continuar um processo desencadeado com o suicídio de Vargas, em 1954, ou talvez antes. Os sindicatos não foram o ator principal neste processo e os conflitos mais importantes não foram aqueles resultantes da luta entre o Capital e o Trabalho. Apesar disso, os sindicatos (e, em certa medida, a massa de trabalhadores) foram elementos importantes da luta pelo poder que envolveu a opção por *diferentes modelos de desenvolvimento econômico*. Deste ponto de vista, os sindicatos (especialmente aqueles cuja Direção foi influenciada ou controlada pelo PCB) estiveram no centro da luta política, como participantes da ampla e difusa frente nacional-populista. A evolução do movimento sindical, neste período, esteve relacionada ao seu envolvimento nas lutas partidárias. Este envolvimento dará à ação sindical um caráter mais *político* do que propriamente sindical. Esse aspecto aparece na participação dos principais sindicatos na luta em prol das chamadas "reformas de base" e na aliança com as outras facções partidárias. Esta orientação não pressupõe, necessariamente, o abandono de reivindicações de cunho profissional, especificamente relacionadas com a situação de trabalho. Porém, os sindicatos em vez de dirigirem suas reivindicações ao patronato, apoiados na própria capacidade de organização dos trabalhadores, orientaram-se principalmente para o Estado, buscando tirar proveito do apoio que prestaram ao Governo. Dentro deste esquema de concessões recíprocas, os sindicatos, influenciados pelos comunistas ou pelas lideranças nacionalistas, procuraram explorar as facilidades de movimentação e organização que a aproximação com o Governo Goulart lhes oferecia para a mobilização e politização dos trabalhadores.

Assim sendo, o eixo do movimento grevista que, na década anterior, estivera localizado em São Paulo, deslocou-se para outras regiões. Esta tendência pode ser observada no aumento do número de greves nas empresas estatais, especialmente no setor de transporte e nas docas.

FREQÜÊNCIA REGIONAL DE GREVES[62]
(1958-1963)

Anos	São Paulo	%	Guanabara	%	Outras regiões	%	Nacionais	%	Total
1958	14	45,2	3	9,7	12	38,7	2	6,5	31
1959	24	32,9	15	20,5	31	42,5	3	4,1	73
1960	24	32,9	8	11,0	38	52,1	3	4,1	73
1961	44	38,3	11	9,6	58	50,4	2	1,2	115
1962	26	17,6	9	6,1	108	73,0	5	3,4	148
1963	24	14,0	34	19,8	111	64,5	3	1,7	172

O quadro acima indica três tendências definidas. Em primeiro lugar, o aumento do número de greves, que passa de 31 em 1958 para 172 em 1963; em segundo lugar, observe-se que, em 1958, mais da metade das greves ocorreu em São Paulo; porém, em 1963, do total de 172 greves, apenas 14% foram deflagradas no Estado de São Paulo; em terceiro lugar, nota-se a ampliação do movimento sindical para fora do eixo São Paulo-Rio.

Ao mesmo tempo em que diminui a participação de São Paulo ocorre um substancial aumento das greves nos setores públicos, ou seja, em órgãos do Governo, autarquias, empresas públicas ou de preços administrados. Na realidade, o aumento do número de greves ocorre também no setor privado, mas em ritmo inferior ao aumento verificado no setor público. Assim, das 31 greves registradas em 1958, 80% o foram no setor privado. Porém, em 1963, a proporção de greves neste setor baixava para 42%.[63] As referidas pesquisas mostram claramente que a *súbita concen-*

[62] Levantamento realizado por Regis de Castro Andrade, *Alguns Resultados da Análise das Características Gerais do Movimento Trabalhista no Triênio 1961-1963.* São Paulo (mimeo). Os dados brutos foram extraídos da leitura do jornal *Folha de S. Paulo.* O critério adotado para registro da greve é de *unidade de comando* e não de empresas, setores ou regiões atingidas. Como esclarece o autor, "a evolução do número de paralisações assim definido expressa a freqüência de decisões de greves levadas a efeito, ou ainda a freqüência das situações de conflitos abertos" (p. 1). O presente estudo, em nossa opinião, constitui uma das mais bem fundamentadas análises do movimento sindical durante o período Goulart. Grande parte de nossas observações sobre o movimento grevista neste período está baseada na pesquisa do autor.

[63] A incidência de greves no setor público continuou superando o setor privado durante todo o período do Governo Goulart. Em 1961, 58% das greves declaradas o foram em empresas públicas. Cf. Regis de Castro Andrade, *op. cit.*, e Cassiano Marcondes Rangel Filho e Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Nacionalismo e Greve*, São Paulo, s.d. (dat.).

tração (e não a simples ocorrência) de greves no setor estatal esteve relacionada principalmente ao ascenso das forças nacionalistas ao Governo.

Com efeito, progressivamente os principais sindicatos passaram a se integrar cada vez mais no movimento nacionalista e reformista e a estreitar suas relações com o Governo Goulart, do qual passam a constituir um dos pilares de sustentação. Neste período, o movimento sindical aumentou sua influência na política nacional e nas decisões governamentais. Pela primeira vez, as lideranças sindicais chegam a tentar a deflagração de greves de caráter político de âmbito nacional. Duas delas foram especialmente importantes: a greve nacional do "Gabinete nacionalista", de 5 de julho de 1962, e a "greve do plebiscito", de 15 de setembro do mesmo ano.

A avaliação desses movimentos permite aquilatar melhor o papel dos sindicatos na coligação nacionalista e sua força de pressão. A "greve do Gabinete nacionalista" oficialmente teve como objetivo obter um Gabinete e um Primeiro-Ministro favoráveis ao programa de reformas propostas pelo Presidente Goulart: as lideranças sindicais pretendiam pressionar os setores do Congresso Nacional que se opunham ao Presidente.[64]

A greve de 5 de julho foi o primeiro movimento de grande envergadura tentado pelos sindicatos que apoiavam Goulart. Em comparação com a situação anterior, o movimento representou um significativo avanço de parte do sindicalismo. Porém, apesar disso, uma investigação mais detalhada dos setores econômicos atingidos e dos objetivos do movimento revela a fraqueza do sindicalismo brasileiro e sua dependência dos poderes públicos. Decretada a paralisação do trabalho por um período de 24 horas, os sindicatos só conseguiram afetar os setores de transportes, docas, ferrovias e refinarias da Petrobras, ou seja, fundamentalmente as empresas estatais ou controladas pelo Governo. Em São Paulo, as grandes empresas da indústria de transformação, especialmente as indústrias estrangeiras, não foram atingidas pelo movimento, que se restringiu aos ferroviários e ao porto de Santos. No Rio, foram paralisadas a Central do Brasil e a Leopoldina, além das refinarias de Manguinhos e de Duque de Caxias. O setor em que a ordem de greve encontrou maior receptividade foi o dos portuários, onde praticamente todos os portos brasileiros foram afetados. Cumpre notar, entretanto, que em muitos lugares os grevistas tiveram a cobertura das Forças Armadas, especialmente no Rio de Janeiro, onde o I Exército se pôs ao lado dos trabalhadores contra a Polícia

---

[64] O Congresso havia rejeitado a indicação de San Tiago Dantas como Primeiro-Ministro e indicado o Senador Auro de Moura Andrade, contrário a Goulart.

estadual controlada pelo Governador Lacerda. Apoiando a reivindicação de um Gabinete pró-Goulart, as lideranças sindicais aproveitaram para incluir um conjunto de reivindicações mais gerais, tais como um Governo nacionalista e democrático e reformas de base. Observa-se que os sindicatos atuavam no sentido dos objetivos imediatos da Presidência da República enquanto procuravam forçar o Governo a "ir mais longe" no projeto reformista. É significativo que logo em seguida à realização da greve, Goulart assinasse, na presença da liderança sindical, a Lei do 13º salário.

Por sua vez, a greve de 14 de setembro teve como objetivo imediato obter a realização de um plebiscito nacional, a fim de decidir sobre a continuidade ou rejeição do Parlamentarismo. Desencadeada numa sexta-feira à noite, foi suspensa no domingo. Novamente, os setores econômicos atingidos foram aproximadamente os mesmos da greve anterior, embora desta feita algumas fábricas estrangeiras do ABC tenham sido afetadas. Novamente, os grevistas contaram com o apoio do Exército.[65] Tal como acontecera na greve do Gabinete nacionalista, o proletariado das grandes empresas privadas, especialmente de São Paulo, esteve praticamente alheio ao movimento desencadeado pelo Comando Geral dos Trabalhadores, que agrupava os sindicatos aliados ao Governo federal.

A pequena participação de São Paulo

Do ponto de vista do movimento nacional-popular e particularmente dos sindicatos, a ausência dos trabalhadores das grandes indústrias de São Paulo diminuía a força de barganha das lideranças sindicais e constituía um dos pontos mais fracos do sindicalismo populista. É difícil avaliar mais rigorosamente as razões da fraca adesão do proletariado industrial paulista ao movimento nacionalista radical. É possível que as motivações de participação em greves e movimentos de cunho nitidamente político não fossem suficientemente fortes para levar os trabalhadores a enfrentarem as represálias das empresas privadas, hostis ao Governo Goulart. Cumpre ver que numa economia como a brasileira, caracterizada pelos baixos salários dos trabalhadores manuais, e numa conjuntura de inflação acelerada, a luta pelo reajustamento dos salários constituía a principal motivação para a adesão dos trabalhadores a movimentos grevistas. É possível, igualmente, que o projeto nacionalista-reformista não chegasse a sensibilizar mais fortemente os trabalhadores do setor moderno e dinâmico da economia e que estes se

[65] No Rio de Janeiro, tropas do Exército chegaram a deter dois agentes da Polícia estadual e libertar operários presos.

preocupassem mais com as questões diretamente ligadas à condição de assalariado do que com os temas gerais de desenvolvimento econômico que motivavam as lideranças nacionalistas e reformistas.

Assim, a limitada participação dos trabalhadores paulistas das grandes empresas privadas (geralmente estrangeiras) na movimentação político-sindical dos anos de Goulart talvez possa ser entendida do ângulo das relações entre as motivações dos trabalhadores e a intensidade da repressão. Observe-se que, tanto ao nível do sistema de autoridade da empresa, como ao nível do sistema político estadual, a organização e mobilização dos trabalhadores encontravam fortes obstáculos. Ao contrário do que acontecia nas empresas controladas pelo Governo, os operários do setor privado, especialmente das empresas multinacionais, não poderiam esperar nenhuma atitude complacente por parte do patronato; por outro lado, as lideranças sindicais não poderiam contar sequer com a neutralidade do Governo estadual chefiado por Ademar de Barros.[66] Finalmente, cumpre notar que, no caso das empresas estatais, o Governo poderia "recompensar" o apoio que recebia dos sindicatos. Os trabalhadores das empresas públicas federais que constituíram as categorias profissionais que mais firmemente apoiaram Goulart foram favorecidos por reajustamentos salariais e outras vantagens que ultrapassaram os obtidos pelos empregados do setor privado. Tal é particularmente o caso dos empregados da Petrobras, das docas, dos ferroviários, das companhias de navegação do Lloyd, da Costeira etc.[67]

Embora o Governo Goulart fosse capaz de adotar algumas medidas importantes capazes de favorecer o conjunto dos assalariados brasileiros (por exemplo, o 13º salário, a elevação dos salários mínimos e dos índices de reajustamento salarial etc.) o Poder Executivo federal não tinha as mesmas possibilidades de intervir no sistema de remuneração das empresas privadas, tal como acontecia no setor público.

Além disso, se as vantagens concedidas aos empregados dos estabelecimentos estatais não afetavam diretamente a classe empresarial privada,

---

[66] Esta situação (Governo federal *vs*. Governo estadual) se reproduziu também em outros Estados, como na Guanabara, onde Lacerda controlava o Governo local. Porém, neste Estado, como vimos, o Governo federal teve maiores possibilidades de contrabalançar a hostilidade das autoridades estaduais.

[67] Na verdade, essas categorias que constituíam uma espécie de "proletariado burocrático" ja gozavam de salários, *status* e condições de trabalho melhores do que os dos trabalhadores manuais das empresas privadas. Cf. a respeito o estudo de Régis de Castro Andrade, *Movimento Trabalhista e Sindicatos sob o Nacional Populismo no Brasil,* São Paulo, junho de 1974 (mimeo).

o mesmo não acontecia com outros benefícios outorgados pelo Governo ao conjunto dos empregados. Neste caso, não só as multinacionais como também as empresas nacionais deveriam arcar com o ônus da política trabalhista de Goulart. Portanto, ampliar a base de sustentação popular do Governo para a realização do projeto reformista significava não apenas ampliar a oposição das empresas estrangeiras como também aumentar os atritos com a classe empresarial nacional. À medida que aumentava a participação dos sindicatos no sistema decisório, a "frente ampla" popular-nacionalista se reduzia com a defecção dos empresários nacionais. Nessa marcha, as bases sociais e institucionais de apoio do Governo se restringiram aos sindicatos, a alguns setores das classes médias, especialmente os da *intelligentsia*, e a uma parcela cada vez mais minoritária das Força Armadas.

2.5. *OS ORGANISMOS DE CÚPULA*

O envolvimento dos sindicatos nas lutas políticas tornou mais urgente a necessidade de unificar a ação dos sindicatos cujas direções seguiam a mesma orientação política. Deste modo, na medida em que as disputas ideológicas envolviam o sindicalismo brasileiro, assistiu-se à formação de diferentes organizações de coordenação que agrupavam sindicatos de tendências diferentes. Lembremos que essas organizações – que tenderam a atuar como uma central sindical – não estavam previstas pela CLT, que permitia a união de sindicatos de categorias profissionais diferenciadas em confederações, ou seja, ao nível nacional, mas não ao nível municipal ou estadual. A união voluntária de sindicatos locais num mesmo organismo não poderia se efetuar segundo os critérios de enquadramento sindical estabelecidos na legislação. Deste modo, a rigor, de acordo com os critérios de enquadramento sindical da CLT, as uniões sindicais – que começaram a se formar na década de 1950 e que adquiriram grande importância durante o Governo Goulart – não tinham existência legal, embora progressivamente fossem reconhecidas *de facto* pelas autoridades governamentais.

Essas uniões sindicais não constituíam organizações paralelas às entidades oficiais nem tampouco buscavam substituí-las. Tratava-se de organizações de cúpula que agrupavam sindicatos e federação oficialmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.[68]

[68] Os principais órgãos de cúpula foram declarados ilegais depois de 1964.

Geralmente, a formação destas uniões sindicais decorrera da necessidade de integração de movimentos reivindicatórios mais amplos, geralmente quando da preparação de uma greve abrangendo várias categorias de trabalhadores. Após o término do movimento, as lideranças sindicais procuravam dar caráter permanente às comissões de coordenação da greve. Assim, na década de 50, um dos primeiros organismos de coordenação sindical foi o Pacto da Unidade Intersindical (PUI), formado em 1953 em São Paulo, quando da greve dos Metalúrgicos, Têxteis, Gráficos e outras categorias. Nessa ocasião, para a coordenação do movimento, fora criada uma Comissão Central de Greve, integrada por representantes dos sindicatos participantes. Posteriormente, após o fim do movimento, a Comissão Central de Greve se transformou no Pacto de Unidade Intersindical. O PUI coordenou até 1958 as principais reivindicações e movimentos trabalhistas de São Paulo. Em 1958, com o crescente esvaziamento do PUI, comunistas e getulistas estimularam a formação do Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, cuja Direção foi entregue aos Presidentes das principais federações de sindicatos. No Rio de Janeiro, em 1958, foi criada a Comissão Permanente de Organização Sindical.

A CPOS reuniu os sindicatos mais ativos, de tendência comunista ou trabalhista, do Rio de Janeiro. Herculano Correia dos Reis, do Sindicato dos Têxteis, foi um dos seus principais dirigentes. Logo depois, em novembro de 1960, foi formado o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que, embora reunindo apenas algumas categorias profissionais (Ferroviários, Marítimos e Portuários), foi uma das primeiras organizações a coordenar trabalhadores de vários Estados brasileiros, mesmo que sua base mais forte estivesse no Rio de Janeiro. Tal como em outros casos, o PUA surgiu de uma necessidade imediata: a coordenação da greve dos trabalhadores ferroviários, marítimos e doqueiros ("greve da paridade"). Os trabalhadores, que pertenciam a empresas controladas pelo Estado, reivindicavam a paridade de seus salários com os dos militares. Após o término do movimento, que durou três dias, as lideranças sindicais decidiram transformar o PUA numa organização de caráter permanente. Em Santos, foi criado o Forum Sindical de Debates, associando os principais sindicatos da cidade; em São Paulo, apareceu o Pacto de Ação Conjunta (PAC), reunindo principalmente sindicatos de trabalhadores industriais das empresas privadas.

O CGT

Esta tendência crescente de formação de uniões sindicais teve seu ponto culminante na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962, visando congregar organizações sindicais de vários Estados. Tal como as outras uniões sindicais de cunho local, o CGT teve origem num movimento grevista. As lideranças sindicais comunistas

ou trabalhistas que apoiavam a campanha pelas "reformas de base" criaram um Comando Geral de Greve para a coordenação da greve nacional em prol de um "Gabinete nacionalista" (julho de 1962). Terminado o movimento, aproximadamente três mil trabalhadores reunidos no IV Encontro Nacional de Trabalhadores decidiram apoiar a transformação do Comando Geral da Greve no Comando Geral dos Trabalhadores. O CGT reuniu os principais e mais ativos sindicatos brasileiros, coordenando principalmente os marítimos, ferroviários, portuários, aeroviários e trabalhadores fabris. Embora importantes sindicatos de trabalhadores fabris seguissem a sua orientação, o CGT encontrou mais apoio no setor das empresas públicas e de transportes. Pela primeira vez, uma organização começava efetivamente a atuar como uma central sindical nacional.

Cumpre observar, no entanto, que o CGT se baseava na estrutura sindical oficial, agrupando aqueles sindicatos cujas lideranças apoiavam uma linha política nacionalista e reformista. O CGT foi mais uma organização *política* das lideranças comunistas e nacionalistas, destinada a ampliar seu poder de pressão na coligação nacional-populista, do que um organismo sindical propriamente dito. Fundamentalmente, o CGT propunha um amplo programa de reformas da sociedade brasileira, reclamando principalmente a limitação (ou eliminação) do capital estrangeiro, maior participação do Estado na economia, reforma agrária etc. Assim, por exemplo, seu "Programa de Unidade e Ação", divulgado em setembro de 1962, apresentava as seguintes reivindicações: "1) Defesa das liberdades democráticas contra qualquer tentativa de implantação do estado de sítio; direito de voto ao Soldado, ao Marinheiro, a Cabos e analfabetos. Pela elegibilidade de todos os eleitores, sem quaisquer discriminações; 2) Apoio decidido à aprovação imediata da emenda que garanta os direitos de serem eleitos os Sargentos e Cabos das Forças Armadas e auxiliares; anistia ampla e irrestrita, beneficiando os Soldados, Marinheiros, Cabos e Sargentos e demais processados por crimes políticos; 3) Reforma agrária com efetiva distribuição de terra dos latifundiários aos camponeses, através da ação imediata do Poder Executivo; apoio decidido à campanha dos camponeses pela posse da terra e pela reforma agrária; modificação da Constituição Federal, no problema da distribuição da terra, pelos reflexos benéficos que trará a toda a população do país, com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores rurais e o conseqüente incremento industrial e das atividades comerciais, resultando, assim, na maior produtividade da nação; 4) Regulamentação imediata da Lei de Remessa de Lucros e nacionalização pelo custo histórico das concessionárias de serviços públicos,

moinhos, frigoríficos e da indústria farmacêutica de estrangeiros; criação da Aerobras; intervenção no mercado de gêneros alimentícios; 5) Ampliação do monopólio estatal de petróleo, com encampação das refinarias particulares e entregues à Petrobras para a distribuição de todos os produtos; 6) Rigorosa seletividade do crédito para que o dinheiro do povo seja aplicado exclusivamente em benefício do povo e monopólio estatal do câmbio; 7) Realização de uma reforma bancária progressista, tributária, urbana, monetária, universitária, eleitoral e administrativa".[69]

No programa do CGT e nos manifestos divulgados em diferentes ocasiões, nota-se tanto a ausência de reivindicações especificamente sindicais como a ausência de críticas ao capitalismo nacional. Pelo contrário, este deveria ser protegido pelo Estado contra o capitalismo internacional. Neste aspecto, o CGT não propunha uma plataforma socialista. Certos temas clássicos do movimento operário – conselho de fábricas, participação na gestão das empresas, controle do capital nacional etc. – foram também deixados de lado. Fundamentalmente, o CGT preconizava um novo modelo de desenvolvimento nacional em que caberia ao Estado – controlado por outras forças políticas – papel decisivo na condução do processo econômico e na reorganização da sociedade. Os grandes proprietários agrários, juntamente com o capital estrangeiro, deveriam ter sua participação econômica e política na sociedade brasileira radicalmente diminuída (ou eliminada, se possível). Embora a "burguesia nacional" não fosse criticada, o CGT não lhe atribuía nenhum papel importante no processo de reformas.[70]

---

[69] *Folha de S. Paulo*, 24 de setembro de 1963. Em manifesto anterior, de 11 de setembro de 1962, o CGT incluía outras reivindicações, tais como: "revogação da Lei de Segurança Nacional; aumento de 100% no salário mínimo; aprovação do projeto de lei de greve, conforme trabalho originário da Câmara de Deputados; reenquadramento de todos os Servidores Públicos; congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade; salário-família". O CGT prometia declarar greve geral se não fossem atendidas, até o dia 15 do mesmo mês, todas as reivindicações explicitadas, além da reforma eleitoral e da reforma agrária e de um plebiscito, a fim de decidir sobre a continuação do regime parlamentarista no Brasil. Cf. Jorge Miglioli, *Como São Feitas as Greves no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

[70] Cassiano Marcondes Rangel Filho e Maria Hermínia Tavares de Almeida, estudando a ideologia do CGT, observam que a idéia de "desenvolvimento capitalista não traz implícita a atribuição de um papel dirigente a uma possível burguesia, cujos interesses estivessem voltados para o mercado interno(...) O *Estado* aparece como executor do projeto nacional, o defensor da soberania política, da integridade territorial e da independência econômica. Por isso, sua participação crescente na economia é reclamada com ênfase". *Op. cit.*, p. 3 (grifado no original).

A atuação do CGT foi coerente com a sua concepção do papel do Estado e das vias para a transformação da sociedade brasileira: embora promovesse algumas greves políticas e conseguisse ampla agitação nos setores operários sobre os quais se apoiava, o CGT não se orientou no sentido de tentar o fortalecimento dos sindicatos no interior das empresas, mas procurou antes ampliar sua influência junto ao Governo valendo-se das posições que conseguira alcançar no aparato sindical oficial. Paradoxalmente, a estrutura corporativista, que deveria servir para impedir o desenvolvimento autônomo do movimento operário, serviu de apoio para a expansão da influência comunista.

A principal base de sustentação do CGT era constituída por confederações e federações sindicais que tinham passado para o controle do PCB ou dos nacionalistas e trabalhistas, como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, a Federação Nacional dos Ferroviários, a Federação Nacional dos Portuários, o Sindicato Nacional dos Aeroviários, a Federação Nacional dos Estivadores etc.

C. Riani foi Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e do CGT; Oswaldo Pacheco da Silva, do Comitê Central do PCB, era Presidente da Federação Nacional dos Estivadores e Secretário-Geral do CGT; Rafael Martineli, também do PCB, era Presidente da Federação Nacional dos Ferroviários e Tesoureiro do CGT.

À medida que os sindicatos obtinham maior liberdade de atuação e passavam a participar das lutas políticas nacionais, aliando-se a outras forças partidárias, as divisões ideológicas (que anteriormente o controle burocrático do Ministério do Trabalho impedia que viessem à tona) começavam a se manifestar em toda parte. Já em 1959 fora criada a Frente Nacional do Trabalho, que agrupava trabalhadores de tendência católica. Porém, a FNT manteve-se relativamente à margem das principais disputas políticas que dividiram o sindicalismo brasileiro. No plano propriamente político, em junho de 1961, surgiu o Movimento Sindical Democrático (MSD), também uma frente sindical, de caráter anticomunista, que teve como principal apoio a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, dirigida por Antônio Pereira Magaldi.[71]

[71] Em outubro de 1963, o Ministério do Trabalho colocou a CNTC sob intervenção, afastando Magaldi da Presidência e beneficiando o CGT.

A UST

Como uma espécie de terceira opção entre o CGT, dominado pelos comunistas, e o MSD, de direita, surgiu em São Paulo a União Sindical dos Trabalhadores, fundada em setembro de 1962 por Domingo Alvarez, Presidente da Federação dos Metalúrgicos. Tendo como um de seus organizadores o antigo dirigente comunista José Maria Crispim, a UST tentou criar um movimento sindical reivindicativo e nacionalista, agrupando as lideranças sindicais contrárias ao PCB e descontentes com a atuação do CGT.

Em meados de 1963, a UST recebeu o apoio de Goulart, que procurava criar sua própria base no meio sindical que o tornasse menos dependente do CGT. Estimulado por Crockatt de Sá, assessor sindical da Presidência da República, a UST teve um breve período de brilho. O Movimento Sindical Democrático, de direita, efetivamente não representava um sério concorrente para a liderança comunista, pois sua orientação anticomunista, aliada às forças antinacionalistas, não obteria a adesão dos sindicatos que constituíam a base de apoio efetivo ou potencial do CGT. Porém, o surgimento de outra corrente nacionalista que tivesse o auxílio do Ministério do Trabalho poderia constituir-se numa ameaça maior para as pretensões do CGT de se apresentar como o único porta-voz dos trabalhadores. Assim, o CGT tratou de pressionar rapidamente a Presidência da República no sentido de retirar o apoio que começava a prestar à UST. Forçado a optar, Goulart deu volta atrás e terminou por sustentar o CGT, que efetivamente controlava os sindicatos mais ativos e importantes do país. Privada do apoio presidencial, sem conseguir converter-se numa terceira força, esvaziada pela crescente polarização das forças políticas, a União Sindical dos Trabalhadores não chegou a desempenhar um papel relevante nas lutas sindicais e políticas do país. Por outro lado, a supremacia do CGT marcaria o estreitamento de seus laços com Goulart, numa relação de mútua dependência, que acirraria a hostilidade das classes empresariais e das Forças Armadas ao Governo federal.

O estreitamento das relações entre os sindicatos sob orientação do CGT e o Governo Goulart, durante os primeiros anos da década de 60, permitiu, no geral, uma ampliação da influência das lideranças sindicais na política nacional como nunca ocorrera antes. Mas esta influência veio antes da vinculação dos sindicatos com outras forças políticas que controlavam o Poder Executivo federal do que de um reforçamento dos sindicatos junto às massas de trabalhadores. Deste modo, o aumento da participação dos sindicatos na vida política brasileira foi, em grande parte, artificial, porque não resultou de um aumento da capacidade de pressão autô-

noma da classe operária, mas do apoio que as lideranças dos sindicatos oficiais receberam do Governo.[72] Essa aliança criou uma ilusão de poder que estimulou os sindicatos a radicalizarem sua orientação política, indo muito além do que suas próprias forças o permitiriam.

Em março de 1964, o golpe militar e os Governos subseqüentes puseram fim a esta linha de desenvolvimento do sindicalismo brasileiro. As organizações de cúpula (CGT, PUA, Forum Sindical de Debates etc.) foram colocadas fora de lei. A estrutura corporativa foi mantida inalterada e diversos decretos governamentais foram baixados no sentido de aumentar o controle do Governo sobre as organizações sindicais.[73] No total, entre 1964 e 1970 foram efetuadas 563 intervenções em entidades sindicais de primeiro grau. O Ministério do Trabalho interveio em 70% dos sindicatos que tinham mais de 5 mil associados, em 37% dos que tinham menos de cinco mil e mais de mil, e em 19% dos que possuíam menos de mil associados. A maior parte dos sindicatos atingidos por intervenções era sindicatos de trabalhadores industriais (49% do total das intervenções). Das seis confederações, quatro foram colocadas sob intervenção. No total das intervenções realizadas pelo Ministério do Trabalho, 19% delas foram efetuadas em 1964 e 61% em 1965. Nos anos seguintes, o número de intervenções decresceu fortemente uma vez que o controle dos principais sindicatos já havia sido realizado.[74]

---

[72] Uma pormenorizada análise das relações entre as lideranças sindicais e o Governo Goulart encontra-se em K. Erickson. Estudando 17 casos de greves políticas, ou de ameaça de greve, ocorridos entre 1960 e 1964, Erickson mostra que, apesar dos objetivos políticos gerais, as lideranças sindicais só obtinham a adesão da classe quando conseguiam relacionar as reivindicações nacional-reformistas com a luta pelo reajustamento salarial. Esta era uma das condições para o êxito do movimento. A outra condição era a atitude dos militares. Diante da oposição das Forças Armadas, as tentativas de greve fracassavam e, na maior parte das vezes, as lideranças sindicais desistiam de tentar deflagrar o movimento. "As lideranças sindicais determinavam a paralisação do trabalho quando acreditavam que a situação econômica dos trabalhadores era suficientemente ruim para predispô-los a participar da greve; elas retiravam a ordem de greve quando ficava claro que os militares planejavam reprimir ou destruir o movimento." Cf. Kenneth Erickson, *The Brazilian Corporative State and Working-Class Politics*, California, University of California Press, 1977, p. 116.

[73] P. Schmitter nota que, para *intervir* nos sindicatos, o Governo militar não necessitou utilizar a legislação de exceção, mas simplesmente recorrer, de maneira ampla e efetiva, aos dispositivos legais que vinham do Estado Novo e que atravessaram todo o período constitucional, inclusive o Governo Goulart, sem sofrerem qualquer alteração. Cf. Philippe Schmitter, "The Portugalization of Brazil?", *in:* Alfred Stepan (ed.), *Authoritarian Brazil*, New Haven, Yale University Press, 1973.

[74] Cf. o minucioso estudo de Argelina Cheibub Figueiredo, *Política Governamental e Funções Sindicais*, São Paulo, 1973 (mimeo) (Dissertação de mestrado apresentada na

Argelina de Figueiredo observa que no primeiro período de atuação do Ministério do Trabalho (1964 e 1965, quando foram efetuadas 433 intervenções, ou seja, 80% do total), a "subversão" era apontada como o principal motivo (82% das razões apontadas). No segundo período (1966-1970), os motivos eleitorais (irregularidade nas eleições), assim como corrupção e outros motivos (rejeição de prestação de contas da antiga Diretoria, infração das normas e regulamentos etc.), constituíram a grande maioria das justificativas apresentadas pelo Governo para a destituição da Diretoria sindical e indicação de um Interventor.

Além das intervenções, outras medidas foram adotadas pelo Governo para assegurar a passividade dos sindicatos, como, por exemplo, o restabelecimento do atestado de ideologia (Decreto nº 229, de 2 de fevereiro de 1967, do final do Governo Castelo Branco) que possibilitava a triagem, pela polícia política, dos candidatos aos postos de direção nos sindicatos uma vez terminada a intervenção direta do Ministério do Trabalho. Assim, embora os sindicatos sobrevivessem enquanto organização destinada à prestação de serviços assistenciais, médicos e jurídicos, o movimento sindical desapareceu a partir de 1964 para só começar a reaparecer nos primeiros anos da década de 70.

2.6. *CONCLUSÃO*

Considerando a trajetória do sindicalismo brasileiro nos anos que vão de 1930 a 1964, percebe-se que sua evolução foi amplamente decorrente de *fatores externos* à própria classe operária e às suas relações com o patronato. Mais precisamente, os elementos *políticos* foram mais importantes do que os econômicos, tecnológicos ou sócio-profissionais na determinação do sistema sindical e das relações entre as classes. Em 1930, o intervencionismo governamental cortou um desenvolvimento "espontâneo" do movimento operário e do sindicalismo ao impor autoritariamente um dado modelo de organização profissional e de relacionamento com o patronato. A partir de então, as mudanças no movimento operário e

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP). Por intervenção entendeu-se o afastamento de toda a administração de uma entidade sindical acompanhada da designação, por parte do Ministro do Trabalho ou do Delegado Regional do Trabalho, de um representante do Ministério do Trabalho para administrar a entidade. Para o levantamento das intervenções foram utilizadas como fonte básica os *Diários Oficiais* da União.

sindical se realizariam a partir da estrutura corporativa e dentro dela. Embora o modelo sindical corporativo tivesse vindo *de fora* da classe trabalhadora e de suas relações com os empregadores, não parece que ele seja inteiramente artificial ao meio industrial e econômico da sociedade nacional e às características dos próprios trabalhadores brasileiros. Observe-se, deste ponto de vista, que o tipo de sindicalismo criado durante a época de Vargas não sofreu alterações no transcorrer de muitos anos de mudança na sociedade, na economia e no sistema político do país. Muitos partidos surgiram e desapareceram; novas Constituições foram elaboradas e abandonadas, mas a estrutura sindical permaneceu a mesma. Mais significativamente ainda, não houve nenhuma tentativa séria, não somente de parte do patronato como também dos próprios trabalhadores, ou de outras correntes partidárias, no sentido de romper a estrutura corporativa montada durante os anos do Estado Novo. Cumpre ressaltar que, mesmo no começo da década de 60, a intensa mobilização sindical efetuou-se *no interior* das organizações sindicais oficiais e que, em nenhum momento, qualquer das principais tendências ideológicas atuantes entre os trabalhadores – do CGT ao MDS, passando pela UST – contestou os padrões de organização sindical no que ela tem de mais característico, que é a vinculação profunda com o Estado.

Não se pode compreender a persistência do modelo de sindicalismo e de relações entre as classes criado por Vargas se não considerarmos certos aspectos da industrialização brasileira e suas conseqüências sobre a classe operária.

No mundo ocidental, o avanço do processo industrial e de modernização social se fizeram acompanhar, com velocidade desigual, do crescimento do proletariado industrial e do subseqüente fortalecimento das organizações sindicais. A partir do exemplo da evolução do capitalismo em outros países, a expectativa seria de que, também entre nós, a expansão industrial acabaria por produzir um sindicalismo mais ativo que refletisse o maior peso das classes trabalhadoras no interior da sociedade brasileira. Em certa medida, efetivamente, o avanço da industrialização aumentou a importância política e social dos trabalhadores industriais no interior da estrutura de classes e do sistema político brasileiro. Porém, em termos da comparação com a história do desenvolvimento de outros países, tem-se a impressão de que a industrialização não produziu efeitos correspondentes no que diz respeito ao aumento da importância política e social das camadas operárias. Deste ângulo, o aspecto que nos parece mais marcante é a heteronomia da classe trabalhadora que aparece na subordinação dos

sindicatos ao Estado, na inexistência de partidos operários de massa, do tipo socialdemocrata ou comunista, na predominância das ideologias do populismo e do nacionalismo entre as classes baixas e o proletariado fabril.

Estes aspectos estão relacionados com certas características da industrialização e da sociedade brasileira ou, mais exatamente, com os efeitos da interação entre o processo industrial e o meio econômico e social pré-industrial. No período que estamos examinando, a formação da sociedade moderna brasileira, sob a égide do capitalismo industrial, efetuou-se num contexto extremamente desfavorável para a consolidação de um movimento sindical autônomo e poderoso.

A expansão econômica, nesses decênios, foi realizada nas condições de uma *ampla oferta de força de trabalho*. O estoque de mão-de-obra agrícola deprimiu a força reivindicatória dos sindicatos, que tiveram contra si uma situação de mercado de trabalho constantemente favorável aos empregadores. Além disso, os níveis de qualificação educacional e profissional da mão-de-obra de origem rural, de onde foi recrutada parte importante do proletariado fabril e dos trabalhadores manuais urbanos, eram extremamente baixos, fato que agiu no sentido de tornar difícil a emergência de uma liderança operária saída do próprio interior da classe. Desse ponto de vista, um obstáculo adicional na alta rotatividade profissional do proletariado fabril, especialmente dos trabalhadores de mais baixa qualificação, que são geralmente os de origem rural. A mobilidade ocupacional e geográfica, como tem sido ressaltado, enfraqueceu a coesão grupal e, conseqüentemente, a propensão para a adesão a movimentos coletivos.[75] É certo que também, em outros países, o campesinato foi o grande reservatório de mão-de-obra para a expansão industrial.[76] É importante, no entanto, considerar as características da força de trabalho rural que se incorpora à indústria e as condições de sua incorporação. No caso brasileiro, em razão da persistência dos padrões tradicionais de relações sociais, do atraso da modernização agrícola, a massa de migrantes rurais que foi empregada na indústria não veio de um campesinato

[75] Cf. Juarez Brandão Lopes: "O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação", *Sociedade Industrial no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

[76] Alguns países, como EUA, Austrália e Argentina, por exemplo, recorreram também abundantemente ao trabalhador imigrante e este fato influenciou grandemente o movimento operário. As fontes de recrutamento da mão-de-obra industrial constituem uma variável importante para a análise das singularidades do sindicalismo de cada país.

independente, mais qualificado educacional e profissionalmente. Ao contrário, em razão de fatores que têm sua origem na agricultura escravista, a grande maioria da força de trabalho de origem rural, tanto da lavoura como da agricultura de subsistência, foi constituída de trabalhadores de baixíssimo nível de escolarização, socializados num padrão de submissão às classes altas, sem nenhuma tradição de lutas reivindicativas e de experiência associativa. Se considerarmos que o emprego industrial, especialmente nas grandes empresas, era percebido pela massa de migrantes rurais como uma forma de ascensão social, é possível compreender os efeitos negativos da entrada maciça desta massa de ex-camponeses sobre o movimento sindical. Na realidade, não apenas as características específicas do sistema industrial (tipo de tecnologia, grau de concentração fabril etc.) como também as características do meio rural pré-industrial afetam o movimento sindical tanto do ponto de vista organizatório como ideológico.

Outra variável importante na avaliação do sindicalismo diz respeito ao peso social da classe operária no interior da sociedade. Em toda parte, o proletariado constitui a espinha dorsal do movimento sindical, embora alguns setores não propriamente industriais tenham tido um papel importante na história do movimento operário. Este é, por exemplo, o caso dos doqueiros, que em todo o mundo, apesar das diferenças de ideologia, deram origem a um sindicalismo agressivo. Porém, no Brasil, o setor econômico em que o sindicalismo geralmente tem mais facilidades para se implantar, isto é, o setor secundário que abrange principalmente as indústrias de transformação, absorveu, proporcionalmente a outros países de antiga industrialização, uma parcela reduzida da força de trabalho. Assim, entre 1920 e 1950, a população do conjunto do setor secundário passou de 13,2% para 18,1% do total da força de trabalho. Em 1960, incluindo a construção civil, o setor secundário não absorvia mais do que 14% da população empregada, tendo havido um decréscimo entre 1950 e 1960.[77] Em contraposição, nos principais países industrializados, de sindicalismo forte, já em 1880, nos EUA, o setor secundário absorvia 24% da força de trabalho, 37% na Alemanha, 27% na França, 50% na Grã-Bretanha e 36% na Itália.[78] Em si mesmo, na ausência de outras

---

[77] Uma análise detalhada da evolução da distribuição da força de trabalho no Brasil encontra-se em Paul Singer, "Força de Trabalho e Emprego no Brasil: 1920-1969", São Paulo, *Cadernos Cebrap* nº 3, 1971.

[78] Dados retirados de Jean Fourastié, "La Distribuición de la mano de obra", *in:* G. Friedmann e P. Naville (eds.), *Tratado de Sociología del Trabajo,* México, Fondo de Cultura Económica, 1963.

condições menos adversas, este fato não impediria a formação de sindicatos agressivos, concentrados em certos setores importantes de economia. Porém, na medida em que no conjunto da população os trabalhadores fabris – que formam a base principal da organização sindical – constituem uma pequena parcela da força de trabalho, por mais agressivos que sejam os sindicatos neste ou naquele setor econômico isolado, a reduzida importância quantitativa de sua base social de apoio constitui um fator desfavorável para as pretensões dos sindicatos de desempenharem um papel de relevo na vida econômica e política do país.[79]

Estado, elite e classe operária

Porém, na análise do sindicalismo brasileiro, provavelmente o fator mais importante seja a atitude das elites com relação à classe operária e aos conflitos sociais. A partir de 1930, o Estado, controlado por novos grupos políticos, adiantou-se aos trabalhadores no que diz respeito à organização profissional. A intervenção estatal na esfera das relações de trabalho fez com que, de certo modo, a formação de um sindicalismo de massas precedesse o desenvolvimento da classe trabalhadora. Se tomarmos como ponto de referência o peso do setor secundário no conjunto da economia do país e a proporção da força de trabalho aí empregada, percebe-se que, no Brasil, um conjunto de vantagens sociais foi estendido muito cedo aos assalariados brasileiros. Nos países capitalistas liberais, em que o processo político esteve dirigido por uma classe empresarial dinâmica e inovadora, não só o Estado não se apressou em estender aos trabalhadores um conjunto de benefícios sociais, como não procurou controlar as organizações operárias. No Brasil, a nova elite getulista combinou, sob a influência das ideologias autoritárias da década de 30, a extensão de benefícios sociais às classes assalariadas urbanas com a formação de sindicatos controlados e legalizados pelo Estado.

A classe operária de outros países, formada na época do predomínio das ideologias liberais, não conheceu o mesmo tipo de paternalismo estatal posto em prática no Brasil.[80] Ao mesmo tempo em que oferecia às grandes massas um conjunto de vantagens, o Estado criou, no Brasil, uma camada de burocratas sindicais, provendo-lhes diretamente a subsistência

[79] No plano político e ideológico, uma classe operária numericamente pequena constitui uma base de apoio muito fraca para a formação de um grande partido operário.

[80] Touraine relaciona esta forma de "intervencionismo social do Estado" ao desenvolvimento maciço da população urbana e industrial e à quebra dos sistemas políticos tradicionais. Na expressão do autor, trata-se de uma "democratização por via autoritária". A. Touraine, "Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo", *Ouvriers et Syndicats d'Amérique Latine,* número especial da *Sociologie du Travail,* Paris, 1961.

e fazendo-os coniventes com o sistema estabelecido e interessados na sua continuidade. A classe operária que se formou depois de 1930, composta amplamente por trabalhadores de origem rural, foi colocada diante da seguinte alternativa: aceitar a estrutura sindical oficial como um canal de reivindicação e participação nos benefícios da legislação trabalhista ou enfrentar não apenas o patronato e sim o próprio poder do Estado. Essa combinação de concessões e repressão para os que recusavam as regras do jogo corporativo revelou-se eficiente no sentido de prevenir a formação de um movimento operário autônomo. Os sindicatos oficiais substituíram as anteriores associações operárias, cresceram, criaram uma burocracia e uma enorme rede de interesses favoráveis à sua manutenção, fato que provavelmente ajuda a explicar a extraordinária longevidade da estrutura corporativa.

CAPÍTULO XI

CARNE E OSSO DA ELITE POLÍTICA BRASILEIRA PÓS-1930

As análises acerca do significado da Revolução de 30, do primeiro Governo Vargas e do papel desempenhado pelas elites políticas e militares, lidam forçosamente com a questão da importância e do peso relativos dos diferentes setores da classe dirigente que, por sua vez, acaba dependendo da maneira de se interpretar o processo "revolucionário" e a Direção das mudanças desencadeados pela coalizão de forças que assumiu o controle do poder central. Tanto abordagens de feitio economicista como estudos recentes empenhados em deslindar dimensões propriamente políticas costumam relegar a segundo plano componentes classistas que poderiam contribuir para esclarecer padrões de identidade e aglutinação de setores da classe dirigente cujas demandas derivam da ação combinada de interesses econômicos, familiares, corporativos, e da necessidade de consolidar a posição de força e os privilégios da própria elite burocrática, política e militar. Em geral, como não se consegue dar conta das condições sociais em que assenta o ajustamento precário entre os setores econômicos tradicionais (aqueles voltados para o mercado interno e outros dedicados às atividades agroexportadoras) e os grupos empresariais vinculados à industrialização, entre esses e antigos interesses econômicos firmemente ancorados em atividades comerciais de exportação/importação, no sistema financeiro e securitário, torna-se inviável caracterizar os laços entre esses diferentes setores da elite econômica e as elites políticas e militares emergentes. Tal impasse prende-se, de um lado, a modelos de explicação carentes de lastro empírico que não hesitam em referir organizações partidárias às classes "fundamentais" e, de outro, a análises viesadas pelo politicismo que fazem pouco caso das relações entre grupos políticos e forças sociais.

A pesquisa motivadora deste trabalho consistiu sobretudo no levantamento das características econômicas e sociais dos grupos dominantes de

políticos profissionais surgidos nas décadas de 30 e 40, no intuito de qualificar os mandatos de representação de que se incumbiram e discernir as clivagens de interesse em meio às quais passaram a operar. O modelo de interpretação aqui adotado pretende dar conta do peso relativo das múltiplas determinações que presidiram à constituição, ao longo do período em apreço, de dois setores partidários concorrentes no espaço da classe dirigente.[1] Os condicionamentos classistas intervêm na construção do argumento, quer mediados pela origem familiar e social, formação escolar e capital de relações sociais, quer sob a forma de demandas que as diversas frações da elite econômica e política impõem a seus porta-vozes autorizados. Os condicionantes institucionais se expressam através de indicadores relativos à trajetória profissional, mas só recobrem seu pleno significado em função dos interesses dos grupos dirigentes. Por fim, os condicionantes regionais consistem basicamente nos vínculos que os políticos mantêm com os clãs oligárquicos cuja influência e poder decisório se prendem às transformações por que passou a história local, sobretudo no que diz respeito à margem variável de autonomia de que desfrutam perante aquelas instâncias do poder central incumbidas de gerir o sistema de relações com os Estados.

---

[1] O objetivo central deste levantamento são os grupos de organizadores e representantes de dois setores da elite política que se agruparam sob as siglas PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional) em 1945. O fato de não fazer referências aprofundadas à implantação estadual desses partidos não significa de modo algum descaso por uma dimensão que, no mais das vezes, se revelou decisiva para a continuidade e o êxito eleitoral dos mesmos a nível nacional.

Por outro lado, não tenho a pretensão de estender a eventual validade das considerações feitas aqui a outros setores do campo político-partidário (PTB, PCB, PL etc.). As considerações que se seguem lidam com materiais biográficos a respeito dos integrantes das bancadas do PSD e da UDN à Assembléia Constituinte eleita em dezembro de 1945, dos signatários do *Manifesto Mineiro*, e com dados extraídos de memórias e biografias acerca de alguns desses políticos profissionais. As fontes encontram-se indicadas em notas de rodapé e na bibliografia. Os quadros anexos ao texto e as conclusões parciais cobrem 67% (nº. 118) dos parlamentares pessedistas (a bancada do PSD abrangia 151 Deputados e 26 Senadores) e 80% (nº. 70) dos parlamentares udenistas (a bancada da UDN incluía 77 Deputados e 10 Senadores). Esses percentuais poderão variar ligeiramente, dependendo das características em função das quais são discriminados, ou seja, poderá haver evidências mais amplas a respeito de quantos Deputados pessedistas já haviam exercido mandato parlamentar do que a respeito do número de parlamentares que completaram seus estudos superiores. As lacunas mais sérias envolvem as bancadas do PSD e da UDN em Santa Catarina sobre as quais só foi possível coligir dados precários, bem como as bancadas do PSD no Rio Grande do Sul e na Bahia. A falta de mais informações acerca de oito Deputados pelo PSD em Minas é amplamente compensada pela quantidade considerável de materiais concernen-

Os argumentos quase sempre utilizados para dar conta da aglutinação de núcleos oposicionistas (embrião da futura União Democrática Nacional/UDN), e da continuidade do pessoal político ligado às interventorias e à cúpula dos aparelhos do Estado (bases do futuro Partido Social Democrático/PSD) se alicerçam em motivos de ordem estritamente institucional, ou, então, apelam a critérios de diferenciação ideológica ou doutrinária.[2] Outros se contentam apenas com nomear as correntes pró e anti-Vargas, pois as vantagens palpáveis desse critério de reconhecimento *ex post* residem no fato de seus usuários se verem dispensados da exigência árdua de reconstruir a história do enfrentamento entre setores da classe dirigente que haviam cooperado para a liquidação da República Velha. Não se fez muita coisa, enfim, com vistas a esclarecer as relações entre interesses econômicos, redes de sociabilidade e organizações partidárias que, em parte por força de compromissos com setores distintos de elite, adotaram estratégias alternativas no tocante às alianças de classe necessárias à consolidação de suas posições de mando e, em especial, no que diz respeito às pautas de representação política dos grupos sociais subalternos. Nesta oportunidade, procurei explorar a trilha de uma explicação "classista", vale dizer, o foco da análise incide nas relações entre organizadores políticos e respectivas bases sociais.

1. PERFIL DAS BANCADAS PESSEDISTA E UDENISTA NA CONSTITUINTE DE 46

A análise comparada da trajetória social, profissional e política, dos integrantes das bancadas do PSD e da UDN na Constituinte de 1946,

---

[2] A vastidão da literatura sobre partidos no Brasil só permite reproduzir aqui aqueles títulos que lidam mais de perto com a gênese do PSD e da UDN: Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, 2ª parte; Phyllis Peterson, *Brazilian Political Parties: Formation, Organization and Leadership (1945-1959)*, tese de doutoramento, Universidade de Michigan, 1962; Thomas E. Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, Rio de Janeiro, Saga, 1969; Hélio Silva, *1934: A Constituinte*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, *1945: Por Que Depuseram Vargas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976; Edgard Carone, *A Segunda República*, São Paulo, Difel, 1973, *A Terceira República*, São Paulo, Difel, 1976, *O Estado Novo*, São Paulo, Difel, 1977; Gláucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973; Lúcia M. Lippi Oliveira, *O Partido Social Democrático*, tese de mestrado, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas, 1973; Maria Victoria de Mesquita Benevides, "A União Democrática Nacional, um partido em questão", *in* Cadernos CEDEC nº 1, São Paulo, Brasiliense, s.d., pp. 38/51.

QUADRO I

PERFIL COMPARADO DE CARREIRA DE PESSEDISTAS E UDENISTAS (VER NOTA 1)

	GERAÇÃO POLÍTICA					ESTUDOS SUPERIORES					
	1880 1889	1890 1899	1900 1909	1910 EM DIANTE	S/I	DIREITO	MEDICINA	ENGENHARIA	ESCOLA MILITAR	OUTROS	S/I
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
PSD (n 118)	16	33	30	11	10	63	13	7	7	3	8
UDN (n 70)	18	24	41	9	8	66	14	10	3	1	6
TOTAL (n 188) GERAL	17	30	34	10	9	64	13	8	5	3	7

FONTE: Repertórios Biográficos

revela as diferentes modalidades de inserção desses representantes no espaço da classe dirigente, bem como os principais núcleos de interesses sobre os quais se alicerçaram seus mandatos. A despeito de inúmeras características comuns, mormente no que se refere à origem social, à formação escolar e à trajetória ocupacional, as diferenças entre os grupos derivam, de um lado, dos laços que seus integrantes mantêm com setores distintos da elite econômica, bem como da posição relativa que ocupam na hierarquia das profissões liberais e culturais, e, de outro, do grau de proximidade, quer em relação aos grupos dirigentes estaduais, quer em relação ao poder central ou às "extensões" em que se desdobrou sua presença no plano estadual. Tais diferenças foram se cristalizando em conseqüência das modalidades de delegação política que tomaram vulto em meio às mudanças por que passaram as relações de força entre os grupos dirigentes estaduais e o Governo federal a partir de 1930 e, em especial, após a instauração do Estado Novo.

Em 1945, 72% dos parlamentares federais eleitos no Sudeste eram pessedistas ou udenistas, cifra que se eleva a 89% em relação aos Estados mais "atrasados", quer dizer, o desempenho eleitoral desses dois partidos foi sensivelmente melhor nas áreas rurais do que em contexto urbano, e, por conseguinte, nos Estados com índices mais baixos de alfabetização e de renda *per capita.*[3] A despeito dessa penetração idêntica nas zonas

[3] Gláucio A. D. Soares, *Sociedade e Política no Brasil,* São Paulo, Difel, 1973, p. 217.

CARREIRA POLÍTICA E PROFISSIONAL

CARGOS ELETIVOS 1945			CARGOS EXECUTIVOS 1945				FUNÇÕES INTELECTUAIS 1945		
VEREADORES E PREFEITOS	DEPUTADOS ESTADUAIS E FEDERAIS	GOVERNADORES	CARGOS TÉCNICOS E DE GABINETE	CHEFES DE POLÍCIA/ SECRETÁRIOS DE SEGURANÇA	SECRETÁRIOS DE ESTADO	INTERVENTORES	JUDICIÁRIO	PROFISSÕES LIBERAIS	MAGISTÉRIO SUPERIOR
%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
34	47	6	26	14	27	18	23	24	16
21	56	7	23	10	21	9	21	31	24
28	49	6	24	12	24	14	22	27	19

S/I: (Sem informação)

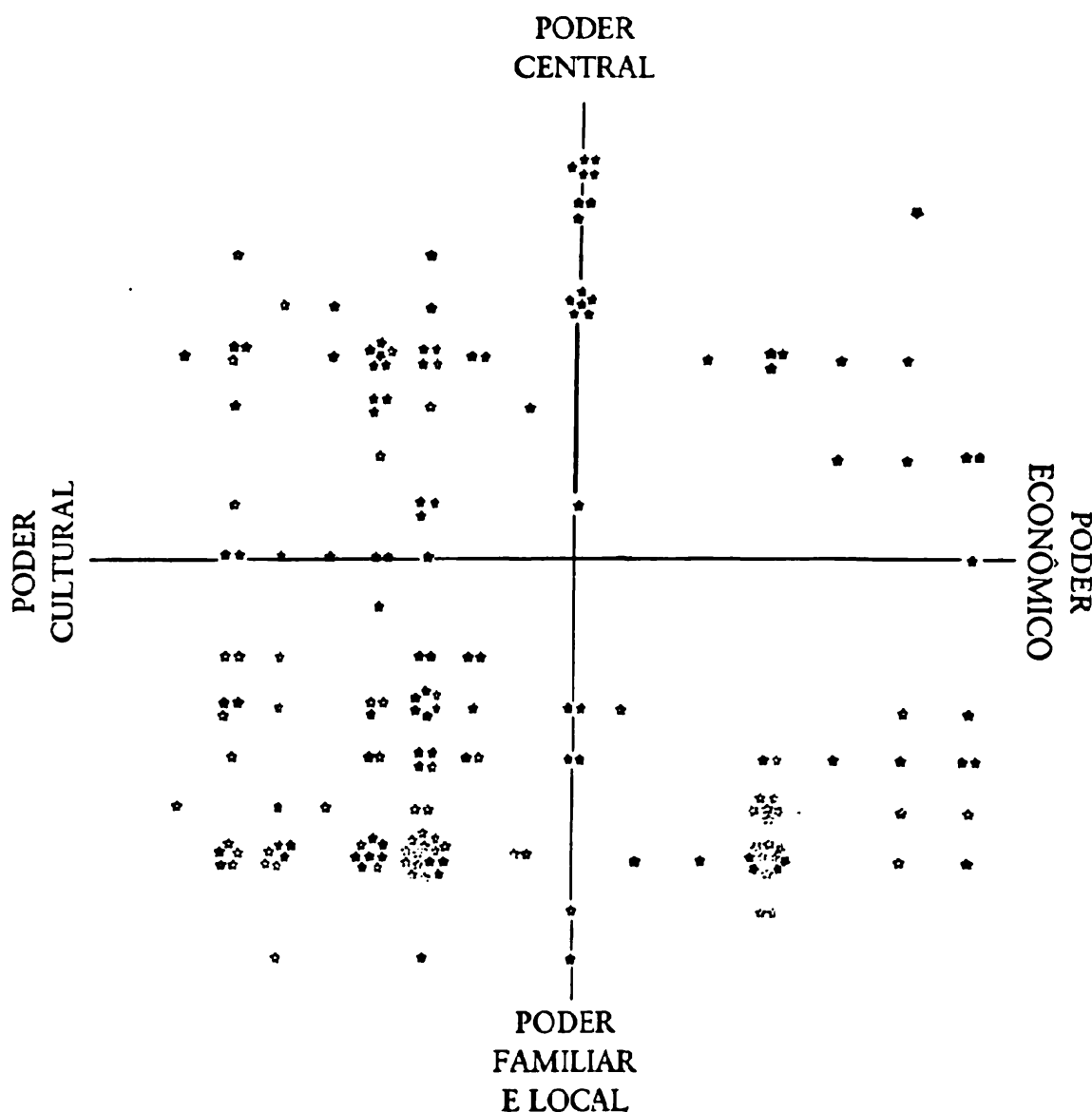
rurais e nas regiões menos "desenvolvidas" conforme os indicadores usuais, esses dois partidos também se distinguiam, quer pelas alianças firmadas com setores distintos da classe dirigente, quer pelo recorte de sua penetração junto aos demais segmentos do eleitorado.[4]

Do ponto de vista da composição social de sua bancada, a UDN mantinha um equilíbrio entre representantes dos setores agrários e bacharéis ilustres dos principais centros urbanos. O partido oposicionista recrutou a maioria de seus parlamentares nos círculos de maior prestígio das profissões liberais e intelectuais, junto às elites de grandes proprietários rurais em alguns Estados nordestinos e nos remanescentes do pessoal político a serviço de antigos clãs oligárquicos já atuantes durante a Primeira República. O partido situacionista se valeu das alianças que o regime de Vargas celebrou com a liderança patronal do empresariado industrial, do pessoal político constituído ao abrigo das interventorias e de alguns elementos de destaque das corporações burocráticas mais dependentes do poder central (militares, por exemplo), buscando ao mesmo tempo preencher

[4] "Assim, se a UDN representava parte considerável das oligarquias rurais e das pequenas cidades, também representava amplas seções da classe média urbana de alguns Estados", in G.A.D. Soares, *op. cit.*, pp. 217/8. Como se sabe, as eleições de 1945 marcam "a incorporação definitiva dos setores médios e baixos das classes médias no processo eleitoral e o advento da participação política da classe trabalhadora", muito embora 90% dos trabalhadores permanecessem excluídos da arena política e sem contarem com porta-vozes próprios entre os representantes no Legislativo.

seus quadros com figuras de prestígio e experiência ao nível local (prefeitos de capitais estaduais e cidades de tamanho médio) e incorporar elementos egressos dos mesmos setores dirigentes que ajudaram plasmar o partido oposicionista. Embora ambos os partidos contassem com figuras de relevo das lideranças agrárias em diversos Estados, o mesmo não ocorreu em relação aos demais setores da elite econômica. O PSD logrou a colaboração quase integral da liderança industrial emergente, ao passo que a UDN contou sobretudo com o respaldo de importantes grupos financeiros sediados no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e na Bahia. Conforme demonstra o Gráfico I,[5] os parlamentares pessedistas tendem a monopolizar as posições de representação e intermediação dos grupos empresariais perante o Estado, bem como as posições de influência junto ao poder central. A parcela majoritária de parlamentares udenistas situa-se em posições que devem tanto à delegação de poderes por parte de clãs

[5] O Gráfico I foi construído a partir de quatro escalas de posições hierarquizadas em torno dos eixos que representam os pólos cardeais no espaço da classe dirigente. Assim, os parlamentares que alcançam posições mais elevadas, e portanto mais próximas, do Governo federal são, em ordem decrescente, os parentes de Vargas e de Dutra mais os membros do círculo palaciano, os ex-Ministros de Vargas, os ex-ocupantes de posições de cúpula no Executivo federal (ex-Vice-Presidente da República, ex-Ministros de Estado), os Interventores militares e os militares de carreira, os Interventores civis e os membros dos Conselhos Administrativo, Consultivo etc., os Procuradores da República, os representantes patronais em órgãos oficiais, os ocupantes de cargos de confiança (Secretários e Assessores de gabinetes) e de chefia em âmbito federal, os Funcionários Federais graduados. A hierarquia de posições na escala de poder familiar e local abrange, em ordem crescente, os cargos de confiança em Gabinetes, no Judiciário estadual e em serviços técnicos diversos, os Secretários de Estado, os Chefes de Polícia, Vereadores, Prefeitos e dirigentes de associações locais, os membros ou herdeiros de uma estirpe política ou dinastia econômica, os Senadores, Deputados estaduais e/ou federais antes de 1945, os ex-Governadores estaduais, os ex-Vice-Presidentes e ex-Presidentes estaduais antes de 1930. As posições mais próximas do pólo do poder econômico são, em ordem decrescente, os dirigentes de entidades patronais, os elementos ligados ao controle acionário e de gestão de instituições financeiras, os industriais, os grandes proprietários rurais, como, por exemplo, aqueles ligados à agroindústria açucareira, os comerciantes, os empreendedores em outras atividades econômicas (imobiliárias, construção civil, cias. de energia elétrica etc. Enfim, encontram-se mais próximos do poder cultural os produtores intelectuais profissionais e, em ordem decrescente, os detentores de posições institucionais e, dominantes no campo intelectual interno (Professores catedráticos no ensino superior, por exemplo), os dirigentes e responsáveis por empresas de produção de bens culturais (jornais, revistas, estações de rádio, etc.), os dirigentes de órgãos culturais e educacionais públicos, os escritores, educadores, magistrados, juristas e membros do clero, os profissionais liberais militantes (Advogados, Médicos e Engenheiros), os Professores do magistério secundário, normal e técnico, os dirigentes de corporações profissionais (sindicatos médicos, Ordem dos Advogados, Instituto de Advogados, Clube de Engenharia etc.).

GRÁFICO 1 — Posicionamento dos parlamentares pessedistas (★) e udenistas (☆) no espaço da classe dirigente (ver nota 5).

FONTE: Repertórios biográficos

oligárquicos e familiares, fundamente enraizados em âmbito local ou regional, como às vantagens decorrentes de uma situação privilegiada na hierarquia das profissões liberais. Apesar de uma base idêntica e relativamente homogênea junto à classe de proprietários rurais, o PSD atraiu às suas fileiras quase todos os representantes patronais dos setores agrários eleitos em 1945.

O contraste entre os percentuais de udenistas e pessedistas que havian exercido mandatos de representação parlamentar antes de 1945 (algun até mesmo antes de 1930) indica uma proximidade maior dos primeiro em relação aos círculos oligárquicos que detinham o controle da situaçã estadual na República Velha,[6] os mesmos que tentaram revidar ao esvazia mento das prerrogativas federalistas empenhando-se em recuperar terren através da vitória alcançada nas eleições para as Constituintes federal estaduais em meados da década de 30.[7] Alguns poucos, dentre esses anti gos parlamentares, dispunham de posição quase cativa na representaçã estadual ou federal durante o antigo regime,[8] outros, numa proporçã maior, haviam conquistado sua cadeira nos anos 30.[9] Nessa segunda leva enquadram-se, por exemplo, alguns elementos da nova geração de porta-

[6] Diversos parlamentares udenistas podiam ostentar um legado político na acepção estrit de um patrimônio de realizações materiais e de autoridade acumulado por sucessivas gerações de um clã familiar, entre os quais: Juraci M. Magalhães (1905/Fortaleza/CE - UDN/BA), casado com uma neta do velho Antônio Pinto Nogueira Acioli, chefe polític cearense; *Luís Vianna Filho* (1908/Paris/França UDN/BA), filho do ex-Senador e Governador da Bahia Luís Vianna (1896-1900); *Licurgo Leite Filho (1914/Muzambinho/MG UDN/MG)* e *Aureliano Leite* (1886/Ouro Fino/MG - UDN/SP), respectivamente, filho e irmão de Licurgo Leite, militante na campanha da Aliança Liberal e junto às forças legislativas em 1932, Advogado, Magistrado e proprietário rural, descendentes do Corone Aureliano Baptista Pinto de Almeida, abastado fazendeiro em Pouso Alegre, bisavô materno de Licurgo Leite Fo., e do Major, "Tabelião e dono de jornais João Monteiro d Meirelles Leite, pai de Aureliano e Licurgo, este último tendo iniciado sua carreira política como preposto do Senador Júlio Tavares em Muzambinho, região de Guaxupé, onde tocava o escritório de advocacia do referido Senador.

[7] A escolha dos futuros membros da Assembléia Nacional Constituinte teve lugar nas eleições de 3 de maio de 1933. As eleições para a composição das Assembléias Constituintes estaduais se realizaram em outubro de 1934.

[8] Entre outros, *Manuel do Nascimento Fernandes Távora* (1877/Jaguaribe/CE - UDN/CE), Deputado estadual nas legislaturas de 1913 e 1917, Deputado à Constituinte nacional em 1933; *José de Borba Vasconcellos* (1885/João Pessoa/PB - UDN/CE, Deputado estadual nas legislaturas de 1914, 1917 e 1925, Deputado federal à Assembléia Nacional Constituinte em 1933; *José Augusto Bezerra de Medeiros* (1884/Caicó/RN - UDN/RN), Deputado estadual em 1913-1915, Deputado federal pelo Rio Grande do Norte em 1915-1923, Primeiro Secretário da Câmara em 1921-1922, Governador do Rio Grande do Norte no quadriênio 1924-28, Senador em 1928-1930, Deputado federal entre 1935-1937; *Octavio Mangabeira* (1886/Salvador/BA - UDN/BA), Deputado federal entre 1912-1926 e Ministro do Exterior entre 1926-1930; *João Villasboas* (1891/Cáceres/MT - UDN/MT), Deputado estadual em 1918-1920, Deputado federal em 1924 e 1930, Deputado à Constituinte de 1934 por Mato Grosso. Consultar Wanor R. Godinho e Oswaldo S. Andrade, *op. cit.*, pp. 43, 47 e 228, e Amador Cysneiros, *Parlamentares Brasileiros*, col. I, 1953-1954.

[9] Além dos diversos integrantes da ala de bacharéis udenistas nas bancadas da Bahia e Minas Gerais, que lograram seu primeiro mandato parlamentar nas eleições para as Assembléias Constituintes nacional e estaduais em meados dos anos 30, como, por exemplo,

vozes dos grupos de interesse envolvidos na agroindústria açucareira e outros tantos jovens bacharéis radicados em grupos financeiros privados, que infundiram à sua adesão ao partido oposicionista um sentido de protesto contra o cerceamento de suas pretensões de carreira pública, contra o enquadramento centralizador das demandas econômicas dos grupos privados, enfim contra a institucionalização de caráter restritivo a que o Estado Novo sujeitou as entidades corporativas com cujas bandeiras "liberais" esses bacharéis se identificavam. A bancada udenista em 1946 consistiu, em certa medida, numa espécie de reaglutinação dos grupos estaduais que levaram a melhor nas eleições dos anos 30 e que se viram obrigados a abrir mão do espaço conquistado com a instauração do Estado Novo. O partido oposicionista buscou, na medida do possível, arrebanhar os redutos eleitorais dos "manda-chuvas", das antigas elites agrárias, valendo-se para tanto de alguns de seus líderes regionais de maior reputação e dando alento às pretensões de carreira de um segmento importante da geração de bacharéis que se viam excluídos das posições criadas pelos novos "donos do poder". Na verdade, os "escores" proporcionalmente mais elevados que os Deputados pessedistas alcançaram se referem quase todos ao desempenho de cargos executivos na máquina das interventorias, quer como Delegados, Chefes de Polícia ou da guarda-civil e congêneres, quer como Secretários de Segurança e do Interior, quer como Interventores.

Apesar de a bancada pessedista registrar um número proporcionalmente maior de antigos Vereadores, Presidentes de Câmaras Municipais e, sobretudo, Prefeitos, seria algo precipitado traduzir essa vantagem como indicador de proximidade com os detentores do poder local, quer dizer, em termos de sintonia com elites agrárias conservadoras. Quando se verifica que um terço dos Deputados pessedistas que antes cumpriram man-

---

Aloísio de Castro (1901/Salvador/BA – UDN/BA), *Aloísio de Carvalho Filho* (1901/Salvador/BA – UDN/BA), *João Mendes da Costa Filho* (1905/Feira de Santana/BA – UDN/BA), *Manuel Cavalcanti Novaes* (1908/Floresta/BA – UDN/BA), *Clemente Mariani Bittencourt* (1900/BA – UDN/BA), *Gabriel de Rezende Passos* (1901/Itapecerica/MG – UDN/MG), *Mílton Soares Campos* (1900/Ponte Nova/MG – UDN/MG), e outras ainda se enquadram nesse grupo de políticos cassados pelo golpe de 37, porta-vozes expressivos de setores oligárquicos, dentre os quais *Leão Sampaio* (1897/Barbalha/CE – UDN/CE), *J. Ferreira de Souza* (1899) Santa Cruz/RN – UDN/RN), *Leandro Maynard Maciel* (1897/Rosário/SE – UDN/SE); *José Monteiro Soares Filho* (1894/Vassouras/RJ – UDN/RJ), *Ernâni Ayres Satyro e Souza* (1911/Patos/PB – UDN/PB), *João Cleophas de Oliveira* (1898/Vitória de Santo Antão/PE – UDN/PE) etc.

datos como Prefeitos exerceu tal função em capitais estaduais (Manaus, São Luís, Teresina, Natal, Recife, Belo Horizonte, Vitória, Cuiabá e Goiânia) e outros tantos em cidades de porte médio nas condições da época e que já dispunham de um considerável colégio eleitoral (Olinda, Teófilo Otoni, Barbacena, Cachoeiro do Itapemirim, Barra do Piraí, Nova Iguaçu e Santos) (ver Quadro 2), não há dúvida de que o apelo a essa parcela importante do eleitorado urbano por parte dos "de dentro", para usar a terminologia de Skidmore, se inscrevia numa estratégia mais ampla em relação aos trabalhadores urbanos. Era preciso se resguardar do avanço oposicionista em áreas urbanas fora do eixo Rio-São Paulo, onde o recém-fundado partido trabalhista encontraria decerto maiores resistências para cobrar dos trabalhadores a retribuição pelos direitos sociais outorgados. Para impedir que uma parcela considerável do eleitorado urbano acabasse fazendo o jogo dos "de fora" (a saber, a UDN e o PCB), a única saída era oferecer uma alternativa partidária que aliava à mediação exercida por líderes de estatura local os atrativos de uma opção menos radical do que aquelas representadas pelo partido trabalhista e pelo PCB que, não obstante, acabou ganhando em algumas capitais do Nordeste.[10]

Dentre todos os indicadores concernentes à trajetória político-institucional dos parlamentares de 1946, os udenistas[11] só levam vantagem por contarem com maior número, em termos proporcionais, de ex-Deputados estaduais, federais, Senadores, por terem recrutado um contingente mais expressivo de profissionais liberais na ATIVA[12] – e de Professo-

---

[10] "O PCB caracterizou-se, portanto, por ser um partido com penetração eleitoral nas áreas urbanas, industrializadas, desenvolvidas; sua penetração foi fácil nos Estados com baixo nível de desenvolvimento social (...) uma área urbano-industrial oferecia menor probabilidade de penetração comunista do que outra área semelhante na qual o desemprego fosse maior e o nível de vida das classes populares fosse mais baixo (...) o Recife e outras capitais do Nordeste, como Maceió e Aracaju, ofereciam um solo ainda mais propício ao radicalismo político de Esquerda do que as capitais do Sudeste e Sul, como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre", in G.A.D. Soares, *op.cit.*, pp. 224/5.

[11] É preciso lembrar que a UDN também contou com o respaldo de importantes órgãos de imprensa: a cadeia dos *Diários Associados* (Assis Chateaubriand), *O Globo* (Herbert Moses), *Correio da Manhã* (Paulo Bittencourt) e *O Estado de S. Paulo* (família Mesquita), ver T. Skidmore, *op. cit.*, p. 86.

[12] O diploma de bacharel não justifica por si só a inclusão de um parlamentar entre os profissionais liberais. Para tanto, é preciso haver indicações explícitas de que esses bacharéis de fato investiram numa carreira liberal, exercendo os encargos típicos dessas profissões, como, por exemplo, trabalhar numa banca ou escritório de advocacia ou numa clínica particular, como Assessores jurídicos de empresas e grupos econômicos, dedicar-se à prática forense, participar dos órgãos dirigentes de entidades corporativas (Institutos de Advogados, Ordem dos Advogados, Clube de Engenharia etc.).

res catedráticos no ensino superior.[13] Esses "escores" parecem indicar, portanto, que os quadros políticos udenistas provinham majoritariamente de frações da classe dirigente especializadas no desempenho de funções de Assessoria técnica, jurídica e intelectual. O PSD valeu-se, em medida considerável, dos dividendos eleitorais carreados por políticos locais cujo prestígio se escorava em obras sociais, assistenciais, e no exercício de funções ligadas ao aparato de segurança, ao passo que a UDN investiu a fundo na incorporação de profissionais liberais, professores, magistrados e intelectuais de renome, com trânsito em seus campos de atividade, dispondo de posições de mando em entidades culturais e corporativas, e em condições de atrair o voto daqueles setores sociais beneficiados pela expansão recente do ensino superior, das instituições culturais e do sem-número de aparelhos públicos e privados nas áreas da educação e cultura, processo que estava na raiz da ampliação de postos no mercado de trabalho cativo dos detentores de diplomas superiores. O apelo eleitoral pessedista se escorava sobretudo na oferta de serviços em áreas socialmente sensíveis, enquanto o perfil programático udenista encampou as demandas daqueles setores sociais urbanos e escolarizados que estavam empenhados em esgarçar ao máximo suas oportunidades de melhoria social e profissional.

Em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, a bancada pessedista incluía políticos que se firmaram em função dos serviços prestados às interventorias onde a maioria chegou a ocupar postos de relevo – Interventores, Secretários de Estado, Prefeitos –, sendo que alguns deles pertenciam, ao mesmo tempo, em graus e a títulos diversos, a clãs oligárquicos estaduais. Alguns dos ex-Interventores que passaram a integrar a cúpula dirigente do PSD juntavam às suas raízes locais o trunfo de poderem

[13] Entre outros, *Epílogo Gonçalves Campos* (1915/Rio Branco/AC – UDN/AM – Medicina/Pará); *Antenor Américo Mourão Bogea* (1909/Grajaú/MA – UDN/MA – Direito Penal/São Luís); *Gilberto de Mello Freyre* (1900/Recife/PE – UDN/PE – Sociologia/Faculdade Nacional de Filosofia/Universidade do Brasil – Direito/Recife); *Aloísio de Carvalho Filho* (Direito Penal/Bahia); *João Mendes da Costa Filho* (Direito Penal/BA); *Aliomar de Andrade Baleeiro* (1905/Salvador/BA – Finanças/Faculdade de Direito/BA); *Luís Vianna Filho* (Direito Internacional Privado/Faculdade de Direito/Bahia – História do Brasil/Faculdade de Filosofia/Bahia); *Clemente Mariani Bittencourt* (Direito Comercial/Bahia); *Hamilton de Lacerda Nogueira* (1897/Campos/RJ – UDN/DF – Biologia Geral/Faculdade Nacional de Filosofia/Universidade do Brasil – Higiene/Faculdade Nacional de Medicina); *Mário Marsagão* (1899/São Carlos/SP – UDN/SP – Direito Administrativo/Faculdade de Direito/São Paulo); *Erasto Gaertner* (1900/Curitiba/PR – UDN/PR – Medicina/Paraná) etc.

QUADRO 2
PARLAMENTARES DO PSD E DA UDN QUE FORAM PREFEITOS E RESPECTIVAS CIDADES

PSD

Francisco Pereira da Silva – Taraucá (AC)
Hugo Ribeiro Carneiro – *Manaus* (AM)
Nelson da Silva Parijós – Cametá (PA)
Clodomir Cardoso – *São Luís* (MA)
Sigefredo Pacheco – Campo Maior (PI)
Raymundo de Arêa Leão – *Teresina* (PI)
José Augusto Varella – *Natal* (RN)
José Janduhy Carneiro – Pombal (RN)
Paulo Pessoa Guerra – Orobó e Bezerros (PE)
Antonio de Novaes Filho – *Recife* (PE)
Oscar Napoleão Carneiro – Olinda (PE)
José Maria de Melo – Assembléia (AL)
Benedito Valadares Ribeiro – Pará de Minas (MG)
Juscelino Kubitschek de Oliveira – *Belo Horizonte* (MG)
Alfredo Sá – Teófilo Otoni (MG)
José Francisco Bias Fortes – Barbacena (MG)
Asdrubal Soares – *Vitória* (ES)
Henrique de Novaes – *Vitória* (ES)
Álvaro Castelo – ?
Ary de Siqueira Vianna – Cachoeiro do Itapemirim (ES)
Paulo da Silva Fernandes – Barra do Piraí (RJ)
Getúlio Barbosa de Moura – Nova Iguaçu (RJ)
Antonio Ezequiel Feliciano da Silva – Santos (SP)
José Diogo Brochado da Rocha – São Pedro e Viamão (RS)
João Ponce de Arruda – *Cuiabá* (MT)
Albatênio Caiado Godói – *Goiânia* (GO)
Guilherme Xavier de Almeida – Morrinhos (GO)
João d'Abreu – Arraias (GO)
Christiano Monteiro Machado – *Belo Horizonte* (MG)

UDN

Gentil Barreira – *Fortaleza* (CE)
Plínio Pompeu de Saboya Magalhães – *Fortaleza* (CE)
Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega – *João Pessoa* (PB)
Ernany Ayres Satyro e Sousa – *João Pessoa* (PB)
Vergniaud Wanderley – ?
Alde Feijó Sampaio – Catende (PE)
João Cleophas de Oliveira – Vitória de Santo Antão (PE)
Mário Gomes de Barros – União dos Palmares (AL)
José Bonifácio Lafayette de Andrada – Barbacena (MG)
Luiz de Toledo Piza Sobrinho – Pirajuí (SP)
José Antonio Flores da Cunha – Uruguaiana (RS)
Vespasiano Barbosa, Martins – Campo Grande (MT)
Jales Machado de Siqueira – Buriti Alegre (GO)

contar com ligações de parentesco nos círculos palacianos do regime. O General-de-Brigada *Ismar de Góes Monteiro* (1906/Maceió/AL – PSD/AL) era irmão do Major Cícero Augusto de Góes Monteiro, que morreu combatendo as forças paulistas em 1932, de Manuel Cesar de Góes Monteiro (1891/São Luís do Quitunde/AL), Médico encarregado de inúmeras missões de representação do país no exterior, depois designado Médico do Exército, tendo participado das tropas legalistas em 1932, Deputado federal à Constituinte de 1934 e líder da bancada alagoana, e do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Ministro da Guerra do Governo Vargas (1934/1935), membro do Clube 3 de Outubro e uma das principais figuras da hierarquia militar. *Benedito Valadares Ribeiro* (1892/Pará de Minas/MG – PSD/MG), sobrinho-neto do Conselheiro Martinho Campos, constituinte em 1934, era concunhado do Capitão *Ernesto Dornelles* (1897/São Borja/RS – PSD/RS), Chefe de Polícia em Minas, Interventor federal no Rio Grande do Sul e primo de Getúlio Vargas. *Ernani do Amaral Peixoto* (1896/Rio de Janeiro/DF – PSD/RJ), que antes de ser alçado à interventoria fluminense em 1937 fora ajudante-de-ordens de Vargas desde 1933 como Capitão-Tenente da Marinha, era filho de Augusto do Amaral Peixoto, Interventor federal no Distrito Federal em 1934, irmão de Augusto do Amaral Peixoto Jr. (1901/Rio de Janeiro/DF), Oficial e mais tarde Vice-Almirante da Marinha, líder do motim do encouraçado "São Paulo" em 1924, revolucionário em 30 e combatente legalista em 1932, Oficial de Gabinete dos Ministros-Almirantes Conrado Heck e Protógenes Guimarães, Deputado à Assembléia Constituinte de 1933 pela legenda do Partido Autonomista, um dos principais articuladores e líderes do Clube 3 de Outubro, e genro do Presidente Vargas. *Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães* (1893/Vila Bela/PE – PSD/PE), Ministro do Trabalho (1934-1937) e interino da Justiça (1937), Interventor federal em Pernambuco, era cunhado do Cônego Olímpio de Melo, que fora Presidente do Conselho Municipal e Interventor no Distrito Federal (1936-1937).[14]

Entretanto, por mais eficientes que tivessem se mostrado no desempenho de suas tarefas e por maiores que fossem os interesses do Governo

[14] Consultar Wanor R. Godinho e Oswaldo S. Andrade, *op. cit.*, pp. 67, 81, 122; Benedito Valadares, *Tempos Idos e Vividos (Memórias)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; Robert J. Alexander, "Os tenentes depois da Revolução de 30", in Eurico de Lima Figueiredo (org.), *Os Militares e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 163/188; Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, Meu Pai*, Porto Alegre, Globo, 1960; Andrade Lima Filho, *China Gordo (Agamenon Magalhães e Sua Época)*, Recife, Editora Universitária, 1976.

federal em assegurar a sobrevivência política dessa nova categoria de gestores, eles não teriam sido bem-sucedidos eleitoralmente, caso não tivessem podido contar, desde o início de sua trajetória política e profissional, com amplo respaldo por parte de setores de elite com peso considerável no equilíbrio de forças estadual. Em Sergipe, no Espírito Santo, e sobretudo em Minas Gerais, as bancadas pessedistas incorporaram herdeiros à testa de importantes clãs oligárquicos, muitos dos quais já haviam consolidado sua carreira política desde a década de 20, como, por exemplo: *Maurício Gracchо Cardoso,* filho de uma tradicional família de Estância, casado com uma Accioly, Deputado federal desde 1921, Senador e Presidente do Estado no ano seguinte;[15] *Israel Pinheiro* (1896/Caeté/MG – PSD/MG), da família do mesmo nome que controlava o Município de Caeté (MG) através da principal fonte de emprego na cidade, a Cerâmica João Pinheiro, fora membro e depois Presidente do Conselho Consultivo do Estado, e Secretário de Viação e de Agricultura ao tempo da interventoria Valadares;[16] *José Francisco Bias Fortes* (1891/Barbacena/MG – PSD/MG), cuja família se revezava com os Andradas no poder em Barbacena à custa da concessão de empregos públicos e do exercício de cargos políticos de relevo tanto em nível estadual como no plano federal, fora Deputado estadual de 1915 a 1925, Secretário de Segurança Pública em 1926, Deputado à Constituinte Federal de 1934 e Prefeito de Barbacena em 1937;[17] *Christiano Monteiro Machado* (1894/Sabará/MG – PSD/MG), filho do Coronel e negociante Virgílio Machado, descendente de famílias ilustres, fora Deputado estadual (1924) e federal (1930, 1934), Prefeito de Belo Horizonte (1927), Secretário do Interior e Justiça no Governo Olegário Maciel;[18] *Levindo Eduardo Coelho* (1871/Queluz/MG – PSD/MG), de uma família tradicional de Ubá, fora Deputado estadual de 1915 a 1929, Secretário da Educação em 1930 e Deputado à Constituinte Federal de 1934;[19] *Carlos Fernando Monteiro Lindenberg* (1899/Cachoeiro do Itapemirim/ES – PSD/ES), sobrinho dos ex-Presidentes e Sena-

[15] Ver José Ibarê Costa Dantas, *O Tenentismo em Sergipe (Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930),* Petrópolis, Vozes, 1974, p. 27 e segs.

[16] Ver G.A.D. Soares, *op. cit.,* pp. 108/112.

[17] Ver José Murilo de Carvalho, "Barbacena: a família, a política e uma hipótese", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* 20 (janeiro de 1966), pp. 153-194.

[18] A respeito da família Machado, consultar Renard Perez, *Escritores Brasileiros Contemporâneos,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, pp. 19/26, e Wanor R. Godinho e Oswaldo S. Andrade, *op. cit.,* p. 178.

[19] Wanor R. Godinho e Oswaldo S. Andrade, *op. cit.,* p. 157.

dores capixabas Jerônimo e Bernardino Monteiro (quadriênios de 1908-1912 e 1916-1920, respectivamente) e de D. Fernando de Souza Monteiro, Bispo de Vitória, fora Vice-Presidente da Associação Comercial (1932) e Deputado à Constituinte de 1934;[20] *Nereu* de *Oliveira Ramos* (1888/Lajes/SC - PSD/SC), Deputado estadual (1911) e federal (1930 e 1934), Governador (1935-1937) e Interventor federal (1937-1945), era filho do Coronel e ex-Governador de Santa Catarina, Vidal José de Oliveira Ramos. Embora alguns desses elementos tivessem arriscado seu futuro político ao apostarem na continuidade da coalizão de forças vitoriosa em 1930, a legitimidade do mando que passaram a exercer se deveu tanto à contribuição que deram à sustentação do regime como a seu enraizamento na elite dirigente estadual. Em suma, as condições extremamente favoráveis à sedimentação do pessedismo em alguns desses Estados derivaram em parte da aliança com seus clãs familiares.

No Amazonas, Pará e Maranhão, a bancada pessedista comportava prepostos do poder central que haviam assumido uma gama variada de encargos, inclusive aqueles Interventores que se saíram relativamente bem no trabalho de conciliar as facções dirigentes locais, seus ajudantes-de-ordens militares ou civis que haviam se incumbido de missões políticas espinhosas, e mais alguns elementos da magistratura federal que, tanto por essa razão como pelo fato de serem por vezes originários dos Estados por onde haviam sido eleitos, estavam em situação vantajosa para enfrentar a campanha eleitoral.

Em alguns Estados nordestinos, a divisão das forças oligárquicas cristalizou dissensões anteriores entre as diversas facções em concorrência pelo controle da situação estadual. Não obstante, o alinhamento em favor do PSD ou da UDN reproduziu, em grandes linhas, as clivagens operadas ao longo do regime Vargas. Ainda que se possa registrar as ligações que integrantes das bancadas de ambos os partidos mantinham com as elites agrárias locais, o pessedismo se articulou em torno daquelas figuras que haviam colaborado de perto com o Governo central e que se aproveitaram do controle de recursos e de posições administrativas para ampliar sua base eleitoral. O partido oposicionista, por sua vez, preferiu concentrar esforços no recrutamento de elementos pertencentes às grandes famílias de empreendedores locais. Em Sergipe, na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas, a maioria dos parlamentares udenistas provinha de clãs familiares

[20] *Idem, ibidem,* p. 116. Ver também José Teixeira de Oliveira, *História do Estado do Espírito Santo,* 2ª ed., Vitória, Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, pp. 419/423.

que repartiam entre si a direção e a propriedade das principais atividades econômicas. A bancada udenista em Sergipe se compunha de membros do reduzido círculo de famílias que possuíam mais de uma dezena de usinas no Estado, a saber: *Walter Prado Franco* (1898/Laranjeiras/SE), também industrial têxtil e proprietário do jornal *Correio de Aracaju; Heribaldo Dantas Vieira* (1903/Capela/SE), sobrinho do ex-Governador e usineiro Manuel Dantas, e o Engenheiro civil *Leandro Maynard Maciel* (1897/Capela/SE), primo-irmão do Interventor Maynard Gomes, tendo sido Diretor do Departamento de Obras nos Governos Cyro Azevedo (1926) e Manuel Dantas (1927) e Deputado à Constituinte de 1934.[21] O caso da Paraíba confirma o pape desempenhado pelas dissensões entre facções políticas no âmbito estadual, antes e depois de 1930, e o empenho de setores importantes da oligarquia em resistir aos avanços do poder central, como os fatores responsáveis pelo alinhamento partidário em 1945. A bancada udenista congrega as principais lideranças rurais mobilizadas pelo "partido" do ex-Interventor e Governador Argemiro de Figueiredo (1901/Campina Grande/PA-UDN/PA), ele próprio Chefe político em sua cidade natal antes de 1930 e membro do comitê regional de apoio ao programa aliancista, sendo que pelo menos seis, dentre os noves Parlamentares eleitos em 45 pela legenda oposicionista, eram herdeiros de ricos proprietários rurais que haviam aderido à Aliança Liberal.[22] O PSD, por sua vez, buscou amparo

---

[21] "Das 54 usinas registradas no Estado em dezembro de 1916, cinco delas se destacavam das demais pela capacidade de produção. Dessas cinco, duas pertenciam aos Prado Franco, duas aos Rolemberg Prado e a última aos Faro Rolemberg (...) Observando a relação dos proprietários das 54 usinas referidas, contam-se nove com sobrenome Prado, sete Rolemberg, cinco Dantas, quatro Faro, quatro Maciel, quatro Vieira, quatro Menezes, entre outros. Embora algumas vezes esses sobrenomes aparecessem em duas e até três famílias que não mantinham acentuados vínculos entre si, é oportuno fazer notar que alguns desses sobrenomes por vezes se encontravam juntos numa mesma família como os Prado Franco, Faro Rolemberg, Vieira de Melo (...) Além disso, era comum a endogamia familiar que os tornava mais fortes política, econômica e socialmente (...)", in J.I.C. Dantas, *op. cit.*, pp. 45/6. Ver também o artigo de Bonifácio Fortes, "Contribuição à história política de Sergipe", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 8 (abril de 1960), pp. 86/133.

[22] Esses Deputados eram herdeiros de usineiros perrepistas e aliados de João Pessoa na campanha da Aliança Liberal: *João Agripino Filho* (João Agripino/Brejo da Cruz), *Ernany Ayres Satyro e Souza* (Coronel Miguel Satyro/Patos), *Osman de Araújo Aquino* (Modesto de Aquino/Guarabira), Plínio Lemos (Coronel Murilo Lemos), *Ursulo Ribeiro Coutinho Filho* (Ursulo Ribeiro Coutinho), *Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega* (Coronel Claudino Nóbrega/Soledade, Cleodon Nóbrega/Santa Luzia), este último também banqueiro e dono de uma fábrica de torrefação de milho. A bancada paraibana do PSD se constituía de três Deputados, todos intimamente entrosados com a máquina administrativa estadual: *Samuel Vital Duarte* (1904/Alagoa Nova/PB), bacharel que assumiu em 1931 a Direção

junto aos grupos ligados ao Interventor Rui Carneiro, cujas bases eram o eleitorado da capital e os pequenos proprietários da zona açucareira. Em Alagoas e Pernambuco, o udenismo também se converteu na legenda de setores agrários, elegendo plantadores de cana que eram, ao mesmo tempo, dirigentes de organizações patronais.[23] No Ceará e Rio Grande do Norte, as bancadas udenistas reúnem políticos ilustres da República Velha – Fernandes Távora, José de Borba Vasconcelos, José Augusto Bezerra de Medeiros – a Jornalistas e Magistrados locais vinculados à Igreja.

Na Paraíba, Pernambuco e Bahia, o partido oposicionista se escorou ainda no potencial de mobilização daqueles interventores que acabaram rompendo o contrato de serviço que mantinham com o Governo central. Sentindo-se suficientemente amparados em virtude das alianças celebradas com grupos dirigentes locais ou por terem logrado êxito no projeto de pacificação das facções em litígio em âmbito estadual, êxito para o qual contribuiu bastante o fato de serem originários daqueles Estados onde passaram a operar, de terem-se casado com mulheres das famílias oligárquicas, de terem, em suma, um perfil social semelhante às lideranças pessedistas emergentes, por exemplo, em Minas e em Pernambuco, esses Interventores passaram à ofensiva em prol da restauração da autonomia estadual, postura que lhes valeu a confiança dos núcleos de oposição.

No Distrito Federal, no Estado do Rio de Janeiro, e em especial na Bahia e em Minas Gerais, a principal ala de parlamentares udenistas se

---

da Imprensa Oficial e do jornal governista *A União*; *José Janduby Carneiro* (1903/Pombal/PB), Médico e Chefe político em sua cidade natal alinhado com a facção João Pessoa, irmão do diretor do *Correio da Manhã* do Estado e futuro Senador Rui Carneiro; *José Joffily Bezerra de Mello* (1914/Campina Grande/PB), sobrinho de Irineu Joffily, que fora Deputado estadual (1928), Chefe de polícia do Governo João Pessoa e participante na campanha da Aliança Liberal. Consultar Ademar Vidal. *João Pessoa e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, nova edição de obra lançada em 1933; José Joffily, *Revolta e Revolução (Cinqüenta Anos Depois)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; José Octavio, *João Pessoa Perante a História (Textos Básicos e Estudos Críticos)*, João Pessoa, Secretaria da Educação e Cultura, 1978.

[23] A bancada udenista em Alagoas se constituía dos Deputados *Mário Gomes de Barros* (1902/Camaragibe/AL), senhor de engenho e líder patronal, *Rui Soares Palmeira* (1910/São Miguel dos Campos), grande proprietário rural e diretor da Cooperativa Central dos Bangüezeiros e Fornecedores de Cana, e *Antônio de Freitas Cavalcanti* (1908/Penedo/AL), plantador de cana. Em Pernambuco, os quatro Deputados eleitos pela UDN possuíam, em graus e a títulos diversos, amplas ligações com a agroindústria açucareira: *Carlos de Lima Cavalcanti* (1892/Escada/PE), *Gilberto de Mello Freyre* (1900/Recife/PE), *Alde Feijó Sampaio* (1894/Catende/PE), usineiro militante em organizações patronais do Estado (Sindicato dos Usineiros, Associação Comercial etc.), e o usineiro *João Cleophas de Oliveira*.

constituía de bacharéis ilustres, herdeiros de antigas linhagens atuantes nas carreiras e profissões de maior prestígio. Sentindo-se preteridos pelos próceres do Estado Novo, que lhes bloquearam o acesso às posições de cúpula para os quais se sentiam habilitados de fato e de direito, confinaram momentaneamente suas atividades ao trabalho que faziam como Professores catedráticos nas faculdades de Direito e em outras instituições de ensino superior, e como Assessores jurídicos de grupos privados.

Em São Paulo, a composição de ambas as chapas difere consideravelmente dos padrões acima referidos. As clivagens que orientam o realinhamento das forças políticas no Estado remontam às dissensões internas ao situacionalismo oligárquico, que acabaram se reforçando ao longo das décadas de 30 e 40, através da aliança que líderes de peso do empresariado industrial firmaram com o regime Vargas. A presença de pelo menos três elementos pertencentes à cúpula do estado-maior da facção Mesquita, na bancada udenista, se explica não apenas em função das bandeiras liberais e das tomadas de posição em prol da autonomia estadual, assumidas por essa facção de empresários culturais, mas também pela intervenção federal imposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*, tornando irreversível a adesão do grupo Mesquita às hostes oposicionistas. A bancada pessedista inclui elementos próximos dos círculos palacianos, representantes do empresariado industrial, em companhia de uma ala de Catedráticos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, esses últimos pinçados entre a elite da própria fração intelectual que o grupo Mesquita se empenhara em consolidar.[24] São Paulo foi, praticamente, o único Estado da Federação onde o PSD se valeu do apoio de elementos pertencentes à

[24] *Luiz Gonzaga Novelli Jr.* (1906/Itu/SP – PSD/SP) era genro torto do General Eurico Gaspar Dutra, eleito Presidente da República em 1945, e *José Armando Affonseca* (1908/Santos/SP – PSD/SP), Advogado que ocupou inúmeros cargos de confiança no Governo estadual durante a década de 30, era sobrinho do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Ministro das Relações Exteriores (1934-1937). A ala dos representantes patronais incluía o empresário rural e industrial *João Gomes Martins Filho* (1908/São Paulo/SP – PSD/SP), Vice-Presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, o Industrial e Banqueiro *José João Abdala* (1903/Guaratinguetá/SP – PSD/SP), da Companhia Brasileira de Cimento Portland e do Banco Central de São Paulo, o Capitalista e Industrial *Joaquim A. Sampaio Vidal* (1897/São Carlos/SP), e o Industrial *Horácio Lafer* (1900/São Paulo/SP), que fora representante profissional de sua categoria à Assembléia Constituinte de 1933, membro de conselhos econômicos do regime Vargas e representante brasileiro no exterior. *Honorio Fernandes Monteiro* (1894/Araraquara/SP), *Goffredo da Silva Telles Jr.* (1915/São Paulo/SP) e *José Carlos Ataliba Nogueira* (1901/Campinas/SP) eram Catedráticos de Direito Comercial, de Teoria Geral do Direito e de Direito Público e Constitucional, respectivamente.

mesma facção da classe dirigente que contribuiu com as figuras de maior destaque para a "ala dos bacharéis" udenistas.

2. OS POLÍTICOS PESSEDISTAS: APADRINHAMENTO, COOPTAÇÃO E ESTADO

Levando-se em conta os vínculos que mantêm com os grupos dirigentes locais e com o Governo central, os interesses econômicos e/ou políticos de que se fazem porta-vozes e o perfil institucional de carreira, poder-se-ia discernir três tipos de agente político entre os integrantes da bancada pessedista à Constituinte de 1946: os próceres de extração local, os prepostos do poder central e os representantes patronais.

As lideranças políticas emergentes nos Estados ao longo das décadas de 30 e 40 acabaram em mãos de elementos bastante chegados aos círculos dominantes em âmbito local, quer por relações de parentesco, quer pelo casamento, quer pelas proteções de toda espécie com que se beneficiaram. A solidez desses laços se manifestava pela herança dos mandatos de representação na esfera municipal – vereanças, Presidência de Câmaras, chefias de comitês partidários, prefeituras – e pelas oportunidades de emprego e colocação que essas redes de sociabilidade lhes proporcionavam. Os próceres locais típicos eram quase sempre oriundos de antigas famílias do Estado, ou, então, a elas se haviam associado pelo casamento, via de regra jovens bacharéis em Direito ou Medicina ao tempo em que iniciam sua carreira pública, em condições de ostentar insígnias de honorabilidade a que só fazem jus os membros natos de clãs eminentes.

Muitos desses futuros políticos profissionais começaram exercendo cargos subalternos no sistema judiciário ou em instituições de saúde, de onde eram promovidos a postos de maior responsabilidade nessas mesmas áreas (Curadores, Procuradores, Diretores de hospitais, de corporações locais etc.),[25] até que tivessem a oportunidade de serem convocados ao

[25] Entre outros, *José Augusto Varella* (1896/Ceará Mirim/RN – PSD/RN) formado em Medicina na Bahia (1921), iniciou sua carreira como Diretor de Hospício de Alienados em Natal, passando a Inspetor Sanitário de Portos em Macau, a membro do Conselho Penitenciário, tendo sido eleito Deputado estadual nas eleições de 1935, e designado Prefeito da capital potiguar em 1945; *José Janduhy Carneiro* (1903/Pombal/PB – PSD/PB), formado em Medicina pela Universidade do Brasil em 1926, começou sua carreira como Prefeito de sua cidade (1930-1934), daí passando a Diretor do Departamento de Saúde e, mais adiante, a Secretário do Interior e Segurança Pública (1942-1945); *Francisco Leite Neto* (1907/Riachuelo/SE – PSD/SE), Advogado, foi Diretor da penitenciária estadual, Secretário

desempenho de seus primeiros mandatos de caráter propriamente políticos. Eram, então, designados para cargos executivos nos aparelhos de segurança onde começavam como meros funcionários ou Delegados de Polícia, passando em seguida a Chefes de Polícia ou da guarda-civil, eventualmente do Corpo de Bombeiros, coroando essa etapa da carreira como Secretários da Segurança Pública e/ou do Interior. Outros cumpriram trajetória funcional idêntica na hierarquia local de outras esferas de atividade, sendo chamados, por exemplo, como auxiliares de confiança do gabinete do Prefeito da capital, dos Secretários de Estado ou do próprio Interventor, ou, então, recebiam a incumbência de gerir serviços ou agências governamentais nas áreas da justiça, educação, saúde, obras públicas, assumindo freqüentemente o cargo de Secretário de Estado nessas mesmas pastas. Assim, a carreira desse grupo de futuros políticos pessedistas deveu tanto às ligações que mantinham com setores importantes da classe dirigente estadual como às necessidades funcionais motivadas pela expansão das máquinas administrativas estadual e federal, sendo que em alguns casos as proteções familiares e os compromissos firmados com clãs políticos locais contribuíram tanto e até mais decisivamente para a escalada desses elementos do que as provas de vassalagem em relação ao Governo central.

As trajetórias de Etelvino Lins, Juscelino Kubitschek e Victorino Freire revelam as novas condições que presidiram à convocação de pessoal político nas décadas de 30 e 40, os dois primeiros em Estados (Pernambuco e Minas Gerais) que dispunham de maior autonomia relativa em relação ao poder central, o último operando num Estado que foi objeto de sucessivas intervenções federais. Muito embora tivessem prestado a mais ampla colaboração às interventorias, trabalho esse que lhes conferiu os créditos indispensáveis à continuidade de suas carreiras políticas, esses e inúmeros outros pessedistas estavam bastante entrosados com clãs locais em cujo funcionamento se mesclavam interesses familiares, econômicos e políticos. Afora os trunfos de rotina que a participação nesses clãs costumava assegurar, a principal dívida consistia na legitimação de seus mandatos que a mera delegação de poderes por parte do Governo central não

---

da Fazenda e da Justiça, e finalmente Secretário-Geral do Interventor Maynard Gomes, aliando a esse envolvimento na máquina administrativa local seus trunfos de sangue, pertencendo à família Rolemberg pelo lado materno e ao clã político de seu sogro, o Advogado, Professor, Jurista e membro do Conselho Consultivo de Sergipe, Antonio Manoel de Carvalho Neto. Consultar Paulo de Carvalho Neto, *Um Precursor do Direito Trabalhista Brasileiro*, Belo Horizonte, Edição da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1964.

conseguia suprir. Enfim, mormente no caso de Juscelino Kubitschek, a competência técnica enquanto profissional liberal contribuiu de modo relevante para descrever o caráter classista dos mandatos que foi empalmando, ou melhor, a dimensão estritamente profissional acabou sobrepujando as demais marcas de classe na conformação de sua imagem pública.

3. ETELVINO LINS E JUSCELINO KUBITSCHEK: PRÓCERES DE EXTRAÇÃO LOCAL

Etelvino Lins de Albuquerque nasceu aos 20 de novembro de 1908, no Município de Sertânia (Pernambuco), primogênito e primeiro filho homem da prole numerosa (seis homens e três mulheres), do Funcionário Público e escritor Ulysses Lins de Albuquerque.[26] Os depoimentos de seu pai permitem reconstruir a trajetória secular de clãs familiares que lograram conservar sua posição no espaço da classe dirigente em virtude de alguns casamentos endogâmicos bem-sucedidos e da monopolização das funções judiciais, administrativas e de segurança, nos planos local e regional. As origens desse tríplice processo de acumulação de bens, de honorabilidade e de autoridade, remontam aos feitos do desbravador e Mestre-de-Campo português, Pantaleão de Siqueira Barbosa, que se instalou na região sertaneja de Moxotó, onde adquiriu sesmarias e gado, fundando diversas fazendas e povoações. Muitos de seus descendentes tornaram-se senhores-de-engenho e usineiros, outros se destacaram nas atividades políticas, nas letras, na medicina.[27]

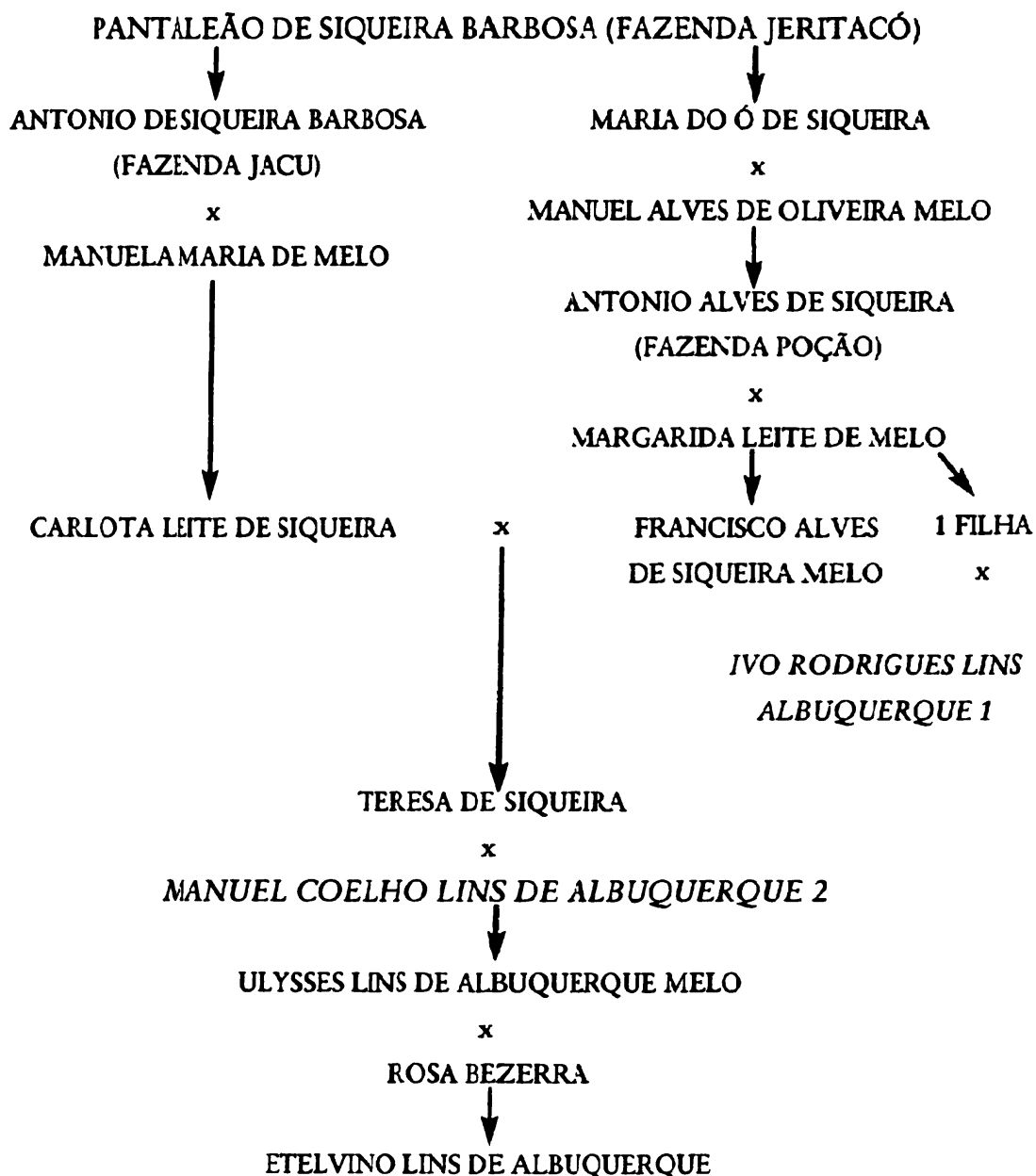
Os Lins de Albuquerque se filiaram ao tronco principal do clã através de alianças matrimoniais com herdeiras de duas gerações sucessivas do ramo Siqueira, a primeira na geração do bisavô e a segunda na geração do avô de Etelvino. O bisavô de Etelvino, Major Ivo Rodrigues Lins de Albuquerque, enviuvou cedo e casou-se novamente com uma filha de Antonio Alves de Siqueira (fazenda Poção), neto pelo lado materno do

---

[26] Ver Ulysses Lins de Albuquerque, *Um Sertanejo e o Sertão (Memórias)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2ª ed., 1978, e *Moxotó Brabo (Aspectos Histórico-Sociológicos de uma Região Sertaneja – Pernambuco)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

[27] Como, por exemplo, André Cavalcanti de Albuquerque, Ministro do Supremo Tribunal Federal (bisneto), Antônio de Siqueira Carneiro da Cunha, lente de Medicina Legal na Faculdade de Direito do Recife (trineto), D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, primeiro Cardeal da América Latina (trineto), Carlos de Lima Cavalcanti e Etelvino Lins de Albuquerque (pentanetos).

GRÁFICO 2

Genealogia dos Lins de Albuquerque*

* FONTE: Dados extraídos de Ulysses Lins de Albuquerque, *Moxotó Brabo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

fundador do clã (fazenda Jeritacó) e filho do irmão de Manuela Maria de Meio (fazenda Jacu), sogra, por sua vez, de seu filho Francisco Alves de Siqueira (fazenda Pantaleão). O avô de Etelvino, Manuel Coelho Lins de Albuquerque, único filho do primeiro casamento do Major, contraiu núpcias com Teresa de Siqueira, passando a residir com seu sogro Francisco e selando o pacto de interesses iniciado pelo pai. Os dividendos colhidos através dessas alianças devem ter sido suficientemente vultosos a ponto de justificar o acréscimo do sobrenome Melo por ocasião do registro civil do pai de Etelvino, como que tornando público, através da homenagem ao sogro, o fato de a transmissão do patrimônio ter sido mediada pelas mulheres. Além da herança material, coube aos Lins de Albuquerque assumir também o exercício das principais funções políticas locais. Com a morte de Francisco Alves de Siqueira e Melo, seu genro Manoel Coelho Lins de Albuquerque, Coronel da Guarda Nacional, passou a comandar o Partido Conservador e elegeu-se Vereador do Município na primeira eleição, em 1882, sendo reeleito no pleito seguinte, mas tendo que renunciar por ter sido nomeado suplente de Juiz municipal; em 1895, foi eleito Subprefeito, assumindo a Direção do Município em 1898, logo após ter fixado residência na vila de Alagoa de Baixo onde abre uma loja de fazendas, primeira tentativa de sustar o quanto possível o declínio familiar; tendo sido eleito Prefeito para o período 1904-1907, foi em seguida Presidente do Conselho Municipal e, apesar de reeleito em 1910, renuncia ao cargo quando da ascensão ao Governo estadual do General Dantas Barreto no ano seguinte, num gesto de solidariedade com o Conselheiro Rosa e Silva, seu Chefe político. Entretanto, a carreira de seu pai fica praticamente a reboque do trabalho político de Etelvino, desde o momento em que este último passa a desempenhar funções de estrita confiança na interventoria Agamenon Magalhães.

Após desistir de ingressar na Escola Militar do Realengo e tendo sido reprovado no vestibular para a Faculdade de Medicina da Bahia, Etelvino é brindado com matrícula gratuita na Faculdade de Direito de Recife, por indicação do então Deputado Agamenon Magalhães, decerto desejoso de retribuir o apoio que o pai de Etelvino lhe havia prestado por ocasião do confronto com Lima Cavalcanti. A esse primeiro gesto se seguiram outros tantos que foram selando uma relação de apadrinhamento que acabou tomando a forma de uma divisão institucionalizada de funções no contexto da máquina política da interventoria. Em 1º de dezembro de 1930, dia de sua formatura, Etelvino e outros colegas foram contemplados, pelo Interventor Carlos de Lima Cavalcanti, com nomeações "por serviços

prestados à Revolução e aproveitamento no curso". Etelvino fora nomeado Promotor Público da comarca de Goiana, onde permanece de 1931 até meados de 1934, então removido para Caruaru; em agosto desse ano é designado 2º Delegado-Auxiliar com sede no Recife e jurisdição em todo o interior, na qualidade de Chefe dos Delegados dos Municípios do Estado. Antes disso fora convidado pelo Governador Lima Cavalcanti, seu parente afastado, para assumir o cargo de Juiz de Direito de Bom Conselho, tendo resignado por instância de Agamenon Magalhães que desde algum tempo vinha lhe acenando com um futuro político em sua equipe. Em novembro de 1935, é promovido à 1ª Delegacia Auxiliar com o encargo de chefiar o policiamento da capital, tendo por essa ocasião presidido ao inquérito a respeito do movimento comunista no Estado. Com a ascensão de seu amigo e padrinho político Agamenon Magalhães ao cargo de Interventor em 1937, é chamado para assumir as funções de Chefe da Casa Civil, passando no mês seguinte ao cargo de Secretário da Segurança Pública, onde permanece até 1945. Acaba sendo nomeado Interventor em fevereiro desse ano, por indicação do próprio Agamenon, então nomeado Ministro da Justiça. Daí por diante, passa a integrar a cúpula dirigente do PSD, elegendo-se Senador à Constituinte de 1946, Governador em 1952; Deputado federal nas legislaturas de 1959 e 1970. Em 1955, seu nome foi lançado como candidato à Presidência da República por uma dissidência da UDN, mas acabou renunciando em favor do General Juarez Távora.

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu na cidade de Diamantina (Minas Gerais), em 1902, filho de um caixeiro-viajante que já havia exercido diversas atividades, desde o garimpo até as funções de Delegado de Polícia e Fiscal de Rendas. Descendendo de imigrantes da Boêmia, que se fixaram no Estado em fins do Primeiro Reinado, a família de sua mãe podia se orgulhar de antepassados que "ocuparam posições de relevo em Diamantina (...) professores, fazendeiros ou abastados comerciantes",[28] destacando-se o tio-avô João Nepomuceno Kubitschek (Jan Neposcky Kubitschek) que, além de participar das campanhas abolicionista e republicana, exerceu o cargo de Diretor da Província, chegando, com a República, ao posto de Senador estadual, e encerrando sua vida pública com a eleição para Vice-Presidente do Estado. Embora sua mãe já tivesse sido nomeada Professora primária antes de se casar, a morte do pai (1905) tornou esse emprego a fonte de sustento da família. E o fato de ser o único

[28] Juscelino Kubitschek, *Meu Caminho para Brasília*, 1º vol., Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1974, p. 21.

filho homem não lhe teria garantido os investimentos educacionais com que foi favorecido não fossem, primeiro, as disposições positivas em relação à escola adquiridas por influência materna; segundo, os contatos mantidos com seus tios Professores da Escola Normal, sendo um deles também Fiscal de Ensino, e, enfim, por ter passado a morar no prédio da escola com a mãe e a irmã. Sem poder compensar de todo os parcos recursos familiares com a boa vontade cultural que a mãe e os tios lhe haviam inculcado, terá de se sujeitar por um longo período às alternativas de relegação que as famílias dirigentes reservam a seus "parentes pobres". As experiências como coroinha, a passagem pelo seminário local como aluno a preço módico, as leituras, o aprendizado de inglês e francês constituem lances previsíveis na educação dos herdeiros de ramos declinantes. Por intermédio da família Mata Machado, líder da oposição oligárquica em Diamantina, consegue um emprego nos Correios em Belo Horizonte, para aí se transferindo em 1921 quando se inscreve num curso particular de preparação ao exame de ingresso na Faculdade de Medicina. Tendo concluído o curso médico em 1927, passa a trabalhar na Santa Casa, abre um consultório em sociedade com Júlio Soares (seu futuro cunhado) e é nomeado assistente da cadeira de Física Médica. Em 1930, tem a oportunidade de freqüentar o Serviço de Urologia do Hospital Cochin, em Paris.

Não fora o encontro, ainda nos tempos da Faculdade, com Sarah Gomes de Lemos,[29] com quem se casaria em 1931, os ingentes esforços da mãe, dos tios, seu próprio empenho nos estudos e o auxílio prestado por pistolões, teriam no máximo logrado sua conversão num profissional liberal categorizado. O casamento repercutiu consideravelmente sobre os passos seguintes de sua trajetória, dando-lhe a oportunidade de reorientar o sentido de sua carreira, colocando sua reputação como profissional liberal a serviço de suas pretensões de mando político, a exemplo de outros integrantes do círculo de parentes e amigos da família de Sarah. De volta a Belo Horizonte, retoma o trabalho no consultório, o serviço gratuito que prestava na Santa Casa e o posto de médico da Caixa Beneficente da Imprensa Oficial. Por solicitação da sogra, é nomeado para o quadro médico do Hospital Militar, começando por organizar o Serviço de Laboratório e Pesquisas e passando em seguida a chefiar o Serviço de

[29] Sarah era filha do ex-Deputado Jaime Gomes de Souza Lemos, que representou Minas na Câmara Federal por 30 anos, neta, pelo lado materno, do Comendador José Duarte da Costa Negrão, "homem de grande fortuna, proprietário de toda a área onde se localiza hoje o bairro da Floresta, em Belo Horizonte", bisneta de João Antônio de Lemos, Barão do Rio Verde. Ver Juscelino Kubitschek, *op. cit.*, pp. 141/3.

Urologia. Até esse momento, persistia em manter o projeto de uma carreira como profissional liberal, lecionando como assistente de Física Médica e trabalhando na tese com que pretendia concorrer a uma cátedra na Faculdade de Medicina. Não é por acaso que a probabilidade de tornar-se um "patinho feio", expressão com que exorciza um futuro a essa altura bastante improvável, segue-se, em suas memórias, à listagem quase brutal dos trunfos sociais que adquirira pelo casamento, em especial as relações e apoios que estava em condições de acionar ao nível da divisão do trabalho político em âmbito estadual: Otacílio Negrão de Lima, primo em primeiro grau de Sarah, fora Secretário do Governo Olegário Maciel; Gabriel Passos, seu cunhado, iniciava então sua carreira exercendo o cargo de Secretário Particular do Presidente Estadual; Deputado Júlio Bueno Brandão, outro cunhado, filho do velho Bueno Brandão, que fora Presidente de Minas; Geraldo Lemos, irmão de Sarah, operava na área financeira; seu outro irmão, Eugênio, era Médico com consultório particular no Rio de Janeiro; Clóvis Pinto, seu cunhado, filho de Estevão Pinto, Diretor-Presidente do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e "um dos homens mais ricos e conceituados de Belo Horizonte", era Engenheiro e seria Deputado estadual antes de 1937. Seu primeiro encargo de caráter político consistiu na designação como Médico junto às forças legalistas por ocasião da Revolução de 32, quando teve a oportunidade de se aproximar do futuro Interventor mineiro, Benedito Valadares. Em 1933, Juscelino é nomeado Chefe da Casa Civil de Valadares; no ano seguinte, seu nome é incluído na chapa de candidatos a Deputado federal pelo Partido Progressista, legenda situacionista, logrando nessa ocasião o tento de ser o Deputado mais votado do Estado e conseguindo eleger o Prefeito de Diamantina e 11 dos 15 Vereadores distritais. A essa altura, já se tornara Chefe político de sua cidade natal e Secretário do partido situacionista. Com o golpe de 37, retoma às atividades médicas, sendo promovido a Tenente-Coronel da Força Pública para trabalhar no Hospital Militar e retomando a clínica particular. Em 1940, é nomeado Prefeito de Belo Horizonte.

4. VICTORINO FREIRE: PREPOSTO CIVIL DO PODER CENTRAL

"Minha agradecida homenagem aos meus amigos e protetores, a quem devo o meu encaminhamento na vida pública: Dr. João Lopes de Siqueira

Campos, Ministro Juarez Távora, Ministro José Américo de Almeida, Ministro Gustavo Capanema, Ministro João de Mendonça Lima, Capitão Martins de Almeida".[30]

Victorino José de Brito Freire (1908/Pedra do Buíque/PE – PSD/MA) era filho de um fazendeiro de gado que atuava na política local. Com 11 anos de idade, é mandado pela família para estudar na capital federal, indo residir com um parente General, e mesmo assim não consegue vaga no Colégio Militar. Desde essa época, passa a freqüentar a casa de um vizinho, o então Capitão Eurico Dutra, de cujo enteado se torna companheiro. Ingressa no Colégio Pedro II e, pouco antes de concluir o preparatório, regressa a Pernambuco, onde consegue seu primeiro emprego público. Fora designado para o gabinete do Secretário da Agricultura do Governo Estácio Coimbra, favor alcançado por intercessão de um usineiro. Depois de 1930, acaba Secretário de José Américo, então à frente do Ministério da Viação; embora permaneça lotado no gabinete, espaço que lhe permite aproximar-se de Juarez Távora e de outros próceres da Revolução, é designado em 1932 para o Serviço Nacional do Algodão, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura; nesse mesmo ano, é incorporado como Ajudante-de-Ordens do então Primeiro-Tenente Martins de Almeida, Comandante de uma brigada de combate ao levante paulista; em seguida, é nomeado como Oficial Administrativo do Ministério da Educação na gestão Capanema e, em dezembro de 1933, segue para o Maranhão como Secretário de Governo do Capitão Martins de Almeida, recém-nomeado Interventor naquele Estado. As duas entrevistas com Vargas que menciona em seu depoimento se justificam em face do caráter especial dessa última missão política, fora incumbido de organizar o Partido Social Democrático no Estado. Não tendo conseguido eleger o candidato situacionista ao Governo maranhense, regressa ao Rio de Janeiro, sendo removido, em dezembro de 1936, para o gabinete de Antônio Carlos, então Presidente da Câmara dos Deputados, de onde retorna ao gabinete de José Américo; em novembro de 1939, é nomeado Oficial de Gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, General Mendonça Lima, passando a operar como "elo entre o Ministro da Viação e o Ministro da Guerra" e buscando consolidar suas bases políticas no Maranhão através da canalização de verbas, de nomeações para

[30] Victorino Freire, *A Laje da Raposa (Memórias)*, Rio de Janeiro, Guavira Eds. Ltda., 1978, p. 4.

cargos federais sediados no Estado e de outros expedientes de que se vale para revidar o Interventor Paulo Ramos, hostil aos setores ligados ao Capitão Martins de Almeida. Por fim, a colaboração que prestou como um dos "articuladores" da candidatura Dutra à Presidência da República rendeu amplos dividendos, dando-lhe a possibilidade de influir na indicação do novo Interventor no Maranhão e de se candidatar a Deputado federal à Assembléia Constituinte de 1946.

5. O PESSOAL DA UDN: TRADIÇÃO, FAMÍLIA E SETOR PRIVADO

Uma parcela considerável de signatários do *Manifesto Mineiro* (24/10/1943)[31] se constituía de Diretores-Acionistas, Executivos, Consultores Jurídicos e altos funcionários de grupos financeiros privados que detinham o controle acionário de alguns dos principais bancos comerciais sediados em Minas Gerais e no Distrito Federal:[32] *Cândido Naves*, ex-Diretor do Tesouro e ex-Secretário da Fazenda de Minas Gerais em 1932, e Gudesteu de Sá Pires, ex-Secretário da Fazenda de Minas Gerais por volta de 1927, eram diretores do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A; *José de Magalhães Pinto*, ex-funcionário do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, Gerente, depois Diretor do Banco da Lavoura de Minas Gerais, fundou o Banco Nacional de Minas Gerais S/A em 1944; *Pedro Aleixo* era Diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais; *Álvaro Mendes Pimentel, João Franzen de Lima* e *Ovídio de Andrade* eram Advogados, respectivamente, dos Bancos Hipotecário e

[31] O texto integral do *Manifesto Mineiro* seguido da lista de signatários encontra-se no volume organizado por Virgílio A. de Mello Franco, *A Campanha da UDN (1944-1945)*, Rio de Janeiro, Livraria Editora Zelio Valverde S/A, 1946, pp. 103/111. Ver também Orlando Cavalcanti, *Os Insurretos de 43 (O Manifesto Mineiro e suas Conseqüências)*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, e Carolina Nabuco, *A Vida de Virgílio de Mello Franco*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.

[32] As informações a respeito das instituições financeiras privadas nesse período foram extraídas das seguintes publicações: B. Ribeiro e Marcos Mazzei Guimarães, *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil*, Rio de Janeiro, Pró-Servive Ltda., 1967; Ary Bouzan, *Os Bancos Comerciais no Brasil (Uma Análise do Desenvolvimento Recente, 1965-1971)*, cap. II, "Origens e Evolução dos Bancos no Brasil", pp. 14/35, tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, novembro de 1972. Materiais biográficos a respeito dos signatários do *Manifesto Mineiro* foram coligidos das memórias de Pedro Nava, Afonso Arinos de Mello Franco, Paulo Pinheiro Chagas, e de outros repertórios biográficos indicados na bibliografia.

Agrícola de Minas Gerais, de Crédito Real de Minas Gerais e do Comércio e Indústria de Minas Gerais; *Achiles Maia*, capitalista e homem de negócios em Barbacena, financiador da primeira edição do *Manifesto*, era acionista do Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A.[33]

Alguns signatários acumulavam os proventos de altos cargos de assessoria jurídica em instituições públicas de crédito com postos de direção em empresas privadas ou, então, aliavam cargos dirigentes no setor financeiro privado e mandatos públicos de confiança: *Odilon Duarte Braga*, Advogado do Banco do Brasil e Diretor da Companhia Ultragás; *Ovídio de Andrade*, Advogado do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais e da Companhia Belgo-Mineira; *Virgílio de Mello Franco*, Diretor do Banco Mercantil de São Paulo, do Banco Brasileiro de Crédito, da Companhia Nacional de Cimento Portland, da Companhia Frigorífico Iguaçu, e interventor do Banco Alemão Transatlântico; *Afonso Arinos de Mello Franco*, Funcionário do Departamento Legal da firma norte-americana Electric Bond and Share no início dos anos 30, depois fiscal de bancos e Advogado do Banco do Brasil; *Mílton Soares Campos*, Consultor Jurídico da Caixa Econômica de Minas Gerais.[34]

---

[33] Gudesteu de Sá Pires era filho de D. Maria Olinta de Sá, irmã de Francisco Sá, e do Dr. Aurélio Egídio dos Santos Pires, Professor da Escola Normal, Reitor do Ginásio Mineiro, um dos fundadores da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, onde lecionou Toxicologia e Farmacologia nos cursos de Farmácia e Medicina, Diretor do Arquivo Público Mineiro, neto de magistrados e barões do Império e sobrinho de Antônio Olinto dos Santos Pires, primeiro Presidente republicano de Minas. "Para quem conhece um pouco de genealogia das famílias do Norte de Minas basta esta citação dos ascendentes (...) para que se compreendam suas relações de parentesco com esses vastos e poderosos grupos familiares dos Fenício dos Santos, Camargo, Pires, Rabelo, Lessa, Machado, Pimenta, Prates, Sás do Brejo e Sás da Diamantina", in Pedro Nava, *Beira-Mar (Memórias/4)*, pp. 246/7. Álvaro Mendes Pimentel era filho do eminente Jurisconsulto Francisco Mendes Pimentel, Deputados estadual e federal nos primeiros tempos da República, fundador do *Diário de Minas* (1899) e da *Revista Forense* (1904), Presidente do Instituto dos Advogados de Minas (1915), Juiz do Tribunal da Relação de Minas Gerais e proprietário de um renomado escritório de advocacia na capital mineira.

[34] Há evidências de que Virgílio de Mello Franco cultivava relações de amizade e de negócios com representantes do capital estrangeiro, como, por exemplo, com Paul B. McKee, do grupo norte-americano Electric Bond and Share, que adquiriu as Companhias de Bondes e de Força e Luz de Belo Horizonte, em 1929, e assumiu o controle acionário de inúmeras outras companhias de energia elétrica no país. Segundo as mesmas fontes, parte dos recursos para financiamento do movimento revolucionário de 30 provinha daquela transação com o Governo mineiro, e para a qual Virgílio, Guilherme Guinle e outros teriam atuado como intermediários. Consultar Helio Silva, *A Revolução Traída (1930)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. Os dados a respeito dos grupos Guinle/Paula Machado foram extraídos do arquivo Empresários e Grupos Econômicos no Brasil, por cuja organização José Garcia Durand e eu somos responsáveis, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo,

Outras figuras de relevo nos círculos financeiros de oposição ao regime tinham assento nos conselhos de importantes companhias de seguro, algumas delas filiadas aos grupos econômicos controlados acionariamente pelas famílias Guinle, Paula Machado, Boavista, Larragoiti; *Afonso Penna Jr.*, Diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, era um dos principais acionistas da Companhia Boavista de Seguros e da Companhia Nacional de Seguros Mercantil; *Augusto Mário Caldeira Brant* era Diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, cujos fundadores controlavam acionariamente o grupo Sul-América de Companhias de Seguro; *Arthur Bernardes Filho*, afora inúmeros cargos e interesses no setor privado, era Diretor do Departamento Legal e Contencioso da Companhia de Seguros "Eqüitativa"; *Paulo Pinheiro Chagas* trabalhou nas Companhias de Seguro "Eqüitativa" e "Adriática".[35]

A situação profissional privilegiada desses "príncipes da República",[36] dispondo de fontes diversificadas de rendimentos sobre o trabalho altamente especializado que estavam em condições de prestar e sobre o capital que vinham acumulando, lhes garantia os trunfos necessários (empréstimos, sócios etc.) para que pudessem tirar partido das oportunidades de

---

1979. Alguns desses homens chegaram a colaborar com o Governo estadual em cargos de relevo, como, por exemplo, Alaor Prata, Ovídio de Andrade e Cândido Naves, todos eles Secretários do Governador Olegário Maciel, em períodos curtos e, em geral, por força de acordos entre o situacionismo e o perremismo.

[35] A origem desses grupos econômicos remonta à criação da Companhia Docas de Santos (1982), à exploração de hotéis de luxo na capital federal (Palace Hotel, Copacabana Palace), a diversas concessões para exploração de serviços de utilidade pública (Cia. de Bondes de Niterói, Companhia de Produção e Distribuição de Energia Elétrica, a exemplo das usinas de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, e de Bananeiras, na Bahia), à representação da General Electric no Brasil etc. Com a ascensão de Guilherme Guinle à direção-geral do grupo, sucede um novo ciclo de expansão: Companhia Internacional de Seguros (1920), tecelagem (1921), Casa Bancária Boavista (1924), primeira razão social do Banco Boavista (1927), Companhia Territorial Jardim Guilhermina (1928), Companhia Boavista de Seguros (1927), Companhia Nacional de Seguros (1939) etc. Outros elementos simpáticos à causa oposicionista – Raul Fernandes, Arthur Bernardes Filho, Alceu Amoroso Lima e Demósthenes Madureira de Pinho – também constam das listas de acionistas e conselheiros de empresas filiadas aos mesmos grupos. A Sociedade Anonyma "Lar Brasileiro" Associação de Crédito Hypothecario foi autorizada a funcionar em 1925, tendo como maiores acionistas fundadores Angel P. Ramirez, Justus Wallerstein, Antonio S. de Larragoiti e João M. de Magalhães.

[36] Expressão cunhada pela imprensa em 1927, referindo-se aos jovens Afonso Arinos de Mello Franco, Fábio Andrada, filho do Presidente Antônio Carlos, e um primo dele, "sentados à tarde num banco de jardim da Praça da Liberdade", in Afonso Arinos de Mello Franco, *Diário de Bolso Seguido de Retrato de Noiva*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979, p. 173.

ganho que lhes caíam nas mãos. As íntimas ligações desses profissionais liberais com grupos econômicos privados, nacionais e estrangeiros, lhes propiciaram a participação direta como acionistas numa série de empreendimentos lucrativos. Virgílio de Mello Franco, por exemplo, estava ligado à família Guinle não apenas por laços da íntima amizade[37] e pela participação em negócios,[38] mas também por laços colaterais de parentesco. Sua esposa, Dulce Modesto Leal, pertencia à família Boavista, grande acionista do Banco Boavista e da Companhia Boavista de Seguros, um dos principais ramos de investimento dos grupos Guinle/Paula Machado.[39] Em sociedade com o Engenheiro e Industrial Américo René Gianetti, Paulo Pinheiro Chagas organizou uma empresa construtora – a Companhia Mineira de Estradas e Construções – que contava, entre seus principais acionistas, com Dario de Almeida Magalhães e Moacir Catão, cunhado de Magalhães Pinto que, então Diretor do Banco da Lavoura, lhes concedeu amplo apoio.[40]

[37] Desde a mocidade, Virgílio era amigo próximo de Guilherme Guinle, com quem freqüentava o Jóquei Clube, os cassinos e o Palácio do Catete ao tempo de Bernardes.

[38] Virgílio atuou como intermediário na aquisição, em favor dos irmãos Guinle, das terras e fazendas pertencentes ao Conde de Modesto Leal, constituindo-se então a empresa Fazendas Reunidas da Normandia, fornecedora de leite para o mercado carioca. Segundo sua biógrafa, ganhou "com essa corretagem um pecúlio que, na época, dava para um rapaz menor de 30 anos se sentir estabelecido na vida", in Carolina Nabuco, *op. cit.*, p. 59.

[39] Os grupos Guinle-Paula Machado só passaram a aplicar um montante considerável de recursos no setor industrial na década de 50, através da Indústria Brasileira de Refinação de Óleos S/A (1952), Terral Máquinas Agrícolas (1959), Norbrasa Metalúrgica etc. As ligações desses grupos com capitais externos consistiam na filiação à ITT (Cia. Radio Internacional do Brasil, Standard Electric S/A) e a outras empresas estrangeiras sob a chancela do grupo Guinle-Serva Ribeiro.

[40] Dario Paulo de Almeida Magalhães (1908/Belo Horizonte/MG – signatário do *Manifesto Mineiro* e membro do primeiro Diretório Nacional da UDN, 21/4/1945), descendente da mesma família que abrira um escritório bancário em São João del-Rei, em 1860, e que detinha o controle acionário do Banco Almeida Magalhães (1937), Advogado e filho de Desembargador e lente de Processo Civil, trabalhou em *O Estado de Minas, Diário da Tarde, Diário Mercantil,* chegando a Diretor-Geral dos *Diários Associados* onde atuou como importante elemento de ligação com os núcleos oposicionistas, seguindo as diretrizes de Assis Chateaubriand. Exerceu funções públicas como Auxiliar do Advogado-Geral do Estado logo após a Revolução de 1930 e, na mesma época, colaborava no escritório de Orozimbo Nonato. Após o golpe de 37, embora afastado da direção dos *Diários Associados,* passa a militar contra o regime, valendo-se de seu cargo de Representante mineiro no Conselho Federal da Ordem dos Advogados. Consultar Dario de Almeida Magalhães, *Páginas Avulsas,* São Paulo, Editora Cupolo,1957. *José de Magalhães Pinto* (1909/Santo Antônio do Monte/MG – UDN/MG) casou-se com uma filha do antigo Senador mineiro Alfredo Catão. A respeito da empresa citada no texto, consultar Paulo Pinheiro Chagas, *Esse Velho Vento da Aventura (Memórias),* Rio de Janeiro, José Olympio, pp. 292 e segs.

A ampliação considerável de postos elevados de gerência e consultoria no setor financeiro privado acompanhou o surto de expansão da rede bancária comercial durante o Estado Novo. Entre 1938 e 1946, o número de bancos nacionais passou de 860 a 2.075, e um capital realizado de Cr$ 1.041 para Cr$ 3.696 milhões de cruzeiros.[41] Todavia, a maioria das organizações bancárias que abrigava essa elite de oposicionistas havia sido fundada muito antes, umas poucas ao longo do Império e as demais na República Velha.[42] A origem de parcela significativa dessas instituições de crédito remonta à experiência de casas comissárias sediadas nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, que foram progressivamente desdobrando seus setores de aplicação e investimento até abarcarem praticamente os principais serviços comerciais e de infra-estrutura em apoio às atividades de exportação/importação: estradas de ferro, companhias de seguros, empresas de navegação e colonização etc.[43] As instituições financeiras em questão permaneciam sediadas em Minas Gerais e na capital federal num momento em que São Paulo já se tornara ponta-de-lança da economia nacional e que a Guanabara enfrentava os reveses causados pelo retrocesso econômico. "Em 1939, a participação da indústria guanabarina no total nacional caía ainda mais: dos 20,8% observados em 1919, ela passava para 17,0%",[44] sendo, portanto, levada a canalizar o grosso de seus recursos para o setor terciário.

Alguns dos principais núcleos de oposição, no Rio, em Minas e na Bahia, encontraram alento junto a um conglomerado de grupos econômicos

---

[41] Ver Eulalia Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*, Rio de Janeiro, IBMEC, 2° vol., 1978, pp. 843/4.

[42] Os Bancos de Crédito Real de Minas Gerais, Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A e da Lavoura de Minas Gerais S/A foram fundados, respectivamente, em 1889, 1922 e 1925. O Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, organizado em 1909 através de contrato firmado entre autoridades estaduais e um consórcio financeiro francês, foi encampado pelo Governo mineiro em 1943 e desapropriado no ano seguinte. O Banco Nacional de Minas Gerais S/A foi fundado por Magalhães Pinto em janeiro de 1944. Clemente Mariani Bittencourt (UDN/BM) e Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega (UDN/PB) também ocupavam posições de relevo em instituições financeiras: o primeiro como Diretor-Geral do Banco da Bahia desde 1943 e o segundo na qualidade de Presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Ver Thales de Azevedo e E. Q. Vieira Lins, *História do Banco da Bahia, 1858-1958*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

[43] Consultar Eulalia M. Lahmeyer Lobo, *op. cit.*, e o trabalho de Ana Célia Castro, *As Empresas Estrangeiras no Brasil, 1860-1913*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979. Ambas ressaltam a participação de interesses estrangeiros na proliferação de companhias de seguros e de navegação em momentos de expansão do comércio exportador brasileiro.

[44] Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, Difel, 1977, p. 294.

privados cujos investimentos estavam fortemente concentrados nos setores financeiro, securitário, imobiliário e em áreas afins de prestação de serviços comerciais. Apesar de esses mesmos grupos terem participação acionária em empresas industriais, a maior parte de seus interesses e aplicações se voltava então para esses setores da atividade econômica amplamente dependentes de manobras especulativas ou, então, da concessão de favores e créditos por parte dos poderes públicos. Inúmeros dentre os projetos de investimentos em que esses grupos tinham participação – companhias de luz e força, concessões de prospecção de petróleo, participação minoritária em empreendimentos estatais etc. – exigiam a operação de *lobbies* junto à cúpula burocrática e a colaboração de figuras políticas com trânsito fácil nos centros federais de decisão.[45]

O pessoal de cúpula dos núcleos oposicionistas desfrutava de uma situação peculiar no mercado de trabalho reservado aos Assessores da classe dirigente, acumulando postos executivos nos setores financeiro e congêneres e funções características das profissões liberais no aparelho judiciário, na imprensa, nas entidades corporativas, no magistério superior etc. Na verdade, os quadros políticos da UDN se distinguem do pessoal pessedista não tanto pela situação profissional tomada como variável isolada, mas pela posição de destaque que ocupam na hierarquia das profissões liberais. Essa vantagem hierárquica garante por si só melhores

[45] Durante o Estado Novo, Virgílio de Mello Franco era Diretor-proprietário da Companhia Pirapora, fornecedora de energia, além de explorar uma linha de navegação no São Francisco, tendo ainda participado da fundação do Banco Nacional de Minas Gerais. Em 1936, os irmãos Guinle financiaram os trabalhos de uma equipe responsável pela prospecção de petróleo no Recôncavo baiano, mas Vargas acabou cassando a licença para exploração. Desde 1926, Guilherme Guinle integrava a Diretoria do então Centro Industrial do Brasil (transformado em 1931 em Federação Industrial do Rio de Janeiro). Ao que tudo indica, a fundação da Confederação Industrial do Brasil, congregando a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul e o Centro Industrial de Juiz de Fora, em 1933, acarretou modificações na composição da liderança patronal, ficando a Federação carioca a reboque das iniciativas tomadas pela entidade liderada pela FIESP. Apesar de Guilherme Guinle ter sido designado para postos públicos de relevo no contexto da aliança entre o regime Vargas e os grupos empresariais privados – além de ter integrado o Conselho Técnico de Economia e Finanças e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, ocupou a Presidência da Companhia Siderúrgica Nacional –, as alas paulista e mineira do empresariado industrial, representadas por figuras como Gastão Vidigal e Euvaldo Lodi, parecem ter levado a melhor em seus pleitos perante o Estado. Consultar Eli Diniz, *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, e Edgard Carone, *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*, Rio de Janeiro, Cátedra/CIRJ, 1978.

oportunidades de emprego no setor privado e de inserção em determinadas carreiras técnicas no setor público. Antes de se tornarem militantes políticos, os homens do PSD eram profissionais liberais que dividiam seu tempo entre o exercício de seu ofício, o magistério e o desempenho de cargos públicos secundários, ao passo que os udenistas faziam parte dos círculos de elite das profissões liberais, enraizados na alta burguesia econômica e intelectual, bem casados, com assento nos conselhos e equipes de consultoria de empresas importantes. O grosso do pessoal pessedista se constituía de bacharéis ligados a ramos subalternos de clãs oligárquicos, sem condições de exibir um currículo capaz de atestar a excelência e a antiguidade da presença familiar nas reservas de mercado que abrigam a elite das profissões liberais. A posição intermediária ou subalterna dos futuros políticos pessedistas na hierarquia interna das profissões liberais decerto contribuiu para que se tornassem gestores entusiastas da ampliação progressiva dos campos de atividade sob jurisdição do poder público. Nessas condições, dirigentes e representantes políticos do pessedismo preferiam imprimir às suas atribuições e mandatos um caráter estritamente funcional, enquanto os quadros udenistas se empenhavam em converter a arena de concorrência profissional onde levavam a melhor no critério decisivo de avaliação do mérito de suas pretensões de mando político. Os pessedistas pareciam mais propensos a abrir mão das prerrogativas a que fariam jus, enquanto membros de uma fração especializada da classe dirigente, emprestando seu apoio à consolidação de um regime do qual se tornariam fiadores e beneficiários. Os udenistas, por sua vez, se insurgem contra os rumos que tomou a extensão do poder público, resistindo aos avanços intervencionistas com que a nova coalizão de forças procurava conter os pleitos das frações especializadas no trabalho político e cultural.

Não se trata, é claro, de postular uma coincidência entre as demandas econômicas protecionistas desses grupos privados e o feitio do mandato de representação de que foram incumbidos os políticos empenhados, primeiro, nas articulações da frente oposicionista e, mais adiante, na organização da UDN. Seja como for, o alento para aglutinação dos núcleos de oposição ao regime Vargas derivou, em medida significativa, da mobilização levada a cabo em meio aos círculos dirigentes que se sentiam excluídos das benesses do oficialismo, preteridos nas concessões de favores e cargos, em suma, que tiveram suas pretensões de carreira política brecadas pela recomposição de forças e alianças em nível estadual ou em nível federal. Ademais, seria praticamente impossível a formação de núcleos oposicionistas que não contassem com o respaldo material e institucional

de grupos privados, numa conjuntura em que as próprias forças políticas, à frente do Governo central, dispunham de recursos e instrumentos políticos para implantar uma organização partidária destinada a fazer valer os interesses dos principais sócios da nova coalizão, o próprio Vargas e os círculos palacianos, os interventores e seus correligionários, os Militares, o funcionalismo público.

6. A "ALA DOS BACHARÉIS"

A inserção profissional nas posições de cúpula de importantes instituições financeiras privadas, em cargos executivos de grandes empresas, em postos de elevado prestígio no setor público, e mais a participação acionária em firmas particulares, constituem alguns dos componentes classistas em que assentam a solidariedade e a homogeneidade sociais dos círculos oposicionistas. Inúmeros signatários do *Manifesto Mineiro* e outros tantos futuros políticos udenistas eram homens da mesma geração, nascidos em sua maioria entre 1890 e 1910, que pertenciam a famílias ilustres, cuja presença no espaço da classe dirigente remontava, por vezes, aos tempos do Império, especializadas no desempenho de funções políticas e administrativas, na prestação de serviços jurídicos e na produção de obras intelectuais e científicas. Contavam, entre seus antepassados, com nomes respeitáveis que se haviam destacado nas letras, na magistratura, no ensino superior, nos comitês partidários, no trato dos negócios públicos, na assessoria a grupos privados, nos empreendimentos culturais. Bem ao contrário de outras categorias de intelectuais contemporâneos seus, às voltas com uma situação de acentuado declínio material e social, poder-se-ia reconstruir o sistema de posições de mando nas profissões liberais, políticas e culturais, pela simples menção dos cargos ocupados pelos pais desses bacharéis: Desembargadores, Ministros do Supremo Tribunal Federal e de outras superiores instâncias judiciárias, Catedráticos do ensino superior, Reitores, dirigentes dos principais órgãos culturais etc. (ver Quadro 3).

Tratando-se de famílias dotadas de sólido lastro cultural e de amplo cabedal de prestígio e poder junto às comunidades profissionais onde seus membros costumavam fazer carreira, os interesses corporativos dessa fração especializada da classe dirigente somente poderiam ser resguardados através de criteriosos investimentos na formação escolar dos filhos. Os integrantes dessa "ala" de políticos udenistas tiveram a oportunidade de

freqüentar os estabelecimentos de ensino secundário de melhor reputação em seus Estados, ingressando logo em seguida na Faculdade de Direito em Minas, na Bahia[46] ou na capital federal. A exemplo da chamada "geração de 1907" de políticos gaúchos,[47] essa leva de herdeiros da elite das profissões liberais não teve que se deslocar para a capital paulista para realizar o curso jurídico nem sofreu os reveses pelos quais passaram muitos daqueles jovens intelectuais que cursaram na década de 20 as faculdades livres de Direito e Medicina, recém-abertas em diversos Estados, e que se viam repentinamente acossados por uma acirrada competição pelos postos disponíveis.[48] Essa "ala" de organizadores da UDN contava com garantias de acesso às posições mais cobiçadas na divisão do trabalho político-partidário, seus principais integrantes eram os herdeiros de fato das posições nas reservas do mercado de trabalho especializado que vinham sendo ocupadas por sucessivas gerações de seus familiares e, por

---

[46] Na Bahia, a "ala dos bacharéis" udenistas congregava os mesmos elementos (Nestor Duarte, João Mendes da Costa Filho, Luís Vianna Filho, Alberico Fraga) que, em 1929, ainda estudante de Direito, haviam fundado a *Revista de Cultura Jurídica*, sob a direção de Aloísio de Carvalho Filho. Consultar Péricles Madureira de Pinho. *São Assim os Baianos*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1960, pp. 137,189 e 193.

[47] Expressão cunhada por Joseph Love para designar um grupo de políticos – Getúlio Vargas, José Antônio Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Joaquim Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho – que começaram sua vida política em 1907, "participando do Bloco Acadêmico Castilhista, durante a campanha governamental de Carlos Barbosa Gonçalves". A ascensão desses políticos gaúchos parece confirmar a relação entre o declínio econômico de uma fração da classe dirigente e o encaminhamento de seus "herdeiros" para o desempenho de funções políticas. Quase todos os membros desse grupo pertenciam a famílias de grandes proprietários rurais às voltas com acentuadas dificuldades econômicas (dívidas e terras hipotecadas), tornando a margem de influência e autoridade dessa categoria social crescentemente dependente do êxito que esses homens viessem a alcançar na atividade política. Seis deles eram filhos ou parentes próximos de Coronéis e cinco provinham de famílias de estancieiros. Ao final dos anos 20, todos estavam em condições de ostentar uma variada experiência política: cinco haviam sido Intendentes de seus respectivos Municípios e todos já haviam logrado mandatos parlamentares em nível estadual; pelo menos quatro deles se haviam destacado em combate durante a revolta dos libertadores em 1923; em 1928, seis foram eleitos Deputados federais e ocuparam cargos de relevo no Executivo estadual. Eram, em suma, nas palavras de Love, "membros bem-sucedidos do partido dominante, tendo adquirido promoção rápida e regular em postos de responsabilidade cada vez maior" que, pelo menos num primeiro momento, atuaram como porta-vozes dos estancieiros e agricultores gaúchos, empenhados em promover a valorização de seus produtos (charque, arroz) e em montar suas organizações patronais. Consultar Joseph Love, *O Regionalismo Gaúcho*, São Paulo, Perspectiva, 1975, p. 233 e segs.

[48] Consultar Sérgio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo, Difel, 1979, capítulo I, pp. 35/41.

conseguinte, estavam em ampla medida infensos à concorrência. Podiam dispensar a busca de esteios junto a organizações políticas radicais, estavam a salvo dos riscos que outros colegas de faculdade assumiam ao se devotarem à produção intelectual, e podiam concentrar esforços em constituir um patrimônio pessoal às expensas dos rendimentos obtidos no setor privado e dos proventos auferidos nos cargos públicos que seus pais, parentes e amigos, estavam em condições de lhes oferecer. Tendo concluído o curso jurídico em meados dos anos 20, a "ala dos bacharéis" não encontrou maiores dificuldades para ocupar as vagas profissionais e políticas que lhes estavam destinadas de berço.

A maioria deles iniciou a vida profissional exercendo a advocacia em cidades do interior, de preferência em redutos eleitorais da família ou de Chefes políticos a que estavam ligados. Sabedores dos dividendos que mais tarde poderiam auferir em função dos acertos logrados nesse período probatório, procuram não obstante imprimir a essa etapa da carreira o cunho de uma designação sigilosa por parte de figurões da liderança política estadual. Aqueles bem relacionados nos meios políticos são desde logo convocados ao desempenho de cargos públicos de prestígio, como, por exemplo, as Promotorias, ou, então, são incorporados ao quadro docente das faculdades de Direito e Medicina. Em meio à carreira que vinham desenvolvendo no serviço público, muitos deles foram sendo recrutados para mandatos de representação parlamentar, os mais velhos passando a integrar as Câmaras federal e estadual ainda durante a República Velha, enquanto os nascidos no início do século chegaram, em proporção significativa, a fazer parte das Constituintes federal e estaduais em 1934/1935.

Para se entender os padrões de alinhamento partidário e ideológico da maioria dos integrantes da chamada "ala dos bacharéis" perante o golpe de 1937 e, mais tarde, em face da reorganização do sistema político-partidário em 1945, não basta reconstituir os principais momentos de composição da frente de oligarquias dissidentes, da campanha da Aliança Liberal até o desfecho revolucionário em 1930, mas também os sucessivos embates entre as forças oligárquicas remanescentes no plano estadual que tentaram, quer pela via eleitoral, quer através de lances golpistas, resistir aos avanços da nova coalizão de forças em âmbito federal. O exame conjugado dos esforços e resistência dos grupos políticos até então dominantes nos grandes Estados e das ofensivas desfechadas pelo Executivo após 1930, que permite enquadrar, sob o prisma da conjuntura política da época, a questão das condições sociais que presidiram ao recrutamento das elites políticas atuantes nas décadas de 30 e 40.

QUADRO 3

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E PERFIL DE CARREIRA DA "ALA DOS BACHARÉIS"

"ALA DOS BACHARÉIS"	DATA E LUGAR DE NASCIMENTO	PROFISSÃO DO PAI	ESTUDOS SUPERIORES (curso, faculdade, ano de conclusão)	CASAMENTO	ATIVIDADES PROFISSIONAIS
Daniel Serapião de Carvalho	1887 Itabira, MG	Magistrado	Direito Universidade de Minas Gerais, 1909	Alice Mibileli, filha de um antigo magistrado do Supremo Tribunal Federal	Chefe de Seção na Secr. da Agricultura, MG; 1913: fiscalização das Repartições da Fazenda do RS e AL; 1912-13: fiscalização das agências do Lloyd Brasileiro; 1906-14: Diretor d'O *Estado de Minas* e Redator da *Tribuna do Norte* e do *Diário de Notícias*.
José Eduardo do Prado Kelly	1904 Niterói, RJ	Ministro do Supremo Tribunal Federal	Direito Universidade do Brasil, 1925		1925: escritório de advocacia RJ; 1924-30: Jornalista e Editor de *A Noite*; 1931; Redator-Chefe do Departamento Oficial de Publicidade
Milton Soares Campos	1900 Ponte Nova, MG	Desembargador Presidente do Tribunal de Apelação, MG	Direito Belo Horizonte, MG, 1922	Uma prima, da família Mello Franco	Funcionário da Estrada de Ferro Oeste de Minas; Advogado em Boa Esperança, depois em Belo Horizonte; Diretor da sucursal dos *Diários Associados*; Redator do *Diário de Minas*
Gabriel de Rezende Passos	1901 Itapecerica		Direito Universidade de Minas Gerais, 1924	Uma filha do ex-Deputado Jaime Gomes de Souza Lemos, representante de Minas na Câmara Federal. Da família Negrão de Lima	Advogado em Oliveira
José de Magalhães Pinto	1909 Santo Antônio do Monte, MG		Direito Faculdade Nacional de Direito	Filha do antigo Senador mineiro Alfredo Catão	Funcionário do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais
Luiz Vianna Filho	1908 Paris (França)	Magistrado Ex-Governador da Bahia	Direito Faculdade de Direito da Bahia – 1929		
Clemente Mariani Bittencourt	1900 Salvador, BA	Desembargador	Direito Faculdade de Direito da Bahia		1921-27: Redator e Diretor do *Diário da Bahia*

FONTE: Repositórios biográficos

Inúmeros importantes parlamentares políticos udenistas (Bilac Pinto, Manuel Cavalcanti Novaes, Pedro Aleixo, Odilon Duarte Braga etc.) não constam deste quadro, seja porque não acrescentariam elementos novos à demonstração, seja porque já foram amplamente referidos no texto e em notas de rodapé (os irmãos Mello Franco, Mendes Pimentel, Sá Pires, Pinheiro Chagas, Dario de Almeida Magalhães etc.).

MAGISTÉRIO SUPERIOR	INSERÇÃO EM GRUPOS ECONÓMICOS PRIVADOS	PRODUÇÃO INTELECTUAL	CARREIRA POLÍTICA
Catedrático de Direito (Comercial, Internacional e de Instituições de Direito Privado). Fac. Nacional de Ciências Econômicas IUB.	Diretor da Companhia Confiança Industrial	Biografias, estudos históricos e memórias	1924-28: Deputado estadual; 1963: Deputado à Assembléia Nacional Constituinte; 1945: Deputado constituinte pelo Estado da Bahia
		Poesias, crônicas e artigos jurídicos	Comissões de sindicância (1930) do Ministério da Agricultura e da Prefeitura do Distrito Federal; 1932: Secretário da Imprensa Nacional; 1933: Deputado à Assembléia Nacional Constituinte e líder da bancada fluminense; 1945: Deputado constituinte pelo Estado do Rio.
Catedrático de Ciência Política (Fac. Federal de Minas Gerais), de Direito Constitucional (Faculdade Mineira de Direito)		Escritos políticos	1932: Advogado-geral do Estado de Minas; 1933: membro do Conselho Consultivo do Estado de Minas; 1934: Deputado constituinte estadual; Advogado da Caixa Econômica Federal; fundador da Ordem dos Advogados de MG, depois seu Presidente; Presidente do Instituto dos Advogados; 1947: Governador de Minas Gerais.
		Escritos jurídicos e escritos políticos	Chefe de Gabinete do Secretário do Interior de Minas Gerais: Chefe de gabinete e Secretário particular do Presidente Olegário Maciel; 1934: Deputado à Assembléia Nacional Constituinte; 1936-45: Procurador-Geral da República; 1945: Deputado constituinte por Minas Gerais
Catedrático de Política Financeira (Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais)	Gerente, depois Diretor do Banco da Lavoura de Minas Gerais; fundador e Diretor do Banco Nacional de Minas Gerais	Biografias, estudos históricos e jurídicos	1945: Deputado constituinte pelo Estado de Minas Gerais
Catedrático de Direito Internacional Privado (Faculdade da Universidade da Bahia) e de História do Brasil (Fac. de Filosofia da Univ. da Bahia)			1945: Deputado constituinte pelo Estado da Bahia
Prof. de Direito Comercial (Faculdade de Direito da Bahia)	1933: Diretor da Cire S/A; 1938: Diretor da Cia. Usina Cinco Rios; 1943-44: Diretor-Presidente do Banco da Bahia	Estudos jurídicos e políticos	1914: Interventor na região contestada entre MG e ES; 1915: Chefe de gabinete do Secretário de Agricultura, MG; Oficial de Gabinete do Ministro da Fazenda e do Presidente Raul Soares: 1922-26: Secretário da Agricultura, MG; 1922: Deputado estadual; 1927, 1933, 1945, 1950: Deputado federal; 1946: Ministro da Agricultura.

O lance decisivo para os rumos que tomou a carreira política desses bacharéis consistiu na participação direta da maioria deles na campanha da Aliança Liberal e nos acontecimentos que culminaram com a vitória das dissidências oligárquicas em 1930. Eles não hesitaram em invocar tal crédito todas as vezes em que sentiram necessidade de calçar suas atitudes de rebeldia ante o novo regime ou para validar as soluções "liberais" advogadas pelos círculos oposicionistas. Se, no caso de São Paulo, as dissensões internas à classe dirigente tomam corpo com a formação do Partido Democrático (1926) que, ao se ver alijado do poder estadual em 1930, se dispõe a recompor a frente única oligárquica em 1932, nas eleições de 1933, e por ocasião do lançamento de Armando de Salles Oliveira como candidato à Presidência da República, o recuo que pontua as tentativas de revide por parte dos antigos grupos dirigentes mineiros dependeu muito mais de iniciativas do Governo federal danosas a seus interesses do que de cisões internas ao circuito político oligárquico.

Em Minas, os grupos que se sentiram efetivamente lesados pelo novo regime nos planos estadual e federal – a saber, o Partido Republicano Mineiro sob a hegemonia de Bernardes e seus principais pontas-de-lança, os Mello Franco, os Pinheiro Chagas etc. – são aqueles que ajudaram a desencadear o movimento revolucionário assegurando a ascensão de Vargas. São esses grupos de revolucionários históricos girando em torno do PRM "bernardizado" que, aliados a Oswaldo Aranha e a outros elementos com trânsito nos centros de poder, lideraram o golpe fracassado contra Olegário Maciel em 1931, os mesmos que se empenharam, no ano seguinte, em articular as forças locais em apoio à Revolução Constitucionalista e que, por fim, se vêem preteridos com a recusa de Vargas em nomear Virgílio de Mello Franco como Interventor na sucessão de Olegário Maciel. Nesse contexto, os conflitos no interior dos grupos dirigentes estaduais tomam a forma de um enfrentamento entre, de um lado, os bacharéis de estirpe identificados com o bernardismo e, de outro, os bacharéis chamados "jovens turcos" (Gustavo Capanema, Francisco Campos, Amaro Lanari, Mário Casassanta) em companhia de quadros políticos novos (Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro), em crescente sintonia com as diretrizes político-administrativas do Governo central.

Os sucessivos reveses sofridos pelo perremismo, desde o golpe malsucedido contra Olegário até o exílio e a cassação dos direitos políticos de Bernardes, Pinheiro Chagas e outros, colocaram as principais posições dirigentes do PRM sob a responsabilidade de alguns dentre os futuros

signatários do *Manifesto dos Mineiros* e organizadores do partido oposicionista. Em princípios de 1933, Ovídio de Andrade é eleito Presidente da Comissão Executiva do PRM, enquanto Paulo Pinheiro Chagas, João Edmundo Caldeira Brant e outros integram a chapa eleita para o Diretório Central, os mesmos que, acrescidos de José Maria Lopes Cançado, Tristão da Cunha e Afrânio de Mello Franco, compõem a bancada perremista à Constituinte mineira de 1935. Outros elementos de peso que acabaram se bandeando para as hostes oposicionistas ainda se encontravam, a essa altura, afiliados às forças de sustentação da interventoria Valadares, como nos casos de Mílton Campos, Sílvio Marinho e Bilac Pinto, Deputados estaduais pela legenda do Partido Progressista. O golpe de 37 empurrou para as fileiras da oposição esses e outros jovens políticos, como, por exemplo, Pedro Aleixo, que vinham até aquele momento se empenhando em preservar um *modus vivendi* entre as diversas facções políticas estaduais, como bem o demonstram as tentativas de *arreglo* entre Valadares e uma importante ala perremista em 1936. Em Minas, o perremismo de coloração bernardista, os clãs familiares que eram seus aliados (Pinheiro Chagas, Mello Franco etc.) desde a Convenção de 1931 e mais alguns bacharéis ilustres que, após diversas tentativas de firmar um lugar ao sol junto aos círculos do poder central, se desiludiram com os rumos autoritários do regime, fincaram as balizas do terreno oposicionista. Por razões que se prendem sobretudo à operação das redes de sociabilidade em meio às quais transitam as famílias dirigentes especializadas no desempenho das mais altas funções políticas e culturais, elementos destacados dessa última leva de oposicionistas – Mílton Campos, Bilac Pinto, Pedro Aleixo e outros[49] –, ressentidos com o ostracismo político a que se viram momentaneamente condenados, acabaram não encontrando uma alternativa viável de filiação partidária fora dos círculos dirigentes do setor privado.

[49] Mílton Campos, Pedro Aleixo, Gabriel Passos, Dario de Almeida Magalhães, Luís Camillo de Oliveira Netto, Pedro da Silva Nava e outros signatários do *Manifesto Mineiro* e políticos udenistas participaram ativamente, na década de 20, dos círculos da vanguarda literária e artística em Belo Horizonte. Em Minas Gerais, o destino social das principais figuras do "grupo do Estrela" dependeu, quase que integralmente, das benesses que lhes concederam, primeiro, os grupos dirigentes estaduais e, mais tarde, o próprio Governo federal, a não ser uns poucos dentre os futuros udenistas que se fixaram no setor privado. Consultar Fernando Correia Dias, *O Movimento Modernista em Minas*, Brasília, Ebrasa, 1971. Com o apoio financeiro de Guilherme Guinle e Peixoto de Castro, Virgílio de Mello Franco fundou, em 1948, a revista *Política e Letras*, que divulgou trabalhos de setores intelectuais identificados com os círculos oposicionistas. Ao lado de letrados consagrados já antes de 1930 (Gastão Cruls, Octavio Tarquínio de Souza), de expoentes entre os escritores

Foram, portanto, circunstâncias envolvendo o desmonte dos grupos dirigentes estaduais uma das razões determinantes pelo fato de esses elementos terem sido atraídos para a órbita dos núcleos oposicionistas. Para muitos desses frutos udenistas, todos eles já quarentões na década de 40, o desmantelamento do pacto entre as diversas alas do situacionismo oligárquico fez ruir suas expectativas de uma carreira política bem-sucedida no plano estadual, sendo instados, desde então, a reorientar suas veleidades à mira de grupos econômicos a cujos dirigentes e proprietários já se

funcionários do regime Vargas (Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Manuel Bandeira), de romancistas que se firmaram ao longo dos anos 30 (Érico Verissimo, Amando Fontes) e de vultos da cúpula udenista (Mílton Campos), o Conselho de Direção desse órgão cultural se escorava sobretudo na colaboração prestada por destacados intelectuais católicos (Odylo Costa Filho, Diretor da revista em pauta e Diretor do expediente da UDN; Luís Camillo de Oliveira Netto, membro do Secretariado Executivo da UDN; Hamílton Nogueira, Senador udenista pelo Distrito Federal) que vinham prestando serviços na organização do partido oposicionista. Luís Camillo de Oliveira Netto (1904/Itabira do Mato-Dentro/MG), irmão do publicista e historiador João Camillo de Oliveira Torres, filho de "um inspetor de linhas telegráficas e pioneiro das comunicações no vale do Rio Doce", e descendente de "quatro ou cinco gerações de Vereadores à Câmara Municipal de Itabira" e de pioneiros da indústria do ferro no país, era um típico funcionário-escritor cooptado pelo regime Vargas. Embora se tivesse diplomado químico industrial pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, ingressara no serviço público como bibliotecário e arquivista da Secretaria do Interior, passando em seguida aos quadros do Ministério da Educação, talvez pelas mãos de seus primos Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Mello Franco de Andrade, aí se dedicando a pesquisas históricas e colaborando com o Serviço do Patrimônio Histórico, até ser nomeado Diretor da Casa de Rui Barbosa; lecionou História do Brasil na antiga Universidade do Distrito Federal, foi Diretor da Faculdade de Política e Economia e Reitor da mesma Universidade; em 1940, ingressou no Ministério das Relações Exteriores, vindo a chefiar o Serviço de Documentação. Integrou ainda diversas delegações brasileiras em missão no exterior e participou de inúmeros conselhos e comissões ao longo do regime Vargas, inclusive do Conselho Nacional de Educação. Foi demitido de suas funções públicas por ter assinado o *Manifesto Mineiro* em 1943, passando então às linhas de frente contra o Estado Novo: mandou imprimir a aula inaugural do então desconhecido Professor baiano Aliomar Baleeiro, em defesa da normalidade constitucional, ajudou a articular a entrevista com José Américo e foi um dos fundadores da União dos Trabalhadores Intelectuais. Por ocasião do golpe de 1937, "identificado com Gustavo Capanema e Carlos Drummond de Andrade e enfeitiçado pelo talento de Francisco Campos, ficou perplexo ante a situação política que então se inaugurava (...) Mas o espírito de aventura inerente ao seu temperamento, à sua cultura e à comunidade de origem, unidos à confiança dos membros do seu grupo, então no apogeu da sua força, levaram-no a acreditar que algo de bom pudesse ser realizado no Brasil", in Luís Camillo de Oliveira Netto, *História, Cultura e Liberdade (Páginas Recolhidas)*, pref. de Francisco de Assis Barbosa, introdução de Carlos Drummond de Andrade, Barreto Filho e João Camillo de Oliveira Torres, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 152.

encontravam associados por laços de parentesco e compadrio,[50] pela amizade dos bancos acadêmicos, pela experiência profissional e que, doravante, passariam a lhes garantir esteio material e institucional.

Essa nova geração da elite de bacharéis, aliados dos gaúchos na conjuntura revolucionária de 30, foi sendo aos poucos espirrada da coalizão vitoriosa porque suas pretensões de mando não encontraram receptividade junto aos novos setores da classe dirigente. Procuraram resguardar-se politicamente sob o amparo do setor financeiro privado cujos dirigentes pareciam partilhar da crença nas soluções de feitio liberal que esses bacharéis tencionavam imprimir à organização da economia, da sociedade e do Estado. Tamanha mobilidade no espaço da classe dirigente lhes permitiu sobreviver sem o beneplácito do Estado, mas, por outro lado, cerceou as margens de manobra desse setor da "classe política" que não podia se furtar à defesa dos interesses privados. Essa relativa autonomia social do núcleo de organizadores da UDN perante o setor público, que se reforça tanto mais pela posição vantajosa que seus integrantes ocupam na hierarquia das profissões liberais, tinha como contrapartida a sujeição às diretrizes políticas do setor privado e, por isso mesmo, restringiu drasticamente as alternativas viáveis de aliança política, quer no interior da classe dirigente, quer junto aos grupos sociais subalternos recém-incorporados à arena política.

Sem dúvida, eis um dos principais fatores de clivagem entre os organizadores da UDN e os do PSD, os primeiros empenhados em fazer da atividade política um instrumento de defesa dos interesses econômicos de que eram beneficiários diretos e que, segundo acreditavam, lhes garantiriam o acesso às posições de mando que haviam "herdado", e os pessedistas dependendo da extensão do poder público, conforme calculavam, teria o condão de ampliar as esferas de decisão reservadas aos políticos profissionais.

Família, profissão e poder – As famílias da fração intelectual e política devem sua condição privilegiada ao trabalho especializado que vêm exercendo por sucessivas gerações, sendo impossível dissociar o capital

[50] Dario de Almeida Magalhães e Mílton Soares Campos eram casados com primas dos Mello Franco; Alceu Amoroso Lima era casado com uma das filhas de Alberto de Faria, do mesmo círculo de sociabilidade a que pertencia a família Mello Franco; Daniel Serapião de Carvalho era casado com a filha de um Ministro do Supremo Tribunal Federal; Magalhães Pinto era padrinho de casamento de Paulo Pinheiro Chagas, e assim por diante. Consultar Afonso Arinos de Mello Franco, *Diário de Bolso seguido de Retrato de Noiva*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

acumulado isoladamente por cada um de seus membros do patrimônio de prestígio e honorabilidade de que todos se beneficiam, como bem o demonstram as inúmeras ocasiões em que procuram fazer valer o acervo de feitos e personagens ilustres do panteão familiar Os depoimentos de autoria de figuras destacadas dessas dinastias insistem em sublinhar os destinos paralelos da legenda familiar e da história da elite nativa que, nesses casos, coincide com o desenvolvimento das profissões liberais tradicionais em cujas fileiras a maioria de seus integrantes se firmou. Tendo passado a exercer um monopólio virtual quanto ao suprimento de cargas e vantagens nas mais altas instâncias da divisão do trabalho de dominação em virtude das tendências à cooptação que presidem ao recrutamento das elites políticas e intelectuais, podiam distribuir seus membros pelas diferentes alternativas de carreira no espaço da classe dirigente. O aproveitamento de oportunidades se realiza num estágio da divisão do trabalho político e cultural em que os princípios da hierarquia familiar interferem sobre a concessão de vagas nas profissões dirigentes e sobre o acesso às carreiras de maior prestígio. Vale dizer, a distribuição dos filhos entre as diversas carreiras necessárias à conservação "coletiva" e indivisa da posição e de *status* familiares sucede a partir de um cálculo quanto ao estado desse mercado altamente especializado, muito antes de ter lugar, no âmbito das instituições, a transmissão efetiva de cargos entre membros de gerações subseqüentes dessas famílias. Assim, a divisão do trabalho político e cultural, levada a cabo no interior dessas dinastias de cientistas, letrados, juristas, profissionais liberais e políticos profissionais, afeta os integrantes de uma dada geração muito tempo antes de serem efetivamente convocados a ocuparem os lugares que lhes haviam sido reservados ou, pelo menos, "prognosticados". A exemplo do que ocorre por ocasião da partilha de bens que são distribuídos em função de considerações visando a impedir a dilapidação ou a dispersão do controle acionário sobre o capital imobilizado em atividades diretamente produtivas, o encaminhamento escolar e profissional dos herdeiros dessas dinastias se realiza em função das oportunidades de colocação "em carteira" nos diversos setores da classe dirigente. Além de favorecer a mobilização de pistolões em favor dos membros de uma mesma linhagem, esse equacionamento criterioso de oportunidades deriva de uma estimativa quanto à rentabilidade futura do patrimônio familiar e não de aplicações fortuitas visando a garantir um pecúlio individual.

As dinastias Mello Franco, Pinheiro Chagas, Mendes Pimentel, Sá Pires e outras desenvolveram estratégias de longo prazo no tocante à inserção da mão-de-obra familiar com vistas à reprodução de suas posições

no espaço da classe dirigente que consistiam, basicamente, na repartição de seus herdeiros pelas posições gerenciais, políticas e intelectuais, dos setores público e privado, de preferência buscando acrescentar os rendimentos obtidos através de negócios particulares às benesses que lhes confere o acesso à cúpula da máquina governamental.

Os planos relativos à formação escolar e cultural dos integrantes de uma determinada geração se ajustam ao futuro de classe de cada uma das posições no interior da fratria, cabendo ao primogênito a gestão dos negócios familiares e as posições políticas de relevo, aos filhos do meio o fascínio pelas profissões intelectuais e científicas, e aos mais jovens a estabilidade característica das carreiras públicas de prestígio, como a diplomacia.

7. A DINASTIA PINHEIRO CHAGAS

> "Uma família de Juízes, Políticos, Policiais, Censores, Funcionários, Jornalistas, Professores e Tabeliães que nunca souberam viver outra vida senão à sombra dos cofres públicos."[51]

Os Pinheiros Chagas contavam, entre seus antepassados, com sucessivas gerações de altas patentes militares, profissionais liberais, fazendeiros, letrados e, sobretudo, políticos e médicos de nomeada.[52] Francisco, Djalma, José, Armando, Antônio e Carlos Pinheiro Chagas descendiam, pelo lado paterno, de três Franciscos das Chagas Andrade: o primeiro, o Patriarca de Passa Tempo, licenciado em Medicina e Cirurgião aprovado pelo Imperador, Chefe político municipal, latifundiário que prosperara através do comércio de escravos, trisavô dos irmãos Pinheiro Chagas; o segundo era o Barão de Bambuí, seu avô; enfim, o pai, grande proprietário rural falido ao tempo do Encilhamento. A família passa a viver dos ralos proventos do pai, nomeado Agente dos Correios em Oliveira (MG), do magistério exercido pela mãe e das contribuições das filhas que "também lecionam, bordam, pintam", situação típica dos ramos empobrecidos da oligarquia. A formação escolar e o encaminhamento profissional dos filhos passaram a depender da cooperação de parentes e amigos da família: Francisco, José e Djalma arranjaram vagas na escola militar do Rio de Janeiro, "dispostos a se fazerem Oficiais", mas apenas Francisco seguirá a

[51] Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 166.
[52] Consultar Paulo Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 15 e segs.

carreira transferindo-se para a Escola Naval, de onde sai o primeiro aluno laureado em 1904, no mesmo ano em que José e Djalma são expulsos por ter participado do levante contra a lei da vacina obrigatória; Carlos ingressa na Faculdade de Medicina por conta de "um modesto emprego que lhe arranjou o seu padrinho Epitácio Pessoa", então Ministro do Supremo Tribunal Federal: Antônio "é dado como morto" até reaparecer anos depois, como Juiz federal na capital do Acre; Armando dedica-se ao comércio em Oliveira.

Em meio a uma carreira brilhante na Marinha, Francisco morre assassinado em 1918, no mesmo ano em que Carlos realizava um curso de especialização nos Estados Unidos, com bolsa da Fundação Rockfeller, ponto de partida de uma trajetória acadêmica e científica da qual acaba desistindo para devotar-se ao exercício de mandatos políticos. Quando já desempenhava as funções de Catedrático de Histologia e Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, Carlos aceita a incumbência de assumir a Prefeitura de Poços de Caldas, onde deveria implantar os serviços de uma estância hidromineral. O fato de ter sido eleito Deputado federal, em 1930 pela legenda da Aliança Liberal, e os serviços prestados à causa revolucionária tornaram-no um dos favoritos dos círculos palacianos no novo regime. Sendo chegado a João Moreira Salles desde os tempos em que fora Prefeito de Poços de Caldas e muito estimado por Vargas e Oswaldo Aranha, acaba sendo brindado com um cartório na capital federal[53] após ter recusado assumir a interventoria em Goiás. Nos termos de um acordo entre o PRM e a legião de Outubro no início de 1932, Carlos é nomeado Secretário da Fazenda do Governo Olegário Maciel. Falece meses depois, aos 43 anos de idade, interrompendo aquela que poderia ter sido a mais bem-sucedida carreira federal dentre os Pinheiro Chagas de sua geração.

O desaparecimento de Francisco e Carlos transfere os encargos de Chefe familiar para as mãos de Djalma que, desde o início de sua carreira, vinha galgando os diversos postos a que estavam obrigados aqueles poucos bacharéis destinados às mais altas missões de representação de sua classe social: Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira, Deputado estadual (1925), Secretário de Estado nos Governos Mello Viana e Antônio Carlos, que também o designa Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (estabelecimento oficial). Em retribuição

[53] Carlos Pinheiro Chagas foi nomeado Tabelião do 3º Cartório do Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 1931, segundo indica D. L. de Macedo, *Tabeliães do Rio de Janeiro (1565-1965)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1965, p. 109.

aos serviços prestados à causa revolucionária em 30, Djalma é indicado como membro do Tribunal Especial Revolucionário. Embora desgostoso com os rumos tomados pelo regime, em particular, e com a vida política, em geral, continua militando em favor do perremismo já na qualidade de Presidente do Banco Português do Brasil. Em 1932, acaba exilado na Argentina em conseqüência da adesão apaixonada que fizera às forças paulistas. Em 1934, integra a bancada federal perremista na Assembléia Constituinte, antes de cair em completo ostracismo político.

Os irmãos (Djalma e Carlos) e sobrinhos (Paulo e Dalmo, filhos do falecido Francisco) Pinheiro Chagas participaram intensamente dos episódios revolucionários que culminaram com a ascensão de Vargas em 1930. Na qualidade de Secretário da Agricultura de Antônio Carlos, Djalma fora incumbido de chefiar os setores de defesa e mobilização no Estado. Carlos, um dos poucos deputados eleitos pela Aliança Liberal que não fora "degolado", proferiu no Rio de Janeiro o discurso de recepção ao corpo de João Pessoa, que ele próprio redigira, auxiliou na arregimentação dos destacamentos policiais e, por fim, recebeu o encargo de ocupar a velha capital de Goiás, assumindo momentaneamente a Presidência do Estado. Paulo Pinheiro Chagas juntou-se a tropas revolucionárias no Sul de Minas, que estavam incumbidas de "defender os centros ferroviários e de atacar as guarnições federais de Três Corações, Itajubá e Porto Alegre, núcleos ainda não aderidos à Revolução".

A partir de então, Paulo Pinheiro Chagas começa a ocupar os postos políticos a que fazia jus enquanto membro herdeiro da dinastia. Bacharel em Medicina, em 1930, é indicado Presidente do Diretório Central do PRM no início de 1933, ano em que resolve ingressar na Faculdade de Direito. Em 1935, consegue eleger-se Deputado à Constituinte mineira, pela legenda perremista e, com o golpe de 37, volta-se para o setor privado. Arranja emprego em companhias de seguro, abre uma empresa construtora e, no tempo de folga, dedica-se à produção intelectual.[54] Em abril de 1945, participa da fundação da UDN e colabora de perto na campanha eleitoral em prol da candidatura Eduardo Gomes a respeito de quem redige uma biografia para fins promocionais.[55]

---

[54] Incentivado por Cláudio Ganns, sócio da Editora Zelio Valverde, Paulo Pinheiro Chagas colige os materiais para biografia *Teófilo Ottoni, Ministro do Povo,* publicada pela referida editora em 1943.

[55] Trata-se da obra *O Brigadeiro da Libertação (Eduardo Gomes – Ensaio Biográfico),* pref. de Hélio Lobo, Rio de Janeiro, Livraria Editora Zelio Valverde S/A, 1945.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As explicações fundadas em critérios puramente institucionais ou em diferenças ideológicas não apenas silenciam quanto às condições sociais que presidiram ao remanejamento do espaço de concorrência política nos anos 30 e 40, como também acabam censurando quaisquer interpretações de travo sociológico. O recurso a componentes "classistas" – que neste trabalho consistiram das relações entre grupos econômicos, redes de sociabilidade e organizações partidárias – contribuiu para desvendar os móveis das lutas que estão na raiz das clivagens decisivas no âmbito do sistema partidário. A ênfase incidiu, portanto, na reconstrução do perfil econômico e social daqueles setores dirigentes que deram alento a organizações partidárias que, por força das características e interesses distintos desses mesmos setores, tenderam forçosamente a elaborar e a manejar uma visão diferencial acerca dos rumos da política econômica e da organização social e política.

Conforme procurei demonstrar, a máquina governamental e certos grupos econômicos privados foram os esteios (materiais ou doutrinários) capazes de abrigar alguns dentre os principais grupos políticos profissionais nas décadas de 30 e 40. O legado das interventorias e das demais "correias de transmissão" do poder central nos Estados, a montagem de anéis burocráticos sob a tutela de "manda-chuvas" ligados aos círculos palacianos e a manipulação dos instrumentos políticos usuais (verbas, cargos e prebendas de todo tipo) constituíram as bases de integração do setor majoritário entre os políticos profissionais que conseguiram fazer deslanchar sua carreira ao longo do primeiro Governo Vargas. Por sua vez, alguns grupos econômicos privados, via de regra ancorados numa sólida tradição de mando regional ou local, ou, então, dependentes de atividades comerciais e financeiras, particularmente sensíveis às oportunidades e negócios especulativos, também atraíram aos seus quadros de "funcionários" aqueles herdeiros da nata das profissões liberais e intelectuais que foram sendo espirrados ou preteridos pela nova coalizão de forças em âmbito federal. Em ambos os casos, as ligações com os militares serviram de aval das pretensões em jogo, a ponto de tais alianças terem progressivamente reforçado a mediação crescente que passou a exercer a corporação militar na arena política.

Existem, contudo, outras dimensões da história brasileira recente que a postura adotada poderia ajudar a esclarecer. Ao que tudo indica, as pautas de remanejamento do espaço de concorrência política no primeiro

Governo Vargas prendem-se tanto às demandas de grupos e setores econômicos ameaçados em sua função econômica regional como aos reclamos formulados pelos setores industriais emergentes e às pressões exercidas pelos principais grupos da elite não-econômica (militares, políticos, intelectuais e técnicos). As discussões intermináveis a respeito das conseqüências da política econômica pós-30 para a consolidação do capitalismo industrial no país se eximem de lidar com a questão crucial das relações entre os diversos setores da classe dirigente e, por isso mesmo, não conseguem nem mesmo indagar acerca das exigências administrativas, ideológicas e políticas, que culminaram com a montagem de um sistema misto de representação e cooptação desde 1930 até hoje. As revoluções de 1930 e de 1932, o golpe de 1937 e a "restauração" de 1945 assinalam os lances decisivos da concorrência entre aqueles grupos dirigentes com pretensões hegemônicas e, ao mesmo tempo, revelam a precariedade de um comando político designado pelas frações dirigentes vinculadas ao núcleo dinâmico da economia (caso Armando Salles de Oliveira e outros). Ao longo das décadas de 30 e 40, essas frações economicamente dominantes, sediadas em São Paulo, não tiveram condições para sujeitar os demais setores das elites dirigentes, na medida em que o exercício do poder central requer o atendimento de demandas irredutíveis à dinamização do núcleo industrial. O pacto político então celebrado no interior da classe dirigente está na raiz de uma disjunção crescente entre as frações dirigentes devotadas ao desempenho de funções técnicas, intelectuais, políticas, e os grupos empresariais que, pelo fato de terem em mãos instrumentos que lhes permitem contestar o poder daquelas frações especializadas, farão inúmeras tentativas, em sucessivas conjunturas, de romper o pacto, ou, ao menos, recusar o papel político subalterno que lhes foi reservado.

Enfim, um dos principais objetivos da pesquisa era esclarecer as condições sociais que permeiam a montagem de alianças entre setores colados à máquina governamental e a uma parcela da elite de empresários industriais (Vidigal, Simonsen, Lodi etc.; o PSD), entre grupos econômicos privados sediados fora de São Paulo e setores intelectuais, políticos e militares (a UDN). No limite, escavar as bases sociais dessas alianças é o mesmo que deslindar a delegação de interesses que redundou nas candidaturas Dutra e Eduardo Gomes, cada um deles personificando o consórcio de interesses pelo qual foram guindados à disputa presidencial. Tais alianças não são fortuitas, pois envolvem os setores da classe dirigente em torno dos quais se desenvolveu a concorrência política desde meados do Estado Novo.

Em outras palavras, em que medida o perfil econômico e social dos setores da elite dirigente que estão na raiz da UDN não teria desde então marcado, de maneira irremediável, os limites de seu campo de influência, excluindo setores não proprietários e, assim, cancelando a possibilidade de representar, sequer segundo os parâmetros populistas, as classes populares (a exemplo do PSD e do PTB)?

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, assistido por Pedro Moacyr Campos, para os períodos colonial e monárquico, e de Boris Fausto para o período republicano.

TOMO I — A ÉPOCA COLONIAL

volume 1 Do descobrimento à expansão territorial
volume 2 Administração, economia, sociedade

TOMO II — O BRASIL MONÁRQUICO

volume 3 O processo de emancipação
volume 4 Dispersão e unidade
volume 5 Reações e transações
volume 6 Declínio e queda do império
volume 7 Do império à república

TOMO III — O BRASIL REPUBLICANO

volume 8 Estrutura de poder e economia (1889-1930)
volume 9 Sociedade e instituições (1889-1930)
volume 10 Sociedade e política (1930-1964)
volume 11 Economia e cultura (1930-1964)

ISBN 978-85-286-0510-5

tempo, figuram nos volumes textos sobre
a produção cultural, abrangendo o cinema,
o teatro, a música popular etc.

Nos livros que encerram cada período,
há na parte final uma bibliografia e
uma cronologia sumária. Esta indica os
acontecimentos relevantes no Brasil e
no mundo que servem de marco de
referência para o período considerado.

Convivem na ***História Geral da Civilização Brasileira*** algumas gerações de intelectuais,
que expressam muitas vezes pontos de vista
diversos, a partir de diferentes ângulos
de abordagem. Os organizadores da coleção
consideraram bem-vinda esta pluralidade.
Isto porque buscaram não só informar o leitor
da maneira mais ampla possível, como também
dar-lhe instrumentos adequados para
uma reflexão própria. Não foi por acaso que
descartaram uma visão triunfalista da nossa
História (tão distante da realidade), levada
a cabo por grandes personagens capazes
de mover o mundo. Não foi por acaso também
que deixaram de lado uma visão histórica
na qual desponta um quadro predeterminado
e os processos históricos e as ações humanas
acabam por ser peças de um jogo cujo
resultado se sabe de antemão.

As questões se abrem a partir da linha
de interseção entre condicionamentos
socioeconômicos, culturais etc. e as opções
possíveis dos seres humanos que fazem
a História. Há mais de uma resposta para
estas questões, e o leitor, bem-informado,
terá certamente a sua.